O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862—1927)

Segunda-feira 27 de FEVEREIRO de 2023 • R$ 6,00 • Ano 144 • Nº 47249
estadão.com.br

MARCELO CHELLO/ESTADÃO

Subprefeito da Sé defende remover barracas de sem-teto

Coronel Alvaro Camilo diz que vai intensificar ações de zeladoria e quer manter plano de desmontar tendas de dia. A medida foi barrada por liminar da Justiça, mas Prefeitura tenta reverter decisão. Para ele, lixo hoje é o maior problema do centro __A16

E&N Produção em alta __B1 e B2

Agronegócio avança com três safras por ano na mesma área

__ Expansão da soja ajudou a estreitar calendário de cultivos

Técnica de plantio direto, irrigação e melhoramentos genéticos têm permitido a agricultores brasileiros colher três safras agrícolas por ano na mesma área. Em algumas regiões, é possível ter três safras cheias de grãos, como soja, milho e trigo, sem necessidade de arar, gradear ou adubar previamente a terra, informa José Maria Tomazela. O adubo é aplicado com a semente no solo quase no mesmo instante em que a cultura anterior é colhida. É cada vez mais comum ainda ver tratores com plantadeira "empurrando" a máquina colhedora. A expansão da soja ajudou a estreitar o calendário de cultivos, possibilitando mais colheitas em menor tempo. A capacidade de produzir safras sucessivas na mesma área também tem ajudado a ampliar a produção agrícola mesmo sem novas áreas de cultivo.

70%
dos quase 77 milhões de hectares cultivados já usam o plantio direto, que permite colher safras sucessivas no mesmo terreno

C2

DASHA DARE

Música __ C1 e C8

Dom Salvador mistura jazz e samba

Há 45 anos tocando em Nova York, músico brasileiro lança no streaming seu 'Samborium' e é tema do vídeo 'Volta, Dom'

Covid-19 __A14
Vacina bivalente começa a ser aplicada hoje contra Ômicron

Campeonato Paulista __A19
Santos arranca empate no fim contra Corinthians: 2 a 2

E&N Mercado de livros __B18
Dívida da Americanas com editoras chega a R$ 71 milhões

Notas e Informações __A3
Defesa da liberdade, não do cabresto

Felipe Moura Brasil __A9
Literatura é vacina contra populismos

Luiz Carlos Trabuco __B3
Guerra anula crença de recuperação econômica

Congresso __A7

Lula se aproxima de governadores para fortalecer base no Senado

Foco principal são os governadores de oposição, que têm forte influência sobre senadores recém-eleitos. Caso da dobradinha Tarcísio de Freitas e Marcos Pontes, em São Paulo.

"Construir pontes com governadores é construir também com senadores, deputados"
Wilson Lima,
governador do Amazonas

Influência histórica __A8

Legado de Rui Barbosa continua atual um século após sua morte

STF fortalecido e até o modelo atual de campanha eleitoral ecoam conceitos do jurista e político baiano.

Tragédia no feriado __A13

Sirenes, treino e rota de fuga são opções de resposta a alerta de chuva

Modelos usados no Rio após desastre na Região Serrana e no exterior evitam mortes, mas são apenas paliativos.

A Fundo __C6 e C7

França discute 'direito à preguiça' em meio a reforma previdenciária

Enquanto Macron tenta mudar aposentadoria, apenas 24% da população acha "muito importante" trabalhar.

Tempo em SP
21° Mín. 29° Máx.

ISSN - 1516-293-1

MARIANA CARNEIRO
COM JULIA LINDNER e GUSTAVO CÔRTES
TWITTER: @COLUNADOESTADAO
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
ESTADAO.COM.BR/POLITICA/COLUNA-DO-ESTADAO

Coluna do Estadão

Prefeito de São Sebastião reclama de boicote contra condomínio popular

A Caixa negou, em 2020, no governo Bolsonaro, financiamento para a construção de 400 unidades habitacionais em São Sebastião, onde pelo menos 64 pessoas morreram devido a deslizamentos de terra no Carnaval. Ao justificar a decisão, o banco alegou não haver "disponibilidade orçamentária e nem diretrizes do Ministério do Desenvolvimento Regional" para empreendimentos do Minha Casa Minha Vida na Faixa 1, como solicitava o ofício enviado pela prefeitura. Apesar da justificativa orçamentária, o prefeito Felipe Augusto (PSDB) afirma que a negativa ocorreu cinco dias após o chefe da Secom de Bolsonaro, Fabio Wajngarten, dizer em reunião de moradores de Maresias que havia telefonado ao então presidente do banco, Pedro Guimarães.

● **VERSÃO.** Segundo o ex-Secom, na ligação, Guimarães disse desconhecer o projeto. Ele nega ter usado o cargo para inviabilizar o condomínio e diz que defendeu o saneamento na região. Moradores de Maresias alegam que o terreno escolhido não era adequado porque inunda, não dispõe de estrutura de saneamento e é cortado por tubulações da Petrobras, informações negligenciadas pelo prefeito.

● **SEGUE.** Felipe Augusto, por sua vez, diz que há uma unidade da Sabesp em construção na área e que vai insistir. "A área é plana, o terreno é drenável e aterrável, e as condições geológicas permitem as construções. Tanto é assim que está em análise para moradias do governo do Estado".

● **TETO.** Diante do alto valor cobrado por hotéis, o governo de SP tenta acordo para que as 55 associações de servidores paulistas com unidades na região recebam desalojados.

● **BRIGA 1.** A superintendente da Receita em SP, Márcia Meng, e o ex-secretário adjunto do órgão Luiz Fernando Nunes trocaram ofensas por divergir sobre o bônus salarial da categoria. Em reunião virtual na última quinta (23), Meng deu sinais de que é contra batalhar pelo benefício que turbina o salário dos fiscais neste momento. "Estamos em uma sociedade onde os desníveis salariais são gigantescos. Temos que ter consciência, sabedoria e até coração", disse.

● **BRIGA 2.** Em um grupo de Facebook, Nunes atacou a gestora. "Ela não tem perfil para o cargo e foi escolhida pela 'obrigatoriedade' da quota de mulheres no staff da RFB".

● **3º ROUND.** Meng, que assumiu o posto em janeiro, fez a tréplica em um grupo de Whatsapp. "Caso algum de vocês seja íntimo do colega, favor informar que temos vaga de deficiente mental em aberto".

SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales

Carlos Fávaro,
ministro da Agricultura

● **DE MAL.** Ruralistas acharam pouco o repasse de R$ 430 milhões da União para minimizar os efeitos da seca no Sul. Líder da Frente Parlamentar do Agro, Pedro Lupion (PP-PR) diz que a medida não passa de obrigação. O deputado Alceu Moreira (MDB-RS) afirma que é preciso aguardar para saber para quem os recursos serão destinados e as formas de pagamento. "Por enquanto, é uma intenção".

● **FALTOU.** **Carlos Fávaro** (Agricultura) não viajou ao RS com outros ministros. Ficou em Brasília, tratando com a China sobre o embargo à carne brasileira.

PRONTO, FALEI!

Henrique Meirelles
Ex-ministro da Fazenda

"Haddad quer fazer o correto, mas o Lula parece não ter se decidido", disse, sobre críticas de petistas à decisão de Haddad de reonerar os combustíveis.

CLICK

INSTAGRAM/@eduardopaes

Eduardo Paes
Prefeito do Rio (PSD)

Acompanhou o desfile das escolas de samba campeãs do carnaval da cidade com o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, neste sábado (25).

O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

Defesa da liberdade, não do cabresto

Lula defende regulação das plataformas digitais. Preocupação no mundo todo, avançar na proteção dos direitos e da liberdade é fundamental. Nesse caminho, o PT tem muito a aprender

Na abertura da Conferência Internet for trust, realizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) em Paris, foi lida uma carta do presidente Lula da Silva defendendo a necessidade de a comunidade internacional encontrar modos adequados de regular as plataformas digitais. "Precisamos de equilíbrio", disse, como meio de "garantir o exercício da liberdade de expressão individual, que é um direito humano fundamental", e, ao mesmo tempo, assegurar "o direito de a sociedade receber informações confiáveis, e não a mentira e a desinformação."

O tema das *fake news* preocupa o mundo inteiro. Os regimes democráticos são diariamente tensionados por parcelas expressivas da população submetidas à desinformação sobre questões econômicas, políticas, sociais e de saúde pública, o que interfere diretamente na confiança das pessoas sobre as instituições e na própria vida em sociedade. "Não podemos permitir que a integridade de nossas democracias seja afetada pelas decisões de alguns poucos atores que hoje controlam as plataformas", disse Lula.

A liberdade de expressão foi sempre o grande meio de proteção da sociedade contra autoritarismos e manipulações. No entanto, o mundo aparentemente sem lei das plataformas digitais parece inverter agora os termos da questão. Sob pretexto de liberdade de expressão, alguns poucos difundem irresponsavelmente desinformação, distorcendo e manipulando o debate público para seus interesses liberticidas. E as plataformas, que lucram com essa prática abusiva, têm feito muito pouco para combatê-la. Diante desse cenário, a comunidade internacional – com destaque, para a União Europeia – vem estudando caminhos e possibilidades de regulação. A conferência da Unesco é parte desse esforço.

O diagnóstico do desafio é evidente. Trata-se de construir um ambiente digital mais seguro e confiável, com uma responsabilização mais efetiva das partes envolvidas nos abusos – também das plataformas –, assegurando, ao mesmo tempo, as liberdades de expressão, de opinião e de imprensa. O que ainda não existe é um consenso sobre como fazer isso.

Segundo Lula, "o Brasil poderá contribuir de forma significativa para a construção de um ambiente digital mais justo e equilibrado, baseado em estruturas de governança transparentes e democráticas". Certamente, o País tem todas as condições de participar ativamente no debate. A legislação nacional sobre internet é referência internacional de equilíbrio entre liberdade e responsabilidade. Além disso, o uso das redes sociais por aqui é particularmente intenso, quando comparado com outros países. Ou seja, uma regulação adequada das plataformas digitais é de grande e imediato interesse público.

Mas, para que esse protagonismo brasileiro aconteça e, mais importante, possa contribuir de fato para uma internet mais livre, segura e confiável, é necessário que o tema da regulação das plataformas digitais não seja abocanhado pelo PT como mais um capítulo de sua tentativa de controle da imprensa e da comunicação social. Lula tem razão quando diz que o 8 de Janeiro "foi o ápice de uma campanha, iniciada muito antes, que usava, como munição, a mentira e a desinformação". Mas é preciso admitir também que o PT é adepto contumaz de campanhas baseadas em mentiras e desinformação. Pior, sua pretensão de hegemonia política e social produz uma compreensão distorcida de liberdade de expressão. A verdade seria o que o partido dita.

A necessária regulação das plataformas digitais é pauta da sociedade, e não do governante do momento. É pauta de liberdade, e não pretexto para um partido político doutrinar ou impor sua versão dos fatos. O País sente a falta de uma adequada legislação a respeito das redes sociais. É muito oportuno, portanto, que o Executivo federal esteja atento ao tema e, no que lhe couber, promova estudos e debates, tendo sempre presente que o local próprio dessa discussão é o Congresso. Afinal, legislação, no regime democrático, é competência do Legislativo.●

A anatomia de uma desfaçatez

Fim do sigilo sobre o processo militar contra Pazuello expõe a delinquência hermenêutica que o gestou e o quão baixo alguns militares desceram por um desqualificado como Bolsonaro

Por requisição da Controladoria-Geral da União (CGU) a partir de pedido do **Estadão** com base na Lei de Acesso à Informação, o Exército tornou público o processo disciplinar que instaurou para apurar a participação do general intendente Eduardo Pazuello em um comício do então presidente Jair Bolsonaro no Rio, em 23 de maio de 2021.

A rigor, nada havia a apurar, só a punir. As imagens do comício, com Bolsonaro e Pazuello discursando em cima de um trio elétrico, falavam por si sós. À época, Pazuello, hoje deputado federal, era oficial da ativa, e tinha encerrado sua catastrófica passagem pelo Ministério da Saúde havia dois meses.

Militares da ativa, como sabe qualquer manga-lisa, são expressamente proibidos de participar de atos políticos. A razão para essa vedação é tão óbvia que seria um desrespeito ao leitor destacá-la. Entretanto, o Exército não apenas livrou Pazuello de qualquer punição, em afrontosa violação da Constituição e do Estatuto dos Militares, como ainda impôs sigilo de 100 anos sobre o processo.

Se esse sigilo, per se, já era uma aberração, a razão que o motivou é uma das maiores vergonhas para o Exército. Como agora sabemos, de fato, nada foi apurado. O que houve foi uma deliberada operação de acobertamento de evidente transgressão militar, tão evidente que basta para explicar a tentativa de mantê-la em segredo por nada menos que um século.

Como se lê no documento agora tornado público, Pazuello, ciente de que estava prestes a violar a Constituição e o Estatuto dos Militares, teve o "cuidado", digamos assim, de avisar o então comandante do Exército, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, com um dia de antecedência, de que compareceria ao ato político convocado por Bolsonaro. Em depoimento, Pazuello disse que aceitou o convite feito por Bolsonaro por ter com ele "laços de respeito e camaradagem", malgrado o fato óbvio de que se tratava de comício – o que, por definição, deveria ter desestimulado sua participação.

No processo, consta que o general Paulo Sérgio confirmou ter sido avisado pelo subordinado, mas não o que respondeu a ele. Nem precisava. A participação de Pazuello no ato, com direito a discurso em cima de um carro de som, é a evidência de que o intendente decerto não foi dissuadido pelo então comandante do Exército.

Registre-se que a maioria dos membros do Alto Comando do Exército defendeu a punição exemplar de Pazuello. A presença de um oficial da ativa naquele comício, uma transgressão militar inquestionável, era um ultraje à história de respeito às leis e à Constituição construída pelas Forças Armadas desde a redemocratização, além de configurar quebra da hierarquia e da disciplina, balizas da vida castrense. Entretanto, prevaleceu a vontade do general Paulo Sérgio. Pudera. Como punir Pazuello se, na véspera, o transgressor avisara seu comandante de que iria transgredir as normas militares e nada foi feito para impedi-lo?

Tentando justificar o injustificável para absolver Pazuello, o general Paulo Sérgio, que mais tarde se tornaria ministro da Defesa de Bolsonaro, concluiu que o discurso do intendente no trio elétrico não teve, ora vejam, "viés político-partidário" – como se oferecer apoio explícito ao então presidente da República diante de possíveis eleitores, que era ao que se prestavam as tais e frequentes "motociatas" de Bolsonaro, não fosse um ato político por definição.

A CGU acertou ao levantar o sigilo sobre o processo porque, a um só tempo, explicitou a anatomia de uma delinquência hermenêutica, cometida com o claro propósito de acobertar infrações militares irrefutáveis, e restabeleceu o princípio constitucional da transparência. Numa República democrática, como o Brasil, a regra é a transparência; sigilo sobre informações de interesse público só vale para casos excepcionalíssimos, definidos por lei e pela Constituição. Não era o caso da indisciplina do intendente Pazuello nem do acobertamento de seu comando na época.

Esse lamentável episódio é revelador de quão fundo foi o buraco em que parcela das Forças Armadas se dispôs a descer em nome de um desqualificado como Jair Bolsonaro.●

ESPAÇO ABERTO

Quando o passado chega ao presente

Flávio Tavares

Passado mais de um mês dos atos de terror vandálico de 8 de janeiro em Brasília, é necessário voltar àqueles acontecimentos para que a memória histórica não se apague. Somos um país desmemoriado e, por isso, volto às profundezas dos atos que buscavam criar o caos para propiciar uma "intervenção militar", como os baderneiros apelidaram o golpe de Estado.

Assim, nunca é demais relembrar o golpe militar de 1964, que instituiu uma ditadura que durou 21 anos no Brasil, apontando diferenças e semelhanças.

Comecemos pelas diferenças. Em 1964, o golpe foi produto da "guerra fria", instigado pelo governo dos Estados Unidos, como se comprova com a documentação que apresento em meu livro *1964 – O Golpe*. Agora, o governo Biden foi o primeiro a pronunciar-se contra as intenções do vandalismo de 8 de janeiro.

Como um todo, o Brasil em 1964 era mais atrasado em pensamento e visão de mundo. As desigualdades sociais eram tidas como "invenção comunista", ainda que milhões de nordestinos famintos rumassem a São Paulo e ao Sudeste em busca de emprego.

Hoje, a insistência de Jair Bolsonaro sobre o "perigo" de que o atual governo "implante o comunismo" soa como anedota de bêbado.

O espírito e as ações derivadas da "guerra fria" dominavam o mundo naquele 1964 e se sobrepunham, em cada país, aos problemas e às soluções locais. Hoje, as mudanças climáticas são a grande ameaça e nenhum governo se atreve a negá-las.

Por que, então, o vandalismo em Brasília nos preocupa e faz relembrar 1964?

Será porque os baderneiros tiveram cobertura militar ao acamparem em frente ao QG do Exército em Brasília? Ou porque entraram livremente no Palácio do Planalto, sem que o Batalhão da Guarda Presidencial sequer tentasse impedir o assalto? Ou porque concentrar milhares de pessoas numa passeata recorda o desfile da *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, que em 1964 pedia o golpe?

A diferença é que nas marchas de 1964 todos desfilavam em paz, exercendo o direito de protesto. Até gritavam, no direito de berrar, mas sem o vandalismo que, em 2023, marcou a insânia terrorista do dia 8 de janeiro.

> ***Nunca é demais relembrar o golpe militar de 1964, apontando diferenças e semelhanças em relação ao 8 de janeiro de 2023***

Existe, no entanto, uma diferença fundamental com 1964. Agora, todos os meios de comunicação – dos jornais às revistas, do rádio à televisão – rejeitam o golpe e criticam o terror dos baderneiros. As cenas de vandalismo apresentadas por diferentes redes de TV são algo a não esquecer como ameaça não apenas às instituições democráticas, mas ao próprio estilo de vida de cada um de nós. Até o dia 8 de janeiro, jamais havíamos visto no Brasil o ódio transformar-se em atitude política individual.

As cenas de destruição nas sedes dos Três Poderes em Brasília mostraram uma turba enfurecida, recrutada País afora por meio das invencionices e mentiras das *redes sociais* para destruir o que encontrasse à frente.

Em 1964, parte dos meios de comunicação acompanhou a posição dos partidos políticos que, no Congresso, se opunham ao governo e admitiam até a sua destituição. Alguns foram além dos limites da liberdade de expressão, como o jornal carioca *Correio da Manhã*, que chegou a dar a senha do golpe num furioso editorial de primeira página.

Agora, chama a atenção o fanatismo implantado em parte da população e que os bolsonaristas cultivam alimentando o ódio e nos dividindo em dois grupos em guerra. É normal que a política desperte paixões, mas é anormal que leve ao ódio destrutivo e ameaçador de 8 de janeiro.

Além disso, as cenas brutais, mostradas na TV, de milhares de indígenas Yanomamis envenenados pelo mercúrio dos garimpeiros ilegais buscando ouro nos rios amazônicos transforma-se na nova versão de um genocídio. Não importa sequer se genocídio implica plano prévio de extermínio de um grupo (como na Alemanha de Hitler contra os judeus), mas sim os efeitos e resultados. Tal qual os judeus na Alemanha, os Yanomamis não cometeram crime algum, mas são desprezados – num desprezo que se transforma em perseguição, unicamente por serem indígenas.

Os rios amazônicos continuarão envenenados pelo mercúrio dos garimpeiros por mais de um século. Não bastará que a sociedade brasileira, como um todo, derrote nas urnas os adeptos do horror, porque isso não limpará os rios da Amazônia do mercúrio que polui as águas nem devolverá cabelo às crianças indígenas escalpeladas pela contaminação.

As cenas que a TV mostra agora superam em horror a própria maldade.

O terror vandálico de 8 de janeiro em Brasília, por outro lado, desatou uma perigosa aceitação tácita de tudo o que venha do governo de Lula da Silva. O vandalismo bolsonarista foi tão horripilante que poderá, até mesmo, nos fazer perder a visão crítica do que faça o atual governo lulista, se repetir as fraudes do tempo passado em que nos governou.

Que cada um, portanto, esteja vigilante para que o horror não volte ao presente, mesmo disfarçado de benigno. ●

JORNALISTA, ESCRITOR, PRÊMIO JABUTI DE LITERATURA 2000 E 2005, PRÊMIO APCA 2004, É PROFESSOR APOSENTADO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

FÓRUM DOS LEITORES

O **Estado** reserva-se o direito de selecionar e resumir as cartas.
Correspondência sem identificação (nome, RG, endereço e telefone) será desconsiderada ● **E-mail:** forum@estadao.com

Judiciário

Operação Lava Jato

Apesar de o juiz Eduardo Appio, novo titular da 13.ª Vara Federal de Curitiba, dizer ao **Estadão** que não será o coveiro da Lava Jato (25/2, A14), fica difícil acreditar que quem assina "LUL22" no sistema eletrônico de Justiça tenha isenção para julgar os processos da operação. O juiz é apresentado como garantista e crítico de Sergio Moro e Deltan Dallagnol. Injustiça é aplicar regras diferentes para uma mesma situação dependendo de quem esteja nela. Já vimos esse filme muitas vezes. O que esperar, justiça?

Luciana Lins
lucianavlins@gmail.com
Campinas

Insegurança jurídica

Pode até ser que o número de juízes que exercem atividades político-partidárias seja muito pequeno, como bem registrado no editorial *Juízes militantes, juízes fora da lei* (24/2, A9), mas a insegurança jurídica que provocam é um mal insanável. Por essa razão, eles devem ser sumariamente excluídos da função. Todavia, essa tentação é alimentada pelo fato de a indicação para as Cortes superiores recair, infelizmente, sobre nomes que circulam com desenvoltura no universo dos políticos.

José Elias Laier
joseeliaslaier@gmail.com
São Carlos

Ambiente

Policiamento na Amazônia

A reportagem de André Borges *Amazônia já tem maior desmate para o mês de fevereiro desde 2015* (25/2, A20) causa enorme surpresa, pois se esperava que o governo Lula, tendo Flávio Dino à frente do Ministério da Justiça, já tivesse acionado a Polícia Federal de imediato, reforçando o policiamento naquele bioma, inclusive com o apoio do Exército. O desmatamento na floresta durante o governo Bolsonaro, somado à mineração liberada do ouro por quadrilhas organizadas, foi um crime de lesa-pátria. Ademais, um crime contra a humanidade, vitimando os Yanomamis e outros indígenas. O que ocorreu ali, que é o nosso maior tesouro, foi de uma vilania tal que não pode ficar impune. Jair Bolsonaro e seus ministros devem pagar muito caro.

Gilberto Pacini
pacini0253@gmail.com
São Paulo

Desmatamento zero

Em duas semanas de fevereiro o desmatamento na Amazônia já bate o recorde para o mês desde 2015. Sai a turma da motosserra e entra a turma do workshop. Vejo enaltecerem quando a taxa de desmatamento cai de 80% para 40%, uma tremenda falsidade, porque o desmate continua, só que em velocidade menor. Desmatamento tem de ser zero.

Vital Romaneli Penha
vitalromaneli@gmail.com
Jacareí

Conversa fiada

Este governo, que execrou o anterior e exacerbou críticas por não proibir ou reduzir o desmatamento, pode comemorar a maldita marca do maior desmate para fevereiro desde 2015. O governo atual traz o PT dominante e a seu vigoroso estilo: populismo e conversa fiada.

Jose Perin Garcia
jperin@uol.com.br
Santo André

Sistemas agroflorestais

A propósito da coluna *Uma nova revolução no campo*, de João Gabriel de Lima (25/2, A14), a revolução já começou: são os chamados sistemas agroflorestais (SAF), um consórcio de agricultura e floresta no seu mais amplo sentido, porém hoje restritos a pequenos agricultores, à agricultura familiar, em contraste com as grandes monoculturas dos agronegócios. Inclusive já existem modelos apropriados de SAFs para a Amazônia, mas, para que eles passem a ter impacto econômico, além do social, é preciso transformá-los em grande escala. Com a palavra, os especialistas.

Guenji Yamazoe
guenji@yamazoe.com.br
São Paulo

Drenagem e realocação

Como geógrafo, percebo que as vias antigas do litoral paulista carecem há muito de mais tubos de drenagem eficazes por debaixo das pistas de rolagem nos locais onde ocorrem os deslizamentos de terra, rochas enormes e vegetação. Quanto aos sítios urbanos litorâneos, a solução é relocá-los. A reconstrução, com o apoio dos bancos internacionais de fomento ao saneamento ambiental, será fonte de empregos e aquecimento da economia. Eia, pois, empresários. Não podemos ficar à mercê do Congresso, Assembleias Legislativas e milhares de Câmaras Municipais funcionando como sirenes que avisam, mas não lutam pelas obras necessárias. Construção civil, Lula!

Herbert Pinho Halbsgut
h.halbsgut@hotmail.com
Rio Claro

ESPAÇO ABERTO

Os militares e a Constituição

Denis Lerrer Rosenfield

Fatos são incontornáveis, apesar de diferentes narrativas procurarem contorná-los, deformá-los ou, mesmo, os falsificarem. Resistem, por isso mesmo, a abordagens ideológicas que obedecem a propósitos meramente políticos, cujos objetivos consistem em impor uma mera versão carente de verdade.

Se não houve golpe no Brasil, é porque os militares não quiseram embarcar numa aventura inconstitucional. Golpes são atos de violência que requerem o uso da força, sem a qual suas chances de sucesso, se existentes, são mínimas. Chávez, na Venezuela, só consumou sua dominação despótica após ter cooptado as Forças Armadas, corrompendo-as. Por via de consequência, se o Brasil não sucumbiu à tentação autoritária de Bolsonaro e seus êmulos, isso se deve a que os militares optaram por seguir a Constituição. Divergências internas entre militares golpistas e democráticos foram resolvidas com a vitória destes últimos e do Brasil.

Narrativas atuais procurando responsabilizar os militares por delírios bolsonaristas não resistem aos fatos. Se fossem verdadeiras, o golpe teria se consumado. Houve, sim, grupos militares que procuraram se afastar da Constituição, mas foram barrados por generais do alto comando que se formaram no respeito à democracia. Foram nos currículos das escolas militares educados e formados. Não lhes foi inculcado o desrespeito às normas constitucionais. A tentativa atual de certos grupos ideologizados de aproveitarem as circunstâncias do 8 de janeiro para alterarem a formação militar deveria precisamente suscitar a seguinte pergunta: o que neles há de certo que os militares neles formados aprenderam a respeitar a democracia? Se tivessem sido formados na preparação do golpe, a situação do País seria totalmente diferente.

> *Narrativas procurando responsabilizar os militares por delírios bolsonaristas não resistem aos fatos. Se fossem verdadeiras, o golpe teria se consumado*

Golpe, enquanto ato de violência, não precisa recorrer a nenhum artigo constitucional – na ocorrência, o 142. Prescindem, por definição, de um tal recurso. Se alguns a ele recorreram foi com o intuito de subverter o arcabouço constitucional. No entanto, como essa discussão entrou em pauta, a partir de projetos para alterá-lo, cabem algumas observações.

Primeiro, golpes não necessitam de nenhum parecer para serem executados. Seria nada mais do que um artifício retórico. Imaginem uma intervenção militar amparada em um parecer, como se esse tivesse força de lei ou, mais do que isso, estivesse situado acima da Constituição e do Supremo Tribunal Federal. Seria, pura e simplesmente, um disparate. Um advogado determinado seria ungido à posição de árbitro constitucional, ao qual ministros deveriam obediência.

Segundo, o artigo 142 não contempla nenhum poder moderador a ser atribuído às Forças Armadas. Trata-se de uma mera ficção. Tampouco nele consta que as Forças Armadas possam se autoposicionar como fiéis depositárias das "garantias constitucionais". Ou seja, elas não podem se autoconvocar, por estarem, precisamente, subordinadas ao poder civil. Sua convocação depende de atos dos presidentes de alguns dos Poderes, a saber, Executivo, Judiciário e Legislativo. Cabe, portanto, ao poder civil, neste caso do presidente da República, a convocação dos militares para ações determinadas como a GLO, a missão de Garantia da Lei e da Ordem.

Terceiro, a GLO só pode ser acionada com propósito preciso, com funções determinadas, num local restrito e com duração definida, além da escolha do comandante desta operação específica. Foram acionadas dezenas de vezes por vários governantes após a Constituição de 1988, e nenhuma delas ensejou um golpe qualquer. O maior beneficiário foi sempre o País. Não há convocação possível da GLO para dar um golpe, algo totalmente implausível. Isso só ocorre no devaneio do desconhecimento e, talvez, da tentativa de tumultuar a estabilidade institucional.

Quanto à participação dos militares em funções civis – recurso usado abusivamente pelo presidente Bolsonaro –, a solução é simples e carece de qualquer Proposta de Emenda à Constituição (PEC). Trata-se de um assunto infraconstitucional, podendo ser resolvido em sua particular esfera legal. Por exemplo, um militar convocado para ocupar um cargo civil deveria passar imediatamente à reserva, cabendo-lhe a decisão de querer ou não se manter na instituição militar. O que não pode é usufruir de uma, servindo à outra.

É mais do que urgente pacificar o País e fortalecer a instituição militar em seu compromisso democrático, demonstrado no estertor do governo Bolsonaro. Recorrer, agora, a uma PEC para alterar esse artigo só produzirá novos conflitos e polarizações. Toda vez que ele foi empregado, seus efeitos foram benéficos, não se tendo prestado a nenhuma tentativa golpista. Na situação atual, mais vale apaziguar os ânimos e não embarcar em controvérsias cujo desfecho é imprevisível. Quando se entra numa discussão deste tipo, necessariamente controversa e polarizada, não se pode prever o seu resultado. O Brasil tem temas mais relevantes a tratar e deveria olhar para o futuro, não se atendo a radicalizações passadas. ●

PROFESSOR DE FILOSOFIA NA UFRGS
E-MAIL: DENISROSENFIELD@TERRA.COM.BR

TEMA DO DIA

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

Iniciativa

Empresas britânicas aprovam semana de trabalho de quatro dias em teste

Um teste de uma semana de trabalho de quatro dias na Grã-Bretanha descobriu que a maioria das 61 empresas que participaram seguirá com jornadas mais curtas, e que a maioria dos funcionários estava menos estressada. ●

13.450 Interações

Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

● "Espero que tenham ótimos resultados no trabalho."
MATHEUS GESSES

● "A longo prazo é ótimo. Uma ótima ideia, mas no Brasil acho difícil adotarem."
ALBERTO BERNARDI

● "Aqui no Brasil estão é tirando o teletrabalho. É tiro no pé atrás de tiro no pé."
GRAZIELLA MARTINAZZO

● "Enquanto isso, tem empresa brasileira voltando 100% presencial nos cinco dias da semana."
FERNANDA RIBEIRO

NAS REDES SOCIAIS
Veja outros destaques e participe das discussões no Link da Bio do Instagram do Estadão.
www.estadao.com.br/e/linkdabio

Siga o @Estadao nas redes sociais

PRODUTOS DIGITAIS

ANITA POUCHARD SERRA/THE NEW YORK TIMES

The New York Times
Ditadura faz Mariana Enríquez encontrar o horror. ●
https://bit.ly/3KvUhzN

Link
Saiba como ver suas notas como passageiro no Uber. ●
https://bit.ly/3IREY3s

Podcast
Estadão Notícias: análises do Brasil e do mundo. ●
https://spoti.fi/3Nz5oXX

Av. Eng. Caetano Álvares, 55 – CEP: 02598-900 – São Paulo - SP ● (11) 3856-2122 ● **Fax:** (11) 3856-2940 ● **E-Mail:** forum@estadao.com ● **Central do assinante:** Capital e regiões metropolitanas: 4003-5323 ● Demais Localidades: 0800-014-77-20 ● https://meu.estadao.com.br/fale-conosco ● **Central ao leitor:** (11) 3856-2122 ● falecom.estado@estadao.com classificados por telefone: (11) 3855-2001 **Preços venda avulsa: SP:** R$ 6,00 (segunda a sábado) e R$ 9,00 (domingo). **RJ, MG, PR, SC E DF:** R$ 6,50 (segunda a sábado) e R$ 10,00 (domingo). **ES, RS, GO, MT E MS:** R$ 8,50 (segunda a sábado) e R$ 11,50 (domingo).**BA, SE, PE, TO E AL:** R$ 9,50 (segunda a sábado) e R$ 12,50 (domingo). **AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC E RO:** R$ 10,00 (segunda a sábado) e R$13,00 (domingo).● **Vendas de assinaturas:** 0800-014-9000 ● **Whatsapp:** (11) 99248-2333 ● **Vendas corporativas:** (11) 3856-2524 ● **Agências de publicidade:** (11) 3856-2531 ● cia@estadao.com

Poderes

Lula aproveita ponte com governadores para tentar debilitar oposição no Senado

Aproximação com chefes dos Executivos estaduais, além de melhorar pacto federativo, contribui para os interesses governistas na Casa, onde Planalto enfrenta mais resistências

BEATRIZ BULLA
PEDRO VENCESLAU

O governo federal intensificou os gestos de aproximação com governadores, especialmente os de oposição, na tentativa de reforçar a construção de sua base de apoio no Congresso. O diálogo estabelecido com os chefes dos Executivos estaduais, além de melhorar a relação federativa, também contribui para os interesses do Palácio do Planalto no Senado.

Dos 16 senadores que se elegeram em 2022 com apoio de Jair Bolsonaro (PL), pelo menos sete se mostraram alinhados aos governadores eleitos ou reeleitos também graças à força do bolsonarismo no ano passado. É o caso do governador paulista, Tarcísio de Freitas (Republicanos), que concorreu tendo o ex-ministro Marcos Pontes (PL) como candidato ao Senado na chapa.

Conselho da Federação
Representantes da União, de Estados e municípios terão assento no grupo, anunciado em janeiro

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem aproveitado oportunidades de diálogo institucional com opositores políticos. A ação conjunta com Tarcísio no socorro às vítimas das áreas afetadas pelas chuvas no litoral norte de São Paulo é um exemplo recente. "Essa parceria que estamos fazendo é uma fotografia boa para o nosso país", disse Lula, ao solicitar uma aproximação com o governador.

'CONVIVÊNCIA'. Na lista dos governadores de oposição que agora acenam ao governo Lula está Ronaldo Caiado (União Brasil), de Goiás. "É extremamente importante essa convivência pacífica e respeitosa ao resultado das urnas. Eu, quando governador de Goiás, tive o apoio de 14 prefeitos e governei com 246. Nunca discriminei alguém por não ter tido apoio dele. Essa é a maneira republicana de governar. O Estado não sobrevive sem que haja participação conjunta com o governo federal", disse Caiado na semana passada, após se reunir com o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha. Analistas e políticos avaliam que a relação estreita com os governadores pode resultar em ganhos efetivos para a governabilidade do Planalto.

Os senadores representam, no Congresso, o interesse dos Estados. E é no Senado que Lula deve encontrar um dos maiores focos de resistência à sua agenda política. A recondução do senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) à presidência da Casa significou uma vitória para o governo, mas o placar da votação mostrou que o presidente terá uma base de sustentação apertada no Senado para aprovar reformas. Os 49 votos destinados a Pacheco são o número cravado de senadores necessários para aprovar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), por exemplo.

'PONTES'. "Uma vez que o governo federal mantém estreitamento com os partidos, está construindo pontes com senadores. Quando constrói com governadores, está construindo com senadores, com deputados", afirmou o governador do Amazonas, Wilson Lima (União Brasil), que foi apoiador de Bolsonaro. "O parlamentar que está em Brasília e é do Amazonas vai defender os interesses do Estado, e não tem como os pleitos não passarem pelo governo. São situações intrinsecamente ligadas."

Junto com o senador Omar Aziz (PSD-AM), Lima pretende organizar uma reunião com a bancada do Estado no Senado e na Câmara para afinar o posicionamento sobre a reforma tributária, que será um dos primeiros testes de governabilidade de Lula no Congresso.

"Não temos nenhum tipo de alinhamento (*com o governo Lula*), mas as questões institucionais se sobrepõem a essas questões político-partidárias", declarou o governador do Amazonas. Lima disse ainda que tem mantido boas relações com o governo federal em relação a pautas caras ao Estado, como reforma tributária, Zona Franca de Manaus e questões de fronteira e ambientais.

Articulador político do Planalto, Padilha não admite relação direta entre o contato do Planalto com governadores e uma ponte com os senadores de oposição. Para ele, no entanto, a "reabilitação do ambiente institucional" ajuda a criar um bom clima no Congresso (*mais informações nesta página*). Segundo Padilha, a meta é construir uma "agenda comum" com governadores e prefeitos.

Com Bolsonaro, governadores, mesmos em campos políticos opostos, se uniram, especialmente na pandemia de covid-19. João Doria (São Paulo) e Flávio Dino (Maranhão), por exemplo, costumavam trocar elogios quando o assunto era o enfrentamento da crise sanitária.

CONSELHO. Depois dos ataques radicais de 8 de janeiro, em Brasília, Lula também usou a ocasião para criar vínculos com governadores de oposição. O governo federal trabalha para institucionalizar a criação do Conselho da Federação, no qual entidades municipalistas, governos estaduais e União terão assento.

Pauta
Reforma tributária será um dos primeiros testes de governabilidade da gestão Lula no Congresso

O presidente pretende usar o conselho como uma resposta aos que o acusam de sectarismo político e de governar com olho no retrovisor. Já os governadores pretendem levar demandas concretas ao fórum. "São importantes o diálogo e uma agenda integrada para tratar dos assuntos de interesse dos Estados. Espero que seja um caminho para apresentar, discutir e dar andamento a projetos importantes para a população", disse o governador do Paraná, Ratinho Jr. (PSD), também um apoiador de Bolsonaro.

Assessor especial da Secretaria de Relações Institucionais, o cientista político Vitor Marchetti afirmou que um exemplo de tema que pode ser discutido no conselho é a lei complementar dos combustíveis – que produziu impacto na arrecadação do ICMS nos Estados. "A ideia é resgatar o modelo no qual a União é protagonista na relação dos Estados com os municípios e dos Estados entre si", disse ele. ●

Movimento

● Alinhamento
Dos 16 senadores que se elegeram no ano passado com apoio do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), pelo menos sete deles se mostraram alinhados aos governadores eleitos ou reeleitos também na onda bolsonarista

● São Paulo
Para tentar debelar a resistência à agenda do Planalto no Senado, Lula busca diálogo com chefes de Executivos estaduais da oposição. Em agenda com Tarcísio, por exemplo, exaltou a parceria no socorro às vítimas das chuvas

GOVERNO SP – 24/1/2023

AGÊNCIA SENADO – 4/3/2020

● Goiás
Outro governador oposicionista que acenou ao governo petista foi Ronaldo Caiado, de Goiás. "O Estado não sobrevive sem que haja participação conjunta com o governo federal", afirmou ele depois de se reunir com ministro Alexandre Padilha

● Disputa no Senado
A reeleição de Rodrigo Pacheco no Senado significou uma vitória para o governo, que o apoiou, mas o placar da votação revelou que o Planalto terá uma base de sustentação apertada na Casa para aprovar reformas. Dos 81 senadores, 32 preferiram ir contra Pacheco e o PT

3 perguntas para...

ALEXANDRE PADILHA
Ministro da Secretaria de Relações Institucionais

Qual é a ambição com a recriação do Conselho da Federação? O governo pretende mediar conflitos entre os Estados?
O governo está fazendo uma reabilitação do ambiente de relações institucionais no País. O Conselho da Federação será a mesa plena de governo federal, estadual e municipal para um ambiente de diálogo. Acreditamos que, com essa mesa, é possível desenvolver o encontro de agendas que tenha como missão promover o desenvolvimento econômico, sustentável no País.

Os gestos de aproximação de Lula com governadores de oposição podem ajudar na relação com os senadores?
Deputados e senadores serão respeitados e teremos um diálogo específico com cada um deles. Não enxergamos senadores ou deputados como correias de transmissão de outros níveis de governo. Lógico que temos certeza de que a reabilitação de um ambiente institucional no País cria um ambiente positivo também na relação com o Congresso, um ambiente onde parlamentares, independentemente dos partidos nos quais estejam, serão respeitados para dialogar sobre projetos prioritários.

Quais são os projetos prioritários?
Acreditamos que esse diálogo com parlamentares que são filiados a partidos que se declaram de oposição (*se dará*) por meio dos projetos – como reforma tributária e novo marco fiscal – que ultrapassam a dicotomia governo e oposição. São temas de interesse do País. São objetivos a serem discutidos, inclusive, com parlamentares de oposição. ●

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA/ARQUIVO - 18/2/1910

Rui Barbosa durante campanha à Presidência de 1909/1910, que inaugurou modelo atual, com viagens, comícios e cobertura da imprensa

Legado de Rui Barbosa continua atual 100 anos após sua morte

Da defesa do STF como guardião da Constituição à campanha eleitoral, conceitos do jurista sobrevivem ao tempo

WILSON TOSTA
RAYANDERSON GUERRA
RIO

Um século após a morte de Rui Barbosa (1849-1923), completado na quarta, 1.º de março, as influências, ainda que difusas, do pensamento do jurista, jornalista e político continuam presentes no Brasil atual. A ideia do Supremo Tribunal Federal (STF) como guardião da Constituição, a disputa entre a Corte e os militares pelo papel de Poder Moderador, a campanha eleitoral como conhecemos hoje e até ações como a da Operação Lava Jato estariam nesse rol. Mesmo a cobertura da política pela imprensa mudou pós-Rui, sobretudo depois da campanha eleitoral de 1909/1910, chamada de Civilista e apoiada por intelectuais, entre eles, Julio Mesquita, fundador do **Estadão**.

"Metade do que está acontecendo é Rui Barbosa", diz o cientista político Christian Lynch, pesquisador da Fundação Casa de Rui Barbosa. "STF, Poder Moderador, essa brigalhada toda começa com Rui."

O político que teve cinco mandatos no Senado pela Bahia talvez não se surpreendesse se pudesse saber que um busto que o representa foi vandalizado pelos golpistas de 8 de janeiro de 2023 e virou uma espécie de símbolo da brutalidade na política que exalta o militarismo e o uso da força que o baiano, na retórica e na prática, combateu.

Rui defendeu democracia e direitos para todos, ainda que para um eleitorado que era uma fração muito pequena da população. A legislação excluía do voto mulheres e analfabetos – a maioria dos brasileiros. Mesmo assim, ele parece ter aberto caminhos que chegam ao Brasil de 2023. "A Campanha Civilista foi a primeira campanha eleitoral para valer, com apoio da opinião pública liberal, e a primeira razoavelmente competitiva", diz Lynch, para quem Rui queria dar um "choque elétrico" na opinião pública.

CAMPANHA INÉDITA. Até a campanha de 1909/1910, os presidentes eram candidatos únicos, escolhidos em um conchavo da oligarquia e consagrados com mais de 90% dos votos.

Foi assim até chegar a vez do marechal Hermes da Fonseca, que tinha o apoio da maioria das elites. Rui resolveu enfrentá-lo em uma campanha eleitoral "à americana". Foi às ruas falar com eleitores, fez duas longas viagens de trem, por São Paulo e Minas, e foi de navio à Bahia. Parava nas estações, onde discursava para os eleitores. Também novidade foi a cobertura da imprensa. Muitos jornais, inclusive o **Estadão**, apoiavam o candidato.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA/ARQUIVO

'Santinho' do político baiano usado durante a Campanha Civilista

> ***"Metade do que está acontecendo é Rui Barbosa. STF, Poder Moderador, essa brigalhada toda começa com Rui."***
> **Christian Lynch,** cientista político e pesquisador da Fundação Casa de Rui Barbosa

"A Campanha Civilista foi o início do fotojornalismo como narrativa no Brasil", afirma Soraia Farias Reolon, pesquisadora do Setor Ruiano da Fundação Casa de Rui Barbosa.

Em 3 de março de 1910, Hermes da Fonseca obteve 403.867 votos, ante 222.822 de Rui – aproximadamente 64% a 36%.

EXÉRCITO. Rui poderia até ter razões pessoais para sair candidato, mas viu em Hermes o espectro da volta do florianismo. Era uma corrente autoritária que espancava opositores e fuzilava quem se rebelasse. Nessa disposição para destruir os adversários, vistos como inimigos, também é possível identificar semelhanças com o Brasil atual.

O nome de Rui seria votado em outros pleitos, mas só em 1919 voltou a concorrer a sério. Com 116.414 (uns 30% da votação), perdeu para Epitácio Pessoa (286.373). Nessa disputa, o enfoque foi outro. Pregou a necessidade de leis sociais, com uma plataforma "à esquerda" para o País na época. "Foi a primeira vez que alguém do establishment falou da questão social no Brasil", destaca Lynch.

STF E JUDICIARISMO. Depois de aprovar o projeto de separação da Igreja do Estado, Rui foi eleito senador constituinte pela Bahia. Sua ação foi crítica na redação da primeira Constituição republicana, na qual optou pelo regime presidencialista e federalista. Também no texto fortaleceu o Poder Judiciário e o STF.

Esse fortalecimento do Supremo deu espaço, na visão de alguns pesquisadores, ao "judiciarismo" – outro nome para o "ativismo judicial". Seus objetivos seriam garantir a Constituição e o estado democrático de direito contra as oligarquias e o autoritarismo. Repercussões dessa concepção chegaram até a Operação Lava Jato tocada pela Procuradoria-Geral da República sob o comando de Rodrigo Janot, com a chancela do STF.

CONTRADIÇÕES. O mesmo Rui que criticaria a ação das elites foi o principal redator da Lei Saraiva, editada em 1881, que reformou o sistema eleitoral. Manteve a exigência de renda mínima para votar e eliminou o voto dos analfabetos. Admitiu, porém, que ex-escravizados libertos, estrangeiros naturalizados e não católicos votassem. Foi, disse ele, "o liberalismo possível".

Críticos de Rui apontam como nociva sua ação como ministro da Fazenda, quando estimulou emissões de moeda. O "Encilhamento" seguiu concepções que equivaleriam hoje ao desenvolvimentismo. Gerou uma crise econômica inflacionária. Outro motivo de críticas envolve sua ordem para destruir documentos relativos à escravidão. Defensores argumentam que o objetivo seria inviabilizar pedidos de indenização dos ex-senhores de escravos.

Os defensores preferem lembrar de outro Rui. Falam do polímata com vasta cultura. Referem-se ao chefe da delegação brasileira na Conferência de Haia, em 1907, na qual defendeu a igualdade jurídica das nações. Lembram ainda o Rui que apresentou habeas corpus em favor de presos sob o florianismo, com os riscos até físicos que isso implicava.

A pioneira campanha de 1910 ajudou a fixar essa imagem um tanto quixotesca do baiano. Foi assim que Carlos Drummond de Andrade o recordou no *Jornal do Brasil*, em 1.º de março de 1973, na crônica *Rui, naquele tempo*. "De 1910 a 1914, o Brasil teve dois presidentes. Um de fato e outro de consciência, entre seus livros e papéis da Rua São Clemente, e daí para a tribuna do Senado ou perante o Supremo Tribunal Federal, postulando, verberando, exigindo o cumprimento da lei, já menos como político do que como defensor dos direitos humanos."●

NA WEB
Veja galerias de fotos sobre a Campanha Civilista de Rui Barbosa
www.estadao.com.br/

Felipe Moura Brasil
E-mail: felipe.brasil@estadao.com

Contos antipopulistas

Cinderella (de 2015) é uma jovem órfã que se apaixona pelo príncipe Kit em encontro fortuito na floresta. Aladdin (de 2019) é um jovem órfão que se apaixona pela princesa Jasmine em encontro fortuito na rua.

Com ajuda de uma fada madrinha que a transforma em princesa a bordo de uma carruagem, Cinderella supera os obstáculos impostos por sua malvada madrasta, Lady Tremaine, contorna a barreira social e comparece ao baile onde o príncipe Kit também se mostra apaixonado por ela.

Com ajuda de um gênio da lâmpada que o tira de uma caverna e o transforma em príncipe, Aladdin supera os obstáculos impostos pelo perverso grão-vizir Jafar, contorna a barreira social e é recebido no castelo onde a princesa Jasmine também se mostra apaixonada por ele.

Quando Lady Tremaine descobre que Cinderella se disfarçou de princesa, ela tranca a enteada em um quarto escondido e busca um acordo para ganhar poder caso Kit escolha outra jovem como noiva.

Quando Jafar descobre que Aladdin se disfarçou de príncipe, ele rouba a lâmpada mágica e pede ao gênio para ganhar o poder de sultão do pai de Jasmine.

A busca de Kit por Cinderella faz com que ele ouça seu canto pela fresta da janela do quarto trancado e desmascare Lady Tremaine.

A reação de Jasmine e Aladdin contra Jafar faz com que o grão-vizir peça agora para ser mais poderoso que o gênio e acabe ele próprio sugado para dentro da lâmpada.

> ***A literatura tradicional ainda é a melhor vacina contra populismos de esquerda e direita***

As vitórias dos protagonistas sobre seus antagonistas não vêm sem orientações transformadoras. "Tenha coragem e seja gentil", ensinou a falecida mãe de Cinderella. "Quanto mais você ganha fingindo, menos você realmente terá", disse o gênio a Aladdin.

Uma vez confessados os disfarces, Kit aceita Cinderella como moça do campo, enquanto Jasmine aceita Aladdin como rapaz da rua, em finais felizes de fazer inveja a Romeu e Julieta.

Para entrar no universo das minhas sobrinhas durante viagem de carnaval em família, assisti às recentes versões cinematográficas de ambos os contos populares de séculos passados.

A literatura tradicional, bem ou mal adaptada ao cinema, ainda é a melhor vacina contra os populismos de esquerda e direita da contemporaneidade, porque ela ilustra como o amor, a gentileza, a sinceridade e a coragem podem suplantar a divisão da sociedade em castas, levando à realização pessoal e ao bem comum, enquanto os "Jafares" e "Tremaines" do nosso tempo tentam nos dividir à base de ódio, inveja, ganância e ressentimento.

Eduque as crianças da sua família também. ●

COLUNISTA DO 'ESTADÃO' E ANALISTA DE ASSUNTOS POLÍTICOS

SEG. Carlos Pereira e Felipe Moura Brasil (quinzenalmente) ● **TER.** Eliane Cantanhêde ● **QUA.** Vera Rosa e Marcelo Godoy (quinzenalmente) ● **QUI.** William Waack ● **SEX.** Eliane Cantanhêde ● **SÁB.** João Gabriel de Lima ● **DOM.** Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

Lava Jato do Rio

CNJ julga destino do juiz federal Marcelo Bretas

O destino do juiz federal Marcelo Bretas – que atuou na Lava Jato do Rio – poderá ser decidido amanhã pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O órgão vai julgar três reclamações disciplinares abertas para investigar denúncias que atribuem ao magistrado supostas negociação de penalidades com advogados e procuradores e atuação para "influenciar" o resultado da eleição para o governo do Rio em 2018.

Duas reclamações são de autoria da OAB e do prefeito do Rio, Eduardo Paes (PSD). A terceira foi aberta pelo próprio CNJ, a partir de relatório de correição feita na 7.ª Vara Federal Criminal do Rio, da qual o magistrado é titular. Bretas nega qualquer irregularidade.

O juiz colocou no banco dos réus e condenou a penas severas empresários, doleiros e políticos. ● ISABELLA ALONSO PANHO, ESPECIAL PARA O ESTADÃO, E FAUSTO MACEDO

A Guerra de Putin

Putin renova ameaça ao Ocidente e EUA temem que China arme russos

Líder russo sustenta em entrevista que objetivo de inimigos é desmantelar e controlar parte da Rússia; diretor da CIA acredita que Pequim considera a hipótese de enviar armamento para tropas de Moscou

MOSCOU

O presidente da Rússia, Vladimir Putin, acusou ontem o Ocidente de tentar "desmembrar" o país e transformar o vasto território em "mini-Estados" frágeis. Em entrevista ao canal de TV estatal *Rossiya*, Putin afirmou que os EUA e seus aliados da Otan querem "infligir uma derrota estratégica". Também em entrevista, o diretor da CIA se disse preocupado com o envio pela China de armas aos russos.

Ao ameaçar novamente colocar o arsenal nuclear russo em alerta, Putin disse: "Como podemos ignorar as capacidades nucleares da Otan nessas condições?". Putin afirmou que esse suposto complô estava em andamento desde o colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

"Eles tentaram remodelar o mundo em seus termos. Não tivemos escolha a não ser reagir", disse, acrescentando que o Ocidente foi cúmplice dos "crimes" da Ucrânia. "Se Washington conseguisse o que queria, a Rússia seria dividida em Moscou, os Urais e outras regiões díspares – e há prova escrita disso", disse ele, sem apresentar as evidências.

Os comentários ocorrem no primeiro aniversário da invasão total da Ucrânia pela Rússia, e fazem parte de uma aparente tentativa de aumentar o apoio popular à guerra. O Kremlin reformulou a invasão como uma luta necessária e defensiva para a "sobrevivência nacional da Rússia", reminiscente da batalha da União Soviética contra os nazistas.

EMILE DUCKE/NYT – 26/2/2023

Soldados ucranianos treinam com novo armamento perto de Kiev

ARMAS DA CHINA. Em meio ao discurso de Putin, os EUA alertaram que a China planeja enviar ao menos 100 drones e diversas armas para Moscou. "Acreditamos que a liderança chinesa está considerando o fornecimento de equipamento letal para a Rússia", disse em entrevista à rede de televisão americana CBS News, o diretor da CIA, William Burns.

A afirmação de que o presidente da China, Xi Jinping, considera tomar essa medida é uma mudança em relação às avaliações anteriores do governo Biden. No início deste mês, Burns disse a estudantes da Universidade de Georgetown que Xi estava "muito relutante em fornecer o tipo de arma letal que a Rússia está interessada em usar na Ucrânia".

Burns enfatizou que a China ainda não tomou a decisão de transferir ajuda letal para a Rússia e esclareceu que a lógica por trás da decisão do governo Biden de tornar pública essa informação obtida pelos serviços de inteligência americanos é demover os chineses da ideia.

Se a China enviar armas à Rússia, isso poderia pender a balança do conflito para o lado de Moscou, com ganhos territoriais e militares – uma realidade que os EUA e seus aliados europeus têm trabalhado para evitar com bilhões de dólares em remessas de armas.

ALERTA. Em uma reunião com o principal diplomata da China, Wang Yi, na Conferência de Segurança de Munique, o secretário de Estado americano, Antony Blinken, disse que tal medida "prejudicaria gravemente as relações diplomáticas entre Washington e Pequim".

As autoridades dos EUA rastrearam por meses o envio da China para a Rússia de itens não letais e de uso duplo, que podem variar de laptops e equipamentos de telecomunicações a peças de aeronaves normalmente usadas para fins civis mas que podem ser adaptadas para uso militar. "Houve alguma ajuda desse tipo, de uso duplo, vindo de empresas chinesas, que certamente foi aprovado pelo Estado", disse Blinken. ● W. POST, NYT e AP

Ofensiva russa castiga sul e leste da Ucrânia

KIEV

A Rússia golpeou a linha de frente no leste e no sul da Ucrânia com ataques de artilharia, disseram ontem autoridades militares ucranianas, com Moscou pressionando para romper as últimas defesas de Kiev em torno da cidade de Bakhmut e bombardeando a região de Kherson.

Faz meses que Bakhmut é foco de uma lenta campanha russa ao longo do front oriental, de aproximadamente 225 quilômetros. A captura de Bakhmut representaria a maior vitória russa no campo de batalha em meses, e a cidade é vista como chave para o controle de toda a região do Donbas, no leste da Ucrânia, como ordenou Putin. Forças russas, incluindo novos recrutas mobilizados e mercenários do grupo Wagner, tomaram uma série de cidades e vilarejos em torno de Bakhmut, na tentativa de cercar os combatentes da Ucrânia ali presentes.

Crítica republicana

Deputados republicanos criticaram ontem o governo Biden por não mandar caças à Ucrânia

A Rússia intensificou os ataques no leste da Ucrânia nas semanas mais recentes, como parte de uma nova tentativa de tomar o Donbas, formado por Donetsk e a vizinha Luhansk. Apesar de inundar a área com milhares de novos soldados, os esforços da Rússia têm falhado em produzir ganhos territoriais significativos. ● NYT

Pandemia

Departamento de Energia dos EUA liga origem da covid-19 a laboratório chinês

WASHINGTON

O Departamento de Energia dos EUA mudou seu posicionamento sobre a origem da pandemia de covid-19, ao afirmar que o coronavírus se espalhou provavelmente a partir de um vazamento acidental do laboratório de Wuhan, na China.

A informação está em um relatório confidencial de inteligência recentemente fornecido à Casa Branca e aos principais membros do Congresso, a que o *Wall Street Journal* teve acesso.

O Departamento de Energia agora se junta ao FBI ao dizer que o vírus provavelmente se espalhou por um acidente em um laboratório chinês. Quatro outras agências, juntamente com um painel nacional de inteligência, ainda julgam que foi provavelmente o resultado de uma transmissão natural, e duas estão indecisas.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) começou uma investigação em 2021 sobre as origens do novo coronavírus, sem conclusões. A conclusão do Departamento de Energia é relevante porque a agência possui considerável conhecimento científico e supervisiona uma rede de laboratórios nacionais dos EUA. A comunidade de inteligência dos EUA é composta por 18 agências, incluindo escritórios nos departamentos de Energia, Estado e Tesouro.

PREOCUPAÇÃO. Telegramas do Departamento de Estado dos EUA escritos em 2018 e documentos internos chineses mostram que havia preocupações persistentes sobre os procedimentos de biossegurança da China, citados pelos proponentes da hipótese de vazamento de laboratório. O vírus da covid-19 circulou pela primeira vez em Wuhan, na China, até novembro de 2019, de acordo com o relatório de inteligência dos EUA de 2021.

Autoridades dos EUA se recusaram a dar detalhes sobre as novas informações que levaram o Departamento de Energia a mudar de posição. Embora o Departamento de Energia e o FBI digam que um vazamento não intencional do laboratório é mais provável, eles chegaram a essas conclusões por diferentes razões.

Apesar das análises divergentes, a atualização reafirma um consenso de que a pandemia não foi resultado de um programa chinês de armas biológicas. Um alto funcionário da inteligência dos EUA confirmou que a comunidade de inteligência conduziu a atualização à luz de novas informações, estudos mais aprofundados da literatura acadêmica e consultas a especialistas.

PARLAMENTO. A atualização, que tem menos de cinco páginas, não foi solicitada pelo Congresso. Parlamentares, principalmente os republicanos da Câmara e do Senado, vêm realizando suas próprias investigações e pressionando o governo Biden e a comunidade de inteligência para obter mais informações.

A China contesta que o vírus possa ter vazado de um de seus laboratórios e sugere que ele surgiu fora do país. ● COM AP e AFP

México

Milhares protestam contra reforma eleitoral

Milhares de pessoas protestaram no México ontem contra a reforma que reduz o orçamento e a estrutura do Instituto Nacional Eleitoral (INE), órgão que organiza e fiscaliza as eleições no país. Manifestantes afirmam que o projeto, proposto pelo presidente esquerdista Andrés Manuel López Obrador, e aprovado pelo Congresso, enfraquece a democracia do país. ●

MIGUEL SIERRA/EFE

Mediterrâneo

Naufrágio mata mais de 50 migrantes na Itália

O naufrágio de uma embarcação com até 250 imigrantes do Afeganistão, Irã, Paquistão e Síria deixou 59 mortos, entre eles um bebê e 11 crianças, ontem, perto de Crotone, na Itália. A tragédia ocorre dias após a aprovação de leis que limitam resgates feitos por organizações humanitárias nos mares italianos. Pelo menos 80 pessoas foram resgatadas. ●

Oliver Stuenkel
oliver.stuenkel@fgv.br

O impacto global da eleição nigeriana

Quem acompanha o cenário político da Nigéria, que foi às urnas no fim de semana para eleger seu próximo presidente, depara com uma lista surpreendentemente longa de semelhanças entre aquele país e o Brasil. A Nigéria tem 213 milhões de habitantes – um pouco mais que os 208 milhões do Brasil –, enfrenta uma desigualdade profunda entre a região sul mais rica e a norte mais pobre, e vem a ser a maior democracia de sua região há algumas décadas após um longo histórico de intervenções militares na política.

É um país que sofre com frequentes casos de corrupção de seus políticos, maioria de homens com mais de 60 anos, além de estar profundamente polarizado. Ademais, enfrenta graves problemas com o crime organizado, é uma das nações mais afetadas por delitos cibernéticos, tem debatido recentemente a independência do Banco Central e padece com um crescimento econômico medíocre há anos, o que levou muitos jovens a migrar em busca de oportunidades em outros lugares.

Diferentemente das recentes eleições no Brasil, porém, o pleito no país mais populoso do continente africano tem recebido pouca atenção internacional, reflexo da falta de apreciação externa sobre a relevância do fato. Porém, muito mais depende do próximo mandatário nigeriano (um possível segundo turno está marcado para daqui a três semanas) do que pode parecer à primeira vista. Quatro questões de destacam.

DEMOGRAFIA. Em primeiro lugar, o novo governo da Nigéria, a tomar posse no fim de maio, terá que preparar sua economia e sociedade para uma verdadeira explosão demográfica: até 2050, a população deve dobrar para mais de 400 milhões, convertendo o país africano no terceiro mais populoso do mundo depois de Índia e China. Com uma taxa de fertilidade de mais de 5 filhos por mulher e uma idade média da população de apenas 18 anos, o fortalecimento da educação e a geração de emprego para jovens se tornam a tarefa mais urgente para garantir estabilidade política. A não ser que as condições melhorem, a já intensa fuga de cérebros alcançará dimensões ainda maiores. A taxa de desemprego na Nigéria está acima de 30%, e 73% das pessoas dizem que emigrariam se tivessem oportunidade. A taxa de inflação de mais de 20% agrava a sensação de que o país está à deriva.

INSEGURANÇA. Em segundo lugar, o sucessor do octogenário Muhammadu Buhari – cuja gestão foi tão caótica que sua mulher veio a público pedir perdão – terá de lidar com a pior crise de insegurança em uma das nações mais diversas da terra, onde vivem cerca de 370 grupos étnicos, são faladas mais de 520 línguas e há vários movimentos separatistas. No Sudeste, cresce o temor de um novo conflito de dissidência, o que traz lembranças da terrível guerra civil responsável pela morte de mais de um milhão de pessoas no fim da década de 1960. No Norte, uma insurgência extremista já deslocou mais de dois milhões e observa-se o crescimento da atuação da rede terrorista regional Boko Haram, com potencial de desestabilizar toda a África Ocidental e o Sahel. A desertificação da região, consequência das mudanças climáticas, intensifica os conflitos sobre pastos.

MICHELE SPATARI / AFP – 26/02/2023

Material eleitoral em Abuja; população do país deve dobrar até 2040

> *Votação no país mais populoso da África é uma encruzilhada para todo o continente*

CORRUPÇÃO. Em terceiro lugar, é comum ouvir a percepção entre cidadãos de que, na verdade, a elite política nigeriana está preocupada, acima de tudo, com seu próprio bem-estar, noção reforçada pelos frequentes casos de corrupção e abusos cometidos por militares e policiais. Bola Tinubu, candidato do partido governista APC e favorito, não tentou nem sequer disfarçar sua ambição a ponto de escolher "Agora chegou a minha vez" como slogan de campanha. Menos de 5% dos assentos do Parlamento nigeriano estão ocupados por mulheres, as mais afetadas pela insegurança. A não ser que o vencedor das eleições possa superar a desconexão entre os governantes e os governados, a democracia nigeriana se tornará cada vez mais suscetível a outsiders com propostas autoritárias. O colapso da ordem democrática no país seria um péssimo indicativo para a saúde da democracia em nível global.

DIPLOMACIA. Por fim, o próximo ocupante da Villa Aso, residência presidencial na capital Abuja, terá que encontrar tempo para preencher um preocupante vácuo de liderança diplomática continental. Com a África do Sul, único integrante africano do BRICS e do G-20, enfrentando problemas internos cada vez mais sérios, há uma preocupante ausência da África nos principais palcos internacionais, situação insustentável diante da grande importância do continente na hora de discutir os principais desafios globais, como mudanças climáticas, segurança alimentar, migração e refúgio. Uma estabilidade interna mínima permitiria ao próximo presidente nigeriano assumir um papel mais relevante nas conversações regional e global. ●

É ANALISTA POLÍTICO E PROFESSOR DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA FGV EM SÃO PAULO

RADAR GLOBAL

EUA

ARASH KHAMOOSHI/NYT – 28/1/2023

The New York Times

Após morte de jovem, iranianas desafiam veto à exibição do cabelo

A determinação para que mulheres cubram o cabelo com véu, adotada dois anos após a Revolução Islâmica de 1979, nunca foi tão desafiada no Irã. Desde a morte no ano passado da jovem Mahsa Amini, de 22 anos, detida por descumprir a ordem, mulheres têm feito o mesmo. Às vezes com discrição, outras vezes em afronta explícita ao regime. ●

ARGENTINA

MATIAS BAGLIETTO/REUTERS – 1/3/2022

El Clarín

Ato deve reunir em público Fernández e sua vice, Cristina, pela 1ª vez em 9 meses

O conflito entre o presidente argentino, Alberto Fernández, e sua vice, a ex-presidente Cristina Kirchner, terá novo capítulo na quarta-feira. Ambos devem aparecer juntos em público pela primeira vez em nove meses, na abertura do ano legislativo, com discurso dele. O peronismo enfrenta uma batalha para definir seu candidato na eleição deste ano. ●

Tragédia no feriado

Sirenes, treino e rota de fuga são opções de resposta a alerta de chuva

No Brasil e no exterior, estratégias não são solução definitiva, mas evitam desastres ainda maiores; temporal no litoral norte de SP deixou 65 mortos

ISSEI KATO/REUTERS – 10/3/2017

Em Tóquio, crianças fazem simulação de terremoto; saber como agir e para onde escapar é essencial

ROBERTA JANSEN
RIO

Tragédias como a de São Sebastião, litoral norte paulista, reforçam a importância dos sistemas de resposta a alertas de desastres naturais, como de chuva forte. Para especialistas ouvidos pelo **Estadão**, redes de alarmes são uma medida indicada para áreas com alto risco de deslizamentos. O modelo, dizem, não é solução definitiva, mas pode salvar vidas quando há um desastre como o do carnaval, com 65 mortos. Precisa vir acompanhado de outras estratégias, como definir rotas de fuga, treinar moradores, avisos em celulares, informes na mídia e ofertar abrigos para quem deixa a casa às pressas.

Sirenes instaladas em comunidades do Rio desde 2011 – quando temporal na Região Serrana fez mais de mil mortos – vêm salvando vidas, dizem especialistas. Apesar de eventuais reveses (como avisos cujo eventos climáticos não são tão fortes quanto o previsto), ele é o mais usado internacionalmente quando é preciso alertar o maior número possível de pessoas velozmente sobre ameaça iminente – natural ou não. São sirenes, por exemplo, que alertam os ucranianos para bombardeios russos e indicam a hora de buscar abrigo.

No Rio, sirenes nas comunidades em áreas de risco são acionadas pelo Centro de Operações Rio (COR) – órgão da prefeitura que monitora a cidade e integra ações para reduzir efeitos de chuvas fortes, desabamentos, enchentes e incêndios. No COR, é possível acompanhar o volume de chuva e o ponto em que encostas ficam instáveis. Mas apenas soar a campainha não resolve.

"Não adianta acionar a sirene se as pessoas não sabem o que fazer", diz Paulo Canedo, professor da Engenharia da Coppe, da Universidade Federal do Rio (UFRJ). "É preciso ter plano de contingência para evacuação que indique quem sai primeiro, para onde as pessoas vão, quem sobe para salvar idosos que não conseguem descer sozinhos, tudo isso."

LÁ FORA. Nos Estados Unidos e no Japão, os planos de contingência para tsunamis e furacões envolvem várias etapas de alerta – via mídia, mensagens de celular – até sirenes e veículos com mensagens de som. Há ainda treinamentos regulares, com rotas de fuga.

Para temporais fortes, a Agência Meteorológica Japonesa prevê cinco níveis de alerta para a população. No nível três, idosos e moradores com deficiência são orientados a sair da zona de perigo, justamente por demorarem mais para se deslocar. A evacuação de todos é recomendada a partir do nível quatro. Com alto risco de terremotos e ondas gigantes, no Japão treinar as respostas a desastres integra até currículos escolares. Um caso, conhecido como Milagre de Kamaishi, virou referência após alunos de uma escola na área costeira sobreviverem ao tsunami de 2011 justamente porque sabiam como agir.

Nos últimos anos, Alemanha e França também têm reformulado seu sistema de alerta, com sirenes e mensagens de celular. Na Cúpula do Clima 2022, no Egito, as Nações Unidas anunciaram o plano de reunir US$ 3,1 bilhões (R$ 16,1 bilhões) para que todo o planeta tenha cobertura de sistema de alerta até 2027. É caro, mas a Comissão Global de Adaptação estima que US$ 800 milhões (R$ 4,2 bilhões) para países em desenvolvimento evitam prejuízo de até US$ 16 bilhões (R$ 83,4 bilhões) ao ano.

HORA CERTA. Outros problemas recorrentes são tomar a decisão de acionar a sirene – e acreditar nela. "O prefeito, às vezes, pode ter dificuldade de acionar. Ocorre de ser acionada, todos saírem e no fim a chuva nem ser muito grande. Aí todo mundo xinga o prefeito", diz Canedo. "Outro problema é (*fazer*) a população acreditar na sirene e sair de casa."

Líderes comunitários também podem acionar sirenes localmente. Em alguns lugares, são usados pluviômetros caseiros, feitos de garrafa PET, marcador barato e eficiente para estimar o volume de água e os riscos imediatos. Algumas lideranças também usam apitos para alertar moradores e têm até grupos previamente treinados para resgatar quem tem dificuldades de locomoção.

"Um plano de contingência precisa ser construído na época certa, não com chuva caindo", diz Marcelo Seluchi, do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (Cemaden). "É preciso bom mapeamento das áreas de risco, definir rotas de fuga, saber onde estão os abrigos. É importante que a população saiba qual a rota de fuga mais próxima, para onde ir, fazer simulados, e saber quando abandonar a casa. Vai ter sirene, SMS, gente batendo na porta?"

O Cemaden monitora nacionalmente chuvas e riscos de deslizamento e alertas as Defesas Civis locais. Sobre São Sebastião, o órgão federal diz ter alertado a Defesa Civil paulista mais de 24 horas antes. Mas a precipitação foi subestimada: previstos 200 a 250 milímetros, e foram mais de 600 mm.

Esse é outro problema. Previsões do tempo e de desastres naturais se baseiam em monitoramento de dados, usando séries históricas. Com a aceleração da crise climática, olhar para o comportamento da natureza do passado tem ajudado menos a prever o futuro.

A Defesa Civil paulista diz ter feito alertas nas redes sociais, na mídia e por mensagens no celular. O total de aparelhos cadastrados no litoral norte, segundo o Estado, é de 34 mil. O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) admitiu que os alertas não foram efetivos e prometeu levar sirenes a pontos críticos.

O Rio também envia mensagens de celular a moradores de áreas de risco. E o COR faz alertas gerais, por meio da imprensa, sobre condições meteorológicas e eventuais riscos, além de mobilizar bombeiros.

Plano global
da ONU prevê US$ 3,1 bi para desenvolver redes de alerta para todo o planeta até 2027

Em Campos do Jordão (SP), equipes da Defesa Civil vão para as ruas preventivamente em caso de chuva forte. Caso constatem sinal de deslizamento iminente, a própria equipe bate de porta em porta, alertando moradores. É uma estratégia difícil, no entanto, de ser aplicada em cidades maiores ou em bairros de difícil acesso.

PALIATIVO. Especialistas concordam, porém, que tais medidas são emergenciais. Evitam tragédias ainda mais dramáticas, mas estão longe da solução ideal. "A sirene serve para o lugar indevidamente ocupado, onde a coisa saiu do controle", diz Canedo, da UFRJ. "Mas que tal não precisar ter sirene, tirar pessoas das áreas de risco? Ao menos não deixar novas comunidades lá?"

Encostas ficam ainda mais perigosas com o desmate e o lançamento de esgoto in natura no terreno. Reflorestamento e saneamento básico ajudam a reduzir riscos e erguer contenções. Recife, por exemplo, dá material de construção e apoio técnico para os próprios moradores fazerem reparos contra deslizamentos. ●

Saiba mais

● Sirenes
Podem ser acionadas pelas prefeituras, defesas civis ou até líderes comunitários. No Rio, sistema foi levado a comunidades de risco após a chuva na Região Serrana em 2011, que matou mais de mil.

● Fuga e abrigo
O plano deve listar a ordem de fuga (se há prioridade, por exemplo, para idosos e pessoas com deficiência) e quem vai ajudá-los. Também deve indicar para onde esses grupos serão levados.

● Treinamento
Preparar os moradores para a fuga é essencial: no Japão, esse treinamento faz parte até de currículos escolares.

● Soluções caseiras
Em áreas pobres, é possível até improvisar instrumentos caseiros, como pluviômetro de garrafa pet, para identificar uma chuva atípica.

PREVISÃO DO TEMPO

HOJE: MANHÃ 85% 21° · TARDE 55% 29° · NOITE 88% 21° · VOLUME DE CHUVA 30MM · UMIDADE RELATIVA 55%

TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
20°/ 28°	19°/ 29°	19°/ 30°	20°/ 31°

SOL
NASCENTE: 6H00
POENTE: 18H37

LUA: **CRESCENTE**

CRESCENTE	27/2	5H06
CHEIA	7/3	9H42
MINGUANTE	14/3	23H10
NOVA	21/3	14H23

Estado de SP

VOTUPORANGA 21°/33°
FRANCA 19°/31°
S. J. DO RIO PRETO 22°/32°
ARAÇATUBA 21°/32°
RIBEIRÃO PRETO 22°/33°
ARARAQUARA 22°/32°
ADAMANTINA 22°/31°
MARÍLIA 20°/29°
SÃO CARLOS 21°/31°
PRESIDENTE PRUDENTE 21°/30°
BAURU 21°/30°
C. DO JORDÃO 15°/26°
CAMPINAS 21°/31°
PIRACICABA 21°/32°
OURINHOS 19°/31°
S. J. DOS CAMPOS 20°/29°
ITAPETININGA 21°/29°
SOROCABA 21°/30°
SÃO PAULO 21°/29°
UBATUBA 22°/31°
GUARUJÁ 23°/29°
ITAPEVA 19°/28°
SANTOS 23°/29°
IGUAPE 20°/28°
CANANEIA 21°/28°

ACIMA DE 32° · 28° · 24° · 19° · ABAIXO DE 19°

● Dia abafado e de tempo instável , com previsão de temporais a partir da tarde.

Tábuas das marés: Porto de Santos

N · NE · L · SE · S · SO · O · NO — 25nós (SE)

0,5m

HOJE		
0h08	↑	0,8
3h52	↓	0,8
5h12	↑	0,8
10h09	↓	0,6

TERÇA, 28		
0h20	↑	1,0
5h39	↓	0,7
7h42	↑	0,7
10h14	↓	0,7

QUARTA, 01		
0h33	↑	1,1
5h59	↓	0,6
11h56	↑	0,9
18h07	↓	0,5

QUINTA, 02		
0h46	↑	1,3
6h22	↓	0,6
11h49	↑	1,1
18h33	↓	0,4

Capitais	MÍN./MÁX.		MÍN./MÁX.
ARACAJU	24°/31°	MACEIÓ	23°/30°
BELÉM	24°/31°	MANAUS	23°/31°
BELO HORIZONTE	20°/33°	NATAL	25°/31°
BOA VISTA	24°/35°	PALMAS	23°/32°
BRASÍLIA	19°/30°	PORTO ALEGRE	20°/31°
CAMPO GRANDE	22°/30°	PORTO VELHO	23°/29°
CUIABÁ	24°/35°	RECIFE	25°/30°
CURITIBA	18°/25°	RIO BRANCO	24°/29°
FLORIANÓPOLIS	21°/28°	RIO DE JANEIRO	24°/35°
FORTALEZA	24°/30°	SALVADOR	24°/31°
GOIÂNIA	21°/32°	SÃO LUÍS	23°/30°
JOÃO PESSOA	25°/31°	TERESINA	23°/31°
MACAPÁ	24°/32°	VITÓRIA	23°/34°

Confira a previsão para os próximos dias: **www.estadao.com.br/clima-e-tempo/sp-sao-paulo**

Mundo	FUSO	MÍN./MÁX.		FUSO	MÍN./MÁX.
ASSUNÇÃO	0	23°/32°	MÉXICO	-3	16°/26°
ATENAS	5	14°/16°	MIAMI	-2	19°/31°
BARCELONA	4	0°/5°	MONTEVIDÉU	0	15°/25°
BERLIM	4	-1°/4°	MOSCOU	5	-11°/-4°
BRUXELAS	4	-2°/6°	NOVA YORK	-2	-1°/6°
BUENOS AIRES	0	20°/28°	PARIS	4	-1°/7°
CARACAS	-1	17°/27°	ROMA	4	6°/12°
CHICAGO	-3	2°/8°	SANTIAGO	0	18°/32°
ESTOCOLMO	4	-1°/4°	SYDNEY	14	18°/26°
GENEBRA	4	-5°/0°	TEL-AVIV	5	12°/25°
JOHANNESBURGO	3	16°/28°	TÓQUIO	12	6°/12°
LIMA	-2	21°/23°	TORONTO	-2	-6°/-1°
LISBOA	3	7°/13°	WASHINGTON	-2	3°/10°
LONDRES	3	1°/8°			
LOS ANGELES	-5	8°/12°			
MADRID	4	-1°/5°			

CLIMATEMPO
A StormGeo Company

Saúde

Vacina bivalente da covid, contra variante Ômicron, será dada a partir de hoje

Novo imunizante será aplicado primeiro em idosos e outros grupos prioritários; essa cepa do vírus é considerada mais contagiosa

A capital paulista começa a aplicar a vacina Pfizer bivalente contra a covid-19 em idosos, acima de 70 anos, hoje. O imunizante protege também contra as subvariantes da cepa Ômicron do vírus. Também podem ser imunizados pessoas acima de 12 anos com imunossupressão, indígenas, residentes em Instituições de longa permanência e funcionários dessas instituições.

De acordo com a Prefeitura de São Paulo, serão vacinadas as pessoas dos grupos prioritários que completaram o esquema básico de vacinação ou que já receberam uma ou duas doses de reforço. O intervalo de quatro meses da dose mais recente deve ser respeitado para receber a dose bivalente.

O município recebeu, na quinta-feira, 23, um total 542.652 doses do imunizante para essa nova fase da campanha nacional de imunização. A vacinação contra a covid-19 ocorre nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e nas Assistências Médicas Ambulatoriais (AMAs)/UBSs Integradas, de segunda a sexta-feira, das 7h às 19h, e aos sábados, nas AMAs/UBSs integradas, também das 7h às 19h.

Caso existam doses remanescentes da vacina bivalente perto do horário final das atividades diárias nas unidades de saúde, idosos acima de 60 anos poderão tomar o imunizante, desde que sejam moradores da região da UBS. Para fazer a inscrição prévia, é necessário apresentar comprovante de endereço.

Após a concluir a imunização do primeiro grupo prioritário, devem ser vacinados os idosos de 60 a 69 anos. O terceiro grupo serão gestantes e puérperas (aquelas que acabaram de ter filho) e, em seguida, os profissionais da saúde. A Ômicron é considerada uma versão mais transmissível do coronavírus.

COBERTURA. Entre adultos, a cobertura vacinal está em 110,9% para a primeira dose, 107,9% para a segunda (a taxa pode ficar acima de 100% com a aplicação em pessoas que não moram na cidade), 86,5% para primeira dose de reforço e 50,8% para o segundo reforço.

Entre adultos, a cobertura vacinal está em 110,9% para a primeira dose, 107,9% para a segunda (a taxa pode ficar acima deOS 100% com a aplicação de vacina em pessoas que não moram na cidade), 86,5% para primeira dose de reforço e 50,8% para segunda injeção de reforço. ●

Saiba mais

● **Primeiro grupo**
Idosos com mais de 70 anos, pessoas acima de 12 anos com imunossupressão, indígenas, residentes em instituições de longa permanência e funcionários desses locais.

● **Segunda prioridade**
Idosos de 60 a 69 anos.

● **Próximos grupos**
Grávidas, puérperas (**acabaram de ter filho**) **e, em seguida, profissionais da saúde.**

SÃO PAULO RECLAMA

Leitora critica demora para agendar cirurgia

Reclamação de Geraci Batista Maciel: "Tenho 79 anos e sou cliente da SulAmérica há 23. Desde a aquisição da SulAmérica pela Rede D'Or, fui descadastrada de vários laboratórios de hospitais. Aguardo autorização de dois parafusos para a realização urgente de cirurgia no pé. Postergam a autorização para cirurgia agendada desde 2022."

Resposta da SulAmérica: "A companhia disse que realizou o contato com a prestadora, em que a mesma esclarece que as autorizações estão aprovadas e sem pendências. A cirurgia está em análise médica, mas com data prevista para 28 de fevereiro de 2023."

Como fazer uma queixa: Por meio de canais de atendimento da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), o usuário de planos de saúde ou administradora de benefícios pode registrar reclamação. Para mais informações, ligue para o Disque ANS 0800 701 9656, de 2ª a 6ª feira, das 8h às 20h, exceto feriados nacionais. O canal de atendimento a pessoas com deficiência auditiva: 0800 021 2105. ●

Teve algum direito como cidadão ou consumidor desrespeitado? O blog Seus Direitos pode ajudar. Envie suas reclamações, com os devidos documentos, dados pessoais e contatos, além do nome dos envolvidos na questão, para o **spreclama@estadao.com**

HÁ UM SÉCULO

Ligação aérea Rio-SP

Rio – O sr. Sampaio Corrêa, presidente do Aereo Club Brasileiro, confirmando as declarações que fez no discurso de saudação aos aviadores Hinton e Martins, informou, ao ser interpellado sobre o assumpto, que o estabelecimento de uma linha aerea commercial, ligando o Rio de Janeiro a São Paulo, constitui uma das aspirações do Aero Club e será o inicio de uma obra maior e mais vultuosa. Accrescentou que já foi approvado pelo Congresso e sanccionado pelo presidente da Republica o projecto (...)

CORREÇÕES

Este espaço se destina à correção de erros publicados na edição impressa do **ESTADÃO**. Você pode colaborar enviando e-mail para **correcoes@estadao.com**. As correções abrangem erros como: de informação, nome, cargo, dados numéricos, entre outros.

LOTERIA

Para ver os resultados, aponte a câmara do seu celular para o QR Code ou acesse: **https://loterias. estadao.com.br/mega-sena.**

FALECIMENTOS

Para publicar anúncio fúnebre: Balcão Limão ● (11) 3856-2139 / (11) 3815-3523 / WHATSAPP (11)99123-8351. ● Atendimento de 2ª a 6ª das 8h30 às 21h horas, Sábado das 10h às 20h, Domingo das 14h às 20h ● Só serão publicadas notícias de falecimento/missa encaminhadas pelo e-mail **falecimentos@estadao.com**, com nome do remetente, endereço, rg e telefone.

Irene Helena Koller Perricone – Aos 90 anos. Filha de Vitorio Koller e Guilhermina Koller. Era viúva. Deixa a filha Sheila, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério da Paz.

Maria de Lourdes Gomides Costa – Aos 89 anos. Era viúva de Jurandir Rodrigues Costa. Deixa os filhos Sidnei, Silva, Silvanei, Sinval, Sueli, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Emilia Ferreira Teixeira – Aos 83 anos. Era viúva. Deixa filhos, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Antonia da Glória Ferreira – Aos 77 anos. Era solteira. Deixa parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério Municipal de Bebedouro.

Sandra Maria Malzone Penteado – Aos 76 anos. Filha de Domingos Jose Malzone e Claudy Melchioretto Malzone. Era viúva. Deixa a filha Claudy, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério da Paz.

Marly Ferreira de Faria – Aos 72 anos. Filha de Eduardo dos Santos Sá e Juliana dos Santos Sá. Era casada com Rui Ferreira de Faria. Deixa os filhos Fernando, Renato (falecido), parente e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério da Paz.

Sonia Maria Avelar de Oliveira – Aos 69 anos. Era viúva de Albino Vaz de Oliveira. Deixa filhos, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Arnaldo Penteado Moraes – Aos 93 anos. Era casado. Deixa os filhos Eduardo, Alfredo, Marcos, Luciano, Liliana, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério São Paulo.

Hotêncio Lopes dos Santos – Aos 84 anos. Era casado. Deixa filhos, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério da Paz.

Juraci Oliveira Santos – Aos 63 anos. Era casado com Rosaria Aparecida Oliveira Santos. Deixa os filhos Fernando, Tatiana, Alecsandro, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Valdir Bibiano Silva – Aos 56 anos. Deixa os filhos Lídia, Paulo, Silas, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério da Lapa.

IN MEMORIAM

Zizinho Papa (José Papa Jr.) – Amanhã, às 11 horas, na Paróquia São José, na R. Dinamarca, 32, Jardim Europa.

Carnaval em SP

Daniela Mercury exalta Gal e Rita Lee em bloco

ÍTALO LO RE

"Enquanto me deixarem cantar, eu vou". Foi nesse clima que a cantora baiana Daniela Mercury iniciou ontem à tarde o desfile de trio elétrico que desceu a Rua da Consolação, na região central de São Paulo. Durante a festa, ela celebrou seus 40 anos de carnaval, homenageou as colegas Gal Costa, que morreu no ano passado, e Rita Lee, que está hospitalizada, brincou com os foliões (na rua e nas janelas dos prédios do entorno) e até com os funcionários que trabalhavam na obra do metrô.

Sob sol forte (após vários blocos terem saído debaixo de chuva este ano), a musa do fim do carnaval, que terminou ontem em São Paulo, mandou um abraço para a roqueira Rita Lee, de 75 anos, que foi internada em um hospital de São Paulo no dia 24. "Que ela continue a produzir sua arte. Ela é essencial para nós todos", disse.

Também houve homenagens à cantora Gal Costa, que morreu em novembro do ano passado. Quando o trio chegava na altura do Cemitério da Consolação, Daniela interpretou a música *Festa de Interior*, com gritos de "Viva Gal" entre os versos.

Ao público, a cantora disse que o cortejo deste ano marca 40 anos de carreira em cima de trios elétricos. "Subi no trio pela primeira vez em 1983", disse ela, exaltando o papel dos blocos Ilê Ayê e Oludum na arte brasileira, além de saudar o Nordeste a democracia. "São Paulo está parecendo Salvador, coisa linda", elogiou.

ANDRÉ RIBEIRO/FUTURA PRESS

Na Rua da Consolação, artista celebrou seus 40 anos de trio elétrico

O carnaval de rua de São Paulo, com cerca de 500 blocos, encerrou ontem sua programação. Foi a primeira vez que os desfiles foram realizados na época carnavalesca desde 2020, quando a pandemia da covid-19 começou no Brasil.

Em momento inusitado, a artista também interagiu com trabalhadores que estavam na Rua da Consolação. Após ver operários trabalhando em estação da Linha Laranja do Metrô, prevista para ser concluída em 2025, acenou com bom humor. "Para a galera que está trabalhando ali, vamos dar um 'oi'. Oi, turma!", gritou. O desfile se estendeu até depois das 20 horas – a dispersão dos foliões era prevista para 19h. ●

Polícia prende suspeito de roubar carro de Péricles

O carro de luxo do cantor Péricles, avaliado em R$ 300 mil, foi vendido por apenas R$ 12 mil após ser roubado, segundo a Polícia Civil de São Paulo. Um suspeito de participar do assalto foi preso na semana passada, em Santo André, no Grande ABC – mesma região onde ocorreu o crime.

O cantor foi roubado na noite do dia 16, quando saía de uma casa com mulher e filha. Ele teve o veículo, uma Land Rover Discovery, levado pelos criminosos. O carro foi encontrado no dia seguinte em um desmanche na zona leste da capital, mas não havia ninguém no local.

O procurado, de acordo com a polícia, continuava circulando pelo Grande ABC no Fiat Uno utilizado durante o roubo ao cantor. A hipótese é de que duas pessoas estiveram envolvidas na ação.

Agentes da 3.ª Delegacia Divecar (Investigações sobre Desmanches Delituosos) do Deic, da Polícia Civil, buscam o outro suspeito, que teria ameaçado o artista durante o assalto.

Conforme a polícia, o suspeito detido admitiu participação no roubo. Não foi especificado se o desmanche para onde o automóvel foi vendido é o mesmo onde o veículo foi encontrado depois. ● I.L.R.

Coronel Alvaro Camilo

Subprefeito da Sé defende remover tenda de sem-teto

Justiça barrou retirada de barracas durante o dia; para ele, lixo é o maior problema do centro

ENTREVISTA

Foi vereador, deputado estadual, comandante e secretário executivo da PM. Na subprefeitura da Sé, chefia área de 430 mil moradores

ITALO LO RE

Menos de um mês após assumir, o novo subprefeito da Sé, coronel Alvaro Camilo, diz que vai intensificar ações de zeladoria e quer manter o plano de desmontar barracas usadas pela população de rua durante o dia – medida que recebeu críticas e foi barrada por liminar. A Justiça cobrou dados e plano de acolhimento dos sem-teto.

"A gestão já vinha fazendo isso. O que nos comprometemos a fazer é aumentar essas ações em locais onde está ficando muita coisa", disse, em entrevista ao **Estadão**. A remoção, afirmou, visa a diminuir a "desordem" no centro e tornar mais efetivas ações de segurança. A dispersão da Cracolândia no último ano, para ele, facilitou internar os usuários, mas resultou em outros problemas – como sensação maior de insegurança e espalhamento da sujeira em alguns pontos. "O lixo é o grande problema da região central", disse Camilo, que foi secretário executivo da Polícia Militar até o fim de 2022. Leia os principais trechos:

A Justiça barrou a remoção das barracas de sem-teto na rua. O que vai fazer?

Houve interpretação equivocada. Há três grupos com tratamentos diferentes: 1º) pessoa em situação de rua, que merece acolhimento – a Prefeitura tem mais de 10 programas, como a Vila Reencontro –; 2º) a Cracolândia, com pessoas que precisam de auxílio, prioritariamente de saúde – há o programa Redenção, Siat (*acolhida terapêutica*), proteção continuada –; e 3º) o infrator, caso de polícia. Sobre barraca: o pessoal da Cracolândia monta tendas que até abandonam. Onde há mais barraca? Na situação de rua. De forma equivocada, associaram ações que falei que poderiam ser feitas contra dependentes da Cracolândia (*ele já defendeu munição química, como gás lacrimogêneo, na área de uso de droga, mas diz que essa é prerrogativa da polícia, não da Prefeitura*) com a população de rua. Como subprefeitura, entro apoiando principalmente a limpeza: 22 toneladas de lixo são retiradas por dia na Cracolândia. No centro, de 600 a 650 toneladas. (*Dos sem-teto*), na realidade, não retiramos a barraca. Falamos para tirar para limpar, até para deixar mais sadio. Ali tem doença, tudo. Que desmonte e não monte durante o dia. Foi permitido (*manter a tenda*) na pandemia; antes não podia. A ideia é retomar (*o veto*), pois as barracas causam um ambiente de degradação.

Mas melhorar a limpeza passa necessariamente por remover as barracas?

Sim. Quando desmonta, fica tudo visível. A assistente social vai um dia antes, fala com eles: 'vai ter zeladoria amanhã. Não querem acolhimento? Tem essas opções'. Alguns vão. No dia seguinte, na limpeza. Pedimos para desmontar a barraca, a maioria desmonta. Saem do local e ficam não muito longe. Ali, fica o lixo. Tira, lava, para deixar o ambiente sadio, e (*os sem-teto*) voltam. Cria sentimento diferente, aumenta de novo a autoestima. Fazemos em toda a cidade normalmente, mas onde tem barraca estamos impedidos pela decisão judicial. Há 20 mil vagas (*de acolhimento da população vulnerável*) para serem usadas.

WERTHER SANTANA/ESTADÃO

Crime no centro cairá, diz Camilo

E haverá 32 mil vagas de acolhimento (*tamanho da população de rua estimada na cidade*)? Até quando?

O prefeito (*Ricardo Nunes*) trabalha para que, ainda na gestão dele, isso aconteça. A cidade aumenta a cada dia. Não justifica a pessoa ficar (*na barraca de dia*), com todo o acolhimento que a cidade oferece. É mais digno ir para o acolhimento do que a rua. Não está em vulnerabilidade e tem dignidade.

E o lixo aumentou?

Com a diluição de pessoas em situação de rua, aumentou a distribuição de comida, e até pela pandemia, não era em lugar digno. Agora (*o atendimento organizado*) volta, dentro do Bom Prato. Mas, na época, se dava marmita e comia na rua. Infelizmente, num comportamento de descartar em qualquer lugar. Tem lugar que limpamos três, cinco vezes, principalmente na Cracolândia. Como eles não têm noção de viver em comunidade, é aquele jeito. Estamos fazendo um trabalho também de mudar horário, conversar com comerciantes para não por lixo na rua, ser entregue no caminhão, ir para cooperativa. O lixo é o grande problema da região central.

Em 2022, roubos e furtos cresciam mais na área central do que nos subúrbios. Pelos dados recentes, isso se mantém. O que fazer?

Prevenção primária. Num local iluminado, sem pichação, sem desordem urbana, o infrator fica com receio, pois está visível e pode ser pego. O contrário também é verdadeiro: um ambiente degradado, pichado, com camelôs irregulares, lixo, fica mais fácil para praticar crime e se esconder.

Há arrastões em Santa Cecília, gangues de bicicleta na República...

A ideia é ter mais PMs trabalhando para Prefeitura (*Operação Delegada*) em regiões de aglomeração. Largo de Santa Cecília, 25 de Março, Rua José Paulino. Aumentar o número de policiais na fiscalização do comércio irregular. Inibe gangues, não só a pé, mas de bicicleta. Eram 1,2 mil vagas (*para PMs*). O prefeito, há 10 dias, aumentou para 2,4 mil. As primeiras 1,2 mil são usadas por 19 subprefeituras e a ideia é que as outras 1,2 mil sejam para a região central, não só na sub da Sé, mas Mooca, Vila Mariana.●

ICQC 2022-24

FREITAS LEILOEIRO OFICIAL

CONSULTE NOSSA AGENDA DE LEILÕES:

www.FREITASLEILOEIRO.com.br

CENTRAL DE INFORMAÇÕES: (11) 3117.1000

VEÍCULOS · IMÓVEIS · MATERIAIS

YOUTUBE.COM/FREITASLEILOEIRO · INSTAGRAM.COM/FREITASLEILOEIRO · FACEBOOK.COM/FREITASLEILOEIRO

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÃO O ARREMATANTE PRECISA ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL

LEILÕES DE VEÍCULOS

170 VEÍCULOS — PRESENCIAL ON-LINE

DIA: 28.02.2023 - 3ª FEIRA - 10h00

AV. DOS ESTADOS, 584 - PORTÃO 2 - UTINGA - SANTO ANDRÉ/SP

VISITAÇÃO: 28.02.2023, a partir das 08h00 verificar informações no site

• DIVERSOS MODELOS • CAMINHÕES • MOTOS • SEMI-NOVOS • SINISTRADOS • SUCATAS

200 VEÍCULOS — PRESENCIAL ON-LINE

DIA: 01.03.2023 - 4ª FEIRA - 10h00

AV. JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, 1360 SANTA BÁRBARA D'OESTE/SP

VISITAÇÃO: 01.03.2023, a partir das 08h00 verificar informações no site

• DIVERSOS MODELOS • CAMINHÕES • MOTOS • SEMI-NOVOS • SINISTRADOS • SUCATAS

300 VEÍCULOS — PRESENCIAL ON-LINE

DIA: 03.03.2023 - 6ª FEIRA - 10h00

AV. DOS ESTADOS, 584 - PORTÃO 2 - UTINGA - SANTO ANDRÉ/SP

VISITAÇÃO: 03.03.2023, a partir das 08h00 verificar informações no site

• DIVERSOS MODELOS • CAMINHÕES • MOTOS • SEMI-NOVOS • SINISTRADOS • SUCATAS

R.ROVER SPORT 5.0

TRIUMPH TIGER EXPL XCX

Condições de venda e pagamento: Cheque no valor total da arrematação, que deverá ser trocado por TED à favor do Leiloeiro, em até 24 horas após o leilão + Cheque de 5% de comissão do Leiloeiro, acrescido das despesas administrativas constantes no catálogo do leilão. Os veículos serão vendidos no estado, sem garantias. Multas, inclusive de averbação; débitos; IPVA's, pré-existentes ou decorrentes da regularização, por conta do arrematante. A procedência e evicção de direitos dos veículos deste leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos Comitentes Vendedores. Demais condições constam no catálogo distribuído no leilão.

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 316 · CENTRAL DE INFORMAÇÕES: 11 3117.1000 · www.FREITASLEILOEIRO.com.br

Santander · omni · BancoDaycoval · ALFA · Porto · bradesco · Itaú seguro auto residência · BV · creditas · BANCO PAN · azul seguros · Votorantim · MSIG Mitsui Sumitomo Seguros A Member of MS&AD INSURANCE GROUP · ITAPEVA · Allianz · TOKIO MARINE SEGURADORA

LEILÕES DE BENS DIVERSOS

Dia 02.03.2023 - 5ª feira 13h00 - SOMENTE "ON-LINE"
VISITAÇÃO: VERIFICAR INFORMAÇÕES NO SITE
ESQUADRIAS DE ALUM. - CABOS FLEX. - JG MESA CADEIRA - LUMIN. - CATRACA ELETR.

Dia 03.03.2023 - 6ª feira 16h00 - SOMENTE "ON-LINE"
VISITAÇÃO: VERIFICAR INFORMAÇÕES NO SITE
BARRAS ROSQ. - PARAFUSOS - PORCAS - RÁDIOS MOTOROLA - PRODUTOS DIVERSOS

Dia 06.03.2023 - 2ª feira 17h00 - SOMENTE "ON-LINE"
VISITAÇÃO: VERIFICAR INFORMAÇÕES NO SITE
CADEIRA GAMER XTREME - CADEIRA EXECUTIVA

Dia 09.03.2023 - 5ª feira 09h00 - SOMENTE "ON-LINE"
VISITAÇÃO: VERIFICAR INFORMAÇÕES NO SITE
APARELHOS PLAYER AUTOMOTIVO RETRÁTIL

Dia 13.03.2023 - 2ª feira 17h00 - SOMENTE "ON-LINE"
VISITAÇÃO: VERIFICAR INFORMAÇÕES NO SITE
ROLOS DE CABO FLEXÍVEL DEKO

LANCES, CONDIÇÕES DE VENDA E PAGAMENTO, FOTOS E OUTRAS INFORMAÇÕES, CONSULTE NOSSO SITE: www.FREITASLEILOEIRO.com.br

LEILÕES DE IMÓVEIS

bradesco — LEILÃO SOMENTE "ON-LINE" — 41 IMÓVEIS

FECHAMENTO: 27/02/2023, a partir das 10h00

LOCALIDADES: BA CE GO MA MG MS MT PE PR RJ RS SP

APARTAMENTOS • CASAS • GALPÃO
IMÓVEIS COMERCIAIS
IMÓVEL RURAL • TERRENOS

AMPLAS FACILIDADES DE PAGAMENTO:
- À vista com 10% de desconto
- Parcelamento em 12x sem juros/correção
- Parcelamento 24, 36 ou 48 vezes com juros/correção

O edital deste leilão encontra-se registrado no 8° Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de São Paulo, sob nº 1.553.208 e no 1° Oficial de Registro de Títulos e Documentos de Osasco, sob nº 227.912.

Lances "on-line", edital completo, condições de venda e pagamento, fotos, consulte:
www.freitasleiloeiro.com.br

Mais informações consulte: https://VITRINEBRADESCO.com.br/ · (11) 3117.1001 · imoveis@freitasleiloeiro.com.br

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 316

ALFA — LEILÃO DE IMÓVEL — SOMENTE "ON-LINE"

FECHAMENTO: 27/02/2023, a partir das 15h00

APARTAMENTO C/ VAGA DE GARAGEM
VOLTA REDONDA/RJ
ÁREA CONSTRUÍDA: 171,00m²

Apartamento residencial situado na Avenida Oscar de Almeida Gama, nº 247, Unidade 304 - bairro Aterrado Condomínio Edifício Samambaia.

IMÓVEL DESOCUPADO

Lances "on-line", edital completo, condições de venda e pagamento, fotos, consulte:
www.freitasleiloeiro.com.br

imoveis@freitasleiloeiro.com.br · (11) 3117.1001

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 316

bradesco — LEILÃO EXTRAJUDICIAL — 20 IMÓVEIS

1° LEILÃO - 06/03/2023, a partir das 10h00
2° LEILÃO - 09/03/2023, a partir das 10h00

LOCALIDADES: BA CE GO MG MS SC SP

APARTAMENTOS • CASAS
IMÓVEIS COMERCIAIS
GALPÃO • TERRENOS

ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
SOMENTE "ON-LINE"

Lances "on-line", edital completo, condições de venda e pagamento, fotos, consulte:
www.freitasleiloeiro.com.br

Mais informações consulte: https://VITRINEBRADESCO.com.br/ · (11) 3117.1001 · imoveis@freitasleiloeiro.com.br

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 316

bradesco — LEILÃO EXTRAJUDICIAL — IMÓVEIS

1° LEILÃO - 23/03/2023, a partir das 10h00
2° LEILÃO - 27/03/2023, a partir das 10h00

DIVERSAS LOCALIDADES

EM LOTEAMENTO

ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
SOMENTE "ON-LINE"

Lances "on-line", edital completo, condições de venda e pagamento, fotos, consulte:
www.freitasleiloeiro.com.br

Mais informações consulte: https://VITRINEBRADESCO.com.br/ · (11) 3117.1001 · imoveis@freitasleiloeiro.com.br

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 316

Futebol

Fifa coroa o melhor jogador do mundo

Karim Benzema, Kylian Mbappé e Lionel Messi são os três finalistas do The Best; campeão mundial, craque argentino é favorito a levar a premiação de hoje, em Paris

RICARDO MAGATTI

A Fifa revela hoje, em cerimônia em Paris, os vencedores do The Best. Benzema, Mbappé e Lionel Messi concorrem ao prêmio de melhor jogador do mundo. O Brasil tem apenas um representante em todas as categorias: Richarlison, que concorre ao Puskás.

Ao contrário da Bola de Ouro, da revista *France Football*, o The Best considera o desempenho do atleta durante a temporada europeia, neste caso, de 8 de agosto de 2021 a 18 de dezembro de 2022, data da final da Copa do Mundo do Catar. A cerimônia volta a acontecer presencialmente após dois anos o evento em razão das medidas sanitárias decorrentes da pandemia de covid.

Trata-se da sétima edição do prêmio organizado pela Fifa, que o criou após o fim da parceria com a *France Football*, esta que entrega anualmente a Bola de Ouro. Entre 2010 e 2015 as premiações da Fifa e da revista foram unificadas.

Técnicos e capitães de todas as 211 seleções filiadas à Fifa, além de jornalistas especializados de cada um desses países, votaram entre 12 de janeiro e 3 de fevereiro para escolher o melhor jogador do mundo.

O Brasil tem representante entre os finalistas apenas em uma categoria. Com seu voleio na vitória por 2 a 0 da seleção brasileira sobre a Sérvia na Copa do Mundo do Catar, Richarlison concorre ao Puskás, troféu dado ao gol mais bonito.

A inclusão da Copa do Mundo no período de análise da votação fez Lionel Messi despontar como o grande favorito a ganhar o prêmio. O astro argentino, em sua quinta participação em Copas, enfim levou a Argentina à glória no Catar e foi eleito o craque do Mundial. Saíram de seus pés na campanha do tri da Alviceleste sete gols e três assistências.

No PSG, Messi não foi brilhante, mas contribuiu com os títulos do Campeonato Francês 2021/22 e da Supercopa da França 2022. No período compreendido da premiação, o argentino marcou 45 gols, deu 34 assistências em 74 jogos e conquistou quatro títulos. Ele já faturou o prêmio seis vezes, em 2009, 2010, 2011, 2012, 2015 e 2019.

KAI PFAFFENBACH/REUTERS – 13/12/2022

Lionel Messi é o favorito para faturar a premiação pela 7.ª vez

ARTILHEIRO. Mbappé entrou na disputa pelos seus gols em profusão pelo Paris Saint-Germain, mas, sobretudo, como Messi, pelas exibições de brilho no Catar. Ainda que não tenha levado a taça, o francês foi eleito o segundo melhor jogador do Mundial, do qual terminou como artilheiro, com oito gols.

Do trio, é quem mais foi às redes. Entre 8 de agosto de 2021 e 18 de dezembro de 2022, o astro da França e do PSG marcou 77 gols em 84 jogos, além de ter dado 33 assistências. O atacante de 24 anos ganhou duas taças no período: o Campeonato Francês e a Liga das Nações. Cabe lembrar que não participou da Supercopa vencida pelo time de Paris pois estava suspenso.

REI DA CHAMPIONS. O trunfo de Benzema para levar o prêmio é o protagonismo na Liga dos Campeões. Foi graças a ele que o Real Madrid tornou-se campeão europeu pela 14.ª vez. O francês anotou impressionantes 15 gols em 14 partidas da campanha vitoriosa.

Seus feitos pelo Real Madrid garantiram ao atacante de 35 anos a Bola de Ouro da ***France Football***, que leva em conta cada temporada do futebol europeu. Benzema se machucou antes da estreia da França e não disputou o Mundial do Catar.

No período de análise considerado pelo Fifa The Best, Benzema fez 57 gols e deu 18 assistências em 69 partidas. Ele ganhou quatro títulos: além da Liga dos Campeões da Europa, faturou o Campeonato Espanhol, a Supercopa da Uefa e a Supercopa da Espanha. ●

Análises

ROBSON MORELLI
Editor geral de Esportes

O que o melhor do mundo precisa ter? Talento, participação decisiva no período avaliado, espírito de grupo, regularidade, conquistas... Quem reúne essas características e algumas mais é Lionel Messi. Mesmo aos 35 anos. Na Copa do Catar, após a derrota para os sauditas na estreia, ele colocou a bola debaixo do braço e ganhou a competição.

MARCIUS AZEVEDO
Editor assistente de Esportes

A Fifa considera o período de 8 de agosto de 2021 até 18 de dezembro de 2022 para escolher o melhor do mundo. E é justamente o que aconteceu no último dia considerado pela entidade que apontou o vencedor. Apesar de ter feito uma temporada inferior as de Benzema e Mbappé, Messi conduziu sua Argentina ao título da Copa do Catar e merece ser coroado hoje pela sétima vez.

GLAUCO DE PIERRI
Editor assistente de Esportes

Lionel Messi deverá ser coroado hoje, merecidamente, o melhor jogador de futebol do planeta pela sétima vez, um recorde absoluto. Karim Benzema e Kylian Mbappé tiveram ótimo desempenho em seus clubes e seleções, mas não podem se comparar a Messi, que carregou nas costas a sua seleção na Copa do Catar e foi o protagonista no tri mundial da Argentina.

RICARDO MAGATTI
Repórter da editoria de Esportes

Benzema marcou 15 gols na Champions e liderou o Real Madrid no título europeu. Mbappé reina no PSG e já fez muito aos 24 anos, inclusive tem uma Copa na bagagem. Mas nenhum dos dois fez o que Messi protagonizou no Catar. Em sua última participação em Mundiais, ele alcançou a glória eterna com a Argentina. Por isso, vai faturar pela sétima vez o The Best.

RODRIGO SAMPAIO
Repórter da editoria de Esportes

Caso a Fifa escolha Lionel Messi como melhor do mundo, não estaria cometendo nenhuma injustiça. O ato heroico da sua mitologia aconteceu justamente em uma Copa do Mundo, emblemática para premiações deste tipo. O The Best engrandecerá escolhendo o argentino, nos fazendo lembrar do craque em seu momento mais fascinante.

Richarlison tenta vencer prêmio que já foi de Neymar e Wendell Lira

De protagonista em várias premiações da Fifa, o futebol brasileiro concorre em apenas uma categoria nesta edição do Prêmio The Best. Coube ao atacante brasileiro Richarlison, do Tottenham, ser o representante do País – ele concorre ao Prêmio Puskas, com o seu gol pela seleção brasileira marcado após assistência de Vinícius Júnior no jogo contra a Sérvia, na primeira rodada da Copa do Mundo do Catar.

No dia do jogo, Richarlison celebrou. "Foi um gol muito bonito. Fiz um assim pelo Fluminense e um parecido quando estava no Everton. Tive a possibilidade de virar de voleio e acho que foi um dos gols mais bonitos da minha carreira, até porque foi em uma partida de Copa", afirmou.

Richarlison concorre com Dimitri Payet, do Olympique de Marselha, pelo seu gol contra o Paok, da Grécia, nas quartas de final da Conference League e com o amputado Marcin Oleksy, que marcou um lindo gol no Campeonato Polonês de amputados, na partida entre o seu time, Warta Poznan, e Stal Rzeszow.

PUSKAS DO BRASIL. Dois jogadores brasileiros já foram coroados com o Prêmio Puskas. Em 2011, Neymar faturou o título por um gol antológico marcado pelo Santos contra o Flamengo, na Vila Belmiro.

Em 2015, foi a vez de Wendell Lira ser coroado com o prêmio. Pelo Campeonato Goiano daquele ano, ele deu um lindo voleio na partida de seu time, o Goianésia, contra o Atlético-GO. ●

O MELHOR DA TV

FUTEBOL
- **Fifa The Best**
16h45 / SporTV e ESPN
- **Campeonato Italiano**
Lazio x Sampdoria
16h45 / ESPN 4
- **Campeonato Espanhol**
Villarreal x Getafe
17h / ESPN 2
- **Campeonato Gaúcho**
Caxias x Juventude
20h / SporTV e Premiere

VÔLEI
- **Superliga Masculina**
18h45 / SporTV 2

Robson Morelli *E-mail: robson.morelli@estadao.com*

Cadê os brasileiros na eleição da Fifa?

Hoje a Fifa anuncia o novo melhor jogador do mundo. A decisão está entre Messi, Benzema e Mbappé. Justo. O que me chama a atenção é a falta de brasileiros nesta briga. Não é de hoje que o único país pentacampeão do mundo e com grandes jogadores espalhados pelas principais ligas da Europa, todos titulares em seus respectivos times, não tenha nomes entre os três finalistas. Desta edição e das escolhas passadas.

Neymar é o mais cobrado deles. O atacante deixou o Santos para ganhar a Europa. Quando fez as malas para Barcelona, poucos no Brasil tinham dúvidas de que ele repetiria lá a história de outros gigantes que saíram daqui, como Romário, Rivaldo, Ronaldo, Ronaldinho e Kaká, para citar alguns dos que já ganharam a tradicional premiação da Fifa. Mas Neymar fracassou. E agora poucos acreditam que ele um dia poderá ser eleito.

Mas por que Neymar e outros brasileiros, aplaudidos em seus times na Europa, não entram nesta disputa? Porque Neymar e todos os outros não têm sido decisivos durante toda a temporada, ou ao menos no período em que a Fifa estipula para que avaliem o melhor de todos. Os brasileiros continuam sendo importantes nas disputas, alguns ganham títulos, mas nenhum deles para ser o melhor do mundo. Semana passada mesmo, Fred e Antony deram ao Manchester United vaga nas oitavas diante do Barcelona na Liga Europa. Ambos foram decisivos. Mas esta é apenas uma das condições levadas em consideração na escolha da Fifa. Há outras.

> ***Neymar é o mais cobrado, mas poucos acreditam nele. Nossos atletas não são mais decisivos***

É fato, portanto, que nenhum brasileiro tem essa condição no momento. Quem mais enche os olhos do torcedor, colegas e treinadores na Europa é Vinicius Junior. Mas ainda falta alguns degraus ao garoto. Em todos os quesitos, por exemplo, ele continua atrás do francês Mbappé.

Não entendeu? Então volta comigo ao passado. Um passado não tão distante. Vamos lembrar de Ronaldo e Ronaldinho Gaúcho. Esses dois infernizaram os zagueiros europeus, com estilos diferentes, é verdade, mas com apetite de quem queria chegar lá. Um era chamado de Fenômeno. O outro de Bruxo. Ronaldo foi eleito pela Fifa o melhor do mundo duas vezes, em 1997 e 2002. Ronaldinho ganhou o prêmio em 2005. Ambos eram decisivos e chamavam os holofotes para suas apresentações.

Em 2007, Kaká jogou muito pelo Milan e ganhou a Champions League para desbancar Messi e Cristiano Ronaldo. Foi o último brasileiro eleito.

Parte desse insucesso de Neymar, e de todos os outros, pode também ser colocada na conta da seleção brasileira. Desde 2002, o Brasil só decepciona a opinião pública, apesar de ter em todas as edições de Copas alguns craques em suas fileiras. Isso nos fazer crer que os esquemas táticos e técnicos e os treinadores escolhidos pela CBF no período 'mataram' também o jogador brasileiro.●

EDITOR GERAL DE ESPORTES DO ESTADÃO E COMENTARISTA DA RÁDIO ELDORADO

INSTAGRAM: @ROBSONMORELLI7;
TWITTER: @ROBSONMORELLI;
FACEBOOK: @ROBSONMORELLI

Campeonato Paulista

Santos e Corinthians fazem bom clássico e empatam

Duelo da 11ª rodada do Estadual tem emoção, erros individuais e fim dramático, com empate santista garantido nos acréscimos

Santos e Corinthians empataram por 2 a 2 o quente clássico disputado ontem, pela penúltima rodada da fase de grupos do Paulistão. Na Vila Belmiro, houve discussões, cartões amarelos em profusão, controvérsias geradas pela árbitra Edina Alves e pelo VAR, e também bom futebol. Yuri Alberto marcou o dos visitantes depois de ter um gol anulado, Lucas Barbosa empatou para os santistas no primeiro tempo. No segundo, Róger Guedes foi às redes e dava o triunfo aos corintianos até perto dos acréscimos, quando Marcos Leonardo definiu o resultado ao converter pênalti.

O empate no clássico de bom nível técnico e recheado de erros individuais impediu que o Corinthians assumisse a terceira melhor campanha geral do Estadual. São 19 pontos e a liderança isolada do Grupo C. O time de Fernando Lázaro já está garantido nas quartas e vai decidir o duelo em casa. Resta saber quem será o rival.

O Santos continua seu drama para se classificar. Terá de ganhar seu compromisso na rodada derradeira da primeira fase e torcer para o Botafogo tropeçar em casa contra o São Paulo, uma vez que tem os mesmos 14 pontos do oponente de Ribeirão Preto, mas o rival leva vantagem no número de vitórias.

O Corinthians mostrou que fortaleceu o padrão desenvolvido por Fernando Lázaro. Está claro que existe um modelo de jogo que privilegia a técnica e a posse de bola, mas a equipe não foi letal e falhou na defesa.

No ataque, Yuri Alberto foi bem. Teve um gol estranhamente anulado pela árbitra Edina Alves após ir ao VAR. Ela assinalou falta do atacante antes de ele finalizar. Minutos depois, o camisa 9 fez mais um e dessa vez valeu. Foi de cabeça, em bola aérea que teve o desvio de Gil.

O Santos demonstrou melhora em relação aos outros clássicos, em que foi dominado por Palmeiras e São Paulo. E teve seus bons momentos. Em um deles, nos acréscimos da etapa inicial, foi às redes com chute despretensioso de Lucas Barbosa que desviou em Gil.

No início do segundo tempo, os anfitriões tiveram outros bons momentos, mas foi uma fase curta do jogo. Voltaram a ser controlados pelos visitantes, que retomaram a vantagem com Róger Guedes, completando de canhota escanteio da direita. Seu oitavo gol no Paulistão garantia a vitória até Maycon cometer um pênalti tolo que Marcos Leonardo converteu no fim.●

11ª RODADA DO PAULISTÃO

SANTOS	CORINTHIANS
2	2

SANTOS: J.Paulo; J. Lucas, Maicon, Joaquim e L.Pires; Fernández (Balieiro), Dodi e L.Lima (Ivonei); L.Barbosa (L.Braga), M.Leonardo e Mendoza (Rwan). **Técnico**: Odair Hellmann.
CORINTHIANS: Cássio; Du Queiroz (Balbuena), Gil, B.Méndez e F.Santos; Roni (Fausto), Giuliano (Maycon) e R.Augusto (Paulinho); Adson (Giovane), Y.Alberto e R.Guedes.
Técnico: Fernando Lázaro.
Gols: Y.Alberto, aos 31, e L.Barbosa, aos 50 do 1ºT; R. Guedes, aos 21, M.Leonardo, aos 45 do 2ºT. **Árbitra**: Edina Alves. **Amarelos**: Fernández, Dodi, M.Leonardo, Giuliano, Maicon. **Público**: 13.051. **Renda:** R$ 557.352,50. **Local**: Vila Belmiro.

Palmeiras vence e retoma liderança geral

O Palmeiras retomou a liderança geral do Paulistão ao derrotar a Ferroviária por 2 a 1 ontem no Allianz Parque. O triunfo que recolocou a equipe como a melhor do Estadual foi assegurado com um gol de cabeça de Gabriel Menino no primeiro tempo e outro de Raphael Veiga em conclusão de fora da área na etapa final.

Único invicto do torneio, o Palmeiras tem 27 pontos e depende apenas de si para terminar com a melhor campanha da primeira fase. Basta derrotar o Guarani no próximo domingo, dia 5, em Campinas.

Se não o fizer, terá de secar o São Bernardo, que será seu adversário nas quartas de final - resta definir quem será o mandante. O líder geral tem a vantagem de jogar em casa nas fases finais.●

11ª RODADA DO PAULISTÃO

PALMEIRAS	FERROVIÁRIA
2	1

PALMEIRAS: Weverton; Marcos Rocha (Mayke), Gómez, Murilo e Piquerez; Zé Rafael, Gabriel Menino e Raphael Veiga (Jailson); Rony (Breno Lopes), Dudu (López) e Endrick (Giovani). **Técnico**: Abel Ferreira.
FERROVIÁRIA: Saulo; Heitor, Allison Cassiano, Léo Santos e Kelvyn; Pablo (Rafael Costa), Xavier e Thonny Anderson; John Kennedy (Matheus Lucas), Antônio Gabriel (Thomaz) e Tito (Coutinho).
Técnico: Elano.
Gols: Gabriel Menino, aos 41 do 1ºT; Raphael Veiga, aos 15, Matheus Lucas, aos 46 do 2ºT.
Juiz: Vinícius Gonçalves Dias.
Cartão amarelo: Léo Santos.
Público: 28.699 torcedores.
Renda: R$ 1.359.674,24.
Local: Allianz Parque.

Pertencer para conservar

No Cairo, projeto reconecta jovens a monumentos

Arquiteta egípcia idealizou programa 'o monumento é nosso', iniciativa de conservação que envolve a população

KHALED DESOUKI / AFP

A arquiteta May al-Ibrashy, no Cairo, com lugares históricos ao fundo

CAIRO

Durante a maior parte de suas vidas, as crianças do bairro histórico de Al Khalifa, no Cairo, viram os mausoléus, mesquitas e madrassas somente atrás dos pesados portões de bronze.

Em uma das cidades islâmicas mais antigas do mundo, os moradores estavam se distanciando cada vez mais dos edifícios centenários de seus bairros, levando a arquiteta e especialista em gerenciamento de patrimônio May al-Ibrashy a lançar um programa para "promover um senso de propriedade desse patrimônio".

Convencida de que o sentimento de pertencimento é essencial para a proteção do patrimônio, a sua iniciativa passa por levar os jovens aos espaços.

"A primeira vez que abrimos um monumento histórico para crianças, elas ficaram eufóricas", disse Ibrashy. "Todos os dias eles passavam pelo local histórico, mas nunca eram autorizados a entrar", explicou.

MONUMENTO É NOSSO. Desde 2012, a iniciativa Athar Lina, que em árabe significa "o monumento é nosso", realiza workshops, passeios e acampamentos de verão no Cairo. Conquistando lentamente a confiança da vizinhança com o programa infantil, incluindo dias de brincadeiras na Mesquita Ibn Tulun, do século 9, a Athar Lina expandiu as oficinas para incluir adultos.

Em um dos primeiros edifícios que a Athar Lina reformou a pedido da comunidade, uma mesquita inacabada que hoje funciona como Centro Comunitário, o barulho das crianças brincando ecoa entre as pedras antigas, enquanto as mães aprendem o bordado tradicional.

Nos arredores do Cairo, antigas tumbas, pirâmides e templos se agarram à beira do deserto. Mas os icônicos domos e minaretes islâmicos da cidade, um Patrimônio Mundial da Unesco por sua "absolutamente inquestionável importância histórica, arqueológica e urbana", encontram-se em um labirinto de vielas da classe trabalhadora.

Desde a década de 1980, as autoridades têm protegido os monumentos, mantendo-os "trancados com cadeado", disse a especialista em patrimônio cultural e conservação Omniya Abdel Barr. "Essa ideia está enraizada na crença do século 19 de que os egípcios não merecem sua herança, e seria necessário colocar cercas ao seu redor."

Os especialistas estavam preocupados com o fato de os jovens estarem crescendo sem contato com seu patrimônio histórico. "Percebemos que as gerações mais velhas sabiam muito mais sobre os monumentos e tinham uma conexão mais profunda com eles porque tinham memórias de infância que as crianças de hoje não têm", disse Ibrashy.

Abdel Barr observou que o apoio a projetos de patrimônio vivo ajuda as pessoas a sentir que pertencem a esses espaços. "É uma boa estratégia de conservação", disse. ● AFP

ECONOMIA & NEGÓCIOS E&N
SEGUNDA-FEIRA, 27 DE FEVEREIRO DE 2023 O ESTADO DE S. PAULO

Produção no campo Produtividade em alta

Agronegócio avança com três safras por ano na mesma área

Segundo a Embrapa, novas pesquisas e técnicas de manejo do solo ampliam o potencial de produção e levam o País a recordes na colheita

JOSÉ MARIA TOMAZELA

Colher três safras agrícolas na mesma área em um ano e alguns dias não é novidade para o agricultor Emílio Kenji Okamura. Cultivando cerca de 1,8 mil hectares em Capão Bonito, no sudoeste paulista, ele plantou feijão entre agosto e setembro para colher em dezembro; na colheita desse grão, iniciou o plantio da soja, para colher agora em abril; o que vai abrir espaço na sequência para o trigo, que ficará no ponto em setembro.

"As condições de solo e clima em nossa região, que tem um regime de chuvas bem regulado, permitem fazer uma safra atrás da outra", diz o agricultor, que está longe de ser um exemplo isolado no País. A tecnologia do plantio direto, a irrigação e o melhoramento genético dos cultivares já permitem que os produtores brasileiros consigam colher até três safras agrícolas por ano numa mesma área.

Em algumas regiões, é possível obter três safras cheias de grãos, como soja, milho e trigo, sem necessidade de arar, gradear ou adubar previamente a terra. O adubo é aplicado junto com a semente que vai para o solo quase no mesmo instante em que a cultura anterior é colhida. É cada vez mais comum nos campos brasileiros ver tratores com plantadeira "empurrando" a máquina colhedora.

> **Ganho**
> **A produção de safras sucessivas elimina a necessidade contínua de novas áreas de cultivo**

Segundo o chefe-geral da Embrapa Soja, Alexandre Nepomuceno, um conjunto de técnicas e manejos, aliado à pesquisa, está permitindo que a chamada terceira safra avance em todas as regiões. Ele afirma que 70% dos quase 77 milhões de hectares cultivados já utilizam o plantio direto, o que tem permitido a colheita de safras sucessivas sobre o mesmo terreno – levando a safras recordes. Para este ano, a previsão é de colheita de mais de 300 milhões de toneladas de grãos. "Temos de levar em conta que a expansão da soja no País contribuiu para essa evolução, pois, além de ser um grão altamente produtivo, a planta tem características que preservam e enriquecem o solo, evitando sua exaustão", disse.

A capacidade de produzir safras sucessivas na mesma área é um dos fatores que contribuem para aumentar a produção agrícola do Brasil sem abrir novas áreas de cultivo. Esse recurso se aproveita do plantio direto, uma prática conservacionista iniciada na década de 1970 pelos agricultores brasileiros. A técnica consiste em manter o solo sempre coberto por plantas ou resíduos vegetais – geralmente a palhada da cultura anterior – para fazer a semeadura e adubação sem necessidade de revolver o solo.

A expansão da soja, que tem variedades precoces, com ciclo de 100 a 120 dias, ajudou a estreitar o calendário dos cultivos, possibilitando mais safras em menor tempo. Principal grão do País, a soja entra em praticamente todos os esquemas de uso intensivo do solo, fazendo a rotação com milho safrinha, feijão, sorgo e cobertura verde. "Outros países produtores de grãos, como Argentina, EUA e toda a Europa, não conseguem isso porque têm invernos rigorosos", disse Nepomuceno. ●

PLANTIO PREVÊ RODÍZIO DE GRÃOS E CUIDADOS PARA TER SOLO ÚMIDO. PÁG. B2

Dois erros

ARTIGO

Luís Eduardo Assis
Economista, autor de 'O Poder das Ideias Erradas' (ed. Almedina), foi diretor de Política Monetária do Banco Central e professor de Economia da PUC-SP e FGV-SP.
E-mail: luiseduardoassis@gmail.com

Talvez o sumo mais concentrado do debate econômico atual esteja em como lidar com o déficit público. Não que existam propostas divergentes a respeito de como se enfrenta esse problema. É mais embaixo.

Próceres do atual governo parecem pensar que o problema nem sequer exista. O equívoco encontradiço no qual eles se baseiam é imaginar que a prosperidade do País possa ser assegurada meramente pela elevação dos gastos públicos, o que seria bom e fácil – se fosse verdade.

Alguns seguem adiante e argumentam que o gasto público eleva o PIB, com o que os impostos sobem e fecham o círculo ao financiarem o gasto avançado. De fato, trabalho de Marcelo Neri, Fabio Vaz e Pedro Souza (*Efeitos Macroeconômicos do Programa Bolsa Família: Uma Análise Comparativa das Transferências Sociais*, 2016) estima que cada real gasto no Bolsa Família gera, por meio do efeito multiplicador, um aumento do PIB da ordem de R$ 1,78. Mas os próprios autores, cautelosos, se apressam em ressaltar que esse cálculo depende de pressupostos importantes, entre os quais a hipótese de que o gasto adicional não impacta o nível de preços. Tirar daí a conclusão de que o gasto público seja autofinanciável é, mais do que um exagero, um erro crasso.

> ***Temer a insolvência do governo faz tanto sentido quanto ignorar os efeitos do aumento do déficit público***

No outro *corner* do tablado, o mercado também faz das suas. Aqui também predominam crenças e dogmas. É comum a comparação da dívida pública com o endividamento de uma empresa, do que deriva a ideia de que os juros são altos no Brasil porque se teme que o governo não seja capaz de honrar suas dívidas.

Como mostra André Lara Resende (*Camisa de Força Ideológica: A Crise da Macroeconomia*, 2022), os juros para prazos mais longos dos títulos públicos significam apenas a estimativa de sucessivas taxas Selic a serem determinadas pelo Banco Central (ou, no jargão, seu "custo de carregamento") e nada têm a ver com a capacidade do Estado de honrar dívidas em sua própria moeda. É claro que isso não significa que o endividamento possa crescer de forma ilimitada, já que em algum momento, ninguém sabe quando, poderá estimular a fuga de capitais, o aumento do dólar e a explosão da inflação. Mas temer a insolvência do governo faz tanto sentido quanto ignorar as consequências nefastas do aumento persistente do déficit público.

O debate é longo, as dúvidas são muitas. De certo, o que sabemos é que temos pouco tempo. O governo terá uma oportunidade única para esclarecer o que pensa quando encaminhar o novo marco de controle fiscal. É preciso algo convincente, capaz de amainar apreensões de todo tipo, inclusive as falsas. ●

Produção no campo **Técnicas de manejo**

Plantio prevê rodízio de grãos e cuidados para manter solo úmido

Com características que preservam e enriquecem o terreno, a soja entra em todos os ciclos de produção

JOSÉ MARIA TOMAZELA

TIAGO QUEIROZ / ESTADÃO

O produtor Walter Kashima, de Capão Bonito (SP); soja e milho na mesma área, e ganho na produção

Nas áreas cultivadas pela Cooperativa Agrícola de Capão Bonito, no sudoeste paulista, os 102 agricultores associados seguem um esquema de cinco safras em dois anos – um ano de três safras, outro de duas – e obtêm alta produtividade. A soja, plantada em 24 mil hectares, entra em todos os ciclos, em rotação com milho, milho safrinha, sorgo, trigo, feijão e cobertura verde. O solo fica o ano inteiro com alguma lavoura ou com plantas que aumentam a umidade, fazem a reciclagem de nutrientes e combatem doenças da terra.

Um dos cooperados, o produtor Walter Kashima cultiva cerca de 2,5 mil hectares. Ele colhia em meados de fevereiro uma média 80 sacas (4.800 quilos) de soja por hectare. Na mesma área, ele estava semeando o milho que será colhido entre junho e julho deste ano. As três plantadeiras seguiam o rastro de palha triturada deixado pelas colheitadeiras e abriam sulcos para depositar a semente com adubo.

Para fazer o plantio direto, os produtores deixam a palha e resíduos da cultura colhida sobre o solo, que, dessa forma, fica protegido do sol e da erosão. Essa cobertura mantém a umidade do solo, favorece o desenvolvimento de microrganismos e protege a reserva dos adubos usados na lavoura. Também evita a compactação do solo. Plantadeiras próprias para esse cultivo abrem sulcos no solo e depositam as sementes, junto com o adubo. O próprio equipamento cobre os sulcos com terra, favorecendo a germinação.

Segundo o chefe-geral da Embrapa Soja, Alexandre Nepomuceno, o País consegue alta produtividade mesmo com baixo uso de irrigação. "A maioria da área de grãos brasileira depende de chuva. Na soja, por exemplo, só 4% da área é irrigada. Irrigar 46 milhões de hectares é quase impossível. Além do custo, vamos ter o problema da água, bem escasso. Então, investimos no bom manejo, na rotação de culturas, e aí entra de novo a pesquisa, que nos permitiu desenvolver variedades de soja, por exemplo, com um sistema radicular mais profundo e que resiste mais à seca."

No Oeste do Paraná, agricultores também já fazem três safras seguidas em um ano, sempre incluindo a soja. O Estado é o segundo maior produtor do País, e colhe 20,7 milhões de toneladas nesta safra. O produtor Amauri Grisotti, de 52 anos, que cultiva 640 hectares no município de Toledo, escolheu um cultivar de soja precoce com ciclo de 120 dias para fazer a rotação com híbrido de milho superprecoce, de 140 dias. "Estou fazendo soja na safra, milho na safrinha e trigo no inverno. Nesse sistema, a produtividade total melhorou 20% porque a reserva de fertilizantes no solo é transferida de uma lavoura para outra", disse. ●

> **Modelo**
> **Palha e resíduos da cultura já colhida são mantidos para proteger o solo do sol e da erosão**

Pesquisador vê produção dobrar na próxima década

Como o País tem biomas com muita diversidade, as regiões agrícolas adaptam o manejo das lavouras usando as tecnologias disponíveis em cada área. A terceira safra no Mato Grosso costuma envolver soja, milho safrinha e cobertura verde; já no Paraná e interior de São Paulo, entram soja, milho e trigo ou sorgo; no Mato Grosso do Sul, soja, milho e pasto (braquiária); e no Rio Grande do Sul, Estado com temperaturas mais baixas, trigo, soja e olerícolas.

"Temos agora o sistema de plantar soja no meio do milho, que ainda está no início, mas tem tudo para se expandir", disse Alexandre Nepomuceno, da Embrapa.

O uso de sistemas de produção intercalados pode levar o Brasil a dobrar a atual produção de grãos na próxima década, segundo o pesquisador. "Temos uma área de 120 milhões de hectares de pastagens, e metade disso é de pastagem degradada. Dados da FAO (*Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura*) mostram que vamos aumentar, só de soja, de 10 milhões a 15 milhões de hectares, e a soja é uma grande recuperadora de solos, por isso recupera também as pastagens." ● J.M.T.

Luiz Carlos Trabuco Cappi

Pandemia, guerra e paz

Em 11 de março de 2020, a OMS declarou a pandemia da covid-19. O mundo entrou em letargia, frente a um cenário complexo e desafiador. Quase dois anos depois, quando o quadro sanitário mostrava arrefecimento, aconteceu a invasão da Ucrânia pela Rússia, em 24 de fevereiro de 2022. O conflito completou um ano semana passada, e continua gerando uma crise humanitária relevante e risco crescente para o funcionamento da economia e dos mercados.

É um cenário que reforça a necessidade do senso de urgência dos líderes mundiais para uma solução pacífica. A guerra não teve efeitos econômicos localizados, regionais. Ela instalou um elemento desorganizador que permanece se espalhando para a economia global, pois os discursos continuam agressivos e o tom é de ameaças crescentes.

De imediato, coloca por terra as esperanças de uma recuperação econômica sólida após os efeitos perversos da pandemia. O combate à covid-19 exigiu aumento dos gastos públicos, e o desequilíbrio fiscal é hoje uma realidade em todas as economias. É essa conta que está, agora, sobre a mesa. Os países precisam encontrar com rapidez meios de reequilibrar suas finanças, simultaneamente ao esforço de domesticar a inflação provocada pela guerra. Não é um problema trivial.

> ***A guerra na Ucrânia anula a esperança de recuperação da economia após os efeitos da pandemia***

A solução dos problemas é técnica, mas seria necessário eliminar as fontes de incerteza remanescentes, a começar pela reconstrução de um estado de paz entre os povos. Essa é uma condição essencial para a retomada de um ambiente favorável para a volta do crescimento sustentado da economia global.

Existe o problema subjacente dos conflitos latentes em contenciosos históricos, que estão se acirrando. O prolongamento da guerra na Ucrânia vai cristalizando o mundo, na prática, em dois blocos antagônicos. O liderado pelos Estados Unidos e seus aliados europeus, de um lado, e o encabeçado pela China, com países como Rússia e Irã em sua órbita.

De qualquer ângulo de análise do atual cenário global, o caminho do diálogo ainda é o mais eficiente no combate às desigualdades entre países ricos, emergentes e pobres.

No seu livro *A marcha da insensatez*, a historiadora Barbara Tuchman (1912-1989) ilustra bem a inércia desse tipo de guerra. Em estágio de impasse, os governantes tendem a optar por ações autodestrutivas pela dificuldade em aceitar as limitações das armas.

Como disse o escritor russo Leon Tolstói (1828-1910), que inspira o título desta coluna, "o mal não pode vencer o mal. Só o bem pode fazê-lo". ●

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO BRADESCO. ESCREVE A CADA DUAS SEMANAS

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles **(revezam quinzenalmente)** ● **TER.** Pedro Fernando Nery e Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Adriana Fernandes ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** e Pedro Doria ● **SAB.** Adriana Fernandes ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros **(quinzenalmente)** e Affonso Celso Pastore **(quinzenalmente)**; Paulo Leme **(1º domingo do mês)**, Roberto Rodrigues **(2º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Programa social **Revisão de cadastro**

Governo fala em excluir 1,5 milhão do Bolsa Família

BRASÍLIA

O governo irá excluir em março mais de 1,5 milhão de beneficiários do programa Bolsa Família em situação irregular, por terem renda acima do limite determinado pelo programa social. Entre essas famílias, 400 mil são pessoas que moram sozinhas.

O governo vai chamar a partir de março 5 milhões de pessoas que recebem o Bolsa Família para comparecer presencialmente às unidades dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) dos municípios. A expectativa é de que cerca de 1,7 milhão (35%) esteja recebendo o auxílio de R$ 600 fora das regras.

"Já agora, em março, vamos tirar mais de 1,5 milhão de famílias dessas cerca de 5 milhões em que estamos focados. Temos segurança de que essas não preenchem os requisitos", afirmou o ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias. ●

Reforma tributária Movimentação no Congresso

Deputados do AM se articulam para manter isenções para Zona Franca

Grupo indicou três dos 12 membros de comissão criada por Lira na Câmara; governo federal fala em 'transição'

IANDER PORCELLA
BRASÍLIA

Com três representantes no grupo de trabalho da reforma tributária (de um total de 12) criado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), a bancada do Amazonas se articula para defender a manutenção dos incentivos fiscais à Zona Franca de Manaus. O modelo de desenvolvimento do parque industrial localizado na capital do Estado é alvo de polêmica, e pode ser colocado em xeque caso o Congresso decida levar adiante o texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45, que servirá de ponto de partida para as discussões da reforma.

Hoje, as empresas instaladas na Zona Franca são isentas, por exemplo, do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A PEC 45, de autoria do deputado Baleia Rossi (MDB-SP), contudo, prevê a unificação de diversos tributos sobre o consumo, incluindo o IPI, para a criação de um Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) – que não estaria sujeito a isenções fiscais. Nesse caso, as indústrias perderiam o incentivo para produzir na Zona Franca, já que o modelo tributário seria o mesmo no País inteiro.

Integram o grupo os deputados Sidney Leite (PSD), Saullo Vianna (União Brasil) e Adail Filho (Republicanos). A "super-representação" do Amazonas chegou a ser criticada em plenário pelo deputado Marcel Van Hattem (Novo-RS). "Dois por cento do total da Câmara estão sendo chamados a compor um grupo de trabalho. E, pior: completamente desequilibrado em termos regionais. Três deputados do Estado do Amazonas, nenhum do Rio Grande do Sul, do Paraná e de Santa Catarina", reclamou.

ARGUMENTOS. Na discussão sobre os incentivos fiscais, os parlamentares amazonenses pretendem apresentar três argumentos a favor dos benefícios para a Zona Franca. O primeiro seria a geração de empregos na região. Além disso, vão dizer que o modelo de desenvolvimento do polo industrial de Manaus é superavitário, ou seja, entrega mais receitas ao governo do que gera renúncia fiscal. Também vão destacar a importância da Zona Franca para a sustentabilidade ambiental.

Planejamento
No debate da reforma, governo quer fusão entre projetos que tramitam na Câmara e no Senado

"Temos 97% da nossa floresta em pé por conta dos empregos gerados. Isso dá a oportunidade para que os homens e mulheres do Amazonas não tenham de, por exemplo, ir para o extrativismo ou qualquer atividade que agrida o meio ambiente", disse Vianna, ao *Estadão/Broadcast*. O deputado argumenta que essa agenda é prioridade do governo e ressalta que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem defendido a preservação ambiental em todas as suas viagens internacionais..

Vianna disse que vai convidar os membros do grupo de trabalho e o secretário extraordinário para a reforma tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, para irem a Manaus e conhecer a Zona Franca. Mentor da PEC 45, Appy disse em evento promovido pelo movimento RenovaBR no início do mês que haverá alternativas na reforma para manter a competitividade da Zona Franca, e que está aberto a debater uma "transição" para o polo industrial. A fala desagradou a parlamentares do Amazonas.

Os deputados do Amazonas também vão ressaltar que o Estado não é o único a receber benefícios tributários. Vianna vai defender que haja critérios para que entes federativos e setores da economia tenham direito a incentivos fiscais. Para o parlamentar do União Brasil, é necessário avaliar quais são as contrapartidas da renúncia fiscal.

O grupo de trabalho criado por Lira para debater a reforma tributária tem representantes que vão do PT, do presidente Lula, ao PL, legenda de oposição que abriga o ex-presidente Jair Bolsonaro. Os parlamentares poderão realizar audiências públicas e reuniões com órgãos e entidades da sociedade civil no prazo de 90 dias. A coordenação é do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) e a relatoria, de Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

A ideia do governo é fazer uma espécie de fusão entre a PEC 45, da Câmara, e a PEC 110, que tramita no Senado. A primeira substitui os diversos tributos que incidem sobre o consumo por um único, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), nos moldes do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), comum em outros países. Com isso, seriam extintos tributos como ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins. Como já passou por comissão especial, a PEC 45 está pronta para discussão e votação no plenário da Câmara.

A proposta dos senadores, por sua vez, também cria um tributo único. Uma das diferenças é que, nesse caso, seria um IVA dual. Ou seja, um tributo para a União e outro para Estados e municípios. ●

PABLO VALADARES/CÂMARA DOS DEPUTADOS

Vianna será um dos integrantes do grupo da reforma tributária

Itaú Seguros S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS A 31/12/2022 CNPJ nº 61.557.039/0001-07

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.
As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:
- https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/
- www.itau.com.br/relacoes-com-investidores

O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 22 de fevereiro de 2023, sem modificações.

BALANÇO PATRIMONIAL *(Em milhares de reais)*

Ativo	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	**6.222.672**	**5.680.280**
Disponível - Caixa e Bancos	**21.045**	**8.108**
Aplicações	**3.997.403**	**3.858.434**
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros	**1.545.413**	**1.242.822**
Prêmios a Receber	1.534.096	1.223.352
Operações com Seguradoras	8.995	8.366
Operações com Resseguradoras	2.322	11.104
Outros Créditos Operacionais	**2.454**	**1.602**
Ativos de Resseguros e Retrocessão	**25.196**	**28.141**
Títulos e Créditos a Receber	**105.191**	**139.961**
Títulos e Créditos a Receber	95.798	129.721
Créditos Tributários e Previdenciários	9.314	10.076
Outros Créditos	79	164
Outros Valores e Bens - Outros Valores	**629**	**93**
Despesas Antecipadas	**16.185**	**7.797**
Custos de Aquisição Diferidos - Seguros	**509.156**	**393.322**
Ativo Não Circulante	**3.274.286**	**2.922.359**
Realizável a Longo Prazo	**1.110.524**	**793.652**
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros - Prêmios a Receber	**95.655**	**20.676**
Ativos de Resseguros e Retrocessão	**1.111**	**1**
Títulos e Créditos a Receber	**776.269**	**605.788**
Créditos Tributários e Previdenciários	387.487	211.479
Depósitos Judiciais e Fiscais	371.921	378.108
Outros Créditos Operacionais	16.861	16.201
Custos de Aquisição Diferidos - Seguros	**237.489**	**167.187**
Investimentos	**110.921**	**87.831**
Participações Societárias	79.369	48.708
Imóveis Destinados à Renda	31.344	33.297
Outros Investimentos	208	5.826
Imobilizado	**101.198**	**88.980**
Imóveis de Uso Próprio	73.804	74.803
Bens Móveis	35	53
Outras Imobilizações	27.359	14.124
Intangível	**1.951.643**	**1.951.896**
Outros Intangíveis	1.951.643	1.951.896
Total do Ativo	**9.496.958**	**8.602.639**

Passivo e Patrimônio Líquido	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	**4.165.781**	**3.617.349**
Contas a Pagar	**821.349**	**866.815**
Obrigações a Pagar	350.306	657.021
Impostos e Encargos Sociais a Recolher	15.217	12.096
Encargos Trabalhistas	2.279	2.887
Impostos e Contribuições	447.446	194.700
Outras Contas a Pagar	6.101	111
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros	**562.386**	**422.495**
Prêmios a Restituir	42.586	33.560
Operações com Seguradoras	2.884	1.619
Operações com Resseguradoras	16.740	14.014
Corretores de Seguros e Resseguros	486.325	359.555
Outros Débitos Operacionais	13.851	13.747
Depósitos de Terceiros	**2.914**	**3.299**
Provisões Técnicas - Seguros e Previdência	**2.779.132**	**2.324.724**
Danos	382.536	404.882
Pessoas	2.354.143	1.880.465
Vida Individual	41.856	38.902
Vida com Cobertura por Sobrevivência	597	475
Outros Débitos - Outros Valores e Provisões	**–.–**	**16**
Passivo Não Circulante	**2.523.501**	**2.274.583**
Contas a Pagar	**838.086**	**814.739**
Obrigações a Pagar	754	639
Tributos Diferidos	837.332	814.100
Provisões Técnicas - Seguros e Previdência	**1.410.054**	**1.101.475**
Danos	55.967	56.054
Pessoas	1.039.098	723.254
Vida Individual	496	1.438
Vida com Cobertura por Sobrevivência	314.493	320.729
Outros Débitos - Provisões Judiciais	**275.361**	**358.369**
Patrimônio Líquido	**2.807.676**	**2.710.707**
Capital Social	1.820.600	1.583.000
Aumento de Capital em Aprovação	–.–	237.600
Reservas de Capital	107.056	106.756
Reservas de Lucros	1.742.583	1.352.021
Outros Resultados Abrangentes	(862.563)	(568.670)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**9.496.958**	**8.602.639**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO *(Em milhares de reais, exceto as informações de quantidade de ações e de lucro por ação)*

	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Operações de Seguros	**2.393.031**	**1.662.600**
Prêmios Emitidos	5.430.402	4.281.473
Variação das Provisões Técnicas de Prêmios	(771.744)	(533.603)
Prêmios Ganhos	4.658.658	3.747.870
Sinistros Ocorridos	(935.776)	(991.404)
Custos de Aquisição	(1.254.109)	(1.036.006)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(47.604)	(63.059)
Resultado com Operações de Resseguro	(28.138)	5.199
Operações de Previdência	**(393)**	**1.104**
Rendas de Contribuições e Prêmios	19.165	21.784
Constituição da Provisão de Benefício a Conceder	(19.151)	(21.580)
Receitas de Contribuições e Prêmios de VGBL	14	204
Rendas com Taxas de Gestão e Outras Taxas	8	14
Variação de Outras Provisões Técnicas	138	1.003
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(553)	(117)
Despesas Administrativas	**(642.523)**	**(517.676)**
Despesas com Tributos	**(185.710)**	**(143.018)**
Resultado Financeiro	**444.793**	**78.846**
Resultado Patrimonial	**59.582**	**45.265**
Resultado Operacional	**2.068.780**	**1.127.121**
Ganhos ou Perdas com Ativos não Correntes	**11.315**	**4.018**
Resultado Antes dos Impostos e Participações	**2.080.095**	**1.131.139**
Imposto de Renda	**(450.215)**	**(225.607)**
Contribuição Social	**(289.474)**	**(170.048)**
Participações sobre o Lucro	**(6.578)**	**(11.402)**
Lucro Líquido / (Prejuízo)	**1.333.828**	**724.082**
Quantidade de Ações	**138.081.175**	**123.848.170**
Lucro Líquido / (Prejuízo) por Ação - R$	**9,66**	**5,85**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE *(Em milhares de reais)*

	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Lucro Líquido / (Prejuízo)	**1.333.828**	**724.082**
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	(293.761)	(365.424)
Variação de Valor Justo	(489.327)	(607.044)
Efeito Fiscal	195.731	242.818
Coligadas / Controladas	(165)	(1.198)
Hedge	(176)	–.–
Hedge de Fluxo de Caixa	(176)	–.–
Coligadas / Controladas	(176)	–.–
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	4	39
Coligadas / Controladas	4	39
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior	40	13
Total de Outros Resultados Abrangentes	**(293.893)**	**(365.372)**
Total do Resultado Abrangente	**1.039.935**	**358.710**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA *(Em milhares de reais)*

	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Lucro Líquido / (Prejuízo) Ajustado	**1.320.529**	**726.848**
Lucro Líquido / (Prejuízo)	1.333.828	724.082
Ajustes para:	**(13.299)**	**2.766**
Depreciações e Amortizações	7.199	7.731
Receita de Atualização / Encargos de Depósitos em Garantia	(34.877)	(7.466)
Despesa de Atualização / Encargos de Provisões	15.800	10.010
Constituição / (Reversão) de Provisões para Contingências	(25.274)	16.379
Resultado de Equivalência Patrimonial	(20.980)	(2.427)
Tributos Diferidos	45.567	(18.669)
Ganhos com Ativos Não Correntes	(734)	(2.792)
Variação nas Contas Patrimoniais	**424.483**	**215.667**
Ativos Financeiros	(628.296)	(364.793)
Créditos das Operações de Seguros e Resseguros	(563.706)	(368.677)
Ativos de Resseguros e Retrocessão	1.835	4.283
Depósitos Judiciais e Fiscais	41.064	7.115
Despesas Antecipadas	(8.388)	(519)
Outros Ativos	27.931	213.562
Fornecedores e Outras Contas a Pagar	725.084	166.729
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros	139.891	56.778
Depósitos de Terceiros	(385)	(2.027)
Provisões Técnicas - Seguros e Previdência	762.987	528.801
Outros Passivos	(73.534)	(25.585)
Caixa Gerado / (Consumido) pelas Operações	**1.745.012**	**942.515**
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	2.181	4.551
Imposto sobre o Lucro Pagos	(472.362)	(322.121)
Caixa Líquido Gerado / (Consumido) nas Atividades Operacionais	**1.274.831**	**624.945**
Caixa e Equivalentes de Caixa Líquido de Ativos e Passivos decorrentes da Reorganização Societária	–.–	73
(Aquisição) de Investimento	(2.102)	–.–
Alienação de Imóveis Destinados à Renda	1.145	5.787
(Aquisição) de Imobilizado	(15.937)	(9.668)
Caixa Líquido Gerado / (Consumido) nas Atividades de Investimento	**(16.894)**	**(3.808)**
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(1.245.000)	(621.356)
Caixa Líquido Gerado / (Consumido) nas Atividades de Financiamento	**(1.245.000)**	**(621.356)**
Aumento / (Redução) Líquido(a) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**12.937**	**(219)**
Caixa e equivalente de caixa no início do período	8.108	8.327
Caixa e equivalente de caixa no final do período	21.045	8.108

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO *(Em milhares de reais)*

	Capital Social	Aumento de Capital em Aprovação	Reservas de Capital	Reservas de Lucros - Legal	Reservas de Lucros - Estatutária	Outros Resultados Abrangentes	Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 01/01/2021	**1.438.000**	–.–	**106.683**	**222.557**	**1.504.080**	**(203.298)**	–.–	**3.068.022**
Aumento de Capital - AGO/E de 31/03/2021	145.000	–.–	–.–	–.–	(145.000)	–.–	–.–	–.–
Dividendos	–.–	–.–	–.–	–.–	(698.171)	–.–	–.–	(698.171)
Juros sobre o Capital Próprio	–.–	–.–	–.–	–.–	(146.829)	–.–	–.–	(146.829)
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações	–.–	–.–	73	–.–	–.–	–.–	–.–	73
Reorganização Societária	–.–	237.600	–.–	–.–	91.302	–.–	–.–	328.902
Total do Resultado Abrangente	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(365.372)	724.082	358.710
Lucro Líquido / (Prejuízo)	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	724.082	724.082
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(365.424)	–.–	(365.424)
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	39	–.–	39
Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	13	–.–	13
Destinações								
Reservas	–.–	–.–	–.–	36.204	487.878	–.–	(524.082)	–.–
Dividendos	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(200.000)	(200.000)
Saldos em 31/12/2021	**1.583.000**	**237.600**	**106.756**	**258.761**	**1.093.260**	**(568.670)**	–.–	**2.710.707**
Mutações do Período	**145.000**	**237.600**	**73**	**36.204**	**(410.820)**	**(365.372)**	–.–	**(357.315)**
Saldos em 01/01/2022	**1.583.000**	**237.600**	**106.756**	**258.761**	**1.093.260**	**(568.670)**	–.–	**2.710.707**
Aumento de Capital - AGE de 30/11/2021	237.600	(237.600)	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–
Dividendos	–.–	–.–	–.–	–.–	(600.000)	–.–	–.–	(600.000)
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações	–.–	–.–	300	–.–	–.–	–.–	–.–	300
Outros	–.–	–.–	–.–	–.–	3.644	–.–	–.–	3.644
Total do Resultado Abrangente	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(293.893)	1.333.828	1.039.935
Lucro Líquido / (Prejuízo)	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	1.333.828	1.333.828
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(293.761)	–.–	(293.761)
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	4	–.–	4
Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	40	–.–	40
Ganhos e Perdas - *Hedge*	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(176)	–.–	(176)
Destinações								
Reservas	–.–	–.–	–.–	66.691	920.227	–.–	(986.918)	–.–
Dividendos	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(146.072)	(146.072)
Juros sobre o Capital Próprio	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(200.838)	(200.838)
Saldos em 31/12/2022	**1.820.600**	–.–	**107.056**	**325.452**	**1.417.131**	**(862.563)**	–.–	**2.807.676**
Mutações do Período	**237.600**	**(237.600)**	**300**	**66.691**	**323.871**	**(293.893)**	–.–	**96.969**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31/12/2022 E 31/12/2021 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2022 E 2021 PARA RESULTADO *(Em milhares de reais, exceto quando indicado)*

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Itaú Seguros S.A. (ITAÚ SEGUROS ou empresa) é uma empresa do Conglomerado Financeiro Itaú Unibanco, com atuação em todas as regiões do país e está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar seguros dos ramos de pessoas e danos, conforme definido na legislação vigente.

O principal acionista da ITAÚ SEGUROS é a Itauseg Participações S.A. com participação de 99,99%, empresa participante do Conglomerado Itaú Unibanco.

As operações da ITAÚ SEGUROS são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Itaú Unibanco Holding S.A. (ITAÚ UNIBANCO HOLDING). Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos.

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 22 de fevereiro de 2023.

NOTA 2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

a) Base de Preparação

As Demonstrações Financeiras da empresa foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades reguladas pela SUSEP, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board - IASB, na forma homologada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, no que não contrariem a Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores. As informações nas demonstrações financeiras e nas correspondentes notas explicativas evidenciam todas as informações relevantes inerentes às demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Conforme determina a Circular nº 648/2021 e alterações posteriores, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no Balanço Patrimonial, no Ativo Circulante, independentemente de suas datas de vencimento.

b) Estimativas Contábeis Críticas e Julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos, passivos e passivos contingentes divulgados na data das Demonstrações Financeiras, devido às incertezas e ao alto nível de subjetividade envolvido no reconhecimento e mensuração de determinados itens. As estimativas e julgamentos que apresentam risco significativo e podem ter impacto relevante nos valores de ativos e passivos são divulgados a seguir. Os resultados reais podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e julgamentos.

I - Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação baseadas em premissas, que levam em consideração informações e condições de mercado. As principais premissas são: dados históricos, informações de transações similares e técnicas de precificação. Para instrumentos mais complexos ou sem liquidez, é necessário um julgamento significativo para determinar o modelo utilizado mediante seleção de inputs específicos e em alguns casos, são aplicados ajustes de avaliação ao valor do modelo ou preço cotado para instrumentos financeiros que não são negociados ativamente.

Itaú Seguros S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31/12/2022 E 31/12/2021 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2022 E 2021 PARA RESULTADO *(Em milhares de reais, exceto quando indicado) (Continuação)*

II - Provisões Técnicas

As provisões técnicas são passivos decorrentes de obrigações da empresa para com os seus segurados e participantes. Essas obrigações podem ter uma natureza de curta duração (seguros de danos) ou de média ou de longa duração (seguros de vida e previdência).

A determinação do valor do passivo atuarial depende de inúmeras incertezas inerentes às coberturas dos contratos de seguros e previdência, tais como premissas de persistência, mortalidade, invalidez, longevidade, morbidade, despesas, frequência de sinistros, severidade, conversão em renda, resgates e rentabilidade sobre ativos.

As estimativas dessas premissas baseiam-se na experiência histórica da empresa, em avaliações comparativas e na experiência do atuário, e buscam convergência às melhores práticas do mercado e objetivam a revisão contínua do passivo atuarial. Ajustes resultantes dessas melhorias contínuas, quando necessárias, são reconhecidos no resultado do respectivo período.

c) Resumo das Principais Políticas Contábeis

Não houve alteração das políticas contábeis significativas durante o período. Abaixo estão descritas as políticas contábeis significativas da empresa:

I - Aplicações, Ativos e Passivos Financeiros

Todos os ativos e passivos financeiros devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou os passivos financeiros foram assumidos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

As compras e as vendas regulares de ativos e passivos financeiros são reconhecidas e baixadas, respectivamente, na data de negociação.

I.I - Ativos Financeiros Mantidos para Negociação

Ativos Financeiros adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, avaliados pelo valor justo em contrapartida ao resultado do período.

I.II - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

Ativos Financeiros que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, avaliados pelo valor justo em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido.

Os ganhos e perdas de Ativos Financeiros, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na Demonstração do Resultado, em contrapartida de conta específica do Patrimônio Líquido.

II - Contratos de Seguros

Contrato de seguro é um contrato em que o emissor aceita um risco de seguro significativo da contraparte concordando em compensá-lo se um evento futuro incerto específico afetá-lo adversamente.

Os contratos de investimento com características de participação discricionária são instrumentos financeiros, tratados como contratos de seguro, conforme previsto pelo CPC 11, assim como aqueles que transferem risco financeiro significativo.

Uma vez que o contrato é classificado como um contrato de seguro, ele permanece como tal até o final de sua vida mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente durante esse período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados.

Prêmios de Seguros

Os prêmios de seguros são contabilizados pela emissão da apólice ou no decorrer do período de vigência dos contratos na proporção do valor de proteção de seguro fornecido.

Se há evidência de perda por redução ao valor recuperável relacionada aos recebíveis de prêmios de seguros, a empresa constitui uma provisão suficiente para cobrir tal perda, com base na análise dos riscos de realização dos prêmios a receber com parcelas vencidas há mais de 60 dias.

Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado, no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros.

NOTA 3 - APLICAÇÕES

a) Ativos Financeiros Mantidos para Negociação

Os Ativos Financeiros Mantidos para Negociação contabilizados pelo seu Valor Justo são apresentados na tabela a seguir:

	Taxa Média a.a.	31/12/2022	31/12/2021
Fundos de Investimentos		**2.760.468**	**2.678.955**
Ações		7.878	20.803
Certificados de Depósito Bancário		15.417	11.961
Compromissadas		1.149.990	472.797
Contas a Receber / (Pagar)		5.027	4.079
Debêntures		17.680	31.257
Derivativos		611	(43)
Cotas de Fundos de Investimentos		128.965	118.864
Letras Financeiras		360.275	260.345
Letras Financeiras do Tesouro		515.656	1.147.462
Letras do Tesouro Nacional		208.457	92.327
Notas do Tesouro Nacional		349.798	499.790
Depósito a Prazo com Garantia Especial		714	19.313
Títulos de Empresas		**991.473**	**592.864**
Certificados de Recebíveis Imobiliários	CDI + 3,25%	197	973
Debêntures	CDI + 1,80% | IPCA + 6,25%	797.968	498.827
Notas de Crédito	CDI + 1,67%	193.308	93.064
Total		**3.751.941**	**3.271.819**
Circulante		3.751.941	3.271.819
Não Circulante		–.–	–.–

b) Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

O valor justo e o custo ou custo amortizado correspondente aos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda são apresentados na tabela a seguir:

		31/12/2022			31/12/2021		
	Taxa Média a.a.	Custo	Ajustes ao Valor Justo (no Patrimônio Líquido)	Valor Justo	Custo	Ajustes ao Valor Justo (no Patrimônio Líquido)	Valor Justo
Títulos de Empresas		**1.680.852**	**(1.435.390)**	**245.462**	**1.532.678**	**(946.063)**	**586.615**
Total		**1.680.852**	**(1.435.390)**	**245.462**	**1.532.678**	**(946.063)**	**586.615**
Circulante				245.462			586.615
Não Circulante				–.–			–.–

NOTA 4 - CONTRATOS DAS OPERAÇÕES

A empresa oferece ao mercado os produtos de seguros, vida individual e vida com cobertura de sobrevivência com a finalidade de assumir riscos e restabelecer o equilíbrio econômico do patrimônio afetado do segurado. Os produtos são ofertados por meio das corretoras de seguros (de mercado e cativas), nos canais eletrônicos e agências do Itaú Unibanco, conforme exigências regulatórias, emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

a) Seguros

Contrato firmado entre partes visando proteger os bens do cliente, que mediante o pagamento de prêmio, fica protegido por meio de reposição ou reparação financeira predeterminadas, de danos que venham causar desestabilização patrimonial ou pessoal. Em contraparte, a empresa, constitui provisões técnicas, por meio de áreas especializadas dentro do conglomerado, com o objetivo de reparar a perda do segurado em caso de ocorrência de sinistros dos riscos previstos.

Os riscos de seguros comercializados pela empresa se dividem em seguros elementares e seguros de vida:

- Seguros Elementares: garantem as perdas, danos ou responsabilidades sobre objetos ou pessoas, excluída desta classificação os seguros do ramo vida.
- Seguros de Vida: incluem cobertura contra risco de morte e acidentes pessoais.

b) Vida Individual e Vida com Cobertura de Sobrevivência

- Desenvolvido como uma solução para assegurar a manutenção da qualidade de vida dos participantes, através de investimentos feitos a longo prazo, cujo produto é denominado VGBL.

c) Principais informações relativas às operações

I - Prêmios a Receber - Movimentação

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Inicial - 01/01	**1.244.028**	**1.003.518**
Prêmios Emitidos Líquidos (1)	5.434.411	4.283.885
Recebimentos	(5.036.700)	(4.034.382)
Redução ao Valor Recuperável ((Constituição) / Reversão)	(7.979)	(6.581)
Prêmios-Riscos Vigentes não Emitidos (1)	(4.009)	(2.412)
Saldo Final	**1.629.751**	**1.244.028**

1) Não considera os prêmios de cosseguros cedido no montante de R$ 8.620 (R$ 7.923 em 31/12/2021).

II - Saldo das Provisões Técnicas

	31/12/2022			31/12/2021		
	Seguros (1)	Previdência	Total	Seguros (1)	Previdência	Total
Prêmios não Ganhos (PPNG)	3.249.787	–.–	3.249.787	2.478.323	–.–	2.478.323
Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC) e Concedidos (PMBC)	14.948	314.575	329.523	15.305	320.729	336.034
Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)	22.967	402	23.369	18.859	361	19.220
Excedente Financeiro (PEF)	–.–	–.–	–.–	1.500	–.–	1.500
Sinistros a Liquidar (PSL)	386.161	–.–	386.161	383.005	–.–	383.005
Sinistros / Eventos Ocorridos e não Avisados (IBNR)	173.395	–.–	173.395	181.784	–.–	181.784
Despesas Relacionadas (PDR)	26.828	113	26.941	26.170	114	26.284
Provisão Complementar de Cobertura (PCC)	10	–.–	10	49	–.–	49
Total	**3.874.096**	**315.090**	**4.189.186**	**3.104.995**	**321.204**	**3.426.199**
Circulante			2.779.132			2.324.724
Não Circulante			1.410.054			1.101.475

1) Não contempla as provisões técnicas de seguros de vida com cobertura por sobrevivência, que são alocadas na coluna de previdência.

Itaú Vida e Previdência S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS A 31/12/2022 CNPJ nº 92.661.388/0001-90

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

- https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/
- www.itau.com.br/relacoes-com-investidores

O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 22 de fevereiro de 2023, sem modificações.

BALANÇO PATRIMONIAL *(Em milhares de reais)*

Ativo	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	**222.193.579**	**204.089.684**
Disponível - Caixa e Bancos	**260.657**	**155.282**
Aplicações	**221.223.496**	**203.207.084**
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros	**322.407**	**337.787**
Prêmios a Receber	321.967	334.127
Operações com Resseguradoras	440	3.660
Créditos das Operações com Previdência Complementar	–.–	**2.453**
Créditos de Resseguros	–.–	2.453
Outros Créditos Operacionais	**459**	**270**
Ativos de Resseguros e Retrocessão	**11.750**	**5.731**
Títulos e Créditos a Receber	**303.182**	**306.140**
Títulos e Créditos a Receber	237.098	291.813
Créditos Tributários e Previdenciários	66.084	14.307
Outros Créditos	–.–	20
Despesas Antecipadas	**7.446**	**4.334**
Custos de Aquisição Diferidos - Seguros	**64.182**	**70.603**
Ativo Não Circulante	**12.498.573**	**10.903.813**
Realizável a Longo Prazo	**11.900.648**	**10.273.674**
Aplicações	**11.436.813**	**9.917.652**
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros - Prêmios a Receber	**83**	**94**
Títulos e Créditos a Receber	**463.733**	**355.898**
Créditos Tributários e Previdenciários	434.264	330.022
Depósitos Judiciais e Fiscais	25.910	22.781
Outros Créditos Operacionais	3.559	3.095
Custos de Aquisição Diferidos - Seguros	**19**	**30**
Investimentos	**339.108**	**371.290**
Participações Societárias	338.172	370.348
Imóveis Destinados à Renda	936	942
Imobilizado	**1.026**	**1.058**
Imóveis de Uso Próprio	1.024	1.056
Bens Móveis	2	2
Intangível	**257.791**	**257.791**
Outros Intangíveis	257.791	257.791
Total do Ativo	**234.692.152**	**214.993.497**

Passivo e Patrimônio Líquido	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	**1.447.872**	**1.500.366**
Contas a Pagar	**180.621**	**291.168**
Obrigações a Pagar	28.123	136.679
Impostos e Encargos Sociais a Recolher	98.857	97.497
Impostos e Contribuições	53.641	56.992
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros	**80.294**	**84.041**
Prêmios a Restituir	2.277	2.029
Operações com Resseguradoras	9.004	6.475
Corretores de Seguros e Resseguros	68.924	75.537
Outros Débitos Operacionais	89	–.–
Depósitos de Terceiros	**100.228**	**40.554**
Provisões Técnicas - Seguros e Previdência	**834.134**	**820.156**
Pessoas	528.839	541.300
Vida Individual	2.550	2.917
Vida com Cobertura por Sobrevivência	302.745	275.939
Provisões Técnicas - Previdência Complementar	**251.793**	**264.420**
Planos não Bloqueados	202.836	200.793
PGBL	48.957	63.627
Outros Débitos - Outros Valores e Provisões	**802**	**27**
Passivo Não Circulante	**229.352.045**	**209.716.311**
Contas a Pagar	**109.775**	**109.090**
Obrigações a Pagar	235	260
Tributos Diferidos	109.540	108.830
Provisões Técnicas - Seguros e Previdência	**166.066.740**	**152.773.482**
Pessoas	90	143
Vida com Cobertura por Sobrevivência	166.066.650	152.773.339
Provisões Técnicas - Previdência Complementar	**63.133.341**	**56.792.566**
Planos não Bloqueados	10.772.806	10.105.769
PGBL	52.360.535	46.686.797
Outros Débitos - Provisões Judiciais	**42.189**	**41.173**
Patrimônio Líquido	**3.892.235**	**3.776.820**
Capital Social	2.391.000	2.091.000
Aumento de Capital em Aprovação	–.–	300.000
Reservas de Capital	309.351	309.351
Reservas de Lucros	1.709.746	1.288.562
Outros Resultados Abrangentes	(517.862)	(212.093)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**234.692.152**	**214.993.497**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO *(Em milhares de reais, exceto as informações de quantidade de ações e de lucro por ação)*

	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Operações de Seguros	**476.607**	**308.748**
Prêmios Emitidos	633.801	645.983
Contribuições para Coberturas de Riscos	256.417	194.702
Variação das Provisões Técnicas de Prêmios	13.911	29.117
Prêmios Ganhos	904.129	869.802
Sinistros Ocorridos	(305.399)	(428.115)
Custos de Aquisição	(124.924)	(125.964)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	7.591	(8.480)
Resultado com Operações de Resseguro	(4.790)	1.505
Operações de Previdência	**396.646**	**318.855**
Rendas de Contribuições e Prêmios	11.573.073	9.617.211
Constituição da Provisão de Benefício a Conceder	(11.582.226)	(9.616.656)
Receitas de Contribuições e Prêmios de VGBL	(9.153)	555
Rendas com Taxas de Gestão e Outras Taxas	456.531	57.148
Variação de Outras Provisões Técnicas	(34.919)	240.092
Custos de Aquisição	(4.043)	(3.864)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(12.386)	19.961
Resultado com Operações de Resseguro	616	4.963
Despesas Administrativas	**(695.884)**	**(543.396)**
Despesas com Tributos	**(63.052)**	**(43.321)**
Resultado Financeiro	**630.374**	**63.102**
Resultado Patrimonial	**(24.467)**	**29.010**
Resultado Operacional	**720.224**	**132.998**
Ganhos ou Perdas com Ativos não Correntes	**56**	**38**
Resultado Antes dos Impostos e Participações	**720.280**	**133.036**
Imposto de Renda	**(181.476)**	**9.557**
Contribuição Social	**(113.580)**	**5.063**
Lucro Líquido / (Prejuízo)	**425.224**	**147.656**
Quantidade de Ações	**1.079.648.877**	**1.005.260.528**
Lucro Líquido / (Prejuízo) por Ação - R$	**0,39**	**0,15**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE *(Em milhares de reais)*

	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Lucro Líquido / (Prejuízo)	**425.224**	**147.656**
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	(305.769)	(671.055)
Variação de Valor Justo	(503.624)	(1.100.207)
Efeito Fiscal	201.449	440.083
Coligadas / Controladas	(3.594)	(10.931)
Total de Outros Resultados Abrangentes	**(305.769)**	**(671.055)**
Total do Resultado Abrangente	**119.455**	**(523.399)**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA *(Em milhares de reais)*

	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Lucro Líquido / (Prejuízo) Ajustado	**454.865**	**103.006**
Lucro Líquido / (Prejuízo)	425.224	147.656
Ajustes para:	**29.641**	**(44.650)**
Depreciações e Amortizações	38	54
Receita de Atualização / Encargos de Depósitos em Garantia	(3.165)	(1.310)
Despesa de Atualização / Encargos de Provisões	1.503	(674)
Constituição / (Reversão) de Provisões para Contingências	5.784	8.891
Resultado de Equivalência Patrimonial	28.582	(24.617)
Tributos Diferidos	(3.101)	(26.994)
Variação nas Contas Patrimoniais	**53.510**	**(1.255.595)**
Ativos Financeiros	(20.039.198)	5.169.840
Créditos das Operações de Seguros e Resseguros	24.276	(13.990)
Ativos de Resseguros e Retrocessão	(6.019)	7.722
Depósitos Judiciais e Fiscais	36	3.768
Despesas Antecipadas	(3.112)	(3.362)
Outros Ativos	103.323	(217.734)
Fornecedores e Outras Contas a Pagar	289.164	48.037
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros	(3.747)	5.254
Depósitos de Terceiros	59.674	(16.667)
Provisões Técnicas - Seguros e Previdência	19.635.384	(6.228.108)
Outros Passivos	(6.271)	(10.355)
Caixa Gerado / (Consumido) pelas Operações	**508.375**	**(1.152.589)**
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	–.–	411
Imposto sobre o Lucro Pagos	(261.597)	–.–
Caixa Líquido Gerado / (Consumido) nas Atividades Operacionais	**246.778**	**(1.152.178)**
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(141.403)	(2.406)
Aumento de Capital	–.–	1.105.000
Caixa Líquido Gerado / (Consumido) nas Atividades de Financiamento	**(141.403)**	**1.102.594**
Aumento / (Redução) Líquido(a) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**105.375**	**(49.584)**
Caixa e equivalente de caixa no início do período	155.282	204.866
Caixa e equivalente de caixa no final do período	260.657	155.282

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO *(Em milhares de reais)*

	Capital Social	Aumento de Capital em Aprovação	Reservas de Capital	Reservas de Lucros - Legal	Reservas de Lucros - Estatutária	Outros Resultados Abrangentes	Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 01/01/2021	**1.166.000**	–.–	**309.351**	**225.386**	**1.176.923**	**458.962**	–.–	**3.336.622**
Aumento de Capital - AGO/E's de 31/03, 27/05, 30/06 e 30/09/2021	925.000	–.–	–.–	–.–	(120.000)	–.–	–.–	805.000
Aumento de Capital em Aprovação - AGE de 12/01/2022	–.–	300.000	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	300.000
Juros sobre o Capital Próprio	–.–	–.–	–.–	–.–	(140.000)	–.–	–.–	(140.000)
Total do Resultado Abrangente	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(671.055)	147.656	(523.399)
Lucro Líquido / (Prejuízo)	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	147.656	147.656
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(671.055)	–.–	(671.055)
Destinações								
Reservas	–.–	–.–	–.–	7.383	138.870	–.–	(146.253)	–.–
Dividendos	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(1.403)	(1.403)
Saldos em 31/12/2021	**2.091.000**	**300.000**	**309.351**	**232.769**	**1.055.793**	**(212.093)**	–.–	**3.776.820**
Mutações do Período	**925.000**	**300.000**	–.–	**7.383**	**(121.130)**	**(671.055)**	–.–	**440.198**
Saldos em 01/01/2022	**2.091.000**	**300.000**	**309.351**	**232.769**	**1.055.793**	**(212.093)**	–.–	**3.776.820**
Aumento de Capital - AGO/E de 12/01/2022	300.000	(300.000)	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–
Total do Resultado Abrangente	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(305.769)	425.224	119.455
Lucro Líquido / (Prejuízo)	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	425.224	425.224
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(305.769)	–.–	(305.769)
Destinações								
Reservas	–.–	–.–	–.–	21.261	399.923	–.–	(421.184)	–.–
Dividendos	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(4.040)	(4.040)
Saldos em 31/12/2022	**2.391.000**	–.–	**309.351**	**254.030**	**1.455.716**	**(517.862)**	–.–	**3.892.235**
Mutações do Período	**300.000**	**(300.000)**	–.–	**21.261**	**399.923**	**(305.769)**	–.–	**115.415**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31/12/2022 E 31/12/2021 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2022 E 2021 PARA RESULTADO *(Em milhares de reais, exceto quando indicado)*

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Itaú Vida e Previdência S.A. (ITAÚ VIDA ou empresa) é uma empresa do Conglomerado Financeiro Itaú Unibanco, com atuação em todas as regiões do país e está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar seguros dos ramos de pessoas e planos de previdência privada, conforme definido na legislação vigente.

O principal acionista da ITAÚ VIDA é a Itauseg Participações S.A. com participação de 100,00%, empresa participante do Conglomerado Itaú Unibanco.

As operações da ITAÚ VIDA são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Itaú Unibanco Holding S.A. (ITAÚ UNIBANCO HOLDING). Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos.

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 22 de fevereiro de 2023.

NOTA 2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

a) Base de Preparação

As Demonstrações Financeiras da empresa foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades reguladas pela SUSEP, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board - IASB, na forma homologada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, no que não contrariem a Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores. As informações nas demonstrações financeiras e nas correspondentes notas explicativas evidenciam todas as informações relevantes inerentes às demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as informações utilizadas pela Administração na sua gestão. Conforme determina a Circular nº 648/2021 e alterações posteriores, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no Balanço Patrimonial, no Ativo Circulante, independentemente de suas datas de vencimento.

b) Estimativas Contábeis Críticas e Julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos, passivos e passivos contingentes divulgados na data das Demonstrações Financeiras, devido às incertezas e ao alto nível de subjetividade envolvido no reconhecimento e mensuração de determinados itens. As estimativas e julgamentos que apresentam risco significativo e podem ter impacto relevante nos valores de ativos e passivos são divulgados a seguir. Os resultados reais podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e julgamentos.

I - Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação baseadas em premissas, que levam em consideração informações e condições de mercado. As principais premissas são: dados históricos, informações de transações similares e técnicas de precificação. Para instrumentos mais complexos ou sem liquidez, é necessário um julgamento significativo para determinar o modelo utilizado mediante seleção de inputs específicos e em alguns casos, são aplicados ajustes de avaliação ao valor do modelo ou preço cotado para instrumentos financeiros que não são negociados ativamente.

II - Provisões Técnicas

As provisões técnicas são passivos decorrentes de obrigações da empresa para com os seus segurados e participantes. Essas obrigações podem ter uma natureza de curta duração (seguros de danos) ou de média ou de longa duração (seguros de vida e previdência).

A determinação do valor do passivo atuarial depende de inúmeras incertezas inerentes às coberturas dos contratos de seguros e previdência, tais como premissas de persistência, mortalidade, invalidez, longevidade, morbidade, despesas, frequência de sinistros, severidade, conversão em renda, resgates e rentabilidade sobre ativos.

As estimativas dessas premissas baseiam-se na experiência histórica da empresa, em avaliações comparativas e na experiência do atuário, e buscam convergência às melhores práticas do mercado e objetivam a revisão contínua do passivo atuarial. Ajustes resultantes dessas melhorias contínuas, quando necessárias, são reconhecidos no resultado do respectivo período.

c) Resumo das Principais Políticas Contábeis

Não houve alteração das políticas contábeis significativas durante o período. Abaixo estão descritas as políticas contábeis significativas da empresa:

I - Aplicações, Ativos e Passivos Financeiros

Todos os ativos e passivos financeiros devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou os passivos financeiros foram assumidos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

As compras e as vendas regulares de ativos e passivos financeiros são reconhecidas e baixadas, respectivamente, na data de negociação.

I.I - Ativos Financeiros Mantidos para Negociação

Ativos Financeiros adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, avaliados pelo valor justo em contrapartida ao resultado do período.

I.II - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

Ativos Financeiros que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, avaliados pelo valor justo em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido.

Os ganhos e perdas de Ativos Financeiros, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na Demonstração do Resultado, em contrapartida de conta específica do Patrimônio Líquido.

I.III - Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento

Ativos Financeiros, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira da instituição para sua manutenção em carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição ou pelo valor justo quando da transferência de outra categoria. Os títulos são atualizados até a data de vencimento, não sendo avaliados pelo valor justo.

Os declínios no valor justo dos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e dos Mantidos até o Vencimento, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

Itaú Vida e Previdência S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31/12/2022 E 31/12/2021 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2022 E 2021 PARA RESULTADO *(Em milhares de reais, exceto quando indicado) (Continuação)*

II - Contratos de Seguros

Contrato de seguro é um contrato em que o emissor aceita um risco de seguro significativo da contraparte concordando em compensá-lo se um evento futuro incerto específico afetá-lo adversamente.

Os contratos de investimento com características de participação discricionária são instrumentos financeiros, tratados como contratos de seguro, conforme previsto pelo CPC 11, assim como aqueles que transferem risco financeiro significativo.

Uma vez que o contrato é classificado como um contrato de seguro, ele permanece como tal até o final de sua vida mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente durante esse período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados.

Prêmios de Seguros

Os prêmios de seguros são contabilizados pela emissão da apólice ou no decorrer do período de vigência dos contratos na proporção do valor de proteção de seguro fornecido.

Se há evidência de perda por redução ao valor recuperável relacionada aos recebíveis de prêmios de seguros, a empresa constitui uma provisão suficiente para cobrir tal perda, com base na análise dos riscos de realização dos prêmios a receber com parcelas vencidas há mais de 60 dias.

Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado, no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros.

NOTA 3 - APLICAÇÕES

a) Ativos Financeiros Mantidos para Negociação

Os Ativos Financeiros Mantidos para Negociação contabilizados pelo seu Valor Justo são apresentados na tabela a seguir:

	Taxa Média a.a.	31/12/2022	31/12/2021
Fundos de Investimentos		**220.047.831**	**202.037.771**
Ações		5.472.839	12.675.298
Certificados de Recebíveis do Agronegócio		394.153	84.295
Certificados de Recebíveis Imobiliários		373.988	303.037
Certificados de Depósito Bancário		272.757	95.778
Compromissadas		30.812.259	20.515.505
Contas a Receber / (Pagar)		570.430	493.579
Debêntures		24.563.252	15.651.744
Derivativos		77.016	210.120
Cotas de Fundos de Investimentos		16.580.199	10.065.604
Letras Financeiras		17.061.363	7.708.468
Letras Financeiras do Tesouro		58.710.492	59.809.673
Letras do Tesouro Nacional		30.823.607	19.887.222
Notas de Crédito		2.505.591	1.417.664
Notas do Tesouro Nacional		31.752.248	52.982.996
Depósito a Prazo com Garantia Especial		77.637	136.788
Títulos de Empresas		**1.063.979**	**1.123.872**
Ações		379.440	315.392
Certificados de Recebíveis Imobiliários	CDI +3,25%	58	286
Debêntures	CDI +1,68% / IPCA +6,67%	437.357	539.752
Letras Financeiras	IPCA +5,53%	221.326	210.040
Notas de Crédito	CDI + 1,25%	25.798	58.402
Total		**221.111.810**	**203.161.643**
Circulante		221.111.810	203.161.643
Não Circulante		–.–	–.–

b) Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

O valor justo e o custo ou custo amortizado correspondente aos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda são apresentados na tabela a seguir:

		31/12/2022			31/12/2021		
	Taxa Média a.a.	Custo	Ajustes ao Valor Justo (no Patrimônio Líquido)	Valor Justo	Custo	Ajustes ao Valor Justo (no Patrimônio Líquido)	Valor Justo
Títulos Públicos		**6.115.586**	**(558.106)**	**5.557.480**	**6.884.852**	**(349.422)**	**6.535.430**
Notas do Tesouro Nacional	IGPM+12,00% / IPCA+6,00% / PRÉ 10%	6.115.586	(558.106)	5.557.480	6.884.852	(349.422)	6.535.430
Total		**6.115.586**	**(558.106)**	**5.557.480**	**6.884.852**	**(349.422)**	**6.535.430**
Circulante				111.686			45.441
Não Circulante				5.445.794			6.489.989

c) Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento

O Custo Amortizado correspondente aos Ativos Mantidos até o Vencimento são apresentados na tabela a seguir:

	Taxa Média a.a.	31/12/2022	31/12/2021
Títulos Públicos		**5.069.849**	**2.541.078**
Notas do Tesouro Nacional (1)	IGPM+12,00% / IPCA+6,00%	5.069.849	2.541.078
Fundos de Investimentos		**921.170**	**886.585**
Notas do Tesouro Nacional		921.170	886.585
Total		**5.991.019**	**3.427.663**
Circulante		–.–	–.–
Não Circulante		5.991.019	3.427.663

1) De forma a refletir a atual estratégia de gerenciamento de riscos, no período findo em 31/12/2022, a empresa alterou a classificação de Títulos Públicos no montante de R$ 2.244.662 antes classificados como Títulos Disponíveis para Venda.

NOTA 4 - CONTRATOS DAS OPERAÇÕES

A empresa oferece ao mercado os produtos de seguros, vida individual e vida com cobertura de sobrevivência com a finalidade de assumir riscos e restabelecer o equilíbrio econômico do patrimônio afetado do segurado. Os produtos são ofertados por meio das corretoras de seguros (de mercado e cativas), nos canais eletrônicos e agências do Itaú Unibanco, conforme exigências regulatórias, emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

a) Seguros

Contrato firmado entre partes visando proteger os bens do cliente, que mediante o pagamento de prêmio, fica protegido por meio de reposição ou reparação financeira predeterminadas, de danos que venham causar desestabilização patrimonial ou pessoal. Em contraparte, a empresa, constitui provisões técnicas, por meio de áreas especializadas dentro do conglomerado, com o objetivo de reparar a perda do segurado em caso de ocorrência de sinistros dos riscos previstos.

Os riscos de seguros comercializados pela empresa se dividem em seguros elementares e seguros de vida:

- Seguros Elementares: garantem as perdas, danos ou responsabilidades sobre objetos ou pessoas, excluída desta classificação os seguros do ramo vida.
- Seguros de Vida: incluem cobertura contra risco de morte e acidentes pessoais.

b) Vida Individual e Vida com Cobertura de Sobrevivência

- Desenvolvido como uma solução para assegurar a manutenção da qualidade de vida dos participantes, através de investimentos feitos a longo prazo, cujo produto é denominado VGBL.

c) Previdência Privada

Desenvolvido para assegurar a manutenção da qualidade de vida dos participantes, complementando os rendimentos proporcionados pela Previdência Social, por meio de investimentos feitos a longo prazo, os produtos de Previdência Privada subdividem-se essencialmente em três grandes grupos:

- PGBL - Plano Gerador de Benefícios Livres: Tem como principal objetivo a acumulação, mas pode ser contratado com coberturas adicionais de risco. Indicado para clientes que apresentam declaração completa de IR, pois podem deduzir as contribuições feitas da base de cálculo do IR até 12% da renda bruta tributável anual.
- VGBL - Vida Gerador de Benefícios Livres: É um seguro estruturado na forma de plano de previdência. A sua forma de tributação difere do PGBL, neste caso, a base de cálculo são os rendimentos auferidos.
- FGB - Fundo Gerador de Benefícios: Plano de previdência com garantia mínima de rentabilidade e possibilidade de ganho pela performance do ativo. Apesar de existirem planos ativos, não são mais comercializados.

d) Principais informações relativas às operações

I - Prêmios a Receber - Movimentação

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Inicial - 01/01	**334.221**	**325.523**
Prêmios Emitidos Líquidos (1)	633.489	646.895
Recebimentos	(645.750)	(637.069)
Redução ao Valor Recuperável ((Constituição) / Reversão)	(222)	(216)
Prêmios-Riscos Vigentes não Emitidos (1)	312	(912)
Saldo Final	**322.050**	**334.221**

1) Valores correspondentes a rubrica Prêmios Emitidos da Demonstração do Resultado.

II - Saldo das Provisões Técnicas

	31/12/2022			31/12/2021		
	Seguros (1)	Previdência	Total	Seguros (1)	Previdência	Total
Prêmios não Ganhos (PPNG)	341.418	11.919	353.337	354.135	12.018	366.153
Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC) e Concedidos (PMBC)	1.761	228.471.029	228.472.790	2.082	208.874.566	208.876.648
Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)	–.–	394.285	394.285	–.–	357.929	357.929
Excedente Financeiro (PEF)	–.–	728.962	728.962	–.–	691.338	691.338
Sinistros a Liquidar (PSL)	108.738	73.886	182.624	113.591	78.391	191.982
Sinistros / Eventos Ocorridos e não Avisados (IBNR)	74.487	25.932	100.419	71.794	27.402	99.196
Despesas Relacionadas (PDR)	5.075	48.516	53.591	2.758	64.620	67.378
Total	**531.479**	**229.754.529**	**230.286.008**	**544.360**	**210.106.264**	**210.650.624**
Circulante			1.085.927			1.084.576
Não Circulante			229.200.081			209.566.048

1) Não contempla as provisões técnicas de seguros de vida com cobertura por sobrevivência, que são alocadas na coluna de previdência.

Cia. Itaú de Capitalização

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS A 31/12/2022

CNPJ Nº 23.025.711/0001-16

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.
As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:
- https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/
- www.itau.com.br/relacoes-com-investidores

O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em, 22 de fevereiro de 2023, sem modificações.

BALANÇO PATRIMONIAL *(Em milhares de reais)*

Ativo	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	**3.638.435**	**3.215.990**
Disponível	**14.876**	**5.040**
Caixa e Bancos	14.876	5.040
Aplicações	**3.610.255**	**3.197.087**
Créditos das Operações de Capitalização	**133**	**18**
Créditos das Operações Capitalização	133	18
Títulos e Créditos a Receber	**13.092**	**13.766**
Títulos e Créditos a Receber	13.088	11.254
Créditos Tributários e Previdenciários	4	2.512
Despesas Antecipadas	**79**	**79**
Ativo Não Circulante	**1.359.832**	**1.440.035**
Realizável a Longo Prazo	**521.138**	**600.766**
Aplicações	**460.530**	**545.345**
Títulos e Créditos a Receber	**60.608**	**55.421**
Créditos Tributários e Previdenciários	38.269	34.291
Depósitos Judiciais e Fiscais	22.335	21.130
Outros Créditos Operacionais	4	–.–
Investimentos	**24.163**	**24.738**
Participações Societárias	2	–.–
Imóveis Destinados à Renda	24.161	24.058
Outros Investimentos	–.–	680
Intangível	**814.531**	**814.531**
Outros Intangíveis	814.531	814.531
Total do Ativo	**4.998.267**	**4.656.025**

Passivo e Patrimônio Líquido	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	**3.544.591**	**3.393.125**
Contas a Pagar	**185.551**	**104.004**
Obrigações a Pagar	51.065	41.381
Impostos e Encargos Sociais a Recolher	1.314	1.425
Impostos e Contribuições	133.172	61.198
Provisões Técnicas - Capitalização	**3.359.040**	**3.289.121**
Provisões para Resgates	3.350.186	3.279.928
Provisões para Sorteios	8.732	8.788
Provisão Administrativa	122	405
Passivo Não Circulante	**387.363**	**368.513**
Contas a Pagar	**352.057**	**334.098**
Tributos Diferidos	352.057	334.098
Outros Débitos	**35.306**	**34.415**
Provisões Judiciais	35.306	34.415
Patrimônio Líquido	**1.066.313**	**894.387**
Capital Social	558.295	558.295
Reservas de Capital	7.606	7.606
Reservas de Reavaliação	3.998	3.841
Reservas de Lucros	524.326	347.572
Outros Resultados Abrangentes	(27.912)	(22.927)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**4.998.267**	**4.656.025**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO *(Em milhares de reais, exceto as informações de quantidade de ações e de lucro por ação)*

	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Receita Líquida com Títulos de Capitalização	**620.091**	**487.190**
Arrecadação com Títulos de Capitalização	3.056.914	2.652.232
Variação da Provisão para Resgate	(2.436.823)	(2.165.042)
Variação das Provisões Técnicas	**283**	**755**
Resultado com Outras Provisões Técnicas	283	755
Resultado com Sorteio	**(56.061)**	**(57.140)**
Custo de Aquisição	**(6.256)**	**(4.553)**
Outras Receitas e Despesas Operacionais	**78.278**	**41.920**
Outras Receitas Operacionais	79.088	43.058
Outras Despesas Operacionais	(810)	(1.138)
Despesas Administrativas	**(302.164)**	**(203.950)**
Despesas com Tributos	**(34.195)**	**(20.389)**
Resultado Financeiro	**266.507**	**3.029**
Resultado Patrimonial	**18.829**	**19.433**
Receitas com Imóveis Destinados à Renda	18.844	19.581
Despesas com Imóveis Destinados à Renda	(15)	(148)
Resultado Operacional	**585.312**	**266.295**
Ganhos ou Perdas com Ativos Não Correntes	**5.485**	**6.331**
Resultado antes dos Impostos	**590.797**	**272.626**
Imposto de Renda	**(129.612)**	**(55.455)**
Contribuição Social	**(82.436)**	**(41.001)**
Lucro Líquido	**378.749**	**176.170**
Quantidade de Ações	**670.963**	**670.963**
Lucro Líquido por Ação	**564,49**	**262,56**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO *(Em milhares de reais)*

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros – Legal	Reservas de Lucros – Estatutária	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 01/01/2021	**558.295**	**7.606**	**3.694**	**89.873**	**223.564**	**3.384**	–.–	**886.416**
Realização de Reserva de Reavaliação	–.–	–.–	147	–.–	–.–	–.–	(249)	(102)
Dividendos	–.–	–.–	–.–	–.–	(100.000)	–.–	–.–	(100.000)
Juros sobre o Capital Próprio	–.–	–.–	–.–	–.–	(39.658)	–.–	–.–	(39.658)
Total do Resultado Abrangente	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(26.311)	176.170	149.859
Lucro Líquido	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	176.170	176.170
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(26.311)	–.–	(26.311)
Destinações								
Reservas	–.–	–.–	–.–	8.808	164.985	–.–	(173.793)	–.–
Dividendos	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(2.128)	(2.128)
Saldos em 31/12/2021	**558.295**	**7.606**	**3.841**	**98.681**	**248.891**	**(22.927)**	–.–	**894.387**
Mutações do Período	–.–	–.–	**147**	**8.808**	**25.327**	**(26.311)**	–.–	**7.971**
Saldos em 01/01/2022	**558.295**	**7.606**	**3.841**	**98.681**	**248.891**	**(22.927)**	–.–	**894.387**
Realização de Reserva de Reavaliação	–.–	–.–	157	–.–	–.–	–.–	(263)	(106)
Dividendos	–.–	–.–	–.–	–.–	(145.000)	–.–	–.–	(145.000)
Total do Resultado Abrangente	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(4.985)	378.749	373.764
Lucro Líquido	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	378.749	378.749
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(4.985)	–.–	(4.985)
Destinações								
Reservas	–.–	–.–	–.–	12.977	308.777	–.–	(321.754)	–.–
Juros sobre o Capital Próprio	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(56.732)	(56.732)
Saldos em 31/12/2022	**558.295**	**7.606**	**3.998**	**111.658**	**412.668**	**(27.912)**	–.–	**1.066.313**
Mutações do Período	–.–	–.–	**157**	**12.977**	**163.777**	**(4.985)**	–.–	**171.926**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE *(Em milhares de reais)*

	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Lucro Líquido	**378.749**	**176.170**
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	(4.985)	(26.311)
Variação de Valor Justo	(9.097)	(43.851)
Efeito Fiscal	4.112	17.540
Total de Outros Resultados Abrangentes	**(4.985)**	**(26.311)**
Total do Resultado Abrangente	**373.764**	**149.859**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA *(Em milhares de reais)*

	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Lucro Líquido Ajustado	**399.531**	**172.930**
Lucro Líquido	378.749	176.170
Ajustes para:	**20.782**	**(3.240)**
Depreciações e Amortizações	15	318
Receita de Atualização / Encargos de Depósitos em Garantia	(1.207)	(426)
Despesa de Atualização / Encargos de Provisões	923	326
Constituição / (Reversão) Provisões para Contingências	16	49
Tributos Diferidos	21.140	(3.404)
Outros	(105)	(103)
Variação nas Contas Patrimoniais		
Ativos Financeiros	(333.339)	132.636
Créditos das Operações de Capitalização	(113)	(18)
Depósitos Judiciais e Fiscais	1	1.030
Despesas Antecipadas	–.–	28
Outros Ativos	(6.712)	(16.301)
Fornecedores e Outras Contas a Pagar	195.274	95.139
Provisões Técnicas - Capitalização	69.919	(216.131)
Outros Passivos	(49)	(76)
Caixa Gerado / (Consumido) pelas Operações	**324.512**	**169.237**
Imposto sobre o Lucro Pagos	(128.568)	(68.462)
Caixa Líquido Gerado / (Consumido) nas Atividades Operacionais	**195.944**	**100.775**
Alienação de Imóveis Destinados à Renda	680	–.–
(Aquisição) de Investimentos	(2)	–.–
Caixa Líquido Gerado / (Consumido) nas Atividades de Investimento	**678**	–.–
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(186.786)	(100.762)
Caixa Líquido Gerado / (Consumido) nas Atividades de Financiamento	**(186.786)**	**(100.762)**
Aumento / (Redução) Líquido(a) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**9.836**	**13**
Caixa e equivalente de caixa no início do período	5.040	5.027
Caixa e equivalente de caixa no final do período	14.876	5.040

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31/12/2022 E 31/12/2021 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2022 E 2021 PARA RESULTADO
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Cia. Itaú de Capitalização (CIACAP) é uma empresa do Conglomerado Financeiro Itaú Unibanco, com atuação em todas as regiões do país, regulada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e tem como objeto social a prática de todas as operações permitidas às empresas de capitalização, conforme definido na legislação vigente.
Os acionistas da CIACAP são: Itauseg Participações S.A. com participação de 99,99985% e Itaú Unibanco S.A. com participação de 0,00015%, ambas participantes do Conglomerado Itaú Unibanco.
As operações da CIACAP são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Itaú Unibanco Holding S.A. (ITAÚ UNIBANCO HOLDING). Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos.
Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 22 de fevereiro de 2023.

NOTA 2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

a) Base de Preparação

As Demonstrações Financeiras da CIACAP foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades reguladas pela SUSEP, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board - IASB, na forma homologada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, no que não contrariem a Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores. As informações nas demonstrações financeiras e nas correspondentes notas explicativas evidenciam todas as informações relevantes inerentes às demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as informações utilizadas pela Administração na sua gestão.
Conforme determina a Circular nº 648/2021 e alterações posteriores, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no Balanço Patrimonial, no Ativo Circulante, independentemente de suas datas de vencimento.

b) Estimativas Contábeis Críticas e Julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos, passivos e passivos contingentes divulgados na data das Demonstrações Financeiras, devido às incertezas e ao alto nível de subjetividade envolvido no reconhecimento e mensuração de determinados itens. As estimativas e julgamentos que apresentam risco significativo e podem ter impacto relevante nos valores de ativos e passivos são divulgados a seguir. Os resultados reais podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e julgamentos.

I - Valor Justo de Instrumentos Financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação baseadas em premissas, que levam em consideração informações e condições de mercado. As principais premissas são: dados históricos, informações de transações similares e técnicas de precificação. Para instrumentos mais complexos ou sem liquidez, é necessário um julgamento significativo para determinar o modelo utilizado mediante seleção de *inputs* específicos e em alguns casos, são aplicados ajustes de avaliação ao valor do modelo ou preço cotado para instrumentos financeiros que não são negociados ativamente.

II - Provisões Técnicas de Capitalização

As provisões técnicas são passivos decorrentes de obrigações da CIACAP para com os seus clientes. Essas obrigações podem ter uma natureza de curta ou média duração a depender do prazo de vigência do produto contratado.
A determinação do valor do passivo atuarial depende de incertezas inerentes às características dos títulos de capitalização, tais como premissas de persistência, despesas, sorteios e rentabilidade financeira.
As estimativas dessas premissas baseiam-se nas projeções macroeconômicas, na experiência histórica da CIACAP, em avaliações comparativas e na experiência do atuário, e buscam convergência às melhores práticas do mercado e objetivam a revisão contínua do passivo atuarial. Ajustes resultantes dessas melhorias contínuas, quando necessárias, são reconhecidos no resultado do respectivo período.

c) Resumo das Principais Políticas Contábeis

Não houve alteração das políticas contábeis significativas durante o período. Abaixo estão descritas as políticas contábeis significativas da Cia. Itaú de Capitalização:

I - Aplicações, ativos e passivos financeiros

Todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.
A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou os passivos financeiros foram assumidos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.
As compras e as vendas regulares de ativos e passivos financeiros são reconhecidas e baixadas, respectivamente, na data de negociação.

I.I. Ativos Financeiros Mantidos para Negociação

Ativos Financeiros adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, avaliados pelo valor justo em contrapartida ao resultado do período.

I.II. Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

Ativos Financeiros que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, avaliados pelo valor justo em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido.
Os ganhos e perdas de Ativos Financeiros, quando realizados serão reconhecidos na data de negociação na Demonstração do Resultado, em contrapartida de conta específica do Patrimônio Líquido.

II - Capitalização

O título de capitalização tem por finalidade a acumulação de recursos, com um incentivo de ter a possibilidade do recebimento de uma premiação via sorteios periódicos durante um período estabelecido como vigência, de acordo com as especificações tratadas nas condições gerais do plano de capitalização.

NOTA 3 - APLICAÇÕES

a) Ativos Financeiros Mantidos para Negociação

Os ativos financeiros mantidos para negociação contabilizados pelo seu valor justo são apresentados na tabela a seguir:

	Taxa Média a.a.	31/12/2022	31/12/2021
Fundos de Investimentos		**2.597.356**	**2.292.302**
Letras Financeiras		935.672	747.448
Letras do Tesouro Nacional		101.338	12.852
Letras Financeiras do Tesouro		352.763	579.919
Notas do Tesouro Nacional		154.572	343.852
Debêntures		17.262	36.692
Ações		4.209	29.550
Certificados de Depósito Bancário		42.050	20.507
Derivativos		898	(88)
Compromissadas		907.958	383.813
Depósitos a Prazo com Garantia Especial		1.947	67.484
Cotas de Fundos de Investimentos		78.587	68.787
Contas a Receber / (Pagar)		100	1.486
Títulos de Empresas		**1.012.899**	**904.785**
Certificados de Recebiveis Imobiliários	CDI + 3,25%	2.371	11.709
Letras Financeiras		–.–	5.403
Debêntures	CDI + 1,68% / IPCA + 6,25%	876.693	808.427
Notas de Crédito	CDI + 1,77%	133.835	79.246
Total		**3.610.255**	**3.197.087**
Circulante		3.610.255	3.197.087
Não Circulante		–.–	–.–

b) Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

O valor justo e o custo ou custo amortizado correspondente aos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda são apresentados na tabela a seguir:

	Taxa Média a.a.	31/12/2022 Custo	31/12/2022 Ajustes ao Valor Justo (no PL)	31/12/2022 Valor Justo	31/12/2021 Custo	31/12/2021 Ajustes ao Valor Justo (no PL)	31/12/2021 Valor Justo
Títulos Públicos		**507.838**	**(47.308)**	**460.530**	**583.556**	**(38.211)**	**545.345**
Letras do Tesouro Nacional		235.855	(15.153)	220.702	311.573	(27.686)	283.887
Notas do Tesouro Nacional	10,00%	271.983	(32.155)	239.828	271.983	(10.525)	261.458
Total		**507.838**	**(47.308)**	**460.530**	**583.556**	**(38.211)**	**545.345**
Circulante				–.–			–.–
Não Circulante				460.530			545.345

NOTA 4 - CAPITALIZAÇÃO

a) Provisões Técnicas - Movimentação

	Provisões para Resgates (PMC) e (PR)	Provisões para Sorteios (PSR) e (PSP)	Provisões para Despesa Administrativa (PDA)	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Inicial - 01/01	**3.279.928**	**8.788**	**405**	**3.289.121**	**3.505.252**
(+) Adições decorrentes de emissão de títulos	2.436.823	56.061	(283)	2.492.601	2.221.427
(+) Atualização financeira das provisões	210.360	5	–.–	210.365	177.263
(-) Resgates	(2.576.925)	(56.122)	–.–	(2.633.047)	(2.614.821)
Saldo Final	**3.350.186**	**8.732**	**122**	**3.359.040**	**3.289.121**

Ferreira Gomes Energia S.A.

CNPJ/MF 12.489.315/0001-23 - NIRE 35.300.383.656

Aviso aos Acionistas

Em cumprimento ao disposto no artigo 133 da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores, a Administração da Companhia comunica que os documentos a que se refere o supracitado artigo, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2022, bem como aqueles referidos no artigo 10º da RESOLUÇÃO CVM nº 81/2022, encontram-se à disposição dos acionistas no site da CVM: www.gov.br/cvm, no site da Companhia: https://ferreiragomesenergia.com.br/ e na sede da Companhia: à Rua Gomes de Carvalho, 1.996, 15º andar, conjunto 151, sala H, São Paulo/SP. **À Administração.**

SESI SENAI

AVISO DE LICITAÇÃO

Os Departamentos Regionais de São Paulo do Serviço Social da Indústria (SESI-SP) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI-SP) comunicam a abertura da licitação:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2023
Objeto: Aquisição de notebooks de alta performance.
Retirada do edital: a partir de 27 de fevereiro de 2023, através dos portais www.sesisp.org.br e www.sp.senai.br (opção LICITAÇÕES).
Sessão de disputa de preços (lances): 10 de março de 2023 às 9h30, exclusivamente pela internet, no endereço www.licitacoes-e.com.br.

SENAI

AVISO DE LICITAÇÃO

O Departamento Regional de São Paulo do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI-SP) comunica a abertura da licitação:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2023
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de portaria, limpeza e conservação (10 postos) para a unidade de Jundiaí.
Retirada do edital: a partir de 27 de fevereiro de 2023, através do portal www.sp.senai.br (opção LICITAÇÕES).
Sessão de disputa de preços (lances): 9 de março de 2023 às 9h30, exclusivamente pela internet, no endereço www.licitacoes-e.com.br.

SESI

AVISO DE LICITAÇÃO

O Departamento Regional de São Paulo do Serviço Social da Indústria (SESI-SP) comunica a abertura da licitação:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2023
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de vigilância e segurança patrimonial (4 postos) para a unidade de Santo André.
Retirada do edital: a partir de 27 de fevereiro de 2023, através do portal www.sesisp.org.br (opção LICITAÇÕES).
Sessão de disputa de preços (lances): 10 de março de 2023 às 9h30, exclusivamente pela internet, no endereço www.licitacoes-e.com.br.

SGB SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL - CPRM
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO – Nº 0001/2023

Processo nº. 48089.001284/2021-98

OBJETO Credenciamento de Organizações da Sociedade Civil para fins de apresentação de projetos para revitalização do Museu de Ciências da Terra, com fundamento na Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 (Lei Rouanet). No período de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da publicação do Aviso do presente Chamamento Público, no Diário Oficial da União – D.O.U., a Comissão Especial de Credenciamento receberá, no endereço eletrônico: pregoeirorj@sgb.gov.br, em formato PDF, a Proposta Técnica, que deverá conter os documentos previstos neste Edital. – Edital disponível no sítio www.cprm.gov.br, a partir de sua publicação no D.O.U. Dúvidas ou esclarecimentos: e-mail: pregoeirorj@sgb.gov.br.

RUBEM DE SOUZA MONÇÃO JUNIOR
Presidente da Comissão Especial de Credenciamento

Fortaleza PREFEITURA

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 047/2023**.
ORIGEM: INSTITUTO DOUTOR JOSÉ FROTA – IJF – NÚCLEO DE LABORATÓRIO - NULAB
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE INSUMOS PARA MICROBIOLOGIA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: PARCELADO.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que do dia 27 de fevereiro de 2023 a 10 de março de 2023 até às 10h00min. **(Horário de Brasília)**, estará recebendo as **Propostas de Preços** e Documentos de Habilitação referentes a este Pregão, no Endereço Eletrônico www.comprasnet.gov.br. A **Abertura das Propostas** acontecerá no dia 10 de março de 2023, às 10h00min. **(Horário de Brasília)** e o início da **Sessão de Disputa de Lances** ocorrerá a partir das 10h00min. do dia 10 de março de 2023. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, CEP: 60.140-060 - Centro – Fortaleza-CE, no portal ComprasFor: https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, no www.compras.gov.br, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/. Maiores informações pelo telefone: **(85) 3452.3477 |CLFOR.**

Fortaleza – CE, 24 de fevereiro de 2023.
CARLOS HENRIQUE ROCHA ALMEIDA
Pregoeiro(a) da CLFOR

Fortaleza PREFEITURA

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 014/2023**.
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE INSUMOS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE FORTALEZA – SMS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que do dia 27 de fevereiro de 2023 a 10 de março de 2023 até às 10h00min. **(Horário de Brasília)**, estará recebendo as **Propostas de Preços** e Documentos de Habilitação referentes a este Pregão, no Endereço Eletrônico www.comprasnet.gov.br. A **Abertura das Propostas** acontecerá no dia 10 de março de 2023, às 10h00min. **(Horário de Brasília)** e o início da **Sessão de Disputa de Lances** ocorrerá a partir das 10h00min. do dia 10 de março de 2023. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, CEP: 60.140-060 - Centro – Fortaleza-CE, no portal ComprasFor: https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, no www.compras.gov.br, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/. Maiores informações pelo telefone: **(85) 3452.3477 |CLFOR.**

Fortaleza – CE, 24 de fevereiro de 2023.
ROMERO RAMONY HOLANDA LIMA MARINHO
Pregoeiro(a) da CLFOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO 14/2023 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente **EDITAL:** 14/2023 **MODALIDADE:** Pregão Eletrônico **OBJETO:** aquisição de materiais para limpeza **ENCERRAMENTO:** às 08:30h do dia 13/03/2023 **ABERTURA:** às 09:00h do dia 13/03/2023 **INFORMAÇÕES:** Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, Av. Cel. José Soares Marcondes, 1200, centro TELEFONES: (18) 3902 4411, 3902 4444, 3902 4456, 3902 4452 SÍTIO ELETRÔNICO DO MUNICIPIO www.presidenteprudente.sp.gov.br

Presidente Prudente, Paço Municipal "Florivaldo Leal", 24 de fevereiro de 2023
Walner Silvestre – Licitador Depto. Compras

SABESPREV

PREGÃO ELETRÔNICO GGJ Nº 006/2023
FUNDAÇÃO SABESP DE SEGURIDADE SOCIAL

Objeto: A venda de 02 (dois) conjuntos comerciais de propriedade da SABESPREV, ambos localizados no Edifício José Bonifácio de Andrade e Silva na Alameda Santos, n.º 1827, Cerqueira Cesar, São Paulo - SP, CEP 01419-909, Maior Preço - Disputa de lances dia 14/03/2023 às 15h30. Edital completo por meio do site www.sabesprev.com.br/pt-br/compras-e-contratacoes ou www.bllcompras.com – "acesso identificado". Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Cargill
Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Senhora Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Cargill - CoopCargill, situada à Avenida Chucri Zaidan, 1240, 6º Andar, Vila São Francisco, São Paulo, CEP 04711-130, inscrita no CNPJ nº. 68.228.006/0001-54, NIRE nº. 35400022621, Claudia Villela, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca os delegados, que nesta data são em número de 20, em condições de votar, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, a realizar-se no dia 30 de março de 2023, através do aplicativo de transmissão à distância denominado MICROSOFT TEAMS, cujo link será oportunamente encaminhado aos delegados, obedecendo aos seguintes horários e "quorum" para sua instalação, sempre no mesmo local, cumprindo o que determina o estatuto social: às 14h00 com a presença de 2/3 (dois terços) dos delegados, em primeira convocação; às 15h00, com a presença de metade mais um dos delegados, em segunda convocação; ou às 16h00, com a presença de, no mínimo, 10 (dez) delegados, em terceira convocação, para deliberar sobre os seguintes assuntos, que compõem a ordem do dia: Extraordinária 1. Reforma ampla do Estatuto Social.

Ordinária

1. Prestação das contas do exercício de 2022; acompanhada do parecer do Conselho Fiscal, compreendendo o relatório da gestão; balanços levantados no primeiro e segundo semestres do exercício social de 2022 e respectivo demonstrativo das sobras apuradas; 2. Destinação das sobras líquidas; 3.Fixação do valor dos honorários, das gratificações e da cédula de presença dos membros da Diretoria Executiva; 4. Aplicação do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES; 5. Eleição Conselho Administração e Conselho de Fiscal; 6. Aprovação da Política de Auditoria Interna 7. Demais assuntos de interesse do quadro social.

São Paulo, 27 de Fevereiro de 2023.
Claudia Villela
Presidente do Conselho de Administração

K-27/02

Fortaleza PREFEITURA

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 045/2023**.
ORIGEM: INSTITUTO DOUTOR JOSÉ FROTA – IJF – NÚCLEO DE FARMÁCIA - NUFAR
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO O REGISTRO DE PREÇOS, PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MEDICAMENTOS ORAIS E TÓPICOS (LINHA GERAL – SACCHAROMYCES, SALBUTAMOL E OUTROS), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO INSTITUTO DR. JOSÉ FROTA – IJF, DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES E INTEGRANTES DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SMS (FMS), DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: PARCELADO.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que do dia 27 de fevereiro de 2023 a 10 de março de 2023 até às 10h00min. **(Horário de Brasília)**, estará recebendo as **Propostas de Preços** e Documentos de Habilitação referentes a este Pregão, no Endereço Eletrônico www.comprasnet.gov.br. A **Abertura das Propostas** acontecerá no dia 10 de março de 2023, às 10h00min. **(Horário de Brasília)** e o início da **Sessão de Disputa de Lances** ocorrerá a partir das 10h00min. do dia 10 de março de 2023. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, CEP: 60.140-060 - Centro – Fortaleza-CE, no portal ComprasFor: https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, no www.compras.gov.br, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/. Maiores informações pelo telefone: **(85) 3452.3477 |CLFOR.**

Fortaleza – CE, 24 de fevereiro de 2023.
ANDRÉ AUGUSTO FORTE MARTINS GENTILIN
Pregoeiro(a) da CLFOR

Fortaleza PREFEITURA

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA INTERNACIONAL Nº001/2023.
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA SEGURANÇA CIDADÃ
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS COM INSTALAÇÃO PARA VIDEOMONITORAMENTO, VIDEOWALL, ESTAÇÕES DE TRABALHO, FIBRA ÓTICA E VEÍCULOS AÉREOS NÃO TRIPULÁVEIS E BATERIAS, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DA SEGURANÇA CIDADÃ, ATRAVÉS DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO REALIZADO ENTRE A CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO - CAF E A PREFEITURA DE FORTALEZA DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.
TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO.
REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.
INFORMAÇÃO IMPORTANTE: A presente licitação é proveniente do contrato de financiamento do "Programa Aldeia da Praia - Fortaleza Cidade com Futuro" (Programa Fortaleza Cidade com Futuro), cujo órgão financiador é o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF).
O Presidente da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA – CE | CPL,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que os **Envelopes** contendo os **Documentos de Habilitação e Propostas de Preços** serão recebidos no dia 14 de abril de 2023, no horário compreendido entre 09h00min às 09h15min. na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, CEP: 60.140-060 - Centro – Fortaleza-CE, e iniciada a **Abertura dos Envelopes** contendo os **Documentos de Habilitação e de Propostas de Preços** no dia 14 de abril de 2023 às 09h15min. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta e aquisição na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, CEP: 60.140-060 - Centro – Fortaleza-CE, no e-compras: https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/. Maiores informações através do email licitacao@clfor.fortaleza.ce.gov.br ou do telefone: **(85) 3452.3477 | CLFOR.**

Fortaleza-CE, 24 de fevereiro de 2023.
OTÁVIO CESAR LIMA DE MELO
PRESIDENTE DA CPL

CONCORRÊNCIA 01/2023 – FSP/USP

PROCESSO Nº 2022.1.685.6.5

OBJETO: CONCESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO PARA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE LANCHONETE/ RESTAURANTE

Encontra-se aberta na FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, a **CONCORRÊNCIA** número 01/2023 – FSP/USP, destinada à **CONCESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO PARA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE LANCHONETE/ RESTAURANTE**, do tipo **MAIOR LANCE OU OFERTA**. O envio dos envelopes "1 – Proposta de Preços" e "2 – Habilitação" e deverá ocorrer até o dia **28/03/2023 às 14:00 horas**, na Seção de Expediente e Arquivo da FSP/USP, horário de atendimento de segunda a sexta das 9:00h às 17:00h localizado na Av. Dr. Arnaldo, 715, São Paulo/SP. A sessão pública está agendada para o mesmo dia **28/03/2023 às 14:05h**, na sala de reuniões da Assessoria Financeira, subsolo. O edital e seus anexos e mais informações estão disponíveis nos sites: www.fsp.usp.br/licitacoes e www.usp.br.

SVLICON-06 em 27/02/2023.

coface FOR TRADE

Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A.

CNPJ 07.644.868/0001-73

Relatório da Administração

Prezados Acionistas, Em cumprimento às disposições legais vigentes, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, que divulgamos por meio do presente relatório, contendo as notas explicativas as demonstrações financeiras, relatório dos auditores independentes e relatório dos auditores atuarias independentes. A Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A., (Coface) é uma seguradora de origem francesa e faz parte do grupo Coface, especializada em seguro de crédito. Com uma atuação focada nos diversos setores da economia, presença nas principais regiões brasileiras e busca pela melhoria contínua dos serviços prestados aos nossos clientes e parceiros de negócios, continuaremos nosso objetivo de disseminar a cultura de seguro de crédito no país como a mais relevante ferramenta de gestão de risco para as empresas e confirmar a nossa liderança no mercado local. Visando nos adequarmos à nova realidade da economia, temos focado na revisão de exposição de limites de crédito concedidos aos compradores de nossos clientes, principalmente nos setores mais afetados pela crise. Desempenho Operacional - a Coface registrou prêmios emitidos brutos de R$ 272.608 mil e prêmios ganhos de R$ 220.358 mil, sendo 34% acima do ano de 2021, o resultado financeiro foi de R$ 26.204 mil, e as reservas totais brutas somam R$ 462.713 mil já considerando provisão para o comprador Americanas S.A. O Lucro líquido foi de R$ 49.949 mil e a seguradora contabilizou após o cálculo da reserva legal, dividendos mínimos obrigatórios de R$ 11.863 mil e destinou o valor remanescente a reservas estatuárias. Declaração de capacidade financeira em atenção à Circular nº 648, de 12 de novembro de 2021, da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, a avaliação e registro contábil de títulos e valores mobiliários estão sendo associados à análise e ao gerenciamento dos vencimentos dos ativos e passivos relacionados às atividades de seguro. Em relação aos indicadores de solvência, a Seguradora segue sólida em todos os seus indicadores, fortalecida pelo seu nível de ativos e programa de resseguro, demonstrando sua capacidade de continuar operando mesmo diante do cenário mais pessimista devido a pandemia ou pós pandemia cujas incertezas ainda persistem. Evento Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial: A Seguradora tem contratos de seguros com segurados com exposição ao risco das Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial e efetuou as provisões cabíveis na data-base de 31 de dezembro de 2022, com resultado bruto de R$ 178.084 mil e resultado líquido de resseguro de R$ 550 mil para o exercício findo nessa data. Agradecimentos: A Administração aproveita para manifestar seus agradecimentos aos clientes pela confiança em nosso trabalho, aos parceiros (corretores, bancos e outros), aos fornecedores e, em especial, aos nossos colaboradores, que tanto contribuem para o sucesso da Coface do Brasil. Da mesma forma, agradecemos o apoio da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2023

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 *(Em milhares de Reais - R$)*

ATIVO	Nota	2022	2021
CIRCULANTE		**685.791**	**446.919**
Disponível		**11.325**	**8.034**
Caixa e bancos		11.325	8.034
Aplicações	5	**154.917**	**194.046**
Créditos das operações com seguros e resseguros		**208.358**	**186.658**
Prêmios a receber	6	191.405	148.340
Operações com resseguradoras	7	16.953	38.318
Outros créditos operacionais		**–**	**62**
Ativos de resseguro - provisões técnicas	7	**281.196**	**32.573**
Títulos e créditos a receber		**15.227**	**13.808**
Títulos e créditos a receber		429	1.774
Créditos tributários e previdenciários	9	12.974	8.601
Outros créditos	8	1.824	3.433
Despesas antecipadas		**6**	**195**
Custos de aquisição diferidos		**14.762**	**11.543**
Seguros	13c	14.762	11.543
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**100.736**	**51.005**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**93.825**	**45.164**
Aplicações	5	**76.660**	**30.247**
Créditos das operações com seguros e resseguros	6	**10.014**	**8.358**
Prêmios a receber		10.014	8.358
Ativos de resseguro - provisões técnicas	7	**727**	**595**
Títulos e créditos a receber		**4.070**	**3.716**
Créditos tributários e previdenciários	9	3.255	2.971
Depósitos judiciais e fiscais	15	815	745
Outros valores e bens		**799**	**1.094**
Empréstimos e depósitos compulsórios		**86**	**–**
Custos de aquisição diferidos		**1.469**	**1.154**
Seguros	13c	1.469	1.154
Investimentos		**22**	**246**
Participações societárias		–	224
Outros investimentos		22	22
Imobilizado		**1.697**	**1.881**
Bens móveis		1.697	1.881
Intangível		**5.192**	**3.714**
Outros intangíveis		5.192	3.714
TOTAL DO ATIVO		**786.527**	**497.924**

PASSIVO	Nota	2022	2021
CIRCULANTE		**649.224**	**396.631**
Contas a pagar		**103.811**	**94.311**
Obrigações a pagar	10	15.385	9.046
Impostos e encargos sociais a recolher		6.810	3.379
Encargos trabalhistas		1.755	1.601
Impostos e contribuições	12	34.720	19.419
Outras contas a pagar	10	45.141	60.866
Débitos de operações com seguros e resseguros		**89.440**	**143.751**
Prêmios a restituir		52	53
Operações com resseguradoras	7	62.290	120.753
Corretores de seguros e resseguros		22.206	16.713
Outros débitos operacionais	7	4.892	6.232
Depósitos de terceiros	11	**4.233**	**4.107**
Provisões técnicas - seguros		**451.740**	**154.120**
Danos	13a	451.740	154.120
Débitos diversos		**–**	**342**
Débitos diversos		–	342
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**15.643**	**12.487**
Débitos das operações com seguros e resseguros		**1.354**	**1.184**
Corretores de seguros e resseguros		1.354	1.184
Provisões técnicas - seguros		**10.973**	**8.472**
Danos	13a	10.973	8.472
Outros débitos		**2.566**	**2.044**
Provisões judiciais	14	2.566	2.044
Débitos diversos		**750**	**787**
Débitos diversos	3.11	750	787
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16	**121.660**	**88.806**
Capital social	16a	48.957	48.957
Reservas de lucros	16b	73.428	40.103
Ajuste de avaliação patrimonial	16d	(725)	(254)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**786.527**	**497.924**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 *(Em milhares de Reais - R$)*

	Nota	Capital social	Reservas de lucros - Legal	Reservas de lucros - Estatutária	Ajuste TVM	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		48.957	3.745	17.717	632	–	71.051
Títulos e valores mobiliários	5 e 16d	–	–	–	(886)	–	(886)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	24.447	24.447
Distribuição do resultado:							
Reserva legal	16b	–	1.222	–	–	(1.222)	–
Reserva estatutária	16b	–	–	17.419	–	(17.419)	–
Dividendos mínimos obrigatório - R$ 0,04 por ação	16c	–	–	–	–	(5.806)	(5.806)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		48.957	4.967	35.136	(254)	–	88.806
Complemento de dividendos propostos AGE 31/03/21		–	–	(567)	–	–	(567)
Complemento de dividendos propostos AGE 31/03/22		–	–	(4.194)	–	–	(4.194)
Títulos e valores mobiliários	5 e 16d	–	–	–	(471)	–	(471)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	49.949	49.949
Distribuição do resultado:							
Reserva legal	16b	–	2.497	–	–	(2.497)	–
Reserva estatutária	16b	–	–	35.589	–	(35.589)	–
Dividendos mínimos obrigatório - R$ 1,19 por ação	16c	–	–	–	–	(11.863)	(11.863)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		48.957	7.464	65.964	(725)	–	121.660

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 *(Em milhares de Reais - R$, exceto o lucro/prejuízo por lote de mil ações)*

	Nota	2022	2021
Prêmios emitidos	18a	272.608	196.496
Variação das provisões técnicas de prêmios		(52.250)	(31.776)
Prêmios ganhos		**220.358**	**164.720**
Sinistros ocorridos	18b	(284.482)	4.885
Custos de aquisição	18c	(29.849)	(20.558)
Outras receitas (despesas) operacionais	18d	773	(24)
Resultado com resseguro	7a	**218.608**	**(56.988)**
Receita (despesa) com resseguro	7a	261.360	(6.195)
Despesa com resseguro	7a	(42.752)	(50.793)
Despesas administrativas	18e	(50.948)	(47.768)
Despesas com tributos	18f	(16.505)	(6.323)
Resultado financeiro	18g	26.204	6.423
Resultado operacional		**84.159**	**44.367**
Ganhos com ativos não correntes		121	67
Resultado antes dos impostos e participações		**84.280**	**44.434**
Imposto de renda	19	(20.884)	(11.443)
Contribuição social	19	(12.942)	(8.072)
Participações sobre o lucro		(505)	(472)
Lucro líquido do exercício		**49.949**	**24.447**
Quantidade de ações		**20.537.185**	**20.537.185**
Lucro por lote de mil ações (R$)		**2.432,12**	**1.190,38**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados Abrangentes Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 *(Em milhares de Reais - R$)*

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	**49.949**	**24.447**
Outros resultados abrangentes	**(471)**	**(886)**
Valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	(785)	(1.477)
Efeitos tributários sobre resultados abrangentes	314	591
Resultados abrangentes	**49.478**	**23.561**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto) Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 *(Em milhares de Reais - R$)*

	2022	2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	**49.949**	**24.447**
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	637	632
Constituição/(reversão) de perdas por redução do valor recuperável dos ativos	(745)	39
Variação cambial operacional	(3.137)	2.362
Outros ajustes	196	–
Ganho ou perda na alienação de imobilizado e intangível	121	–
Variação nas contas patrimoniais:	**(18.493)**	**(18.687)**
Ativos financeiros - aplicações	(7.755)	(75.336)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(22.971)	(41.721)
Ativos de resseguro	(245.987)	21.097
Créditos fiscais e previdenciários	(4.657)	(6.353)
Custos de aquisição diferidos	(1.392)	(1.994)
Depósitos judiciais, fiscais e compulsórios	(156)	(52)
Despesas antecipadas	189	15
Outros ativos	3.311	(3.335)
Impostos e contribuições	27.757	25.268
Outras contas a pagar	(15.478)	32.585
Débitos de operações com seguros e resseguros	(55.062)	24.373
Depósitos de terceiros	126	1.300
Provisões técnicas - seguros e resseguros	299.629	3.603
Provisões judiciais	522	1.462
Outros passivos	3.431	401
Caixa gerado/(consumido) pelas operações	**28.528**	**8.793**
Imposto sobre lucro pagos	(12.456)	(7.423)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	**16.072**	**1.370**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado	(189)	(929)
Aquisição de intangível	(2.059)	(1.290)
Alienação de investimentos	224	–
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimento	**(2.024)**	**(2.219)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Distribuição de dividendos - pagos	(10.757)	–
Caixa líquido nas atividades de financiamento	**(10.757)**	**–**
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalente de caixa	**3.291**	**(849)**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	**8.034**	**8.883**
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	**11.325**	**8.034**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 *(Em milhares de reais - R$)*

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A. ("Seguradora" ou "Coface do Brasil"), situada na Praça João Duran Alonso, 34, 10º andar - São Paulo, é controlada pelo grupo francês "Compagnie Francaise d'Assurances pour le Commerce Exterieur" ("COFACE FRANÇA") cujo controladores em última instância são os "Banques Populaires e Caisses d'Epargne". A Seguradora, constituída em 5 de abril de 2005, foi autorizada a operar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP em junho do mesmo ano, e tem por objeto social atualmente a exploração do seguro de crédito em todo o território nacional. A Seguradora é controlada diretamente pela Cofinpar S/A ("COFINPAR") e adicionalmente pela COFACE FRANÇA.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendados pela SUSEP. Na elaboração das presentes demonstrações financeiras, foi observado o modelo de publicação contido na Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores e preparadas segundo a premissa de continuidade dos negócios da Seguradora. A autorização para emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Administração em 17 de fevereiro de 2023. **2.1. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os ativos financeiros disponíveis para venda. **2.2. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares reais (R$(000)), que é a moeda funcional e de apresentação da Seguradora, exceto, quando indicado. **2.3. Ativos e passivos em moeda estrangeira:** Parte das disponibilidades e das aplicações financeiras é mantida em moeda estrangeira, conforme autorizada pela Resolução CMN nº 4.993/22 e alterações posteriores do Banco Central do Brasil. Os valores em moeda estrangeira, representados também por ativos e passivos decorrentes das transações usuais da Seguradora, foram convertidos para reais com base na taxa de câmbio vigente na data de liquidação das transações ou na data das demonstrações financeiras, quando pendentes de liquidação. Nesse caso os ativos e passivos são convertidos pela cotação do dólar comercial, divulgado pelo Banco Central do Brasil. Os resultados de variação cambial, positivos ou negativos, são registrados em conta de resultado. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Seguradora e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) as informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; e (ii) as informações sobre as incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo período contábil: Nota explicativa nº 3.9 - Classificação dos contratos de seguros. Nota explicativa nº 5 - Aplicações (instrumentos financeiros). Nota explicativa nº 6 - Créditos das operações com seguros e resseguros. Nota explicativa nº 9 - Créditos tributários e previdenciários. Notas explicativas nº 3.5 e nº 13 - Provisões técnicas. Nota explicativa nº 14 - Provisões judiciais.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Caixas e bancos: Caixa e bancos incluem saldos em moeda nacional e estrangeira disponíveis em contas correntes mantidas em instituições financeiras. **3.2. Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados segundo a intenção da Administração nas seguintes categorias: Valor justo por meio de resultado - Uma aplicação é classificada pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Seguradora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda de acordo com a sua gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado da Seguradora. Mantidos até o vencimento - Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são registrados inicialmente pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Disponíveis para venda - Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos e que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Esses ativos financeiros são registrados pelo valor justo e, as mudanças no valor justo, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido, na forma líquida dos seus respectivos efeitos tributários. Empréstimos e recebíveis - São ativos financeiros com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos e compreendem os "Prêmios a receber", os ativos de "Resseguro" e outros recebíveis decrescido de qualquer perda no valor recuperável. Redução ao valor recuperável (ativo financeiro): Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros que perderem valor podem incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A redução ao valor recuperável nos ativos financeiros disponíveis para venda é reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido sendo reclassificada para o resultado quando da efetiva venda dos ativos ou quando houver evidência objetiva de que o ativo tem perda no valor recuperável e neste caso será reconhecida ao resultado. No que se refere aos prêmios de seguros de crédito doméstico, a provisão para riscos sobre créditos é apurada considerando o estudo técnico desenvolvido internamente pela Seguradora, que considera, entre outros fatores, a quantidade de parcelas vencidas e no tempo em que o segurado possui seguro com a Seguradora. No que se refere aos prêmios de seguros de crédito à exportação, a provisão para redução ao valor recuperável é apurada considerando o critério definido na Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações, que consiste no provisionamento de prêmios vencidos acima de 60 dias. Para os créditos junto à resseguradoras, a provisão para redução ao valor recuperável, é constituída, com base em estudo, elaborado pela Seguradora, que leva em consideração o histórico de recebimentos. Valor justo: Os títulos classificados como "valor justo por meio do resultado" e "disponível para venda" são registrados pelo valor investido, acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço, e ajustados ao seu valor justo que, no caso de títulos públicos, é apurado com base nos preços do mercado secundário divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. **3.3. Ativos de resseguros:** Os ativos de resseguro compreendem as parcelas correspondentes das indenizações pagas aos segurados ou pendentes de liquidação, que são recuperadas junto aos resseguradores. Os ativos e passivos financeiros decorrentes desses contratos são baixados com base nas prestações de contas emitidas pelo IRB - Brasil Resseguros S/A e Munich Re do Brasil Resseguradora S/A, Austral Resseguradora S/A e Coface França por meio dos movimentos operacionais sujeitos a análise do Ressegurador. O nível médio de retenção do risco da Seguradora está divulgado na nota explicativa nº 7c. **3.4. Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as metodologias descritas nas notas técnicas atuariais e de acordo com as determinações e critérios estabelecidos na Resolução CNSP nº 432/2021 e alterações posteriores, Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações. A Provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é constituída pelo valor dos prêmios de seguros brutos correspondente ao período ainda não decorrido de cobertura do risco, calculada linearmente pelo método "pro rata die" para todos os riscos emitidos na data-base de cálculo. A Provisão de Prêmios não Ganhos de Riscos Vigentes mas não Emitidos - RVNE é constituída para fazer frente a riscos provenientes de apólices que ainda não foram emitidas, mas já possuem riscos cobertos pela Seguradora. O registro da provisão é baseado em estimativas do valor histórico de emissões em atraso. A partir de 2015, o cálculo passou a considerar triângulo de "run-off" dos prêmios emitidos em atraso dos últimos 42 meses, para determinar o montante de prêmios RVNE e também a correspondente PPNG-RVNE. A Provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída por estimativa, caso a caso, de pagamentos prováveis, brutos de resseguros, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data das demonstrações financeiras. Os avisos de sinistros correspondem aos recebíveis não honrados pelos clientes dos nossos segurados. A mensuração da estimativa de PSL também considera (i) o ajuste dos sinistros ocorridos e não suficientemente avisados- IBNER, que é apurado considerando o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, refletindo a expectativa de alteração do montante provisionado ao longo do processo de regulação, sendo estimada por meio de triângulos de "run-off" de 17 semestres. Para se chegar ao IBNER, subtrai-se da estimativa de sinistros ocorridos e ainda não pagos a estimativa de IBNR e a PSL constituída caso a caso e; (ii) o ajuste decorrente do abatimento em função da expectativa de recuperação em ressarcimentos. Os sinistros avisados e ainda pendentes, que compõem a PSL podem ser classificados em sinistros administrativos e sinistros judiciais. A estimativa inicial da provisão de sinistros administrativos a liquidar (PSL administrativo), considera o saldo devedor relativo à cobertura em que ocorreu o sinistro, bruto de resseguro. A Provisão de sinistros a liquidar judicial (PSLJ) é constituída por um estudo atuarial realizado com base no histórico de encerramento das ações judiciais considerando a razão entre os valores efetivamente encerrados (com ou sem indenização) e aqueles provisionados inicialmente, de forma que determina-se percentuais a serem reconhecidos de acordo com a classificação de perda indicada pelo advogado externo sobre o valor total do risco atualizado mensalmente pelos advogados, incluindo juros, correção monetária e honorários de sucumbência, brutos de resseguro abrangidos pela cobertura do seguro (limitado ao saldo devedor). A Provisão para sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR) é constituída para a cobertura dos sinistros eventualmente ocorridos, entretanto, ainda não avisados à Seguradora até a data-base das demonstrações financeiras. Para o cálculo, foi utilizado o modelo matemático "triângulo de run-off" considerando o método de desenvolvimento dos sinistros avisados para 17 semestres. A referida provisão é reduzida pela expectativa de ressarcimento, que consiste no cálculo de um percentual histórico dos últimos 102 meses obtidos com base na razão entre ressarcimentos recebidos e sinistros pagos, o qual é aplicado sobre a provisão total de Sinistros Ocorridos e Ainda não Pagos. Aplica-se este percentual também sobre a provisão IBNR, gerando a expectativa de ressarcimentos sobre os sinistros ainda não avisados. A diferença entre a expectativa total de ressarcimentos e a expectativa de ressarcimentos sobre os sinistros não avisados gera a expectativa de ressarcimento sobre a PSL. A Provisão de despesas relacionadas (PDR) é composta de duas parcelas: a PDR (IBNR) inclui estimativa de despesas diretas para os sinistros ocorridos e não avisados e a PDR (PSL) contempla estimativa de despesas diretas para os sinistros avisados e ainda não pagos. Cada parcela é obtida pela aplicação sobre a respectiva provisão (IBNR e PSL respectivamente)

continua→★

coface FOR TRADE

Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A.

CNPJ 07.644.868/0001-73

→★ continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 *(Em milhares de reais - R$)*

do percentual histórico de despesas avisadas na regulação dos sinistros em relação aos sinistros avisados dos últimos 102 meses. A Provisão de Excedentes Técnicos (PET) é constituída para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico na operacionalização dos contratos de seguro, conforme previsão contratual na apólice. A estimativa leva em consideração a apuração do resultado técnico de cada apólice baseada na estimativa do percentual de pagamento do excedente sobre o prêmio emitido da carteira levando em consideração a experiência histórica desde janeiro de 2015. **3.5. Teste de adequação dos passivos:** Conforme requerido pelo CPC 11 e pela Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, a Seguradora elaborou o teste de adequação dos passivos (TAP) para todos os contratos em curso na data de execução do teste com o objetivo de avaliar na data-base das demonstrações financeiras, as obrigações decorrentes dos contratos de seguros. O teste de adequação de passivos levou em consideração todos os riscos assumidos até a data-base do teste, sendo brutos de resseguro. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor presente das estimativas dos fluxos de caixa das obrigações futuras que venham a surgir no cumprimento das obrigações dos contratos de seguro e a soma contábil das provisões técnicas, na data-base, deduzida dos ativos intangíveis e dos custos de aquisição diferidos diretamente relacionados aos contratos de seguros. As estimativas correntes dos fluxos de caixa foram trazidas a valor presente com base na estrutura a termo das taxas de juros (ETTJ) livre de risco divulgada pela SUSEP, utilizando o indexador de taxa pré-fixada e o cupom IPCA. A taxa de juros a termo pré-fixada foi obtida a partir de metodologia elaborada pela SUSEP e curva de juros do cupom IPCA foi obtida a partir dos parâmetros informados pela ANBIMA para 31 de dezembro de 2022. O fluxo de despesas administrativas/operacionais foi trazido a valor presente utilizando o cupom IPCA, dado que os componentes das despesas administrativas, como salários, aluguel e outros seguem os níveis da inflação cujo índice oficial é o IPCA. Os demais fluxos por serem nominais foram trazidos a valor presente pela taxa a termo pré-fixada. Na projeção dos fluxos de caixa foram considerados os prêmios, os sinistros ocorridos e ainda não pagos, os sinistros a ocorrer, despesas administrativas, e as despesas relacionadas à liquidação dos sinistros. Para este teste, os contratos são agrupados em uma base com características de risco similares. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo a sinistros ocorridos, já refletido pela expectativa de despesas alocáveis a sinistros e ressarcimentos, foi comparado as provisões técnicas de sinistros ocorridos que inclui a provisão dos sinistros a liquidar (PSL), os sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) e a provisão das despesas relacionadas (PDR). O valor presente esperado do fluxo relativo a sinistro a ocorrer, relativo a apólices vigentes, acrescido das despesas administrativas e outras despesas e impostos foi comparado à soma das provisões técnicas - PPNG e PPNG-RVNE líquidas da DAC. O resultado do Teste de Adequação de Passivos em 31 de dezembro de 2022 e em 2021 não indicou a necessidade de ajuste nas provisões técnicas de seguros, não sendo necessário o registro da Provisão Complementar de Cobertura (PCC) adicional aos passivos de seguro já registrados nestas datas-bases. Embora o resultado do TAP seja negativo, e o normativo não exija os cálculos relacionados aos ativos de resseguro quando não há apuração de PCC, foi também efetuado o cálculo do TAP para os ativos de resseguro, de forma análoga aos procedimentos aplicáveis às provisões técnicas e mantendo a mesma premissa de sinistralidade, de forma a obtermos o fluxo realista de PPNG, referente ao ativo de resseguro. **3.6. Benefícios a empregados:** Os benefícios a empregados incluem os benefícios de curto prazo, tais como ordenados e salários, licença remunerada por doença, participação nos lucros, gratificações e benefícios não monetários (seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação e treinamento profissional) os quais, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado à medida que são incorridos. A Seguradora não concede qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações. A Seguradora é patrocinadora de plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade de contribuição definida - Plano gerador de benefícios livres (PGBL). As contribuições aportadas ao plano somaram R$390 (R$302 em 31 de dezembro de 2021). As obrigações das contribuições para planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas como despesa no resultado quando incorridas. Uma vez pagas as contribuições, a Seguradora, na qualidade de empregador, não tem qualquer obrigação de pagamento adicional. **3.7. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R$240, e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada a 15% até julho de 2022 e a partir desta data a 16% retornando a alíquota anterior a partir de janeiro de 2023. A despesa com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do período calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferida são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados para apresentação no balanço patrimonial caso haja um direito legal de compensar, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e as diferenças temporárias sobre a alíquota prevista de realização deste crédito. O imposto diferido ativo é reconhecido quando é provável a geração de lucros futuros sujeitos à tributação, os quais este imposto diferido ativo possa ser utilizado e esteja disponível. **3.8. Provisões judiciais:** São constituídas pelo valor estimado dos pagamentos a serem realizados em relação às ações judiciais em curso, cuja probabilidade de perda é considerada provável ou no caso de serem consideradas obrigações legais. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Seguradora em caráter definitivo. **3.9. Classificação dos contratos de seguros:** Os contratos emitidos são classificados como contratos de seguro quando esses contratos transferem risco significativo de seguro pelo qual aceita um risco de seguro significativo de outra parte (segurado), aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetá-lo adversamente. Nos termos do CPC 11, os contratos emitidos pela Seguradora atendem todas as características de um contrato de seguro visto que prevê indenizações específicas para reembolsar o detentor por uma perda em razão do devedor específico do segurado não efetuar o pagamento. Os contratos de resseguro também são classificados como contratos de seguros segundo os princípios de transferência de risco de seguro descritos no CPC 11. **3.10. Mensuração dos contratos de seguros:** Os prêmios de seguros e custos de aquisição (comercialização) são registrados quando da emissão da apólice e reconhecidos no resultado segundo o transcorrer da vigência do período de cobertura do risco, através da constituição da PPNG e do diferimento dos custos de aquisição. Os prêmios de seguros e os correspondentes custos de aquisição (comercialização) cujo período de cobertura do risco já foi iniciado, mas cujas apólices ainda não foram emitidas (riscos vigentes e não emitidos - RVNE), são reconhecidos com base em estimativas baseadas em cálculos atuariais que levam em conta a experiência histórica da Seguradora. **3.11. Arrendamento Mercantil:** A Seguradora avalia no início de cada contrato a existência de operações que transmitam o direito de controlar o uso de um ativo identificado, em um intervalo temporal, em troca de contraprestações, classificando-as como "arrendamento". A Seguradora atua como "arrendatária" nos contratos vigentes, aplicando uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para os arrendamentos existentes, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de valor imaterial. Os contratos contabilizados envolvem duas principais contas: i) Outros Valores e Bens que representam o direito de uso dos bens pelo intervalo temporal apurado; e ii) Débitos Diversos que é utilizado para reconhecer a dívida e registrar os pagamentos dos arrendamentos.

4. GERENCIAMENTO DE RISCO

A Seguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros. • Risco de subscrição de seguro. • Risco de crédito. • Risco de liquidez. • Risco de mercado. • Risco de capital. • Risco operacional. • Risco legal e de *"compliance"*. **4.1. Estrutura de gerenciamento de riscos:** Em termos gerais, o sistema de gerenciamento de riscos engloba o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o seu desempenho, proteger seus "stakeholders", incluindo seus acionistas, investidores, clientes, fornecedores e outros, bem como facilitar o acesso ao capital, agregar valor e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à ética, transparência e prestação de contas. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa, que abrange desde a alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. A estrutura de gerenciamento de riscos é adaptada ao porte dos negócios e, é conduzida no dia a dia pelos membros da Diretoria, pelas áreas compartilhadas das empresas do grupo de Risco e Compliance e dos especialistas responsáveis por essas áreas da Seguradora do grupo e demais colaboradores envolvidos, que atuam no sentido de identificar em toda a organização eventos de risco potencial que são capazes de afetar os objetivos estratégicos da Seguradora, possibilitando que a Administração os conheça de modo a mantê-los compatíveis com o apetite ao risco determinado pela Seguradora. Para o gerenciamento dos seus riscos a Seguradora conta com a estrutura de governança corporativa, descrita a seguir, além de mantermos um programa de controles internos, o qual está detalhado na nota explicativa relativa ao risco operacional. **a) Conselho de administração:** Reúne-se, no mínimo, bimestralmente e, representa os interesses dos acionistas, tendo por atribuição fornecer orientação geral dos negócios, bem como suas diretrizes e objetivos básicos, aprovar as demonstrações financeiras; fiscalizar a gestão da Diretoria, entre outras atividades. **b) Reuniões da diretoria:** A Seguradora mantém um "fórum" para discussão e deliberação de assuntos estratégicos, tendo por objetivo primordial cumprir e fazer cumprir as decisões da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e do Estatuto Social, por meio da gestão dos negócios, administração do patrimônio e execução de todos os atos necessários ao seu funcionamento. Reúne-se mensalmente ou sempre que houver assuntos relevantes a serem discutidos. Adicionalmente aprova Políticas e Normas Internas. **c) "Management committee" (Comitê de gestão):** Reúne-se mensalmente ou sempre que houver assuntos relevantes a serem discutidos e tem por objetivo dividir e discutir assuntos de interesse das diversas áreas da Seguradora, em um nível executivo, e de tomar decisões em conjunto. Pode aprovar políticas, normas, ferramentas, estudos ou outros trabalhos demandados pelo comitê e de interesse da Seguradora. **d) Auditoria interna:** Atividade independente e objetiva, executada por empresa terceirizada e concebida para adicionar valor e melhorar as operações da organização, nos ajudando a atingir os objetivos por meio de uma abordagem sistemática e disciplinada, para avaliar e melhorar a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança. Reporta-se diretamente ao Conselho de Administração. **e) Comitê de provisões:** Reúne-se trimestralmente e participam deste comitê as áreas como: Sinistros, Controladoria, Cobrança, Subscrição e membros da Diretoria. São discutidos nesse fórum os níveis de sinistralidade, reservas técnicas e taxas de recuperação da Seguradora, definindo, quando necessário, os planos de ação a fim de melhorar os índices da Seguradora. **f) Comitê de turnover (contratos):** Reúne-se trimestralmente e participam os especialistas das áreas Técnica, Comercial, Risco de Subscrição e membros da Diretoria. O objetivo deste comitê é verificar os contratos em processo de fechamento, tanto os novos negócios como as renovações, e as apólices canceladas, a fim de verificar o impacto na receita da Seguradora. **g) Comitê de controles internos:** O comitê de Controles Internos, formado pela diretoria/presidência, gestor jurídico, responsável por compliance e gestor de riscos, pode ser convocado sempre que necessário (porém é realizado com uma periodicidade mínima de quatro vezes ao ano) para deliberar sobre assuntos específicos da área que não tenham sido analisadas em uma reunião de diretoria. **4.2. Gestão de risco de seguros:** O seguro de crédito é uma modalidade de seguro que tem por objetivo indenizar o segurado (credor) pelas perdas líquidas definitivas que o mesmo venha a sofrer em consequência da inadimplência dos créditos concedidos a seus compradores, desde que decorrentes exclusivamente dos riscos indicados e definidos no contrato de seguro. São asseguradas somente às pessoas jurídicas, que comercializam seus produtos para outras pessoas jurídicas. É definido como risco de seguro o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra. Dentro do risco de seguro de crédito, destaca-se o risco de subscrição, que é a possibilidade de haver perdas decorrentes de falhas na análise e na aceitação, exame e aprovação do objeto segurável, no caso da Coface Seguros, os "recebíveis" dos segurados. Outros riscos também podem afetar os objetivos e resultados da Seguradora, que são: • Risco de aprovação de coberturas que impliquem em aumento do risco da apólice de seguro de crédito. • Risco de subscrição inapropriada dos limites de crédito dos compradores. • Risco de elaboração de políticas de resseguro ou técnicas de transferência de riscos inadequadas. • Risco de efetuar provisões técnicas insuficientes, tecnicamente mal dimensionadas. **a) Mitigadores do risco de aceitação do seguro:** A apólice é estruturada a partir de uma análise da carteira de clientes do segurado, onde são verificados os limites de crédito que podem ser concedidos de acordo com o perfil individual da Empresa (comprador). Os limites concedidos são constantemente monitorados pela nossa área de riscos. Antes da emissão, também são avaliadas as condições de cobertura de cada apólice considerando-se os principais aspectos: a perda histórica do Segurado, a expectativa de sinistros, o risco do País, o setor de atividade, entre outros parâmetros. O produto oferecido pela Seguradora inclui não apenas cobertura por perdas incorridas, como também serviço de cobrança para prevenção e diminuição de perdas e assistência no desenvolvimento de uma base de clientes rentáveis. Um dos elementos-chave da política de subscrição é a participação do segurado no risco coberto pela Apólice, sendo o objetivo primordial do seguro de crédito evitar prejuízos na medida do possível, buscando o interesse comum do segurado e da Seguradora. Este parâmetro visa manter o interesse do segurado na adequada seleção de seus riscos, assim como no resultado das ações judiciais e extrajudiciais. Os prêmios das apólices são fixados baseados num balanceamento entre a experiência de perdas reais do segurado e a estatística de perdas para o perfil de uma população de segurados com características semelhantes. As taxas de prêmios são calculadas a partir da mensuração mais individual e fidedigna possível da expectativa de sinistros para o período de cobertura da apólice. A apólice, desenhada em formato de módulos, permite uma melhor mensuração de determinada cobertura em razão dos riscos apurados estatística e historicamente para determinados segmentos ou linha de negócios. Os prêmios são revisados com base na experiência de perdas reais do contrato e na ponderação pelo risco gerado na época da renovação. A subscrição comercial ou tarifação da Coface Seguros está baseada nos mesmos critérios utilizados pelo grupo COFACE, controladora da Seguradora, que detém longa experiência mundial nesta modalidade de seguros, sendo os critérios por ela utilizados, amplamente testados ao longo dos seus mais de 70 anos de existência de sua controladora, o que resulta em consagrada aceitação de seus critérios de subscrição pelos principais resseguradores mundiais. A experiência do Grupo COFACE, por meio de sua base estatística e modelos atuariais, que representados por meio de ferramenta corporativa, são utilizados pela Seguradora na definição da taxa indicativa da perda estatística esperada por setor de atividade e País. Os modelos de subscrição encontram-se devidamente aprovados e registrados junto ao órgão regulador - SUSEP e são consistentes com os produtos e estruturas de coberturas oferecidas ao mercado, de forma a atender as necessidades específicas de cada segurado e de realizar o estudo dos custos e receitas, visando retorno aos acionistas. Os procedimentos de recuperação começam imediatamente após o aviso de inadimplência, visando à gestão da cobrança pela Seguradora. Para cobrança internacional é utilizada a rede de cobrança, composta por correspondentes internos do grupo COFACE em diversos países, como também as agências de cobrança internacional e rede de advogados especializados em cobrança judicial. Adicionalmente, a Seguradora mantém um portfólio de clientes com uma carteira pulverizada e diversificada, de forma a minimizar o risco de um impacto significativo em seu índice de sinistralidade que pode ser causado pela inadimplência de um determinado devedor, uma desaceleração em qualquer indústria em particular ou um evento adverso de crédito em um dos países com os quais trabalha. Além disso, as apólices de seguro contêm cláusulas permitindo que limites de crédito venham a ser reduzidos durante a vigência do contrato. Consequentemente, os riscos dos devedores podem ser extintos ou reduzidos de forma relativamente rápida em caso de deterioração da solvência do devedor. **b) Mitigadores do risco de subscrição**: Os "Underwriters" da Seguradora analisam individualmente o risco de cada um dos compradores apresentados pelo segurado e estabelecem um nível de exposição máxima para ele. O portfólio de seguro de crédito consiste basicamente de riscos de curto prazo, cuja duração máxima do crédito raramente excede os 180 dias. A Seguradora tem em todos os momentos a opção de reduzir ou cancelar limites de crédito para novas vendas a um determinado comprador, caso se verifique deterioração na respectiva saúde financeira. A Seguradora possui um sistema eletrônico de armazenamento e gerenciamento de dados de risco chamado Atlas, utilizado por todas as unidades do grupo COFACE no mundo. A utilização de tal sistema garante a Seguradora grande vantagem no sentido de gerenciamento de risco de crédito global, proporcionando a oportunidade de verificar o comportamento de uma determinada empresa e/ou se suas controladoras e subsidiárias em todo o mundo, resultando numa gestão de riscos de subscrição mais efetiva. Após um período de formação, que inclui um treinamento in loco com os especialistas globais da Seguradora no México, é concedida a cada "Underwriter" da Seguradora uma alçada de aprovação pessoal e intransferível. As decisões acima desses limites individuais são apreciadas por dois "Underwriters" em conjunto ou até mesmo pelo Comitê Global de "Underwriting", realizado na matriz, dependendo dos valores envolvidos. Para as tomadas de decisão de crédito analisa-se não somente as empresas para as quais foram solicitados limites de crédito, mas toda ramificação de suas controladoras e subsidiárias. Para cada um dos riscos segurados da carteira são concedidos pontos que avaliam o nível de sua saúde financeira, medem a qualidade do risco e a probabilidade de insolvência, consistindo no rating do comprador. As análises de crédito baseiam-se em informações como: financeiras, comerciais, setor de atividade, bancárias e o país no qual o comprador é domiciliado. **c) Mitigadores do risco de resseguro:** O principal risco assumido pela Seguradora é o de que a frequência e severidade dos sinistros aos segurados sejam maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. Como forma de diluir e homogeneizar a responsabilidade na aceitação dos riscos subscritos, a Seguradora mantém contratos de resseguro, os quais são renovados, no mínimo, anualmente. Os contratos de resseguro firmados consideram condições não proporcionais, de forma a reduzir e proteger a exposição dos riscos isolados e dos riscos de natureza catastrófica, além das colocações de riscos facultativos para gerenciamento de risco de severidade. A Seguradora no período de 2017 até 2020 operou o resseguro junto a Munich Re que detém o rating AA emitido pela Fitch Ratings em junho de 2022. E a partir 2021 o resseguro passou a ser realizado com Austral Resseguros com rating brAAA emitido pela S&P em dezembro de 2021 e a partir do exercício de 2022, também passou a operar o resseguro em conjunto com a Coface Re com rating AA- emitido pela Fitch Ratings em novembro de 2022. Temos também relacionamento operacional com o IRB-Brasil Re, classificado como risco A- (agosto/2022) pela A.M. Best Co. **d) Mitigadores do risco de provisões técnicas insuficientes:** Por fim, como forma de mitigar o risco de constituir provisões insuficientes, é realizada anualmente teste de consistência conforme determinação da Resolução CNSP nº 432/2021 e alterações posteriores que possibilita averiguar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas, considerando as premissas mínimas determinadas pelos órgãos reguladores do mercado segurador brasileiro. Adicionalmente, tem-se o teste de adequação de passivos, efetuado a cada data de balanço de acordo com as determinações da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores que determina se há necessidade de constituição adicional de provisões em relação aos passivos de seguro já registrado na data base. **4.2.1. Exposição dos limites de crédito:** As exposições dos limites de crédito aprovados pela Seguradora aos compradores dos segurados são analisadas a fim de monitorar a concentração dos riscos nos segmentos de atuação dos segurados. O gráfico abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio baseado no valor de importância segurada bruta de resseguro na data-base de 31 de dezembro de 2022.

DOMÉSTICO

Bens de consumo elétricos e telecomunicação 3%
Engenharia Mecânica 3%
Papel 5%
Metal 13%
Indústria Farmacêutica e de Perfumaria 6%
Indústria agroalimentar 11%
Comércio não especializado 11%
Agricultura e Pesca 10%
Indústria Química 6%
Eletrodomésticos 10%
Outros 22%

EXPORTAÇÃO

Produtos minerais 1%
Embalagem 1%
Engenharia mecânica 1%
Comércio não especializado 1%
Motores de veículos e motos 1%
Materiais de construção 3%
Papel 2%
Metal 37%
Indústria agroalimentar 5%
Outros 18%
Indústria Química 30%

Sensibilidade do risco de seguro

É efetuada para demonstrar os impactos que podem ser gerados sobre o resultado e patrimônio líquido, no caso de alterações de premissas ou variáveis nos contratos vigentes na Seguradora. Testes de sensibilidade utilizam-se de projeções e variáveis, que apesar de serem baseadas em experiências passadas, possuem limitações nos resultados obtidos. O teste realizado levou em consideração a variação, nos sinistros retidos no exercício para mais em 30 pontos percentuais, demonstrando o impacto no resultado e patrimônio líquido da Seguradora.

Ano	Variação de sinistros retidos (líquidos de resseguro)	Variação líquida de impostos
Em 31 de dezembro de 2022	(8.999)	(5.309)
Em 31 de dezembro de 2021	(1.824)	(1.003)

4.3. Gestão de risco de seguros: A gestão do risco de liquidez se dá pela capacidade da Seguradora gerar, por meio do curso normal do negócio bem como com o gerenciamento do seu portfólio de investimentos, o volume de capital suficiente para saldar seus compromissos, sejam estes referentes às despesas operacionais ou mesmo à cobertura das reservas relacionadas aos riscos do negócio. Localmente a Seguradora adota a política corporativa do grupo COFACE para a gestão de caixa e investimentos. A política mencionada define as regras de investimentos, composição das carteiras por ativo, limites para cada carteira, legislação e descrição dos produtos dentre outros aspectos. Sendo assim, para mitigação dos riscos financeiros significativos, são elaboradas análises diárias de fluxo de caixa considerando as disponibilidades e obrigações de curto prazo bem como o portfólio de ativos financeiros. De acordo com as políticas corporativas do grupo COFACE, às quais a Seguradora está submetida, o perfil de investimentos se limita a opções de baixo e baixíssimo risco. Além disso, são efetuados acompanhamentos mensais dos índices de liquidez definidos pela SUSEP tais como: Margem de Solvência, Suficiência de Capital, Ativos Financeiros x Provisões Técnicas.

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora classificados segundo o fluxo contratual de caixa não descontado.

	31/12/2022					31/12/2021
Ativos financeiros	**Sem vencimento**	**Vencidos**	**A vencer em até 1 ano**	**A vencer acima de 1 ano**	**Total**	**Total**
Caixa e bancos	11.325	–	–	–	**11.325**	**8.034**
Aplicações (i)	19.592	–	135.326	76.660	**231.578**	**224.293**
Prêmios a receber (ii)	–	8.074	183.330	10.014	**201.418**	**156.698**
Operações com resseguradoras	–	–	16.953	–	**16.953**	**38.318**
Outras créditos operacionais	–	–	–	–	**–**	**62**
Ativos de resseguros - provisões técnicas (ii)	–	–	281.196	727	**281.923**	**33.168**
Créditos tributários e previdenciários	–	–	12.974	3.255	**16.229**	**11.572**
Depósitos judiciais, fiscais e compulsórios	–	–	–	901	**901**	**745**
Outros valores e bens	–	–	–	799	**799**	**1.094**
Total	**30.917**	**8.074**	**629.779**	**92.356**	**761.126**	**473.984**

(i) Fundo de investimentos financeiro alocado "sem vencimento".
(ii) Os prêmios relativos a riscos vigentes e não emitidos, no montante de R$102.922, R$72.872 em 2021) foram alocados integralmente na faixa a vencer em até 1 ano em prêmios a receber assim como os valores relativo a PSL, IBNER, IBNR, PDR/PSL, PDR/IBNR e excedente técnico no montante total de R$281.196 (R$ 32.573 em 2021) em ativos de resseguros.

	31/12/2022			31/12/2021
Passivos Financeiros	**A vencer em até 1 ano**	**A vencer acima de 1 ano**	**Total**	**Total**
Obrigações, outras contas a pagar	60.526	–	**60.526**	**69.912**
Impostos, contribuições e encargos	43.285	–	**43.285**	**24.399**
Prêmios a restituir	52	–	**52**	**53**
Operações com resseguradoras	62.290	–	**62.290**	**120.753**
Corretores de seguros e resseguros	22.207	1.354	**23.561**	**17.897**
Outros débitos operacionais	4.892	–	**4.892**	**6.232**
Depósitos de terceiros	4.233	–	**4.233**	**4.107**
Provisões técnicas seguros (i)	451.740	10.973	**462.713**	**162.592**
Provisões judiciais	–	2.566	**2.566**	**2.044**
Débitos diversos	–	750	**750**	**1.129**
Total	**649.225**	**15.643**	**664.868**	**409.118**

(i) O montante de R$451.740 (R$154.120 em 2021) é referente a PSL, PPNG-RVNE, IBNER, IBNR, PDR/PSL, PDR/IBNR e excedente técnico, foi alocada na faixa a vencer em até 1 ano. **4.4. Gestão de risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado têm sobre os ganhos da Seguradora ou sobre o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é mitigar e controlar as exposições a riscos de mercados tais como risco de taxa de juros e risco na taxa de câmbio, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos. A política, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, considerando-se que a natureza do próprio negócio, por envolver, em parte, a securitização de recebíveis em moeda estrangeira, representa um risco às variáveis de mercado. Os limites de risco de

continua →★

coface FOR TRADE

Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A.

CNPJ 07.644.868/0001-73

→★ continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 *(Em milhares de reais - R$)*

mercado são estabelecidos com base em política corporativa definida pelo grupo COFACE e aprovados localmente pelo Conselho de Administração. Diariamente a Administração monitora a performance das suas posições bem como acompanha, por meio de boletins dos seus bancos parceiros, quais as projeções de curto e longo prazo para as posições cambiais e de taxa de juros do mercado. Assim sendo, a exposição a riscos cambiais na forma de investimentos não é permitida, exceto quando na existência de passivo também na mesma moeda, o que de fato ocorre nas nossas operações. Esse tipo de operação tem por finalidade criar cobertura cambial a eventuais oscilações negativas. Sempre que existe uma necessidade renovada de aumento material das posições para efeito de cobertura cambial, a decisão é apresentada e aprovada pelo Conselho de Administração. No que tange a exposição ao risco de taxa de juros, busca-se alocar ativos financeiros em portfólios de baixo risco. Segundo a política de investimentos do grupo COFACE, não existem limitações quanto ao percentual investido em títulos do Governo Brasileiro. **4.4.1. Sensibilidade a taxa de juros:** Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: (i) taxa de juros; (ii) cupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA) e (iii) taxa de câmbio em relação ao dólar americano em função da relevância dos mesmos nas posições ativas e passivas da Seguradora. As definições dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade são: a elevação ou redução de 20% na taxa Selic como também a elevação ou redução de 20% na variação cambial. O índice de rentabilidade que a Seguradora apurou nos seus saldos de investimentos financeiros são: fundo VIP Cambial 497.8% do CDI no exercício de 2022 (179,5% em 2021) e carteira administrada, composta por títulos públicos - LTN, LFT e NTN, 98,9% do CDI no exercício de 2022 (94,6% do CDI em 2021). A tabela abaixo demonstra os impactos nas aplicações financeiras em 2022 com relação à variação da taxa SELIC e do dólar:

			31/12/2022	
Premissas	**Aplicação financeira**	**Variação %**	**Impacto no patrimônio**	**Líquido de impostos**
Aumento do CDI	LFT - Letra financeiro do tesouro	20% da Selic	3.328	1.997
Aumento do CDI	LTN - Letra do tesouro nacional	20% da Selic	817	490
Aumento do CDI	NTN - Nota do tesouro nacional	20% da Selic	961	577
Aumento do USD	Fundo VIP cambial	20% do dólar	(7)	(4)
Premissas	**Aplicação financeira**	**Variação %**	**Impacto no patrimônio**	**Líquido de impostos**
Redução do CDI	LFT - Letra financeiro do tesouro	20% da Selic	(2.230)	(1.338)
Aumento do CDI	LTN - Letra do tesouro nacional	20% da Selic	(799)	(479)
Redução do CDI	NTN - Nota do tesouro nacional	20% da Selic	(91)	(55)
Redução do USD	Fundo VIP cambial	20% do dólar	7	4

4.5. Gestão de risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em ativos financeiros. No que se refere a ativos financeiros, a Seguradora monitora o cumprimento da política de risco de crédito para garantir que os limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos. Esse monitoramento é realizado sobre os ativos financeiros, de forma individual e coletivo, que compartilham riscos similares e leva em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. Limites de risco de crédito são determinados com base no rating de crédito da contraparte para garantir que a exposição global ao risco de crédito seja gerenciada e controlada dentro das políticas estabelecidas. Os ativos financeiros são investidos (ou reinvestidos) somente em instituições financeiras com alta qualidade de rating de crédito, com rating mínimo de BBB, recomendadas por agências avaliadoras de riscos, tais como Fitch Ratings, Standard & Poor´s e Moody´s. De acordo a política de investimentos, não existem limitações para investimentos em títulos públicos do governo brasileiro, entretanto, os mesmos devem ser evitados se possuírem vencimentos superiores a três anos. A exposição máxima de risco de crédito originado de prêmios a serem recebidos de segurados é substancialmente reduzida onde a cobertura de sinistros pode ser cancelada caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados na data de vencimento. A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Seguradora em 31 de dezembro de 2022 distribuídos por rating de crédito obtido junto a agência de rating Fitch Ratings. Os ativos classificados na categoria "Sem Rating" compreendem substancialmente valores a serem recebidos de segurados que não possuem ratings de crédito individuais.

	31/12/2022		
Ativos financeiros/*rating*	**BB-**	**Sem *rating***	**Total**
Disponíveis para a venda	179.112	–	179.112
Títulos do Tesouro Nacional - LFT/LTN/NTN (i)	179.112	–	179.112
Negociação	19.592	–	19.592
Fundo de Investimento Financeiro (ii)	19.592	–	19.592
Mantido até o vencimento	32.873	–	32.873
Time deposit (ii)	32.873	–	32.873
Caixa e bancos	11.325	–	11.325
Prêmios a receber de segurados	–	201.419	201.419
Total	**242.902**	**201.419**	**444.321**

(i) Classificado conforme risco país. (ii) Referente a aplicação atrelada à variação cambial.

	31/12/2021		
Ativos financeiros/*rating*	**BB**	**Sem *rating***	**Total**
Disponíveis para a venda	192.655	–	192.655
Títulos do Tesouro Nacional - LFT/NTN (i)	192.655	–	192.655
Negociação	8.264	–	8.264
Fundo de Investimento Financeiro (ii)	8.264	–	8.264
Mantido até o vencimento	23.373	–	23.373
Time deposit (ii)	23.373	–	23.373
Caixa e bancos	8.034	–	8.034
Prêmios a receber de segurados	–	156.698	156.698
Total	**232.326**	**156.698**	**389.024**

(i) Classificado conforme risco país. (ii) Referente a aplicação atrelada à variação cambial. **4.6. Gestão capital:** O principal objetivo da Seguradora em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela SUSEP, além de otimizar retornos sobre capital para os acionistas. O capital mínimo requerido (CMR) para o funcionamento das seguradoras é constituído como o máximo, entre o capital base (montante fixo de capital) e um capital de risco (CR) baseado nos riscos de subscrição, crédito, operacional (valor variável) e de mercado. Este capital mínimo requerido visa garantir os riscos inerentes às operações. Nos termos da Resolução CNSP nº 432/2021 e alterações posteriores, as instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR) e a qualidade de cobertura do (CMR) deverá atender aos seguintes requisitos: a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do (CMR) serão cobertos por PLA de nível 1. b) no máximo 15% (quinze por cento) do (CMR) serão cobertos por PLA de nível 3. c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do (CMR) serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3. A Seguradora apura o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito, mercado e operacional, como demonstrado abaixo:

	2022	2021
Patrimônio líquido	121.660	88.806
Ajustes contábeis	(5.220)	(4.155)
Ajustes associados a variação dos valores econômicos	29.760	18.028
Ajuste do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3	(9.265)	(7.935)
Patrimônio líquido ajustado de (PLA)	**136.935**	**94.744**
Patrimônio líquido ajustado nível 1	113.185	81.680
Patrimônio líquido ajustado nível 2	29.760	18.028
Patrimônio líquido ajustado nível 3	3.255	2.971
Ajuste do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3	(9.265)	(7.935)
Capital base (CB)	**8.100**	**8.100**
Capital de risco de crédito	13.706	3.957
Capital de risco de subscrição	35.375	21.910
Capital de risco de risco operacional	1.897	1.192
Capital de risco de mercado	5.228	2.544
Deflator em função da correlação entre os riscos	(8.705)	(3.475)
Capital de risco (CR)	**47.501**	**26.128**
Capital mínimo requerido (maior entre CB e CR)	47.501	26.128
Suficiência do PLA em relação ao CMR - R$	89.434	68.616
PLA em relação ao CMR -%	288%	363%

O total de provisões técnicas líquida de resseguro foi apurado da seguinte forma:

Descrição	**Em 31 de dezembro de 2022**	**Em 31 de dezembro de 2021**
(+) Total das provisões técnicas	462.713	162.592
(–) PSL de resseguro - nota 7	(71.728)	(9.383)
(–) IBNR de resseguro - nota 7	(190.024)	(5.106)
(–) PDR de resseguro - nota 7	(1.470)	(575)
(–) PET de resseguro - nota 7	(4.137)	(3.985)
(–) Direito creditório	(36.225)	(24.757)
Total das provisões técnicas para garantia	**159.129**	**118.786**
Total das aplicações oferecidas para cobertura	**231.577**	**224.293**
Excesso de cobertura (suficiência)	**72.448**	**105.507**

4.7. Risco operacional: A Seguradora define risco operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A COFACE na França estruturou uma área global de *Risk Management* responsável por desenvolver procedimentos para mitigação dos riscos operacionais, como identificação de riscos, captura de incidentes e perdas, gestão das políticas e procedimentos relacionados à Gestão de Riscos e testes periódicos nos controles internos. Em nível local, o gestor de riscos, sob a supervisão do principal executivo da Seguradora, tem por objetivo implementar o programa de gestão de riscos, em conformidade com as normas locais e orientações da matriz, garantindo o cumprimento dos requerimentos das autoridades locais. A Auditoria Interna, como terceira linha independente, executa um plano de auditoria anual, recomendando melhorias, quando aplicáveis. Para melhorar o conhecimento dos riscos operacionais e os controles internos em todas as suas entidades, o grupo COFACE desenvolveu mundialmente um programa de Controles Internos, no sistema Enablon, aplicável à Seguradora, com o objetivo de alcançar: • Uniformidade dos controles entre as entidades, agregando sinergia entre as regiões e países. • Aculturamento acerca de riscos e controles, considerando que os controles são formalizados pela primeira e segunda linha no sistema Enablon. • Transparência do ambiente de controle e gestão de riscos, sendo formalizados as avaliações e planos de ação em sistema. O Grupo Coface implementou um sistema de controle e gerenciamento de risco baseado na governança transparente. O processo de gerenciamento de risco se aplica tanto ao nível estratégico e aos vários níveis operacionais necessários para a condução das atividades. Seu objetivo é identificar eventos potenciais que podem afetar negativamente o Grupo Coface e é usada para gerenciar riscos dentro dos limites e indicadores definidos em nosso "apetite de risco". A gestão dos controles internos da organização compreende o programa e os respectivos procedimentos que incluem as políticas estabelecidas pela Seguradora para ajudar a alcançar o seu objetivo de garantir, tanto quanto possível a adequação das políticas internas e legislação vigente, a salvaguarda dos seus ativos, a prevenção e detecção de lavagem de dinheiro, fraudes e erros e a correção e completude dos registros contábeis. O procedimento de identificação de riscos é uma das mais importantes ferramentas do Programa de Controles Internos da Seguradora e tem o objetivo de identificar quais os riscos que podem afetar o desempenho dos respectivos processos para que então sejam implementados controles internos mais rígidos desenvolvidos para garantir, com razoável certeza, que sejam atingidos os objetivos. Adicionalmente, o sistema de controle interno, liderado pelo Departamento de Risco do Grupo, é baseado em mapeamento de risco exaustivo de acordo com as cinco principais categorias de risco identificadas, com foco nos riscos operacionais e de não conformidade. O sistema é organizado em um Programa de três níveis de Controles, sendo: *Controle de Nível 1* são controles atribuídos as linhas de negócios, com base em procedimentos de aplicação operacional, são os controles diários que todos devem praticar ao realizar suas respectivas tarefas. O *Controle de Nível 2* são os controles permanentes atribuídos a Gestão de Riscos ou "*Compliance*" a depender do risco, visando otimizar os processos e controles internos. O Controle de Nível 3 são os controles periódicos atribuídos ao departamento de Auditorias Interna. **4.8. Risco legal e de *"compliance"*:** A Seguradora considera como Risco Legal a possibilidade de perdas decorrentes de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais ou administrativos. A Seguradora é obrigada a respeitar os princípios gerais relativos a sigilo comercial imposto na apólice. O risco de *"Compliance"* vai além do conhecido risco operacional, contemplando o risco legal, associado a sanções, perdas financeiras ou de reputação em razão de descumprimento de dispositivos legais - aplicação de leis, regulamentos, código de conduta e das boas práticas de mercado - e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. Tal risco também está associado a práticas inadequadas de combate à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo. Dentro do escopo do programa de *"compliance"*, destacamos a utilização dentro de nossos processos internos de verificação de clientes, o uso de uma ferramenta que a partir da razão social da empresa (futuro segurado) e dos nomes, como controladores, administradores, procuradores, busca informações negativas em diversas bases de dados utilizadas mundialmente por instituições financeiras, os quais são constantemente atualizadas. A ferramenta contempla a busca de Pessoas Politicamente Expostas (PEPs), empresas e pessoas envolvidas com lavagem de dinheiro e fraudes, informações relacionadas a crimes como terrorismo, entre outros, conforme determina a legislação da SUSEP vigente. Somente após a passagem pelos filtros dos processos internos é que a empresa se torna um segurado ou tem seu contrato renovado. Para mitigar as perdas financeiras decorrentes de falhas no cumprimento de aplicação de normas, a área de *"Compliance"* adota controles no sentido de identificar novos normativos expedidos pelas autoridades regulatórias e acompanhar sua implementação dentro da Seguradora. Para a mitigação de risco legal, por meio da constituição do seu departamento Jurídico, a Seguradora revisa e aprova todos os contratos celebrados, além de gerenciar os processos judiciais, bem como redigir e controlar contratos de sigilo. Adicionalmente mantemos uma apólice de seguro de D&O - *"Directors and Officers"* a fim de nos proteger de eventuais ocorrências em que um risco se reverta em realidade. A Seguradora está primordialmente sujeita às disposições e regulamentações da SUSEP, assim como dos Governos Municipal, Estadual e Federal. Sendo uma Empresa que possui grande parte de seu capital pertencente a uma multinacional, deve se enquadrar dentro das exigências, desde que não contradigam os requerimentos locais, do Código de Seguros Francês, do Departamento do Tesouro do Ministério Francês das Finanças e da "Autorité des Contrôle Assurances et des Mutuelles", ou ACAM, autoridade de supervisão francesa de seguros. A SUSEP, como órgão independente de supervisão, determina que as entidades autorizadas cumpram todos os requisitos legais e regulamentares estabelecidas para o ramo de seguros que operam. Também é responsável por verificar que as seguradoras podem honrar seus compromissos junto a seus segurados a qualquer momento e que eles atendem as margens de solvência exigidas.

5. APLICAÇÕES

				Em 31 de dezembro de 2022			Em 31 de dezembro de 2021		
Tipo	**Sem vencimento**	**Acima 365 dias**	**Até 365 dias**	**Valor contábil/ Valor justo**	**Custo atualizado**	**%**	**Valor contábil/ Valor justo**	**Custo atualizado**	**%**
Disponível para a venda									
Títulos do Tesouro Nacional	–	76.660	102.453	179.113	180.321	77%	192.656	193.079	86%
Negociação									
Fundo investimento	19.591	–	–	19.591	19.591	9%	8.264	8.264	4%
Mantido até o vencimento									
Time deposit	–	–	32.873	32.873	32.873	14%	23.373	23.373	10%
Total	**19.591**	**76.660**	**135.326**	**231.577**	**232.785**	**100%**	**224.293**	**224.716**	**100%**

A totalidade das aplicações financeiras títulos públicos encontram-se vinculadas à SUSEP para cobertura das provisões técnicas. O ajuste a valor justo em 31 de dezembro de 2022 bruto de imposto de renda e contribuição social é de R$(1.208) ((R$423) em 31 de dezembro de 2021).

Movimentação de aplicações financeiras	**Em 31 de dezembro de 2022**	**Em 31 de dezembro de 2021**
Saldo das aplicações financeiras no início do exercício	**224.293**	**149.843**
Valor justo por meio do resultado		
Quota de fundo de investimento		
(+) Aplicações	10.805	–
(+) Rendimento - nota 18g	522	605
Variação	**11.327**	**605**
Disponível para venda		
Letras do tesouro nacional		
(+) Aplicações	50.376	–
(+) Rendimento - nota 18g	4.031	–
(+/–) Ajuste ao valor justo	(96)	–
Variação	**54.311**	**–**
Letras financeiras do tesouro nacional		
(+) Aplicações	93.569	97.726
(–) Resgates	(194.952)	(40.319)
(+) Rendimento - nota 18g	13.345	6.632
(+/–) Ajuste ao valor justo	14	144
Variação	**(88.024)**	**64.183**
Notas do tesouro nacional		
(+) Aplicações	20.000	–
(–) Resgates	(1.324)	(6.046)
(+) Rendimento - nota 18g	2.196	1.781
(+/–) Ajuste ao valor justo	(703)	(1.621)
Variação	**20.169**	**(5.886)**
Mantido até o vencimento		
Time deposit		
(+) Aplicações	32.983	35.106
(–) Resgates	(22.273)	(20.734)
(+) Rendimento - nota 18g	586	88
(+/–) Variação cambial - nota 18g	(1.795)	1.088
Variação	**9.501**	**15.548**
Saldo das aplicações financeiras no fim do exercício	**231.577**	**224.293**

Hierarquia do valor justo das aplicações financeiras: A divulgação por nível, relacionada à mensuração do valor justo é realizada com base nos seguintes níveis:

• **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.

• **Nível 2:** "inputs", exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

• **Nível 3:** "inputs", para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	31/12/2022	31/12/2021
	Nível 1	**Nível 1**
Disponível para venda	179.113	192.656
Negociação	19.591	8.264
	Nível 2	**Nível 2**
Mantido até o vencimento	32.873	23.373
Total	**231.577**	**224.293**

Desempenho: A Administração mensura o desempenho da rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Em 2022, o desempenho dos ativos financeiros que compõem a carteira de investimentos atingiu 12,24% no acumulado do exercício (5,41% em dezembro de 2021).

6. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

	31/12/2022	31/12/2021
Composição		
Prêmios a receber de segurados (i)	203.077	158.250
Operações com resseguradoras	16.953	39.170
Total	**220.030**	**197.420**
Provisão para riscos de créditos sobre:		
Prêmios a receber de segurados	(1.658)	(1.552)
Operações com resseguradoras	–	(852)
Total	**(1.658)**	**(2.404)**
Total circulante e não circulante	**218.372**	**195.016**

	Total 31/12/2022	**Doméstico 31/12/2022**	**Exportação 31/12/2022**	**Total 31/12/2021**
Prêmios a vencer	**193.837**	**163.753**	**30.084**	**152.509**
De 1 a 30 dias	117.970	98.268	19.702	88.204
De 31 a 60 dias	10.290	9.212	1.078	8.039
De 61 a 120 dias	18.863	14.715	4.148	19.677
De 121 a 180 dias	14.750	12.259	2.492	11.115
De 181 a 365 dias	21.950	19.835	2.115	17.116
Superior a 365 dias	10.014	9.464	549	8.358
Prêmios vencidos	**9.240**	**7.444**	**1.796**	**5.741**
De 1 a 30 dias	6.378	5.224	1.154	3.757
De 31 a 60 dias	1.869	1.840	29	1.059
De 61 a 120 dias	155	120	35	126
De 121 a 180 dias	171	95	76	78
De 181 a 365 dias	–	–	–	210
Superior a 365 dias	667	165	502	511
Total circulante e não circulante	**203.077**	**171.197**	**31.880**	**158.250**

(i) O período médio de parcelamento oferecido pela Seguradora para liquidação dos prêmios pelos segurados é de 4 parcelas.

Movimentação de prêmios a receber

	Total 31/12/2022	**Doméstico 31/12/2022**	**Exportação 31/12/2022**	**Total 31/12/2021**
Prêmios a receber no início do exercício	**158.250**	**130.376**	**27.874**	**129.802**
(+) Prêmios emitidos	295.994	243.532	52.462	217.608
(–) Prêmios cancelados	(22.953)	(16.069)	(6.884)	(21.108)
(+/–) Variação cambial	(1.531)	–	(1.531)	1.418
(–) Recebimento	(227.716)	(187.675)	(40.041)	(170.357)
(+/–) IOF sobre prêmios	1.033	1.033	–	887
Prêmios a receber no final do exercício	**203.077**	**171.197**	**31.880**	**158.250**

Movimentação da provisão para riscos sobre créditos

	Total 31/12/2022	**Doméstico 31/12/2022**	**Exportação 31/12/2022**	**Total 31/12/2021**
Saldo no início do exercício	**(1.552)**	**(459)**	**(1.093)**	**(1.513)**
(+) Ajustes estimativas	(138)	(140)	2	(58)
(+) Constituições do exercício	(746)	(155)	(591)	(1.023)
(–) Reversões do exercício	778	359	419	1.042
Saldo no final do exercício	**(1.658)**	**(395)**	**(1.263)**	**(1.552)**

7. OPERAÇÕES DE RESSEGURO E ATIVO DE RESSEGURO

Descrição	**Total 31/12/2022**	**Doméstico 31/12/2022**	**Exportação 31/12/2022**	**Total 31/12/2021**
Operações com resseguradoras - Ativo	**16.953**	**14.823**	**2.130**	**38.318**
Recuperação de sinistros pagos	7.485	6.180	1.305	26.665
Recuperação de despesas pagas	868	845	23	3.296
Recuperação de excedente técnico	8.600	7.798	802	8.151
Outros créditos	–	–	–	206
Ativos de resseguros - provisões técnicas	**281.923**	**269.769**	**12.154**	**33.168**
Provisão de sinistros a liquidar (PSL) - Nota 13b	71.728	67.930	3.798	9.383
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) - Nota 13b	190.024	188.673	1.351	5.106
Provisão de despesas relacionadas (PDR) - Nota 13b	1.470	1.304	165	575
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG) - Nota 13b	14.564	8.712	5.852	14.119
Provisão de excedente técnico (PET) - Nota 13b	4.137	3.149	988	3.985
Operações com resseguradoras - Passivo	**62.290**	**48.741**	**13.549**	**120.753**
Prêmios de resseguro	17.957	12.668	5.289	52.274
Adiantamento de sinistro	37.318	29.275	8.043	36.996
Outros débitos - ressarcimento	7.015	6.798	217	31.483
Outros débitos operacionais - Passivo	**4.892**	**1.746**	**3.146**	**6.232**
Valores de ressarcimento a classificar	4.892	1.746	3.146	6.232

continua→★

coface FOR TRADE

Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A.

CNPJ 07.644.868/0001-73

→★ continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 *(Em milhares de reais - R$)*

a) Resultado das operações com resseguro (ganhos e perdas)

Descrição	Total 31/12/2022	Doméstico 31/12/2022	Exportação 31/12/2022	Total 31/12/2021
Receitas/(despesas) com resseguros	**261.360**	**254.364**	**6.996**	**(6.195)**
Recuperações de avisos e despesas de sinistros	80.022	73.739	6.283	(2.262)
Estimativa de ressarcidos sobre PSL	(1.131)	(1.109)	(22)	710
IBNeR sobre recuperação de sinistro	(3.300)	(3.254)	(46)	1.739
Provisão para despesas relacionadas sobre PSL e IBNR	851	826	25	(483)
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	184.918	184.162	756	(5.899)
Despesas com resseguros	**(42.752)**	**(29.476)**	**(13.276)**	**(50.793)**
Prêmios líquidos cedidos em resseguro	(40.161)	(25.167)	(14.994)	(46.789)
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	1.501	–	1.501	1.313
Ressarcimento de resseguros	(6.874)	(6.810)	(64)	(4.769)
Outros	2.782	2.501	281	(548)
Resultado operacional de resseguros	**218.608**	**224.888**	**(6.280)**	**(56.988)**

b) Prêmios de resseguro - Carteiras: A Seguradora possui contrato de resseguro de excesso de danos. c) Percentual ressegurado O nível de cessão de riscos em resseguros atingiu o patamar de 14,73% da carteira no período analisado (23,81% em 31 de dezembro de 2021).

8. OUTROS CRÉDITOS

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamento a funcionários	230	221
Créditos a receber - rateio nota 20 (c) e (e)	1.594	3.212
Total	**1.824**	**3.433**

9. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ e CSLL - antecipações e restituições	12.974	8.601
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias	3.255	2.971
Total	**16.229**	**11.572**

As constituições dos créditos tributários de prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias estão fundamentadas em estudo técnico que leva em consideração projeção de resultados, quando aplicável. Os créditos tributários oriundos de diferenças temporárias decorrem principalmente de provisões temporárias de despesas, ajustes de marcação a mercado das aplicações e demais provisões judiciais, ficando o prazo de sua realização condicionado ao prazo previsto da realização da despesa efetiva e/ou desfecho das ações em andamento.

10. OBRIGAÇÕES A PAGAR/OUTRAS CONTAS A PAGAR

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Dividendos a pagar	11.863	6.067
Gratificação, participação nos lucros e outros	4.504	4.183
Partes relacionadas - nota 20 (a), (d) e (e)	44.159	59.662
Total	**60.526**	**69.912**

11. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Aging	01 a 60	61 a 180	181 a 365	Total 31/12/2022	Total 31/12/2021
Prêmios e emolumentos	4.233	–	–	**4.233**	**4.107**

12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda	21.062	11.079
Contribuição social	13.048	7.834
COFINS	525	581
PIS	85	94
Outros - MTM	–	(169)
Total	**34.720**	**19.419**

13. PROVISÕES TÉCNICAS

a) Danos

Descrição	Total 31/12/2022	Doméstico 31/12/2022	Exportação 31/12/2022	Total 31/12/2021
Provisão para prêmios não ganhos (PPNG) - nota 13b	132.863	110.206	22.657	107.156
Provisão de sinistros a liquidar e sinistros ocorridos e não suficientemente avisados - (PSL/IBNeR) - nota 13b	93.399	86.083	7.316	22.996
Sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) - nota 13b	200.239	197.843	2.396	12.765
Provisão de despesas relacionadas - PDR - nota 13b	2.625	2.135	490	1.366
Provisão com excedente técnico - PET - nota 13b	33.587	26.540	7.047	18.309
Total	**462.713**	**422.807**	**39.906**	**162.592**

b) Movimentação das principais provisões técnicas

	Ramo	31/12/2021	Constituição	Reversão	Pagamento	Variação cambial	31/12/2022
Provisão prêmios não ganhos riscos vigentes e não vigentes (RVE e RVNE)	doméstico	87.706	217.781	(195.281)	–	–	110.206
	exportação	19.450	48.164	(44.277)	–	(680)	22.657
Provisão sinistros a liquidar e sinistros ocorridos e não suficientemente avisados IBNER	doméstico	19.962	114.537	(19.333)	(29.083)	–	86.083
	exportação	3.034	15.340	(6.083)	(4.774)	(201)	7.316
Provisão sinistros ocorridos e não avisados - IBNR (nota 22)	doméstico	11.277	189.455	(2.889)	–	–	197.843
	exportação	1.488	1.317	(409)	–	–	2.396
Provisão despesas relacionadas PDR	doméstico	1.085	8.616	(5.189)	(2.376)	–	2.136
	exportação	281	791	(555)	–	(28)	489
Provisão excedente técnico PET	doméstico	13.532	22.759	(1.242)	(8.509)	–	26.540
	exportação	4.777	3.874	(444)	(1.164)	4	7.047
Total		**162.592**	**622.634**	**(275.702)**	**(45.906)**	**(905)**	**462.713**

Resseguro	Ramo	31/12/2021	Constituição	Reversão	Pagamento	Variação cambial	31/12/2022
Provisão prêmios não ganhos riscos vigentes	doméstico	8.713	17.425	(17.426)	–	–	8.712
	exportação	5.406	12.507	(11.005)	–	(1.056)	5.852
Provisão sinistros a liquidar e sinistros ocorridos e não suficientemente avisados IBNER	doméstico	8.874	78.181	(9.468)	(9.657)	–	67.930
	exportação	509	10.648	(4.452)	(2.900)	(7)	3.798
Provisão sinistros ocorridos e não avisados - IBNR (nota 22)	doméstico	4.511	186.082	(1.919)	–	–	188.674
	exportação	595	1.018	(263)	–	–	1.350
Provisão despesas relacionadas PDR	doméstico	440	4.388	(2.480)	(1.043)	–	1.305
	exportação	135	249	(203)	(5)	(11)	165
Provisão excedente técnico PET	doméstico	2.982	920	(753)	–	–	3.149
	exportação	1.003	348	(363)	–	–	988
Total		**33.168**	**311.765**	**(48.332)**	**(13.605)**	**(1.073)**	**281.923**

Bruto de resseguro

	Ramo	31/12/2020	Constituição	Reversão	Pagamento	Variação cambial	31/12/2021
Provisão prêmios não ganhos riscos vigentes e não vigentes (RVE e RVNE)	doméstico	69.313	191.066	(172.673)	–	–	87.706
	exportação	19.590	26.542	(27.759)	–	1.077	19.450
Provisão sinistros a liquidar e sinistros ocorridos e não suficientemente avisados IBNER	doméstico	23.118	25.660	(10.836)	(17.980)	–	19.962
	exportação	8.736	4.060	(7.357)	(2.822)	417	3.034
Provisão sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	doméstico	18.122	3.663	(10.508)	–	–	11.277
	exportação	3.882	1.351	(3.745)	–	–	1.488
Provisão despesas relacionadas PDR	doméstico	1.646	2.458	(1.006)	(2.013)	–	1.085
	exportação	353	783	(624)	(252)	21	281
Provisão excedente técnico PET	doméstico	8.462	18.962	(6.458)	(7.434)	–	13.532
	exportação	3.737	2.681	(733)	(912)	4	4.777
	Total	**156.959**	**277.226**	**(241.699)**	**(31.413)**	**1.519**	**162.592**

Resseguro

	Ramo	31/12/2020	Constituição	Reversão	Pagamento	Variação cambial	31/12/2021
Provisão prêmios não ganhos riscos vigentes	doméstico	10.362	17.425	(19.074)	–	–	8.713
	exportação	2.487	9.809	(6.847)	–	(43)	5.406
Provisão sinistros a liquidar e sinistros ocorridos e não suficientemente avisados IBNER	doméstico	11.119	4.278	(1.734)	(4.789)	–	8.874
	exportação	4.409	(322)	(2.860)	(927)	209	509
Provisão sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	doméstico	9.063	1.895	(6.447)	–	–	4.511
	exportação	1.941	674	(2.020)	–	–	595
Provisão despesas relacionadas PDR	doméstico	818	116	246	(740)	–	440
	exportação	175	215	(245)	(30)	20	135
Provisão excedente técnico PET	doméstico	2.722	631	(371)	–	–	2.982
	exportação	1.172	169	(338)	–	–	1.003
	Total	**44.268**	**34.890**	**(39.690)**	**(6.486)**	**186**	**33.168**

c) Custo de aquisição diferido

Bruto de resseguros

	Ramo	31/12/2021	Constituição	Reversão	Variação cambial	31/12/2022
Custo de aquisição diferido	doméstico	10.577	11.209	(8.017)	–	13.769
	exportação	2.120	2.018	(1.592)	(84)	2.462
	Total	**12.697**	**13.227**	**(9.609)**	**(84)**	**16.231**
	Ramo	**31/12/2020**	**Constituição**	**Reversão**	**Variação cambial**	**31/12/2021**
Custo de aquisição diferido	doméstico	8.521	4.606	(2.550)	–	10.577
	exportação	2.058	1.143	(1.205)	124	2.120
	Total	**10.579**	**5.749**	**(3.755)**	**124**	**12.697**

d) Desenvolvimento de sinistros: O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado, a parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que as informações mais precisas a respeito da severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis.

Sinistros brutos de resseguro

	Ano de aviso do sinistro							
Montante estimado para o sinistro	**Até 2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**Total**
No ano do aviso	598.977	34.483	25.742	52.282	41.249	19.306	116.329	
Um ano após o aviso	473.614	32.526	21.326	47.717	30.617	16.153	–	
Dois anos após o aviso	456.293	32.439	20.610	46.554	28.186	–	–	
Três anos após o aviso	448.739	32.465	20.606	47.528	–	–	–	
Quatro anos após o aviso	446.476	32.569	19.948	–	–	–	–	
Cinco anos após o aviso	445.253	31.869	–	–	–	–	–	
Seis anos após o aviso	443.402	–	–	–	–	–	–	
Estimativas dos sinistros	443.402	31.869	19.948	47.528	28.186	16.153	116.329	703.415
Incorporação SBCE	412	778	123	4.228	4.678	–	–	10.219
Oscilação cambial	(144)	(40)	(34)	(47)	(364)	(74)	115	(588)
(–) Pagamentos	(439.766)	(31.159)	(20.037)	(50.683)	(28.812)	(15.222)	(20.927)	(606.606)
Sinistros pendentes em 31 de dezembro de 2022 (i)	**3.904**	**1.448**	**–**	**1.026**	**3.688**	**857**	**95.517**	**106.440**

(i) O montante de R$(13.041), referente às operações de retrocessão, estimativa de ressarcimento e de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados não estão demonstrados nesse quadro.

Sinistros líquidos de resseguro

	Ano de aviso do sinistro							
Montante estimado para o sinistro	**Até 2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**Total**
No ano do aviso	227.975	19.741	13.751	20.507	24.438	15.737	35.363	
Um ano após o aviso	198.846	17.860	11.628	17.933	19.884	13.237	–	
Dois anos após o aviso	193.750	17.726	11.140	17.430	18.741	–	–	
Três anos após o aviso	192.826	17.678	11.136	17.621	–	–	–	
Quatro anos após o aviso	192.739	17.678	10.924	–	–	–	–	
Cinco anos após o aviso	192.101	17.328	–	–	–	–	–	
Seis anos após o aviso	191.877	–	–	–	–	–	–	
Estimativas dos sinistros	191.877	17.328	10.924	17.621	18.741	13.237	35.363	305.091
Incorporação SBCE	371	596	123	2.863	3.527	–	–	7.480
Oscilação cambial	(131)	(35)	(34)	(67)	(299)	(74)	57	(583)
(–) Pagamentos	(191.111)	(17.341)	(11.013)	(20.195)	(20.742)	(12.306)	(11.843)	(284.551)
Sinistros pendentes em 31 de dezembro de 2022 (i)	**1.006**	**548**	**–**	**222**	**1.227**	**857**	**23.577**	**27.437**

(i) O montante de R$5.766, referente às operações de retrocessão, estimativa de ressarcimento e de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados não estão demonstrados nesse quadro.

Sinistros pagos brutos de resseguro

	Ano de aviso do sinistro							
Montante indenizado dos sinistros	**Até 2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**Total**
No ano do aviso	168.984	19.564	13.566	14.351	14.491	4.799	20.927	256.682
Um ano após o aviso	240.078	9.420	6.314	33.970	13.217	10.423	–	313.422
Dois anos após o aviso	23.612	1.543	69	2.323	1.104	–	–	28.651
Três anos após o aviso	2.790	83	–	39	–	–	–	2.912
Quatro anos após o aviso	1.015	–	88	–	–	–	–	1.103
Cinco anos após o aviso	1.684	549	–	–	–	–	–	2.233
Seis anos após o aviso	574	–	–	–	–	–	–	574
Sete anos ou mais após o aviso	1.029	–	–	–	–	–	–	1.029
Total dos sinistros pagos	**439.766**	**31.159**	**20.037**	**50.683**	**28.812**	**15.222**	**20.927**	**606.606**

Sinistros pagos líquidos de resseguro

	Ano de aviso do sinistro							
Montante indenizado dos sinistros	**Até 2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**Total**
No ano do aviso	82.678	10.189	5.957	9.370	10.050	4.500	11.843	134.587
Um ano após o aviso	95.972	6.520	4.899	10.324	9.870	7.806	–	135.391
Dois anos após o aviso	9.154	274	69	462	822	–	–	10.781
Três anos após o aviso	1.789	12	–	39	–	–	–	1.840
Quatro anos após o aviso	214	–	88	–	–	–	–	302
Cinco anos após o aviso	633	346	–	–	–	–	–	979
Seis anos após o aviso	43	–	–	–	–	–	–	43
Sete anos ou mais após o aviso	628	–	–	–	–	–	–	628
Total dos sinistros pagos	**191.111**	**17.341**	**11.013**	**20.195**	**20.742**	**12.306**	**11.843**	**284.551**

14. PROVISÕES JUDICIAIS

Descrição	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2022
Trabalhista (a)	2.044	330	192	2.566
Sinistro (b)	606	–	121	727
Total	**2.650**	**330**	**313**	**3.293**

A Seguradora responde processos judiciais de natureza trabalhista e cível e são avaliados pela área jurídica interna como por consultores externos e são classificados segundo o grau de risco de perda para a empresa; tais como: perda remota, possível e provável. Com base nessas avaliações e em conformidade ao CPC 25 é dado o seguinte tratamento contábil: para perdas prováveis efetua-se a provisão, para perdas possíveis é mencionado em nota explicativa e remota não há provisão contábil e menção em nota explicativa. Mensalmente a Seguradora, através de seus advogados, elabora um relatório da evolução das contingências e, quando necessário, tais contingências são prontamente ajustadas a fim de refletir com a maior fidedignidade possível o seu passivo. A estimativa inicial da PSLJ considera os valores esperados de desembolso pela Seguradora, brutos de resseguro, abrangidos pela cobertura do seguro, multiplicado pela probabilidade de perda informada em cada ação judicial referente a sinistro e que são definidas pelo advogado responsável, baseado na jurisprudência, nas provas produzidas e nas decisões proferidas no decorrer do processo que são calculadas através de estudo atuarial considerando estas variáveis. (a) Existem duas contingências trabalhistas prováveis. Os objetos das referidas ações contemplam: equiparação salarial, horas extras, remuneração variável, garantia de emprego, dentre outras solicitações. (b) As provisões para os sinistros em discussão judicial encontram-se registradas na rubrica "provisões técnicas" no passivo não circulante. Nas constituições encontram-se as atualizações em função das mudanças de probabilidade quando aplicável. Existem 2 ações judiciais em andamento com probabilidade de perda "possível". Ambas as ações os autores requerem o pagamento das indenizações securitárias. Referidos processos tramitam em Primeira e Segunda Instância, respectivamente. (c) Em 31 de dezembro de 2022 há cinco ações fiscais, sendo uma no âmbito municipal (trata-se de Ação Anulatória visando o cancelamento de débito fiscal de ISS objeto do Auto de Infração nº 124355 - Processo em tramite na Primeira Instância) e as outras na esfera federal (trata-se de Pedido de Compensação - DCOMP, por meio da qual a empresa compensou crédito de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ - Processos tramitando em Segunda Instancia). O valor do risco envolvendo as 5 ações resultam no montante de R$1.711. Todas as ações são classificadas como risco de perda "possível".

15. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

A tabela abaixo demonstra a movimentação dos depósitos judiciais e fiscais.

Descrição	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2022
Depósito judicial fiscal	511	–	39	550
Depósito judicial trabalhista	234	11	20	265
Total	**745**	**11**	**59**	**815**

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social no valor de R$48.957 (R$ 48.957 em 31 de dezembro de 2021), totalmente subscrito e integralizado, sendo R$25.463 em razão do ativo líquido da SBCE incorporado em 30 de junho 2020 e é representado por 20.537.185 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (20.537.185 em 31 de dezembro de 2021). De acordo com as disposições estatutárias, cada ação corresponde um voto nas Assembleias Gerais. Em 31 de dezembro de 2022 o grupo francês COFACE FRANÇA detinha 37,003% do capital acionário da Seguradora e a COFINPAR S.A. 62,997%. **b) Reserva de lucros:** Reserva legal: Constituída, ao final de cada exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, pela parcela de 5% do lucro líquido, não podendo exceder a 20% do capital social. Reserva estatutária: Destina-se a futuro aumento de capital ou compensação de prejuízos, sendo seu montante limitado ao capital social. O excesso de reserva, se observado, será deliberado em assembleia de acionistas. **c) Dividendos:** Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, correspondente a 25% do lucro de cada exercício, deduzido da reserva legal. No exercício de 2022, foram provisionados R$11.863 (R$5.806 em 2021) a títulos de dividendos. **d) Ajuste de títulos e valores mobiliários:** Representa a diferença entre o valor de mercado e custo atualizado das aplicações financeiras classificadas como "títulos disponíveis para venda" líquida de impostos.

17. RAMO DE ATUAÇÃO

A Seguradora opera somente no seguro de crédito conforme rege o seu estatuto. O índice de sinistralidade, líquido da recuperação de resseguro, foi 16% em 2022 (5,12% em 31 de dezembro 2021), com índice de comissionamento de 16% (17% em 31 de dezembro 2021).

18. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

	31/12/2022	31/12/2021
a) Prêmios emitidos líquidos		
Prêmios emitidos	295.994	217.608
Prêmios cancelados	(22.953)	(21.107)
Prêmios restituídos	(433)	(5)
Total	**272.608**	**196.496**
b) Sinistros ocorridos		
Constituição de avisos e despesas de sinistros	(113.603)	(9.718)
Ressarcimentos	11.116	8.787
Variação das provisões técnicas - IBNR/IBNeR/PDR	(181.995)	5.816
Total	**(284.482)**	**4.885**
c) Custo de aquisição		
Comissões	(33.467)	(22.552)
Variação das despesas de comercialização diferida - nota 13c	3.618	1.994
Total	**(29.849)**	**(20.558)**
d) Outras receitas (despesas) operacionais		
Provisão para créditos duvidosos	745	(39)
Outros	28	15
Total	**773**	**(24)**
e) Despesas administrativas		
Despesa com pessoal	(24.855)	(23.921)
Despesa com terceiros	(21.898)	(22.547)
Despesa com localização e funcionamento	(1.657)	(2.183)
Despesa com publicidade e propaganda	(147)	(51)
Recuperação/provisão de despesa administrativa com rateio	(2.194)	928
Outras despesas administrativas	(197)	6
Total	**(50.948)**	**(47.768)**
f) Despesas com tributos		
COFINS	(8.786)	(4.869)
Programa de integração social - PIS	(1.428)	(791)
Taxa fiscalização - SUSEP	(643)	(564)
Outros	(5.648)	(99)
Total	**(16.505)**	**(6.323)**
g) Resultado financeiro		
Rendimento aplicação financeira - nota 5	18.885	10.194
Receitas (despesas) financeiras com operações de seguros	1.326	(2.387)
Variação cambial sobre conta corrente em moeda estrangeira e intercompany	5.775	(1.296)
Variação cambial depósito judicial	59	20
Outros	159	(108)
Total	**26.204**	**6.423**

continua →★

coface FOR TRADE

Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A.

CNPJ 07.644.868/0001-73

→★ continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 *(Em milhares de reais - R$)*

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes dos impostos e participações sobre o resultado	**84.280**	**44.434**
Participação nos lucros - PLR	(505)	(472)
Lucro antes das adições e exclusões	**83.775**	**43.962**
Ajustes:		
Adições (exclusões) temporárias	**711**	**2.550**
Provisão devedores duvidosos	(745)	39
Provisão para gratificação e PLR	542	1.049
Contingências e outros	914	1.462
Adições (exclusões) permanentes	**593**	**766**
Gratificações estatutárias	494	653
Multas e brinde	99	113
Lucro tributável	**85.079**	**47.278**
Imposto de renda	(21.246)	(11.867)
Incentivo fiscal - PAT	183	284
Constituição/(realização) do crédito tributário sobre adições temporárias	179	606
Constituição/(realização) do crédito tributário sobre prejuízo fiscal	–	(466)
Total IRPJ	**(20.884)**	**(11.443)**
Contribuição social	(13.048)	(8.155)
Constituição/(realização) do crédito tributário sobre adições temporárias	106	363
Constituição/(realização) do crédito tributário sobre prejuízo fiscal	–	(280)
Total CSSL	**(12.942)**	**(8.072)**
Alíquota efetiva	**40%**	**44%**

20. PARTES RELACIONADAS - VALORES LÍQUIDOS A RECEBER

	31/12/2022				31/12/2021	
Descrição	**Ativo**	**Passivo**	**Receita**	**Despesa**	**Ativo (passivo)**	**Receita (despesa)**
Coface do Brasil Serviços de Gerenciamento de Crédito Ltda. (c)	1.019	(399)	–	(4.519)	2.929	(888)
Cogeri (a)	–	(296)	–	(1.221)	(4.786)	(1.084)
Coface Debt Collection (b)	–	(344)	–	(241)	(157)	(68)
Coface América Latina (d)	–	(342)	1.711	(5.784)	(11.187)	(6.105)
Coface S.A. (e)	575	(43.521)	7.636	(21.083)	(46.029)	(14.644)
Coface Re (f)	214	–	17.443	(13.469)	–	–
Coface Itália	–	–	–	–	1.541	1.541
Coface Ibérica	–	–	143	–	163	163
Coface Estados Unidos	–	–	–	–	636	636
Total	**1.808**	**(44.902)**	**26.933**	**(46.317)**	**(56.890)**	**(20.449)**

(a) A Seguradora mantém com a Cogeri S.A., empresa do grupo Coface, contrato para a prestação de serviços de análise e opinião de risco e monitoramento dos clientes dos seus segurados sediados no exterior que são atualizados por variação cambial, quando aplicável. (b) A Seguradora mantém com empresas do grupo Coface, contrato para a prestação de serviços de cobrança dos seus segurados junto a devedores no exterior, informados em provisão de despesas com sinistros. (c) A despesa total com remuneração aos Administradores, em 2022, atingiu o montante de R$ 2.726 (R$3.448 em 31 de dezembro de 2021) que compreende substancialmente a benefícios de curto prazo relacionados a pró-labore e gratificação por desempenho. Não existem benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e remuneração baseada em ações. (d) Coface América Latina é responsável pelo suporte nas análises de riscos da Seguradora que estão alocados na região latina, além de suporte para atividades de *Compliance*, estratégias comerciais e acompanhamento financeiro. Estes serviços têm como objetivo melhorar a governança e transparência da Seguradora. (e) Coface França desenvolve e dá suporte a aplicativos específicos ligados à área operacional e de negócio da Coface Brasil e complementarmente presta serviço direcionados a administração da Seguradora. (f) A Seguradora mantém contrato de Resseguro na modalidade de excesso de danos com a COFACE Re.

21. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS

O CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis editou novas normas e modificações correlacionadas às IFRS novas e revisadas, conforme apresentadas abaixo: CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de *"hedge"*. A adoção inicial desse pronunciamento é para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2024. O CPC emitiu um pronunciamento técnico CPC 50 equivalente ao IFRS 17 descrito a seguir: IFRS 17 - Contrato de Seguro: Este pronunciamento substitui o IFRS 4 - Contrato de Seguros, que define novos critérios de mensuração dos contratos de seguros. A adoção inicial desse pronunciamento é para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023 (para as entidades supervisionadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM ou para empresas que reportam em IFRS, conforme IASB), essa norma foi objeto de normatização por parte do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 50 aguardando manifestação da SUSEP. A Seguradora ainda não concluiu suas análises sobre os impactos do referido normativo. Em decorrência do compromisso do CPC e da SUSEP de manter atualizado o conjunto de normas emitidas e a serem emitidas com base nas normas novas e revisadas do IASB, é esperado um posicionamento da SUSEP até a data de sua aplicação obrigatória.

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Evento Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial: A Seguradora tem contratos de seguros cujos segurados possuem exposição ao risco das Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial. A referida empresa protocolou pedido de recuperação judicial homologado em janeiro de 2023. Nesse contexto, a Seguradora efetuou as provisões cabíveis na data-base de 31 de dezembro de 2022, no montante de R$ 178.084, bruto de resseguro, com resultado líquido de resseguro no montante de R$ 550 para o exercício findo nessa data.

Diretoria

Rosana Passos de Pádua
Rose do Amaral Cordeiro
Gilson Aparecido Silva Teixeira
João Luiz Rigobello de Oliveira
Patrícia Viviane Pires Tavares

Conselho de Administração

Marcele Lemos Ferreira
André Machado Caldeira
Salvador Antonio Pérsico

Contador e Atuário

Walter Nascimento de Borgonha
Contador CRC 1SP 217793/O-2
Cristina Cantanhede Biasotto Mano
Atuário Responsável Técnico - MIBA 900

Parecer dos Atuários Independentes

Aos Conselheiros e Diretores da
Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A.
São Paulo - SP

Escopo da Auditoria Atuarial

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A. ("Seguradora"), em 31 de dezembro de 2022, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Seguradora e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A. em 31 de dezembro de 2022 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2023

Joel Garcia
Atuário MIBA 1131
KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CIBA 48
CNPJ: 02.668.801/0001-55
R. Verbo Divino, nº 1400 - 04719-002
São Paulo - SP - Brasil

Anexo I

Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A.
(Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas e ativos de resseguro	**31/12/2022**
Total de provisões técnicas auditadas	**462.713**
Total de ativos de resseguro	**281.923**
Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros	**8.354**
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas	**31/12/2022**
Provisões Técnicas auditadas (a)	462.713
Valores redutores auditados (b)	303.583
Total a ser coberto (a - b)	**159.130**
3. Demonstrativo do Capital Mínimo	**31/12/2022**
Capital Base (a)	8.100
Capital de Risco (CR) (b)	47.501
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	**47.501**
4. Demonstrativo da Solvência	**31/12/2022**
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	136.935
Ajustes Econômicos do PLA	29.760
Exigência de Capital (CMR) (b)	47.501
Suficiência/(Insuficiência) do PLA (c = a - b)	**89.434**
Ativos Garantidores (d)	231.578
Total a ser Coberto (e)	159.130
Suficiência/(Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	**72.448**
5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)	**31/12/2022**
0748, 0860	275
0749, 0819	287

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A. em
31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Provisão de IBNR - Empresa em recuperação judicial

Conforme descrito na nota explicativa nº 22 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2022,
a Seguradora possuía contratos de seguros nos quais os segurados possuíam exposição ao risco junto à empresa do setor de varejo, cujo pedido de recuperação judicial foi protocolado em janeiro de 2023. A Seguradora procedeu o reconhecimento de provisões técnicas em 31 de dezembro de 2022 no montante de R$178.084 mil, bruto de resseguro, com resultado líquido de resseguro de R$550 mil no exercício findo nessa data. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

• A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

• Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos, frequentemente, uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609 /O-8
Dario Ramos da Cunha
Contador
CRC nº 1 SP 214144/O-1

Deloitte.

NOTAS E INFORMAÇÕES

A gasolina precisa ser tributada

Dar fim aos subsídios que garantiram a desoneração do combustível é uma medida tão impopular quanto necessária

Os Estados iniciaram uma articulação no Congresso para rever os termos da lei complementar que impôs um limite nas alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre a gasolina. O Comitê dos Secretários de Fazenda (Comsefaz) quer convencer deputados e senadores a reverter a essencialidade do combustível, aprovada em meados do ano passado. Se aprovada, a proposta permitiria elevar o ICMS em níveis acima do teto de 17% ou 18%, em vigor na maioria dos Estados.

O tema já foi discutido com o Supremo Tribunal Federal (STF), a quem os Estados apelaram para obrigar a União a compensá-los pelos prejuízos. Desde que a lei entrou em vigor, os Estados calculam ter perdido R$ 45 bilhões. O Tesouro, por sua vez, teria concordado em pagar R$ 26 bilhões em até três anos. O STF intermediou, também, a construção de um acordo para manter o caráter essencial do diesel e do gás de cozinha, mas não houve consenso sobre a gasolina. A iniciativa do Comsefaz mostra que os Estados querem não só a reparação das perdas do passado, mas também a recomposição das receitas do futuro.

O imbróglio era mais do que esperado. A desoneração da gasolina nunca foi uma prioridade do País, exceto para o ex-presidente Jair Bolsonaro, que transformou o tema no centro de sua campanha à reeleição. Para isso, ele pressionou o Legislativo e conseguiu que até mesmo o Senado ignorasse os governadores e desse aval a uma lei que causaria perdas bilionárias aos Estados. Também houve perdas para a União – que, espera-se, sejam revertidas o mais brevemente possível. A reoneração dos tributos federais que incidem sobre a gasolina foi adiada até 28 de fevereiro, mas há pressão para que a isenção de PIS e Cofins seja prorrogada mais uma vez.

Este é o tipo de assunto que precisa ser debatido com muita seriedade, considerando não apenas as preocupações fiscais e as questões políticas. Nesse sentido, recente entrevista do economista Sergio Margulis ao **Estadão** é uma contribuição lúcida a esse debate. "Subsidiar o diesel pode até conversar, mas a gasolina, nem pensar. Está se privilegiando proprietários de automóveis. E a maioria esmagadora das pessoas que consomem gasolina não precisa de subsídio. E é uma opção ter automóvel. É o tipo de subsídio perverso. Quanto mais ficarmos incentivando o uso de combustível fóssil, mais estaremos na contramão da sustentabilidade ambiental", disse ele.

Margulis é economista-chefe do "Convergência pelo Brasil", que reúne ex-ministros da Fazenda e ex-presidentes do Banco Central de diferentes governos em defesa da inclusão da temática da sustentabilidade na política econômica. O posicionamento do movimento é significativo neste momento. Conceder subsídios da gasolina certamente é algo popular, mas esse é o tipo de política que precisa urgentemente ser revertida.

Em um país em que caminhões transportam 66% das cargas, o diesel pode até ser considerado um item essencial; o mesmo raciocínio vale para o gás de cozinha. Não é esse, no entanto, o caso da gasolina. ●

Infraestrutura Porto de Paranaguá

Paraná prepara arrendamento de mais duas áreas

O governo do Paraná deve enviar até abril ao Tribunal de Contas da União (TCU) os editais para os leilões de arrendamento de mais duas áreas do Porto de Paranaguá. Juntas, envolvem investimentos da ordem de R$ 2,1 bilhões, e cada um têm sido estudada por cerca de sete grupos operadores.

As duas áreas são denominadas PAR14 e PAR15, e serão destinadas à movimentação de granéis sólidos vegetais – um dos pontos fortes de Paranaguá. As áreas misturam estruturas que já estão em operação com áreas "greenfield", ou seja, que serão desenvolvidas do zero. Os investimentos previstos são de R$ 800 milhões e de R$ 1,3 bilhão, respectivamente.

A autoridade portuária paranaense já concedeu outras áreas, como a PAR32 e a PAR50. Ambas tiveram o arrendamento arrematado pela empresa FTS Participações, em leilões realizados no ano passado e na sexta-feira passada na Bolsa de São Paulo. ● MATHEUS PIOVESANA

Varejo Mercado de livros

Dívida da Americanas com editoras supera R$ 70 milhões

Valor corresponde a cerca de 3% do faturamento esperado no ano pelo setor – que já lida com crise nas livrarias Cultura e Saraiva

LUCAS AGRELA

A Americanas deve R$ 71,87 milhões para cerca de 100 editoras de livros, de acordo com a lista de credores que a varejista entregou à Justiça ao pedir recuperação judicial. Os valores das dívidas variam entre R$ 75 e R$ 7,68 milhões. O levantamento foi feito pelo **Estadão**, com base na lista de credores da empresa.

O prejuízo milionário das editoras vem no mesmo ano em que a Livraria Cultura teve a falência decretada pela Justiça por não honrar os pagamentos acordados com os credores – depois, a livraria conseguiu liminar para suspender a sentença de falência e, ao menos temporariamente, voltou ao status de empresa em recuperação judicial. A maior credora da Americanas entre as editoras é a Catavento, com R$ 7,68 milhões, seguida pela Intrínseca, que tem R$ 5,9 milhões a receber, e pela Companhia das Letras, com R$ 5,3 milhões. A Panini aparece em quarto lugar, com R$ 5 milhões a serem pagos pela varejista. Quase 90% da dívida com o setor está concentrada em 20 empresas, que têm R$ 1 milhão ou mais a receber da Americanas.

Com a Americanas em recuperação judicial, as dívidas com as editoras – que representam 3% do faturamento anual do setor – devem ser pagas no prazo a ser acordado com credores na votação do plano de recuperação. Ou seja, as empresas terão de arcar com o prejuízo pelos próximos meses ou mesmo anos.

O impacto financeiro do caso da Americanas é visto como significativo pelo setor, que já enfrentava dificuldades para aumentar a receita. O faturamento do mercado de livros no Brasil em 2022 foi de R$ 2,58 bilhões, e deve atingir R$ 2,6 bilhões em 2023, um crescimento de 2,3%, de acordo com dados da consultoria Statista.

A previsão de avanço do mercado para este ano é inferior à da média global, que é de 3,4%. No País, o gasto anual médio por consumidor no mercado de livros é de R$ 56,46, enquanto chega a R$196 no mundo.

UESLEI MARCELINO/REUTERS – 12/1/2023

Unidade da Americanas em SP; impacto nas receitas das editoras

Até 2027, a consultoria prevê uma taxa composta anual de crescimento de 1,77% no faturamento do segmento de livros no Brasil.

'É um problema grave que pegou todo mundo de surpresa'
Dante Cid
Presidente da SNEL

'SURPRESA'. Segundo o presidente do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL), Dante Cid, nenhuma das grandes editoras corre o mesmo risco das pequenas, mais sensíveis às perdas financeiras. Cid diz que a Americanas era responsável por cerca de 10% do faturamento das grandes – bem menos do que a Livraria Saraiva, outra que entrou em recuperação judicial e que era responsável por 40% a 50% do faturamento das editoras. Ainda assim, Cid avalia que a recuperação judicial da Americanas pode levar o setor a registrar crescimento zero em 2022.

"É um problema grave que pegou todo mundo de surpresa. O timing foi péssimo, porque estava se aproximando do momento de as editoras receberem pelas vendas da Black Friday e do Natal. Essas vendas fizeram muita diferença no ano", diz.

Cid afirma que os estoques que antes seguiam para a Americanas devem ir para concorrentes no comércio eletrônico. Porém, a perda da exposição dos livros nas lojas físicas é um golpe mais difícil para o setor superar. "Algumas editoras haviam sentido insegurança com a Americanas e reduziram o trabalho com a varejista. Mas a grande maioria trabalhava com ela normalmente. Agora, a maioria vai suspender as negociações com a empresa e outras vão trabalhar apenas com pagamentos à vista", diz.

Procuradas, as editoras citadas na reportagem não comentaram o caso. A Americanas também não se pronunciou.

Em entrevista publicada pelo jornal *O Globo*, o fundador e presidente da Companhia das Letras, Luiz Schwarcz, disse que o efeito Americanas talvez seja menor do que os fechamentos de grandes livrarias. "A Americanas trabalha principalmente com best-sellers, por isso é provável que as pequenas editoras não sejam tão afetadas quanto foram pelas recuperações judiciais da Saraiva e da Cultura", disse. ●

Indústria de eletrônicos

Pesquisa ainda mostra escassez de componentes

Pesquisa da Abinee mostra que, embora o pior momento da crise de abastecimento tenha ficado para trás, a indústria de eletrônicos no País ainda enfrenta dificuldades para compra de peças.

Dos entrevistados, 44% dos fabricantes de aparelhos como TVs, celulares e notebooks relataram alguma dificuldade para encontrar componentes e matérias-primas no mercado. É mais do que os 40% apurados em dezembro. O maior problema continua sendo a disponibilidade de componentes eletrônicos. Entre as fábricas que utilizam semicondutores, seis em cada dez enfrentaram entraves na aquisição do insumo. ● EDUARDO LAGUNA

cesce
Seguros do seu sucesso

CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Credito S.A

CNPJ/MF nº 29.959.459/0001-07

Na Cesce não vendemos apenas **seguros de crédito. Também damos segurança** à sua empresa.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2022 E 2021 *(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO)*

Relatório da Administração: Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e societárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras individuais da CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A. relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022, elaborada na forma da legislação societária brasileira e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes e do parecer dos auditores atuariais independentes. **Mensagem da Administração:** A CESCEBRASIL pretende manter-se como referência no mercado de seguros de Garantias, Crédito Interno e Crédito à Exportação. Em um mercado com enorme potencial de crescimento, principalmente no ramo de Seguro de Crédito, a Companhia segue inovando com produtos diferenciados do restante do mercado, os mesmos que também comercializa nos mercados da Europa e da América Latina e que tem demonstrado grande interesse por parte das empresas brasileiras e dos corretores. Com a instabilidade dos últimos anos que levou a uma enorme crise econômica, o seguro de crédito passa a ter grande relevância para os empresários, por se tratar de uma ferramenta importante de gestão e cobertura dos riscos de crédito, ajudando a eliminar os desequilíbrios causados pela crise. O ano de 2022 foi para a CESCEBRASIL um ano de crescimento e melhora no desempenho operacional, apesar da crise econômica dos últimos anos resultante dos impactos da Covid-19, guerra entre Rússia e Ucrânia e instabilidade política, os prêmios emitidos cresceram 18,0% em comparação a 2021. A CESCEBRASIL retornou suas atividades presenciais e mantém também a prática de *home office parcial*. As ferramentas de comunicação através de plataformas digitais continuam sendo utilizadas em nosso dia a dia. Nosso atendimento a segurados, corretores, seguradoras, resseguradoras e fornecedores continua normal em todos os nossos canais de comunicação, bem como nossos sistemas permanecem 100% operativos. **Cenário econômico e operacional:** O ano de 2022 foi marcado pela guerra entre Ucrânia e Rússia que provocou um desarranjo nas cadeias produtivas mundiais, que havia sido impactado pela pandemia da Covid-19, elevação do preço da gasolina até meados do ano, impactos no aumento de preços de alimentos e a eleição presidencial. Os juros Selic atingiram 13,75% a.a., após o processo de alta de juros mais longo da história do Comitê de Política Monetário (Copom) para conter a inflação que encerrou 2022 acima da meta, que auxilia na retomada de investimentos em aplicações de renda fixa. Este cenário de aumento da taxa Selic atrai os investidores estrangeiros do mercado brasileiro e uma outra consequência é o arrefecimento do dólar. A inflação (IPCA) acumulou 5,79% em 2022, acima da meta de 3,50% de acordo com o presidente do Banco Central (BC) devido principalmente, a inércia da inflação do ano anterior; elevação dos preços de commodities, em especial do petróleo; choques em preços de alimentação, resultantes de questões climáticas; desequilíbrios entre demanda e oferta de insumos e gargalos nas cadeias produtivas globais; e retomada na demanda de serviços e no emprego, impulsionada pelo acentuado declínio da quantidade de casos de covid-19 e consequente aumento da mobilidade. **Desempenho financeiro e operacional:** No exercício findo em 31 de Dezembro de 2022, a Seguradora atingiu uma receita de Prêmios Emitidos de R$ 81,4 milhões, aumento de 18,0% em comparação aos R$ 69,0 milhões emitidos em 2021, principalmente no ramo de Crédito à Exportação que teve um aumento de 25,3% em relação ao ano anterior, devido ao aumento no volume de vendas/faturamentos declarados pelos nossos segurados. Os Prêmios Ganhos, brutos de resseguro, atingiram R$ 76,8 milhões, aumento de 16,6% em relação ao ano anterior. A sinistralidade ficou em 23,1%, 9,6pp superior ao ano anterior, devido a elevação da sinistralidade nos ramos de Crédito, porém, ainda em níveis bem baixo da média do setor nos últimos anos. O aumento da sinistralidade em 2022 se deve ao aumento do endividamento principalmente de pequenas e médias empresas que tiveram que recorrer a empréstimos com instituições financeiras durante a pandemia e estão tendo dificuldades para pagar as parcelas e suas obrigações, além do cenário internacional que afetou os negócios de vários setores no Brasil e no exterior. O comissionamento manteve-se estável em 12,7%, com essas variações, a Companhia encerrou o exercício de 2022 com um lucro líquido após os impostos de R$ 5.478 mil. Os investimentos estão sendo realizados dentro da política de investimentos aprovada pelo Conselho de Administração e pela matriz espanhola, sendo que a capacidade financeira está condizente com as normas legais e regulamentares previstas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A melhoria constante na nossa estrutura de auditoria interna, controles internos e procedimentos de *compliance* tornam nosso processo operacional eficaz e eficiente. **Perspectivas:** Nossa estratégia de negócios está baseada na oferta de soluções de seguros às empresas contra os riscos de falta de pagamento decorrentes das vendas dos seus produtos e da prestação de serviços, tanto no mercado interno como no externo, além de garantias de cumprimento de obrigações contratuais. Os nichos em que atuamos são identificados com base em conceitos de segmentação e diferenciação. A Companhia acredita que o mercado de Seguro de Crédito ainda apresenta baixa contratação em relação ao número de empresas existentes no país e também em comparação a outros países onde esse produto já é comercializado há mais tempo, como, por exemplo, o mercado europeu. Assim, apesar da situação econômica instável, e levando em consideração que o produto é uma ferramenta para ajudar na gestão da carteira de crédito das empresas, acreditamos que exista um vasto mercado a ser explorado. **Declaração de Capacidade Financeira:** Em atenção à Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, declaramos que a avaliação e o registro contábil de títulos e valores mobiliários são realizados com base na análise e no gerenciamento dos vencimentos dos ativos e passivos relacionados às atividades de seguros. A Seguradora em 31 de Dezembro de 2022 não possuía títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento". **Governança Corporativa:** A instância máxima de governança na Seguradora é o Conselho de Administração, que representa os controladores e determina as diretrizes estratégicas e as orientações principais para a atuação comercial, operacional e corporativa da CESCEBRASIL que são executadas pela Diretoria local. Dessa maneira, a condução das atividades operacionais tem uma gestão mais participativa entre a Diretoria, conselho e os respectivos gestores. O estatuto social da Seguradora assegura, aos Acionistas, dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Do resultado do período são deduzidos, antes de qualquer destinação, os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 31 de março de 2022 foi aprovada a destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Prejuízos Acumulados. **Agradecimentos:** A CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A. agradece a seus Acionistas, Segurados, Corretores, Resseguradores e demais parceiros de negócios, como também à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pela confiança e apoio dedicados à empresa. Aos nossos profissionais e colaboradores manifestamos o nosso reconhecimento pela dedicação e pela qualidade dos serviços prestados.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2023

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		**125.167**	**105.504**
Disponível	5	2.007	3.666
Caixa e bancos		2.007	3.666
Aplicações	6	41.148	31.236
Créditos das operações com seguros e resseguros		39.748	37.294
Prêmios a receber	7.1	35.118	31.126
Operações com seguradoras	7.1	63	16
Operações com resseguradoras	7.2	4.567	6.152
Outros créditos operacionais		71	43
Ativos de resseguro e retrocessão	8 e 15	34.344	27.887
Títulos e créditos a receber	9	2.379	211
Créditos a receber	21	1.962	–
Créditos tributários e previdenciários		364	145
Outros créditos		53	66
Custos de aquisição diferidos	10	5.470	5.167
Seguros		5.470	5.167
Não circulante		**32.638**	**31.416**
Realizável a longo prazo		28.862	27.360
Créditos das operações com seguros e resseguros		9.513	11.073
Prêmios a receber	7.1	9.513	11.073
Ativos de resseguro e retrocessão	8 e 15	14.474	12.628
Outros valores e bens		965	–
Outros valores	17	965	–
Custos de aquisição diferidos	10	3.910	3.659
Seguros		3.910	3.659
Investimentos	11	3.337	3.552
Participações societárias		3.333	3.548
Outros investimentos		4	4
Imobilizado		439	504
Bens móveis		439	496
Outras imobilizações		–	8
Total do ativo		**157.805**	**136.920**

Passivo	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		**96.883**	**83.794**
Contas a pagar	12	3.988	5.986
Obrigações a pagar		2.558	4.611
Impostos e encargos sociais a recolher		714	662
Encargos trabalhistas		591	558
Impostos e contribuições		125	155
Débitos das operações com seguros e resseguros		34.082	29.267
Prêmios a restituir		42	32
Operações com seguradoras		917	1.043
Operações com resseguradoras	13	29.130	24.764
Corretores de seguros e resseguros		3.977	3.284
Outros débitos operacionais		16	144
Depósito de terceiros	14	219	22
Provisões técnicas - seguros	15	58.194	48.262
Danos		58.194	48.262
Outros débitos		400	257
Provisões cíveis	16	–	257
Débitos Diversos	17	400	–
Não circulante		**33.356**	**31.038**
Contas a pagar	12	2.234	1.733
Obrigações a pagar		2.234	1.733
Débitos das operações com seguros e resseguros		7.793	9.260
Operações com resseguradoras	13	6.183	7.165
Corretores de seguros e resseguros		1.610	2.095
Provisões técnicas - seguros	15	22.644	19.925
Danos		22.644	19.925
Outros débitos		685	120
Débitos Diversos	17	565	–
Outras provisões		120	120
Patrimônio Líquido	18	**27.566**	**22.088**
Capital social		80.236	80.236
Prejuízos acumulados		(52.670)	(58.148)
Total do passivo e patrimônio líquido		**157.805**	**136.920**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios emitidos	19.a, 19.c	81.421	69.019
Variações das provisões técnicas de prêmios	19.a, 19.d	(4.601)	(3.134)
Prêmios ganhos	19.a	**76.820**	**65.885**
Sinistros ocorridos	19.a,19.e	(17.715)	(8.871)
Custos de aquisição	19.a, 19.f	(9.754)	(8.356)
Outras receitas e despesas operacionais	19.g	(3.420)	(2.965)
Resultado com resseguro	19.h	(25.844)	(26.574)
Receita com resseguro		15.263	8.899
Despesa com resseguro		(41.107)	(35.473)
Despesas administrativas	19.i	(15.873)	(16.806)
Despesas com tributos	19.j	(3.179)	(2.550)
Resultado financeiro	19.k	4.536	1.231
Resultado patrimonial	11	1.747	1.691
Resultado operacional		**7.318**	**2.685**
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		4	17
Resultado antes dos impostos e participações		**7.322**	**2.702**
Imposto de renda	20	(1.007)	(292)
Contribuição social	20	(627)	(206)
Participações sobre o resultado	22	(210)	(205)
Lucro líquido do exercício		**5.478**	**1.999**
Quantidade de ações	18.a	206.083.590	206.083.590
Lucro líquido por ação - em R$		0,03	0,01

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	5.478	1.999
Total do resultado abrangente do exercício	**5.478**	**1.999**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício		5.478	1.999
Ajustes para:			
Depreciação e amortizações		137	97
Redução ao valor recuperável dos ativos	19.g	264	(11)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(1.747)	(1.691)
Ganho na alienação de imobilizado e intangível		(4)	(17)
Variação do custo de aquisição diferidos		(554)	(302)
Variação dos ativos de resseguro		(2.914)	(1.781)
Variação das provisões técnicas - seguros e resseguros		4.556	2.110
Variação nas contas patrimoniais:			
Ativos financeiros		(9.912)	(2.867)
Créditos das operações com seguros e resseguros		(1.158)	(2.404)
Ativos de resseguro		(5.389)	1.016
Títulos e Créditos a receber		–	(18)
Créditos tributários e previdenciários		(219)	15
Outros créditos operacionais		(15)	411
Obrigações a pagar		(1.552)	3.738
Impostos e contribuições		1.818	504
Outras contas a pagar		33	(38)
Débitos de operações de seguros e resseguros		3.348	2.137
Depósitos de terceiros		197	(132)
Provisões técnicas - seguros e resseguros		8.095	(544)
Outros débitos		(257)	204
Caixa Gerado pelas operações		**205**	**2.426**
Impostos sobre o lucro, pagos		(1.796)	(432)
Caixa Líquido (Consumido)/Gerado nas Atividades Operacionais		**(1.591)**	**1.994**
Atividades de Investimento			
Recebimento pela venda:			
Imobilizado		4	–
Pagamento pela compra:			
Imobilizado		(72)	(404)
Caixa Líquido (Consumido) nas Atividades de Investimento		**(68)**	**(404)**
Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		**(1.659)**	**1.590**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do exercício	5	3.666	2.076
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do exercício	5	2.007	3.666

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Descrição	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2021	**80.236**	**(60.147)**	**20.089**
Lucro líquido do exercício	–	1.999	1.999
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**80.236**	**(58.148)**	**22.088**
Lucro líquido do exercício	–	5.478	5.478
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**80.236**	**(52.670)**	**27.566**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

1. Contexto operacional: A CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A. ("Companhia" ou "Seguradora") é uma Seguradora de capital fechado, controlada pelo Consórcio Internacional de Asseguradores de Credito - CIAC (sediado em Madri, Espanha), cujo principal acionista é o Estado Espanhol, autorizada a atuar nos ramos de seguro de garantias, crédito interno e seguros de crédito à exportação, em todo território nacional, operando nos principais centros econômicos do País e está sediada na Alameda Santos, 787, conjunto 111, Cerqueira Cesar, São Paulo - SP. O Grupo CESCE participa com 63,12% no capital do CIAC, é especializado na gestão integrada de risco comercial e seu principal acionista é o Estado Espanhol (com participação de 50,25%), tendo ainda participação acionária dos principais bancos e empresas Seguradoras da Espanha. O seu objeto social é prover seguro às empresas contra os riscos de falta de pagamento decorrentes das vendas dos seus produtos e da prestação de serviços, tanto no mercado interno como no externo, além de garantias de cumprimento de obrigações contratuais. A Seguradora tem por objeto social operar com seguros de danos em todo território nacional, sobretudo no grupo de ramos de Riscos Financeiros: • Crédito Interno; • Crédito à Exportação; • Garantia Segurado - Setor Público; e • Garantia Segurado - Setor Privado. A Seguradora está exposta a riscos que são provenientes de suas operações e que podem afetar seus objetivos estratégicos e financeiros que estão divulgadas na Nota Explicativa nº 4. A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras individuais, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi dada pela Diretoria em 24 de fevereiro de 2023. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras individuais: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais compreendem os balanços patrimoniais, a demonstração de resultado, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração do resultado abrangente e a demonstração dos fluxos de caixa da Seguradora, conforme legislação em vigor. As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante "Práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais, mantendo em ativo ou passivo circulante quando estes atendem às seguintes premissas: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da Seguradora (12 meses); • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; ou • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no CPC 3 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data do balanço. **2.2. Comparabilidade:** Na elaboração das presentes demonstrações financeiras individuais foi observado o modelo de publicação contido na Circular SUSEP n° 648/2021 e alterações posteriores, sendo apresentadas segundo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento "CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis". **2.3.Base para mensuração:** As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP e CNSP. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.4. Continuidade:** A Administração considera que a Seguradora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Seguradora de continuar operando, portanto, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base nesse princípio. **2.5. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais estão sendo apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Seguradora. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais (R$000) e arredondadas para o milhar mais próximo. As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor apurada na data de transação. As oscilações cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado. **2.6. Uso de estimativas e julgamentos:** Na elaboração das demonstrações financeiras individuais a Administração é requerida a usar seu julgamento na determinação de estimativas que levam em consideração pressupostos e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Informações sobre áreas em que o uso de premissas e estimativas é significativo para as demonstrações financeiras individuais e nas quais, portanto, existe um risco significativo de ajuste material dentro do próximo exercício, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Crédito das operações com seguros e resseguros; • Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas; • Provisões técnicas; e • Provisões judiciais. **2.7. Normas, alterações e interpretações de normas vigentes mas não referendadas e que não foram adotadas antecipadamente pela Seguradora:** CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9) - Dentre as normas que podem ser relevantes para a Seguradora, encontra-se o Pronunciamento CPC 48 - Instrumentos Financeiros, que inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A Susep emitiu a Circular nº 678 em 10 de outubro de 2022 onde no artigo 138 instrui sobre a aplicação do CPC 48, que entra em vigor a partir de 2 de janeiro de 2024. A Companhia fará a avaliação de impacto até a entrada em vigor da norma. CPC 50 - Contratos de Seguro (IFRS 17) - O CPC 50 Contratos de Seguro foi publicada em maio de 2021 e estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguro emitido. Requer também princípios semelhantes para serem aplicados aos contratos de resseguro mantidos e aos contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de maneira que representem fielmente tais contratos. Estas informações fornecem a base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos dentro do alcance do CPC 50 têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa de uma entidade. O CPC 50 é vigente para os períodos anuais que se iniciem em ou após 1º de janeiro de 2023 e será aplicável quando referendado pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro - esclarece a aplicação dos requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação. Quando há incerteza sobre tratamentos de tributos sobre o lucro, esta norma trata: (a) se a entidade deve considerar tratamentos fiscais incertos separadamente; (b) as premissas que a entidade deve elaborar sobre o exame de tratamentos fiscais por autoridades fiscais; (c) como a entidade deve determinar lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais; e (d) como a entidade deve considerar mudanças em fatos e circunstâncias e será aplicável quando referendado pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras individuais. **3.1.Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário disponível em caixa, em contas bancárias e investimentos financeiros, com vencimento inferior a 90 dias a contar da data de aquisição, de alta liquidez ou com baixo risco de variação no valor justo de mercado. **3.2. Ativos financeiros:** Um ativo financeiro é classificado no montante do reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: • Valor justo por meio do resultado; • Mantidos até o vencimento; • Disponíveis para venda; e • Empréstimos e recebíveis. A Administração, por meio de sua Política de Investimentos Financeiros, determina a classificação dos ativos financeiros na data de aquisição, considerando a sua estratégia de investimentos, que leva em consideração o gerenciamento dos fluxos de caixa de curto e longo prazo. 3.2.1. Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Seguradora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. 3.2.2. Ativos financeiros mantidos até o vencimento: São classificados nessa categoria caso a Seguradora tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. 3.2.3. Ativos financeiros disponíveis para venda: Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. 3.2.4. Empréstimos e recebíveis: Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Os recebíveis da Seguradora compreendem as demais contas a receber. Todos os recebíveis são avaliados para identificar perda de seu valor recuperável a cada data de balanço. A Seguradora não possui empréstimos registrados no período de apresentação das demonstrações financeiras individuais. 3.2.5. Instrumentos financeiros derivativos: A Seguradora não possui instrumentos financeiros derivativos na data de encerramento das demonstrações financeiras individuais, nem efetuou transações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício. 3.2.6. Determinação do valor justo: Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação e ajustados ao valor de mercado, calculado com base no "Preço Unitário de Mercado", informado pela Anbima. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Seguradora estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação, que incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas

continua →★

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITO S.A.

pela Administração da própria Seguradora. O CPC 39 - Instrumentos financeiros, também requer a divulgação dos ativos por níveis, que estão relacionados à precificação do valor justo de cada ativo (Vide Nota Explicativa nº 6), sendo eles: • Nível 1: títulos com cotação em mercado ativo; • Nível 2: títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1", mas cuja precificação é direta ou indiretamente observável; e • Nível 3: títulos que não possuem valor justo determinado com base em um mercado observável. 3.2.7. Recuperabilidade de ativos financeiros: Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir: o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A Seguradora avalia a cada data de balanço se há evidência objetiva de perda ou desvalorização nos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda. A perda mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor na data base, menos quaisquer perdas registradas previamente, é removida do patrimônio líquido e reconhecida no resultado do período. 3.2.8. Redução ao valor recuperável - Ativos não financeiros: Ativos sujeitos a depreciação ou amortização, são avaliados para recuperabilidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. É reconhecida uma perda por imparidade pelo montante no qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por imparidade é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização. A Seguradora não possui ativos sem vida útil estimada. **3.3.Composição de ativos e passivos de resseguros:** Os ativos e passivos decorrentes dos contratos de resseguros são apresentados de forma bruta, segregando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez que a existência dos referidos contratos não exime a Seguradora de honrar suas obrigações perante aos segurados. Os passivos são compostos, basicamente, por prêmios de resseguros cedidos, líquidos de comissões incorridas na operação, e os ativos representam valores a receber ou a recuperar dos resseguradores em função de ocorrências de eventos abrangidos pelos contratos entre as partes. Compreendem ainda, os prêmios de resseguros diferidos das apólices emitidas e não emitidas, conforme os contratos firmados para cessão de riscos, cujo período de cobertura dos riscos ainda não expirou. O montante de prêmios é reconhecido inicialmente pelo valor contratual e ajustado conforme o período de exposição do risco que foi contratado. Para operações com resseguradoras a Seguradora avalia a constituição de provisões para a redução ao valor recuperável para os sinistros pagos e pendentes de recuperação de acordo com o estabelecido na Circular Susep 648/2021. A Seguradora não tem constituído provisões para a redução ao valor recuperável para os sinistros pagos e pendentes de recuperação, uma vez que as prestações de contas ocorrem trimestralmente e visto que não há histórico de inadimplência com os resseguradores. Caso seja identificada alguma chance de não recebimento, a administração da Seguradora avaliará a necessidade de se constituir uma provisão para redução ao valor recuperável dos ativos por contrato de resseguro, considerando evidências objetivas de que os valores possam não ser recebidos e o valor da perda possa ser mensurado de forma confiável, independentemente do prazo de 180 dias estabelecido na Circular SUSEP 648/2021. A análise de recuperabilidade é realizada no mínimo a cada data de balanço de forma individualizada. **3.4. Investimentos:** Os investimentos em participações societárias são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. **3.5. Ativo imobilizado de uso próprio:** O custo do ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos e é reduzido por depreciação acumulada do ativo até a data de preparação das demonstrações financeiras. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. A depreciação de outros itens do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. O valor residual e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é ajustado imediatamente se o seu valor recuperável é inferior ao seu valor contábil. A Administração da Seguradora considerou adequada à sua realidade a manutenção dos prazos de estimativa de vida útil fiscal, bem como considerou adequado não atribuir valor residual aos bens em virtude do histórico de ganhos irrelevantes no momento da alienação, troca ou descarte desses bens. **3.6. Intangível:** *Softwares e licenças de uso:* Os custos que são diretamente associados com o desenvolvimento interno de *softwares* ou sistemas de informática, cujo produto final seja tecnicamente viável e que irá gerar benefícios econômicos futuros, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos de desenvolvimento incluem custos de pessoal de informática, custos de empréstimos obtidos junto a agentes financiadores e custos pagos a terceiros, incrementais, para tal desenvolvimento. Os custos com planejamento, definição de *hardware*, especificações de *software*, análise de alternativas e fornecedores, estudos de viabilidade, treinamentos e testes em fase pré-operacional são reconhecidos como despesa quando incorridos. Os ativos intangíveis são amortizados pela vida útil estimada, que varia entre três a sete anos, a partir da data em que o sistema entra em operação. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 estavam totalmente amortizados. **3.7. Classificação dos contratos de seguros e de investimento:** As principais definições das características de um contrato de seguro estão descritas no pronunciamento técnico CPC 11 - Contratos de seguros, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Nesse contexto, a Administração procedeu às devidas análises dos contratos emitidos com base nas normas supracitadas e não identificou contratos classificados como contratos de investimento. **3.8. Mensuração dos contratos de seguro:** Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas, líquidos dos custos de emissão, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida no resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. As receitas de prêmios e as correspondentes despesas de comercialização, relativas aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como "receitas financeiras" em base "*pro rata temporis*" ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios. Redução ao valor recuperável de ativos - Prêmios de Seguros: A Seguradora constitui redução do valor recuperável de prêmios a receber direto e de cosseguros aceitos através de estudo técnico baseado em histórico de cancelamentos de prêmios por inadimplência (dados a partir de 1 de janeiro de 2017) para os prêmios a receber direto e histórico de inadimplência com as congêneres. A Seguradora atualiza/revisa este estudo técnico na data base 31 de dezembro, quando da elaboração das demonstrações financeiras individuais. **3.9. Resseguro:** Os contratos de resseguro são classificados como contrato de seguros, pois pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. A transferência de riscos de seguro por meio de contratos de resseguros é efetuada no curso normal das atividades da Seguradora com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. As operações de resseguro são registradas com base em prestações de contas que estão sujeitas a análise pelas resseguradoras. O diferimento dos prêmios de resseguros cedidos é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro relacionado. Os valores a receber relacionados com a operação de resseguro incluem saldos a receber de resseguradoras relacionados com valores a serem ressarcidos, nos termos dos contratos de transferência de riscos e as parcelas das resseguradoras nas provisões técnicas constituídas. Os valores a pagar às resseguradoras são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas. Os montantes apropriados como ativo de resseguro são direitos estimados a recuperar das resseguradoras decorrentes das perdas ocorridas. Tais ativos são avaliados segundo bases consistentes dos contratos de cessão de riscos. **3.10. Custos de aquisição diferidos:** Compreende as comissões relativas ao custo de aquisição de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. **3.11. Passivos financeiros:** Compreendem, substancialmente, Prestadores de Serviços, impostos e contribuições e outras contas a pagar, que são reconhecidos inicialmente no caso dos impostos e contribuições ao valor calculado para pagamento e para os demais reconhecidos com base nos custos dos serviços contratados e/ou utilizados. **3.12. Provisões técnicas:** As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguros, segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, são constituídas de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) conforme estabelecido na Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores. As provisões técnicas aplicáveis à Seguradora no período de apresentação das demonstrações financeiras individuais estão assim resumidas: A Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG) é constituída para a cobertura dos sinistros a ocorrer, considerando indenizações e despesas relacionadas aos riscos vigentes na data base do cálculo. A PPNG também representa as parcelas dos prêmios que serão apropriados ao resultado no decorrer dos prazos de vigência dos seguros. O cálculo é individual por apólice ou endosso dos contratos vigentes na data base de constituição, pelo método "pro rata dia" tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. O fato gerador da constituição dessa provisão é a emissão da apólice ou endosso. A Provisão de Prêmios Não Ganhos para os Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE), deve ser constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos vigentes, porém não emitidos na data base de cálculo. A metodologia de cálculo aplicada pela Seguradora está em consonância com a Resolução CNSP Nº 321/2015 e a Circular SUSEP Nº 648/2021, e encontra-se descrita em Nota Técnica Atuarial. Esta provisão tem a finalidade de contemplar a estimativa para os riscos vigentes, mas cuja emissão ainda não tenha ocorrido. A metodologia de cálculo aplicada pela Seguradora, a qual se encontra descrita em Nota Técnica Atuarial, consiste na aplicação de percentuais médios apurados com base no atraso de emissão verificados no período de 12 (doze) meses sobre a PPNG do mês de referência. A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída por estimativa das indenizações devidas ou valor determinado na apólice e liquidação de sinistro. É determinada com base nos avisos de sinistros recebidos e atualizada monetariamente nos termos da legislação. Os valores a serem ressarcidos por conta do resseguro são reconhecidos simultaneamente à constituição da PSL e apresentados no ativo circulante na rubrica "Ativos de resseguro e retrocessão - Provisões Técnicas". A mensuração da estimativa de PSL também considera o ajuste dos sinistros ocorridos e não suficientemente avisados - IBNeR, que é constituído a partir de metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial baseada em critério estatístico-atuarial conhecido como triângulo de run-off, que considera o desenvolvimento mensal histórico dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final. Na data base de 31/12/2022, não há constituição de IBNeR pela Seguradora, uma vez que os testes de consistência não apontaram necessidade de ajuste da PSL. Contudo, quando aplicável, os triângulos de run-off serão elaborados individualmente para cada ramo e terão como base os últimos 60 meses de dados disponíveis no momento da sua construção. No triângulo, os dados serão agrupados em períodos mensais. A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) tem como objetivo provisionar os valores esperados a liquidar relativos às despesas relacionadas a sinistros ocorridos, avisados ou não, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. Em atendimento à legislação vigente, a metodologia de cálculo da PDR está descrita em Nota Técnica Atuarial, e é obtida através de um processo estatístico-atuarial que utiliza a experiência da seguradora para projetar os valores esperados a liquidar relativos às despesas relacionadas a sinistros ocorridos, avisados ou não, sendo formada a partir do somatório das despesas relacionadas aos sinistros - alocadas individualmente e despesas relacionadas aos sinistros - não alocáveis, das "despesas avisadas, mas não liquidadas" e "despesas ocorridas e não avisadas" A Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados (também conhecida como "IBNR - Incurred But Not Reported") visa a cobertura do valor esperado dos sinistros ocorridos e ainda não avisados, até a data base de cálculo, considerando as indenizações e despesas relacionadas, de acordo com a responsabilidade da Seguradora. Em atendimento aos normativos vigentes, a Seguradora possui uma metodologia própria descrita em Nota Técnica Atuarial, baseada fundamentalmente na construção dos triângulos de run-off, a qual é aplicada somente aos ramos Crédito Interno (0748) e Crédito à Exportação (0749). Para os demais ramos operados pela Seguradora, a provisão de IBNR é atualmente obtida através dos resultados médios observados nos testes de consistência da provisão. Cabe destacar que é realizado monitoramento trimestral da evolução da provisão e, caso constatada alguma inadequação, a Companhia tomará as devidas providências para corrigir o valor constituído, utilizando-se do critério técnico que julgar mais adequado. Os triângulos de run-off são elaborados individualmente para cada ramo mencionado acima e tem como base os últimos 60 meses de dados disponíveis no momento de sua construção. No triângulo, os dados são agrupados em períodos trimestrais. A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) deve ser constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação dos Passivos. Com base nos valores estimados no estudo do TAP de data base 31/12/2022, a PCC é nula. **3.13.Teste de adequação dos passivos (TAP - ou "LAT"):** Conforme disposto na Circular SUSEP Nº 648/2021, que instituiu o teste de adequação de passivos para fins de elaboração das demonstrações financeiras individuais e definiu regras e procedimentos para a sua realização, a seguradora deve avaliar se o seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro. Se a diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas resultar em valor positivo, caberá à sociedade supervisionada reconhecer este valor na Provisão Complementar de Cobertura (PCC), quando a insuficiência for proveniente das provisões de PPNG, as quais possuem regras de cálculos rígidas, que não podem ser alteradas em decorrência de insuficiências. Os ajustes decorrentes de insuficiências nas demais provisões técnicas apuradas no TAP devem ser efetuados nas próprias provisões. Nesse caso, a Companhia deverá recalcular o resultado do TAP com base nas provisões ajustadas, e registrar na PCC apenas a insuficiência remanescente. O TAP foi elaborado bruto de resseguro e para a sua realização a seguradora considerou a segmentação estabelecida pela Circular SUSEP Nº 648/2021, ou seja, entre Eventos a Ocorrer e Eventos Ocorridos do grupo de Danos. Para a elaboração dos fluxos de caixa considerou-se as estimativas de prêmios, sinistros, despesas e impostos, mensurados na data base de dezembro de 2022, descontados pela estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), pré-fixada e cambial, com base na metodologia proposta pela SUSEP, usando o modelo de Svensson para interpolação e extrapolação das curvas de juros e o uso de algoritmos genéricos em complemento aos algoritmos tradicionais de otimização não-linear, para a estimação dos parâmetros do modelo. As taxas de sinistralidades aplicadas ao Teste de Adequação de Passivos de 31 de dezembro de 2022 foram, em média, de 33,00%, para o ramo 0748 - Crédito Interno, e de 12,00%, para os demais ramos de Danos operacionalizados pela Seguradora. Com base no Estudo Atuarial do Teste de Adequação de Passivos da CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITO S.A. realizado para a data base de 31/12/2022, concluiu-se que o seu passivo por contrato de seguro está adequado para os Grupos de Eventos a Ocorrer e de Eventos Ocorridos, não sendo necessário o ajuste das provisões constituídas, deduzidas dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas, visto que estes se mostraram superiores aos valores estimados dos fluxos de caixa, os quais foram elaborados em conformidade com os parâmetros mínimos estabelecidos pela Circular SUSEP Nº 648/2021. **3.14. Direito de uso - Adoção CPC 06 (R2):** O CPC 06 (R2) - Arrendamentos consiste em reconhecer pelo valor presente dos pagamentos futuros, os contratos de arrendamentos com prazo superior a 12 meses e com valores substanciais dentro do balanço patrimonial dos arrendatários. A norma determina que esse reconhecimento será através de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento que serão realizados por meio de despesa de depreciação dos ativos de arrendamento e despesa financeira oriundas dos juros sobre o passivo. Antes da edição do CPC 06 as despesas desses contratos eram reconhecidas diretamente no resultado do período em que ocorriam. Os ativos de direito de uso (alugueis de imóveis) foram mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente. Também serão adicionados (quando existir) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento. O passivo de arrendamento, por sua vez, será mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando possíveis renovações ou cancelamentos. Por fim, o valor presente dos pagamentos de arrendamentos será calculado, de acordo com uma taxa incremental de financiamento. A taxa incremental sobre o financiamento do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Seguradora alterar sua avaliação se exercerá uma opção de extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. **3.15. Benefícios a empregados:** Benefícios de curto prazo: Compreendem os ordenados, salários e contribuições para a previdência social, licença remunerada por doença, participação nos lucros de acordo com o sindicato da categoria, gratificações e benefícios não monetários. Estes benefícios são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período na medida em que são incorridos. Benefícios por desligamento: Adicionalmente, a Seguradora concede benefícios de seguro saúde para funcionários desligados por prazo determinado na convenção sindical, sendo: a) por mais 30 dias com até 5 anos de trabalho na mesma empresa; b) por mais 60 dias com mais de 5 e até 10 anos de trabalho na mesma empresa; c) por mais 90 dias com mais de 10 anos de trabalho na mesma empresa. **3.16. Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Seguradora, com relação às probabilidades de perda. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Os passivos contingentes relacionados à Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial são avaliados para provisão de perda independente do pronunciamento técnico CPC 25, mas sim utilizando-se como base o CPC 11 sobre a definição de um contrato de seguro e a Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. **3.17. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R$ 240 e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável conforme Lei nº 13.169/2015 e de 16% para o período de agosto a dezembro de 2022 conforme Lei nº 14.446/2022 (20% para o período de julho a dezembro de 2021 conforme Medida Provisória 1.034/2021). A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação, e sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras individuais. A Seguradora não foi impactada com a majoração temporal da CSLL a 16% (20% em 2021) devido não ter crédito tributário diferido registrado em 31 de dezembro de 2022 e de 2021. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na medida em que sua realização não seja provável. **3.18. Apuração do resultado:** As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. As receitas financeiras abrangem as receitas com atualização monetária e oscilação cambial das provisões técnicas, receitas de juros sobre ativos financeiros, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária e oscilação cambial das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (imparidade) reconhecidas nos ativos financeiros que estão reconhecidos no resultado. **3.19. Participações sobre o resultado:** O valor das participações dos funcionários no resultado do período é provisionado por estimativa, baseada no plano de distribuição de participações de resultados da Seguradora, homologado pelo sindicato da categoria. **4. Gerenciamento de riscos:** A Seguradora está, de forma geral, exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros e atua conforme os requerimentos da Resolução CNSP nº 416 de 2021: • Risco de crédito; • Risco financeiros (mercado e liquidez); • Risco de seguro; e • Risco de capital. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. A Seguradora também incorre riscos relacionados à oscilação cambial da moeda dólar americano. Em 31 de dezembro de 2022 possuía exposição líquida passiva de aproximadamente USD 253 mil (Em 31 de dezembro de 2021 exposição líquida passiva de USD 139 mil), decorrente de suas operações normais de seguros (líquidas das parcelas de resseguro) e saldo em conta corrente em moeda estrangeira. Estrutura de gerenciamento de riscos: A estrutura de gerenciamento de riscos visa o cumprimento e adequações às normas internas e externas, dispondo de mecanismos que mitigam os riscos da Seguradora. A Seguradora detém em sua estrutura políticas e procedimentos que visam o gerenciamento de riscos. A estrutura existente é adequada aos riscos a que a Seguradora encontra-se exposta e é compatível com a natureza e a complexidade das operações e dos produtos comercializados. A Seguradora mantém uma estrutura de Gerenciamento de Risco que mantém reporte imediato junto à Diretoria da Seguradora e com a Matriz, assim como ao Conselho de Administração e que tem como objetivo auxiliar a administração na revisão e na discussão de informações acerca do gerenciamento dos riscos empresariais, incluindo as políticas, procedimentos, práticas e reportes com relação aos riscos de subscrição, crédito, investimento, operacional e de liquidez, assim como a aderência da Seguradora com os requerimentos legais e regulatórios. **4.1. Gestão de risco de crédito:** A Seguradora monitora o cumprimento da política de risco de crédito para garantir que os limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos. Esse monitoramento é realizado sobre os ativos financeiros, de forma individual e coletiva, que compartilham riscos similares e leva em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. Limites de risco de crédito são determinados com base no *rating* de crédito da contraparte para garantir que a exposição global ao risco de crédito seja gerenciada e controlada dentro das políticas estabelecidas. A exposição máxima de risco de crédito originado de prêmios a serem recebidos de segurados é substancialmente reduzida (e considerada como baixa) onde em certos casos a cobertura de sinistros pode ser cancelada (segundo regulamentação brasileira) caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados na data de vencimento. A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos, onde nos ramos de risco decorridos a exposição é maior, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. A Seguradora opera apenas na carteira de transporte na modalidade riscos decorridos. Para os créditos das operações com seguros é constituída, quando necessária, a provisão para redução ao valor recuperável conforme mencionado na Nota 7.1. A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros e demais recebíveis detidos pela Seguradora em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, distribuídos por rating de crédito fornecidos pelas agências classificadoras de risco, disponibilizado de forma consolidada pela Itaú Asset e pela BRAM (Bradesco Asset Management). A carteira de investimentos é composta por títulos públicos federais com risco de crédito associado à escala nacional de risco da União (ou risco soberano equivalente à "BB-", conforme classificação da Fitch em 2022 e Standard & Poor's em 2021).

31 de dezembro de 2022	A-/A+/ AA/AA-/AA+	BB / BB-	Sem rating (*)	Total
	–	1.993	14	2.007
Caixa	–	–	14	14
Bancos	–	1.993	–	1.993
Ao valor justo por meio do resultado	**–**	**41.148**	**–**	**41.148**
Letras financeiras do tesouro - LFT	–	41.148	–	41.148
Empréstimos e demais recebíveis	**1.922**	**–**	**49.372**	**51.294**
Créditos das operações com seguros e resseguros	1.922	–	47.339	49.261
Outros créditos operacionais	–	–	71	71
Títulos e créditos a receber	–	–	1.962	1.962
Total do circulante e não circulante	**1.922**	**43.141**	**49.386**	**94.449**

31 de dezembro de 2021	A-/A+/ AA/AA-/AA+	BB / BB-	Sem rating (*)	Total
	–	3.648	18	3.666
Caixa	–	–	18	18
Bancos	–	3.648	–	3.648
Ao valor justo por meio do resultado	**–**	**31.236**	**–**	**31.236**
Letras financeiras do tesouro - LFT	–	31.236	–	31.236
Empréstimos e demais recebíveis	**2.924**	**–**	**45.486**	**48.410**
Créditos das operações com seguros e resseguros	2.924	–	45.443	48.367
Outros créditos operacionais	–	–	43	43
Total do circulante e não circulante	**2.924**	**34.884**	**45.504**	**83.312**

(*) Os ativos classificados na categoria "Sem *rating*" compreendem, substancialmente, valores a serem recebidos de segurados que não possuem *ratings* de crédito individuais. **4.2. Gestão de riscos financeiros:** A Seguradora define risco financeiro como risco de mercado e risco de liquidez. Esses riscos surgem de posições mantidas em instrumentos financeiros, que na Seguradora são subtstancialmente representados por títulos de fixa públicos, com oscilações de taxa de juros. **Risco de Mercado:** risco de taxa de juros é o risco de mercado ao qual a Companhia está mais exposta. Para reduzir a exposição às variações nas taxas de juros do mercado doméstico, a Seguradora realiza suas aplicações financeiras em títulos públicos, que estão indexados à variação da SELIC. Para mitigar os riscos financeiros significativos, a Seguradora utiliza uma abordagem de gestão de ativos e passivos, considerando principalmente os vencimentos e a estrutura de classes dos passivos, em comparação com os ativos financeiros. Consideram-se também os requerimentos regulatórios no Brasil e o ambiente macroeconômico. Os métodos desse gerenciamento de ativos e passivos avaliam o desempenho das carteiras de ativos e o horizonte de liquidação das obrigações originadas de contratos de seguros e passivos financeiros em curto e longo prazos. **Risco de Liquidez:** A Seguradora define como a possibilidade de não ser capaz de cumprir eficientemente suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar tempestivamente seus ativos ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas e/ou no descumprimento de requisitos regulatórios, e pela contingência que a Companhia incorre em perdas excessivas devido à venda de ativos e à realização das operações, com o fim de alcançar a liquidez necessária para poder cumprir com as suas obrigações, ou com a perda em que incorre a Seguradora pelo não pagamento das suas obrigações, como consequência de comportamentos deficitários em seu fluxo de caixa. **Exposição ao risco de liquidez:** A Seguradora limita o risco de liquidez pela gestão do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os seus passivos, onde são utilizados inclusive métodos atuariais para estimar as obrigações oriundas das operações de seguros. A Seguradora avalia periodicamente o resultado desse estudo e realinha sua estratégia de investimentos, se necessário. A Seguradora adota a política de manter seus ativos em investimentos cuja liquidez seja imediata e que não resultem em perdas significativas. Consequentemente, a Seguradora tem o compromisso de honrar os passivos de seguros e passivos financeiros até o vencimento. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A Administração da Seguradora monitora suas posições assumidas e sua carteira de investimentos. A Seguradora possui política de Investimentos aprovada pelo Grupo Cesce com os limites de aplicação e diversificação. A Seguradora avalia mensalmente o seu nível de liquidez avaliando: (i) a sobra de recursos em função da necessidade de cobertura das provisões técnicas; (ii) casamento dos fluxos de caixa dos ativos e passivos; e (iii) índice de solvência determinado como nível de apetite de risco na política de Gestão de Riscos da Seguradora, onde é definido pelo Conselho de Administração do Grupo Cesce: Índice de solvência: a) Zona Crítica: Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) sobre o Capital de Solvência Requerido (Capital Mínimo Requerido) abaixo de 100%; b) Zona de Vigilância: Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) sobre o Capital de Solvência Requerido (Capital Mínimo Requerido) entre 100% e 200%; c) Zona de Segurança: Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) sobre o Capital de Solvência Requerido (Capital Mínimo Requerido) acima de 200%. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a Seguradora está classificada na zona de segurança, de acordo com a política de gestão de riscos:

	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio Líquido Ajusto - PLA (vide nota 18.c)	24.229	18.536
Capital mínimo requerido (CMR)	8.100	8.100
Índice de solvência (PLA/CMR)	299,1%	228,8%

A tabela abaixo analisa os ativos e passivos financeiros da Seguradora, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

continua

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITO S.A.

	31/12/2022			31/12/2021		
	Até um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos	Até um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Ativos						
Caixa e bancos	2.007	–	–	3.666	–	–
Títulos de renda fixa	9.556	15.664	15.928	9.894	5.218	16.124
Prêmios a receber	35.118	5.045	4.468	31.126	4.529	6.544
Créditos das operações com seguros e resseguros	4.630	–	–	6.168	–	–
Títulos e créditos a receber	2.379	–	–	211	–	–
Total dos ativos	**53.690**	**20.709**	**20.396**	**51.065**	**9.747**	**22.668**

	31/12/2022			31/12/2021		
	Até um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos	Até um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Passivos						
Contas a pagar	3.988	–	2.234	5.986	–	1.733
Comissões a pagar	3.977	819	791	3.284	908	1.187
Débitos das operações com seguros e resseguros	30.063	3.279	2.904	25.951	2.910	4.255
Prêmios a restituir	42	–	–	32	–	–
Provisões técnicas de seguros	58.194	12.040	10.604	48.262	10.475	9.450
Outros débitos	–	–	120	257	–	120
Total dos passivos	96.264	16.138	16.556	83.772	14.293	16.745

Os títulos de renda fixa incluem R$41.148 (2021 - R$31.236) de Títulos Públicos (Letras Financeiras do Tesouro) que possuem liquidez imediata. As provisões técnicas registradas em curto prazo estão suficientemente cobertas pelos títulos públicos, conforme mencionado na Nota 15.3. A Seguradora mantém os títulos públicos com vencimentos superiores a 365 dias, porém estão classificados como "Ao valor justo por meio do resultado", podendo ser resgatados a qualquer momento para cumprir com os compromissos de curto prazo. A política de gestão de riscos financeiros tem como princípio assegurar que limites apropriados de risco sejam seguidos para garantir que riscos significativos originados de grupos individuais de emissores não venham a impactar os resultados de forma adversa. A Seguradora optou por minimizar o risco de crédito das contrapartes, pela escolha de ativos de baixíssimo risco, sendo que atualmente a carteira de investimentos é composta integralmente por títulos públicos federais. A tabela a seguir apresenta uma análise de sensibilidade para riscos sobre ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado, levando em consideração a melhor estimativa da Administração sobre uma razoável mudança esperada destas variáveis e impactos potenciais sobre o resultado do período e sobre o patrimônio líquido da Seguradora. 4.2.1. Análise de sensibilidade financeira da Seguradora

31 de dezembro de 2022	Valorização em 2,0% na SELIC/CDI		Desvalorização em 2,0% na SELIC/CDI	
Título	Impacto no Resultado	Impacto no Patrim. Líquido	Impacto no Resultado	Impacto no Patrim. Líquido
Letras financeiras do tesouro - LFT	707	424	(707)	(424)
Total	**707**	**424**	**(707)**	**(424)**

31 de dezembro de 2021	Valorização em 0,25% na SELIC/CDI		Desvalorização em 0,25% na SELIC/CDI	
Título	Impacto no Resultado	Impacto no Patrim. Líquido	Impacto no Resultado	Impacto no Patrim. Líquido
Letras financeiras do tesouro - LFT	619	372	(619)	(372)
Total	**619**	**372**	**(619)**	**(372)**

Os resultados destas análises são utilizados para gestão desses riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstos para períodos futuros e a Administração utiliza esses resultados no processo de decisão, planejamento e também para identificação de riscos financeiros específicos originados de certos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **4.3. Gestão do risco de seguro:** Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o risco de seguro apresenta características de aleatoriedade e sua previsibilidade é baseada em técnicas estatístico-atuariais. Como parte de sua política de gestão de riscos, a Seguradora possui critérios de aceitação e de precificação específicos para cada linha de negócio que buscam minimizar riscos de anti-seleção e garantir um nível de rentabilidade adequado frente aos riscos assumidos. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Administração entende que o principal risco transferido é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. A Administração da Seguradora age ativamente sobre a gestão dos passivos de contratos de seguros, definindo políticas operacionais e efetuando análises de situações que exigem alto grau de julgamento acerca da liquidação de sinistros específicos e sobre a avaliação dos saldos provisionados para fazer frente aos passivos de contratos de seguros. A Seguradora utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro com resseguradoras que possuam *rating* de risco de crédito de qualidade, de forma que o resultado adverso desses eventos seja minimizado. Os fatores que minimizam a volatilidade do risco de seguro incluem a diversificação de risco, tipo do risco, questões geográficas e o tipo de indústria. **• Segmento de seguros de garantias:** O seguro garante a indenização, até o valor da garantia fixada na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador no contrato principal, para construção, adiantamentos, inexecução dentro do prazo acordado, fornecimento e prestação de serviços, até o valor da garantia fixado na apólice. Encontram-se também garantidos por este contrato de seguro, os valores das multas e indenizações devidos à Administração Pública, tendo em vista o disposto no inciso III do artigo 80 da Lei nº 8.666/93. A avaliação dos riscos no seguro garantia consiste na avaliação do tomador, exigindo que esse não apresente problemas financeiros no presente e no futuro para cumprir com suas obrigações de execução ou pagamento. Em todas avaliações são observadas capacidade patrimonial e de geração de lucros, a liquidez e solvência dos tomadores. A avaliação é realizada com base nos dados mantidos pela Seguradora os quais foram obtidos através de diferentes fontes de informações, tais como agências de informações, bancos, câmaras de comércio, informações gerais do mercado, etc. **• Segmento de seguros de crédito:** A gestão dos limites de crédito concedidos é realizada através da análise das informações constantes em base de dados e informações da Seguradora, sendo que os principais focos da avaliação são: liquidez, solvência, risco moral/reputacional e capacidade de geração de resultado. As informações são obtidas através de agências de informações, câmaras de comércio e informações gerais, sendo que a Seguradora monitora a posição desses devedores e tomadores periodicamente, a fim de verificar se sua posição financeira atualizada está adequada para a manutenção dos limites concedidos. A capacidade financeira dos segurados/tomadores é reavaliada periodicamente, a fim de verificar se sua posição financeira não se deteriorou de forma significativa desde a emissão dos limites de créditos vigentes. O quadro abaixo demonstra a segmentação dos prêmios de seguros das carteiras, por percentual ressegurado:

	31 de dezembro de 2022			
Composição por segmento	Prêmios emitidos líquidos	Parcela resseg.	Prêmios retidos	% Prêmios retidos pela Seguradora
Crédito Interno	41.044	(27.028)	14.016	34,1%
Crédito a Exportação	17.448	(11.671)	5.777	33,1%
Garantia-Segurado Setor Público	21.142	(20.784)	358	1,7%
Garantia-Segurado Setor Privado	1.787	(1.681)	106	5,9%
Total	**81.421**	**(61.164)**	**20.257**	**24,9%**

	31 de dezembro de 2021			
Composição por segmento	Prêmios emitidos líquidos	Parcela resseg.	Prêmios retidos	% Prêmios retidos pela Seguradora
Crédito Interno	36.053	(23.266)	12.787	35,5%
Crédito a Exportação	13.922	(9.552)	4.370	31,4%
Garantia-Segurado Setor Público	18.254	(17.697)	557	3,1%
Garantia-Segurado Setor Privado	790	(763)	27	3,4%
Total	**69.019**	**(51.278)**	**17.741**	**25,7%**

O quadro abaixo demonstra como os prêmios emitidos estão distribuídos por região:

	31 de dezembro de 2022					
Composição por segmento	Norte	Nordeste	Centro-oeste	Sudeste	Sul	Total Geral
Crédito Interno	450	119	726	30.075	9.674	41.044
Crédito a Exportação	–	421	–	11.587	5.440	17.448
Garantia-Segurado Setor Público	7	6.280	656	13.005	1.194	21.142
Garantia-Segurado Setor Privado	–	6	–	717	1.064	1.787
Total	**457**	**6.826**	**1.382**	**55.384**	**17.372**	**81.421**

	31 de dezembro de 2021					
Composição por segmento	Norte	Nordeste	Centro-oeste	Sudeste	Sul	Total Geral
Crédito Interno	538	128	391	23.948	11.048	36.053
Crédito a Exportação	–	502	26	8.927	4.467	13.922
Garantia-Segurado Setor Público	38	1.618	210	15.809	579	18.254
Garantia-Segurado Setor Privado	–	7	–	744	39	790
Total	**576**	**2.255**	**627**	**49.428**	**16.133**	**69.019**

4.3.1. Análise de sensibilidade - sinistros: O quadro abaixo demonstra os impactos no patrimônio líquido e resultado, decorrentes de uma piora e/ou melhora nos sinistros ocorridos na Seguradora:

(i) Bruto de resseguro

	31 de dezembro de 2022			
	Piora		Melhora	
	10 p.p.	20 p.p.	10 p.p.	5 p.p.
Prêmios ganhos	76.820	76.820	76.820	76.820
Sinistros ocorridos - Piora/Melhora	(19.487)	(21.258)	(15.944)	(16.829)
Índice de sinistralidade	25,4%	27,7%	20,8%	21,9%
Impacto no PL e no resultado (bruto)	(1.772)	(3.543)	1.772	886
Impacto no PL e no resultado (líquido de impostos)	(1.063)	(2.126)	1.063	531

	31 de dezembro de 2021			
	Piora		Melhora	
	10 p.p.	20 p.p.	10 p.p.	5 p.p.
Prêmios ganhos	65.885	65.885	65.885	65.885
Sinistros ocorridos - Piora/Melhora	(9.758)	(10.645)	(7.984)	(8.427)
Índice de sinistralidade	14,8%	16,2%	12,1%	12,8%
Impacto no PL e no resultado (bruto)	(887)	(1.774)	887	444
Impacto no PL e no resultado (líquido de impostos)	(532)	(1.065)	532	266

(ii) Líquido de resseguro

	31 de dezembro de 2022			
	Piora		Melhora	
	10 p.p.	20 p.p.	10 p.p.	5 p.p.
Prêmios ganhos	19.654	19.654	19.654	19.654
Sinistros ocorridos - Piora/Melhora	(6.841)	(7.463)	(5.597)	(5.908)
Índice de sinistralidade	34,8%	38,0%	28,5%	30,1%
Impacto no PL e no resultado (bruto)	(622)	(1.244)	622	311
Impacto no PL e no resultado (líquido de impostos)	(373)	(746)	373	187

	31 de dezembro de 2021			
	Piora		Melhora	
	10 p.p.	20 p.p.	10 p.p.	5 p.p.
Prêmios ganhos	17.377	17.377	17.377	17.377
Sinistros ocorridos - Piora/Melhora	(3.703)	(4.039)	(3.029)	(3.198)
Índice de sinistralidade	21,3%	23,2%	17,4%	18,4%
Impacto no PL e no resultado (bruto)	(337)	(673)	337	168
Impacto no PL e no resultado (líquido de impostos)	(202)	(404)	202	101

Limitações da análise de sensibilidade: As análises de sensibilidade anteriormente apresentadas não são lineares, sendo que impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados. As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e os passivos são gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. À medida em que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Seguradora de possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica. **4.4. Gestão de risco de capital:** Nos termos da Resolução CNSP nº 432/21, o Capital Mínimo Requerido (CMR) para funcionamento das sociedades seguradoras será o maior valor entre o capital base e o capital de risco. A Seguradora executa a gestão de risco de capital por meio de um modelo de gestão centralizado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório, segundo critérios de exigibilidade de capital mínimos requeridos pela SUSEP. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico e comitês de planejamento financeiro e orçamentário. O capital adicional para risco de subscrição, de crédito, operacional e de mercado, são calculados conforme definido em normas e legislações vigentes, publicadas pela Superintendência de Seguros Privados. Visando a adoção das melhores práticas de gestão de risco, a Companhia está apurando o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e de mercado, como demonstrado na Nota 18 c.

5. Disponível	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	14	18
Bancos	1.993	3.648
Caixa e bancos	**2.007**	**3.666**

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Seguradora não detinha nenhum item de caixa classificado como "caixa restrito", bem como itens de caixa dados como garantias a terceiros.

6. Aplicações: a) A composição e hierarquia das aplicações financeiras estão representadas no quadro abaixo:

	31 de dezembro de 2022							
Títulos	Nível	De 1 a 90 dias	De 181 a 365 dias	acima de 365 dias	Sem vencimento	Valor contábil/ mercado	Valor de Curva	%
Ao valor justo por meio do resultado								
Letras financeiras do tesouro - LFT (*)	1	2.184	7.372	31.592	–	41.148	41.098	100,0%
Total		**2.184**	**7.372**	**31.592**	**–**	**41.148**	**41.098**	**100,0%**
Circulante						**41.148**		

	31 de dezembro de 2021							
Títulos	Nível	De 1 a 90 dias	De 181 a 365 dias	acima de 365 dias	Sem vencimento	Valor contábil/ mercado	Valor de Curva	%
Ao valor justo por meio do resultado								
Letras financeiras do tesouro - LFT (*)	1	5.885	4.009	21.342	–	31.236	31.221	100,0%
Total		**5.885**	**4.009**	**21.342**	**–**	**31.236**	**31.221**	**100,0%**
Circulante						**31.236**		

(*) O valor de mercado dos títulos públicos, classificados como "Ao valor justo por meio do resultado", foi calculado com base no "Preço Unitário de Mercado" em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, informado pela Anbima, por meio do seu site. Durante o exercício, não houve reclassificações entre as categorias de títulos e valores mobiliários. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não haviam contratos envolvendo operações de "swap", opções ou outros instrumentos financeiros derivativos na Seguradora. b) Movimentação das aplicações

Títulos	Saldo em 31/12/2021	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Saldo em 31/12/2022
Ao valor justo por meio do resultado					
Letras financeiras do tesouro - LFT	31.236	24.339	(18.665)	4.238	41.148
Total dos ativos	**31.236**	**24.339**	**(18.665)**	**4.238**	**41.148**

Títulos	Saldo em 31/12/2020	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Saldo em 31/12/2021
Ao valor justo por meio do resultado					
Letras financeiras do tesouro - LFT	28.369	28.881	(27.400)	1.386	31.236
Total dos ativos	**28.369**	**28.881**	**(27.400)**	**1.386**	**31.236**

7. Créditos das operações com seguros e resseguros: 7.1. Prêmios a receber e operações com seguradoras: Os prêmios a receber contemplam os prêmios de emissão direta e cosseguro aceito e estão apresentados líquidos da provisão para perda ao valor recuperável. a) Composição dos prêmios a receber por ramo de seguro:

		31 de dezembro de 2022			31 de dezembro de 2021		
Ramo	Média de parcelas	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido
Crédito Interno	3	21.938	(1.047)	20.891	16.200	(242)	15.958
Crédito a Exportação	2	6.609	(78)	6.531	7.341	–	7.341
Garantia-Segurado Setor Público	1	16.883	–	16.883	18.854	(4)	18.850
Garantia-Segurado Setor Privado	1	326	–	326	50	–	50
		45.756	**(1.125)**	**44.631**	**42.445**	**(246)**	**42.199**
Circulante				**35.118**			**31.126**
Não Circulante				**9.513**			**11.073**

b) Composição das operações com seguradoras: O saldo de operações com seguradoras a receber é composto de prêmios vencidos.

		31 de dezembro de 2022			31 de dezembro de 2021		
Ramo	Média de parcelas	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido
Garantia-Segurado Setor Público	3	63	–	63	23	(7)	16
		63	**–**	**63**	**23**	**(7)**	**16**
Circulante				**63**			**16**

c) Movimentação dos prêmios a receber (direto e cosseguro aceito): O quadro abaixo demonstra a movimentação do saldo de prêmios a receber entre 1º de janeiro a 31 de dezembro:

	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios Pendentes no Inicio do Exercício	**42.215**	**40.487**
(+) Prêmios emitidos	90.307	72.763
(+) IOF	2.664	2.664
(–) Prêmios cancelados	(6.335)	(1.197)
(–) Recebimentos	(85.168)	(73.522)
(+) Prêmios - riscos vigentes não emitidos	1.912	291
(+/–) Oscilação cambial	(29)	482
(+/–) Constituição/Reversão de provisão para perda	(872)	247
Prêmios Pendentes no Final do Exercício	**44.694**	**42.215**

d) Composição dos prêmios a receber (direto e cosseguro aceito) por decurso de prazo:

	31 de dezembro de 2022		
Aging List	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável	Saldo contábil
A vencer (i)	43.263	(204)	43.059
Vencidos - 1 a 30 dias	1.300	–	1.300
Vencidos - 31 a 60 dias	197	(55)	142
Vencidos - 61 a 120 dias	405	(401)	4
Vencidos - 121 a 180 dias	339	(150)	189
Vencidos - 181 a 365 dias	73	(73)	–
Vencidos - mais de 365 dias	242	(242)	–
Total	**45.819**	**(1.125)**	**44.694**

	31 de dezembro de 2021		
Aging List	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável	Saldo contábil
A vencer (i)	41.811	–	41.811
Vencidos - 1 a 30 dias	312	–	312
Vencidos - 31 a 60 dias	92	–	92
Vencidos - 61 a 120 dias	11	(11)	–
Vencidos - 121 a 180 dias	–	–	–
Vencidos - 181 a 365 dias	–	–	–
Vencidos - mais de 365 dias	242	(242)	–
Total	**42.468**	**(253)**	**42.215**

(i) O saldo referente à Provisão para Prêmios de Riscos Vigentes mas Não Emitidos (RVNE) no valor de R$ 15.729 (2021 - R$ 13.816) foi calculado conforme descrito na Nota 3.12 e alocado na faixa "A vencer ", uma vez que a RVNE, por sua natureza, não possui abertura analítica por vencimento. **7.2. Operações com resseguradoras:** As operações com resseguradoras contemplam sinistros a recuperar e outros créditos operacionais, cuja expectativa de recuperação é inferior a 90 dias. Os sinistros a recuperar contemplam os sinistros pagos pendentes de recebimento.

	31 de dezembro de 2022				31 de dezembro de 2021			
Evento	Local	Admitida	Eventual	Total	Local	Admitida	Eventual	Total
Sinistros	3.936	506	125	**4.567**	4.976	1.176	–	**6.152**
	3.936	**506**	**125**	**4.567**	**4.976**	**1.176**	**–**	**6.152**

8. Ativos de resseguros e retrocessão	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios diferidos - PPNG	31.656	29.652
Prêmios diferidos - RVNE	3.803	2.995
Sinistros IBNR	2.507	2.527
Sinistros pendentes de pagamento	8.875	3.560
Provisão despesas relacionadas	1.977	1.781
	48.818	**40.515**
Circulante	**34.344**	**27.887**
Não circulante	**14.474**	**12.628**

	Prêmios diferidos - PPNG	Prêmios diferidos - RVNE	Sinistros IBNR	Sinistros pendentes de pagamento	Provisão despesas relacionadas	Total
Saldo em 31/12/2021	**29.652**	**2.995**	**2.527**	**3.560**	**1.781**	**40.515**
(+) Adições decorrentes de prêmios emitidos	61.164	–	–	–	–	61.164
(–) Diferimento pelo risco decorrido	(59.160)	–	–	–	–	(59.160)
(+) Sinistros avisados	–	–	–	19.363	421	19.784
(+/–) Ajuste de estimativa/ atualização monetária	–	808	(20)	(6.469)	(18)	(5.699)
(–) Pagamento de sinistros	–	–	–	(7.579)	(207)	(7.786)
Saldo em 31/12/2022	**31.656**	**3.803**	**2.507**	**8.875**	**1.977**	**48.818**

	Prêmios diferidos - PPNG	Prêmios diferidos - RVNE	Sinistros IBNR	Sinistros pendentes de pagamento	Provisão despesas relacionadas	Total
Saldo em 31/12/2020	**27.761**	**3.004**	**3.165**	**4.464**	**1.356**	**39.750**
(+) Adições decorrentes de prêmios emitidos	51.278	–	–	–	–	51.278
(–) Diferimento pelo risco decorrido	(49.387)	–	–	–	–	(49.387)
(+) Sinistros avisados	–	–	–	18.845	333	19.178
(+/–) Ajuste de estimativa/ atualização monetária	–	(9)	(638)	(10.959)	358	(11.248)
(–) Pagamento de sinistros	–	–	–	(8.790)	(266)	(9.056)
Saldo em 31/12/2021	**29.652**	**2.995**	**2.527**	**3.560**	**1.781**	**40.515**

8.1. Prêmios de resseguro diferidos - PPNG subdivididos em classes e ratings: Abaixo demonstramos a relação das resseguradoras por classe e por rating divulgados pelas agências classificadoras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

	31 de dezembro de 2022				31 de dezembro de 2021			
Rating (i)	Local	Admitida	Eventual	Total	Local	Admitida	Eventual	Total
A-/ A+/AA/AA-/AA+	1.530	13.058	2.781	17.369	1.340	12.261	4	13.605
Sem rating	14.287	–	–	14.287	16.047	–	–	16.047
	15.817	**13.058**	**2.781**	**31.656**	**17.387**	**12.261**	**4**	**29.652**

(i) Ratings obtidos no sitio das resseguradoras e agências classificadoras.

9. Títulos e créditos a receber, incluindo créditos tributários e previdenciários

	31/12/2022	31/12/2021
Créditos de PIS e COFINS diferido (*)	201	106
Outros créditos tributários	163	39
Valores a receber - Cesce Serviços (nota 21)	1.962	–
Outros créditos	53	66
Circulante	**2.379**	**211**

(*) A Seguradora contabiliza créditos tributários de Pis e Cofins (Pis/Cofins Diferido), decorrentes de diferenças temporárias sobre a provisão de sinistros a liquidar, que serão deduzidos da base de cálculo de PIS e Cofins quando do seu efetivo pagamento.

10. Custos de aquisição diferidos: Os custos de aquisição diferidos são constituídos pelas parcelas dos custos na obtenção de contratos de seguros, cujo período do risco ainda não decorreu e são apropriadas ao resultado proporcionalmente ao prazo decorrido. São considerados como custos de aquisição diferidos as comissões de seguros angariados. O prazo de diferimento dos custos de aquisição obedece ao risco de vigência dos contratos de seguros.

a) Composição dos custos de aquisição diferidos originados de contratos de seguros:

	Vigência média das apólices (dias)	31/12/2022	31/12/2021
Crédito Interno	390	1.596	1.424
Crédito à Exportação	367	971	1.033
Garantia Segurado - Setor Público	1200	6.632	6.204
Garantia Segurado - Setor Privado	743	181	165
		9.380	**8.826**
Circulante		**5.470**	**5.167**
Não circulante		**3.910**	**3.659**

b) Movimentação dos custos de aquisição diferidos:

	Comissão	Comissão - RVNE	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**8.056**	**770**	**8.826**
(+) Adições decorrentes de prêmios emitidos	10.338	–	10.338
(+/–) Constituições/Reversões/Diferimento	(9.997)	213	(9.784)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**8.397**	**983**	**9.380**

	Comissão	Comissão - RVNE	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**7.718**	**806**	**8.524**
(+) Adições decorrentes de prêmios emitidos	8.631	–	8.631
(+/–) Constituições/Reversões/Diferimento	(8.293)	(36)	(8.329)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**8.056**	**770**	**8.826**

Os custos de aquisição diferido diretamente relacionados a contratos de seguros são considerados no teste de adequação dos passivos de seguros, de acordo com a Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores.

11. Investimentos	31/12/2022	31/12/2021
Participações societárias:		
CESCEBRASIL Serviços e Gestão de Riscos Ltda. (*)	3.333	3.333
Ações Seguradora Líder S.A. (**)	–	215
Outros investimentos:		
Obras de arte	4	4
Não Circulante	**3.337**	**3.552**
Resultado Patrimonial:	**31/12/2022**	**31/12/2021**
CESCEBRASIL Serviços e Gestão de Riscos Ltda.	1.962	1.745
Ações Seguradora Líder S.A. (**)	(215)	(54)
Total	**1.747**	**1.691**

(*) A controlada presta serviços de análise de crédito e monitoramento dos clientes dos segurados dos ramos de crédito, que possuem apólices vigentes na Seguradora. (**) Em 2022 a Seguradora realizou a provisão para desvalorização de 100% do valor de suas ações na Seguradora Líder S.A.

continua →★

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITO S.A.

CESCEBRASIL Serviços e Gestão de Riscos Ltda.:	31/12/2022	31/12/2021
Participação	100,00%	100,00%
Ativos Totais	5.590	4.440
Passivos Totais	2.257	2.695
Receitas Totais	6.742	6.212
Despesas Totais	(4.780)	(4.467)
Lucro líquido do exercício	1.962	1.745
Dividendos propostos sobre o resultado do exercício de 2022	(1.962)	–
Capital Social	2.004	2.004
Patrimônio Líquido	3.333	3.333

12. Contas a pagar: As contas a pagar apresentam a seguinte composição:

	31/12/2022	31/12/2021
Prestadores de serviços (*)	2.785	2.683
Partes relacionadas - CESCE SERVIÇOS (nota 21)	216	182
Partes relacionadas - CIAC (nota 21)	526	2.310
Salários e benefícios de curto prazo aos empregados	741	914
IOF sobre prêmios de seguros	410	370
Impostos e contribuições retidos na fonte	141	134
Impostos e contribuições (IR, CSLL, PIS e Cofins)	124	155
Encargos Trabalhistas	746	705
Outras contas a pagar	533	266
Total	6.222	7.719
Circulante	**3.988**	**5.986**
Não circulante	**2.234**	**1.733**

(*) Constituída por provisões de honorários advocatícios, auditorias, ouvidoria etc..

13. Operações com Resseguradoras: Compreendem, substancialmente, os montantes de prêmios cedidos e ainda não liquidados nas datas de balanço. O quadro a seguir apresenta a composição dos saldos:

	31 de dezembro de 2022				31 de dezembro de 2021			
Evento	Local	Admitida	Eventual	Total	Local	Admitida	Eventual	Total
Prêmios cedidos, líquidos das comissões	22.562	8.878	3.413	34.853	24.128	7.348	2	31.478
Sinistros - ressarcimentos	278	168	14	460	284	167	–	451
Total	**22.840**	**9.046**	**3.427**	**35.313**	**24.412**	**7.515**	**2**	**31.929**
Circulante				**29.130**				**24.764**
Não circulante				**6.183**				**7.165**

14. Depósitos de Terceiros: As contas do grupo de Depósitos de Terceiros apresentam a seguinte composição:

	31 de dezembro de 2022			31 de dezembro de 2021		
Aging List	Prêmios e emolumentos recebidos (*)	Outros Depósitos	Total	Prêmios e emolumentos recebidos	Outros Depósitos	Total
Até 30 dias	49	22	71	13	4	17
De 31 a 60 dias	5	–	5	–	–	–
De 61 a 120 dias	49	–	49	–	5	5
De 121 a 180 dias	94	–	94	–	–	–
Total	**197**	**22**	**219**	**13**	**9**	**22**

(*) inclue parcelas recebidas de acordo com segurados que permanecem na conta até totalizar o valor total da parcela do prêmio.

15. Provisões técnicas

	31 de dezembro de 2022			31 de dezembro de 2021		
	Bruto de resseguro	Ativo de resseguro (*)	Valor líquido	Bruto de resseguro	Ativo de resseguro (*)	Valor líquido
Provisão de prêmios não ganhos	52.124	(31.656)	20.468	49.557	(29.652)	19.899
Provisão de prêmios não ganhos - RVNE	8.721	(3.803)	4.918	6.894	(2.995)	3.899
Sinistros a liquidar	13.602	(8.875)	4.727	5.569	(3.560)	2.009
Provisão de IBNR	3.978	(2.507)	1.471	4.037	(2.527)	1.510
Provisão despesas relacionadas	2.413	(1.977)	436	2.130	(1.781)	355
	80.838	**(48.818)**	**32.020**	**68.187**	**(40.515)**	**27.672**
Circulante	**58.194**	**(34.344)**		**48.262**	**(27.887)**	
Não circulante	**22.644**	**(14.474)**		**19.925**	**(12.628)**	

(*) vide nota 8

15.1. Movimentação das provisões técnicas

	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de prêmios não ganhos - RVNE	Sinistros a liquidar	Provisão despesas relacionadas	Provisão de IBNR	Total
Saldo em 31/12/2021	**49.557**	**6.894**	**5.569**	**2.130**	**4.037**	**68.187**
(+) Adições decorrentes de prêmios emitidos/cancelados/restituídos	79.508	1.912	–	–	–	81.420
(–) Diferimento pelo risco decorrido	(76.941)	(85)	–	–	–	(77.026)
(+) Sinistros avisados	–	–	30.106	568	–	30.674
(+/–) Ajuste de estimativa / atualização monetária	–	–	(10.126)	22	(59)	(10.163)
(–) Pagamento de sinistros	–	–	(11.947)	(307)	–	(12.254)
Saldo em 31/12/2022	**52.124**	**8.721**	**13.602**	**2.413**	**3.978**	**80.838**

	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de prêmios não ganhos - RVNE	Sinistros a liquidar	Provisão despesas relacionadas	Provisão de IBNR	Total
Saldo em 31/12/2020	**46.247**	**6.878**	**6.800**	**1.701**	**4.995**	**66.621**
(+) Adições decorrentes de prêmios emitidos/cancelados/restituídos	68.729	291	–	–	–	69.020
(–) Diferimento pelo risco decorrido	(65.419)	(275)	–	–	–	(65.694)
(+) Sinistros avisados	–	–	27.551	512	–	28.063
(+/–) Ajuste de estimativa / atualização monetária	–	–	(14.830)	319	(958)	(15.469)
(–) Pagamento de sinistros	–	–	(13.952)	(402)	–	(14.354)
Saldo em 31/12/2021	**49.557**	**6.894**	**5.569**	**2.130**	**4.037**	**68.187**

15.2. Tabela de desenvolvimento de sinistros: As tabelas abaixo demonstram a atual estimativa dos sinistros ocorridos comparada com as correspondentes estimativas de anos anteriores. Partindo do ano em que o sinistro ocorreu e o montante estimado neste mesmo período, na primeira linha do quadro abaixo, é apresentado como este montante varia no decorrer dos anos, conforme obtemos informações mais precisas sobre a frequência e severidade do sinistro à medida que os sinistros são avisados.

a) Sinistros administrativos e judiciais - Provisões e pagamentos - bruto de resseguro

Incorrido (+) IBNR	Anterior	dez/17	dez/18	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	Total
Até a data-base		24.003	20.776	17.593	19.328	17.352	22.229	
Um ano mais tarde		23.025	23.451	17.835	14.395	14.486	–	
Dois anos mais tarde		23.056	23.612	17.866	14.949	–	–	
Três anos mais tarde		23.061	23.744	17.373	–	–	–	
Quatro anos mais tarde		23.069	23.787	–	–	–	–	
Cinco anos mais tarde		23.101	–	–	–	–	–	
Posição em 31/12/2022		23.101	23.787	17.373	14.949	14.486	22.229	
Pago acumulado		**dez/17**	**dez/18**	**dez/19**	**dez/20**	**dez/21**	**dez/22**	**Total**
Até a data-base		(11.309)	(8.277)	(9.099)	(8.462)	(8.087)	(5.480)	
Um ano mais tarde		(23.279)	(23.504)	(17.813)	(14.425)	(14.315)	–	
Dois anos mais tarde		(23.306)	(23.783)	(17.963)	(14.554)	–	–	
Três anos mais tarde		(23.316)	(23.883)	(18.019)	–	–	–	
Quatro anos mais tarde		(23.323)	(23.892)	–	–	–	–	
Cinco anos mais tarde		(23.356)	–	–	–	–	–	
Posição em 31/12/2022		(23.356)	(23.892)	(18.019)	(14.554)	(14.315)	(5.480)	
Atualização monetária e juros		255	283	646	209	(154)	141	
Provisão em 31/12/2022	2.304	–	178	–	604	17	16.890	19.993
Sobra (Falta) acumulada		902	(3.011)	220	4.379	2.866		
Sobra (Falta) acumulada (%)		3,90%	-12,66%	1,27%	29,29%	19,78%		
Provisão total em 31/12/2022								19.993

b) Sinistros administrativos e judiciais - Provisões e pagamentos - líquido de resseguro

Incorrido (+) IBNR	Anterior	dez/17	dez/18	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	Total
Até a data-base		7.189	7.287	6.390	7.131	6.436	7.836	
Um ano mais tarde		6.897	8.095	6.467	5.323	5.360	–	
Dois anos mais tarde		6.906	8.151	6.487	5.528	–	–	
Três anos mais tarde		6.908	8.193	6.342	–	–	–	
Quatro anos mais tarde		6.918	8.214	–	–	–	–	
Cinco anos mais tarde		6.918	–	–	–	–	–	
Posição em 31/12/2022		6.918	8.214	6.342	5.528	5.360	7.836	
Pago acumulado		**dez/17**	**dez/18**	**dez/19**	**dez/20**	**dez/21**	**dez/22**	**Total**
Até a data-base		(3.393)	(2.647)	(3.327)	(3.130)	(2.992)	(2.028)	
Um ano mais tarde		(6.989)	(8.107)	(6.533)	(5.336)	(5.296)	–	
Dois anos mais tarde		(6.997)	(8.208)	(6.588)	(5.384)	–	–	
Três anos mais tarde		(7.000)	(8.240)	(6.608)	–	–	–	
Quatro anos mais tarde		(7.008)	(8.250)	–	–	–	–	
Cinco anos mais tarde		(7.010)	–	–	–	–	–	
Posição em 31/12/2022		(7.010)	(8.250)	(6.608)	(5.384)	(5.296)	(2.028)	
Atualização monetária e juros		92	89	266	77	(57)	52	
Provisão em 31/12/2022	494	–	53	–	221	7	5.860	6.635
Sobra (Falta) acumulada		271	(927)	48	1.603	1.076		
Sobra (Falta) acumulada (%)		3,92%	-11,29%	0,76%	29,00%	20,07%		
Provisão total em 31/12/2022								6.635

15.3. Cobertura das provisões técnicas	31/12/2022	31/12/2021
Provisões técnicas	80.838	68.187
Parcela ressegurada	(27.055)	(20.935)
Custo de aquisição diferidos	(3.844)	(3.338)
Direitos creditórios	(32.550)	(31.635)
Total a ser coberto	**17.389**	**12.279**
Bens oferecidos em cobertura		
Títulos públicos federais	41.148	31.236
(a) Suficiência - R$	**23.759**	**18.957**
Suficiência - %	**136,63%**	**154,39%**
Capital de risco (vide nota 18-c)		6.121
Capital Mínimo Requerido (vide nota 18-c)	8.100	
(b) 20% sobre Capital de risco (*)		1.224
(b) Zona de segurança - acima de 200% do CMR (vide nota 4.2)	16.200	
Liquidez (a) - (b)	**7.559**	**17.733**

(*) A Seguradora até 31 de dezembro de 2021 calculou o Capital de risco conforme Anexo V da Resolução CNSP nº 321/15, alterada pela Resolução n° 432/2021 considerando o efeito redutor da correlação entre os riscos de crédito, operacional, subscrição e de mercado, bem como manteve o critério de liquidez em relação ao Capital de Risco.

16. Passivos contingentes: A Seguradora possui processos de sinistros em fase inicial de demanda judicial registrados na conta "Sinistros a liquidar judiciais" no montante de R$ 923 (2021 - R$ 213), líquidos de cosseguros. Os passivos contingentes decorrem, basicamente, de negativa de pagamento de indenizações oriundos de itens não cobertos em apólice e/ou discordância em relação ao valor indenizado. Em 2021 a Seguradora constituiu provisão para processo judicial cível no valor de R$257 na rubrica "Outros Débitos", em razão da alteração da probabilidade de perda para "provável", ocasionada por Acórdão proferido em dezembro de 2021, que reverteu em parte a sentença de primeiro grau, que fora integralmente favorável à Seguradora. Em 2022 a Seguradora realizou acordo para pagamento desta ação, revertendo parcialmente a provisão. a) Saldo dos passivos contingentes: Mediante as análises de cada processo, pelo nosso consultor jurídico responsável, a probabilidade de perda estava distribuída da seguinte forma: *I - Relacionadas a sinistros*

	31 de dezembro de 2022			31 de dezembro de 2021		
Classificação	Qtde.	Valor reclamado	Provisão	Qtde.	Valor reclamado	Provisão
Provável	3	923	923	1	213	213
Possível	–	–	–	6	20.383	–
Remota	25	52.749	–	21	29.413	–
Total	**28**	**53.672**	**923**	**28**	**50.009**	**213**

II - Não relacionadas a sinistros - Cíveis

	31 de dezembro de 2022			31 de dezembro de 2021		
Classificação	Qtde	Valor reclamado	Provisão	Qtde	Valor reclamado	Provisão
Provável	–	–	–	1	257	257
Possível	1	70.498	–	1	63.597	–
Remota	2	558	–	2	493	–
Total	**3**	**71.056**	**–**	**4**	**64.347**	**257**

A Seguradora é parte em discussões judiciais de natureza cível e em processos administrativos, avaliados pelos assessores jurídicos da Seguradora com probabilidades de perda possível e remota, motivo pelo qual não há provisão constituída. A discussão no processo em que a Seguradora é ré possui valor em risco, estimado pela Administração de aproximadamente R$ 70 milhões. Em dezembro de 2020 foi proferida sentença de primeira instância do processo cível em que o Autor pleiteia a condenação da Seguradora em danos emergentes, lucros cessantes e danos morais relativo a uma proposta de seguro garantia. A referida decisão foi de parcial procedência, absolvendo integralmente a Seguradora com relação aos lucros cessantes e danos morais e a condenando aos danos emergentes. Contudo, tendo em vista diversas incongruências observadas na aludida decisão pelo assessor jurídico da Seguradora e referendadas pela Administração, a Seguradora opôs Embargos de Declaração e, recorreu ao Tribunal de Justiça para a reversão do feito. Em razão da referida decisão, a probabilidade passou de perda remota para possível, de acordo com a estimativa do assessor jurídico da Seguradora responsável pela ação. Adicionalmente, obtivemos uma segunda opinião emitida por um escritório de advocacia igualmente renomado, que confirmou as chances de êxito da Seguradora como possíveis, motivo pelo qual confirmou-se o entendimento de não haver que se constituir provisão. Por fim, cabe ressaltar que os Controladores, no curso normal de suas operações, formalizaram compromissos no sentido de que, na hipótese de uma conclusão desfavorável das discussões judiciais em curso, darão suporte à manutenção de suas atividades. b) Movimentação dos passivos contingentes:

I - Relacionadas a sinistros	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial em 1° de janeiro	**213**	**180**
(–) Pagamentos efetuados	(226)	–
(+/–) Constituições/Ajuste de estimativa	881	33
(+/–) Atualização monetária/variação cambial	55	–
Saldo final em 31 de dezembro	**923**	**213**

II - Não relacionadas a sinistros	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial em 1° de janeiro	**257**	**–**
(–) Pagamentos efetuados	(230)	–
(+/–) Constituições/Ajuste de estimativa	–	257
(+/–) Atualização monetária/variação cambial	(27)	–
Saldo final em 31 de dezembro	**–**	**257**

17. Outros valores e bens e Passivo de arrendamento: A Seguradora passou a reconhecer em 31/12/2022 o passivo de arrendamento de seu contrato de aluguel do escritório, cuja duração é de 3 anos. Na rubrica Outros valores e bens estão registrados os valores dos Ativos de Direito de Uso deste contrato e no Passivo de Arrendamento estão registrados os valores dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontados dos juros que serão apropriados. A seguir estão demonstrados os vencimentos do Passivo de arrendamento e do juros a apropriar:

	Até 1 ano	1 a 2 anos	acima de 2 anos	31/12/2022	31/12/2021
Passivo de Arrendamento	502	529	180	1.211	–
Juros a Apropriar	(102)	(102)	(42)	(246)	–
Total	**400**	**427**	**138**	**965**	**–**
Circulante				**400**	
Não circulante				**565**	

Taxa média utilizada para o desconto a valor presente dos pagamentos mínimos de arredamento é de 10,16% a.a.. **18. Patrimônio líquido:** a) Capital social: O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R$ 80.236 em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, sendo representado por 206.083.590 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Acionistas:	31/12/2022	31/12/2021
Consórcio Internacional de Asseguradores de Crédito - CIAC	99,99%	99,99%
Outros	0,01%	0,01%

b) Dividendos: É assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício anual, conforme estabelecido no estatuto social. Do resultado do exercício são deduzidos, antes de qualquer destinação, os prejuízos acumulados. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não foram constituídas reservas legal e dividendos devido a Seguradora ainda apresentar prejuízos acumulados. c) Patrimônio Líquido Ajustado (PLA), adequação de capital e Capital Mínimo Requerido: Em atendimento à Resolução SUSEP nº 321/2015 (alterada pela Resolução n° 432/2021), as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR) respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado: a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1, b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3. Os dados de 31 de dezembro de 2022 estão sendo apresentados conforme requerimentos da Resolução CNSP nº 321/15, alterada pela Resolução CNSP nº 343/16.

	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio Líquido	27.566	22.088
Participações societárias	(3.333)	(3.548)
Obras de arte	(4)	(4)
(a) Patrimônio líquido após ajustes contábeis (subtotal)	**24.229**	**18.536**
Superávit entre as provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registradas	–	–
(b) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	**–**	**–**
PLA - nível I	24.229	18.536
PLA - nível II	–	–
PLA - nível III	–	–
(c) Subtotal PLA - nível	**24.229**	**18.536**
Limitador CMR - PLA nível I	24.229	18.536
Limitador CMR - PLA nível II	–	–
Limitador CMR - PLA nível III	–	–
(d) Subtotal PLA - limitador	**24.229**	**18.536**
(e) Ajustes do excesso de PLA de Nível 2 e PLA de nível 3 (d - c)	**–**	**–**
(f) PLA (total) = PLA (subtotal) + ajustes assoc. à var. val. econômicos + ajustes do excesso de PLA de nível 2 e 3 (a + b + e)	**24.229**	**18.536**
Capital mínimo requerido (CMR)	**8.100**	**8.100**
Capital base	**8.100**	**8.100**
Capital adicional de subscrição	5.626	4.915
Capital adicional de crédito	1.203	818
Capital adicional de mercado	367	737
Benefício da correlação entre riscos	(773)	(857)
Capital adicional de risco operacional	544	508
Capital de risco	**6.966**	**6.121**
Suficiência/Insuficiência do PLA - (PLA-CMR)	**16.129**	**10.436**
Suficiência de capital PLA (Suficiência de Capital / CMR)	**199,12%**	**128,84%**
Índice de solvência (PLA / CMR)	**299,12%**	**228,84%**

19. Detalhamento das contas da demonstração do resultado: a) Informação por ramo: Os prêmios emitidos compreendem os prêmios emitidos, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de prêmios a congêneres. Os sinistros ocorridos compreendem os sinistros ocorridos líquidos de cessão de riscos a congêneres e provisão de IBNR. Os valores dos ramos de atuação da Seguradora estão assim compostos, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

	31/12/2022				
Ramos	Prêmios emitidos	Variação provisões técnicas	Prêmios ganhos	Sinistros ocorridos	Custos de aquisição
Crédito Interno	41.044	(1.192)	39.852	(11.518)	(4.457)
Crédito à Exportação	17.448	183	17.631	(6.466)	(2.078)
Garantia - Segurado Setor Público	21.142	(3.174)	17.968	(347)	(2.958)
Garantia - Segurado Setor Privado	1.787	(418)	1.369	616	(261)
Total	**81.421**	**(4.601)**	**76.820**	**(17.715)**	**(9.754)**

	31/12/2021				
Ramos	Prêmios emitidos	Variação provisões técnicas	Prêmios ganhos	Sinistros ocorridos	Custos de aquisição
Crédito Interno	36.053	(2.437)	33.616	(7.973)	(3.702)
Crédito à Exportação	13.922	1.613	15.535	(1.489)	(1.843)
Garantia - Segurado Setor Público	18.254	(3.886)	14.368	396	(2.308)
Garantia - Segurado Setor Privado	790	1.576	2.366	195	(503)
Total	**69.019**	**(3.134)**	**65.885**	**(8.871)**	**(8.356)**

b) Sinistralidade e comissionamento (*)

	31/12/2022		31/12/2021	
Ramos	Sinistralidade	Comissionamento	Sinistralidade	Comissionamento
Crédito Interno	28,9%	11,2%	23,7%	11,0%
Crédito à Exportação	36,7%	11,8%	9,6%	11,9%
Garantia - Segurado Setor Público	1,9%	16,5%	-2,8%	16,1%
Garantia - Segurado Setor Privado	-45,0%	19,1%	-8,2%	21,3%
Total	**23,1%**	**12,7%**	**13,5%**	**12,7%**

(*) Saldos apresentados brutos de resseguro.

c) Prêmios emitidos	31/12/2022	31/12/2022
Prêmios diretos	85.746	63.301
Prêmios cancelados	(6.335)	(1.197)
Prêmios restituídos	(4.463)	(2.838)
Cosseguro aceito de congêneres	4.561	9.462
Prêmios - riscos vigentes não emitidos	1.912	291
Total	**81.421**	**69.019**

d) Variações das provisões técnicas	31/12/2022	31/12/2021
Provisão de prêmios não ganho - seguros diretos	(3.454)	3.185
Provisão de prêmios não ganho - cosseguro aceito	680	(6.303)
Provisão de prêmios não ganho - RVNE	(1.827)	(16)
Total	**(4.601)**	**(3.134)**

e) Sinistros ocorridos	31/12/2022	31/12/2021
Sinistros ocorridos	(20.032)	(12.584)
Despesas com sinistros	(312)	(449)
Ressarcimentos	2.769	3.415
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(140)	747
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados	(828)	37
Total	**(17.715)**	**(8.871)**

f) Custos de aquisição	31/12/2022	31/12/2021
Comissão sobre prêmios emitidos	(10.338)	(8.631)
Variação de comissões diferidas	584	275
Total	**(9.754)**	**(8.356)**

g) Outras receitas e despesas operacionais	31/12/2022	31/12/2021
Despesas com cobrança	(6)	(4)
Despesas com análise de riscos (*)	(3.176)	(2.822)
Outras receitas (despesas) com operações de seguros	26	(150)
Redução ao valor recuperável	(264)	11
Total	**(3.420)**	**(2.965)**

(*) Análises realizadas pela empresa CESCEBRASIL Serviços e Gestão de Riscos Ltda.

h) Resultado com resseguro

Receita com resseguro	31/12/2022	31/12/2021
Indenizações de sinistros	12.923	7.799
Despesas com sinistros	287	440
Receitas com Participações em Lucros	1.954	1.167
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	99	(507)
	15.263	**8.899**
Despesa com resseguro		
Prêmios de resseguro	(61.164)	(51.278)
Custo de aquisição	18.964	16.209
Provisão de prêmios não ganhos	3.998	2.770
Variação de comissões diferidas	(1.092)	(947)
Ressarcimentos	(1.813)	(2.227)
	(41.107)	**(35.473)**
Total	**(25.844)**	**(26.574)**

continua →★

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITO S.A.

i) Despesas administrativas	31/12/2022	31/12/2021
Despesas com pessoal próprio	(9.184)	(8.880)
Despesas com serviços de terceiros	(4.532)	(5.834)
Despesas com localização e funcionamento	(1.687)	(1.798)
Despesas com publicidade e propaganda	(46)	(136)
Despesas com publicações	(35)	(128)
Despesas com donativos e contribuições	(3)	(3)
Outras despesas administrativas	(95)	(27)
Despesas Administrativas do Convênio DPVAT	(291)	–
Total	**(15.873)**	**(16.806)**

j) Despesas com tributos	31/12/2022	31/12/2021
COFINS	(2.123)	(1.553)
PIS/PASEP	(366)	(265)
Taxa de fiscalização SUSEP	(477)	(446)
Contribuição sindical	(15)	(58)
Outros tributos	(198)	(228)
Total	**(3.179)**	**(2.550)**

k) Resultado financeiro

Receitas Financeiras	31/12/2022	31/12/2021
Receitas com títulos de renda fixa públicos	4.238	1.386
Receitas financeiras com operações de seguros	2.659	1.492
Outras receitas financeiras	1.426	824
	8.323	3.702
Despesas financeiras		
Despesas financeiras com seguros	(2.475)	(1.869)
Outras despesas financeiras	(1.312)	(602)
	(3.787)	**(2.471)**
Total	**4.536**	**1.231**

20. Despesas de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2022		31/12/2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos impostos	7.112	7.112	2.497	2.497
Equivalência patrimonial	(1.747)	(1.747)	(1.691)	(1.691)
Outras adições/exclusões	524	524	998	998
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	5.889	5.889	1.804	1.804
Compensação de Prej. Fiscal e Base Negativa	(1.767)	(1.767)	(541)	(541)
Base de cálculo	4.122	4.122	1.263	1.263
Alíquota 15%	(619)	(619)	(189)	(189)
Adicional 10% para IRPJ (Acima de 240 mil)/ 1% para CSLL de 08 a 12/2022 e 5% para CSLL de 07 a 12/2021	(388)	(8)	(103)	(17)
Tributos calculados pelas alíquotas oficiais	(1.007)	(627)	(292)	(206)

A Seguradora em 31 de dezembro de 2022 possui créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e/ou de bases negativas de cálculo da contribuição social sobre o lucro, não registrados em seu balanço patrimonial, no valor de R$ 36.033 (R$ 37.800 em 2021) de prejuízos fiscais e de R$ 37.785 (R$ 39.552 em 2021) de bases negativas . A Seguradora até 31 de dezembro de 2022 não possuía estudo técnico elaborado demonstrando a probabilidade de ocorrência de lucros tributáveis futuros que permita o reconhecimento e realização dos mesmos, conforme estabelecido na Circular Susep nº 648/2021. **21. Partes relacionadas:** A Administração considera como partes relacionadas às operações com CESCEBRASIL Serviços e Gestão de Riscos Ltda. - "Cesce Serviços", seus diretores e serviços compartilhados com a CIAC (Consórcio Internacional de Aseguradores de Crédito) em sua maior parte de pessoal e sistemas. A Seguradora compartilha com a sua controlada "Cesce Serviços" parte da estrutura operacional e administrativa, as despesas desse compartilhamento são originadas de acordo com critérios de rateio estabelecidos pela Administração. Adicionalmente a "Cesce Serviços" presta serviços de análise de crédito e monitoramento aos seus clientes. As principais transações envolvendo partes relacionadas na Seguradora estão descritas a seguir:

	31/12/2022 Ativo/ (Passivo)	31/12/2021 Ativo/ (Passivo)	31/12/2022 Receita/ (despesa)	31/12/2021 Receita/ (despesa)
CESCEBRASIL Serviços e Gestão de Riscos Ltda.	(216)	(182)	(3.314)	(2.936)
CESCEBRASIL Serviços e Gestão de Riscos Ltda. - Dividendos a Receber	1.962	–	–	–
CIAC - Consórcio Internacional de Asseguradores de Crédito	(526)	(2.310)	(1.545)	(1.769)
Munich RE (*)	(7.087)	(10.797)	(11.260)	(16.939)
Total	**(5.867)**	**(13.289)**	**(16.119)**	**(21.644)**

(*) Acionista Indireta, possuidora de 15,04% da CIAC (controladora da Seguradora). As transações envolvem operações de resseguros (com base nos prêmios diretos, líquidos da cessão de resseguro e da recuperação das comissões de resseguro, movimentos de sinistros e ressarcimentos recebidos). i. Remuneração do pessoal-chave da Administração: Conforme CPC 33 "Benefícios a empregados", os benefícios de curto prazo providos às pessoas-chaves da Administração foi de R$ 2.111 em 2022 (R$1.814 em 2021), que incluem proventos, encargos sociais, gratificações (PLR e bônus) e demais benefícios. A Seguradora não patrocina planos de previdência complementar e não possui remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração. **22. Política de participação nos resultados:** A Seguradora não possui uma política interna para o programa de participação nos lucros ou resultado de que trata a Lei nº 10.101/2000, e utiliza a regra conforme estabelecida na Convenção Coletiva de Trabalho específica sobre Participação dos Empregados nos Lucros ou Resultados das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização em 2022, do Sindicato dos Securitários do Estado de São Paulo, cuja despesa é contabilizada na rubrica do resultado - Participações sobre o resultado.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Manuel Fernando Antunes Alves - Presidente
Jaime de Miguel Muñoz - Vice-Presidente
Rafael Garcia Sanz - Conselheiro
Alejandro Cabrera Roldan - Conselheiro

DIRETORIA

Cristina Rocco Salazar - Diretora-Presidente
Mario Yokoo Eguti - Diretor

ATUÁRIO

Ricardo César Pessoa
MIBA 1076

CONTADOR

Mario Yokoo Eguti
CRC 1SP253570/O-3

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Conselheiros e Diretores da **CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A. -** São Paulo - SP. **Escopo da Auditoria Atuarial.** Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2022, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A. em 31 de dezembro de 2022 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Outros Assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2023

Joel Garcia

Atuário MIBA 1131

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.

CIBA 48

CNPJ 02.668.801/0001-55

Rua Verbo Divino, nº 1.400 - 04719-002 - São Paulo - SP - Brasil

1. Provisões técnicas, ativos de resseguro e créditos com resseguradores	**31/12/2022**
Total de provisões técnicas	80.838
Total de ativos de resseguro	48.678
Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros	1.369
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas	**31/12/2022**
Provisões técnicas auditadas (a)	80.838
Valores redutores auditados (b)	63.449
Total a ser coberto (a-b)	17.389
3. Demonstrativo do capital mínimo	**31/12/2022**
Capital base (a)	8.100
Capital de risco (CR) (b)	6.966
Exigência de capital (CMR) (máximo de a e b)	8.100
4. Demonstrativo da solvência	**31/12/2022**
Patrimônio líquido ajustado - PLA (a)	24.229
Ajustes econômicos do PLA	–
Exigência de capital (CMR) (b)	8.100
Suficiência/(Insuficiência) do PLA (c = a -b)	16.129
Ativos garantidores (d)	41.148
Total a ser coberto (e)	17.389
Suficiência/(Insuficiência) dos ativos garantidores (f = d - e)	23.759
5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)	**31/12/2022**
0739, 0740, 0745, 0747, 0748, 0749, 0750, 0775, 0776, 0819, 0859, 0860	1.059

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Aos Conselheiros e Diretores da **CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A. -** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório dos auditores:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais. **Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações financeiras individuais:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. - A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras individuais. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras individuais: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comercias e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras individuais com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras individuais são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras individuais. - Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. - A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras individuais como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras individuais como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras individuais como um todo. - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2023

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Carolina Maciel Messias dos Santos
Contadora - CRC 1SP246031/O-8

LETICIA PAKULSKI, GABRIELA BRUMATTI, SANDY OLIVEIRA, ISADORA DUARTE e CLARICE COUTO
EMAIL: COLUNA.BROADCASTAGRO@ESTADAO.COM

Coluna do Broadcast Agro

SoluBio prevê crescer 150% com avanço em cana e grãos e novas apostas em bioinsumos

A demanda crescente por bioinsumos leva a SoluBio, empresa de tecnologia para produção dentro da fazenda, a projetar receita 150% maior este ano, de R$ 450 milhões. Além de consolidar a liderança em grãos e fibras, onde tem participação de 35%, o plano é ampliar a fatia em cana, de 3% para 8%, diz Maurício Schneider, o CEO. Serão 300 projetos novos a serem somados aos 330 atuais. A empresa passará a negociar bioinsumos "de prateleira" para complementar o que clientes produzem nas propriedades, como fungicidas biológicos. E usará capacidade fabril ociosa para atender a outras empresas do segmento. "É uma forma de otimizar capex e fomentar o mercado", diz o executivo.

América Latina na mira para exportar

A SoluBio começou a exportar para o Paraguai no fim de 2022 e este ano chegará à Bolívia e à Colômbia. Havia planos para atender aos EUA, mas a empresa prefere aguardar. "Focar a América Latina demanda menos capital em um ano de incerteza e juro alto", diz Schneider.

Soluções para outros segmentos do agro

Clientes da SoluBio ampliaram em 20%, em 2022, o uso de bioinsumos no caso de lavouras de soja; 50% em cana e 25% em milho. A empresa valida ainda projetos-piloto em silvicultura e citricultura. Mas o maior crescimento virá de grãos e fibras, sobretudo em Matopiba, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

● **MAIS AQUI...** A Cras Brasil, que origina, processa e comercializa commodities, trabalha para que a produção de amendoim no Brasil cresça 15% nesta safra. O potencial está em sementes melhoradas geneticamente, diz a empresa. Dez variedades foram desenvolvidas em colaboração com a Embrapa e o Instituto Agronômico, em Campinas (SP). As espécies apresentadas aos produtores neste mês são resistentes a doenças e concentram mais óleo. No último ciclo, o País produziu 50 milhões de sacas de 25 quilos de amendoim.

● **...E LÁ FORA.** A ideia da Cras é exportar mais, sobretudo óleo de amendoim – 70% da receita da divisão Agro vem do produto.

PEGADA ECOLÓGICA

TIAGO QUEIROZ/ESTADÃO

Somente nas lavouras de soja no Brasil, clientes da empresa aumentaram em 20% a aplicação de bioinsumos

Em 2022, a empresa obteve receita de R$ 460 milhões e este ano prevê atingir R$ 600 milhões com apoio das vendas externas. O derivado é adquirido sobretudo por China e Europa. "Acreditamos que os preços de oleaginosas tendem a se manter altos este ano e isso anima o produtor", diz Rodrigo Chitarelli, o CEO.

● **AGILIZA.** Uma parceria entre o Pulse, hub de inovação da Raízen, e a startup de software de Londrina (PR) Bart Digital movimentou em dois anos R$ 744 milhões em Cédulas de Produto Rural de 120 produtores de cana. As empresas criaram, em 2020, uma tecnologia que simplifica etapas da verificação dos dados para a geração dos títulos com emissão automática de documentos, coleta de assinaturas e registro em cartórios e em centrais autorizadas pelo Banco Central de forma digital.

● **ACOMPANHA.** De olho na demanda do agro brasileiro, a alemã Brenntag, distribuidora de produtos químicos, cujas vendas globais somaram € 14,4 bilhões em 2021, anunciou parceria com a project44, do setor de rastreamento de cargas. O acordo prevê maior controle sobre os produtos distribuídos na fronteira agrícola do País e tem como objetivo fortalecer a presença da empresa por aqui. O investimento, que não foi revelado, vem na esteira da reforma da nova unidade da empresa em Nova Esperança (PR) em 2022.

● **QUEREMOS MAIS.** O governador do Paraná, Ratinho Junior (PSD), vai em março ao Japão e à Coreia do Sul com empresários para tentar abrir mercado à carne suína do Estado. Norberto Ortigara, secretário de Agricultura e Abastecimento, diz que o comércio de frango e soja, já embarcados para lá, também será reforçado. "O jogo está duro, mas levaremos a visão moderna de uma pecuária sustentável, de qualidade, competitiva e com sanidade", afirma. Hoje só Santa Catarina tem aval para exportar carne suína a esses países.

GIRO

China não deve demorar a buscar carne bovina

NILTON FUKUDA/ESTADÃO-28/11/2019

A necessidade de abastecimento em um momento de oferta global restrita deve fazer a China voltar a comprar carne bovina do Brasil em breve, diz Alcides Torres, sócio-diretor da Scot Consultoria. Para ele, o embargo autoimposto pelo Brasil após o caso de "vaca louca" no Pará não se estenderá como o de 2021, que superou os cem dias.

VEM AÍ

Brasil preparado para exportar mais grãos

JONNE RORIZ/ESTADÃO-11/7/2008

Com uma safra recorde de grãos saindo do campo, a expectativa do mercado é de que as exportações atinjam volumes históricos este ano. Para debater o assunto, a Associação Nacional dos Exportadores de Cereais e a Associação Nacional dos Exportadores de Algodão vão se reunir na quarta-feira (1.º), em Brasília.

BROADCAST MERCADOS

VALORES DE MERCADO REFERENTES AO PREGÃO DE 24/02/2023

Ibovespa: **105.798,43 PTS.** | Dia **-1,67%** | Mês **-6,73%** | Ano **-3,59%**

MAIORES ALTAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
AZUL PN N2	7,62	4,96	13.069
GOL PN N2	5,65	1,44	9.675
MAGAZ LUIZA ON NM	3,61	1,40	52.223

MAIORES BAIXAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
DEXCO ON NM	6,42	-6,14	11.907
CSNMINERACAOON	4,62	-5,52	9.311
SID NACIONALON	16,52	-5,22	13.005

TR/TBF/POUPANÇA/POUPANÇA SELIC (%)

21/2 A 21/3	0,1094	0,9003	0,6099	0,5000
22/2 A 22/3	0,1467	0,9479	0,6474	0,5000
23/2 A 23/3	0,1474	0,9486	0,5825	0,5000

	Pontos	Dia%	Mês%	Ano%
NOVA YORK - DJIA	32.816,92	-1,02	-3,72	-1,00
FRANKFURT - DAX	15.209,74	-1,72	0,54	9,24
LONDRES - FTSE	7.878,66	-0,37	1,38	5,73
TÓQUIO - NIKKEI	27.453,48	1,29	0,46	5,21

TESOURO DIRETO (*)	Vcto.	Ano %	R$
IPCA	15/5/2029	6,13	2.799,35
	15/5/2035	6,36	1.909,83
JUROS SEMESTRAIS	15/8/2032	6,22	3.995,67
PREFIXADO	1º/1/2026	12,92	707,36
	1º/1/2029	13,48	478,71
SELIC	1º/3/2026	0,09	12.838,47

(*)TÍTULOS A VENDA

INFLAÇÃO (%)

Índice	Dezembro	Janeiro	No ano	12 Meses
INPC (IBGE)	0,69	0,46	0,46	5,71
IGP-M (FGV)	0,45	0,21	3,79	3,79
IGP-DI (FGV)	0,31	0,06	0,06	3,01
IPC (FIPE)	0,54	0,63	0,63	7,20
IPCA (IBGE)	0,62	0,53	0,53	5,77
CUB (Sinduscon)	0,18	-0,07	-0,07	8,51
FIPEZAP-SP (FIPE)	0,24	0,28	0,28	4,86

Índices de reajuste do aluguel (Fevereiro)

IGP-M (FGV)	1,0379	IPCA (IBGE)	1,0577
IGP-DI (FGV)	1,0301	INPC (IBGE)	1,0571
IPC-FIPE	1,0702	ICV-DIEESE	-

FATORES VÁLIDOS PARA CONTRATOS CUJO ÚLTIMO REAJUSTE OCORREU HÁ UM ANO. MULTIPLIQUE O VALOR PELO FATOR

INSS - COMPETÊNCIA (FEVEREIRO)

Trabalhador assalariado e doméstica*

Salário de contribuição	Alíquota
ATÉ R$ 1.302,00	7,5%
DE R$ 1.302,01 ATÉ R$ 2.571,29	9%
DE R$ 2.571,30 ATÉ R$ 3.856,94	12%
DE R$ 3.856,95 ATÉ R$ 7.507,49	14%

Autônomo (BASE EM R$)	Alíquota	A pagar (R$)
DE 1.302,00 A 7.507,49	20%	DE 260,40 A 1.501,49

VENCIMENTO 7/3. O PORCENTUAL DE MULTA A SER APLICADO FICA LIMITADO A 20%, MAIS TAXA SELIC.

CDB - CDI

Data	Taxa ano	Taxa dia	Mês%	Ano%
CDB (22/31)	13,65	-0,07	-0,07	0,00
CDI	13,65	0,00	0,00	0,00

AGRÍCOLAS - MERCADO FUTURO

	Venc.	Aju.	C. Abe.	Min.	Máx.	Var.%
AÇÚCAR NY*	MAR/23	21,28	35.968	21,23	21,78	-1,39
CAFÉ NY*	MAI/23	187,70	87.560	185,90	190,00	-1,05
SOJA CBOT**	MAR/23	15,290	68.742	15,260	15,443	-0,34
MILHO CBOT**	MAI/23	6,493	515.962	6,490	6,620	-1,52

(*) EM CENTS POR LIBRA-PESO (**) EM US$ POR BUSHEL

AGRÍCOLAS - MERCADO FÍSICO

	Ult.	Var. (%)	Var. 1 ano(%)
SOJA Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	163,61	-0,02	-17,16
BOI Cepea/esalq, R$/@	273,10	2,11	-19,84
MILHO Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	85,83	-0,45	-11,42
CAFÉ Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	1.141,39	-0,76	-19,93

MOEDAS E COMMODITIES

	Venda	Dia %	Mês %	Ano %
DÓLAR COMERCIAL	5,1987	1,23	2,40	-1,54
DÓLAR TURISMO	5,4090	1,43	2,44	-1,33
EURO	5,4850	0,79	-0,56	-2,70
OURO	297,800	0,27	-4,00	-1,39
WTI US$/BARRIL	76,5300	1,12	-3,32	-4,92
IBRENTUS$/BARRIL	82,9500	0,81	-2,96	-3,49

	US$ 1/NY	1 Euro/ Europa	1 Libra/ Londres	R$ 1/ Brasil
DÓLAR AMERICANO	1,000	1,0553	1,1953	0,1923
EURO	0,948	1,0000	1,1326	0,1822
FRANCO SUÍÇO	0,940	0,9922	1,1238	0,1808
LIBRA ESTERLINA	0,837	0,8829	1,0000	0,1609
IENE	136,392	143,9340	163,0220	26,231

AS MOEDAS NA VERTICAL:VALOR DE COMPRA SOBRE AS DEMAIS / FONTE: IDC

Investimento Renda fixa à frente

Produtos atrelados ao CDI rendem o dobro da Bolsa em 10 anos, diz estudo

Fatores como juros altos e risco político explicam rentabilidade de 135,3% no período, mas especialistas afirmam que investidor não deve descartar opções em renda variável

ARTUR NICOCELI
ESPECIAL PARA O E-INVESTIDOR

CDI* X IBOVESPA

Títulos que rendem 100% do CDI valorizaram 135,3%

Retorno acumulado em 10 anos

EM PORCENTAGEM

OBS.: LEVANTAMENTO CONSIDERA O ACUMULADO EM UM DETERMINADO PERÍODO. POR EXEMPLO, ENTRE 2013 E 2023, O CDI RENDEU 135,3%, ENQUANTO O BENCHMARK DA B3 VALORIZOU 71,31%; *QUALQUER ATIVO QUE PAGUE 100% DO CDI

FONTE: ECONOMATICA / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Entre os principais objetivos dos investidores tanto da renda fixa quanto da variável, está a busca por ativos que gerem bons retornos. E nos últimos dez anos os produtos atrelados ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI) foram mais interessantes do que o Ibovespa, aponta levantamento da Economatica.

De janeiro de 2013 a fevereiro deste ano, os títulos que rendem 100% do CDI valorizaram 135,3%, enquanto o índice de referência em renda variável da Bolsa no País subiu cerca de metade disso, 71,31%. Segundo especialistas, ambos os indicadores devem ser analisados no longo prazo.

Gustavo Gomes, sócio e especialista de renda variável da Acqua Vero, acredita que os produtos atrelados ao CDI renderam mais porque o Brasil tem histórico de inflação alta, obrigando o Comitê de Política Monetária do Banco Central a subir os juros. Como nos últimos dez anos a inflação oficial teve alta de 80,67%, os juros também subiram na sequência – a taxa DI, que nada mais é do que o juro decorrente das operações de CDI, está precificada em apenas 0,10 ponto porcentual abaixo da Selic e, quando uma sobe, a outra avança em seguida.

Rodrigo Knudsen, gestor de fundos da Empiricus Investimentos, afirma que, dado o fato de os juros poderem subir somente a cada 45 dias – intervalo entre as reuniões do Copom –, "os produtos atrelados ao CDI apresentam menos volatilidade e risco que a Bolsa, sendo mais atraentes aos investidores conservadores".

Ao mesmo tempo, o especialista da Acqua diz que a queda no preço do petróleo e do minério de ferro na última década – de 18,83% e 24,27%, respectivamente – também serviram para reduzir o interesse no mercado de renda variável. As duas commodities estão atreladas às empresas (Petrobras e Vale) que correspondem a quase 35% da carteira do Ibovespa.

Há outros dois motivos que explicam a diferença no desempenho dos dois índices na última década. O primeiro é que o mercado acionário no Brasil é menos desenvolvido do que em países com economias mais estáveis, como Estados Unidos. "Como o Brasil tem, historicamente, inflação e juros altos, a relação risco/ retorno do Ibovespa se torna pouco interessante", diz Bruno Monsanto, sócio da RJ Investimentos. Com menor atratividade da Bolsa, os investidores migram para a renda fixa.

RISCO POLÍTICO. O segundo motivo toca a seara política, já que a cadeira da Presidência foi ocupada nos últimos anos por rivais políticos com visões contrárias para a política monetária, "o que trouxe instabilidade sobre a economia doméstica", afirma o especialista. Dessa forma, Monsanto destaca que os investidores acabam por preferir ativos mais seguros, como a renda fixa.

> **Foco**
> **Renda fixa é vista como mais segura para investidores que fogem da volatilidade da Bolsa**

No final das contas, ao colocar na ponta do lápis, todos os motivos levaram na última década os investidores a desmontar posições em renda variável e alocar em renda fixa. Esse movimento reduziu o preço das ações, assim como provocou a desvalorização do Ibovespa, já que há mais oferta de ações no mercado secundário e menos demanda.

Tanto o sócio da RJ Investimentos quanto o sócio da Acqua Vero acreditam que vale ter posição em renda fixa e variável, visando a mitigar riscos e trazer melhores retornos. Quando um lado tomba, pode ser que o outro valorize. Assim, a carteira dos investidores fica balanceada ao longo do tempo. "É importante escolher as empresas e setores com atenção, considerando o momento político e econômico", diz o sócio da RJ Investimentos. ●

Daniel Martins

‘Ainda vale a pena investir em big techs’

CEO da GeoCapital fala sobre as oportunidades para investidores brasileiros em ativos no exterior

ENTREVISTA

Comanda gestora de recursos focada em fundos no exterior e com cerca de US$ 1 bilhão em ativos sob administração

LUÍZA LANZA

DIVULGAÇÃO/GEOCAPITAL

Martins vê diversificação de riscos com ativos no exterior

A partir de 3 de abril, uma nova regra da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) vai flexibilizar o investimento no exterior. A instrução CVM 175 vai permitir que investidores de varejo acessem fundos de investimento com 100% dos portfólios no exterior – uma classe que, até agora, só é disponibilizada a quem tem mais de R$ 1 milhão em ativos.

A atualização no mercado brasileiro acontece em um momento em que mais investidores buscam internacionalizar a carteira, principalmente em função dos juros altos nos Estados Unidos. Para quem tem apetite pela renda variável, ainda existem boas oportunidades "escondidas" nas Bolsas americanas, defende Daniel Martins, CEO da GeoCapital, gestora focada em fundos no exterior com cerca de US$ 1 bilhão em ativos sob gestão.

Ele reforça que a posição no exterior deve ser uma forma de diversificar os riscos intrínsecos ao mercado brasileiro, mas destaca que o momento também é oportuno para essa alocação.

Há um movimento de investidores interessados em internacionalizar o portfólio. Na GeoCapital houve um aumento da procura?
Sim. Claro que determinados momentos são cíclicos, mas temos visto uma aceleração desse interesse em investir no exterior. Do ponto de vista de mercado, lá fora, 2022 foi um ano difícil para as equities (*ações, em inglês*), caindo quase 20% nos principais índices. Quando o mercado vem de um ano muito negativo, as pessoas começam a procurar por oportunidades que possam estar ‘escondidas’. No Brasil, estamos em um momento político e econômico difícil. Isso faz com que seja natural que determinados investidores comecem a procurar a diversificação de seus ativos.

Quais são essas "oportunidades escondidas"?
Existem empresas com muitas oportunidades de crescimento, mas que ainda não geram o caixa necessário para financiar isso. Para essas, ainda estamos em um mercado mais difícil. Por outro lado, há aquelas com oportunidade de crescimento, mas já em um estado de maturidade e que precisam de menos capital externo para se financiar. É nesse segundo grupo que temos procurado focar os nossos investimentos. Vou citar alguns exemplos, olhando o nosso portfólio: Visa, Alphabet, Microsoft e Booking.

> ***"Lá fora, há modelos de negócio, moedas e geografias diferentes para ampliar as possibilidades de retorno da carteira dos investidores"***

Entra em vigor em abril deste ano uma nova regra da CVM que permite que investidores de varejo acessem fundos 100% alocados no exterior. Por que os brasileiros deveriam olhar para essa classe de ativos?
Para o investidor, é importante analisar a busca de retorno e diversificação de risco. Lá fora, há modelos de negócio, moedas e geografias diferentes para ampliar as possibilidades de retorno da carteira, sem se esquecer de não colocar todo o patrimônio em um único tipo de risco. O investidor que tem maior familiaridade com o assunto pode acessar esses mercados de forma direta. Por outro lado, o benefício de fazer isso via fundos é ter uma casa especializada que se dedica 100% a escolher entre 70 mil empresas de capital aberto no mundo, aquelas que são bons modelos de negócio e que estão sendo negociadas a uma boa relação de risco e retorno.

As Bolsas americanas terminaram 2022 no campo negativo. O que podemos esperar do desempenho neste ano?
O grande impacto em 2022 foi o aumento de juros para segurar a inflação. Para 2023, existe uma percepção de que esse movimento já foi feito. O ponto agora será ver de que forma isso vai afetar as demais variáveis macroeconômicas, e como isso vai afetar cada empresa. Nosso entendimento é de que o mercado de 2023 tem muitas oportunidades, principalmente para uma gestão ativa que se proponha a analisar diferentes modelos de negócios para identificar aqueles que têm maior capacidade de repassar pressões inflacionárias.

As big techs perderam trilhões em valor de mercado em 2022 e anunciaram demissões em massa. Ainda vale a pena investir?
No nosso entendimento, sim. Por mais que sejam resilientes, elas também são impactadas pela questão inflacionária e pela redução da atividade econômica. Por outro lado, algumas empresas têm determinados bolsões que continuam crescendo muito bem. Com alguns segmentos desacelerando e outros acelerando, vemos com bons olhos quando essas empresas decidem fazer determinados ajustes de alocação de despesa de pessoal. As demissões são as próprias empresas tentando se defender do impacto inflacionário e priorizando segmentos que têm demonstrado oportunidades maiores de crescimento. São ajustes naturais e esperados. ●

Antonio Penteado Mendonça

Chuvas de verão: círculo vicioso

Quem apostar na ocorrência de um desastre de origem climática no verão brasileiro pode ficar rico. Ou não, porque o evento é tão certo que o múltiplo a ser pago ao vencedor será baixo.

Não tem nada de novo debaixo do sol ou da chuva, já que é ela que costuma causar os danos mais pesados, verão depois de verão, pelo menos desde que os portugueses chegaram ao Brasil. Para dar uma ideia de como o tema é velho, disposição da Câmara Municipal, da época colonial, proibia morar nas zonas de várzea em volta de São Paulo porque as inundações eram responsabilizadas pelas epidemias que acometiam a vila.

Para ficar mais perto no tempo, apenas na década de 1960 o município de Caraguatatuba, no litoral norte de São Paulo, foi praticamente coberto pela lama que desceu da Serra do Mar, enquanto Santa Catarina teve o sul do Estado arrasado e Petrópolis foi devastada pelas chuvas torrenciais que caíram sobre a cidade.

Pelo menos dessa época para cá não teve um único ano em que tempestades de verão não tenham atingido alguma região brasileira, com ênfase para Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

O que aconteceu no litoral norte paulista não foi mais do que a repetição do que acontece todos os anos, só que em maior escala. E agravado pela falta de planejamento urbano ou, pior ainda, pelo descaso dos três níveis de governo com as condições de vida das populações mais carentes – mais uma vez, as mais atingidas porque, por falta de opção, são sistematicamente jogadas para as áreas de risco, tanto faz se no litoral norte ou na cidade de São Paulo.

Depois da devastação, o governador rapidamente se dirigiu para a região e passou a coordenar os trabalhos de salvamento. Se tem alguma coisa de que ele não pode ser acusado é de ser responsável pelos danos causados pela chuva e pelo descaso de décadas de administrações municipais que nunca se importaram com o problema.

O presidente também foi, com vários ministros, e as entrevistas concedidas foram todas no sentido de que tudo vai mudar e de que, daqui pra frente, o País vai viver uma nova realidade, pautada no planejamento e ocupação correta do solo.

Se lembrarmos o que aconteceu em 2011 na região serrana do Rio de Janeiro, quando a presidente era do partido do atual presidente – e que até hoje as vítimas estão esperando o socorro prometido –, não há muita razão para otimismo, mas a esperança é a última que morre.

Também é importante lembrar que o Brasil contrata pouco seguro e que, portanto, as indenizações não terão maior impacto na realidade das vítimas. A maioria dos mortos não tinha seguro de vida e a maioria dos imóveis não tinha seguro para deslizamento de terra ou danos causados pela água. Assim, a única carteira afetada pela tragédia será a de seguros de automóveis, já que centenas de veículos foram atingidos, e o seguro compreensivo cobre os danos sofridos por eles.

> ***Apesar de antiga, o País ainda não conseguiu resolver a questão da ocupação em áreas de risco***

Como no ano que vem teremos de novo tempestades de verão, é preciso começar a planejar a ocupação do solo, e é preciso aumentar a penetração dos seguros. ●

SÓCIO DE PENTEADO MENDONÇA E CHAR ADVOCACIA E PRESIDENTE DA ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS

Publicidade Ação social

FGV faz parceria para oferecer curso gratuito de marketing digital

Com 20 bolsas de estudo, iniciativa será voltada a jovens de baixa renda

WESLEY GONSALVES

A dificuldade para ter acesso à educação de qualidade é uma das principais barreiras para os jovens que moram em regiões de periferia na hora de conquistar seu espaço no mercado de trabalho, principalmente em setores como o mundo publicitário e do marketing, onde o nome das instituições faz diferença no currículo. Para tentar ampliar a diversidade dentro das agências de publicidade, o Centro de Estudos de Marketing Digital da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da FGV, desenvolveu um curso gratuito para a formação profissional de jovens que moram em regiões de periferia voltado para o mercado criativo. Por ser um projeto-piloto, por ora vai funcionar só em São Paulo.

O projeto é uma iniciativa da professora Lilian Carvalho, da FGV, em parceria com Felipe Bogéa, fundador da agência F2F. Na segunda edição do curso de marketing digital, 20 alunos serão selecionados para receber uma bolsa de estudos, que incluirá auxílio-transporte e alimentação durante o período de aulas presenciais.

A professora conta que a decisão de criar o curso foi para "evitar" que mais jovens da periferia sofram para conquistar uma carreira no mercado criativo. Nascida na periferia de São Paulo, Lilian lembra que, no passado, a ideia de estudar e estar em uma instituição de elite como a FGV era algo distante da sua realidade. "Eu estive nesse lugar, de achar que a publicidade ou a Faria Lima (*centro financeiro da capital*) não eram para mim, porque eu era da periferia. Eu não quero que isso se repita com eles. Nós queremos mostrar que esses lugares são para todos", afirma.

MARCELO CHELLO / ESTADAO – 25/02/2023

Professora da FGV, Lilian Carvalho é a idealizadora do projeto

Para Mário D'Andrea, presidente da Associação Brasileira de Agências de Publicidade (Abap) e sócio fundador da D'OM Soluções Improváveis, iniciativas como a da FGV são fundamentais para que as equipes nas companhias repliquem cada vez mais a realidade. "A propaganda deve refletir a sociedade em que está inserida", afirma D'Andrea.

'MENTORIA'. Ao todo, o projeto terá duração de três meses, sendo dividido em duas partes: no primeiro mês, os alunos terão aulas presenciais na própria FGV, para aprender sobre disciplinas como marketing digital, planejamento, criação, SAC e "soft skill" – termo em inglês para designar as habilidades comportamentais. Nos dois meses finais, os estudantes participarão de mentorias com executivos de empresas. Tanto os professores do curso quanto os mentores são voluntários no projeto. Bogéa, da F2F, explica que os executivos que participam do projeto são, na maioria, ex-colegas de trabalho e antigos clientes, que se voluntariaram no projeto. "O nosso principal objetivo é profissionalizar e empregar esses jovens", diz.

Para participar do programa, o estudante deve ter entre 18 e 25 anos, o ensino médio e residir na periferia de São Paulo. Inscrição ocorre até amanhã no site da FGV.●

Música *Disco*

Dom Salvador mistura jazz e samba em seu 'liquidificador'

Brasileiro, que toca há 45 anos em Nova York, lança no streaming seu 'Samborium' e é tema do vídeo 'Volta, Dom'

JOÃO MARCOS COELHO
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Tocar bateria foi o primeiro sonho do menino nascido em 12 de setembro de 1938, caçula numa família de 11 filhos, todos cantores/as e/ou instrumentistas em Rio Claro, cidade do interior paulista. O ritmo o fascinava. Mas não havia professor na cidade, o que o levou a outro instrumento de percussão.

"Foi por isso que escolhi o piano", revela Dom Salvador em entrevista ao **Estadão**, a propósito do lançamento de seu álbum *Samborium*, que chegou recentemente às plataformas de streaming e que deverá ser lançado futuramente também em vinil.

DASHA DARE

Dom: combinando talento com atenção às novas gerações

Aos 84 anos e há meio século morando em Nova York, Dom Salvador (nome artístico de Salvador da Silva Filho) explica o título: "Uma de minhas músicas se chama *Samborio*, e como a incluí neste álbum, resolvi colocá-la no título, mas botei em latim, para dar um charme extra".

Ele fala já abrindo um largo sorriso de mestre. Um mestre que combina a genialidade com uma atitude tranquila e atenta às novas gerações. ●

VEJA MAIS SOBRE O PROCESSO CRIATIVO DE DOM SALVADOR NA PÁGINA C8

Direto da Fonte
Gilberto Amendola *gilberto.amendola@estadao.com*

MARCELA PAES | MARCELA.PAES@ESTADAO.COM
PAULA BONELLI | PAULA.BONELLI@ESTADAO.COM
SOFIA PATSCH | SOFIA.PATSCH@ESTADAO.COM

Sem Café. *Iza Camargo*

‘Sem retorno financeiro nem emocional no trabalho você adoece’

Iza Camargo fez do limão uma limonada. A ex-jornalista da Globo – que foi demitida da emissora ao voltar de uma licença causada por burnout – acaba de lançar o podcast *Interioriza* onde fala, justamente, sobre saúde mental e o que chama de turismo interno. “Turismo interno é o nome que eu dou pra autoconhecimento. Por viver muito tempo nas armadilhas da competência eu não me respeitava e não me valorizava”, explica Iza à repórter **Marcela Paes**. No programa, Iza recebe pessoas de diversos segmentos para falar sobre o assunto, mas tem seu foco, principalmente, em falar com grandes executivos sobre boas práticas dentro das empresas. Leia abaixo:

O podcast é, de alguma forma, um produto do seu burnout?
Não, ele é um produto da nova Izabella. Ele não é um produto do burnout porque o burnout é um freio que te leva para uma nova identidade. Assim como todos os problemas de saúde, é um freio que devolve o equilíbrio. O *Interioriza* é um programa de entrevistas da nova Izabella. É uma Izabella que tem muito mais maturidade que antes para tratar justamente desses assuntos.

Você fez entrevista com grandes empresários, executivos. A ideia do podcast também é entender como ter mais saúde mental na relação com o trabalho?
Faço questão de trazer líderes de grandes empresas porque as empresas são vetores de transformação, pro bem e pro mal. O principal instrumento de transformação de toda a sociedade é o ambiente de trabalho. Temos que atualizar algumas condutas, não só dos liderados, mas dos líderes também. Aí a gente começa a falar de verdade sobre a transformação de cultura do trabalho, quando o CNPJ e o CPF falam a mesma língua. E só conseguimos falar a mesma língua com duas cabeças tão distintas, como as de líder e liderado, quando colocamos todos no mesmo lugar de vulnerabilidade.

O que ainda existe de mais nocivo na cultura de trabalho no Brasil?
Uma das coisas é a armadilha da competência. Os liderados trabalharem mais e aceitarem mais trabalho acreditando que terão reconhecimento financeiro ou emocional sem de fato receberem isso. E se você não tem retorno financeiro nem emocional no trabalho, você adoece. O trabalho é troca. Troca de horas de vida por salário. Outra coisa é a falta de comunicação clara entre as áreas, entre os profissionais. Para o empregado se sentir à vontade para falar sem ter medo ele precisa de segurança psicológica. Ele não pode ter medo de expressar as dúvidas, sugestões.

CAMARGO GIANCARLO CADENGUE/ POLETTO COMUNICAÇÃO

Iza Camargo foi diagnosticada com burnout há quatro anos

> *“Temos que atualizar algumas condutas, não só dos liderados, mas dos líderes também. Aí começamos a falar de verdade sobre a transformação da cultura do trabalho, quando CNPJ e CPF falam a mesma língua”*

> *“Respeito o meu sono, não abro mão do pilates e faço terapia para organizar as ideias. Hoje eu me incluo na minha própria agenda sem culpa”*

Acha que a maioria das empresas está indo por esse caminho mais humanizado?
Algumas sim, outras não. Empresas mais conservadoras, em que a gestão é mais conservadora, não. Empresas mais jovens, sim. Quando eu falo de jovem eu não estou falando nem de idade em si, estou falando de liderança com cabeça de aprendiz. Cultura se muda de médio a longo prazo. Então, eu preciso de um projeto, não adianta eu ter só uma ação. As empresas só vão conseguir promover a produtividade sustentável se os funcionários enxergarem que é de fato um projeto da empresa. Não adianta usar a sigla ESG (Governança ambiental, social e corporativa) se não for de verdade. Têm muitas que só usam a sigla no nome.

Qual seria um exemplo prático disso?
Numa conversa com o Sergio (Sampaio), vice-presidente do grupo Boticário, ele me falou que hoje o maior desafio é conciliar a questão do trabalho híbrido dentro da empresa. Ouvir os que querem trabalhar de casa, os que preferem ir para o trabalho. O desafio é conciliar.

Passar pelo Burnout foi o início do seu processo de olhar para dentro ou, como você chama, fazer turismo interno?
Sim. Turismo interno é o nome que eu dou pra autoconhecimento. Por viver muito tempo nas armadilhas da competência eu não me respeitava e não me valorizava, eu sempre esperava que o reconhecimento viesse de fora. E só com o burnout, quando fui obrigada a parar, é que eu comecei então essa viagem interna. Muta gente diz que os executivos não estão acostumados com esses termos, mas meu papel é exatamente esse, trazer essas questões para o debate. Toda semana eu converso com alguém que, não respeitando esse freio burnout, teve AVC, teve infarto e outras doenças bem mais graves. Não que esteja diretamente ligado, mas em muitas ocasiões as enfermidades foram precedidas por esse excesso.

O que você faz na prática para se manter saudável?
Respeito muito o meu sono, são quase sempre oito horas, com raras exceções. Também não abro mão do meu pilates três vezes na semana. E terapia para organizar as ideias. Hoje, eu me incluo na minha própria agenda sem culpa. E é isso o que eu procuro ensinar.

Entretenimento **História**

Disney faz 100 anos e encara desafios políticos e nos negócios

Exposição vai contar até 2028, nos EUA e na Europa, grandes feitos da empresa em momento em que sua imagem é rediscutida

BROOKS BARNES
THE NEW YORK TIMES

Walt Disney está morto há quase 57 anos. Nas próximas semanas, porém, ele começará a receber visitantes de museus em dois continentes.

Como parte do marketing extravagante de seu 100.º aniversário, a Walt Disney Co. usou vídeos de arquivo e ferramentas de inteligência artificial para criar um holograma realista de seu fundador – um avatar digital em tamanho real que fala com a voz de Walt Disney e aparece como parte de exposições interativas de obras de arte, adereços e figurinos da Disney que percorrerão o mundo até pelo menos 2028.

Passado e presente
A Disney foi fundada em outubro de 1923 e sua reputação começa a mostrar rachaduras

"Fico arrepiada toda vez que o vejo", disse Becky Cline, diretora dos Arquivos da Disney.

Espera-se que centenas de milhares de pessoas comprem ingressos – e a Disney precisa, mais do que nunca, que elas saiam com uma emoção semelhante: ah, sim, a marca mágica de entretenimento que combina nostalgia com 'como será que eles fizeram esse truque técnico?'. Vamos ver um filme da Disney, comprar lençóis da Disney e passar férias em um parque temático da Disney.

Por décadas, o público tem dito exatamente isso. Mas em uma reviravolta que teria parecido absurda apenas alguns anos atrás, a celebração do centenário da Disney chega em um momento em que a formidável posição da empresa na cultura começa a mostrar algumas rachaduras.

Cinco anos atrás, quando Cline começou a pensar nas exibições do museu Disney100, a Disney estava atingindo novos patamares nas bilheterias e desfrutando da compra de ativos da 21st Century Fox por US$ 71,3 bilhões. Agora, a Disney está cortando US$ 5,5 bilhões em custos e eliminando 7 mil empregos enquanto luta para enfrentar as perdas no streaming, a erosão da lucratividade da TV tradicional e as dívidas da pandemia e da aquisição da Fox.

A Disney continua sendo uma superpotência de bilheteria – *Avatar: O Caminho da Água* arrecadou US$ 2,2 bilhões em todo o mundo – mas seus dois últimos filmes de animação, *Mundo Estranho* e *Lightyear*, tiveram um desempenho muito inferior. Em novembro, ela demitiu seu CEO e tirou Robert Iger da aposentadoria para retomar o comando.

A empresa também se tornou uma questão política entre os conservadores, em parte por incluir personagens abertamente gays, lésbicas e queer em suas animações. O governador Ron DeSantis, da Flórida, que atacou a empresa como "woke Disney" (algo como "Disney ativista"), assumiu recentemente o controle do conselho que supervisiona o Walt Disney World, um movimento que tira a Disney da autonomia que ela desfruta há 56 anos.

DEVAGAR. A consequência: para a Disney, um pouco de polimento da marca pode não acontecer tão rapidamente. "É uma oportunidade única para a empresa lembrar as pessoas da amplitude e profundidade do que ela faz, ao mesmo tempo em que reforça as conexões emocionais com seus personagens e produtos", disse John Wentworth, professor de marketing de entretenimento no Emerson College. "Isso tudo parece especialmente importante agora."

A Disney começou a comemorar seu 100.º aniversário em setembro na D23 Expo, uma convenção de fãs em Anaheim, Califórnia. Bob Chapek, o CEO da empresa na época, prestou homenagem a Walt e Roy Disney, os irmãos que fundaram a empresa em 1923, e declarou que "10 décadas de criatividade, inovação e determinação" resultaram no "nome mais duradouro e amado no entretenimento". Mercadorias do centenário – orelhas da Minnie mergulhadas em platina, broches de edição limitada, produtos exibindo filmes da Disney dos anos 1930 e 1940 – foram colocados à venda.

A campanha ganhou força no mês passado, quando a Disneylândia se cobriu de bandeiras roxas e platinadas e abriu uma nova atração focada no Mickey e na Minnie. No domingo, 12, a Disney teve um espaço de 90 segundos durante o Super Bowl. O comercial destacou a história da empresa de "narrativa e inovação" e mostrou crianças vestidas como princesas brincando com sabres de luz de *Guerra nas Estrelas*. Também incorporou a voz de Walt Disney, agradecendo a artistas, trabalhadores e fãs. (Uma onda de adoração à Disney imediatamente invadiu o Twitter, embora algumas pessoas estranhassem ver um comercial chegando quase em sincronia com as demissões. Um porta-voz da Disney disse que ela usou os créditos de publicidade devidos pela Fox para cobrir o custo de veiculação do comercial).

Existem duas exposições do museu Disney100. Uma delas estreou no Franklin Institute, na Filadélfia, no último sábado, 18, e vai até 27 de agosto. Em seguida, fará uma turnê por Chicago, Kansas City e outras cidades. Uma outra Disney100, idêntica em design, será inaugurada em Munique em 18 de abril e segue para Londres no outono antes de ir para "outro lugar no mundo", disse Cline. Os ingressos no Franklin Institute custam de US$ 25 a US$ 45, dependendo da hora do dia, da idade e de o visitante querer ver o museu inteiro ou apenas a parte da Disney.

O QUE VER. Cada uma das exposições, de 15 mil metros quadrados, terá 250 itens em exibição, com os clássicos da Disney como foco. A turnê na América do Norte inclui parte do livro de histórias que abre *Branca de Neve e os Sete Anões* (1937), uma maquete para o castelo da Cinderela na Disney World e o globo de neve Alimente os Pássaros de *Mary Poppins* (1964), que Cline chamou de "muito, muito querido para mim".

Os filmes da Marvel, a franquia *Guerra nas Estrelas* e os sucessos da Pixar também foram incorporados, juntamente com referências às divisões da Disney, como National Geographic e ABC. "Queremos garantir que todos tenham a oportunidade de aproveitar a exposição, não apenas a sua época", disse Cline, observando que o evento é organizado por temas (a importância da música para o conteúdo da Disney, fontes de inspiração) e não cronologicamente. ● /TRADUÇÃO LÍVIA BUELONI GONÇALVES

FOTOS HANNAH YOON/NYT

1. Bandeiras anunciando a abertura da Disney100 no Franklin Institute e 2. um robô de 'Guerra nas Estrelas' exibido na mostra

Horóscopo Quiroga

oscar@quiroga.net

Misturar tudo
Data estelar: Lua quarto crescente em Gêmeos

Apesar da urgência que sentes, será melhor ganhar um pouco mais de tempo para amadurecer teus planos e passar em revista tuas pretensões, mas ganhar tempo não significa te distrair com tanta coisa interessante que pipoca magicamente aí, na tela de teu celular, te convidando a investir teu precioso tempo na roda eterna do entretenimento.

Não precisas acelerar nada nem tampouco viver como se tudo que de mais importante houvesse pudesse vir só depois de satisfazeres tua vontade de entretenimento, tua experiência de vida não é exclusivamente produzir, mas tampouco é um sofá confortável onde possas assistir passivamente a vida proceder como se fosse um seriado interminável.

Hoje, pelo menos hoje, é bom misturares um pouco de tudo, produção e entretenimento, dor e alegria sintetizadas em tua alma. ●

ÁRIES 21-3 a 20-4
Mesmo que pareça impossível, vale a pena o atrevimento, porque entre a imaginação e a realidade prática sempre parecerá haver um abismo intransponível, mas que se fosse intransponível, nós ainda moraríamos nas cavernas.

TOURO 21-4 a 20-5
Aquilo que é mais importante é, muito provavelmente, aquilo que não é percebido, porque as pessoas se distraem com assuntos banais, lhes outorgando uma importância que não merecem. E o mais importante passa despercebido.

GÊMEOS 21-5 a 20-6
Não é fácil nem difícil, está tudo dentro do seu alcance, porque apesar de a imaginação parecer que propõe coisas impossíveis, este é o momento auspicioso para dar os primeiros passos na direção de algo grandioso.

CÂNCER 21-6 a 21-7
As rotinas são boas, mas precisam ser questionadas de tempos em tempos, para não se transformarem na prisão que impede sua alma de se lançar à aventura da vida, ampliando o repertório e entendimento sobre tudo e todos.

LEÃO 22-7 a 22-8
Tudo anda mudando muito e mais rapidamente do imaginado, portanto, não seria interessante você se apegar aos conceitos que serviram de orientação até agora, é importante fazer o possível para ampliar o entendimento.

VIRGEM 23-8 a 22-9
O exemplo de superação de algumas pessoas há de servir de referência para sua alma evitar o desânimo, ou se sentir carta fora do baralho. A vida é uma experiência complexa que não pode ser definida com facilidade.

LIBRA 23-9 a 22-10
Seja pelo esforço ou seja pelo toque misterioso da boa fortuna, fato é que algumas coisas interessantes se processam através dos relacionamentos que sua alma considera mais significativos. Coisas que merecem atenção.

ESCORPIÃO 23-10 a 21-11
Boa vontade não falta, o que talvez falta é foco no que realmente é valioso e que merece uma aproximação mais cuidadosa, porque sua alma anda misturando prioridades e se esquecendo de quais são as fundamentais.

SAGITÁRIO 22-11 a 21-12
Os pontos em comum se encontram disponíveis, mas só podem ser aproveitados pelas pessoas realmente interessadas em substituir os conflitos pela harmonia, porque esta não acontece quando só se espera por ela.

CAPRICÓRNIO 22-12 a 20-1
A única magia disponível para fazer tudo acontecer é você utilizar com eficiência os instrumentos físicos, emocionais e intelectuais com que a natureza brindou. E isso se faz com força de vontade.

AQUÁRIO 21-1 a 19-2
Tudo que de melhor você pretender fazer há de começar com uma conversa à toa, sem compromisso, mas colocando sobre a mesa seu coração, que arde de vontade de se engajar em algo que amplie o entendimento sobre a vida.

PEIXES 20-2 a 20-3
Procure focar nos benefícios que você pretende colher, no resultado de seus atos, na satisfação de seus desejos. De vez em quando vale a pena centrar o foco em sua própria alma, para depois ajudar quem quer que seja.

HQ *Polêmica*

Criador de 'Dilbert' faz comentário racista e jornais cancelam tira

Scott Adams ganhou fama na década de 1990 com a tirinha cômica que faz críticas ao mundo do trabalho

MARCIO JOSE SANCHEZ/AP

Fala no YouTube gerou reação

Diversos jornais dos Estados Unidos decidiram não publicar mais a famosa tirinha cômica *Dilbert*, uma crônica contundente do mundo do trabalho, depois que seu criador, Scott Adams, publicou um vídeo referindo-se à população negra como "grupo de ódio".

Em seu programa veiculado na quarta, 22, no YouTube, o cartunista de 65 anos fez comentários sobre uma pesquisa recente da Rasmussen Reports que mostrava que apenas uma pequena maioria de pessoas negras entrevistadas afirmava estar de acordo com a afirmação "é ok ser branco".

"É um grupo de ódio e não quero ter nada a ver com eles", afirmou. "Tal como estão as coisas neste momento, o melhor conselho que eu poderia dar aos brancos é: afastem-se dos negros", acrescentou.

A USA Today Network, responsável pela publicação de centenas de jornais nos EUA, anunciou que "já não vai mais publicar a tirinha" devido "aos últimos comentários discriminatórios de seu criador". No sábado, 25, o *Washington Post* disse que o quadrinho não estaria mais presente em suas páginas a partir de agora, mas que já não havia tempo hábil para evitar sua publicação nas edições do fim de semana. ● / AFP

QUADRINHOS

Minduim Charles M. Schulz

Recruta Zero Mort Walker

Turma da Mônica Maurício de Sousa

O melhor de Calvin Bill Watterson

Frank & Ernest Bob Thaves

BEM PENSADO *"Um pouco de desprezo economiza bastante ódio"* **Jules Renard**

Cinema *Evento*

Berlinale surpreende até os premiados e reafirma compromisso político

Presidente do júri, Kristen Stewart disse, em seu discurso final, que filmes nos contam 'coisas necessárias sobre estado do mundo'

LUIZ CARLOS MERTEN
ESPECIAL PARA O ESTADÃO
BERLIM

Havia, desde o começo, muita curiosidade e até desconfiança pelo que o júri presidido por Kristen Stewart poderia premiar no Festival de Berlim. Kristen é uma popstar. Há muito que deixou de ser a protagonista de *Crepúsculo*, e há algum tempo se exercita no cinema autoral (Olivier Assayas, Mia Hansen-Love, Pablo Larraín).

Kristen fez um discurso apaixonado no palco, no sábado, 25. "Às vezes alguns filmes vêm nos dizer coisas necessárias sobre o estado do mundo que vivemos. Não são filmes fáceis. Nos obrigam a compartilhar sentimentos, a ter empatia." E anunciou que o Urso de Ouro ia para *Sur L'Adamant*.

Chamado ao palco, o diretor Nicolas Philibert não conseguia ocultar a surpresa. "Mas vocês estão loucos?", dirigiu-se ao júri. Justamente a loucura. L'Adamant é o nome do barco, ancorado no Sena, em Paris, que abriga um centro de acolhimento a pessoas com distúrbios mentais. No final, o diretor deixa o espectador com uma pergunta: Nesse mundo de ódio, até quando existirão pessoas assim, com seu olhar compassivo para a exclusão social e o sofrimento humano?

O interessante é que um dos documentaristas mais prestigiados hoje, Mark Cousins, integrava o júri especial que premiou o melhor doc. Philibert foi ignorado nesta categoria. Ganhou a mexicana Tatiana Huezo, *por El Eco*, sobre tradições numa comunidade fronteiriça.

É possível que a experiência de Kristen com autores franceses e a presença da atriz franco-iraniana Golshifteh Farahani no júri tenham influenciado as escolhas. Houve mais um francês premiado, e Philippe Garrel ficou tão ou até mais surpreso do que Philibert. O júri justificou a escolha de *Le Grand Chariot* citando a juventude do cineasta de 74 anos. Eterno nouvelle vague, Garrel dedicou seu Urso de Prata a Godard, morto em 2022.

Stewart ajudou a entregar o prêmio de interpretação. Falou do que significa representar, em especial quando se é criança. Kristen sabia do que falava. O prêmio foi para Sofia Otero, do longa espanhol *20.000 Espécies de Abelhas*, de Estibaliz Urresola Solaguren. A família da atriz de nove anos chorava copiosamente.

Fora das telas

Mais engajado dos festivais teve manifestações diárias em defesa das mulheres no Irã e apoio à Ucrânia

Foram dias intensos de um festival que começou com uma fala, em vídeo, de Zelenski agradecendo o apoio à Ucrânia e teve manifestações diárias em defesa das iranianas. ●

CRUZADAS

NA WEB | Jogue as cruzadas http://bit.ly/3xMYbNc

Empregado da alfândega
Fêmea do Rei dos Animais
Órgão de defesa do meio ambiente
Morada de Adão e Eva (Bíblia)
Do lado externo
Ana Néri, enfermeira
Contagem do tempo de vida
Desenho animado dos estúdios Disney
Prato típico brasileiro (Cul.)
Ligação; união (fig.)
Personagem do "Sítio do Picapau Amarelo" (Lit. inf.)
Do, em espanhol
Porção de um todo
Grande deserto africano
Consoantes de "moda"
Terminar a costura
Cobre o corpo do gato
Interjeição de admiração
Peixe dotado de ferrão
Estado da capital João Pessoa
A Última (?): o cemitério
Medicina (abrev.)
Publicação como a "Coquetel"
Deus nórdico (Mit.)
Veículo ferroviário
Dígrafo de "farrapo"
Ave do cerrado
Aquele que não tem forças
Tecla "apagar" das calculadoras
(?)-nascido: bebê
E M A
(?) Luxemburgo, técnico brasileiro (fut.)
Nome da 13ª letra do alfabeto
Alimento ingerido sem cozimento
Título nobre inglês
(?) logo: em breve
Conjunto de vozes da igreja
201, em algarismos romanos
O das montanhas é puro
Período que antecede o noivado
Parte macia das escovas de dentes
Filhote de jumento com égua

BANCO 3/del — sir. 4/thor. 6/arraiá — namoro. 7/fracote.

www.coquetel.com.br

CRIPTOGRAMA E CAÇA-PALAVRAS *Nesta seção, todos os dias, um jogo diferente para você*

Para letras iguais, números iguais. Nas casas em destaque, o movimento militar de inspiração cristã convocado pelo Papa Urbano II, em 1095, que partiu da Europa Ocidental em direção à Terra Santa.

Livro de Olavo Bilac.		1	2	3	4	5	3
Não cede.		2	3	4	3	6	2
Introduzir por meio de seringa.		7	8	2	6	5	9
Na (?): sem esforço (bras.).		5	10	4	1	6	5
Alto.		11	2	12	5	13	1
Dificuldade para dormir.		7	3	1	7	4	5
Morar; habitar.		2	3	4	13	4	9
Arremessado.		6	4	9	5	13	1
Órgão da cavidade craniana, torácica ou abdominal.	12	4	3		2	9	5
A dificuldade do dorminhoco.	5	10	1		13	5	9
Cegueira (?): é causada pela carência de vitamina A.	7	1	6		9	7	5
Aquele que foi ungido com óleo sagrado.	14	2	7		4	13	1
Nascido em Beirute.	11	4	14		7	2	3
(?) Feghali, política.	8	5	7		4	9	5
Enfrentar.	2	7	10		9	5	9

SUDOKU

NA WEB | Jogue o sudoku http://bit.ly/3EAeEbf

Nível Fácil

1	3				4	6	5	8
9	4						1	3
7			6					
5				4		2		
		1		9				7
					3			4
3	6						9	2
4	5	8	1				7	6

SOLUÇÕES

CHARLES PLATIAU/REUTERS

Objetivo oculto
Reforma se insere em uma tentativa mais ampla de Macron de colocar o trabalho no cerne de seu projeto para o segundo mandato

ARTIGO The Economist

Para parte da França, progresso de uma sociedade passa por aliviar carga de trabalho

A batalha de franceses pelo direito à preguiça

"Macron, acabe com a sua aposentadoria, não com a nossa!", dizia um cartaz pintado a mão durante uma marcha de protesto recente em Paris. "Metrô, trabalho, túmulo", dizia um outro, em uma nota mais existencial. O governo do presidente Emmanuel Macron tem enfrentado sucessivas greves de um dia, em protesto contra seu plano de elevar a idade mínima de aposentadoria de 62 para 64 anos. Duas greves delas, em janeiro, levaram mais de 1 milhão de pessoas às ruas em todo o país. Todos os sindicatos da França apoiam mais ação da indústria. A maioria dos partidos de oposição e a maioria dos franceses se colocam resolutamente contra a reforma no sistema de aposentadoria.

A legislação, submetida ao Parlamento no dia 6, não apenas dividiu o país, mas ocasionou um debate entre surdos. O governo afirma que a reforma é "indispensável" para o regime de pensões equilibrar suas contas e a França preservar suas generosas pensões, num momento em que as pessoas vivem em média aproximadamente uma década a mais do que em 1980. Opositores acusam o governo de desmantelar com brutalidade direitos duramente adquiridos em um Estado de bem-estar social moderno.

CONVENCIMENTO. Até aqui, o governo centrista de Macron foi incapaz de convencer os franceses que elevar a idade mínima de aposentadoria é necessário ou uma maneira justa de limitar um déficit anual nas pensões, que chegará a € 14 bilhões (cerca de R$ 76,7 bilhões) em 2030. Críticos da Nupes, uma aliança de esquerda de oposição, afirmam que seria mais justo taxar "superlucros" ou os ricos. Um imposto de 2% sobre os ativos dos bilionários franceses, sugeriu um relatório do instituto Oxfam na França, aniquilaria o déficit nas aposentadorias da noite para o dia – apesar de os bilionários presumivelmente terem outras ideias para seu dinheiro. O partido de direita Republicanos, que em uma encarnação anterior elevou a idade mínima de aposentadoria de 60 anos para os atuais 62, agora tem o descaramento de insistir que a versão de Macron é injusta.

PROJETO POLÍTICO. Ao colocar o foco estritamente sobre a idade da aposentadoria, ➔

YVES HERMAN/REUTERS

Em protesto de 11 de fevereiro, em Paris, cartaz pede que se escute a 'raiva do povo'; atos têm reunido mais de 1 milhão contra elevação da idade de aposentadoria

BENOIT TESSIER/REUTERS

Alvo de greves, Macron aposta em reforma para valorizar 'cultura do trabalho', além de ajustar contas

➔ contudo, o governo também não explica que a questão não é só sobre contas. Ela se insere em uma tentativa mais ampla de Macron de colocar o trabalho no cerne de seu projeto para o segundo mandato.

"Reformar as pensões", afirma Marc Ferracci, economista do trabalho e parlamentar pelo partido centrista de Macron, "é central para o objetivo de campanha de implementar o pleno emprego e elevar o índice de emprego entre os trabalhadores mais velhos".

Pleno emprego significaria baixar o índice de desemprego dos atuais 7% para cerca de 5%, nível que não é visto desde 1979. Em 56%, o índice de trabalhadores com idades entre 55 e 64 anos empregados na França, que subiu 5 pontos durante o mandato de Macron, permanece bem abaixo dos 72% na Alemanha.

NOVAS REGRAS. Para alcançar esse objetivo, o governo pretende introduzir uma "proporção de seniores" obrigatória, para monitorar a fatia de trabalhadores idosos nas folhas de pagamento e desestimular as empresas a demitir os grisalhos. Para os jovens, está aumentando o número de estágios, que chegou a 980 mil em 2022, maior nível já registrado. Paralelamente, o governo endureceu as regras para benefícios econômicos aplicáveis durante períodos de crescimento econômico e escassez de mão de obra. Muitas empresas na França relatam atualmente problemas para preencher suas vagas de trabalho.

Um projeto desse tipo faz sentido para a França. A dificuldade é que, desde a pandemia, muitas sociedades começaram a repensar a natureza do trabalho. E, na mentalidade francesa, o progresso na direção de uma sociedade melhor é medido aliviando a carga de trabalho.

Em 1880, o pensador socialista Paul Lafargue publicou *Le Droit à la Paresse* (*O direito à preguiça*) argumentando a favor de uma jornada de trabalho de três horas e denunciando a "loucura da paixão pelo trabalho". Duas décadas atrás, *Bonjour Paresse* (*Bom dia, preguiça!*), um guia para não fazer nada no trabalho sem ser percebido, se tornou best-seller.

TEMPO LIVRE. A diminuição nas horas laborais, projetada originalmente para proteger trabalhadores de abusos, tornou-se parte da história da França no pós-guerra. Em 1982, François Mitterrand baixou a idade mínima de aposentadoria de 65 para 60 anos. Duas décadas depois, a França introduziu a semana laboral de 35 horas. A fatia de franceses que consideram trabalhar "muito importante" caiu de 60% em 1990 para apenas 24% em 2021, de acordo com o instituto de pesquisas Ifop.

A pandemia acelerou essa mudança, afirma Romain Bendavid em um artigo para a Fondation Jean-Jaurès, um centro de análise. Até 2022, apenas 40% dos franceses afirmavam preferir ganhar mais e ter menos tempo livre, enquanto que em 2008 esse número era de 63%.

Se os políticos franceses estão falando sobre tudo isso, a discussão ocorre principalmente para a troca de insultos e divulgação de slogans. Sandrine Rousseau, líder verde da coalizão Nupes, argumenta francamente pelo "direito à preguiça" e quer uma semana laboral de 32 horas. O ministro do Interior de Macron, Gérald Darmanin, critica a Nupes qualificando-a como um grupo de "pessoas que não gostam de trabalhar" e pensam que podem viver em uma "sociedade sem esforço".

PRODUTIVIDADE. Na realidade, a sociedade francesa é mais complexa do que indicaria essa guerra de palavras. Graças a regras mais brandas, os trabalhadores franceses encaram em média atualmente uma semana laboral mais extensa (de 37 horas) do que os alemães (35 horas) e são quase tão produtivos quanto eles por hora trabalhada. Mesmo dentro da Nupes, alguns políticos, incluindo Fabien Roussel, líder do Partido Comunista, incorporam o valor do trabalho.

Pesquisa
Fatia de franceses que consideram trabalhar 'muito importante' caiu de 60%, em 1990, para 24%, em 2021

Os franceses podem dizer que o trabalho não é mais central em suas vidas, mas um novo estudo do Institut Montaigne, um centro de análise, mostra que três quartos deles também afirmam que são muito felizes no trabalho, um índice que permanece estável há vários anos.

A França, contudo, não está empreendendo esse debate, e a opinião pública tem endurecido contra a reforma nas pensões: hoje, 64% são contra, uma elevação de 3 pontos em relação a janeiro. Macron, afirma uma fonte próxima a ele, está determinado em se manter firme.

Se o presidente não conseguir os votos necessários no Parlamento, onde ele já não comanda a maioria, a reforma pode ser aplicada por meio de uma provisão constitucional especial, porém sob o risco de ocasionar novas eleições legislativas. Mas mesmo conseguindo aprovar sua legislação, se Macron não for capaz de encontrar uma maneira de convencer os franceses a respeito de seus méritos, ele poderia ter seu nome associado a uma reforma bem-sucedida, mas num país amargamente ressentido. ●

TRADUÇÃO DE AUGUSTO CALIL

Radar do streaming

Por Pedro Venceslau

TWITTER FACEBOOK

NETFLIX

'Caleidoscópio' promete revolução, mas com spoiler

A Netflix anunciou *Caleidoscópio* como uma revolução no jeito de ver séries, mas o resultado final da experiência é um corredor de spoilers. Um vídeo de apresentação inicial explica que cada episódio é uma peça do quebra-cabeça. Você entra no crime – um roubo a banco planejado por 25 anos – por onde achar melhor e vai decifrando quem traiu quem, quem se deu bem, quem se deu mal e a história dos personagens. O formato é inovador, interativo e quase lúdico: o espectador decide a ordem dos capítulos, que são divididos em cores. Até aí, tudo bem. A princípio é divertido ter o poder de escolher um caminho. A promessa é que não importa se você optou por começar antes, durante ou depois do assalto. Mas não é bem assim. ●

● SEM MILAGRE
Quem inverte totalmente a ordem cronológica e inicia a jornada depois do roubo fica sabendo de desdobramentos que comprometem os episódios que retrocedem no tempo. Não existe milagre.

● SEQUÊNCIA
A Netflix tanto sabe disso que sugeriu uma sequência. Mas o barato não é justamente fugir dos padrões? A plataforma também sugere que *Branco*, o "último episódio" da série limitada, seja o último a ser visto por retratar o roubo em si.

● PROTAGONISTA
Independentemente do formato, *Caleidoscópio* é uma série bem-feita e sob medida para matar o tempo na ausência de algo melhor. Um ponto forte é a presença do ator Giancarlo Esposito, o Gus de *Breaking Bad*, que agora interpreta o líder do projeto de roubar US$ 7 bilhões. A produção é daquelas que esbanjam recursos, boas cenas de ação, conspirações com tiros, porradas e bombas na medida certa.

● HISTÓRIA
Logo no primeiro capítulo da série *1983*, primeira produção polonesa da Netflix, um dos personagens aparece lendo o clássico *1984*, de George Orwell, o que deixa claro onde o roteiro quer chegar. Estamos na Polônia de 2003, 20 anos após um atentado terrorista ter selado o destino do país, que integra o temido império soviético. Nessa realidade distópica, o democrata Al Gore é o presidente dos Estados Unidos durante uma guerra fria que não derrubou o Muro de Berlim.

● MILÍCIA DO POVO
Há uma investigação em curso na Milícia do Povo, nome que o governo comunista deu à sua polícia, na qual um investigador obstinado se une a um filho ilustre da pátria para desvendar um suicídio mal explicado que pode ser a ponta do iceberg de uma grande conspiração. A ação transita entre 1983 e 2003 enquanto acompanha a escalada dos acontecimentos e revela os bastidores nada republicanos de uma ditadura envelopada como poder popular.

● O ORFANATO
Nessa Polônia que não conheceu Lech Walesa nem experimentou o capitalismo selvagem é o partido, o grande irmão, quem traça os objetivos e as leis e define o que é certo, errado e duvidoso. A série é provocativa sem ser panfletária.

● KARDEC
Protagonizada e dirigida por Karim Akadiri Soumaïla, a série documental *Em Busca de Kardec* chegou à Amazon. A produção aborda o surgimento do espiritismo na França, no século 19, e a difusão dessa religião no Brasil em paralelo à história de Allan Kardec, idealizador da doutrina.

● THRILLER POLÍTICO
Conspiração, de 2001, é mais uma pérola escondida no cardápio da HBO Max. Não é um filme de guerra, mas um thriller político de alto nível.

Música **Lançamento**

Fusão de samba e jazz vem de talentos cruzados na noite de Nova York

Encontro com novos parceiros na pandemia definiu o 'samba na mão esquerda, fraseado de jazz na direita' para Dom Salvador

JOÃO MARCOS COELHO
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

DASHA DARE

O pianista Dom Salvador entre o baterista Graciliano Zambonin (E) e o baixista Gili Lopes

Samborium é o resultado dos encontros "praticamente diários" de Dom Salvador, durante a pandemia, com dois novos parceiros, também vivendo em Nova York: o contrabaixista Gili Lopes e o baterista Graciliano Zambonin. Pela primeira vez em 43 anos, ele não podia trabalhar no River Café, fino restaurante do Brooklyn, onde cinco dias por semana toca "piano romântico", como diz, "sem quebradeira", há 45 anos, desde 1977 (mudou-se para Nova York em 1973).

"São dois grandes músicos, e a pandemia nos aproximou de forma muito bonita", diz Dom Salvador. O resultado é arrebatador. Quatro temas jazzísticos – um de Billy Strayhorn, alter-ego de Duke Ellington, e três de Thelonious Monk, o mais original e inventivo pianista do jazz moderno – convivem com temas autorais entremeados de improvisos absolutamente diferenciados.

EMPATIA. A empatia se estabelece desde os primeiros acordes de *Upper Manhattan Medical Center*, de Strayhorn. A estranheza deliciosa do seu piano foi muito bem definida pelo crítico de jazz norte-americano Ben Ratliff, em 2018 no *The New York Times*: "Samba na mão esquerda e fraseado de jazz na mão direita".

Para entender, depois de se embasbacar com este piano diferenciado, é preciso retornar ao estudante de música clássica em Campinas, no Conservatório Carlos Gomes, e depois na Escola Magdalena Tagliaferro. "Sem técnica você não vai a lugar nenhum", adverte. "Porque estudei música clássica, dominava a técnica."

O complemento ideal aconteceu já no Rio de Janeiro, quando acompanhou Elis Regina em seu primeiro show no Beco das Garrafas, no início dos anos 1960, e teve em seguida no baterista Edison Machado uma alma gêmea musical. *Rio 65* e *Tristeza*, surgidas no ano seguinte, foram verdadeiras revoluções na música instrumental brasileira.

Dom define com simplicidade o diferencial da bateria de Edison, o primeiro a tocar samba-jazz, que emulou ao piano: "Casou com meu estilo. Me incomodava o ritmo imutável, direto, da bateria, em que não havia interação. Eu escutava muito jazz. Philly Joe Jones tinha muita interação. Era aquilo que eu gostaria de ouvir atrás. E o Edison fazia isso".

Houve outra fonte direta do samba-jazz: a faixa *Billy Boy*, no LP *Milestones*, de 1958. Nessa canção, gravada antes por Ahmad Jamal (1951), Miles deixou rolar só o trio Red Garland (piano), Paul Chambers (contrabaixo) e Philly Joe Jones (bateria). Era um compasso jazzístico 4/4, mas com pulsação de 2/4, ou seja, de samba. "Acendeu uma luzinha, coloquei mais este ingrediente no meu liquidificador criativo", recorda, rindo.

EM VÍDEO. Ele completa 85 anos em setembro próximo. Tem total domínio técnico do instrumento e se renova ao tocar com os "meninos" dos quais se cerca em *Samborium*.

Coincidentemente, recebeu neste momento uma linda homenagem do Jorginho Neto Collective & Big Band, formado por músicos da periferia da Grande São Paulo. Eles postaram, em 30 de janeiro passado, o vídeo de *Volta Dom*, composição e arranjo do trombonista Jorginho. É um dos seis vídeos sendo lançados semanalmente nas plataformas digitais.

O álbum será lançado no segundo semestre deste ano, acoplado a um documentário mostrando como a música pode transformar a vida de uma comunidade inteira. ●

PortoSeguroSA

Demonstrações Financeiras 2022

Seguros

Número de clientes

Itens comercializados	17,9 milhões

Automóvel

Prêmios emitidos	14,2 bilhões
Veículos segurados	5,7 milhões

Vida e Previdência

Contribuições de PGBL e VGBL	427,7 milhões
Participantes de planos de previdência	120,6 mil
Prêmios auferidos	1,3 bilhão
Vidas seguradas	4,6 milhões

Patrimonial

Prêmios	2,4 bilhões
Itens segurados	2,4 milhões

Saúde

Saúde empresarial

Prêmios	3 bilhões
Vidas seguradas	413 mil

Odontológico

Prêmios	153,2 milhões
Vidas seguradas	668 mil

Serviços Médicos/Saúde Ocupacional

Receitas	136,4 milhões
Vidas	353 mil

Negócios Financeiros

Cartão de crédito

Receita	2,4 bilhões
Clientes	3 milhões

Financiamento

Receita	559,6 milhões
Clientes	126 mil

Consórcio

Receita	558,1 milhões
Clientes ativos	243 mil
Clientes contemplados	24,2 mil

Serviços

Carro Fácil

Receita	298 milhões
Contratos ativos	13 mil

Porto Faz e Reppara!

Receita	71,5 milhões
Quantidade de serviços - Porto Faz	103 mil
Contratos ativos - Reppara!	27 mil

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF n° 02.149.205/0001-69
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco B - 11° andar - Campos Elíseos
CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

PortoSeguroSA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,
Submetemos à vossa apreciação o Relatório de Administração da Porto Seguro S.A. e controladas e as correspondentes Demonstrações Financeiras, juntamente com o Relatório dos Auditores independentes, referente ao exercício de 31 de dezembro de 2022.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2022, a Porto Seguro registrou o maior crescimento anual de receitas em mais de 10 anos, atingindo R$ 27,9 bilhões (+29,4% vs. 2021), impulsionado pela expansão em duplo dígito de todas a verticais de negócios. Além disso, a Companhia preservou o ROAE na casa dos dois dígitos em 2022, a exemplo da rentabilidade sobre o patrimônio líquido alcançada em todos os anos desde a abertura de capital ocorrida em 2004, sustentada pela solidez e qualidade de seus negócios.

Na vertical Porto Seguro, após um início de ano mais desafiador, em decorrência principalmente do forte ciclo de elevação nos preços dos veículos iniciados em 2021, com impactos sobre a sinistralidade do seguro Auto, a vertical obteve uma recomposição gradativa das margens e retornou a patamares próximos da média histórica ajustada nos últimos meses do ano, fruto da disciplina de precificação e subscrição de riscos. Neste contexto, a Porto Seguro se mostrou resiliente, com uma queda de apenas 1,7% na frota segurada mesmo diante dos ajustes de preços realizados. A receita total da vertical aumentou 26,5% (vs. 2021), impulsionado pelo seguro Auto, enquanto o Índice Combinado da Porto Seguro foi 3,9 p.p. maior do que em 2021, atingindo 95,7%, impactado pela elevação da sinistralidade. Vale ressaltar que os ajustes na precificação e subscrição de riscos refletem gradativamente nos resultados, em decorrência do reconhecimento diferido dos prêmios ganhos. No consolidado dos Seguros Patrimoniais e de Transportes, o crescimento foi de 16,6%, alavancado em maior parte pelo seguro Empresarial, que obteve um aumento significativo de 31,0% nos prêmios, beneficiado pelo aumento da atividade econômica e pelo desempenho de vendas do período, reforçando a liderança da Porto Seguro neste segmento. No seguro de Vida, a expansão dos prêmios foi de 23,8%, com destaque para o crescimento dos seguros de Vida em Grupo e Prestamista (+11,8% e +140,0% vs. 2021 respectivamente).

A vertical Porto Saúde expandiu em 35,1% seu faturamento anual, através principalmente do aumento de 64 mil vidas no seguro Saúde em comparação ao mesmo período do ano anterior, atingindo 413 mil vidas. No consolidado da vertical, o número total de vidas atingiu 1,2 milhão (+6,6% vs. 2021). O desempenho observado é fruto da continuidade do trabalho de ativação de corretores, de investimentos em tecnologia, da manutenção das taxas de renovação, além de uma maior exposição da marca. A sinistralidade do Seguro Saúde, por sua vez, aumentou 1,2 p.p. (vs. 2021), impactada pela elevação das frequências de utilização.

Na Porto Bank, as receitas dos principais negócios aumentaram de forma consistente, resultando em um crescimento consolidado de 21,1% (vs. 2021). Destaca-se a expansão de 31,3% nas Operações de Crédito e a ampliação do número de negócios em 7,1%, impulsionado pelo Cartão de Crédito, Consórcio e Fiança Locatícia. A inadimplência acima de 90 dias aumentou 1,5 p.p., em comparação ao final de 2021, mas demonstrou sinais de estabilização nos últimos meses do ano. Apesar de um cenário desafiador no mercado de crédito, o segmento de Consórcio apresentou crescimento e resultado robustos em 2022, através da elevação de 32,5% no crescimento da carteira de crédito e da ampliação de sua contribuição para o a lucratividade da Companhia.

Na vertical Serviços, foi registrado um forte aumento de 40,1% nas receitas anuais, com destaque para o Carro por Assinatura, que cresceu 72,4% (vs. 2021) e alcançou 13 mil contratos ativos ao final de 2022. Já na Porto Faz e Reppara!, houve um aumento de 35,4% (vs. 2021). Também foi concluída a cisão dos serviços de assistência da operação de seguros para a "Porto Assistência", iniciativa que já contribuiu para a chegada de um novo cliente (frota de aproximadamente 180 mil veículos e 90 mil residências) e que gera oportunidades de seguir ampliando a oferta além de ganhos de escala e de eficiência operacional.

O resultado financeiro foi de R$ 604,3 milhões em 2022, que representa uma rentabilidade das aplicações financeiras (ex-previdência) equivalente a 68% do CDI. O retorno abaixo do *benchmark* foi decorrente do desempenho das alocações em títulos indexados à inflação e, em menor medida, das alocações em renda variável.

A combinação dos resultados operacional e financeiro mencionados acima resultaram num lucro líquido de R$ 1.134,8 milhões em 2022 (–26,5% vs. 2021), atingindo um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 11,4% no período, 5,5 p.p. menor do que o registrado em 2021.

A Porto seguiu ativa em operações de M&A em 2022, com destaque para o acordo de investimentos entre a Porto Seguro e a CDF Assistência e Suporte Digital, para a formação de uma empresa líder na prestação de serviços de assistência automotiva e residencial, suporte tecnológico premium, serviços de instalação, entre outros, em linha com a estratégia da Companhia de geração de valor, através da ampliação da oferta de serviços para novos públicos e segmentos. Além disso, foi assinado um acordo com a Oncoclínicas para a criação de uma *joint venture*, visando soluções integrais para o tratamento oncológico de longo prazo e buscando qualidade médica, resolutividade e custo-efetividade. A Porto também adquiriu a Nido Tecnologia, empresa de soluções tecnológicas (software) no ramo imobiliário, para fortalecer o ecossistema de ferramentas do Olho Mágico, comprou participação na Tech4Humans Tecnologia da Informação S.A., uma startup brasileira focada no desenvolvimento de soluções e tecnologias de HyperAutomation para instituições financeiras e seguradoras e também realizou aquisição de participação na startup brasileira de HaaS (Hardware as a Service), a Plugify, que simplifica o acesso e a gestão de TI para empresas de todos os portes.

Muito além de uma seguradora, a Porto sempre foi um verdadeiro ecossistema de soluções que facilitam o dia a dia e acompanham as pessoas em todos os momentos da vida. Para facilitar ainda mais o entendimento do consumidor e permitir o foco que cada negócio merece, em 2022 a Companhia reestruturou sua arquitetura de marcas e consolidou a criação de três verticais de negócios independentes, focadas em diferentes segmentos de mercado: Seguros, Serviços Financeiros e Saúde. Dentro deste cenário, a Companhia adotou como marca corporativa apenas Porto, e a gestão dos produtos e serviços oferecidos começa a ser feita pelas novas marcas de negócio: Porto Seguro, Porto Saúde e Porto Bank.

Ao longo de 2022, as marcas da Porto estiveram presentes em eventos de grande repercussão. A Porto Bank foi *founding partner* do Grande Prêmio de São Paulo de F1, com diversas ações em sua arquibancada exclusiva. O principal diferencial para quem acompanhou a corrida neste ponto do autódromo foi a Vila Porto, que uniu lazer e conforto em um mesmo espaço, e recebeu mais de 7.000 pessoas durante os três dias de evento. A Porto Saúde foi apoiadora oficial do Rock in Rio, maior festival de música e entretenimento do mundo, com sete ambulatórios médicos e mais de 8.000 atendimentos durante o evento. Já a Azul Seguros patrocinou uma das últimas provas do líder no Big Brother Brasil 22, da TV Globo. A ação fez parte da nova estratégia de comunicação da empresa, com o objetivo de alcançar parte da frota brasileira que ainda não tem um seguro automotivo, se apresentando ao mercado como uma solução de melhor custo-benefício.

Uma das principais conquistas da Porto em 2022 foi ser considerada a terceira melhor empresa para se trabalhar na categoria Gigantes - empresas com mais de 10 mil funcionários - de acordo com o GPTW - *Great Place to Work*. Este prêmio reforça a missão da Companhia de continuar fazendo da Porto um lugar onde as pessoas tenham orgulho de trabalhar e é fruto dos esforços diários para ser cada vez mais um Porto Seguro para as pessoas e seus sonhos.

Além disso, para reforçar o compromisso ASG da Companhia, a Porto passou a ser signatária do Pacto Global da ONU. Isso significa que a Companhia se compromete publicamente com os dez princípios universalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção, além dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com metas até 2030.

Outro resultado importante foi a conquista da primeira posição no ranking de Reputação Corporativa na categoria Seguros e a 17ª posição no ranking geral; e a 1ª posição do ranking de Responsabilidade ASG 2021 na categoria Seguros, e 26º lugar no ranking geral entre 100 empresas de acordo com a Merco (Monitor Empresarial de Reputação Corporativa).

As iniciativas no campo ASG em 2022 contaram com projetos no campo ambiental como o programa Estação Consumo Consciente, Plataforma de Sustentabilidade, Projeto Agentes Socioambientais, dentre outros, e cerca de 120 Campanhas de Arrecadação de cunho social, resultando na doação de aproximadamente 200 mil itens para mais de 70 instituições em todo Brasil, gerando 270 mil atendimentos.

Por fim, a Porto Seguro agradece aos colaboradores, corretores, prestadores de serviço, fornecedores, clientes e demais *stakeholders* pela confiança e dedicação na Companhia ao longo de 2022, e segue firme no propósito de oferecer experiências transformadoras e ser cada vez mais um Porto Seguro para as pessoas e seus sonhos.

NOSSO DESEMPENHO

Principais Indicadores:

Distribuição Receita Total

2020: 3,6% / 2,2% / 4,6% / 11,3% / 78,3%
2021: 3,7% / 2,0% / 2,1% / 12,5% / 79,6%
2022: 5,0% / 1,5% / 2,1% / 12,8% / 78,6%

Serviços Gerais | Previdência | Resultado Financeiro | Serviços Financeiros | Prêmio de Seguro

Distribuição dos Prêmios de Seguro

2020: 10,4% / 5,9% / 11,9% / 10,3% / 61,5%
2021: 10,4% / 5,9% / 12,4% / 10,1% / 61,2%
2022: 8,8% / 5,7% / 13,8% / 9,2% / 62,5%

Outros | Pessoas | Saúde | Patrimonial | Auto

Índice Combinado de Seguros %

2020: 85,6 / 90,1 / 2,9 / 2,7 / 13,8 / 23,2 / 47,5
2021: 92,4 / 94,9 / 2,6 / 2,1 / 14,3 / 22,8 / 53,1
2022: 95,5 / 98,3 / 2,2 / 1,5 / 11,9 / 21,1 / 61,6

Tributos | Despesa Operacional | Despesas Administrativas | Comissionamento | Sinistralidade | Índice Combinado Ampliado | Índice Combinado

Lucro Líquido

2020: 1.688,2 / 2,6
2021: 1.544,2 / 2,4
2022: 1.134,8 / 1,8

Lucro Líquido | Lucro Líquido por Ação

Nos títulos a seguir, as expressões "em 2022" e "em 2021" referem-se aos saldos e índices apurados pela Companhia nos períodos de 1° de janeiro a 31 de dezembro de 2022 e de 1° de janeiro a 31 de dezembro de 2021, respectivamente. Valores expressos em R$ milhões, exceto quando indicado o contrário.

Detalhamento do resultado do exercício

Auto consolidado	**2022**	**2021**	**Variação %/p.p.**
Prêmios auferidos	14.200,0	10.841,4	31,0
Sinistralidade (%)	65,0	53,2	11,8
Veículos segurados - frota	5.673	5.773	(1,7)

• Segmento de Seguro Automóvel: os prêmios auferidos no segmento de seguro automóvel totalizaram em 2022 R$ 14.200,0 milhões, aumento de R$ 3.358,6 milhões ou 31,0% sobre os R$ 10.841,4 milhões em 2021.

Prêmios auferidos - Saúde	**2022**	**2021**	**Variação %**
Saúde empresarial	2.980,1	2.048,7	45,5
Saúde odontológico	153,2	146,9	4,3
Total Saúde	**3.133,3**	**2.195,6**	**42,7**
Sinistralidade - Saúde	**2022**	**2021**	**Variação p.p.**
Saúde empresarial	82,9	81,7	1,2
Saúde odontológico	47,1	45,1	2,0
Total Saúde	**81,2**	**79,3**	**1,9**
Patrimonial	**2022**	**2021**	**Variação %**
Prêmios auferidos	2.096,9	1.793,5	16,9
Sinistralidade (%)	37,2	32,5	4,7
Itens segurados	2.409	2.544	(5,3)

• As receitas com contribuições de planos de previdência e prêmios de VGBL totalizaram R$ 427,7 milhões em 2022 um aumento de 1,0% em relação aos R$ 444,5 milhões em 2021. A quantidade de participantes de Vida e Previdência (exceto Vida Prêmio) passou para 120,6 mil em 2022, uma queda de 5,0% em relação aos 126,9 mil em 2021.
• As receitas com crédito e financiamento totalizaram R$ 2.942,9 milhões em 2022, aumento de R$ 823,5 milhões ou 38,9% em relação aos R$ 2 .119,4 milhões em 2021. A carteira de operações de créditos administradas aumentou 21,5%, passando para R$ 16.179,9 milhões em 2022 em relação aos R$ 13.316,3 milhões em 2021.
• As receitas de administração de consórcios totalizaram R$ 558,1 milhões em 2022, com aumento de R$ 71,0 milhões ou 14,6% em relação aos R$ 487,1 em 2021. O número de cotas de consórcio administradas aumento 26,6%, passando para 244,0 mil em 2022, em relação aos 192,2 mil em 2021.
• As demais receitas com prestação de serviços totalizaram R$ 1.415,1 milhões em 2022, com aumento de R$ 592,5 milhões ou 72,0%, em relação aos R$ 822,6 milhões em 2021, sendo as principais receitas provenientes de: (i) R$ 341,3 milhões da Porto Assistência, que explora serviços de assistência automotiva e residencial; (ii) R$ 125,2 milhões provenientes de locações de carros da Mobitech; e (iii) R$ 80,5 milhões provenientes da CDF, maior "marketplace" B2B2C de serviços do Brasil com serviços de assistência, instalação e manutenção presencial.

Despesa de comercialização	**2022**	**2021**	**Variação p.p.**
Custos de aquisição - seguros	21,1	22,8	(1,7)
Despesas administrativas e operacionais	**2022**	**2021**	**Variação p.p.**
Despesas administrativas - seguros (*)	11,9	14,3	(2,4)
Outras receitas/desp. operacionais - seguros	1,5	2,1	(0,6)
Total despesas administrativas e operacionais	**13,4**	**16,4**	**(3,0)**

(*) Em 2021, considerando os valores de INSS sobre PLR, o índice de despesas administrativas - seguros é de 13,6%.

• No ano de 2022, o índice de despesas administrativas e operacionais - Seguros atingiu 13,4% (em relação ao prêmio ganho), permanecendo estável em relação ao ano anterior excluindo os efeitos de INSS sobre PLR. O modelo adotado pela empresa para gestão de custos e os investimentos realizados para otimização de processos e sistemas estão contribuindo para ganhos de eficiência operacional. Isso faz parte da nossa estratégia, que visa obter ganhos contínuos de produtividade, sem impactar negativamente o nível de serviço para os clientes e corretores.

Resultado Financeiro

Resultado financeiro	**2022**	**2021**	**Variação %**
Resultado financeiro - seguros	574,5	431,1	33,3
Resultado financeiro - outros negócios	29,8	37,6	(20,7)
Total resultado financeiro	**604,3**	**468,7**	**28,9**

• O resultado financeiro aumentou 28,9% no ano, impactado principalmente pelo desempenho dos ativos de renda variável. As aplicações financeiras obtiveram retorno de 68,0% do CDI, explicado principalmente pelo desempenho das alocações em títulos indexados à inflação e em renda variável.

Posições Patrimoniais

Ativos Totais

2020: 36.730,1 (15.206,5 / 17.717,0 / 3.806,6)
2021: 41.629,3 (13.549,6 / 23.542,4 / 4.537,3)
2022: 50.490,9 (13.785,9 / 30.807,1 / 5.897,9)

Aplicações | Operação | Imobilizado e Intangível

Investimentos (Capex)

2020: 2,0% / 3,4% / 94,6%
2021: 1,5% / 0,7% / 97,8%
2022: 1,8% / 2,0% / 96,2%

Móveis, Equipamentos e Veículos | Software e Hardware | Imóveis | Outros Intangíveis

Passivos Totais

2020: 27.726,5 (2.933,0 / 9.178,4 / 15.615,1)
2021: 32.264,5 (3.420,7 / 12.414,1 / 16.429,7)
2022: 39.849,9 (5.488,8 / 14.937,6 / 19.423,5)

Outros | Passivos Financeiros | Provisões Técnicas

Patrimônio Líquido

2020: 9.003,7 / 19,6%
2021: 9.364,7 / 16,9%
2022: 10.641,1 / 11,4%

Patrimônio Líquido | ROAE

VALOR ADICIONADO

Em 2022, o valor adicionado alcançado pela Companhia totalizou R$ 4.569,7 milhões, com redução de 2,8% sobre o montante de R$ 4.701,3 milhões do ano de 2021, conforme distribuído abaixo:

2021: 39,8% / 25,8% / 17,6% / 15,3% / 1,5%
2022: 45,1% / 29,3% / 9,9% / 15,3% / 0,4%

Recursos Humanos | Governo | Dividendos | Reinvestimento do Lucro | Remuneração Capital de Terceiros

GOVERNANÇA CORPORATIVA E MERCADO DE CAPITAIS

A Companhia segue as melhores práticas de Governança Corporativa, fortalecendo os princípios que privilegiam a transparência, a equidade e o respeito aos seus acionistas, e que criam condições para o desenvolvimento e a manutenção de um relacionamento de longo prazo com seus investidores. Na busca pela melhoria constante de nossas ações, diversas áreas se dedicam a aprimorar o canal de comunicação permanente entre a Companhia e todas as partes interessadas no negócio: acionistas, órgãos reguladores, corretores, funcionários, comunidade, entre outros.

As ações da Companhia são negociadas no Novo Mercado (código PSSA3), um segmento especial do mercado de ações da Bolsa de Valores de São Paulo B3 destinado exclusivamente a companhias que atendam a determinados requisitos mínimos e às regras diferenciadas de governança corporativa, de acordo com as práticas exigidas pelo Novo Mercado e recomendadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

Ainda, a Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

O Conselho de Administração da Companhia criou os Comitês de Assessoramentos, órgãos auxiliares com funções técnicas e consultivas ("Comitês"), com a finalidade de tornar a atuação dos órgãos de administração da Companhia mais eficientes, de forma a maximizar o valor da Companhia e o retorno dos acionistas, respeitadas as melhores práticas de transparência e governança corporativa. Atualmente, além do Comitê de Auditoria, que tem seu funcionamento permanente, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, estão instalados os seguintes Comitês:

Comitê de Auditoria:
O Comitê de Auditoria é o órgão estatutário de assessoramento, de caráter permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Companhia. O referido comitê tem como objetivo principal assessorar o Conselho de Administração, avaliando, acompanhando e recomendando, de forma independente: (i) o pleno atendimento aos dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia e às suas controladas, considerando as particularidades de cada empresa, além de regulamentos e políticas internas; (ii) os sistemas de controles internos da Porto Seguro S.A. e de suas controladas; (iii) as demonstrações financeiras da Porto Seguro S.A. e de suas controladas; (iv) a contratação e os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa; e (v) o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de sua atuação.

Comitê de Pessoas:
O Comitê de Pessoas tem por objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração referentes às estratégias e políticas de gestão de pessoas de todas as sociedades que compõem o Grupo Porto Seguro.

Comitê de Remuneração:
O Comitê de Remuneração tem por objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração para que as decisões sobre remuneração de administradores e colaboradores das sociedades que compõem o Grupo Porto Seguro estejam alinhadas às políticas e normas internas que regulem o assunto, além da legislação e regulamentação aplicável.

Comitê de Risco Integrado:
O Comitê de Risco Integrado tem por objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração referentes à gestão de riscos, propondo planos de ação e diretrizes, avaliando o cumprimento das normas de gestão de riscos e acompanhando os indicadores-chave de riscos em todas as sociedades que compõem o Grupo Porto Seguro.

Comitê de Ética e Conduta:
O Comitê de Ética e Conduta tem como objetivo orientar e disseminar, em todas as sociedades que compõem o Grupo Porto Seguro, o Código de Ética e Conduta da Companhia, além de conduzir apurações e propor medidas corretivas relativas às infrações ao referido Código.

Comitê de Investimentos:
O Comitê de Investimento tem como objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração da Companhia relacionadas à gestão dos investimentos de todas as sociedades que compõem o Grupo Porto Seguro.

Comitê de Marketing:
O Comitê de Marketing tem como objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração da Companhia relacionadas à estratégia de comunicação de todas as sociedades que compõem o Grupo Porto Seguro para os seus diversos públicos.

Comitê Digital:
O Comitê Digital tem como objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração da Companhia relacionadas às pesquisas e tendências tecnológicas, de mercado e inovações de novos produtos e processos em linha com os objetivos de todas as sociedades que compõem o Grupo Porto Seguro.

continua

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF n° 02.149.205/0001-69
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco B - 11° andar - Campos Elíseos
CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

PortoSeguroSA

continuação

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

INOVAÇÕES EM PRODUTOS E SERVIÇOS E "MARKETING"

Em 2022, a Porto Seguro ampliou sua linha de produtos e serviços, com destaques para:
Plugify: Logo nos primeiros dias do ano, a Porto Seguro adquire 10% da Plugify, startup brasileira de Hardware as a Service (HaaS) que oferece aluguel de equipamentos eletrônicos e gestão integrada de TI para empresas com o objetivo de ampliar sua participação no mercado de seguros para equipamentos, além de explorar oportunidades de atuação nos mercados de acesso e ativos de TI, soluções de proteção e serviços de conveniência para empresas.
Prova do Líder BBB Azul: Azul leva ao Big Brother Brasil 2022 uma prova do líder que mostra imprevistos para quem não tem o seguro por assinatura da Azul Seguros.
Patrocínio Campus Party: A Porto patrocina, pela primeira vez, a Campus Party, maior experiência tecnológica em Internet das Coisas, Blockchain, Cultura Maker, Educação e Empreendedorismo do mundo, e leva o Porto Seguro Celular e a Oxigênio Aceleradora ao evento para promover ativações, palestras e debates sobre inovação aberta.
Nova marca: A Companhia anuncia ao mercado a alteração da marca para Porto e a consolidação de três verticais de negócios: Porto Bank, Porto Seguro e Porto Saúde. A mudança tem como objetivo mostrar a evolução da Companhia, que se torna cada vez mais, um ecossistema de produtos, serviços e soluções para todos os momentos da vida.
Lançamento Consórcio Mais: Porto Bank lança o Consórcio Imóvel Mais, destinado a quem procura imóveis com valores entre R$ 600 mil e R$ 900 mil, e oferece um ano de Reppara!, serviço para reparos domésticos como chaveiro, consertos hidráulicos, elétricos, desentupimento, entre outros.
Olho Mágico: É lançado o Olho Mágico, plataforma de aluguel de imóveis da Porto. Em parceria com imobiliárias de todo o País, o Olho Mágico chegou ao mercado com 40 mil anúncios publicados.
Nido Tecnologia: Aquisição da Nido Tecnologia, uma empresa focada em sistemas de gestão para imobiliárias digitais, para nos apoiar na simplificação do processo de aluguel de imóveis com uma plataforma segura, intuitiva e que garanta uma jornada ágil para as imobiliárias.
Tech4Humans: Aquisição de 38% de participação da Tech4Humans, startup que desenvolve soluções em atendimento ao cliente e automação de processos, para auxiliar a Porto Bank em seu objetivo de estar cada vez mais presente em todos os momentos da vida do cliente.
CDF: Porto anuncia um acordo entre a Porto Seguro Assistência e Serviços S.A., responsável pelas assistências a veículos e residências, e a CDF Assistência e Suporte Digital S.A., um dos principais marketplaces B2B2C de serviços do Brasil.
Pacto Global da ONU: A Porto passa a ser integrante do Pacto Global da ONU e se compromete publicamente com os Dez Princípios universalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção, além dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS), até 2030.
Rock in Rio 2022: Porto Saúde é apoiadora oficial do evento e responsável pelo serviço médico e de emergência do público. Além de atender, durante os dias de festival, mais de 8 mil pessoas nos ambulatórios médicos e de realizar 73 remoções, a Porto Saúde preparou, em uma parceria inédita com OSGEMEOS, uma instalação imersiva dentro da Cidade do Rock.
GPTW: O Great Place to Work (GPTW) certifica a Porto como um excelente lugar para se trabalhar e, meses depois, a Companhia é reconhecida como a 3ª Melhor Empresa para Trabalhar no Brasil, na categoria Gigantes.
Porto Bank no GP de São Paulo: A Porto Bank anuncia o patrocínio ao Grande Prêmio de São Paulo de Fórmula 1 por três anos e apresenta novos cartões de crédito, confeccionados com peças originais de carros da categoria. Durante o GP, a Vila Porto reúne mais de 7 mil pessoas num ambiente preparados para unir lazer, alimentação, convivência e experiências fantásticas. O autódromo de Interlagos contou, ainda, com uma equipe de profissionais da Porto para atuar nos resgates durante a corrida.
Temporada 2023 de F1: A Porto Seguro anuncia ainda que é a nova patrocinadora da Aston Martin Aramco Cognizant Formula One™ Team na temporada 2023 e vai ser um porto seguro para as pessoas que sonham em ver novamente um brasileiro no esporte, com apoio ao piloto paranaense Felipe Drugovich.
Porto em Ação: Porto lança um programa de remuneração que beneficia os colaboradores de todas as áreas e em todos os níveis, com ações da Companhia.
Porto Asset Management: A Porto Seguro Investimentos passa a se chamar Porto Asset Management. Mudança de marca reposiciona gestora de investimentos no mercado.
Novo portfólio Seguro Odontológico: Seguro Odontológico da Porto Saúde passa a oferecer seis opções de coberturas, divididas entre os segmentos Bronze, Prata e Ouro, para facilitar o entendimento do cliente e a comercialização dos planos.
Integração app Azul e Porto: O aplicativo da Azul Seguros é descontinuado e suas funcionalidades são migradas para o aplicativo Porto, que já integra Cartão de Crédito, Seguro Residência, Seguro Auto Porto e Seguro Celular.
Ambulância Elétrica: Porto Saúde anuncia a primeira ambulância elétrica do Brasil. O veículo chega para somar à frota elétrica da companhia, já composta por bikes, carros e guinchos.
Joint Venture de oncologia: A Porto Serviços e a Oncoclínicas firmaram um acordo para a criação de uma joint venture dedicada a oferecer serviços de cuidado oncológico integral às vidas atendidas pela seguradora. O acordo prevê que a Oncoclínicas terá 60% e a Porto 40% da JV, dando ênfase na qualidade e na experiência de tratamento dos clientes da Porto Saúde.

RECURSOS HUMANOS

O Grupo Porto Seguro encerrou o ano de 2022 com 12.716 colaboradores, sendo 8.191 pessoas nas empresas seguradoras e 4.525 nas demais. Foram admitidos 3.531 funcionários, sendo 584 nos programas "Jovem Aprendiz" e "Inclusão de Pessoas com Deficiência". Já o índice de rotatividade acumulado do ano, que mede a relação entre contratados e desligados, foi de 23,63%, 3,4 pontos percentuais menor que no ano anterior. Ao longo do ano tivemos em torno de 2.600 ações de reconhecimento e meritocracia dentro da Companhia, crescimento de 45% comparado ao ano anterior.
O início do ano foi marcado pelo retorno aos diferentes modelos de trabalho oferecidos pela companhia. Hoje a Porto adota quatro modelos para colaboradores, com maior ou menor frequência de vindas ao escritório; mais de 53,4% do nosso time atua em algum dos nossos modelos de maior flexibilidade (full ou flex).
Como parte de nossa estratégia de cuidados com a Saúde Integral para os nossos colaboradores, o que inclui a saúde física, mental e financeira, trabalhamos nos atendimentos de sintomas de COVID-19 ou Influenza, campanha de vacinação contra Influenza com mais de 6.000 colaboradores imunizados e voltamos com laboratório para coleta de exames laboratoriais em nosso Espaço Saúde, além de especialidades médicas como Ortopedia, Ginecologia e Endocrinologia. Promovemos ações com foco no bem-estar dos nossos colaboradores, disponibilizando aulas em diversas modalidades, como gaita, ukulele e violão, muay thai, pilates, super treino, yoga, zumba e teatro, bem como nossa parceria com o Gympass que resultaram em quase 200.000 check-ins em atividades em 2022.
Com o objetivo de atrair e desenvolver novos talentos, impulsionando uma força de trabalho diversa para sustentar os desafios dos negócios da Porto, tivemos 3 ondas do nosso Programa de Estágio, encerramento da 1ª turma de Trainee da Porto e abrimos as inscrições para o Trainee Porto 2023, que terá uma duração de 18 meses com objetivo de captar, desenvolver e acelerar a carreira de talentos atuando em seu local de potência.
Sustentar nosso propósito de ser cada vez mais um porto seguro para as pessoas e seus sonhos passa por dar espaço de fala e conhecer, com genuíno interesse, as contribuições e percepções do nosso time. Em 2022 aplicamos a pesquisa institucional de engajamento com 78 de favorabilidade, mantendo o indicador igual ao de 2020, mesmo em meio ao cenário pandêmico e de profundas transformações organizacionais, como a verticalização e novo posicionamento de marca. Na estratégia de marca empregadora, iniciamos a nossa atuação de forma intencional nos canais digitais da Porto que conversam com talentos: LinkedIn, Glassdoor e o nosso site de carreiras, o Trabalhe Conosco. Participamos também do Great Place to Work - GPTW, um dos principais rankings que reconhecem as melhores empresas para se trabalhar no Brasil e conta com centenas de empresas de diversos setores e portes e é construída com base na experiência dos nossos próprios colaboradores e ganhamos o 3º lugar na principal categoria, a de Grandes Empresas.
Lançamos mais de 30 novas experiências de aprendizagem, focando em impulsionar habilidades chaves ao negócio, entre elas: Diversidade & Inclusão, Transformação Digital e Gestão de Pessoas. Oferecemos diversas ações para os líderes que potencializam uma atuação considerando os desafios do negócio e mercado, dentre elas o curso Executive Program.
O Juntos, nosso programa de Diversidade e Inclusão realizou diversas ações e iniciativas para o avanço do tema na Companhia, como revisão de Políticas, nosso Código de Ética e mentoria para Executivos. Patrocinamos feiras relacionadas à empregabilidade, Censo de Diversidade & Inclusão, não obrigatório, que resultou no mapeamento dos nossos colaboradores para ações customizadas.
A agenda de transformação avança à medida em que mira nos objetivos atuais e futuros da Porto, sem deixar de considerar o que valorizamos enquanto identidade e essência organizacional. Nesse sentido, no ano de 2022 tivemos grandes marcos estruturantes que direcionarão o nosso modelo futuro de Gestão de Pessoas. Iniciamos o processo que analisa os critérios definidos no perfil de liderança, cujo resultado sustentará movimentos de desenvolvimento, carreira e planejamento sucessório e o projeto de fortalecimento e evolução da Cultura Porto que irá mobilizar a liderança da companhia para a construção do nosso deck de cultura, esclarecendo direcionadores, comportamentos esperados e mapa das principais alavancas de transformação.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Em um mundo cada vez mais globalizado, as questões de ASG se tornam extremamente importantes e inerentes aos negócios das organizações, criando assim um desafio de desenvolvimento empresarial sem a perda das questões ambientais, sociais e de governança. Para a Porto Seguro, ser uma empresa sustentável é ter a capacidade de ouvir os interesses dos mais diversos segmentos da sociedade e conseguir incorporá-los ao planejamento de seus negócios, reduzindo externalidades socioambientais negativas e ampliando a geração de valor compartilhado.
Por isso, a empresa implantou iniciativas que reduzem ou compensam os impactos socioambientais causados por suas operações de negócio, fortaleceu seu compromisso e responsabilidade, além da atuação contínua na conscientização das pessoas sobre a importância das causas sociais e ambientais, em busca de um mundo melhor para as gerações atuais e futuras.
Em 2022 criamos e aperfeiçoamos políticas internas, como a Política de risco social, ambiental e climáticas e a Política de responsabilidade social, ambiental e climática que buscam garantir uma governança ASG mais abrangente e alinhada às diretrizes estabelecidas por órgãos reguladores. E para fortalecer este pilar de governança assinamos o Pacto Global da ONU - Organização das Nações Unidas.
Dentre as inúmeras iniciativas sustentabilidade realizadas pela Cia, destacam-se os seguintes projetos em 2022:
ASG (ambiental social e governança) nos negócios
Na vertical Seguros, em 2022 foram adquiridas 30.402 apólices de seguros para veículos elétricos e híbridos, 19.254 apólices de bike, 12.846 apólices de placas solares, 421 apólices do RC Ambiental (Seguro de Responsabilidade Civil Ambiental de Transportes da Porto) e 13.794 hectares de florestas no seguro Agro.
Através da moto enchente, uma adaptação frente às mudanças climáticas, foram abordados 380 segurados da Porto, Azul e Itaú, sobre o risco de inundação onde seu veículo está localizado, além de 31 remoções executadas de forma ativa perante o alto risco de sinistro.
Mobilizamos também 100% das oficinas parceiras através do EAD em práticas sustentáveis, além de realizar o desmonte de 2.472 veículos e prensa/destinação de outros 1.833 pela Renova Ecopeças, contribuindo para a destinação adequada de 3.119 toneladas de resíduos.
A vertical Porto Bank tem estuda formas para cada vez mais contribuir com o desenvolvimento sustentável e para o consumo consciente de seus clientes. Em 2022, por meio da modalidade Consórcio +sustentável, foram adquiridos mais de R$ 1.269.035 em créditos de bicicletas e motos elétricas, bem como R$ 572.000 em créditos para placas solares, contando neste período com uma carteira de aproximadamente 930 participantes.
Por meio do Porto Plus, nossa plataforma de benefícios, foram doados 15.513.440 pontos pelos clientes do cartão, dos quais foram revertidos em aproximadamente R$ 232.496,96 destinados à instituições sociais, demonstrando a conscientização e preocupação social de nossos clientes.
Para a **vertical Porto Saúde**, promover o cuidado das pessoas também passa pelo desenvolvimento das dimensões social e ambiental. Por meio de programas e ações voltadas à qualidade de vida dos nossos segurados em 2022, 16.674 beneficiários e estipulantes obtiveram acesso aos programas preventivos na promoção à saúde, foram realizados 66.858 atendimentos online pelo Alô Saúde, o que evitou 334.290 km rodados; 73.112 atendimentos pela plataforma parceira de psicologia; além de novas 2.207 assinaturas pelo Programa Porto Cuida.
Neste mesmo período, foi implantada a primeira ambulância elétrica do Brasil no grupo de modais, contando uma estimativa de redução de 87,33% nas emissões de gás carbônico equivalente, comparado com uma ambulância convencional com rodagem de 3.000 km/mês e consumo médio de diesel de 71 L/mês.
Educação Socioambiental & Ecoeficiência
Diferente dos anos anteriores, que comemoramos a semana ou o mês do Meio Ambiente, em 2022 a Porto deu início à **Temporada de Sustentabilidade**, que teve como objetivo contribuir com a aprendizagem que nossos públicos têm sobre os conceitos de ASG (ambiental, social e governança).
Realizamos em 2022, 163 ações que constituem nossa trilha completa de educação socioambiental como as **Hortas Comunitárias, Concurso Cultura, Expedição e o Programa de Agentes Socioambientais entre outras ações** que somaram 262.431 alcances e participações.
Destacamos também o lançamento da **Jornada da Sustentabilidade e ASG**, uma trilha de educação e aprendizagem para colaboradores(as) e Corretores(as) que ampliará o repertório sobre a temática, através de 5 fases de conteúdos em diferentes formatos como: podcast, vídeo pílulas, artigos, lives e muito mais. Em 2022 contamos com 2.990 conteúdos com acessos concluídos.
A Porto tem implementado diversas **iniciativas de redução do consumo de água**, como captação de água da chuva, estação de tratamento de água interna, sistema dual flush e descargas a vácuo. Destaca-se em 2022 o consumo de água de reuso em algumas das nossas instalações, onde de setembro a dezembro deste ano reutilizamos 2.032 m3 de água o que nos gerou uma economia maior de 49 mil reais.
No que tange as iniciativas de **redução do consumo de energia**, como lâmpadas LED, sensores de presença nos espaços, geração por placas solares e o Programa Hora da Terra - quando as luzes da Companhia são apagadas por uma hora e utilizamos iluminação natural. Em 2022, especificamente a Hora da Terra garantiram uma economia de energia de 41.220 kwh, o equivalente a aproximadamente R$ 27 mil reais.
Sobre os resíduos descartados na matriz contamos com uma **eficiência média de descarte** de 50% em 2022 e o direcionamento de 57,5% dos resíduos gerados à indústria da reciclagem. Temos uma estrutura de Logística Reversa de ativos fixos na Cia, que em 2022 destinou 19.221 itens, sendo que 307 itens foram doados a instituições credenciadas, 3.692 itens descartados de forma ambientalmente correta e 15.222 foram vendidos, revertendo R$ 2.277.863,13 à Cia.
Ainda em 2022, a Porto deu mais um passo em direção à mitigação do seu impacto negativo sobre o resíduo. Retiramos de circulação os copos de plástico de uso único usados para beber água. Com esta retirada conseguimos economizar 80% se compararmos a 2019 (um ano mais próximo da realidade que temos hoje - Pandemia), ou seja uma economia de 3 milhões e 800 mil copos e 130 mil reais de investimento neste insumo.
Projetos & Investimento Sociais
O **Instituto Porto** tem como objetivo potencializar o desenvolvimento social com projetos educacionais, socioculturais e parcerias na região de Campos Elíseos, centro de São Paulo, onde está instalada a Matriz da Cia.
Dentre os programas realizados destacam-se o **Ação Educa** que atende diariamente 239 crianças e adolescentes, de 6 a 15 anos, no contraturno escolar. Por meio de atividades socioeducativas, buscamos ampliar repertórios de arte e cultura, e apoiar no complemento escolar e com o objetivo de desenvolver a educação, cidadania e autoestima dos envolvidos, inspirando-os a conquistarem autonomia para construção de seus projetos de vida. Como critério, os atendidos precisam residir na região do distrito de Santa Cecília, pertencerem a famílias de baixa renda e estudarem em escola pública ou serem 100% bolsistas em escola privada. Após a finalização do programa, os jovens têm oportunidade de seguir a trilha de aprendizagem do Instituto nos cursos profissionalizantes ou no programa Jovem Aprendiz.
O **Programa de Aprendizagem** tem por finalidade preparar jovens de baixa renda para ingresso no mercado de trabalho. Esses jovens contam com a Pré-Formação, um curso preparatório que trabalha temas como: processos seletivos e ambiente profissional, para que possam se preparar para as entrevistas e se sentirem mais confiantes nas oportunidades de trabalho. Os alunos formados são indicados para as vagas de jovens aprendizes, onde após a contratação, realizam as atividades teóricas no Instituto Porto e as atividades práticas, em diversas áreas, por um período de 15 meses. No ano de 2022 a Pré-formação obteve 544 inscrições, 104 alunos formados e mais de 700 horas de formação oferecidas para as 7 turmas realizadas. Já no Programa de aprendizagem, tivemos 83 alunos ativos ao longo do ano e 22 deles foram efetivados durante a aprendizagem ou ao final da formação. A propósito, ofertamos mais de 1.608 horas de formação para as três turmas em andamento e, o primeiro emprego permitiu a geração de renda de mais de R$ 470.000,00 para todos os jovens beneficiados com este programa.
O **Captação de Recursos** é um programa desenvolvido para custear parte das iniciativas do programa Ação Educa e atender o aluno em sua integralidade, contamos com os investidores sociais, que possibilitam a realização de atendimentos psicológicos, psicopedagógicos, mutirões de saúde, entrega de cestas básicas, tênis, brinquedos e materiais escolares. As doações podem ser realizadas de forma livre (sem incentivo fiscal) através de nosso site, ou de forma incentivada por pessoas jurídicas, via Condeca. No último ano tivemos 1.552 doadores, R$ 567.817,00 em recursos financeiros captados em doações recorrentes e incentivadas, já as campanhas temáticas totalizaram a arrecadação de R$ 69.337,00. Os valores investidos foram de R$ 251.901,31 e proporcionaram a compra de materiais escolares, cestas básicas, consultas e tratamentos odontológicos, e realização de exames para fornecer óculos para as crianças que necessitam.
O Instituto oferece também **Cursos Profissionalizantes** onde buscamos, por meio da educação, apoiar as pessoas de baixa renda para que alcancem melhores condições socioeconômicas e o acesso ao trabalho formal ou geração de renda. Em 2022, oferecemos mais de 20 cursos em nosso catálogo e distribuídos entre as áreas de formação: técnicas, comerciais, beleza, acesso tech, educação e artesanato e empreendedorismo. Neste ano, foram realizadas mais de 5.370 inscrições de pessoas interessadas em realizar as formações e com isso, tivemos mais de 1.027 pessoas inscritas nas 49 turmas, além de 327 formados, pois muitos alunos finalizarão a formação em 2023. Dos alunos(as) que finalizaram o curso em 2022, 16% conseguiram aumentar a renda ou foram empregadas.
Na frente de empreendedorismo e geração de renda, atuamos com a **Escola de Costura,** cujo objetivo é propiciar a formação prática e empreendedora para os alunos que concluíram o curso de costura industrial, com a possibilidade de geração de renda durante o processo de aprendizagem. Em 2022 foram formados (as) 43 costureiros (as) no curso de costura industrial com a metodologia do SENAI. Tivemos também, 10 alunos (as) incubados (as), neste processo é ofertado a formação empreendedora para os formandos (as) da etapa inicial, no curso de costura industrial. Além disso, tivemos 15 alunos (as) desincubados (as), este grupo já realizou todas as formações. Ao todo foram produzidos 9.741 itens, com faturamento de R$ 427.859,33 e renda gerada de R$ 963,45 (média mensal por costureira).
O Instituto Porto incentiva por meio do **Programa de Voluntariado Corporativo**, a cultura de desenvolvimento e apoio às comunidades em que atua, através do engajamento de diferentes públicos, desde funcionários até o terceiro setor. Em 2022 foram realizadas mais de 128 ações de voluntariado diferentes em todo Brasil, nas modalidades à distância e presencial, algumas ações em destaque foram: mentorias para jovens, passeador de cães, aula de inglês para crianças, dicas de educação financeira para gestores das instituições sociais e educação ambiental, tivemos a participação de 705 colaboradores, que juntos doaram mais de 3.793 mil horas para cerca de 50 instituições sociais parceiras em todo Brasil.
As Doações contemplam todos os projetos que incluem recebimento de donativos realizados pelos colaboradores e pelas empresas do Grupo Porto, por meio da Estação Consumo Consciente, Campanhas de Arrecadação nas localidades e doações esporádicas. Em 2022, foram realizadas 121 campanhas, totalizando a doação de 196.555 itens destinados para mais de 70 instituições em todo Brasil, gerando 272.670 atendimentos.
Outra frente de atuação com as instituições sociais do entorno, é o **Desenvolvimento das instituições sociais,** neste âmbito temos o compromisso de apoiar as instituições sociais com trabalho voluntário e doações de itens. Além disso, é oferecida uma trilha de capacitação para gestores sociais das Instituições credenciadas no Brasil, planejada para trazer multiformas de experiência e aprendizado que possam apoiá-las em seus desafios. Em 2022, tivemos 47 instituições envolvidas gerando 236 participações e, também, 10 instituições foram contempladas com um curso de pós-graduação.
O repasse de verba incentivada é realizado através das leis de incentivo a nível estadual ou municipal, atualmente os projetos sociais que recebem aporte se enquadram nas leis da Criança e Adolescente, e Lei do Idoso. Anualmente realizamos a abertura de edital para seleção das instituições e projetos sociais, em 2022 financiamos 7 projetos na lei da Criança e Adolescente, e 5 projetos na Lei do Idoso, totalizando 12 aportes, com o valor total de R$ 3.246.222,00 (três milhões, duzentos e quarenta mil e duzentos e vinte e dois reais).
A Porto também apoia a **Associação Crescer Sempre** que, sem fins lucrativos, atua na comunidade de Paraisópolis com cinco projetos principais: uma escola regular de Educação Infantil; uma escola integral de Ensino Médio; um projeto de reforço em Português e Matemática em contraturno - Jovem Crescer; Cursos Profissionalizantes e Biblioteca aberta à comunidade. Em 2022 concluíram as iniciativas com os seguintes resultados: 316 alunos na escola regular de Educação Infantil; 208 alunos na escola integral de Ensino Médio; 159 alunos no projeto de reforço em Português e Matemática Jovem Crescer; 498 alunos nos Cursos Profissionalizantes presenciais e mais de 9 mil usuários da Biblioteca aberta à comunidade.
Por fim, destacamos também a **Associação Campos Elíseos +gentil** uma frente comunitária do Instituto Porto que atua na promoção de ações de melhorias em conservação, limpeza e manutenção dos espaços públicos do bairro. Dentre os projetos que visam a participação social, engajamento e exercício da cidadania, destaque para o projeto Nossa Rua, que atua na conscientização da comunidade sobre os pontos críticos de descartes irregulares frequentes do bairro. Em paralelo, o projeto Carroças do Futuro, que incentiva a reciclagem residencial e comercial, ao mesmo tempo que atua em conjunto na melhoria da qualidade de vida, aumento de renda e segurança do trabalho de coletores de recicláveis locais, através da capacitação e oferecimento de carroça elétrica. Por fim, há o projeto Movimente-se, que oferece aulas de ginástica gratuitas para comunidade, e a produção e distribuição do Jornal Campos Elíseos. De 590 protocolos de manutenção e limpeza, abertos a partir de alertas registrados em nossas plataformas, obtivemos 78% de resolubilidade dos órgãos competentes.

AMBIENTE ECONÔMICO

O ano de 2022 terminou com um ambiente internacional ainda repleto de incertezas. E esse quadro que não deve mostrar grandes alterações no início de 2023. Os bancos centrais dos EUA e da Zona do Euro seguem mantendo uma postura firme de combate à inflação. Ainda que as expectativas apontem para uma desaceleração econômica nos dois lados do Atlântico ao longo dos próximos meses, a resiliência do mercado de trabalho nas duas economias deve evitar uma queda mais brusca da atividade. Por outro lado, os baixos níveis de desemprego devem limitar uma redução mais forte da inflação, adiando qualquer reversão dos ciclos atuais de aperto monetário promovidos pelo FED e pelo BCE.
No caso de alguns países emergentes, contudo, esse momento pode estar mais próximo. Como vários desses países iniciaram o processo de alta de suas taxas básicas de juros antes dos EUA e da Europa, o cenário de desinflação nessas economias é mais claro. Mesmo diante dessa perspectiva, porém, o ambiente internacional seguirá desafiador durante boa parte de 2023.
Primeiro, porque a continuidade da guerra na Ucrânia, para além do enorme ônus humanitário, segue como ameaça ao suprimento global de diversas commodities, sejam elas agrícolas ou no setor de energia.
A magnitude e a velocidade do crescimento de novos casos diários, por sua vez, podem aumentar o risco de surgimento de novas variantes da doença, além de um número relevante de mortes num país cuja população ultrapassa 1,4 bilhão de habitantes.
Domesticamente, 2022 registrou um crescimento econômico mais forte que o esperado, fruto de uma expressiva melhora do mercado de trabalho, ainda que parte considerável das novas vagas criadas tenha se concentrado no segmento informal da economia.
O crescimento da massa de rendimentos do trabalho e a manutenção de um fluxo de transferências públicas para parcela relevante da população sustentaram o consumo, notadamente de serviços, que também se beneficiaram em 2022 da normalização de sua demanda depois de quase dois anos de pandemia.
Essa resiliência do consumo das famílias, porém, limitou o movimento de desinflação, que se concentrou no segmento de preços administrados. Esta queda, por sua vez, ocorreu diante da reversão da expressiva elevação dos preços dos derivados de petróleo no início do ano, na esteira da guerra na Ucrânia, assim como em função da expressiva desoneração tributária sobre os preços dos combustíveis e energia elétrica.
As perspectivas para a atividade econômica doméstica são de uma desaceleração do ritmo de crescimento observado no ano anterior, seja em razão dos efeitos defasados do aperto monetário empreendido pelo Copom desde o início de 2021, seja como resultado da esperada desaceleração da economia global. A despeito desse cenário, o espaço para redução da taxa Selic dependerá em grande medida das ações que o novo governo, recém empossado, adotar para o conjunto geral da política econômica e no campo da política fiscal em particular.

COMPLIANCE

Declaração da diretoria
Os Diretores responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, em conformidade com as disposições do artigo 27, §1º, incisos V e VI e do artigo 31, §1º, inciso II da Resolução CVM nº 80/2022, declaram que:
a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e
b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.
Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, Item 9
No período de janeiro a dezembro de 2022, não foram prestados pelos auditores independentes e partes a eles relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa.

AGRADECIMENTOS

Registramos, mais uma vez, nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades.

São Paulo, 8 de fevereiro de 2023
A Administração

continua

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos
CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

PortoSeguroSA

continuação

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora Dezembro de 2022	Controladora Dezembro de 2021	Consolidado Dezembro de 2022	Consolidado Dezembro de 2021
Circulante		**758.995**	**1.052.927**	**32.647.490**	**27.311.577**
Caixa e equivalentes de caixa	8	51.146	60.496	2.433.908	1.400.834
Ativos financeiros					
Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado	9.1.1	577.975	872.100	7.256.889	7.477.041
Aplicações financeiras a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	9.1.2	–	–	253.334	–
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado	9.2	19.377	–	264.719	–
Empréstimos e recebíveis (ao custo amortizado)	10	–	–	10.590.630	9.382.483
Prêmios a receber de segurados	11	–	–	7.299.599	5.550.561
Recebíveis de prestação de serviços		–	–	302.430	80.400
Ativos de resseguro	23.3	–	–	160.896	159.734
Impostos e contribuições a recuperar	12.1	61.161	49.495	249.475	218.243
Bens à venda	13	–	–	256.468	208.844
Custos de aquisição diferidos	14	–	–	2.648.250	2.218.715
Instrumentos financeiros derivativos	15	60	709	60	18.022
Outros ativos	16	49.276	70.127	930.832	596.700
Não circulante		**11.326.228**	**9.193.142**	**17.843.431**	**15.561.321**
Realizável a longo prazo					
Ativos financeiros					
Aplicações financeiras a valor justo por meio do resultado	9.1.1	–	–	2.040	1.808
Aplicações financeiras a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	9.1.2	–	–	3.013.896	3.718.693
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado	9.2	64.275	168.770	2.995.055	2.352.016
Empréstimos e recebíveis (ao custo amortizado)	10	–	–	1.167.741	1.142.828
Prêmios a receber de segurados	11	–	–	405.924	301.708
Ativos de resseguro	23.3	–	–	14.036	13.779
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.3.1	–	–	1.372.102	926.965
Impostos e contribuições a recuperar	12.1	–	–	2.316	2.295
Custos de aquisição diferidos	14	–	–	580.969	166.862
Depósitos judiciais	17	153.913	145.041	1.536.160	1.541.862
Outros ativos	16	39	46	144.797	39.769
Investimentos					
Participações em controladas	18.1	10.655.755	8.791.869	–	–
Participações em coligadas e entidades controladas em conjunto	18.2	–	–	201.577	579.447
Outros investimentos		60.254	34.982	60.254	34.982
Propriedades para investimentos	19	391.418	52.434	338.079	103.203
Imobilizado	20	574	–	2.254.997	2.158.579
Intangível	21	–	–	3.642.873	2.378.685
Ativo de direito de uso	22	–	–	110.615	97.840
TOTAL DO ATIVO		**12.085.223**	**10.246.069**	**50.490.921**	**42.872.898**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora Dezembro de 2022	Controladora Dezembro de 2021	Consolidado Dezembro de 2022	Consolidado Dezembro de 2021
Circulante		**703.125**	**420.156**	**30.083.227**	**24.959.484**
Passivos de contratos de seguro e previdência complementar	23	–	–	13.632.844	10.670.728
Débitos de operações de seguro e resseguro	24	–	–	760.235	615.783
Passivos financeiros	25	426.850	38.088	13.581.379	11.658.869
Impostos e contribuições a recolher	12.2	620	1.001	729.497	660.563
Dividendos e JCP a pagar	43	262.337	357.970	262.337	357.970
Instrumentos financeiros derivativos	15	–	–	1.443	–
Passivo de arrendamento	27	–	–	16.016	12.894
Outros passivos	28	13.318	23.097	1.099.476	982.677
Não circulante		**798.991**	**461.354**	**9.766.637**	**8.548.686**
Passivos de contratos de seguro e previdência complementar	23	–	–	5.790.649	5.758.977
Passivos financeiros	25	14.583	39.583	1.356.179	755.193
Impostos de renda e contribuição social diferidos	12.3.3	263.740	276.797	423.830	312.849
Impostos e contribuições a recolher	12.2	–	–	26.422	20.640
Passivo de arrendamento	27	–	–	132.921	118.814
Provisões judiciais	26.1	153.894	144.974	1.398.286	1.396.597
Outros passivos	28	366.774	–	638.350	185.616
Patrimônio líquido		**10.583.107**	**9.364.559**	**10.641.057**	**9.364.728**
Capital social	29 a	8.500.000	8.500.000	8.500.000	8.500.000
Reservas de lucros:		1.571.942	793.395	1.571.942	793.395
(–) Ações em tesouraria	29 d	(199.017)	(205.493)	(199.017)	(205.493)
Reservas de lucros - demais		1.770.959	998.888	1.770.959	998.888
Reservas de capital	29 b	634.122	–	634.122	–
Dividendos adicionais propostos	29 e	112.817	261.729	112.817	261.729
Outros resultados abrangentes		(235.774)	(190.565)	(235.774)	(190.565)
Participação dos acionistas não controladores		–	–	57.950	169
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**12.085.223**	**10.246.069**	**50.490.921**	**42.872.898**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora Dezembro de 2022	Controladora Dezembro de 2021	Consolidado Dezembro de 2022	Consolidado Dezembro de 2021
Receitas					
Prêmios de seguros emitidos e contraprestações líquidas	30	–	–	22.728.851	17.712.070
(–) Prêmios de resseguros cedidos	30	–	–	(136.795)	(125.830)
(=) Prêmios e contraprestações, líquidos de resseguro	30	–	–	22.592.056	17.586.240
Receitas de operações de crédito	31	–	–	2.942.924	2.119.399
Receitas de prestação de serviços	32	–	–	1.973.198	1.309.719
Contribuições de planos de previdência		–	–	148.195	150.918
Receita com títulos de capitalização		–	–	67.368	59.357
Outras receitas operacionais	33	–	–	266.458	387.233
Equivalência patrimonial	18.1	1.185.302	1.651.593	(26.210)	(11.232)
Total das receitas		**1.185.302**	**1.651.593**	**27.963.989**	**21.601.634**
Despesas					
Variação das provisões técnicas - seguros		–	–	(2.750.716)	(1.379.795)
Variação das provisões técnicas - previdência		–	–	(191.374)	(133.179)
(=) Total de variação das provisões técnicas	34	–	–	(2.942.090)	(1.512.974)
Sinistros retidos bruto	35	–	–	(13.681.393)	(10.148.761)
(–) Recuperações de resseguradoras	35	–	–	77.273	100.936
(–) Recuperações de salvados e ressarcimentos		–	–	1.391.525	1.440.341
Benefícios de planos de previdência		–	–	(2.695)	(5.004)
(=) Despesas com sinistros e benefícios, líquidas		–	–	(12.215.290)	(8.612.488)
Custos de aquisição - seguros	36	–	–	(4.193.272)	(3.697.949)
Custos de aquisição - outros		–	–	(349.052)	(350.827)
Despesas administrativas	37	(36.553)	(42.826)	(3.883.250)	(3.601.766)
Despesas com tributos	38	(44.606)	(25.643)	(712.105)	(617.409)
Custos dos serviços prestados		–	–	(302.402)	(187.201)
Outras despesas operacionais	39	(18.452)	(13.356)	(2.659.031)	(1.773.980)
Total das despesas		**(99.611)**	**(81.825)**	**(27.256.492)**	**(20.354.594)**
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**1.085.691**	**1.569.768**	**707.497**	**1.247.040**
Receitas financeiras	40	188.730	153.415	1.901.173	1.558.792
Despesas financeiras	41	(144.607)	(162.559)	(1.296.860)	(1.090.081)
		44.123	**(9.144)**	**604.313**	**468.711**
Lucro operacional		**1.129.814**	**1.560.624**	**1.311.810**	**1.715.751**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**1.129.814**	**1.560.624**	**1.311.810**	**1.715.751**
Imposto de renda e contribuição social	12.4	**5.033**	**(16.375)**	**(159.520)**	**(171.488)**
Corrente		(8.024)	(7.745)	(493.676)	(761.490)
Diferido		13.057	(8.630)	334.156	590.002
Lucro líquido do exercício		**1.134.847**	**1.544.249**	**1.152.290**	**1.544.263**
Atribuível a:					
- Acionistas da Companhia		1.134.847	1.544.249	1.134.847	1.544.249
- Acionistas não controladores em controladas		–	–	17.443	14
Lucro por ação:					
- Básico	44	1,76173	2,39781	1,78881	2,39783
- Diluído	44	1,76173	2,39781	1,78881	2,39783

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

	Controladora Dezembro de 2022	Controladora Dezembro de 2021	Consolidado Dezembro de 2022	Consolidado Dezembro de 2021
Lucro líquido do exercício	**1.134.847**	**1.544.249**	**1.152.290**	**1.544.263**
Outros resultados abrangentes	**(45.209)**	**(285.319)**	**(45.209)**	**(285.319)**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:				
Ajustes de títulos e valores mobiliários em controladas	(52.495)	(495.417)	(52.495)	(495.417)
Efeitos tributários sobre Ajustes de títulos e valores mobiliários em controladas	20.998	198.167	20.998	198.167
Resultado com "hedge" de fluxo de caixa	(43.994)	–	(43.994)	–
Efeitos tributários sobre Resultado com "hedge" de fluxo de caixa	14.958	–	14.958	–
Ajustes acumulados de conversão em controladas	738	10.474	738	10.474
Outros ajustes de avaliação patrimonial em controladas	14.586	1.457	14.586	1.457
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários	**1.089.638**	**1.258.930**	**1.107.081**	**1.258.944**
Atribuível a:				
- Acionistas da Companhia	1.089.638	1.258.930	1.089.638	1.258.930
- Acionistas não controladores em controladas	–	–	17.443	14

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

	Controladora Dezembro de 2022	Controladora Dezembro de 2021	Consolidado Dezembro de 2022	Consolidado Dezembro de 2021
Caixa líquido atividades operacionais	**278.846**	**761.070**	**2.850.592**	**1.852.342**
Caixa gerado nas operações	**(12.411)**	**(2.236)**	**4.946.073**	**2.810.471**
Lucro líquido do exercício	1.134.847	1.544.249	1.152.290	1.544.263
Depreciações - imobilizado	–	–	133.347	105.146
Amortizações	12.622	12.622	150.904	125.162
Resultado de equivalência patrimonial	(1.185.302)	(1.651.593)	26.210	(11.232)
Perda (Reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	22.332	93.219	755.412	551.767
Passivos de contratos de seguros e de previdência complementar	–	–	2.820.033	469.135
Provisões judiciais	8.920	–	26.541	57.948
Resultado na venda de imobilizado	(5.830)	(733)	(118.664)	(31.718)
Variações nos ativos e passivos	**326.587**	**772.494**	**(1.417.865)**	**(133.492)**
Aplicações financeiras a valor justo por meio do resultado	294.125	709.346	219.920	1.522.270
Aplicações financeiras - demais categorias	85.118	178.521	(456.295)	134.704
Prêmios a receber de segurados	–	–	(1.847.248)	(1.085.656)
Empréstimos e recebíveis	–	–	(2.279.408)	(2.897.839)
Ativos de resseguro	–	–	(1.419)	12.969
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(35.389)	(84.589)	(24.988)	(618.872)
Impostos e contribuições a recuperar	(11.666)	(19.092)	(31.253)	(88.218)
Bens à venda	–	–	(55.248)	(99.701)
Custos de aquisição diferidos	–	–	(843.642)	(387.319)
Depósitos judiciais	(8.872)	(2.854)	5.702	4.419
Outros ativos	(343.398)	(32.704)	(586.293)	(704.688)
Operações de arrendamentos	–	–	4.454	2.023
Pagamento de passivos de seguros e de previdência complementar	–	–	173.755	345.495
Débitos de operações de seguros e resseguros	–	–	144.452	113.629
Passivos financeiros	53.275	5.342	2.427.591	2.952.172
Instrumentos financeiros derivativos	649	(852)	19.405	(18.165)
Impostos e contribuições a recolher	4.662	5.119	505.209	502.510
Pagamento de provisões judiciais	–	–	(24.851)	(19.948)
Outros passivos	288.083	14.257	1.232.292	196.723
Outros	**(35.330)**	**(9.188)**	**(677.616)**	**(824.637)**
Outros resultados abrangentes	–	–	(45.209)	(285.320)
Participação dos acionistas não controladores	–	–	40.338	20
Imposto de renda e contribuição social pagos	(5.043)	(6.517)	(430.493)	(371.488)
Juros sobre captação de recursos pagos	(30.287)	(2.671)	(242.252)	(167.849)
Caixa líquido atividades de investimento	**512**	**(32.790)**	**(1.526.193)**	**(929.224)**
Alienação de imobilizado e intangível	5.256	1.311	738.295	198.086
Aquisição de imobilizado	–	–	(849.387)	(776.798)
Dividendos e JCP recebidos	601.068	592.809	–	–
Aumento/(redução) de capital em controladas	(605.812)	(626.910)	–	–
Aquisição de intangível	–	–	(1.415.101)	(350.512)
Caixa líquido atividades de financiamento	**(288.708)**	**(814.498)**	**(291.325)**	**(438.165)**
Recompras - ações em tesouraria	–	(45.432)	–	(45.432)
Captação de recursos	700.000	75.000	2.570.037	2.253.294
Pagamento de empréstimos e arrendamentos (exceto juros)	(359.226)	–	(2.231.880)	(1.801.961)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(629.482)	(844.066)	(629.482)	(844.066)
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(9.350)**	**(86.218)**	**1.033.074**	**484.953**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	60.496	146.714	1.400.834	915.881
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	51.146	60.496	2.433.908	1.400.834

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

continua

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos
CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

PortoSeguroSA

continuação

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros: Ações em tesouraria	Reservas de lucros: Reservas de lucros-demais	Reservas de capital	Lucros acumulados	Dividendos adicionais propostos	Outros resultados abrangentes	Total	Acionistas não controladores em controladas	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020		4.500.000	(160.061)	4.125.623	–	–	443.298	94.754	9.003.614	135	9.003.749
Aprovação dos dividendos adicionais propostos no ano anterior		–	–	–	–	–	(443.298)	–	**(443.298)**	–	**(443.298)**
Aumento de capital		4.000.000	–	(4.000.000)	–	–	–	–	**–**	–	**–**
Aquisição de ações de própria emissão		–	(45.432)	–	–	–	–	–	**(45.432)**	–	**(45.432)**
Reconhecimento pagamento em ações - controladora/controladas		–	–	13.116	–	–	–	–	**13.116**	–	**13.116**
Ajustes de títulos e valores mobiliários em controladas (resultado abrangente)		–	–	–	–	–	–	(297.250)	**(297.250)**	–	**(297.250)**
Ajustes acumulados de conversão (resultado abrangente)		–	–	–	–	–	–	10.474	**10.474**	–	**10.474**
Outros ajustes de avaliação patrimonial em controladas (resultado abrangente)		–	–	–	–	–	–	1.457	**1.457**	–	**1.457**
Aumento de participações de não controladores em controladas		–	–	–	–	–	–	–	**–**	20	**20**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	1.544.249	–	–	**1.544.249**	14	**1.544.263**
Destinações:											
Reserva legal		–	–	77.212	–	(77.212)	–	–	**–**	–	**–**
Reserva estatutária		–	–	782.937	–	(782.937)	–	–	**–**	–	**–**
Distribuição de dividendos/JCP:											
Dividendos mínimos obrigatórios/JCP		–	–	–	–	(422.371)	–	–	**(422.371)**	–	**(422.371)**
Dividendos adicionais propostos		–	–	–	–	(261.729)	261.729	–	**–**	–	**–**
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**8.500.000**	**(205.493)**	**998.888**	**–**	**–**	**261.729**	**(190.565)**	**9.364.559**	**169**	**9.364.728**
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**8.500.000**	**(205.493)**	**998.888**	**–**	**–**	**261.729**	**(190.565)**	**9.364.559**	**169**	**9.364.728**
Transações de capital com acionistas	29 b	–	–	–	634.122	–	–	–	**634.122**	–	**634.122**
Aprovação dos dividendos adicionais propostos no ano anterior	29 e	–	–	–	–	–	(261.729)	–	**(261.729)**	–	**(261.729)**
Reconhecimento pagamento em ações - controladora/controladas	29 f	–	–	97.275	–	–	–	–	**97.275**	–	**97.275**
Ações outorgadas - controladora/controladas	29 f	–	6.476	(6.476)	–	–	–	–	**–**	–	**–**
Ajustes de títulos e valores mobiliários em controladas (resultado abrangente)		–	–	–	–	–	–	(31.497)	**(31.497)**	–	**(31.497)**
Ajustes acumulados de conversão (resultado abrangente)		–	–	–	–	–	–	738	**738**	–	**738**
Resultado com "hedge" de fluxo de caixa		–	–	–	–	–	–	(29.036)	**(29.036)**	–	**(29.036)**
Outros ajustes de avaliação patrimonial em controladas (resultado abrangente)		–	–	–	–	–	–	14.586	**14.586**	–	**14.586**
Aumento de participações de não controladores em controladas		–	–	–	–	–	–	–	**–**	40.338	**40.338**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	1.134.847	–	–	**1.134.847**	17.443	**1.152.290**
Destinações:											
Reserva legal		–	–	56.742	–	(56.742)	–	–	–	–	–
Reserva estatutária		–	–	624.530	–	(624.530)	–	–	–	–	–
Distribuição de dividendos/JCP:											
Dividendos mínimos obrigatórios/JCP	29 e	–	–	–	–	(340.758)	–	–	(340.758)	–	(340.758)
Dividendos/JCP adicionais propostos		–	–	–	–	(112.817)	112.817	–	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**8.500.000**	**(199.017)**	**1.770.959**	**634.122**	**–**	**112.817**	**(235.774)**	**10.583.107**	**57.950**	**10.641.057**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

	Controladora Dezembro de 2022	Controladora Dezembro de 2021	Consolidado Dezembro de 2022	Consolidado Dezembro de 2021
Receitas	**–**	**–**	**27.139.173**	**21.238.820**
Receitas com prêmios emitidos	–	–	22.728.851	17.712.070
Receitas com operações de crédito	–	–	2.942.924	2.119.399
Prestação de serviços	–	–	2.167.351	1.368.109
Receitas com operações de previdência complementar	–	–	148.195	150.918
Outras	–	–	204.407	422.517
Provisão para perda de crédito	–	–	(1.052.555)	(534.193)
Variações das provisões técnicas	**–**	**–**	**(2.942.090)**	**(1.512.974)**
Operações de seguros	–	–	(2.750.716)	(1.379.795)
Operações de previdência	–	–	(191.374)	(133.179)
Receita líquida operacional	**–**	**–**	**24.197.083**	**19.725.846**
Benefícios e sinistros	**–**	**–**	**(12.222.913)**	**(8.611.244)**
Sinistros líquidos	–	–	(12.212.595)	(8.607.484)
Despesas com benefícios	–	–	(2.695)	(5.004)
Provisão para redução ao valor recuperável (salvados)	–	–	(7.623)	1.244
Insumos adquiridos de terceiros	**(21.880)**	**(9.308)**	**(7.716.235)**	**(6.779.715)**
Materiais, energia e outros	(3.146)	(2.891)	(1.757.589)	(1.417.616)
Custos dos produtos e dos serviços (prestados/vendidos)	–	–	(302.402)	(187.201)
Serviços de terceiros e comissões	(12.904)	(5.684)	(6.168.146)	(5.412.229)
Variação das despesas de comercialização diferidas	–	–	390.624	224.766
(Perda)/recuperação de valores ativos	(5.830)	(733)	121.278	12.565
Valor adicionado bruto	**(21.880)**	**(9.308)**	**4.257.935**	**4.334.887**
Depreciação e amortização	**(12.622)**	**(12.622)**	**(284.251)**	**(170.333)**
Valor adicionado líquido produzido	**(34.502)**	**(21.930)**	**3.973.684**	**4.164.554**
Valor adicionado recebido/cedido em transferência	**1.238.346**	**1.649.322**	**596.001**	**536.790**
Receitas financeiras	188.730	153.415	1.901.173	1.558.792
Resultado de equivalência patrimonial	1.185.302	1.651.593	(26.210)	(11.232)
Outras	(135.686)	(155.686)	(1.278.962)	(1.010.770)
Valor adicionado total a distribuir	**1.203.844**	**1.627.392**	**4.569.685**	**4.701.344**
Distribuição do valor adicionado	**1.203.844**	**1.627.392**	**4.569.685**	**4.701.344**
Pessoal	**19.291**	**13.787**	**2.063.136**	**1.872.429**
Remuneração direta	6.997	4.507	1.231.735	1.074.462
Benefícios	12.294	9.280	745.573	724.346
F.G.T.S.	–	–	85.828	73.621
Impostos, taxas e contribuições	**40.786**	**62.482**	**1.337.379**	**1.214.748**
Federais	40.786	62.482	1.228.405	1.132.101
Estaduais	–	–	2.842	1.401
Municipais	–	–	106.132	81.246
Remuneração de capitais de terceiros	**8.920**	**6.874**	**16.880**	**69.904**
Juros	8.920	6.874	15.685	71.450
Aluguéis	–	–	1.195	(1.546)
Remuneração de capitais próprios	**1.134.847**	**1.544.249**	**1.152.290**	**1.544.263**
Juros sobre o capital próprio	453.575	398.662	453.575	398.662
Dividendos	–	428.063	–	428.063
Lucros retidos do período	681.272	717.524	681.272	717.524
Participação dos não controladores nos lucros retidos	–	–	17.443	14

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO

1.1 OPERACIONAL

A Porto Seguro S.A. ("Controladora") é uma sociedade de capital aberto com sede na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740 - Bloco B ("Edifício Rosa Garfinkel") - 11º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, Brasil, com ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3. Seu objeto é a participação como acionista ou sócia em outras sociedades empresárias, nacionais ou estrangeiras (denominadas em conjunto com a Porto S.A. "Porto Seguro", "Grupo Porto" ou "Companhia"), que podem explorar atividades: de seguros em todos os ramos; de instituições financeiras, equiparadas e administração de consórcios; e atividades conexas, correlatas ou complementares às demais descritas anteriormente.

A Companhia possui as seguintes participações nas controladas, entidade controlada em conjunto e coligada:

	Classificação	Consolidação	Dezembro de 2022 Direta	Dezembro de 2022 Indireta	Dezembro de 2021 Direta	Dezembro de 2021 Indireta
			Participação (%)			
Porto Cia	Controlada	Integral	99,99	–	99,99	–
Porto Vida e Previdência	Controlada	Integral	–	99,97	–	99,97
Porto Seguro Uruguai	Controlada	Integral	–	100,00	–	100,00
Porto Saúde	Controlada	Integral	–	99,99	–	99,99
Azul Seguros	Controlada	Integral	67,86	32,14	67,86	32,14
Itaú Auto e Residência	Controlada	Integral	99,99	–	99,99	–
Porto Capitalização	Controlada	Integral	–	100,00	–	100,00
Porto Consórcio	Controlada	Integral	–	100,00	99,99	–
Portoseg	Controlada	Integral	–	100,00	99,99	–
Portopar	Controlada	Integral	–	100,00	99,99	–
Proteção e Monitoramento	Controlada	Integral	–	100,00	99,95	–
Renova	Controlada	Integral	–	100,00	99,99	–
Renova Peças Novas	Controlada	Integral	–	99,99	–	99,99
Crediporto	Controlada	Integral	–	100,00	99,80	–
Franco	Controlada	Integral	–	100,00	–	100,00
Serviços Médicos	Controlada	Integral	–	100,00	99,99	–
Portomed	Controlada	Integral	–	100,00	99,99	–
Porto Odonto	Controlada	Integral	–	100,00	99,99	–
Porto Serviços e Comércio	Controlada	Integral	99,99	–	99,99	–
Porto Atendimento	Controlada	Integral	–	99,99	–	99,99
Porto Conecta	Controlada	Integral	–	100,00	–	100,00
Porto Serviços Uruguai	Controlada	Integral	–	100,00	–	100,00
Porto Seguro Saúde Ocupacional	Controlada	Integral	–	99,99	–	99,99
Porto Investimentos	Controlada	Integral	99,99	–	99,99	–
Mobitech	Controlada	Integral	–	100,00	–	100,00
Porto Assistência (i)	Controlada	Integral	–	100,00	99,00	–
Olho Mágico	Controlada	Integral	–	100,00	–	–
Petlove	Coligada	Equiv. Patrimonial	–	13,50	–	13,50
ConectCar	Control. em conjunto	Equiv. Patrimonial	–	50,00	–	50,00
Nido	Controlada	Integral	–	100,00	–	–
Porto Assistência Participações (ii)	Controlada	Integral	81,17	–	–	–
CDF (ii)	Controlada	Integral	–	100,00	–	–
CDF Ltda. (ii)	Controlada	Integral	–	100,00	–	–
Porto Saúde Participações (iii)	Controlada	Integral	99,99	–	–	–
Porto Saúde Serviços (iii)	Controlada	Integral	99,99	–	–	–
Porto Saúde Operações (iii)	Controlada	Integral	99,87	–	–	–
Porto Seguro Bank (iii)	Controlada	Integral	99,99	–	–	–
Porto Serviços Financeiros (iii)	Controlada	Integral	–	100,00	–	–
Porto Negócios Financeiros (iii)	Controlada	Integral	99,99	–	–	–
Porto Seguros Financeiros (iii)	Controlada	Integral	–	99,99	–	–

(i) Vide nota explicativa nº 1.2.3.1.
(ii) Vide nota explicativa nº 1.2.3.2.
(iii) Vide nota explicativa nº 18.

As características das empresas estão demonstradas abaixo:

(i) Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Porto Cia"), opera seguros de danos e de pessoas.
(ii) Porto Seguro Vida e Previdência S.A. ("Porto Vida e Previdência"), opera seguros de pessoas e planos de previdência complementar nas modalidades de pecúlio e renda.
(iii) Porto Seguro - Seguros del Uruguay S.A. ("Porto Seguro Uruguai"), opera seguros de danos e pessoas no Uruguai.
(iv) Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. ("Porto Saúde"), opera seguro saúde.
(v) Azul Companhia de Seguros Gerais ("Azul Seguros"), opera seguros de danos e de pessoas.
(vi) Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. ("Itaú Auto e Residência"), opera seguros de danos.
(vii) Porto Seguro Capitalização S.A. ("Porto Capitalização"), administra e comercializa títulos de capitalização.
(viii) Porto Seguro Administradora de Consórcios Ltda. ("Porto Consórcio"), administra grupos de consórcios para aquisição de bens móveis e imóveis.
(ix) Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Portoseg"), concede empréstimos e financiamentos ao consumo e para capital de giro, além de operar cartões de crédito.
(x) Portopar Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Portopar"), atua na distribuição de cotas de fundos de investimentos.
(xi) Porto Seguro Proteção e Monitoramento Ltda. ("Proteção e Monitoramento"), presta serviços relacionados à proteção e ao monitoramento eletrônico.
(xii) Porto Seguro Renova - Serviços e Comércio Ltda. ("Renova"), comercializa e distribui peças automotivas.
(xiii) Porto Seguro Renova Serviços e Comércio de Peças Novas Ltda. ("Renova Peças Novas"), comercializa e distribui peças automotivas novas.
(xiv) Crediporto Promotora de Serviços Ltda. ("Crediporto"), presta serviços para obtenção de créditos e financiamento ao consumo.
(xv) Franco Corretagem de Seguros Ltda. ("Franco"), presta serviços técnicos de corretagem de seguros.
(xvi) Porto Seguro Serviços Médicos Ltda. ("Serviços Médicos"), presta serviços de assessoria administrativa para médicos e operadoras de saúde.
(xvii) Portomed - Porto Seguro Serviços de Saúde Ltda. ("Portomed"), opera planos privados de assistência à saúde.
(xviii) Porto Seguro Serviços Odontológicos Ltda. ("Porto Odonto"), operará planos privados de assistência odontológica.
(xix) Porto Seguro Serviços e Comércio S.A. ("Porto Serviços e Comércio"), presta serviços relacionados, complementares ou correlatos à atividade de seguros.
(xx) Porto Seguro Atendimento Ltda. ("Porto Atendimento"), presta serviços de "telemarketing" e atendimento em geral.
(xxi) Porto Seguro Telecomunicações Ltda. ("Porto Conecta"), presta serviços de telecomunicações.
(xxii) Porto Servicios S.A. ("Porto Serviços Uruguai"), presta serviços relacionados, complementares ou correlatos à atividade de seguros no Uruguai.
(xxiii) Porto Seguro Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho Ltda. ("Porto Seguro Saúde Ocupacional"), presta serviços de consultoria e assessoria em saúde ocupacional, segurança do trabalho, ergonomia e serviços ambulatoriais.
(xxiv) Porto Seguro Investimentos Ltda. ("Porto Investimentos"), administra e faz a gestão de carteiras de títulos e valores mobiliários, fundos de investimento e outros recursos de terceiros.
(xxv) Mobitech Locadora de Veículos S.A. ("Mobitech"), tem por atividades modelos de assinatura de veículos, gestão de frotas para empresas, entre outras modalidades de locação de veículos.
(xxvi) Porto Seguro Assistência e Serviços S.A. ("Porto Assistência") presta serviços de porto socorro, assistência 24 horas, manutenção e reparos veiculares.
(xxvii) OM Soluções Imobiliárias Ltda. ("Olho Mágico") é uma plataforma de anúncios de imóveis para aluguel, criada para simplificar e transformar o processo de locação, tornando-o 100% digital, simples, ágil e seguro, sendo as imobiliárias parceiras da Porto Seguro.
(xxviii) PetLove Cayman Ltd. ("Petlove"), tem por finalidade o comércio varejista de animais vivos, de artigos e de alimentos para animais de estimação.
(xxix) ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. ("ConectCar"), opera por meios de pagamento eletrônico que atua na abertura de cancelas de pedágios e estacionamentos.
(xxx) Porto Assistência Participações S.A. ("Porto Assistência Participações") tem por objeto a participação, compra e venda de participações societárias em sociedades e entidades que desenvolvam atividades no mercado de seguros reguladas e não reguladas, no Brasil e no exterior.
(xxxi) Nido Tecnologia Ltda. ("Nido") atua no desenvolvimento de soluções tecnológicas ("software") para o ramo imobiliário.
(xxxii) CDF Assistência e Suporte Digital S.A. ("CDF") é uma plataforma de serviços que oferece soluções para consumidores finais por meio de parcerias com varejistas, telecom, "utilities" e seguradoras.
(xxxiii) CDF Assistências Ltda. ("CDF Ltda.") controlada integralmente pela CDF, tem como atividade econômica a prestação de serviços de assistência divididos em duas categorias: assistência de auto e moto e assistências residenciais e emergenciais.
(xxxiv) Porto Saúde Participações S.A. ("Porto Saúde Participações"), "holding" da vertical saúde, de empresas do Grupo reguladas e não reguladas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.
(xxxv) Porto Saúde Serviços S.A. ("Porto Saúde Serviços"), sub-holding da vertical saúde, controladora de empresas do Grupo não reguladas no mercado de saúde.
(xxxvi) Porto Saúde Operações S.A. ("Porto Saúde Operações"), sub-holding da vertical saúde, controladora de empresas do Grupo reguladas pela ANS.
(xxxvii) Porto Bank S.A. ("Porto Bank"), "holding" da vertical financeira, de empresas do Grupo reguladas e não reguladas pelo Banco Central do Brasil - BACEN.
(xxxviii) Porto Serviços Financeiros S.A. ("Porto Serviços Financeiros"), sub-holding da vertical financeira de empresas do Grupo não reguladas no mercado financeiro.
(xxxix) Porto Negócios Financeiros S.A. ("Porto Negócios Financeiros"), sub-holding da vertical financeira de empresas do Grupo reguladas pelo BACEN.
(xl) Porto Seguro Financeiros S.A. ("Porto Seguro Financeiros"), sub-holding da vertical financeira de negócio Porto Bank.

continua

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos
CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

PortoSeguroSA

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.2 EVENTOS RELEVANTES DO EXERCÍCIO

1.2.1 APROVAÇÃO DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JCP

Em 31 de março de 2022 conforme deliberações tomadas em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE") foi aprovada a distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2021 no valor de R$ 629.500.

Em 24 de agosto e 26 de outubro de 2022 conforme aviso aos acionistas, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária ("AGO") o JCP nos valores brutos de R$ 397.575 e R$ 56.000 respectivamente, imputados ao valor do dividendo obrigatório relativo ao exercício social de 2022. O pagamento será realizado até 31 de março de 2023, podendo ser realizado anteriormente, a critério da administração. Vide detalhamento na nota explicativa nº 29 (e).

1.2.2 FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO

Em 29 de junho de 2022, foi assinado acordo de compra e venda de imóveis entre as controladas Porto Cia, Porto Saúde, Porto Vida e Previdência e Azul Seguros, na qualidade de vendedoras e Jive Properties Multiestratégia Fundo de Investimento Imobiliário ("Fundo") como compradora e a Porto S.A., controladora, como interveniente a operação.

O objeto do acordo foi a venda de 45 imóveis ao Fundo, considerando condições atuais do mercado imobiliário, a situação jurídica e estado de manutenção e conservação dos imóveis, bem como a oportunidade de liquidez imediata às controladas, segregada em duas tranches. A primeira tranche negociou 35 imóveis ao valor de R$ 294.415, na mesma data da assinatura do acordo. A segunda tranche negociou 10 imóveis ao valor de R$ 74.223. Do montante da segunda tranche, as partes se comprometeram a envidar os melhores esforços para concluir a etapa no montante de R$ 2.276.

O Fundo buscará oportunidades de venda dos imóveis em um prazo de 48 meses, tendo como premissas: a obtenção de autorização da Porto S.A. e a maximização do valor de venda. Caso haja excedente entre o valor de compra e venda à terceiros, a Porto S.A. participa de 70% do excedente, caso contrário há a reposição do capital ao Fundo até o limite do preço de compra, realizado pela Porto S.A.. Adicionalmente, a Porto S.A. tem o direito de veto na venda dos imóveis e, ao final do prazo contratual, tem a opção de compra dos imóveis remanescentes pelo valor negociado na data da assinatura do referido acordo corrigido à IPCA.

A Porto S.A. também pagará ao Fundo uma indenização por vacância de IPCA + 0,5654% ao mês, aplicados ao preço dos imóveis transferidos e não vendidos, suprindo as despesas de manutenção dos imóveis, para que estejam vazios e disponíveis à venda.

Observado os aspectos de controle e acordo de recompra estabelecidos pelas normas IFRS, a Porto S.A. mantém o registro dos imóveis em suas demonstrações financeiras individuais e reconheceu um passivo do montante recebido em caixa. Para fins de consolidado, os imóveis transferidos ao Fundo estão sendo apresentados como propriedade para investimento e, os imóveis que são parte do acordo e que ainda não foram transferidos para o Fundo, são apresentados como ativo não circulante mantido para venda.

A Porto S.A. está atualizando monetariamente o montante alocado no passivo de transação com Fundo de investimento imobiliário, através do índice IPCA., sendo a contra-partida registrada na despesa financeira (nota explicativa nº 41).

Demonstramos abaixo os saldos relativos à operação:

	Dezembro de 2022	
	Controladora	Consolidado
Ativo circulante	**–**	**2.505**
Imóveis disponíveis para venda (i)	–	2.505
Não circulante	**366.362**	**256.001**
Propriedade para investimento (ii)	366.362	256.001
Passivo não circulante	**366.774**	**366.774**
Passivo de transação com fundo de investimento imobiliário (iii)	366.774	366.774
Patrimônio líquido	**–**	**22.493**
Reserva Reavaliação - ajuste de GAAP (ii)	–	22.493
Resultado	**412**	**–**
Despesa financeira - atualização monetária (iii)	412	–

(i) O montante representa 1 imóvel da segunda tranche, cujo valor foi pago em agosto de 2022 porém não houve sua escritura transferida ao Fundo na mesma data-base (vide nota explicativa nº 13) e seu valor de mercado é de R$ 2.276.

(ii) O montante representa os imóveis da primeira e segunda tranche, cujo valores foram pagos entre os meses de junho, julho, agosto e outubro de 2022 e tiveram suas escrituras transferidas ao Fundo, totalizando 44 imóveis (vide nota explicativa nº 19), sendo no consolidado líquido dos efeitos de eliminação dos ganhos de capital das controladas. A referida Reserva de reavaliação foi constituída na época permitida por regulamentação vigente.

(iii) O montante representa o passivo relacionado a transação com o Fundo (vide nota explicativa nº 28) e sua respectiva atualização monetária.

1.2.3 COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

1.2.3.1 CISÃO PORTO ASSISTÊNCIA

A Porto Assistência passou a desenvolver as atividades de assistência cindidas da operação da Porto Cia (a partir de 1º de maio de 2022) e Porto Serviços (a partir de 1º de agosto de 2022). A cisão tem por finalidade concentrar negócios relacionados em uma mesma entidade e assim otimizar a sua gestão dentro do grupo Porto Seguro, além de ser uma condição precedente à combinação de negócios.

1.2.3.2 CONCLUSÃO DA CONSTITUIÇÃO PORTO ASSISTÊNCIA PARTICIPAÇÕES

Em 1º de setembro de 2022 a Companhia divulgou o Fato Relevante informando que foi concluída em 31 de agosto de 2022 a constituição da Porto Assistência Participações, mediante o aporte integral das ações da Porto Assistência e CDF a valor contábil histórico.

A Porto Assistência Participações é controlada pela Companhia e explora serviços de assistência automotiva e residencial, oferecidas hoje aos clientes Porto e também as soluções da CDF, maior "marketplace" B2B2C de serviços do Brasil, com serviços de assistência, instalação e manutenção presencial, além de suporte remoto para consumidores dos segmentos de varejo, telecomunicações, "utilities", seguros e mercado financeiro, criando uma das maiores empresas de serviços do país para diversos clientes através de diferentes canais de venda.

Contraprestação transferida

A combinação de negócios teve a Porto Seguro S.A. como adquirente e Controladora, Porto Assistência e Participações como companhia veículo e como contribuintes de suas ações integrais as companhias Porto Assistência e CDF. Na ótica da adquirente, a contraprestação transferida teve a cessão de 18,83% da participação da Porto Assistência Participações e a obtenção indireta de 81,17% da participação da CDF, a valor justo no montante de R$ 644.329. O referido valor justo foi mensurado com base em metodologia de cálculo de múltiplo EV ("Enterprise Value") aplicado ao "EBITDA", projetado para os próximos 12 meses, excluindo os respectivos endividamentos líquidos, a partir da data do "closing", em consonância com os requisitos estabelecidos pelo pronunciamento contábil IFRS 3/CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios.

A Companhia, após a combinação de negócios, teve sua participação societária reduzida de 100% para 81,17% no montante de R$ 10.207 mensurado a valor contábil, tendo em vista a manutenção do controle dos ativos e passivos da Porto Assistência.

A mudança na participação societária detida não resultou em perda de controle da Porto Assistência Participações, constituindo apenas transação patrimonial, em conformidade com o CPC 36 - Demonstrações consolidadas.

Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

O valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos foram apurados com base na melhor estimativa da Administração, suportada pelo acordo de acionistas, e espera-se finalizar o "Purchase Price Allocation" - PPA, dentro do prazo permitido pela referida norma contábil.

Ágio por expectativa de rentabilidade futura ("goodwill")

O ágio apurado na aquisição foi reconhecido no exercício como diferença entre o valor da contraprestação mensurada a valor justo e ativos líquidos adquiridos aos valores históricos registrados. O ágio pago por rentabilidade futura originado na operação consiste no benefício das sinergias esperadas, crescimento das receitas, desenvolvimento futuro dos mercados. Esses benefícios são reconhecidos separadamente dos ativos intangíveis identificáveis.

(+) Contraprestação transferida	644.329
(–) Investimento a valor de livros (81,17%)	(159.428)
(–) Ativos líquidos adquiridos	(127.671)
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	**357.230**

1.2.4 CONSTITUIÇÃO DE "JOINT VENTURE" DE SERVIÇOS MÉDICOS ONCOLÓGICOS

Em 17 de dezembro de 2022, a Companhia comunica em Fato Relevante a celebração, nesta data, de um Acordo para a constituição de uma "joint venture" de serviços médicos oncológicos, por meio de 40% de participação da Porto Serviços e Comércio e 60% de participação da Oncoclínicas.

A Oncoclínicas e a Porto Serviços e Comércio operarão, conjuntamente, um modelo de cuidado integral ao paciente oncológico, garantindo elevada experiência na jornada do tratamento, excelência assistencial e eficiência operacional, prática criada e aperfeiçoada pela Oncoclínicas.

O fechamento da Transação depende do cumprimento de condições usuais para operações desta natureza, incluindo a obtenção de autorização pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. Não houve impactos contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro: "International Financial Reporting Standards" (IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 08 de fevereiro de 2023.

2.2 CONTINUIDADE

A Companhia não vislumbra em cenários de médio e longo prazos riscos à continuidade de seus negócios (exceto para a operação da Porto Conecta, que está em processo de encerramento operacional de suas atividades), uma vez que, entre outros motivos: (i) opera em mercados em expansão no país, principalmente o de seguros, onde há grandes potenciais de aumento de sua participação no PIB brasileiro, quando comparado com padrões estrangeiros; (ii) investe em tecnologias e processos para proporcionar um crescimento sustentável de suas operações; (iii) busca a diversificação de produtos, mercados e regiões, ampliando sua gama de atuação; e (iv) possui resultados econômico-financeiros passados consistentes e uma sólida condição patrimonial.

2.3 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada como parte de suas demonstrações financeiras individuais (Controladora) como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista pela IFRS. A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado".

2.4 RECLASSIFICAÇÃO DOS SALDOS COMPARATIVOS

A Companhia passa a apresentar os saldos de 31 de dezembro de 2021 dos depósitos judiciais diretamente vinculados às provisões para processos de natureza fiscal, cível e trabalhista pelo seu valor bruto no Balanço Patrimonial e Demonstração do Fluxo de Caixa, mediante alteração de política contábil, em consonância com a IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

(a) Balanço patrimonial

	Controladora			Consolidado		
	Publicado Dezembro de 2021	Atualizado	Atualizado Dezembro de 2021	Publicado Dezembro de 2021	Atualizado	Atualizado Dezembro de 2021
Ativo não circulante						
Depósitos judiciais (nota nº 17)	–	145.041	145.041	–	1.541.862	1.541.862
Outros ativos (nota nº 16)	113	(67)	46	337.971	(298.202)	39.769
	113	144.974	145.087	337.971	1.243.660	1.581.631
Passivo não circulante						
Provisões judiciais (nota nº 26.1)	–	144.974	144.974	152.937	1.243.660	1.396.597
	–	144.974	144.974	152.937	1.243.660	1.396.597

(b) Demonstração do fluxo de caixa

	Controladora			Consolidado		
	Publicado Dezembro de 2021	Atualizado	Atualizado Dezembro de 2021	Publicado Dezembro de 2021	Atualizado	Atualizado Dezembro de 2021
Caixa gerado nas operações	**–**	**93.219**	**93.219**	**–**	**1.078.850**	**1.078.850**
Perda (Reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	–	93.219	93.219	–	551.767	551.767
Passivos de contratos de seguros e de previdência complementar	–	–	–	–	469.135	469.135
Provisões judiciais	–	–	–	–	57.948	57.948
Variações nos ativos e passivos	**53.414**	**(168.219)**	**(114.805)**	**(594.435)**	**(1.530.183)**	**(2.124.618)**
Prêmios a receber de segurados	–	–	–	(1.091.477)	5.821	(1.085.656)
Empréstimos e recebíveis	–	–	–	(2.356.567)	(541.272)	(2.897.839)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.630	(93.219)	(84.589)	(590.002)	(28.870)	(618.872)
Bens à venda	–	–	–	(100.945)	1.244	(99.701)
Depósitos judiciais	–	(2.854)	(2.854)	–	4.419	4.419
Outros ativos	(35.558)	2.854	(32.704)	(711.579)	6.891	(704.688)
Pagamento de passivos de seguros e de previdência complementar	–	–	–	814.630	(469.135)	345.495
Passivos financeiros	80.342	(75.000)	5.342	3.403.505	(451.333)	2.952.172
Pagamento de provisões judiciais	–	–	–	38.000	(57.948)	(19.948)
Outros	**–**	**(2.671)**	**(2.671)**	**–**	**(167.849)**	**(167.849)**
Juros sobre captação de recursos pagos	–	(2.671)	(2.671)	–	(167.849)	(167.849)
Caixa líquido atividades de financiamento	**(2.671)**	**77.671**	**75.000**	**(167.849)**	**619.182**	**451.333**
Captação de recursos	–	75.000	75.000	–	2.253.294	2.253.294
Pagamento de empréstimos e arrendamentos (exceto juros)	–	–	–	–	(1.801.961)	(1.801.961)
Juros sobre captação de recursos pagos	(2.671)	2.671	–	(167.849)	167.849	–

Referem-se às reclassificações de saldos das "Variações de ativos e passivos", para "Caixa gerado nas operações" a fim de apresentação dos montantes brutos, além da abertura dos "Passivos financeiros".

2.5 CONTROLE E CONSOLIDAÇÃO

(a) Controladas

Considera-se controlada a sociedade na qual a Controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de controle das atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades.

As políticas contábeis das empresas controladas foram harmonizadas, quando necessário, para fins de consolidação, visando eliminar o efeito da adoção de práticas não uniformes entre as empresas e a correção de algumas práticas prescritas pelos órgãos reguladores e consideradas pela Administração em desacordo com as práticas contábeis internacionais.

O processo de consolidação contempla as seguintes eliminações: (i) das participações no patrimônio mantidas entre elas; (ii) dos saldos de contas-correntes e outros ativos e/ou passivos mantidos entre elas; e (iii) dos saldos de receitas e despesas provenientes de operações realizadas entre elas, quando aplicável. Subsequentemente é destacado o valor da participação dos acionistas não controladores destas controladas nas demonstrações financeiras consolidadas.

As controladas são consolidadas a partir da data na qual o controle é transferido e não são mais consolidadas a partir da data em que esse controle deixa de existir.

(b) Coligada e controlada em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como entidades controladas em conjunto ("joint ventures") dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

(c) Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos a valor justo com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com a IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos financeiros na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos).

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela desta unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nestas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

(i) Petlove

A Companhia, através de sua controlada Porto Serviços e Comércio, assinou o acordo de aquisição de 13,50% de participação da Petlove Cayman Ltd. ("Petlove") e, após o cumprimento de todas as condições precedentes previstas, concluiu a operação ("closing") em 30 de junho de 2021. Na presente data-base, apresenta evolução dos efeitos da transação, bem como a abertura dos ativos adquiridos e identificados, por meio de laudo de avaliação de PPA ("Purchase Price Allocation"), elaborado por consultores independentes, conforme demonstrado a seguir:

Evolução dos efeitos da transação

	Junho de 2021	Atualização	Junho de 2022
Ativo			
Investimentos			
Saldo contábil antes do "closing"	5.282	–	5.282
Baixa contábil (Porto.Pet)	(5.282)	–	(5.282)
Contraprestação transferida	361.494	21.811	383.305
Ganho não realizado (i)	(16.869)	5.635	(11.234)
Total do ativo	**344.625**	**27.446**	**372.071**
Passivo			
Outros passivos			
Receitas a diferir (ii)	124.953	(41.737)	83.216
Ganho não realizado (i)	(16.869)	5.635	(11.234)
Imposto de renda e contribuição social	78.628	21.606	100.234
Total do passivo	**186.712**	**(14.496)**	**172.216**
Demonstração de resultado			
Ganho bruto no resultado do período	231.259	63.548	294.807
(–) Imposto de renda e contribuição social	(78.628)	(21.606)	(100.234)
Efeito líquido no resultado do período	**152.631**	**41.942**	**194.573**

(i) Refere-se à eliminação do ganho não realizado equivalente a participação de 13,50% mantida pela Porto Seguro, compensado pela amortização no período, no valor de R$ 1.170.

(ii) Receita das marcas e canal de distribuição que serão diferidas ao longo do prazo dos contratos.

O registro preliminar, como melhor estimativa, observou a avaliação da transação na data-base de 31 de dezembro de 2020 e atualizou-a para a data-base do "closing", ajustando o ganho de capital em R$ 41.942, líquidos de impostos.

Contraprestação transferida e ativos identificados

	Junho de 2021	Atualização	Junho de 2022
Total da contraprestação transferida (a) + (b)	**361.494**	**21.811**	**383.305**
Ativos identificados (a)			146.215
Ágio (b)			237.090
Ativo - Mais valia/Ativos identificados			**146.215**
Petlove			
Marca			78.716
"Software"			15.975
Canal de distribuição			3.917
Porto.Pet			
Marcas			6.739
Relacionamento com cliente			50
Canal de distribuição			4.446
Vet Smart			
Plataforma			3.468
Investimento			32.904

Contratos entregues

Em contrapartida a participação acionária recebida, a Porto Serviços e Comércio transferiu o controle (100% das ações) da Porto.Pet Administração de Planos de Saúde Animal S.A. ("Porto.Pet"). Adicionalmente autorizou o uso das marcas Porto Seguro e Porto.Pet no Brasil e a divulgação dos planos de saúde para animais oferecidos pela Porto.Pet nos canais de distribuição da Porto Seguro, dentre eles, a distribuição de materiais publicitários aos corretores.

Passivo	**83.216**
Porto.Pet	
Relacionamento com cliente	367
Contrato de licenciamento de marca	49.918
Canal de distribuição	32.931

continua

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos
CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

PortoSeguroSA

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.6 APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

As informações por segmentos operacionais foram agrupadas e são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido à Diretoria Executiva, que é o principal tomador de decisões operacionais, alocação de recursos e responsável pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais e, inclusive, pela tomada das decisões estratégicas da Porto Seguro. O detalhamento e as divulgações de segmentos estão apresentados na nota explicativa nº 7.

2.7 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que cada empresa da Porto Seguro opera.

(a) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos resultantes da liquidação de tais transações são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando reconhecidos no patrimônio como resultado de itens de operação caracterizada como investimento no exterior.

O resultado e o balanço patrimonial da Porto Seguro Uruguai e Porto Serviços Uruguai (cuja moeda funcional é o peso uruguaio) são convertidos para a moeda de apresentação da Companhia da seguinte forma: (i) ativos e passivos - pela taxa de câmbio da data de encerramento do balanço ou pela taxa histórica, de acordo com a característica do item; (ii) receitas e despesas - pela taxa de câmbio média do exercício (exceto se a média não corresponder a uma aproximação razoável para este propósito); e (iii) todas as diferenças de conversão são registradas como um componente separado do patrimônio líquido.

2.8 NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES EXISTENTES QUE NÃO ESTÃO EM VIGOR E NÃO FORAM ADOTADAS ANTECIPADAMENTE PELA COMPANHIA

IFRS 17 - Contratos de seguros

Divulgada em maio de 2017, a norma estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguros. A IFRS 17 introduziu uma série de novos requerimentos de mensuração e divulgação comparado à norma atualmente vigente IFRS 4 - Contratos de Seguros. Em maio de 2021, o CPC aderiu a esta norma através do CPC 50 - Contratos de Seguros.

A IFRS 17/CPC 50 será aplicada a:
- contratos subscritos de seguro e resseguro;
- todos os contratos de resseguro mantidos; e
- contratos de investimento com característica de participação discricionária.

Esta norma traz a necessidade da separação dos contratos de seguros em grupos de contratos, ou coortes com no máximo 12 meses de emissão. Além disso, cada grupo de contrato passa a ser dividido com base na expectativa de rentabilidade apresentada por esses portfólios, onde em seu reconhecimento inicial pode ser classificado como:
- grupo de contratos que são onerosos no reconhecimento inicial;
- grupo de contratos que, no reconhecimento inicial, não tem possibilidade significativa de se tornarem onerosos subsequentemente; e
- grupo de contratos remanescentes na carteira, ou seja, contratos rentáveis.

Além disso, a norma traz novos modelos de mensuração para os contratos de seguro, cujos modelos não eram previstos na IFRS 4. Os modelos de mensuração são determinados com base em critérios específicos que envolvem análises quantitativas e qualitativas sobre esses contratos. Os modelos de mensuração podem ser segregados em três categorias, conforme abaixo:

(a) Abordagem de mensuração geral ("Building Block Approach" - BBA)

É o modelo padrão da norma, podendo ser aplicado à todos os contratos com exceção dos contratos de participação direta que possuem um modelo contábil específico. No BBA, o passivo/obrigação dos contratos serão mensurados de acordo com seguintes blocos:

1. Fluxos de caixa futuros esperados: de prêmios, sinistros, benefícios, despesas e custos de aquisição;
2. Desconto "Valor do dinheiro no tempo": ajustes que convertem o fluxo de caixa futuro em valores correntes;
3. Ajustes de riscos (RA): competem em avaliações específicas da companhia sobre as incertezas do valor e a época dos fluxos de caixa futuros; e
4. Margem de Serviço Contratual ("MSC"): correspondente à expectativa de "Lucro" que o contrato possa fornecer.

A MSC representa o lucro não auferido do grupo de contratos de seguro que a entidade reconhecerá conforme a prestação de serviços no futuro. É incluída na receita diferida no passivo do balanço e reconhecida no resultado a medida que os serviços são prestados. A MSC é ajustada à medida em que ocorra mudanças nos fluxos de caixa futuros estabelecidos no item 1.

Se for esperado que o grupo de contratos de seguro gere uma perda, caso sejam determinados como onerosos no seu reconhecimento inicial ou em períodos subsequentes, ao invés de se registrar uma MSC negativa, um componente de perda é reconhecido imediatamente no resultado quando o grupo de contratos onerosos é reconhecido inicialmente ou um grupo de contratos se torna oneroso.

(b) Abordagem de taxa variável ("Variable Fee Approach" - VFA)

É um modelo aplicável à contratos de seguro com características de participação direta que contenham as seguintes condições:
- os termos contratuais especificam que o segurado participa de uma parcela de um pool de itens subjacentes claramente identificados;
- a entidade espera pagar ao titular da apólice um valor igual a uma parcela substancial dos retornos de valor justo sobre os itens subjacentes; e
- espera-se que uma proporção substancial dos fluxos de caixa que a entidade espera pagar ao titular da apólice varie de acordo com as mudanças no valor justo dos itens subjacentes.

(c) Abordagem de alocação de prêmios ("Premium Allocation Approach" - PAA)

É um modelo simplificado em relação ao BBA e VFA, permitido para grupos de contratos de seguro, que tenham o limite de contrato inferior a 12 meses. Esse modelo é opcional e pode ser aplicado a:
- todos os contratos de seguro que não sejam aqueles com características de participação direta, desde que o modelo PAA produza uma mensuração que não seja materialmente diferente daquela produzida aplicando-se o modelo BBA; e
- contratos com limite contratual inferior a um ano (período de cobertura de um ano ou menos).

O modelo PAA possui reservas para cobertura remanescente, baseado no modelo de prêmios não ganhos, assemelhando-se a IFRS 4, porém com diferenças pontuais no mecanismo de avaliação e apresentação. A norma permite ainda que a apropriação da receita no modelo PAA seja realizada concomitantemente com a liberação de risco dos contratos de seguro classificados nesse modelo contábil.

Transição

Existem 3 tipos de abordagens para aplicação da transição da IFRS 17/CPC 50, que poderão ser adotadas por portfólio, sendo:
- Abordagem Retrospectiva Total ("Full Retrospective Approach" - FRA)
- Abordagem Retrospectiva Modificada ("Modified Retrospective Approach" - MRA)
- Abordagem de Valor Justo ("Fair Value Approach" - FVA)

A IFRS 17/CPC 50 determina que o modelo prioritário a ser aplicado é a abordagem retrospectiva total (FRA) o qual pede informações completas do grupo de contratos, desde a data inicial da prestação do contrato de seguro. Entretanto a aplicação dele se dará de acordo com a disponibilidade ou qualidade de dados existentes, que é determinada em decorrência de esforços que a companhia terá que realizar para acessar esses dados e até qual data a companhia terá acesso as suas informações, uma vez que mudanças sistemáticas podem fazer com que alguns contratos muito antigos percam suas informações desde o início de sua vigência. A Companhia poderá encerrar a busca quando o acesso a estes dados for impraticável, ficando a seu critério a escolha entre as demais abordagens de transição (MRA ou FVA). De acordo com o IAS 8/CPC 23, a aplicação de um requisito é impraticável quando a Companhia não pode aplicá-lo depois de realizar todos os esforços razoáveis para o fazer.

Conformidade com a norma

Para adesão íntegra à norma, fica estabelecido a necessidade de adequação da transição dos saldos entre as normas IFRS 4 e IFRS 17. Essa transição deve ocorrer no início do período de relatório anual, imediatamente anterior à data da aplicação inicial, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2023. De acordo com o IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, os períodos comparativos e o impacto da nova norma serão divulgados de modo que o impacto possa ser compreendido pelo usuário da demonstração financeira da Companhia. Com sua adoção a partir de 1º de janeiro de 2023 e com a primeira publicação anual para o fim deste mesmo ano, a Companhia deverá divulgar suas demonstrações financeiras comparativas referentes ao exercício de 2022.

A Companhia realizou os estudos de implementação para adequação de seus registros contábeis, a fim de atender aos requisitos da nova norma, apresentando sua divisão de portfólios, identificando seus modelos de mensuração e definição da abordagem de transição e concluiu que parte substancial de seu portfólio é composto por seguros de curto prazo, elegíveis para o modelo simplificado de mensuração.

Conforme avaliação e estudos, 78,2% dos portfólios serão contabilizados sob o modelo de mensuração PAA, enquanto 18,7% sob o BBA (portfólios de riscos de previdências e planos conjugados), os outros 3,1% correspondem à metodologia de mensuração VFA (portfólios PGBL/VGBL).

Para os portfólios avaliados como PAA, em que os contratos de curto prazo representam cerca de 99,8% da carteira da Porto Seguro, será aplicada a abordagem de transição retrospectiva completa. Apenas para o portfólio vida a aplicação da abordagem será aplicada a retrospectiva modificada.

Para estas demonstrações financeiras consolidadas, a estimativa do impacto de adoção do IFRS 17 é preliminar pois o trabalho de transição está em processo de finalização e estão sujeitos a mudanças até que a Companhia finalize suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de início da aplicação.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve em 31 de dezembro de 2022 alterações nas principais políticas contábeis da Companhia, exceto pela alteração na nota explicativa nº 3.16 - Provisões Judiciais, Passivos Contingentes e Depósitos Judiciais, onde os depósitos judiciais diretamente vinculados às provisões para processos de natureza fiscal, cível e trabalhista passam a ser apresentados pelo valor bruto no Balanço Patrimonial. A Companhia efetuou as reclassificações dos saldos de 31 de dezembro de 2021 para fins de comparabilidade, conforme demonstrado na nota explicativa nº 2.4.

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 ATIVOS FINANCEIROS

(a) Mensuração e classificação

A Administração da Porto Seguro determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial, de acordo com a definição da IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos financeiros que introduziu o conceito de modelo de negócio e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (SPPJ - somente pagamento de principal e juros). O modelo de negócio representa a forma de como a Companhia faz a gestão de seus ativos financeiros e o SPPJ trata da avaliação dos fluxos de caixas gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. De acordo com esses conceitos, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

(i) Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São classificados nesta categoria os ativos financeiros que são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros, quanto para a venda. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment").

(iii) Custo amortizado

Utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros. Incluem-se nesta categoria os recebíveis (títulos e valores mobiliários, prêmios a receber de segurados, operações de crédito, títulos e créditos a receber e recebíveis de prestação de serviços) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço (vide nota explicativa nº 3.5.1).

(b) Determinação de valor justo de ativos financeiros

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado" e "Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes" baseia-se na seguinte hierarquia:
- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis destes Instrumentos financeiros no exercício de 31 de dezembro de 2022.

3.3 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

3.3.1 DERIVATIVOS EMBUTIDOS

A Companhia, através de suas controladas, emite contratos de previdência complementar em que os participantes têm garantia de taxas de juros e opções de resgate de sua reserva. Essas garantias atendem à definição de um derivativo embutido, entretanto, é utilizada a isenção prevista na IFRS 4 - Contratos de Seguro, na qual, caso o derivativo embutido atenda à definição de um contrato de seguro por si só, não é efetuada a separação do derivativo embutido neste contrato. Conforme demonstrado na nota explicativa nº 3.13.2, essas garantias embutidas são consideradas no Teste de Adequação do Passivo (TAP), pois modificam os fluxos de caixa estimados dos contratos.

3.3.2 INSTRUMENTOS DE "HEDGE"

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratadas pela Porto Seguro, alocados em carteira própria ou em fundos de investimentos fechados, referem-se a: (i) "swaps", que visam a proteção contra riscos cambiais oriundos dos passivos de captação de recursos ou a proteção contra variações adversas de taxa de juros das aplicações financeiras alocadas em fundos de investimentos; (ii) contratos futuros de juros prefixados, que sintetizam a exposição a juros; (iii) opções de índice futuro de Ibovespa, que sintetizam a exposição ao índice; (iv) contrato futuro de moeda, que sintetiza a exposição ao câmbio das aplicações financeiras em moedas estrangeiras; e (v) "hedge" de fluxo de caixa, cuja a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.

Esses instrumentos são mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado financeiro do exercício, simultaneamente à variação do valor justo do item objeto protegido. O valor justo dos derivativos é calculado com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de valor de câmbio e taxa de juros de mercado, divulgadas pela B3.

No início das operações de "hedge", a Companhia documenta a relação entre ele e o item objeto do "hedge" com seus objetivos e estratégias na gestão de riscos, além disso, a Companhia verifica, ao longo de toda a duração do contrato, sua efetividade. Os valores justos dos derivativos estão demonstrados na nota explicativa nº 15. A apuração ao risco de mercado que a Companhia está exposta está demonstrada na nota explicativa nº 5.3 e consolida a exposição de ativos, assim como os instrumentos derivativos de "hedge", sendo demonstrada líquida.

3.4 ATIVOS DE RESSEGURO

Os ativos de resseguro são valores a receber de resseguradores e valores das provisões técnicas de resseguro, avaliados consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro. Os valores a pagar a resseguradores são compostos por prêmios em contratos de cessão de resseguro.

As perdas por "impairment", quando aplicáveis, são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros (vide nota explicativa nº 3.5.1). Essa metodologia também leva em consideração os fluxos administrativos específicos de recuperação com os resseguradores.

3.5 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT")

3.5.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired". Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada para prêmios a receber considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, "ratings" internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

Para os recebíveis de operações de créditos, CDC e cartão de crédito (emitidos pela Portoseg), a Companhia utiliza o conceito de redução ao valor recuperável pela perda esperada do ativo. Neste sentido, o valor de provisionamento para esta carteira é calculado por meio da metodologia que captura, além das perdas incorridas, aquelas esperadas durante o fluxo contratual dos ativos, desta forma, esses ativos financeiros são classificados em três estágios diferentes, de acordo com a qualidade de crédito da contraparte, conforme abaixo:
- Estágio 1: sem deterioração significativa no crédito desde seu reconhecimento inicial ou baixo risco de crédito na data de apuração (12 meses);
- Estágio 2: significante deterioração na qualidade do crédito desde o reconhecimento inicial, mas nenhuma evidência objetiva de "impairment";
- Estágio 3: evidência objetiva de "impairment" na data de observação.

Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Dessa forma, um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 poderá voltar para o estágio 1, a menos que tenha sido originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito. Para cada estágio é calculada uma perda esperada específica, de forma a refletir um menor ou maior risco de cada operação.

Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo.

3.5.2 ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do "impairment" os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos. Os ativos não financeiros que tenham sofrido "impairment" são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do "impairment".

3.6 BENS À VENDA

A Companhia, através de suas controladas, detém ativos circulantes que são mantidos para a venda, tais como estoques de bens salvados recuperados após indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação, veículos oriundos dos encerramentos dos contratos de locações e bens retomados de garantias oferecidas nas operações de crédito que são avaliados ao valor realizável.

3.7 CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO

As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14. Os custos administrativos diretamente relacionados à obtenção de novos contratos de seguros, tais como custo com aceitação de riscos e emissão de apólice, também são diferidos com o mesmo critério. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos.

3.8 ATIVOS INTANGÍVEIS

(a) "Softwares"

Os gastos com aquisição e implantação de "softwares" e sistemas são reconhecidos como ativos quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "softwares" são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

(b) Ágio e intangível com vida útil indefinida

O ágio registrado na aquisição de empresas representa o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos na data da combinação de negócios. Após o reconhecimento inicial, o ágio é demonstrado ao custo, menos quaisquer reduções acumuladas no valor recuperável.

A Companhia reconhece uma combinação de negócio pelo valor justo na data da aquisição, com vida útil indefinida, uma vez que não há limite de tempo estimado da geração de benefícios futuro, avaliada segundo o método do fluxo de caixa descontado. O valor do ágio decorrente das combinações de negócios e os ativos de vida indefinida são submetidos anualmente ao teste de perda ao valor recuperável ("impairment") a fim de determinar se houve perda no valor recuperável.

O teste para verificação do valor recuperável ("impairment") utiliza premissas razoáveis e fundamentadas pela administração em condições econômicas e operacionais para estimar os fluxos de caixa descontados futuros e mensurar o valor recuperável dos ativos.

(c) Intangível com vida útil definida

Os demais ativos intangíveis adquiridos e identificados em uma combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data da combinação de negócios e amortizados conforme a vida útil estimada, segundo o método linear. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 21.

3.9 ATIVO IMOBILIZADO DE USO PRÓPRIO

Compreendem imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos utilizados na condução dos negócios da Companhia, através de suas controladas. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 20.

3.10 ATIVO DE DIREITO DE USO

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento (vide nota explicativa nº 3.17), descontado a valor presente. Também são adicionados (quando existir) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos.

3.11 PROPRIEDADES IMOBILIÁRIAS DE INVESTIMENTO

Compreendem os imóveis de propriedade da Companhia que estão sendo mantidos para valorização do capital. Esses imóveis são avaliados tempestivamente ao valor justo e as oscilações são registradas imediatamente no resultado do exercício.

Estas propriedades são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no exercício da baixa. Na determinação do montante oriundo do desreconhecimento da propriedade para investimento, a Companhia avalia os efeitos de contraprestações variáveis, a existência de componente financiamento significativo, contraprestações que não envolvam caixa e contraprestações devidas ao comprador (caso haja).

3.12 CONTRATOS DE SEGURO E CONTRATOS DE INVESTIMENTO - CLASSIFICAÇÃO

A Porto Seguro emite diversos tipos de contratos de seguros gerais e produtos de acumulação (previdência complementar) que transferem riscos significativos de seguros, financeiros ou ambos. Entende-se como risco significativo de seguro a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial. Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro.

Os contratos de assistência a segurados nos quais a Companhia contrata prestadores de serviços ou utiliza funcionários próprios para a prestação dos serviços, como serviços a automóveis e residências e assistência 24 horas, entre outros, também são avaliados para fins de classificação de contratos e são classificados como contratos de seguro quando há transferência significativa de risco de seguro entre as contrapartes no contrato.

Nos contratos de seguro-saúde o segurado (exclusivamente pessoas jurídicas) tem a opção de cancelamento do contrato com aviso prévio de 60 dias para contratos de vigência mínima de 12 meses, sem obrigação de pagamento dos valores de sinistralidade devidos, perfazendo, assim, um cenário provável e com substância comercial de retenção de risco significativo de seguro.

continua

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos
CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

PortoSeguroSA

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contratos de investimento são aqueles que não transferem risco de seguro significante. Os títulos de capitalização emitidos pela Porto Seguro são classificados como contratos de investimento e contabilizados como instrumentos financeiros de acordo com a IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

3.13 PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

3.13.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS ORIGINADOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Utilizam-se as diretrizes da IFRS 4 para avaliação dos contratos de seguro e aplicam-se às regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: Teste de Adequação de Passivos (TAP); avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação dos contratos; entre outras políticas aplicáveis.

Não é aplicado os princípios de “Shadow Accounting” (contabilidade reflexa), já que a Companhia não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizados de ativos financeiros classificados como instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTAs) e estão descritos resumidamente a seguir:

(a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada “pro rata” dia para os seguros de danos e seguros de pessoas, com base nos prêmios emitidos, tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.

(b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada para os seguros de danos e seguros de pessoas e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.

(c) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) - administrativa e judicial - é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e líquida de cosseguro. Essa provisão é ajustada pela provisão IBNeR, com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos processos de análise até sua liquidação. A IBNeR é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como triângulos de “run-off”, com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas.

(d) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Companhia até data-base de apuração, e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como pela aplicação de triângulos de “run-off”, com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas. A provisão de IBNR do ramo DPVAT (seguro obrigatório) é constituída conforme determina Resolução do CNSP e informações da Seguradora Líder do Consórcio.

(e) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída com o objetivo de garantir a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas com sinistros. A provisão deve abranger as despesas alocáveis e não alocáveis, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios.

(f) A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) do ramo de seguro-saúde é constituída com base na expectativa de despesas médico-hospitalares futuras dos segurados que estão em gozo do benefício de remissão (falecimento do segurado titular com manutenção da cobertura aos segurados dependentes sem o respectivo pagamento de prêmios) e é calculada com base no valor presente das respectivas despesas esperadas.

(g) A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC) e Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) representam o valor das obrigações assumidas com os participantes dos planos de previdência complementar das modalidades de renda e pecúlio, estruturados nos regimes financeiros de capitalização e de capitais de cobertura, bem como do seguro do ramo de vida com cobertura de sobrevivência.

(h) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) do ramo de previdência é constituída para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios de previdência complementar. Essa provisão também é constituída para os planos que ainda estão em fase de contribuição, supondo uma premissa de taxa de conversão em renda futura. A provisão é calculada considerando o valor presente das despesas futuras esperadas e uma premissa realista de sobrevivência dos participantes.

(i) A Provisão de Excedente Financeiro (PEF) é calculada conforme critérios estabelecidos no contrato do participante e abrange os valores de excedentes financeiros provisionados a serem utilizados de acordo com o regulamento do plano de previdência.

As provisões técnicas são segregadas entre circulante e não circulante no balanço patrimonial conforme seus perfis de liquidações, baseados nos fluxos atuariais.

3.13.2 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)

A Companhia elabora o Teste de Adequação de Passivos em cada data de balanço, para todos os contratos de seguro vigentes, de acordo com os critérios da IFRS 4 e da SUSEP. São estimados os valores esperados dos fluxos de caixa futuros relacionados ao cumprimento desses contratos, os quais são comparados com valor contábil de todos os passivos relacionados, deduzidos dos custos de aquisição diferidos.

O teste considera a projeção de sinistros ocorridos e a ocorrer, despesas incrementais e de liquidação, bem como receitas de salvados e ressarcimentos, e prêmios de risco decorrido, quando aplicáveis. Os fluxos são apurados através de premissas realistas, baseadas na experiência da Companhia, que buscam refletir a melhor estimativa das obrigações futuras geradas pelos contratos vigentes.

Os contratos de seguro são agrupados de acordo com suas características de risco e similaridades. Para as premissas de mortalidade e sobrevivência, são utilizadas as tábuas biométricas BR-EMS vigentes.

Para os passivos judiciais, quando aplicáveis, são estimados índices de atualização monetária até a liquidação esperada das obrigações. Para os contratos de seguros vigentes, não são aplicáveis obrigações adicionais referentes à taxa de juros dos ativos. As estimativas não consideram premissas adicionais de tábuas biométricas. Para a Azul e o Saúde, não são aplicáveis fluxos de resseguro para sinistro a ocorrer.

Para os produtos de previdência, saúde e seguros em regime de capitalização, considera-se também a estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), elaborada pela SUSEP, na apuração da taxa de juros esperada dos ativos. Também são ponderados os indexadores (IPCA ou IGPM), bem como taxas de juros garantidas (de 0% a 6%), quando aplicáveis.

Para os produtos de seguros em regime de repartição da Porto Vida e Previdência, a estimativa de sinistralidade (bruta) média apurada no TAP foi de 24,2%, e o percentual de resseguro foi de 57,1%. A estimativa de sinistralidade (bruta) média apurada no TAP foi de 62,4%, e o percentual de resseguro foi de 1,1% para a Porto Cia, bem como 21,8% e 0,9% respectivamente para o Itaú. Para a Azul e Saúde a estimativa de sinistralidade (bruta) média apurada no TAP foi de 78,5% e 83,7%, respectivamente.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foi comparado à soma das provisões técnicas de sinistros ocorridos. Já para o valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer referentes a apólices vigentes, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foram comparados à soma das provisões técnicas de prêmios.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer referentes a apólices vigentes, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foram comparados à soma das provisões técnicas de prêmios.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos riscos decorridos, que consideram os prêmios ganhos e os sinistros a ocorrer referentes às obrigações não registradas dos contratos de seguro vigentes, incluindo despesas relacionadas, são avaliados através da comparação dos valores estimados de receitas e despesas para os produtos aplicáveis.

O valor presente esperado dos fluxos de caixa referentes às obrigações registradas dos contratos de seguro e previdência vigentes foram comparados à soma das provisões técnicas relacionadas.

Eventuais insuficiências apuradas no TAP são registradas imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo a Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

Para as empresas Porto Cia, Azul e Itaú, o resultado do TAP não apresentou insuficiência para grupos analisados e, portanto, não foram reconhecidas despesas ou provisões adicionais nesta data-base. Para o Saúde, os cálculos da Provisão para Insuficiência de Prêmios/Contraprestações (PIC) são efetuados mensalmente, nos termos da Resolução Normativa ANS nº 393/15, mas não há valor a ser constituído, uma vez que o valor do fator de insuficiência de contraprestações/prêmios (FIC) é zero, isto é, não há insuficiência de prêmios.

Para a Porto Vida e Previdência, o resultado do TAP apresentou insuficiência no montante de R$ 68.154, mas foram reconhecidas apenas R$ 61.283 de despesas ou provisões adicionais nesta data-base, uma vez que foi observada compensação de R$ 6.871 correspondente à mais-valia dos títulos vinculados em garantia das provisões técnicas, registrados contabilmente no seu ativo na categoria “mantido até o vencimento”, conforme estipulado no Artigo 43, parágrafo 2º da Resolução SUSEP nº 648/2021.

3.14 PASSIVOS FINANCEIROS

3.14.1 DEBÊNTURES, EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os passivos de debêntures, empréstimos e financiamentos, provenientes das operações de captação de recursos, valores a pagar das operações de cartão de crédito e financiamentos de ativo imobilizado e de fluxo de caixa, são reconhecidos inicialmente ao valor justo, líquido de custos de transações incrementais diretamente atribuíveis à origem do passivo. Esses passivos são avaliados subsequentemente: (i) ao custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros, que leva em consideração os custos de transação, e os juros são apropriados até o vencimento dos contratos; ou (ii) designados ao valor justo por meio do resultado.

Quaisquer opções de resgate antecipado ou regras diferenciadas de liquidação de dívida são avaliadas com a finalidade de identificação de derivativos embutidos em tais contratos. Para empréstimos pós-fixados, a taxa efetiva de juros é reestimada periodicamente, quando o efeito de reavaliação da taxa efetiva de juros dos contratos é significativo.

3.14.2 PASSIVOS DE PLANOS DE CAPITALIZAÇÃO

Os passivos de capitalização são calculados no momento da emissão dos títulos, que são de pagamento único. O valor do depósito destinado aos resgates dos títulos é atualizado monetariamente de acordo com os indexadores e critérios estabelecidos nas suas respectivas condições gerais. Os beneficiários dos títulos podem receber um prêmio através de sorteio e/ou resgatar o valor correspondente à parcela dos depósitos pagos destinada para resgates.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as orientações do CNSP e da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em NTAs, descritas resumidamente a seguir:

(a) A Provisão Matemática para Resgates (PMR) é calculada para cada título, durante o prazo previsto nas condições gerais do título. Também é calculada para os títulos vencidos e pelos valores dos títulos ainda não vencidos, mas que tiveram solicitação de resgate antecipado pelos clientes.

(b) As Provisões para Sorteios a Realizar e a Pagar são calculadas para fazer face aos prêmios provenientes dos sorteios futuros (a realizar) e também aos prêmios provenientes dos sorteios em que os clientes já foram contemplados (a pagar).

(c) A Provisão para Despesas Administrativas (PDA) inclui o diferimento das receitas dos títulos de pagamento único, efetuado “pro rata” entre a data da sua emissão e a de término de vigência do título.

3.15 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo: são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado. Os benefícios de curto prazo, tais como planos de saúde, planos de saúde odontológicos, cartão farmácia, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação, auxílio creche e/ou babá, bolsa de estudos, seguro de vida e estacionamento na matriz, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida em que são incorridos.

Obrigações com aposentadorias: a Companhia patrocina os planos administrados pela entidade PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, sendo o Plano PORTOPREV da modalidade CV (Contribuição Variável) fechado para novas adesões, e o Plano PORTOPREV II na modalidade CD (Contribuição Definida), aberto para novas adesões.

Benefícios pós-emprego: também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários, conforme o período de prestação de serviços.

O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós-emprego são calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

3.16 PROVISÕES JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Companhia e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro, seguindo os princípios do IAS 37/CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal” (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.17 PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

3.18 CAPITAL SOCIAL

O capital social é formado por ações ordinárias. Quando a Companhia efetua compra de suas próprias ações (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis, é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas até que as ações sejam canceladas ou revendidas. Quando essas ações são revendidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

3.19 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

3.19.1 PRÊMIOS DE SEGUROS E RESSEGUROS

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 3.13.1(a)).

As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional).

3.19.2 CONTRIBUIÇÕES DE PLANOS DE PREVIDÊNCIA

As contribuições de planos de previdência complementar são reconhecidas quando do seu efetivo recebimento. A receita compreende as taxas administrativas e de carregamento cobradas.

3.19.3 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A receita de juros sobre os empréstimos e financiamentos concedidos permanece sendo reconhecida mesmo após o contrato entrar em atraso. A partir do momento em que houver uma grande deterioração do ativo (migração para o estágio 3 - vide nota explicativa nº 3.5.1) a receita passa a ser reconhecida pelo valor do ativo líquido do provisionamento registrado.

3.19.4 RECEITAS COM TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO

A receita com títulos de capitalização compreende a taxa administrativa cobrada na emissão dos títulos e a taxa sobre resgates antecipados. É reconhecida no resultado “pro rata temporis” de acordo com a vigência dos títulos, por meio da constituição/reversão da PDA (vide nota explicativa nº 3.14.2 (c)).

3.19.5 RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COMERCIALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ADMINISTRAÇÃO DE CONSÓRCIOS DE BENS

As receitas de prestação de serviços, comercialização de equipamentos e de taxas de administração de consórcio de bens compreendem o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços prestados pela Porto Seguro. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

3.19.6 RECEITA DE JUROS E DIVIDENDOS RECEBIDOS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do recebimento.

As receitas de dividendos de investimentos em ativos financeiros representados por instrumentos de capital (ações) são reconhecidas no resultado quando o direito a receber o pagamento do dividendo é estabelecido.

3.20 PROGRAMAS DE FIDELIDADE

A Companhia emite cartões de crédito que possuem programas de benefícios aos seus clientes. Esses programas incluem bonificação com base em milhagens ou outros parâmetros de fidelidade, nos quais se estima e contabiliza as obrigações relativas ao custo das bonificações futuras com base no valor justo desses benefícios e considera diversas premissas para a valorização desse componente. Essas premissas incluem comportamento de utilização dos benefícios, tipo de benefício e estimativa de expiração dos benefícios pela não utilização por parte do cliente.

3.21 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do exercício. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o exercício aplicável, conforme a legislação vigente.

3.22 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais. A provisão para contribuição social para as sociedades seguradoras e financeiras é constituída à alíquota de 16%. Para a Controladora e as demais empresas da Porto Seguro, a alíquota vigente é 9%.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Também são reconhecidos impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas da contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração da Companhia use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros, (ii) das provisões técnicas, (iii) da provisão para risco de créditos (“impairment”), (iv) da realização de tributos diferidos e (v) das provisões e contingências para processos administrativos e judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

4.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGUROS

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porém estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia. As provisões de sinistros a liquidar, IBNeR e IBNR também são estabelecidas mediante a utilização de julgamentos e estimativas pela administração.

4.2 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E “IMPAIRMENT” DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de “impairment” para os recebíveis, especialmente para as operações de crédito. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para “impairment”, conforme descrito na nota explicativa nº 3.5.1.

4.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia é parte de um grande número de processos judiciais em aberto na data das demonstrações financeiras. O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.4 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, a necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, é altamente estratégica para a Porto Seguro.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Porto Seguro adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem da Porto Seguro para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três níveis de defesa:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo possui o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo aprovar e monitorar o Apetite ao Risco do Grupo, propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de risco.

Destaca-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve mudanças relevantes nos riscos: (i) de liquidez, uma vez que as durações médias dos principais ativos e passivos da Companhia não sofreram alterações relevantes e; (ii) de seguros, pois as variações observadas decorrem do crescimento normal das operações da Porto Seguro.

continua

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF n° 02.149.205/0001-69
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco B - 11° andar - Campos Elíseos
CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

PortoSeguroSA

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreendem as seguintes categorias:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pelo risco de contraparte que é a possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por:

(a) Portfólio de investimentos: para o gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito da Porto Investimentos.

Em 31 de dezembro de 2022, 77,6% (75,5% em 31 de dezembro de 2021) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AA" e "A" de créditos privados. Adicionalmente, do total das aplicações financeiras, 98,2% referem-se a exposições no Brasil e o restante no Uruguai.

A tabela a seguir demonstra a concentração do portfólio de investimentos da Companhia por tipo de contraparte:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Risco soberano - Brasil	85,9%	82,2%
Instituições financeiras	4,5%	3,1%
Empresas elétricas e de telecomunicações	0,8%	1,2%
Outros	8,8%	13,5%

Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada ("impared").

(b) Inadimplência nos prêmios a receber: é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto a Porto Seguro, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os prêmios a receber de segurado da Companhia, em geral, não possuem concentração de riscos (por setor econômico, por exemplo), uma vez que são recebíveis, principalmente, de pessoas físicas e varejo.

A tabela a seguir apresenta os vencimentos dos prêmios a receber da Companhia, através de suas controladas:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Não vencidos	7.362.733	5.554.815
Vencidos de 1 a 30	280.815	240.400
Vencidos de 31 a 60	35.968	46.886
Vencidos de 61 a 90	13.475	14.532
Vencidos de 91 a 180	15.454	16.147
Vencidos acima de 180	27.410	15.674
Provisão para risco de crédito	(30.332)	(36.185)
	7.705.523	**5.852.269**
Circulante	7.299.599	5.550.561
Não circulante	405.924	301.708

(c) Inadimplência nas operações de crédito: é a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados nas operações de crédito, os quais incluem: empréstimos pessoais, como consignado e capital de giro; financiamentos por meio de crédito direto ao consumidor (CDC), para pessoas físicas e jurídicas; e cartão de crédito. O gerenciamento deste risco conta com mecanismos e processos de monitoramento contínuo da carteira de crédito. Entre os indicadores de monitoramento destacam-se: inadimplência por dias de atraso por safra de concessão e da carteira ativa; provisão para perda de crédito; índice de recuperação das operações em atraso; concentração das operações e despesa de crédito em relação às receitas.

A tabela a seguir apresenta os ativos classificados por "aging":

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
A vencer		
Até 30 dias	7.654.739	7.161.950
De 31 a 60 dias	31.151	21.154
Mais de 60 dias	5.216	2.540
Vencidos		
De 1 a 30	3.266.979	2.852.600
De 31 a 60	284.342	217.311
De 61 a 90	468.673	276.773
De 91 a 180	960.770	546.084
Acima de 180	1.316.191	630.242
Provisão para risco de crédito	(2.229.690)	(1.183.343)
	11.758.371	**10.525.311**
Garantias vinculadas às operações de crédito	**2.191.987**	**2.158.133**
Tipo de contraparte		
Pessoas físicas	93,5%	88,6%
Pessoas jurídicas	6,5%	11,4%

Dada a característica predominantemente de varejo da carteira de operações de créditos da Companhia, não há saldos individualmente significativos classificados como "impaired" (deteriorados).

(d) Cessão de resseguro: para o gerenciamento do risco de crédito da cessão de resseguro, há política específica que conta com limites de contraparte fundamentados em "ratings" de agências externas, considerando "A" como mínimo para cessão do risco, de forma a minimizar o potencial de perdas decorrentes da inadimplência dos contratos de cessão de risco.

Destaca-se que a contratação de resseguro leva em consideração as necessidades dos produtos quanto a cessão de risco, estratégia corporativa de negócios e retenção de riscos do grupo Porto estando sempre em conformidade com as regras estabelecidas pelas autoridades reguladoras/fiscalizadoras do Brasil.

Em 31 de dezembro de 2022, a exposição em resseguros a receber totalizava R$ 46.404 (R$ 67.381 em 31 de dezembro de 2021).

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção seus níveis de liquidez em patamares adequados.

Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base nas projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/empresa. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresses), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez.

Além do monitoramento diário do caixa de cada empresa, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez que a Companhia está exposta (i):

	Dezembro de 2022		Dezembro de 2021	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista/sem vencimento	1.522.420	40.816	1.905.627	25.853
Fluxo de 1 a 30 dias	13.089.517	2.963.936	11.109.750	3.183.270
Fluxo de 2 a 6 meses	5.068.561	9.831.607	3.973.321	8.090.837
Fluxo de 7 a 12 meses	2.148.777	5.052.569	1.610.350	4.581.669
Fluxo acima de 1 ano	12.749.320	15.635.595	13.965.207	17.502.552
Total	**34.578.595**	**33.524.523**	**32.564.255**	**33.384.181**

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração e estudos de permanência de segurados para os planos de previdência complementar que dispõem de opção de resgate, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos e passivos financeiros pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, os ativos financeiros e os empréstimos e recebíveis (clientes) e operação com resseguradoras. Do total de ativos financeiros em dezembro de 2022, R$ 5.623.667 (R$ 5.689.730 em dezembro de 2021) referem-se a ativos vinculados aos planos de previdência complementar (ativos de terceiros).

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e previdência complementar e os passivos financeiros.

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Porto Seguro, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Inflação (IPCA/IGPM)	41,3%	47,0%
Prefixados	28,5%	19,9%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	24,3%	23,5%
Ações	2,0%	5,1%
Outros	3,9%	4,5%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.

Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e ferramentas de "tracking error" e "Benchmark-VaR", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2022:

Fator de Risco	Cenário (*)	Impacto na carteira de investimentos
	+50 b.p.	(793.486)
	+25 b.p.	(430.683)
Índices de preços	+10 b.p.	(181.747)
	- 10 b.p.	181.747
	- 25 b.p.	430.683
	- 50 b.p.	793.486
	+50 b.p.	(559.833)
	+25 b.p.	(287.025)
Juros prefixados	+10 b.p.	(116.375)
	- 10 b.p.	116.375
	- 25 b.p.	287.025
	- 50 b.p.	559.833
	± 34%	182.476
Ações	± 17%	91.238
	± 9%	45.619
	± 50 b.p.	20.146
Juros pós-fixados	± 25 b.p.	16.875
	± 10 b.p.	13.500

(*) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário possível de "stress" para cada fator de risco, disponibilizado pela B3.

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos conforme demonstrados na nota explicativa nº 15. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia considerando o uso dos instrumentos derivativos utilizados como "hedge" das operações.

5.4 RISCO DE SEGURO/SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento.

A Companhia emite seguros de automóveis, danos, riscos financeiros, saúde e vida, além de contratos de previdência complementar. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes categorias de risco:

(a) Risco de prêmio: gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, sendo as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens para os produtos.

(b) Risco de provisão: gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº 3.13.2).

(c) Risco de retenção: gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.

(d) Risco de práticas de sinistros: gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros. Cada área de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Porto, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atuarial para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem:

- Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.
- Utilização como indexador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados.
- Taxa de juros esperada para os ativos, equivalente à taxa SELIC/CDI, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no exercício vigente.
- Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Alta Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.

As exposições a concentrações de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos no âmbito do negócio por região e por segmento baseado no prêmio emitido bruto e líquido de resseguro:

(*) Bruto de Resseguro

Dezembro de 2022												
Região	Automóvel	%	Residencial	%	Vida	%	Riscos Financeiros	%	Demais	%	Total	%
Centro-Oeste	875.710	4,70%	319.741	1,72%	42.222	0,23%	21.793	0,12%	41.384	0,22%	1.300.850	6,99%
Nordeste	1.171.272	6,29%	214.173	1,15%	48.730	0,26%	11.292	0,06%	32.965	0,18%	1.478.432	7,94%
Norte	203.349	1,09%	81.839	0,44%	16.976	0,09%	1.485	0,01%	12.702	0,07%	316.351	1,70%
Sudeste	9.980.523	53,60%	1.199.459	6,44%	556.153	2,99%	640.408	3,44%	721.840	3,88%	13.098.383	70,35%
Sul	1.802.857	9,68%	275.114	1,48%	116.782	0,63%	120.755	0,65%	109.227	0,59%	2.424.735	13,02%
Total Geral	**14.033.711**	**75,37%**	**2.090.326**	**11,23%**	**780.863**	**4,19%**	**795.733**	**4,27%**	**918.118**	**4,93%**	**18.618.751**	**100,00%**

(*) Líquido de Resseguro

Dezembro de 2022												
Região	Automóvel	%	Residencial	%	Vida	%	Riscos Financeiros	%	Demais	%	Total	%
Centro-Oeste	875.710	4,73%	261.594	1,41%	40.997	0,22%	21.686	0,12%	38.495	0,21%	1.238.482	6,69%
Nordeste	1.171.272	6,33%	216.198	1,17%	47.338	0,26%	11.005	0,06%	31.061	0,17%	1.476.874	7,98%
Norte	203.349	1,10%	60.463	0,33%	16.532	0,09%	1.414	0,01%	12.249	0,07%	294.007	1,59%
Sudeste	9.981.126	53,93%	1.219.809	6,59%	541.645	2,93%	637.453	3,44%	672.780	3,64%	13.052.813	70,53%
Sul	1.802.857	9,74%	306.212	1,65%	114.600	0,62%	120.289	0,65%	101.260	0,55%	2.445.218	13,21%
Total Geral	**14.034.314**	**75,83%**	**2.064.276**	**11,15%**	**761.112**	**4,11%**	**791.847**	**4,28%**	**855.845**	**4,62%**	**18.507.394**	**100,00%**

(*) Não incluem os valores de RVNE e cosseguros aceitos nos montantes de R$ 85.777 e (R$106.360), respectivamente, (bruto de resseguro) e R$ 440 de RVNE (líquido de resseguro).

(*) Bruto de Resseguro

Dezembro de 2021												
Região	Automóvel	%	Residencial	%	Vida	%	Riscos Financeiros	%	Demais	%	Total	%
Centro-Oeste	607.171	4,12%	156.025	1,06%	34.784	0,24%	21.080	0,14%	31.750	0,22%	850.810	5,77%
Nordeste	952.154	6,45%	256.461	1,74%	41.955	0,28%	13.837	0,09%	27.241	0,18%	1.291.648	8,76%
Norte	153.023	1,04%	24.628	0,17%	13.955	0,09%	1.937	0,01%	12.431	0,08%	205.974	1,40%
Sudeste	7.779.017	52,73%	1.137.141	7,71%	449.476	3,05%	601.578	4,08%	586.458	3,98%	10.553.670	71,54%
Sul	1.332.624	9,03%	218.289	1,48%	89.951	0,61%	123.709	0,84%	85.440	0,58%	1.850.013	12,54%
Total Geral	**10.823.989**	**73,37%**	**1.792.544**	**12,15%**	**630.121**	**4,27%**	**762.141**	**5,17%**	**743.320**	**5,04%**	**14.752.115**	**100,00%**

(*) Líquido de Resseguro

Dezembro de 2021												
Região	Automóvel	%	Residencial	%	Vida	%	Riscos Financeiros	%	Demais	%	Total	%
Centro-Oeste	607.171	4,15%	154.116	1,05%	33.897	0,23%	20.860	0,14%	28.982	0,20%	845.026	5,77%
Nordeste	952.153	6,50%	252.957	1,73%	40.817	0,28%	13.134	0,09%	25.888	0,18%	1.284.949	8,78%
Norte	153.023	1,05%	23.190	0,16%	13.645	0,09%	1.807	0,01%	12.088	0,08%	203.753	1,39%
Sudeste	7.779.000	53,12%	1.105.894	7,55%	437.620	2,99%	598.985	4,09%	553.010	3,78%	10.474.509	71,53%
Sul	1.332.623	9,10%	211.105	1,44%	88.309	0,60%	123.371	0,84%	79.445	0,54%	1.834.853	12,53%
Total Geral	**10.823.970**	**73,92%**	**1.747.262**	**11,93%**	**614.288**	**4,20%**	**758.157**	**5,18%**	**699.413**	**4,78%**	**14.643.090**	**100,00%**

(*) Não incluem os valores de RVNE e cosseguros aceitos nos montantes de (R$ 8.602) e R$ 2.876, respectivamente, (bruto de resseguro) e R$ 899 de RVNE (líquido de resseguro).

5.4.1 AUTOMÓVEIS

A Companhia opera em todo o território nacional e no Uruguai, comercializando apólices de seguro de automóvel para pessoas físicas e jurídicas, através de contratação individual ou de frotas. Como medida de mitigação de risco, são utilizados dispositivos rastreadores, localizadores e vistoria prévia em determinados tipos de veículos.

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(1.028.191)	(219.545)
Sinistros - aumento de 50,0%	(992.474)	256.238

5.4.2 DANOS (EXCETO AUTOMÓVEL) E RISCOS FINANCEIROS

Neste segmento são comercializados seguros para residências, empresas, condomínios, obras de engenharia, rurais, responsabilidades, equipamentos, transportes, seguros de garantia de obrigações contratuais e seguro fiança locatícia. As principais medidas de mitigação de riscos incluem além da contratação de resseguro, a inspeção prévia dos locais segurados e análise de crédito dos segurados, por meio de modelos estatísticos e dados de mercado.

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades das carteiras às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(29.628)	(25.563)
Sinistros - aumento de 50,0%	197.234	178.183

5.4.3 SAÚDE

A Companhia atua no mercado de saúde suplementar operando somente em planos empresariais de renovações anuais. O principal risco está relacionado aos modelos de prêmio de risco em seguro-saúde decorrente do potencial aumento nos custos dos tratamentos médicos durante o período de vigência dos contratos e o risco de ocorrência de eventos excepcionais elevada frequência, como pandemias.

Em linha com as medidas de mitigação de riscos, os contratos são negociados com prestadores de serviços de saúde de forma a permitir uma moderação no aumento dos custos com os serviços de saúde. A rede referenciada está sujeita a monitoramento constante através de auditorias médicas, entrevistas e pesquisas com segurados, de forma a mitigar a possibilidade de ocorrência de fraudes médicas.

Para os procedimentos de alta complexidade e internações, faz-se necessária a análise da equipe de auditoria médica, a qual também revisa os procedimentos conduzidos por cada prestador de serviços de saúde com a finalidade de analisar a conformidade e a qualidade dos serviços prestados.

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(21.233)	(15.899)
Sinistros - aumento de 50,0%	(29.860)	(20.434)

5.4.4 SEGURO DE VIDA E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

• Seguros de vida tradicional com contratação individual e coletiva

Compreendem produtos predominantemente de renovações anuais com cobertura por morte, invalidez ou renda devido à incapacidade temporária. O risco mais relevante para este produto é o biométrico, no qual pode ocorrer aumento nas indenizações causado pela ocorrência de eventos extraordinários, tais como pandemias ou aumento constante da ocorrência de invalidez. Para contratações coletivas existe o risco de anti-seleção, em que o grupo segurado é diferente do grupo da cotação, e de catástrofes, atingindo várias vidas seguradas no mesmo evento.

• Seguro de vida com cobertura por sobrevivência e previdência complementar

Compreendem os produtos de Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL) e o Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), referente à previdência complementar, que são produtos com garantias de longo prazo, atrelados ao planejamento de aposentadoria dos participantes. Oferecem coberturas por sobrevivência, morte, invalidez e pensões em caso de morte do titular.

• Plano de previdência complementar tradicional

Produtos que apresentam como principal característica a garantia de uma taxa de retorno mínima na fase de acumulação e aposentadoria. Estes produtos não são mais comercializados pela Companhia, contudo ainda existem 4.274 participantes com contratos vigentes nessas condições, com valor total, em 31 de dezembro de 2022, de R$ 817.434. Apresenta risco biométrico e principalmente econômico.

continua

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco B - 11° andar - Campos Elíseos
CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

PortoSeguroSA

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Medidas para mitigação de risco

Para os seguros de vida com contratação individual, são estabelecidos limites de contratação e de idade a partir dos quais é necessária apresentação de documentações específicas para análise do risco individual. Para os seguros coletivos, destaca-se a subscrição centralizada com análise prévia dos grupos seguráveis para determinação dos prêmios. Outras medidas importantes para mitigação de riscos incluem a contratação de resseguros e a gestão dos fluxos de ativos e passivos ("Asset Liability Management" - ALM).

As tabelas a seguir apresentam as sensibilidades das carteiras às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

• Vida sem cobertura por sobrevivência:

Premissas atuariais	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	4.057	20.216
Sinistros - aumento de 50,0%	68.473	84.095

• Vida com cobertura por sobrevivência e previdência complementar:

Premissas atuariais	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(100)	(121)
ETTJ-SUSEP - aumento de 5,0%	10.175	8.382

5.4.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos, reduzir as ameaças até um nível aceitável.

Isto inclui esforços para a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

5.4.6 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos correspondem à possibilidade de ocorrência de perdas para a Porto devido à fatores de origem social, ambiental ou climática relacionados aos negócios da Porto e suas controladas. Adicionalmente, consideram-se também as perdas que a Porto Seguro pode ocasionar junto à terceiros também devido aos fatores acima mencionados.

Em linha com os requerimentos regulatórios implementados pelo Banco Central do Brasil e SUSEP, o Grupo Porto desenvolveu em 2022 a política e a metodologia corporativa de Risco Socioambiental e Climático, a qual estabelece os princípios, diretrizes, responsabilidades, bem como mecanismos de avaliação e controle no que se refere à Gestão dos Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos - GRSAC.

Neste sentido, estabeleceu-se de forma corporativa a identificação, a avaliação, o tratamento, a mitigação e o monitoramento dos riscos sociais resultantes de impactos no bem-estar das pessoas, os riscos ambientais relativos à possibilidade de efeitos nocivos causados pela companhia e os riscos climáticos que devido a eventos e mudanças climáticas podem gerar um impacto no ecossistema e na sociedade. Para o gerenciamento desses riscos, é avaliado a exposição de cada produto ou negócio, além, da construção de indicadores para monitoramento contínuo.

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras e demais empresas e de 3 anos para o Conglomerado Prudencial Porto Seguro, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do grupo, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papeis e responsabilidade.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

Segue abaixo detalhamento qual aos requerimentos das parcelas de capital, conforme os requerimentos regulatórios estabelecidos, por parcela de capital assim como negócio.

Seguros	
Capital de risco de subscrição	3.647.860
Capital de risco de crédito	234.683
Capital de risco de mercado	379.422
Capital de risco operacional	225.821
Benefício da correlação entre riscos	(350.053)
Capital requerido - seguros (i)	**4.137.733**
Capital requerido - financeiras (ii)	**1.588.856**
Margem de solvência (iii)	**58.057**

(i) Os valores apresentados para as seguradoras representam a soma linear de cada parcela de capital de risco das empresas reguladas pela SUSEP, uma vez que não existe na regulamentação brasileira o conceito de necessidades e capital consolidado por grupo econômico.

(ii) Calculado com base no "Conglomerado Prudencial" da Portoseg, Porto Consórcio e Portopar.

(iii) Representa a necessidade de capital das empresas reguladas pela ANS e da Porto Seguro Uruguai.

A figura a seguir apresenta o Capital Mínimo Requerido (CMR), o Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e as suficiências de capital, em 31 de dezembro de 2022 (em R$ milhões):

1.757
4.904
PLA
1.589
4.195
CMR
713
168
709
Suficiência
Seguradoras Financeiras Controladora (*)

(*) A Controladora não possui CMR, desta forma, o valor de suficiência apresentado para ela representa o montante de liquidez disponível. Além dos montantes disponíveis na Controladora, a Administração pode, conforme a estratégia de otimização de capitais, realocar as suficiências de capitais entre as empresas do grupo a fim de manter níveis adequados de capital entre as empresas.

Os níveis de capital estão além do patamar exigido, o que provê conforto para adequação a possíveis alterações regulatórias e exigências de capital.

A tabela a seguir apresenta a análise de sensibilidade do capital regulatório em 31 de dezembro de 2022 das seguradoras e operadora de saúde face variações nas premissas de cálculo que são mais relevantes ao grupo, demonstrando os impactos nas parcelas de riscos:

Premissas	Impacto
Risco de subscrição	
Aumento de 2 p.p. na sinistralidade e crescimento de 15% dos prêmios emitidos	15,6%
Aumento nas provisões técnicas de previdência	6,2%
Aumento nas receitas líquidas de capitalização	32,9%
Risco de crédito	
Aumento das exposições ao risco de crédito	12,6%
Risco operacional	
Aumento do prêmio ganho ou provisão técnica	20,8%
Risco de mercado	
Exposição de 100% do capital de risco de mercado	9,2%

Segue abaixo a análise de sensibilidade do capital regulatório da carteira de crédito da Portoseg, em virtude da alta representatividade desta em relação ao total do Conglomerado Prudencial face cenários de mudança na inadimplência:

Cenário	Índice de Basileia
Inadimplência Atual	11,7%
Incremento de 20% na inadimplência da carteira	11,0%
Incremento de 50% na inadimplência da carteira	8,6%
Como consequência da inadimplência do sistema financeiro nacional em 17%	5,9%

7. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO - CONSOLIDADO

A Porto Seguro oferece ampla gama de produtos e serviços para pessoas físicas e jurídicas no Brasil (predominantemente) e também no Uruguai. A Companhia aplicou a IFRS 8/CPC 22 - Informações por segmento e designou os segmentos a seguir conforme critérios qualitativos e quantitativos, considerando-se as similaridades entre os serviços e produtos oferecidos, para determinação de segmentos reportáveis:

• Seguros de automóveis: compreendem os prêmios de seguros de automóveis emitidos pela Porto Cia e Azul Seguros, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de resseguro.

• Seguros e planos de saúde: compreendem os prêmios de seguros-saúde e odontológico emitidos pela Porto Saúde, líquidos de cancelamentos e restituições, e as contraprestações líquidas dos planos de saúde comercializados pela Portomed.

• Seguros de pessoas e previdência complementar: compreendem (i) os prêmios de seguros de pessoas emitidos pela Porto Cia e Porto Vida e Previdência, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de resseguro, e (ii) as receitas com taxas de gestão e das contribuições efetuadas mensalmente pelos participantes de planos de previdência operados pela Porto Vida e Previdência.

• Seguros - demais ramos: compreendem os prêmios de seguros de danos (exceto automóvel) emitidos pela Porto Cia, Itaú Auto e Residência e Azul Seguros, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de resseguro, além dos seguros emitidos no Uruguai, pela Porto Seguro Uruguai.

• Financeiras e consórcio de bens: compreendem (a) as receitas com taxas de administração de grupos de consórcios operados pela Porto Consórcio; (b) as receitas da Portoseg de operações de crédito compostas pelos juros cobrados nos empréstimos, financiamentos e com cartão de crédito na utilização do crédito rotativo ou parcelamento da fatura e (c) as receitas de administração de fundos de investimentos e gestão de ativos financeiros da Portopar e Porto Investimentos.

• Outros: compreendem, principalmente, as receitas de prestação de serviços de todas as demais empresas da Companhia (inclusive as receitas de serviços prestados no Uruguai pela Porto Serviços Uruguai) e as receitas com títulos de capitalização.

Levam-se em consideração os relatórios financeiros internos de desempenho de cada segmento e região geográfica em que opera, que são utilizados pela Administração na condução de seus negócios. O "Lucro líquido/(Prejuízo)" é o principal indicador utilizado pela Administração para o gerenciamento do desempenho dos segmentos.

Do total das receitas em 31 de dezembro de 2022, 98,2% (98,0% em 31 de dezembro de 2021) foram provenientes do Brasil e o restante, do Uruguai. Não há na Porto Seguro concentração de receita por cliente ou grupo econômico.

	Seguros de automóveis	Seguros e planos de saúde	Seguros de pessoas e previdência complementar	Seguros - demais ramos	Financeiras e consórcios de bens	Outros	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Prêmios de seguros emitidos e contraprestações líquidas	14.087.792	3.135.248	1.540.156	3.965.655	–	–	22.728.851	17.712.070
Variação das provisões técnicas de seguros e prêmios de resseguros cedidos	(1.851.869)	448	(383.797)	(652.293)	–	–	(2.887.511)	(1.505.625)
Prêmio ganho	**12.235.923**	**3.135.696**	**1.156.359**	**3.313.362**	**–**	**–**	**19.841.340**	**16.206.445**
Receitas de operações de crédito	–	–	–	–	2.942.924	–	2.942.924	2.119.399
Receita de prestação de serviços	–	–	–	–	635.561	1.337.637	1.973.198	1.309.719
Contribuição de plano de previdência	–	–	148.195	–	–	–	148.195	150.918
Receita com títulos de capitalização	–	–	–	–	–	67.368	67.368	59.357
Sinistros retidos e benefícios de previdência complementar - líquidos (i)	(7.730.492)	(2.544.775)	(400.969)	(1.539.054)	–	–	(12.215.290)	(8.612.488)
Custos de aquisição	(2.587.500)	(272.287)	(378.247)	(960.754)	(257.589)	(85.947)	(4.542.324)	(4.048.776)
Custos dos serviços prestados	–	–	–	–	–	(302.402)	(302.402)	(187.201)
Variação das provisões técnicas de previdência	–	–	(191.374)	–	–	–	(191.374)	(133.179)
Outras receitas/(despesas)	(1.797.579)	(221.817)	(251.749)	(998.896)	(3.068.953)	(675.144)	(7.014.138)	(5.617.154)
Resultado operacional	**120.352**	**96.817**	**82.215**	**(185.342)**	**251.943**	**341.512**	**707.497**	**1.247.040**
Resultado financeiro	523.911	65.167	(14.809)	184	100.038	(70.178)	604.313	468.711
Resultado antes dos impostos	**644.263**	**161.984**	**67.406**	**(185.158)**	**351.981**	**271.334**	**1.311.810**	**1.715.751**
Imposto de renda e contribuição social	(203.473)	(73.303)	(24.417)	338.533	(82.719)	(114.141)	(159.520)	(171.488)
Lucro líquido - Dezembro de 2022	**440.790**	**88.681**	**42.989**	**153.375**	**269.262**	**157.193**	**1.152.290**	**1.544.263**
Lucro líquido - Dezembro de 2021	**505.837**	**105.820**	**(83.198)**	**611.196**	**317.420**	**87.188**		

Ativos e passivos							**Dezembro de 2022**	**Dezembro de 2021**
Ativos relacionados aos segmentos	13.295.109	1.105.051	5.091.376	5.259.342	13.724.907	2.511.101	40.986.886	34.740.509
Ativo imobilizado e intangível (ii)	127.667	–	–	286.968	–	4.113.055	4.527.690	4.023.687
Ágio de combinação de negócios (iii)	109.901	–	–	236.899	43.974	618.303	1.009.077	370.780
Intangível com vida útil indefinida (iii)	77.958	–	–	168.042	36.388	78.716	361.104	246.000
Demais ativos (iv)	–	–	–	–	–	3.606.164	3.606.164	3.491.922
	13.610.635	**1.105.051**	**5.091.376**	**5.951.251**	**13.805.269**	**10.927.339**	**50.490.921**	**42.872.898**
Passivos relacionados aos segmentos	9.298.176	800.128	6.142.719	3.182.470	12.176.821	3.616.140	35.216.454	29.486.075
Demais passivos	–	–	–	–	–	4.633.410	4.633.410	4.022.095
	9.298.176	**800.128**	**6.142.719**	**3.182.470**	**12.176.821**	**8.249.550**	**39.849.864**	**33.508.170**

(i) Os valores de sinistros retidos são apresentados líquidos de recuperação de resseguro, cosseguro, salvados e ressarcimentos.

(ii) Os intangíveis alocados aos segmentos "Seguros de automóveis" e "Seguros - demais ramos" referem-se, principalmente, àqueles originados da aquisição da Itaú Auto e Residência (vide nota explicativa nº 21).

(iii) O ágio e o intangível com vida útil indefinida alocados aos segmentos "Seguros de automóveis" e "Seguros - demais ramos", referem-se àqueles originados da aquisição da Itaú Auto e Residência. O ágio alocado ao segmento "Outros" refere-se àquele originado da aquisição das empresas Porto Seguro Saúde Ocupacional, ConectCar, Porto Assistência Participações e da Petlove (vide nota explicativa nº 21).

(iv) Referem-se, principalmente, a ativos financeiros não vinculados às provisões técnicas, imposto de renda e contribuição social diferidos e impostos e contribuições a recuperar.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Equivalentes de caixa (*)	50.822	60.339	1.983.217	961.949
Depósitos bancários	324	157	450.691	438.885
	51.146	**60.496**	**2.433.908**	**1.400.834**

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia lastreadas, principalmente, em Letras do Tesouro Nacional (LTNs) e Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

9. ATIVOS FINANCEIROS

9.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS AVALIADAS AO VALOR JUSTO

9.1.1 POR MEIO DO RESULTADO (VJR)

					Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
	Controladora	Seguros	Previdência	Outras atividades	Total consolidado	Total consolidado
Fundos abertos						
Cotas de fundos de investimentos - DPVAT (*)	116.073	253.642	–	538	370.253	232.185
Cotas de fundos de investimentos	–	129.834	44.608	–	174.442	335.719
Outras aplicações	–	2.040	–	–	2.040	2.164
	116.073	**385.516**	**44.608**	**538**	**546.735**	**570.068**
Fundos exclusivos						
LFTs	89.215	1.780.760	1.368.183	287.919	3.526.077	2.900.811
Cotas de fundos	226.244	224.226	532.721	16.160	999.351	917.883
NTNs - B	70.389	–	538.779	–	609.168	964.177
Letras financeiras - privadas	8.358	101.739	462.276	9.389	581.762	404.339
Debêntures	11.627	91.199	447.248	13.064	563.138	697.546
Ações de companhias abertas	55.834	105.593	132.818	–	294.245	627.023
CDBs	–	130	89.878	–	90.008	21.782
NTNs - C	–	–	29.459	–	29.459	29.625
DPGE	165	834	14.232	186	15.417	13.485
Nota comercial	70	355	3.066	78	3.569	
LTNs	–	–	–	–	–	268.123
DI	–	–	–	–	–	63.987
	461.902	**2.304.836**	**3.618.660**	**326.796**	**6.712.194**	**6.908.781**
Total	**577.975**	**2.690.352**	**3.663.268**	**327.334**	**7.258.929**	**7.478.849**
Circulante	577.975				7.256.889	7.477.041
Não circulante	–				2.040	1.808

(*) Redução deve-se pelo processo de "run-off" do Consórcio DPVAT.

9.1.2 POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES (VJORA)

			Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
	Seguros	Previdência	Total consolidado	Total consolidado
Carteira própria (*)				
NTNs - B	2.492.355	–	2.492.355	3.175.424
NTNs - F	340.250	–	340.250	358.324
LTNs	253.335	–	253.335	–
NTNs - C	–	181.290	181.290	184.945
Total	**3.085.940**	**181.290**	**3.267.230**	**3.718.693**
Circulante			253.334	–
Não circulante			3.013.896	3.718.693

(*) O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em "Carteira própria" em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 3.687.851 (R$ 4.086.827 em 31 de dezembro de 2021), gerando assim um resultado não realizado registrado no patrimônio líquido de R$ -52.495 (R$ -495.417 em 31 de dezembro de 2021).

9.1.3 HIERARQUIA DE VALOR JUSTO - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2022			Dezembro de 2021
	Nível 1	Nível 2	Total	Total
Fundos exclusivos	4.164.707	2.547.490	6.712.197	6.908.781
Carteira própria	2.926.978	340.249	3.267.227	3.718.693
Fundos abertos	546.735	–	546.735	570.068
Total	**7.638.420**	**2.887.739**	**10.526.159**	**11.197.542**
Circulante			7.510.223	7.477.041
Não circulante			3.015.936	3.720.501

continua

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos
CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

PortoSeguroSA

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO CUSTO AMORTIZADO

					Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
	Controladora	Seguros	Previdência	Outras atividades	Total consolidado	Total consolidado
Fundos exclusivos (*)						
NTNs - B	64.275	1.219.027	334.796	80.535	1.698.633	1.074.888
NTNs - C	–	–	850.063	–	850.063	825.072
NTNs - F	–	–	–	446.054	446.054	451.751
LTNs	19.377	223.526	–	21.816	264.719	–
Outros investimentos						
Outros	–	–	–	305	305	305
Total	**83.652**	**1.442.553**	**1.184.859**	**548.710**	**3.259.774**	**2.352.016**
Circulante	19.377				264.719	–
Não circulante	64.275				2.995.055	2.352.016

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 3.155.791 (R$ 2.314.236 em 31 de dezembro de 2021).

9.3 MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	**13.549.558**	**15.206.532**
Aplicações	24.352.622	20.708.221
Resgates	(25.398.047)	(22.817.026)
Rendimentos líquidos	1.334.295	947.248
Ajuste a valor de mercado	(52.495)	(495.417)
Saldo final	**13.785.933**	**13.549.558**
Circulante	7.774.942	7.477.041
Não circulante	6.010.991	6.072.517

9.4 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias anuais contratadas das aplicações financeiras estão apresentadas a seguir (em %):

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Equivalentes de caixa (*)	13,63	9,13	13,69	9,26
Fundos exclusivos				
Letras financeiras %CDI	128,11	130,87	128,69	132,68
LTNs	11,98	–	11,98	–
NTNs - B - IPCA+	6,16	2,05	5,17	3,27
Debêntures (DI+)	1,68	1,68	1,68	1,83
LFTs	0,08	0,12	0,07	0,15
NTNs - C - IGPM+	–	–	6,26	6,26
NTNs - F - PRÉ	–	–	7,96	7,96
Carteira própria				
LTNs	–	–	11,98	–
NTNs - F - PRÉ	–	–	6,99	6,99
NTNs - C - IGPM+	–	–	5,99	5,99
NTNs - B - IPCA+	–	–	3,85	2,61

(*) Vide nota explicativa nº 8.

10. EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (AO CUSTO AMORTIZADO) - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2022			Dezembro de 2021		
	Carteira	Provisão para riscos de créditos	Carteira líquida	Carteira	Provisão para riscos de créditos	Carteira líquida
Títulos e créditos a receber (i)	7.691.105	(68.056)	7.623.049	7.185.644	(71.331)	7.114.313
Financiamentos (ii)	2.105.688	(304.797)	1.800.891	2.104.809	(206.908)	1.897.901
Operações de cartão de crédito (iii)	3.315.439	(1.755.713)	1.559.726	1.896.922	(854.364)	1.042.558
Empréstimos	875.829	(101.124)	774.705	521.279	(50.740)	470.539
	13.988.061	**(2.229.690)**	**11.758.371**	**11.708.654**	**(1.183.343)**	**10.525.311**
Provisão sobre o total da carteira			**15,94%**			**10,11%**
Circulante			10.590.630			9.382.483
Não circulante			1.167.741			1.142.828

(i) Referem-se a valores a receber de cartões de crédito a vencer ou não faturados, classificados no ativo circulante. Esses valores estão classificados com características de concessão de crédito e têm como contrapartida contas a pagar a estabelecimentos filiados registrados na rubrica "Operações com cartão de crédito" (vide nota explicativa nº 25).
(ii) Refere-se a financiamentos de veículos na modalidade de Crédito Direto ao Consumidor (CDC).
(iii) Refere-se a valores a receber das operações de cartões de crédito faturados, vencidas ou parceladas.

10.1 MOVIMENTAÇÃO DO "IMPAIRMENT" DE EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS - CONSOLIDADO (*)

As movimentações entre os estágios no exercício estão apresentadas a seguir:

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total (*)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**129.806**	**57.193**	**455.072**	**642.071**
Novas entradas	497.954	341.084	500.461	1.339.499
Melhora de estágio	12.733	20.990	(33.723)	–
Piora de estágio	(104.514)	(180.128)	284.642	–
Liquidações (total ou parcial)	(363.945)	(114.272)	(320.010)	(798.227)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**172.034**	**124.867**	**886.442**	**1.183.343**
Novas entradas	537.001	509.755	868.049	1.914.805
Melhora de estágio	27.420	7.516	(34.936)	–
Piora de estágio	(163.761)	(311.933)	475.694	–
Liquidações (total ou parcial)	(382.358)	(162.536)	(323.564)	(868.458)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**190.336**	**167.669**	**1.871.685**	**2.229.690**

(*) Em função no novo modelo de "Write off" em 2021, foram alongados os prazos para lançamento dos títulos para prejuízo, anteriormente eram usados 360 dias, e com o novo modelo o lançamento para cartão ficou em 1.890 dias e para o CDC 1.620 dias.

11. PRÊMIOS A RECEBER DE SEGURADOS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2022			Dezembro de 2021		
	Prêmios a receber de segurados	Provisão para riscos de créditos	Prêmios a receber - líquido	Prêmios a receber de segurados	Provisão para riscos de créditos	Prêmios a receber - líquido
Automóvel	5.013.980	(5.857)	5.008.123	3.713.574	(7.968)	3.705.606
Ramos elementares	1.716.352	(8.030)	1.708.322	1.387.477	(6.621)	1.380.856
Vida	574.753	(2.536)	572.217	442.136	(6.923)	435.213
Saúde	247.226	(2.182)	245.044	194.774	(2.893)	191.881
Porto Seguro Uruguai	129.032	(10.301)	118.731	118.596	(10.181)	108.415
Transportes	54.514	(1.428)	53.086	32.052	(1.754)	30.298
	7.735.857	**(30.334)**	**7.705.523**	**5.888.609**	**(36.340)**	**5.852.269**
Circulante			7.299.599			5.550.561
Não circulante			405.924			301.708

11.1 MOVIMENTAÇÃO DOS PRÊMIOS A RECEBER DE SEGURADOS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	**5.852.269**	**4.760.792**
Prêmios emitidos	24.272.141	18.862.399
IOF	1.291.624	1.023.643
Adicional de fracionamento	155.073	147.970
Prêmios cancelados	(1.742.132)	(1.219.932)
Recebimentos	(22.129.458)	(17.728.423)
Provisão para riscos de crédito	6.006	5.820
Saldo final	**7.705.523**	**5.852.269**

11.2 MOVIMENTAÇÃO DO "IMPAIRMENT" DE PRÊMIOS A RECEBER DE SEGURADOS - CONSOLIDADO (*)

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	**36.340**	**42.160**
Constituições	80.768	99.850
Reversões	(88.832)	(103.087)
Baixas para prejuízo (incobráveis)	2.058	(2.583)
Saldo final	**30.334**	**36.340**

(*) As despesas/reversões de provisões para riscos de créditos foram registradas na conta "Despesas operacionais" da Demonstração do Resultado (vide nota explicativa nº 39).

12. TRIBUTOS

12.1 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Imposto de renda	54.890	49.486	138.471	114.746
Contribuição social	6.263	–	41.601	50.018
Impostos Uruguai	–	–	23.477	15.230
INSS	–	–	21.838	4.101
PIS e COFINS	2	–	17.647	30.135
Outros	6	9	8.757	6.308
	61.161	**49.495**	**251.791**	**220.538**
Circulante	61.161	49.495	249.475	218.243
Não circulante	–	–	2.316	2.295

12.2 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
IOF sobre prêmios de seguros	–	–	430.086	347.625
PIS e COFINS	416	835	70.667	72.030
INSS e FGTS	98	83	47.472	40.205
Contribuição social (i)	–	–	43.342	71.641
IRRF	104	82	40.136	30.109
Imposto de renda (i)	–	–	38.073	76.920
Uruguai	–	–	25.274	17.228
ISS	–	–	12.318	10.682
Outros	2	1	48.551	14.763
	620	**1.001**	**755.919**	**681.203**
Circulante	620	1.001	729.497	660.563
Não circulante	–	–	26.422	20.640

(i) Referem-se às provisões líquidas dos valores antecipados.

12.3 IMPOSTOS DIFERIDOS

12.3.1 ATIVO - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2021	Constituição de ativos e reversão de passivos	Constituição de passivos e reversão de ativos	Dezembro de 2022
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa	**121.874**	**467.042**	**(347.258)**	**241.658**
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão para riscos de créditos	312.229	228.595	(12.852)	527.972
Provisão para obrigações legais	431.423	45.699	(20.127)	456.995
Provisões sobre ajustes de instrumentos financeiros (i)	161.305	118.275	(71.401)	208.179
PIS e COFINS sobre PSL e IBNR	115.292	35.927	(12.446)	138.773
Provisão de participação de lucros	28.597	125.710	(81.793)	72.514
Provisões para processos judiciais - cíveis e trabalhistas	30.925	58.606	(55.733)	33.798
Outras provisões	93.169	73.639	(47.948)	118.860
	1.172.940	**686.451**	**(302.300)**	**1.557.091**
Compensação de ativo/passivo diferido (ii)	(367.849)			(426.647)
	926.965			**1.372.102**

(i) Correspondem aos efeitos sobre a marcação ao valor de mercado dos papéis existentes na "Carteira própria" que estão classificados em Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - ORA, bem como as operações de "hedge" de fluxo de caixa oriundos de captação de moeda estrangeira (Lei nº 4.131/62).
(ii) O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos estão apresentados no balanço patrimonial compensados por empresa.

12.3.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO - CONSOLIDADO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias (ativo) e prejuízo fiscal e base negativa de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

Ano de realização:	
2023	883.871
2024	429.503
2025	295.776
2026	33.849
2027	32.397
2028 a 2030	106.841
Após 2031	16.512
Total - ativo	**1.798.749**

12.3.3 PASSIVO

	Controladora			Consolidado			
	Dezembro de 2021	Reversão/ realização	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021	Constituição	Reversão/ realização	Dezembro de 2022
IR e CS sobre combinação de negócios (i)	264.593	(5.049)	259.544	343.220	102.108	(82.000)	363.328
IR e CS sobre o CPC 47 (ii)	–	–	–	–	86.395	(19.721)	66.674
IR e CS sobre PIS e COFINS. diferidos	–	–	–	45.523	32.132	(11.291)	66.364
IR e CS sobre ajustes de instrumentos financeiros	–	–	–	14.051	20.185	(6.631)	27.605
IR e CS sobre reavaliação de imóveis	4.102	(1.170)	2.932	49.707	3.723	(33.372)	20.058
Outros	8.102	–	8.102	56.734	183	(16.935)	39.982
	276.797	**(6.219)**	**270.578**	**509.235**	**244.726**	**(169.950)**	**584.011**
Compensação de ativo/passivo diferido	–		(6.838)	(196.386)			(160.181)
	276.797		**263.740**	**312.849**			**423.830**

(i) Vide nota explicativa nº 21.
(ii) Refere-se aos impostos apurados pela adoção da Resolução BCB nº 120/21, que dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas administradoras de consórcio.

12.4 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) (A)	1.129.814	1.560.624	1.311.810	1.715.751
Alíquota vigente (i)	34%	34%	40%	40%
Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (B)	**(384.137)**	**(530.612)**	**(524.724)**	**(686.300)**
Dividendos e JCP	(6.732)	47.328	192.009	151.114
Inovação tecnológica (ii)	–	–	96.887	168.111
Depósitos judiciais	3.033	–	28.768	–
Incentivos fiscais	–	–	13.272	18.344
Indébitos tributários (iii)	–	–	–	272.861
Equivalência patrimonial	403.447	561.542	–	–
Majoração da alíquota CSLL (i)	–	–	(2.104)	(19.721)
Baixa para perda - diferido	(22.332)	–	(24.196)	–
Participação nos lucros	(3.073)	(2.320)	(26.632)	(26.467)
Outros	14.827	(92.313)	87.200	(49.430)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	**389.170**	**514.237**	**365.204**	**514.812**
Total de imposto de renda e contribuição social (D = B + C)	**5.033**	**(16.375)**	**(159.520)**	**(171.488)**
Taxa efetiva (D/-A)	**-0,4%**	**1,0%**	**12,2%**	**10,0%**

(i) Em 28 de abril de 2022 foi aprovada a Medida Provisória nº 1.115, que entrou em vigor em 1º de agosto de 2022 com aplicação até 31 de dezembro de 2022, a alteração da alíquota de CSLL de 15% para 16% sobre o lucro das empresas de seguros, previdência complementar, capitalização, instituições financeiras, entre outras.
(ii) Refere-se principalmente aos benefícios relacionados aos projetos vinculados à lei de incentivo à pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica (Lei do Bem), a partir de 2021.
(iii) Em 2021 houve a reversão do passivo diferido de IR e CS, sobre atualização monetária de depósitos judiciais federais, conforme decisão do STF em sede de repercussão geral publicada em 16 de dezembro de 2021 sobre a não incidência de IRPJ e CSLL sobre juros SELIC decorrentes de recuperação de tributos pagos indevidamente (indébitos tributários) e em virtude da Circular nº 09/2021 emitida pelo IBRACON.

13. BENS À VENDA - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Salvados (i)	232.544	220.881
Veículos desativados de locações (ii)	60.565	17.450
Veículos recuperados de financiamentos	9.780	11.816
Imóveis a venda (iii)	2.505	–
Provisão para redução ao valor recuperável	(48.926)	(41.303)
	256.468	**208.844**

(i) Decorrente, principalmente, de indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação.
(ii) Refere-se a veículos oriundos das desativações de locações da empresa Mobitech.
(iii) Refere-se ao imóvel que não teve sua escritura transferida ao Fundo na mesma data-base (vide nota explicativa nº 1.2.2).

14. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Automóvel	1.738.228	1.406.787
Patrimonial	752.575	453.496
Saúde	296.475	186.757
Riscos financeiros	210.810	177.714
Pessoas	159.128	115.516
Responsabilidades	17.808	10.098
Transportes	12.521	4.806
Outros	41.674	30.403
	3.229.219	**2.385.577**
Circulante	2.648.250	2.218.715
Não circulante	580.969	166.862

O prazo médio de diferimento é de 12 meses.

continua

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos
CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

PortoSeguroSA

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

14.1 MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	**2.385.577**	**1.998.258**
Constituição	2.892.800	5.537.034
Apropriação para despesa	(2.049.158)	(5.149.715)
Saldo final	**3.229.219**	**2.385.577**

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	Consolidado	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
	Valor justo	Valor justo
Opção de Dólar Futuro	334	(1.684)
Opções de renda variável	(1.717)	19.706
Opções e contratos futuros (*)	**(1.383)**	**18.022**
Total - ativo circulante	**60**	**18.022**
Total - passivo circulante	**(1.443)**	**–**

(*) Instrumentos alocados nos fundos de investimentos da Companhia.

Adicionalmente a Companhia e sua controlada Mobitech possuem "hedge" de fluxo de caixa oriundos de captação de moeda estrangeira (Lei nº 4.131/62) (vide nota explicativa nº 25.2), cujo impacto no Patrimônio Líquido está demonstrado a seguir:

		Dezembro de 2022			
		Taxa média contratada (a.a.)	Valor nocional	Valor pela curva	Impacto no Patrimônio Líquido
Controladora	Ponta ativa: taxa prefixada		100.000	108.839	110.512
	Ponta passiva: taxa pós-fixada	CDI + 1,25%	(100.000)	(103.307)	(103.625)
	Ganho de ajuste a mercado				**6.887**
Controladora	Ponta ativa: taxa pós-fixada		150.000	151.410	154.282
	Ponta passiva: taxa pós-fixada	CDI + 0,95%	(150.000)	(152.496)	(153.133)
	Ganho de ajuste a mercado				**1.149**
Mobitech	Ponta ativa: taxa pós-fixada	USD + 3,00%	50.000	49.473	49.789
	Ponta passiva: taxa pós-fixada	CDI + 1,80%	(50.000)	(56.719)	(56.962)
	Perda de ajuste a mercado				**(7.173)**
Mobitech	Ponta ativa: taxa pós-fixada	USD + 2,96%	100.000	100.706	101.339
	Ponta passiva: taxa pós-fixada	CDI + 1,70%	(100.000)	(113.037)	(113.495)
	Perda de ajuste a mercado				**(12.156)**
Mobitech	Ponta ativa: taxa pós-fixada	USD + 3,36%	100.000	113.502	114.182
	Ponta passiva: taxa pós-fixada	CDI + 1,88%	(100.000)	(110.859)	(111.459)
	Ganho de ajuste a mercado				**2.723**
Mobitech	Ponta ativa: taxa pós-fixada	CDI + 1,28%	153.641	152.555	155.020
	Ponta passiva: taxa prefixada	PRÉ 15,25%	(153.641)	(152.510)	(156.212)
	Perda de ajuste a mercado				**(1.192)**
Mobitech	Ponta ativa: taxa pós-fixada	CDI + 1,33%	256.090	254.273	261.258
	Ponta passiva: taxa prefixada	PRÉ 14,94%	(256.090)	(254.103)	(264.885)
	Perda de ajuste a mercado				**(3.627)**
	Total impacto no Patrimônio líquido				**(13.389)**
	Total impacto no Patrimônio líquido (líquido de IR e CS)				**(8.837)**

16. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Dividendos e JCP a receber	30.320	64.897	–	–
Despesas antecipadas (i)	–	603	355.657	117.589
Outros créditos a receber de cartão de crédito	–	–	172.252	189.468
Cosseguro aceito (ii)	–	–	128.453	4.855
Comissões em processamento (iii)	–	–	81.591	84.948
Adiantamentos administrativos	11.849	–	64.310	55.438
Recebíveis de resseguro	–	–	46.404	67.381
Programa Sempre Presente	–	–	36.172	8.649
Contas a receber - financeiro	–	–	34.712	–
Valores a receber - seguro	–	–	31.975	27.639
Bloqueios judiciais	39	47	8.194	7.608
Almoxarifado	–	–	7.464	5.677
Cheques a depositar	–	–	7.176	2.524
Convênio DPVAT	–	–	3.708	1.540
Outros	7.107	4.626	97.561	63.153
	49.315	**70.173**	**1.075.629**	**636.469**
Circulante	49.276	70.127	930.832	596.700
Não circulante	39	46	144.797	39.769

(i) O aumento de despesas antecipadas é decorrente principalmente da aquisição da CDF S.A. e CDF Ltda., que representam R$ 163.270. Estas despesas oriundas da CDF S.A. e CDF Ltda. referem-se principalmente a valores antecipados a título de obtenção de contrato de exclusividade de vendas de balcão com empresas de varejo para venda de serviços de instalação, suporte, impermeabilização e higienização.

(ii) O aumento refere-se ao prêmio de cosseguro aceito a receber.

(iii) Representam pagamentos de comissões a corretores sobre riscos vigentes e não emitidos.

17. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
PIS e COFINS	153.894	144.974	965.834	915.534
Processos judiciais com adesão ao REFIS (i)	–	–	494.274	549.663
Sinistros judiciais	–	–	37.536	39.681
Outros	19	67	38.516	36.984
	153.913	**145.041**	**1.536.160**	**1.541.862**

(i) Vide nota explicativa nº 26.1 (a).

18. INVESTIMENTOS

18.1 PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS - CONTROLADORA

	Saldos em 31 de dezembro de 2021	Resultado equivalência patrimonial	Aumento/ (redução) de capital/ cisão	Ajustes Instrumentos financeiros	Ajuste de conversão/ outros	Dividendos	Reorganização societária (iv)	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Porto Cia	**4.910.072**	671.255	640.082	(36.734)	74.725	(562.168)	–	**5.697.232**
Porto Negócios Financeiros	**–**	195.989	–	–	6.286	(91.222)	1.425.949	**1.537.002**
Azul Seguros (i)	**715.117**	5.835	204.255	5.237	10.997	(62.185)	–	**879.256**
Porto Serviços e Comércio	**498.620**	(4.795)	46.027	–	(12.680)	–	19.108	**546.280**
Porto Assistência Participações	**–**	105.052	50	–	(4.118)	(23.018)	173.509	**251.475**
Itaú Auto e Residência	**128.706**	76.744	(35.000)	–	310	(81.453)	–	**89.307**
Porto Saúde Serviços	**–**	5.792	–	–	116	(1.376)	68.183	**72.715**
Porto Consórcio	**280.937**	49.200	–	–	546	–	(263.980)	**66.703**
Porto Bank	**–**	169	–	–	(84)	(40)	14.217	**14.262**
Porto Investimentos	**8.948**	13.428	–	–	1.461	(10.756)	–	**13.081**
Porto Saúde Operações	**–**	23	–	–	–	(5)	7.812	**7.830**
Porto Saúde Participações	**–**	1	–	–	–	–	50	**51**
Portomed	**13.560**	431	(7.000)	–	–	–	(6.991)	**–**
Portoseg	**1.142.085**	19.361	104.115	–	1.358	(115.426)	(1.151.493)	**–**
Porto Serviços Financeiros	**–**	(121)	–	–	63	–	58	**–**
Porto Odonto	**1.004**	(182)	–	–	–	–	(822)	**–**
Serviços Médicos	**64.652**	11.512	(8.000)	–	18	–	(68.182)	**–**
Porto Assistência (ii)	**–**	36.461	16.176	–	1.421	(35.773)	(18.285)	**–**
Renova	**6.535**	3.042	5.200	–	15	–	(14.792)	**–**
Crediporto	**4.630**	140	–	–	21	–	(4.791)	**–**
Proteção e Monitoramento	**6.383**	(2.113)	1.000	–	5	–	(5.275)	**–**
Portopar	**2.338**	(1.922)	10.000	–	35	–	(10.451)	**–**
Combinação de negócios (iii)	**1.008.282**	–	–	–	472.279	–	–	**1.480.561**
	8.791.869	**1.185.302**	**976.905**	**(31.497)**	**552.774**	**(983.422)**	**163.824**	**10.655.755**

(i) A "Porto Cia" possui 32,15% de participação nessa sociedade.

(ii) Em 30 de abril de 2022 foi efetivada a cisão parcial da controlada Porto Cia. Adicionalmente, em agosto de 2022 a Porto Assistência passa a ser controlada direta pela Porto Assistência Participações.

(iii) O montante de R$ 472.279 é composto por: R$ 484.901 em combinação de negócios com base na melhor estimativa da Administração, suportada pelo acordo de acionistas (R$ 127.671 em Ativos líquidos adquiridos e R$ 357.230 em ágio por expectativa de rentabilidade futura) da Porto Assistência Participações (vide nota explicativa 21.2), compensado por R$ 12.622 da combinação de negócios da Itaú Auto e Residência.

(iv) A Companhia está se estruturando em verticais com o objetivo aumentar a autonomia e o foco em cada negócio, potencializando soluções que impulsionem o crescimento das operações.

18.1.1 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS DE CONTROLADAS

A tabela a seguir apresenta informações financeiras resumidas das controladas da Companhia:

	Dezembro de 2022			
	Total de ativos	Total de passivos	Total de receitas (i)	Lucro líquido/(prejuízo) do exercício
Porto Cia (ii)	17.890.107	12.301.500	14.134.792	617.236
Portoseg	15.158.113	13.982.272	3.006.819	148.029
Porto Consórcio	612.858	321.723	573.039	115.403
Itaú Auto e Residência	717.837	630.331	559.500	76.744
Porto Saúde	2.108.175	1.106.462	3.216.262	53.597
Porto Capitalização	1.521.276	1.335.705	191.261	36.123
Porto Serviços e Comércio (ii)	728.442	182.160	72.625	26.307
Porto Uruguai	466.035	324.628	513.451	16.307
Serviços Médicos (ii)	82.746	18.313	67.811	11.189
Azul Seguros (ii)	4.479.348	3.317.964	4.708.936	8.977
Porto Conecta	2.403	343	224	(674)
Proteção e Monitoramento	9.234	4.179	12.249	(2.862)
Porto Vida e Previdência	5.691.638	5.377.961	1.035.477	(54.785)
Demais empresas	4.691.949	2.193.564	2.000.162	151.154
Participação de não controladores	–	–	–	(17.443)
Resultado de equivalência	**54.160.161**	**41.097.105**	**30.092.608**	**1.185.302**

	Dezembro de 2021			
	Total de ativos	Total de passivos	Total de receitas (i)	Lucro líquido/(prejuízo) do exercício
Porto Cia (ii)	14.761.977	9.977.915	10.991.775	805.034
Portoseg	13.392.145	12.214.854	2.140.478	212.254
Azul Seguros (ii)	3.772.495	2.821.757	3.900.701	189.301
Porto Serviços e Comércio (ii)	699.866	201.244	63.084	173.123
Porto Consórcio	351.285	192.479	515.900	104.995
Porto Saúde	1.512.758	906.293	2.248.243	105.717
Itaú Auto e Residência	707.074	580.117	552.283	60.590
Porto Capitalização	1.250.212	1.110.665	137.432	26.428
Porto Uruguai	415.540	290.429	440.811	20.034
Serviços Médicos (ii)	72.277	7.625	63.868	5.488
Porto Conecta	1.774	441	391	(692)
Proteção e Monitoramento	11.134	4.746	11.487	(3.341)
Porto Vida e Previdência	5.555.947	5.226.977	862.948	(75.578)
Demais empresas	1.231.071	972.357	731.039	28.254
Participação de não controladores	–	–	–	(14)
Resultado de equivalência	**43.735.555**	**34.507.899**	**22.660.440**	**1.651.593**

(i) Incluem receitas financeiras.

(ii) Exclui o resultado de equivalência patrimonial.

18.2 PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS E ENTIDADES CONTROLADAS EM CONJUNTO

	Saldos em 31 de dezembro de 2021	Resultado equivalência patrimonial	Aumento de capital	Identificação de intangíveis (iii)	Evolução dos efeitos da transação (iv)	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Coligadas (i)	**417.015**	(22.029)	12.923	(340.337)	28.616	**96.188**
Entidades controladas em conjunto (ii)	**162.432**	(4.181)	27.500	(80.362)	–	**105.389**
	579.447	**(26.210)**	**40.423**	**(420.699)**	**28.616**	**201.577**

(i) Corresponde a participação minoritária, de 13,50%, na Petlove Cayman Ltd.

(ii) Controle compartilhado de 50,0% na ConectCar.

(iii) No decorrer de 2022 foi finalizado o laudo de avaliação de PPA da ConectCar e Petlove, elaborado por consultores independentes, no qual foi transferido os saldos de ativos identificáveis para a rubrica de intangíveis (vide nota explicativa nº 21.2).

(iv) Vide nota explicativa nº 2.5 (c) (i).

19. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

Dos montantes de R$ 391.418 (Controladora) e R$ 338.079 (Consolidado), R$ 366.362 e R$ 256.001 referem-se respectivamente ao valor de venda dos imóveis que estão sob posse do Fundo Imobiliário, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.2.2. Na Controladora, os imóveis estão mensurados a valor de mercado, no Consolidado, os mesmos imóveis estão mensurados a valor contábil.

20. ATIVO IMOBILIZADO - CONSOLIDADO

20.1 COMPOSIÇÃO

	Taxas anuais de depreciação (%)	Dezembro de 2022			Dezembro de 2021		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Edificações (i)	2,0	552.212	(46.269)	**505.943**	807.107	(135.406)	**671.701**
Terrenos	–	127.484	–	**127.484**	244.257	–	**244.257**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5,0 a 33,3	191.988	(63.058)	**128.930**	184.513	(53.486)	**131.027**
Obras em andamento	–	–	–	**–**	32.500	–	**32.500**
		871.684	**(109.327)**	**762.357**	**1.268.377**	**(188.892)**	**1.079.485**
Informática	20,0 a 33,3	488.829	(376.951)	**111.878**	420.467	(343.705)	**76.762**
Móveis, máquinas e utensílios	10,0 a 50,0	84.417	(81.743)	**2.674**	88.253	(81.297)	**6.956**
Rastreadores	100,0	6.174	(3.358)	**2.816**	7.516	(5.463)	**2.053**
Veículos	20,0 a 25,0	9.256	(7.380)	**1.876**	9.433	(7.243)	**2.190**
Equipamentos	10,0 a 14,3	36.951	(35.815)	**1.136**	36.786	(34.984)	**1.802**
		625.627	**(505.247)**	**120.380**	**562.455**	**(472.692)**	**89.763**
Veículos e equipamentos locados a terceiros	3,0 a 29,3	1.422.967	(50.707)	**1.372.260**	1.013.055	(23.724)	**989.331**
		1.422.967	**(50.707)**	**1.372.260**	**1.013.055**	**(23.724)**	**989.331**
		2.920.278	**(665.281)**	**2.254.997**	**2.843.887**	**(685.308)**	**2.158.579**

(i) Para este item, foi utilizada taxa média ponderada.

20.2 MOVIMENTAÇÃO

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2021	Movimentações				Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022
		Aquisições	Baixas/ vendas (i)	Despesas de depreciação	Outros/ transferências	
Edificações	**671.701**	103	(133.978)	(14.719)	(17.164)	**505.943**
Terrenos	**244.257**	–	(91.064)	–	(25.709)	**127.484**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**131.027**	9.407	(512)	(10.952)	(40)	**128.930**
Obras em andamento	**32.500**	–	–	–	(32.500)	**–**
	1.079.485	**9.510**	**(225.554)**	**(25.671)**	**(75.413)**	**762.357**
Informática	**76.762**	86.573	(510)	(50.651)	(296)	**111.878**
Móveis, máquinas e utensílios	**6.956**	898	(297)	(4.864)	(19)	**2.674**
Rastreadores	**2.053**	5.949	(622)	(4.564)	–	**2.816**
Veículos	**2.190**	369	(33)	(654)	4	**1.876**
Equipamentos	**1.802**	1.036	(145)	(1.556)	(1)	**1.136**
	89.763	**94.825**	**(1.607)**	**(62.289)**	**(312)**	**120.380**
Veículos e equipamentos locados a terceiros	989.331	745.052	(269.651)	(45.389)	(47.083)	1.372.260
	989.331	**745.052**	**(269.651)**	**(45.389)**	**(47.083)**	**1.372.260**
	2.158.579	**849.387**	**(496.812)**	**(133.349)**	**(122.808)**	**2.254.997**

(i) O saldo em Baixas/vendas em edificações e terrenos referem-se principalmente aos imóveis da primeira e segunda tranche vendidos ao Fundo, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.2.2. Já na rubrica de veículos e equipamentos locados a terceiros referem-se principalmente a vendas dos veículos da Mobitech.

21. ATIVOS INTANGÍVEIS - CONSOLIDADO

21.1 COMPOSIÇÃO

	Taxas anuais amortização (%)	Dezembro de 2022			Dezembro de 2021		
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
"Software"	6,67 a 20,0	2.337.269	(756.493)	**1.580.776**	1.969.327	(641.540)	**1.327.787**
Contratos "up front" - CDF		137.861	(14.701)	**123.160**	–	–	**–**
Combinação de Negócios CDF - Montpellier/Tectotal		5.530	–	**5.530**	–	–	**–**
Outros intangíveis	20,0	55.134	(39.944)	**15.190**	55.135	(36.500)	**18.635**
		2.535.794	**(811.138)**	**1.724.656**	**2.024.462**	**(678.040)**	**1.346.422**
Canal de distribuição	2,2	568.001	(165.141)	**402.860**	568.000	(152.518)	**415.482**
Marca	–	246.000	–	**246.000**	246.000	–	**246.000**
Ágio na aquisição de investimentos	–	346.800	–	**346.800**	346.800	–	**346.800**
Combinação de negócios - Itaú Auto e Residência		**1.160.801**	**(165.141)**	**995.660**	**1.160.800**	**(152.518)**	**1.008.282**
Marca		78.716	–	**78.716**	–	–	–
"Software"	13,3	15.975	(3.195)	**12.780**	–	–	–
Ágio	–	237.092	–	**237.092**	–	–	–
Demais	18,4	8.554	(3.829)	**4.725**	–	–	–
Combinações de negócios - Petlove (i)		**340.337**	**(7.024)**	**333.313**	**–**	**–**	**–**
Marca	–	34.488	–	**34.488**	–	–	–
Parceria	–	1.900	–	**1.900**	–	–	–
Ágio		43.974	–	**43.974**	–	–	–
Combinações de negócios - Conectcar (i)		**80.362**	**–**	**80.362**	**–**	**–**	**–**
Parceria	–	127.671	–	**127.671**	–	–	–
Ágio	–	357.230	–	**357.230**	–	–	–
Combinações de negócios - Porto Assistência Participações (ii)		**484.901**	**–**	**484.901**	**–**	**–**	**–**
Ágio na aquisição da Porto Seguro Saúde Ocupacional	–	23.981	–	**23.981**	23.981	–	**23.981**
Outras combinações de negócios		**23.981**	**–**	**23.981**	**23.981**	**–**	**23.981**
		4.626.176	**(983.303)**	**3.642.873**	**3.209.243**	**(830.558)**	**2.378.685**

(i) Vide nota explicativa nº 18.2.

(ii) Vide nota explicativa nº 1.2.3.2.

continua

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos
CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

PortoSeguroSA

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21.2 MOVIMENTAÇÃO

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2021	Movimentações: Aquisições	Despesas de amortização	Outros/transferências	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022
"Software"	**1.327.787**	366.109	(113.112)	(8)	**1.580.776**
Contratos "up front" - CDF	–	123.160	–	–	**123.160**
Combinação de negócios CDF - Montpellier/Tectotal	–	5.530	–	–	**5.530**
Outros intangíveis	**18.635**	–	(3.445)	–	**15.190**
	1.346.422	**494.799**	**(116.557)**	**(8)**	**1.724.656**
Canal de distribuição	**415.482**	–	(12.622)	–	**402.860**
Marca	**246.000**	–	–	–	**246.000**
Ágio na aquisição de investimentos	**346.800**	–	–	–	**346.800**
Combinação de negócios - Itaú Auto e Residência	**1.008.282**	–	**(12.622)**	–	**995.660**
Marca	–	78.716	–	–	**78.716**
"Software"	–	15.975	(3.195)	–	**12.780**
Ágio	–	237.092	–	–	**237.092**
Demais	–	8.554	(3.829)	–	**4.725**
Combinações de negócios - Petlove	–	**340.337**	**(7.024)**	–	**333.313**
Marca	–	34.488	–	–	**34.488**
Parceria	–	1.900	–	–	**1.900**
Ágio	–	43.974	–	–	**43.974**
Combinações de negócios - Conectcar	–	**80.362**	–	–	**80.362**
Parceria	–	127.671	–	–	**127.671**
Ágio	–	357.230	–	–	**357.230**
Combinações de negócios - Porto Assistência Participações	–	**484.901**	–	–	**484.901**
Ágio na aquisição da Porto Seguro Saúde Ocupacional	**23.981**	–	–	–	**23.981**
Outras combinações de negócios	**23.981**	–	–	–	**23.981**
	2.378.685	**1.400.399**	**(136.203)**	**(8)**	**3.642.873**

21.3 MENSURAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DO ÁGIO E ATIVOS INTANGÍVEIS COM VIDAS ÚTEIS INDEFINIDAS

A Administração anualmente realiza o cálculo do teste de recuperabilidade de ativos "impairment" referente aos saldos de ágios oriundos da expectativa de rentabilidade futura de empresas adquiridas e das marcas incluindo os ativos intangíveis dessas unidades geradoras de caixa.

Os valores recuperáveis de unidades geradoras de caixa (UGCs) foram avaliados pelo método valor em uso, que é calculado com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a uma taxa de desconto antes de impostos que reflete o custo médio ponderado de capital para trazer esses fluxos de caixa ao valor presente líquido. Ao valor presente líquido é aplicada a taxa de perpetuidade utilizada para extrapolar o fluxo de caixa para um período acima de cinco anos.

Os fluxos de caixa derivam de projeções orçamentárias mais recentes aprovados pela Administração e elaborados para um período de cinco anos. As projeções consideram as expectativas do mercado para as operações, utilização de julgamentos relacionadas à taxa de crescimento da receita e perpetuidade, estimativas de investimentos futuros ("Capex") e capital de giro.

Em 6 de fevereiro de 2013, a Serviços Médicos adquiriu 100% de participação societária na Porto Seguro Saúde Ocupacional, visando compromisso com a atenção à saúde e a qualidade no atendimento aos segurados. O valor recuperável da unidade geradora de caixa em 31 de outubro de 2022 foi apurado com base no cálculo do valor em uso, em vista das projeções do fluxo de caixa com base em orçamentos financeiras aprovados pela Administração durante um período de cinco anos. A taxa de desconto antes dos tributos aplicada às projeções de fluxo de caixa, é de 11,45% e o fluxo de caixa referente ao período que extrapola cinco anos considera uma taxa de crescimento de 3,00%.

Em 23 de agosto de 2009, a Companhia adquiriu 99% de participação societária na empresa "Itaú Auto e Residência" por meio de combinações de negócios, visando à unificação de suas operações de seguros residenciais e de automóveis, bem como de acordo operacional para oferta e distribuição, em caráter exclusivo, desses produtos para os clientes do Itaú Unibanco no Brasil e no Uruguai. O valor recuperável da unidade geradora de caixa de "ISAR" em 30 de setembro de 2022 foi apurado com base no cálculo do valor em uso, em vista das projeções do fluxo de caixa com base em orçamentos financeiras aprovados pela Administração durante um período de cinco anos. A taxa de desconto antes dos tributos aplicada às projeções de fluxo de caixa, é de 12,80% (25,14% em 2021) e o fluxo de caixa referente ao período que extrapola cinco anos considera uma taxa de crescimento de 3,29% (3,14% em 2021).

Em 19 de junho de 2021, a Porto Serviços e Comércio adquiriu 13,5% de participação societária na empresa Petlove por meio de combinações de negócios, visando fortalecer o portfólio de seus produtos com a Petlove. A Porto Serviços e Comércio passa a oferecer todo o conjunto de soluções e conveniência da Petlove para sua base de clientes e a Petlove passa a contar com mais um produto dentro do ecossistema pet. O valor recuperável da unidade geradora de caixa da Petlove em 31 de outubro de 2022 foi apurado com base no cálculo do valor em uso, em vista das projeções do fluxo de caixa com base em orçamentos financeiras aprovados pela Administração durante um período de cinco anos. A taxa de desconto antes dos tributos aplicada às projeções de fluxo de caixa, é de 13,18% e o fluxo de caixa referente ao período que extrapola cinco anos considera uma taxa de crescimento de 3,25%.

Em 1º de outubro de 2021 a Portoseg adquiriu 50,0% de participação societária na empresa ConectCar, visando à conexão entre a mobilidade e diversos serviços financeiros, permitindo ampliar e modernizar benefícios existentes, dando aos clientes do cartão de crédito Portoseg direito ao serviço de pagamento digital de pedágio e estacionamentos direto pelo aplicativo Porto Seguro Cartões, proporciona segurança no momento do pagamento. O valor recuperável da unidade geradora de caixa da ConectCar em 31 de outubro de 2022 foi apurado com base no cálculo do valor em uso, em vista das projeções do fluxo de caixa com base em orçamentos financeiras aprovados pela Administração durante um período de cinco anos. A taxa de desconto antes dos tributos aplicada às projeções de fluxo de caixa, é de 19,33% e o fluxo de caixa referente ao período que extrapola cinco anos considera uma taxa de crescimento de 3,25%.

Com base nas análises efetuadas pela Administração, o valor recuperável é maior que seu valor contábil, portanto, não foi identificado a necessidade de constituição de perdas por redução ao valor recuperável dos saldos desses ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

22. ATIVO DE DIREITO DE USO - CONSOLIDADO

22.1 COMPOSIÇÃO

	Taxas anuais de depreciação (%)	Dezembro de 2022: Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Dezembro de 2021: Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Direito de uso	5,0 a 33,0	165.352	(54.737)	**110.615**	134.776	(36.936)	**97.840**

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país.

22.2 MOVIMENTAÇÃO

	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Aquisição CDF (i)	Movimentações: Constituição de novos contratos, baixas e cancelamentos	Despesas de depreciação	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Direito de uso	**97.840**	2.971	27.589	(17.785)	**110.615**

(i) Vide nota explicativa nº 1.2.3.2.

23. PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGURO E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2022: Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Dezembro de 2021: Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Seguros (23.1)	16.438.448	16.263.516	13.508.703	13.335.190
Previdência complementar (23.2)	2.985.045	2.985.045	2.921.002	2.921.002
	19.423.493	**19.248.561**	**16.429.705**	**16.256.192**
Circulante	13.632.844		10.670.728	
Não circulante	5.790.649		5.758.977	

23.1 SEGUROS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2022: Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Dezembro de 2021: Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos (i)	10.957.680	10.897.298	8.412.914	8.349.285
Provisão matemática - seguros	2.338.155	2.338.155	2.248.351	2.248.351
Sinistros a liquidar (administrativos e judiciais)	2.241.342	2.166.544	2.011.796	1.941.526
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	593.967	554.215	462.178	422.564
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - DPVAT (ii)	150.144	150.144	231.073	231.073
Demais provisões	157.160	157.160	142.391	142.391
	16.438.448	**16.263.516**	**13.508.703**	**13.335.190**
Circulante	13.164.990		10.355.640	
Não circulante	3.273.458		3.153.063	

(i) A evolução dos saldos está representada pelo aumento das emissões dos contratos de seguros, decorrente da retomada do mercado pós COVID-19.
(ii) Redução deve-se pelo processo de "run-off" do Consórcio DPVAT.

23.2 PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Provisão matemática de benefícios a conceder	2.567.000	2.589.719
Provisão matemática de benefícios concedidos	314.336	278.929
Provisão complementar de cobertura (i)	60.831	–
Demais provisões	42.878	52.354
	2.985.045	**2.921.002**
Circulante	467.854	315.088
Não circulante	2.517.191	2.605.914

(i) A provisão complementar de cobertura (PCC) foi constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP), conforme detalhado na nota explicativa nº 3.13.2.

23.3 MOVIMENTAÇÃO DOS PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E ATIVO DE RESSEGUROS - CONSOLIDADO

	Passivos de contratos de seguros	Ativos de contratos de resseguros
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**15.615.075**	**186.482**
Constituições decorrentes de prêmios/contribuições	17.441.013	109.280
Diferimento pelo risco decorrido	(16.006.106)	(112.195)
Aviso de sinistros	9.168.929	115.240
Pagamento de sinistros/benefícios	(9.571.973)	(128.163)
Atualização monetária e juros	433.929	3.316
Resgates	(519.917)	–
Portabilidades líquidas	(122.333)	–
(+/–) Outras (constituição/reversão)	(8.912)	(447)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**16.429.705**	**173.513**
Constituições decorrentes de prêmios/contribuições	22.326.829	114.876
Diferimento pelo risco decorrido	(19.750.555)	(111.941)
Aviso de sinistros	13.363.248	78.940
Pagamento de sinistros/benefícios	(12.808.303)	(86.018)
Atualização monetária e juros	606.497	4.584
Resgates	(491.104)	–
Portabilidades líquidas	(301.993)	–
Constituição/Reversão de Provisão Complementar (i)	61.283	–
(+/–) Outras (constituição/reversão)	(12.114)	978
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**19.423.493**	**174.932**
Circulante	13.632.844	160.896
Não circulante	5.790.649	14.036

(i) Vide notas explicativas nºs 3.13.2 e 23.2.

23.4 ATIVOS GARANTIDORES - CONSOLIDADO

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP e à ANS os seguintes ativos:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Total dos passivos de seguro e previdência complementar (A)	**19.423.493**	**16.429.705**
Direitos creditórios (i)	6.203.565	4.719.618
Custos de aquisição diferidos pagos	1.457.262	1.212.055
Ativos de resseguro	115.285	109.632
Outros	9.862	14.448
Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (B)	**7.785.974**	**6.055.753**
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C = A - B)	**11.637.519**	**10.373.952**
Cotas de fundos de investimento	6.779.015	4.645.181
Cotas de fundos especialmente constituídos	3.614.315	3.766.088
Títulos de renda fixa - públicos	3.267.227	3.718.695
Imóveis - Uruguai	19.450	19.543
Total de ativos oferecidos em garantia (E)	**13.680.007**	**12.149.507**
Excedente (E - C - D)	**2.042.488**	**1.775.555**

(i) O montante correspondente às parcelas a vencer dos prêmios a receber de segurados e de apólices de riscos a decorrer.

23.5 COMPORTAMENTO DA PROVISÃO DE SINISTROS

A tabela a seguir apresenta o comportamento das provisões (brutas de resseguro) para sinistros da Companhia (em anos posteriores aos anos de constituição, em milhões), denominada tábua de desenvolvimento de sinistro e demonstra a consistência da política de provisionamento de sinistros da Companhia:

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Montante estimado de sinistro no ano do aviso	**1.238,4**	**1.230,9**	**1.192,7**	**1.235,8**	**1.466,7**	**1.648,9**	**1.798,5**	**2.137,7**	**2.508,5**	**2.873,8**
Um ano mais tarde	1.081,8	1.097,1	1.090,6	1.182,8	1.191,0	1.221,8	1.459,6	1.545,1	2.216,9	–
Dois anos mais tarde	1.119,2	1.163,8	1.153,5	1.260,6	1.240,3	1.410,3	1.542,0	1.509,1	–	–
Três anos mais tarde	1.175,1	1.217,2	1.219,2	1.302,2	1.333,5	1.459,4	1.495,2	–	–	–
Quatro anos mais tarde	1.225,2	1.277,9	1.265,5	1.373,9	1.365,2	1.413,0	–	–	–	–
Cinco anos mais tarde	1.283,1	1.324,8	1.328,9	1.398,8	1.319,4	–	–	–	–	–
Seis anos mais tarde	1.320,0	1.380,9	1.351,0	1.357,0	–	–	–	–	–	–
Sete anos mais tarde	1.361,0	1.403,0	1.308,1	–	–	–	–	–	–	–
Oito anos mais tarde	1.382,2	1.360,0	–	–	–	–	–	–	–	–
Estimativa Corrente	**1.382,2**	**1.360,0**	**1.308,1**	**1.357,0**	**1.319,4**	**1.413,0**	**1.495,2**	**1.509,1**	**2.216,9**	**2.873,8**
Pagamentos acumulados até a data-base	**(1.281,6)**	**(1.108,0)**	**(994,6)**	**(960,7)**	**(875,8)**	**(1.457,0)**	**(1.344,2)**	**(1.322,1)**	**(1.506,7)**	**–**
Total	**(86,7)**	**151,4**	**61,5**	**82,8**	**47,3**	**(487,6)**	**195,0**	**36,0**	**523,2**	**2.873,8**
DPVAT, retrocessão e Porto Seguro Uruguai										111,2
PSL e IBNR reconhecidas no balanço										**2.985,0**

24. DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE SEGURO E RESSEGURO - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Comissões sobre prêmios emitidos	619.185	512.927
Resseguradoras	81.851	87.709
Outros débitos de seguros	59.199	15.147
	760.235	**615.783**

25. PASSIVOS FINANCEIROS

	Controladora: Dezembro de 2022	Controladora: Dezembro de 2021	Consolidado: Dezembro de 2022	Consolidado: Dezembro de 2021
Operações com cartão de crédito (i)	–	–	7.688.029	6.888.635
Recursos de aceites e emissão de títulos (ii)	–	–	3.672.390	2.401.697
Debêntures e empréstimos (iii)	441.433	77.671	2.180.142	1.050.561
Passivos de capitalização (iv)	–	–	1.318.807	1.091.581
Captação de recursos - Depósitos (v)	–	–	51.410	952.089
Passivos de arredamento (vi)	–	–	26.780	29.499
Total	**441.433**	**77.671**	**14.937.558**	**12.414.062**
Circulante	426.850	38.088	13.581.379	11.658.869
Não circulante	14.583	39.583	1.356.179	755.193

(i) Referem-se, principalmente, a valores a pagar a estabelecimentos filiados.
(ii) Captação de recursos da Portoseg, remunerados com base no CDI.
(iii) O aumento refere-se principalmente às captações de recursos para aquisições de veículos da Mobitech. Vide notas explicativas nºs 25.1 e 25.2.
(iv) São compostos por: provisões para resgates dos títulos de capitalização, atualizados monetariamente pela Taxa de Remuneração (TR), acrescida de taxa prefixada de 0,35% ou 0,50% ao ano, e provisões para sorteios.
(v) Referem-se aos depósitos interfinanceiros, depósitos com garantia especial e depósitos com certificados da Portoseg.
(vi) Referem-se a passivos de financiamento de veículos, máquinas e equipamentos de informática que não se enquadram no escopo da IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos.
Os passivos financeiros avaliados a valor justo são classificados como "Nível 2" na hierarquia de valor justo.

25.1 DEBÊNTURES

Debêntures	Instituição	Empresa	Valor contratado	Contratação	Vencimento	Encargos	Controladora: Dezembro de 2022	Controladora: Dezembro de 2021	Consolidado: Dezembro de 2022	Consolidado: Dezembro de 2021
1ª emissão	Itaú BBA	Controladora	75.000	26/07/2021	26/07/2024	DI + 1,80%	79.872	77.671	79.872	77.671
1ª emissão	Bradesco BBI e Itaú BBA	Mobitech	400.000	19/11/2021	19/11/2024	DI + 1,31%	–	–	406.543	404.486
2ª emissão	Itaú BBA e Safra	Mobitech	400.000	18/05/2022	18/05/2025	DI + 1,31%	–	–	406.827	–
2ª emissão	Itaú BBA e ABC Brasil	CDF	135.040	10/10/2022	25/10/2025	DI + 2,32%	–	–	124.429	–
							79.872	**77.671**	**1.017.671**	**482.157**

25.2 EMPRÉSTIMOS

Empréstimos	Empresa	Vencimento	Encargos	Controladora: Dezembro de 2022	Consolidado: Dezembro de 2022	Consolidado: Dezembro de 2021
Empréstimo - 4131	Controladora	out e dez 2022	taxa média de CDI + 1,5%	361.561	361.561	–
Empréstimo - 4131	Mobitech	mar e abr 2023	taxa média de CDI + 1,8%	–	263.682	–
CCB - Capital de giro - BRL	Porto Cia	dez 2022/mai e ago 2024 e jan 2026	taxa média de CDI + 2%	–	134.568	111.429
CCB - Capital de giro - BRL	Mobitech	jan, abr e jun 2023	taxa média de CDI + 1,8%	–	288.843	456.975
Capital de giro garantido - EUR	CDF	out 2022 e mar 2025	taxa média de 3,49% + variação cambial	–	14.782	–
Capital de giro garantido - BRL	CDF	jun 2024 e dez 2029	taxa média de 4,24% + 100% CDI	–	99.035	–
				361.561	**1.162.471**	**568.404**

continua

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos
CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

PortoSeguroSA

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25.3 MOVIMENTAÇÕES DOS PASSIVOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO

	Operações com cartão de crédito	Recursos de aceites e emissão de títulos	Captação de recursos - Depósitos	Passivos de capitalização	Passivos de arrendamento	Debêntures, empréstimos e financiamentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**5.349.263**	**990.100**	**1.185.557**	**917.486**	**20.203**	**715.797**	**9.178.406**
Aquisição/constituição	24.317.903	1.838.100	2.849.237	1.514.165	24.892	714.237	31.258.534
Atualização monetária/juros	–	109.989	51.827	46.125	1.410	19.287	228.638
Liquidação/reversão	(22.778.531)	(536.492)	(3.134.532)	(1.386.195)	(17.006)	(398.760)	(28.251.516)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**6.888.635**	**2.401.697**	**952.089**	**1.091.581**	**29.499**	**1.050.561**	**12.414.062**
Aquisição CDF (nota nº 1.2.3.2)	–	–	–	–	–	238.246	238.246
Aquisição/constituição	39.045.976	1.371.600	2.378.590	1.701.310	10.618	858.109	45.366.203
Atualização monetária/juros	–	389.681	64.973	71.844	1.743	704.098	1.232.339
Liquidação/reversão	(38.246.582)	(490.588)	(3.344.242)	(1.545.928)	(15.080)	(670.872)	(44.313.292)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**7.688.029**	**3.672.390**	**51.410**	**1.318.807**	**26.780**	**2.180.142**	**14.937.558**

26. PROVISÕES JUDICIAIS

26.1 PROVÁVEIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, cível e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Fiscais (a)	153.894	144.974	1.307.974	1.316.777
Cíveis (b)	–	–	49.457	43.296
Trabalhistas (c)	–	–	40.855	36.524
Total	**153.894**	**144.974**	**1.398.286**	**1.396.597**
Depósitos judiciais (*)	(153.894)	(144.974)	(1.303.742)	(1.243.660)
Provisão líquida	**–**	**–**	**94.544**	**152.937**

(*) Refere-se ao saldo de depósitos judiciais atrelados aos saldos de provisão reconhecidos contabilmente.

(a) FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda é provável. Segue a composição destes processos por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
PIS	27.280	25.698	591.068	560.911
COFINS	126.614	119.276	333.215	315.004
Processos com adesão ao REFIS (i)	–	–	288.478	356.218
Outros	–	–	95.213	84.644
Total	**153.894**	**144.974**	**1.307.974**	**1.316.777**
Depósitos judiciais (*)	(153.894)	(144.974)	(1.293.719)	(1.233.232)
Provisão líquida	**–**	**–**	**14.255**	**83.545**

(i) A redução refere-se a reversão parcial dos saldos (provisão e depósito) sobre a discussão de incidência do adicional de 2,5% da contribuição previdenciária na Porto Cia, após anuência da Receita Federal do Brasil - RFB.

(*) Refere-se ao saldo de depósitos judiciais atrelados aos saldos de provisão reconhecidos contabilmente.

(i) PIS

As sociedades Porto Cia, Porto Vida e Previdência, Porto Saúde e Azul Seguros discutem a exigibilidade da contribuição ao PIS, instituída nos termos das Emendas Constitucionais nº 01/94, nº 10/96 e nº 17/97, as quais alteraram a base de cálculo e a alíquota da contribuição, que passou a incidir sobre a receita bruta operacional, e da Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta, independentemente da classificação contábil.

No caso da Emenda Constitucional nº 01/94, a Porto Vida e Previdência aderiu parcialmente ao REFIS e; para a parcela remanescente, aguardamos o levantamento dos depósitos realizados, em razão do reconhecimento da decadência. Na ação da Azul Seguros, aguarda-se julgamento do Recurso Extraordinário interposto pela União.

No caso da Emenda Constitucional nº 10/96, a ação da Porto Cia e Porto Vida, aguarda-se julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos pelas sociedades. Na ação da sociedade Azul Seguros, aguarda-se julgamento do Recurso Extraordinário interposto pela sociedade.

Com relação à Emenda Constitucional nº 17/97, na ação movida pela Porto Cia e Porto Vida, os autos estão aguardando análise do pedido de conversão em renda parcial, e levantamento parcial dos depósitos judiciais. Na ação da Azul Seguros, aguarda cumprimento de sentença com relação ao depósito da competência de fevereiro/98.

Relativamente à Lei nº 9.718/98, na ação movida pela Porto Cia e Porto Vida, aguarda-se julgamento dos Recursos Extraordinário e Especial, atualmente sobrestados até julgamento do Recurso Extraordinário 609.096, em sede de repercussão geral. Em Execução Fiscal movida em face da Porto Cia, foi requerida a conversão em renda do depósito de R$ 136.683, em favor da União, extinguindo-se a Execução em 2017, sem resolução de mérito. Assim, no caso de êxito no Mandado de Segurança que discute a tese, nascerá para a Porto Cia um crédito a recuperar perante a Receita Federal.

Na ação da sociedade Porto Saúde, aguarda-se julgamento dos Recursos Extraordinário e Especial, atualmente sobrestados até julgamento do Recurso Extraordinário 609.096, em sede de repercussão geral. Na ação da Azul Seguros, aguarda-se o julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos pela União, sendo que o Recurso Extraordinário foi sobrestado até o julgamento do RE nº 400.479 e do Agravo de Instrumento nº 732.247.

(ii) REFIS

A Companhia aderiu ao programa de recuperação fiscal - REFIS nos anos de 2013 e 2014, para diversas ações que discute judicialmente e atualmente aguarda a homologação da desistência das ações perante o Poder Judiciário, com o respectivo levantamento de valores residuais.

(iii) COFINS

Com o advento da Lei nº 9.718, as companhias de seguro e de previdência complementar, entre outras, ficaram sujeitas ao recolhimento da COFINS incidentes sobre suas receitas a alíquota de 4% após a promulgação da Lei nº 10.684/03. As sociedades Azul Seguros, Porto Saúde, Itaú Auto e Residência e Portopar questionam judicialmente essa tributação, bem como a base de cálculo fixada pela Lei nº 9.718 que conceituou faturamento como equivalente a receita bruta.

Nas ações movidas pela Porto Saúde, Portopar e Itaú Auto e Residência aguarda-se julgamento dos Recursos Extraordinário e Especial, atualmente sobrestados até julgamento do Recurso Extraordinário 609.096, em sede de repercussão geral. Na ação movida pela Azul Seguros, atualmente aguarda-se o julgamento dos Embargos de Declaração opostos em sede de Recurso Extraordinário interposto pela Sociedade.

(iv) PIS e COFINS sobre receitas de juros sobre o capital próprio

A Controladora propôs ação visando discutir a legalidade e a constitucionalidade do parágrafo único do artigo 1º do Decreto 5.164/04 que dispõe a respeito da incidência do PIS e COFINS sobre valores recebidos à título de juros sobre o capital próprio. Atualmente aguarda-se o julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos pela Controladora.

(v) Outros tributos

As Controladas Azul Seguros, Itaú Auto e Residência, Porto Cia, Porto Consórcio e Portoseg, mantêm discussões, relativas a (i) IPTU; (ii) Taxa de Licença; (iii) Taxa de Fiscalização; (iv) Taxa de Lixo; (v) Taxa de Localização Instalação e Funcionamento - TLIF; (vi) Taxa de Funcionamento e Anúncio - TFA; (vii) Multa por Falta de Limpeza/Conservação; (viii) Imposto sobre Serviços - ISS (ix) Multa de Trânsito e IPVA - decorrentes de veículos salvados, após pagamentos de indenizações por sinistros.

(b) CÍVEIS

A Companhia é parte integrante em processos de natureza cível. Os pedidos mais frequentes referem-se a danos morais, materiais, corporais e sucumbência. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável e o prazo médio para o desfecho dessas ações na Comp anhia é de 30 meses.

(c) TRABALHISTAS

A Companhia é parte em ações de natureza trabalhista. Os pedidos mais frequentes referem-se a horas extras, reflexo das horas extras, verbas rescisórias, equiparação salarial e descontos indevidos. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável e o prazo médio para o desfecho dessas ações na Companhia é de 30 meses.

MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES JUDICIAIS PROVÁVEIS

	Controladora	Consolidado			
	Fiscais	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**144.974**	**1.316.777**	**36.524**	**43.296**	**1.396.597**
Aquisição CDF (nota nº 1.2.3.2)	–	–	53	454	507
Constituições	–	3.757	30.233	32.127	66.117
Êxitos/reversões	–	(84.728)	(18.979)	(19.227)	(122.934)
Pagamentos	–	–	(11.931)	(12.920)	(24.851)
Atualização monetária	8.920	72.168	4.955	5.727	82.850
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**153.894**	**1.307.974**	**40.855**	**49.457**	**1.398.286**
(–) Depósitos judiciais (*)	(153.894)	(1.293.719)	(2.937)	(7.086)	(1.303.742)
Provisão líquida em 31 de dezembro de 2022	**–**	**14.255**	**37.918**	**42.371**	**94.544**
Quantidade de processos	2	63	712	3.400	4.175

(*) Refere-se ao saldo de depósitos judiciais atrelados aos saldos de provisão reconhecidos contabilmente.

26.2 POSSÍVEIS - CONSOLIDADO

A Companhia é parte em outras ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Fiscais (a)	1.156.908	1.193.143
Cíveis	232.496	201.549
Trabalhistas	6.939	4.981
Total	**1.396.343**	**1.399.673**

(a) Processos fiscais e previdenciários

O risco total estimado dessas ações totaliza R$ 1.156.908 (R$ 810.560 de possível impacto no lucro líquido). As principais causas são: (i) questionamento da Receita Federal do Brasil quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total estimado em R$ 439.799 (R$ 323.980 de possível impacto no lucro líquido) e (ii) discussão do INSS sobre participação nos lucros e resultados, com risco total estimado em R$ 406.308 (R$ 287.271 de possível impacto no lucro líquido).

27. PASSIVO DE ARRENDAMENTO - CONSOLIDADO

	Passivo de arrendamento	Juros a apropriar de contratos de arrendamento	Passivo de arrendamento líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**213.573**	**(81.865)**	**131.708**
Aquisição CDF (nota nº 1.2.3.2)	4.950	(403)	4.547
Constituição de novos contratos, baixas e cancelamentos	28.212	–	28.212
Apropriação dos juros	–	14.153	14.153
Pagamentos	(29.683)	–	(29.683)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**217.052**	**(68.115)**	**148.937**
Circulante			16.016
Não circulante			132.921

Refere-se ao passivo de arrendamento, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, calculado através de uma taxa incremental de financiamento considerando possíveis renovações e cancelamentos.

28. OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Fornecedores	229	10.845	407.254	307.210
Passivo de transação com fundo de investimento imobiliário (i)	366.774	–	366.774	–
Receitas a diferir (ii)	–	–	280.350	108.084
Participações nos lucros	9.500	12.252	145.361	250.325
Provisão de férias e encargos	–	–	150.070	125.763
Valores a pagar - cartão de crédito	–	–	116.938	91.229
Benefícios pós emprego	–	–	83.104	77.182
Operações de "swap" (iii)	3.589	–	47.140	–
Provisão de "profit sharing"	–	–	34.983	33.957
Devolução a consorciados (iv)	–	–	8.479	81.760
Outros	–	–	97.373	92.783
	380.092	**23.097**	**1.737.826**	**1.168.293**
Circulante	13.318	23.097	1.099.476	982.677
Não circulante	366.774	–	638.350	185.616

(i) Vide nota explicativa nº 1.2.2.

(ii) Referem-se a: receita das marcas e canal de distribuição que serão diferidas ao longo do prazo dos contratos com a Petlove, receitas com taxa de adesão da Porto Consórcio e outras receitas das controladas CDF S.A. e CDF LTDA.

(iii) Refere-se a perda de operações com "swap" (vide nota explicativa nº 15).

(iv) Em 1º de janeiro de 2022 entrou em vigor as Resoluções BCB nº 156, de 19 de outubro de 2021 e IN BCB nº 208, de 15 de dezembro de 2021, determinando a reclassificação do saldo de recursos não procurados (RNP) para contas de compensação. Sem essa alteração, o saldo em 31 de dezembro de 2022 seria R$ 68.057.

29. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social, subscrito e integralizado é R$ 8.500.000 (R$ 8.500.000 em 31 de dezembro de 2021), dividido em 646.586.060 ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal.

A composição do capital social está demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2022		Dezembro de 2021	
	Qtde. de ações ordinárias	% participação	Qtde. de ações ordinárias	% participação
PSIUPAR	457.883.778	70,8%	457.883.778	70,8%
Ações em tesouraria	8.562.548	1,3%	8.874.272	1,4%
Ações em circulação	180.139.734	27,9%	179.828.010	27,8%
	646.586.060	**100,0%**	**646.586.060**	**100,0%**

(b) RESERVA DE CAPITAL

A reserva de capital foi constituída decorrente da contraprestação transferida a valor justo tendo como montante R$ 644.329 equivalente a 18,83% da Porto Assistência e 81,17% da CDF em conformidade com a IFRS 3/CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e, adicionalmente, a redução da participação societária da Porto Assistência de 100% para 81,17% que ocorreu por seu valor contábil (R$ 10.207), visto que a Companhia manteve seu controle, resultando em um efeito de R$ 634.122 em Transação de capital com acionistas.

(c) RESERVA DE LUCROS

As principais reservas de lucros estão demonstradas a seguir:

(i) Reserva legal

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2022 seu saldo era de R$ 177.425 (R$ 120.683 em dezembro de 2021).

(ii) Reserva estatutária

A reserva para manutenção de participações societárias tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas e coligadas ou futura distribuição aos acionistas.

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2022, seu saldo era de R$ 1.458.225 (R$ 680.971 em 31 dezembro de 2021).

(d) PROGRAMA DE RECOMPRA DE AÇÕES

Em 4 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração aprovou a renovação do programa de recompra de ações com as seguintes condições:

- Objetivo do programa: o programa de recompra de ações, por meio da aquisição de ações de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria, cancelamento ou alienação, sem redução do capital social, e/ou vinculação ao plano de remuneração em ações da Companhia, tem por objetivo, havendo condições propícias, criar alternativa adicional para geração de valor para os acionistas;
- Vigência do programa: início em 4 de fevereiro de 2022 à 3 de fevereiro de 2023;
- Quantidade de ações a serem adquiridas: até o limite de 17.973.306 ações ordinárias;
- Instituição Financeira autorizada: Itaú Corretora de Valores S.A.

A movimentação das ações em tesouraria está demonstrada a seguir:

	Ações em tesouraria (R$ mil)	Quantidade	Valor médio por ação (R$)	Ganho nas utilizações
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**205.493**	**8.874**	**23,18**	**145**
Alienadas	(6.476)	(311)	20,64	460
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**199.017**	**8.563**	**23,18**	**605**

Em 31 de dezembro de 2022, o valor de mercado das ações em tesouraria é de R$ 198.233 (R$ 185.650 em 31 de dezembro de 2021).

(e) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

A AGOE de 31 de março de 2022 referendou a distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2021 no montante de R$ 629.500, compostos por: (i) juros sobre o capital próprio "JCP" imputados ao dividendo obrigatório relativo ao exercício de 2021, no valor de R$ 344.062, líquidos de imposto de renda; (ii) dividendos complementando o mínimo obrigatório no valor de R$ 23.709; e (iii) dividendos adicionais ao mínimo obrigatório relativo ao exercício de 2021, no valor de R$ 261.729. A Companhia comunica ainda que a AGOE aprovou pagamento integral de juros sobre capital próprio e dividendos, em 11 de abril e 25 de novembro de 2022, respectivamente.

Conforme aviso aos acionistas de 24 de agosto de 2022 e 26 de outubro de 2022, a Companhia creditou contabilmente R$ 397.575 e R$ 56.000, respectivamente, brutos de imposto de renda (R$ 391.301 líquidos de imposto de renda) em Juros sobre o Capital Próprio (JCP) aos seus acionistas, relativos ao período de janeiro a outubro de 2022, a serem imputados aos dividendos deste exercício. A data de pagamento será fixada na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a realizar-se até 31 de março de 2023.

Os dividendos mínimos e os adicionais propostos foram calculados como segue:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Lucro líquido do exercício - Controladora (A)	1.134.847	1.544.249
(–) Reserva legal - 5%	(56.742)	(77.212)
Ajustes de IFRS	35.831	4.046
Lucro básico para determinação do dividendo	**1.113.936**	**1.471.083**
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (*)	**278.484**	**367.771**
Dividendos complementares propostos	112.817	261.729
Total de dividendos/JCP complementares	**112.817**	**261.729**
Total de dividendos (B)	**391.301**	**629.500**
Total por ação (R$)	**0,60759**	**0,97745**
Distribuição total (B/A)	**34,5%**	**40,8%**

(f) Remuneração em ações

A Companhia possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Companhia e/ou de suas controladas e coligadas, direta ou indiretamente, conforme determinação do Comitê de Remuneração, como parte de sua remuneração.

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos Beneficiários, dos acionistas, da Companhia e de suas investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Companhia e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento da Companhia.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração, quais sejam: (1) Remuneração Anual em Ações, referente ao pagamento de parte da remuneração variável anual dos beneficiários; (2) Bonificação Adicional, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto; (3) Mega Grant, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto; e (4) Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto.

Os programas Remuneração Anual em Ações, Bonificação Adicional e Mega Grant têm como beneficiários os diretores estatutários da Companhia e/ou de suas coligadas ou controladas, direta ou indiretamente. O programa Porto em Ação tem como beneficiários os empregados da Companhia e de suas controladas, diretas ou indiretas.

As ações entregues aos beneficiários dos programas estão sujeitas a períodos de "vesting" ou "lock-up" que variam de 6 meses a 3 anos, conforme o programa. A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Companhia mantidas em tesouraria. As ações são avaliadas com base em seu preço de cotação no fechamento do último pregão do mês imediatamente anterior à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano e de seus programas.

O Plano substituiu o "Plano de Remuneração em Ações" aprovado em assembleia geral realizada em 29 de março de 2018 ("Plano 2018"), que deixou de produzir efeitos, exceto com relação aos direitos já outorgados, que permanecerão em vigor e sujeitos às regras previstas no referido plano.

O Plano 2018 destinava-se aos diretores estatutários da Companhia e/ou das sociedades nas quais a Companhia detém participação societária, direta ou indiretamente, conforme determinação do Comitê de Remuneração, refletindo o pagamento de parte de sua remuneração variável anual. No Plano 2018, a efetiva transferência das ações aos beneficiários está sujeita ao período de vesting de 3 anos. A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano 2018 ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Companhia mantidas em tesouraria. As ações são avaliadas com base em seu preço de cotação no fechamento do último pregão do exercício social imediatamente anterior à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano 2018.

continua

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos
CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

PortoSeguroSA

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do plano de remuneração em ações está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	**20.430**	**7.314**
Diferimento do exercício	97.275	13.116
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(6.476)	–
Saldo final	**111.229**	**20.430**
Valor de mercado médio ponderado (R$)	**23,52**	**26,79**
	Quantidade	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	**743.875**	**240.324**
Diferimento de do exercício	2.855.900	503.551
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(312)	–
Saldo final	**3.599.463**	**743.875**

(g) PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES
O saldo em 31 de dezembro de 2022 de R$57.950 refere-se à participação que outros acionistas detêm sobre a controlada CDF, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.2.3.2.

30. PRÊMIOS DE SEGUROS EMITIDOS E CONTRAPRESTAÇÕES LÍQUIDAS - CONSOLIDADO

Os prêmios auferidos compreendem os prêmios de seguros emitidos, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de prêmios a congêneres e às contraprestações líquidas dos planos de saúde. Os valores dos principais grupos de ramos de seguro estão assim compostos:

	Dezembro de 2022			Dezembro de 2021		
	Prêmios emitidos	Prêmios cedidos (resseguro)	Prêmios emitidos líquidos	Prêmios emitidos	Prêmios cedidos (resseguro)	Prêmios emitidos líquidos
Automóvel	14.200.013	–	14.200.013	10.841.384	–	10.841.384
Saúde	3.135.247	–	3.135.247	2.198.358	–	2.198.358
Patrimonial	2.096.972	(27.250)	2.069.722	1.793.542	(51.407)	1.742.135
Pessoas	1.296.873	(34.109)	1.262.764	1.047.457	(22.335)	1.025.122
Riscos financeiros	796.139	(6.607)	789.532	763.454	(6.765)	756.689
VGBL	279.513	–	279.513	293.666	(55)	293.611
Transportes	260.612	(4)	260.608	227.753	(1.933)	225.820
Outros	663.482	(68.825)	594.657	546.456	(43.335)	503.121
	22.728.851	**(136.795)**	**22.592.056**	**17.712.070**	**(125.830)**	**17.586.240**

31. RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Cartão de crédito	1.737.553	1.102.833
"Interchange" (*)	642.153	535.240
Financiamentos	380.707	350.510
Empréstimos	130.206	84.738
Outras	52.305	46.078
	2.942.924	**2.119.399**

(*) Refere-se a remunerações recebidas das bandeiras de cartões de crédito sobre as transações processadas.

32. RECEITAS DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Porto Consórcio	558.020	487.105
Porto Assistência	341.304	–
Mobitech	298.013	172.859
Porto Atendimento	271.186	244.892
CDF S.A	80.518	–
Portopar e Porto Investimentos	77.541	71.909
Porto Serviços e Comércio	71.497	62.501
Porto Seguro Saúde Ocupacional	69.745	65.259
Serviços Médicos	66.607	63.237
Crediporto	44.218	59.841
Proteção e Monitoramento	11.657	10.846
Outras	82.892	71.270
	1.973.198	**1.309.719**

33. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Venda de imóveis e Investimentos (i)	133.494	275.422
Outras receitas com cartão de crédito	56.038	48.748
Previdência	31.762	28.116
Seguros (ii)	25.347	7.436
Outras	19.817	27.511
	266.458	**387.233**

(i) Em 2022, o montante deve-se principalmente ao ganho decorrente da aquisição da Petlove, após conclusão do laudo de avaliação PPA e a alienação de veículos da Mobitech. Em 2021, corresponde principalmente ao valor justo da troca de controle da Petlove (vide nota explicativa nº 2.5 (c) (i)).
(ii) Referem-se, principalmente, às receitas de honorários do convênio DPVAT, oriundos de atendimento aos segurados do consórcio.

34. VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2022		Dezembro de 2021	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	2.475.309	2.471.428	1.095.826	1.083.668
Provisão matemática	279.288	279.288	296.127	296.127
Provisão de plano de previdência	191.374	191.374	133.179	133.179
	2.945.971	**2.942.090**	**1.525.132**	**1.512.974**

35. SINISTROS RETIDOS - CONSOLIDADO

Os sinistros retidos (despesas com sinistros) compreendem as indenizações avisadas e variação de IBNR. A tabela a seguir apresenta os sinistros retidos brutos de salvados e ressarcimentos.

	Dezembro de 2022			Dezembro de 2021		
	Bruto de resseguro	Recuperação de Resseguradoras	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Recuperação de Resseguradoras	Líquido de resseguro
Automóvel	9.179.952	(31)	9.179.921	6.705.578	269	6.705.847
Saúde	2.543.650	–	2.543.650	1.739.276	–	1.739.276
Patrimonial	742.882	(13.833)	729.049	569.645	(13.915)	555.730
Pessoas	429.082	(33.230)	395.852	509.214	(30.435)	478.779
Riscos financeiros	454.030	320	454.350	293.450	1.682	295.132
Outros	331.797	(30.499)	301.298	331.598	(58.537)	273.061
	13.681.393	**(77.273)**	**13.604.120**	**10.148.761**	**(100.936)**	**10.047.825**

36. CUSTOS DE AQUISIÇÃO - SEGUROS (*) - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Automóvel	2.674.484	2.424.193
Patrimonial	571.255	496.648
Pessoas	348.323	303.953
Saúde	272.391	175.819
Riscos financeiros	125.007	112.022
Outros	201.812	185.314
	4.193.272	**3.697.949**

(*) Inclui a amortização dos custos de aquisição diferidos (nota explicativa nº 14) e as despesas de comercialização não diferidas.

37. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Pessoal e benefícios pós-emprego	8.183	24.923	1.995.367	1.884.376
Serviços de terceiros (i)	12.931	5.732	895.065	768.892
Localização e funcionamento	2.226	1.763	498.141	418.332
Participação nos lucros	12.294	9.280	279.061	310.575
Publicidade	451	496	132.356	103.848
Donativos e contribuições	–	–	37.569	39.179
Programa Meu Porto Seguro (ii)	–	–	–	48.843
Outras	468	632	45.691	27.721
	36.553	**42.826**	**3.883.250**	**3.601.766**

(i) O aumento na Controladora deve-se principalmente a prestação de serviços de assessoria financeira, relativo a conclusão da aquisição da CDF (vide nota explicativa nº 1.2.3.2).
(ii) Valores referente ao Programa Meu Porto Seguro, que teve início em julho de 2020 e foi encerrado no decorrer de 2021.

38. DESPESAS COM TRIBUTOS

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
COFINS	35.977	19.719	495.356	434.089
PIS	7.811	4.281	84.034	70.333
Imposto sobre serviços	–	–	56.993	46.182
Outras	818	1.643	75.722	66.805
	44.606	**25.643**	**712.105**	**617.409**

39. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Captação de recursos	–	–	1.272.320	813.377
Provisão para riscos de créditos	–	–	1.018.736	583.613
Serviços de assistência	–	–	93.210	145.815
Cobranças e adm. de apólices e contratos	–	–	78.933	56.824
Encargos sociais de operações com seguros	–	–	40.426	40.707
Provisão para devedores duvidosos - seguros	–	–	(6.006)	(5.820)
Amortização de intangíveis e de combinação de negócios	12.622	12.622	19.646	12.622
Outras	5.830	734	141.766	126.842
	18.452	**13.356**	**2.659.031**	**1.773.980**

40. RECEITAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Valorização e juros de instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	135.044	146.362	816.208	601.208
Operações de PGBL/VGBL	–	–	454.182	204.646
Juros de instrumentos financeiros - demais categorias	–	–	288.855	491.775
Operações de seguros	–	–	155.073	147.970
Atualização monetária de depósitos judiciais	8.920	2.932	31.672	21.962
Variação cambial - empréstimos	30.593	–	30.593	–
Outras	14.173	4.121	124.590	91.231
	188.730	**153.415**	**1.901.173**	**1.558.792**

41. DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Atualização monetária - PGBL e VGBL	–	–	390.030	63.485
Despesas com empréstimos	60.712	2.671	333.620	93.410
Desvalorização de instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	59.040	137.767	224.950	350.381
Atualização monetária - passivos de previdência	–	–	141.348	261.340
Atualização monetária - passivos de seguro	–	–	75.119	109.104
Variação monetária de provisão para tributos a longo prazo	8.920	6.874	15.684	71.450
Outras	15.935	15.247	116.109	140.911
	144.607	**162.559**	**1.296.860**	**1.090.081**

42. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS - CONSOLIDADO

42.1 PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Companhia patrocina 2 planos de previdência complementar para seus funcionários, sendo um na modalidade de plano de contribuição variável e outro na modalidade de contribuição definida. Ambos seguem os critérios da CPC 33 - Benefícios aos empregados, por meio da Portoprev - Porto Seguro Previdência Complementar, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos.

Nos termos do regulamento desses planos, os principais recursos são representados por contribuições de suas patrocinadoras e participantes e pelos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 8% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante.

Em dezembro de 2022, os planos contavam com cerca de 6,5 mil participantes ativos (6,0 mil em dezembro de 2021). A despesa da Companhia com contribuições ao plano foi de R$ 24.329 em dezembro de 2022 (R$ 20.894 em dezembro de 2021).

42.2 BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

A movimentação das obrigações com benefícios pós-emprego é demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	**77.182**	**57.943**
Custo de juros	4.625	3.317
Custo dos benefícios	7.729	4.170
Ganho atuarial sobre a obrigação	(6.170)	(8.519)
Benefícios pagos	(2.290)	(1.308)
Outros	2.028	21.579
Saldo final do passivo	**83.104**	**77.182**

As premissas atuariais utilizadas são revisadas anualmente. As principais premissas usadas, em 31 de dezembro de 2022, foram as seguintes:

Taxa média de desconto das obrigações (ao ano)	6,23%
Taxa de crescimento salarial (ao ano)	1,00%
Inflação econômica (ao ano)	5,02%
Inflação médica (ao ano)	4,00%
Taxa de variação dos saldos de FGTS (ao ano) - nominal	5,02%

43. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, quando existentes, vigentes nas respectivas datas.

Além dos montantes de Dividendos e JCP a receber e a pagar nos montantes de R$ 30.320 (vide nota explicativa nº 16) e R$ 262.337 (vide nota explicativa nº 28) respectivamente, as principais transações entre partes relacionadas estão apresentadas abaixo:

(i) Despesas administrativas repassadas pela Porto Cia, Porto Vida e Previdência, Porto Saúde e Azul Seguros pela utilização da estrutura física e de pessoal;
(ii) Serviços do seguro e plano de saúde contratados da Porto Saúde e Portomed;
(iii) Serviços de monitoramento efetuados pela Proteção e Monitoramento;
(iv) Convênio de rateio de custos administrativos entre a Itaú Auto e Residência e as empresas do Grupo Itaú Unibanco, em razão da utilização de infraestrutura;
(v) Serviços de administração e gestão de carteiras pela Porto Investimentos e Portopar;
(vi) Convênio de utilização do meio de pagamento cartão de crédito com a Portoseg;
(vii) Serviços de clínicas médicas e convênio de rateio de custos administrativos e operacionais entre a Serviços Médicos, Porto Saúde e Portomed;
(viii) Serviços de "call center" contratados da Porto Atendimento;
(ix) Subscrição de títulos de capitalização emitidos pela Porto Capitalização;
(x) Prestação de serviços de assistência automotiva e residencial com a Porto Assistência;
(xi) Prestação de serviços de hospedagem eletrônica e serviços de assessoria e consultoria pela Porto Serviços e Comércio; e
(xii) Captação de recursos com empresas do Grupo Itaú Unibanco.

Os valores das transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Receitas		Despesas	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Porto Cia	1.170.621	877.762	705.623	237.332
Porto Atendimento	231.244	235.459	118.888	116.818
Porto Saúde	182.373	182.365	149.997	125.195
Crediporto	50.251	69.261	9.959	7.505
Porto Investimentos	16.055	12.474	6.205	12.737
Portoseg	15.263	12.291	283.219	241.939
Porto Capitalização	8.409	7.343	11.590	12.629
Itaú Auto e Residência	1.583	1.553	75.283	47.796
Porto Vida	–	–	30.321	30.296
Azul Seguros	–	–	697.746	376.897
Serviços Médicos	458	–	36.594	40.312
Porto Consórcio	537	–	94.218	69.343
Porto Assistência	668.044	–	59.960	–
Demais	35.046	13.132	100.281	92.841
	2.379.884	**1.411.640**	**2.379.884**	**1.411.640**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi reconhecido no resultado o montante de R$ 145.513 (R$ 77.054 em 31 de dezembro de 2021) e R$ 997.175 no passivo da Portoseg (R$ 1.447.511 em dezembro de 2021) referentes à captação de recursos com empresas do Grupo Itaú Unibanco que são remunerados em 100% do CDI, mais taxa prefixada.

43.1 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE

As transações com pessoal-chave da Administração referem-se aos valores reconhecidos no resultado do exercício a título de participação nos lucros, honorários e encargos ao Conselho de
Administração e diretores, além dos honorários e encargos dos membros do Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Participação nos lucros - administradores	12.294	9.280	106.476	104.200
Honorários e encargos	5.469	5.398	43.831	33.949
	17.763	**14.678**	**150.307**	**138.149**

44. LUCRO POR AÇÃO - CONTROLADORA

O lucro por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o exercício, excluindo quaisquer ações em tesouraria recompradas durante o exercício de divulgação e que foram classificadas como ações em tesouraria como um componente redutor do patrimônio líquido.

A Porto Seguro não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pela IAS 33 - Lucro por Ação) sobre o lucro por ação do exercício. Dessa forma, o lucro por ação básico que foi apurado para o exercício é igual ao lucro por ação diluído. O lucro por ação já considerando o desdobramento das ações está demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	1.134.847	1.544.249
Média ponderada do número de ações durante o período	644.166	644.025
Lucro por ação básico e diluído (R$)	1,76173	2,39781

45. EVENTOS SUBSEQUENTES

AMERICANAS
A Companhia não detém exposições relevantes de forma direta ou indireta por meio de suas controladas e coligadas com as Americanas.

continua

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos
CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

PortoSeguroSA

continuação

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BRUNO CAMPOS GARFINKEL
Presidente

MARCO AMBROGIO CRESPI BONOMI
Vice-Presidente

ANA LUÍZA CAMPOS GARFINKEL
Conselheira

ANDRÉ LUÍS TEIXEIRA RODRIGUES
Conselheiro

PAULO SÉRGIO KAKINOFF
Conselheiro independente

PATRÍCIA MARIA MURATORI CALFAT
Conselheira independente

PEDRO LUIZ CERIZE
Conselheiro independente

DIRETORIA

ROBERTO DE SOUZA SANTOS
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA
CEO Seguros e Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing

LENE ARAÚJO DE LIMA
Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional

MARCOS ROBERTO LOUÇÃO
Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços

SAMI FOGUEL
Diretor Vice-Presidente - Saúde

DANIELE GOMES YOSHIDA
Contadora - CRC SP 255783/O-1

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Porto Seguro S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia e de suas controladas (Consolidado), referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, bem como a proposta da Diretoria da Companhia para destinação do resultado do exercício. Com base nos documentos analisados, no relatório emitido pela empresa de auditoria independente, apresentado em 07 de fevereiro de 2023 e a ser entregue assinado em 08 de fevereiro de 2023, do qual não constam ressalvas, as informações e os esclarecimentos recebidos em reuniões realizadas, no decorrer do exercício, com diretores da Companhia, auditores externos e Comitê de Auditoria, opina que os referidos documentos, bem como a proposta de destinação dos resultados do exercício, incluindo as declarações de juros sobre o capital próprio, aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, ad referendum da Assembleia Geral, estão em condições de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

São Paulo, 07 de fevereiro de 2023
Edson Frizzarim
Alfredo Sérgio Lazzareschi Neto
Clodomir Félix Fialho Cachem Júnior

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - 2º SEMESTRE DE 2022

O Comitê de Auditoria ("Comitê de Auditoria" ou "Comitê") foi instituído pelo Conselho de Administração da Porto Seguro S.A. ("Porto Seguro" ou "Companhia"), em reunião realizada em 16 de dezembro de 2005. É um órgão estatutário, que se reporta diretamente ao Conselho de Administração. É composto por três membros, dentre eles um profissional de comprovado conhecimento nas áreas de contabilidade e auditoria dos mercados em que a Companhia e suas controladas atuam. Para a eleição dos membros, foram considerados os critérios de independência constantes na legislação e regulamentação aplicáveis. Trata-se de Comitê de Auditoria único, supervisionando, dentro dos limites de suas responsabilidades, a Companhia e todas as sociedades por ela controladas.

Ao Comitê de Auditoria compete, principalmente: **(i)** supervisionar a atuação, independência e qualidade do trabalho da Auditoria Interna; **(ii)** supervisionar a atuação, independência, objetividade e qualidade do trabalho dos auditores independentes; **(iii)** zelar pela qualidade e eficácia dos sistemas de controles internos e de administração de riscos; **(iv)** zelar pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, considerando as particularidades afetas a cada sociedade, além de regulamentos e políticas internas; **(v)** zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras da Porto Seguro e de suas controladas, fazendo recomendações ao Conselho de Administração quanto à sua aprovação; e **(vi)** zelar pela correção e aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos, identificados no âmbito de sua atuação.

No desempenho de suas atribuições, o Comitê de Auditoria se reúne com os administradores responsáveis pelas diversas áreas de negócio e de controles, bem como com a área de controladoria, os auditores internos e os auditores independentes. Suas conclusões se baseiam nas informações recebidas da Administração, dos Auditores Independentes, da Auditoria Interna e dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, de controles internos e de *compliance*. O presente relatório descreve as principais atividades desempenhadas pelo Comitê de Auditoria, no decorrer do segundo semestre de 2022 até a presente data.

No período compreendido entre 30 de agosto de 2022 e 08 de fevereiro de 2023, inclusive, ocorreram sete reuniões do Comitê de Auditoria. Todas as reuniões possuem atas que refletem os assuntos discutidos pelo Comitê.

Acompanhamento dos sistemas de Controles Internos e de Administração de Riscos: O Comitê de Auditoria acompanhou os trabalhos da área de Controles Internos da Porto Seguro ao longo do segundo semestre de 2022, ouvindo os gestores das diversas áreas de negócio e acompanhando o desenvolvimento dos Planos de Ação para solução dos pontos levantados pela Auditoria Interna, bem como aqueles identificados pelos auditores externos. Da mesma forma, o Comitê acompanhou o painel de riscos, controles internos, segurança cibernética e PLD/FT.

Acompanhamento das atividades da Auditoria Externa: A Ernst & Young (EY) audita as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Porto Seguro, sendo responsável pelo planejamento e execução de seus trabalhos, conforme normas da profissão. O Comitê manteve reuniões trimestrais com os auditores externos, quando discorreram sobre seu trabalho. O Comitê considera que a EY manteve sua independência e trabalhou com objetividade avaliando que seus trabalhos foram realizados com a qualidade esperada.

Acompanhamento das atividades da Auditoria Interna: O Comitê acompanhou os trabalhos realizados pela Auditoria Interna e avaliou os aspectos relativos à estrutura, recursos, responsabilidades e independência, além de ter examinado os principais relatórios elaborados pela área nesse período.

Acompanhamento das demonstrações financeiras semestrais: A controladoria apresentou a análise de desempenho e as Demonstrações Financeiras da Porto Seguro individuais e consolidadas, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Na mesma oportunidade, o Comitê se reuniu com o Auditor Independente e tomou conhecimento do relatório sobre as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas do mesmo período. Ponderando as limitações decorrentes da extensão de sua atuação, o Comitê entende que as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas do período, inclusive das sociedades supervisionadas pela SUSEP, estão prontas para serem apreciadas pelo Conselho de Administração.

Conclusão: Assim, baseando suas conclusões nas atividades desenvolvidas no período e ponderando as limitações decorrentes do escopo de sua atuação, o Comitê recomenda ao Conselho de Administração que aprecie e aprove as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Porto Seguro S.A., relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, inclusive as sociedades supervisionadas pela SUSEP.

São Paulo, 08 de fevereiro de 2023
Paulo Sérgio Kakinoff - Coordenador
Cynthia Nesanovis Catlett
Eduardo Rogatto Luque

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

À Diretoria e Conselho de Administração da
Porto Seguro S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Porto Seguro S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

<u>Mensuração e reconhecimento dos passivos de contratos de seguros e previdência complementar</u>

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.13 e 23, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia, por meio de suas controladas, registrou provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguros e previdência complementar no montante de R$ 19.423.493 mil. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido julgamento profissional da diretoria na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto e cancelamento, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros.

Adicionalmente, a diretoria realiza o Teste de Adequação do Passivo ("TAP") com o objetivo de capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguro. O TAP considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo despesas administrativas e operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos diretos, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa na data de execução do teste. O TAP também considera premissas de sinistralidades calculadas conforme descrito na nota explicativa nº 3.13.2. A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela diretoria na constituição de suas provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros e despesas ocorridos e não avisados e ao teste de adequação de passivos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes; (ii) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais; (iii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar, firmados pela Companhia; (iv) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (v) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (vi) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; (vi) testes documentais, mediante amostra dos sinistros a liquidar quanto da sua existência, contribuições, resgates, portabilidades, concessão e pagamento de benefícios e adequado registro contábil; e (vii) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado de nossos procedimentos de auditoria efetuados sobre o saldo das provisões técnicas constituídas pelas controladas da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que as metodologias, premissas e respectivos cálculos efetuados para a determinação das respectivas provisões técnicas, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

<u>Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito *(impairment)* de empréstimos e recebíveis</u>

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.5 e 10, a Companhia, por meio de suas controladas, possui operações de empréstimos e recebíveis registrados ao custo amortizado, revisadas pela diretoria periodicamente no que tange a estimativa de perdas esperadas associadas ao risco de crédito *(impairment).* Consideramos a provisão para perdas de créditos esperadas como um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que as políticas e metodologias aplicadas determinam, por sua natureza, que sejam utilizadas premissas e julgamentos por parte da diretoria, que incluem, entre outros, os níveis de inadimplência dos tomadores desses empréstimos e recebíveis, incluindo renegociações, avaliações de garantias aceitas nas operações e de risco de contrapartes, bem como o histórico da qualidade desses portfólios. Adicionalmente, destacamos a importância do processo de estimativa pela relevância dos montantes envolvidos, alta pulverização das operações, e dos possíveis impactos dos níveis de inadimplência e renegociações.

Como nossa auditoria conduziu o assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, teste de reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica, análise das políticas, procedimentos e manuais internos desenvolvidos para fins da documentação das metodologias estabelecidas, a avaliação, acerca da aplicação das metodologias tanto quantitativa quanto qualitativamente, além da avaliação das premissas e demais informações determinadas pela diretoria para fins de estimativa dos valores de perdas esperadas em operações sujeitas ao risco de crédito e sua aderência às normas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e a avaliação das divulgações nas notas explicativas nº 3.5 e 10 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas associadas à provisão adotadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas nº 3.5 e 10, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

<u>Ambiente de tecnologia da informação</u>

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. Uma vez que a avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, nossos testes sobre o desenho e operação dos controles gerais de tecnologia da informação considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

Outros Assuntos

Demonstrações financeiras de exercício anterior examinadas por outro auditor independente:

Os exames do balanço patrimonial, e das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), individuais e consolidados, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborados originalmente antes dos ajustes decorrentes das mudanças de práticas contábeis, descritos nas notas explicativas nº 2.4 (a) e (b), foram conduzidos sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria sem modificações, com data de 04 de fevereiro de 2022. Como parte do nosso exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, revisamos os ajustes nos valores correspondentes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, descritos nas notas explicativas nº 2.4 (a) e (b), e não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que tais ajustes não foram efetuados, em todos os aspectos relevantes, de forma apropriada. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos referentes ao balanço patrimonial, demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre esses valores tomados em conjunto.

Demonstrações do valor adicionado:

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

continua

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF n° 02.149.205/0001-69
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco B - 11° andar - Campos Elíseos
CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

PortoSeguroSA

continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 08 de fevereiro de 2023

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-2SP034519/0-6
Patricia di Paula da Silva Paz
Sócia
Contadora - CRC-1SP198827/O-3
Diana Yukie Naki dos Santos
Sócia
Contadora - CRC-1SP300514/O-5

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164-0001/60
Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guaianases, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-0001 - São Paulo - SP

Porto

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,
Apresentamos o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, com o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

NOSSO DESEMPENHO

• Prêmios emitidos
Os prêmios emitidos da Companhia totalizaram em 2022 R$ 13.783,9 milhões, aumento de R$ 3.175,9 milhões ou 29,9% em relação ao ano anterior.

• Despesas administrativas
Em 2022, o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 14,2%, com redução de 3,1 pontos percentuais em relação ao ano anterior, dando continuidade ao aumento da eficiência operacional observado nos últimos anos.

• Resultado financeiro
O resultado financeiro totalizou em 2022 R$ 346,4 milhões, aumento de R$ 38,2 milhões, ou 12,4% em relação ao ano anterior. O resultado foi impactado principalmente pelo desempenho das alocações em títulos indexados à inflação e em renda variável.

• Índice combinado
O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas, despesas com tributos e outras receitas e despesas operacionais sobre prêmios ganhos), em 2022 foi de 96,8%, aumento de 2,5 pontos percentuais em relação aos 94,3% do ano anterior e o índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, em 2022 foi de 94,0%, aumento de 2,7 pontos percentuais em relação ao ano anterior. Estas variações decorrem principalmente do aumento do índice de sinistralidade.

• Lucro líquido e por ação
O lucro líquido totalizou em 2022 R$ 674,8 milhões, registrando redução de R$ 247,4 milhões ou 26,8% em relação a 2021. O lucro por ação foi de R$ 1,02 em 2022 e R$ 1,58 em 2021.

• Investimentos e novos negócios
A Companhia fez investimentos, no montante de R$ 379,0 milhões em 2022. Do total investido, R$ 280,3 milhões foram destinados a *"softwares"* e R$ 98,7 milhões a equipamentos, sistemas de informática, rastreadores, móveis, veículos e outros.

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que colaboradores e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca ser cada vez mais um Porto Seguro para todos os seus públicos.
A descrição completa dos projetos socioculturais e ambientais do grupo Porto Seguro está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A. e Relatório de Sustentabilidade, divulgados no site da Companhia (http://ri.portoseguro.com.br).

AMBIENTE ECONÔMICO

O ano de 2022 terminou com um ambiente internacional ainda repleto de incertezas. E esse quadro que não deve mostrar grandes alterações no início de 2023. Os bancos centrais dos EUA e da Zona do Euro seguem mantendo uma postura firme de combate à inflação. Ainda que as expectativas apontem para uma desaceleração econômica nos dois lados do Atlântico ao longo dos próximos meses, a resiliência do mercado de trabalho nas duas economias deve evitar uma queda mais brusca da atividade. Por outro lado, os baixos níveis de desemprego devem limitar uma redução mais forte da inflação, adiando qualquer reversão dos ciclos atuais de aperto monetário promovidos pelo FED e pelo BCE.
No caso de alguns países emergentes, contudo, esse momento pode estar mais próximo. Como vários desses países iniciaram o processo de alta de suas taxas básicas de juros antes dos EUA e da Europa, o cenário de desinflação nessas economias é mais claro. Mesmo diante dessa perspectiva, porém, o ambiente internacional seguirá desafiador durante boa parte de 2023.
Primeiro, porque a continuidade da guerra na Ucrânia, para além do enorme ônus humanitário, segue como ameaça ao suprimento global de diversas "*commodities*", sejam elas agrícolas ou no setor de energia.
A magnitude e a velocidade do crescimento de novos casos diários, por sua vez, podem aumentar o risco de surgimento de novas variantes da doença, além de um número relevante de mortes num país cuja população ultrapassa 1,4 bilhão de habitantes.
Domesticamente, 2022 registrou um crescimento econômico mais forte que o esperado, fruto de uma expressiva melhora do mercado de trabalho, ainda que parte considerável das novas vagas criadas tenha se concentrado no segmento informal da economia.
O crescimento da massa de rendimentos do trabalho e a manutenção de um fluxo de transferências públicas para parcela relevante da população sustentaram o consumo, notadamente de serviços, que também se beneficiaram em 2022 da normalização de sua demanda depois de quase dois anos de pandemia.
Essa resiliência do consumo das famílias, porém, limitou o movimento de desinflação, que se concentrou no segmento de preços administrados. Esta queda, por sua vez, ocorreu diante da reversão da expressiva elevação dos preços dos derivados de petróleo no início do ano, na esteira da guerra na Ucrânia, assim como em função da expressiva desoneração tributária sobre os preços dos combustíveis e energia elétrica.
As perspectivas para a atividade econômica doméstica são de uma desaceleração do ritmo de crescimento observado no ano anterior, seja em razão dos efeitos defasados do aperto monetário empreendido pelo Copom desde o início de 2021, seja como resultado da esperada desaceleração da economia global. A despeito desse cenário, o espaço para redução da taxa Selic dependerá em grande medida das ações que o novo governo, recém empossado, adotar para o conjunto geral da política econômica e no campo da política fiscal em particular.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e segurados pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes da SUSEP.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2023
A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Circulante		**9.450.259**	**6.865.452**
Disponível		81.343	77.441
Caixa e bancos		81.343	77.441
Equivalentes de caixa	7	616.062	110.105
Aplicações	8	1.349.027	922.474
Créditos das operações com seguros e resseguros		5.214.313	3.805.142
Prêmios a receber	9.1	5.039.456	3.732.906
Operações com seguradoras		128.453	4.855
Operações com resseguradoras		46.404	67.381
Outros créditos operacionais		167.459	158.355
Ativos de resseguro - provisões técnicas	22.1	156.157	153.474
Títulos e créditos a receber		233.978	216.814
Títulos e créditos a receber	10	60.971	60.018
Créditos tributários e previdenciários	11	83.268	65.226
Outros créditos		89.739	91.570
Outros valores e bens	13	127.572	198.202
Bens à venda		31.171	106.576
Outros valores		96.401	91.626
Despesas antecipadas		67.165	83.624
Custos de aquisição diferidos	14	1.437.183	1.139.821
Seguros		1.437.183	1.139.821
Não circulante		**8.439.846**	**7.962.759**
Realizável a longo prazo		4.692.820	4.479.048
Aplicações	8	2.312.397	2.366.205
Créditos das operações com seguros e resseguros		405.924	301.708
Prêmios a receber	9.1	405.924	301.708
Outros créditos operacionais		488	189
Ativos de resseguro - provisões técnicas	22.1	14.032	13.734
Títulos e créditos a receber		1.692.553	1.624.857
Títulos e créditos a receber	10	6.422	5.623
Créditos tributários e previdenciários	11	667.640	567.247
Depósitos judiciais e fiscais	12	1.014.873	1.045.222
Outros créditos		3.618	6.765
Despesas antecipadas		–	6.453
Outros valores e bens	13	187.412	108.869
Custos de aquisição diferidos	14	80.014	57.033
Seguros		80.014	57.033
Investimentos		2.031.552	1.519.376
Participações societárias	15	2.031.552	1.519.376
Imobilizado	16	279.856	708.970
Imóveis de uso próprio		43.584	467.960
Bens móveis		110.444	80.594
Outras imobilizações		125.828	160.416
Intangível	17	1.435.618	1.255.365
Outros intangíveis		1.435.618	1.255.365
Total do ativo		**17.890.105**	**14.828.211**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Circulante		**10.176.401**	**8.060.215**
Contas a pagar		833.321	831.952
Obrigações a pagar	18.1	184.671	367.339
Impostos e encargos sociais a recolher	18.2	360.225	274.855
Encargos trabalhistas		100.756	88.907
Empréstimos e financiamentos	19	119.365	77.800
Impostos e contribuições		65.910	20.694
Outras contas a pagar		2.394	2.357
Débitos de operações com seguros e resseguros	20	597.780	506.553
Prêmios a restituir		15.670	10.554
Operações com seguradoras		5.030	378
Operações com resseguradoras		72.963	84.997
Corretores de seguros e resseguros	20.1	455.806	363.432
Outros débitos operacionais		48.311	47.192
Depósitos de terceiros	21	9.183	32.376
Provisões técnicas - seguros	22	8.703.229	6.669.253
Danos		8.005.599	6.083.876
Pessoas		370.279	305.578
Vida individual		327.351	279.799
Outros débitos	23.2	32.888	20.081
Débitos diversos		32.888	20.081
Não circulante		**2.125.097**	**1.983.934**
Contas a pagar		187.895	219.579
Obrigações a pagar	18.1	71.178	66.316
Tributos diferidos	11.1.3	74.735	90.135
Empréstimos e financiamentos	19	41.982	63.128
Provisões técnicas - seguros	22	965.608	747.469
Danos		844.378	662.744
Pessoas		86.492	53.307
Vida individual		34.738	31.418
Outros débitos		971.594	1.016.886
Provisões judiciais	23	866.220	912.121
Débitos diversos	23.2	105.374	104.765
Patrimônio líquido		**5.588.607**	**4.784.062**
Capital social		2.914.266	2.552.441
Aumento/redução de capital (em aprovação)		391.579	112.000
Reservas de reavaliação		20.256	62.763
Reservas de lucros		2.466.025	2.224.952
Ajustes de avaliação patrimonial		(203.519)	(168.094)
Total do passivo e patrimônio líquido		**17.890.105**	**14.828.211**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Aumento/Redução de capital em aprovação	Reservas de reavaliação	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2020		**2.272.441**	**–**	**64.843**	**1.644.343**	**74.356**	**–**	**4.055.983**
Dividendos intermediários - exercícios anteriores		–	–	–	(123.906)	–	–	(123.906)
Aumento de capital:								
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 269		30.000	–	–	–	–	–	30.000
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 547		250.000	–	–	–	–	–	250.000
AGE de 29 de outubro de 2021		–	112.000	–	–	–	–	112.000
Reserva de reavaliação								
Realização		–	–	(2.799)	–	–	2.799	–
Outros		–	–	719	–	–	–	719
Ajuste de exercícios anteriores - controladas		–	–	–	36.612	–	–	36.612
Reconhecimento pagamento em ações		–	–	–	8.924	–	–	8.924
Adoção inicial CPC 06		–	–	–	(18.717)	–	–	(18.717)
Ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	–	(242.450)	–	(242.450)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	922.246	922.246
Proposta para distribuição do resultado:								
Reserva legal		–	–	–	46.112	–	(46.112)	–
Reservas estatutárias		–	–	–	631.584	–	(631.584)	–
JCP (R$ 0,32 por ação)		–	–	–	–	–	(184.102)	(184.102)
Dividendos mínimos obrigatórios (R$ 0,11 por ação)		–	–	–	–	–	(63.247)	(63.247)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021		**2.552.441**	**112.000**	**62.763**	**2.224.952**	**(168.094)**	**–**	**4.784.062**
Dividendos intermediários - exercícios anteriores		–	–	–	(220.000)	–	–	(220.000)
Aumento/Redução de capital:	24 a							
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 640		112.000	(112.000)	–	–	–	–	–
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 707		86.000	–	–	–	–	–	86.000
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 687		105.000	–	–	–	–	–	105.000
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 845		10.000	–	–	–	–	–	10.000
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 1021		45.000	–	–	–	–	–	45.000
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 1172		20.000	–	–	–	–	–	20.000
Portaria CGRAJ/SUSEP		(16.175)	–	–	(1.321)	–	–	(17.496)
AGE de 28 de julho de 2022		–	20.000	–	–	–	–	20.000
AGE de 30 agosto de 2022		–	213.965	–	–	–	–	213.965
AGE de 31 de outubro de 2022		–	135.614	–	–	–	–	135.614
AGE de 28 de dezembro de 2022		–	22.000	–	–	–	–	22.000
Reserva de reavaliação								
Realização	24 c	–	–	(70.182)	–	–	70.182	–
Outros		–	–	27.675	–	–	–	27.675
Ajuste de períodos anteriores - controladas	24 d	–	–	–	(14.011)	–	–	(14.011)
Reconhecimento pagamento em ações controladora/controladas	24 f	–	–	–	79.020	–	–	79.020
Ações outorgadas controladora/controladas	24 f	–	–	–	(5.429)	–	–	(5.429)
Ajustes de avaliação patrimonial	24 b	–	–	–	–	(35.425)	–	(35.425)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	674.800	674.800
Proposta para distribuição do resultado:								
Reserva legal		–	–	–	33.740	–	(33.740)	–
Reservas estatutárias		–	–	–	369.074	–	(369.074)	–
JCP (R$ 0,52 por ação)		–	–	–	–	–	(342.168)	(342.168)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022		**2.914.266**	**391.579**	**20.256**	**2.466.025**	**(203.519)**	**–**	**5.588.607**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Prêmios emitidos	25	13.783.926	10.608.060
Variações das provisões técnicas de prêmios	26	(1.985.506)	(862.149)
Prêmios ganhos	**25**	**11.798.420**	**9.745.911**
Sinistros ocorridos	**27**	**(6.508.260)**	**(4.584.197)**
Custos de aquisição	**28**	**(2.776.841)**	**(2.441.616)**
Outras receitas e despesas operacionais	**29**	**(195.476)**	**(220.812)**
Resultado com resseguro		**(33.307)**	**(16.806)**
Receitas com resseguro		81.492	97.994
Despesas com resseguro		(114.799)	(114.800)
Despesas administrativas	**30**	**(1.670.276)**	**(1.683.935)**
Despesas com tributos	**31**	**(267.659)**	**(255.447)**
Resultado financeiro	**32**	**346.427**	**308.249**
Resultado patrimonial		**93.108**	**135.147**
Resultado operacional		**786.136**	**986.494**
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	**33**	**27.437**	**(2.796)**
Resultado antes dos impostos e participações		**813.573**	**983.698**
Imposto de renda	**11.3**	**30.926**	**92.204**
Contribuição social	**11.3**	**19.726**	**62.511**
Participações sobre o lucro		**(189.425)**	**(216.167)**
Lucro líquido do exercício		**674.800**	**922.246**
Quantidade de ações (mil)		660.488	583.687
Lucro líquido por ação - R$		1,02	1,58

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Lucro líquido do exercício		**674.800**	**922.246**
Outros resultados abrangentes		**(35.425)**	**(242.450)**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:			
Ajustes de títulos e valores mobiliários	8.4	(62.922)	(291.082)
Efeitos tributários		25.169	116.433
Ajustes de títulos e valores mobiliários - controladas		1.700	(131.205)
Efeitos tributários - controladas		(680)	52.482
Ajustes acumulados de conversão/outros		1.308	10.922
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários		**639.375**	**679.796**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		674.800	922.246
Ajustes para:			
Depreciações e amortizações		176.030	175.687
Perda/(ganho) por redução ao valor recuperável dos ativos		(4.513)	17.495
Perda/(ganho) na alienação de imobilizado e intangível		(27.437)	2.796
Provisões técnicas - seguros e resseguros		2.114.539	825.967
Resultado de equivalência patrimonial		(93.108)	(135.160)
Variação nas contas patrimoniais:			
Ativos financeiros - aplicações		(372.745)	63.804
Créditos das operações de seguros e resseguros		(1.516.427)	(881.096)
Ativos de resseguro		(2.981)	13.828
Créditos fiscais e previdenciários		(18.042)	–
Ativo fiscal diferido		(100.393)	(314.529)
Despesas antecipadas		22.912	(4.997)
Depósitos judiciais e fiscais		30.349	–
Custos de aquisição diferidos		(320.343)	(153.313)
Outros ativos		(376.778)	(343.373)
Impostos e contribuições		123.836	203.926
Outras contas a pagar		(60.039)	109.923
Débitos de operações com seguros e resseguros		91.227	156.638
Depósitos de terceiros		(23.193)	29.697
Pagamento provisões técnicas - seguros e resseguros		137.576	270.170
Provisões judiciais		(45.901)	34.058
Passivos de arrendamento		13.416	124.846
Outros passivos		412.992	95.319
Caixa gerado/(consumido) pelas operações			
Recebimento de dividendos e JCP		213.516	81.251
Impostos sobre o lucro pagos		(78.620)	(211.419)
Juros sobre captação de recursos pagos		(19.140)	(7.054)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		**951.533**	**1.076.710**
Atividades de investimento			
Aumento de capital - controladas		(262.343)	(376.990)
Recebimento pela venda:			
Imobilizado		479.263	1.581
Pagamento pela compra:			
Imobilizado		(98.745)	(65.150)
Intangível		(280.250)	(311.420)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		**(162.075)**	**(751.979)**
Atividades de financiamento			
Distribuição de dividendos e JCP	24 e	(283.247)	(289.486)
Aquisição de empréstimos e arrendamentos		18.728	115.129
Pagamento de empréstimos e arrendamentos (exceto juros)		(15.080)	(58.148)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento		**(279.599)**	**(232.505)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**509.859**	**92.226**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**187.546**	**95.320**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**697.405**	**187.546**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

continua

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164-0001/60
Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guaianases, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-0001 - São Paulo - SP

Porto

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO

1.1 OPERACIONAL

A Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 6 de setembro de 1945, autorizada a operar pelo Decreto nº 20.138 de 06 de dezembro de 1945, localizada na Avenida Rio Branco, nº 1.489 em São Paulo (SP) - Brasil. Tem por objeto social a exploração de seguros de danos, pessoas e vida individual em qualquer das suas modalidades ou formas conforme definidas na legislação vigente, operando por meio de sucursais e representantes em todo território nacional. A Companhia é uma controlada direta da Porto Seguro S.A., a qual possui ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresentava a seguinte composição acionária*:

Porto Seguro Cia de Seguros Gerais	**Participação**
Porto Seguro S.A.	100,0%
Porto Seguro S.A.	**Participação**
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	70,8%
Ações em circulação	29,2%
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	**Participação**
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	41,1%
Itauseg Participações S.A.	23,1%
Itaú Unibanco S.A.	19,1%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	15,8%
Jayme Brasil Garfinkel	0,2%
Outros	0,8%
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Jayme Brasil Garfinkel	32,9%
Cleusa Campos Garfinkel	30,5%
Ana Luiza Campos Garfinkel	18,3%
Bruno Campos Garfinkel	18,3%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Jayme Brasil Garfinkel	100,0%
Itauseg Participações S.A.	**Participação**
Banco Itaucard S.A.	26,4%
Itaú Unibanco S.A.	62,4%
Banco Itaú BBA S.A.	11,2%
Itaú Unibanco S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaucard S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaú BBA S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Itaú Unibanco Holding S.A.	**Participação**
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	51,7%
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	7,2%
Outros	41,1%

(*) Participações nas ações ordinárias.

1.2 INFORMAÇÕES RELEVANTES DO EXERCÍCIO

1.2.1 CISÃO PORTO SEGURO ASSISTÊNCIA

Em 4 de junho de 2021, complementado em 8 de novembro de 2021, a Companhia protocolou junto à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, o pedido de autorização prévia para promover a cisão parcial das suas atividades, com o objetivo de transferi-las para a Porto Seguro Assistência e Serviços S.A.

Em 26 de julho de 2022, a Porto Seguro S.A. divulgou o Comunicado ao Mercado informando que, a partir de 1º de maio de 2022, a Porto Assistência passou a desenvolver as atividades de assistência cindidas da operação da Companhia, após a aprovação de intenção desta cisão junto à SUSEP, ocorrida em 19 de janeiro de 2022. A cisão tem por finalidade concentrar negócios relacionados em uma mesma entidade e assim otimizar a sua gestão dentro do grupo Porto Seguro.

O acervo líquido contábil, objeto da cisão mencionada, pode ser resumido como segue:

Ativo		**Passivo e patrimônio líquido**	
Circulante	**33.698**	**Circulante**	**3.269**
Disponível	30.000	Contas a pagar	3.269
Caixa e bancos	30.000	Obrigações a pagar	3.269
Títulos e créditos a receber	3.698	**Não circulante**	**14.443**
Títulos e créditos a receber	3.698	Outros débitos	14.443
Não circulante	**1.511**	Provisões judiciais	14.443
Realizável a longo prazo	105	**Patrimônio líquido**	**17.497**
Títulos e créditos a receber	105	Capital social	16.176
Depósitos judiciais e fiscais	105	Reservas de lucros	1.321
Imobilizado	1.406		
Total do ativo	**35.209**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**35.209**

1.2.2 FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO

Em 29 de junho de 2022, foi assinado o acordo de compra e venda de imóveis entre a Companhia, na qualidade de vendedora e Jive Properties Multiestratégia Fundo de Investimento Imobiliário ("Fundo") como compradora.

O objeto do acordo foi a venda de imóveis ao Fundo, considerando as condições atuais do mercado imobiliário, a situação jurídica e o estado de manutenção e conservação dos imóveis, bem como a oportunidade de liquidez imediata, segregada em duas tranches. A primeira tranche negociou 6 imóveis da Companhia ao valor de R$ 106.218, na mesma data da assinatura do acordo. A segunda tranche negociou 3 imóveis ao valor de R$ 20.418. O ganho patrimonial relativo a essa operação representa o montante de R$ 31.657 (R$ 12.134 líquidos de efeitos tributários) (vide nota explicativa nº 33).

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

Em consonância à Circular SUSEP nº 678/2022, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendados pela SUSEP.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Dessa forma, essas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 08 de fevereiro de 2023.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 COMPARABILIDADE

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia reclassificou os valores de redução ao valor recuperável - RVR, provisões técnicas - seguros e resseguros e provisões judiciais para os ajustes ao lucro líquido nas demonstrações dos fluxos de caixa. Essas reclassificações foram feitas para melhor apresentação e comparabilidade, em consonância com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

As mudanças não impactam o fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais dos exercícios apresentados conforme demonstrado abaixo:

	Publicado Dezembro de 2021	**Atualizado**	**Atualizado Dezembro de 2021**
Caixa gerado nas operações	**1.099.933**	**(256.471)**	**843.462**
Perda (Reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	3.796	13.699	17.495
Provisões técnicas - seguros e resseguros	1.096.137	(270.170)	825.967
Variações nos ativos e passivos	**(1.196.942)**	**256.471**	**(940.471)**
Créditos das operações de seguros e resseguros	(877.300)	(3.796)	(881.096)
Ativos de resseguro	10.032	3.796	13.828
Outros ativos	(329.674)	(13.699)	(343.373)
Pagamento de provisões técnicas - seguros e resseguros	–	270.170	270.170

2.4 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é também sua moeda funcional. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

(a) Transações e Saldos em Moeda Estrangeira

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos resultantes da liquidação de tais transações são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando reconhecidos no patrimônio como resultado de itens de operação caracterizada como investimento no exterior.

O resultado e o balanço patrimonial da controlada Porto Uruguai (cuja moeda funcional é o peso uruguaio) são convertidos para a moeda de apresentação da Companhia da seguinte forma: (i) ativos e passivos - pela taxa de câmbio da data de encerramento do balanço ou pela taxa histórica, de acordo com a característica do item; (ii) receitas e despesas - pela taxa de câmbio média do exercício (exceto se a média não corresponder a uma aproximação razoável para este propósito); e (iii) todas as diferenças de conversão são registradas como um componente separado do patrimônio líquido.

2.5 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Considera-se controlada a sociedade na qual a Companhia é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de dirigir as atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades. Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

A Companhia possui investimentos nas sociedades controladas e coligadas: Azul Cia de Seguros, Porto Seguro Saúde, Porto Seguro Vida e Previdência, Porto Seguro Capitalização e Porto Seguro Uruguai, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (vide nota explicativa nº 15).

2.6 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Novas normas ou alterações de normas e interpretações para exercícios futuros e/ou algumas serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.

CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9): Em vigor pelo CPC desde 1º de janeiro de 2018, o Pronunciamento apresenta novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *"hedge"*.

CPC 50 - Contratos de seguros (IFRS 17): Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. Este CPC entrará em vigor para períodos anuais com início em/ou após 1° de janeiro de 2023.

2.7 SEGREGAÇÃO ENTRE CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

A Companhia revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante, quando da elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base.

Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento, exceto pelo montante de aplicações bloqueadas judicialmente, que são classificados no ativo não circulante.

Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes.

As provisões atuariais, bem como a provisão de prêmios não ganhos e os custos de aquisição diferidos, são segregados entre Circulante e Não Circulante, nos termos do artigo 113 da Circular SUSEP nº 648/2021, com base na expectativa de desenvolvimento e consumo de cada uma das provisões, baseada nos fluxos de caixas estimados no Teste de Adequação de Passivos.

Os salvados são segregados entre Circulante e Não Circulante com base no comportamento de realização/ativação de salvados após o pagamento de sinistro.

Adicionalmente, em julho de 2022, a Companhia alterou a metodologia de segregação das provisões de prêmios entre curto e longo prazo, passando a considerar seu desenvolvimento com base nas datas de início e fim de vigência dos prêmios, em substituição a curva de fluxos de caixa estimados no teste de adequação dos passivos.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve no exercício de 31 de dezembro de 2022 alterações nas políticas contábeis relevantes.

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 ATIVOS FINANCEIROS

(a) Mensuração e Classificação

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) Mensurados pelo Valor Justo por Meio do Resultado - Títulos para Negociação

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) Títulos Disponíveis para Venda

São instrumentos financeiros não derivativos reconhecidos pelo seu valor justo. Os juros desses títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) são reconhecidos no patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários), na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente *("impairment")*.

(iii) Mantidos até o Vencimento

São classificados nesta categoria os ativos financeiros adquiridos para obter fluxos de caixa contratuais, esses títulos são contabilizados pelo custo de aquisição e para os quais há a intenção e capacidades de mantê-los até a data de seus vencimentos.

(iv) Empréstimos e Recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações de seguros e resseguros", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos operacionais" que são contabilizados pelo custo amortizado deduzidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

(b) Determinação de Valor Justo de Ativos Financeiros

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Títulos para negociação" e "Títulos disponíveis para venda" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício de 31 de dezembro de 2022.

3.3 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS *("IMPAIRMENT")*

3.3.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou *"impaired"*. Para a análise de *"impairment"*, a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada é a de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de *"impairment"* para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, *"ratings"* internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados *("write-off")* quando não há mais expectativa para recuperação do ativo, conforme regras da SUSEP.

3.3.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA

A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado.

3.3.3 ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados, são revisados para a verificação de *"impairment"* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *"impairment"* os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos. Os ativos não financeiros que tenham sofrido *"impairment"* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *"impairment"*.

3.4 ATIVOS DE RESSEGURO

Os ativos de resseguro são valores a receber de resseguradores e valores das provisões técnicas de resseguro, avaliados consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro. Os valores a pagar a resseguradores são compostos por prêmios de contratos de cessão de resseguro.

As perdas por *"impairment"*, quando aplicáveis, são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros (vide nota explicativa nº 3.3). Essa metodologia também leva em consideração os fluxos administrativos específicos de recuperação com os resseguradores.

3.5 BENS À VENDA - SALVADOS

A Companhia detém ativos circulantes que são mantidos para a venda, tais como estoques de bens salvados e recuperados após indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação. Adicionalmente, os bens salvados que não estejam disponíveis para a venda por questões documentais, por exemplo, são mantidos no ativo não circulante, conforme regras da SUSEP.

3.6 DIREITOS A SALVADOS E A RESSARCIMENTOS

Após a liquidação de um sinistro e consequente aquisição de direitos em relação a salvados ou a ressarcimentos, a Companhia registra esse ativo de forma segregada dos salvados e ressarcimentos não estimados. Esse ativo estimado é calculado através de técnicas estatísticas e atuariais, com base no desenvolvimento histórico de liquidação de sinistros.

3.7 ATIVO DE DIREITO DE USO

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa dos passivos de arrendamento, descontado a valor presente. Também são adicionados (quando existir) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos.

3.8 CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO

As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos. Os custos administrativos diretamente relacionados à obtenção de novos contratos de seguros, tais como custo com aceitação de riscos e emissão de apólice, também são diferidos com o mesmo critério.

3.9 IMOBILIZADO

Compreendem imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos utilizados na condução dos negócios da Companhia. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 16.

3.10 INTANGÍVEL

Os gastos com aquisição e implantação de *"softwares"* e sistemas são reconhecidos como ativo quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de *"softwares"* são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 16.

3.11 CONTRATOS DE SEGUROS - CLASSIFICAÇÃO

A Companhia emite diversos tipos de contratos de seguros gerais que transferem riscos significativos de seguros, financeiros ou ambos. Entende-se como risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial. Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro.

Os contratos de assistência a segurados como serviços a automóveis e residências e assistência 24 horas, entre outros, também são avaliados para fins de classificação de contratos e são classificados como contratos de seguro quando há transferência significativa de risco de seguro entre as contrapartes no contrato.

3.12 PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS

3.12.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS ORIGINADOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Utiliza-se as diretrizes do CPC 11 - Contratos de seguro para avaliação dos contratos de seguro e aplica-se as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: Teste de Adequação de Passivos (TAP); avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação dos contratos; entre outras políticas aplicáveis.

Não é aplicado os princípios de *"shadow accounting"* (contabilidade reflexa), já que a Companhia não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizadas de títulos classificados como disponíveis para a venda.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais - NTAs e estão descritos resumidamente a seguir:

(a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada *"pro rata"* dia para os seguros de danos e seguros de pessoas, com base nos prêmios emitidos, tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.

continua

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164-0001/60
Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guaianases, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-0001 - São Paulo - SP

Porto

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada para os seguros de danos e seguros de pessoas e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.
(c) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) - administrativa e judicial - é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e líquida de cosseguro. Essa provisão é ajustada pela Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não Suficientemente Avisados (IBNeR), com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos processos de análise até sua liquidação. A IBNeR é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como triângulos de *"run-off"*, com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas.
(d) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Companhia até data-base de apuração e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais como pela aplicação de triângulos de *"run-off"*, com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas.
(e) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída com o objetivo de garantir a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas com sinistros. A provisão deve abranger as despesas alocáveis e não alocáveis, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios.
As provisões técnicas são segregadas entre circulante e não circulante no balanço patrimonial conforme seus perfis de liquidações, baseados nos fluxos atuariais.

3.12.2 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)

A Companhia elabora o Teste de Adequação de Passivos em cada data de balanço, para todos os contratos de seguro vigentes, de acordo com os critérios do CPC 11 e da SUSEP. São estimados os valores esperados dos fluxos de caixa futuros relacionados ao cumprimento desses contratos, os quais são comparados com valor contábil de todos os passivos relacionados, deduzidos dos custos de aquisição diferidos.
O teste considera a projeção de sinistralidade (sinistros ocorridos e a ocorrer), despesas incrementais e de liquidação, resseguro, bem como receitas de salvados e ressarcimentos, e prêmios de risco decorrido, quando aplicáveis. Os fluxos são apurados através de premissas realistas, baseadas na experiência da Seguradora, que buscam refletir a melhor estimativa das obrigações futuras geradas pelos contratos vigentes.
Os contratos de seguro são agrupados de acordo com suas características de risco e similaridades.
Para os passivos judiciais, quando aplicáveis, são estimados índices de atualização monetária até a liquidação esperada das obrigações. Para os contratos de seguros vigentes, não são aplicáveis obrigações adicionais referentes à taxa de juros dos ativos. As estimativas não consideram premissas adicionais de tábuas biométricas.
Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente através da estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), elaborada pela SUSEP, de acordo com a sua metodologia vigente.
Na presente data-base, a estimativa de sinistralidade (bruta) média apurada no TAP foi de 62,4%, e o percentual de resseguro foi de 1,1%.
O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foi comparado à soma das provisões técnicas de sinistros ocorridos. Já para o valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer referentes a apólices vigentes, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foram comparados à soma das provisões técnicas de prêmios.
O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer referentes a apólices vigentes, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foram comparados à soma das provisões técnicas de prêmios.
O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos riscos decorridos, que consideram os prêmios ganhos e os sinistros a ocorrer referentes às obrigações não registradas dos contratos de seguro vigentes, incluindo despesas relacionadas, são avaliados através da comparação dos valores estimados de receitas e despesas para os produtos aplicáveis.
Eventuais insuficiências apuradas no TAP são registradas imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo a Provisão Complementar de Cobertura (PCC).
O resultado do TAP não apresentou insuficiência para grupos analisados e, portanto, não foram reconhecidas despesas ou provisões adicionais nesta data-base.

3.13 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo: são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado. Os benefícios de curto prazo, tais como planos de saúde, planos de saúde odontológicos, cartão farmácia, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação, auxílio-creche e/ou babá, bolsa de estudos, seguro de vida e estacionamento na matriz, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida em que são incorridos.
Obrigações com aposentadorias: a Companhia patrocina os planos administrados pela entidade PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, sendo o Plano PORTOPREV da modalidade CV (Contribuição Variável) fechado para novas adesões, e o Plano PORTOPREV II na modalidade CD (Contribuição Definida), aberto para novas adesões.
Benefícios pós-emprego: também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários, conforme o período de prestação de serviços.
O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós-emprego são calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

3.14 PROVISÕES JUDICIAIS, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Companhia e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.
Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.
Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.15 PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

3.16 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

3.16.1 PRÊMIO DE SEGURO E RESSEGURO

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 3.12.1(a)).
As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional).

3.16.2 RECEITA DE JUROS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do recebimento.

3.17 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.
O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do exercício. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

3.18 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do período, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.
Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais.
Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

3.19 PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS

A Companhia possui programa próprio para o cálculo da participação nos lucros. Os valores são reconhecidos no resultado com base nos critérios estabelecidos na política interna e são revisitados anualmente.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros, (ii) das provisões técnicas, (iii) da provisão para risco de créditos *("impairment")*, (iv) da realização dos impostos diferidos e (v) das provisões para processos judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.
As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

4.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGUROS

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.
Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porém estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia.

4.2 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E *"IMPAIRMENT"* DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.
Aplicam-se regras de análise de *"impairment"* para os recebíveis, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para *"impairment"*, conforme descrito na nota explicativa nº 3.3.

4.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia dispõe de um considerável número de processos judiciais em aberto na data das demonstrações financeiras. O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.4 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, a necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, é altamente estratégica para a Porto Seguro.
Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Porto Seguro adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.
A abordagem da Porto Seguro para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três níveis de defesa;
• Unidades operacionais;
• Funções de controle; e
• Auditoria interna.
Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo possui o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo aprovar e monitorar o Apetite ao Risco do Grupo, propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de risco.
Destaca-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve mudanças relevantes nos riscos: (i) de liquidez, uma vez que as durações médias dos principais ativos e passivos da Companhia não sofreram alterações relevantes e; (ii) de seguros, pois as variações observadas decorrem do crescimento normal das operações da Porto Seguro.
A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros.
Para o gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos.
(a) Portfólio de Investimentos: para o gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco *("rating")* "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito da Porto Asset. Management.
Em 31 de dezembro de 2022, 88,6% (83,4% em 31 de dezembro de 2021) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AA".
Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada *("impared")*.
(b) Inadimplência nos prêmios a receber: é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto à Companhia, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os prêmios a receber de segurado da Companhia, em geral, não possuem concentração de riscos (por setor econômico, por exemplo), uma vez que são recebíveis, principalmente, de pessoas físicas e varejo. Os vencimentos dos prêmios a receber estão apresentados na nota explicativa nº 9.1.1.
(c) Cessão de resseguro: para o gerenciamento do risco de crédito da cessão de risco de resseguro, há política específica que conta com limites de contraparte fundamentados em "ratings" de agências externas, considerando "A" como mínimo para cessão do risco, de forma a minimizar o potencial de perdas decorrentes da inadimplência dos contratos de cessão de risco.
Destaca-se que a contratação de resseguro leva em consideração as necessidades dos produtos quanto a cessão de risco, estratégia corporativa de negócios e retenção de riscos do grupo Porto estando sempre em conformidade com as regras estabelecidas pelas autoridades reguladoras/fiscalizadoras do Brasil.
A tabela a seguir demonstra os prêmios cedidos pela Companhia, segregados pela categoria de risco e classe das resseguradoras contrapartes. O "rating" foi atribuído pela agência de classificação de risco "Standard & Poor's":

Classe	Categoria de risco	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
	A-	3.084	28.161
	AA-	23.836	14.258
Local	BB-	5.725	10.719
	A+	1.191	1.024
	A	–	735
	BBB+	2.710	–
	A+	639	7.009
Admitida	AA-	9.219	4.842
	A	–	633
Total de recebíveis de resseguro		**46.404**	**67.381**

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção seus níveis de liquidez em patamares adequados.
Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base às projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/empresa. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de *"stress"*), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez.
Além do monitoramento diário do caixa de cada empresa, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.
A tabela a seguir apresenta o fluxo de ativos e passivos da Companhia (i) :

	Dezembro de 2022		Dezembro de 2021	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista/sem vencimento	912.867	40.322	604.268	25.532
Fluxo de 1 a 30 dias	1.978.646	848.990	931.883	754.843
Fluxo de 2 a 6 meses	2.959.388	3.620.837	2.151.743	2.401.853
Fluxo de 7 a 12 meses	926.539	1.912.556	624.728	1.207.151
Fluxo acima de 1 ano	3.828.323	1.131.219	3.503.480	797.882
	10.605.763	**7.553.924**	**7.816.102**	**5.187.261**

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.
(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, aplicações, prêmios a receber e operações com resseguradoras.
(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e os débitos de operações com seguros e resseguros.

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Inflação (IPCA/IGPM)	57,0%	71,6%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	17,7%	12,4%
Prefixados	20,5%	6,8%
Ações	1,7%	4,3%
Outros	3,1%	4,9%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de *"stress"* da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.
Adicionalmente ao teste de *"stress"*, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e ferramentas de "tracking error" e "Benchmark-VaR", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.
Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2022:

Fator de Risco	Cenário (i)	Impacto (ii)
	+ 50 b.p.	(335.092)
	+ 25 b.p.	(183.851)
Índices de preços	+ 10 b.p.	(78.140)
	- 10 b.p.	335.092
	- 25 b.p.	183.851
	- 50 b.p.	78.140
	+ 50 b.p.	(62.162)
	+ 25 b.p.	(31.837)
Juros pré-fixados	+ 10 b.p.	(12.924)
	- 10 b.p.	62.162
	- 25 b.p.	31.837
	- 50 b.p.	12.924
	+ 50 b.p.	(5.131)
	+ 25 b.p.	(4.276)
Juros pós-fixados	+ 10 b.p.	(3.421)
	- 10 b.p.	5.131
	- 25 b.p.	4.276
	- 50 b.p.	3.421
	± 34%	82.037
Ações	± 17%	41.019
	± 9%	20.509

(i) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário possível de "stress" para cada fator de risco, disponibilizado pela B3.
(ii) Bruto de efeitos tributários.
Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia já com o uso dos instrumentos derivatidos utilizados como "hedge" das operações.

continua

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164-0001/60
Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guaianases, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-0001 - São Paulo - SP

Porto

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.4 RISCO DE SEGURO/SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento.

A Companhia emite seguros de automóveis, danos, riscos financeiros e vida. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes categorias de risco:

(a) Risco de prêmio: gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, sendo as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens para os produtos.

(b) Risco de provisão: gerado partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº 3.12.2).

(c) Risco de retenção: gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.

(d) Risco de práticas de sinistros: gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

Cada área de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atuarial para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem:

- Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.
- Utilização como indexador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados.
- Taxa de juros esperada para os ativos, equivalente à taxa SELIC/CDI, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no exercício vigente.
- Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Alta Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.

As exposições a concentrações de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos no âmbito do negócio por região e por segmento baseado no prêmio emitido bruto e líquido de resseguro:

(*) Bruto de Resseguro

Região	Automóvel	%	Residencial	%	Vida	%	Riscos Financeiros	%	Demais	%	Total (Dezembro de 2022)	%
Centro Oeste	620.765	6,55%	83.948	5,19%	42.222	5,41%	21.793	2,74%	41.384	4,51%	810.112	5,96%
Nordeste	710.560	7,49%	87.991	5,44%	48.730	6,24%	11.292	1,42%	32.965	3,59%	891.538	6,56%
Norte	153.960	1,62%	26.182	1,62%	16.976	2,17%	1.485	0,19%	12.702	1,38%	211.305	1,55%
Sudeste	6.807.870	71,78%	1.165.170	72,05%	556.153	71,22%	640.408	80,48%	721.840	78,62%	9.891.441	72,75%
Sul	1.191.026	12,56%	253.983	15,70%	116.782	14,96%	120.755	15,18%	109.227	11,90%	1.791.773	13,18%
Total Geral	**9.484.181**	**100,00%**	**1.617.274**	**100,00%**	**780.863**	**100,00%**	**795.733**	**100,00%**	**918.118**	**100,00%**	**13.596.169**	**100,00%**

(*) Líquido de Resseguro

Região	Automóvel	%	Residencial	%	Vida	%	Riscos Financeiros	%	Demais	%	Total (Dezembro de 2022)	%
Centro Oeste	620.765	6,54%	82.644	5,19%	40.997	5,39%	21.686	2,74%	38.495	4,50%	804.587	5,97%
Nordeste	710.560	7,49%	86.310	5,42%	47.338	6,22%	11.005	1,39%	31.061	3,63%	886.274	6,57%
Norte	153.960	1,62%	25.612	1,61%	16.532	2,17%	1.414	0,18%	12.249	1,43%	209.767	1,56%
Sudeste	6.808.473	71,78%	1.147.554	72,09%	541.645	71,16%	637.453	80,50%	672.780	78,61%	9.807.905	72,73%
Sul	1.191.026	12,56%	249.797	15,69%	114.600	15,06%	120.289	15,19%	101.260	11,83%	1.776.972	13,18%
Total Geral	**9.484.784**	**100,00%**	**1.591.917**	**100,00%**	**761.112**	**100,00%**	**791.847**	**100,00%**	**855.845**	**100,00%**	**13.485.505**	**100,00%**

(*) Não incluem os valores de RVNE e cosseguros aceitos nos montantes de R$ 81.397 e (R$ 106.360), respectivamente, (bruto de resseguro) e R$ 440 de RVNE (líquido de resseguro).

(*) Bruto de Resseguro

Região	Automóvel	%	Residencial	%	Vida	%	Riscos Financeiros	%	Demais	%	Total (Dezembro de 2021)	%
Centro Oeste	408.133	3,86%	69.628	0,66%	34.784	0,33%	21.080	0,20%	31.750	0,30%	565.375	5,34%
Nordeste	567.181	5,36%	75.471	0,71%	41.955	0,40%	13.837	0,13%	27.241	0,26%	725.685	6,85%
Norte	107.841	1,02%	22.008	0,21%	13.955	0,13%	1.937	0,02%	12.431	0,12%	158.172	1,49%
Sudeste	5.202.266	49,14%	971.576	9,18%	449.476	4,25%	601.578	5,68%	586.458	5,54%	7.811.354	73,79%
Sul	838.327	7,92%	188.424	1,78%	89.951	0,85%	123.709	1,17%	85.440	0,81%	1.325.851	12,52%
Total Geral	**7.123.748**	**67,29%**	**1.327.107**	**12,54%**	**630.121**	**5,95%**	**762.141**	**7,20%**	**743.320**	**7,02%**	**10.586.437**	**100,00%**

(*) Líquido de Resseguro

Região	Automóvel	%	Residencial	%	Vida	%	Riscos Financeiros	%	Demais	%	Total (Dezembro de 2021)	%
Centro Oeste	408.133	3,90%	67.719	0,65%	33.897	0,32%	20.860	0,20%	28.982	0,28%	559.591	5,34%
Nordeste	567.180	5,41%	71.967	0,69%	40.817	0,39%	13.134	0,13%	25.888	0,25%	718.986	6,86%
Norte	107.841	1,03%	20.570	0,20%	13.645	0,13%	1.807	0,02%	12.088	0,12%	155.951	1,49%
Sudeste	5.202.249	49,65%	940.329	8,97%	437.620	4,18%	598.985	5,72%	553.010	5,28%	7.732.193	73,80%
Sul	838.326	8,00%	181.240	1,73%	88.309	0,84%	123.371	1,18%	79.445	0,76%	1.310.691	12,51%
Total Geral	**7.123.729**	**67,99%**	**1.281.825**	**12,23%**	**614.288**	**5,86%**	**758.157**	**7,24%**	**699.413**	**6,68%**	**10.477.412**	**100,00%**

(*) Não incluem os valores de RVNE e cosseguros aceitos nos montantes de R$ (18.747) e R$ 2.876, respectivamente, (bruto de resseguro) e R$ 899 de RVNE (líquido de resseguro).

5.4.1 AUTOMÓVEIS

A Companhia opera em todo o território nacional, comercializando apólices de seguro de automóvel das marcas "Porto Seguro" e "Itaú Auto" para pessoas físicas e jurídicas, através de contratação individual ou de frotas. Como medida de mitigação de risco, são utilizados dispositivos rastreadores e localizadores em determinados tipos de veículos.

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(478.849)	60.038
Sinistros - aumento de 50,0%	(324.712)	474.314

5.4.2 DANOS (EXCETO AUTOMÓVEL) E RISCOS FINANCEIROS

Neste segmento são comercializados seguros para residências, empresas, condomínios, obras de engenharia, rurais, responsabilidades, equipamentos, transportes, seguros de garantia de obrigações contratuais e seguro fiança locatícia. As principais medidas de mitigação de riscos incluem além da contratação de resseguro, a inspeção prévia dos locais segurados.

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades das carteiras às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(56.117)	(46.239)
Sinistros - aumento de 50,0%	123.790	110.048

5.4.3 VIDA

Compreendem seguros de vida tradicional com contratação individual e coletiva, produtos com cobertura por morte, invalidez ou renda devido à incapacidade temporária. O risco mais relevante para este produto é o biométrico, no qual pode ocorrer aumento nas indenizações causado pela ocorrência de eventos extraordinários, tais como pandemias ou aumento constante da ocorrência de invalidez. Adicionalmente, para a contratação coletiva existe o risco de anti-seleção, em que o grupo segurado é diferente do grupo da cotação, e de catástrofes, atingindo várias vidas seguradas no mesmo evento.

Para os seguros de vida com contratação individual, são estabelecidos limites de contratação e de idade a partir dos quais é necessária apresentação de documentações específicas para análise do risco individual. Para os seguros coletivos, destaca-se a subscrição centralizada com análise prévia dos grupos seguráveis para determinação dos prêmios.

A tabela a seguir apresenta a sensibilidade das carteiras às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	4.057	20.337
Sinistros - aumento de 50,0%	68.473	84.095

5.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos, reduzir as ameaças até um nível aceitável.

Isto inclui esforços para a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

5.6 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos correspondem à possibilidade de ocorrência de perdas para a Porto devido à fatores de origem social, ambiental ou climática relacionados aos negócios da Porto e suas controladas. Adicionalmente, consideram-se também as perdas que a Porto Seguro pode ocasionar junto à terceiros também devido aos fatores acima mencionados.

Em linha com os requerimentos regulatórios implementados pelo Banco Central do Brasil e SUSEP, o Grupo Porto desenvolveu em 2022 a política e a metodologia corporativa de Risco Socioambiental e Climático, a qual estabelece os princípios, diretrizes, responsabilidades, bem como mecanismos de avaliação e controle no que se refere à Gestão dos Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos - GRSAC.

Neste sentido, estabeleceu-se de forma corporativa a identificação, a avaliação, o tratamento, a mitigação e o monitoramento dos riscos sociais resultantes de impactos no bem-estar das pessoas, os riscos ambientais relativos à possibilidade de efeitos nocivos causados pela companhia e os riscos climáticos que devido a eventos e mudanças climáticas podem gerar um impacto no ecossistema e na sociedade. Para o gerenciamento desses riscos, é avaliado a exposição de cada produto ou negócio, além, da construção de indicadores para monitoramento contínuo.

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do grupo, por meio de aplicação de testes de *"stress"* e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas abaixo:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Patrimônio líquido	**5.588.607**	**4.784.062**
(+/–) Ajustes contábeis	**(4.206.910)**	**(3.853.858)**
Participações societárias	(2.031.552)	(1.519.376)
Despesas antecipadas	(67.165)	(90.077)
Créditos tributários que excederem 15% do CMR	(232.665)	(233.193)
Ativos intangíveis	(1.435.618)	(1.255.365)
DAC não diretamente relacionados à PPNG	(43.304)	(18.556)
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (-)	(353.022)	(269.331)
Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado (–)	(43.584)	(467.960)
(+/–) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	**(17.640)**	**(17.613)**
Valor de mercado - ativos mantidos até o vencimento	(17.640)	(17.613)
PLA de nível 1	**1.364.056**	**912.591**
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	1.005.743	932.127
PLA de nível 2	**1.005.743**	**932.127**
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (+)	353.022	269.331
Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado (+)	43.584	467.960
PLA de nível 3	**396.606**	**737.291**
Excesso de Nível 2 (-)	(182.022)	(303.688)
Excesso de Nível 3 (-)	(43.584)	(467.960)
Excesso de níveis 2 e 3	**(225.606)**	**(771.648)**
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	**2.540.799**	**1.810.361**
Capital base (I)	**15.000**	**15.000**
Capital de risco (II)	**2.353.487**	**1.795.540**
Capital de risco de subscrição	2.128.206	1.583.975
Capital de risco de mercado	223.789	249.084
Capital de risco de crédito	145.422	130.198
Capital de risco operacional	80.959	61.271
Benefício da correlação entre riscos	(224.889)	(228.988)
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	**2.353.487**	**1.795.540**
Suficiência de capital	**187.312**	**14.821**

A Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021, determinou a demonstração do PLA segregado em 3 (três) níveis de qualidade, respeitados os limites regulatórios para utilização de cada nível na cobertura do CMR.

7. EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Equivalentes de caixa (*)	616.062	110.105
	616.062	**110.105**

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) e Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

8. APLICAÇÕES

8.1 ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO (*)

	Dezembro de 2022			Dezembro de 2021		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos abertos						
Cotas de fundos de investimentos	1.248	–	1.248	1.112	–	1.112
Outras	1.871	–	1.871	1.662	–	1.662
	3.119	**–**	**3.119**	**2.774**	**–**	**2.774**
Fundos exclusivos						
LFTs	749.899	–	749.899	378.269	–	378.269
Cotas de fundos	171.009	–	171.009	192.184	–	192.184
Ações de companhias abertas	76.565	–	76.565	156.033	–	156.033
Letras Financeiras - privadas	–	84.304	84.304	–	79.744	79.744
Outros	–	80.985	80.985	–	115.132	115.132
	997.473	**165.289**	**1.162.762**	**726.486**	**194.876**	**921.362**
Total	**1.000.592**	**165.289**	**1.165.881**	**729.260**	**194.876**	**924.136**
Circulante			1.164.010			922.474
Não circulante			1.871			1.662
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:			**32%**			**28%**

(*) Os títulos para negociação são compostos, substancialmente, por cotas de fundos de investimentos abertos ou exclusivos e letras financeiras de instituições privadas, cujo valor de custo atualizado desses títulos razoavelmente se aproxima de seu valor justo.

8.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Carteira própria	**Nível 1**	**Nível 1**
NTNs - B	1.582.127	1.852.740
LTNs	65.679	–
Total	**1.647.806**	**1.852.740**
Circulante	65.679	–
Não Circulante	1.582.127	1.852.740
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:	**45%**	**56%**

(*) O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em 31 de dezembro de 2022 era de R$ 1.936.313 (R$ 2.078.321 em dezembro de 2021).

8.3 MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO (*)

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Fundos exclusivos		
NTNs - B	728.399	511.803
LTNs	119.338	–
Não circulante	**847.737**	**511.803**
Circulante	119.338	–
Não Circulante	728.399	511.803
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:	**23%**	**16%**

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2022 era de R$ 818.336 (R$ 479.779 em 31 de dezembro de 2021).

8.4 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS (*)

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	**3.398.784**	**3.384.078**
Aplicações	3.807.887	4.091.756
Resgates	(3.154.579)	(4.146.423)
Rendimentos	288.316	360.455
Ajuste a valor de mercado	(62.922)	(291.082)
Saldo final	**4.277.486**	**3.398.784**

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, títulos disponíveis para venda, títulos mantidos até o vencimento e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

8.5 ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

Apesar da companhia possuir saldo de aplicações financeiras classificado no longo prazo, de acordo com o vencimento final dos títulos, o Índice de Liquidez Corrente da Companhia leva em consideração esses títulos devidos sua liquidez imediata, conforme características do fundo, sendo exclusivo para cobertura de reserva técnica, composto em sua totalidade, por títulos públicos nacionais, sem carência ou qualquer outro tipo de penalidade em resgate/liquidação antecipada. A tabela a seguir apresenta o índice de liquidez corrente da Companhia:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Ativo circulante (*)	11.032.386	8.718.192
Passivo circulante	10.164.824	8.060.215
Índice de liquidez corrente	**1,09**	**1,08**

(*) Total de ativo circulante, somado a aplicações financeiras (fundo exclusivo) para cobertura de reserva técnica alocados em longo prazo que a Companhia entende haver liquidez imediata.

8.6 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras, apresentadas a seguir:

	Taxas de juros % (a.a.)	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Equivalentes de caixa (*)	13,63	9,13
Fundos exclusivos		
NTNs B - IPCA	4,60	1,71
LFTs (SELIC + Ágio/Deságio)	0,09	0,18
Carteira própria		
NTNs B - IPCA+	3,78	3,19

(*) Vide nota explicativa nº 7.

continua

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164-0001/60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guaianases, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-0001 - São Paulo - SP

Porto

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS

9.1 PRÊMIOS A RECEBER

	Dezembro de 2022			Dezembro de 2021		
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido
Automóvel	3.348.902	(2.042)	3.346.860	2.411.495	(1.761)	2.409.734
Pessoas	563.842	(2.308)	561.534	434.672	(6.721)	427.951
Patrimonial	544.689	(5.638)	539.051	427.474	(4.260)	423.214
Riscos financeiros	906.810	(1.856)	904.954	712.235	(1.857)	710.378
Transportes	54.514	(1.428)	53.086	32.052	(1.754)	30.298
Animal/Rural	7.363	(68)	7.295	9.949	(37)	9.912
Responsabilidade	32.703	(103)	32.600	23.220	(93)	23.127
	5.458.823	**(13.443)**	**5.445.380**	**4.051.097**	**(16.483)**	**4.034.614**
Circulante			5.039.456			3.732.906
Não circulante			405.924			301.708

9.1.1 COMPOSIÇÃO QUANTO AOS VENCIMENTOS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
A vencer	5.268.601	3.873.516
Vencidos de 1 a 30 dias	130.290	121.939
Vencidos 31 a 60 dias	19.638	19.608
Vencidos 61 a 120 dias	15.820	16.052
Acima de 120 dias	24.474	19.982
	5.458.823	**4.051.097**
Redução ao valor recuperável	(13.443)	(16.483)
	5.445.380	**4.034.614**

9.1.2 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	**4.034.614**	**3.171.123**
Prêmios emitidos	15.036.022	11.529.516
IOF	824.838	642.777
Adicional de fracionamento	64.384	58.688
Prêmios cancelados	(1.244.128)	(827.159)
Recebimentos	(13.273.390)	(10.544.127)
Redução ao valor recuperável	3.040	3.796
Saldo final	**5.445.380**	**4.034.614**

9.1.3 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL (*)

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	**16.483**	**20.279**
Provisões constituídas	13.930	9.379
Reversões e baixas	(15.543)	(12.272)
Baixas para prejuízo (incobráveis)	(1.427)	(903)
Saldo final	**13.443**	**16.483**

(*) As despesas/reversões de provisões para riscos de créditos foram registradas na conta "Outras despesas operacionais" (vide nota explicativa nº 29).

9.1.4 PRAZO MÉDIO DE PARCELAMENTO (*)

Produto	Quantidade de parcelas	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
	1 a 5	50,1%	52,9%
Automóvel	6 a 11	42,8%	41,6%
	12	7,2%	5,5%
	1 a 5	57,0%	59,2%
Ramos elementares	6 a 11	37,2%	35,6%
	12	5,8%	5,2%
	1 a 5	28,3%	27,6%
Vida	6 a 11	5,8%	5,0%
	12	65,9%	67,4%

(*) Uma das ações da Companhia durante a pandemia foi disponibilizar a possibilidade de contratação em 10 vezes sem juros, resultando em um crescimento nas faixas entre 6 a 11 parcelas.

10. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Direito a ressarcimentos (i)	35.848	32.549
Dividendos e JCP	1.757	20.558
Outros	29.788	12.534
	67.393	**65.641**
Circulante	60.971	60.018
Não circulante	6.422	5.623

(i) Vide nota explicativa nº 10.1.

10.1 DIREITO A RESSARCIMENTO

A tabela a seguir apresenta a estimativa de realização dos ativos de direito a ressarcimentos originados dos ramos de seguro fiança:

	Dezembro de 2022		Dezembro de 2021	
	Expectativa de realização	Efetivas realizações	Expectativa de realização	Efetivas realizações
1º mês	5.144	61,4%	4.261	57,7%
2º mês	3.513	13,5%	3.222	14,4%
3º mês	2.797	5,1%	2.376	5,7%
4º mês	2.297	3,3%	2.102	2,7%
5º mês	2.007	1,8%	1.868	1,9%
6º mês	1.723	1,1%	1.734	1,2%
7º mês	1.571	0,7%	1.578	1,0%
8º mês	1.408	0,7%	1.466	0,8%
9º mês	1.287	0,4%	1.368	0,7%
10º mês	1.223	0,3%	1.290	0,6%
11º mês	1.135	0,3%	1.193	0,8%
12º mês	1.055	0,3%	1.111	0,5%
13º ao 18º mês	4.866	0,2%	5.143	2,8%
19º ao 24º mês	3.216	2,0%	2.515	1,6%
25º ao 30º mês	2.110	2,2%	999	1,4%
Após o 30º mês	496	6,8%	323	6,2%
	35.848	**100%**	**32.549**	**100%**
Circulante	29.426		26.974	
Não circulante	6.422		5.575	

Foi segregada em outubro de 2021 para efeito de contabilização das provisões técnicas da carteira Fiança, a parcela de ressarcimentos entre estimados e ativados, respaldada pelo valor de recuperações correspondentes aos sinistros avisados e ainda não pagos (estimada) e a outra parcela correspondente às recuperações de conhecimento da Companhia por sinistros pagos (ativada), ambas previstas como expectativa de recebimento do segurado, em caso de sinistro.

10.1.1 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	**32.548**	**26.028**
Constituições	3.535	71.548
Reversão	(235)	(4.262)
Saldo final	**35.848**	**93.314**

11. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Imposto de renda e contribuição social diferidos - diferenças temporárias (ii)	666.975	566.582
Contribuição social (i)	19.992	30.535
Imposto de renda (i)	43.946	28.422
PIS e COFINS	706	361
Outros	19.289	6.573
	750.908	**632.473**
Circulante	83.268	65.226
Não circulante	667.640	567.247

(i) O aumento deve-se, principalmente, aos créditos tributários da Lei do Bem.
(ii) Vide nota explicativa nº 11.1.1.

11.1 TRIBUTOS DIFERIDOS

11.1.1 ATIVO

	Dezembro de 2021	Constituição de ativos e reversão de passivos	Constituição de passivos e reversão de ativos	Dezembro de 2022
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão para obrigações legais (i)	313.913	37.277	(19.302)	331.888
IR e CS sobre ajustes de instrumentos financeiros	90.234	61.320	(36.151)	115.403
PIS e COFINS sobre PSL e IBNR	64.058	26.394	(9.165)	81.287
Benefício a empregados	31.652	6.001	(4.435)	33.218
Provisões para processos judiciais - cíveis e trabalhistas	20.653	16.265	(19.163)	17.755
Provisão de participação nos lucros	13.518	95.697	(62.289)	46.926
Provisão para riscos sobre créditos	4.317	4.299	(1.878)	6.738
Outras provisões	28.237	9.498	(3.975)	33.760
	566.582	**256.751**	**(156.358)**	**666.975**

11.1.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	Valor
2023	414.619
2024	125.508
2025	70.222
2026	3.448
2027	2.589
2028 a 2030	47.662
Após 2030	2.927
Total - Ativo	**666.975**

Neste estudo é considerado a alíquota de imposto que vigerá em cada exercício futuro para analisar-se a realização do ativo de imposto diferido.

11.1.3 PASSIVO

Natureza	Dezembro de 2021	Constituição	Reversão	Dezembro de 2022
IR e CS sobre reavaliação de imóveis	39.744	3.670	(31.671)	11.743
IR e CS diferidos sobre PIS e COFINS	25.623	10.298	(3.407)	32.514
IR e CS outros (ii)	24.768	5.710	–	30.478
	90.135	**19.678**	**(35.078)**	**74.735**

11.2 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Lucro antes do IRPJ e da CSLL e após participações nos resultados (A)	**624.147**	**767.531**
Alíquota vigente (i)	40%	40%
Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (B)	**(249.659)**	**(307.012)**
Juros sobre o capital próprio	136.867	69.285
Inovação tecnológica (ii)	118.589	144.549
Equivalência patrimonial	37.244	54.063
Incentivos fiscais	4.112	7.383
Indébitos tributários (iii)	–	222.318
Outros	3.500	(35.871)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	**300.312**	**461.727**
Total de imposto de renda e contribuição social (D = A + B + C)	**50.653**	**154.715**
Taxa efetiva (D/A)	**-8,1%**	**-20,2%**

(i) Em 28 de abril de 2022 foi aprovada a Medida Provisória nº 1.115, que entrou em vigor em 1º de agosto de 2022 com aplicação até 31 de dezembro de 2022, a alteração da alíquota de CSLL de 15% para 16% sobre o lucro das empresas de seguros, previdência complementar, capitalização, instituições financeiras, entre outras.

(ii) Refere-se principalmente aos benefícios relacionados aos projetos vinculados à lei de incentivo à pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica (Lei do Bem).

(iii) Em 2021 houve a reversão do passivo diferido de IR e CS, sobre atualização monetária de depósitos judiciais federais, conforme decisão do STF em sede de repercussão geral publicada em 16 de dezembro de 2021 sobre a não incidência de IRPJ e CSLL sobre juros SELIC decorrentes de recuperação de tributos pagos indevidamente (indébitos tributários) e em virtude da Circular nº 09/2021 emitida pelo IBRACON.

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
PIS (*)	553.497	524.447
Processos judiciais com adesão ao REFIS (*)	387.290	451.292
Sinistros	19.728	19.719
INSS	2.043	1.880
Outros	52.315	47.884
	1.014.873	**1.045.222**

(*) Vide nota explicativa nº 23.1.1 (a).

13. OUTROS VALORES E BENS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Bens à venda - salvados (i)	111.428	118.822
Direito a salvados - estimado (ii)	98.154	93.314
Ativo de direito de uso (iii)	101.408	91.439
Cheques e ordens a receber	1.888	1.606
Almoxarifado	2.106	1.890
	314.984	**307.071**
Circulante	127.572	198.202
Não circulante	187.412	108.869

(i) Vide nota explicativa nº 13.1.
(ii) Vide nota explicativa nº 13.3.
(iii) Vide nota explicativa nº 13.2.

13.1 BENS À VENDA - SALVADOS (*)

Os salvados da Companhia são originados dos ramos de automóveis e possuem os seguintes prazos de permanência em estoque:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Permanência até 30 dias	50.978	79.839
Permanência de 31 a 60 dias	23.662	24.286
Permanência de 61 a 120 dias	19.191	10.392
Permanência de 121 a 365 dias	23.474	9.774
Permanência acima de 365 dias	14.535	9.269
	131.840	**133.560**
Redução ao valor recuperável (*)	(20.412)	(14.738)
	111.428	**118.822**

(*) Decorrentes, principalmente, de indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação.

13.2 DIREITO A SALVADOS - ESTIMADOS

A tabela a seguir apresenta a estimativa de realização dos ativos de direito a salvados originados dos ramos de automóveis:

	Dezembro de 2022		Dezembro de 2021	
	Expectativa de realização	Efetivas realizações	Expectativa de realização	Efetivas realizações
1º mês	29.802	15,6%	30.866	14,8%
2º mês	16.074	38,1%	13.801	41,9%
3º mês	8.470	21,1%	7.429	19,5%
4º mês	6.109	6,3%	5.353	7,2%
5º mês	4.862	3,4%	4.323	4,0%
6º mês	4.002	2,3%	3.587	2,3%
7º mês	3.274	1,9%	3.065	1,5%
8º mês	2.896	1,1%	2.765	0,9%
9º mês	2.517	0,9%	2.502	0,8%
10º mês	2.207	0,8%	2.252	0,6%
11º mês	1.929	0,7%	2.012	0,5%
12º mês	1.707	0,6%	1.858	0,4%
13º ao 18º mês	7.322	0,6%	7.623	1,8%
19º ao 24º mês	4.458	1,7%	3.610	1,2%
25º ao 30º mês	2.065	1,0%	1.675	0,7%
Após o 30º mês	461	3,7%	593	1,9%
	98.155	**100%**	**93.314**	**100%**
Circulante	92.407		88.130	
Não circulante	5.748		5.184	

13.2.1 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	**93.314**	**26.028**
Constituições	6.005	71.548
Reversões	(1.164)	(4.262)
Saldo final	**98.155**	**93.314**

13.3 ATIVO DE DIREITO DE USO

	Taxas anuais de depreciação (%)	Dezembro de 2022			Dezembro de 2021		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Direito de uso	5,0 a 33,0	148.289	(46.881)	**101.408**	123.460	(32.021)	**91.439**

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país.

13.3.1 ATIVO DE DIREITO DE USO - MOVIMENTAÇÃO

	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Movimentações		Saldo em 31 de dezembro de 2022
		Constituição de novos contratos, baixas e cancelamentos	Despesas de depreciação	
Direito de uso	**91.439**	24.772	(14.803)	**101.408**

14. CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Automóvel	952.331	744.010
Patrimonial	224.673	188.802
Riscos Financeiros	177.582	153.328
Pessoas	135.369	95.955
Outros	27.241	14.759
	1.517.197	**1.196.854**
Circulante	1.437.183	1.139.821
Não circulante	80.014	57.033

O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 12 meses, sendo o mesmo prazo de 31 de dezembro de 2021.

14.1 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	**1.196.854**	**1.043.541**
Constituição	1.193.913	4.383.888
Apropriação para despesa	(873.570)	(4.230.575)
Saldo final	**1.517.197**	**1.196.854**

15. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

	Participação (%)	Saldos em dezembro de 2021	Resultado equivalência patrimonial	Dividendos	Ajuste TVM controladas	Aumento de capital	Ajustes de avaliação patrimonial/ outros	Saldos em dezembro de 2022
Porto Saúde	100,0	606.466	88.216	(159.994)	10.203	450.438	6.383	1.001.712
Porto Vida	100,0	328.906	(54.175)	–	(5.282)	44.000	201	313.650
Azul Seguros (*)	32,2	305.739	4.759	(29.471)	2.482	96.795	(6.924)	373.380
Porto Uruguai	100,0	138.718	18.185	–	–	–	334	157.237
Porto Capitalização	100,0	139.547	36.123	(28.723)	(6.383)	45.000	9	185.573
		1.519.376	**93.108**	**(218.188)**	**1.020**	**636.233**	**3**	**2.031.552**

(*) A Porto Seguro S.A. possui 67,83% de participação nesta sociedade.

16. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação (%)	Dezembro de 2022			Dezembro de 2021		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Edificações (*)	2,4	52.007	(12.897)	39.110	493.959	(93.214)	400.745
Benefícios em imóveis de terceiros	5,0 a 33,3	184.138	(58.310)	125.828	179.233	(51.317)	127.916
Terrenos	–	4.475	–	4.475	67.215	–	67.215
Obras em andamento	–	–	–	–	32.500	–	32.500
		240.620	**(71.207)**	**169.413**	**772.907**	**(144.531)**	**628.376**
Informática	20,0 a 33,3	465.642	(359.189)	106.453	398.006	(327.756)	70.250
Móveis, máquinas e utensílios	10,0 a 50,0	78.942	(78.066)	876	81.953	(76.796)	5.157
Rastreadores	100,0	6.174	(3.358)	2.816	7.516	(5.463)	2.053
Equipamentos	10 a 14,3	32.577	(32.585)	(8)	33.658	(32.603)	1.055
Veículos	20 a 25,0	7.290	(6.984)	306	9.246	(7.167)	2.079
		590.625	**(480.182)**	**110.443**	**530.379**	**(449.785)**	**80.594**
		831.245	**(551.389)**	**279.856**	**1.303.286**	**(594.316)**	**708.970**

(*) Para este item foi utilizada taxa média ponderada.

16.1 MOVIMENTAÇÃO IMOBILIZADO

	Saldo líquido em dezembro de 2021	Movimentações				Saldo líquido em dezembro de 2022
		Aquisições	Baixas	Despesas de depreciação	Outros/ transferência	
Edificações (*)	400.745	–	(46.192)	(8.341)	(307.102)	39.110
Benefícios em imóveis de terceiros	127.916	8.189	(512)	(9.739)	(26)	125.828
Terrenos (*)	67.215	–	(15.905)	–	(46.835)	4.475
Obras em andamento	32.500	–	–	–	(32.500)	–
	628.376	**8.189**	**(62.609)**	**(18.080)**	**(386.463)**	**169.413**
Informática	70.250	84.458	(488)	(47.767)	–	106.453
Móveis, máquinas e utensílios	5.157	148	(196)	(4.259)	26	876
Rastreadores	2.053	5.949	(622)	(4.564)	–	2.816
Equipamentos	1.055	–	(26)	(1.037)	–	(8)
Veículos	2.079	–	(33)	(334)	(1.406)	306
	80.594	**90.555**	**(1.365)**	**(57.961)**	**(1.380)**	**110.443**
Total	**708.970**	98.744	(63.974)	(76.041)	(387.843)	**279.856**

(*) Referem-se aos bens da primeira tranche vendidos ao Fundo, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.2.2.

continua

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164-0001/60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guaianases, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-0001 - São Paulo - SP

Porto

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. INTANGÍVEL

		Dezembro de 2022			Dezembro de 2021		
	Taxas anuais amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
"Software"..	6,67 a 25,0	2.083.293	(662.487)	**1.420.806**	1.803.058	(565.949)	**1.237.109**
Outros intangíveis	20,0	54.755	(39.943)	**14.812**	54.755	(36.499)	**18.256**
		2.138.048	**(702.430)**	**1.435.618**	**1.857.813**	**(602.448)**	**1.255.365**

17.1 MOVIMENTAÇÃO INTANGÍVEL

		Movimentações			
	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2021	Aquisições	Despesas de amortização	Outros/ transferências	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022
"Software"	**1.237.109**	280.250	(96.545)	(8)	**1.420.806**
Outros intangíveis	**18.256**	–	(3.444)	–	**14.812**
	1.255.365	**280.250**	**(99.989)**	**(8)**	**1.435.618**

18. CONTAS A PAGAR

18.1 OBRIGAÇÕES A PAGAR

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Fornecedores	100.488	117.984
Provisão benefícios a empregados	71.177	66.316
Participação nos lucros a pagar	70.687	167.282
Honorários a pagar	1.435	2.596
Dividendos a pagar (i)	–	63.246
Outras	12.062	16.231
	255.849	**433.655**
Circulante	184.671	367.339
Não circulante	71.178	66.316

(i) Vide nota explicativa nº 24 e.

18.2 IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
IOF	299.185	221.677
INSS e FGTS	30.991	26.929
Imposto de renda retido na fonte	22.895	18.173
Outros	7.154	8.076
	360.225	**274.855**

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Refere-se a empréstimos contratados para o financiamento de projetos de infraestrutura tecnológica da Companhia, com vencimentos até maio de 2024, em que são remunerados a taxas indexadas ao CDI. Os instrumentos financeiros utilizados são Cédula de Crédito Bancário (CCB).

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Empréstimos bancários (i)	134.567	111.430
Financiamentos - Informática	26.780	29.498
	161.347	**140.928**
Circulante	119.365	77.800
Não circulante	41.982	63.128

(i) Vide nota explicativa nº 19.1.

19.1 EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Valor Principal	Instituição	Emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
8.135	Bradesco	2019	2022	127,1 CDI	–	8.193
9.000	Bradesco	2020	2021	CDI + 2,01%	–	9.015
82.700	Itaú	2021	2024	2,4% CDI	99.190	86.482
7.537	Bradesco	2021	2024	100% CDI + 2,10%	8.885	7.740
8.109	Itaú	2022	2026	100% CDI + 1,90%	9.210	–
8.135	Bradesco	2022	2026	100% CDI + 2,24%	8.228	–
9.000	Bradesco	2022	2026	100% CDI + 1,24%	9.054	–
				Total	**134.567**	**111.430**

19.2 MOVIMENTAÇÃO

	Empréstimos bancários	Financiamentos - Informática	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**111.430**	**29.498**	**140.928**
Aquisição/constituição	8.107	10.619	18.726
Atualização monetária/juros	15.030	1.743	16.773
Liquidação/reversão	–	(15.080)	(15.080)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**134.567**	**26.780**	**161.347**

20. DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS - CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS

Referem-se substancialmente a comissões a pagar aos corretores por ocasião da cobrança de títulos e as recuperações relativas aos prêmios restituídos.

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Corretores de seguros e resseguros	455.806	363.432
Operações com resseguradoras	72.963	84.997
Prêmios a restituir	15.670	10.554
Operações com seguradoras	5.030	378
Outros débitos operacionais	48.311	47.192
	597.780	**506.553**

20.1 CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS - "AGING"

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
A vencer	249.363	119.294
Vencidos de 1 a 30 dias	4.982	52.660
Vencidos 31 a 60 dias	23.892	35.052
Vencidos 61 a 120 dias	19.159	48.411
Acima de 120 dias	158.410	108.015
	455.806	**363.432**

21. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Referem-se, principalmente, a valores recebidos de segurados para quitação de apólices em processo de emissão e de recebimentos de prêmios de seguros fracionados em processamento.

	De 1 a 30 dias	De 2 a 6 meses	Total
Outros depósitos	9.183	–	9.183
Total 31 de dezembro de 2022	**9.183**	**–**	**9.183**
Total 31 de dezembro de 2021	**7**	**32.369**	**32.376**

22. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS

	Dezembro de 2022		Dezembro de 2021	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	7.813.590	7.754.670	5.828.083	5.765.554
Sinistros e benefícios a liquidar	1.438.541	1.366.956	1.259.050	1.193.910
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	294.327	262.383	220.916	189.117
Demais provisões	122.379	114.639	108.673	100.933
Total	**9.668.837**	**9.498.648**	**7.416.722**	**7.249.514**
Circulante	8.703.229		6.669.253	
Não circulante	965.608		747.469	

22.1 MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO DE CONTRATOS DE SEGURO E ATIVO DE RESSEGURO

	Passivos de Contratos de Seguros	Ativos de Contratos de Resseguros
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**6.320.585**	**181.036**
Constituições decorrentes de prêmios	10.608.060	106.682
Diferimento pelo risco decorrido	(9.849.654)	(109.402)
Aviso de sinistros	5.445.568	114.621
Pagamento de sinistros/benefícios	(5.163.548)	(128.144)
Atualização monetária e juros	55.711	2.415
Outras (constituição/reversão)	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**7.416.722**	**167.208**
Constituições decorrentes de prêmios	13.783.925	111.103
Diferimento pelo risco decorrido	(12.124.421)	(108.083)
Aviso de sinistros	7.386.185	81.707
Pagamento de sinistros/benefícios	(6.824.897)	(85.557)
Atualização monetária e juros	31.323	3.811
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**9.668.837**	**170.189**

22.2 GARANTIAS DAS PROVISÕES TÉCNICAS

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Total das provisões técnicas (A)	**9.668.837**	**7.416.722**
Direitos creditórios (i)	4.613.130	3.454.802
Custos de aquisição diferidos pagos	1.108.388	889.116
Operações com resseguradoras	112.508	104.678
Depósitos judiciais de PSL	4.881	8.141
Fundos e reservas retidos pelo IRB	1.518	2.053
Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (B)	**5.840.425**	**4.458.790**
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C = A - B)	**3.828.412**	**2.957.932**
Títulos de renda fixa - públicos	1.647.806	1.852.741
Quotas de fundos de investimento	2.610.892	1.391.536
Total de ativos oferecidos em garantia (E)	**4.258.698**	**3.244.277**
Excedente (E - C - D)	**430.286**	**286.345**

(i) Montante correspondente às parcelas a vencer dos prêmios a receber de apólices de riscos a decorrer.

22.3 COMPORTAMENTO DA PROVISÃO DE SINISTROS

A tabela a seguir apresenta o comportamento das provisões (brutas de resseguro) para sinistros da Companhia (em anos posteriores aos anos de constituição, em R$ milhões), denominada tábua de desenvolvimento de sinistro e demonstra a consistência da política de provisionamento de sinistros da Companhia:

	Dezembro								
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Montante estimado de sinistro no ano . do aviso	565	561	531	764	922	1.009	1.241	1.479	1.731
Um ano mais tarde	523	567	612	730	726	796	885	1.218	–
Dois anos mais tarde	553	585	673	739	755	790	831	–	–
Três anos mais tarde	561	639	679	756	748	740	–	–	–
Quatro anos mais tarde	615	651	693	751	698	–	–	–	–
Cinco anos mais tarde	629	669	695	701	–	–	–	–	–
Seis anos mais tarde	648	675	649	–	–	–	–	–	–
Sete anos mais tarde	657	629	–	–	–	–	–	–	–
Oito anos mais tarde	612	–	–	–	–	–	–	–	–
Estimativa corrente	**612,0**	**629,0**	**649,0**	**701,0**	**698,0**	**740,0**	**831,0**	**1.218,0**	**1.731,0**
Pagamentos acumulados até a data-base	**(518,3)**	**(534,0)**	**(549,3)**	**(600,0)**	**(602,0)**	**(733,0)**	**(739,0)**	**(1.188,0)**	**–**
Total	**(4,2)**	**1,3**	**4,7**	**1,3**	**(5,0)**	**(89,0)**	**85,0**	**(62,0)**	**1.701,0**
Retrocessão									2,0
PSL e IBNR reconhecidas no balanço									**1.733**
									1.733

22.4 PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR - JUDICIAL

A tabela a seguir demonstra a movimentação dos sinistros judiciais:

	Dezembro de 2022		Dezembro de 2021	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Saldo inicial	**382.978**	**332.950**	**314.227**	**271.733**
Total pago no exercício	(92.565)	(83.361)	(99.387)	(92.222)
Novas constituições no exercício	109.688	105.098	148.673	134.861
Baixas da provisão por êxito	(56.290)	(48.936)	(78.727)	(75.369)
Reavaliação da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades	42.651	37.079	47.890	45.847
Atualização monetária e juros (i)	27.619	23.801	50.302	48.100
Saldo final	**414.081**	**366.631**	**382.978**	**332.950**
Quantidade de processos	8.371		7.057	

(i) De acordo com a taxa de atualização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo.

23. OUTROS DÉBITOS

23.1 PROVISÕES JUDICIAIS

23.1.1 PROVÁVEIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, cível e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Fiscais (a)	821.831	860.594
Cíveis	21.390	24.441
Trabalhistas	22.999	27.086
Total	**866.220**	**912.121**

(a) Provisão para Processos Fiscais e Previdenciários

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
PIS (i)	516.351	489.560
Processos com adesão ao REFIS (ii)	267.819	336.124
Outras (iii)	37.661	34.910
	821.831	**860.594**

(i) PIS

A Companhia discute a exigibilidade da contribuição ao PIS, instituída nos termos das Emendas Constitucionais nº 10/96 e nº 17/97, as quais alteraram a base de cálculo e a alíquota da contribuição, que passou a incidir sobre a receita bruta operacional, e da Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta, independentemente da classificação contábil.

No caso da Emenda Constitucional nº 10/96, aguarda-se julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos pelas sociedades.

Com relação à Emenda Constitucional nº 17/97, os autos estão aguardando análise do pedido de conversão em renda parcial, e levantamento parcial dos depósitos judiciais. Relativamente à Lei nº 9.718/98, na ação movida pela Porto Cia, aguarda-se julgamento dos Recursos Extraordinário e Especial, atualmente sobrestados até julgamento do Recurso Extraordinário 609.096, em sede de repercussão geral.

Em Execução Fiscal movida em face da Porto Cia, foi requerida a conversão em renda do depósito de R$ 136.683, em favor da União, extinguindo-se a Execução em 2017, sem resolução de mérito. Assim, no caso de êxito no Mandado de Segurança que discute a tese, nascerá para a Porto Cia um crédito a recuperar perante a Receita Federal.

(ii) REFIS

A Companhia aderiu ao programa de recuperação fiscal - REFIS nos anos de 2013 e 2014, para diversas ações que discutia judicialmente e atualmente aguarda a homologação da desistência das ações perante o Poder Judiciário, com o respectivo levantamento de valores residuais.

(iii) Outros Tributos

A Companhia mantém discussões, relativas a (i) IPTU; (ii) Taxas Municipais; (iii) Imposto sobre Serviços - ISS; e (iv) Multa de Trânsito e IPVA - decorrentes de veículos salvados, após pagamentos de indenizações por sinistros.

Movimentação das Provisões Judiciais Prováveis

	Fiscais (a)	Trabalhistas (b)	Cíveis (c)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**860.594**	**27.086**	**24.441**	**912.121**
Constituições	–	10.488	11.028	21.516
Enc. êxito/reversões (i)	(82.718)	(14.091)	(10.294)	(107.103)
Pagamentos	–	(3.947)	(6.906)	(10.853)
Atualização monetária	43.955	3.463	3.121	50.539
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**821.831**	**22.999**	**21.390**	**866.220**
Quantidade de processos	14	351	503	868

(i) A redução refere-se a reversão parcial dos saldos (provisão e depósito) em fiscais sobre a discussão de incidência do adicional de 2,5% da contribuição previdenciária na Companhia, após anuência da Receita Federal do Brasil - RFB.

23.1.2 POSSÍVEIS

A Companhia é parte em outras ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Fiscais (a)	733.843	770.151
Cíveis	183.877	170.574
Trabalhistas	3.005	3.434
Total	**920.725**	**944.159**

(a) Fiscais e Previdenciárias

O risco total estimado dessas ações referem-se principalmente à: (i) discussão do INSS sobre participação nos lucros e resultados e tem seu risco total estimado em R$ 376.440 (R$ 269.110 de possível impacto no lucro líquido) e; (ii) questionamento através de autuação da Receita Federal do Brasil em setembro de 2018 quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total estimado em R$ 152.667 (R$ 114.611 de possível impacto no lucro líquido).

23.2 PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

	Passivo de arrendamento	Juros a apropriar de contratos de arrendamento	Passivo de arrendamento líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**206.127**	**(81.281)**	**124.846**
Novos Contratos, Baixas, Cancelamentos	24.772	–	24.772
Apropriação dos juros	–	13.452	13.452
Pagamentos	(24.808)	–	(24.808)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**206.091**	**(67.829)**	**138.262**
Circulante			32.888
Não circulante			105.374

Deve se ao passivo de arrendamento, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado era de R$ 3.305.845, dividido em 660.488.297 (unidades) ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal (R$ 2.664.441 dividido em 583.686.532 unidades em 31 de dezembro de 2021). As aprovações de aumento/redução de capital realizadas pela SUSEP/CGRAJ no exercício de 2022 foram as seguintes:

	Portaria	Aprovação - R$
01 de abril de 2022	687	105.000
25 de abril de 2022	707	86.000
27 de outubro de 2022	8.086	(16.176)
26 de julho de 2022	845	10.000
07 de outubro de 2022	1.021	45.000
30 de novembro de 2022	1.172	20.000
		249.824

A AGES de 28 de julho de 2022, 30 de agosto de 2022, 31 de outubro de 2022 e 28 de dezembro de 2022 deliberaram aumento de capital nos montantes de R$ 20.000, R$ 213.965, R$ 135.614 e R$ 22.000 respectivamente e aguardam aprovações pela SUSEP.

Em 30 de abril de 2022 foi realizada a cisão da Porto Seguro Assistência e Serviços S.A., conforme detalhado na nota explicativa n° 1.2.1. Esta cisão gerou a redução de capital no montante de R$ 16.176.

(b) Ajustes de Avaliação Patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial da Companhia referem-se, principalmente, a variação do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda, líquidos dos efeitos tributários (vide nota explicativa nº 8.2).

(c) Reservas de Reavaliação

Constituída em exercícios anteriores em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado com base em laudos de avaliação, emitidos por peritos especializados. A realização dessa reserva, proporcional à depreciação dos bens reavaliados, foi transferida para lucros acumulados do exercício no montante de R$ 70.182 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 2.799 em 31 de dezembro de 2021). Esse valor será considerado para cálculo de dividendos mínimos obrigatórios. A Administração decidiu pela manutenção dos saldos existentes da reserva de reavaliação até a efetiva realização, conforme previsto na Lei nº 11.638/07.

(d) Reservas de Lucros

(i) Reserva Legal

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2022, seu saldo era de R$ 411.594 (R$ 377.854 em 31 de dezembro de 2021).

(ii) Reservas Estatutárias

Esta reserva tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas ou futura distribuição aos acionistas. Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2022, seu saldo era de R$ 1.968.873 (R$ 1.835.131 em 31 de dezembro de 2021).

Em 30 de abril de 2022 foi realizada a cisão da Porto Seguro Assistência e Serviços S.A., conforme detalhado na nota explicativa n° 1.2.1. Esta cisão gerou a redução na reserva de lucros no montante de R$ 1.321.

O montante de - R$ 14.011 apresentado na DMPL em "Ajustes de exercícios anteriores - controladas" refere-se principalmente a reversão do valor justo dos imóveis destinados a renda da Azul Seguros, em razão da Circular SUSEP n° 648/2021 que não referendou o CPC 28 - Propriedades para Investimentos em sua totalidade.

(iii) Outras Reservas

Em agosto de 2014 e agosto de 2017, com a adesão ao REFIS, a Companhia recebeu de sua controladora, Porto Seguro S.A., os montantes de R$ 10.133 em 2014 e R$ 6.817 em 2018 de créditos tributários de prejuízo fiscal e base negativa que, após homologação da Receita Federal do Brasil, serão utilizados para quitação dos débitos incluídos no programa.

(e) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de Juros sobre o Capital Próprio - JCP (líquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A Administração da Companhia aprovou em 30 de março de 2022, a distribuição de dividendos no montante de R$ 63.247 relativos ao complemento do dividendo mínimo obrigatório de 2021. Os dividendos foram pagos na mesma data de aprovação. Adicionalmente, a Administração aprovou em 29 de setembro de 2022 e 28 de

continua

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164-0001/60
Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guaianases, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-0001 - São Paulo - SP

Porto

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

novembro de 2022, a distribuição de dividendos no montante de R$ 70.000 e R$ 150.000, respectivamente, à conta de reservas de lucros

A Administração da Companhia aprovou, na reunião de diretoria, realizada em 30 de junho de 2022, a distribuição a seus acionistas de JCP no valor de R$ 48.264, líquidos de imposto de renda, pagos em 30 de novembro de 2022.

A Administração da Companhia deliberou, na reunião de diretoria de 30 de agosto de 2022 e 31 de outubro de 2022, JCP no valor de R$ 136.965 e R$ 105.614, respectivamente, líquidos de imposto de renda, para integralização de capital na Companhia.

Os dividendos mínimos foram calculados como seguem:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Lucro líquido do exercício	674.800	922.246
(–) Reserva legal - 5%	(33.740)	(46.112)
Realização da reserva de reavaliação	70.182	2.799
Lucro básico para determinação do dividendo	**711.242**	**878.933**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	**177.811**	**219.733**
JCP distribuído - líquido (*)	290.843	156.486
Complemento dividendos mínimos obrigatórios	–	63.247
Total de dividendos e JCP	**290.843**	**219.733**
Total por ação (R$)	**0,44035**	**0,37646**

(*) Em 31 de dezembro de 2022, no montante de R$ 342.168 destacado na DMPL, está incluso R$ 51.325, referente ao imposto de renda retido na fonte (15%) sobre JCP.

(f) Remuneração em Ações

A Companhia possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Companhia e/ou de suas controladas e coligadas, direta ou indiretamente, conforme determinação do Comitê de Remuneração, como parte de sua remuneração.

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos Beneficiários, dos acionistas, da Companhia e de suas investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Companhia e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento da Companhia.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração, quais sejam: (1) Remuneração Anual em Ações, referente ao pagamento de parte da remuneração variável anual dos beneficiários; (2) Bonificação Adicional, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto; (3) Mega Grant, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto; e (4) Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto.

Os programas Remuneração Anual em Ações, Bonificação Adicional e Mega Grant têm como beneficiários os diretores estatutários da Companhia e/ou de suas coligadas ou controladas, direta ou indiretamente. O programa Porto em Ação tem como beneficiários os empregados da Companhia e de suas controladas, diretas ou indiretas.

As ações entregues aos beneficiários dos programas estão sujeitas a períodos de "vesting" ou "lock-up" que variam de 6 meses a 3 anos, conforme o programa. A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Companhia mantidas em tesouraria. As ações são avaliadas com base em seu preço de cotação no fechamento do último pregão do mês imediatamente anterior à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano e de seus programas.

O Plano substituiu o "Plano de Remuneração em Ações" aprovado em assembleia geral realizada em 29 de março de 2018 ("Plano 2018"), que deixou de produzir efeitos, exceto com relação aos direitos já outorgados, que permanecerão em vigor e sujeitos às regras previstas no referido plano.

O Plano 2018 destinava-se aos diretores estatutários da Companhia e/ou das sociedades nas quais a Companhia detém participação societária, direta ou indiretamente, conforme determinação do Comitê de Remuneração, refletindo o pagamento de parte de sua remuneração variável anual. No Plano 2018, a efetiva transferência das ações aos beneficiários está sujeita ao período de *"vesting"* de 3 anos. A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano 2018 ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Companhia mantidas em tesouraria. As ações são avaliadas com base em seu preço de cotação no fechamento do último pregão do exercício social imediatamente anterior à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano 2018.

A movimentação do plano de remuneração em ações está demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	**13.734**	**4.810**
Diferimento de "vesting" do período	79.020	8.924
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(5.429)	–
Saldo final	**87.325**	**13.734**
Valor de mercado médio ponderado (R$)	**29,33**	**52,06**

	Quantidade Dezembro de 2022	Quantidade Dezembro de 2021
Saldo inicial	**241.649**	**83.542**
Diferimento de "vesting" do período	1.849.821	158.106
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(86.887)	–
Saldo final	**2.004.583**	**241.649**

25. PRÊMIOS, SINISTRALIDADE E COMISSIONAMENTO

Dezembro de 2022	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade (%)	Índice de comissionamento (%)
Automóveis	6.906.258	5.727.363	65,8	23,2
Resp. civil facultativa veículos	1.701.979	1.494.034	61,1	19,4
Demais - Automóveis	782.981	688.550	39,1	29,6
Fiança locatícia	757.172	571.759	54,8	20,5
Compreensivo empresarial	685.854	613.670	41,8	29,5
Vida individual e grupo	1.032.671	943.118	41,8	20,0
Compreensivo residencial	481.186	429.442	45,8	31,7
Demais - vida	458.276	433.889	31,0	29,9
Demais - patrimonial	229.053	196.181	32,2	24,0
Demais - transportes	340.478	320.890	32,7	22,7
Demais - rural	48.081	43.931	76,5	11,4
Demais ramos	359.937	335.593	19,0	22,0
	13.783.926	**11.798.420**	**55,2**	**23,5**

Dezembro de 2021	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade (%)	Índice de comissionamento (%)
Automóveis	4.829.850	4.541.012	55,1	25,7
Resp. civil facultativa veículos	1.400.009	1.355.374	48,1	20,2
Demais - automóveis	901.976	835.864	21,5	20,4
Fiança locatícia	721.810	426.991	35,9	24,6
Compreensivo empresarial	597.518	542.537	32,9	29,8
Vida individual e grupo	577.121	550.101	67,3	30,7
Compreensivo residencial	413.540	387.879	38,2	31,4
Demais - vida	378.508	367.106	32,5	29,2
Demais - patrimonial	300.982	271.543	33,7	20,7
Demais - transportes	197.792	190.536	25,7	23,6
Demais - rural	29.820	50.565	171,4	11,8
Demais ramos	259.134	226.403	22,9	26,6
	10.608.060	**9.745.911**	**47,0**	**25,1**

26. VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS

	Dezembro de 2022		Dezembro de 2021	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	(1.869.138)	(1.873.071)	(827.387)	(839.280)
Provisão de riscos não expirados	(39.160)	(39.160)	(30.451)	(30.451)
Outras provisões	(77.208)	(77.208)	(4.311)	(4.311)
	(1.985.506)	**(1.989.439)**	**(862.149)**	**(874.042)**

27. SINISTROS OCORRIDOS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Sinistros avisados - ADM	(5.918.620)	(4.530.714)
Porto Socorro	(990.885)	(557.778)
Sinistros avisados - JUD	(90.604)	(85.857)
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(79.203)	12.141
Ressarcimentos	652.987	224.156
Salvados	244.451	697.641
Outras despesas com sinistros (*)	(326.386)	(343.786)
	(6.508.260)	**(4.584.197)**

(*) Inclui despesas com regulação de sinistro (despachante, vistoria, serviços de terceiros, etc).

28. CUSTOS DE AQUISIÇÃO (*)

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Comissões sobre prêmios retidos	(3.006.824)	(2.519.993)
Outras despesas de comercialização	(90.360)	(74.936)
Variação das despesas de comercialização diferidas	320.343	153.313
	(2.776.841)	**(2.441.616)**

(*) Inclui a amortização dos custos de aquisição diferidos (vide nota explicativa nº 14) e as despesas de comercialização não diferidas.

29. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Assistência	(35.074)	(76.965)
Cobrança	(50.168)	(34.359)
Benefícios concedidos a segurados	(30.115)	(29.912)
Encargos sociais	(29.271)	(29.861)
Dispositivo anti-furto	(9.531)	(7.598)
Honorários advocatícios	(5.636)	(5.556)
Provisão para redução ao valor recuperável	(9.081)	5.823
Provisões cíveis	(8.592)	(13.714)
Outras	(18.008)	(28.670)
	(195.476)	**(220.812)**

30. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Pessoal e benefícios pós-emprego	(1.380.058)	(1.339.034)
Serviços de terceiros	(604.495)	(546.861)
Localização e funcionamento	(354.409)	(334.899)
Publicidade	(116.778)	(76.789)
Programa Meu Porto Seguro (i)	–	(48.843)
Donativos e contribuições	(25.647)	(25.943)
Despesas recuperadas (ii)	839.213	711.879
Outras	(28.098)	(23.445)
	(1.670.272)	**(1.683.935)**

(i) Valores referente ao Programa Meu Porto Seguro, que teve início no 2º semestre de 2020, iniciativa que ofereceu até o momento 10 mil oportunidades de trabalho temporário e de capacitação, em todo o Brasil, para pessoas que perderam o emprego durante a pandemia, ou que já estavam desempregadas ou ainda, em busca do primeiro emprego em todo o Brasil.

(ii) Referem-se a rateio e repasses de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do grupo Porto Seguro (vide nota explicativa nº 34).

31. DESPESAS COM TRIBUTOS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
COFINS	(221.348)	(211.540)
PIS	(35.980)	(34.375)
Outras	(10.331)	(9.532)
	(267.659)	**(255.447)**

32. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Juros de títulos disponíveis para a venda	163.059	268.198
Ganhos na valorização e juros de títulos para negociação	178.120	121.555
Operações de Seguros	64.384	58.688
Variações monetárias dos depósitos judiciais	53.643	13.465
Outras	66.168	44.427
Total de receitas financeiras	**525.374**	**506.333**
Operações de seguros	(31.323)	(55.711)
Desvalorização de juros de títulos para negociação	(48.193)	(27.261)
Variações monetárias de encargos sobre tributos a longo prazo	(44.938)	(83.001)
Desvalorização de títulos disponíveis para a venda	(4.670)	(2.037)
Outras	(49.823)	(30.074)
Total de despesas financeiras	**(178.947)**	**(198.084)**
Resultado financeiro	**346.427**	**308.249**

33. GANHOS OU PERDAS COM ATIVOS NÃO CORRENTES

Do montante de R$ 27.437 em 31 de dezembro de 2022, R$ 31.657 refere-se ao ganho patrimonial obtido na operação com o Fundo realizado em junho e julho de 2022 (conforme detalhado na nota explicativa nº 1.2.2), compensado pela perda de R$ 4.220 relativos a sucatas.

34. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

Além dos montantes de Dividendos e JCP a receber e a pagar, notas explicativas nºs 10 e 18, respectivamente, as principais transações entre partes relacionadas estão apresentadas abaixo:

(i) Despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de pessoal para as empresas do grupo Porto Seguro;
(ii) Despesas administrativas repassadas pela Porto Vida, Azul Seguros e Porto Saúde pela utilização da estrutura física;
(iii) Aluguéis dos prédios cobrados pela controlada Porto Vida;
(iv) Prestação de serviços do seguro saúde contratados da controlada Porto Saúde;
(v) Prestação de serviços de monitoramento efetuado pela Proteção e Monitoramento;
(vi) Prestação de serviços de administração e gestão de carteiras contratados das empresas Portopar e Porto Investimentos;
(vii) Convênio de utilização do meio de pagamento cartão de crédito com a Portoseg;
(viii) Prestação de serviços de "Call Center" contratados da Porto Atendimento;
(ix) Subscrição de títulos de capitalização emitidos pela Porto Capitalização;
(x) Prestação de serviços de assistência automotiva e residencial com a Porto Assistência;
(xi) Prestação de serviços de telecomunicações pela Porto Conecta.

Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Ativo		
Azul Seguros	50.646	31.437
Portoseg	1.433.550	981.466
Porto Saúde	13.054	10.695
Porto Assistência	6.295	–
Porto Consórcio	5.941	4.888
Porto Atendimento	5.779	8.692
Itaú Auto e Residência	3.182	3.812
Porto Vida	2.446	2.538
Demais	6.829	8.235
	1.527.722	**1.051.763**

	Receitas		Despesas	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Demonstração do resultado				
Azul Seguros	496.531	354.963	–	–
Porto Saúde	132.708	107.947	115.444	107.630
Portoseg	160.927	109.221	8.533	7.299
Porto Atendimento	93.962	91.082	86.520	95.635
Porto Consórcio	67.571	51.521	–	–
Itaú Auto e Residência	40.926	42.129	–	–
Porto Vida	27.229	27.722	–	–
Serviços Médicos e Porto Saúde Ocupacional	9.651	17.179	458	2.163
Proteção e Monitoramento	6.798	6.941	101	201
Demais	134.316	68.956	494.568	23.457
	1.170.620	**877.661**	**705.624**	**236.385**

34.1 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE

As transações com pessoal-chave da administração, referem-se aos valores reconhecidos no resultado do período, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Participação nos lucros - administradores	75.593	64.959
Honorários de diretoria e encargos	25.514	20.806
	101.107	**85.765**

35. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

35.1 PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Companhia patrocina 2 planos de previdência complementar para seus funcionários, sendo um na modalidade de plano de contribuição variável e outro na modalidade de contribuição definida. Ambos seguem os critérios da CPC 33 - Benefícios aos empregados, por meio da Portoprev - Porto Seguro Previdência Complementar, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos.

Nos termos do regulamento desses planos, os principais recursos são representados por contribuições de suas patrocinadoras e participantes e pelos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 8% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante.

Em dezembro de 2022, os planos contavam com cerca de 4,6 mil (4,4 mil em dezembro de 2021) participantes ativos. A despesa da Companhia com contribuições ao plano foi de R$ 19.192 em dezembro de 2022 (R$ 16.991 em dezembro de 2021).

35.2 PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A movimentação das obrigações com benefícios pós-emprego é demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	66.316	49.509
Custo dos benefícios	3.846	2.731
Custo de juros	6.642	3.554
Benefícios pagos	(5.568)	(7.484)
Ganho/Perda sobre a obrigação atuarial	(926)	(1.507)
Outros	867	19.513
Saldo final do passivo	**71.177**	**66.316**

As premissas atuariais utilizadas são revisadas anualmente. As principais premissas usadas, em 31 de dezembro de 2022, foram as seguintes:

Taxa média de desconto das obrigações (ao ano)	6,23%
Taxa de crescimento salarial (ao ano)	1,00%
Inflação econômica (ao ano)	5,02%
Inflação médica (ao ano)	4,00%
Taxa de variação dos saldos de FGTS (ao ano) - nominal	5,02%

36. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Relatório Comitê de Auditoria

O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 da Porto Seguro S.A.. A atuação do Comitê de Auditoria da Companhia abrange todas as sociedades do grupo Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., Companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o grupo. Não foram identificados assuntos que pudessem modificar o relatório do Comitê de Auditoria emitido em 8 de fevereiro de 2023 até a data da publicação dessas demonstrações financeiras.

DIRETORIA

ROBERTO DE SOUZA SANTOS
Diretor Presidente

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente Financeiro, Controladoria e Investimentos

LENE ARAÚJO DE LIMA
Diretor Vice-Presidente Corporativo e Institucional

LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA
Diretor Vice-Presidente - Marketing, Clientes e Dados

MARCOS ROBERTO LOUÇÃO
Diretor Vice-Presidente Negócios Financeiros e Serviços

SAMI FOGUEL
Diretor Vice-Presidente

JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA
CEO Seguros e Diretor Vice-Presidente Comercial

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
Diretora Jurídica e Riscos

CARLOS EDUARDO NAEGELI GONDIM
Diretor de Produto - Seguros de Pessoas

CAROLINA HELENA ZWARG
Diretora de Pessoas e Sustentabilidade

EVA VAZQUEZ MONTENEGRO MIGUEL
Diretora de Produção

FABIO OHARA MORITA
Diretor Técnico

JAIME SOARES BATISTA
Diretor Produto Automóvel

JARBAS DE MEDEIROS BACIANO
Diretor de Produto - Ramos Elementares

LUIZ FELIPE MILAGRES GUIMARÃES
Diretor de Atendimento

LUIZ VICENTE GUARANHA LAPENTA
Diretor de Precificação

MARCELO SEBASTIÃO DA SILVA
Diretor de Sinistros

MARCOS ROGÉRIO SIRELLI
Diretor de Tecnologia da Informação

RAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de Controladoria

IZAK RAFAEL BENADERET
Diretor

MARCELO ZORZO
Diretor

NELSON SANTOS AGUIAR
Diretor

PAULO HENRIQUE GALLEGUILLOS CALDERON
Diretor

TIAGO VIOLIN
Diretor

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

BRÁULIO FELICÍSSIMO DE MELO - Atuário - MIBA nº 1588

continua

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF n° 61.198.164-0001/60
Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guaianases, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-0001 - São Paulo - SP

Porto

continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas de contratos de seguros

Conforme divulgado nas notas explicativas n° 3.12 e 22, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia, registrou provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguros no montante de R$ 9.668.837 mil. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido julgamento profissional da diretoria na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto e cancelamento, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros.

Adicionalmente, a diretoria realiza o Teste de Adequação do Passivo ("TAP") com o objetivo de capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguro. O TAP considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo despesas administrativas e operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos diretos, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa na data de execução do teste. O TAP também considera premissas de sinistralidades calculadas conforme descrito na nota explicativa n°3.12.2. A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela diretoria na constituição de suas provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros e despesas ocorridos e não avisados e ao teste de adequação de passivos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes; (ii) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais; (iii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar, firmados pela Companhia; (iv) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (v) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (vi) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; (vi) testes documentais, mediante amostra dos sinistros a liquidar quanto da sua existência, contribuições, resgates, portabilidades, concessão e pagamento de benefícios e adequado registro contábil; e (vii) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Ambiente de tecnologia da informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras. Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. Uma vez que a avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Outros assuntos

Auditoria de valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 22 de fevereiro de 2022, respectivamente, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

• A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comercias e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

• Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2023

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda
CRC-SP034519/O
Patricia di Paula da Silva Paz
Sócia - Contadora CRC-SP198827/O
Diana Yukie Naki dos Santos
Sócia - Contadora CRC-SP300514/O

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis bem como os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2022, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, bem como pelas funcionalidades dos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2022 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, e também com base em testes aplicados sobre amostras, observamos certas divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP, mais especificamente referentes aos quadros estatísticos de sinistros, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Todavia, as citadas divergências já são de ciência da Companhia, a qual já tem plano de ação definido para a sua eliminação, além de não se constituírem em risco de distorção relevante na apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo e não impactarem nossa opinião sobre os mesmos.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2023

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Serviços Atuariais SS, CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11
Ricardo Pacheco
Atuário - MIBA 2.679

Azul Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16° ao 20° andares - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

azul seguros

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Apresentamos o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Azul Companhia de Seguros Gerais, com o Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

NOSSO DESEMPENHO

• Prêmios emitidos

Os prêmios emitidos da Companhia totalizaram em 2022 R$ 4.554 milhões, com aumento de R$ 843,6 milhões ou 22,7% em relação ao ano anterior.

• Despesas administrativas

Em 2022, o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 9,0%, com redução de 0,4 ponto percentual em relação ao ano anterior. Mesmo com uma leve redução, cabe destacar que o modelo adotado pela empresa para gestão de custos e os investimentos realizados para otimização de processos e sistemas estão contribuindo para ganhos de eficiência operacional. Isso faz parte da nossa estratégia, que visa obter ganhos contínuos de produtividade, sem impactar negativamente o nível de serviço para clientes e corretores.

• Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou em 2022 R$ 129,1 milhões, redução de R$ 44,1 milhões, ou 25,5% em relação ao ano anterior. O resultado foi impactado principalmente pelo desempenho das alocações em renda variável, embora as alocações em títulos indexados à inflação tenham contribuído positivamente.

• Índice combinado

O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas, despesas com tributos e outras receitas e despesas operacionais sobre prêmios ganhos), em 2022 foi de 100,3%, aumento de 8,0 pontos percentuais em relação ao ano anterior. O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, em 2022 foi de 102,0%, aumento de 7,8 pontos percentuais em relação ao ano anterior. Estas variações decorrem, principalmente do aumento de 10,5 pontos percentuais no índice de sinistralidade.

• Lucro líquido e por ação

O lucro líquido totalizou em 2022 R$ 15,1 milhões, registrando redução de R$ 163,6 milhões ou 91,6% em relação a 2021. O lucro por ação foi de R$ 6.527 em 2022 e R$ 103.748 em 2021.

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício.

AMBIENTE ECONÔMICO

O ano de 2022 terminou com um ambiente internacional ainda repleto de incertezas. E esse quadro que não deve mostrar grandes alterações no início de 2023. Os bancos centrais dos EUA e da Zona do Euro seguem mantendo uma postura firme de combate à inflação. Ainda que as expectativas apontem para uma desaceleração econômica nos dois lados do Atlântico ao longo dos próximos meses, a resiliência do mercado de trabalho nas duas economias deve evitar uma queda mais brusca da atividade. Por outro lado, os baixos níveis de desemprego devem limitar uma redução mais forte da inflação, adiando qualquer reversão dos ciclos atuais de aperto monetário promovidos pelo FED e pelo BCE.

No caso de alguns países emergentes, contudo, esse momento pode estar mais próximo. Como vários desses países iniciaram o processo de alta de suas taxas básicas de juros antes dos EUA e da Europa, o cenário de desinflação nessas economias é mais claro. Mesmo diante dessa perspectiva, porém, o ambiente internacional seguirá desafiador durante boa parte de 2023.

Primeiro, porque a continuidade da guerra na Ucrânia, para além do enorme ônus humanitário, segue como ameaça ao suprimento global de diversas commodities, sejam elas agrícolas ou no setor de energia.

A magnitude e a velocidade do crescimento de novos casos diários, por sua vez, podem aumentar o risco de surgimento de novas variantes da doença, além de um número relevante de mortes num país cuja população ultrapassa 1,4 bilhão de habitantes.

Domesticamente, 2022 registrou um crescimento econômico mais forte que o esperado, fruto de uma expressiva melhora do mercado de trabalho, ainda que parte considerável das novas vagas criadas tenha se concentrado no segmento informal da economia.

O crescimento da massa de rendimentos do trabalho e a manutenção de um fluxo de transferências públicas para parcela relevante da população sustentaram o consumo, notadamente de serviços, que também se beneficiaram em 2022 da normalização de sua demanda depois de quase dois anos de pandemia.

Essa resiliência do consumo das famílias, porém, limitou o movimento de desinflação, que se concentrou no segmento de preços administrados. Esta queda, por sua vez, ocorreu diante da reversão da expressiva elevação dos preços dos derivados de petróleo no início do ano, na esteira da guerra na Ucrânia, assim como em função da expressiva desoneração tributária sobre os preços dos combustíveis e energia elétrica.

As perspectivas para a atividade econômica doméstica são de uma desaceleração do ritmo de crescimento observado no ano anterior, seja em razão dos efeitos defasados do aperto monetário empreendido pelo Copom desde o início de 2021, seja como resultado da esperada desaceleração da economia global. A despeito desse cenário, o espaço para redução da taxa Selic dependerá em grande medida das ações que o novo governo, recém empossado, adotar para o conjunto geral da política econômica e no campo da política fiscal em particular.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e segurados pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes da SUSEP.

22 de fevereiro de 2023

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021 (reapresentado)	1º de Janeiro de 2021 (reapresentado)
Circulante		**2.921.608**	**2.020.356**	**1.677.761**
Disponível		64.299	43.121	42.703
Caixa e bancos		64.299	43.121	42.703
Equivalentes de caixa	7	143.024	17.094	4.606
Aplicações	8	556.354	212.250	110.815
Créditos das operações com seguros e resseguros		1.661.721	1.295.870	1.133.333
Prêmios a receber	9.1	1.661.261	1.295.870	1.133.333
Operações com resseguradoras	19.1	460	–	–
Outros créditos operacionais		12.779	13.382	16.624
Ativos de resseguro - provisões técnicas	19.1	1.976	4.879	3.922
Títulos e créditos a receber		1.117	11.563	2.475
Títulos e créditos a receber		303	289	563
Créditos tributários e previdenciários	10	483	10.946	1.690
Outros créditos		331	328	222
Outros valores e bens	12	80.980	57.646	38.704
Bens à venda	12.1	53.317	48.261	33.816
Outros valores		27.663	9.385	4.888
Despesas antecipadas		4.877	4.347	3.345
Custos de aquisição diferidos	13	394.481	360.204	321.234
Seguros		394.481	360.204	321.234
Não circulante		**1.557.740**	**1.709.465**	**1.567.313**
Realizável a longo prazo		1.377.351	1.417.545	1.284.560
Aplicações	8	1.111.232	1.199.561	1.123.038
Títulos e créditos a receber		246.471	189.087	144.254
Créditos tributários e previdenciários	10	157.077	101.952	52.056
Depósitos judiciais e fiscais	11	86.302	83.686	88.153
Outros créditos		3.092	3.449	4.045
Outros valores e bens	12	19.326	27.946	17.013
Despesas antecipadas		304	919	255
Custos de aquisição diferidos	13	18	32	–
Seguros		18	32	–
Investimentos		5.263	7.139	7.399
Participações societárias		167	137	215
Imóveis destinados à renda		5.096	7.002	7.184
Imobilizado	14	114.472	244.683	248.375
Imóveis de uso próprio		110.006	238.087	243.804
Bens móveis		4.466	6.596	4.553
Outras imobilizações		–	–	18
Intangível	15	60.654	40.098	26.979
Outros intangíveis		60.654	40.098	26.979
Total ativo		**4.479.348**	**3.729.821**	**3.245.074**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021 (reapresentado)	1º de Janeiro de 2021 (reapresentado)
Circulante		**3.113.637**	**2.533.158**	**2.243.540**
Contas a pagar		194.202	176.201	168.416
Obrigações a pagar	16.1	53.030	63.851	65.482
Impostos e encargos sociais a recolher	16.2	128.801	101.012	88.263
Encargos trabalhistas		5.107	4.735	4.175
Impostos e contribuições		6.082	5.124	8.369
Outras contas a pagar		1.182	1.479	2.127
Débitos de operações com seguros e resseguros		81.409	65.854	64.017
Prêmios a restituir		196	198	196
Corretores de seguros e resseguros	15	68.348	57.515	55.495
Outros débitos operacionais		12.865	8.141	8.326
Depósitos de terceiros	18	6.703	4.363	17.379
Provisões técnicas - seguros	19	2.831.323	2.286.740	1.993.728
Danos		2.831.082	2.286.512	1.993.484
Pessoas		241	228	244
Não circulante		**204.327**	**271.530**	**249.976**
Contas a pagar		41.729	25.678	20.518
Obrigações a pagar	16.1	2.881	3.536	1.520
Tributos diferidos	10.1.3	38.848	22.142	18.998
Provisões técnicas - seguros	19	90.579	176.182	154.700
Danos		89.757	175.622	153.981
Pessoas		822	560	719
Outros débitos		72.019	69.670	74.758
Provisões judiciais	20	72.019	69.670	74.758
Patrimônio líquido		**1.161.384**	**925.133**	**751.558**
Capital social	21	847.578	503.578	503.578
Aumento de capital (em aprovação)	21	128.050	171.000	–
Reservas de reavaliação		2.251	2.565	2.657
Reservas de lucros		226.718	299.652	231.195
Ajustes de avaliação patrimonial		(43.213)	(51.662)	14.128
Total do passivo e patrimônio líquido		**4.479.348**	**3.729.821**	**3.245.074**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre o lucro por ação)

	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021 (reapresentado)	Ajustes	Dezembro de 2021 (reapresentado)
Prêmios emitidos	22	4.554.034	3.710.398	–	3.710.398
Variações das provisões técnicas de prêmios	23	(452.440)	(200.119)	–	(200.119)
Prêmios ganhos	22	**4.101.594**	**3.510.279**	**–**	**3.510.279**
Sinistros ocorridos	24	**(2.883.931)**	**(2.100.864)**	**–**	**(2.100.864)**
Custos de aquisição	25	**(859.750)**	**(811.732)**	**–**	**(811.732)**
Outras receitas e despesas operacionais	26	**(82.119)**	**(87.188)**	**–**	**(87.188)**
Resultado com resseguro		**(3.215)**	**(5)**	**–**	**(5)**
Despesa com resseguro		(3.215)	(5)	–	(5)
Despesas administrativas	27	**(367.233)**	**(327.539)**	**–**	**(327.539)**
Despesas com tributos	28	**(66.311)**	**(70.168)**	**–**	**(70.168)**
Resultado financeiro	29	**129.079**	**173.206**	**–**	**173.206**
Resultado patrimonial		**2.091**	**7.797**	**(5.837)**	**1.960**
Resultado operacional		**(29.795)**	**293.786**	**(5.837)**	**287.949**
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		**5.860**	**677**	**–**	**677**
Resultado antes dos impostos e participações		**(23.935)**	**294.463**	**(5.837)**	**288.626**
Imposto de renda	10.2	**27.892**	**(52.784)**	**1.459**	**(51.325)**
Contribuição social	10.2	**16.384**	**(32.255)**	**876**	**(31.379)**
Participações sobre o lucro		**(5.276)**	**(27.268)**	**–**	**(27.268)**
Lucro líquido do exercício		**15.065**	**182.156**	**(3.502)**	**178.654**
Quantidade de ações	21.a	2.308	1.722		1.722
Lucro líquido por ação - R$		6.527	105.782		103.748

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021 (reapresentado)
Lucro líquido do exercício	**15.065**	**178.654**
Outros resultados abrangentes	**8.449**	**(65.790)**
Ajustes de títulos e valores mobiliários	12.867	(107.795)
Efeitos tributários	(5.147)	43.118
Outros ajustes de avaliação patrimonial	1.214	(1.855)
Efeitos tributários	(485)	742
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido dos efeitos tributários	**23.514**	**112.864**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital (em aprovação)	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva estatutária	Reservas de lucros: Outras	Ajustes de avaliação patrimonial/Outros	Lucros acumulados	Total
Saldos finais em 1º de janeiro de 2021 (reapresentado)	**503.578**	**–**	**2.657**	**85.262**	**143.618**	**2.315**	**14.128**	**–**	**751.558**
Pagamentos dividendos adicionais	–	–	–	–	(65.000)	–	–	–	(65.000)
Plano de pagamento em ações	–	–	–	–	–	3.058	–	–	3.058
Aumento de capital em aprovação:									
AGE de 30 de agosto de 2021	–	20.000	–	–	–	–	–	–	20.000
AGE de 29 de outubro de 2021	–	100.000	–	–	–	–	–	–	100.000
AGE de 28 de dezembro de 2021	–	51.000	–	–	–	–	–	–	51.000
Reserva de reavaliação									
Realização parcial por depreciação	–	–	(21)	–	–	–	–	21	–
Ajustes de avaliação patrimonial	–	–	–	–	–	–	(65.790)	–	(65.790)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	178.654	178.654
Destinação do lucro líquido do exercício:									
Reserva legal	–	–	–	9.108	–	–	–	(9.108)	–
Reservas estatutárias	–	–	(71)	–	121.291	–	–	(121.220)	–
Dividendos mínimos obrigatórios e intermediários	–	–	–	–	–	–	–	(14.488)	(14.488)
Juros sobre capital próprio	–	–	–	–	–	–	–	(33.859)	(33.859)
Saldos finais em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)	**503.578**	**171.000**	**2.565**	**94.370**	**199.909**	**5.373**	**(51.662)**	**–**	**925.133**
Pagamentos dividendos adicionais	–	–	–	–	(15.000)	–	–	–	(15.000)
Reconhecimento pagamento em ações	–	–	–	–	–	6.052	–	–	6.052
Ações outorgadas	–	–	–	–	–	(2.709)	–	–	(2.709)
JCP aumento de capital	–	–	–	–	(73.000)	–	–	–	(73.000)
Aumento/Redução de capital									
Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 650	20.000	(20.000)	–	–	–	–	–	–	–
Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 684	100.000	(100.000)	–	–	–	–	–	–	–
Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 957	51.000	(51.000)	–	–	–	–	–	–	–
Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 1068	40.000	–	–	–	–	–	–	–	40.000
Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 1085	25.000	–	–	–	–	–	–	–	25.000
Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 1131	10.000	–	–	–	–	–	–	–	10.000
Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 1150	5.000	–	–	–	–	–	–	–	5.000
Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 1202	8.000	–	–	–	–	–	–	–	8.000
Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 1215	85.000	–	–	–	–	–	–	–	85.000
AGE de 28 de julho de 2022	–	20.000	–	–	–	–	–	–	20.000
AGE de 31 de outubro de 2022	–	62.050	–	–	–	–	–	–	62.050
AGE de 28 de dezembro de 2022	–	46.000	–	–	–	–	–	–	46.000
Reserva de reavaliação									
Realização parcial por depreciação	–	–	(314)	–	–	–	–	314	–
Ajustes de avaliação patrimonial	–	–	–	–	–	–	8.449	–	8.449
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	15.065	15.065
Destinação do lucro líquido do exercício:									
Reserva legal	–	–	–	753	–	–	–	(753)	–
Reservas estatutárias	–	–	–	–	10.970	–	–	(10.970)	–
Dividendos mínimos obrigatórios e intermediários	–	–	–	–	–	–	–	(3.656)	(3.656)
Saldos finais em 31 de dezembro de 2022	**847.578**	**128.050**	**2.251**	**95.123**	**122.879**	**8.716**	**(43.213)**	**–**	**1.161.384**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021 (reapresentado)
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		15.065	178.654
Ajustes para:			
Depreciação e amortizações		11.051	9.686
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos		890	5.464
Perda/(ganho) na alienação de imobilizado e intangível		(5.861)	(425)
Resultado de equivalência patrimonial		(30)	78
Outros ajustes		(68)	(2)
Variação nas contas patrimoniais:			
Ativos financeiros		(255.775)	(177.958)
Créditos das operações de seguros e resseguros		(366.741)	(168.001)
Ativos de resseguro		2.903	(957)
Créditos fiscais e previdenciários		(25.641)	(15.598)
Ativo fiscal diferido		(19.021)	(43.554)
Depósitos judiciais e fiscais		(2.616)	4.467
Despesas antecipadas		85	(1.666)
Custos de aquisição diferidos		(34.263)	(39.002)
Outros ativos		(14.919)	(25.869)
Impostos e contribuições		958	95.908
Outras contas a pagar		33.094	18.506
Débitos de operações com seguros e resseguros		15.555	1.837
Depósitos de terceiros		2.340	(13.016)
Provisões técnicas - seguros e resseguros		458.980	314.494
Provisões judiciais		2.349	(5.088)
Outros passivos		8.449	(68.106)
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais		**(173.216)**	**69.852**
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	21 (e)	2	1
Imposto sobre o lucro pago		–	(99.153)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		**(173.214)**	**(29.300)**
Atividades de investimento			
Recebimento pela venda:			
Imobilizado		131.197	3.456
Pagamento pela compra:			
Imobilizado		(379)	(4.307)
Intangível		(26.888)	(17.654)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento		**103.930**	**(18.505)**
Aumento de capital		301.050	171.000
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio		(88.000)	(113.347)
Outros		3.342	3.058
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento		**216.392**	**60.711**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**147.108**	**12.906**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**60.215**	**47.309**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**207.323**	**60.215**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

continua

Azul Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11
Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

azul seguros

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO

1.1 OPERACIONAL

A Azul Companhia de Seguros Gerais (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 24 de setembro de 1924, autorizada a operar pelo Decreto nº 16.672 de 17 de novembro de 1924, localizada na Avenida Rio Branco, 80, 16º ao 20º andares no Rio de Janeiro (RJ) - Brasil. Tem por objeto social a exploração de seguros de danos e pessoas, em qualquer das suas modalidades ou formas conforme definido na legislação vigente, operando por meio de sucursais em todo território nacional. A Companhia é uma controlada direta da Porto Seguro S.A. a qual possui ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresentava a seguinte composição acionária*:

Azul Companhia de Seguros Gerais	Participação
Porto Seguro S.A.	67,7%
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais	32,3%
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais	**Participação**
Porto Seguro S.A.	100,0%
Porto Seguro S.A.	**Participação**
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	70,8%
Ações em circulação	29,2%
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	**Participação**
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	41,1%
Itauseg Participações S.A.	23,1%
Itaú Unibanco S.A.	19,1%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	15,8%
Jayme Brasil Garfinkel	0,2%
Outros	0,7%
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Jayme Brasil Garfinkel	32,9%
Cleusa Campos Garfinkel	30,5%
Ana Luiza Campos Garfinkel	18,3%
Bruno Campos Garfinkel	18,3%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Jayme Brasil Garfinkel	100,0%
Itauseg Participações S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco S.A.	62,4%
Banco Itaucard S.A.	26,4%
Banco Itaú BBA S.A.	11,2%
Itaú Unibanco S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaucard S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaú BBA S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Itaú Unibanco Holding S.A.	**Participação**
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	51,7%
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	39,2%
Outros	9,1%
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	**Participação**
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	50,0%
Cia. e Johnston de Participações	50,0%
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	**Participação**
Alfredo Egydio Arruda Villela Filho	12,8%
Ana Lucia de Mattos Barretto Villela	12,8%
Fundação Itaú Social	11,7%
Ricardo Villela Marino	6,4%
Rodolfo Villela Marino	6,4%
Fundação Fahz	15,4%
Outros	34,7%
Cia. e Johnston de Participações	**Participação**
Pedro Moreira Salles	31,0%
Fernando Roberto Moreira Salles	31,0%
João Moreira Salles	19,0%
Walther Moreira Salles	19,0%

(*) Participações nas ações ordinárias.

1.2 INFORMAÇÕES RELEVANTES DO EXERCÍCIO

1.2.1 FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO

Em 29 de junho de 2022, foi assinado acordo de compra e venda de imóveis entre a Companhia, na qualidade de vendedora e Jive Properties Multiestratégia Fundo de Investimento Imobiliário (“Fundo”) como compradora.

O objeto do acordo foi a venda de imóveis ao Fundo, considerando condições atuais do mercado imobiliário, a situação jurídica e estado de manutenção e conservação dos imóveis, bem como a oportunidade de liquidez imediata, segregada em duas tranches. A primeira tranche negociou 13 imóveis da Companhia ao valor de R$ 70.761, na mesma data da assinatura do acordo. A segunda tranche negociou 6 imóveis ao valor de R$ 41.914. Do montante da segunda tranche, as partes se comprometeram a envidar os melhores esforços para concluir a etapa de 1 imóvel no montante de R$ 2.276.

Demonstramos abaixo os saldos relativos à operação:

Ativo circulante	**2.505**
Imóveis disponíveis para venda (i)	2.505
Patrimônio líquido	**421**
Reserva Reavaliação (ii)	421
Resultado	**12.496**
Ganho patrimonial (iii)	12.496

(i) O montante representa 1 imóvel da primeira tranche, cujo valor foi pago em 29 de junho de 2022, porém não houve sua escritura transferida ao Fundo na mesma data-base (vide nota explicativa nº 12), e seu valor de mercado é de R$ 2.276.

(ii) O montante representa a reserva de realização dos imóveis destacados acima.

(iii) O montante representa o ganho bruto na venda dos imóveis ao Fundo.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 08 de fevereiro de 2023.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 COMPARABILIDADE

Os balanços patrimoniais, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente e do fluxo de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, originalmente apresentados nas demonstrações financeiras, foram reapresentados para fins de comparabilidade, em conformidade com os pronunciamentos técnicos CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Retificação de Erro, CPC 21 (R1) - Apresentação das Demonstrações Intermediárias e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, em decorrência:

(1) Adequação das posições dos imóveis para investimentos - a Companhia aplicou o CPC 28 - Propriedade para investimentos em sua totalidade, no entanto, a SUSEP através da Circular SUSEP nº 648/2021 não permite sua total aplicabilidade, não permitindo modificar o custo de aquisição dos ativos registrados contabilmente. Neste sentido os valores foram reapresentados por meio de recomposição de saldos de custo;

(2) Efeitos tributários oriundos dos referidos ajustes;

(3) Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia reclassificou, além dos valores dos itens (1) e (2), os valores de provisões técnicas - seguros e resseguros para os ajustes ao lucro líquido nas demonstrações dos fluxos de caixa. Essas reclassificações foram feitas para melhor apresentação e comparabilidade. As mudanças não impactam o fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais dos exercícios apresentados.

Abaixo, demonstramos resumo das adequações de saldos para correta comparabilidade às demonstrações financeiras originalmente apresentadas:

Balanço patrimonial

Ativo	31 de Dezembro de 2021	Ajustes	31 de Dezembro de 2021 (reapresentado)
Circulante	**2.011.990**	–	**2.020.356**
Não circulante	**1.752.138**	**(42.673)**	**1.709.465**
Realizável a longo prazo	1.417.545	–	1.417.545
Investimentos	49.812	(42.673)	7.139
Participações societárias	137	–	137
Imóveis destinados à renda	49.675	(42.673)	7.002
Imobilizado	244.683	–	244.683
Intangível	40.098	–	40.098
Total ativo	**3.772.494**	**(42.673)**	**3.729.821**

Passivo e patrimônio líquido	31 de Dezembro de 2021	Ajustes	31 de Dezembro de 2021(reapresentado)
Circulante	**2.533.207**	**(49)**	**2.533.158**
Contas a pagar	176.250	(49)	176.201
Impostos e contribuições	5.173	(49)	5.124
Demais obrigações a pagar	171.077	–	171.077
Outros	2.356.957	–	2.356.957
Não circulante	**288.550**	**(17.020)**	**271.530**
Contas a pagar	42.698	(17.020)	25.678
Obrigações a pagar	3.536	–	3.536
Tributos diferidos	39.162	(17.020)	22.142
Outros	245.852	–	245.852
Patrimônio líquido	**950.737**	**(25.604)**	**925.133**
Reservas de reavaliação	2.748	(183)	2.565
Reservas de lucros	325.073	(25.421)	299.652
Outros	622.916	–	622.916
Total do passivo e patrimônio líquido	**3.772.494**	**(42.673)**	**3.729.821**

Ativo	1º de Janeiro de 2021	Ajustes	1º de Janeiro de 2021 (reapresentado)
Circulante	**1.677.761**	–	**1.677.761**
Não circulante	**1.604.149**	**(36.836)**	**1.567.313**
Realizável a longo prazo	1.284.560	–	1.284.560
Investimentos	44.235	(36.836)	7.399
Participações societárias	215	–	215
Imóveis destinados à renda	44.020	(36.836)	7.184
Imobilizado	248.375	–	248.375
Intangível	26.979	–	26.979
Total ativo	**3.281.910**	**(36.836)**	**3.245.074**

Passivo e patrimônio líquido	1º de Janeiro de 2021	Ajustes	1º de Janeiro de 2021 (reapresentado)
Circulante	2.243.570	(30)	2.243.540
Contas a pagar	168.446	(30)	168.416
Impostos e contribuições	8.399	(30)	8.369
Outras obrigações a pagar	160.047	–	160.047
Outros	2.075.124	–	2.075.124
Não circulante	**264.680**	**(14.704)**	**249.976**
Contas a pagar	35.222	(14.704)	20.518
Obrigações a pagar	1.520	–	1.520
Tributos diferidos	33.702	(14.704)	18.998
Outros	229.458	–	229.458
Patrimônio líquido	**773.660**	**(22.102)**	**751.558**
Reservas de reavaliação	2.769	(112)	2.657
Reservas de lucros	253.185	(21.990)	231.195
Outros	517.706	–	517.706
Total do passivo e patrimônio líquido	**3.281.910**	**(36.836)**	**3.245.074**

Demonstrações dos resultados

	Dezembro de 2021	Ajustes	Dezembro de 2021 (reapresentado)
Demais resultados	285.989	–	285.989
Resultado patrimonial	7.797	(5.837)	1.960
Resultado operacional	293.786	(5.837)	287.949
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	677	–	677
Resultado antes dos impostos e participações	294.463	(5.837)	288.626
Imposto de renda	(52.784)	1.459	(51.325)
Contribuição social	(32.255)	876	(31.379)
Participações sobre o lucro	(27.268)	–	(27.268)
Lucro líquido do exercício	182.156	(3.502)	178.654
Quantidade de ações	1.722		1.722
Lucro líquido por ação - R$	105.782	(3.390)	102.392

Demonstrações dos resultados abrangentes

	Dezembro de 2021	Ajustes	Dezembro de 2021 (reapresentado)
lucro líquido do exercício	182.156	(3.502)	178.654
Outros resultados abrangentes	(65.790)	–	(65.790)
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido dos efeitos tributários	116.166	(3.502)	112.864

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Demais	Reserva de reavaliação	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos iniciais em 1º de janeiro de 2021 (reapresentado)	517.706	2.657	231.195	–	751.558
Pagamentos dividendos adicionais	–	–	(65.000)	–	(65.000)
Plano de pagamento em ações	–	–	3.058	–	3.058
Aumento de capital em aprovação	171.000	–	–	–	171.000
Reserva de reavaliação					
Realização parcial por depreciação	–	(21)	–	21	–
Ajustes de avaliação patrimonial	(65.790)	–	–	–	(65.790)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	178.654	178.654
Destinação do lucro líquido do exercício					
Reserva legal	–	–	9.108	(9.108)	–
Reservas estatuárias	–	(71)	121.291	(121.220)	–
Dividendos mínimos obrigatórios e intermediários	–	–	–	(14.488)	(14.488)
Juros sobre capital próprio	–	–	–	(33.859)	(33.859)
Saldos finais em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)	622.916	2.565	299.652	–	925.133

Demonstrações dos fluxos de caixa

	Dezembro de 2021	Ajustes	Dezembro de 2021 (reapresentado)
Atividades operacionais.			
Lucro líquido do período	182.156	(3.502)	178.654
Ajustes para:			
Depreciação e amortizações	9.504	182	9.686
Outros ajustes	(5.657)	5.655	(2)
Variação nas contas patrimoniais:			
Impostos e contribuições	95.927	(19)	95.908
Outros passivos	(65.790)	(2.316)	(68.106)
Caixa líquido gerado nas operações	69.852	–	69.852

2.4 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é também sua moeda funcional. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

2.5 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Considera-se controlada a sociedade na qual a Companhia é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de dirigir as atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades.

A Companhia possui investimento na sociedade controlada Franco Corretagem de Seguros Ltda., avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

2.6 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Novas normas ou alterações de normas e interpretações para exercícios futuros e/ou algumas serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.

CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9): Em vigor pelo CPC desde 1º de janeiro de 2018, o Pronunciamento apresenta novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de “hedge”.

CPC 50 - Contratos de seguros (IFRS 17): Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. Este CPC entrará em vigor para períodos anuais com início em/ou após 1º de janeiro de 2023.

2.7 SEGREGAÇÃO ENTRE CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

A Companhia revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante, quando da elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base.

Os títulos e valores mobiliários classificados como “valor justo por meio do resultado” estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento, exceto pelo montante de aplicações bloqueadas judicialmente, que são classificados no ativo não circulante.

Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes.

As provisões atuariais, bem como a provisão de prêmios não ganhos e os custos de aquisição diferidos, são segregadas entre Circulante e Não Circulante, nos termos do artigo 113 da Circular SUSEP nº 648/2021, com base na expectativa de desenvolvimento e consumo de cada uma das provisões, baseada nos fluxos de caixas estimados no Teste de Adequação de Passivos.

Os salvados são segregados entre Circulante e Não Circulante com base no comportamento de realização/ativação de salvados após o pagamento de sinistro.

Adicionalmente, em julho de 2022 a Companhia alterou a metodologia de segregação das provisões de prêmios entre curto e longo prazo, passando a considerar seu desenvolvimento com base nas datas de início e fim de vigência dos prêmios, em substituição a curva de fluxos de caixa estimados no teste de adequação dos passivos.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. Não houve no período de 31 de dezembro de 2022 alterações nas políticas contábeis relevantes.

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 ATIVOS FINANCEIROS

(A) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) MENSURADOS PELO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em “Resultado financeiro” no exercício em que ocorrem.

(ii) TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

São instrumentos financeiros não derivativos reconhecidos pelo seu valor justo. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em “Resultado financeiro”. A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) são reconhecidos no patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários), na conta “Outros resultados abrangentes”, sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente “impairment”.

(iii) MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

São classificados nessa categoria os ativos financeiros adquiridos para obter fluxos de caixa contratuais, esses títulos são contabilizados pelo custo de aquisição e para os quais há a intenção e capacidades de mantê-los até a data de seus vencimentos.

(iv) EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas “Créditos das operações de seguros e resseguros”, “Títulos e créditos a receber” e “Outros créditos operacionais” que são contabilizados pelo custo amortizado deduzidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

(B) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como “Títulos para negociação” e “Títulos disponíveis para venda” baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício de 31 de dezembro de 2022.

3.3 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS “IMPAIRMENT”

3.3.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou *“impaired”*. Para a análise de *“impairment”*, a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada é a de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de *“impairment”* para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, *“ratings”* internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados *(“write-off”)* quando não há mais expectativa para recuperação do ativo, conforme regras da SUSEP.

3.3.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA

A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda, está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado.

3.3.3 ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados são revisados para a verificação de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do “impairment” os ativos são agrupados nos níveis mais baixos

continua

Azul Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11
Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

azul seguros

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos. Os ativos não financeiros que tenham sofrido "impairment" são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do "impairment".

3.4 ATIVOS DE RESSEGURO

Os ativos de resseguro são valores a receber de resseguradores e valores das provisões técnicas de resseguro, avaliados consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro. Os valores a pagar a resseguradores são compostos por prêmios em contratos de cessão de resseguro.
As perdas por "impairment", quando aplicáveis, são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros (vide nota explicativa nº 3.2). Essa metodologia também leva em consideração os fluxos administrativos específicos de recuperação com os resseguradores.

3.5 BENS À VENDA - SALVADOS

A Companhia detém ativos circulantes que são mantidos para a venda, tais como estoques de bens salvados recuperados após indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação. Adicionalmente, os bens salvados que não estejam disponíveis para venda por questões documentais, por exemplo, são mantidos no ativo não circulante, conforme regras da SUSEP.

3.6 DIREITOS A SALVADOS E A RESSARCIMENTOS

Após a liquidação de um sinistro e consequente aquisição de direitos em relação a salvados ou a ressarcimentos, a Companhia registra esse ativo de forma segregada dos salvados e ressarcimentos não estimados. Esse ativo estimado é calculado através de técnicas estatísticas e atuariais, com base no desenvolvimento histórico de liquidação de sinistros.

3.7 CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO

As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices, conforme demonstrado na nota explicativa nº 13. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos. Os custos administrativos diretamente relacionados à obtenção de novos contratos de seguros, tais como custo com aceitação de riscos e emissão de apólice, também são diferidos com o mesmo critério.

3.8 PROPRIEDADES IMOBILIÁRIAS DE INVESTIMENTO

Compreendem os imóveis de propriedade da Companhia que estão sendo mantidos para valorização do capital. Esses imóveis são avaliados por meio de custo de aquisição e as depreciações registradas mensalmente no resultado do período.

3.9 IMOBILIZADO

Compreendem imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos utilizados na condução dos negócios da Companhia. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.
Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos.
A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 14.

3.10 INTANGÍVEL

Os gastos com aquisição e implantação de "softwares" e sistemas são reconhecidos como ativo quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "software" são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.
A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 15.

3.11 CONTRATOS DE SEGUROS - CLASSIFICAÇÃO

A Companhia emite diversos tipos de contratos de seguros gerais que transferem riscos significativos de seguros, financeiros ou ambos. Entende-se como risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial. Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro.
Os contratos de assistência a segurados como serviços a automóveis e residências e assistência 24 horas, entre outros, também são avaliados para fins de classificação de contratos e são classificados como contratos de seguro quando há transferência significativa de risco de seguro entre as contrapartes no contrato.

3.12 PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS

3.12.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS ORIGINADOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Utiliza-se as diretrizes do CPC 11 para avaliação dos contratos de seguro e aplica-se as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: Teste de Adequação de Passivos (TAP); avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação dos contratos; entre outras políticas aplicáveis.
Não é aplicado os princípios de "Shadow Accounting" (contabilidade reflexa), já que a Companhia não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizadas de títulos classificados como disponíveis para a venda.
As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTAs) e estão descritos resumidamente a seguir:
(a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" dia para os seguros de danos e seguros de pessoas, com base nos prêmios emitidos, tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.
(b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada para os seguros de danos e seguros de pessoas e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.
(c) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) - administrativa e judicial - é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e líquida de cosseguro. Essa provisão é ajustada pela Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Suficientemente Avisados (IBNeR), com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos processos de análise até sua liquidação. A IBNeR é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como triângulos de "run-off", com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas.
(d) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Companhia até data-base de apuração e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais como pela aplicação de triângulos de "run-off", com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas.
(e) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída com o objetivo de garantir a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas com sinistros. A provisão deve abranger as despesas alocáveis e não alocáveis, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios.
As provisões técnicas são segregadas entre circulante e não circulante no balanço patrimonial conforme seus perfis de liquidações, baseados nos fluxos atuariais.

3.12.2 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)

A Companhia elabora o Teste de Adequação de Passivos em cada data de balanço, para todos os contratos de seguro vigentes, de acordo com os critérios do CPC 11 e da SUSEP. São estimados os valores esperados dos fluxos de caixa futuros relacionados ao cumprimento desses contratos, os quais são comparados com valor contábil de todos os passivos relacionados, deduzidos dos custos de aquisição diferidos.
O teste considera a projeção de sinistralidade (sinistros ocorridos e a ocorrer), resseguro, despesas incrementais e de liquidação, bem como receitas de salvados e ressarcimentos, e prêmios de risco decorrido, quando aplicáveis. Os fluxos são apurados através de premissas realistas, baseadas na experiência da Companhia, que buscam refletir a melhor estimativa das obrigações futuras geradas pelos contratos vigentes.
Os contratos de seguro são agrupados de acordo com suas características de risco e similaridades.
Para os passivos judiciais, quando aplicáveis, são estimados índices de atualização monetária até a liquidação esperada das obrigações. Para os contratos de seguros vigentes, não são aplicáveis obrigações adicionais referentes à taxa de juros dos ativos. As estimativas não consideram premissas adicionais de tábuas biométricas. Não são aplicáveis fluxos de resseguro para sinistros a ocorrer.
Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente através da estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), elaborada pela SUSEP, de acordo com a metodologia vigente.
Na presente data-base, a estimativa de sinistralidade média apurada no TAP foi de 78,5%.
O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foi comparado à soma das provisões técnicas de sinistros ocorridos. Já para o valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer referentes a apólices vigentes, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foram comparados à soma das provisões técnicas de prêmios.
O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer referentes a apólices vigentes, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foram comparados à soma das provisões técnicas de prêmios.
O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos riscos decorridos, que consideram os prêmios ganhos e os sinistros a ocorrer referentes às obrigações não registradas dos contratos de seguro vigentes, incluindo despesas relacionadas, são avaliados através da comparação dos valores estimados de receitas e despesas para os produtos aplicáveis.
Eventuais insuficiências apuradas no TAP são registradas imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo a Provisão Complementar de Cobertura (PCC).
O resultado do TAP não apresentou insuficiência para grupos analisados e, portanto, não foram reconhecidas despesas ou provisões adicionais nesta data-base.

3.13 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo: são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado. Os benefícios de curto prazo, tais como planos de saúde, planos de saúde odontológicos, cartão farmácia, vale transporte, vale refeição, vale alimentação, auxílio creche e/ou baba, bolsa de estudos, seguro de vida e estacionamento na matriz, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida em que são incorridos.
Obrigações com aposentadorias: a Companhia patrocina os planos administrados pela entidade PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, sendo o Plano PORTOPREV da modalidade CV (Contribuição Variável) fechado para novas adesões, e o Plano PORTOPREV II na modalidade CD (Contribuição Definida), aberto para novas adesões.
Benefícios pós-emprego: também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários, conforme o período de prestação de serviços.
O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós emprego são calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

3.14 PROVISÕES JUDICIAIS, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Companhia e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.
Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.
Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.15 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

3.15.1 PRÊMIO DE SEGURO E RESSEGURO

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 3.12.1(a)).
As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional).

3.15.2 RECEITA DE JUROS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do recebimento.

3.16 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.
O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do período. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

3.17 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do período, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.
Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais.
Os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

3.18 PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS

A Companhia possui programa próprio para o cálculo da participação nos lucros. Os valores são reconhecidos no resultado com base nos critérios estabelecidos na política interna e são revisitados anualmente.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros; (ii) das provisões técnicas; (iii) da provisão para risco de créditos ("impairment"); (iv) da realização dos impostos diferidos; e (v) das provisões para processos judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.
As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

4.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGUROS

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.
Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

4.2 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.
Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito na nota explicativa nº 3.3.

4.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia dispõe de um considerável número de processos judiciais em aberto na data das demonstrações contábeis. O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.4 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, a necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, é altamente estratégica para a Porto Seguro.
Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Porto Seguro adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.
A abordagem da Porto Seguro para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três níveis de defesa:
• Unidades operacionais;
• Funções de controle; e
• Auditoria interna.
Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo possui o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo aprovar e monitorar o Apetite ao Risco do Grupo, propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de risco.
Destaca-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve mudanças relevantes nos riscos: (i) de liquidez, uma vez que as durações médias dos principais ativos e passivos da Companhia não sofreram alterações relevantes e; (ii) de seguros, pois as variações observadas decorrem do crescimento normal das operações da Porto Seguro.
A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros.
Para o gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos.
(a) Portfólio de Investimentos: para o gerenciamento deste risco, a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "A" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito da Porto Asset. Management.
Em 31 de dezembro de 2022, 95,5% (96,1% em 31 de dezembro de 2021) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AA".
Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada ("impared").
(b) Inadimplência nos prêmios a receber: é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto à Companhia, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os prêmios a receber de segurado da Companhia, em geral, não possuem concentração de riscos (por setor econômico, por exemplo), uma vez que são recebíveis, principalmente, de pessoas físicas e varejo. Os vencimentos dos prêmios a receber estão apresentados na nota explicativa nº 9.1.1.

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção de seus níveis de liquidez em patamares adequados.
Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base às projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/empresa. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresses), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez.
Além do monitoramento diário do caixa de cada empresa, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.
A tabela a seguir apresenta o fluxo de ativos e passivos da Companhia (i):

	Dezembro de 2022		Dezembro de 2021	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista/sem vencimento	202.080	–	105.915	–
Fluxo de 1 a 30 dias	616.088	237.835	295.552	316.286
Fluxo de 2 a 6 meses	390.479	1.555.999	764.400	1.056.709
Fluxo de 7 a 12 meses	403.828	595.694	171.951	391.374
Fluxo acima de 1 ano	1.391.277	172.763	1.441.550	176.871
	3.003.751	**2.562.291**	**2.779.368**	**1.941.240**

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.
(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, aplicações, prêmios a receber e operações com resseguradoras.
(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e os débitos de operações com seguros e resseguros.

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

continua

Azul Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11
Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

azul seguros

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Inflação (IPCA/IGPM)	62,8%	84,9%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	15,3%	10,6%
Ações	1,1%	1,6%
Prefixados	19,0%	1,7%
Outros	1,9%	1,2%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.

Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e ferramentas de "tracking error" e "Benchmark-VaR", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2022:

Fator de Risco	Cenário (i)	Impacto (ii)
	+ 50 b.p.	(96.668)
	+ 25 b.p.	(50.082)
Índices de preços	+ 10 b.p.	(20.473)
	- 10 b.p.	96.668
	- 25 b.p.	50.082
	- 50 b.p.	20.473
	+ 50 b.p.	(15.937)
	+ 25 b.p.	(8.152)
Juros prefixados	+ 10 b.p.	(3.306)
	- 10 b.p.	15.937
	- 25 b.p.	8.152
	- 50 b.p.	3.306
	+ 50 b.p.	(1.598)
	+ 25 b.p.	(1.332)
Juros pós-fixados	+ 10 b.p.	(1.065)
	- 10 b.p.	1.598
	- 25 b.p.	1.332
	- 50 b.p.	1.065
	± 34%	(21.621)
Ações	± 17%	(10.810)
	± 9%	(5.405)

(i) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário possível de "stress" para cada fator de risco, disponibilizado pela B3.
(ii) Bruto de efeitos tributários.

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia já com o uso dos instrumentos derivativos utilizados como "hedge" das operações.

5.4 RISCO DE SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento.

A Companhia emite seguros de automóveis e danos. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes categorias de risco:

(a) Risco de prêmio: gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, sendo as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens para os produtos.

(b) Risco de provisão: gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº 3.12.2).

(c) Risco de retenção: gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.

(d) Risco de práticas de sinistros: gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

Cada área de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atuarial para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem:

• Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
• Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.
• Utilização como indexador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados.
• Taxa de juros esperada para os ativos, equivalente à taxa SELIC/CDI, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no exercício vigente.
• Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Alta Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.

As exposições a concentrações de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos no âmbito do negócio por região e por segmento baseado no prêmio emitido bruto:

Dezembro/2022

Bruto de resseguro (*) Região	Automóvel	%
Centro Oeste	254.945	5,6%
Nordeste	460.712	10,0%
Norte	49.389	1,1%
Sudeste	3.172.653	71,0%
Sul	611.831	12,3%
Total Geral	**4.549.530**	**100,00%**

Dezembro/2021

Bruto de resseguro (*) Região	Automóvel	%
Centro Oeste	199.038	5,3%
Nordeste	384.973	9,9%
Norte	45.182	1,2%
Sudeste	2.576.751	71,2%
Sul	494.297	12,4%
Total Geral	**3.700.241**	**100,00%**

(*) Não inclui valores de RVNE no montante de R$ 4.504 (R$ 10.157 em 31 de dezembro de 2021).

Os impactos dos testes de sensibilidade demonstrados a seguir são aqueles que ocorreriam no resultado e no patrimônio líquido da Companhia decorrente das variações nas premissas apresentadas. Como a Companhia apresenta suficiência nos fluxos do TAP (vide nota explicativa nº 3.12.2), conforme regras da SUSEP, os impactos demonstrados são após o esgotamento dessas suficiências.

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(549.342)	(279.584)
Sinistros - aumento de 50,0 %	(667.762)	(217.204)

5.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos, reduzir as ameaças até um nível aceitável. Isto inclui esforços para a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

5.6 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos correspondem à possibilidade de ocorrência de perdas para a Porto devido à fatores de origem social, ambiental ou climática relacionados aos negócios da Porto e suas controladas. Adicionalmente, consideram-se também as perdas que a Porto Seguro pode ocasionar junto à terceiros também devido aos fatores acima mencionados.

Em linha com os requerimentos regulatórios implementados pelo Banco Central do Brasil e SUSEP, o Grupo Porto desenvolveu em 2022 a política e a metodologia corporativa de Risco Socioambiental e Climático, a qual estabelece os princípios, diretrizes, responsabilidades, bem como mecanismos de avaliação e controle no que se refere à Gestão dos Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos - GRSAC.

Neste sentido, estabeleceu-se de forma corporativa a identificação, a avaliação, o tratamento, a mitigação e o monitoramento dos riscos sociais resultantes de impactos no bem-estar das pessoas, os riscos ambientais relativos à possibilidade de efeitos nocivos causados pela companhia e os riscos climáticos que devido a eventos e mudanças climáticas podem gerar um impacto no ecossistema e na sociedade. Para o gerenciamento desses riscos, é avaliado a exposição de cada produto ou negócio, além, da construção de indicadores para monitoramento contínuo.

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do grupo, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas abaixo:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021 (reapresentado)
Patrimônio líquido	**1.161.384**	**925.134**
(+/–) Ajustes contábeis	**(312.734)**	**(366.711)**
Participações societárias	(167)	(137)
Despesas antecipadas	(5.181)	(5.266)
Créditos tributários que excederem 15% do CMR	(36.487)	–
Ativos intangíveis	(60.654)	(40.098)
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (–)	(95.143)	(76.122)
Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado (–)	(115.102)	(245.088)
(+/–) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	**(6.360)**	**(4.856)**
Valor de mercado - ativos mantidos até o vencimento	(6.360)	(4.856)
PLA de nível 1	**842.290**	**553.567**
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	88.723	160.517
PLA de nível 2	**88.723**	**160.517**
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (+)	95.143	76.122
Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado (+)	115.102	245.088
PLA de nível 3	**210.245**	**321.210**
Excesso de Nível 3 (–)	(64.219)	(205.957)
Excesso de níveis 3	**(64.219)**	**(205.957)**
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	**1.077.039**	**829.337**
Capital base (I)	**15.000**	**15.000**
Capital de risco (II)	**973.507**	**768.358**
Capital de risco de subscrição	913.404	717.943
Capital de risco de mercado	57.395	49.932
Capital de risco de crédito	28.947	24.657
Capital de risco operacional	29.091	23.519
Benefício da correlação entre riscos	(55.330)	(47.693)
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	**973.507**	**768.358**
Suficiência de capital	**103.532**	**60.979**

A Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021, determinou a demonstração do PLA segregado em 3 (três) níveis de qualidade, respeitados os limites regulatórios para utilização de cada nível na cobertura do CMR.

7. EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Equivalentes de caixa (*)	143.024	17.094
	143.024	**17.094**

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras Financeiras do Tesouro (LFTs). Adicionalmente, contempla ajustes diários de instrumentos financeiros derivativos futuros.

8. APLICAÇÕES

8.1 ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO (*)

	Dezembro de 2022			Dezembro de 2021		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos abertos						
Outros	169	–	169	146	–	146
	169	**–**	**169**	**146**	**–**	**146**
Fundos exclusivos						
LFTs	282.570	–	282.570	157.039	–	157.039
Ações de companhias abertas	20.179	–	20.179	24.019	–	24.019
Cotas de fundos	36.900	–	36.900	16.802	–	16.802
Letras financeiras - privadas	–	11.381	11.381	–	7.031	7.031
Outros	–	5.966	5.966	–	7.359	7.359
	339.649	**17.347**	**356.996**	**197.860**	**14.390**	**212.250**
	339.818	**17.347**	**357.165**	**198.006**	**14.390**	**212.396**
Circulante			356.996			212.250
Não circulante			169			146
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:			**21%**			**15%**

(*) Os títulos para negociação são compostos, substancialmente, por cotas de fundos de investimentos abertos ou exclusivos e letras financeiras de instituições privadas, cujo valor de custo atualizado desses títulos razoavelmente se aproxima de seu valor justo.

8.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	Dezembro de 2022 Nível 1	Dezembro de 2021 Nível 1
Carteira própria (i)		
NTNs - B	910.227	1.065.484
LTNs	187.655	–
	1.097.882	**1.065.484**
Circulante	187.656	–
Não circulante	910.226	1.065.484
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:	**66%**	**75%**

(i) O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em 31 de dezembro de 2022 era de R$ 1.097.882 (R$ 1.150.182 em 31 de dezembro de 2021).

8.3 MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO (*)

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Fundos exclusivos (*)		
NTNs - B	200.837	133.931
LTNs	11.702	–
	212.539	**133.931**
Circulante	11.702	–
Não circulante	200.837	133.931
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:	**13%**	**9%**

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2022 era de R$ 201.939 (R$ 125.101 em 31 de dezembro de 2021).

8.4 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS (*)

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	**1.428.905**	**1.238.459**
Aplicações	1.964.812	1.107.224
Resgates	(1.704.093)	(961.146)
Rendimentos	108.119	152.163
Ajuste a valor de mercado	12.867	(107.795)
Saldo final	**1.810.610**	**1.428.905**

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, títulos disponíveis para venda, títulos mantidos até o vencimento e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

8.5 ÍNDICE DE LÍQUIDEZ CORRENTE

Apesar da companhia possuir saldo de aplicações financeiras classificado no longo prazo, de acordo com o vencimento final dos títulos, o Índice de Liquidez Corrente da Companhia leva em consideração esses títulos devidos sua liquidez imediata, conforme características do fundo, sendo exclusivo para cobertura de reserva técnica, composto em sua totalidade, por títulos públicos nacionais, sem carência ou qualquer outro tipo de penalidade em caso de resgate ou liquidação antecipada.

A tabela a seguir apresenta o índice de liquidez corrente da Companhia:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Ativo circulante (*)	3.831.834	3.085.840
Passivo circulante	3.113.638	2.533.158
Índice de liquidez corrente	**1,23**	**1,22**

(*) Total de ativo circulante, somado ao fundo exclusivo para cobertura de reserva técnica classificado como "Título disponível para venda no longo prazo" no montante de R$ 910.226 que a Companhia considera ter liquidez imediata.

8.6 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras, apresentadas a seguir:

	Taxas de juros % (a.a.) Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Equivalentes de caixa (*)	13,63	9,13
Fundos exclusivos		
NTNs B - IPCA	3,97	2,74
LFTs (SELIC + Ágio/Deságio)	0,07	0,18
Carteira própria		
NTNs B - IPCA	3,98	1,94
LTNs	11,98	–

(*) Vide nota explicativa nº 7.

9. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS

9.1 PRÊMIOS A RECEBER

	Dezembro de 2022			Dezembro de 2021		
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber-Líquido	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber-líquido
Automóveis	1.123.941	(2.907)	1.121.034	858.716	(4.067)	854.649
Resp. Civil facultativa - RCF	373.613	(838)	372.775	293.089	(1.740)	291.349
Assistência e outras coberturas - Auto	167.511	(59)	167.452	150.263	(391)	149.872
	1.665.065	**(3.804)**	**1.661.261**	**1.302.068**	**(6.198)**	**1.295.870**

9.1.1 COMPOSIÇÃO QUANTO AOS VENCIMENTOS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
A vencer	1.507.605	1.162.955
Vencidos de 1 a 30 dias	157.113	108.016
Vencidos 31 a 60 dias	43	25.226
Vencidos 61 a 120 dias	81	4.133
Acima de 120 dias	223	1.738
	1.665.065	**1.302.068**
Redução ao valor recuperável	(3.804)	(6.198)
	1.661.261	**1.295.870**

9.1.2 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	**1.295.870**	**1.133.333**
Prêmios emitidos	4.835.758	3.947.822
IOF	340.158	277.536
Adicional de fracionamento	36.466	34.163
Prêmios cancelados	(258.667)	(211.116)
Recebimentos	(4.590.718)	(3.883.177)
Provisão para riscos de créditos	2.394	(2.691)
Saldo final	**1.661.261**	**1.295.870**

9.1.3 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	**(6.198)**	**(3.507)**
Provisões constituídas	(54.635)	(52.895)
Reversões e baixas	57.029	50.204
Saldo final	**(3.804)**	**(6.198)**

9.1.4 PRAZO MÉDIO DE PARCELAMENTO

Produto	Quantidade de parcelas	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
	1 a 4	42%	49%
Automóvel	5 a 10	58%	52%

10. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Imposto de renda e contribuição social diferidos - diferenças temporárias (i) (ii)	157.077	101.952
Imposto de renda	478	10.916
Outros	5	30
	157.560	**112.898**
Circulante	483	10.946
Não circulante	157.077	101.952

(i) Vide nota explicativa nº 10.1.1
(ii) Vide nota explicativa nº 10.1.3

10.1 TRIBUTOS DIFERIDOS

10.1.1 ATIVO

	Dezembro de 2021	Constituição	Reversão	Dezembro de 2022
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa	–	36.487	–	36.487
	–	**36.487**	**–**	**36.487**
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão sobre ajustes de instrumentos financeiros	43.797	11.930	–	55.727
PIS e COFINS sobre PSL e IBNR	25.830	–	(383)	25.447
Provisão para riscos de créditos e redução ao valor recuperável de salvados	11.678	1.089	–	12.767
Provisões não dedutíveis	7.437	644	–	8.081
Provisão para obrigações legais - PIS, COFINS e INSS	6.465	–	(79)	6.386
Provisão de participação de lucros	3.974	3.925	–	7.899
Provisão fiscal - outras	2.043	1.435	–	3.478
Provisão para processos judiciais	728	77	–	805
	101.952	**55.587**	**(462)**	**157.077**

10.1.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

continua

Azul Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11
Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16° ao 20° andares - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

azul seguros

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Valor
2023	83.830
2024	5.409
2025	34.176
2026	4.250
2027	4.247
2028 a 2030	23.407
Após 2030	1.758
Total - ativo	**157.077**

Neste estudo é considerado a alíquota de imposto que vigerá em cada exercício futuro para analisar-se a realização do ativo de imposto diferido.

10.1.3 PASSIVO

Natureza	Reapresentado Dezembro de 2021	Constituição	Reversão	Dezembro de 2022
IR e CS sobre ajustes de instrumentos financeiros	9.918	17.076	–	26.994
IR e CS diferidos sobre PIS e COFINS	9.742	–	(153)	9.589
Imposto de renda e contribuição social sobre reavaliação de imóveis	2.482	139	(356)	2.265
	22.142	**17.215**	**(509)**	**38.848**

10.2 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2022	Reapresentado Dezembro de 2021
Lucro/Prejuízo antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	(23.935)	288.626
(–) Participações nos resultados	(5.276)	(27.268)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL e após participações nos resultados (A)	**(29.211)**	**261.358**
Alíquota vigente	40%	40%
Imposto de renda e contribuição social (à taxa nominal) (B)	**11.684**	**(104.543)**
Juros sobre o capital próprio	29.200	13.543
Inovação tecnológica (ii)	2.368	11.163
Incentivos fiscais	–	2.412
Outros	1.024	(5.279)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	**32.592**	**21.839**
Total de imposto de renda e contribuição social (D = B + C)	**44.276**	**(82.704)**
Taxa efetiva (D/A)	**151,6%**	**31,6%**

(i) Em 28 de abril de 2022 foi aprovada a Medida Provisória nº 1.115, que entrou em vigor em 1º de agosto de 2022 com aplicação até 31 de dezembro de 2022, a alteração da alíquota de CSLL de 15% para 16% sobre o lucro das empresas de seguros, previdência complementar, capitalização, instituições financeiras, entre outras.
(ii) Refere-se principalmente aos benefícios relacionados aos projetos vinculados à lei de incentivo à pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica (Lei do Bem), reconhecido no exercício de 2021.

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
COFINS (*)	32.988	31.040
Programa de Integração Social (PIS) (*)	15.567	15.913
Processos judiciais com adesão ao REFIS (*)	15.142	14.499
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	6.795	6.377
Imposto sobre circulação de mercadoria e serviços	6.744	6.341
INSS - autônomos (*)	2.491	2.416
Outros depósitos cíveis, fiscais e trabalhistas	6.575	7.100
	86.302	**83.686**

(*) Vide nota explicativa nº 20.

12. OUTROS VALORES E BENS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Bens à venda - salvados (i)	72.191	60.756
Direito a salvados - estimado (ii)	25.164	23.817
Imóveis a Venda (iii)	2.505	–
Almoxarifado	446	1.019
	100.306	**85.592**
Circulante	80.980	57.646
Não circulante	19.326	27.946

(i) Vide nota explicativa nº 12.1.
(ii) Vide nota explicativa nº 12.2.
(iii) Vide nota explicativa nº 1.2.1

12.1 BENS À VENDA - SALVADOS (*)

Os salvados da Companhia são originados dos ramos de automóveis e possuem os seguintes prazos de permanência em estoque:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Permanência até 30 dias	17.875	14.820
Permanência de 31 a 60 dias	21.395	21.166
Permanência de 61 a 120 dias	18.172	15.384
Permanência de 121 a 365 dias	24.184	16.626
Permanência acima de 365 dias	17.397	16.365
	99.023	**84.361**
Redução ao valor recuperável (*)	(26.832)	(23.605)
	72.191	**60.756**
Circulante	53.317	48.261
Não circulante	18.874	12.495

(*) Decorrentes, principalmente, de indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação.

12.2 DIREITO A SALVADOS - ESTIMADOS

A tabela a seguir apresenta a estimativa de realização e as realizações efetivas dos ativos de direito a salvados originados dos ramos de automóveis:

	Dezembro de 2022		Dezembro de 2021	
	Expectativa de realização	Efetivas realizações	Expectativa de realização	Efetivas realizações
1º mês	7.409	8,7%	8.879	8,5%
2º mês	3.568	54,7%	3.904	51,4%
3º mês	1.989	24,1%	1.696	21,3%
4º mês	1.460	6,3%	1.134	6,9%
5º mês	1.206	3,0%	909	4,0%
6º mês	1.044	1,4%	760	2,1%
7º mês	939	0,6%	667	1,3%
8º mês	841	0,5%	602	0,8%
9º mês	757	0,3%	544	0,6%
10º mês	687	0,2%	490	0,5%
11º mês	617	0,1%	440	0,3%
12º mês	555	0,0%	407	0,3%
13º ao 18º mês	2.389	0,0%	1.679	1,1%
19º ao 24º mês	1.235	0,0%	928	0,6%
25º ao 30º mês	426	0,0%	601	0,2%
31º ao 36º mês	42	0,0%	177	0,1%
	25.164	**100,0%**	**23.817**	**100,0%**
Circulante	24.712		8.366	
Não circulante	452		15.451	

13. CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Automóvel	394.499	360.236
	394.499	**360.236**
Circulante	394.481	360.204
Não circulante	18	32

O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 12 meses, sendo o mesmo prazo de 31 de dezembro de 2021.

13.1 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	**360.236**	**321.234**
Constituição	783.718	707.236
Apropriação para despesa	(749.455)	(668.234)
Saldo final	**394.499**	**360.236**

14. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação (%)	Dezembro de 2022 Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Dezembro de 2021 Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos		47.732	–	47.732	121.272	–	121.272
Edificações (*)	2,0	77.858	(15.583)	62.275	140.598	(23.783)	116.815
Imóveis de uso		**125.590**	**(15.583)**	**110.007**	**261.870**	**(23.783)**	**238.087**
Informática	20,0	16.241	(12.692)	3.549	17.527	(12.251)	5.276
Móveis máq. e utensílios	10,0	2.085	(1.584)	501	3.127	(2.480)	647
Outras imobilizações	10,0 a 50,0	1.207	(792)	415	2.753	(2.080)	673
Bens móveis de uso		**19.533**	**(15.068)**	**4.465**	**23.407**	**(16.811)**	**6.596**
		145.123	**(30.651)**	**114.472**	**285.277**	**(40.594)**	**244.683**

(*) Para este item foi utilizada taxa média ponderada.

14.1 MOVIMENTAÇÃO IMOBILIZADO

	Saldo líquido em dezembro de 2021	Movimentações Aquisições	Baixas	Despesas de depreciação	Outros/transferência	Saldo líquido em dezembro de 2022
Terrenos (*)	121.272	–	(47.484)	–	(26.056)	47.732
Edificações (*)	116.815	42	(35.075)	(2.167)	(17.340)	62.275
Imóveis de uso	**238.087**	**42**	**(82.559)**	**(2.167)**	**(43.396)**	**110.007**
Informática	5.276	319	(7)	(2.039)	–	3.549
Móveis máq. e utensílios	647	6	(45)	(107)	–	501
Outras Imobilizações	673	12	(82)	(188)	–	415
Bens móveis de uso	**6.596**	**337**	**(134)**	**(2.334)**	**–**	**4.465**
	244.683	**379**	**(82.693)**	**(4.501)**	**(43.396)**	**114.472**

(*) Referem-se aos bens da primeira tranche vendidos ao Fundo, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.2.1.

15. INTANGÍVEL

	Taxas anuais amortização (%)	Dezembro de 2022 Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Dezembro de 2021 Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
"Software"	6,67 a 25,0	81.179	(20.904)	60.275	54.290	(14.572)	39.718
Outros intangíveis	20,0	380	–	380	380	–	380
		81.559	**(20.904)**	**60.655**	**54.670**	**(14.572)**	**40.098**

15.1 MOVIMENTAÇÃO INTANGÍVEL

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2021	Movimentações Aquisições	Despesas de amortização	Outros/ transferências	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022
"Software"	39.718	26.888	(6.397)	66	60.275
Outros intangíveis	380	–	–	–	380
	40.098	**26.888**	**(6.397)**	**66**	**60.655**

16. CONTAS A PAGAR

16.1 OBRIGAÇÕES A PAGAR

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Transações com partes relacionadas (i)	33.276	35.977
Participação nos lucros a pagar	15.525	23.758
Provisão de benefícios a empregados	2.881	3.536
Outras obrigações	4.229	4.116
	55.911	**67.387**
Circulante	53.030	63.851
Não circulante	2.881	3.536

(i) Vide nota explicativa nº 31.

16.2 IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
IOF	112.731	88.026
Imposto de renda retido na fonte	2.399	1.060
Impostos sobre serviços retidos	2.182	1.626
INSS e FGTS	1.792	2.071
Outros	9.697	8.229
	128.801	**101.012**

17. DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS - CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS

Referem-se a comissões a pagar aos corretores por ocasião da cobrança de títulos e as recuperações relativas aos prêmios restituídos.

18. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Referem-se, principalmente, a valores recebidos de segurados para quitação de apólices em processo de emissão e de recebimentos de prêmios de seguros fracionados em processamento. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o prazo médio de permanência dos saldos nesta conta era de até 30 dias.

	De 1 a 30 dias	De 2 a 6 meses	Total
Prêmios e emolumentos recebidos	(6.043)	(87)	(6.130)
Cobrança antecipada de prêmios	(555)	(18)	(573)
Total 31 de dezembro de 2022	**(6.598)**	**(105)**	**(6.703)**
Total 31 de dezembro de 2021	**4.344**	**19**	**4.363**

19. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS

	Dezembro de 2022 Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Dezembro de 2021 Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	2.419.941	2.419.941	1.967.502	1.967.502
Sinistros e benefícios a liquidar	434.111	432.134	443.780	438.901
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	46.570	46.570	32.690	32.690
Demais provisões	21.280	21.280	18.950	18.950
Total	**2.921.902**	**2.919.925**	**2.462.922**	**2.458.043**
Circulante	2.831.323		2.286.740	
Não circulante	90.579		176.182	

19.1 MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO DE CONTRATOS DE SEGURO E ATIVO DE RESSEGURO

	Passivos de contratos de seguros	Ativos de contratos de resseguros
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**2.148.428**	**3.922**
Constituições decorrentes de prêmios	3.710.398	–
Diferimento pelo risco decorrido	(3.510.279)	–
Aviso de sinistros	2.532.793	(5)
Pagamento de sinistros/benefícios	(2.436.623)	(14)
Atualização monetária e juros	18.205	976
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**2.462.922**	**4.879**
Constituições decorrentes de prêmios	4.554.034	–
Diferimento pelo risco decorrido	(4.101.593)	–
Aviso de sinistros	3.287.519	(3.216)
Pagamento de sinistros/benefícios	(3.297.864)	(460)
Atualização monetária e juros	16.884	773
Operações com resseguradoras	–	460
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**2.921.902**	**2.436**

19.2 GARANTIAS DAS PROVISÕES TÉCNICAS

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Total das provisões técnicas (A)	**2.921.902**	**2.462.922**
Direitos creditórios (i)	1.385.743	1.070.288
Custos de aquisição diferidos pagos	336.525	309.834
Operações com resseguradoras	1.977	4.879
Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (B)	**1.724.245**	**1.385.001**
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C = A - B)	**1.197.657**	**1.077.921**
Títulos de renda fixa - públicos	1.097.882	1.065.484
Quotas de fundos de investimento	363.191	153.434
Total de ativos oferecidos em garantia (E)	**1.461.073**	**1.218.918**
Excedente (E - C - D)	**263.416**	**140.997**

(i) Montante correspondente às parcelas a vencer dos prêmios a receber de apólices de riscos a decorrer.

19.3 COMPORTAMENTO DA PROVISÃO DE SINISTROS

A tabela a seguir apresenta o comportamento das provisões (brutas de resseguro) para sinistros da Companhia (em anos posteriores aos anos de constituição, em R$ milhões), denominada tábua de desenvolvimento de sinistro e demonstra a consistência da política de provisionamento de sinistros da Companhia:

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Dezembro 2022
Montante estimado de sinistro no ano do aviso	220,2	236,1	264,9	299,4	302,3	332,9	364,2	475,9	480,7
Um ano mais tarde	215,0	230,2	265,1	256,3	285,9	315,9	272,8	443,8	–
Dois anos mais tarde	227,9	252,1	251,5	279,8	297,0	307,6	274,5	–	–
Três anos mais tarde	254,7	238,0	271,9	286,4	292,2	300,2	–	–	–
Quatro anos mais tarde	240,4	257,1	274,9	283,5	284,9	–	–	–	–
Cinco anos mais tarde	258,1	258,9	272,8	276,2	–	–	–	–	–
Seis anos mais tarde	258,7	257,7	266,4	–	–	–	–	–	–
Sete anos mais tarde	258,5	251,4	–	–	–	–	–	–	–
Oito anos mais tarde	252,1	–	–	–	–	–	–	–	–
			–						
Estimativa corrente	**252,1**	**251,4**	**266,4**	**276,2**	**284,9**	**300,2**	**274,5**	**443,8**	**480,7**
Pagamentos acumulados até a data-base	**(228,8)**	**(222,0)**	**(230,5)**	**(233,8)**	**(233,6)**	**(236,7)**	**(188,3)**	**(352,5)**	**–**
Total	**23,3**	**29,4**	**35,9**	**42,4**	**51,2**	**63,6**	**86,2**	**91,3**	**480,7**
PSL e IBNR reconhecidas no balanço									**480,7**

19.4 PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR - JUDICIAL

A tabela a seguir demonstra a movimentação dos sinistros judiciais:

	Dezembro de 2022 Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Dezembro de 2021 Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Saldo inicial	**88.668**	**83.803**	**73.324**	**69.416**
Total pago no semestre	(27.710)	–	(26.561)	(26.547)
Novas constituições no semestre	1.791	–	1.304	1.304
Baixas da provisão por êxito	(25.607)	–	(978)	(978)
Alteração da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades	43.061	–	23.526	22.555
Alteração da provisão por reestimativa, atualização monetária e juros (*)	17.193	–	18.053	18.053
Saldo final	**97.396**	**83.803**	**88.668**	**83.803**

(*) De acordo com a taxa de atualização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo.

20. OUTROS DÉBITOS - PROVISÕES JUDICIAIS

20.1 PROVÁVEIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, cível e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Fiscais (a)	69.163	66.899
Cíveis	2.773	2.677
Trabalhistas	83	94
Total	**72.019**	**69.670**

(a) PROVISÃO PARA PROCESSOS FISCAIS

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
COFINS (i)	33.228	31.263
PIS (ii)	13.706	14.448
REFIS (v)	11.492	11.001
INSS - autônomos (iii)	2.491	2.416
Contribuição social - dedutibilidade base imposto (iv)	1.146	1.111
Outras	7.100	6.660
	69.163	**66.899**

(i) COFINS

Com o advento da Lei nº 9.718/98, as companhias de seguros e de previdência complementar, entre outras, ficaram sujeitas ao recolhimento da COFINS, incidente sobre suas receitas à alíquota de 4% após a promulgação da Lei 10.684/03. A Companhia questiona judicialmente essa tributação, bem como a base de cálculo fixada pela Lei 9.718 que conceituou faturamento como equivalente a receita bruta.

Na ação movida pela Companhia, atualmente aguarda-se o julgamento dos Embargos de Declaração opostos em sede de Recurso Extraordinário interposto pela Sociedade.

(ii) PIS

A Companhia discute a exigibilidade da contribuição ao PIS, instituída nos termos das Emendas Constitucionais nº 01/94, nº 10/96 e nº 17/97, as quais alteraram a base de cálculo e a alíquota da contribuição, que passou a incidir sobre a receita bruta operacional, e da Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta, independentemente da classificação contábil.

No caso da Emenda Constitucional nº 01/94, aguarda-se julgamento dos recursos Extraordinário interposto pela União.

No caso da Emenda Constitucional nº 10/96, aguarda-se julgamento do Recurso Extraordinário interposto pela sociedade.

Com relação à Emenda Constitucional nº 17/97, aguarda-se cumprimento de sentença com relação ao depósito da competência de fevereiro/98.

Relativamente à Lei nº 9.718/98, aguarda-se o julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos pela União, sendo que o Recurso Extraordinário foi sobrestado até o julgamento do RE nº 400.479 e do Agravo de Instrumento nº 732.247.

continua

Azul Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11
Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

azul seguros

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

(iii) INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS) AUTÔNOMOS

Na ação que discute a LC 84/96, e na ação que discute a Lei 9.876/99, movidas pela Companhia, houve adesão ao programa de parcelamento de débito da Lei nº 11.941/09, relativo à discussão da incidência sobre a comissão dos corretores, prosseguindo somente a discussão em relação ao adicional de 2,5%, que atualmente aguarda o julgamento do Recurso Extraordinário interposto pela sociedade.

(iv) CSLL

A Sociedade Rio Branco, incorporada pela Companhia, foi autuada pela Secretaria da Receita Federal pelo não recolhimento da CSLL no período de 1992 a 2000. A Companhia discute administrativamente a aplicação desse auto de infração, uma vez que possui decisão transitada em julgado que lhe confere o direito de não recolher a referida contribuição. Atualmente aguarda-se o julgamento dos Recursos Especiais interpostos pela União e pela Companhia, em face de decisão que deu parcial provimento ao Recurso Voluntário.

(v) REFIS

A Companhia aderiu ao programa de recuperação fiscal (REFIS) nos anos de 2013 e 2014, para diversas ações que discutia judicialmente e atualmente aguarda a conversão em renda e/ou levantamento dos valores envolvidos e o respectivo trânsito em julgado dos processos.

MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES JUDICIAIS PROVÁVEIS

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**66.899**	**94**	**2.677**	**69.670**
Constituições	–	–	1.013	1.013
Reestimativa	–	–	–	–
Enc. êxito/reversões	(1.331)	(19)	(433)	(1.783)
Pagamentos (*)	–	–	(418)	(418)
Atualização monetária	3.595	8	(66)	3.537
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**69.163**	**83**	**2.773**	**72.019**
Quantidade de processos	17	3	89	109

(*) Para contingências fiscais refere-se ao processo do REFIS (vide item (a)(v)).

20.2 POSSÍVEIS

A Companhia é parte em outras ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Fiscais (a)	160.987	155.123
Cíveis	10.131	7.832
Trabalhistas	41	40
Total	**171.159**	**162.995**

(a) CONTINGÊNCIAS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O risco total estimado dessas ações referem-se principalmente à: (i) Discussão junto à Receita Federal do Brasil quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo o PIS e COFINS, com o risco total estimado em R$ 104.705 (R$ 75.907 de possível impacto no lucro líquido); (ii) Discussão do INSS sobre participação nos lucros e resultados e tem seu risco total estimado em R$ 29.867 (R$ 18.161 de possível impacto no lucro líquido).

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social subscrito e integralizado era de R$ 975.628, dividido em 2.308 (unidades) ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal (R$ 674.578, dividido em 1.722 unidades em 31 de dezembro de 2021). As aprovações de aumento de capital realizada pela SUSEP/CGRAJ no exercício de 2022 foram as seguintes:

	Portaria	Aprovação - R$
19 de dezembro de 2022	1.215	85.000
13 de dezembro de 2022	1.202	8.000
21 de novembro de 2022	1.150	5.000
15 de novembro de 2022	1.131	10.000
26 de outubro de 2022	1.085	25.000
24 de outubro de 2022	1.068	40.000
		173.000

As Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 28 de julho de 2022, 31 de outubro de 2022 e 28 de dezembro de 2022, deliberaram os aumentos de capital social nos montantes de R$ 20.000, R$ 62.050 e R$ 46.000, respectivamente e aguardam aprovação pela SUSEP.

(b) AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Os ajustes de avaliação patrimonial da Companhia referem-se, principalmente, a variação do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda, líquidos dos efeitos tributários (vide nota explicativa nº 8.2).

(c) RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

Constituída em exercícios anteriores em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado com base em laudos de avaliação, emitidos por peritos especializados. A realização dessa reserva, proporcional à depreciação dos bens reavaliados, foi transferida para lucros acumulados no exercício no montante de R$ 314 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 21 em 31 de dezembro de 2021). Esse valor será considerado para cálculo de dividendos mínimos obrigatórios.

A Administração decidiu pela manutenção dos saldos existentes da reserva de reavaliação até a efetiva realização, conforme previsto na Lei nº 11.638/07.

(d) RESERVAS DE LUCROS

(i) RESERVA LEGAL

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2022, seu saldo era de R$ 95.123 (R$ 94.370 em 31 de dezembro de 2021).

(ii) RESERVAS ESTATUTÁRIAS

Esta reserva tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas ou futura distribuição aos acionistas. Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2022, seu saldo era de R$ 122.880 (R$ 225.330 em 31 de dezembro de 2021).

(e) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei.

O pagamento de Juros sobre o Capital Próprio - JCP (líquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A Administração da Companhia aprovou em 29 de setembro de 2022, a distribuição de dividendos intermediários, no montante de R$ 15.000, à conta de reserva de lucros. Os dividendos foram pagos na mesma data de aprovação.

A Administração da Companhia deliberou, na reunião de diretoria de 31 de outubro de 2022, JCP no valor de R$ 62.050, líquidos de imposto de renda, à conta de reserva de lucros para integralização de capital na Companhia.

Os dividendos mínimos foram calculados como seguem:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Lucro líquido do exercício	15.065	178.654
(–) Reserva legal - 5%	(753)	(9.108)
Realização da reserva de reavaliação	315	21
Lucro básico para determinação do dividendo	**14.627**	**169.567**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	**3.657**	**42.392**
Dividendos mínimos obrigatórios	3.657	–
JCP distribuído - líquido	–	28.779
Dividendos intermediários	–	14.488
Total de dividendos e JCP	**3.657**	**43.267**
Total por ação (R$)	**1,58449**	**25,12602**

(f) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES

A Companhia possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Companhia e/ou de suas controladas e coligadas, direta ou indiretamente, conforme determinação do Comitê de Remuneração, como parte de sua remuneração.

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos Beneficiários, dos acionistas, da Companhia e de suas investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Companhia e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento da Companhia.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração, quais sejam: (1) Remuneração Anual em Ações, referente ao pagamento de parte da remuneração variável anual dos beneficiários; (2) Bonificação Adicional, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto; (3) Mega Grant, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto; e (4) Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto.

Os programas Remuneração Anual em Ações, Bonificação Adicional e Mega Grant têm como beneficiários os diretores estatutários da Companhia e/ou de suas coligadas ou controladas, direta ou indiretamente. O programa Porto em Ação tem como beneficiários os empregados da Companhia e de suas controladas, diretas ou indiretas.

As ações entregues aos beneficiários dos programas estão sujeitas a períodos de "vesting" ou "lock-up" que variam de 6 meses a 3 anos, conforme o programa. A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Companhia mantidas em tesouraria. As ações são avaliadas com base em seu preço de cotação no fechamento do último pregão do mês imediatamente anterior à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano e de seus programas.

O Plano substituiu o "Plano de Remuneração em Ações" aprovado em assembleia geral realizada em 29 de março de 2018 ("Plano 2018"), que deixou de produzir efeitos, exceto com relação aos direitos já outorgados, que permanecerão em vigor e sujeitos às regras previstas no referido plano.

O Plano 2018 destinava-se aos diretores estatutários da Companhia e/ou das sociedades nas quais a Companhia detém participação societária, direta ou indiretamente, conforme determinação do Comitê de Remuneração, refletindo o pagamento de parte de sua remuneração variável anual. No Plano 2018, a efetiva transferência das ações aos beneficiários está sujeita ao período de vesting de 3 anos. A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano 2018 ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Companhia mantidas em tesouraria. As ações são avaliadas com base em seu preço de cotação no fechamento do último pregão do exercício social imediatamente anterior à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano 2018.

A movimentação do plano de remuneração em ações está demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**5.373**	**2.315**
Diferimento do exercício	6.052	3.058
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(2.709)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**8.716**	**5.373**
Valor de mercado médio ponderado (R$)	**24,40**	**53,45**

Quantidade	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	**107.564**	**38.902**
Diferimento do exercício	219.239	68.662
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	95	–
Saldo final	**326.898**	**107.564**

22. PRÊMIOS, SINISTRALIDADE E COMISSIONAMENTO

	Dezembro de 2022				Dezembro de 2021			
	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade	Índice de comissionamento	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade	Índice de comissionamento
Automóveis	3.108.476	2.765.200	67,6	22,2	2.441.394	2.304.096	59,9	25,1
Resp. Civil Facultativa	996.274	900.469	62,2	18,3	841.967	799.680	55,3	19,1
Assistência e outras coberturas auto	449.284	435.925	106,0	18,9	427.037	406.503	68,4	19,8
	4.554.034	**4.101.594**	**59,98**	**23,1%**	**3.710.398**	**3.510.279**	**59,8**	**23,1**

23. VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS

	Dezembro de 2022		Dezembro de 2021	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	(448.012)	(448.012)	(190.173)	(190.173)
Provisão de riscos não expirados	(4.428)	(4.428)	(9.946)	(9.946)
	(452.440)	**(452.440)**	**(200.119)**	**(200.119)**

24. SINISTROS OCORRIDOS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Sinistros avisados - ADM	(2.891.930)	(2.306.109)
Porto Socorro	(361.020)	(196.848)
Sinistros avisados - JUD	(17.450)	(21.464)
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(16.192)	(12.378)
Ressarcimentos	36.495	29.828
Salvados	441.550	464.620
Outras despesas com sinistros (*)	(75.384)	(58.513)
	(2.883.931)	**(2.100.864)**

(*) Inclui despesas com regulação de sinistro (despachante, vistoria, serviços de terceiros, etc).

25. CUSTOS DE AQUISIÇÃO (*)

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Comissões sobre prêmios retidos	(784.486)	(708.970)
Outras despesas de comercialização	(109.527)	(141.764)
Variação das despesas de comercialização diferidas	34.263	39.002
	(859.750)	**(811.732)**

(*) Inclui a amortização dos custos de aquisição diferidos (vide nota explicativa nº 13) e as despesas de comercialização não diferidas.

26. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Receitas com operações de seguros	4.090	4.882
Total de outras receitas	**4.090**	**4.882**
Despesas com serviços de assistência	(33.651)	(39.711)
Despesas com cobrança	(28.379)	(20.661)
Despesas com sistema de riscos	(13.201)	(14.455)
Despesas com encargos sociais	(7.821)	(7.478)
Provisão de desvalorização de salvados	(3.228)	(2.759)
Outras	71	(7.006)
Total de outras despesas	**(86.209)**	**(92.070)**
Outras receitas e despesas operacionais	**(82.119)**	**(87.188)**

27. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Despesas recuperadas (*)	(239.564)	(199.861)
Pessoal e benefícios pós-emprego	(72.577)	(64.464)
Serviços de terceiros	(33.314)	(36.269)
Localização e funcionamento	(19.732)	(22.348)
Outras	(2.046)	(4.597)
	(367.233)	**(327.539)**

(*) Referem-se a rateio e repasses de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do grupo Porto Seguro (vide nota explicativa nº 31).

28. DESPESAS COM TRIBUTOS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
COFINS	(53.165)	(58.224)
PIS	(8.331)	(7.849)
Outras	(4.815)	(4.095)
	(66.311)	**(70.168)**

29. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Juros de títulos disponíveis para a venda	76.247	131.287
Adicional de fracionamento de prêmios	37.281	34.163
Ganhos na valorização e juros de títulos para negociação	31.873	20.876
Outras	9.501	3.978
Total de receitas financeiras	**154.902**	**190.304**
Operações de seguros	(16.177)	(18.205)
Variações monetárias de encargos sobre tributos a longo prazo	(45)	(170)
Outras	(9.601)	1.277
Total de despesas financeiras	**(25.823)**	**(17.098)**
Resultado financeiro	**129.079**	**173.206**

30. GANHOS OU PERDAS COM ATIVOS NÃO CORRENTES

No decorrer de 2022 houve a contabilização no ganho patrimonial relativo ao Fundo (detalhado na nota explicativa nº 1.2.1), compensado pelas perdas ocorridas nas demais vendas de imóveis realizadas pela Companhia.

31. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

(i) Despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de pessoal para Porto Cia;

(ii) Prestação de serviços de "Call Center" contratados da Porto Atendimento;

(iii) Prestação de serviços de monitoramento efetuado pela Proteção e Monitoramento;

(iv) Convênio de utilização do meio de pagamento cartão de crédito com a Portoseg;

(v) Prestação de serviços de assistência automotiva e residencial com a Porto Assistência.

Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Ativo		
Portoseg	749.994	601.971
	749.994	**601.971**
Passivo		
Porto Cia	33.275	35.977
	33.275	**35.977**

Despesas	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Demonstração do resultado		
Porto Cia	(496.531)	(354.963)
Porto Assistência	(181.463)	–
Porto Atendimento	(6.816)	(14.189)
Outros	(8.201)	(6.133)
	(693.011)	**(375.285)**

31.1 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE

As transações com pessoal-chave da administração, referem-se aos valores reconhecidos no resultado do período, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Participação nos lucros - administradores	(405)	19.072
Honorários de diretoria e encargos	940	853
	535	**19.925**

32. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) COMITÊ DE AUDITORIA

(b) O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria da Companhia abrange todas as sociedades do grupo Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., Companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o grupo. Não foram identificados assuntos que pudessem modificar o relatório do Comitê de Auditoria emitido em 8 de fevereiro de 2023 até a data da publicação dessas demonstrações financeiras.

DIRETORIA

Roberto de Souza Santos – Diretor Presidente

José Rivaldo Leite da Silva – CEO Seguros e Diretor Vice-Presidente - Comercial

Luiz Felipe Milagres Guimarães – Diretor de Atendimento

Celso Damadi – Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

Adriana Pereira Carvalho Simões – Diretora Jurídica e Riscos

Luiz Vicente Guaranha Lapenta – Diretor de Precificação

Lene Araújo de Lima – Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional

Eva Vazquez Montenegro Miguel – Diretora de Produção

Marcelo Sebastião da Silva – Diretor de Sinistro Automóvel

Luiz Augusto de Medeiros Arruda – Diretor Vice-Presidente - Marketing, Clientes e Dados

Fabio Ohara Morita – Diretor Técnico

Rafael Veneziani Kozma – Diretor de Controladoria

Marcos Roberto Loução – Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços

Gilmar Pires Rodrigues – Diretor de Produto - Automóvel

Tiago Violin – Diretor

BRÁULIO FELICÍSSIMO DE MELO - Atuário - MIBA nº 1588

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

continua

Azul Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF n° 33.448.150/0001-11
Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16° ao 20° andares - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

azul seguros

continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Azul Companhia de Seguros Gerais
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Azul Companhia de Seguros Gerais (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Azul Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas dos contratos de seguros

Conforme divulgado nas notas explicativas n° 3.12 e 19, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia, registrou provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguros no montante de R$ 2.921.902. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido julgamento profissional da diretoria na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto e cancelamento, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros.

Adicionalmente, a diretoria realiza o Teste de Adequação do Passivo (“TAP”) com o objetivo de capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguro. O TAP considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo despesas administrativas e operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos diretos, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa na data de execução do teste. O TAP também considera premissas de sinistralidades calculadas conforme descrito na nota explicativa n°3.12.2. A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela diretoria na constituição de suas provisões técnicas dos contratos de seguros foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros e despesas ocorridos e não avisados e ao teste de adequação de passivos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes; (ii) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais; (iii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar, firmados pela Companhia; (iv) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (v) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (vi) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; (vi) testes documentais, mediante amostra dos sinistros a liquidar quanto da sua existência, contribuições, resgates, portabilidades, concessão e pagamento de benefícios e adequado registro contábil; e (vii) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Ambiente de tecnologia da informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. Uma vez que a avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram retificados em relação às demonstrações financeiras daquele exercício originalmente divulgados, as quais foram auditadas por outro auditor. Os valores correspondentes ora retificados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa 2.3 foram auditados por outro auditor que emitiu relatório datado em 30 de agosto de 2022, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

• A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comercias e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

• Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2023

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Patricia di Paula da Silva Paz
Sócia - Contadora CRC-SP198827/O
Diana Yukie Naki dos Santos
Sócia - Contadora CRC-SP300514/O

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Azul Companhia de Seguros Gerais
São Paulo - SP

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis bem como os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Azul Companhia de Seguros Gerais (“Companhia”), em 31 de dezembro de 2022, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Azul Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2022 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2023

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Serviços Atuariais SS, CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11
Ricardo Pacheco
Atuário - MIBA 2.679

Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.

CNPJ/MF nº 08.816.067/0001-00
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 2º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

seguros auto residência Itaú

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,
Apresentamos o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Itaú Seguros de Auto e Residência S.A., com o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

NOSSO DESEMPENHO

• Prêmios emitidos
Os prêmios emitidos da Companhia totalizaram em 2022 R$ 472,9 milhões, aumento de R$ 6,7 milhões ou 1,4% em relação ao ano anterior.
• Sinistralidade
A sinistralidade da Companhia em 2022 foi de 33,7%, aumento de 6,0 pontos percentuais em relação ao ano anterior.
• Despesas administrativas
Em 2022, o índice de despesas administrativas, tributos e outras despesas operacionais sobre os prêmios ganhos foi de 17,5%, com redução de 6,8 pontos percentuais em relação ao ano anterior.
• Resultado financeiro
O resultado financeiro totalizou em 2022 R$ 54,5 milhões, aumento de R$ 19,6 milhões, ou 56,2% em relação ao ano anterior.
• Índice combinado
O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas, despesas com tributos e outras receitas e despesas operacionais, sobre prêmios ganhos), em 2022 foi de 85,1%, redução de 0,8 ponto percentual em relação ao ano anterior. O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, em 2022 foi de 76,2%, redução de 3,8 pontos percentuais em relação ao ano anterior. Estas variações decorrem principalmente do aumento do índice de despesas administrativas.
• Lucro líquido e por ação
O lucro líquido totalizou em 2022 R$ 76,7 milhões, aumento de R$ 16,0 milhões ou 26,5% em relação ao ano anterior. O lucro por ação foi de R$ 1,27 em 2022 e R$ 0,73 em 2021.

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que colaboradores e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca ser cada vez mais um Porto Seguro para todos os seus públicos.
A descrição completa dos projetos socioculturais e ambientais do grupo Porto Seguro está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A. e Relatório de Sustentabilidade, divulgados no site da Companhia (http://ri.portoseguro.com.br).

AMBIENTE ECONÔMICO

O ano de 2022 terminou com um ambiente internacional ainda repleto de incertezas. E esse quadro que não deve mostrar grandes alterações no início de 2023. Os bancos centrais dos EUA e da Zona do Euro seguem mantendo uma postura firme de combate à inflação. Ainda que as expectativas apontem para uma desaceleração econômica nos dois lados do Atlântico ao longo dos próximos meses, a resiliência do mercado de trabalho nas duas economias deve evitar uma queda mais brusca da atividade. Por outro lado, os baixos níveis de desemprego devem limitar uma redução mais forte da inflação, adiando qualquer reversão dos ciclos atuais de aperto monetário promovidos pelo FED e pelo BCE.
No caso de alguns países emergentes, contudo, esse momento pode estar mais próximo. Como vários desses países iniciaram o processo de alta de suas taxas básicas de juros antes dos EUA e da Europa, o cenário de desinflação nessas economias é mais claro. Mesmo diante dessa perspectiva, porém, o ambiente internacional seguirá desafiador durante boa parte de 2023.
Primeiro, porque a continuidade da guerra na Ucrânia, para além do enorme ônus humanitário, segue como ameaça ao suprimento global de diversas commodities, sejam elas agrícolas ou no setor de energia.
A magnitude e a velocidade do crescimento de novos casos diários, por sua vez, podem aumentar o risco de surgimento de novas variantes da doença, além de um número relevante de mortes num país cuja população ultrapassa 1,4 bilhão de habitantes.
Domesticamente, 2022 registrou um crescimento econômico mais forte que o esperado, fruto de uma expressiva melhora do mercado de trabalho, ainda que parte considerável das novas vagas criadas tenha se concentrado no segmento informal da economia.
O crescimento da massa de rendimentos do trabalho e a manutenção de um fluxo de transferências públicas para parcela relevante da população sustentaram o consumo, notadamente de serviços, que também se beneficiaram em 2022 da normalização de sua demanda depois de quase dois anos de pandemia.
Essa resiliência do consumo das famílias, porém, limitou o movimento de desinflação, que se concentrou no segmento de preços administrados. Esta queda, por sua vez, ocorreu diante da reversão da expressiva elevação dos preços dos derivados de petróleo no início do ano, na esteira da guerra na Ucrânia, assim como em função da expressiva desoneração tributária sobre os preços dos combustíveis e energia elétrica.
As perspectivas para a atividade econômica doméstica são de uma desaceleração do ritmo de crescimento observado no ano anterior, seja em razão dos efeitos defasados do aperto monetário empreendido pelo Copom desde o início de 2021, seja como resultado da esperada desaceleração da economia global. A despeito desse cenário, o espaço para redução da taxa Selic dependerá em grande medida das ações que o novo governo, recém empossado, adotar para o conjunto geral da política econômica e no campo da política fiscal em particular.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e segurados pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes da SUSEP.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2023
A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Circulante		**600.138**	**536.728**
Disponível		5.999	10.448
Caixa e bancos		5.999	10.448
Equivalentes de caixa	7	56.564	22.932
Aplicações	8	165.874	191.154
Créditos das operações com seguros e resseguros		224.423	214.227
Prêmios a receber	9.1	224.423	214.227
Outros créditos operacionais		44.267	1.324
Ativos de resseguro - provisões técnicas	16.1	492	671
Títulos e créditos a receber		29.209	24.420
Títulos e créditos a receber		3.854	698
Créditos tributários e previdenciários	10.1	25.108	23.545
Outros créditos		247	177
Despesas antecipadas		1.369	1.786
Custos de aquisição diferidos	11	71.941	69.766
Seguros		71.941	69.766
Não circulante		**117.699**	**170.345**
Realizável a longo prazo		117.699	170.345
Aplicações	8	84.724	138.960
Títulos e créditos a receber		32.971	31.340
Créditos tributários e previdenciários	10.1	12.418	11.896
Depósitos judiciais e fiscais	12	15.834	16.784
Outros créditos		4.719	2.660
Ativos de resseguro - provisões técnicas	16.1	4	45
Total do ativo		**717.837**	**707.073**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Circulante		**523.594**	**454.479**
Contas a pagar		76.872	69.319
Obrigações a pagar	13.1	39.942	39.144
Impostos e encargos sociais a recolher	13.2	19.124	18.071
Encargos trabalhistas		244	258
Impostos e contribuições		17.562	11.846
Débitos de operações com seguros e resseguros		81.730	69.201
Prêmios a restituir		216	137
Operações com resseguradoras		725	840
Corretores de seguros e resseguros	14	67.825	65.072
Outros débitos operacionais		12.964	3.152
Depósitos de terceiros	15	4.154	2.243
Provisões técnicas - seguros	16	360.838	313.716
Danos		360.838	313.716
Não circulante		**106.737**	**125.637**
Contas a pagar		5.765	5.391
Obrigações a pagar	13.1	100	139
Tributos diferidos	10.1.3	5.665	5.252
Provisões técnicas - seguros	16	96.090	115.073
Danos		96.090	115.073
Outros débitos		4.882	5.173
Provisões judiciais	17.1	4.882	5.173
Patrimônio líquido	**18**	**87.506**	**126.957**
Capital social		57.500	92.500
Reservas de lucros		27.008	31.499
Ajustes de avaliação patrimonial		2.998	2.958
Total do passivo e patrimônio líquido		**717.837**	**707.073**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Prêmios emitidos	19	472.928	466.264
Variações das provisões técnicas de prêmios	20	(6.801)	8.271
Prêmios ganhos	**19**	**466.127**	**474.535**
Sinistros ocorridos	**21**	**(157.223)**	**(131.680)**
Custos de aquisição	**22**	**(157.613)**	**(160.475)**
Outras receitas e despesas operacionais	**23**	**(11.202)**	**(19.446)**
Resultado com resseguro		**(914)**	**(1.500)**
Receita com resseguro		–	50
Despesa com resseguro		(914)	(1.490)
Outros resultados com resseguro		–	(60)
Despesas administrativas	**24**	**(51.525)**	**(74.452)**
Despesas com tributos		**(18.992)**	**(21.574)**
Resultado financeiro	**25**	**54.470**	**34.867**
Resultado operacional		**123.128**	**100.275**
Resultado antes dos impostos e participações		**123.128**	**100.275**
Imposto de renda	**10.2**	**(27.992)**	**(22.942)**
Contribuição social	**10.2**	**(18.069)**	**(16.130)**
Participações sobre o lucro		**(376)**	**(554)**
Lucro líquido do exercício		**76.691**	**60.649**
Quantidade de ações		60.160	83.058
Lucro líquido por ação - R$		1,27	0,73

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Lucro líquido do exercício	**76.691**	**60.649**
Outros resultados abrangentes	**40**	**42**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:		
Ganhos e perdas atuariais	67	70
Efeitos tributários	(27)	(28)
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários	**76.731**	**60.691**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento/(redução) de capital - em aprovação	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	**89.000**	**31.000**	**60.867**	**2.916**	**–**	**183.783**
Pagamento de dividendos intermediários (ano anterior)	–	–	(47.717)	–	–	(47.717)
Aumento/redução de capital:						
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 548	3.500	–	–	–	–	3.500
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 7	–	(31.000)	–	–	–	(31.000)
Reconhecimento pagamento em ações	–	–	167	–	–	167
Ajustes de avaliação patrimonial	–	–	–	42	–	42
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	60.649	60.649
Proposta para distribuição do resultado:						
Reserva legal	–	–	3.032	–	(3.032)	–
Reservas estatutárias	–	–	15.150	–	(15.150)	–
JCP (R$ 0,06 por ação)	–	–	–	–	(5.184)	(5.184)
Dividendos mínimos e intermediários (R$ 0,45 por ação)	–	–	–	–	(37.283)	(37.283)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	**92.500**	**–**	**31.499**	**2.958**	**–**	**126.957**
Pagamento de dividendos intermediários (ano anterior)	–	–	(15.151)	–	–	(15.151)
Redução de capital						–
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 1.214	(35.000)	–	–	–	–	(35.000)
Reconhecimento pagamento em ações	–	–	271	–	–	271
Ajustes de avaliação patrimonial	–	–	–	40	–	40
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	76.691	76.691
Proposta para distribuição do resultado:	–	–	–	–	–	–
Reservas estatutárias	–	–	10.389	–	(10.389)	–
JCP (R$ 0,10 por ação)	–	–	–	–	(6.251)	(6.251)
Dividendos mínimos e intermediários (R$ 1,00 por ação)	–	–	–	–	(60.051)	(60.051)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	**57.500**	**–**	**27.008**	**2.998**	**–**	**87.506**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	76.691	60.649
Ajustes para:		
Perdas por redução ao valor recuperável dos ativos	(7)	221
Provisões técnicas - seguros e resseguros	36.373	(15.622)
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros - aplicações	79.516	66.667
Créditos das operações de seguros e resseguros	(10.189)	5.870
Ativos de resseguro	220	651
Créditos fiscais e previdenciários	(1.563)	21
Ativo fiscal diferido	(522)	(1.686)
Depósitos judiciais e fiscais	950	4.842
Despesas antecipadas	417	(241)
Custos de aquisição diferidos	(2.175)	2.642
Outros ativos	(48.228)	1.334
Impostos e contribuições	35.123	10.508
Outras contas a pagar	(3.729)	24.496
Débitos de operações com seguros e resseguros	12.529	(3.168)
Depósitos de terceiros	1.911	(1.036)
Provisões judiciais	(291)	267
Pagamento provisões técnicas - seguros e resseguros	(8.234)	4.217
Caixa consumido pelas operações		
Impostos sobre o lucro pagos	(29.407)	(31.333)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**139.385**	**129.299**
Atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos e JCP	(75.202)	(89.406)
Redução de capital	(35.000)	(27.500)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	**(110.202)**	**(116.906)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**29.183**	**12.393**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**33.380**	**20.987**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**62.563**	**33.380**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado autorizada a operar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), localizada na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740 - Torre B - 2º andar, São Paulo (SP) - Brasil. Tem por objeto social a exploração de seguros de danos em todas as regiões do país, conforme definido na legislação vigente, operando por meio de sucursais e representantes em todo território nacional. A Companhia é uma controlada direta da Porto Seguro S.A. a qual possui ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3.
Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresentava a seguinte composição acionária*:

Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.	Participação
Porto Seguro S.A.	100,0%
Outros	0,0%

Porto Seguro S.A.	Participação
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	100,0%
Ações em circulação	0,0%

Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	Participação
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	48,4%
Itauseg Participações S.A.	27,2%
Itaú Unibanco S.A.	22,5%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	1,6%
Jayme Brasil Garfinkel	0,2%
Outros	0,0%

Pares Empreendimentos e Participações S.A.	Participação
Jayme Brasil Garfinkel	32,9%
Cleusa Campos Garfinkel	30,5%
Ana Luiza Campos Garfinkel	18,3%
Bruno Campos Garfinkel	18,3%

Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	Participação
Jayme Brasil Garfinkel	100,0%

Itauseg Participações S.A.	Participação
Itaú Unibanco S.A.	62,4%
Banco Itaucard S.A.	26,4%
Banco Itaú BBA S.A.	11,2%

Itaú Unibanco S.A.	Participação
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%

Banco Itaucard S.A.	Participação
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Outros	0,0%

Banco Itaú BBA S.A.	Participação
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%

Itaú Unibanco Holding S.A.	Participação
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	56,9%
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	43,1%
Outros	0,0%

(*) Participações nas ações ordinárias.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

Em consonância à Circular SUSEP nº 648/2021, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendados pela SUSEP.
Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na

continua

Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.

CNPJ/MF nº 08.816.067/0001-00
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 2º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

seguros auto residência Itaú

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 08 de fevereiro de 2023.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 COMPARABILIDADE

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia reclassificou os valores de redução ao valor recuperável - RVR, provisões técnicas - seguros e resseguros e provisões judiciais para os ajustes ao lucro líquido nas demonstrações dos fluxos de caixa. Essas reclassificações foram feitas para melhor apresentação e comparabilidade, em consonância com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

As mudanças não impactam o fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais dos exercícios apresentados conforme demonstrado abaixo:

	Publicado Dezembro de 2021	Atualizado	Atualizado Dezembro de 2021
Caixa gerado nas operações	**–**	**15.622**	**(15.622)**
Provisões técnicas - seguros e resseguros	–	15.622	(15.622)
Variações nos ativos e passivos	**(11.405)**	**(15.622)**	**4.217**
Pagamento de provisões técnicas - seguros e resseguros	(11.405)	(15.622)	4.217

2.4 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é também sua moeda funcional. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

2.5 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Novas normas ou alterações de normas e interpretações para exercícios futuros e/ou algumas serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.

CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9): Em vigor pelo CPC desde 1º de janeiro de 2018, o Pronunciamento apresenta novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge.

CPC 50 - Contratos de seguros (IFRS 17): Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. Este CPC entrará em vigor para períodos anuais com início em/ou após 1° de janeiro de 2023.

2.6 SEGREGAÇÃO ENTRE CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

A Companhia revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante, quando da elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização é ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base.

Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento.

Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes.

As provisões atuariais, bem como a provisão de prêmios não ganhos e os custos de aquisição diferidos, são segregadas entre Circulante e Não Circulante, nos termos do artigo 113 da Circular SUSEP nº 648/2021, com base na expectativa de desenvolvimento e consumo de cada uma das provisões, baseada nos fluxos de caixas estimados no Teste de Adequação de Passivos.

A provisão de prêmios não ganhos e os custos de aquisição diferidos dos riscos vigentes emitidos, devem ser registrados por ramo, que correspondem a parcela do prêmio ainda não decorrido, o qual o período do risco tenha início após o 12° mês.

Adicionalmente, em julho de 2022 a Companhia alterou a metodologia de segregação das provisões de prêmio entre curto e longo prazo, passando a considerar seu desenvolvimento com base nas datas de início e fim de vigência dos prêmios, em substituição à curva dos fluxos de caixas estimados no Teste de Adequação de Passivos.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. Não houve no exercício de 31 de dezembro de 2022 alterações nas políticas contábeis relevantes.

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 ATIVOS FINANCEIROS

(A) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado - títulos para negociação

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) Títulos disponíveis para venda

São instrumentos financeiros não derivativos reconhecidos pelo seu valor justo. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) são reconhecidos no patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários), na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente "impairment".

(iii) Mantidos até o vencimento

São classificados nessa categoria os ativos financeiros adquiridos para obter fluxos de caixa contratuais, esses títulos são contabilizados pelo custo de aquisição e para os quais há a intenção e capacidades de mantê-los até a data de seus vencimentos.

(iv) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações de seguros e resseguros", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos operacionais" que são contabilizados pelo custo amortizado deduzidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

(B) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Títulos para negociação" e "Títulos disponíveis para venda" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício de 31 de dezembro de 2022.

3.3 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS "IMPAIRMENT"

3.3.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired". Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada é a de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, "ratings" internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo, conforme regras da SUSEP.

3.3.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA

A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado.

3.4 ATIVOS DE RESSEGURO

Os ativos de resseguro são valores a receber de resseguradores e valores das provisões técnicas de resseguro, avaliados consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro. Os valores a pagar a resseguradores são compostos por prêmios em contratos de cessão de resseguro.

As perdas por "impairment", quando aplicáveis, são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros (vide nota explicativa nº 3.2). Essa metodologia também leva em consideração os fluxos administrativos específicos de recuperação com os resseguradores.

3.5 BENS À VENDA - SALVADOS

A Companhia detém ativos circulantes que são mantidos para a venda, tais como estoques de bens salvados recuperados após indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação. Adicionalmente, os bens salvados que não estejam disponíveis para venda por questões documentais, por exemplo, são mantidos no ativo não circulante, conforme regras da SUSEP.

3.6 CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO

As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices, conforme demonstrado na nota explicativa nº 11. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos. Os custos administrativos diretamente relacionados à obtenção de novos contratos de seguros, tais como custo com aceitação de riscos e emissão de apólice, também são diferidos com o mesmo critério.

3.7 CONTRATOS DE SEGUROS - CLASSIFICAÇÃO

A Companhia emite diversos tipos de contratos de seguros gerais que transferem riscos significativos de seguros, financeiros ou ambos. Entende-se como risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial. Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro.

Os contratos de assistência a segurados como serviços a automóveis e residências e assistência 24 horas, entre outros, também são avaliados para fins de classificação de contratos e são classificados como contratos de seguro quando há transferência significativa de risco de seguro entre as contrapartes no contrato.

3.8 PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS

3.8.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS ORIGINADOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Utiliza-se as diretrizes do CPC 11 - Contratos de seguro para avaliação dos contratos de seguro e aplica-se as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: Teste de Adequação de Passivos (TAP); avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação dos contratos; entre outras políticas aplicáveis.

Não é aplicado os princípios de "Shadow Accounting" (contabilidade reflexa), já que a Companhia não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizadas de títulos classificados como disponíveis para a venda.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTAs) e estão descritos resumidamente a seguir:

(a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" dia para os seguros de danos e seguros de pessoas, com base nos prêmios emitidos, tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.

(b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada para os seguros de danos e seguros de pessoas e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.

(c) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) - administrativa e judicial - é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e líquida de cosseguro. Essa provisão é ajustada pela Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Suficientemente Avisados (IBNeR), com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos processos de análise até sua liquidação. A IBNeR é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como triângulos de "run-off", com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas.

(d) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Companhia até data-base de apuração e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais como pela aplicação de triângulos de "run-off", com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas.

(e) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída com o objetivo de garantir a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas com sinistros. A provisão deve abranger as despesas alocáveis e não alocáveis, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios.

As provisões técnicas são segregadas entre circulante e não circulante no balanço patrimonial conforme seus perfis de liquidações, baseados nos fluxos atuariais.

3.8.2 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)

A Companhia elabora o Teste de Adequação de Passivos em cada data de balanço, para todos os contratos de seguro vigentes, de acordo com os critérios do CPC 11 e da SUSEP. São estimados os valores esperados dos fluxos de caixa futuros relacionados ao cumprimento desses contratos, os quais são comparados com valor contábil de todos os passivos relacionados, deduzidos dos custos de aquisição diferidos.

O teste considera a projeção de sinistralidade (sinistros ocorridos e a ocorrer), despesas incrementais e de liquidação, resseguro, bem como receitas de salvados e ressarcimentos, e prêmios de risco decorrido, quando aplicáveis. Os fluxos são apurados através de premissas realistas, baseadas na experiência da Companhia, que buscam refletir a melhor estimativa das obrigações futuras geradas pelos contratos vigentes.

Os contratos de seguro são agrupados de acordo com suas características de risco e similaridades.

Para os passivos judiciais, quando aplicáveis, são estimados índices de atualização monetária até a liquidação esperada das obrigações. Para os contratos de seguros vigentes, não são aplicáveis obrigações adicionais referentes à taxa de juros dos ativos. As estimativas não consideram premissas adicionais de tábuas biométricas.

Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente através da estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), elaborada pela SUSEP, de acordo com a metodologia vigente a partir de junho de 2022.

Na presente data-base, a estimativa de sinistralidade (bruta) média apurada no TAP foi de 21,8%, e o percentual de resseguro foi de 0,9%.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foi comparado à soma das provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL, PDR, IBNR e IBNeR.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer referentes a apólices vigentes, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foram comparados à soma das provisões técnicas de prêmios - PPNG e PPNG-RVNE.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos riscos decorridos, que consideram os prêmios ganhos e os sinistros a ocorrer referentes às obrigações não registradas dos contratos de seguro vigentes, incluindo despesas relacionadas, são avaliados através da comparação dos valores estimados de receitas e despesas para os produtos aplicáveis.

Eventuais insuficiências apuradas no TAP são registradas imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo a Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

O resultado do TAP não apresentou insuficiência para grupos analisados e, portanto, não foram reconhecidas despesas ou provisões adicionais nesta data-base.

3.9 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo: são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado. Os benefícios de curto prazo, tais como planos de saúde, planos de saúde odontológicos, cartão farmácia, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação, auxílio creche e/ou baba, bolsa de estudos, seguro de vida e estacionamento na matriz, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida em que são incorridos.

Obrigações com aposentadorias: a Companhia patrocina os planos administrados pela entidade PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, sendo o Plano PORTOPREV da modalidade CV (Contribuição Variável) fechado para novas adesões, e o Plano PORTOPREV II na modalidade CD (Contribuição Definida), aberto para novas adesões.

Benefícios pós-emprego: também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários, conforme o período de prestação de serviços.

O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós-emprego são calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

3.10 PROVISÕES JUDICIAIS E PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Companhia e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.11 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

3.11.1 PRÊMIO DE SEGURO E RESSEGURO

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 3.8.1).

As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional).

3.11.2 RECEITA DE JUROS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, pela taxa efetiva de retorno. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do recebimento.

3.12 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do período. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

3.13 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do período, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

3.14 PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS

A Companhia possui programa próprio para o cálculo da participação nos lucros. Os valores são reconhecidos no resultado com base nos critérios estabelecidos na política interna e são revisitados anualmente.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros, (ii) das provisões técnicas, (iii) da provisão para risco de créditos ("impairment"), (iv) da realização dos impostos diferidos, e (v) das provisões para processos judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por

continua

Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.

CNPJ/MF nº 08.816.067/0001-00

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 2º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

seguros auto residência Itaú

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

4.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGUROS

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porém estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia.

4.2 CÁLCULO DO VALOR JUSTO E DE "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito na nota explicativa nº 3.3.

4.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia dispõe de um considerável número de processos judiciais em aberto na data das demonstrações contábeis intermediárias. O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.4 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, a necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, é altamente estratégica para a Porto Seguro.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Porto Seguro adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem da Porto Seguro para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três níveis de defesa:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo possui o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo aprovar e monitorar o Apetite ao Risco do Grupo, propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de risco.

Destaca-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve mudanças relevantes nos riscos: (i) de liquidez, uma vez que as durações médias dos principais ativos e passivos da Companhia não sofreram alterações relevantes e; (ii) de seguros, pois as variações observadas decorrem do crescimento normal das operações da Porto Seguro.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros.

Para o gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos.

(a) Portfólio de investimentos: para o gerenciamento deste risco, a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito da Porto Asset. Management.

Em 31 de dezembro de 2022, 73,4% (89,8% em 31 de dezembro de 2021) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AA".

Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada "impaired".

(b) Inadimplência nos prêmios a receber: é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto à Companhia, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os prêmios a receber de segurado da Companhia, em geral, não possuem concentração de riscos (por setor econômico, por exemplo), uma vez que são recebíveis, principalmente, de pessoas físicas e varejo. Os vencimentos dos prêmios a receber estão apresentados na nota explicativa nº 9.1.1.

(c) Cessão de resseguro: para o gerenciamento do risco de crédito da cessão de risco de resseguro, há política específica que conta com limites de contraparte fundamentados em "ratings" de agências externas, considerando "A" como mínimo para cessão do risco, de forma a minimizar o potencial de perdas decorrentes da inadimplência dos contratos de cessão de risco.

Destaca-se que a contratação de resseguro leva em consideração as necessidades dos produtos quanto a cessão de risco, estratégia corporativa de negócios e retenção de riscos do grupo Porto estando sempre em conformidade com as regras estabelecidas pelas autoridades reguladoras/fiscalizadoras do Brasil. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não houve cessão de resseguro.

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção de seus níveis de liquidez em patamares adequados. Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base às projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/empresa. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de *"stress"*), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez.

Além do monitoramento diário do caixa de cada empresa, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

A tabela a seguir apresenta o fluxo de ativos e passivos da Companhia:

	Dezembro de 2022		Dezembro de 2021	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista/sem vencimento	33.478	493	35.223	321
Fluxo de 0 a 30 dias	153.659	65.497	47.920	87.038
Fluxo de 2 a 6 meses	129.720	143.767	138.640	106.981
Fluxo de 7 a 12 meses	52.001	57.876	52.115	58.557
Fluxo acima de 1 ano	209.949	84.412	354.396	88.594
Total	**578.807**	**352.045**	**628.294**	**341.491**

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos e passivos financeiros pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, aplicações e prêmios a receber.

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e os débitos de operações com seguros e resseguros.

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Pós-fixados (SELIC/CDI)	44,8%	47,7%
Inflação (IPCA/IGPM)	27,6%	39,4%
Prefixados	21,5%	5,6%
Ações	2,2%	4,1%
Outros	3,9%	3,2%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de *"stress"* da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.

Adicionalmente ao teste de *"stress"*, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e ferramentas de "tracking error" e "Benchmark-VaR", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2022:

Fator de Risco	Cenário (i)	Impacto (ii)
	+ 50 b.p.	(7.174)
	+ 25 b.p.	(3.719)
Índices de preços	+ 10 b.p.	(1.521)
	- 10 b.p.	1.521
	- 25 b.p.	3.719
	- 50 b.p.	7.174
	+ 50 b.p.	(4.250)
	+ 25 b.p.	(2.175)
Juros prefixados	+ 10 b.p.	(882)
	- 10 b.p.	882
	- 25 b.p.	2.175
	- 50 b.p.	4.250
	± 34%	7.264
Ações	± 17%	3.632
	± 9%	1.816
	+ 50 b.p.	722
	+ 25 b.p.	602
Juros pós-fixados	+ 10 b.p.	482

(*) B.P. = "basis points"

(i) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário provável de "stress" para cada fator de risco, disponibilizados pela B3.

(ii) Bruto de efeitos tributários.

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia já com o uso dos instrumentos derivativos utilizados como "hedge" das operações.

5.4 RISCO DE SEGURO/SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento.

A Companhia atualmente emite seguros de danos. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes categorias de risco:

(a) Risco de prêmio: gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, sendo as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens para os produtos.

(b) Risco de provisão: gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº 3.8.2).

(c) Risco de retenção: gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.

(d) Risco de práticas de sinistros: gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

Cada área de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atuarial para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem:

- Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.
- Utilização como indexador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados.
- Taxa de juros esperada para os ativos, equivalente à taxa SELIC/CDI, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no exercício vigente.
- Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Alta Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.

As exposições a concentrações de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos no âmbito do negócio por região e por segmento baseado no prêmio emitido bruto:

(*) Bruto de Resseguro

	Dezembro de 2022	
Região	Residencial	%
Centro Oeste	235.793	49,85%
Nordeste	126.182	26,67%
Norte	55.657	11,77%
Sudeste	34.289	7,25%
Sul	21.131	4,47%
Total Geral	**473.052**	**100,00%**

(*) Bruto de Resseguro

	Dezembro de 2021	
Região	Residencial	%
Centro Oeste	178.950	37,88%
Nordeste	129.888	27,50%
Norte	34.851	7,38%
Sudeste	72.255	15,30%
Sul	56.415	11,94%
Total Geral	**472.359**	**100,00%**

(*) Não incluem os valores de RVNE no montante de R$ 124 (R$ 12 em 31 de dezembro 2021).

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidos de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Despesas administrativas - aumento de 30 p.p.	26.489	20.676
Sinistros - aumento de 50,0%	73.444	68.135

5.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos, reduzir as ameaças até um nível aceitável.

Isto inclui esforços para a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

5.6 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos correspondem à possibilidade de ocorrência de perdas para a Porto devido à fatores de origem social, ambiental ou climática relacionados aos negócios da Porto e suas controladas. Adicionalmente, consideram-se também as perdas que a Porto Seguro pode ocasionar junto à terceiros também devido aos fatores acima mencionados.

Em linha com os requerimentos regulatórios implementados pelo Banco Central do Brasil e SUSEP, o Grupo Porto desenvolveu em 2022 a política e a metodologia corporativa de Risco Socioambiental e Climático, a qual estabelece os princípios, diretrizes, responsabilidades, bem como mecanismos de avaliação e controle no que se refere à Gestão dos Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos - GRSAC.

Neste sentido, estabeleceu-se de forma corporativa a identificação, a avaliação, o tratamento, a mitigação e o monitoramento dos riscos sociais resultantes de impactos no bem-estar das pessoas, os riscos ambientais relativos à possibilidade de efeitos nocivos causados pela companhia e os riscos climáticos que devido a eventos e mudanças climáticas podem gerar um impacto no ecossistema e na sociedade. Para o gerenciamento desses riscos, é avaliado a exposição de cada produto ou negócio, além da construção de indicadores para monitoramento contínuo.

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do grupo, por meio de aplicação de testes de *"stress"* e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas abaixo:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Patrimônio líquido	**87.506**	**126.958**
(+/–) Ajustes contábeis	**(13.787)**	**(13.682)**
Despesas antecipadas	(1.369)	(1.786)
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (–)	(12.418)	(11.896)
(+/–) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	**(2.683)**	**(5.038)**
Valor de mercado - ativos mantidos até o vencimento	(2.683)	(5.038)
PLA de nível 1	**71.036**	**108.238**
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	58.590	49.757
PLA de nível 2	**58.590**	**49.757**
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (+)	12.418	11.896
PLA de nível 3	**12.418**	**11.896**
Excesso de Nível 2 (–)	(18.527)	(11.329)
Excesso de níveis 2 e 3	**(18.527)**	**(11.329)**
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	**123.517**	**158.562**
Capital base (I)	**15.000**	**15.000**
Capital de risco (II)	**104.963**	**100.653**
Capital de risco de subscrição	91.897	89.144
Capital de risco de mercado	8.903	11.081
Capital de risco de crédito	13.135	9.041
Capital de risco operacional	3.123	3.179
Benefício da correlação entre riscos	(12.095)	(11.792)
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	**104.963**	**100.653**
Suficiência de capital	**18.554**	**57.909**

A Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021, determinou a demonstração do PLA segregado em 3 (três) níveis de qualidade, respeitados os limites regulatórios para utilização de cada nível na cobertura do CMR.

continua

Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.

CNPJ/MF nº 08.816.067/0001-00
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 2° andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

seguros auto residência Itaú

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

7. EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Equivalentes de caixa (*)	56.564	22.932
	56.564	**22.932**

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) e Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

8. APLICAÇÕES

8.1 ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO (*)

	Dezembro de 2022			Dezembro de 2021		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos exclusivos						
LFTs	135.934	–	135.934	157.644	–	157.644
Cotas de fundos	12.397	–	12.397	10.198	–	10.198
Ações de companhias abertas	6.779	–	6.779	14.578	–	14.578
Debêntures	–	2.088	2.088	–	3.125	3.125
Outros	–	3.739	3.739	–	5.609	5.609
	155.110	**5.827**	**160.937**	**182.420**	**8.734**	**191.154**
Total - circulante	**155.110**	**5.827**	**160.937**	**182.420**	**8.734**	**191.154**
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:			**64%**			**58%**

(*) Os títulos para negociação da Companhia são compostos, substancialmente, por cotas de fundos de investimentos abertos e exclusivos e letras financeiras de títulos do tesouro, cujo valor de custo atualizado desses títulos razoavelmente se aproxima de seu valor justo.

8.2 MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Fundos exclusivos		
NTNs - B	89.661	138.960
Total (*)	**89.661**	**138.960**
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:	**36%**	**42%**
Circulante	4.937	–
Não Circulante	84.724	138.960

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2022 era de R$ 85.189 (R$ 129.799 em 31 de dezembro de 2021).

8.3 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS (*)

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	**353.046**	**414.503**
Aplicações	221.575	245.298
Resgates	(296.001)	(331.549)
Rendimentos	28.542	24.794
Saldo final	**307.162**	**353.046**

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

8.4 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras estão apresentadas a seguir:

	Taxas de juros % (a.a.)	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Equivalentes de caixa (*)	13,63	9,13
Fundos exclusivos		
NTNs - B - IPCA	3,97	2,74
LFTs (SELIC + ágio/deságio)	0,07	0,18

(*) Vide nota explicativa nº 7.

9. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS

9.1 PRÊMIOS A RECEBER

	Dezembro de 2022			Dezembro de 2021		
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber-líquido	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido
Patrimonial	224.788	(367)	224.421	214.599	(374)	214.225
Automóvel	10	(8)	2	10	(8)	2
	224.798	**(375)**	**224.423**	**214.609**	**(382)**	**214.227**

9.1.1 COMPOSIÇÃO QUANTO AO PRAZO DE VENCIMENTO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
A vencer	221.510	212.470
Vencidos de 1 a 30 dias	2.696	1.424
Vencidos de 31 a 60 dias	246	227
Vencidos de 61 a 120 dias	10	126
Vencidos acima de 120 dias	336	362
	224.798	**214.609**
Redução ao valor recuperável	(375)	(382)
	224.423	**214.227**

9.1.2 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	**214.227**	**220.317**
Prêmios emitidos	535.763	530.596
Prêmios cancelados	45.082	58.864
Adicional de fracionamento	54.222	55.120
IOF	57.838	44.651
Recebimentos	(682.716)	(695.100)
Redução ao valor recuperável	7	(221)
Saldo final	**224.423**	**214.227**

9.1.3 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	**(382)**	**(161)**
Provisões constituídas	(159)	(221)
Reversões	166	–
Saldo final	**(375)**	**(382)**

9.1.4 PRAZO MÉDIO DE PARCELAMENTO

Produto	Quantidade de parcelas	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
	1 a 5	5,1%	7,5%
Patrimonial	6 a 11	1,2%	1,8%
	12	93,7%	90,7%

10. TRIBUTOS

10.1 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Circulante		
Imposto de renda	12.656	12.303
Imposto de renda e contribuição social diferidos (*)	12.418	11.896
Contribuição social	8.888	8.901
Outros	3.564	2.341
	37.526	**35.441**
Circulante	25.108	23.545
Não circulante	12.418	11.896

(*) Vide nota explicativa nº 10.1.1.

10.1.1 TRIBUTOS DIFERIDOS - ATIVO

	Dezembro de 2021	Constituição	Reversão	Dezembro de 2022
Diferenças temporárias decorrentes de:				
PIS e COFINS sobre PSL e IBNR	8.200	2.387	(1.423)	9.164
Provisões para processos judiciais - cíveis e trabalhistas	1.909	383	(521)	1.771
Provisão de participação nos lucros	129	238	(46)	321
Outras provisões	1.658	156	(652)	1.162
	11.896	**3.164**	**(2.642)**	**12.418**

10.1.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	Valor
2023	11.250
2024	783
Após 2024	385
Total - ativo	**12.418**

Neste estudo é considerada a alíquota de imposto que vigerá em cada exercício futuro para analisar-se a realização do ativo de imposto diferido.

10.1.3 TRIBUTOS DIFERIDOS - PASSIVO

	Dezembro de 2021	Constituição	Reversão	Dezembro de 2022
Natureza				
IR e CS diferidos sobre PIS e COFINS	3.279	1.160	(774)	3.665
IR e CS outros	1.973	27	–	2.000
	5.252	**1.187**	**(774)**	**5.665**

10.2 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	123.128	100.275
(–) Participações nos resultados	(376)	(554)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL após participações nos resultados (A)	**122.752**	**99.721**
Alíquota vigente (i)	40%	40%
Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (B)	**(49.101)**	**(39.888)**
Juros sobre capital próprio	2.500	2.074
Incentivos fiscais	1.027	968
Inovação tecnológica	(252)	666
Majoração alíquota CSLL	24	(1.818)
Outros	(259)	(1.074)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	**3.040**	**816**
Total de imposto de renda e contribuição social (D= B + C)	**(46.061)**	**(39.072)**
Taxa efetiva (D/-A)	**37,5%**	**39,2%**

(i) Em 28 de abril de 2022 foi aprovada a Medida Provisória nº 1.115, que entrou em vigor em 1º de agosto de 2022 com aplicação até 31 de dezembro de 2022, a alteração da alíquota de CSLL de 15% para 16% sobre o lucro das empresas de seguros, previdência complementar, capitalização, instituições financeiras, entre outras.

11. CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Patrimonial	71.941	69.728
Automóveis	–	38
	71.941	**69.766**

O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 12 meses, sendo o mesmo prazo de 31 de dezembro de 2021.

11.1 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	**69.766**	**72.408**
Constituição	137.123	135.081
Apropriação para despesa	(134.948)	(137.723)
Saldo final	**71.941**	**69.766**

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Sinistros	14.006	14.210
Cíveis	1.160	1.938
Fiscais	426	399
Trabalhistas	242	237
	15.834	**16.784**

13. CONTAS A PAGAR

13.1 OBRIGAÇÕES A PAGAR

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Provisão de "Profit Sharing"	34.983	33.957
Transações com partes relacionadas (*)	3.114	3.812
Provisão de benefícios a empregados	461	521
Outras	1.484	993
	40.042	**39.283**
Circulante	39.942	39.144
Não circulante	100	139

(*) Vide nota explicativa nº 26.

13.2 IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
IOF	17.044	16.228
IRRF	902	289
Outros	1.178	1.554
	19.124	**18.071**

14. DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS - CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS

Referem-se substancialmente a comissões a pagar aos corretores por ocasião da cobrança de títulos e as recuperações relativas aos prêmios restituídos.

15. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Referem-se, principalmente, a valores recebidos de segurados para quitação de apólices em processo de emissão e de recebimentos de prêmios de seguros fracionados em processamento.

	De 1 a 30 dias	Total
Cobrança antecipada de prêmios	4.154	4.154
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**4.154**	**4.154**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**2.243**	**2.243**

16. PROVISÕES TÉCNICAS

	Dezembro de 2022		Dezembro de 2021	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	248.503	248.008	241.703	240.987
Provisão de sinistros a liquidar	190.447	190.447	168.914	168.914
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	7.634	7.634	7.435	7.435
Demais provisões	10.344	10.343	10.737	10.737
	456.928	**456.432**	**428.789**	**428.073**
Circulante	360.838		313.716	
Não circulante	96.090		115.073	

16.1 MOVIMENTAÇÃO DOS PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGURO E ATIVOS DE RESSEGUROS

	Passivos de contratos de seguro	Ativos de contratos de resseguros
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**440.194**	**1.367**
Constituições decorrentes de prêmios	466.277	956
Amortização pelo risco decorrido	(540.899)	(1.552)
Aviso de sinistros	147.607	(50)
Pagamento de sinistros	(118.716)	(5)
Atualização monetária e juros	34.326	–
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**428.789**	**716**
Constituições decorrentes de prêmios	473.052	694
Amortização pelo risco decorrido	(518.054)	(914)
Aviso de sinistros	170.164	–
Pagamento de sinistros	(126.300)	–
Atualização monetária e juros	29.277	–
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**456.928**	**496**

16.2 GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Total das provisões técnicas (A)	**456.928**	**428.789**
Direitos creditórios (i)	204.692	194.528
Custos de aquisição diferidos pagos	12.349	13.105
Outros	3.463	4.254
Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (B)	**220.504**	**211.887**
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C = A - B)	**236.424**	**216.902**
Cotas de fundos de investimento	268.402	240.383
Garantias das provisões técnicas (E)	**268.402**	**240.383**
Excedente (E - C - D)	**31.978**	**23.481**

(i) Montante correspondente às parcelas a vencer dos prêmios a receber de apólices de riscos a decorrer.

16.3 COMPORTAMENTO DE PROVISÕES DE SINISTROS

A tabela a seguir apresenta o comportamento das provisões para sinistros brutas de resseguro da Companhia (em anos posteriores aos anos de constituição, em milhões), denominada tábua de desenvolvimento de sinistro e demonstra a consistência da política de provisionamento de sinistros da Companhia:

	Dezembro									
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Montante estimado de sinistro no ano do aviso	**356,6**	**291,1**	**251,9**	**274,5**	**209,6**	**222,3**	**208,6**	**185,6**	**176,3**	**198,1**
Um ano mais tarde	395,6	359,1	304,8	305,9	204,3	210,0	175,1	141,2	160,8	–
Dois anos mais tarde	439,7	383,2	327,9	335,7	221,7	288,0	173,7	153,5	–	–
Três anos mais tarde	460,3	401,3	353,4	350,7	242,1	287,8	184,5	–	–	–
Quatro anos mais tarde	475,2	422,7	369,0	370,9	239,1	298,6	–	–	–	–
Cinco anos mais tarde	491,9	438,1	390,1	368,8	250,4	–	–	–	–	–
Seis anos mais tarde	507,2	459,3	389,9	379,2	–	–	–	–	–	–
Sete anos mais tarde	527,3	460,0	398,3	–	–	–	–	–	–	–
Oito anos mais tarde	529,8	468,2	–	–	–	–	–	–	–	–
Estimativa corrente	**529,8**	**460,0**	**389,9**	**368,8**	**239,1**	**287,8**	**173,7**	**141,2**	**176,3**	**198,1**
Pagamentos acumulados até a data-base	**445,3**	**386,5**	**304,6**	**271,6**	**134,3**	**172,9**	**55,3**	**23,8**	**30,9**	**–**
Total	**905,9**	**846,5**	**(152,0)**	**(54,1)**	**(267,0)**	**87,3**	**(231,7)**	**(64,0)**	**207,2**	**198,1**
PSL e IBNR reconhecidas no balanço										**198,1**

16.4 PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR - JUDICIAL

A tabela a seguir demonstra a movimentação dos sinistros judiciais:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	**138.432**	**134.036**
Pagamentos	(34.985)	(30.950)
Constituições	32.972	22.758
Baixas da provisão por êxito	(14.214)	(4.570)
Baixa da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades	(8.155)	(4.852)
Alteração da provisão por reestimativa, atualização monetária e juros (*)	15.752	22.010
Saldo final	**129.802**	**138.432**
Quantidade de processos	2.528	2.946

(*) De acordo com a taxa de atualização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo.

17. OUTROS DÉBITOS - PROVISÕES JUDICIAIS

17.1 PROVÁVEIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, cível e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Cíveis	2.608	2.940
Trabalhistas	1.821	1.834
Fiscais	453	399
Total	**4.882**	**5.173**

MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES JUDICIAIS PROVÁVEIS

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**399**	**1.834**	**2.940**	**5.173**
Constituições	16	18	1.434	1.468
Enc. êxito/reversões	–	(66)	(1.804)	(1.870)
Pagamentos	–	(120)	(358)	(478)
Atualização monetária	38	155	396	589
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**453**	**1.821**	**2.608**	**4.882**
Quantidade de processos	2	12	62	76

17.2 POSSÍVEIS

A Companhia é parte em outras ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Fiscais (a)	87.270	110.480
Cíveis	11.931	13.620
Trabalhistas	1.519	175
Total	**100.720**	**124.275**

(a) Fiscais e previdenciárias

O risco total estimado dessas ações referem-se principalmente à: (i) questionamento através de autuação da Receita Federal do Brasil em setembro de 2018 quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total estimado em R$ 67.702 (R$ 47.011 de possível impacto no lucro líquido) e (ii) discussão do INSS sobre programa de alimentação do trabalhador, com risco total estimado em R$ 19.568 (R$ 13.469 de possível impacto no lucro líquido).

continua

Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.

CNPJ/MF nº 08.816.067/0001-00
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 2º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

seguros auto residência Itaú

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado era de R$ 57.500, dividido em 60.160.116 (unidades) ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal (R$ 92.500 dividido em 83.057.691 unidades). A Portaria SUSEP/CGRAJ nº 1.214, de 19 de dezembro de 2022 aprovou a redução de capital no montante de R$ 35.000.

(b) Ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial da Companhia referem-se aos valores reconhecidos, de ganhos e perdas atuariais, relacionados ao CPC 33 - Benefícios a empregados.

(c) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2022, seu saldo era de R$ 11.500 (R$ 16.181 em 31 de dezembro de 2021).

(ii) Reservas estatutárias

Esta reserva tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas ou futura distribuição aos acionistas. Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2022, seu saldo era de R$ 15.069 (R$ 15.151 em 31 de dezembro de 2021).

(d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de Juros sobre o Capital Próprio - JCP (líquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A Administração da Companhia aprovou, nas reuniões de diretoria, realizadas em 30 de agosto de 2022 e 30 de outubro de 2022, a distribuição a seus acionistas de JCP no valor de R$ 5.314 (R$ 4.406 em dezembro de 2021), líquidos de imposto de renda, pagos na mesma data de aprovação.

A Administração da Companhia aprovou, nas reuniões de diretoria, realizadas em 28 de janeiro de 2022, 28 de julho de 2022 e 28 de dezembro de 2022, a distribuição de dividendos intermediários, no montante de R$ 75.202, sendo R$ 15.151 à conta de reserva de lucros existentes nas demonstrações financeiras de dezembro de 2021 e R$ 60.051 do lucro do exercício.

Os dividendos mínimos foram calculados como seguem:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Lucro líquido do exercício	76.691	60.649
(–) Reserva legal (i)	(3.835)	(3.032)
Lucro básico para determinação do dividendo	**72.856**	**57.617**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	**18.214**	**14.404**
Dividendos intermediários	60.051	37.283
Dividendos mínimos - JCP (ii)	5.314	4.406
Total de dividendos e JCP	**65.365**	**41.689**
Total por ação (R$)	**1,08652**	**0,50193**

(i) Para o exercício de 31 de dezembro de 2022 a reserva legal não foi constituída devido exceder o limite exigido de 20% do capital social, conforme Lei nº 6.404/76.

(ii) Em 31 de dezembro de 2022, no montante de R$ 6.251 destacado na DMPL, está incluso R$ 938, referente ao imposto de renda retido na fonte (15%) sobre JCP.

19. PRÊMIOS, SINISTRALIDADE E COMISSIONAMENTO

	Dezembro de 2022			
	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Sinistralidade (%)	Comissionamento (%)
Compreensivo residencial	472.928	229.570	29,3	33,3
	472.928	**229.570**	**29,3**	**33,3**

	Dezembro de 2021			
	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Sinistralidade (%)	Comissionamento (%)
Compreensivo residencial	466.264	474.535	27,7	33,8
	466.264	**474.535**	**27,7**	**33,8**

20. VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS

	Dezembro de 2022		Dezembro de 2021	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	(6.801)	(6.580)	8.271	8.924
	(6.801)	**(6.580)**	**8.271**	**8.924**

21. SINISTROS OCORRIDOS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Sinistros avisados - adm	(125.811)	(67.557)
Assistências	(26.370)	(41.555)
Sinistros avisados - jud	(5.780)	(14.698)
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(347)	(9.118)
Salvados e ressarcimentos	12.763	15.857
Outras despesas com sinistros	(11.678)	(14.609)
	(157.223)	**(131.680)**

22. CUSTO DE AQUISIÇÃO (*)

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Comissões sobre prêmios retidos	(138.010)	(135.961)
Outras recuperações de despesas de comercialização	(21.779)	(21.872)
Variação das despesas de comercialização diferidas	2.176	(2.642)
	(157.613)	**(160.475)**

(*) Inclui a amortização dos custos de aquisição diferidos (vide nota explicativa nº 11) e as despesas de comercialização não diferidas.

23. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Cobrança	(5.954)	(6.051)
Assistência	(3.861)	(9.375)
Administração de apólices e contratos	(296)	(335)
Benefícios e cortesias para clientes	123	(1.957)
Outras	(1.214)	(1.728)
	(11.202)	**(19.446)**

24. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Despesas compartilhadas (*)	(37.212)	(39.734)
Serviços de terceiros	(7.650)	(9.655)
Localização e funcionamento	(3.117)	(3.276)
Pessoal e benefícios pós-emprego	(1.661)	(19.467)
Outras	(1.885)	(2.320)
	(51.525)	**(74.452)**

(*) Referem-se, principalmente, a rateio de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do grupo Porto Seguro e do grupo Itaú Unibanco.

25. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Adicional de fracionamento de prêmios	54.222	55.120
Ganhos na valorização e juros de títulos para negociação	31.102	29.538
Variações monetárias dos depósitos judiciais	1.019	1.376
Outras	947	825
Total de receitas financeiras	**87.290**	**86.859**
Operações de seguros	(29.277)	(34.327)
Desvalorização de juros de títulos para negociação	(2.560)	(4.744)
Variações monetárias de encargos sobre tributos a longo prazo	(29)	(11.602)
Outras	(954)	(1.319)
Total de despesas financeiras	**(32.820)**	**(51.992)**
Resultado financeiro	**54.470**	**34.867**

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

(i) Despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de pessoal para as empresas do grupo Porto Seguro;
(ii) Prestação de serviços do seguro e plano de saúde contratados da Porto Saúde;
(iii) Convênio de rateio de custos administrativos com empresas do grupo Itaú Unibanco, principalmente, em função da utilização de estrutura comum e despesas de pessoal;
(iv) Prestação de serviços de administração e gestão de carteiras contratados das empresas Portopar e Porto Investimentos;
(v) Prestação de serviços de "Call Center" contratados da Porto Atendimento;
(vi) Prestação de serviços de assistência automotiva e residencial com a Porto Assistência.

Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Ativo		
Portocap	–	185
	–	**185**
Passivo		
Porto Seguro Cia	3.182	3.382
	3.182	**3.382**

	Receitas		Despesas	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Demonstração do resultado				
Porto Atendimento	1.560	1.528	(2.051)	(4.943)
Azul Seguros	23	25	–	–
Porto Cia	–	–	(40.926)	(42.129)
Porto Assistência	–	–	(31.323)	–
Itaú Unibanco	–	–	(5.282)	(9.728)
Porto Saúde	–	–	(574)	(307)
Porto Investimentos	–	–	(409)	(417)
	1.583	**1.553**	**(80.565)**	**(57.524)**

26.1 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE

As transações com pessoal-chave da administração referem-se aos valores reconhecidos no resultado do exercício. O montante provisionado em dezembro de 2022 foi de R$ 223.

27. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Comitê de auditoria

O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria da Companhia abrange todas as sociedades do grupo Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., Companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o grupo. Não foram identificados assuntos que pudessem modificar o relatório do Comitê de Auditoria emitido em 8 de fevereiro de 2023 até a data da publicação dessas demonstrações financeiras.

DIRETORIA

ROBERTO DE SOUZA SANTOS
Diretor Presidente

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

LENE ARAÚJO DE LIMA
Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional

LUIZ AUGUSTO MEDEIROS ARRUDA
Diretor Vice-Presidente de Marketing, Clientes e Dados

MARCOS ROBERTO LOUÇÃO
Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços

JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA
CEO Seguros e Diretor Vice-Presidente - Comercial

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
Diretora Jurídica e Riscos

CAROLINA HELENA ZWARG
Diretora de Pessoas e Sustentabilidade

FABIO OHARA MORITA
Diretor Técnico

JAIME SOARES BATISTA
Diretor de Produto - Automóvel

JARBAS DE MEDEIROS BACIANO
Diretor de Produto - Residência

MARCELO SEBASTIÃO DA SILVA
Diretor de Sinistros

RAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de Controladoria

TIAGO VIOLIN
Diretor

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contador - CRC 1SP 255783/O-1

BRÁULIO FELICÍSSIMO DE MELO - Atuário - MIBA nº 1588

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

<u>Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas dos contratos de seguros</u>

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.8 e 16, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia, registrou provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguros no montante de R$ 456.928 mil. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido julgamento profissional da diretoria na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto e cancelamento, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros.

Adicionalmente, a diretoria realiza o Teste de Adequação do Passivo ("TAP") com o objetivo de capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguro. O TAP considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo despesas administrativas e operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos diretos, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa na data de execução do teste. O TAP também considera premissas de sinistralidades calculadas conforme descrito na nota explicativa nº3.8.2. A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela diretoria na constituição de suas provisões técnicas dos contratos de seguros foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros e despesas ocorridos e não avisados e ao teste de adequação de passivos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes; (ii) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais; (iii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar, firmados pela Companhia; (iv) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (v) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (vi) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; (vi) testes documentais, mediante amostra dos sinistros a liquidar quanto da sua existência, contribuições, resgates, portabilidades, concessão e pagamento de benefícios e adequado registro contábil; e (vii) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

<u>Ambiente de tecnologia da informação</u>

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. Uma vez que a avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Outros assuntos

Auditoria de valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 22 de fevereiro de 2022, respectivamente, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional.

continua

Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.

CNPJ/MF n° 08.816.067/0001-00
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 2° andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

seguros auto residência Itaú

continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

• A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comercias e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

• Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2023

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Patricia di Paula da Silva Paz
Sócia - Contadora CRC-SP198827/O
Diana Yukie Naki dos Santos
Sócia - Contadora CRC-SP 300514/O

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.
São Paulo - SP
CNPJ: 08.816.067/0001-00

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis bem como os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2022, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. em 31 de dezembro de 2022 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2023

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Serviços Atuariais SS, CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11
Ricardo Pacheco
Atuário - MIBA 2.679

Porto Seguro Vida e Previdência S.A.

CNPJ/MF nº 58.768.284-0001/40

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - Lado A - 3º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Seguro

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Apresentamos o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Porto Seguro Vida e Previdência S.A., com o Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

NOSSO DESEMPENHO

• Rendas de contribuições e prêmios

As receitas com rendas de contribuições e prêmios totalizaram em 2022 R$ 412,2 milhões, com redução de R$ 17,2 milhões ou 4,0% em relação ao ano anterior.

• Provisões técnicas - seguros e previdência complementar

As provisões técnicas totalizaram 2022 R$ 5.325,0 milhões, aumento de R$ 152,4 milhões ou 2,98% em relação ao ano anterior.

• Despesas administrativas e com tributos

As despesas administrativas e com tributos totalizaram em 2022 R$ 44,5 milhões, com aumento de R$ 0,2 milhão ou 0,5% em relação ao ano anterior.

• Resultado financeiro

As receitas financeiras totalizaram em 2022 R$ 593,5 milhões, com aumento de R$ 191,0 milhões ou 47,5% em relação ao ano anterior devido principalmente a redução nas receitas com aplicações. As receitas financeiras com aplicações, em fundos especialmente constituídos - PGBL/VGBL e em títulos para negociação, totalizaram em 2022 R$ 568,5 milhões e R$ 365,8 milhões no ano anterior. As despesas financeiras totalizaram em 2022 R$ 640,8 milhões, com aumento de R$ 82,8 milhões ou 14,8% em relação ao ano anterior.

• Prejuízo líquido e por ação

O prejuízo do exercício totalizou em 2022 R$ 54,2 milhões comparado com o prejuízo de R$ 75,6 milhões em 2021. O prejuízo por ação foi de R$ 3,68 em 2022 comparado com o um prejuízo por ação de R$ 5,68 do ano anterior.

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que colaboradores e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca ser cada vez mais um Porto Seguro para todos os seus públicos.

A descrição completa dos projetos socioculturais e ambientais do grupo Porto Seguro está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A. e Relatório de Sustentabilidade, divulgados no site da Companhia (http://ri.portoseguro.com.br).

AMBIENTE ECONÔMICO

O ano de 2022 terminou com um ambiente internacional ainda repleto de incertezas. E esse quadro que não deve mostrar grandes alterações no início de 2023. Os bancos centrais dos EUA e da Zona do Euro seguem mantendo uma postura firme de combate à inflação. Ainda que as expectativas apontem para uma desaceleração econômica nos dois lados do Atlântico ao longo dos próximos meses, a resiliência do mercado de trabalho nas duas economias deve evitar uma queda mais brusca da atividade. Por outro lado, os baixos níveis de desemprego devem limitar uma redução mais forte da inflação, adiando qualquer reversão dos ciclos atuais de aperto monetário promovidos pelo FED e pelo BCE.

No caso de alguns países emergentes, contudo, esse momento pode estar mais próximo. Como vários desses países iniciaram o processo de alta de suas taxas básicas de juros antes dos EUA e da Europa, o cenário de desinflação nessas economias é mais claro. Mesmo diante dessa perspectiva, porém, o ambiente internacional seguirá desafiador durante boa parte de 2023.

Primeiro, porque a continuidade da guerra na Ucrânia, para além do enorme ônus humanitário, segue como ameaça ao suprimento global de diversas commodities, sejam elas agrícolas ou no setor de energia.

A magnitude e a velocidade do crescimento de novos casos diários, por sua vez, podem aumentar o risco de surgimento de novas variantes da doença, além de um número relevante de mortes num país cuja população ultrapassa 1,4 bilhão de habitantes.

Domesticamente, 2022 registrou um crescimento econômico mais forte que o esperado, fruto de uma expressiva melhora do mercado de trabalho, ainda que parte considerável das novas vagas criadas tenha se concentrado no segmento informal da economia.

O crescimento da massa de rendimentos do trabalho e a manutenção de um fluxo de transferências públicas para parcela relevante da população sustentaram o consumo, notadamente de serviços, que também se beneficiaram em 2022 da normalização de sua demanda depois de quase dois anos de pandemia.

Essa resiliência do consumo das famílias, porém, limitou o movimento de desinflação, que se concentrou no segmento de preços administrados. Esta queda, por sua vez, ocorreu diante da reversão da expressiva elevação dos preços dos derivados de petróleo no início do ano, na esteira da guerra na Ucrânia, assim como em função da expressiva desoneração tributária sobre os preços dos combustíveis e energia elétrica.

As perspectivas para a atividade econômica doméstica são de uma desaceleração do ritmo de crescimento observado no ano anterior, seja em razão dos efeitos defasados do aperto monetário empreendido pelo Copom desde o início de 2021, seja como resultado da esperada desaceleração da economia global. A despeito desse cenário, o espaço para redução da taxa Selic dependerá em grande medida das ações que o novo governo, recém empossado, adotar para o conjunto geral da política econômica e no campo da política fiscal em particular.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e segurados pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes da SUSEP.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2023

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Circulante		**4.185.652**	**4.372.625**
Disponível		7.406	7.748
Caixa e bancos		7.406	7.748
Equivalentes de caixa	7	500.929	320.277
Aplicações	8	3.641.712	4.023.228
Créditos das operações com seguros e resseguros		8.202	4.272
Prêmios a receber		8.202	4.272
Operações com resseguradoras		–	–
Créditos das operações com previdência complementar		2.482	2.990
Valores a receber		2.482	2.990
Outros créditos operacionais		7.529	2.499
Ativos de resseguro - provisões técnicas		1.811	710
Títulos e créditos a receber		12.280	6.679
Títulos e créditos a receber		10.638	5.161
Créditos tributários e previdenciários	9	1.642	1.516
Outros créditos		–	2
Despesas antecipadas		7	768
Custos de aquisição diferidos	10	3.294	3.454
Seguros		2.322	2.418
Previdência		972	1.036
Não circulante		**1.505.985**	**1.183.322**
Realizável a longo prazo		1.493.603	1.170.314
Aplicações	8	1.366.147	1.079.535
Títulos e créditos a receber		126.085	89.121
Créditos tributários e previdenciários	9	112.649	76.389
Depósitos judiciais e fiscais	11	13.407	12.689
Outros créditos operacionais		29	43
Custos de aquisição diferidos	10	1.371	1.658
Seguros		818	1.186
Previdência		553	472
Imobilizado	12	12.382	13.008
Imóveis de uso próprio		12.382	13.008
Total do ativo		**5.691.637**	**5.555.947**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Circulante		**826.686**	**659.287**
Contas a pagar		9.800	12.550
Obrigações a pagar		3.079	4.037
Impostos e encargos sociais a recolher		6.166	4.747
Encargos trabalhistas		430	390
Impostos e contribuições		1	3.251
Outras contas a pagar		124	125
Débitos de operações com seguros e resseguros		3.132	1.777
Operações com resseguradoras		3.132	1.746
Corretores de seguros e resseguros		–	31
Depósitos de terceiros		533	165
Provisões técnicas - seguros	13	345.367	329.706
Danos		59	8
Pessoas		829	799
Vida individual		12.928	18.353
Vida com cobertura por sobrevivência		331.551	310.546
Provisões técnicas - previdência complementar	14	467.854	315.089
Planos não bloqueados		260.197	123.945
PGBL/PRGP		207.657	191.144
Não circulante		**4.551.275**	**4.567.690**
Contas a pagar		28.354	31.968
Obrigações a pagar		260	236
Tributos diferidos	9.1.2	28.094	31.732
Provisões técnicas - seguros	13	1.994.595	1.920.058
Vida individual		34.600	29.953
Vida com cobertura por sobrevivência		1.959.995	1.890.105
Provisões técnicas - previdência complementar	14	2.517.191	2.605.914
Planos não bloqueados		915.605	962.908
PGBL/PRGP		1.601.586	1.643.006
Outros débitos		11.135	9.750
Provisões judiciais	15	11.135	9.750
Patrimônio líquido	**16**	**313.676**	**328.970**
Capital social		359.578	239.578
Aumento de capital - em aprovação		19.000	95.000
Reservas de reavaliação		4.543	4.809
Reserva de Lucro		137	–
Ajuste de avaliação patrimonial		935	6.208
Prejuízos acumulados		(70.517)	(16.625)
Total do passivo e patrimônio líquido		**5.691.637**	**5.555.947**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto para informação sobre o lucro por ação)

	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Rendas de contribuições e prêmios	17	412.160	429.325
Constituição da provisão de benefícios a conceder		(411.042)	(428.529)
Receitas de contribuições e prêmios de VGBL		**1.118**	**796**
Rendas com taxas de gestão e outras taxas	**19**	**52.899**	**49.461**
Variação de outras provisões técnicas		**(59.647)**	**1.755**
Benefícios retidos		**(3.531)**	**(4.752)**
Custos de aquisição		**(5.516)**	**(5.788)**
Prêmios emitidos		16.425	15.932
Contribuições para cobertura de riscos		15.893	15.716
Variações das provisões técnicas de prêmios		226	(419)
Prêmios ganhos	**18**	**32.544**	**31.229**
Sinistros ocorridos	**20**	**(2.117)**	**(5.801)**
Custos de aquisição		**(10.485)**	**(13.018)**
Outras receitas e despesas operacionais		**(2.105)**	**(2.720)**
Resultado com operações de resseguro (–) VGBL		**(2.349)**	**(339)**
Receitas com resseguro		558	673
Despesas com resseguro		(2.907)	(1.012)
Resultado com operações de resseguro VGBL		**(38)**	**(252)**
Despesas com resseguro		(38)	(252)
Despesas administrativas	**21**	**(37.815)**	**(37.051)**
Despesas com tributos		**(6.659)**	**(7.205)**
Resultado financeiro	**22**	**(47.263)**	**(155.484)**
Resultado operacional		**(90.964)**	**(149.169)**
(+) Ganhos ou perdas com ativos não correntes	**23**	**1.088**	**–**
Resultado antes dos impostos e participações		**(89.876)**	**(149.169)**
Imposto de renda	**9.2**	**22.724**	**46.403**
Contribuição social	**9.2**	**13.597**	**27.816**
Participações sobre o lucro		**(658)**	**(628)**
Prejuízo do exercício		**(54.213)**	**(75.578)**
Quantidade de ações (mil)		15.156	13.309
Prejuízo por ação - R$		(3,58)	(5,68)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Prejuízo do exercício	**(54.213)**	**(75.578)**
Outros resultados abrangentes	**(5.273)**	**(7.921)**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:		
Ajustes de títulos e valores mobiliários	(8.803)	(13.190)
Efeitos tributários	3.521	5.276
Outros ajustes de avaliação patrimonial	15	(12)
Efeitos tributários	(6)	5
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários	**(59.486)**	**(83.499)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reservas de reavaliação	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2020		**154.578**	**–**	**4.955**	**22.188**	**14.129**	**–**	**195.850**
Resultados de exercícios anteriores		–	–	–	36.619	–	–	36.619
Aumento de capital:								–
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 234		15.000	–	–	–	–	–	15.000
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 389		45.000	–	–	–	–	–	45.000
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 430		25.000	–	–	–	–	–	25.000
AGE de 27 de agosto de 2021		–	55.000	–	–	–	–	55.000
AGE de 29 de outubro de 2021		–	10.000	–	–	–	–	10.000
AGE de 29 de dezembro de 2021		–	30.000	–	–	–	–	30.000
Ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	–	(7.921)	–	(7.921)
Reserva de reavaliação:								–
Realização		–	–	(146)	–	–	146	–
Prejuízo do exercício		–	–	–	–	–	(75.578)	(75.578)
Absorção prejuízos acumulados do exercício		–	–	–	(58.807)	–	58.807	–
Saldo final em 31 de dezembro de 2021		**239.578**	**95.000**	**4.809**	**–**	**6.208**	**(16.625)**	**328.970**
Aumento de capital:	14 a							
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 598		55.000	(55.000)	–	–	–	–	–
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 688		10.000	(10.000)	–	–	–	–	–
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 772		30.000	(30.000)	–	–	–	–	–
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 802		25.000	–	–	–	–	–	25.000
AGE de 28 de dezembro de 2022		–	19.000	–	–	–	–	19.000
Ajustes de avaliação patrimonial	14 d	–	–	–	–	(5.273)	–	(5.273)
Reserva de reavaliação:								
Realização		–	–	(321)	–	–	321	–
Outros		–	–	55	–	–	–	55
Ações - Participação nos Lucros de Funcionários		–	–	–	137	–	–	137
Prejuízo do Período		–	–	–	–	–	(54.213)	(54.213)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022		**359.578**	**19.000**	**4.543**	**137**	**935**	**(70.517)**	**313.676**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(54.213)	(75.578)
Ajustes para:		
Depreciações	340	345
Perda/(ganho) por redução ao valor recuperável dos ativos	(26)	375
Variação das provisões técnicas - seguros, resseguros e previdência complementar	155.853	8.648
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	94.904	4.731
Créditos das operações com seguros e resseguros	(3.912)	2.845
Créditos das operações com previdência complementar	516	18
Ativos de resseguro - provisões técnicas	(1.101)	(627)
Créditos fiscais e previdenciários	(126)	2.598
Ativo fiscal diferido	(36.260)	(74.126)
Depósitos judiciais e fiscais	(718)	(249)
Despesas antecipadas	761	(763)
Custos de aquisição diferidos	447	2.429
Outros ativos	(10.491)	3.091
Impostos e contribuições	(3.250)	2.451
Outras contas a pagar	(3.114)	18.068
Débitos de operações com seguros e resseguros	1.355	1.356
Depósitos de terceiros	368	(405)
Provisões judiciais	1.385	(54)
Provisões técnicas - seguros, resseguros e previdência complementar	(1.613)	(3.142)
Outros passivos	(5.081)	28.698
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	**136.024**	**(79.291)**
Atividades de investimento		
Recebimento pela venda:		
Imobilizado	286	–
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	**286**	**–**
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	44.000	180.000
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	**44.000**	**180.000**
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	**180.310**	**100.709**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**328.025**	**227.316**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**508.335**	**328.025**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO

1.1. OPERACIONAL

A Porto Seguro Vida e Previdência S.A. (Companhia) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 23 de dezembro de 1986 e localizada na Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B, 3° andar em São Paulo (SP) - Brasil. Tem por objeto social a exploração das operações de seguro dos ramos de pessoas, vida individual, vida com cobertura de sobrevivência, bem como a instituição e exploração de planos de previdência privada nas modalidades de pecúlio e renda em todo território nacional, conforme legislação vigente. A Companhia é uma controlada direta da empresa Porto Seguro Cia de Seguros Gerais e indireta da Porto Seguro S.A., a qual possui ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresentava a seguinte composição acionária*:

Porto Seguro Vida e Previdência S.A.	Participação
Porto Seguro Cia de Seguros Gerais	100,0%

Porto Seguro Cia de Seguros Gerais	Participação
Porto Seguro S.A.	100,0%

Porto Seguro S.A.	Participação
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	0,0%
Ações em circulação	105,4%

Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	Participação
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	9,2%
Itauseg Participações S.A.	35,6%
Itaú Unibanco S.A.	29,4%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	24,4%
Jayme Brasil Garfinkel	0,3%
Outros	0,7%

Pares Empreendimentos e Participações S.A.	Participação
Jayme Brasil Garfinkel	32,9%
Cleusa Campos Garfinkel	30,5%
Ana Luiza Campos Garfinkel	18,3%
Bruno Campos Garfinkel	18,3%

Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	Participação
Jayme Brasil Garfinkel	100,0%

continua

Porto Seguro Vida e Previdência S.A.

CNPJ/MF n° 58.768.284-0001/40
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - Lado A - 3° andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Seguro

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

Itauseg Participações S.A.	Participação
Banco Itaucard S.A.	26,4%
Itaú Unibanco S.A.	62,4%
Banco Itaú BBA S.A.	11,2%
Itaú Unibanco S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaucard S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaú BBA S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Itaú Unibanco Holding S.A.	**Participação**
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	51,7%
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	35,5%
Outros	12,8%

(*) Participações nas ações ordinárias.

1.2 INFORMAÇÕES RELEVANTES DO EXERCÍCIO

1.2.1 FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO

Em 29 de junho de 2022, foi assinado acordo de compra e venda de imóveis entre a Companhia, na qualidade de vendedora e Jive Properties Multiestratégia Fundo de Investimento Imobiliário ("Fundo") como compradora.
O objeto do acordo foi a venda de imóveis ao Fundo, considerando condições atuais do mercado imobiliário, a situação jurídica e estado de manutenção e conservação dos imóveis, bem como a oportunidade de liquidez imediata. A operação negociou 3 imóveis da Companhia, na mesma data da assinatura do acordo, ao valor de R$ 1.374. O ganho obtido nesta operação foi de R$ 1.088, sendo R$ 572 líquidos de efeitos tributários (vide nota explicativa nº 23).

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

Em consonância à Circular SUSEP n° 648/2021, as demonstrações financeiras foram preparadas conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendados pela SUSEP.
Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 08 de fevereiro de 2023.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 COMPARABILIDADE

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia reclassificou os valores de redução ao valor recuperável - RVR, provisões técnicas - seguros e resseguros e provisões judiciais para os ajustes ao lucro líquido nas demonstrações dos fluxos de caixa. Essas reclassificações foram feitas para melhor apresentação e comparabilidade, em consonância com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.
As mudanças não impactam o fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais dos períodos apresentados conforme demonstrado abaixo:

	Publicado Dezembro de 2021	Atualizado	Atualizado Dezembro de 2021
Atividades operacionais			
Ajustes para:			
Perda/(ganho) por redução ao valor recuperável dos ativos	–	375	375
Variação das provisões técnicas - seguros, resseguros e previdência complementar	–	8.648	8.648
Variação nas contas patrimoniais:			
Créditos das operações com seguros e resseguros	3.151	(306)	2.845
Créditos das operações com previdência complementar	87	(69)	18
Provisões técnicas - seguros, resseguros e previdência complementar	5.506	(8.648)	(3.142)

2.4 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é também sua moeda funcional. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

2.5 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Novas normas ou alterações de normas e interpretações para exercícios futuros e/ou algumas serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.
CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9): Em vigor pelo CPC desde 1° de janeiro de 2018, o Pronunciamento apresenta novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de "hedge".
O CPC 50 - Contratos de seguros (IFRS 17): Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. Este CPC entrará em vigor para períodos anuais com início em/ou após 1° de janeiro de 2023.

2.6 SEGREGAÇÃO ENTRE CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

A Companhia revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante, quando da elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base.
Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento, exceto pelo montante de aplicações bloqueadas judicialmente, que são classificados no ativo não circulante.
Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes.
As provisões atuariais, bem como a provisão de prêmios não ganhos e os custos de aquisição diferidos, são segregadas entre Circulante e Não Circulante, nos termos do artigo 113 da Circular SUSEP nº 648/2021, com base na expectativa de desenvolvimento e consumo de cada uma das provisões, baseada nos fluxos de caixas estimados no Teste de Adequação de Passivos.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras individuais estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve no exercício de 31 de dezembro de 2022 alterações nas políticas contábeis relevantes.

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 ATIVOS FINANCEIROS

(A) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) MENSURADOS PELO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO
São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.
(ii) TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA
São instrumentos financeiros não derivativos reconhecidos pelo seu valor justo. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) são reconhecidos no patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários), na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment").
(iii) MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO
São classificados nessa categoria os ativos financeiros adquiridos para obter fluxos de caixa contratuais, esses títulos são contabilizados pelo custo de aquisição e para os quais há a intenção e capacidades de mantê-los até a data de seus vencimentos.
(iv) EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS
Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações de seguros e resseguros", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos operacionais" que são contabilizados pelo custo amortizado deduzidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.
(B) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS
Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Títulos para negociação" e "Títulos disponíveis para venda" baseia-se na seguinte hierarquia:
• Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
• Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
• Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.
O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.
Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício de 31 de dezembro de 2022.

3.3 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT")

3.3.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired". Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).
A metodologia utilizada é a de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, "ratings" internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.
Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo, conforme regras da SUSEP.

3.3.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA

A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado.

3.3.3 ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.
Para fins de avaliação do "impairment" os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos. Os ativos não financeiros que tenham sofrido "impairment" são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do "impairment".

3.4 ATIVOS DE RESSEGURO

Os ativos de resseguro são valores a receber de resseguradores e valores das provisões técnicas de resseguro, avaliados consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro. Os valores a pagar a resseguradores são compostos por prêmios em contratos de cessão de resseguro.
As perdas por "impairment", quando aplicáveis, são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros (vide nota explicativa nº 3.3). Essa metodologia também leva em consideração os fluxos administrativos específicos de recuperação com os resseguradores.

3.5 CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO

As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices, conforme demonstrado na nota explicativa nº 10. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos. Os custos administrativos diretamente relacionados à obtenção de novos contratos de seguros, tais como custo com aceitação de riscos e emissão de apólice, também são diferidos com o mesmo critério.

3.6 IMOBILIZADO

Compreendem imóveis utilizados na condução dos negócios da Companhia. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.
Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos.
A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 12.

3.7 CONTRATOS DE SEGUROS - CLASSIFICAÇÃO

A Companhia emite contratos de seguros de vida e produtos de acumulação (previdência complementar) que transferem riscos significativos de seguros, financeiros ou ambos. Entende-se como risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial. Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro.

3.8 PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

3.8.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS ORIGINADOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Utiliza-se as diretrizes do CPC 11 para avaliação dos contratos de seguro e aplica-se as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: Teste de Adequação de Passivos (TAP); avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação dos contratos; entre outras políticas aplicáveis.
Não é aplicado os princípios de "Shadow Accounting" (contabilidade reflexa), já que a Companhia não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizados de títulos classificados como disponíveis para a venda.
As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTAs) e estão descritos resumidamente a seguir:
(a) A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC) e Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) representam o valor das obrigações assumidas com os participantes dos planos de previdência complementar das modalidades de renda e pecúlio, estruturados nos regimes financeiros de capitalização e de capitais de cobertura, bem como do seguro do ramo de vida com cobertura de sobrevivência.
(b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" dia para os planos estruturados no regime financeiro de repartição simples e repartição de capitais de cobertura (pecúlios e pensões), com base nas contribuições recebidas no mês; tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.
(c) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada para os planos estruturados no regime financeiro de repartição simples e repartição de capitais de cobertura (pecúlios e pensões) e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.
(d) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios de previdência complementar. Essa provisão também é constituída para os planos que ainda estão em fase de contribuição, supondo uma premissa de taxa de conversão em renda futura. A provisão é calculada considerando o valor presente das despesas futuras esperadas e uma premissa realista de sobrevivência dos participantes.
(e) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Companhia até data-base de apuração, e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como pela aplicação de triângulos de "run-off", com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas.
(f) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída em decorrência do aviso do evento ocorrido e com base nos valores de pecúlios e rendas vencidas e não pagas conforme previstos no contrato do participante. Essa provisão é ajustada pela Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Suficientemente Avisados (IBNeR), com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos processos de análise até sua liquidação. A IBNeR é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como triângulos de "run-off", com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas.
(g) A Provisão de Excedente Financeiro (PEF) é calculada conforme critérios estabelecidos no contrato do participante e abrange os valores de excedentes financeiros provisionados a serem utilizados de acordo com o regulamento do plano de previdência.
As provisões técnicas são segregadas entre circulante e não circulante no balanço patrimonial conforme seus perfis de liquidações, baseados nos fluxos atuariais.

3.8.2 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)

A Companhia elabora o Teste de Adequação de Passivos em cada data de balanço, para todos os contratos de seguro e previdência vigentes, de acordo com os critérios do CPC 11 e da SUSEP. São estimados os valores esperados dos fluxos de caixa futuros relacionados ao cumprimento desses contratos, os quais são comparados com valor contábil de todos os passivos relacionados, deduzidos dos custos de aquisição diferidos.
Para os produtos de previdência e seguros em regime de capitalização, o teste considera a projeção de resgates, cancelamentos, contribuições, conversão em renda e sinistros, despesas incrementais e de liquidação, receitas de taxa de administração, taxa de gestão e excedentes financeiros, quando aplicáveis.
Para os produtos de seguros em regime de repartição, o teste considera a projeção de sinistros ocorridos e a ocorrer, despesas incrementais e de liquidação, resseguro, bem como prêmios de risco decorrido, quando aplicáveis.
Os fluxos são apurados através de premissas realistas, baseadas na experiência da Companhia, que buscam refletir a melhor estimativa das obrigações futuras geradas pelos contratos vigentes.
Os contratos de seguro e previdência são agrupados de acordo com suas características técnicas, de risco e similaridades.
Para as premissas de mortalidade e sobrevivência, são utilizadas as tábuas biométricas BR-EMS vigentes.
Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente através da estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), elaborada pela SUSEP, de acordo com a metodologia vigente a partir de dezembro de 2022.
Para os produtos de previdência e seguros em regime de capitalização, considera-se também a estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), elaborada pela SUSEP, na apuração da taxa de juros esperada dos ativos. Também são ponderados os indexadores (IPCA ou IGPM), bem como taxas de juros garantidas (de 0% a 6%), quando aplicáveis.
Para os produtos de seguros em regime de repartição, a estimativa de sinistralidade (bruta) média apurada no TAP foi de 22,9%, e o percentual de resseguro foi de 57,1%.
O valor presente esperado dos fluxos de caixa referentes às obrigações registradas dos contratos de seguro e previdência vigentes foram comparados à soma das provisões técnicas relacionadas.
O valor presente esperado dos fluxos de caixa referentes às obrigações não registradas dos contratos de seguro e previdência vigentes foram avaliados através da comparação dos valores estimados de receitas e despesas para os produtos aplicáveis.
Eventuais insuficiências apuradas no TAP são registradas imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo a Provisão Complementar de Cobertura (PCC).
O resultado do TAP apresentou insuficiência no montante de R$ 68.154, mas foram reconhecidas apenas R$ 61.283 de despesas ou provisões adicionais nesta data-base, uma vez que foi observada compensação de R$ 6.871 correspondente à mais-valia dos títulos vinculados em garantia das provisões técnicas, registrados contabilmente no seu ativo na categoria "mantido até o vencimento", conforme estipulado no Artigo 43, parágrafo 2º da Resolução SUSEP nº 648/2021.

3.9 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo: são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado. Os benefícios de curto prazo, tais como planos de saúde, planos de saúde odontológicos, cartão farmácia, vale transporte, vale refeição, vale alimentação, auxílio creche e/ou babá, bolsa de estudos, seguro de vida e estacionamento na matriz, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida em que são incorridos.
Obrigações com aposentadorias: a Companhia patrocina os planos administrados pela entidade PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, sendo o Plano PORTOPREV da modalidade CV (Contribuição Variável) fechado para novas adesões, e o Plano PORTOPREV II na modalidade CD (Contribuição Definida), aberto para novas adesões.
Benefícios pós-emprego: também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários, conforme o período de prestação de serviços.
O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós-emprego são calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

3.10 PROVISÕES JUDICIAIS, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Companhia e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.
Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus

continua

Porto Seguro Vida e Previdência S.A.

CNPJ/MF nº 58.768.284-0001/40
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - Lado A - 3º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Seguro

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.
Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.11 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

3.11.1 PRÊMIO DE SEGUROS

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 3.8.1).

3.11.2 CONTRIBUIÇÕES DE PLANOS DE PREVIDÊNCIA

As contribuições de planos de previdência complementar são reconhecidas quando do seu efetivo recebimento. A receita compreende as taxas administrativas e de carregamento cobradas.

3.12 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.
O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do período. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

3.13 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.
Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais.
Os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realização.

3.14 PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS

A Companhia possui programa próprio para o cálculo da participação nos lucros. Os valores são reconhecidos no resultado com base nos critérios estabelecidos na política interna e são revisitados anualmente.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros, (ii) das provisões técnicas, (iii) da provisão para risco de créditos ("impairment"), (iv) da realização dos impostos diferidos e (v) das provisões para processos judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.
As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

4.1 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.
Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito na nota explicativa 3.3.

4.2 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGURO E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguro e previdência complementar. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.
Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

4.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS, FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia dispõe de um considerável número de processos judiciais em aberto na data das demonstrações contábeis. O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.4 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, a necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, é altamente estratégica para a Porto Seguro.
Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Porto Seguro adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.
A abordagem da Porto Seguro para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três níveis de defesa:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança, no que tange à gestão de riscos, o Grupo possui o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo aprovar e monitorar o Apetite ao Risco do Grupo, propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de risco.
Destaca-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve mudanças relevantes nos riscos: (i) de liquidez, uma vez que as durações médias dos principais ativos e passivos da Companhia não sofreram alterações relevantes e; (ii) de seguros, pois as variações observadas decorrem do crescimento normal das operações da Porto Seguro.
A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros.
Para o gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos.
(a) Portfólio de investimentos: para o gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito da Porto Asset. Management.
Em 31 de dezembro de 2022, 65,9% (71,9% em 31 de dezembro de 2021) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AA".
Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada ("impaired").
(b) Inadimplência nos prêmios a receber: é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto à Companhia, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os prêmios a receber de segurado da Companhia, em geral, não possuem concentração de riscos (por setor econômico, por exemplo), uma vez que são recebíveis, principalmente, de pessoas físicas e varejo.
(c) Cessão de resseguro: para o gerenciamento do risco de crédito da cessão de risco de resseguro, há política específica que conta com limites de contraparte fundamentados em "ratings" de agências externas, considerando "A" como mínimo para cessão do risco, de forma a minimizar o potencial de perdas decorrentes da inadimplência dos contratos de cessão de risco.
Destaca-se que a contratação de resseguro leva em consideração as necessidades dos produtos quanto à cessão de risco, estratégia corporativa de negócios e retenção de riscos do grupo Porto estando sempre em conformidade com as regras estabelecidas pelas autoridades reguladoras/fiscalizadoras do Brasil.

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção de seus níveis de liquidez em patamares adequados.
Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base às projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/empresa. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresses), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez.
Além do monitoramento diário do caixa de cada empresa, mensalmente é realizado o Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.
A tabela a seguir apresenta o fluxo de ativos e passivos da Companhia (i):

	Dezembro de 2022		**Dezembro de 2021**	
	Fluxo de ativos (ii)	**Fluxo de passivos (iii)**	**Fluxo de ativos (ii)**	**Fluxo de passivos (iii)**
À vista/sem vencimento	738.245	–	579.267	–
Fluxo de 0 a 30 dias	1.416.099	52.646	332.486	3.128
Fluxo de 31 a 180 dias	140.251	348.837	184.253	26.247
Fluxo de 181 a 360 dias	116.673	365.630	183.584	56.819
Fluxo acima de 360 dias	3.722.275	6.828.116	4.745.152	9.709.309
Total	**6.133.543**	**7.595.229**	**6.024.742**	**9.795.503**

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração e estudos de permanência de segurados para os planos de previdência complementar que dispõem de opção de resgate, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos e passivos financeiros pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.
(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalente de caixa, aplicações, prêmios a receber e operações com resseguradoras.
(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e previdência complementar e débitos de operações com seguros.

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2022	**Dezembro de 2021**
Inflação (IPCA/IGPM)	39,5%	40,3%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	30,1%	33,4%
Prefixados	26,9%	22,0%
Ações	2,4%	3,1%
Outros	1,1%	1,2%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia, assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.
Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e ferramentas de "tracking error" e "Benchmark-VaR", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.
Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2022:

Fator de Risco	**Cenário (i)**	**Impacto (ii)**
	+50 b.p.	(264.505)
	+25 b.p.	(135.616)
Índices de preços	+10 b.p.	(54.657)
	- 10 b.p.	54.657
	- 25 b.p.	135.616
	- 50 b.p.	264.505
	+50 b.p.	(324.432)
	+25 b.p.	(177.497)
Juros pré-fixados	+10 b.p.	(75.281)
	- 10 b.p.	75.281
	- 25 b.p.	177.497
	- 50 b.p.	324.432
	± 50 b.p.	± 4.952
Juros pós-fixados	± 25 b.p.	± 4.211
	± 10 b.p.	± 3,369
	± 34%	± 52.291
Ações	± 17%	± 26.146
	± 9%	± 13.073

(i) B.P. = "basis points". O cenário-base utilizado é o cenário provável de "stress" para cada fator de risco, disponibilizados pela B3.
(ii) Bruto de efeitos tributários.
Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados.

5.4 RISCO DE SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento.
A Companhia emite seguros de vida e contratos de previdência complementar. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes categorias de risco:
(a) Risco de prêmio: gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, sendo as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens para os produtos.
(b) Risco de provisão: gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº 3.8.2).
(c) Risco de retenção: gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.
(d) Risco de práticas de sinistros: gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.
Cada diretoria de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atuarial comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.
As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem:

- Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada ramo e/ ou agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.
- Utilização como indexador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados.
- Taxa de juros esperada para os ativos, equivalente à taxa SELIC/CDI, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no exercício vigente.
- Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Alta Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.
Os impactos dos testes de sensibilidade demonstrados a seguir são aqueles que ocorreriam no resultado e no patrimônio líquido da Companhia decorrente das variações nas premissas apresentadas, antes da compensação pela diferença entre o valor justo e o valor contábil dos ativos classificados como "mantidos até o vencimento", conforme estipulado no § 2º do artigo 43 da Circular SUSEP nº 648 de 2021.

• Seguros de vida tradicional com contratação individual e coletiva
Compreendem produtos predominantemente de renovações anuais com cobertura por morte, invalidez ou renda devido à incapacidade temporária. O risco mais relevante para este produto é o biométrico, no qual pode ocorrer aumento nas indenizações causado pela ocorrência de eventos extraordinários, tais como pandemias ou aumento constante da ocorrência de invalidez. Para contratações coletivas existe o risco de anti-seleções, em que o grupo segurado é diferente do grupo da cotação, e de catástrofes, atingindo várias vidas seguradas no mesmo evento.

• Seguro de vida com cobertura por sobrevivência e previdência complementar
Compreendem os produtos de Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL) e o Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), referente à previdência complementar, que são produtos com garantias de longo prazo, atrelados ao planejamento de aposentadoria dos participantes. Oferecem coberturas por sobrevivência, morte, invalidez e pensões em caso de morte do titular.

• Plano de previdência complementar tradicional
Produtos que apresentam como principal característica a garantia de uma taxa de retorno mínima na fase de acumulação e aposentadoria. Estes produtos não são mais comercializados pela Companhia, contudo ainda existem 4.274 participantes com contratos vigentes nessas condições, com valor total, em 31 de dezembro de 2022, de R$ 817.433. Apresenta risco biométrico e principalmente econômico.

Medidas para mitigação de risco
Para os seguros de vida com contratação individual, são estabelecidos limites de contratação e de idade a partir dos quais é necessária apresentação de documentações específicas para análise do risco individual. Para os seguros coletivos, destaca-se a subscrição centralizada com análise prévia dos grupos seguráveis para determinação dos prêmios.
Outras medidas importantes para mitigação de riscos incluem a contratação de resseguros e a gestão dos fluxos de ativos e passivos (ALM - "Asset Liability Management").
A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, demonstrando os impactos no resultado e no patrimônio líquido, líquidos de efeitos tributários:

- Vida com cobertura por sobrevivência e previdência complementar:

Premissas atuariais	**Dezembro de 2022**	**Dezembro de 2021**
ETTJ-SUSEP - aumento de 50,0%	10.174.830	8.382.184
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(100.229)	(120.961)

5.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal.
A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa, utilizando para isso o processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos e reduzir as ameaças até um nível aceitável.
Isto inclui esforços para a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

5.6 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos correspondem à possibilidade de ocorrência de perdas para a Porto Seguro devido à fatores de origem social, ambiental ou climática relacionados aos negócios da Porto e suas controladas. Adicionalmente, consideram-se também as perdas que a Porto Seguro pode ocasionar junto a terceiros também devido aos fatores acima mencionados.
Em linha com os requerimentos regulatórios implementados pelo Banco Central do Brasil e SUSEP, o Grupo Porto desenvolveu em 2022 a política e a metodologia corporativa de Risco Socioambiental e Climático, a qual estabelece os princípios, diretrizes, responsabilidades, bem como mecanismos de avaliação e controle no que se refere à Gestão dos Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos - GRSAC.
Neste sentido, estabeleceu-se de forma corporativa a identificação, a avaliação, o tratamento, a mitigação e o monitoramento dos riscos sociais resultantes de impactos no bem-estar das pessoas, os riscos ambientais relativos à possibilidade de efeitos nocivos causados pela companhia e os riscos climáticos que devido a eventos e mudanças climáticas podem gerar um impacto no ecossistema e na sociedade. Para o gerenciamento desses riscos, é avaliado a exposição de cada produto ou negócio, além, da construção de indicadores para monitoramento contínuo.

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.
O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros

continua

Porto Seguro Vida e Previdência S.A.

CNPJ/MF nº 58.768.284-0001/40

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - Lado A - 3º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Seguro

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do grupo, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas abaixo:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Patrimônio líquido	**313.676**	**328.970**
(+/-) Ajustes contábeis	**(128.572)**	**(94.067)**
Despesas antecipadas	(7)	(768)
Créditos tributários que excederem 15% do CMR	(107.394)	(71.718)
DAC não diretamente relacionados à PPNG	(3.533)	(3.902)
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (-)	(5.256)	(4.671)
Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado (–)	(12.382)	(13.008)
(+/-) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	**5**	**2.558**
Valor de mercado - ativos mantidos até o vencimento	4.128	36.564
Redução no TAP referente à diferença de marcação dos ativos vinculados (–)	(4.123)	(34.006)
PLA de nível 1	**185.109**	**237.461**
Superávit de fluxos prêmios/contribuições não registrados apurado no TAP(+)	233	7.356
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios / cont. registradas	118.798	110.158
PLA de nível 2	**119.031**	**117.514**
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (+)	5.255	4.671
Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado (+)	12.382	13.008
PLA de nível 3	**17.637**	**17.679**
Excesso de Nível 2 (-)	(44.469)	(36.157)
Excesso de níveis 2 e 3	**(44.469)**	**(36.157)**
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	**277.308**	**336.497**
Capital base (I)	**15.000**	**15.000**
Capital de risco (II)	**184.399**	**198.076**
Capital de risco de subscrição	158.336	154.568
Capital de risco de mercado	51.071	83.343
Capital de risco de crédito	3.882	1.688
Capital de risco operacional	4.259	4.136
Benefício da correlação entre riscos	(33.149)	(45.659)
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	**184.399**	**198.076**
Suficiência de capital	**92.909**	**138.421**

(*) A Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021, determinou a demonstração do PLA segregado em 3 (três) níveis de qualidade, respeitados os limites regulatórios para utilização de cada nível na cobertura do CMR.

7. EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Equivalentes de caixa (*)	500.929	320.277
	500.929	**320.277**

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras do Tesouro Nacional (LTNs) e Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

8. APLICAÇÕES

8.1 ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO (i)

	Dezembro de 2022			Dezembro de 2021		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos abertos						
Cotas de fundos de investimentos	**23.051**	–	23.051	–	–	–
	23.051	–	**23.051**	–	–	–
Fundos exclusivos						
LFTs	1.368.184	–	1.368.184	1.364.757	–	1.364.757
NTNs - B	538.779	–	538.779	925.135	–	925.135
Debêntures	–	447.248	447.248	–	556.158	556.158
Cotas de fundos de investimento	532.721	–	532.721	386.665	–	386.665
LTNs	–	–	–	268.123	–	268.123
Letras Financeiras - privadas	–	462.276	462.276	–	295.368	295.368
Ações de companhias abertas	132.818	–	132.818	164.604	–	164.604
NTNs - C	29.459	–	29.459	29.625	–	29.625
CDBs	–	89.878	89.878	–	20.315	20.315
DPGE	–	14.232	14.232	–	12.478	12.478
Nota Comercial	–	3.066	3.066	–	–	
	2.601.961	**1.016.700**	**3.618.661**	**3.138.909**	**884.319**	**4.023.228**
Total - circulante	**2.625.012**	**1.016.700**	**3.641.712**	**3.138.909**	**884.319**	**4.023.228**
Percentual de aplicações classificadas nesta categoria			**73%**			**79%**

(i) Os títulos para negociação da Companhia são compostos, substancialmente, por cotas de fundos de investimentos abertos e exclusivos e letras financeiras de instituições privadas, cujo valor de custo atualizado desses títulos razoavelmente se aproxima de seu valor justo.

8.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	Dezembro de 2022 Nível 1	Dezembro de 2021 Nível 1
Carteira própria (i)		
NTN - C	181.289	184.945
Total - não circulante	**181.289**	**184.945**
Percentual de aplicações classificadas nesta categoria	**4%**	**4%**

(i) O valor de curva dos papéis em 31 de dezembro de 2022 era de R$ 179.758 (R$ 174.611 em 31 de dezembro de 2021).

8.3 MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO (i)

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Fundos exclusivos		
NTN - C	850.062	825.073
NTN - B	334.796	69.517
Total - não circulante	**1.184.858**	**894.590**
Percentual de aplicações classificadas nesta categoria	**24%**	**18%**

(i) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2022 era de R$ 1.191.087 (R$ 962.698 em 31 de dezembro de 2021).

8.4 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS (*)

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	**5.423.040**	**5.329.587**
Aplicações	940.506	1.111.073
Resgates	(1.352.962)	(1.232.139)
Rendimentos	507.007	227.709
Ajuste a valor de mercado	(8.803)	(13.190)
Saldo final	**5.508.788**	**5.423.040**

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, ativos financeiros disponíveis para venda, ativos financeiros mantidos até o vencimento e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

8.5 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2022 estão apresentadas a seguir:

	Taxas de juros % (a.a.)	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Equivalentes de caixa (i)	13,62	9,12
Fundos exclusivos		
NTNs C - IGPM	6,26	6,26
NTNs B - IPCA	5,77	4,48
LFTs (SELIC + Ágio/Deságio)	0,05	0,14

(i) Vide nota explicativa nº 7.

9. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Imposto de renda e contribuição social diferidos - diferenças temporárias (i)	112.649	76.389
Outros	1.642	1.516
	114.291	**77.905**
Circulante	1.642	1.516
Não circulante	112.649	76.389

(i) Vide nota explicativa nº 9.1.1.

9.1 TRIBUTOS DIFERIDOS

9.1.1 ATIVO

	Dezembro de 2021	Constituição	Reversão	Dezembro de 2022
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa (i)	71.718	51.431	(15.755)	107.394
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão para obrigações legais	3.429	725	(317)	3.837
Provisões para processos judiciais - cíveis e trabalhistas	314	61	(153)	222
Provisão de participação nos lucros	58	544	(314)	288
Provisão para riscos sobre créditos	59	233	(226)	66
Outras provisões	811	38	(7)	842
	76.389	**53.032**	**(16.772)**	**112.649**

(i) Refere-se ao ativo fiscal diferido proveniente de prejuízos fiscais não utilizados, em que a Companhia projetou provável lucros tributáveis futuros contra os quais estes prejuízos fiscais serão utilizados, conforme previsto na Circular SUSEP nº 648/2021.

9.1.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	Valor
2023	48.015
2024	12.466
2025	12.404
Após 2025	39.764
Total - Ativo	**112.649**

Neste estudo é considerado a alíquota de imposto que vigerá em cada exercício futuro para analisar-se a realização do ativo de imposto diferido.

9.1.3 PASSIVO

	Dezembro de 2021	Constituição	Reversão	Dezembro de 2022
Natureza				
IR e CS sobre ajustes de exercícios anteriores	24.413	–	–	24.413
IR e CS sobre ajustes de instrumentos financeiros	4.134	3.109	(6.631)	612
IR e CS sobre reavaliação de imóveis	3.174	51	(174)	3.051
IR e CS outros	11	7	–	18
	31.732	**3.167**	**(6.805)**	**28.094**

9.2 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Prejuízo antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	(89.876)	(149.169)
(–) Participações sobre o lucro	(658)	(628)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL (A)	**(90.534)**	**(149.797)**
Alíquota vigente (i)	40%	40%
Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (B)	**36.214**	**59.919**
Baixa para perda - diferido	–	11.685
Demais despesas e ajustes do ano corrente	107	2.615
Total dos efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	**107**	**2.615**
Total de imposto de renda e contribuição social (D = B + C)	**36.321**	**74.219**
Taxa efetiva (D/A)	**40,1%**	**49,5%**

(i) Em 28 de abril de 2022 foi aprovada a Medida Provisória nº 1.115, que entrou em vigor em 1º de agosto de 2022 com aplicação até 31 de dezembro de 2022, a alteração da alíquota de CSLL de 15% para 16% sobre o lucro das empresas de seguros, previdência complementar, capitalização, instituições financeiras, entre outras.

10. CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO

O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 25,7 meses para os planos tradicionais, PGBL e VGBL e 56 meses para vida.

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
PIS (*)	7.337	7.033
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	4.583	4.239
Processos judiciais com adesão ao REFIS (*)	1.477	1.406
Outros	10	11
	13.407	**12.689**

(*) Vide nota explicativa nº 15.1(a).

12. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depre-ciação (%)	Dezembro de 2022 Custo	Dezembro de 2022 Depre-ciação acumulada	Dezembro de 2022 Valor Líquido	Dezembro de 2021 Custo	Dezembro de 2021 Depre-ciação acumulada	Dezembro de 2021 Valor Líquido
Edificações (*)	2,1	16.185	(5.448)	10.737	16.407	(5.219)	11.188
Terrenos		1.645	–	1.645	1.820	–	1.820
Imóveis de uso		**17.830**	**(5.448)**	**12.382**	**18.227**	**(5.219)**	**13.008**

(*) Para este item foi utilizada taxa média ponderada.

12.1 MOVIMENTAÇÃO IMOBILIZADO

	Saldo líquido em dezembro de 2021	Movimentação Baixas (*)	Movimentação Despesas de depreciação	Saldo líquido em Dezembro de 2022
Edificações	11.188	(111)	(340)	10.737
Terrenos	1.820	(175)	–	1.645
Imóveis de uso	**13.008**	**(286)**	**(340)**	**12.382**

(*) Referem-se aos bens vendidos ao Fundo, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1.1.

13. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS

	Dezembro de 2022		Dezembro de 2021	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
PMBC e PMBaC - seguros	2.332.260	2.332.260	2.241.009	2.241.009
Sinistros e benefícios a liquidar	1.330	1.330	2.093	2.093
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	1.354	1.354	1.443	1.443
Demais provisões	5.018	5.018	5.219	5.178
	2.339.962	**2.339.962**	**2.249.764**	**2.249.723**
Circulante	345.367		329.706	
Não circulante	1.994.595		1.920.058	

13.1 MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO DE CONTRATOS DE SEGURO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	**2.249.764**	**2.238.799**
Constituições decorrentes de prêmios	296.283	310.055
Atualização monetária e juros	212.968	40.432
Diferimento pelo risco decorrido	(416.189)	(336.935)
Aviso de sinistros	3.882	6.212
Pagamento de sinistros	(5.209)	(4.025)
Outras (constituição/reversão)	(1.537)	(4.774)
Saldo final	**2.339.962**	**2.249.764**

13.2 PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR - JUDICIAL

A tabela a seguir demonstra a movimentação dos sinistros judiciais:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	**1.655**	**1.194**
Novas constituições no período	1.059	247
Baixa da provisão por êxito	(202)	(141)
Baixa por alteração de estimativas ou probabilidades	(868)	–
Alteração por reestimativa, atualização monetária e juros (*)	292	355
Saldo final	**1.936**	**1.655**
Quantidade de processos	5	6

(*) De acordo com a taxa de atualização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo.

14. PROVISÕES TÉCNICAS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
PMBC e PMBaC - PGBL/PRGP	1.805.487	1.829.454
PMBC e PMBaC - previdência	1.108.142	1.079.593
Provisão de despesas relacionadas	3.441	4.368
Provisão de excedente financeiro	944	1.470
Provisão complementar de cobertura (i)	60.831	–
Demais provisões	6.200	6.118
	2.985.045	**2.921.003**
Circulante	467.854	315.089
Não circulante v	2.517.191	2.605.914

14.1 MOVIMENTAÇÃO DE PROVISÕES TÉCNICAS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	**2.921.003**	**2.926.462**
Contribuições	148.195	150.918
Pagamento de benefícios	(42.935)	(31.367)
Atualização monetária e juros	318.410	284.394
Resgates	(209.218)	(250.116)
Portabilidades líquidas	(171.552)	(73.838)
Outras (constituição/reversão)	21.142	(85.450)
	2.985.045	**2.921.003**

14.2 GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Total das provisões técnicas (A)	**5.325.007**	**5.170.767**
(-) Operações com resseguradoras	800	75
Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (B)	**800**	**75**
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C = A - B)	**5.324.207**	**5.170.692**
Cotas de fundos de investimento	1.688.067	1.375.946
Cotas de fundos especialmente constituídos	3.614.315	3.766.088
Títulos de renda fixa - públicos	181.289	184.945
Total de ativos oferecidos em garantia (D)	**5.483.671**	**5.326.979**
Excedente (D - C)	**159.464**	**156.287**

15. OUTROS DÉBITOS - PROVISÕES JUDICIAIS

15.1 PROVÁVEIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária e cível. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Fiscais (a)	10.582	9.153
Cíveis	553	597
Total	**11.135**	**9.750**

(a) PROVISÃO PARA PROCESSOS FISCAIS

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
PIS (i)	8.268	7.020
Juros moratórios	1.529	1.387
Processos com adesão ao REFIS (ii)	785	746
	10.582	**9.153**

(i) PIS

A Companhia discute a exigibilidade da contribuição ao PIS, instituída nos termos das Emendas Constitucionais nº 01/94, nº 10/96 e nº 17/97, as quais alteraram a base de cálculo e a alíquota da contribuição, que passou a incidir sobre a receita bruta operacional, e da Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta, independentemente da classificação contábil.

No caso da Emenda Constitucional nº 01/94, aderiu-se parcialmente ao REFIS e; para a parcela remanescente, aguarda-se o levantamento dos depósitos realizados, em razão do reconhecimento da decadência.

No caso da Emenda Constitucional nº 10/96, aguarda-se julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário interposto pela sociedade.

Com relação à Emenda Constitucional nº 17/97, os autos estão aguardando análise do pedido de conversão em renda parcial, e levantamento parcial dos depósitos judiciais. Relativamente à Lei nº 9.718/98, aguarda-se julgamento dos Recursos Extraordinário e Especial, atualmente sobrestados até julgamento do Recurso Extraordinário 609.096, em sede de repercussão geral.

(ii) REFIS

A Companhia aderiu ao programa de recuperação fiscal - REFIS nos anos de 2013 e 2014, para diversas ações que discutia judicialmente e atualmente aguarda a homologação da desistência das ações perante o Poder Judiciário, com o respectivo levantamento de valores residuais.

MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES JUDICIAIS PROVÁVEIS

	Fiscais	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**9.153**	**597**	**9.750**
Constituições	820	40	860
Enc. êxito/reversões	–	–	–
Pagamentos	–	(183)	(183)
Atualização monetária	609	99	708
Saldo em 31 de Dezembro 2022	**10.582**	**553**	**11.135**
Quantidade de processos	12	2	14

15.2 POSSÍVEIS

A Companhia é parte em outras ações de natureza tributária e cível que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Fiscais (a)	70.718	60.425
Cíveis	1.080	831
Total	**71.798**	**61.256**

(a) CONTINGÊNCIAS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O risco total estimado dessas ações refere-se principalmente ao questionamento através de autuação da Receita Federal do Brasil em setembro de 2018 quanto a não inclusão

continua

Porto Seguro Vida e Previdência S.A.

CNPJ/MF nº 58.768.284-0001/40

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - Lado A - 3° andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Seguro

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total estimado em R$ 67.912 (R$ 51.239 de possível impacto no lucro líquido).

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado era de R$ 378.578, dividido em 15.155.812 (unidades) ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal (R$ 334.578 dividido em 13.308.729 unidades em 31 de dezembro de 2021). Em 04 de julho de 2022, a SUSEP/CGRAJ por meio da Portaria nº 802 aprovou o aumento de capital no valor de R$ 25.000.

(b) RESERVAS DE LUCROS

(i) RESERVA LEGAL

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

(ii) RESERVA ESTATUTÁRIA

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social.

(c) AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Os ajustes de avaliação patrimonial da Companhia referem-se, principalmente, a variação do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda, líquidos dos efeitos tributários (vide nota explicativa nº 8.2).

(d) DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de Juros sobre o Capital Próprio - JCP (líquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

17. RENDAS DE CONTRIBUIÇÕES E PRÊMIOS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
VGBL e VRGP	279.858	294.123
PGBL	113.093	116.599
Tradicional	19.209	18.603
	412.160	**429.325**

18. PRÊMIOS GANHOS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Prêmios diretos VGBL	16.425	15.932
Contribuições para cobertura de riscos PGBL e Tradicional	15.893	15.716
Variações das provisões técnicas	226	(419)
	32.544	**31.229**

19. RENDAS COM TAXAS DE GESTÃO E OUTRAS TAXAS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Taxa de gestão	52.014	48.126
Outras taxas	885	1.335
	52.899	**49.461**

20. SINISTROS OCORRIDOS

	Dezembro de 2022		Dezembro de 2021	
	Sinistros ocorridos	Índice de sinistralidade (%)	Sinistros ocorridos	Índice de sinistralidade (%)
Pessoas	(2.117)	6,5	(5.801)	18,6
	(2.117)	**6,5**	**(5.801)**	**18,6**

21. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Despesas compartilhadas (i)	(26.461)	(26.985)
Pessoal	(6.680)	(6.101)
Localização e funcionamento	(1.539)	(1.069)
Outras	(3.135)	(2.896)
	(37.815)	**(37.051)**

(i) Referem-se a rateio de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do grupo Porto Seguro (vide nota explicativa nº 24).

22. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Operações de PGBL e VGBL	454.182	204.646
Ganhos na valorização e juros de títulos para negociação	114.363	161.167
Juros de títulos disponíveis para a venda	21.872	35.947
Outras	3.088	719
Total de receitas financeiras	**593.505**	**402.479**
Atualização das provisões técnicas - previdência	(318.410)	(284.394)
Desvalorização de juros de títulos para negociação	(81.231)	(173.888)
Atualização das provisões técnicas - seguros	(212.968)	(40.432)
Desvalorização de títulos disponíveis para a venda	(2.179)	
Outras (i)	(25.980)	(59.249)
Total de despesas financeiras	**(640.768)**	**(557.963)**
Resultado financeiro	**(47.263)**	**(155.484)**

(i) O aumento deve-se principalmente as despesas financeiras da Companhia com os resgates dos recursos acumulados de participantes dos planos de previdência.

23. GANHOS OU PERDAS COM ATIVOS NÃO CORRENTES

O montante de 1.088 refere-se ao ganho patrimonial obtido na operação com o Fundo realizado em junho e julho de 2022, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1.1.

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

(i) Contas administrativas repassadas pela controladora Porto Cia pela utilização da estrutura física e de pessoal;

(ii) Aluguéis dos prédios cobrados da controladora Porto Cia;

(iii) Serviços do seguro e plano de saúde contratados da Porto Saúde;

(iv) Prestação de serviços de administração e gestão de carteiras contratados das empresas Portopar e Porto Investimentos.

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Passivo		
Porto Cia	2.446	2.538
Portopar	174	–
	2.620	**2.538**

	Despesas	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Demonstração do resultado		
Porto Cia	(27.229)	(27.722)
Porto Investimentos	(1.686)	(1.571)
Outros	(1.406)	(1.351)
	(30.321)	**(30.644)**

25. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) RELATÓRIO COMITÊ DE AUDITORIA

O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria da Companhia abrange todas as sociedades do grupo Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., Companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o grupo. Não foram identificados assuntos que pudessem modificar o relatório do Comitê de Auditoria emitido em 8 de fevereiro de 2023 até a data da publicação dessas demonstrações financeiras.

DIRETORIA

ROBERTO DE SOUZA SANTOS - Diretor Presidente

CELSO DAMADI - Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

LENE ARAÚJO DE LIMA - Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional

LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA - Diretor Vice-Presidente - Marketing, Clientes e Dados

MARCOS ROBERTO LOUÇÃO - Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços

JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA - CEO - Seguros e Diretor Vice-Presidente - Comercial

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES - Diretora Jurídica e Riscos

CARLOS EDUARDO NAEGELI GONDIM - Diretor de Produto - Vida e Previdência

CAROLINA HELENA ZWARG - Diretora de Pessoas e Sustentabilidade

FABIO OHARA MORITA - Diretor Técnico

LUIZ VICENTE GUARANHA LAPENTA - Diretor de Precificação

LUIZ FELIPE MILAGRES GUIMARÃES - Diretor de Atendimento

MARCOS ROGÉRIO SIRELLI - Diretor de Tecnologia da Informação

RAFAEL VENEZIANI KOZMA - Diretor de Controladoria

TIAGO VIOLIN - Diretor

JAIME SOARES BATISTA - Diretor

MARCELO SEBASTIÃO DA SILVA - Diretor

MARCELO ZORZO - Diretor

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

BRÁULIO FELICÍSSIMO DE MELO - Atuário - MIBA nº 1588

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Porto Seguro Vida e Previdência S.A.
São Paulo - SP
CNPJ: 58.768.284/0001-40

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Seguro Vida e Previdência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Seguro Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas de contratos de seguros e de previdência complementar

Conforme divulgado nas notas explicativas n° 3.8, 13 e 14, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia, registrou provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguros e de previdência complementar no montante de R$ 2.339.962 mil e R$ 2.985.045 mil, respectivamente. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido julgamento profissional da diretoria na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto, cancelamento, e mortalidade, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, expectativa de longevidade, entre outros.

Adicionalmente, a diretoria realiza o Teste de Adequação do Passivo ("TAP") com o objetivo de capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguro e de previdência complementar. O TAP considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo despesas administrativas e operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos diretos, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa na data de execução do teste. O TAP também considera premissas de sinistralidades, projeção de resgates, cancelamentos, contribuições, conversão em renda e sinistros, despesas incrementais e de liquidação, receitas de taxa de administração, taxa de gestão e excedentes financeiros, quando aplicáveis, calculadas conforme descrito na nota explicativa n°3.8.2. A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela diretoria na constituição de suas provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros e despesas ocorridos e não avisados e ao teste de adequação de passivos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes e testes de sua efetividade; (ii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros, vida individual e vida com cobertura de sobrevivência e de previdência complementar firmados pela Companhia; (iii) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela Diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (iv) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (v) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; (vi) testes documentais, mediante amostra dos sinistros a liquidar, contribuições, resgates, portabilidades, concessão e pagamento de benefícios quanto da sua existência e adequado registro contábil; (vii) confronto dos registros contábeis e controles operacionais e (viii) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Ambiente de tecnologia da informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança.

Uma vez que a avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Outros assuntos

Auditoria de valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 22 de fevereiro de 2022, respectivamente, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

• A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comercias e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

• Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2023

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
Patricia di Paula da Silva Paz
Sócia - Contadora CRC-SP198827/O
Diana Yukie Naki dos Santos
Sócia - Contadora CRC-SP300514/O

continua

Porto Seguro Vida e Previdência S.A.

CNPJ/MF n° 58.768.284-0001/40
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - Lado A - 3° andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Seguro

continuação

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Porto Seguro Vida e Previdência S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis bem como os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Porto Seguro Vida e Previdência S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2022, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia *é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações* contábeis e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, bem como pelas funcionalidades dos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no primeiro parágrafo deste parecer, com base em nossos procedimentos de auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas.

Esses princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Companhia, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Companhia auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, *líquidas de ativos redutores*, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Porto Seguro Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2022 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, e com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que, no âmbito das referidas amostras, existe correspondência dos dados que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2023

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Serviços Atuariais SS, CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11
Ricardo Pacheco
Atuário - MIBA 2.679

Porto Seguro Capitalização S.A.

CNPJ/MF nº 16.551.758/0001-58
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco A - 6º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,
Apresentamos o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Porto Seguro Capitalização S.A., com o Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

NOSSO DESEMPENHO

• Resultado financeiro
O resultado financeiro totalizou em 2022 R$ 50,5 milhões, aumento de R$ 19,9 milhões, ou 64,8% em relação ao ano anterior. Esse resultado é reflexo, principalmente, dos retornos positivos das alocações em juros indexados à inflação, que foram parcialmente impactados pelo desempenho desfavorável das alocações em renda variável.

• Lucro líquido e por ação
O lucro líquido totalizou em 2022 R$ 36,1 milhões, com aumento de 36,7% em relação a 2021. O lucro por ação foi de R$ 0,60 em 2022 e R$ 0,58 em 2021.

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que colaboradores e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca ser cada vez mais um Porto Seguro para todos os seus públicos.

A descrição completa dos projetos socioculturais e ambientais do grupo Porto Seguro está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A. e Relatório de Sustentabilidade, divulgados no site da Companhia (http://ri.portoseguro.com.br).

AMBIENTE ECONÔMICO

O ano de 2022 terminou com um ambiente internacional ainda repleto de incertezas. E esse quadro que não deve mostrar grandes alterações no início de 2023. Os bancos centrais dos EUA e da Zona do Euro seguem mantendo uma postura firme de combate à inflação. Ainda que as expectativas apontem para uma desaceleração econômica nos dois lados do Atlântico ao longo dos próximos meses, a resiliência do mercado de trabalho nas duas economias deve evitar uma queda mais brusca da atividade. Por outro lado, os baixos níveis de desemprego devem limitar uma redução mais forte da inflação, adiando qualquer reversão dos ciclos atuais de aperto monetário promovidos pelo FED e pelo BCE.
No caso de alguns países emergentes, contudo, esse momento pode estar mais próximo. Como vários desses países iniciaram o processo de alta de suas taxas básicas de juros antes dos EUA e da Europa, o cenário de desinflação nessas economias é mais claro. Mesmo diante dessa perspectiva, porém, o ambiente internacional seguirá desafiador durante boa parte de 2023.
Primeiro, porque a continuidade da guerra na Ucrânia, para além do enorme ônus humanitário, segue como ameaça ao suprimento global de diversas commodities, sejam elas agrícolas ou no setor de energia.
A magnitude e a velocidade do crescimento de novos casos diários, por sua vez, podem aumentar o risco de surgimento de novas variantes da doença, além de um número relevante de mortes num país cuja população ultrapassa 1,4 bilhão de habitantes.
Domesticamente, 2022 registrou um crescimento econômico mais forte que o esperado, fruto de uma expressiva melhora do mercado de trabalho, ainda que parte considerável das novas vagas criadas tenha se concentrado no segmento informal da economia.
O crescimento da massa de rendimentos do trabalho e a manutenção de um fluxo de transferências públicas para parcela relevante da população sustentaram o consumo, notadamente de serviços, que também se beneficiaram em 2022 da normalização de sua demanda depois de quase dois anos de pandemia.
Essa resiliência do consumo das famílias, porém, limitou o movimento de desinflação, que se concentrou no segmento de preços administrados. Esta queda, por sua vez, ocorreu diante da reversão da expressiva elevação dos preços dos derivados de petróleo no início do ano, na esteira da guerra na Ucrânia, assim como em função da expressiva desoneração tributária sobre os preços dos combustíveis e energia elétrica.
As perspectivas para a atividade econômica doméstica são de uma desaceleração do ritmo de crescimento observado no ano anterior, seja em razão dos efeitos defasados do aperto monetário empreendido pelo Copom desde o início de 2021, seja como resultado da esperada desaceleração da economia global. A despeito desse cenário, o espaço para redução da taxa Selic dependerá em grande medida das ações que o novo governo, recém empossado, adotar para o conjunto geral da política econômica e no campo da política fiscal em particular.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes da SUSEP.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2023
A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Circulante		**696.225**	**413.936**
Disponível		1.099	560
Caixa e bancos		1.099	560
Equivalentes de caixa	7	402.182	249.117
Aplicações financeiras	8	265.331	144.520
Outros créditos operacionais		290	394
Títulos e créditos a receber		47	1.815
Créditos tributários e previdenciários		18	1.815
Outros créditos		29	–
Custo de aquisição diferidos	9	27.241	17.355
Capitalização		27.241	17.355
Despesas antecipadas		35	175
Não circulante		**825.051**	**836.276**
Realizável a longo prazo		825.051	836.276
Aplicações financeiras	8	794.473	810.075
Títulos e créditos a receber		25.023	20.684
Créditos tributários e previdenciários	10.1	24.997	20.662
Depósitos judiciais e fiscais		26	22
Custo de aquisição diferidos	9	5.555	5.517
Capitalização		5.555	5.517
Total do ativo		**1.521.276**	**1.250.212**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Circulante		**1.000.679**	**914.674**
Contas a pagar		4.665	9.513
Obrigações a pagar		2.480	7.808
Impostos e encargos sociais a recolher		186	148
Encargos trabalhistas		13	16
Impostos e contribuições		1.834	1.521
Outras contas a pagar		152	20
Débitos de operações com capitalização		9.296	6.710
Débitos operacionais		591	505
Outros débitos operacionais		8.705	6.205
Depósitos de terceiros	12	2.253	2.377
Provisões técnicas - capitalização	11.1	984.465	896.074
Provisão para resgates		937.604	858.307
Provisão para sorteio		4.627	2.596
Provisão administrativa		42.234	35.171
Não circulante		**335.025**	**195.992**
Contas a pagar		10	10
Tributos diferidos		10	10
Provisões técnicas - capitalização	11.1	334.343	195.506
Provisão para resgates		326.321	186.609
Provisão para sorteio		–	396
Provisão administrativa		8.022	8.501
Outros débitos	13	672	476
Provisões judiciais		672	476
Patrimônio líquido	**14**	**185.572**	**139.546**
Capital social		125.000	81.000
Aumento de capital (em aprovação)		35.000	34.000
Reservas de lucros		62.649	55.240
Ajustes de avaliação patrimonial		(37.077)	(30.694)
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.521.276**	**1.250.212**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Receita líquida com títulos de capitalização		**73.952**	**67.279**
Arrecadação com títulos de capitalização	15	984.882	873.325
Variação da provisão para resgate		(910.930)	(806.046)
Variação das provisões técnicas		**(6.584)**	**(7.922)**
Resultado com sorteio		**(4.113)**	**(3.270)**
Custos de aquisição	16	**(35.746)**	**(22.871)**
Outras receitas e despesas operacionais		**510**	**(89)**
Despesas administrativas	17	**(14.623)**	**(13.641)**
Despesas com tributos		**(3.953)**	**(3.461)**
Resultado financeiro	18	**50.485**	**30.625**
Resultado operacional		**59.928**	**46.650**
Resultado antes dos impostos e participações		**59.928**	**46.650**
Imposto de renda	10.2	**(14.450)**	**(11.661)**
Contribuição social	10.2	**(9.329)**	**(8.546)**
Participações sobre o lucro		**(26)**	**(15)**
Lucro líquido do exercício		**36.123**	**26.428**
Quantidade de ações		59.832	45.229
Lucro líquido por ação - R$		0,60	0,58

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Lucro líquido do exercício	**36.123**	**26.428**
Outros resultados abrangentes	**(6.383)**	**(39.220)**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:		
Ajustes de títulos e valores mobiliários	(10.638)	(65.367)
Efeitos tributários	4.255	26.147
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários	**29.740**	**(12.792)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2020		**18.900**	**45.100**	**35.089**	**8.526**	**–**	**107.615**
Aumento de Capital:	11 a						
Portaria SUSEP/CGRAT nº 138		45.100	(45.100)	–	–	–	–
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 529		6.000	–	–	–	–	6.000
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 560		7.000	–	–	–	–	7.000
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 572		4.000	–	–	–	–	4.000
AGE de 29 de outubro de 2021		–	12.000	–	–	–	12.000
AGE de 30 de novembro de 2021		–	10.000	–	–	–	10.000
AGE de 28 de dezembro de 2021		–	12.000	–	–	–	12.000
Ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	(39.220)	–	(39.220)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	26.428	26.428
Proposta para distribuição do resultado:							
Reserva legal	11 b(i)	–	–	1.321	–	(1.321)	–
Reservas estatutárias	11 b(ii)	–	–	18.830	–	(18.830)	–
Dividendos mínimos	11 d	–	–	–	–	(6.277)	(6.277)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021		**81.000**	**34.000**	**55.240**	**(30.694)**	**–**	**139.546**
Dividendos intermediários - exercícios anteriores		–	–	(20.000)	–	–	(20.000)
Aumento de Capital:							
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 639	14a	12.000	(12.000)	–	–	–	–
Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 924	14a	10.000	(10.000)	–	–	–	–
Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 944		12.000	(12.000)	–	–	–	–
Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 976		10.000	–	–	–	–	10.000
AGE de 28 de julho de 2022		–	10.000	–	–	–	10.000
AGE de 28 de dezembro de 2022		–	25.000	–	–	–	25.000
Reconhecimento pagamento em ações		–	–	9	–	–	9
Ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	(6.383)	–	(6.383)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	36.123	36.123
Proposta para distribuição do resultado:							
Reserva legal	14 b(i)	–	–	1.806	–	(1.806)	–
Reservas estatutárias	14 b(ii)	–	–	25.594	–	(25.594)	–
Dividendos mínimos e intermediários (R$ 0,15 por ação)	14 C	–	–	–	–	(8.723)	(8.723)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022		**125.000**	**35.000**	**62.649**	**(37.077)**	**–**	**185.572**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2022
(Em milhares de reais)

	Notas explicativas	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		36.123	26.428
Variação nas contas patrimoniais:			
Aplicações financeiras		(105.209)	(26.571)
Créditos tributários e previdenciários		1.797	929
Ativo fiscal diferido		(4.335)	(20.543)
Despesas antecipadas		140	(175)
Custo de aquisição diferidos		(9.924)	(7.462)
Impostos e contribuições		9.254	21.426
Outros ativos		71	(410)
Outras contas a pagar		(2.575)	2.894
Depósitos de terceiros		(124)	2.326
Provisões técnicas - capitalização		227.228	174.094
Pagamento de provisões judiciais		196	160
Outros passivos		(97)	(46.142)
Caixa consumido pelas operações:			
Impostos sobre o lucro pagos		(8.941)	(20.131)
Caixa liquido gerado nas atividades operacionais		**143.604**	**106.823**
Atividades de financiamento			
Dividendos pagos		(35.000)	(5.029)
Aumento de capital	14a	45.000	51.000
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		**10.000**	**45.971**
Aumento liquido de caixa e equivalentes de caixa		**153.604**	**152.794**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**249.677**	**96.883**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**403.281**	**249.677**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Seguro Capitalização S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 7 de maio de 2012, autorizada a operar pela Portaria nº 4.695, de 03 de julho de 2012, localizada na Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco A - 6º andar, em São Paulo (SP) - Brasil. Tem por objeto social a administração e a comercialização de títulos de capitalização em qualquer das suas modalidades ou formas e a prática de outras operações permitidas às sociedades de capitalização, em todo o território nacional, conforme definido na legislação vigente. A Companhia é uma controlada direta da empresa Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais e indireta da Porto Seguro S.A., a qual possui ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3.
Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresentava a seguinte composição acionária*:

Portocap Capitalização S.A.	Participação
Porto Seguro Cia de Seguros Gerais	100,0%

Porto Seguro Cia de Seguros Gerais	Participação
Porto Seguro S.A.	100,0%

Porto Seguro S.A.	Participação
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	70,8%
Ações em circulação	29,2%

Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	Participação
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	48,4%
Itauseg Participações S.A.	27,2%
Itaú Unibanco S.A.	22,5%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	1,7%
Jayme Brasil Garfinkel	0,2%
Outros	0,0%

Pares Empreendimentos e Participações S.A.	Participação
Jayme Brasil Garfinkel	34,6%
Cleusa Campos Garfinkel	37,5%
Ana Luiza Campos Garfinkel	13,9%
Bruno Campos Garfinkel	13,9%

Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	Participação
Jayme Brasil Garfinkel	100,0%

Itauseg Participações S.A.	Participação
Banco Itaucard S.A.	26,4%
Itaú Unibanco S.A.	62,4%
Banco Itaú BBA S.A.	11,2%

Itaú Unibanco S.A.	Participação
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%

Banco Itaucard S.A.	Participação
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%

Banco Itaú BBA S.A.	Participação
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%

Itaú Unibanco Holding S.A.	Participação
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	51,7%
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	39,2%
Outros	9,1%

(*) Participações nas ações ordinárias.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

Em consonância à Circular SUSEP nº 648/2021, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendados pela SUSEP.
Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.
Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 08 de fevereiro de 2023.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é também sua moeda funcional. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

2.4 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Novas normas ou alterações de normas e interpretações para exercícios futuros e/ou algumas serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.
CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9): Em vigor pelo CPC desde 1º de janeiro de 2018, o Pronunciamento apresenta novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de "hedge".

continua

Porto Seguro Capitalização S.A.

CNPJ/MF n° 16.551.758/0001-58

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco A - 6° andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Bank

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

O CPC 50 - Contratos de seguros (IFRS 17): Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. Este CPC entrará em vigor para períodos anuais com início em/ou após 1° de janeiro de 2023.

2.5 SEGREGAÇÃO ENTRE CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

A Companhia revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante, quando da elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base.

Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento.

Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes.

As provisões atuariais são segregadas entre Circulante e Não Circulante, nos termos do artigo 113 da Circular SUSEP nº 648/2021, com base na expectativa de desenvolvimento e consumo de cada uma das provisões, baseada nos fluxos de caixas estimados no Teste de Adequação de Passivos.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve no exercício de 31 de dezembro de 2022 alterações nas políticas contábeis relevantes.

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 ATIVOS FINANCEIROS

(a) Mensuração e Classificação

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) Mensurados pelo Valor Justo por Meio do Resultado - Títulos para Negociação

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) Títulos Disponíveis para Venda

São instrumentos financeiros não derivativos reconhecidos pelo seu valor justo. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) são reconhecidos no patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários), na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment").

(iii) Mantidos até o Vencimento

São classificados nessa categoria os ativos financeiros adquiridos para obter fluxos de caixa contratuais, esses títulos são contabilizados pelo custo de aquisição e para os quais há a intenção e capacidades de mantê-los até a data de seus vencimentos.

(iv) Empréstimos e Recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações de seguros e resseguros", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos operacionais" que são contabilizados pelo custo amortizado deduzidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

(b) Determinação de Valor Justo de Ativos Financeiros

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Títulos para negociação" e "Títulos disponíveis para venda" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício de 31 de dezembro de 2022.

3.3 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT")

3.3.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired". Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos.

A metodologia utilizada é a de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo, conforme regras da SUSEP.

3.3.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA

A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado, quando aplicável.

3.3 CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO

As comissões sobre os títulos de capitalização emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência dos títulos de capitalização, conforme demonstrado na nota explicativa nº 9. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos. Os custos administrativos diretamente relacionados à obtenção de novos títulos de capitalização, também são diferidos com o mesmo critério.

3.4 PROVISÕES TÉCNICAS

As provisões técnicas são constituídas conforme as legislações em vigor publicadas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais e estão descritos resumidamente a seguir:

Provisão Matemática de Capitalização (PMC) é constituída para cada título que está em vigor ou suspenso durante o prazo previsto nas condições gerais do plano. Mensalmente a provisão é capitalizada pelo indexador e taxa de juros definidas no plano até o resgate ou cancelamento.

Provisão para Resgates (PR) é constituída a partir da data do evento gerador do resgate para cada título, durante o prazo previsto nas condições gerais do título.

Provisões para Sorteios a Realizar (PSR) é constituída para cobertura dos valores relativos aos sorteios ainda não realizados, devendo ser constituída para cada título cujos sorteios tenham sido custeados, mas que, na data de constituição, ainda não tenham sido realizados.

Provisões para Sorteios a Pagar (PSP) é constituída a partir da data da realização do sorteio, sendo atualizada conforme previsto nas condições gerais do plano, desde a data do sorteio até a liquidação financeira.

Provisão para Despesas Administrativas (PDA) é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas administrativas dos planos de capitalização. O diferimento das despesas é efetuado "pró rata" entre a data da sua emissão e a de término de vigência do título.

Abaixo descrevemos as taxas de carregamento dos principais produtos comercializados:

Processo SUSEP	Tipo PU	Taxa Carregamento
15414.901622/2019-81	PU	7,80%
15414.901713/2019-16	PU	6,30%
15414.900181/2019-08	PU	20,10%
15414.902267/2019-67	PU	6,30%
15414.601011/2020-79	PU	8,80%
15414.601323/2020-82	PU	7,80%
15414.601325/2020-71	PU	5,90%
15414.601326/2020-16	PU	6,90%
15414.601327/2020-61	PU	7,00%
15414.606126/2020-50	PU	9,70%
15414.606128/2020-49	PU	7,80%
15414.612744/2020-39	PU	7,80%

3.5 RECONHECIMENTO DE RECEITA COM TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO

A receita com títulos de capitalização compreende a taxa administrativa cobrada na emissão dos títulos e a taxa sobre resgates antecipados. É reconhecida no resultado "pro rata temporis" de acordo com a vigência dos títulos, por meio da constituição/reversão da PDA (vide nota explicativa nº 3.4).

O fato gerador para a contabilização das receitas referentes aos títulos de capitalização contratados por meio de pagamentos mensais ou periódicos será emissão do título, para a primeira parcela e a informação quanto ao pagamento por parte do subscritor, para as demais parcelas.

3.6 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo: são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado. Os benefícios de curto prazo tais como planos de saúde, planos de saúde odontológicos, cartão farmácia, vale transporte, vale refeição, vale alimentação, auxilio creche e/ou baba, bolsa de estudos, seguro de vida e estacionamento na matriz são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período a medida em que são incorridos.

Obrigações com aposentadorias: a Companhia patrocina os planos administrados pela entidade PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, sendo o Plano PORTOPREV da modalidade CV (Contribuição Variável) fechado para novas adesões, e o Plano PORTOPREV II na modalidade CD (Contribuição Definida), aberto para novas adesões.

Benefícios pós emprego: também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários conforme o período de prestação de serviços.

O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós emprego são calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

3.7 PROVISÕES JUDICIAIS E PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Companhia e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.8 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A distribuição de dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do período. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

3.9 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do período, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 120 semestrais.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

3.10 PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS

A Companhia possui programa próprio para o cálculo da participação nos lucros. Os valores são reconhecidos no resultado com base nos critérios estabelecidos na política interna e são revisitados anualmente.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros, (ii) das provisões técnicas, (iii) da provisão para risco de créditos ("impairment"), (iv) da realização dos impostos diferidos e (v) das provisões para processos judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

4.1 CÁLCULO DO VALOR JUSTO E DE "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito na nota explicativa nº 3.2.

4.2 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia dispõe de um considerável número de processos judiciais em aberto na data das demonstrações contábeis intermediárias. O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.3 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposta a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, a necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, é altamente estratégica para a Porto Seguro.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Porto Seguro adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem da Porto Seguro para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três níveis de defesa:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo possui o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo aprovar e monitorar o Apetite ao Risco do Grupo, propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de risco.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreendem as seguintes categorias:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por:

Portfólio de Investimentos: para o gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito da Porto Asset. Management.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, 100% das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano).

Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada ("impared").

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção seus níveis de liquidez em patamares adequados.

Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base às projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/empresa. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de stress), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez.

Além do monitoramento diário do caixa de cada empresa, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

A tabela a seguir apresenta o fluxo de ativos e passivos da Companhia:

	Dezembro de 2022		Dezembro de 2021	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista/sem vencimento	406.998	–	249.677	–
Fluxo de 0 a 30 dias	483.736	61.225	288.105	60.535
Fluxo de 31 a 180 dias	236	361.040	–	299.356
Fluxo de 181 a 360 dias	40.370	501.394	35.316	346.011
Fluxo acima de 360 dias	1.096.468	484.477	984.770	433.311
	2.027.808	**1.408.136**	**1.557.868**	**1.139.213**

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração e estudos de permanência de clientes para os títulos de capitalização. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos e passivos financeiros pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa e aplicações.

(iii) O fluxo de passivos considera as provisões técnicas - capitalização.

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Prefixados	82,4%	88,4%
Pós-fixados (Selic/CDI)	17,1%	11,5%
Inflação (IPCA/IGPM)	0,5%	–
Outros	–	0,1%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de stress da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.

Adicionalmente ao teste de stress, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e ferramentas de "tracking error" e "Benchmark-VaR", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2022:

Cenário (*)	Impacto na carteira
+50 b.p.	(678)
+25 b.p.	(351)
+10 b.p.	(143)
- 10 b.p.	143
- 25 b.p.	351
- 50 b.p.	678
+50 b.p.	(138.928)
+25 b.p.	(73.655)
+10 b.p.	(30.734)
- 10 b.p.	30.734
- 25 b.p.	73.655
- 50 b.p.	138.928
± 50 b.p.	2.485
± 25 b.p.	2.071
± 10 b.p.	1.656

(i) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário provável de "stress" para cada fator de risco, disponibilizados pela B3.

(ii) Bruto de efeitos tributários.

continua

Porto Seguro Capitalização S.A.

CNPJ/MF nº 16.551.758/0001-58

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco A - 6° andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Bank

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados.

5.4 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos, reduzir as ameaças até um nível aceitável.

Isto inclui esforços para a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

5.5 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos correspondem à possibilidade de ocorrência de perdas para a Porto devido à fatores de origem social, ambiental ou climática relacionados aos negócios da Porto e suas controladas. Adicionalmente, consideram-se também as perdas que a Porto Seguro pode ocasionar junto à terceiros também devido aos fatores acima mencionados.

Em linha com os requerimentos regulatórios implementados pelo Banco Central do Brasil e SUSEP, o Grupo Porto desenvolveu em 2022 a política e a metodologia corporativa de Risco Socioambiental e Climático, a qual estabelece os princípios, diretrizes, responsabilidades, bem como mecanismos de avaliação e controle no que se refere à Gestão dos Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos - GRSAC.

Neste sentido, estabeleceu-se de forma corporativa a identificação, a avaliação, o tratamento, a mitigação e o monitoramento dos riscos sociais resultantes de impactos no bem-estar das pessoas, os riscos ambientais relativos à possibilidade de efeitos nocivos causados pela companhia e os riscos climáticos que devido a eventos e mudanças climáticas podem gerar um impacto no ecossistema e na sociedade. Para o gerenciamento desses riscos, é avaliado a exposição de cada produto ou negócio, além, da construção de indicadores para monitoramento contínuo.

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do grupo, por meio de aplicação de testes de stress e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas abaixo:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Patrimônio líquido	**185.572**	**139.547**
(+/–) Ajustes contábeis	**(57.829)**	**(43.707)**
Despesas antecipadas	(36)	(175)
Créditos tributários que excederem 15% do CMR	(17.949)	(12.194)
DAC não diretamente relacionados à PPNG	(32.796)	(22.871)
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (–)	(7.048)	(8.467)
(+/–) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	**(34.437)**	**(23.160)**
Valor de mercado - ativos mantidos até o vencimento	(34.437)	(23.160)
PLA de nível 1	**93.306**	**72.680**
Superávit entre prov. exatas const. e fluxo real. soc. capitalização (+)	2.348	1.743
PLA de nível 2	**2.348**	**1.743**
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (+)	7.048	8.467
PLA de nível 3	**7.048**	**8.467**
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	**102.702**	**82.890**
Capital base (I)	**10.800**	**10.800**
Capital de risco (II)	**46.989**	**56.450**
Capital de risco de subscrição	6.924	5.587
Capital de risco de mercado	38.288	49.192
Capital de risco de crédito	842	1.283
Capital de risco operacional	6.134	5.177
Benefício da correlação entre riscos	(5.199)	(4.789)
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	**46.989**	**56.450**
Suficiência de capital	**55.713**	**26.440**

7. EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Equivalentes de caixa (*)	402.182	249.117
	402.182	249.117

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras do Tesouro Nacional (LTNs).

8. APLICAÇÕES

8.1 ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO (*)

	Dezembro de 2022 Nível 1	Dezembro de 2021 Nível 1
Fundos exclusivos		
LFTs	260.163	144.520
Outros	2.705	–
Total - circulante	**262.868**	**144.520**
Percentual de aplicações classificados nesta categoria	**25%**	**15%**

(*) Os títulos para negociação são compostos, substancialmente, por cotas de fundos de investimentos abertos ou exclusivos e letras financeiras de instituições privadas, cujo valor de custo atualizado desses títulos razoavelmente se aproxima de seu valor justo.

8.2 ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Fundos exclusivos		
NTNs - F	340.249	358.324
Total - não circulante (*)	**340.249**	**358.324**
Percentual de aplicações classificados nesta categoria	**32%**	**38%**

(*) O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em 31 de dezembro de 2022 era de R$ 402.068 (R$ 409.504 em dezembro de 2021).

8.3 ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO (*)

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Fundos exclusivos		
NTNs - F	446.054	451.751
NTNs - B	8.170	–
LTN	2.463	–
	456.687	**451.751**
Circulante	2.463	–
Não circulante	454.224	451.751
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:	**43%**	**47%**

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2022 era de R$ 399.291 (R$ 409.642 em 31 de dezembro de 2021).

8.4 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS (*)

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	**1.203.712**	**1.023.243**
Aplicações	231.390	823.186
Resgates	(97.955)	(655.350)
Rendimentos	123.739	78.000
Ajuste a valor de mercado	1.100	(65.367)
Saldo final	**1.461.986**	**1.203.712**

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, ativos financeiros disponíveis para venda, ativos financeiros mantidos até o vencimento e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

8.5 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras, apresentadas a seguir:

	Taxas de juros % (a.a.) Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Equivalentes de caixa (*)	13,60	9,10
Fundos exclusivos		
NTNs - F	7,96	7,96
LFTs (SELIC + Ágio/Deságio)	0,12	0,16
NTNs - B	5,42	–
Carteira propria		
NTNs - F	6,99	–

(*) Vide nota explicativa nº 7.

9. CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 13 meses.

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	**22.872**	**15.410**
Constituição	45.652	30.317
Apropriação para despesa	(35.728)	(22.855)
Saldo final	**32.796**	**22.872**
Circulante	27.241	17.355
Não circulante	5.555	5.517

10. TRIBUTOS DIFERIDOS

10.1 ATIVO

	Dezembro de 2021	Constituição de ativos e reversão de passivos	Constituição de passivos e reversão de ativos	Dezembro de 2022
Diferenças temporárias decorrentes de:				
IR e CS sobre ajustes de instrumentos financeiros	20.471	12.065	(7.809)	24.727
Provisões para processos judiciais - cíveis e trabalhistas	190	93	(18)	265
Outras provisões	1	6	(2)	5
	20.662	**12.164**	**(7.829)**	**24.997**

10.1.1 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	Valor
2023	2.763
2024	106
2025	13.195
2028 a 2030	8.933
Total - Ativo	**24.997**

Neste estudo é considerado a alíquota de imposto que vigerá em cada exercício futuro para analisar-se a realização do ativo de imposto diferido.

10.2 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Resultado antes dos impostos e participações	59.928	46.650
(–) Participações nos resultados	(26)	(15)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL após participações nos resultados (A)	**59.902**	**46.635**
Alíquota vigente (i)	40%	40%
Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (B)	**(23.961)**	**(18.654)**
Benefícios fiscais	471	–
Outros	(289)	(1.553)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	**182**	**(1.553)**
Total de imposto de renda e contribuição social (D = B + C)	**(23.779)**	**(20.207)**
Taxa efetiva (D/A)	**39,7%**	**43,3%**

(i) Em 28 de abril de 2022 foi aprovada a Medida Provisória nº 1.115, que entrou em vigor em 1º de agosto de 2022 com aplicação até 31 de dezembro de 2022, a alteração da alíquota de CSLL de 15% para 16% sobre o lucro das empresas de seguros, previdência complementar, capitalização, instituições financeiras, entre outras.

11 PROVISÕES TÉCNICAS E GARANTIAS - CAPITALIZAÇÃO

11.1 MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	Provisão Matemática para Capitalização - PMC	Provisão para Resgate - PR	Provisão para sorteios a realizar - PSR	Provisão para sorteios a pagar - PSP	Provisão administrativa - PDA	Total
Saldo inicial - 31 de dezembro de 2021	**983.421**	**61.495**	**1.081**	**1.911**	**43.672**	**1.091.580**
Constituição de provisão.	927.712	–	3.856	3.922	–	935.490
Atualização monetária e juros	71.433	241	164	7	–	71.845
Pagamento de títulos sorteados	–	–	–	(2.468)	–	(2.468)
Pagamento de resgates	–	(761.102)	–	–	–	(761.102)
Títulos cancelados	(16.842)	–	–	–	–	(16.842)
Constituição de despesas administrativas	–	–	–	–	6.793	6.793
Baixa de despesas administrativas	–	–	–	–	(209)	(209)
Baixa de sorteio decorrido	–	–	(3.847)	–	–	(3.847)
Transferência PRA	(182.322)	182.504	–	–	–	182
Transferência PRV	(570.805)	570.802	–	–	–	(3)
Receita com penalidades	(2.611)	–	–	–	–	(2.611)
Saldo final - 31 de dezembro de 2022	1.209.986	53.940	1.254	3.372	50.256	**1.318.808**
Circulante						984.465
Não circulante						334.343

	Provisão Matemática para Capitalização - PMC	Provisão para Resgate - PR	Provisão para sorteios a realizar - PSR	Provisão para sorteios a pagar - PSP	Provisão administrativa - PDA	Total
Saldo inicial - 31 de dezembro de 2020	**801.441**	**78.249**	**791**	**1.254**	**35.750**	**917.485**
Constituição de provisão	829.826	–	3.503	2.909	–	836.238
Atualização monetária e juros	45.997	46	82	–	–	46.125
Pagamento de títulos sorteados	–	–	–	(2.252)	–	(2.252)
Pagamento de resgates	–	(684.862)	–	–	–	(684.862)
Títulos cancelados	(23.780)	–	–	–	–	(23.780)
Constituição de despesas administrativas	–	–	–	–	11.764	11.764
Baixa de despesas administrativas	–	–	–	–	(3.842)	(3.842)
Baixa de sorteio decorrido	–	–	(3.295)	–	–	(3.295)
Transferência PRA	(147.594)	147.722	–	–	–	128
Transferência PRV	(520.332)	520.340	–	–	–	8
Receita com penalidades	(2.137)	–	–	–	–	(2.137)
Saldo final - 31 de dezembro de 2021	**983.421**	**61.495**	**1.081**	**1.911**	**43.672**	**1.091.580**
Circulante						896.074
Não circulante						195.506

11.2 GARANTIAS DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (A)	**1.318.808**	**1.091.580**
Cotas de fundos de investimento	1.119.917	813.461
Títulos de renda fixa - públicos	340.249	358.324
Total de ativos oferecidos em garantia (C)	**1.460.166**	**1.171.785**
Excedente (C - A - B)	**141.358**	**80.205**

12. DEPÓSITO DE TERCEIROS

Referem-se, principalmente, a valores recebidos referente aos títulos de capitalizações que estão em processo de quitação. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o prazo médio de permanência dos saldos nesta conta era de até 30 dias.

12.1 COMPOSIÇÃO QUANTO AO PRAZO DE VENCIMENTO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Vencidos de 1 a 30 dias	2.253	2.013
Vencidos 31 a 60 dias	–	219
Vencidos 61 a 120 dias	–	145
	2.253	**2.377**

13. OUTROS DÉBITOS - PROVISÕES JUDICIAIS

13.1 PROVÁVEIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais de natureza cível. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Cíveis	662	476
Fiscais	10	–
Total	**672**	**476**

MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES JUDICIAIS PROVÁVEIS

	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**476**	**476**
Constituições	341	341
Enc. êxito/reversões (i)	(123)	(123)
Pagamentos	(130)	(130)
Atualização monetária	98	98
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**662**	**662**
Quantidade de processos	32	32

13.2 POSSÍVEIS

A Companhia é parte em outras ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas como de perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Cíveis	506	457
Total	**506**	**457**

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social subscrito e integralizado é de R$ 160.000, dividido em 59.831.612 (unidades) ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal (R$ 115.000, dividido em 45.228.724 unidades em 31 de dezembro de 2021). As aprovações de aumento de capital realizada pela SUSEP/CGRAJ no exercício de 2022 foram as seguintes:

	Portaria	Aprovação - R$
22 de fevereiro de 2022	639	12.000
30 de agosto de 2022	924	10.000
09 de setembro de 2022	944	12.000
19 de setembro de 2022	976	10.000
		44.000

(b) Reservas de Lucros

(i) Reserva Legal

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2022 seu saldo era de R$ 6.602 (R$ 4.796 em 31 de dezembro de 2021).

(ii) Reservas Estatutárias

Esta reserva tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e da Companhia ou futura distribuição aos acionistas.

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2022 seu saldo era de R$ 56.037 (R$ 50.444 em 31 de dezembro de 2021).

(c) Dividendos

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A AGO realizada em 30 de setembro de 2022, deliberou a distribuição de dividendos no montante de R$ 15.000, sendo R$ 6.277 relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 e R$ 8.723 de dividendos intermediários a conta de reserva de lucros.

A AGO realizada em 31 de outubro de 2022, deliberou a distribuição de dividendos no montante de R$ 20.000 dividendos intermediários à conta de reserva de lucros.

Os dividendos mínimos foram calculados como seguem:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Lucro líquido do exercício	36.123	26.428
(–) Reserva legal	(1.806)	(1.321)
Lucro básico para determinação do dividendo	**34.317**	**25.107**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	**8.579**	**6.277**
Dividendos mínimos obrigatórios	8.579	6.277
Dividendos intermediários	144	–
Total de dividendos	**8.723**	**6.277**
Total por ação (R$)	**0,14580**	**0,13877**

continua

Porto Seguro Capitalização S.A.

CNPJ/MF nº 16.551.758/0001-58
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco A - 6° andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Bank

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

15. ARRECADAÇÃO COM TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Instrumento de garantia	976.473	866.130
Incentivo	8.409	7.195
	984.882	**873.325**

16. CUSTOS DE AQUISIÇÃO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Despesas de comercialização	(45.671)	(30.332)
Variação das despesas diferidas	9.925	7.461
	(35.746)	**(22.871)**

17. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Despesas com estrutura compartilhada (*)	(8.608)	(10.185)
Serviços de terceiros	(4.331)	(2.587)
Localização e funcionamento	(280)	(276)
Pessoal	(345)	(147)
Publicidade	(115)	(124)
Outras	(944)	(322)
	(14.623)	**(13.641)**

(*) Referem-se, principalmente, a rateio de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do grupo Porto Seguro (vide nota explicativa nº 19).

18. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Ganhos na valorização e juros de títulos para negociação	97.025	50.792
Juros de títulos disponíveis para a venda	26.730	27.208
Outras	139	74
Total de receitas financeiras	123.894	78.074
Atualização das provisões técnicas de capitalização	(71.844)	(46.140)
Desvalorização de títulos disponíveis para a venda	(16)	–
Outras	(1.549)	(1.309)
Total de despesas financeiras	**(73.409)**	**(47.449)**
Resultado financeiro	**50.485**	**30.625**

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas.

As principais transações são:

(i) Despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de pessoal da controladora Porto Cia;

(ii) Subscrição de títulos de capitalização da Companhia para a Portoseg, Porto Vida e Porto Cia.

(iii) Prestação de serviços de administração e gestão de carteiras contratados da empresa Porto Investimentos;

(iv) Prestação de serviços de "Call Center" contratados da Porto Atendimento;

(v) Prestação de serviços do seguro saúde contratados da Porto Saúde.

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Passivo		
Porto Cia.	588	1.003
	588	**1.003**

	Receitas		Despesas	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Demonstração do resultado				
Porto Cia.	8.360	7.282	(9.485)	(11.296)
Porto Investimento	–	–	(1.660)	(1.325)
Outras	49	61	(445)	(6)
	8.409	**7.343**	**(11.590)**	**(12.627)**

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Comitê de Auditoria

O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria da Companhia abrange todas as sociedades do grupo Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., Companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o grupo. Não foram identificados assuntos que pudessem modificar o relatório do Comitê de Auditoria emitido em 8 de fevereiro de 2023 até a data da publicação dessas demonstrações financeiras.

DIRETORIA

ROBERTO DE SOUZA SANTOS
Diretor Presidente

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimento

JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA
Diretor Vice-Presidente - Comercial

LENE ARAÚJO DE LIMA
Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional

LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA
Diretor Vice-Presidente - Marketing, Clientes e Dados

MARCOS ROBERTO LOUÇÃO
CEO - Negócios Financeiros

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
Diretora Jurídica e Riscos

CAROLINA HELENA ZWARG
Diretora de Pessoas e Sustentabilidade

FABIO OHARA MORITA
Diretor Técnico

PAULO HENRIQUE GALLEGUILLOS CALDERON
Diretor de Produto - Capitalização

RAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de Controladoria

NELSON SANTOS AGUIAR
Diretor

TIAGO VIOLIN
Diretor

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

BRÁULIO FELICÍSSIMO DE MELO - Atuário - MIBA nº 1588

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Porto Seguro Capitalização S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Seguro Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Seguro Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas de contratos de capitalização

Conforme divulgado nas notas explicativas n° 3.4 e 11, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia, registrou provisões técnicas decorrentes dos contratos de capitalização, no montante de R$ 1.318.808 mil. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido julgamento profissional da diretoria na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor presente esperado das despesas administrativas futuras, taxas de desconto, taxas de carregamento, entre outros.

A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela diretoria na constituição de suas provisões técnicas foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão para despesas administrativas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes; (ii) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais; (iii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar, firmados pela Companhia; (iv) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (v) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (vi) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; (vii) testes documentais, mediante amostra dos sinistros a liquidar quanto da sua existência, contribuições, resgates, portabilidades, concessão e pagamento de benefícios e adequado registro contábil; e (viii) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ambiente de tecnologia da informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. Uma vez que a avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Outros assuntos

Auditoria de valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo 31 de dezembro de 2021, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 22 de fevereiro de 2022, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comercias e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2023

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Patricia di Paula da Silva Paz
Sócia - Contadora CRC-SP198827/O
Diana Yukie Naki dos Santos
Sócia - Contadora CRC-SP300514/O

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Porto Seguro Capitalização S.A.
São Paulo - SP
CNPJ: 16.551.758/0001-58

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras, os demonstrativos do capital mínimo requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Porto Seguro Capitalização S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2022, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Porto Seguro Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2022, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2023

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Serviços Atuariais SS, CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11
Ricardo Pacheco
Atuário - MIBA 2.679

Porto Seguro - Seguro Saúde S.A.

CNPJ/MF nº 04.540.010-0001-70
Sede: Rua Guaianases, 1.238 - 8° andar - Campos Elíseos - CEP: 01204-002 - São Paulo - SP

Porto Saúde

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Apresentamos o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Porto Seguro - Seguro Saúde S.A., com o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

NOSSO DESEMPENHO

• Prêmios retidos

Os prêmios retidos da Operadora totalizaram em 2022 R$ 3.158,7 milhões, com aumento de R$ 1.027,6 milhões ou 48,2% em relação ao ano anterior.

• Despesas administrativas

Em 2022, o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 7,5% com redução de 17,7 ponto percentual em relação ao ano anterior. A Operadora tem ampliado e aprofundado os esforços para aumentar a eficiência operacional.

• Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou em 2022 R$ 63,5 milhões, com aumento de R$ 16,6 milhões, ou 35,5% em relação ao ano de 2021. Essa variação decorre principalmente pela rentabilidade sobre as aplicações financeiras classificadas para negociação.

• Índice combinado

O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas e outras despesas operacionais com planos de assistência à saúde sobre prêmios ganhos), em 2022 foi de 99,0%, aumento de 1,6 pontos percentuais em relação ao ano anterior. Esta variação decorre principalmente do aumento de 4,0 pontos percentuais no índice de sinistralidade.

O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, em 2022 foi de 97,0%, com aumento de 1,8 pontos percentuais em relação ao ano anterior, também justificado pelo aumento da sinistralidade.

• Lucro líquido e por ação

O lucro líquido totalizou em 2022 R$ 88,2 milhões, registrando redução de R$ 17,5 milhões ou -16,5% em relação ao ano anterior. O lucro por ação foi de R$ 5,26 em 2022 comparado com R$ 6,30 do ano anterior.

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que colaboradores e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca ser cada vez mais um Porto Seguro para todos os seus públicos.

A descrição completa dos projetos socioculturais e ambientais do grupo Porto Seguro está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A. e Relatório de Sustentabilidade, divulgados no site da Companhia (http://ri.portoseguro.com.br).

AMBIENTE ECONÔMICO

O ano de 2022 terminou com um ambiente internacional ainda repleto de incertezas. E esse quadro que não deve mostrar grandes alterações no início de 2023. Os bancos centrais dos EUA e da Zona do Euro seguem mantendo uma postura firme de combate à inflação. Ainda que as expectativas apontem para uma desaceleração econômica nos dois lados do Atlântico ao longo dos próximos meses, a resiliência do mercado de trabalho nas duas economias deve evitar uma queda mais brusca da atividade. Por outro lado, os baixos níveis de desemprego devem limitar uma redução mais forte da inflação, adiando qualquer reversão dos ciclos atuais de aperto monetário promovidos pelo FED e pelo BCE.

No caso de alguns países emergentes, contudo, esse momento pode estar mais próximo. Como vários desses países iniciaram o processo de alta de suas taxas básicas de juros antes dos EUA e da Europa, o cenário de desinflação nessas economias é mais claro. Mesmo diante dessa perspectiva, porém, o ambiente internacional seguirá desafiador durante boa parte de 2023.

Primeiro, porque a continuidade da guerra na Ucrânia, para além do enorme ônus humanitário, segue como ameaça ao suprimento global de diversas commodities, sejam elas agrícolas ou no setor de energia.

A magnitude e a velocidade do crescimento de novos casos diários, por sua vez, podem aumentar o risco de surgimento de novas variantes da doença, além de um número relevante de mortes num país cuja população ultrapassa 1,4 bilhão de habitantes.

Domesticamente, 2022 registrou um crescimento econômico mais forte que o esperado, fruto de uma expressiva melhora do mercado de trabalho, ainda que parte considerável das novas vagas criadas tenha se concentrado no segmento informal da economia.

O crescimento da massa de rendimentos do trabalho e a manutenção de um fluxo de transferências públicas para parcela relevante da população sustentaram o consumo, notadamente de serviços, que também se beneficiaram em 2022 da normalização de sua demanda depois de quase dois anos de pandemia.

Essa resiliência do consumo das famílias, porém, limitou o movimento de desinflação, que se concentrou no segmento de preços administrados. Esta queda, por sua vez, ocorreu diante da reversão da expressiva elevação dos preços dos derivados de petróleo no início do ano, na esteira da guerra na Ucrânia, assim como em função da expressiva desoneração tributária sobre os preços dos combustíveis e energia elétrica.

As perspectivas para a atividade econômica doméstica são de uma desaceleração do ritmo de crescimento observado no ano anterior, seja em razão dos efeitos defasados do aperto monetário empreendido pelo Copom desde o início de 2021, seja como resultado da esperada desaceleração da economia global. A despeito desse cenário, o espaço para redução da taxa Selic dependerá em grande medida das ações que o novo governo, recém empossado, adotar para o conjunto geral da política econômica e no campo da política fiscal em particular.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e segurados pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes da ANS.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2023

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Circulante		**729.703**	**459.343**
Disponível		153	14.400
Realizável		729.550	444.943
Aplicações financeiras	7.2	462.207	275.350
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		361.665	275.350
Aplicações livres		100.542	–
Créditos de operações com planos de assistência à saúde		36.654	30.277
Prêmios a receber	8.1	33.250	26.811
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde	8.2	3.404	3.466
Despesas diferidas	9	146.430	85.576
Créditos tributários e previdenciários	11.1	4.170	3.908
Bens e títulos a receber	10	78.195	49.641
Despesas antecipadas		1.894	191
Não circulante		**1.166.736**	**888.466**
Realizável a longo prazo		674.823	686.639
Aplicações financeiras	7.2	200.413	276.608
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		200.413	276.608
Créditos tributários e previdenciários	11.1	120.061	113.647
Depósitos judiciais e fiscais	12	204.088	195.109
Outros créditos a receber a longo prazo		216	94
Despesas diferidas	9	150.045	101.181
Imobilizado	13	447.922	177.106
Imóveis de uso próprio		447.589	177.106
Veículos		333	–
Intangível	14	43.991	24.721
Total do ativo		**1.896.439**	**1.347.809**

Passivo	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Circulante		**668.253**	**528.528**
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	15	583.501	458.679
Provisão de prêmio não ganho - PPNG		109.104	76.845
Provisão para remissão		3.494	3.471
Provisão de eventos a liquidar ao SUS		1.690	2.290
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores		209.086	158.443
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados		260.127	217.630
Débitos de operações de assistência à saúde		14.680	13.954
Prêmios a restituir		65	39
Receita antecipada de prêmios		6.748	5.007
Comercialização sobre operações		7.867	8.908
Provisão para IR e CSLL		14.190	9.962
Tributos e encargos sociais a recolher		11.153	8.400
Débitos diversos	16	44.729	37.533
Não circulante		**226.473**	**212.816**
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	15	5.163	7.412
Provisão para remissão		5.123	5.635
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores		40	1.777
Provisões		216.140	201.210
Provisões para tributos diferidos	11.2.3	9.435	7.060
Provisões para ações judiciais	17.1	206.705	194.150
Débitos diversos	16	5.170	4.194
Patrimônio líquido		**1.001.713**	**606.465**
Capital social	18 a	935.770	485.333
Reservas de lucros	18 b	65.794	131.370
Ajustes de avaliação patrimonial		149	(10.238)
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.896.439**	**1.347.809**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**394.333**	**80.579**	**577**	**–**	**475.489**
Pagamento de dividendos - exercício anterior		–	(30.000)	–	–	(30.000)
Aumento de capital - AGE de 30 de julho de 2021		36.000	–	–	–	36.000
Aumento de capital - AGE de 27 de agosto de 2021		55.000	–	–	–	55.000
Reconhecimento pagamento em ações		–	182	–	–	182
Outros resultados abrangentes		–	–	(10.815)	–	(10.815)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	105.717	105.717
Proposta da destinação do lucro:						
Reserva legal		–	5.286	–	(5.286)	–
Reserva estatutária		–	75.323	–	(75.323)	–
Dividendos intermediários (R$ 0,72 por ação)		–	–	–	(12.094)	(12.094)
Dividendos a distribuir (R$ 0,78 por ação)		–	–	–	(13.014)	(13.014)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**485.333**	**131.370**	**(10.238)**	**–**	**606.465**
Pagamento de dividendos - exercício anterior	16 c	–	(95.198)	–	–	(95.198)
Aumento de capital - AGE de 30 de março de 2022	16 a	13.000	–	–	–	13.000
Aumento de capital - AGE de 30 de maio de 2022	16 a	38.000	–	–	–	38.000
Aumento de capital - AGE de 19 de agosto de 2022	16 a	45.500	–	–	–	45.500
Aumento de capital - AGE de 20 de setembro de 2022	16 a	62.603	–			62.603
Aumento de capital - AGE de 11 de novembro de 2022	16 a	291.334	–			291.334
Reconhecimento pagamento em ações		–	6.201	–	–	6.201
Outros resultados abrangentes		–	–	10.387	–	10.387
Lucro líquido do exercício		–	–	–	88.223	88.223
Proposta da destinação do lucro:						
Reserva legal	16 b	–	4.411		(4.411)	–
Reserva estatutária	16 b	–	19.010	–	(19.010)	–
Dividendos intermediários (R$ 3,86 por ação)	16 c	–	–	–	(64.802)	(64.802)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**935.770**	**65.794**	**149**	**–**	**1.001.713**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO

1.1 OPERACIONAL

A Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. ("Companhia" ou "Operadora") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 12 de junho de 2001, com o objetivo de atuar como seguradora especializada em seguro-saúde. Foi autorizada a operar pela Resolução - RE nº 2, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), de 4 de julho de 2001. A Companhia é uma controlada direta da empresa Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais e indireta da Porto Seguro S.A., a qual possui ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3.

1.2 INFORMAÇÕES RELEVANTES DO EXERCÍCIO

1.2.1 FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO

Em 29 de junho de 2022, foi assinado acordo de compra e venda de imóveis entre a Companhia, na qualidade de vendedora e Jive Properties Multiestratégia Fundo de Investimento Imobiliário ("Fundo") como compradora.

O objeto do acordo foi a venda de imóveis ao Fundo, considerando condições atuais do mercado imobiliário, a situação jurídica e estado de manutenção e conservação dos imóveis, bem como a oportunidade de liquidez imediata, segregada em duas tranches. A primeira tranche negociou 13 imóveis da Companhia ao valor de R$ 116.062, na mesma data da assinatura do acordo. A segunda tranche negociou 1 imóvel ao valor de R$ 11.891. O ganho patrimonial relativo a essa operação representa o montante de R$ 65.119 (R$ 34.626 líquidos de efeitos tributários) reconhecido na rubrica de resultado patrimonial na demonstração do resultado.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas e normas expedidas pela ANS, segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Resolução Normativa nº 435/18 e alterações. A ANS não aprovou o CPC 11 - Contratos de Seguros.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Operadora.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 08 de fevereiro de 2023.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Prêmios ganhos de plano de assistência à saúde		**3.131.864**	**2.109.455**
Receitas com operações de assistência à saúde		3.158.775	2.131.174
Prêmios retidos	19	3.158.286	2.132.978
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde		489	(1.804)
(–) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(26.911)	(21.719)
Sinistros retidos		**(2.560.462)**	**(1.658.990)**
Sinistros conhecidos ou avisados	20	(2.515.176)	(1.686.855)
Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados		(45.286)	27.865
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		**571.402**	**450.465**
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		**(30.441)**	**(24.261)**
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde		(32.995)	(33.082)
Provisão para perdas sobre créditos		404	18.810
Outras despesas oper. de assist. à saúde não relac. com planos de saúde		2.150	(9.989)
Resultado bruto		**540.961**	**426.204**
Despesas de comercialização		**(274.986)**	**(179.550)**
Despesas administrativas	**21**	**(235.595)**	**(192.818)**
Resultado financeiro líquido	**22**	**63.502**	**46.862**
Receitas financeiras		93.233	52.649
Despesas financeiras		(29.731)	(5.787)
Resultado patrimonial		**86.775**	**8.915**
Resultado antes dos impostos e participações		**180.657**	**109.613**
Imposto de renda	**10.4**	**(48.360)**	**(16.334)**
Contribuição social	**10.4**	**(29.977)**	**(11.538)**
Impostos diferidos	**10.4**	**5.250**	**36.977**
Participações no resultado		**(19.347)**	**(13.001)**
Lucro líquido do exercício		**88.223**	**105.717**
Quantidade de ações		16.782	16.782
Lucro líquido por ação - R$		5,26	6,30

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Lucro líquido do exercício	**88.223**	**105.717**
Outros resultados abrangentes	**(10.387)**	**(10.815)**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:		
Ajustes com títulos e valores mobiliários	(17.007)	(17.987)
Efeitos tributários	6.803	7.195
Ajustes de avaliação patrimonial	(305)	(38)
Efeitos tributários	122	15
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido dos efeitos tributários	**77.836**	**94.902**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Atividades operacionais		
(+) Recebimento de planos saúde	3.248.144	2.362.231
(+) Resgate de aplicações financeiras	2.060.972	1.247.400
(+) Outros recebimentos operacionais	216.182	34.129
(–) Pagamento a fornecedores/prestadores de serviço de saúde	(2.481.807)	(1.737.958)
(–) Pagamento de comissões	(375.438)	(269.024)
(–) Pagamento de pessoal	(67.728)	(56.968)
(–) Pagamento de serviços terceiros	(36.996)	(37.926)
(–) Pagamento de tributos	(204.836)	(99.985)
(–) Pagamentos de promoção/publicidade	(77)	(619)
(–) Aplicações financeiras	(2.003.502)	(1.251.616)
(–) Outros pagamentos operacionais	(291.334)	(128.729)
Caixa líquido das atividades operacionais	**63.580**	**60.935**
Atividades de Investimentos		
(–) Pagamentos relativos ao ativo diferido	(1.313)	–
Caixa líquido das atividades de investimentos	**(1.313)**	**–**
Atividades de Financiamento		
(–) Outros pagamentos da atividade de financiamento	(173.014)	(42.094)
(–) Pagamentos de participação no resultado	–	(12.094)
(+) Integralização de capital em dinheiro	96.500	–
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(76.514)**	**(54.188)**
Variação Líquida do Caixa e Equivalentes de Caixa	**(14.247)**	**6.747**
Caixa - saldo inicial	**14.400**	**7.653**
Caixa - saldo final	**153**	**14.400**
Ativos livres no início do exercício	**14.400**	**7.853**
Ativos livres no final do exercício	**153**	**14.400**
Aumento/(redução) nos ativos livres	**(14.247)**	**6.547**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

continua

Porto Seguro - Seguro Saúde S.A.

CNPJ/MF nº 04.540.010-0001-70

Sede: Rua Guaianases, 1.238 - 8º andar - Campos Elíseos - CEP: 01204-002 - São Paulo - SP

Porto Saúde

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

2.4 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Novas normas ou alterações de normas e interpretações para exercícios futuros e/ou algumas serão aplicáveis quando aprovadas pela ANS e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.

CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9): Em vigor pelo CPC desde 1º de janeiro de 2018, o Pronunciamento apresenta novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de "hedge".

O CPC 50 - Contratos de seguros (IFRS 17): Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. Este CPC entrará em vigor para períodos anuais com início em/ou após 1º de janeiro de 2023.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve no exercício de 31 de dezembro de 2022 alterações nas políticas contábeis relevantes.

3.1 ATIVOS FINANCEIROS

(a) Mensuração e classificação

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado - Títulos para negociação

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) Títulos disponíveis para venda

São instrumentos financeiros não derivativos reconhecidos pelo seu valor justo. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment").

(iii) Mantidos até o vencimento

São classificados nessa categoria os ativos financeiros adquiridos para obter fluxos de caixa contratuais. Esses títulos são contabilizados pelo custo de aquisição e para os quais há a intenção e capacidades de mantê-los até a data de seus vencimentos.

(iv) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os recebíveis (prêmios a receber de segurados) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço (vide nota explicativa nº 3.2).

(b) Determinação de valor justo de ativos financeiros

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Títulos para negociação" e "Títulos disponíveis para venda" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício de 31 de dezembro de 2022.

3.2 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT")

3.2.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired".

Caso um ativo financeiro seja considerado deteriorado, a Companhia somente registra a perda no resultado do exercício se houver evidência objetiva de perda como consequência de um ou mais eventos que ocorram após a data inicial de reconhecimento e se o valor da perda puder ser mensurado com confiabilidade. Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas, inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada é a de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, "ratings" internos, etc.) e testados em uma base agrupada.

Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo e observando também regras específicas da ANS.

3.3 DESPESAS DIFERIDAS

As comissões sobre prêmios retidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo médio de vigência das apólices. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos.

3.4 ATIVO IMOBILIZADO DE USO PRÓPRIO

Compreende imóveis utilizados na condução dos negócios da Companhia. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 12.

3.5 CONTRATOS DE SEGURO E PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE E ODONTOLÓGICA

A Companhia emite contratos de seguros-saúde que transferem riscos significativos de seguro. Entende-se como risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as orientações da ANS, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTAs), descritas resumidamente a seguir:

(a) A Provisão de Prêmios/Contraprestações Não Ganha (PPNG) é calculada "pro rata" dia, com base nos prêmios retidos tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.

(b) A Provisão para remissão é constituída com base na expectativa de despesas médico-hospitalares futuras dos segurados que estão em gozo do benefício de remissão, onde no falecimento do segurado titular há a manutenção da cobertura aos segurados dependentes sem o respectivo pagamento de prêmios, e é calculada com base no valor presente das despesas esperadas.

(c) A Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída com base nas estimativas dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação de processo judicial, quer por apresentação da conta médica ou odontológica, quer pelo aviso do prestador do atendimento ao segurado.

(d) A Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à seguradora até data-base de apuração, e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como pela aplicação de triângulos de "run-off", com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro na seguradora.

(e) A Provisão para Insuficiência de Contraprestação (PIC) deve ser constituída quando for verificado que as contraprestações/prêmios a serem recebidas de referentes aos contratos vigentes, somadas a provisão de prêmios/contraprestações não ganhos, forem insuficientes para fazer frente às obrigações contratuais já assumidas pelas operadoras de planos de saúde.

3.6 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)

A Companhia elabora o Teste de Adequação de Passivos em cada data de balanço, para todos os contratos de seguro vigentes, nos termos da Resolução Normativa ANS nº 393/15 . São estimados os valores esperados dos fluxos de caixa futuros relacionados ao cumprimento desses contratos, os quais são comparados com valor contábil de todos os passivos relacionados, deduzidos dos custos de aquisição diferidos.

O teste considera a projeção de sinistralidade (sinistros ocorridos e a ocorrer), despesas incrementais e de liquidação, resseguro, bem como receitas de salvados e ressarcimentos, e prêmios de risco decorrido, quando aplicáveis. Os fluxos são apurados através de premissas realistas, baseadas na experiência da Companhia, que buscam refletir a melhor estimativa das obrigações futuras geradas pelos contratos vigentes.

Esse teste é elaborado para a modalidade coletiva empresarial, a única vigente, segregando entre os segmentos de assistência médica e odontológica.

Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente através da estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), elaborada pela SUSEP, de acordo com a metodologia vigente a partir de Junho/2022.

Na presente data-base, a estimativa de sinistralidade média apurada no TAP foi de 87,7%.

Os resultados do TAP são comparados com os saldos das provisões correspondentes, tendo o objetivo de avaliar a suficiência das provisões técnicas constituídas e mensurar eventuais necessidades de regularização desses saldos nos moldes da legislação vigente.

Informamos que os cálculos da Provisão para Insuficiência de Prêmios/ Contraprestações (PIC) são efetuados mensalmente, nos termos da Resolução Normativa ANS nº 393/15, mas não há valor a ser constituído, uma vez que o valor do fator de insuficiência de contraprestações/prêmios (FIC) é zero, isto é, não há insuficiência de prêmios.

3.7 PROVISÕES JUDICIAIS E PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Companhia e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que podem tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.8 RECONHECIMENTO DE RECEITA

3.8.1 PRÊMIO DE SEGURO

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 3.5(a)).

3.8.2 RECEITA DE JUROS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno.

3.9 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

3.10 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Também são reconhecidos impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas da contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização desses ativos e conforme suas expectativas de realizações.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros, (ii) das provisões técnicas, (iii) da provisão para risco de créditos ("impairment"), (iv) da realização dos impostos diferidos e (v) das provisões para processos judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

4.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGUROS

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos que estejam segurado já tenha ocorrido.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

4.2 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito na nota explicativa nº 3.2.1.

4.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia dispõe de um considerável número de processos judiciais em aberto na data das demonstrações financeiras. O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.4 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposta a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, a necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, é altamente estratégica para a Porto Seguro.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Porto Seguro adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem da Porto Seguro para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três níveis de defesa:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo possui o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo aprovar e monitorar o Apetite ao Risco do Grupo, propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de risco.

Destaca-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve mudanças relevantes nos riscos: (i) de liquidez, uma vez que as durações médias dos principais ativos e passivos da Companhia não sofreram alterações relevantes e; (ii) de seguros, pois as variações observadas decorrem do crescimento normal das operações da Porto Seguro.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros.

Para o gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos.

(a) Portfólio de investimentos: para o gerenciamento deste risco a Operadora possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações.

Em 31 de dezembro de 2022, 98,8% (98,2% em 31 de dezembro de 2021) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AA".Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada ("impaired").

(b) Inadimplência nos prêmios a receber: é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto à Companhia, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os vencimentos dos prêmios a receber estão apresentados na nota explicativa nº 7.1.

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras. A Operadora possui controles com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados, alinhados aos requisitos regulatórios, assim como equilibrar a relação entre as taxas, risco e retorno. Adicionalmente, há a definição de caixa mínimo a ser mantido em relação as projeções dos fluxos de caixa.

Os principais itens abordados na gestão do risco de liquidez são: limites de risco de liquidez, incluindo caixa mínimo em relação as projeções dos fluxos de caixa e de ativos de alta liquidez (em sua maioria títulos públicos, os quais podem ser liquidados antecipadamente); simulações de cenários (teste de "stress"); e medidas potenciais para contingenciamento.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Companhia está exposta (i):

	Dezembro de 2022		Dezembro de 2021	
	Fluxo de ativos (ii)	**Fluxo de passivos (iii)**	**Fluxo de ativos (ii)**	**Fluxo de passivos (iii)**
À vista/sem vencimento	229.540	–	21.965	–
Fluxo de 1 a 30 dias	12.794	23.677	125.649	105.505
Fluxo de 2 a 6 meses	4.083	1.824	12.199	338.946
Fluxo de 7 a 12 meses	743	191	8.291	14.615
Fluxo acima de 1 ano	–	–	494.015	15.465
Total	**247.160**	**25.692**	**662.119**	**474.531**

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, aplicações e prêmios a receber.

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros relativos as parcelas registradas (ocorridos e a ocorrer).

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Operadora, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Inflação (IPCA/IGP-M)	30,3%	51,6%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	52,0%	27,9%
Prefixados	16,9%	19,1%
Ações	0,3%	0,8%
Outros	0,5%	0,6%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se a técnica de valor em risco ("Value at Risk" - VaR) paramétrico, com intervalo de confiança de 95% em horizonte de 1 dia. São realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e as ferramentas de "tracking error" e "Benchmark-VaR", utilizados para isso cenários realisticos e plausíveis ao perfil e caracteristica do portfólio.

Os resultados obtidos são utilizados para mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido, em condições normais e de "stress". Esses testes levam em consideração cenários históricos e de condições futuras de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Operadora.

continua

Porto Seguro - Seguro Saúde S.A.

CNPJ/MF nº 04.540.010-0001-70
Sede: Rua Guaianases, 1.238 - 8º andar - Campos Elíseos - CEP: 01204-002 - São Paulo - SP

Porto Saúde

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2022:

Fator de risco	Cenário (*)	Impacto
	+ 50 b.p.	(14.661)
	+ 25 b.p.	(7.558)
Índices de preços	+ 10 b.p.	(3.080)
	- 10 b.p.	3.080
	- 25 b.p.	7.558
	- 50 b.p.	14.661
	+ 50 b.p.	(2.607)
	+ 25 b.p.	(1.332)
Juros pós-fixados	+ 10 b.p.	(540)
	- 10 b.p.	540
	- 25 b.p.	1.332
	- 50 b.p.	2.607
	+ 50 b.p.	(1.394)
	+ 25 b.p.	(1.161)
Juros pré-fixados	+ 10 b.p.	(929)
	- 10 b.p.	929
	- 25 b.p.	1.161
	- 50 b.p.	1.394
	± 34%	(2.218)
Ações	± 17%	(1.109)
	± 9%	(554)

(*) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário possível de "stress" para cada fator de risco, disponibilizado pela B3.

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Operadora, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Operadora possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia já com o uso dos instrumentos derivatidos utilizados como "hedge" das operações.

5.4 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos, reduzir as ameaças até um nível aceitável.

Isto inclui esforços para a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

5.5 RISCO DE SUBSCRIÇÃO

A Operadora atua no mercado de saúde suplementar operando somente em planos empresariais de renovações anuais. O principal risco está relacionado aos modelos de prêmio de risco em seguro-saúde decorrente do potencial aumento nos custos dos tratamentos médicos durante o período de vigência dos contratos e o risco de ocorrência de eventos excepcionais de alto impacto (pandemias).

Em linha com as medidas de mitigação de riscos, os contratos são negociados com prestadores de serviços de saúde de forma a permitir uma moderação no aumento dos custos com os serviços de saúde. A rede referenciada está sujeita a monitoramento constante através de auditorias médicas, entrevistas e pesquisas com segurados.

Para os procedimentos de alta complexidade e internações, faz-se necessária a análise da equipe de auditoria médica. Essa equipe também revisa os procedimentos conduzidos por cada prestador de serviços de saúde com a finalidade de analisar a conformidade e a qualidade dos serviços prestados.

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(21.233)	(15.899)
Sinistros - aumento de 50,0%	(29.860)	(20.434)

5.6 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos correspondem à possibilidade de ocorrência de perdas para a Porto devido à fatores de origem social, ambiental ou climática relacionados aos negócios da Porto e suas controladas. Adicionalmente, consideram-se também as perdas que a Porto Seguro pode ocasionar junto à terceiros também devido aos fatores acima mencionados.

Em linha com os requerimentos regulatórios implementados pelo Banco Central do Brasil e SUSEP, o Grupo Porto desenvolveu em 2022 a política e a metodologia corporativa de Risco Socioambiental e Climático, a qual estabelece os princípios, diretrizes, responsabilidades, bem como mecanismos de avaliação e controle no que se refere à Gestão dos Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos - GRSAC.

Neste sentido, estabeleceu-se de forma corporativa a identificação, a avaliação, o tratamento, a mitigação e o monitoramento dos riscos sociais resultantes de impactos no bem-estar das pessoas, os riscos ambientais relativos à possibilidade de efeitos nocivos causados pela companhia e os riscos climáticos que devido a eventos e mudanças climáticas podem gerar um impacto no ecossistema e na sociedade. Para o gerenciamento desses riscos, é avaliado a exposição de cada produto ou negócio, além da construção de indicadores para monitoramento contínuo.

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do grupo, por meio de aplicação de testes de *"stress"* e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pela ANS. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição.

As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas abaixo:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Patrimônio líquido	1.001.713	606.465
Despesas diferidas	(296.475)	(186.757)
Intangível	(43.991)	(24.721)
Despesas antecipadas	(1.894)	(191)
Patrimônio líquido ajustado	**659.353**	**394.796**
Capital Regulatório	474.397	–
Margem de solvência	–	352.815
Suficiência de capital (*)	**184.956**	**41.981**

(*) A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pela ANS. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição.

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

7.1 ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO

7.1.1 ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO

	Dezembro de 2022			Dezembro de 2021		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos exclusivos						
LFTs	344.338	–	344.338	158.201	–	158.201
NTNs-B	27.263	–	27.263	107.069	–	107.069
Ações de companhias abertas	2.070	–	2.070	4.451	–	4.451
Letras financeiras - privadas	–	1.167	1.167	–	1.304	1.304
Outros	–	4.214	4.214		4.325	4.325
Total - circulante	**373.671**	**5.381**	**379.052**	**269.721**	**5.629**	**275.350**
Aplicações financeiras em garantia			**278.510**			**275.350**
Aplicações financeiras livres			**100.542**			**–**

7.1.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	Dezembro de 2022 Nível 1	Dezembro de 2021 Nível 1
Carteira própria		
NTN-B	–	257.200
Total - não circulante	**–**	**257.200**
Aplicações financeiras em garantia	**–**	**257.200**

(*) O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em 31 de dezembro de 2021 era de R$274.206.

7.1.3 TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

	Dezembro de 2022 Nível 1	Dezembro de 2021 Nível 1
Carteira própria		
NTN-B	283.568	19.408
Total (*)	**283.568**	**19.408**
Circulante	83.155	–
Não circulante	200.413	19.408

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2022 era de R$283.568 (R$ 18.291 em 31 de dezembro de 2021).

7.1.4 ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

Apesar da Companhia possuir saldo de aplicações fina nceiras classificado no longo prazo, de acordo com o vencimento final dos títulos, o Índice de Liquidez Corrente da Companhia leva em consideração esses títulos devido sua liquidez imediata, conforme características do fundo, sendo exclusivo para cobertura de reserva técnica, composto em sua totalidade, por títulos públicos nacionais (NTNs-B), sem carência ou qualquer outro tipo de penalidade em caso de resgate/ liquidação antecipada.

A tabela a seguir apresenta o índice de liquidez corrente da Companhia:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Ativo circulante (*)	728.337	716.543
Passivo circulante	671.983	528.528
Índice de liquidez corrente	**1,08**	**1,36**

(*) Total de ativo circulante, somado a aplicações financeiras (fundo exclusivo) para cobertura de reserva técnica alocados em longo prazo que a Companhia entende haver liquidez imediata.

7.2 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	**551.958**	**512.911**
Aplicações	1.982.993	1.247.400
Resgates	(1.913.836)	(1.233.629)
Rendimentos	58.512	43.263
Ajuste a valor de mercado	(17.007)	(17.987)
Saldo final	**662.620**	**551.958**

8. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

8.1 PRÊMIOS A RECEBER - COMPOSIÇÃO QUANTO AO PRAZO DE VENCIMENTO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
A vencer	18.045	15.342
Vencidos de 1 a 30 dias	12.553	8.800
Vencidos de 31 a 60 dias	1.851	1.715
Vencidos de 61 a 120 dias	1.001	1.638
Vencidos a mais de 120 dias	1.975	2.124
Total	**35.425**	**29.619**
Provisão para perdas sobre créditos	(2.175)	(2.808)
Total	**33.250**	**26.811**

8.2 OUTROS CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Refere-se principalmente a valores a receber da coparticipação dos beneficiarios e aportes de valores excedentes de sinistralidades. Contempla também os valores dos reajustes aplicados no último trimestre de 2022, líquidos das provisões para perdas.

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Coparticipação e aportes a receber	2.975	3.018
Outros	429	448
Total	**3.404**	**3.466**

9. DESPESAS DIFERIDAS

O saldo de despesas de comissões diferidas apresentou a seguinte movimentação:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	**186.757**	**78.229**
Constituições	371.123	265.669
Apropriações para despesa	(261.405)	(157.141)
Saldo final	**296.475**	**186.757**
Circulante	146.430	85.576
Não circulante	150.045	101.181

O prazo médio de amortização é de 34 meses, sendo o mesmo prazo de 2021.

10. BENS E TÍTULOS A RECEBER

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Adiantamentos para despesas e outros créditos (i)	53.693	30.164
Contas a receber - Fundação Itaú	22.440	16.341
Transações com partes relacionadas (ii)	2.062	3.136
Total	**78.195**	**49.641**

(i) Deve-se principalmente a adiantamentos realizados para serviços de tecnologia e inovação sistêmica.

(ii) Vide nota explicativa nº 23.

11. TRIBUTOS

11.1 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Imposto de renda e contribuição social diferidos - diferenças temporárias (i)	120.061	113.647
Impostos sobre serviços	2.090	2.090
Imposto de renda	144	522
Contribuição social	53	161
Outros	1.883	1.135
Total	**124.231**	**117.555**
Circulante	4.170	3.908
Não circulante	120.061	113.647

(i) Vide nota explicativa nº 11.2.

11.2 TRIBUTOS DIFERIDOS

11.2.1 ATIVO

	Dezembro de 2021	Constituição	Reversão	Dezembro de 2022
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão para obrigações legais	77.558	4.256	(146)	81.668
PIS e COFINS s/sinistros a liquidar e IBNR	17.135	7.108	(1.389)	22.854
Provisão para riscos sobre créditos	6.443	2.432	(4.107)	4.768
Participação nos lucros	892	8.758	(4.746)	4.904
Outras	11.619	1.296	(7.048)	5.867
Total	113.647	23.850	(17.436)	120.061

11.2.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO (*)

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	Valor
2023	79.076
2024	37.964
2025	2.138
2026	204
2027	153
Após 2027	526
Total	**120.061**

(*) Para o ajuste a valor presente foi considerada a taxa SELIC do último dia do exercício, líquida dos efeitos tributários.

Neste estudo é considerado a alíquota de imposto que vigerá em cada exercício futuro para analisar-se a realização do ativo de imposto diferido.

11.2.3 PASSIVO

	Dezembro de 2021	Constituição	Reversão	Dezembro de 2022
Natureza				
IR e CS diferidos sobre PIS e COFINS	(6.854)	(3.253)	965	(9.142)
IR e CS sobre incentivo fiscal - provisão	(206)	(87)	–	(293)
	(7.060)	**(3.340)**	**965**	**(9.435)**

11.3 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	180.657	109.613
(–) Participações nos resultados	(19.347)	(13.001)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL após participações nos resultados (A)	**161.310**	**96.612**
Alíquota vigente (i)	40%	40%
Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (B)	**(64.524)**	**(38.645)**
Incentivos fiscais	1.232	644
Inovação tecnológica (iii)	925	2.785
Indébitos tributários (ii)	–	46.837
Outros	(10.720)	(2.516)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	**(8.563)**	**47.750**
Total de imposto de renda e contribuição social (D = B + C)	**(73.087)**	**9.105**
Taxa efetiva (D/A)	**45,3%**	**-9,4%**

(i) Em 28 de abril de 2022 foi aprovada a Medida Provisória nº 1.115, que entrou em vigor em 1º de agosto de 2022 com aplicação até 31 de dezembro de 2022, a alteração da alíquota de CSLL de 15% para 16% sobre o lucro das empresas de seguros, previdência complementar, capitalização, instituições financeiras, entre outras.

(ii) Reversão do passivo diferido de IR e CS, sobre atualização monetária de depósitos judiciais federais.

(iii) Refere-se principalmente aos benefícios relacionados aos projetos vinculados à lei de incentivo à pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica (Lei do Bem).

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
COFINS (*)	176.186	167.070
PIS (*)	25.462	24.185
Sinistros	181	1.801
Processos judiciais com adesão ao REFIS (*)	971	881
Outros	1.288	1.172
Total	**204.088**	**195.109**

(*) Vide nota explicativa nº 17(a).

13. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação (%)	Dezembro de 2021 Custo	Dezembro de 2021 Depreciação acumulada	Dezembro de 2021 Valor Líquido	Dezembro de 2022 Custo	Dezembro de 2022 Depreciação acumulada	Dezembro de 2022 Valor Líquido
Edificações (*)	2%	145.229	(10.499)	134.730	394.970	(9.091)	385.879
Terrenos	–	42.376	–	42.376	61.710		61.710
Veiculos	10%	–	–	–	370	(37)	333
		187.605	**(10.499)**	**177.106**	**457.050**	**(9.128)**	447.922

(*) Para este item foi utilizada taxa média ponderada.

13.1 MOVIMENTAÇÃO IMOBILIZADO

	Saldo líquido em dezembro de 2021	Movimentações Aquisições	Movimentações Baixas	Movimentações Despesas de depreciação	Movimentações Outros/ transferência	Saldo líquido em dezembro de 2022
Edificações (*)	134.730	–	(52.600)	(3.353)	307.102	385.879
Terrenos	42.376	–	(27.500)	–	46.834	61.710
Veiculos	–	370	–	(37)	–	333
	177.106	**370**	**(80.100)**	**(3.390)**	**353.936**	**447.922**

(*) Referem-se aos bens da primeira tranche vendidos ao Fundo, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.2.1.

14. INTANGÍVEL

	Taxas anuais amortização (%)	Dezembro de 2021 Custo	Dezembro de 2021 Amortização acumulada	Dezembro de 2021 Valor líquido	Dezembro de 2022 Custo	Dezembro de 2022 Amortização acumulada	Dezembro de 2022 Valor líquido
"Software"	6,67 a 20,0	62.146	(37.425)	**24.721**	85.845	(41.854)	**43.991**
		62.146	**(37.425)**	**24.721**	**85.845**	**(41.854)**	**43.991**

14.1 MOVIMENTAÇÃO INTANGÍVEL

	Saldo líquido em dezembro de 2021	Movimentações Aquisições	Movimentações Despesas de amortização	Saldo líquido em dezembro de 2022
"Software"	**24.721**	23.699	(4.429)	**43.991**
	24.721	**23.699**	**(4.429)**	**43.991**

15. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

As provisões técnicas apresentaram a seguinte movimentação:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	**466.091**	**399.875**
Constituições decorrentes de prêmios	3.215.182	2.131.742
Amortização pela vigência decorrida	(3.158.286)	(2.222.535)
Aviso de eventos/sinistros	2.599.780	1.780.103
Pagamento de eventos/sinistros	(2.533.613)	(1.624.899)
Outras (constituição/reversão)	(490)	1.805
Total	**588.664**	**466.091**
Circulante	583.501	458.679
Não circulante	5.163	7.412

continua

Porto Seguro – Seguro Saúde S.A.

CNPJ/MF nº 04.540.010-0001-70
Sede: Rua Guaianases, 1.238 – 8º andar – Campos Elíseos – CEP: 01204-002 – São Paulo – SP

Porto Saúde

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

Como conclusão do TAP realizado na data-base de 31 de dezembro de 2022, não foram encontradas insuficiências em nenhum dos produtos da Operadora (vide nota explicativa nº 3.6).

16. DÉBITOS DIVERSOS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Débitos a pagar	20.768	14.308
Transações com partes relacionadas (*)	10.076	11.025
Participação nos lucros a pagar	12.091	10.935
Encargos trabalhistas	6.898	5.459
Outros	66	–
Total	**49.899**	**41.727**
Circulante	44.729	37.533
Não circulante	5.170	4.194

(*) Vide nota explicativa nº 23.

17. PROVISÕES JUDICIAIS

17.1 PROVÁVEIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, cível e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Fiscais (a)	198.901	188.678
Cíveis	7.167	4.869
Trabalhistas	637	603
Total	**206.705**	**194.150**

(a) Provisões para Processos Fiscais e Previdenciários

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
COFINS (i)	172.468	163.611
PIS (ii)	25.462	24.185
Outras provisões	971	882
Total	**198.901**	**188.678**

(i) COFINS

Com o advento da Lei nº 9.718, as companhias de seguro e de previdência complementar, entre outras, ficaram sujeitas ao recolhimento da COFINS incidentes sobre suas receitas a alíquota de 4% após a promulgação da Lei nº 10.684/03. A Companhia questiona judicialmente essa tributação, bem como a base de cálculo fixada pela Lei nº 9.718 que conceituou faturamento como equivalente a receita bruta. Nesta ação, aguarda-se julgamento dos Recursos Extraordinário e Especial, atualmente sobrestados até julgamento do Recurso Extraordinário 609.096, em sede de repercussão geral.

(ii) PIS

A Companhia discute a exigibilidade da contribuição ao PIS, instituída nos termos das Emendas Constitucionais nº 10/96 e nº 17/97, as quais alteraram a base de cálculo e a alíquota da contribuição, que passou a incidir sobre a receita bruta operacional, e da Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta, independentemente da classificação contábil.

Na ação da Companhia, aguarda-se julgamento dos Recursos Extraordinário e Especial, atualmente sobrestados até julgamento do Recurso Extraordinário 609.096, em sede de repercussão geral.

(iii) REFIS

A Companhia aderiu ao programa de recuperação fiscal - REFIS nos anos de 2013 e 2014, para diversas ações que discutia judicialmente e atualmente aguarda a homologação da desistência das ações perante o Poder Judiciário, com o respectivo levantamento de valores residuais.

Adicionalmente, a Companhia é parte em outras ações de natureza fiscal e previdenciária que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificados com perda possível, não são provisionadas. O risco total estimado dessas ações totaliza R$ 15.083 (R$ 10.593 de possível impacto no lucro líquido). As principais causas são: (i) questionamento da Receita Federal do Brasil quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total estimado em R$ 10.595 (R$ 7.771 de possível impacto no lucro líquido) e (ii) discussão do INSS sobre programa de alimentação do trabalhador, com risco total estimado em R$ 2.080 (R$ 1.497 de possível impacto no lucro líquido).

MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES JUDICIAIS PROVÁVEIS

	Fiscais (a)	Trabalhistas (b)	Cíveis (c)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**188.678**	**603**	**4.869**	**194.150**
Constituições	1.412	187	3.118	4.717
Encerramentos êxito/reversões	(491)	(202)	(688)	(1.381)
Pagamentos	–	(10)	(827)	(837)
Atualização monetária	9.302	59	695	10.056
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**198.901**	**637**	**7.167**	**206.705**
Quantidade de processos	8	13	403	424

17.2 POSSÍVEIS

A Companhia é parte em outras ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Cíveis	3.453	2.168
Trabalhistas	85	69
Total	**3.538**	**2.237**

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social era de R$ 935.700, representado por 27.920.499 (unidades) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal (R$ 485.333, representado por 16.782.336 unidades ações ordinárias em 31 de dezembro de 2021).

As AGEs realizadas em 30 de março, 30 de maio, 19 de agosto, 20 de setembro e 11 de novembro de 2022, deliberaram aumento de capital social nos montantes de R$ 13.000, R$ 38.000, R$ 45.500, R$ 62.603 e R$ 291.334, respectivamente, mediante a emissão de novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

(b) Reservas de Lucros

(i) Reserva Legal

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Seu saldo em 31 de dezembro de 2022 era de R$ 40.401 (R$ 35.991 em 31 de dezembro de 2021).

(ii) Reserva Estatutária

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2022, seu saldo era de R$ 19.009 (R$ 95.198 em 31 de dezembro de 2021).

(c) Dividendos

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A Administração da Companhia aprovou em 29 de novembro de 2022 a distribuição de dividendos, no montante de R$ 150.000, sendo, R$ 95.198 à conta de reservas de lucros existentes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 e R$ 54.802 à conta de dividendos antecipados do exercício.

Em 28 de dezembro de 2022 a Diretoria da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R$ 10.000 à conta de dividendos antecipados do exercício.

Os dividendos mínimos foram calculados como seguem:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Lucro líquido	88.223	105.717
(–) Reserva legal - 5%	(4.411)	(5.286)
Lucro básico para determinação do dividendo	**83.812**	**100.431**
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	**20.953**	**25.108**
Dividendos mínimos obrigatórios	20.953	13.014
Dividendos intermediários	43.850	12.094
Total de dividendos	**64.802**	**25.108**
Total por ação (R$)	**2,32**	**1,50**

19. PRÊMIOS RETIDOS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saúde	3.005.120	2.072.741
Odonto	153.166	149.794
Corresponsabilidade cedida	–	(89.557)
Total	**3.158.286**	**2.132.978**

19.1 CORRESPONSABILIDADE ASSUMIDA - PRÊMIOS

	Corresponsabilidade cedida em preço pós estabelecido	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Planos coletivos empresariais depois da Lei (*)	–	(89.557)

(*) Valores relacionados a corresponsabilidade assumida por outras operadoras (prestadora), que disponibilizaram aos nossos beneficiários acesso continuado aos serviços oferecidos por sua rede de serviços de assistência à saúde. Após a Resolução Normativa nº 430/17, essa operação passou a ser contabilizada de forma redutora, na rubrica de prêmios retidos e as liquidações desse passivo acontece em até 5 dias.

20. SINISTROS CONHECIDOS OU AVISADOS

	Consulta médica	Exames	Terapias	Internações	Outros atendimentos/ demais despesas	Procedimentos odontológicos	Total
Rede contratada	(138.493)	(178.434)	(60.684)	(1.013.036)	(676.580)	(72.236)	(2.139.463)
Reembolso	(120.743)	(73.392)	(8.534)	(76.936)	(95.577)	(531)	(375.713)
Total em 31 de dezembro de 2022	**(259.236)**	**(251.826)**	**(69.218)**	**(1.089.972)**	**(772.157)**	**(72.767)**	**(2.515.176)**
Total em 31 de dezembro de 2021	**(150.489)**	**(120.075)**	**(50.678)**	**(816.553)**	**(477.700)**	**(71.360)**	**(1.686.855)**

20.1 CORRESPONSABILIDADE CEDIDA - SINISTROS

	Carteira própria (Beneficiários da operadora)	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Cobertura assistencial com preço pós-estabelecido	2.436.908	1.544.964
Cobertura assistencial com preço pre-estabelecido	5.506	70.625
Planos coletivos empresariais depois da Lei (Odonto)	71.136	69.554
Planos coletivos por adesão depois da Lei (Odonto)	1.626	1.712
	2.515.176	**1.686.855**

21. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Pessoal	(96.571)	(71.028)
Despesas compartilhadas (*)	(73.209)	(68.657)
Serviços de terceiros	(48.604)	(40.309)
Localização e funcionamento	(13.975)	(10.536)
Publicidade	(369)	(879)
Outros	(2.867)	(1.409)
Total	**(235.595)**	**(192.818)**

(*) Referem-se, principalmente, a rateio de gastos com recursos de uso comum do grupo Porto Seguro.

22. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Ganhos na valorização e juros de títulos para negociação	73.415	14.673
Variações monetárias dos depósitos judiciais	10.654	3.672
Juros de títulos disponíveis para a venda	948	29.134
Outras	8.216	5.170
Total de receitas financeiras	**93.233**	**52.649**
Desvalorização de títulos disponíveis para a venda	(15.069)	–
Variações monetárias de encargos sobre tributos a longo prazo	(10.274)	(3.360)
Desvalorização de juros de títulos para negociação	(782)	(544)
Outras	(3.606)	(1.883)
Total de despesas financeiras	**(29.731)**	**(5.787)**
Resultado financeiro	**63.502**	**46.862**

23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações comerciais da Companhia e suas ligadas são a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

(i) Prestação de serviços de seguro-saúde para as empresas do grupo Porto Seguro;
(ii) Despesas administrativas repassadas por sua controladora Porto Cia pela utilização da estrutura física e de pessoal;
(iii) Prestação de serviços de assistência médica e utilização de rede hospitalar contratados da ligada Serviços Médicos; e
(iv) Conta corrente de pagamentos de sinistros com a ligada Portomed.

Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Ativo		
Serviços Médicos	1.800	1.891
Portomed	79	1.017
Porto Seguro Saúde Ocupacional	183	200
Outros	–	28
Total	**2.062**	**3.136**
Passivo		
Porto Cia	8.467	10.694
Portomed	–	331
Total	**8.467**	**11.025**

	Receitas		Despesas	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Porto Cia	115.444	107.630	(132.708)	(107.947)
Porto Renova	–	411	–	–
Porto Renova Nova	430	–	–	–
Porto Consórcio	7.322	5.370	–	–
Porto Vida	700	578	–	–
Serviços Médicos	19.367	22.024	–	–
Portopar	415	409	–	–
Porto Seguro S.A.	–	–	(4.758)	–
Proteção e Monitoramento	153	126	–	–
Portomed	2.570	11.026	–	–
Porto Investimentos	1.046	845	(834)	(663)
Azul Seguros	2.072	1.828	–	–
Porto Capitalização	12	6	–	–
Portoseg	3.261	2.139	–	–
Crediporto	534	512	–	–
Mobitech	1.437	926	–	–
Porto Seguro Serviços e Comércio	846	461	(33)	–
Porto Atendimento	23.350	24.190	(11.066)	(15.846)
Health for Pet	–	271	–	–
Porto Assistência	220	–	–	–
Itaú Auto e Residência	574	307	–	–
Saúde Ocupacional	2.620	2.848	(598)	(739)
Total	**182.373**	**181.907**	**(149.997)**	**(125.195)**

24. OUTRAS INFORMAÇÕES - COMITÊ DE AUDITORIA

O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro 2022 da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria da Companhia abrange todas as sociedades do grupo Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., Companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o grupo. Não foram identificados assuntos que pudessem modificar o relatório do Comitê de Auditoria emitido em 8 de fevereiro de 2023 até a data da publicação dessas demonstrações financeiras.

DIRETORIA

ROBERTO DE SOUZA SANTOS
Diretor Presidente

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA
Diretor Vice-Presidente Comercial e Marketing

LENE ARAÚJO DE LIMA
Diretor Vice-Presidente Corporativo e Institucional

MARCOS ROBERTO LOUÇÃO
Diretor Vice - Presidente

SAMI FOGUEL
CEO - Saúde

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
Diretora Jurídica e Riscos

CARLA MARIA MITA NOGUEIRA SCHYMURA
Diretora de Produto

CAROLINA HELENA ZWARG
Diretora de Pessoas e Sustentabilidade

EVA VAZQUEZ MONTENEGRO MIGUEL
Diretora de Produção

AMILTON APARECIDO CARDOMINGO
Diretor de Operações

LUIZ FELIPE MILAGRES GUIMARÃES
Diretor de Atendimento

MARCELO ZORZO
Diretor de Produto - Saúde

MARCOS ROGÉRIO SIRELLI
Diretor de Tecnologia da Informação

RAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de Controladoria

CARLOS EDUARDO NAEGELI GONDIM
Diretor

FABIO OHARA MORITA
Diretor

JAIME SOARES BATISTA
Diretor

MARCELO SEBASTIÃO DA SILVA
Diretor

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Porto Seguro - Seguro Saúde S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. ("Companhia" ou "Operadora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da diretoria é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança sobre as demonstrações financeiras

A diretoria da Operadora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Operadora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a

continua

Porto Seguro - Seguro Saúde S.A.

CNPJ/MF n° 04.540.010-0001-70
Sede: Rua Guaianases, 1.238 - 8° andar - Campos Elíseos - CEP: 01204-002 - São Paulo - SP

Porto Saúde

continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Operadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Operadora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiros individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2023

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Patricia di Paula da Silva Paz
Sócia - Contadora CRC-SP198827/O
Diana Yukie Naki dos Santos
Sócia - Contadora CRC-SP300514/O

Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 04.862.600/0001-10
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 4º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Bank

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,
Apresentamos o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, com o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

NOSSO DESEMPENHO

• Receitas operacionais
As receitas com operações de crédito, com títulos e valores mobiliários, com prestação de serviços e outras receitas operacionais totalizaram em 2022 R$ 3.096,3 milhões, com aumento de R$ 815,8 milhões ou 35,8% em relação ao ano anterior.
• Lucro líquido e por ação
O lucro líquido totalizou em 2022 R$ 56,0 milhões, registrando redução de R$ 173 milhões ou 75,5% em relação ao ano anterior. O lucro por ação foi de R$ 3,36 em 2022 e R$ 15,05 em 2021.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que colaboradores e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca ser cada vez mais um Porto Seguro para todos os seus públicos. A descrição completa dos projetos socioculturais e ambientais do grupo Porto Seguro está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A. e Relatório de Sustentabilidade, divulgados no site da Companhia (http://ri.portoseguro.com.br).

AMBIENTE ECONÔMICO

O ano de 2022 terminou com um ambiente internacional ainda repleto de incertezas. E esse quadro que não deve mostrar grandes alterações no início de 2023. Os bancos centrais dos EUA e da Zona do Euro seguem mantendo uma postura firme de combate à inflação. Ainda que as expectativas apontem para uma desaceleração econômica nos dois lados do Atlântico ao longo dos próximos meses, a resiliência do mercado de trabalho nas duas economias deve evitar uma queda mais brusca da atividade. Por outro lado, os baixos níveis de desemprego devem limitar uma redução mais forte da inflação, adiando qualquer reversão dos ciclos atuais de aperto monetário promovidos pelo FED e pelo BCE.
No caso de alguns países emergentes, contudo, esse momento pode estar mais próximo. Como vários desses países iniciaram o processo de alta de suas taxas básicas de juros antes dos EUA e da Europa, o cenário de desinflação nessas economias é mais claro. Mesmo diante dessa perspectiva, porém, o ambiente internacional seguirá desafiador durante boa parte de 2023.
Primeiro, porque a continuidade da guerra na Ucrânia, para além do enorme ônus humanitário, segue como ameaça ao suprimento global de diversas commodities, sejam elas agrícolas ou no setor de energia.
A magnitude e a velocidade do crescimento de novos casos diários, por sua vez, podem aumentar o risco de surgimento de novas variantes da doença, além de um número relevante de mortes num país cuja população ultrapassa 1,4 bilhão de habitantes.
Domesticamente, 2022 registrou um crescimento econômico mais forte que o esperado, fruto de uma expressiva melhora do mercado de trabalho, ainda que parte considerável das novas vagas criadas tenha se concentrado no segmento informal da economia.
O crescimento da massa de rendimentos do trabalho e a manutenção de um fluxo de transferências públicas para parcela relevante da população sustentaram o consumo, notadamente de serviços, que também se beneficiaram em 2022 da normalização de sua demanda depois de quase dois anos de pandemia.
Essa resiliência do consumo das famílias, porém, limitou o movimento de desinflação, que se concentrou no segmento de preços administrados. Esta queda, por sua vez, ocorreu diante da reversão da expressiva elevação dos preços dos derivados de petróleo no início do ano, na esteira da guerra na Ucrânia, assim como em função da expressiva desoneração tributária sobre os preços dos combustíveis e energia elétrica.
As perspectivas para a atividade econômica doméstica são de uma desaceleração do ritmo de crescimento observado no ano anterior, seja em razão dos efeitos defasados do aperto monetário empreendido pelo Copom desde o início de 2021, seja como resultado da esperada desaceleração da economia global. A despeito desse cenário, o espaço para redução da taxa Selic dependerá em grande medida das ações que o novo governo, recém empossado, adotar para o conjunto geral da política econômica e no campo da política fiscal em particular.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes do Banco Central do Brasil (BACEN).

São Paulo, 22 de fevereiro de 2023
A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Circulante		**13.188.537**	**11.762.258**
Disponibilidades		180.126	226.249
Caixa e equivalentes de caixa	5	180.126	226.249
Instrumentos financeiros		33.204	201.079
Cotas de fundos de investimento - renda fixa	6	33.204	201.079
Operações de crédito		2.898.129	2.327.106
Setor privado	7	3.953.635	2.921.728
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa		(1.055.506)	(594.622)
Outros créditos		9.988.490	8.976.990
Valores a receber relativos a transação de pagamento	7	9.878.212	8.792.944
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa		(68.056)	(71.331)
Diversos	8	178.334	255.377
Outros valores e bens		88.588	30.834
Outros valores e bens		93.551	35.803
Provisão para outros valores e bens		(4.963)	(4.969)
Não circulante		**1.969.577**	**1.689.886**
Operações de crédito		1.167.741	1.142.829
Setor privado	7	1.252.254	1.209.171
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa		(84.513)	(66.342)
Outros créditos		598.287	374.751
Ativos fiscais diferidos	9	555.625	336.372
Diversos	8	42.662	38.379
Investimento em entidade controlada em conjunto	10	105.388	162.432
Intangível	11	98.161	9.874
Software		124.607	22.758
(–) Amortizações		(26.446)	(12.884)
Total do ativo		**15.158.114**	**13.452.144**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Circulante		**11.254.857**	**10.313.358**
Depósitos	12	51.410	952.089
Depósitos interfinanceiros		–	568.632
Depósitos a prazo		51.410	383.457
Recursos de aceites e emissão de títulos	12	993.608	482.855
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		993.608	482.855
Relações Interfinanceiras		7.660.493	6.862.157
Transações de pagamento	13	7.660.493	6.862.157
Outras obrigações		2.549.346	2.016.257
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		2.034	5.615
Sociais e estatutárias	14.1	6.874	8.447
Fiscais e previdenciárias	14.2	58.546	120.221
Provisão para pagamentos a efetuar	14.3	101.560	56.886
Diversas	14.5	2.380.332	1.825.088
Não circulante		**2.727.416**	**1.961.496**
Recursos de aceites e emissão de títulos	12	2.678.782	1.918.842
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		2.678.782	1.918.842
Provisões para impostos e contribuições diferidas		157	157
Outras obrigações		48.477	42.497
Provisões judiciais	14.4	47.293	41.567
Diversas	14.5	1.184	930
Patrimônio líquido		**1.175.841**	**1.177.290**
Capital social	15 a	654.117	550.000
Outros resultados abrangentes		(67)	(18)
Reservas de lucros		521.791	627.308
Total do passivo e patrimônio líquido		**15.158.114**	**13.452.144**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de Lucros: Legal	Estatutária	Outras	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**550.000**	**69.026**	**410.707**	**–**	**(27)**	**–**	**1.029.706**
Pagamento dividendos - exercícios anteriores (R$ 1,31 por ação)		–	–	(20.000)	–	–	–	(20.000)
Reconhecimento pagamento em ações		–	–	–	346	–	–	346
Outros ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	–	9	–	9
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	228.951	228.951
Destinações:								
Reserva legal	14 b	–	11.448	–	–	–	(11.448)	–
Reserva estatutária	14 b	–	–	155.781	–	–	(155.781)	–
Dividendos mínimos - JCP (R$ 2,83 por ação)	14 c	–	–	–	–	–	(47.208)	(47.208)
Dividendos intermediários (R$ 0,36 por ação)	14 c	–	–	–	–	–	(14.514)	(14.514)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**550.000**	**80.474**	**546.488**	**346**	**(18)**	**–**	**1.177.290**
Saldos em 30 de junho de 2021		**550.000**	**69.026**	**390.707**	**159**	**(27)**	**124.823**	**1.134.688**
Reconhecimento pagamento em ações		–	–	–	187	–	–	187
Outros ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	–	9	–	9
Lucro líquido do semestre		–	–	–	–	–	104.128	104.128
Destinações:								
Reserva legal	14 b	–	11.448	–	–	–	(11.448)	–
Reserva estatutária	14 b	–	–	155.781	–	–	(155.781)	–
Dividendos mínimos - JCP (R$ 3,10 por ação)	14 c	–	–	–	–	–	(47.208)	(47.208)
Dividendos intermediários (R$ 0,95 por ação)	14 c	–	–	–	–	–	(14.514)	(14.514)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**550.000**	**80.474**	**546.488**	**346**	**(18)**	**–**	**1.177.290**
Pagamento dividendos - exercícios anteriores (R$ 1,31 por ação)		–	–	(40.000)	–	–	–	(40.000)
Aumento de capital conforme AGE de 30 de agosto de 2022		41.897	–	–	–	–	–	41.897
Aumento de capital conforme AGOE de 31 de outubro de 2022		62.220	–	–	–	–	–	62.220
Reconhecimento pagamento em ações		–	–	–	3.848	–	–	3.848
Outros ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	–	(49)	–	(49)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	56.069	56.069
Destinações:								
Reserva legal	14 b	–	2.803	–	–	–	(2.803)	–
Reserva estatutária	14 b	–	–	3.266	–	–	(3.266)	–
Dividendos mínimos - JCP (R$ 4,52 por ação)	14 c	–	–	(75.434)	–	–	–	(75.434)
Dividendos intermediários (R$ 3,00 por ação)	14 c	–	–	–	–	–	(50.000)	(50.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**654.117**	**83.277**	**434.320**	**4.194**	**(67)**	**–**	**1.175.841**
Saldos em 30 de junho de 2022		**550.000**	**80.474**	**506.488**	**778**	**(18)**	**9.631**	**1.147.353**
Aumento de capital conforme AGE de 30 de agosto de 2022		41.897	–	–	–	–	–	41.897
Aumento de capital conforme AGOE de 31 de outubro de 2022		62.220	–	–	–	–	–	62.220
Reconhecimento pagamento em ações		–	–	–	3.416	–	–	3.416
Outros ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	–	(49)	–	(49)
Lucro líquido do semestre		–	–	–	–	–	46.438	46.438
Destinações:								
Reserva legal	14 b	–	2.803	–	–	–	(2.803)	–
Reserva estatutária	14 b	–	–	3.266	–	–	(3.266)	–
Dividendos mínimos - JCP (R$ 4,52 por ação)	14 c	–	–	(75.434)	–	–	–	(75.434)
Dividendos intermediários (R$ 3,00 por ação)	14 c	–	–	–	–	–	(50.000)	(50.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**654.117**	**83.277**	**434.320**	**4.194**	**(67)**	**–**	**1.175.841**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição") é uma instituição financeira privada, constituída em 9 de novembro de 2001 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 26 de dezembro de 2001, sediada na Alameda Barão de Piracicaba, 618/634 - Campos Elísios - São Paulo - SP, com o objetivo de exercer a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes à carteira de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor e a emissão e administração de cartões de crédito próprios, incluindo a administração de pagamentos a estabelecimentos credenciados. A Instituição é controlada direta da Porto Seguro S.A. a qual possui ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3.
A Portoseg é dependente da sua estrutura de tecnologia para processamento de suas operações de maneira correta e consequente elaboração das demonstrações financeiras. A tecnologia representa aspecto fundamental na evolução dos negócios da

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

	2º Semestre de 2022	Dezembro de 2022	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021
Lucro líquido do período	**46.438**	**56.069**	**104.128**	**228.951**
Outros resultados abrangentes	**(49)**	**(49)**	**9**	**9**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do período				
Outros ajustes de avaliação patrimonial	(82)	(82)	15	15
Efeitos tributários	33	33	(6)	(6)
Total dos resultados abrangentes para o período, líquido de efeitos tributários	**46.389**	**56.020**	**104.137**	**228.960**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

	Nota explicativa	2º Semestre de 2022	Dezembro de 2022	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021
Receitas da intermediação financeira		**1.068.931**	**2.014.936**	**762.040**	**1.380.900**
Operações de crédito	16	1.040.284	1.954.931	748.287	1.360.027
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		28.647	60.005	13.753	20.873
Despesas da intermediação financeira		**(480.348)**	**(1.246.246)**	**(493.433)**	**(784.103)**
Operações de captação no mercado		(254.297)	(453.933)	(118.711)	(162.272)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa		(226.051)	(792.313)	(374.722)	(621.831)
Resultado bruto da intermediação financeira		**588.583**	**768.690**	**268.607**	**596.797**
Outras receitas/ (despesas) operacionais		**(587.442)**	**(739.232)**	**(106.414)**	**(224.851)**
Receita de prestação de serviços	17	545.744	1.017.306	443.080	840.852
Despesas com pessoal		(38.290)	(67.297)	(24.578)	(43.766)
Outras despesas administrativas	18	(344.851)	(647.252)	(279.832)	(560.907)
Despesas tributárias		(81.595)	(154.369)	(67.601)	(124.726)
Outras receitas operacionais	19	49.108	64.122	42.758	58.745
Outras despesas operacionais	20	(717.558)	(951.742)	(220.241)	(395.049)
Resultado antes dos impostos e participações nos lucros		**1.141**	**29.458**	**162.193**	**371.946**
Imposto de renda	9.2	**(36.162)**	**(110.997)**	**(67.042)**	**(126.414)**
Contribuição social	9.2	**(25.631)**	**(70.706)**	**(56.913)**	**(92.475)**
Ativo fiscal diferido	9.2	**112.710**	**219.218**	**71.392**	**87.424**
Participações nos lucros		**(5.620)**	**(10.904)**	**(5.502)**	**(11.530)**
Lucro líquido do período	22	**46.438**	**56.069**	**104.128**	**228.951**
Quantidade de ações (mil)	22	**16.676**	**16.676**	**15.217**	**15.217**
Lucro líquido básico e diluído por ação (R$)	22	**2,78472**	**3,36226**	**6,84287**	**15,04574**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

	2º Semestre de 2022	Dezembro de 2022	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do semestre/ exercício	46.438	56.069	104.128	228.951
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	226.051	792.313	374.722	621.831
Resultado de equivalência patrimonial	(6.103)	4.181	5.530	5.530
Amortizações	12.937	13.562	1.038	1.378
Lucro líquido ajustado	**279.323**	**866.125**	**485.418**	**857.690**
Variações de ativos e passivos	**(452.122)**	**(692.899)**	**(392.243)**	**(701.799)**
Variação em títulos e valores mobiliários	120.812	167.875	(117.984)	(139.840)
Variação em operações de crédito	(555.013)	(1.388.248)	(614.013)	(1.456.547)
Variação em outros créditos	(1.153.427)	(1.235.036)	(1.524.640)	(2.224.477)
Variação em outros valores e bens	(20.217)	(57.754)	2.579	10.628
Variação em investimento de entidade controlada em conjunto	80.363	80.363	(167.962)	(167.962)
Variação em depósitos interfinanceiros	(400.000)	(568.632)	(148.142)	(616.924)
Variação em depósitos a prazo	(364.625)	(332.047)	167.100	383.457
Variação em recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	695.614	1.270.693	436.901	1.411.597
Variação em obrigações por empréstimos e repasses	255.866	454.654	97.918	136.289
Variação em outras obrigações	1.264.166	1.550.197	1.643.650	2.214.551
Caixa consumido pelas operações				
Impostos sobre o lucro pagos	(119.795)	(180.310)	(69.732)	(116.282)
Juros sobre captação de recursos pagos	(255.866)	(454.654)	(97.918)	(136.289)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**(172.799)**	**173.226**	**93.175**	**155.891**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de intangível	(93.892)	(101.849)	(10.707)	(10.707)
Aumento de capital em controlada em conjunto	(7.500)	(27.500)	–	–
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	**(101.392)**	**(129.349)**	**(10.707)**	**(10.707)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	(50.000)	(90.000)	(54.641)	(80.112)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(50.000)**	**(90.000)**	**(54.641)**	**(80.112)**
Aumento líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	**(324.191)**	**(46.123)**	**27.827**	**65.072**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	504.317	226.249	198.422	161.177
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	180.126	180.126	226.249	226.249
Aumento líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	**(324.191)**	**(46.123)**	**27.827**	**65.072**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

continua

Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 04.862.600/0001-10

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 4º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Bank

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Portoseg e nos últimos anos, foram feitos investimentos e parcerias em sistemas e processos de tecnologia da informação. O funcionamento adequado do controle financeiro, gestão de risco, contabilidade, serviço ao cliente e outros sistemas de processamento de dados da Instituição é essencial para as suas atividades.

A Instituição possui a seguinte participação na entidade controlada em conjunto:

	Classificação	Consolidação	Dezembro de 2022 Participação direta (%)	Dezembro de 2021 Participação direta (%)
ConectCar	Entidade controlada em conjunto	Por equivalência patrimonial	50,00	50,00

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. Não houve no período de 31 de dezembro de 2022 alterações nas políticas contábeis relevantes.

2.1. BASE DE PREPARAÇÃO

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros; (ii) da provisão e contingência para risco de créditos ("impairment"); (iii) da realização dos impostos diferidos; e (iv) das provisões para processos judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas, principalmente na provisão para riscos de créditos, poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Instituição revisa essas estimativas e premissas periodicamente. As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios da Instituição em curso normal.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Instituição.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 23 de fevereiro de 2023.

2.1.1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Instituição foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, com base nas normas expedidas por ele e pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) - Resolução CNSP nº 4.280/13 e Circular BACEN nº 3.701/14 e alterações posteriores - segundo critérios estabelecidos pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e de acordo também com determinadas práticas contábeis expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo BACEN (no que não contrariem outras normas vigentes).

2.2. CONTROLE E CONSOLIDAÇÃO

2.2.1. CONTROLADA EM CONJUNTO

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Instituição tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como entidades controladas em conjunto ("joint ventures") dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

2.3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Instituição são apresentadas em milhares de reais (R$), que é sua moeda funcional e de apresentação. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Instituição opera. A Instituição possui participação de 50% na entidade controlada em conjunto da Conectcar, por meio do método de equivalência patrimonial.

2.4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

2.5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

2.5.1. COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento são manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários" no período em que ocorrem. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo.

Para estes ativos financeiros que são mensurados pelo valor justo, é requerida a divulgação das mensurações de acordo com os seguintes níveis hierárquicos de valor justo:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Instituição utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo. Não houve alteração nas classificações dos níveis no período de 31 de dezembro de 2022.

2.6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E VALORES A RECEBER RELATIVOS À TRANSAÇÃO DE PAGAMENTOS

Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável) e são avaliados por "impairment" (recuperação) a cada data de balanço.

As operações de crédito (exclusivamente crédito direto ao consumidor - CDC) e outros créditos com característica de concessão de crédito são classificados nos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo, segundo os períodos de atraso; (ii) a avaliação da Administração, realizada periodicamente, quanto ao nível de risco e considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores (vide nota explicativa nº 7).

2.7. ATIVO INTANGÍVEL

Os gastos com aquisição e implantação de "softwares" e sistemas são reconhecidos como ativo quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "software" são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos.

2.8. PASSIVOS FINANCEIROS

Os passivos de empréstimos e financiamentos, provenientes das operações de captação de recursos, valores a pagar das operações de cartão de crédito, são reconhecidos inicialmente ao valor justo, líquido de custos de transações incrementais diretamente atribuíveis à origem do passivo. Esses passivos são avaliados subsequentemente: (i) ao custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros, que leva em consideração os custos de transação, e os juros são apropriados até o vencimento dos contratos; ou (ii) designados ao valor justo por meio do resultado.

Para empréstimos pós-fixados, a taxa efetiva de juros é reestimada periodicamente, quando o efeito de reavaliação da taxa efetiva de juros dos contratos é significativo.

2.9. PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Instituição e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Instituição, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC.

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante (vide nota explicativa n° 8).

2.10. RECONHECIMENTO DE RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações de crédito (operações com características de concessão de crédito) são registradas a valor presente, calculadas "pro rata" dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, sendo utilizado "accrual" até o 60º dia de atraso; após o 60º dia, o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações.

2.11. PROGRAMAS DE FIDELIDADE

A Instituição emite cartões de crédito que possuem programas de benefícios aos seus clientes. Esses programas incluem bonificação com base em milhagens ou outros parâmetros de fidelidade, nos quais se estima e contabiliza as obrigações relativas ao custo das bonificações futuras com base no valor justo desses benefícios e considera diversas premissas para a valorização desse componente. Essas premissas incluem comportamento de utilização dos benefícios, tipo de benefício e estimativa de expiração dos benefícios pela não utilização por parte do cliente.

2.12. DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social da Instituição. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do período. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

2.13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do período, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais (R$ 120 semestrais). A provisão para contribuição social para as sociedades financeiras é constituída à aliquota de 16% conforme NE 22.2.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

2.1.4 NORMAS EM VIGOR EM PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO

Estão sendo implementadas as diretrizes emanadas pela Resolução CMN nº 4.966/2021 de 25 de novembro de 2021, que dispõe e que regulamenta os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, principalmente ao provisionamento de risco de crédito por parte das instituições financeiras. As entidades devem divulgar nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024 os impactos estimados da implementação da regulação contábil estabelecida por esta Resolução sobre o seu resultado e sua posição financeira.

3. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, a Porto está naturalmente exposta a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, a necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, é altamente estratégica para a Porto.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Porto adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, a Companhia dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem da Porto para se defender de potenciais riscos é composta por três níveis de defesa (1ª linha de defesa - Unidades operacionais, 2ª linha de defesa - Funções de controle, 3ª linha de defesa - Auditoria interna), que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação.

Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo possui o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo aprovar e monitorar o Apetite ao Risco do Grupo, propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de risco. Em observância as regras do BACEN, a Instituição divulga o Relatório de gerenciamento de riscos e capital, denominado Relatório de Pilar 3, o qual descreve de maneira completa a estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutrura de gerenciamento de capital, assim como informações quantitativas. Este relatório estará disponível no site da Porto Seguro (http://ri.portoseguro.com.br), na seção Conglomerado Prudencial até o final do mês de março de 2023.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreendem as seguintes categorias:

3.1. RISCO DE CRÉDITO

Corresponde à possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados nas operações de crédito, os quais incluem: empréstimos pessoais, como consignado e capital de giro; financiamentos por meio de crédito direto ao consumidor (CDC), para pessoas físicas e jurídicas; e cartão de crédito. O gerenciamento deste risco conta com mecanismos e processos de monitoramento contínuo da carteira de crédito. Entre os indicadores de monitoramento destacam-se: inadimplência por dias de atraso por safra de concessão e da carteira ativa; provisão para perda de crédito; índice de recuperação das operações em atraso; e concentração das operações e despesa de crédito em relação às receitas.

Neste contexto, todas as operações que expõe o Conglomerado ao risco de crédito são mapeadas, classificadas, mensuradas e reportadas de maneira periódica à Diretoria. Tais processos e controles estão em linha com as diretrizes da Resolução CMN nº 4.557/2017.

3.2. RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como sendo a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente às obrigações futuras.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017, o Conglomerado possui uma série de controles com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados, alinhados aos requisitos regulatórios. Os principais itens abordados na gestão do risco de liquidez são:

- Limites de risco de liquidez, incluindo caixa mínimo e de ativos de alta liquidez;
- Simulações de testes de "stress";
- Medidas potenciais para contingenciamento.

Os limites de gestão do risco de liquidez, definidos em política específica, são monitorados diariamente e reportados à Diretoria, incluindo a avaliação dos descasamentos das operações ativas e passivas. Neste contexto, estão definidas medidas de contingência de liquidez para eventuais casos simulados de "**stress**" e de cenários adversos de liquidez.

3.3. RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição, bem como de sua margem financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxas de juros, preços de ações e dos preços de mercadorias ("commodities").

Todas as operações que expõem o Conglomerado ao risco de mercado são mapeadas, classificadas, mensuradas e reportadas de maneira periódica à Diretoria em linha com a Resolução CMN nº 4.557/2017. Neste sentido, as operações são segregadas em Carteira de Negociação e Carteira Bancária, conforme definição da Resolução nº 111/2021 do BACEN.

A carteira de negociação é composta por operações realizadas com o objetivo de negociação (compra/revenda), assumidas para obtenção de ganhos com variações nos movimentos de preço ou destinadas à hedge de outros ativos livres da carteira de negociação. Por sua vez, a carteira bancária inclui as operações não classificadas na carteira de negociação ou com o objetivo de cobrir riscos ("hedge") das operações de não-negociação, inclusive derivativos.

3.4. RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como sendo a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

O monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executado de forma corporativa e centralizado, contando com um processo formal usado para identificar os riscos e as oportunidades, possibilitando assim estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer um método para tratar esses impactos.

Isto inclui a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre o Conglomerado, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

3.5. RISCO SOCIOAMBIENTAL E CLIMÁTICO

Os riscos sociais, ambientais e climáticos correspondem à possibilidade de ocorrência de perdas para a Porto devido à fatores de origem social, ambiental ou climática relacionados aos negócios da Porto e suas controladas. Adicionalmente, consideram-se também as perdas que a Porto pode ocasionar junto à terceiros também devido aos fatores acima mencionados.

Em linha com os requerimentos regulatórios implementados pelo Banco Central do Brasil e SUSEP, a Porto Seguro desenvolveu em 2022 a política corporativa de Risco Socioambiental e Climático, a qual estabelece os princípios, diretrizes, responsabilidades, bem como mecanismos de avaliação e controle no que se refere à Gestão dos Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos (GRSAC).

Neste sentido, estabeleceu-se de forma corporativa a identificação, a avaliação, o tratamento, a mitigação e o monitoramento dos riscos sociais resultantes de impactos no bem-estar das pessoas, os riscos ambientais relativos à possibilidade de efeitos nocivos causados pela companhia e os riscos climáticos que devido a eventos e mudanças climáticas podem gerar um impacto no ecossistema e na sociedade. Para o gerenciamento desses riscos, é avaliada a exposição de cada produto ou negócio, além, da construção de indicadores para monitoramento contínuo.

4. GESTÃO DE CAPITAL

O gerenciamento de capital é realizado por meio de um modelo consolidado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório, segundo os critérios de exigibilidade de capital emitidos pelo BACEN.

A estratégia de gerenciamento de capital é continuar a maximizar o valor do capital da Instituição por meio da otimização do nível de adequabilidade e da diversificação das fontes de capital disponíveis. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão periódica do planejamento estratégico incluindo o fórum mensal denominado Comitê de Capital e Liquidez.

Neste contexto, as diretrizes e objetivos do gerenciamento de capital englobam a sua alocação de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e ao acionista, enquanto se garante o alinhamento com os objetivos estratégicos do Conglomerado, de expansão e mudança de risco dos negócios assim como manutenção da viabilidade econômica das empresas em situações adversas (econômica, regulamentar/legal e mercado), por meio da adoção de uma postura prospectiva.

A tabela abaixo sumariza a composição do capital regulamentar, capital mínimo exigido e o índice de Basileia apurados de acordo com as normas do BACEN.

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Capital regulamentar		
Nível I	**1.312.668**	**1.328.447**
Capital principal	1.312.668	1.328.447
Nível II	**632.595**	**262.745**
Dívidas subordinadas elegíveis a capital	632.595	262.745
Patrimônio de referência = nível I + nível II (A)	**1.945.262**	**1.591.192**
Exigibilidades ponderadas pelo risco:		
De crédito	14.370.829	13.009.277
De mercado	72.785	12.332
Operacional	856.315	672.232
Ativos ponderados pelo risco (B)	**15.299.929**	**13.693.841**
Patrimônio de referência mínimo requerido (C)	**1.606.493**	**1.369.384**
Suficiência em relação ao patrimônio de referência mínimo requerido (A - C)	**338.770**	**221.808**
Índice de capital (A/B)	**12,71%**	**11,62%**

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Caixa	179.990	200.950
Equivalentes de caixa (*)	136	25.299
	180.126	**226.249**

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

6. COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS (*)

Títulos para negociação	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Dezembro de 2022 Total	Dezembro de 2021 Total
Fundos exclusivos				
LFTs	8.836	24.368	33.204	137.092
DI	–	–	–	63.987
	8.836	**24.368**	**33.204**	**201.079**

(*) A receita com títulos e valores mobiliários é reconhecida na demonstração do resultado do período na rubrica "Resultado com operações com títulos e valores mobiliários".

As cotas de fundos de investimentos avaliadas ao valor justo são classificadas substancialmente como "Nível 1" na hierarquia de valor justo.

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS - VALORES A RECEBER RELATIVOS A TRANSAÇÃO DE PAGAMENTOS

(a) POR TIPO DE OPERAÇÃO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Operações de crédito		
Cartão de crédito (i)	2.460.567	1.581.377
Financiamentos	1.907.728	2.098.452
Empréstimos	837.594	451.070
	5.205.889	**4.130.899**
Títulos e créditos a receber (ii)	9.878.212	8.792.944
	15.084.101	**12.923.843**
Circulante	13.831.847	11.714.672
Não circulante	1.252.254	1.209.171

(i) Referem-se a valores a receber das operações de cartões de crédito vencidas ou parceladas, com os juros e rotativos.

(ii) Referem-se a valores a receber dos associados de cartões de crédito faturados a vencer ou não faturados. Esses valores estão classificados com características de concessão de crédito e têm como contrapartida contas a pagar junto aos adquirentes (vide nota explicativa n° 12).

(b) POR SETOR DE ATIVIDADE

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Setor privado		
Pessoas físicas	14.525.973	12.493.967
Comércio	21.689	13.467
Intermediadores financeiros	13.629	11.656
Indústria	1.015	600
Outros serviços (*)	521.795	404.153
	15.084.101	**12.923.843**

(*) Referem-se, principalmente, aos créditos a corretores de seguros e prestadores de serviços do grupo Porto Seguro.

continua

Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 04.862.600/0001-10
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 4º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Bank

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) POR FAIXA DE VENCIMENTO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
A vencer		
Até 90 dias	10.261.193	9.150.240
De 91 a 360 dias	1.016.836	892.595
Acima de 360 dias	1.252.253	1.209.171
Vencidos		
Até 14 dias	794.946	628.170
Acima de 14 dias	1.758.873	1.043.667
	15.084.101	**12.923.843**

(d) CONCENTRAÇÃO DE CRÉDITO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
1 a 10 maiores devedores	42.542	11.931
11 a 60 maiores devedores	42.478	29.229
61 a 160 maiores devedores	48.572	37.404
Demais devedores	14.950.509	12.845.279
	15.084.101	**12.923.843**

(e) POR NÍVEL DE RISCO

							Dezembro de 2022		Dezembro de 2021
Nível de risco	Provisão mínima requerida (%)	Cartão de crédito e títulos e créditos	Financiamento	Empréstimo	Total da carteira	Provisão 2.682/99	Provisão total (*)	Total da carteira	Provisão total (*)
AA	–	–	310.903	97.292	408.195	–	–	274.819	–
A	0,5	10.056.629	1.193.105	569.336	11.819.069	59.096	59.096	10.658.389	69.010
B	1	154.371	98.366	50.684	303.423	3.034	3.034	262.823	2.628
C	3	604.184	103.523	38.135	745.842	22.375	22.375	606.708	18.201
D	10	330.268	50.227	16.940	397.434	39.743	39.743	274.634	27.464
E	30	214.511	32.049	9.641	256.201	76.860	76.860	189.370	56.811
F	50	172.367	23.346	8.810	204.523	102.262	102.262	140.482	70.241
G	70	123.057	18.679	7.301	149.037	104.326	104.326	95.594	66.916
H	100	683.392	77.530	39.455	800.377	800.378	800.379	421.024	421.024
Total		**12.338.779**	**1.907.728**	**837.594**	**15.084.101**	**1.208.074**	**1.208.075**	**12.923.843**	**732.295**
Provisão sobre o total da carteira							**8,0%**		**5,7%**

(*) A Instituição mensura a provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa por meio dos critérios e regras estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional. Adicionalmente aos requerimentos da regulamentação vigente, a Instituição processa mensalmente o modelo interno de provisionamento de risco baseado em várias premissas e fatores internos e externos, incluindo os níveis de inadimplência e garantias das carteiras, política de renegociação, cenário atual e expectativas futuras, riscos específicos das carteiras e avaliação de risco, cujo objetivo é identificar antecipadamente a deterioração de determinada operação de crédito.

O resultado obtido deste modelo é comparado ao resultado observado por meio da metodologia baseada na Resolução nº 2.682/99, permanecendo o saldo de provisão mais conservador. Em suma, o valor obtido por meio do modelo interno é utilizado exclusivamente de modo incremental ao saldo inicial de provisão.

(f) MOVIMENTAÇÃO DA PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	732.295	546.121
Constituição de provisão	1.217.876	622.133
Reversões e baixas para prejuízo - líquidas de recuperações	(742.096)	(435.959)
Saldo final	**1.208.075**	**732.295**

(g) INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Montante de créditos renegociados	713.994	353.806
Montante de créditos recuperados	219.109	141.669
Montante de créditos baixados como prejuízo	(961.207)	(577.628)

8. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Depósitos judiciais	40.863	36.823
Cartão de crédito (i)	154.289	232.185
Adiantamento a fornecedores e funcionários	13.925	13.526
Outros	11.919	11.222
Total	**220.996**	**293.756**
Circulante	178.334	255.377
Não circulante	42.662	38.379

(i) A redução refere-se ao recebimento de incentivos ao crescimento do negócio cartão de crédito, a fim de promover investimentos em tecnologia e marketing, feitos pelas Bandeiras.

9. ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS

	Dezembro de 2021	Constituição	Reversão	Dezembro de 2022
Diferença temporária decorrente de:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	290.608	202.773	–	493.381
Provisão para programa fidelidade	36.492	8.387	(1.645)	43.234
Provisão para processos judiciais	5.757	2.108	(234)	7.631
Outras provisões	3.515	38.357	(30.493)	11.379
Total	**336.372**	**251.625**	**(32.372)**	**555.625**

9.1. ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	Valor
2023	200.910
2024	218.650
2025	135.817
2026	57
Após 2026	191
Total	**555.625**

Neste estudo foi considerado a alíquota de imposto que vigerá em cada exercício futuro.

9.2. CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	2º Semestre de 2022	Dezembro de 2022	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	1.141	29.458	162.193	371.946
(–) Participações nos lucros	(5.620)	(10.904)	(5.502)	(11.530)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL após participações nos resultados (A)	**(4.479)**	**18.554**	**156.691**	**360.416**
Alíquota vigente (i)	40%	40%	40%	40%
Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (B)	**1.792**	**(7.422)**	**(62.676)**	**(144.166)**
Incentivos fiscais	4.259	4.407	4.545	4.899
Inovação tecnológica	13.956	13.981	5.950	8.808
Equivalência patrimonial	2.442	(1.672)	–	–
Juros sobre o capital próprio	30.174	30.174	18.883	18.883
Majoração alíquota CSLL (i)	(1.315)	(1.315)	(14.889)	(14.889)
Outros	(391)	(638)	(4.376)	(5.000)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	**49.125**	**44.937**	**10.113**	**12.701**
Total de imposto de renda e contribuição social (D = B + C)	**50.917**	**37.515**	**(52.563)**	**(131.465)**
IRPJ e CSLL correntes	(61.793)	(181.703)	(123.955)	(218.889)
IRPJ e CSLL diferidos	112.710	219.218	71.392	87.424

(i) Vide nota explicativa 22.2.

10. INVESTIMENTO EM ENTIDADE CONTROLADA EM CONJUNTO

	Saldo em dezembro de 2021	Resultado equivalência patrimonial	Aumento de capital	Identificação de intangíveis	Saldo em dezembro de 2022
ConectCar	**162.432**	(4.181)	27.500	(80.363)	**105.388**
	162.432	**(4.181)**	**27.500**	**(80.363)**	**105.388**

11. ATIVOS INTANGÍVEIS

11.1 COMPOSIÇÃO

		Dezembro de 2022			Dezembro de 2021		
	Taxas anuais amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
"Software"	6,67 a 20,0	44.245	(14.133)	**30.112**	22.758	(12.884)	**9.874**
		44.245	**(14.133)**	**30.112**	**22.758**	**(12.884)**	**9.874**
Marca	–	34.488	–	**34.488**	–	–	–
Parceria	–	1.900	–	**1.900**	–	–	–
Ágio		43.974	(12.313)	**31.661**	–	–	–
Combinações de negócios - Conectcar (i)		**80.362**	**(12.313)**	**68.049**	–	–	–
		124.607	**(26.446)**	**98.161**	**22.758**	**(12.884)**	**9.874**
				98.161			9.874

(i) Vide Nota 1

11.2 MOVIMENTO

		Movimentações			
	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2021	Aquisições	Despesas de amortização	Outros/transferências	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022
"Software"	**9.874**	21.487	(1.249)	–	**30.112**
	9.874	**21.487**	**(1.249)**	**–**	**30.112**
Marca	–	34.488	–	–	**34.488**
Parceria	–	1.900	–	–	**1.900**
Ágio	–	43.974	(12.313)	–	**31.661**
Combinações de negócios - Conectcar	**–**	**80.362**	**(12.313)**	**–**	**68.049**
	9.874	**101.849**	**(13.562)**	**–**	**98.161**

12. DEPÓSITOS, CAPTAÇÃO DE RECURSOS E OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

	Até 3 meses	De 4 a 12 meses	De 13 a 24 meses	Acima de 24 meses	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Recursos de letras financeiras (i)	254.075	172.739	1.762.090	1.483.486	3.672.390	2.401.697
Depósitos a prazo com garantia especial - DPGE	6.273	45.108	29	–	51.410	383.457
Depósitos interfinanceiros - DI	–	–	–	–	–	568.632
Total	**260.348**	**217.847**	**1.762.119**	**1.483.486**	**3.723.800**	**3.353.786**
Circulante					1.045.018	1.434.944
Não circulante					2.678.782	1.918.842

(i) Captação de recursos remunerados ao CDI.

Os passivos de captação de recursos e obrigações por empréstimos avaliados a valor justo são classificados como "Nível 2" na hierarquia de valor justo.

13. TRANSAÇÕES DE PAGAMENTO

Referem-se a valores a pagar a estabelecimentos filiados decorrentes de operações com cartões de crédito.

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES

14.1. SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS

Refere-se substancialmente à participação nos lucros dos funcionários a pagar.

14.2. FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Imposto de renda	12.791	52.192
Contribuição social	26.155	53.307
Cofins	11.709	9.149
Pis	1.991	1.543
Outros	5.900	4.030
	58.546	**120.221**

14.3. PROVISÃO PARA PAGAMENTOS A EFETUAR

Referem-se, principalmente a encargos trabalhistas, valores a pagar a sociedades ligadas, comissões e despesas administrativas diversas. O aumento deve-se substancialmente a provisão de contrato de patrocínio da F1.

14.4. PROVISÕES JUDICIAIS

14.4.1. PROVÁVEIS

A Instituição é parte envolvida em processos judiciais, de natureza fiscal, trabalhista e cível. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. As movimentações estão demonstradas a seguir:

	Fiscais (i)	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**36.823**	**655**	**4.089**	**41.567**
Constituições	1.252	177	4.952	6.381
Êxitos/reversões	(187)	(122)	(2.241)	(2.550)
Pagamentos	–	(3)	(2.538)	(2.541)
Atualização monetária	3.797	65	574	4.435
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**41.685**	**772**	**4.836**	**47.293**
Quantidade de processos	2	38	2.127	2.167

(i) Fiscais

A Instituição questiona, no âmbito fiscal, a exigência de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre receitas de juros moratórios, na vigência do Código Civil de 2002, o saldo da provisão é de R$ 40.596 em 31 de dezembro de 2022 (de R$ 36.823 em 31 de dezembro de 2021). Além disso, pleiteia-se o reconhecimento do direito de compensar, com tributos federais, os créditos relativos a IRPJ e CSLL, pagos nos cinco anos anteriores à impetração do mandado de segurança e durante o curso do respectivo processo. Há decisão favorável, sendo que atualmente aguarda-se julgamento de recurso impetrado pela União.

14.4.2. POSSÍVEIS

Além das provisões registradas contabilmente, existem passivos contingentes, cuja as perdas são consideradas possíveis não havendo constituição de provisão para esses processos. Apesar das incertezas envolvidas na determinação dessas obrigações, a Administração não espera que haja efeitos significativos no resultado da Instituição pelo desfecho destas ações.

A Instituição é parte em ações trabalhistas e cíveis, no montante em riscos de R$ 1.441 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 1.154 em dezembro de 2021). Adicionalmente, a Instituição é parte em outras ações de natureza fiscal e previdenciária que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificados com perda possível, não são provisionadas. O risco total estimado dessas ações totaliza R$ 7.683 (R$ 4.661 de possível impacto no lucro líquido).

14.5. DIVERSAS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Operações com cartão de crédito	2.262.213	1.729.134
Programa de incentivo - cartão de crédito	108.085	91.229
Outras	11.218	5.655
	2.381.516	**1.826.018**
Circulante	2.380.332	1.825.088
Não circulante	1.184	930

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado é de R$ 654.177 (R$ 550.000 em dezembro de 2021) dividido em 16.675.720 (15.217.403 em dezembro de 2021) (unidades) ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

(b) RESERVAS DE LUCROS

(i) Reserva Legal

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades Anônimas.

(ii) Reserva Estatutária

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social.

(c) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de Juros sobre o Capital Próprio - JCP (líquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A Ata de Reunião de Diretoria da Instituição aprovou em 30 de maio de 2022, a distribuição de dividendos, no montante de R$ 40.000 intermediários à conta de reservas de lucros existentes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021. Os dividendos foram pagos na mesma data de aprovação.

16. RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS

	2º Semestre de 2022	Dezembro de 2022	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021
Cartão de crédito	760.285	1.431.467	504.537	901.060
Financiamentos	201.694	380.707	187.146	358.798
Empréstimos	72.222	130.206	50.759	89.248
Juros de mora	6.083	12.551	5.845	10.921
	1.040.284	**1.954.931**	**748.287**	**1.360.027**

17. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2º Semestre de 2022	Dezembro de 2022	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021
Receita de "interchange" (*)	317.261	601.486	278.617	503.744
Tarifas - "private label"	207.701	377.044	148.633	305.062
Outras	20.782	38.776	15.830	32.046
	545.744	**1.017.306**	**443.080**	**840.852**

(*) Refere-se à remuneração proveniente de percentual sobre as transações processadas no cartão de crédito das bandeiras Visa e Mastercard.

18. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º Semestre de 2022	Dezembro de 2022	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021
Processamento de dados e comunicação	248.660	480.416	192.017	367.152
Comissões	45.898	85.541	45.675	109.695
Custo corporativo	15.771	29.610	14.977	27.973
Infraestrutura	7.428	14.273	4.836	9.368
Divulgações e publicidade	8.640	13.297	11.399	14.393
Outras	18.454	24.115	10.928	32.326
	344.851	**647.252**	**279.832**	**560.907**

19. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2º Semestre de 2022	Dezembro de 2022	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021
Receitas de incentivo - cartão de crédito	31.699	37.664	31.948	43.088
Receita de variação cambial	2.345	7.962	5.112	6.832
Outras	15.064	18.496	5.698	8.825
	49.108	**64.122**	**42.758**	**58.745**

20. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2º Semestre de 2022	Dezembro de 2022	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021
Despesas com recuperação	434.836	446.379	7.675	12.432
Programa de fidelização	75.897	146.042	74.037	126.579
Desconto concedido	71.757	113.673	38.704	67.582
Despesas bancárias e de cobrança	46.303	88.091	39.117	73.015
Certificações	37.137	55.570	22.162	50.631
Despesas de equivalência	6.209	16.493	–	–
Fretes	9.888	15.929	6.855	12.440
Perdas com fraude	4.879	12.465	8.366	14.962
Promoções	1.030	2.521	1.422	2.520
Despesas internacionais	349	1.093	560	1.276
Outras despesas	29.273	53.486	21.343	33.612
	717.558	**951.742**	**220.241**	**395.049**

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, quando existentes, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

(i) Contas administrativas repassadas pela Porto Cia pela utilização da estrutura física e de pessoal;

(ii) Convênio de utilização do meio de pagamento cartão de crédito ("private label") com a Porto Cia e Azul;

(iii) Captação de recursos com empresas do grupo Itaú Unibanco;

(iv) Prestação de serviços de "Call Center" contratados da Porto Atendimento;

(v) Prestação de serviços para obtenção de crédito e financiamento contratados da Crediporto;

(vi) Prestação de serviços do seguro saúde contratados da Porto Saúde;

(vii) Subscrição de títulos de capitalização emitidos pela Porto Capitalização;

(viii) Prestação de serviços de administração e gestão de carteiras contratados da Portopar e Porto Investimentos.

Os valores das transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

continua

Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 04.862.600/0001-10
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 4º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Bank

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

				Portoseg
		Ativo		Passivo
	2º Semestre de 2022	Dezembro de 2021	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2022
Porto Consórcio	24	8	–	–
Porto Cia	–	–	1.433.550	981.466
	24	**8**	**1.433.550**	**981.466**

		Receitas		Despesas
	2º Semestre de 2022	Dezembro de 2022	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021
Porto Seguro Cia	8.533	7.299	(160.927)	(109.221)
Consórcio	664	23	–	–
Portopar	23	–	(592)	(903)
Proteção e Monitoramento	17	–	–	–
Porto Investimentos	–	–	(445)	(329)
Azul Seguros	4.711	4.280	–	–
Porto Capitalização	127	–	–	–
Crediporto	–	–	(42.821)	(62.421)
Itaú Unibanco	–	–	–	(59.133)
Mobitech Locadora de Veículos	569	630	–	–
Porto Seguro Serviços e Comércio	173	–	(262)	(768)
Porto Atendimento	–	–	(74.911)	(65.985)
Porto Assistência	445	–	–	–
Porto Saúde	–	–	(3.261)	(2.139)
	15.263	**12.232**	**(283.219)**	**(300.899)**

22. RESULTADO POR AÇÃO

O lucro por ação básico da Instituição é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela quantidade de ações emitidas durante o período.

A Instituição não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou anti dilutivo sobre o lucro por ação do período. Dessa forma, o lucro por ação básico que foi apurado para o período é igual ao lucro por ação diluído. O lucro por ação é demonstrado a seguir:

	2º Semestre de 2022	Dezembro de 2022	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021
Lucro atribuível aos acionistas da Instituição	46.438	56.069	104.128	228.951
Quantidade de ações	16.676	16.676	15.217	15.217
Lucro básico e diluído (R$)	**2,78472**	**3,36226**	**6,84287**	**15,04574**

23. OUTRAS INFORMAÇÕES

23.1. CONCLUSÃO PPA ("PURCHASE PRICE ALLOCATION") - CONECTCAR

Em julho de 2022 foi finalizado o laudo de avaliação de PPA ("Purchase Price Allocation"), elaborado por consultores independentes da controlada em conjunto ConectCar. Não houve evolução nos efeitos da transação que impactem o resultado.

23.2. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.115 DE 28 DE ABRIL DE 2022

Em 28 de abril de 2022 foi aprovada a Medida Provisória nº 1.115, que entrou em vigor em 1º de agosto de 2022 com aplicação até 31 de dezembro de 2022, a alteração da alíquota de CSLL de 15% para 16% sobre o lucro das empresas de seguros, previdência complementar, capitalização, instituições financeiras, entre outras.

23.3. RESULTADO NÃO RECORRENTE

Não houve nos exercícios de 2022 e 2021, resultados não recorrentes com necessidade de divulgação de forma segregada.

DIRETORIA

ROBERTO DE SOUZA SANTOS
Diretor Presidente

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente Financeiro, Controladoria e Investimentos

LENE ARAÚJO DE LIMA
Diretor Vice-Presidente Corporativo e Institucional

MARCOS ROBERTO LOUÇÃO
CEO - Negócios Financeiros

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
Diretora Jurídica e Riscos

RAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de Controladoria

ADRIANO ARRUDA DE OLIVEIRA
Diretor de Negócio

NELSON SANTOS AGUIAR
Diretor de Negócio

PAULO HENRIQUE GALLEGUILLOS CALDERON
Diretor de Negócio

RICARDO KAORU INADA
Diretor de Negócio

JOSÉ JÚLIO CARVALHO DE MELO
Diretor

TIAGO VIOLIN
Diretor

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores e Acionistas
Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento
São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Instituição.

<u>Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito</u>

Conforme mencionado nas notas explicativas n° 2.6, 3.1 e 7 (e) e (f), a Instituição classifica o nível de risco das operações de crédito, no montante de R$ 1.208.075 mil, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, as garantias atreladas, os atrasos e o histórico de renegociações, conforme os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n° 2.682, bem como adota modelo interno de provisionamento de risco baseada em várias premissas e fatores internos e externos, cujo objetivo é identificar antecipadamente a deterioração das operações de crédito. Consideramos essa provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito como um dos principais assuntos de auditoria devido à relevância dos montantes, e pelo fato da classificação de nível de risco dos clientes, da avaliação das garantias e do cenário econômico atual e prospectivo, envolverem julgamento por parte da diretoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes desenvolvidos pela Instituição relacionados ao modelo de premissas adotadas pela administração para o provisionamento das perdas esperadas com operações de crédito e testes de sua efetividade; (ii) análise das garantias e monitoramento das transações renegociadas feitas pela administração; (iii) análise da avaliação econômica e financeira realizada pela Instituição no momento de classificação de nível de risco dos clientes, por meio de uma amostra selecionada para teste; (iv) recálculo da provisão para perdas associadas ao risco de crédito com base nos parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n° 2.682 e premissas adotadas pela administração no seu modelo interno; (v) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais e (v) análise das divulgações realizadas pela administração nas demonstrações contábeis da Instituição.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas associadas à provisão adotadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas n° ° 2.6, 3.1 e 7 (e) e (f), são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

<u>Ambiente de tecnologia da informação</u>

A Instituição é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. Uma vez que a avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Instituição. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, nossos testes sobre o desenho e operação dos controles gerais de tecnologia da informação considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras da Instituição para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 22 de fevereiro de 2022, respectivamente, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2023

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Patricia di Paula da Silva Paz
Sócia - Contadora CRC-SP198827/O

Mobitech Locadora de Veículos S.A.

CNPJ/MF nº 19.091.996/0001-16
Sede: Av. Rio Branco, 1448 - Térreo - Campos Elíseos - CEP: 01206-001 - São Paulo - SP

Porto Bank

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Mobitech Locadora de Veículos S.A., referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

NOSSO DESEMPENHO

• **Receitas líquidas**

As receitas de prestação de serviços totalizaram R$ 298,0 milhões em 2022, com aumento de R$ 125,2 milhões, ou 72,4%, em relação ao ano anterior.

• **Investimentos**

A Companhia fez investimentos, no montante de R$ 694,9 milhões em 2022, sendo o montante em veículos e equipamentos locados a terceiros.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que colaboradores e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca ser cada vez mais um Porto Seguro para todos os seus públicos.

A descrição completa dos projetos socioculturais e ambientais do grupo Porto Seguro está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A. e Relatório de Sustentabilidade, divulgados no site da Companhia (http://ri.portoseguro.com.br).

AMBIENTE ECONÔMICO

O ano de 2022 terminou com um ambiente internacional ainda repleto de incertezas. E esse quadro que não deve mostrar grandes alterações no início de 2023. Os bancos centrais dos EUA e da Zona do Euro seguem mantendo uma postura firme de combate à inflação. Ainda que as expectativas apontem para uma desaceleração econômica nos dois lados do Atlântico ao longo dos próximos meses, a resiliência do mercado de trabalho nas duas economias deve evitar uma queda mais brusca da atividade. Por outro lado, os baixos níveis de desemprego devem limitar uma redução mais forte da inflação, adiando qualquer reversão dos ciclos atuais de aperto monetário promovidos pelo FED e pelo BCE.

No caso de alguns países emergentes, contudo, esse momento pode estar mais próximo. Como vários desses países iniciaram o processo de alta de suas taxas básicas de juros antes dos EUA e da Europa, o cenário de desinflação nessas economias é mais claro. Mesmo diante dessa perspectiva, porém, o ambiente internacional seguirá desafiador durante boa parte de 2023.

Primeiro, porque a continuidade da guerra na Ucrânia, para além do enorme ônus humanitário, segue como ameaça ao suprimento global de diversas commodities, sejam elas agrícolas ou no setor de energia.

A magnitude e a velocidade do crescimento de novos casos diários, por sua vez, podem aumentar o risco de surgimento de novas variantes da doença, além de um número relevante de mortes num país cuja população ultrapassa 1,4 bilhão de habitantes.

Domesticamente, 2022 registrou um crescimento econômico mais forte que o esperado, fruto de uma expressiva melhora do mercado de trabalho, ainda que parte considerável das novas vagas criadas tenha se concentrado no segmento informal da economia.

O crescimento da massa de rendimentos do trabalho e a manutenção de um fluxo de transferências públicas para parcela relevante da população sustentaram o consumo, notadamente de serviços, que também se beneficiaram em 2022 da normalização de sua demanda depois de quase dois anos de pandemia.

Essa resiliência do consumo das famílias, porém, limitou o movimento de desinflação, que se concentrou no segmento de preços administrados. Esta queda, por sua vez, ocorreu diante da reversão da expressiva elevação dos preços dos derivados de petróleo no início do ano, na esteira da guerra na Ucrânia, assim como em função da expressiva desoneração tributária sobre os preços dos combustíveis e energia elétrica.

As perspectivas para a atividade econômica doméstica são de uma desaceleração do ritmo de crescimento observado no ano anterior, seja em razão dos efeitos defasados do aperto monetário empreendido pelo Copom desde o início de 2021, seja como resultado da esperada desaceleração da economia global. A despeito desse cenário, o espaço para redução da taxa SELIC dependerá em grande medida das ações que o novo governo, recém empossado, adotar para o conjunto geral da política econômica e no campo da política fiscal em particular.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2023

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Circulante		**199.267**	**77.801**
Disponível		1.995	4.925
Realizável		197.272	72.876
Aplicações	7	46.453	7.414
Contas a receber de clientes	8	74.163	40.247
Impostos e contribuições a recuperar		4.676	2.586
Despesas antecipadas		5.377	1.479
Bens à venda	9	60.614	17.449
Outros créditos		5.989	3.701
Não circulante		**1.400.720**	**1.001.278**
Realizável a longo prazo		66.645	22.094
Aplicações	7	29.239	11.398
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	34.194	9.241
Outros valores e bens		3.212	1.455
Imobilizado	11	1.323.410	968.474
Intangível	12	5.434	4.253
Ativo de direito de uso	13	5.231	6.457
Total do ativo		**1.599.987**	**1.079.079**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Circulante		**642.710**	**425.191**
Contas a pagar		84.409	19.204
Obrigações a pagar	15	79.429	16.181
Impostos e encargos sociais a recolher		794	614
Encargos trabalhistas		1.183	932
Impostos e contribuições		3.003	1.477
Empréstimos e debêntures	16	552.524	404.486
Passivo de arrendamento	18	5.777	1.501
Não circulante		**823.783**	**472.699**
Obrigações a pagar	15	10.391	9.420
Empréstimos e debêntures	16	813.371	456.975
Tributos diferidos		21	15
Passivo de arrendamento	18	–	6.289
Patrimônio líquido		**133.494**	**181.189**
Capital social	19	184.250	184.250
Ajustes de avaliação patrimonial		(14.147)	(16)
Prejuízos acumulados		(36.003)	(3.045)
Reserva de Lucros		(606)	–
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.599.987**	**1.079.079**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucro	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido	Demonstração do resultado abrangente
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**134.250**	**–**	**(59)**	**(18.720)**	**115.471**	**4.302**
Aumento de capital		50.000	–	–	–	50.000	–
Ganhos e perdas atuariais		–	–	43	–	43	43
Lucro líquido do exercício		–	–	–	15.675	15.675	15.675
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**184.250**	**–**	**(16)**	**(3.045)**	**181.189**	**15.718**
Aumento de capital	15	–	–	–	–	–	–
Ganhos e perdas atuariais		–	–	9	–	9	9
Lucro líquido do exercício		–	–	–	(33.838)	(33.838)	(33.838)
Resultado com "hedge" de fluxo de caixa		–	–	(14.140)	–	(14.140)	(14.140)
Reservas de Lucro		–	274	–	–	274	274
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**184.250**	**274**	**(14.147)**	**(36.883)**	**133.494**	**(47.695)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Receitas líquidas de serviços prestados	20	298.013	172.859
Receitas/(despesas) operacionais	21	(133.868)	(76.151)
Despesas administrativas	22	(82.950)	(72.415)
Despesas comerciais		(17.234)	(8.826)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**63.961**	**15.467**
Receitas financeiras		21.137	8.009
Despesas financeiras		(186.724)	(40.190)
Resultado operacional		**(101.626)**	**(16.714)**
Ganhos com ativos não correntes		50.726	35.248
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**10.2**	**(50.900)**	**18.534**
Imposto de renda e contribuição social	10.2	17.062	(2.859)
Lucro líquido do exercício		**(33.838)**	**15.675**
Quantidade de ações (mil)		187.332	187.332
Lucro líquido por ação - R$		(0,18)	0,08

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	(33.838)	15.675
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	32.719	19.662
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(56.880)	254.638
Contas a receber de clientes	(33.916)	(16.503)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(24.947)	(2.478)
Outros ativos«	(53.198)	(8.651)
Obrigações a pagar	64.219	11.510
Empréstimos e financiamentos	218.758	(83.322)
Operações de arrendamento	(787)	(1.219)
Outros passivos	(11.900)	1.200
Caixa consumido pelas operações:		
Juros sobre captação de recursos pagos	(12.639)	(12.639)
Caixa líquido gerado/(aplicado) nas atividades operacionais	**87.591**	**177.873**
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(694.895)	(680.304)
Aquisição de intangível	(2.554)	(63)
Alienação de imobilizado	308.613	147.805
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(388.836)**	**(532.562)**
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	–	50.000
Aquisição de empréstimos	460.000	460.000
Pagamento de empréstimos (exceto juros)	(161.685)	(161.685)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	**298.315**	**348.315**
Aumento/redução de caixa e equivalentes de caixa	**(2.930)**	**(6.374)**
Saldo inicial de caixa e equivalentes	4.925	11.299
Saldo final de caixa e equivalentes	1.995	4.925

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Mobitech Locadora de Veículos S.A. ("Mobitech" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, localizada na Avenida Rio Branco, nº 1448 - Térreo, Campos Elíseos - São Paulo/SP. Tem por objeto social, o desenvolvimento das seguintes atividades: (a) o aluguel e a terceirização de veículos ou frota de veículos; (b) serviços de identificação de público alvo e a atuação como prestadora de serviços para obtenção de créditos e financiamento ao consumo, para pessoas físicas e jurídicas, junto às entidades oficialmente credenciadas; (c) serviços de encaminhamento de pedidos de financiamento ao consumo às instituições especializadas; (d) serviços de análise de créditos e de cadastros ao consumo; (e) serviços de processamento de dados, inclusive das operações pactuadas por instituições financeiras e (f) a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, simples ou empresárias, na qualidade de sócia ou acionista. A Mobitech é uma controlada direta da Porto Seguro Serviços e Comércio S.A. e indireta da Porto Seguro S.A. a qual possui ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 08 de fevereiro de 2023.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

2.4 NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES EXISTENTES QUE NÃO ESTÃO EM VIGOR E NÃO FORAM ADOTADAS ANTECIPADAMENTE PELA COMPANHIA

Novas normas ou alterações de normas e interpretações para exercícios futuros e/ou algumas serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.

CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9): Em vigor pelo CPC desde 1º de janeiro de 2018, o Pronunciamento apresenta novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de "hedge".

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve no exercício de 31 de dezembro de 2022 alterações nas políticas contábeis relevantes.

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 ATIVOS FINANCEIROS

(a) Mensuração e classificação

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) Determinação de valor justo de ativos financeiros

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Títulos para negociação" baseia-se na seguinte hierarquia:

• Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.

• Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.

• Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis destes Instrumentos financeiros no exercício de 31 de dezembro de 2022.

3.3 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

3.3.1 INSTRUMENTOS DE "HEDGE"

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratadas pela Porto Seguro, alocados em carteira própria ou em fundos de investimentos fechados, referem-se a: (i) "swaps", que visam a proteção contra riscos cambiais oriundos dos passivos de captação de recursos ou a proteção contra variações adversas de taxa de juros das aplicações financeiras alocadas em fundos de investimentos; (ii) contratos futuros de juros prefixados, que sintetizam a exposição a juros; (iii) opções de índice futuro de Ibovespa, que sintetizam a exposição ao índice; (iv) contrato futuro de moeda, que sintetiza a exposição ao câmbio das aplicações financeiras em moedas estrangeiras; e (v) "hedge" de fluxo de caixa, cuja a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.

Esses instrumentos são mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado financeiro do exercício, simultaneamente à variação do valor justo do item objeto protegido. O valor justo dos derivativos é calculado com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de valor de câmbio e taxa de juros de mercado, divulgadas pela B3.

No início das operações de "hedge", a Companhia documenta a relação entre ele e o item objeto do "hedge" com seus objetivos e estratégias na gestão de riscos, além disso, a Companhia verifica, ao longo de toda a duração do contrato, sua efetividade. Os valores justos dos derivativos estão demonstrados na nota explicativa nº 15. A apuração ao risco de mercado que a Companhia está exposta está demonstrada na nota explicativa nº 5.3 e consolida a exposição de ativos, assim como os instrumentos derivativos de "hedge", sendo demonstrada liquida.

3.4 RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Incluem-se nesta categoria os recebíveis de clientes que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço (vide nota explicativa nº 2.4).

3.5 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT") - RECEBÍVEIS

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired". Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas, inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada é a de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

3.6 BENS À VENDA

Compreendem veículos retornados após o encerramento dos contratos de locação e que atualmente estão disponíveis para venda.

3.7 IMOBILIZADO

Compreendem veículos utilizados para locação a terceiros pela Companhia. O imobilizado é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada. O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 8.

3.8 INTANGÍVEL

Os gastos com aquisição e implantação de "softwares" e sistemas são reconhecidos como ativo quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "software" são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 9.

3.9 ATIVOS DE DIREITO DE USO

Referem-se aos veículos que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente. Também são adicionados (quando existir) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos.

continua

Mobitech Locadora de Veículos S.A.

CNPJ/MF nº 19.091.996/0001-16
Sede: Av. Rio Branco, 1448 - Térreo - Campos Elíseos - CEP: 01206-001 - São Paulo - SP

Porto Bank

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

3.10 DEBÊNTURES, EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os passivos de empréstimos e financiamentos, provenientes das operações de financiamentos de ativo imobilizado e de fluxo de caixa, são reconhecidos inicialmente ao valor justo, líquido de custos de transações incrementais diretamente atribuíveis à origem do passivo. Esses passivos são avaliados subsequentemente: (i) ao custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros, que leva em consideração os custos de transação, e os juros são apropriados até o vencimento dos contratos; ou (ii) designados ao valor justo por meio do resultado.

3.11 PROVISÕES JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Companhia e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro, seguindo os princípios do IAS 37/CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.
Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.
Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que podem tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, o mesmo é divulgado em nota explicativa.

3.12 PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

3.13 RECONHECIMENTO DA RECEITA

As receitas de prestação de serviços compreendem o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços prestados pela Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos cancelamentos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

3.14 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do período, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.
Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais.
Os tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Também são reconhecidos impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas da contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração da Companhia use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros, (ii) das provisões técnicas, (iii) da provisão para risco de créditos ("impairment"), (iv) da realização de tributos diferidos e (v) das provisões e contingências para processos administrativos e judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.
As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

4.1 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.
Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis de clientes. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito na nota explicativa nº 2.4.

4.2 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia é parte de um grande número de processos judiciais em aberto na data das informações semestrais. O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, a necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, é altamente estratégica para a Porto Seguro.
Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Porto Seguro adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.
A abordagem da Porto Seguro para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três níveis de defesa:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo possui o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo aprovar e monitorar o Apetite ao Risco do Grupo, propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de risco.
Destaca-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve mudanças relevantes nos riscos: (i) de liquidez, uma vez que as durações médias dos principais ativos e passivos da Companhia não sofreram alterações relevantes e; (ii) de seguros, pois as variações observadas decorrem do crescimento normal das operações da Porto Seguro.
A gestão de riscos financeiros e operacionais compreendem as seguintes categorias:

5.1 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal.
A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos, reduzir as ameaças até um nível aceitável.
Isto inclui esforços para a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

6. EQUIVALENTE DE CAIXA

	Dezembro de 2022
Equivalentes de caixa (*)	22.327
	22.327

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras do Tesouro Nacional (LTNs).

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Compreende cotas de um único fundo de investimentos composto por títulos públicos e privados de renda fixa e debêntures. As cotas deste fundo foram valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo nas datas dos balanços.

	Dezembro de 2022
Fundos exclusivos	
NTN	8.814
NTN - B	29.239
Total	**38.053**
Circulante	**8.814**
Não Circulante	**29.239**
Percentual de aplicações classificadas nesta categoria	**49%**

7.1 MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

	Dezembro de 2022		
	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos exclusivos			
LFTs	5.629	–	5.629
NTNs - B	–	–	–
Debêntures	–	5.289	5.289
Cotas de fundos de investimento	485	–	485
LTNs	–	–	–
Letras Financeiras - privadas	–	3.802	3.802
DPGE	–	75	75
Nota Comercial	–	32	32
Total - circulante	**6.114**	**9.198**	**15.312**
Circulante	**6.114**	**9.198**	**15.312**
Percentual de aplicações classificadas nesta categoria			**20%**

7.2 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	**23.737**	**284.749**
Aplicações	766.796	336.243
Resgates	(727.584)	(598.387)
Rendimentos	17.668	7.506
Ajuste a valor de mercado	(2.930)	(6.374)
Saldo final	**77.687**	**23.737**

7.3 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

	Taxas de juros % (a.a.)	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Equivalentes de caixa (i)	13,63	13,63
Fundos exclusivos		
LTN	11,98	11,98
NTNs B - IPCA	5,42	5,42
LFTs (SELIC + Ágio/Deságio)	0,07	0,07

(i) Vide nota explicativa nº 6

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Locação	64.337	44.359
Seminovos	24.583	1.981
Provisão para risco de crédito	(14.757)	(6.093)
	74.163	**40.247**

8.1 "AGING" A RECEBER DE CLIENTES

	Dezembro de 2022			Dezembro de 2021		
	Contas a receber de clientes	Provisão para risco de crédito	Provisão líquida	Contas a receber de clientes	Provisão para risco de crédito	Provisão líquida
A vencer	676	–	676	18.955	–	18.955
Vencidos de 1 a 30 dias	29.938	–	29.938	14.957	–	14.957
Vencidos de 31 a 60 dias	9.425	–	9.425	2.658	–	2.658
Vencidos de 61 a 90 dias	3.894	–	3.894	1.696	–	1.696
Vencidos de 91 a 120 dias	3.364	(1.995)	1.369	1.338	(1.338)	–
Vencidos de 121 a 150 dias	2.549	(1.761)	788	866	(866)	–
Vencidos de 151 a 240 dias	2.651	(1.772)	879	673	(673)	–
Vencidos de 241 a 360 dias	11.840	(9.229)	2.611	3.216	(3.216)	–
Seminovos	24.583	–	24.583	1.981	–	1.981
	88.920	**(14.757)**	**74.163**	**46.340**	**(6.093)**	**40.247**

9. BENS À VENDA

Referem-se a veículos retornados após o encerramento dos contratos de locação e que atualmente estão disponíveis para venda em suas condições atuais e, sua venda em prazo inferior a um ano é altamente provável, razão pela qual são mantidos no ativo circulante.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

	Dezembro de 2021	Constituição de ativos e reversão de passivos	Constituição de passivos e reversão de ativos	Dezembro de 2022
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa	**4.172**	**21.428**	**(14.787)**	**10.813**
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão para obrigações legais	3.011	329	–	3.340
Provisão para riscos de créditos	787	14.221	(5.389)	9.619
Provisão sobre ajustes em instrumentos financeiros	–	19.483	(12.198)	7.285
Provisão de participação de lucros	363	654	(596)	421
Provisões para processos judiciais - cíveis e trabalhistas	120	148	(154)	114
Outras provisões	716	10.724	(8.918)	2.522
Benefício a empregados	72	14	(6)	80
	5.069	**45.573**	**(27.261)**	**23.381**
Total	**9.241**	**67.001**	**(42.048)**	**34.194**

10.1 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

Ano de realização:	
2023	**10.625**
2024	8.935
2025	7.764
2026	1.251
2027	1.248
2028 a 2030	3.715
Após 2031	657
Total - ativo	**34.194**

Neste estudo foi considerado a alíquota de imposto que vigerá em cada exercício futuro.

10.2 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) (A)	(50.900)	18.534
Alíquota vigente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (B)	**17.306**	**(6.302)**
PAT em dobro	–	255
Incentivos fiscais	(16)	79
Baixa para Perda	–	3.120
Outros	(228)	(11)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	**(244)**	**3.443**
Total de imposto de renda e contribuição social (D = B + C)	**17.062**	**(2.859)**
Taxa efetiva (D/-A)	**33,5%**	**15,4%**

11. IMOBILIZADO

11.1 COMPOSIÇÃO

	Taxas anuais de depreciação (%)	Dezembro de 2022			Dezembro de 2021		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Veículos e equipamentos locados a terceiros	3,03	1.355.459	(33.671)	**1.321.788**	983.790	(17.484)	966.306
Móveis, Máquinas e Utensílios	10,00	31	(6)	**25**	32	(3)	29
Outras Imobilizações	20,00	2.710	(1.113)	**1.597**	2.710	(571)	2.139
		1.358.200	**(34.790)**	**1.323.410**	**986.532**	**(18.058)**	**968.474**

11.2 MOVIMENTAÇÃO

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2021	Movimentações				Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022
		Aquisições	Baixas/vendas	Despesas de depreciação	Outros/ transferências (i)	
Veículos e equipamentos locados	**966.306**	694.895	(261.530)	(30.800)	(47.083)	**1.321.788**
Utensílios	**29**	–	–	(4)	–	**25**
Outras Imobilizações	**2.139**	–	–	(542)	–	**1.597**
	968.474	**694.895**	**(261.530)**	**(31.346)**	**(47.083)**	**1.323.410**

12. INTANGÍVEL

12.1 COMPOSIÇÃO

	Taxas anuais amorti-zação (%)	Dezembro de 2022			Dezembro de 2021		
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
"Software"	20,00	9.415	(3.981)	**5.434**	6.861	(2.608)	**4.253**
		9.415	**(3.981)**	**5.434**	**6.861**	**(2.608)**	**4.253**

12.2 MOVIMENTAÇÃO

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2021	Movimentações			Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022
		Aquisi-ções	Despesas de amor-tização	Outros/ transfe-rências	
"Software"	**4.253**	2.554	(1.373)	–	**5.434**
	4.253	**2.554**	**(1.373)**	**–**	**5.434**

13. ATIVO DE DIREITO DE USO

13.1 COMPOSIÇÃO

	Taxas anuais de depre-ciação (%)	Dezembro de 2022			Dezembro de 2021		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Imóveis	20,0	9.009	(3.778)	**5.231**	9.009	(2.552)	**6.457**

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país (vide nota explicativa nº3.9).

13.2 MOVIMENTAÇÃO

	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Movimentações		Saldo em 31 de dezembro de 2022
		Constituição de novos contratos, baixas e cancelamentos	Despesas de depreciação	
Imóveis	**6.457**	–	(1.226)	**5.231**

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Companhia possui "hedge" de fluxo de caixa oriundos de captação de moeda estrangeira (Lei nº 4.131/62) (vide nota explicativa nº 3.3.1), cujo impacto no Patrimônio Líquido está demonstrado a seguir:

		Dezembro de 2022			
		Taxa média contratada (a.a.)	Valor nocional	Valor pela curva	Impacto no Patrimônio Líquido
Mobitech	Ponta ativa:				
	taxa pós-fixada	USD + 3,00%	50.000	49.473	49.789
	Ponta passiva:				
	taxa pós-fixada	CDI + 1,80%	(50.000)	(56.719)	(56.962)
	Perda de ajuste a mercado				**(7.174)**
Mobitech	Ponta ativa:				
	taxa pós-fixada	USD + 2,96%	100.000	100.706	101.339
	Ponta passiva:				
	taxa pós-fixada	CDI + 1,70%	(100.000)	(113.037)	(113.495)
	Ganho de ajuste a mercado				**(12.156)**

continua

Mobitech Locadora de Veículos S.A.

CNPJ/MF nº 19.091.996/0001-16
Sede: Av. Rio Branco, 1448 - Térreo - Campos Elíseos - CEP: 01206-001 - São Paulo - SP

Porto Bank

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

→★ continuação

		Dezembro de 2022			
		Taxa média contratada (a.a.)	Valor nocional	Valor pela curva	Impacto no Patrimônio Líquido
Mobitech	Ponta ativa:				
	taxa pós-fixada	USD + 3,36%	100.000	113.502	114.182
	Ponta passiva:				
	taxa pós-fixada	CDI + 1,88%	(100.000)	(110.859)	(111.459)
	Ganho de ajuste a mercado				**2.724**
Mobitech	Ponta ativa:				
	taxa pós-fixada	CDI + 1,28%	153.641	152.555	155.020
	Ponta passiva:				
	taxa prefixada	PRÉ 15,25%	(153.641)	(152.510)	(156.212)
	Perda de ajuste a mercado				**(1.192)**
Mobitech	Ponta ativa:				
	taxa pós-fixada	CDI + 1,33%	256.090	254.273	261.258
	Ponta passiva:				
	taxa prefixada	PRÉ 14,94%	(256.090)	(254.103)	(264.885)
	Perda de ajuste a mercado				**(3.627)**
	Total impacto no Patrimônio líquido				**(21.425)**
	Total impacto no Patrimônio líquido (líquido de IR e CS)				**(14.140)**

15. OBRIGAÇÕES A PAGAR

Refere-se, principalmente, a contas a pagar a fornecedores, transações com partes relacionadas e benefícios a pagar.

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Swap	43.550	–
Fornecedores	16.624	15.099
Adiantamento de Clientes	15.523	(2.381)
Possíveis Provisões(*)	10.156	9.209
Transações com partes relacionadas	2.736	1.053
Participação nos lucros	966	1.068
Provisão de benefícios a empregados	235	211
Outras	30	1.342
	89.820	**25.601**
Circulante	79.429	16.181
Não circulante	10.391	9.420

(*) Vide nota 17.1

16. EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES

16.1 COMPOSIÇÃO EMPRÉSTIMOS

Papel/Emissão	Valor Principal	Vencimento	Encargos	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
CCB - capital de giro - BRL					
	160.000	2023	CDI + 1,55%	–	163.577
	39.000	2023	CDI + 1,95%	–	40.778
	200.000	2023	CDI + 1,65%	228.776	200.248
	28.500	2023	CDI + 1,98%	34.234	29.850
	21.500	2023	CDI + 1,98%	25.833	22.522
	50.000	2023	CDI + 1,80%	49.473	–
	100.000	2023	CDI + 1,70%	100.705	–
	100.000	2023	CDI + 1,88%	113.503	–
			Total	**552.524**	**456.975**

16.2 COMPOSIÇÃO DEBÊNTURES

Papel/Emissão	Valor Principal	Vencimento	Encargos	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Debêntures - capital de giro - BRL					
	400.000	2024	CDI + 1,31%	406.543	404.486
	400.000	2025	CDI + 1,31%	406.828	–
			Total	**813.371**	**404.486**

16.3 MOVIMENTAÇÃO EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	**861.461**	**659.107**
Aquisição/constituição	150.000	549.000
Atualização monetária/juros	666.080	10.972
Liquidação/reversão	(311.646)	(357.618)
Saldo final	**1.365.895**	**861.461**
Circulante	552.524	404.486
Não circulante	813.371	456.975

17. OUTROS DÉBITOS

17.1 PROVISÕES JUDICIAIS

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo Inicial em 31 de dezembro de 2021	**8.856**	**263**	**90**	**9.209**
Constituições	–	–	393	393
Enc. Êxito/reversões	–	(280)	(39)	(319)
Pagamentos	–	–	(140)	(140)
Atualização monetária	965	17	31	1.013
Saldo Final em 31 de dezembro de 2022	**9.821**	**–**	**335**	**10.156**
Quantidade de processos prováveis	3	–	25	28
Processos possíveis (R$)	–	–	–	–

17.2 OUTRAS PROVISÕES

Refere-se a processos fiscais oriundos de mandado de segurança impetrado em razão dos veículos adquiridos e já existente em propriedade da Locadora serem destinados exclusivamente para locação, e conforme previa a Lei n.º 13.296/2008 tinha isenção parcial de 50%, que resultaria na alíquota de 2% do IPVA. Entretanto, em 15 de outubro de 2020, sobreveio a edição da Lei n.º 17.293/2020, a qual, em seus artigos 68 e 69, revogou o mencionado artigo 9º, § 1º e 2º, da Lei n.º 13.296/2008, prevendo, ainda, sua aplicação desde a entrada em vigor, violando assim o princípio da anterioridade. Dessa forma, requeremos a concessão de medida liminar para suspender a exigibilidade da parcela excluída do IPVA incidente sobre os veículos de propriedade da Locadora pelo artigo 9º da Lei n.º 13.296/2008, para fatos geradores ocorridos entre a publicação da Lei n.º 17.293/2020 (16/10/2020) e o dia 13/01/2021, bem como, a concessão em definitivo da segurança para garantir o direito líquido e certo da Locadora de fruir da isenção prevista no artigo 9º da Lei n.º 13.296/2008, não sendo compelida ao recolhimento da diferença do IPVA para fatos geradores ocorridos entre a publicação da Lei n.º 17.293/2020 (16/10/2020) e o dia 13/01/2021, afastando-se, definitivamente para esse período, a previsão dos artigos 67 e 68 da Lei n.º 17.293/2020, em respeito ao princípio da anterioridade.

Para o exercício de 2022 o saldo provisionado de R$ 9.821 (Saldo em 2021 era R$ 8.855) refere-se a R$ 8.040 de constituição do processo e R$ 1.781 de atualização de juros acumulados nos períodos de 2021 e 2022.

18. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

	Passivo de arrendamento	Juros a apropriar de contratos de arrendamento	Passivo de arrendamento líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**8.378**	**(588)**	**7.790**
Apropriação dos juros	–	(282)	(282)
Pagamentos	(1.731)	–	(1.731)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**6.647**	**(870)**	**5.777**
Circulante			5.777
Não circulante			–

Deve-se ao passivo de arrendamento, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando possíveis renovações ou cancelamentos (vide nota explicativa nº 3.12).

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado era de R$ 184.250 representado por 187.332.331 (unidades) ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal (R$ 184.250 representado por 187.332.331 unidades em 31 de dezembro de 2021).

20. RECEITA

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Receita de serviços	328.408	190.486
COFINS	(24.963)	(14.477)
PIS	(5.420)	(3.143)
Impostos sobre serviços	(12)	(7)
	298.013	**172.859**

21. DESPESAS OPERACIONAIS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Localização e funcionamento	(115.889)	(58.071)
Depreciação	(30.801)	(15.532)
Provisão para devedores duvidosos	(14.257)	(2.548)
Créd. de PIS e COFINS s/desp. operac.	27.079	–
	(133.868)	**(76.151)**

22. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Custos corporativos	(22.089)	(20.533)
Serviços de terceiros	(29.669)	(19.851)
Pessoal	(20.957)	(15.825)
Localização e funcionamento	(11.603)	(7.805)
Publicidade	(144)	(6.301)
Outras	1.512	(2.100)
	(82.950)	**(72.415)**

23. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Receita s/Aplicações Financeiras	19.630	7.506
Variações monetárias dos depósitos judiciais	208	–
Juros de títulos disponíveis para a venda	1.299	503
Outras	–	–
Total de receitas financeiras	**21.137**	**8.009**
Despesa s/Aplicações Financeiras	(1.962)	–
Despesas Empréstimo	(151.462)	(36.936)
Desvalorização de juros de títulos para negociação	(30.686)	(469)
Outras	(2.614)	(2.315)
Total de despesas financeiras	**(186.724)**	**(39.720)**
Resultado financeiro	**(165.587)**	**(31.711)**

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações comerciais da Companhia são efetuadas a preços e condições normais de mercado. As principais transações são:

(i) Contas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de pessoal da ligada Porto Cia;

(ii) Prestação de serviços do seguro-saúde contratados da ligada Porto Saúde;

(iii) Prestação de serviços de "Call Center" contratados da Porto Atendimento.

Os saldos das transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Passivo		
Porto Cia	2.736	1.053
	2.736	**1.053**

	Receitas		Despesas	
Demonstração do resultado	**Dezembro de 2022**	**Dezembro de 2021**	**Dezembro de 2022**	**Dezembro de 2021**
Porto Seguro Cia	8.096	2.413	(27.364)	(21.002)
Consórcio	–	–	(277)	–
Proteção e Monitoramento	–	–	–	(1)
Porto Investimentos	–	–	(173)	–
Portoseg	–	–	(569)	(630)
Porto Seguro Serviços e Comércio	–	–	(2.987)	(1.298)
Porto Atendimento	–	–	(3.536)	(2.601)
Porto Assistência	–	–	(1.146)	–
Porto Saúde	–	–	(1.437)	(926)
	8.096	**2.413**	**(37.490)**	**(26.457)**

25. OUTRAS INFORMAÇÕES

25.1 COMITÊ DE AUDITORIA

O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria da Companhia abrange todas as sociedades do grupo Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., Companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o grupo.

DIRETORIA

ROBERTO DE SOUZA SANTOS
Diretor Presidente

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA
Diretor Vice-Presidente - Comercial

LENE ARAÚJO DE LIMA
Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional

MARCOS ROBERTO LOUÇÃO
Diretor Vice-Presidente Negócios Financeiros e Serviços

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
Diretora Jurídica e Riscos

CAROLINA HELENA ZWARG
Diretora de Pessoas e Sustentabilidade

GUSTAVO DO VALLE FEHLBERG
Diretor de Serviços de Mobilidade

RAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de Controladoria

TIAGO VIOLIN
Diretor

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA MOBITECH LOCADORA DE VEÍCULOS S.A.

Aos Administradores e Quotistas
Mobitech Locadora de Veículos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Mobitech Locadora de Veículos S.A. (companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da empresa em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a empresa e ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a empresa a não mais se manterem em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 17 de fevereiro de 2023
Atenciosamente,

consulcamp

Consulcamp Auditoria
CRC 2SP024818/O-5

Carlos Cristiano Poltronieri
Contador - CRC/SP 1SP240875/O-9

Relatório de Desempenho 2022

BANESE.COM.BR

Pode Contar Banese

Banco do Estado de Sergipe S/A | Rua Olímpio de Souza Campos Júnior, 31 - Bairro Inácio Barbosa CEP 49040-840 - Aracaju - Sergipe

BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S.A. RELATÓRIO DE RESULTADOS DO 4T2022 E DE 2022

Para Divulgação Imediata: Aracaju, 27 de fevereiro de 2022. O Banco do Estado de Sergipe S.A. - BANESE ("Banese" ou "Banco"), Sociedade Anônima de capital misto, com ações transacionadas na B3 sob os códigos BGIP3 (Ações Ordinárias Nominativas) e BGIP4 (Ações Preferenciais Nominativas) e listadas no índice ITAG (Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado), anuncia seus resultados para o 4T2022 e o ano de 2022. Informações adicionais podem ser encontradas no site de relações com investidores do Banese, no endereço https://ri.banese.com.br/.

BANESE REGISTRA LUCRO LÍQUIDO DE R$ 75,5 MI ATIVOS DE CRÉDITO E VOLUME CAPTADO SEGUEM CRESCENTES

Destaques do 4T22

Todas as comparações nessa seção referem-se ao 4T21 (12M)

- Operações de Crédito cresceram R$ 192,4 milhões (+5,8%);
- Ativos totais totalizaram R$ 7,8 bilhões (+6,0%);
- Receitas totais cresceram R$ 384,9 milhões (+38,5%);
- Captações Totais atingiram R$ 6,8 bilhões (+6,1%);
- Ativos líquidos de crédito registraram R$ 3,4 bilhões (+5,1%).

OPERAÇÕES DE CRÉDITO - R$ MILHÕES

4T21: 3.335,8 | 1T22: 3.438,8 | 2T22: 3.508,0 | 3T22: 3.562,8 | 4T22: 3.528,2

Todas as comparações nessa seção referem-se ao 3T22 (3M)

- Patrimônio Líquido de R$ 595,6 milhões (+2,3%);
- Resultado Operacional com incremento de R$ 41,1 milhões (+328,8%);
- Margem Líquida com incremento de 13,9 pp.;
- Despesa de Provisão (PCLD) apresentou redução de 29,3%.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO - R$ MILHÕES

4T21: 561,3 | 1T22: 573,3 | 2T22: 579,3 | 3T22: 582,3 | 4T22: 595,6

Contato de Relações com Investidores
Aléssio de Oliveira Rezende
Diretor Executivo
+55 (79) 3218-1200
ri@banese.com.br

Itens Patrimoniais - R$ milhões	4T22	4T21		V12M	4T22	3T22		V3M
Ativos Totais	7.760,9	7.319,5	▲	+6,0%	7.760,9	8.055,4	▼	-3,7%
Operações de Crédito	3.528,2	3.335,8	▲	+5,8%	3.528,2	3.562,8	▼	-1,0%
Aplicações Financeiras (1)	3.450,6	3.328,7	▲	+3,7%	3.450,6	3.742,2	▼	-7,8%
Captações Totais	6.840,2	6.448,7	▲	+6,1%	6.840,2	7.123,5	▼	-4,0%
Patrimônio Líquido	595,6	561,3	▲	+6,1%	595,6	582,3	▲	+2,3%

Itens de Resultado - R$ milhões	2022	2021		V12M	4T22	3T22		V3M
Receitas Totais	1.384,9	1.000,0	▲	+38,5%	379,5	361,4	▲	+5,0%
Resultado Bruto Interm. Financeira	385,7	427,1	▼	-9,7%	112,3	97,2	▲	+15,5%
Resultado Operacional (2)	89,8	150,2	▼	-40,2%	53,6	12,5	▲	+328,8%
Margem Financeira (3)	522,3	499,0	▲	+4,7%	142,1	131,3	▲	+8,2%
EBITDA (4)	118,1	152,4	▼	-22,5%	60,7	21,7	▲	+179,7%
Lucro Líquido	75,5	83,7	▼	-9,8%	55,9	3,0	▲	+1763,3%
Receita Líquida de Juros (NII) (5)	485,9	468,8	▲	+3,6%	128,6	121,2	▲	+6,1%
Receita de Serviços	125,4	129,1	▼	-2,9%	31,9	32,5	▼	-1,8%
Despesas com Provisões (PCLD)	205,2	147,5	▲	+39,1%	41,8	59,1	▼	-29,3%
Despesas Administrativas	397,5	368,3	▲	+7,9%	106,2	99,7	▲	+6,5%
Margem Líquida (6)	5,5%	8,3%	▼	-2,8 pp.	14,7%	0,8%	▲	+13,9 pp.
Margem EBITDA (7)	8,5%	15,2%	▼	-6,7 pp.	16,0%	6,0%	▲	+10,0 pp.

Índices e Medidas de Eficiência (%)	2022	2021		V12M	4T22	3T22		V3M
Inadimplência (% da carteira)	1,18%	1,21%	▼	-0,03 pp.	1,18%	1,63%	▼	-0,45 pp.
Índice de Basileia	13,57%	13,15%	▲	+0,42 pp.	13,57%	12,73%	▲	-0,84 pp.
Margem Líquida de Juros (NIM) (8)	6,6%	6,9%	▼	-0,3 pp.	1,8%	1,6%	▲	+0,2 pp.
Rentabilidade s/ Ativos (ROAA) (9)	0,9%	1,2%	▼	-0,3 pp.	0,9%	0,3%	▲	+0,6 pp.
Rentabilidade s/ Patrim. Líq. (ROE) (10)	13,1%	15,7%	▼	-2,6 pp.	13,1%	4,5%	▲	+8,6 pp.
Índice de Eficiência (11)	77,8%	66,2%	▲	+11,6 pp.	73,6%	76,9%	▼	-3,3 pp.
Índice de Provisionamento	4,7%	4,1%	▲	+0,6 pp.	4,7%	4,7%	▶	ND
Índice de Cobertura Adm. (12)	31,6%	35,0%	▼	-3,4 pp.	30,1%	32,6%	▼	-2,5 pp.
Índice de Cobertura Folha (13)	67,6%	74,0%	▼	-6,4 pp.	64,2%	73,1%	▼	-8,9 pp.

(1) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Títulos e Valores Mobiliários + Créditos Vinculados Remunerados
(2) Receita Operacional - Despesa Operacional (não considera receitas e despesas não operacionais).
(3) Resultado Bruto da Intermediação Financeira + Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa.
(4) Resultado Operacional - Equivalência Patrimonial + Depreciação/Amortização.
(5) Receita de juros (operações de crédito + aplicações financeiras) – Despesa de juros (captação, TVM, empréstimos e participações).
(6) Lucro Líquido / Receita Total.
(7) EBITDA / Receita Total.
(8) Receita de juros líquida / Saldo médio dos ativos geradores de receitas (op. crédito + aplicações interfinanceiras + TVM + relações interfinanceiras).
(9) Lucro Líquido sobre Ativo Total Médio (taxa anualizada).
(10) Lucro Líquido sobre Patrimônio Líquido Médio (taxa anualizada).
(11) Despesas Administrativas / (Resultado Bruto de Intermediação Financeira + Receita de Serviços) *.
(12) Receita de Serviços / Despesas Administrativas.
(13) Receita de Serviços / Custos diretos e indiretos de Folha.

Este relatório pode conter informações sobre eventos futuros. Tais informações refletem expectativas da administração que podem não se tornar reais por motivos intrínsecos ou extrínsecos à Companhia. Palavras como "acredita", "antecipa", "deseja", "prevê", "espera" e similares, pretendem identificar informações que necessariamente envolvem riscos futuros, conhecidos ou não.
Riscos conhecidos incluem incertezas e não são limitados o impacto da competitividade de preços e serviços, aceitação de serviços no mercado, mercado competitivo, aspectos macroeconômicos internos ou sistêmicos, ambiente regulamentar e legal, flutuações de moedas, inflação e taxas de juros, riscos políticos e outros riscos, descritos em materiais publicados anteriormente pelo Banese.
Esse relatório está atualizado até a data de sua publicação e o Banese não pode ser responsabilizado por eventos posteriores, não previstos ou mencionados neste relatório.

**Alteração de metodologia no 2T2021.*

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Enquanto a economia mundial continua piorando, devido à alta inflação, juros em elevação e desaquecimento do nível de atividade, os índices da atividade econômica brasileira já retornaram a patamares pré-pandemia, o que influenciou fortemente os fatores de crescimento do país. O IPEA revisou a previsão de crescimento para o PIB de 2022 no patamar de 3,1%, junto à inflação oficial de 5,79% em 2022, muito acima do centro da meta. A dura política monetária (dando ao Brasil o maior juro nominal do G20), levou o Brasil, mesmo distante da meta, a ser a sexta menor inflação do G20, principalmente dada à espiral inflacionária ao redor do mundo.
No país observa-se que o desemprego tem caído sem que os salários e a produtividade aumentem, de maneira que a mão de obra tem sido alocada em setores de menor rendimento, sinalizando dificuldade de recompor o poder de compra da população e sua capacidade creditícia. O desemprego chegou ao menor nível em 7 anos, fechando 2022 em 8,1%.
Diante deste cenário, o desempenho da Companhia foi afetado pela elevação do custo operacional, que foi diretamente impactado pela alta da inflação e da taxa básica de juros da economia – Selic, com destaque para elevação da inadimplência, das despesas com provisões para operações de crédito e do resultado de equivalência patrimonial.
Ainda assim, seguimos investindo fortemente no desenvolvimento tecnológico do Conglomerado, para melhor adaptação às exigências de mercado, com destaque a disponibilização para os clientes do banco digital Desty e o lançamento da solução de pagamentos Mulvi Pay, visando cumprir a nossa missão de simplificar a vida das pessoas com soluções financeiras inovadoras, e a nossa visão de ser reconhecido pela contribuição no desenvolvimento socioeconômico das regiões onde atuamos.
Dirigimos especial reconhecimento aos nossos colaboradores pelo compromisso com a perenidade do Banese mesmo diante de um panorama tão adverso. Agradecemos aos nossos clientes e acionistas pela confiança em nós depositada.

ANÁLISE DAS OPERAÇÕES

Ativos

Total de Ativos por Tipo – R$ milhões

	4T22	4T21		V12M	3T22		V3M
Ativos de Crédito	3.528,2	3.335,8	▲	+5,8%	3.562,8	▼	-1,0%
(-) Provisões	-165,0	-135,7	▲	+21,6%	-168,5	▼	-2,1%
Ativos Líquidos de Crédito	3.363,2	3.200,1	▲	+5,1%	3.394,3	▼	-0,9%
Aplicações Financeiras	2.950,3	2.959,7	▼	-0,3%	3.382,7	▼	-12,8%
Créditos Vinculados	693,4	471,6	▲	+47,0%	481,9	▲	+43,9%
Permanente	165,0	177,6	▼	-7,1%	168,0	▼	-1,8%
Outros	589,0	510,5	▲	+15,4%	628,5	▼	-6,3%
Total	**7.760,9**	**7.319,5**	▲	**+6,0%**	**8.055,4**	▼	**-3,7%**

Os ativos totais do Banese chegaram a marca dos R$ 7,8 bilhões ao final do 4T22, com crescimento de 6,0% em 12 meses, no qual destaca-se o crescimento no saldo dos ativos líquidos investidos em crédito, com variação positiva de 5,1% em 12M (R$ +163,1 milhões), registrando uma carteira de R$ 3,4 bilhões ao final do exercício.
O volume de provisionamento apresentou expansão em 12 meses em decorrência do crescimento da carteira e da piora de *ratings* de operações de crédito. No trimestre, a ligeira redução no saldo de provisão está associada à redução do saldo da carteira, que, além das amortizações, foi impactado pelas baixas em prejuízo na carteira de Crédito Comercial, com destaque para as operações de capital de giro pessoa jurídica e crédito pessoal (CDC) pessoa física.
No encerramento do 4T22, os ativos líquidos de crédito representaram 43,3% do ativo total e as aplicações financeiras participaram com 38,0%. Em 12 meses os ativos líquidos de crédito reduziram sua participação em 0,4 pp., enquanto as aplicações financeiras reduziram em 2,4 pp.. Comparado ao trimestre anterior, os ativos líquidos de crédito cresceram sua participação relativa em 1,2 pp. e as aplicações financeiras reduziram em 3,9 pp..
Em relação aos créditos vinculados, a variação observada em 12 meses (R$ +221,8 milhões), impulsionada no último trimestre (R$ +211,5 milhões), é decorrente do aumento do saldo do exigível sobre depósitos à vista (R$ 41,4 milhões) e depósitos de poupança (R$ 133 milhões, impactado, principalmente, pelo término da dedução oriunda de aplicações em Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGE), aumento do saldo mantido junto ao Banco Central para fazer frente aos Pagamentos Instantâneos – PIX (R$ 30,7 milhões) e da redução de provisão de Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS (17,9 milhões, resultante da migração da situação do contrato para validado e de atualização das estimativas razoáveis que mensuram tais provisões).
O Ativo Permanente apresentou decremento em 12 meses (R$ -12,6 milhões) e no trimestre (R$ -3,0 milhões), atribuídos, principalmente, ao impacto da incorporação de resultados da MULVI Instituição de Pagamentos S.A., empresa pertencente ao conglomerado Banese e da depreciação do imobilizado, tendo seu efeito suavizado com o crescimento do intangível.

Captações

Captação por Linha de Produtos - R$ milhões

	4T22	4T21		V12M	3T22		V3M
Depósitos à Vista	1.185,2	1.158,4	▲	+2,3%	1.092,8	▲	+8,5%
Poupança	2.034,5	1.937,9	▲	+5,0%	1.968,0	▲	+3,4%
Depósitos Judiciais	1.546,0	1.287,3	▲	+20,1%	1.490,6	▲	+3,7%
CDB/RDB	1.637,1	1.568,3	▲	+4,4%	2.126,4	▼	-23,0%
CDI/DPGE	146,5	152,0	▼	-3,6%	124,5	▲	+17,7%
LF/LFS/LCI	166,6	186,8	▼	-10,8%	176,4	▼	-5,6%
Compromissadas	15,4	13,0	▲	+18,5%	16,7	▼	-7,8%
Obrigações de Repasses	108,9	145,0	▼	-24,9%	128,1	▼	-15,0%
Total	**6.840,2**	**6.448,7**	▲	**+6,1%**	**7.123,5**	▼	**-4,0%**

Ao final do 4T22 o total de recursos captados alcançou R$ 6,8 bilhões, um acréscimo de 6,1% em 12M, reflexo, principalmente, do crescimento dos depósitos judiciais com remuneração (R$ +258,7 milhões), depósitos de poupança (R$ +96,6 milhões) e a prazo (R$ +68,8 milhões). Em 3M o total de recursos captados apresentou redução de 4,0% (R$ -283,3 milhões), resultante principalmente da retração nos depósitos a prazo de governo (R$ -489,3 milhões).

O volume das captações em depósitos interfinanceiros (CDI) apresentou redução de 3,6% nos últimos 12 meses (R$ -5,5 milhões), em decorrência de vencimentos não renovados em DPGE, mesmo com aumento das aplicações em depósitos interfinanceiros vinculados ao crédito rural que possuem reciprocidade na captação de depósitos interfinanceiros; e crescimento de 17,7% no último trimestre, em decorrência do aumento das aplicações em depósitos interfinanceiros vinculados ao crédito imobiliário que possuem reciprocidade na captação de depósitos interfinanceiros.
O saldo das captações em Letras Financeiras Subordinadas apresentou crescimento de 11,5% em 12M (R$ +14,5 milhões) e de 2,3% no último trimestre (R$ +3,2 milhões), ambos resultantes da remuneração do estoque. As Letras Financeiras apresentaram redução de 35,1% (R$ -11,0 milhões) em 12M, decorrente de vencimentos não renovados, e elevação de 3,4% em 3M, resultante da remuneração do estoque. As captações em Letras de Crédito Imobiliário apresentaram decréscimo de 80,3% em 12M (R$ -23,7 milhões), e de 69,8% no trimestre (R$ -13,5 milhões), decorrentes de vencimentos não renovados.

Evolução dos Depósitos a Prazo (CDB/RDB)

Os depósitos a prazo atingiram R$ 1,6 bilhão em dezembro de 2022, apresentando crescimento de 4,4% (R$ +68,8 milhões) em 12 meses, decorrente da elevação das captações do governo, pessoas físicas e jurídicas, e recuo de -23,0% (R$ -489,3 milhões) no trimestre, impactado pela redução da captação do governo.
A estrutura das captações é diversificada, o que contribui para manter níveis confortáveis de liquidez, bem como para dar suporte à retomada das concessões de crédito num cenário de recuperação da economia.

DEPÓSITO A PRAZO - R$ MILHÕES

4T21: 1.568,3 | 1T22: 2.144,1 | 2T22: 2.276,3 | 3T22: 2.126,4 | 4T22: 1.637,1

Maiores Fontes de Captação (% do total)

A maior fonte de captação de recursos do Banese é de pessoas físicas, representando 42,8% do volume captado. Os depósitos judiciais representam 22,6% do total do volume captado pelo Banese. As pessoas jurídicas respondem por 18,7% das captações.
A dispersão da captação entre pessoas físicas e jurídicas mitiga riscos de liquidez.

Pessoas Físicas 42,8% | Judiciais 22,6% | Pessoas Jurídicas 18,7% | Gov. Estadual 8,4% | Instituições Finan. 2,4% | Obrig. Repasses 1,6% | Gov. Municipal 3,3% | Outros 0,2%

O custo de captação absoluto apresentou decréscimo de 0,14 pp. entre o 4T22 e o 3T22, em decorrência da menor quantidade de dias úteis no período e, na comparação com o 4T21, aumento de 0,65 pp., em decorrência do aumento da taxa SELIC Meta, que remunera a maior parte da captação pós-fixada. Em termos relativos de CDI, a redução apresentada no 4T22 é proveniente do aumento de participação das captações de poupança e depósito judicial, bem como da leve redução do custo na captação dos depósitos a prazo e, em 12 meses, decorre, além do supracitado, da redução da inflação, do aumento da taxa SELIC Meta e da relatividade das taxas prefixadas, mesmo com o aumento do custo das captações em termos financeiros.

CUSTOS DE CAPTAÇÃO (Absoluto e em % do CDI)

	4T21	1T22	2T22	3T22	4T22
% do CDI	92,7%	80,5%	79,2%	75,6%	73,9%
Absoluto	1,71%	1,95%	2,30%	2,50%	2,36%

BANESE.COM.BR

Relatório de Desempenho 2022

Pode Contar Banese

Crédito

Carteira de Crédito por Tipo – R$ milhões

	4T22	4T21	V12M	3T22	V3M
Carteira Comercial*	2.516,1	2.359,3	▲ +6,6%	2.523,0	▼ -0,3%
Para Pessoas Físicas	2.096,4	1.805,3	▲ +16,1%	2.061,0	▲ +1,7%
Para Pessoas Jurídicas	419,7	554,0	▼ -24,2%	462,0	▼ -9,2%
Carteira de Desenvolvimento	738,1	707,1	▲ +4,4%	772,5	▼ -4,5%
Para Pessoas Físicas	609,8	570,6	▲ +6,9%	633,8	▼ -3,8%
Para Pessoas Jurídicas	128,3	136,5	▼ -6,0%	138,7	▼ -7,5%
Títulos e Créditos a Receber	274,0	269,4	▲ +1,7%	267,3	▲ +2,5%
Total	**3.528,2**	**3.335,8**	▲ **+5,8%**	**3.562,8**	▼ **-1,0%**

(*) modalidade de crédito de livre destinação

A carteira de crédito do Banese alcançou R$ 3,5 bilhões de ativos, registrando um crescimento de 5,8% na comparação anual, e redução de 1,0% quando comparado ao último trimestre. Na sua composição, R$ 2,5 bilhões correspondem à carteira de crédito comercial, a qual cresceu 6,6% em 12 meses, e apresentou leve redução de 0,3% no último trimestre.

O incremento no saldo aplicado da carteira de crédito comercial do Banese deve-se, sobretudo, à estratégia organizacional de vendas, com ações direcionadas para o crédito nos canais digitais, realização de convênios com novas empresas e órgãos públicos, ações junto aos Correspondentes no País para impulsionar a concessão de crédito, além da retenção e compra de dívida para servidores ativos e inativos do Estado de Sergipe e Prefeituras.

A carteira de crédito comercial voltada ao segmento Pessoa Física alcançou o saldo de R$ 2,1 bilhões ao final do 4T22, crescimento de 16,1% em 12 meses e de 1,7% no trimestre. Destaque para as linhas de consignação, que registraram saldo aplicado de R$ 1,5 bilhão, e incrementos de 19,4% em 12 meses (R$ +236,1 milhões) e de 4,2% no trimestre (R$ +58,8 milhões), contribuindo assim com a elevação da carteira de menor risco.

A carteira de crédito comercial destinada a Pessoas Jurídicas registrou decremento de 24,2% em 12M e 9,2% em 3M, em razão da redução das operações de financiamento a capital de giro, amortizações e baixas para prejuízo

O Banese é detentor da maior fatia do mercado de crédito com recursos livres de Sergipe, 34,1% de participação, segundo dados do Banco Central do Brasil (novembro/2022). A exposição é focada em operações de varejo, com destaque para créditos consignados, vinculados a salários e direcionados a pequenas e médias empresas.

A carteira de crédito de desenvolvimento, que engloba as carteiras imobiliária, financiamento e rural, representou 20,9% da carteira de crédito total do Banese, totalizando um saldo aplicado de R$ 738,1 milhões ao final do 4T22. Em 12 meses, o crescimento de 4,4% foi influenciado principalmente pelas operações concedidas nas carteiras rural (+12,2%) e imobiliária (+8,0%). No último trimestre, o saldo do crédito de desenvolvimento registrou decremento de 4,5%, influenciado por operações na carteira de financiamentos (-16,2%) e crédito rural (-10,2%).

A carteira de Títulos e Créditos a Receber com Características de Concessão de Crédito apresentou crescimento na ordem de R$ 4,6 milhões em 12 meses e de R$ 6,7 milhões no último trimestre, motivado pela maior utilização do limite rotativo de cartão de crédito no período.

Qualidade da Carteira de Crédito por Faixa de Risco

	R$ milhões		Variação	% Carteira		Variação
	4T22	4T21		4T22	4T21	
AA	1.619,4	1.371,8	▲ +18,0%	45,9%	41,1%	▲ +4,8 pp.
A	1.161,2	1.098,9	▲ +5,7%	32,9%	32,9%	▶ ND
B	339,0	467,6	▼ -27,5%	9,6%	14,0%	▼ -4,4 pp.
C	148,8	192,0	▼ -22,5%	4,2%	5,8%	▼ -1,6 pp.
D - H	259,8	205,5	▲ +26,4%	7,4%	6,2%	▲ +1,2 pp.
Total	**3.528,2**	**3.335,8**	▲ **+5,8%**	**100,0%**	**100,0%**	▶ **ND**

Em termos relativos, as operações de crédito classificadas entre as faixas de risco "AA" a "C" representaram 92,6% do total da carteira do Banese (-1,2 pp. em comparação aos 93,8% do 4T21). Os créditos classificados nas faixas de risco "D" a "H", que concentram as operações de maior risco de crédito, representaram 7,4% da carteira de crédito do Banese (+1,2 pp. em relação aos 6,2% verificados no 4T21).

Qualidade do Crédito por Carteira 4T22- R$ milhões

	Total	Crédito Comercial	Financia-mentos	Rural	Imobiliário	Outros
AA	1.619,4	1.619,4	0	0	0	0
A	1.161,2	273,6	11,9	154,0	452,5	269,2
B	338,9	266,6	32,5	25,1	12,0	2,7
C	148,8	102,7	25,4	14,9	4,8	1,0
D - H	259,9	219,5	12,7	24,4	2,2	1,1
Total	**3.528,2**	**2.481,8**	**82,5**	**218,4**	**471,5**	**274,0**

Em relação à segmentação do crédito por níveis de risco, os produtos da carteira de financiamentos apresentam os créditos com qualidade inferior, onde aqueles classificados como "D – H" representam 15,4% da carteira.

Aplicações Financeiras

Aplicações Financeiras – R$ milhões

	4T22	4T21	V12M	3T22	V3M
Interfinanceiras de Liquidez	1.367,8	1.514,7	▼ -9,7%	1.755,7	▼ -22,1%
Títulos e Valores Mobiliários (TVM)	1.532,7	1.398,0	▲ +9,6%	1.572,9	▼ -2,6%
Cotas de Fundos	3,7	3,4	▲ +8,8%	3,6	▲ +2,8%
Renda Fixa	1.529,0	1.394,6	▲ +9,6%	1.569,3	▼ -2,6%
Compromissadas + Prest. Garantia	49,8	13,6	▲ +266,2%	54,1	▼ -7,9%
Depósitos Compulsórios Remunerados	500,3	402,4	▲ +24,3%	359,5	▲ +39,2%
Total	**3.450,6**	**3.328,7**	▲ **+3,7%**	**3.742,2**	▼ **-7,8%**

As aplicações interfinanceiras de liquidez registraram decréscimo de 9,7% em 12 meses (R$ -146,9 milhões) e de 22,1% no último trimestre (R$ -387,9 milhões), decorrente de vencimentos não renovados em DI e DPGE e menor volume disponível para as aplicações em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais, tendo em vista a evolução da carteira de crédito e aumento do recolhimento compulsório sobre recursos de depósitos de poupança, resultante do término da dedução de exigibilidade de saldo de aplicações em DPGE.

Os Títulos e Valores Mobiliários apresentaram crescimento de 9,6% em relação ao 4T21 (R$ +134,7 milhões) impactado pela aquisição de Letras Financeiras do Tesouro – LFT e rentabilidade do estoque. Quando comparado ao 3T22 houve redução de 2,6% (R$ -40,2 milhões), decorrente de vencimentos não renovados em Letras Financeiras.

O Banese encontra-se enquadrado às regras da Circular Bacen nº 3.068/2001, que estabelece critérios para registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários. As aplicações feitas em instrumentos de liquidez, denominadas em moeda nacional, são marcadas a mercado para mitigação de riscos relacionados à variação de valor e volatilidade de instrumentos financeiros.

Rentabilidade da Carteira

A estratégia da carteira de ativos da tesouraria é manter a alocação em ativos de baixo risco e conservar níveis confortáveis de liquidez e capital, tendo como meta de rentabilidade superar a taxa de juros do país.

A rentabilidade acumulada da carteira no 4T22 foi 105,76% do CDI, inferior à de 106,45% do CDI no 3T22, em decorrência da não renovação de posições em títulos privados. Em 12 meses, a rentabilidade atual foi inferior à de 109,34% do CDI no 4T21, decorrente, além do motivo supracitado, da renovação de alocações com taxas de remuneração inferiores diante do aumento absoluto da taxa de juros do país.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Receitas

Abertura das Receitas – R$ milhões

	2022	2021	V12M	4T22	3T22	V3M
Receitas de Crédito	652,4	548,9	▲ +18,9%	170,3	165,9	▲ +2,7%
Receitas de Aplicações Financeiras	406,3	139,1	▲ +192,1%	103,4	118,2	▲ -12,5%
Receitas de Prestação de Serviços	125,4	128,9	▼ -2,7%	31,9	32,5	▼ -1,8%
Receitas de Participações	2,8	9,1	▲ -69,2%	0,5	0,0	▼ +100,0%
Outras Receitas Operacionais	198,0	174,0	▼ +13,8%	73,4	44,8	▼ +63,8%
Total	**1.384,9**	**1.000,0**	▲ **+38,5%**	**379,5**	**361,4**	▲ **+5,0%**

As receitas do Banese totalizaram R$ 1.384,9 milhões em 2022, 38,5% acima das receitas totais de 2021. As maiores variações observadas ocorreram nas receitas de aplicações financeiras (R$ +267,2 milhões), consequente, sobretudo, do aumento da taxa básica de juros no país; e nas receitas de crédito, crescimento na ordem de R$ 103,5 milhões, diretamente influenciado pelo aumento da carteira. As outras receitas operacionais apresentaram incremento de R$ 28,6 milhões e de R$ 24,0 milhões no 4T22 e no exercício 2022, respectivamente, diretamente influenciadas pelas rendas oriundas de reversões e registros de contratos de créditos do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, reversão de passivo atuarial em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, reversão de provisão referente à Lei do Bem de 2019, reversão de provisão de passivo fiscal de processos transitados em julgado favoráveis ao Banese e atualização de precatórios.

As Receitas de Prestação de Serviços somaram R$ 31,9 milhões ao final do 4T22 e acumularam R$ 125,4 milhões no ano. No comparativo com o último trimestre observamos um decremento de 1,8%, ocasionado pela queda nas receitas com convênios; e em 12 meses a queda registrada foi de 2,7%, impactada principalmente pela redução nas tarifas de empréstimo comercial.

No sentido de criar novas fontes de receitas para se manter competitivo no mercado bancário, o Banese vem desenvolvendo ferramentas necessárias para disponibilizar aos clientes os serviços vinculados aos pagamentos instantâneos - Pix, cuja tarifação é permitida (Pix Cobrança, Pix Saque, Pix Troco e Pix Arrecadação).

Custos e Despesas

Custos Diretos das Operações – R$ milhões

	2022	2021	V12M	4T22	3T22	V3M
Despesas de Captação	541,4	199,9	▲ +170,8%	137,7	154,1	▼ -10,6%
Resultado de TVM	1,0	3,6	▼ -69,4%	0,1	0,0	▶ ND
Desp. Obrigações p/Empréstimos	10,6	11,9	▼ -10,9%	2,5	2,4	▲ +4,2%
Total	**553,1**	**215,4**	▲ **+156,8%**	**140,3**	**156,5**	▼ **-10,4%**

Os custos totais diretos das operações apresentaram crescimento de 156,8% (R$ +337,7 milhões) entre os anos de 2022 e 2021, diretamente relacionado à elevação da taxa básica de juros da economia – Selic e ao incremento do volume médio captado no período. No trimestre apresentaram decréscimo de 10,4% (R$ -16,2 milhões) impactado pela redução do volume médio da captação em depósito a prazo.

As despesas de captação apresentaram redução 10,6% (R$ -16,4 milhões) no trimestre, decorrente do motivo supracitado. Na variação ano, crescimento de 170,8% (R$ 341,5 milhões) diretamente relacionado à elevação da taxa básica de juros da economia – Selic Meta, destacando-se a elevação dos custos associados aos Depósitos a Prazo, de Poupança e Judiciais.

Receita Líquida de Juros (NII)

As Receitas Líquidas de Juros (Receitas de Empréstimos mais Receitas de Aplicações Financeiras menos os Custos Diretos de Captação) apresentaram crescimento de 6,1% na variação do trimestre e de 3,6% na variação em 12 meses.

O resultado é uma combinação dos fatores já apresentados nos itens anteriormente mencionados neste relatório. No trimestre o resultado foi influenciado, principalmente, pela redução nas despesas com captação.

Receita Líquida de Juros (NII)

4T21	1T22	2T22	3T22	4T22	2021	2022
121,4	117,5	118,6	121,2	128,6	468,9	485,9

Despesas com Pessoal/Folha – R$ milhões

	2022	2021	V12M	4T22	3T22	V3M
Salários	110,4	105,9	▲ +4,2%	28,2	26,5	▲ +6,4%
Benefícios	25,6	22,5	▲ +13,8%	8,2	5,7	▲ +43,9%
Encargos Sociais	48,4	45,4	▲ +6,6%	12,9	12,0	▲ +7,5%
Treinamentos e Outros	1,2	0,5	▲ +140,0%	0,4	0,3	▲ +33,3%
Total	**185,6**	**174,3**	▲ **+6,5%**	**49,7**	**44,5**	▲ **+11,7%**

As despesas com pessoal apresentaram crescimento de 6,5% em 12 meses (R$ +11,3 milhões) e de 11,7% (R$ +5,2 milhões) nos últimos três meses. Em 2022, ocorreu a contratação de 183 funcionários aprovados em concursos públicos realizados em 2021 e 2022 (157 Técnicos Bancário I e 26 Técnicos Bancário III) e de 06 novas pessoas admitidas no 4T2022, como contrapartida houve 149 desligamentos, principalmente, decorrente do Programa de Estímulo à Aposentadoria – PEA. Houve também reajuste salarial e pagamento de abono firmados em Convenção Coletiva Nacional e Acordo Coletivo específico do Banese, respectivamente.

O índice de cobertura de folha registrado em 2022 foi de 67,6%, 6,4 pp. abaixo do índice registrado em 2021. No trimestre houve redução de 8,9 pp.. Para a cobertura das despesas administrativas foi registrado um índice de 31,6% em 2022, variando em -3,4 pp. no ano, e no 4T22 foi registrado índice de 30,1%, -2,5 pp. em relação ao 3T22.

Outras Despesas Administrativas – R$ milhões

	2022	2021	V12M	4T22	3T22	V3M
Serviços de Terceiros	109,9	91,8	▲ +19,7%	29,0	31,4	▼ -7,6%
Consumo, Manutenção e Materiais	21,4	21,5	▼ -0,5%	5,1	5,0	▲ +2,0%
Serviços Financeiros e Processamento de Dados	43,3	39,5	▲ +9,6%	14,0	11,2	▲ +25,0%
Seguros	3,5	4,0	▼ -12,5%	0,6	0,7	▼ -14,3%
Transportes de Numerário	9,9	10,6	▼ -6,6%	1,5	2,2	▼ -31,8%
Tributárias	1,9	1,1	▲ +72,7%	0,2	0,3	▼ -33,3%
Despesas Outras	22,0	25,4	▼ -13,4%	6,0	4,5	▲ +33,3%
Total	**211,9**	**193,9**	▲ **+9,3%**	**56,4**	**55,3**	▲ **+2,0%**

As outras despesas administrativas apresentaram incremento de 9,3% em 12 meses (R$ +18,0 milhões), destacando-se os grupos de Serviços de Terceiros (com Assessorias Técnicas) e Serviços Financeiros e Processamento de Dados (com custos com manutenção de *softwares* e execução de serviços de tecnologia). No último trimestre o incremento foi de 2,0% (R$ +1,1 milhão), com destaque para os grupos de Serviços Financeiros e Processamento de Dados (custos com numerário BB e manutenção de *softwares*) e Despesas Outras (com Promoções e Relações Públicas – patrocínios e doações).

Outras Despesas Operacionais – R$ milhões

	2022	2021	V12M	4T22	3T22	V3M
Amortização e Depreciação	11,3	14,0	▼ -19,3%	2,9	2,8	▲ +3,6%
Provisões p/ Operações de Crédito	205,2	147,5	▲ +39,1%	41,8	59,1	▼ -29,3%
Desvalorização de Créditos	12,0	3,2	▲ +275,0%	6,1	0,5	▲ +1120,0%
Provisões Passivas	19,8	28,0	▼ -29,3%	6,0	5,5	▲ +9,1%
Convênio com Tribunal de Justiça	17,1	17,2	▶ ND	4,6	4,4	▲ +4,5%
ISS/PIS/COFINS	38,6	36,0	▲ +7,2%	10,4	9,6	▲ +8,3%
Descontos Concedidos	0,4	4,5	▼ -92,0%	0,1	0,1	▼ -40,0%
Participação nos Lucros e Resultados	11,6	12,4	▼ -6,5%	6,8	2,1	▲ +223,8%
Despesas de Participações	19,7	3,8	▲ +418,4%	4,7	6,4	▼ -26,6%
Outras Operacionais Diversas	19,8	18,2	▲ +8,8%	2,7	4,2	▼ -35,7%
Total	**355,6**	**284,8**	▲ **+24,9%**	**86,1**	**94,7**	▼ **-9,1%**

O grupo das Outras Despesas Operacionais apresentou incremento de R$ 70,9 milhões no comparativo de 12 meses, com destaque para as despesas com provisões para operações de crédito (R$ +57,7 milhões); Provisão para Desvalorização de Créditos relativos ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS (R$ +8,8 milhões); e Despesas de Participações (R$ +15,9 milhões) decorrente do resultado de equivalência patrimonial da MULVI – Instituições de Pagamento S.A., afetado, em especial, pelo aumento da inadimplência do cartão de crédito.

A diminuição nas despesas com Provisões para Operações de Crédito no trimestre foi decorrente da redução da exposição em carteiras que vinham apresentando deterioração da qualidade creditícia. Na variação anual, o incremento na despesa de provisão é decorrente, principalmente, da piora de *ratings* de operações de crédito da carteira comercial.

Lucro Líquido

O lucro líquido apresentado pelo Banese em 2022 foi de R$ 75,5 milhões, 9,8% inferior ao resultado de 2021, impactado pelo aumento do custo de captação, da inadimplência e das despesas com Provisões para Operações de Crédito no cenário econômico adverso marcado pela escalada da taxa Selic e pela forte pressão inflacionária. No 4T22, o lucro líquido foi R$ 55,9 milhões, R$ 52,9 milhões acima do resultado do 3T22 e R$ 44,8 milhões superior ao resultado registrado no 4T21.

A evolução do resultado de 2022 é reflexo positivo do crescimento das receitas de operações de crédito, em especial da carteira comercial, e das receitas de aplicações financeiras, destacando-se ainda: **(i)** as contenções do orçamento financeiro das despesas administrativas, a fim de buscar neutralizar o aumento do custo operacional decorrente do citado cenário econômico adverso; **(ii)** as estratégias de inovação que, além de propiciarem ao Banese melhoria de eficiência dos seus negócios e expansão geográfica e digital, permitem retorno dos projetos de inovação através da Lei do Bem, que é um incentivo fiscal que concede redução de IRPJ e CSLL; **(iii)** atualização das estimativas razoáveis para mensuração das provisões do FCVS; **(iv)** superávit atuarial em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, o qual não se enquadra para reconhecimento de ativo; **(v)** de reversão de provisão de passivo fiscal de processos transitados em julgado favoráveis ao Banese; e **(vi)** economia tributária oriunda da distribuição de Juros sobre Capital Próprio.

LUCRO LÍQUIDO - R$ MILHÕES

4T21	1T22	2T22	3T22	4T22	2021	2022
11,1	12,0	4,6	3,0	55,9	83,7	75,5

BANESE.COM.BR

Relatório de Desempenho 2022

Pode Contar Banese

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido do Banese variou positivamente em 6,1% no período de 12 meses e em 2,3% no último trimestre. As variações observadas são consequência da incorporação à reserva de lucros do resultado do período e da distribuição de Juros sobre Capital Próprio - JCP.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO - R$ MILHÕES

4T21: 561,3
1T22: 573,3
2T22: 579,3
3T22: 582,3
4T22: 595,6

Índices de Rentabilidade e Lucratividade

Em 12 meses, a Margem Líquida apresentou aumento, enquanto o Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) e o Retorno sobre Ativos Médios (ROAA) apresentaram redução.

No último trimestre, observa-se melhoria nos índices registrados, consequência dos resultados apresentados neste relatório.

ÍNDICES DE RENTABILIDADE E LUCRATIVIDADE (%)

ROE: 4T21 15,7%; 1T22 8,7%; 2T22 5,9%; 3T22 4,5%; 4T22 13,1%
Margem Líquida: 4T21 3,9%; 1T22 3,9%; 2T22 1,3%; 3T22 0,8%; 4T22 14,7%
ROAA: 4T21 1,2%; 1T22 0,6%; 2T22 0,4%; 3T22 0,3%; 4T22 0,9%

Capitalização e Basileia – R$ milhões

Índices e Capitalização	4T22	4T21	V12M	3T22	V3M
Patrimônio de Referência	648,6	613,2	▲ +5,77%	633,3	▲ +2,42%
PR Nível I	524,6	499,9	▲ +4,94%	511,8	▲ +2,50%
PR Nível II	124,0	113,3	▲ +9,45%	121,5	▲ +2,06%
Índice de Basileia	13,57%	13,15%	▲ +0,42 pp.	12,73%	▲ +0,84 pp.
Índice de Capital Principal	10,97%	10,72%	▲ +0,25 pp.	10,29%	▲ +0,68 pp.
Índice de Capital Nível I	10,97%	10,72%	▲ +0,25 pp.	10,29%	▲ +0,68 pp.
Índice Basileia Mínimo + ACP	10,50%	10,00%	▲ +0,50 pp.	10,50%	▶ ND
Margem sobre o PR considerando a capital para cobertura do Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária e o ACP	69,6	119,8	▼ -41,92%	33,6	▲ +107,08%

O Índice de Basileia do Conglomerado Banese totalizou 13,57% ao final do 4T de 2022, o que representa um incremento de 0,84 pp. quando comparado ao trimestre anterior, devido principalmente ao resultado acumulado do exercício, seguido pela redução dos Ativos Ponderados pelo Risco de Crédito em 4,31% (R$ 191,6 milhões).

Índice de Imobilização

O índice de imobilização encerrou o 4T22 em 14,1%, apresentando uma involução de 0,23 pp., quando comparado ao índice observado no 3T22, em virtude do aumento do Patrimônio de Referência.

O resultado foi substancialmente abaixo do requerimento máximo de imobilização estabelecido pelo Banco Central do Brasil, que é de 50,0%. Vale ressaltar que esse índice é tão melhor quanto menor ele for.

ÍNDICE DE IMOBILIZAÇÃO (%)

Limite: 4T21 50%; 1T22 50%; 2T22 50%; 3T22 50%; 4T22 50%
Índice: 4T21 14,5%; 1T22 14,6%; 2T22 14,3%; 3T22 14,4%; 4T22 14,1%

Ratings

A *Fitch Ratings* afirmou, em 13 de junho de 2022, o *Rating* Nacional de Longo Prazo do Banese em 'AA-(bra)', com Perspectiva Estável; e o *Rating* Nacional de Curto Prazo em 'F1+(bra)'. Os *ratings* nacionais do Banese refletem a opinião da *Fitch* de que, caso necessário, o banco receberia o suporte de seu acionista controlador, o estado de Sergipe, cujo perfil de crédito é avaliado internamente pela agência. A *Fitch* acredita que o Banese é estrategicamente importante para Sergipe, por ser o principal agente financeiro do governo local e ter significativa participação de mercado em créditos e depósitos no estado. Para a agência, o porte da instituição em relação à capacidade financeira de Sergipe exerce alta influência nos *ratings*. Ainda segundo à agência, o banco apresenta modelo de negócios estável e indicadores econômico-financeiros adequados.

Já a *Moody's* Local BR Agência de Classificação de Risco Ltda. (*"Moody's* Local") rebaixou, em 08 de julho de 2022, o *rating* de emissor para A+.br de AA-.br, o *rating* de depósito de longo prazo para A+.br de AA-.br, e afirmou o *rating* de depósito de curto prazo de ML A-1.br. A perspectiva é estável. O rebaixamento reflete, dentre outros fatores, a persistência das pressões geradas pelo aumento da inadimplência da carteira de crédito do Banco, bem como a manutenção dos níveis de capital relativamente baixos quando comparado ao praticado pelo mercado.

Agência	Escala	Longo Prazo	Curto Prazo	Perspectiva
Fitch Ratings	Nacional	AA- (bra)	F1+ (bra)	Estável
Moody's Local	Nacional – Depósitos	A+.br	ML A-1.br	Estável

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Banese na B3

A estrutura acionária do Banese no 4T22 correspondia a 89,8% de ações do Governo do Estado de Sergipe e 10,2% de *Free Float*. As ações em circulação são constituídas por 31,3% ON e 68,7% PN.

A composição societária equivale a 15,2 milhões de ações, que consistem em 7,6 milhões de ações ordinárias (BGIP3) e 7,6 milhões de ações preferenciais (BGIP4).

As ações do Banese fazem parte do Índice ITAG da B3, que concentra as ações com diretos diferenciados de *Tag Along*.

Ações Ordinárias - Estado de Sergipe: 7.156.834 (46,8%)
Ações Ordinárias - Float: 483.601 (3,2%)
Ações Preferenciais - Estado de Sergipe: 6.579.433 (43,0%)
Ações Preferenciais - Float: 1.062.887 (7,0%)

Clientes e Canais de Atendimento

A base de clientes do Banese atingiu um total de 843.104 correntistas e poupadores ao final do ano de 2022, compreendendo 817.674 clientes PF e 25.430 clientes PJ.

As movimentações financeiras totais registraram uma evolução de 10,6% em relação a 2021, reflexo da retomada total das atividades econômicas. Nos 12 meses do ano de 2022 houve um incremento de 18,5% na quantidade de transações realizadas no *Internet* e *Mobile Banking*, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Nos caixas eletrônicos (ATMs) tivemos queda de 15%, já nos Pontos Banese a queda foi de 10% e nos caixas das agências não houve mudanças na comparação anual.

Dados de Canais

	2022	2021	V3M	4T22	3T22	V12M
Agências	63	63	▶ ND	63	63	▶ ND
Postos de Serviços	09	09	▶ ND	09	09	▶ ND
Terminais ATM	458	476	▼ -18	458	460	▼ -2
Correspondentes no País	216	218	▼ -2	216	210	▲ +6
Transações em Agências, ATM e Correspondentes	30,9 Mi	34,9 Mi	▼ -11,5%	7,5 Mi	7,7 Mi	▼ -2,6%
Volume Transacionado	R$ 40,6 Bi	R$ 41,6 Bi	▼ -2,4%	R$ 10,1 Bi	R$ 10,2 Bi	▼ -1,0%
Transações online	144,8 Mi	122,2 Mi	▲ +18,5%	39,4 Mi	35,6 Mi	▲ +10,7%
Volume Transacionado	R$ 47,3 Bi	R$ 41,2 Bi	▲ +15,0%	R$ 14,0 Bi	R$ 11,4 Bi	▲ +22,8%

O Banco manteve as diretrizes referentes à readequação da sua rede de atendimento, objetivando garantir aderência ao Planejamento Estratégico da Companhia. Dessa forma, o Banco encerrou o ano de 2022 com 63 agências, sendo 54 unidades físicas (12 na capital e 42 no interior).

Serviços Bancários

Durante o ano de 2022 o Banese continuou desenvolvendo serviços vinculados ao Pix - Pix Saque, Pix Troco, Pix Cobrança e Arrecadação PIX, os quais possibilitam a oferta de novos negócios e a oportunidade de ampliação de receitas de serviços bancários. O Banese também participou das fases previstas pelo Banco Central do Brasil inerentes ao seu perfil para a implantação do *Open Finance*. Tais evoluções permitirão ao Banese aprimorar a oferta de crédito e serviços bancários/financeiros, de acordo com o perfil de cada cliente.

O Banese através da bandeira ELO disponibiliza também *Cashback* para os clientes que efetuarem compras no débito em parceiros nacionais ou locais que participarem das campanhas promovidas pela ELO Cartões.

Investimentos em Capital Humano

O Banese tem investido no desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional dos seus empregados, através de diversas iniciativas, como o Programa de Formação Profissional e o Programa de Certificação Continuada, que têm por objetivos estimular a aplicabilidade de novos saberes às dinâmicas institucionais, e a concessão de bolsas de estudo e obtenção de novas certificações.

A Universidade Corporativa Banese possui uma série de cursos associados a áreas de conhecimento que vão ao encontro das dinâmicas e exigências do mundo do trabalho sob vieses situacionais e estratégicos, a exemplo dos cursos de Privacidade de Dados – LGPD, Pix – Pagamentos Instantâneos, Banese em Teletrabalho, Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLDFT), dentre outros.

Durante o ano de 2022 foi dada continuidade nos processos de *onboarding*, por meio da execução das estratégias de acolhimento, desenvolvimento e treinamento dos novos empregados, tendo participado desse processo 183 novos empregados. Já os treinamentos e capacitações foram maiores quando comparado ao mesmo período do ano anterior, totalizando 470 cursos concluídos no 4T22, e ao todo 184 empregados participaram de pelo menos uma capacitação neste período pelo programa de aprendizagem, o que representou 21,1% do quadro total.

CONGLOMERADO BANESE

O conglomerado econômico do Banese é composto pelo Banese S.A. e pela Mulvi Instituição de Pagamentos S.A. (MULVI). Adicionalmente fazem parte do grupo Banese: a Banese Corretora e Administradora de Seguros, o Instituto Banese de Seguridade Social (SERGUS), a Caixa de Assistência dos Empregados do Banese (CASSE) e o Instituto Banese.

MULVI

A MULVI oferta soluções de meios de pagamento e serviços correlatos, com foco no mercado de cartões de crédito, *vouchers* e soluções de adquirência.

A quantidade de portadores aptos a comprar apresentou um total de 633.829 mil clientes em 2022. O volume transacionado pelos produtos geridos pela MULVI alcançou um total de R$ 3,2 bilhões, um crescimento de 14,4% em relação ao ano de 2021, no 4T2022 o volume transacionado foi de R$ 830,7 milhões.

A MULVI também apresentou crescimento anual nos indicadores de Volume Financeiro Transacionado no *E-commerce*, que alcançou o montante de R$ 295,2 milhões (aumento de 20,7%), de Estabelecimentos Ativos, que chegaram a 24.972 (crescimento de 8,2%), e de Compra Média que atingiu R$ 1.218,09 (elevação de 13,2%). Observando o volume de transações processadas e autorizadas na rede TKS, o montante foi de R$ 3,9 bilhões no ano e de R$ 986,4 milhões no último trimestre.

Convém informar que, em 10 de outubro de 2022, foi deliberado e aprovado em Assembleia Geral Extraordinária a alteração da razão social da empresa SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços S.A. para Mulvi Instituição de Pagamentos S.A.

A marca institucional Mulvi foi criada sob a inspiração das palavras multiplicar e viabilizar, e faz parte do projeto de revisão e estruturação da arquitetura de marcas institucional e comercial. A estratégia levou em consideração as premissas de expansão para fora do Estado de Sergipe e a conexão estratégica com produtos atuais e novos produtos.

Alinhado ao plano estratégico da MULVI, em especial a expansão e a remodelagem de seus negócios, foi lançada a MULVI PAY, o mais novo conjunto de soluções de pagamentos da empresa. Ofertando para os clientes uma melhor experiência no segmento de Adquirência, apresenta uma força de vendas totalmente reestruturada, além de novos processos de *onboarding*, agora disponíveis também de forma *online*, o produto segue com uma estratégia comercial por todos os Estados do Nordeste.

Banese Corretora de Seguros

Com o objetivo de aprimorar o atendimento aos clientes, a Banese Administradora e Corretora de Seguros Ltda. tem consolidado sua parceria com as principais seguradoras do Brasil, buscando novos produtos para atender o maior número de clientes.

Com mais de 40 anos de atuação, a Banese Corretora de Seguros apresentou no quarto trimestre de 2022 um volume de R$ 64,7 milhões em seguros contratados, correspondendo a um incremento de 47,7% em relação ao 4T21, e perfazendo um total anual de R$ 199,8 milhões, 46,9% superior ao realizado no mesmo período de 2021. Tal desempenho foi ocasionado principalmente pelo aumento das vendas dos produtos de Previdência e Consórcio.

No que tange à receita auferida acumulada, o ano de 2022 representou um crescimento de 1,7% quando comparado ao ano anterior.

Instituto Banese e Museu da Gente Sergipana

O Instituto Banese vem buscando ser reconhecido como fonte de conhecimento, inspiração e cultivo de expressões artísticas e culturais, além de ser um agente de transformação social.

Durante o 4T22, o Instituto Banese gerou benefícios sociais a 9.922 pessoas diretamente ligadas aos projetos estratégicos das 11 entidades apoiadas financeiramente, e um público de 23.391 pessoas foi beneficiado por ações realizadas pelo próprio Instituto, o que possibilitou a realização de atividades que promoveram transformação e desenvolvimento sustentável, através de programas educacionais, esportivos, artísticos e culturais, cursos profissionalizantes, de atenção à saúde, psicopedagógicos e de inclusão social. Durante o ano de 2022 foram beneficiadas no total pelo Instituto Banese cerca de 116.858 pessoas. Além das instituições atualmente apoiadas, inclui-se também a Orquestra Jovem de Sergipe, que se constitui em um projeto do próprio Instituto e que beneficia 280 crianças e jovens.

O Museu da Gente Sergipana Governador Marcelo Déda trata-se de um centro cultural dinâmico, núcleo interpretativo da cultura de Sergipe e portal de aproximação com o meio artístico local, nacional e internacional, através do intercâmbio de exposições e da realização de eventos culturais. Por meio deste espaço, valoriza-se a identidade cultural sergipana, através de imagens, sons e signos. A cada ano de funcionamento, o Museu se consolida cada vez mais como um importante celeiro das artes e da cultura, não só para os sergipanos, mas para visitantes de todas as regiões do Brasil e de países diversos. No 4T22 o Museu recebeu a visita de 22.617 pessoas dos mais variados lugares e com diversas finalidades (turismo, educação, assistência social e lazer), e um total de 72.471 visitas em 2022.

O Centro de Memória Digital Professora Enedina Chagas foi inaugurado na cidade de Simão Dias, em dezembro de 2022, uma edificação arquitetônica secular que foi restaurada e revitalizada, e que se transformou em um complexo cultural, constituindo-se em uma parceria entre o Governo do Estado e o Banco do Estado de Sergipe S/A, sob a responsabilidade do Instituto Banese.

Outra ação social patrocinada pelo Grupo Banese e operacionalizada através do Instituto Banese, o Projetar.SE tem se consolidado como um importante núcleo de apoio ao suporte técnico às gestões de municípios sergipanos. A iniciativa tem por propósito orientar os municípios na captação de recursos para obras de diversas modalidades, desenvolvimento de projetos de arquitetura, urbanismo e engenharia e fortalecimento da capacidade institucional das Prefeituras. Em 2022 foram contatadas 44 cidades e 33 visitadas, sendo que dessas 20 já foram atendidas. Existem 10 projetos em desenvolvimento com estudos de viabilidade aprovados e entregues, além de 10 projetos executivos entregues que envolveram cada um, em média, 05 disciplinas de arquitetura e urbanismo, e outros 07 projetos específicos de engenharia.

B A N E S E . C O M . B R

Relatório de Desempenho 2022

Pode Contar Banese

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL - EM REAIS MIL

	BANESE MÚLTIPLO		BANESE CONSOLIDADO	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
A T I V O				
CIRCULANTE	**3.988.138**	**3.826.479**	**4.484.432**	**4.267.190**
DISPONIBILIDADE (Nota 4)	**63.973**	**59.766**	**67.012**	**59.949**
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	**4.012.866**	**3.828.838**	**4.584.500**	**4.318.810**
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (**Nota 5**)	**1.367.835**	**1.379.799**	**1.367.835**	**1.379.799**
Aplicações no mercado aberto	599.985	253.285	599.985	253.285
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	767.850	1.126.514	767.850	1.126.514
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (**Nota 6**)	**818.519**	**862.423**	**821.083**	**877.706**
Carteira Própria	768.741	815.417	771.305	830.700
Vinculados a Compromissos de Recompra	15.422	12.989	15.422	12.989
Vinculados à Prestação de Garantias	732	650	732	650
Vinculados ao Banco Central	33.624	33.367	33.624	33.367
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (**Nota 7**)	**613.258**	**407.639**	**689.463**	**500.869**
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	137	121	76.342	93.351
Créditos Vinculados:	613.121	407.518	613.121	407.518
- Depósitos no Banco Central	613.121	407.518	613.121	407.518
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (**Nota 8**)	**888.460**	**850.501**	**888.460**	**850.501**
Operações de Crédito:	888.460	850.501	888.460	850.501
- Setor Privado	888.460	850.501	888.460	850.501
OUTROS CRÉDITOS (**Nota 9**)	**324.794**	**328.476**	**817.659**	**709.935**
Rendas a Receber	2.822	3.235	12.281	12.220
Diversos	321.972	325.241	805.474	697.879
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa sem Característica de Concessão de Crédito	-	-	(96)	(164)
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO (Nota 8 f)	**(90.078)**	**(64.683)**	**(172.792)**	**(116.336)**
Provisão para Perdas de Operações de Crédito	(88.205)	(62.913)	(88.205)	(62.913)
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.873)	(1.770)	(1.873)	(1.770)
Provisão para Valores a receber relativos a transações de pagamento	-	-	(82.714)	(51.653)
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	**1.377**	**2.558**	**5.712**	**4.767**
Outros Valores e Bens	1.163	929	2.262	2.258
Despesas Antecipadas	214	1.629	3.450	2.509
NÃO CIRCULANTE	**3.772.768**	**3.493.053**	**3.854.908**	**3.538.154**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**3.607.750**	**3.315.409**	**3.713.357**	**3.423.550**
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	**3.386.605**	**3.125.515**	**3.425.956**	**3.188.066**
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (**Nota 5**)	**-**	**134.932**	**-**	**134.932**
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	134.932	-	134.932
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (**Nota 6**)	**763.944**	**582.520**	**763.944**	**582.520**
Carteira Própria	763.944	582.520	763.944	582.520
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (**Nota 7**)	**80.234**	**64.074**	**80.234**	**64.074**
Créditos Vinculados:	80.234	64.074	80.234	64.074
- SFH - Sistema Financeiro da Habitação	80.234	64.074	80.234	64.074
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (**Nota 8**)	**2.365.804**	**2.215.956**	**2.365.804**	**2.215.956**
Operações de Crédito:	2.365.804	2.215.956	2.365.804	2.215.956
- Setor Privado	2.365.804	2.215.956	2.365.804	2.215.956
OUTROS CRÉDITOS (**Nota 9**)	**176.623**	**128.033**	**215.974**	**190.584**
Rendas a Receber	-	-	20	20
Diversos	188.350	135.072	227.681	197.603
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa sem Característica de Concessão de Crédito	(11.727)	(7.039)	(11.727)	(7.039)
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO (Nota 8 f)	**(63.174)**	**(63.943)**	**(63.174)**	**(63.943)**
Provisão para Perdas de Operações de Crédito	(63.174)	(63.943)	(63.174)	(63.943)
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	**215.529**	**176.706**	**281.785**	**222.296**
Créditos Tributários sobre diferenças temporárias (**Nota 22**)	151.824	151.801	189.851	180.434
Créditos Tributários sobre base fiscal negativa (**Nota 22**)	-	-	8.476	1.573
Créditos Tributários sobre impostos e contribuições a compensar (**Nota 9.2**)	63.705	24.905	83.458	40.289
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	**68.790**	**77.131**	**68.790**	**77.131**
Outros Valores e Bens	72.747	77.818	72.747	77.818
Provisões para Desvalorizações	(7.255)	(7.207)	(7.255)	(7.207)
Despesas Antecipadas	3.298	6.520	3.298	6.520
INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÃO DE COLIGADAS E CONTROLADAS (Nota 11)	**99.808**	**116.703**	**-**	**-**
Participação em Coligadas e Controladas	99.808	116.703	-	-
OUTROS INVESTIMENTOS (Nota 11)	**6**	**6**	**6**	**6**
Outros Investimentos	454	454	454	454
Provisões para Perdas	(448)	(448)	(448)	(448)
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)	**184.059**	**181.659**	**266.838**	**252.534**
Imóveis de Uso	55.995	56.085	74.110	74.103
Outras Imobilizações de Uso	128.064	125.574	192.728	178.431
INTANGIVEL (Nota 13)	**86.279**	**75.250**	**117.081**	**88.975**
Ativos Intangiveis	86.279	75.250	117.081	88.975
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	**(205.134)**	**(195.974)**	**(242.374)**	**(226.911)**
Depreciações Acumuladas - Imobilizado de Uso (**Nota 12**)	(142.313)	(136.377)	(174.896)	(163.418)
Amortização Acumulada - Ativos Intangiveis (**Nota 13**)	(62.821)	(59.597)	(67.478)	(63.493)
T O T A L	**7.760.906**	**7.319.532**	**8.339.340**	**7.805.344**

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

	BANESE MÚLTIPLO		BANESE CONSOLIDADO	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
P A S S I V O				
CIRCULANTE	**5.312.490**	**4.919.782**	**5.840.907**	**5.347.538**
DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	**5.138.285**	**4.775.622**	**5.120.564**	**4.758.963**
DEPÓSITOS (**Nota 14**)	**5.069.400**	**4.676.763**	**5.046.244**	**4.654.986**
Depósitos à Vista	1.185.161	1.158.353	1.170.362	1.142.761
Depósitos de Poupança	2.034.501	1.937.941	2.034.501	1.937.941
Depósitos Interfinanceiros	146.509	152.007	146.509	152.007
Depósitos a Prazo	1.702.998	1.427.978	1.692.378	1.419.439
Depósitos Outros	231	484	2.494	2.838
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (**Nota 14**)	**10.914**	**-**	**3.301**	**-**
Carteira Própria	10.914	-	3.301	-
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (**Nota 14**)	**1.821**	**1.577**	**14.869**	**6.695**
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	1.821	1.577	14.869	6.695
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS (**Nota 14**)	**21.114**	**40.364**	**21.114**	**40.364**
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	21.114	40.364	21.114	40.364
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (**Nota 14**)	**35.036**	**56.918**	**35.036**	**56.918**
BNDES	2.471	2.925	2.471	2.925
FINAME	207	382	207	382
Outras Instituições	32.358	53.611	32.358	53.611
OUTROS PASSIVOS (Nota 15)	**174.205**	**144.160**	**720.343**	**588.575**
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	1.989	2.607	2.497	2.948
Sociais e Estatutárias	35.803	16.182	35.803	17.457
Fiscais e Previdenciárias	12.680	11.043	15.942	14.510
Recursos em Trânsito de Terceiros	260	298	260	298
Diversas	123.473	114.030	665.841	553.362
NÃO CIRCULANTE	**1.852.860**	**1.838.428**	**1.863.444**	**1.850.376**
DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	**1.563.188**	**1.548.514**	**1.561.995**	**1.539.737**
DEPÓSITOS (**Nota 14**)	**1.480.132**	**1.427.559**	**1.480.132**	**1.427.559**
Depósitos a Prazo	1.480.132	1.427.559	1.480.132	1.427.559
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (**Nota 14**)	**4.450**	**12.954**	**3.257**	**4.177**
Carteira Própria	4.450	12.954	3.257	4.177
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS (**Nota 14**)	**4.964**	**20.369**	**4.964**	**20.369**
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	4.964	20.369	4.964	20.369
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (**Nota 14**)	**73.642**	**87.632**	**73.642**	**87.632**
BNDES	4.424	7.897	4.424	7.897
FINAME	179	415	179	415
Outras Instituições	69.039	79.320	69.039	79.320
OUTROS PASSIVOS (Nota 15)	**140.565**	**130.424**	**141.166**	**131.013**
Fiscais e Previdenciárias	-	4.318	-	4.318
Dívidas Subordinadas	140.564	126.105	140.564	126.105
Diversas	1	1	602	590
PROVISÕES	**149.107**	**149.657**	**160.283**	**169.793**
Provisão para contingências (**Nota 16b**)	149.107	149.657	160.283	169.793
RECEITAS DIFERIDAS (Nota 17)	**-**	**9.833**	**-**	**9.833**
Resultados de Exercícios Futuros	-	9.833	-	9.833
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 19)	**595.556**	**561.322**	**634.989**	**607.430**
Capital Social - De Domiciliados no País	513.000	426.000	513.000	426.000
Reservas de Lucros	82.556	130.044	82.556	130.044
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	5.278	-	5.278
Participação de Não Controladores (**Nota 18**)	-	-	39.433	46.108
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**7.760.906**	**7.319.532**	**8.339.340**	**7.805.344**

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EM REAIS MIL

E V E N T O S	CAPITAL REALIZADO	AUMENTO DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS (PREJUIZOS) ACUMULADOS	TOTAL BANESE MÚLTIPLO	PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES	TOTAL BANESE CONSOLIDADO
	CAPITAL SOCIAL		LEGAL	ESTATUTÁRIA	Reapresentado	Reapresentado			
SALDOS EM 31.12.2020 Reapresentado	**348.000**	**78.000**	**38.455**	**28.850**	**(8.177)**	**-**	**485.128**	**45.928**	**531.056**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	83.739	**83.739**	-	**83.739**
- Aumento de Capital	78.000	(78.000)	-	-	-	-	-	-	-
- Ganhos/(Perdas) Atuariais	-	-	-	-	13.455	-	**13.455**	-	**13.455**
- Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	(21.000)	**(21.000)**	-	**(21.000)**
- Variação na Participação de Não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	**180**	**180**
DESTINAÇÕES:									
- Reservas Legal	-	-	4.186	-	-	(4.186)	-	-	-
- Reservas para Margem Operacional	-	-	-	58.553		(58.553)			
SALDOS EM 31.12.2021	**426.000**	**-**	**42.641**	**87.403**	**5.278**	**-**	**561.322**	**46.108**	**607.430**
MUTAÇÕES DO PERÍODO	**78.000**	**(78.000)**	**4.186**	**58.553**	**13.455**	**-**	**76.194**	**180**	**76.374**
SALDOS EM 31.12.2021	**426.000**	**-**	**42.641**	**87.403**	**5.278**	**-**	**561.322**	**46.108**	**607.430**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	75.512	75.512	-	**75.512**
- Aumento de Capital	87.000	-	-	(87.000)	-	-	-	-	-
- Ganhos/(Perdas) Atuariais	-	-	-	-	(5.278)	-	**(5.278)**	-	**(5.278)**
- Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	(36.000)	(36.000)	-	**(36.000)**
- Variação na Participação de Não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	**(6.675)**	**(6.675)**
DESTINAÇÕES:							-	-	-
- Reservas	-	-	3.775	35.737	-	(39.512)	-	-	-
SALDOS EM 31.12.2022	**513.000**	**-**	**46.416**	**36.140**	**-**	**-**	**595.556**	**39.433**	**634.989**
MUTAÇÕES DO PERÍODO	**87.000**	**-**	**3.775**	**(51.263)**	**(5.278)**	**-**	**34.234**	**(6.675)**	**27.559**
SALDOS EM 30.06.2022	**426.000**	**-**	**43.468**	**87.403**	**6.714**	**15.703**	**579.288**	**43.629**	**622.917**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	58.982	58.982	-	**58.982**
- Aumento de Capital	87.000	-	-	(87.000)	-	-	-	-	-
- Ganhos/(Perdas) Atuariais	-	-	-	-	(6.714)	-	**(6.714)**	-	**(6.714)**
- Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	(36.000)	(36.000)	-	**(36.000)**
- Variação na Participação de Não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	**(4.196)**	**(4.196)**
DESTINAÇÕES:							-	-	-
- Reservas	-	-	2.948	35.737	-	(38.685)	-	-	-
SALDOS EM 31.12.2022	**513.000**	**-**	**46.416**	**36.140**	**-**	**-**	**595.556**	**39.433**	**634.989**
MUTAÇÕES DO PERÍODO	**87.000**	**-**	**2.948**	**(51.263)**	**(6.714)**	**(15.703)**	**16.268**	**(4.196)**	**12.072**

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

Relatório de Desempenho 2022

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EM REAIS MIL

	BANESE MÚLTIPLO				BANESE CONSOLIDADO			
	2022		2021		2022		2021	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA ...	**570.212**	**1.074.465**	**396.256**	**710.872**	**563.276**	**1.061.590**	**396.528**	**719.587**
Operações de Crédito (**Nota 8 h.**)	328.238	636.930	291.047	561.177	321.669	624.924	289.198	558.526
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (**Nota 6 b.**)	221.510	405.308	96.698	135.584	221.143	404.439	98.819	146.950
Resultado das Aplicações Compulsórias (**Nota 7 b.**)	20.464	32.227	8.511	14.111	20.464	32.227	8.511	14.111
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**(360.717)**	**(688.783)**	**(192.588)**	**(283.756)**	**(411.665)**	**(782.142)**	**(222.975)**	**(331.338)**
Operações de Captações no Mercado (**Nota 14 d**)	(291.804)	(541.445)	(134.620)	(199.902)	(290.573)	(539.224)	(133.567)	(197.394)
Operações de Empréstimos e Repasses (**Nota 14 d**)	(4.945)	(10.650)	(7.167)	(11.944)	(4.945)	(10.650)	(7.167)	(11.944)
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito (**Nota 8 f**)	(63.968)	(136.688)	(50.801)	(71.910)	(63.968)	(136.688)	(50.801)	(71.910)
Provisão para Empréstimo Rotativo Cartão de Crédito (**Nota 8 f**)	-	-	-	-	(52.179)	(95.580)	(31.440)	(50.090)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**209.495**	**385.682**	**203.668**	**427.116**	**151.611**	**279.448**	**173.553**	**388.249**
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	**(131.839)**	**(275.940)**	**(132.848)**	**(255.485)**	**(88.465)**	**(191.169)**	**(101.313)**	**(202.736)**
Receitas de Prestação de Serviços (**Nota 20 a**)	30.093	57.470	33.387	61.534	75.927	159.867	89.331	163.098
Receitas de Tarifas Bancárias (**Nota 20 b**)	34.353	68.030	33.647	67.525	34.353	68.030	33.647	67.525
Despesas de Pessoal (**Nota 20 c**)	(96.885)	(190.645)	(93.996)	(178.631)	(118.611)	(232.480)	(113.673)	(215.925)
Outras Despesas Administrativas (**Nota 20 d**)	(114.178)	(216.369)	(106.859)	(202.542)	(149.469)	(286.240)	(140.488)	(267.787)
Despesas Tributárias (**Nota 20 e**)	(20.489)	(40.360)	(19.080)	(36.995)	(33.526)	(67.021)	(32.951)	(62.677)
Resultado de Participações em Coligadas e Controlada (**Nota 11**)	(10.620)	(16.895)	(2.293)	5.277	-	-	-	-
Outras Receitas Operacionais (**Nota 20 f**)	62.145	100.614	41.191	68.612	136.368	240.902	98.200	180.677
Outras Despesas Operacionais (**Nota 20 g**)	(16.258)	(37.785)	(18.845)	(40.265)	(33.507)	(74.227)	(35.379)	(67.647)
DESPESAS PROVISÕES	**(11.608)**	**(19.933)**	**(12.103)**	**(27.987)**	**(13.677)**	**(23.651)**	**(15.696)**	**(33.149)**
Despesa com Provisões Judiciais (**Nota 20 h**)	(11.608)	(19.933)	(12.103)	(27.987)	(13.677)	(23.651)	(15.696)	(33.149)
RESULTADO OPERACIONAL	**66.048**	**89.809**	**58.717**	**143.644**	**49.469**	**64.628**	**56.544**	**152.364**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	**66.048**	**89.809**	**58.717**	**143.644**	**49.469**	**64.628**	**56.544**	**152.364**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**1.838**	**(2.758)**	**(21.013)**	**(47.465)**	**14.221**	**15.748**	**(18.246)**	**(52.600)**
Despesa com Imposto de Renda (**Nota 22**)	4.104	(4.636)	(14.299)	(23.588)	4.104	(3.433)	(16.425)	(29.192)
Despesa com Contribuição Social (**Nota 22**)	3.256	(3.211)	(15.258)	(22.839)	3.256	(2.204)	(17.242)	(26.968)
IR e CSLL Diferidos	(5.522)	5.089	8.544	(1.038)	6.861	21.385	15.421	3.560
PARTICIPAÇÕES DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES NO LUCRO	**(8.904)**	**(11.539)**	**(4.758)**	**(12.440)**	**(8.904)**	**(11.539)**	**(4.758)**	**(12.440)**
LUCRO LÍQUIDO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES	**58.982**	**75.512**	**32.946**	**83.739**	**54.786**	**68.837**	**33.540**	**87.324**
PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES (Nota 18)	-	-	-	-	**4.196**	**6.675**	**(594)**	**(3.585)**
LUCRO LÍQUIDO	**58.982**	**75.512**	**32.946**	**83.739**	**58.982**	**75.512**	**32.946**	**83.739**
Lucro líquido por Ação Ordinária do Capital Social (em R$)		4,71		5,22				
Lucro líquido por Ação Preferencial do Capital Social (em R$)		5,18		5,74				

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - EM REAIS MIL

	BANESE MÚLTIPLO E CONSOLIDADO			
	2022		2021	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	**58.982**	**75.512**	**32.946**	**83.739**
Itens que serão reclassificados para o resultado	-	-	-	-
Itens que não serão reclassificados para o resultado - Passivo Atuarial	(6.714)	(5.278)	9.234	13.455
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	**52.268**	**70.234**	**42.180**	**97.194**
RESULTADO ABRANGENTE ATRIBUÍVEL AO ACIONISTA CONTROLADOR	**48.072**	**63.559**	**42.774**	**100.779**
RESULTADO ABRANGENTE ATRIBUÍVEL AO ACIONISTA NÃO CONTROLADOR	**4.196**	**6.675**	**(594)**	**(3.585)**

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - EM REAIS MIL

	BANESE MÚLTIPLO				BANESE CONSOLIDADO			
	2022		2021		2022		2021	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS								
Lucro Líquido Ajustado	**126.030**	**225.456**	**92.521**	**186.074**	**164.097**	**295.302**	**26.721**	**153.869**
Lucro Líquido	**58.982**	**75.512**	**32.946**	**83.739**	**58.982**	**75.512**	**32.946**	**83.739**
Ajuste ao Lucro Líquido	**67.048**	**149.944**	**59.575**	**102.335**	**105.115**	**219.790**	**(6.225)**	**70.130**
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	63.968	136.688	50.801	71.910	63.968	136.688	50.801	71.910
Provisão/(Reversão) para Créditos Vinculados-FCVS	6.599	12.001	1.467	3.245	6.599	12.001	1.467	3.245
Depreciações e Amortizações	5.660	11.325	6.578	14.007	9.086	17.695	9.163	18.949
Crédito de Pis e Cofins sobre Depreciações na coligada	-	-	-	-	(316)	(587)	(239)	(455)
Ajuste de Provisões Passivas	11.608	19.933	12.103	27.987	13.677	23.651	15.696	33.149
Outras Provisões Operacionais	4.562	13.857	4.684	7.116	11.030	26.603	10.660	15.398
Despesa com prêmio de fidelização	235	531	171	411	789	1.362	371	835
TVM Ajuste ao Valor de Mercado	(521)	(936)	(1.658)	(998)	(521)	(936)	(1.658)	(998)
Ativo Fiscal Diferido	5.522	(5.089)	(8.544)	1.038	(6.861)	(21.385)	(15.421)	(3.560)
Perda de Capital	1.705	3.621	3.241	4.490	3.342	6.188	4.213	5.924
Reversão de Outras Provisões Operacionais	(27.993)	(33.456)	(18.136)	(27.597)	(30.534)	(47.293)	(18.860)	(29.024)
Atualização Monetária	(7.534)	(15.314)	(2.659)	(7.452)	(9.181)	(18.267)	(2.912)	(8.608)
Outras Receitas Operacionais	(669)	(4.834)	-	-	(1.428)	(6.232)	-	-
Resultado de Participação em controladas	10.620	16.895	2.293	(5.277)	-	-	-	-
Ganhos/(Perdas) Outros Resultados Abrangentes	(6.714)	(5.278)	9.234	13.455	(6.714)	(5.278)	9.234	13.455
Provisão para Empréstimo Rotativo Cartão de Crédito	-	-	-	-	52.179	95.580	(68.740)	(50.090)
Variação de Ativos e Obrigações	**(183.743)**	**197.241**	**(114.084)**	**(565.914)**	**(201.047)**	**165.387**	**(34.136)**	**(511.438)**
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	528.115	493.596	28.050	(164.466)	528.115	493.596	28.050	(164.466)
(Aumento) Redução em T.V.M. e Instrumentos Financeiros Derivativos	(7.711)	(136.584)	70.255	(197.668)	(7.344)	(123.865)	155.660	(102.588)
(Aumento) Redução em Rel. Interfinanceiras (Ativos/Passivos)	(246.175)	(233.536)	(33.123)	(50.259)	(214.012)	(208.581)	(63.038)	(111.711)
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	(9.787)	(187.807)	(242.987)	(523.375)	(9.787)	(187.807)	(242.987)	(523.375)
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	4.560	9.522	3.950	(5.523)	3.135	7.396	3.425	(6.603)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	23.988	10.164	26.916	28.961	(16.172)	(46.125)	(47.607)	(60.939)
Aumento (Redução) em Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	(60.344)	(112.062)	(22.606)	(45.993)	(97.931)	(176.581)	63.735	21.285
(Aumento) Redução em Créditos Tributários	(17.069)	(38.823)	(13.023)	5.090	(30.579)	(59.489)	(20.835)	(5.380)
Aumento (Redução) em Depósitos	(382.388)	445.210	116.397	485.495	(394.125)	443.831	164.757	610.103
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto	(29)	2.410	1.686	5.140	(776)	2.381	979	(3.637)
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	(25.032)	(35.872)	3.224	14.101	(25.032)	(35.872)	3.224	14.101
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros	-	(9.833)	(303)	(518)	-	(9.833)	(303)	(518)
Aumento (Redução) em Outros Passivos	23.867	11.339	(31.699)	(80.746)	81.009	99.497	(57.711)	(140.236)
Aumento (Redução) em Provisões	(15.738)	(20.483)	(20.821)	(36.153)	(17.548)	(33.161)	(21.485)	(37.474)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADE OPERACIONAIS	**(57.713)**	**422.697**	**(21.563)**	**(379.840)**	**(36.950)**	**460.689**	**(7.415)**	**(357.569)**
FLUXO DE CAIXA ATIVIDADES DE INVESTIMENTO								
Transferência de Imobilizado de Uso p/Comodato	-	-	-	-	-	-	(109)	(109)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(2.051)	(5.175)	(2.168)	(7.583)	(7.077)	(17.232)	(7.901)	(17.498)
Crédito Tributário sobre Aquisição de Imobilizado de Uso e Intangível	-	-	-	-	286	528	239	455
Baixa de Imobilizado de Uso	52	372	1.006	1.006	60	389	1.006	1.010
Baixa de Depreciação	-	-	(1.199)	(1.199)	-	-	(1.199)	(1.199)
Aplicações no Intangível	(6.132)	(11.029)	(3.619)	(6.400)	(15.165)	(28.046)	(11.427)	(14.612)
Transferência para Bens não de uso	(1)	238	243	236	67	306	312	236
Dividendo recebido de controlada	-	-	-	4.821	-	-	-	-
CAIXA LÍQUDO PROVENIENTE/UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(8.132)**	**(15.594)**	**(5.737)**	**(9.119)**	**(21.829)**	**(44.055)**	**(19.079)**	**(31.717)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO								
Participação de não controladores	-	-	-	-	(4.196)	(6.675)	(906)	180
Juros Sobre o Capital Próprio	(36.000)	(36.000)	(16.000)	(21.000)	(36.000)	(36.000)	(16.000)	(21.000)
Aumento (Redução) em Recursos de Letras Imobiliárias	(12.682)	(34.655)	(2.500)	(21.840)	(12.682)	(34.655)	(2.500)	(21.840)
Dívidas Subordinadas	4.211	14.459	9.576	17.691	4.211	14.459	9.576	17.691
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**(44.471)**	**(56.196)**	**(8.924)**	**(25.149)**	**(48.667)**	**(62.871)**	**(9.830)**	**(24.969)**
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	**(110.316)**	**350.907**	**(36.224)**	**(414.108)**	**(107.446)**	**353.763**	**(36.324)**	**(414.255)**
Caixa e equivalente de caixa no ínicio do período	774.274	313.051	349.275	727.159	774.443	313.234	349.558	727.489
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	663.958	663.958	313.051	313.051	666.997	666.997	313.234	313.234

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS - EM REAIS MIL

	BANESE MÚLTIPLO				BANESE CONSOLIDADO			
	2022		2021		2022		2021	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
APURAÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
Receita da intermediação financeira	570.212	1.074.465	396.256	710.872	563.276	1.061.590	396.528	719.587
Despesa da intermediação financeira	(360.717)	(688.783)	(192.588)	(283.756)	(411.665)	(782.142)	(222.975)	(331.338)
Outras receitas/ despesas operacionais/ despesas provisões	34.279	42.896	10.243	360	89.183	143.023	47.125	79.881
Receita da prestação de serviços	64.446	125.500	67.034	129.059	110.280	227.897	122.978	230.623
Materiais, energia, serviço de terceiros e outros	(106.950)	(201.975)	(98.260)	(184.648)	(137.392)	(262.475)	(127.801)	(241.699)
Valor Adicionado Bruto	**201.270**	**352.103**	**182.685**	**371.887**	**213.682**	**387.893**	**215.855**	**457.054**
Retenções	**(5.660)**	**(11.325)**	**(6.578)**	**(14.007)**	**(8.770)**	**(17.108)**	**(8.924)**	**(18.494)**
Amortização	(1.771)	(3.224)	(1.795)	(4.005)	(2.179)	(3.907)	(2.013)	(4.411)
Depreciação	(3.889)	(8.101)	(4.783)	(10.002)	(6.591)	(13.201)	(6.911)	(14.083)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	**195.610**	**340.778**	**176.107**	**357.880**	**204.912**	**370.785**	**206.931**	**438.560**
Valor Adicionado Recebido em Transferência	**(10.620)**	**(16.895)**	**(2.293)**	**5.277**	-	-	-	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	(10.620)	(16.895)	(2.293)	5.277	-	-	-	-
Valor Adicionado a Distribuir	**184.990**	**323.883**	**173.814**	**363.157**	**204.912**	**370.785**	**206.931**	**438.560**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
Governo	**18.651**	**43.118**	**40.093**	**84.460**	**19.305**	**51.273**	**51.197**	**115.277**
Despesas Tributárias	26.011	35.271	10.536	38.033	26.665	45.636	17.530	59.117
Imposto de renda e contribuição social	(7.360)	7.847	29.557	46.427	(7.360)	5.637	33.667	56.160
Empregados	**105.789**	**202.184**	**98.754**	**191.071**	**127.514**	**244.018**	**118.431**	**228.365**
Salários e honorários	57.336	115.334	57.968	110.207	71.236	142.094	70.608	133.735
Encargos sociais	21.280	41.772	20.657	39.909	25.927	50.450	24.431	47.173
Previdência privada	3.657	6.660	3.049	5.548	3.657	6.660	3.049	5.548
Benefícios e treinamentos	14.612	26.879	12.322	22.967	17.790	33.275	15.585	29.469
Participação nos resultados	8.904	11.539	4.758	12.440	8.904	11.539	4.758	12.440
Aluguéis	**1.568**	**3.069**	**1.474**	**3.340**	**1.762**	**3.436**	**1.651**	**3.678**
Taxas e Contribuições	-	-	**547**	**547**	**1.545**	**3.221**	**2.112**	**3.916**
Acionistas	**36.000**	**36.000**	**21.000**	**21.000**	-	-	**21.000**	**21.000**
Juros sobre o capital próprio	36.000	36.000	21.000	21.000		-	21.000	21.000
Participação não Controladores	-	-	-	-	**(4.196)**	**(6.675)**	**594**	**3.585**
(Prejuízo)/Lucro Retido	**22.982**	**39.512**	**11.946**	**62.739**	**58.982**	**75.512**	**11.946**	**62.739**
Valor Adicionado Distribuído	**184.990**	**323.883**	**173.814**	**363.157**	**204.912**	**370.785**	**206.931**	**438.560**

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

Relatório de **Desempenho** **2022**

Pode Contar **Banese**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco do Estado de Sergipe S.A. - Banese, ("Instituição" ou "Banco") é uma sociedade anônima de capital aberto controlada pelo Governo do Estado de Sergipe, com sede na Rua Olímpio de Souza Campos Júnior, 31 – Aracaju/SE. Opera na forma de banco múltiplo e disponibiliza produtos e serviços bancários, por meio das carteiras de crédito comercial, desenvolvimento e imobiliário, além de contar com 63 agências no Estado de Sergipe, sendo 54 unidades físicas (12 na capital e 42 no interior).

Como fonte de financiamento de suas operações, o Banese utiliza-se, além dos recursos dos acionistas (Patrimônio Líquido), de recursos obtidos principalmente com captações de depósitos à vista, poupança e depósitos a prazo, que incluem os depósitos judiciais.

O Banese atua como banco oficial do Governo do Estado de Sergipe na administração dos recursos do Estado, assim como na prestação de serviços referentes às folhas de pagamento da administração direta e indireta.

1.1 Indicações para a diretoria executiva

Conforme Comunicados ao Mercado, o Banese recebeu, por meio de ofícios do Gabinete do Governador do Estado de Sergipe, as indicações abaixo para a composição da Diretoria Executiva:

- Em 27 de dezembro de 2022, a indicação do Sr. Marco Antônio Queiroz para assumir o cargo de Presidente da Companhia, em substituição ao Sr. Helom Oliveira da Silva;
- Em 05 de janeiro de 2023, a indicação do Sr. Marcos Venicius Nascimento para assumir o cargo de Diretor Administrativo, em substituição à Sra. Lea Selmara Almeida Matos; e
- Em 06 de fevereiro de 2023 a indicação do Sr. Wesley Teixeira Cabral para assumir o cargo de Diretor de Crédito e Serviços, em substituição ao Sr. Ademario Alves de Jesus, e a indicação do Sr. Kleber Teles Dantas para assumir o cargo de Diretor de Gestão Estratégica e Tecnologia, em substituição ao Sr. Luciano Cerqueira Passos.

Foram adotadas as providências necessárias para a efetivação dos mesmos, com análise pelo Conselho de Administração e demais órgãos de governança do Banco, bem como com posterior encaminhamento para homologação por parte do Banco Central do Brasil – BACEN.

1.2 Potencial parceria estratégica

Em continuidade ao fato relevante publicado em 17 de agosto de 2022, que dispõe sobre as tratativas confidenciais de possível parceria estratégica com o BRB – Banco de Brasília S.A. oriunda de proposta não vinculante para eventual realização de operação de aumento de capital por meio de subscrição, houve a divulgação de novo fato relevante, em 30 de setembro de 2022, que versa acerca do recebimento de proposta vinculante apresentada pelo BRB ao acionista controlador do Banese para eventual subscrição de ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia, através da realização de operação de aumento de capital.

O anúncio dos termos e condições finais da Operação ocorrerá mediante a conclusão bem-sucedida das tratativas com o acionista controlador e das aprovações dos órgãos de governança da Companhia, que, se concretizada, não alterará o controle societário do Banese.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/1976, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no que for aplicável.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência ao padrão contábil internacional, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma, a instituição, na elaboração das suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo BACEN:

- CPC 00(R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro - Resolução CMN nº 4.924/2021;
- CPC 01(R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - Resolução CMN nº 4.924/2021;
- CPC 02(R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras - Resolução CMN nº 4.524/2016;
- CPC 03(R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa - Resolução CMN nº 4.818/2020;
- CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/2016;
- CPC 05(R1) - Divulgação sobre partes relacionadas - Resolução CMN nº 4.818/2020;
- CPC 10(R1) - Pagamento baseado em ações - Resolução CMN nº 3.989/2011;
- CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - Resolução CMN nº 4.924/2021;
- CPC 24 - Eventos subsequentes - Resolução CMN nº 4.818/2020;
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - Resolução CMN nº 3.823/2009;
- CPC 27 - Ativo Imobilizado - Resolução CMN nº 4.535/2016;
- CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados - Resolução CMN nº 4.877/2020;
- CPC 41 - Resultado por Ação - Resolução CMN nº 4.818/2020; e
- CPC 46 - Mensuração do Valor Justo - Resolução CMN nº 4.924/2021.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e outras provisões, crédito tributário e passivo atuarial. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

2.1 Principais práticas adotadas na consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com os princípios de consolidação previstos na legislação em vigor, abrangendo as demonstrações financeiras do Banco do Estado de Sergipe S.A. - Banese e de sua controlada MULVI Instituição de Pagamentos S.A., conforme Resolução CMN nº 2.723/2000.

A Resolução BCB nº 02 e a Resolução CMN nº 4.818/2020 dispõem sobre os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras com vigência a partir de 1º de janeiro de 2021. As principais alterações implementadas foram: os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com os do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente e a divulgação dos resultados não recorrentes. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido, incluindo a Demonstração de Resultado Abrangente. As presentes demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as referidas normas.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, do passivo, das receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as seguintes eliminações:

- Das participações no capital, reservas e resultados acumulados;
- Dos saldos de contas integrantes do ativo e/ou passivo, mantidas entre as empresas cujos balanços patrimoniais foram consolidados; e
- Dos efeitos decorrentes das transações realizadas entre essas instituições.

Para melhor entendimento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, segue de forma resumida o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

	Banese	Mulvi	Eliminações	Banese Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2022	31.12.2022	31.12.2022	31.12.2021
ATIVO CIRCULANTE	**3.988.138**	**612.005**	**(115.711)**	**4.484.432**	**4.267.190**
Disponibilidade	**63.973**	**17.838**	**(14.799)**	**67.012**	**59.949**
Instrumentos Financeiros	**4.012.866**	**672.546**	**(100.912)**	**4.584.500**	**4.318.810**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.367.835	8.806	(8.806)	1.367.835	1.379.799
Títulos e valores mobiliários	818.519	13.184	(10.620)	821.083	877.706
Relações interfinanceiras	613.258	76.205	-	689.463	500.869
Operações de crédito	888.460	-	-	888.460	850.501
Outros créditos	324.794	574.351	(81.486)	817.659	709.935
Provisão para Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito	**(90.078)**	**(82.714)**	-	**(172.792)**	**(116.336)**
Outros valores e bens	**1.377**	**4.335**	-	**5.712**	**4.767**
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**3.772.768**	**181.948**	**(99.808)**	**3.854.908**	**3.538.154**
Realizável a longo prazo	**3.607.750**	**105.607**	-	**3.713.357**	**3.423.550**
Instrumentos Financeiros	**3.386.605**	**39.351**	-	**3.425.956**	**3.188.066**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	-	-	134.932
Títulos e valores mobiliários	763.944	-	-	763.944	582.520
Relações interfinanceiras	80.234	-	-	80.234	64.074
Operações de crédito	2.365.804	-	-	2.365.804	2.215.956
Outros créditos	176.623	39.351	-	215.974	190.584
Provisão para Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito	**(63.174)**	-	-	**(63.174)**	**(63.943)**
Créditos Tributários	**215.529**	**66.256**	-	**281.785**	**222.296**
Outros valores e bens	**68.790**	-	-	**68.790**	**77.131**
Investimentos em Participação de Coligadas e Controladas	**99.808**	-	**(99.808)**	-	-
Outros Investimentos	**6**	-	-	**6**	**6**
Imobilizado de Uso	**184.059**	**82.779**	-	**266.838**	**252.534**
Intangível	**86.279**	**30.802**	-	**117.081**	**88.975**
Depreciações e Amortizações	**(205.134)**	**(37.240)**	-	**(242.374)**	**(226.911)**
Total do ativo	**7.760.906**	**793.953**	**(215.519)**	**8.339.340**	**7.805.344**
PASSIVO CIRCULANTE	**5.312.490**	**642.935**	**(114.518)**	**5.840.907**	**5.347.538**
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	**5.138.285**	**96.797**	**(114.518)**	**5.120.564**	**4.758.963**
Depósitos	5.069.400	2.263	(25.419)	5.046.244	4.654.986
Relações interfinanceiras	1.821	94.534	(81.486)	14.869	6.695
Captações no mercado aberto	10.914	-	(7.613)	3.301	-
Recursos de aceites e emissão de títulos	21.114	-	-	21.114	40.364
Obrigações por empréstimos e repasses	35.036	-	-	35.036	56.918
Outros Passivos	**174.205**	**546.138**	-	**720.343**	**588.575**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**1.852.860**	**11.777**	**(1.193)**	**1.863.444**	**1.850.376**
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	**1.563.188**	-	**(1.193)**	**1.561.995**	**1.539.737**
Depósitos	1.480.132	-	-	1.480.132	1.427.559
Captações no mercado aberto	4.450	-	(1.193)	3.257	4.177
Recursos de aceites e emissão de títulos	4.964	-	-	4.964	20.369
Obrigações por empréstimos e repasses	73.642	-	-	73.642	87.632
Outros Passivos	**140.565**	**601**	-	**141.166**	**131.013**
Provisões	**149.107**	**11.176**	-	**160.283**	**169.793**
Receitas Diferidas	-	-	-	-	**9.833**
Patrimônio líquido	**595.556**	**139.241**	**(99.808)**	**634.989**	**607.430**
Capital Social	513.000	133.827	(133.827)	513.000	426.000
Reserva de Capital	-	5.414	(5.414)	-	-
Reserva de Lucro	82.556	-	-	82.556	130.044
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	5.278
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	-	-	-	-
Participação de Não Controladores	-	-	39.433	39.433	46.108
Total do passivo e patrimônio líquido	**7.760.906**	**793.953**	**(215.519)**	**8.339.340**	**7.805.344**

Segue de forma resumida a demonstração do resultado consolidada em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Banese	MULVI	Eliminações	Banese Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2022	31.12.2022	31.12.2022	31.12.2021
Receitas de intermediação financeira	1.074.465	1.352	(14.227)	1.061.590	719.587
Despesas de intermediação financeira	(688.783)	(95.580)	2.221	(782.142)	(331.338)
Resultado bruto da intermediação financeira	**385.682**	**(94.228)**	**(12.006)**	**279.448**	**388.249**
Outras receitas/despesas operacionais	(275.940)	55.869	28.902	(191.169)	(202.736)
Despesas de provisões	(19.933)	(3.718)	-	(23.651)	(33.149)
Resultado operacional	**89.809**	**(42.077)**	**16.896**	**64.628**	**152.364**
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participação	**89.809**	**(42.077)**	**16.896**	**64.628**	**152.364**
Imposto de renda e contribuição social	(2.758)	18.506	-	15.748	(52.600)
Participações estatutárias no lucro	(11.539)	-	-	(11.539)	(12.440)
Lucro líquido antes da participação de não controladores	**75.512**	**(23.571)**	**16.896**	**68.837**	**87.324**
Participação de não controladores	-	-	6.675	6.675	(3.585)
Lucro líquido	**75.512**	**(23.571)**	**23.571**	**75.512**	**83.739**

2.2 Reconciliação entre BRGAAP e IFRS

a. Conciliações entre BRGAAP e IFRS relativas ao patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022 e ao lucro líquido do 4º trimestre de 2022.

	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício
	31.12.2022	31.12.2022
Patrimônio líquido e resultado atribuíveis ao conglomerado (BRGAAP)	**634.989**	**68.837**
Provisão para perdas de crédito esperadas	10.479	27.632
Provisão para limites de crédito	(20.119)	4.652
Ajustes de mensuração de ativos financeiros - IFRS 9	(4.992)	(938)
Ajuste de depreciação	4.807	45
Ajustes de mensuração de arrendamento mercantil - IFRS16	(590)	(40)
IR e CS diferidos sobre as diferenças	5.300	(14.149)
Patrimônio líquido e resultado atribuíveis ao conglomerado (IFRS)	**629.874**	**86.039**

Descrição das principais diferenças entre BRGAAP e IFRS

Estão apresentadas abaixo as práticas contábeis aplicáveis ao Banese em conformidade com o BRGAAP que diferem do IFRS e que são apresentadas nas reconciliações acima.

a. Perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis:

Refere-se ao ajuste decorrente da estimativa de perdas sobre a carteira de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA), que foi apurada considerando os requerimentos da IFRS 9 para cálculo de provisões para perdas esperadas. Tais critérios diferem em determinados aspectos dos critérios adotados segundo o BRGAAP, que usa determinados limites regulatórios definidos pelo Bacen. Nas Demonstrações Financeiras em IFRS, esse efeito considera o impacto referente às provisões de determinados instrumentos de dívida e limites concedidos e não utilizados.

As diferenças entre normas do BRGAAP e IFRS resultaram em valores distintos de perdas esperadas por redução ao valor recuperável e em consequência o ajuste foi reconhecido.

b. Diferença de mensuração de ativos financeiros:

Segundo o BRGAAP, o Banese classificou alguns ativos financeiros como "ativos para negociação", que são mensurados ao valor justo através do resultado. Observando os requerimentos de classificação e mensuração da IFRS 9, para fins de elaboração das demonstrações financeiras em IFRS, alguns desses ativos foram classificados e mensurados ao custo amortizado. Dessa maneira, as variações no valor justo desses ativos, que no BRGAAP foram registrados no resultado, foram revertidas nas demonstrações financeiras em IFRS.

Além disso, no BRGAAP, a apropriação de receita de juros relacionada a operações de crédito cessa quando as operações atingem 60 dias de atraso. De acordo com a IFRS, a receita de juros não é mais reconhecida no resultado a partir do momento que a Administração entende que o reconhecimento dessa receita não seja provável, em função de significativa incerteza de recebimento futuro. Assim, o ajuste divulgado refere-se também à apropriação no resultado, nas demonstrações financeiras em IFRS, da receita de juros de operações com atraso superior a 90 dias de atraso.

c. Diferença de taxa de depreciação – Imóveis de uso:

De acordo com o IAS 16.51, o valor residual e a vida útil de um ativo deverão ser revisados pelo menos ao final de cada exercício social e, se as expectativas diferirem das estimativas anteriores, eventuais mudanças deverão ser registradas como uma "mudança de estimativa", segundo os termos do IAS 8 – "Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas Contábeis e Erros".

Para fins de IFRS, em 31 de dezembro de 2010, especificamente para os imóveis, o Banese adotou como prática alterar a vida útil remanescente dos ativos em conformidade com o prazo remanescente apontado nos laudos de avaliação dos imóveis, permanecendo esse critério para os anos posteriores.

Para BRGAAP a depreciação é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: 10% para Móveis e Equipamentos de Uso, Sistemas de Comunicação e de Segurança; 20% para Sistemas de Processamento de Dados e Transportes e 4% para Imóveis de Uso - Edificações.

A aplicação prospectiva da apropriação da nova curva de depreciação para fins de IFRS gerou ajuste de critério contábil.

d. Mensuração de Arrendamento Mercantil

Para fins de IFRS, foi registrado como arrendamento mercantil os contratos de aluguel firmados pelo Banese, registrando-se um ativo de arrendamento, que corresponde ao direito de uso dos ativos subjacentes ao contrato, e de um passivo de arrendamento, que corresponde aos compromissos de pagamento das contraprestações.

e. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre os ajustes IFRS:

A IAS 12 requer a contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis, exceto para impostos diferidos originados de reconhecimento inicial de ágios, reconhecimento inicial de um passivo originado ou ativo adquirido que não se qualifica como uma combinação de negócios e que na data da transação não afeta o resultado e não afeta o lucro (ou perda) para fins fiscais. Os ajustes de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, calculados sobre os ajustes de IFRS, foram refletidos na reconciliação.

f. Plano para a implementação da regulamentação contábil estabelecida na Resolução CMN nº 4.966/2021

Em 25 de novembro de 2021, o Banco Central do Brasil emitiu a Resolução CMN nº 4.966/21, que alterará os conceitos e critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, convergindo com os principais conceitos da norma internacional "IFRS 9 – Instrumentos Financeiros".

A nova regra contábil entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, tendo os ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos por esta Resolução registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Dentre os requerimentos da nova norma, consta a necessidade de elaboração de um plano de implementação. Referido plano foi aprovado pelo Conselho de Administração em 30 de junho de 2022.

Resumo do Plano de Implementação

Em atendimento ao disposto no inciso II do parágrafo único do artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/21, divulgamos a seguir, de forma resumida, o plano de implementação da referida regulamentação:

- **Fase 1 - Avaliação (2022)**: Engloba atividades de diagnóstico para entendimento das principais alterações contábeis originadas pela Resolução, mapeamento dos principais sistemas impactados, elaboração de matriz com detalhamento dos planos de ações identificados;
- **Fase 2 - Desenho (2023)**: Essa fase abrange as atividades de especificações das alterações sistêmicas necessárias, definição de arquitetura sistêmica, desenho de estratégia de transição, novos processos e políticas;
- **Fase 3 - Desenvolvimento (2023/2024)**: Compreende as atividades dos novos desenvolvimentos sistêmicos, metodologias de cálculos (exemplo: método da taxa de juros efetiva, modelos de perdas esperadas dos instrumentos financeiros), elaboração de "DE-PARA" do novo plano de contas e alterações em roteiros contábeis;
- **Fase 4 - Testes e Homologações (2024)**: Engloba a fase dos testes das alterações sistêmicas (em ambiente de homologação) e implantação dos desenvolvimentos sistêmicos testados;
- **Fase 5 - Atividades de transição (2024)**: Definição do novo modelo de divulgação, apuração do balanço de abertura e cálculo dos impactos da adoção inicial. Engloba também atividades de treinamentos, paralelismo de alguns desenvolvimentos sistêmicos prontos e novos processos;
- **Fase 6 - Adoção inicial (1º de janeiro de 2025)**: Adoção efetiva da Resolução CMN nº 4.966/2021.

Durante a execução da Fase 1 do plano de implantação foram mapeados os seguintes principais impactos que foram considerados na definição das atividades que serão executadas nas demais fases da implantação.

- Requerimentos de classificação: determinação da classificação dos ativos financeiros nas categorias Custo Amortizado, Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Valor Justo no Resultado (VJR), considerando o modelo de negócios utilizado no gerenciamento dos ativos financeiros e as características de seus fluxos de caixa contratuais.

- Requerimentos de reconhecimento e mensuração iniciais: reconhecimento dos instrumentos financeiros líquidos de custos e receitas de originação.
- Mensuração subsequente: novas formas de mensuração dos instrumentos financeiros após o reconhecimento inicial, considerando a apropriação de juros pela taxa efetiva de juros, a suspensão de apropriação de juros de ativos financeiros com problema de recuperação de crédito e a nova metodologia de mensuração de operações renegociadas e reestruturadas.
- Perdas esperadas: a mensuração das perdas esperadas de crédito requer o uso de modelos complexos e pressupostos sobre condições econômicas futuras e comportamento do crédito.

O Banese adotará o modelo completo de Perdas Esperadas. O desenvolvimento destes cálculos traz um impacto significativo, considerando a necessidade de levantamento de bases históricas consistentes, organização dos dados e clusterização da carteira, desenvolvimento de modelos estatísticos de perdas esperadas e implantação dos códigos de modelagem em ambiente produtivo, além de todas as mudanças necessárias nos reportes regulatórios.

- Disposições transitórias: serão realizados estudos e discussões para definir a estratégia de transição, incluindo o estabelecimento do processo de recálculo dos saldos de 31/12/2024, conforme os critérios da Resolução CMN nº 4.966/2021, que permitam a realização de ajuste de partida da implantação da nova regra em 01/01/2025.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Banese e sua controlada.

b. Receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, observando o critério pro rata die. As operações de natureza financeira são atualizadas pelo método exponencial, com exceção daquelas relativas a títulos descontados, as quais são atualizadas pelo método linear. As rendas das operações de crédito vencidas até o 59º dia são contabilizadas em receitas de operações de crédito. As rendas a partir do 60º dia de atraso são reconhecidas no resultado quando de seu efetivo recebimento.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins de demonstrações dos fluxos de caixa (conforme disposto na Resolução – CMN nº 4.818/2020 e CPC 03(R2), caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez imediatamente conversíveis.

d. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez estão registradas pelo custo de aquisição, acrescidas das rendas auferidas e ajustadas por provisão para desvalorização, quando aplicável. Representam os recursos aplicados no mercado interbancário.

e. Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação pela Administração. Os títulos e valores mobiliários possuem as seguintes classificações e formas de valorização:

- **Títulos para negociação** - incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço e ajustados a valor de mercado, tendo o ajuste a valor de mercado como contrapartida o resultado do período. São classificados no ativo circulante, independentemente da data do seu vencimento;
- **Títulos Disponíveis para Venda** - são os títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com a finalidade ativa e frequente de negociação. São avaliados pelo valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido;
- **Títulos mantidos até o vencimento** - incluem os títulos e valores mobiliários para os quais haja intenção e capacidade financeira do Banese para sua manutenção em carteira até o vencimento, conforme estudo realizado internamente, registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço.

O Banese não possui títulos e valores mobiliários classificados na categoria "Títulos Disponíveis para Venda".

f. Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular BACEN nº 3.082/2002 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da administração para fins ou não de proteção (*hedge*).

O Banese não opera com instrumentos financeiros derivativos, e os fundos exclusivos não possuem posição ativa em sua carteira nessa categoria de ativos na data base.

g. Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros são atualizados ao seu valor justo mediante cotação junto a instituições participantes do Mercado Financeiro em condições semelhantes às da posição detida na data-base. Na impossibilidade ou inexistência de cotações para os ativos em carteira, observam-se a curva de rentabilidade ou a precificação com desconto em fluxo de caixa com as condições negociais estabelecidas.

Os instrumentos financeiros a valor justo são classificados em três níveis:

Nível I – São os instrumentos financeiros cujo valor justo é realizado mediante cotação junto a instituições participantes do Mercado Financeiro;

Nível II – São os instrumentos financeiros cujo valor justo é realizado através de outras metodologias não contempladas no nível I; observa-se a curva de rentabilidade ou a precificação com desconto em fluxo de caixa com as condições negociais estabelecidas;

Nível III - São instrumentos financeiros cujo valor justo é mensurado utilizando dados não observáveis no mercado. O Banese não possui instrumentos financeiros neste nível em 31.12.2022.

h. Relações interfinanceiras

Os créditos junto ao Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS), decorrentes de saldos residuais e/ou quitações antecipadas de financiamentos imobiliários com desconto, estão registrados pelo seu valor nominal atualizados pelos rendimentos até a data base e ajustados por provisão para perdas por negativa de cobertura total ou parcial dos créditos por parte do FCVS, conforme Nota 7.

O Banco constituiu provisão de 50% para os contratos em validação que ainda não apresentam valor na Administradora do FCVS. Na avaliação da Administração, a provisão constituída é suficiente para cobrir possíveis perdas.

Os créditos são mantidos ao seu valor nominal atualizado, dada a intenção por parte da Administração, de manter até seu vencimento os títulos CVS a que esses créditos serão convertidos.

i. Operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito

As operações de crédito, bem como as respectivas provisões constituídas são registradas no ativo circulante ou não circulante obedecendo aos prazos contratuais.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada e registrada observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que determina:

- A classificação das operações de crédito em nove níveis de risco AA (risco mínimo) até H (risco máximo), que levam em consideração o valor das operações, as garantias existentes, as características dos clientes, o nível de atraso das operações, a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, entre outros fatores;
- As operações de crédito em atraso classificadas em "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas a prejuízo e controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial;
- As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco;
- Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, admite-se a contagem em dobro dos prazos previstos no inciso I do artigo 4º (prazo dobrado);
- Com base no artigo 5º, a Instituição adota critério interno de classificação e constituição de provisão para as operações com pessoas físicas da carteira comercial, com responsabilidade total do devedor inferior a R$ 50 mil, considerando informações pessoais, financeiras, históricas e externas dos clientes.

Nas operações de crédito rural, financiamento e financiamento habitacional com essas características, a classificação individual é feita de acordo com seu respectivo nível de risco (AA - H), conforme a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A Administração revisa periodicamente os riscos e as estimativas de perda em relação à carteira de créditos, conforme previsto na Resolução CMN nº 2.682/1999. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada levando-se em consideração a classificação das operações de crédito em seus respectivos níveis de risco.

j. Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica do Cosif "Outros Créditos - Diversos".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

O Banco está sujeito ao regime de tributação do lucro real e procede ao pagamento mensal do imposto de renda e contribuição social pela estimativa com base em balancete de suspensão / redução. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 mil no período. A contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada considerando a alíquota de 20% até julho de 2022 e de 21% de agosto de 2022 a dezembro de 2022.

Em 28 de abril de 2022, foi publicada a MP nº 1.115, convertida na Lei nº 14.446/2022 que elevou a alíquota da CSLL das instituições financeiras de 20% para 21% do lucro tributável, entre 1º de agosto de 2022 até 31 de dezembro de 2022, retornando para 20% a partir de 01 de janeiro de 2023.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

k. Outros valores e bens

Os bens imóveis não de uso próprio são registrados pelo custo de aquisição, apurado entre o valor contábil da dívida e o valor de mercado do bem, o que for menor e, quando aplicável, ajustado por provisão para perdas.

As despesas antecipadas registram os valores decorrentes de pagamentos antecipados ou de acordos de cooperação, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo amortizadas conforme a duração contratual, associada à expectativa de geração dos resultados futuros desses acordos.

l. Investimentos, Imobilizado de Uso e Intangível

Demonstrado ao custo de aquisição ou construção, considerando os seguintes aspectos:

- Avaliação dos investimentos em controlada pelo método da equivalência patrimonial, tomando por base as informações mensais individuais levantadas, observando as mesmas práticas contábeis do controlador, ou seja, práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras. Os outros investimentos são registrados pelos seus valores de custo e, quando aplicável, são ajustados por provisões para perdas;
- Depreciação do Imobilizado de uso calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens considerando as seguintes taxas anuais:

Edificações	4%
Equipamentos de uso	10%
Sistemas de processamento de dados	20%
Outros	10% a 20%

- Ativos Intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Esse grupo está representado por aquisições de licença de software, que são capitalizados com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. A amortização é calculada pelo método linear durante as suas vidas úteis estimadas, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

m. Redução do valor recuperável de ativos financeiros - (impairment)

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

n. Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos, obrigações por empréstimos e obrigações por repasses do país - instituições oficiais

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e incluem, quando aplicável, os encargos até a data base, reconhecidos de forma pro *rata die*.

o. Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Para os processos judiciais em que o Banese e sua controlada figuram como réus, os assessores jurídicos classificam as ações em perda provável, possível ou remota, sendo constituída provisão para aquelas de perda provável e para os casos em que se discute a constitucionalidade da Lei, de acordo com a estimativa do valor da perda.

As provisões para perdas prováveis nos processos judiciais são constituídas considerando-se a opinião dos assessores jurídicos do Banese e sua controlada, a natureza das ações, sua complexidade, o posicionamento dos tribunais para causas de natureza semelhantes, de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 e pela Resolução CVM nº 72/2022.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Para os ativos reconhecidos em períodos anteriores, que estão em fase de cálculo pericial, e gerem expectativa de ganho de valor inferior aos reconhecidos, foram constituídas provisões.

As obrigações legais são integralmente provisionadas qualquer que seja a probabilidade de perda da ação judicial.

p. Dívidas subordinadas

As dívidas subordinadas estão registradas pelo custo de aquisição, atualizadas diariamente pela taxa de emissão da operação.

q. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas (em base *pro rata die*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base *pro rata die*).

r. Lucro por ação

A divulgação do lucro por ação é apresentada pela divisão do lucro líquido do período pela quantidade total de ações e considerando os benefícios conferidos aos seus titulares.

s. Benefício a empregados

O Banese mantém dois planos previdenciários administrados pelo Instituto Banese de Seguridade Social – SERGUS, cujo objetivo é assegurar aos participantes e seus beneficiários, benefícios suplementares ou assemelhados aos da Previdência Social: (a) O Plano de Benefícios SERGUS Saldado (PBSS), na modalidade Benefício Definido, que em Novembro/2018, teve seu processo de saldamento universal aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, em que houve o fechamento do Plano para novas adesões e a suspensão da cobrança das contribuições normais. Conforme o regulamento do plano, os benefícios ofertados aos participantes e beneficiários do plano são: (i) suplementação de aposentadoria por invalidez, (ii) suplementação de aposentadoria por idade, (iii) suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, (iv) suplementação de pensão, (v) pecúlio por morte e (vi) suplementação de abono anual; (b) O Plano SERGUS CD, na modalidade de Contribuição Definida, onde o participante é quem define o valor de sua contribuição, e o benefício é estabelecido de acordo com o total de recursos acumulados na sua conta individual do Plano juntamente com a rentabilidade líquida dos investimentos. De acordo com o regulamento do plano, são assegurados os seguintes benefícios: (i) aposentadoria, (ii) aposentadoria por invalidez e (iii) pensão por morte.

t. JCP e Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, a importância de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, conforme disposto no Estatuto do Banco. O Banco por deliberação do Conselho de Administração pode declarar dividendos adicionais.

A distribuição de dividendos aos acionistas do Banco é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Banese no período em que os dividendos são aprovados.

De acordo com o Estatuto os juros sobre capital próprio deverão ser imputados aos dividendos mínimos obrigatórios.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Caixa	**63.973**	**59.766**	**67.012**	**59.949**
Disponibilidade em moeda nacional	63.973	59.766	66.738	59.828
Disponibilidade em moeda estrangeira	-	-	274	121
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	**599.985**	**253.285**	**599.985**	**253.285**
Aplicações no Mercado Aberto	599.985	253.285	599.985	253.285
Total de caixa e equivalente de caixa	**663.958**	**313.051**	**666.997**	**313.234**

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a. Contas patrimoniais – composição

	Banese Múltiplo e Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021
Aplicações no Mercado Aberto	**599.985**	**253.285**
Letras Financeiras do Tesouro Nacional – LFT	169.991	169.989
Letras do Tesouro Nacional – LTN	149.999	3.299
Notas do Tesouro Nacional – NTN	279.995	79.997
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	**767.850**	**1.261.446**
Depósitos Interfinanceiros – Pós	703.883	1.170.673
Depósitos Interfinanceiros – Pré Fixado	63.967	90.773
Total	**1.367.835**	**1.514.731**
Ativo Circulante	1.367.835	1.379.799
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	134.932

b. Valor justo por níveis

	31.12.2022			31.12.2021		
	Valor Contábil (1)	Valor Justo (2)		Valor Contábil (1)	Valor Justo (2)	
		Nível 1	Nível 2		Nível 1	Nível 2
Depósitos Interfinanceiros – Pós	703.883	-	703.942	1.170.673	-	1.170.927
Depósitos Interfinanceiros – Pré fixado	63.967	-	63.967	90.773	-	90.773
Total	**767.850**	**-**	**767.909**	**1.261.446**	**-**	**1.261.700**

(**1**) Títulos registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço, considerando a intenção de manter os títulos até o seu vencimento.
(**2**) O valor justo nível 2 é apurado utilizando a metodologia de rentabilidade da curva do título e atualização ao valor presente.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários tem a seguinte composição:

a. Títulos e valores mobiliários

a.1 Carteira do Banese Múltiplo e Banese Consolidado por natureza e faixas de vencimentos:

BANESE.COM.BR

Relatório de Desempenho 2022

Pode Contar Banese

Banese Múltiplo

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	3 a 12 Meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	TOTAL 31.12.2022	TOTAL 31.12.2021
Para negociação	**3.691**	**431.723**	**138.847**	**244.258**	**-**	**-**	**818.519**	**730.327**
Letras Financeiras do Tesouro	-	426.087	138.847	244.258	-	-	**809.192**	**721.698**
Certificado de Depósito Bancário (**1**)	-	5.636	-	-	-	-	**5.636**	**5.262**
Fundos abertos multimercado	5	-	-	-	-	-	**5**	**4**
Fundos exclusivos multimercado (**Nota a.4**)	3.685	-	-	-	-	-	**3.685**	**3.353**
Fundos abertos de renda fixa	1	-	-	-	-	-	**1**	**10**
Mantidos até o vencimento	**-**	**-**	**-**	**-**	**695.865**	**68.079**	**763.944**	**714.616**
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	682.224	68.079	**750.303**	**619.371**
Letras Financeiras	-	-	-	-	-	-	**-**	**79.875**
CVS - Títulos do FCVS (**2**)	-	-	-	-	13.641	-	**13.641**	**15.370**
Total de TVM	**3.691**	**431.723**	**138.847**	**244.258**	**695.865**	**68.079**	**1.582.463**	**1.444.943**
Ativo circulante							**818.519**	**862.423**
Ativo realizável a longo prazo							**763.944**	**582.520**

(**1**) Títulos emitidos pelo Banco Industrial do Brasil S.A.
(**2**) Título emitido pelo Tesouro Nacional.

Banese Consolidado

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	3 a 12 Meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	TOTAL 31.12.2022	TOTAL 31.12.2021
Para negociação	**6.255**	**431.723**	**138.847**	**244.258**	**-**	**-**	**821.083**	**745.610**
Letras Financeiras do Tesouro	-	426.087	138.847	244.258	-	-	**809.192**	**721.698**
Certificado de Depósito Bancário (**1**)	-	5.636	-	-	-	-	**5.636**	**5.262**
Fundos abertos multimercado	5	-	-	-	-	-	**5**	**4**
Fundos exclusivos multimercado (**Nota a.4**)	3.685	-	-	-	-	-	**3.685**	**3.353**
Fundos exclusivos de direito creditório (**Nota a.4**)	2.564	-	-	-	-	-	**2.564**	**15.283**
Fundos abertos de renda fixa	1	-	-	-	-	-	**1**	**10**
Mantidos até o vencimento	**-**	**-**	**-**	**-**	**695.865**	**68.079**	**763.944**	**714.616**
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	682.224	68.079	**750.303**	**619.371**
Letras Financeiras	-	-	-	-	-	-	**-**	**79.875**
CVS - Títulos do FCVS (**2**)	-	-	-	-	13.641	-	**13.641**	**15.370**
Total de TVM	**6.255**	**431.723**	**138.847**	**244.258**	**695.865**	**68.079**	**1.585.027**	**1.460.226**
Ativo circulante							**821.083**	**877.706**
Ativo realizável a longo prazo							**763.944**	**582.520**

(**1**) Títulos emitidos pelo Banco Industrial do Brasil S.A.
(**2**) Título emitido pelo Tesouro Nacional.

a.2 Carteira do Banese Múltiplo e Banese Consolidado por natureza, valor do custo de aquisição e de mercado e parâmetros utilizados:

Banese Múltiplo

	31.12.2022				31.12.2021			
	Custo Atualizado	Valor de Mercado	Ajuste a valor de Mercado	Valor contábil	Custo Atualizado	Valor de Mercado	Ajuste a valor de Mercado	Valor contábil
Títulos para negociação	**818.464**	**818.519**	**55**	**818.519**	**731.211**	**730.327**	**(884)**	**730.327**
Letras Financeiras do Tesouro	793.715	793.770	55	793.770	709.577	708.710	(867)	708.710
Letras Financeiras do Tesouro - Vinculado a compromissos de recompra (**1**)	15.422	15.422	-	15.422	13.005	12.988	(17)	12.988
Certificado de Depósito Bancário	5.636	5.636	-	5.636	5.262	5.262	-	5.262
Fundos exclusivos multimercado (**Nota a.4**)	3.685	3.685	-	3.685	3.353	3.353	-	3.353
Fundos abertos multimercado	5	5	-	5	4	4	-	4
Fundos abertos de renda fixa	1	1	-	1	10	10	-	10
Títulos mantidos até o vencimento (2)	**763.944**	**764.033**	**89**	**763.944**	**714.616**	**712.394**	**(2.222)**	**714.616**
Letras Financeiras do Tesouro – carteira própria	750.303	751.397	1.094	750.303	619.371	617.846	(1.525)	619.371
Letra Financeira	-	-	-	-	79.875	79.875	-	79.875
CVS - Títulos do FCVS (**3**)	13.641	12.636	(1.005)	13.641	15.370	14.673	(697)	15.370
Total	**1.582.408**	**1.582.552**	**144**	**1.582.463**	**1.445.827**	**1.442.721**	**(3.106)**	**1.444.943**

(**1**) O valor de mercado dos títulos públicos federais é obtido a partir dos preços do mercado secundário divulgados pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais;
(**2**) Para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, o ajuste a valor de mercado é meramente informativo, ou seja, não há registro desse ajuste na contabilidade;
(**3**) Os CVS são apurados a partir do preço unitário divulgado pela B3 SA. – Brasil, Bolsa, Balcão, através de metodologia de cálculo definida no seu caderno de fórmulas.

Nos casos de títulos de renda fixa, refere-se ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Banese Consolidado

	31.12.2022				31.12.2021			
	Custo Atualizado	Valor de Mercado	Ajuste a valor de Mercado	Valor contábil	Custo Atualizado	Valor de Mercado	Ajuste a valor de Mercado	Valor contábil
Títulos para negociação	**821.028**	**821.083**	**55**	**821.083**	**746.494**	**745.610**	**(884)**	**745.610**
Letras Financeiras do Tesouro	793.715	793.770	55	793.770	709.577	708.710	(867)	708.710
Letras Financeiras do Tesouro - Vinculado a compromissos de recompra (**1**)	15.422	15.422	-	15.422	13.005	12.988	(17)	12.988
Certificado de Depósito Bancário	5.636	5.636	-	5.636	5.262	5.262	-	5.262
Fundos exclusivos multimercado (**Nota a.4**)	3.685	3.685	-	3.685	3.353	3.353	-	3.353
Fundos abertos multimercado	5	5	-	5	4	4	-	4
Fundos exclusivos de direito creditório (**Nota a.4**)	2.564	2.564	-	2.564	15.283	15.283	-	15.283
Fundos de renda fixa	1	1	-	1	10	10	-	10
Títulos mantidos até o vencimento (2)	**763.944**	**764.033**	**89**	**763.944**	**714.616**	**712.394**	**(2.222)**	**714.616**
Letras Financeiras do Tesouro – carteira própria	750.303	751.397	1.094	750.303	619.371	617.846	(1.525)	619.371
Letra Financeira	-	-	-	-	79.875	79.875	-	79.875
CVS - Títulos do FCVS (**3**)	13.641	12.636	(1.005)	13.641	15.370	14.673	(697)	15.370
Total	**1.584.972**	**1.585.116**	**144**	**1.585.027**	**1.461.110**	**1.458.004**	**(3.106)**	**1.460.226**

(**1**) O valor de mercado dos títulos públicos federais é obtido a partir dos preços do mercado secundário divulgados pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais;
(**2**) Para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, o ajuste a valor de mercado é meramente informativo, ou seja, não há registro desse ajuste na contabilidade;
(**3**) Os CVS são apurados a partir do preço unitário divulgado pela B3 SA. – Brasil, Bolsa, Balcão, através de metodologia de cálculo definida no seu caderno de fórmulas.

O Banese declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento. Para os títulos nesta categoria, o ajuste a valor de mercado é meramente informativo, não está registrado na contabilidade.
Não houve reclassificação entre as categorias de títulos durante o período.

a.3 Valor justo por níveis

Banese Múltiplo

	Valor Contábil	Valor Justo Nível 1	Valor Justo Nível 2
Títulos para Negociação	818.519	809.192	9.327
Títulos Mantidos até o Vencimento	763.944	751.397	12.636
Total	**1.582.463**	**1.560.589**	**21.963**

Banese Consolidado

	Valor Contábil	Valor Justo Nível 1	Valor Justo Nível 2
Títulos para Negociação	821.083	809.192	11.891
Títulos Mantidos até o Vencimento	763.944	751.397	12.636
Total	**1.585.027**	**1.560.589**	**24.527**

a.4 Banese Múltiplo e Banese Consolidado - Composição dos fundos exclusivos:

Banese Múltiplo

	Sem Vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 Anos	5 a 15 anos	TOTAL 31.12.2022	TOTAL 31.12.2021
Títulos públicos	**-**	**-**	**1.477**	**-**	**-**	**1.477**	**1.312**
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	1.477	-	-	1.477	1.312
Títulos privados	**2.160**	**-**	**-**	**-**	**-**	**2.160**	**1.978**
Cota de fundo de renda fixa	2.160	-	-	-	-	2.160	1.978
Caixa	**56**	**-**	**-**	**-**	**-**	**56**	**74**
Outras Obrigações	**-**	**(2)**	**-**	**(5)**	**(1)**	**(8)**	**(11)**
Valores a pagar/receber	-	(2)	-	(5)	(1)	(8)	(11)
Total	**2.216**	**(2)**	**1.477**	**(5)**	**(1)**	**3.685**	**3.353**

Banese Consolidado

	Sem Vencimento	Até 3 meses	3 a 12 Meses	1 a 3 Anos	5 a 15 anos	TOTAL 31.12.2022	TOTAL 31.12.2021
Títulos públicos	**-**	**-**	**1.477**	**-**	**188**	**1.665**	**2.865**
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	1.477	-	188	1.665	2.865
Títulos privados	**6.001**	**-**	**-**	**-**	**-**	**6.001**	**16.481**
Cota de fundo de investimento multimercado	3.841	-	-	-	-	3.841	7.444
Cota de Fundo de Renda Fixa	2.160	-	-	-	-	2.160	1.978
Direitos Creditórios a receber	-	-	-	-	-	-	7.059
Caixa	**63**	**-**	**-**	**-**	**-**	**63**	**175**
Outras Obrigações	**-**	**(1.474)**	**-**	**(5)**	**(1)**	**(1.480)**	**(885)**
Valores a pagar/receber	-	(1.474)	-	(5)	(1)	(1.480)	(885)
Total	**6.064**	**(1.474)**	**1.477**	**(5)**	**187**	**6.249**	**18.636**

As aplicações em cotas de fundos de investimento multimercado classificadas como títulos para negociação, estão sendo apresentadas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras por vencimento.

b. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Banese Múltiplo				Banese Consolidado			
	2022 2º Sem.	2022 Exercício	2021 2º Sem.	2021 Exercício	2022 2º Sem.	2022 Exercício	2021 2º Sem.	2021 Exercício
Rendas de aplicações em operações compromissadas	47.018	82.993	9.740	13.961	47.018	82.993	9.740	13.961
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	69.341	136.785	38.761	54.150	69.341	136.785	38.761	54.150
Rendas de títulos de renda fixa	104.436	184.262	45.619	65.711	104.436	184.262	45.619	65.711
Rendas de aplicações em fundos de investimentos	208	360	949	987	208	509	3.070	12.353
Prejuízo de aplicações em fundos de investimentos	-	-	-	-	(367)	(1.018)	-	-
Prejuízo com títulos de renda fixa	(14)	(28)	(29)	(223)	(14)	(28)	(29)	(223)
Ajuste positivo ao valor de mercado	561	1.848	3.463	4.329	561	1.848	3.463	4.329
Ajuste negativo ao valor de mercado	(40)	(912)	(1.805)	(3.331)	(40)	(912)	(1.805)	(3.331)
Total	**221.510**	**405.308**	**96.698**	**135.584**	**221.143**	**404.439**	**98.819**	**146.950**

7. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Estão compostas por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação, por créditos vinculados representados por cumprimentos das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e outros recursos, por créditos junto ao Sistema Financeiro da Habitação – SFH (FCVS) e por correspondentes, conforme demonstrados a seguir:

a. Relações interfinanceiras

	Banese Múltiplo 31.12.2022	Banese Múltiplo 31.12.2021	Banese Consolidado 31.12.2022	Banese Consolidado 31.12.2021
Conta de pagamento instantâneo	61.666	31.006	61.666	31.006
Compulsório sobre depósitos à vista (**1**)	149.207	107.769	149.207	107.769
Compulsório sobre depósitos de poupança (**2**)	401.185	268.511	401.185	268.511
Créditos junto ao FCVS (3) (**Nota 3h**)	98.784	100.477	98.784	100.477
Provisão para perda de créditos junto ao FCVS (**Nota 3h**)	(18.550)	(36.403)	(18.550)	(36.403)
BACEN - outros depósitos	358	-	358	-
Bancos oficiais	705	232	705	232
Direitos junto participação sistema de liquidação	137	121	76.342	93.351
Relações com Correspondentes	-	-	-	-
Total	**693.492**	**471.713**	**769.697**	**564.943**
Ativo circulante	613.258	407.639	689.463	500.869
Ativo realizável a longo prazo	80.234	64.074	80.234	64.074

(**1**) Não remunerado;
(**2**) Remunerado pela mesma taxa da poupança. Conforme Resolução BCB n° 188 a exigibilidade do recolhimento compulsório para cada modalidade de poupança é apurada aplicando-se a alíquota de 20% (vinte por cento) sobre a base de cálculo;
(**3**) Remunerado conforme a origem dos recursos (TR + 6,17% a.a para poupança e TR + 3,12% a.a para FGTS) e registrados pelo valor nominal atualizado pelos respectivos rendimentos até a data do balanço. O saldo corresponde a R$ 22.535 (R$ 27.671 – 31.12.2021) contratos validados pelo FCVS, R$ 76.249 (R$ 72.806 – 31.12.2021) contratos em processo de validação.

Em dezembro de 2022, o Banese passou a registrar 53 contratos de FCVS com status em validação pela Administradora do FCVS, de acordo com a mensuração de cada contrato em observância à regra do FCVS e à Lei nº 10.150/2000. Para esses contratos, foi constituída provisão de 50% do saldo atualizado.
Após atualização das estimativas razoáveis para mensuração das provisões do FCVS em dezembro de 2022, os contratos com status em validação e registrados pelo valor da Administradora do FCVS passaram a não ter provisão constituída. Na avaliação da Administração, a provisão constituída é suficiente para cobrir possíveis perdas.

b. Resultado das aplicações compulsórias

	Banese Múltiplo e Banese Consolidado 2022 2º Sem.	2022 Exercício	2021 2º Sem.	2021 Exercício
Receita sobre créditos vinculados ao SFH (FCVS)	14.636	22.178	3.572	7.550
Atualização monetária e juros sobre recolhimentos compulsórios	12.427	22.050	6.406	9.806
Provisão sobre créditos vinculados ao SFH (FCVS)	(6.599)	(12.001)	(1.467)	(3.245)
Total	**20.464**	**32.227**	**8.511**	**14.111**

8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

a. Composição por tipo de operação

	Banese Múltiplo 31.12.2022	Banese Múltiplo 31.12.2021
Adiantamentos a depositantes	366	368
Empréstimos	2.514.937	2.358.080
Títulos Descontados	763	829
Financiamentos	69.145	94.475
Financiamentos rurais e agroindustriais	196.131	174.854
Financiamentos imobiliários	472.922	437.851
Subtotal de Operações de Crédito	**3.254.264**	**3.066.457**
Outros títulos com característica de concessão de crédito (**Nota 9**)	273.982	269.383
Total Geral	**3.528.246**	**3.335.840**
Ativo circulante	1.162.442	1.119.884
Ativo realizável a longo prazo	2.365.804	2.215.956

	Banese Consolidado 31.12.2022	Banese Consolidado 31.12.2021
Adiantamentos a depositantes	366	368
Empréstimos	2.514.937	2.358.080
Títulos Descontados	763	829
Financiamentos	69.145	94.475
Financiamentos rurais e agroindustriais	196.131	174.854
Financiamentos imobiliários	472.922	437.851
Subtotal de Operações de Crédito	**3.254.264**	**3.066.457**
Outros títulos com característica de concessão de crédito (**Nota 9**)	273.982	269.383
Valores a receber por transações de pagamento (**Nota 9**)	463.673	395.860
Total Geral	**3.991.919**	**3.731.700**
Ativo circulante	1.626.115	1.515.744
Ativo realizável a longo prazo	2.365.804	2.215.956

b. Composição por nível de risco e prazo de vencimentos

Banese Múltiplo – 31.12.2022

Operações em Curso Normal

Parcelas Vincendas	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	TOTAL
01 a 30 dias	23.943	9.690	10.236	3.206	1.913	291	403	32	430	50.144
31 a 60 dias	31.291	410.312	16.636	5.091	2.036	625	607	601	624	467.823
61 a 90 dias	27.124	12.697	13.281	3.161	1.600	300	193	59	345	58.760
91 a 180 dias	96.640	22.014	34.341	12.004	5.032	1.180	554	166	923	172.854
181 a 360 dias	144.845	51.787	55.165	16.483	7.827	1.736	2.853	419	1.839	282.954
Acima de 360 dias	1.294.153	652.409	155.498	80.893	45.599	6.356	16.302	2.149	9.874	2.263.233
Parcelas Vencidas										
Até 14 dias	1.414	2.321	877	367	515	206	90	42	228	6.060
Subtotal Normal	**1.619.410**	**1.161.230**	**286.034**	**121.205**	**64.522**	**10.694**	**21.002**	**3.468**	**14.263**	**3.301.828**

Operações em Curso Anormal (1)

Parcelas Vincendas	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	TOTAL
01 a 30 dias	-	-	1.595	691	412	464	632	265	1.840	5.899
31 a 60 dias	-	-	5.019	3.481	2.433	2.694	2.764	2.176	14.458	33.025
61 a 90 dias	-	-	1.097	569	400	445	480	257	1.656	4.904
91 a 180 dias	-	-	3.438	2.029	1.421	1.486	993	728	4.700	14.795
181 a 360 dias	-	-	5.645	3.019	2.515	2.626	2.228	1.450	9.038	26.521
Acima de 360 dias	-	-	33.294	13.937	10.072	7.954	7.344	4.522	25.675	102.798
Parcelas Vencidas										
01 a 14 dias	-	-	363	254	308	247	171	199	618	2.160
15 a 30 dias	-	-	2.159	656	376	403	563	209	1.456	5.822
31 a 60 dias	-	-	299	2.765	591	798	444	315	1.954	7.166
61 a 90 dias	-	-	-	150	917	601	385	314	2.226	4.593
91 a 180 dias	-	-	-	71	115	1.229	1.265	1.366	6.215	10.261
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	53	86	86	7.985	8.210
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	264	264
Subtotal Anormal	**-**	**-**	**52.909**	**27.622**	**19.560**	**19.000**	**17.355**	**11.887**	**78.085**	**226.418**
Total – 31.12.2022	**1.619.410**	**1.161.230**	**338.943**	**148.827**	**84.082**	**29.694**	**38.357**	**15.355**	**92.348**	**3.528.246**
Total – 31.12.2021	**1.371.831**	**1.098.896**	**467.634**	**192.004**	**58.423**	**25.236**	**37.166**	**13.171**	**71.479**	**3.335.840**

(**1**) Carteira em Curso Anormal é composta por operações de crédito que apresentam parcelas vencidas há mais de 14 dias, as demais operações são consideradas de Curso Normal.

Banese Consolidado – 31.12.2022

Operações em Curso Normal

Parcelas Vincendas	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	TOTAL
01 a 30 dias	23.943	346.930	6.329	3.206	1.913	291	403	32	430	383.477
31 a 60 dias	31.291	410.312	16.636	5.091	2.036	625	607	601	624	467.823
61 a 90 dias	27.124	12.697	13.281	3.161	1.600	300	193	59	345	58.760
91 a 180 dias	96.640	22.014	34.341	12.004	5.032	1.180	554	166	923	172.854
181 a 360 dias	144.845	51.787	55.165	16.483	7.827	1.736	2.853	419	1.839	282.954
Acima de 360 dias	1.294.153	652.409	155.498	80.893	45.599	6.356	16.302	2.149	9.874	2.263.233
Parcelas Vencidas										
Até 14 dias	1.414	30.807	13.055	367	515	206	90	42	228	46.724
Subtotal Normal	**1.619.410**	**1.526.956**	**294.305**	**121.205**	**64.522**	**10.694**	**21.002**	**3.468**	**14.263**	**3.675.825**

Operações em Curso Anormal (1)

Parcelas Vincendas	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	TOTAL
01 a 30 dias	-	-	3.674	892	412	464	632	265	1.840	8.179
31 a 60 dias	-	-	5.019	3.740	2.433	2.694	2.764	2.176	14.458	33.284
61 a 90 dias	-	-	1.097	569	400	445	480	257	1.656	4.904
91 a 180 dias	-	-	3.438	2.029	1.421	1.486	993	728	4.700	14.795
181 a 360 dias	-	-	5.645	3.019	2.515	2.626	2.228	1.450	9.038	26.521
Acima de 360 dias	-	-	33.294	13.937	10.072	7.954	7.344	4.522	25.675	102.798
Parcelas Vencidas										
01 a 14 dias	-	-	363	254	308	247	171	199	618	2.160
15 a 30 dias	-	-	5.330	1.238	376	403	563	209	2.322	10.441
31 a 60 dias	-	-	299	8.576	591	798	444	315	3.781	14.804
61 a 90 dias	-	-	-	150	6.538	601	385	314	3.516	11.504
91 a 180 dias	-	-	-	71	115	7.563	8.021	7.999	9.688	33.457
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	53	86	86	52.758	52.983
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	264	264
Subtotal Anormal	**-**	**-**	**58.159**	**34.475**	**25.181**	**25.334**	**24.111**	**18.520**	**130.314**	**316.094**
Total – 31.12.2022	**1.619.410**	**1.526.956**	**352.464**	**155.680**	**89.703**	**36.028**	**45.113**	**21.988**	**144.577**	**3.991.919**
Total – 31.12.2021	**1.371.831**	**1.406.412**	**501.487**	**196.472**	**63.573**	**29.812**	**41.500**	**17.183**	**103.430**	**3.731.700**

(**1**) Carteira em Curso Anormal é composta por operações de crédito que apresentam parcelas vencidas há mais de 14 dias, as demais operações são consideradas de Curso Normal.

c. Composição da carteira classificada

Banese Múltiplo 31.12.2022

Nível de Risco	Total	Comercial	Financiamento	Rural	Imobiliário	Outros Créditos	Valor da Provisão
AA	1.619.410	1.619.410	-	-	-	-	-
A	1.161.230	273.623	11.941	153.967	452.515	269.184	5.806
B	338.943	266.556	32.530	25.118	12.049	2.690	3.390
C	148.827	102.718	25.378	14.947	4.806	978	4.465
D	84.082	69.343	9.583	4.181	634	341	8.408
E	29.694	26.772	218	2.243	147	314	8.908
F	38.357	24.392	697	12.149	912	207	19.179
G	15.355	14.778	69	301	109	98	10.749
H	92.348	84.224	2.053	5.546	355	170	92.347
Total	**3.528.246**	**2.481.816**	**82.469**	**218.452**	**471.527**	**273.982**	**153.252**

Banese Múltiplo 31.12.2021

Nível de Risco	Total	Comercial	Financiamento	Rural	Imobiliário	Outros Créditos	Valor da Provisão
Total	**3.335.840**	**2.359.276**	**94.475**	**174.855**	**437.851**	**269.383**	**128.626**

Banese Consolidado – 31.12.2022

Nível de Risco	Total	Comercial	Industrial	Rural	Imobiliário	Outros Créditos	Valor da Provisão (1)
AA	1.619.410	1.619.410	-	-	-	-	-
A	1.526.956	639.349	11.941	153.967	452.515	269.184	7.758
B	352.464	280.077	32.530	25.118	12.049	2.690	3.675
C	155.680	109.571	25.378	14.947	4.806	978	5.030
D	89.703	74.964	9.583	4.181	634	341	9.614
E	36.028	33.106	218	2.243	147	314	12.421
F	45.113	31.148	697	12.149	912	207	24.619
G	21.988	21.411	69	301	109	98	17.944
H	144.577	136.453	2.053	5.546	355	170	154.905
Total	**3.991.919**	**2.945.489**	**82.469**	**218.452**	**471.527**	**273.982**	**235.966**

(**1**) Ao consolidar, há provisões registradas apenas na controlada, por ela ser a responsável pelo risco do cliente em operações de empréstimo vinculadas ao rotativo de cartão de crédito.

Banese Consolidado – 31.12.2021

Nível de Risco	Total	Comercial	Industrial	Rural	Imobiliário	Outros Créditos	Valor da Provisão
Total	**3.731.700**	**2.359.276**	**94.475**	**174.855**	**437.851**	**665.243**	**180.279**

d. Composição da carteira por setor de atividade econômica

Banese Múltiplo

	31.12.2022		31.12.2021	
Descrição	**Valor**	**%**	**Valor**	**%**
Pessoas físicas	2.780.857	78,82	2.470.970	74,07
Pessoas jurídicas	223.188	6,33	332.555	9,97
Indústria	26.954	0,76	46.863	1,40
Comércio	196.234	5,56	285.692	8,57
Rural	196.134	5,56	174.854	5,24
Habitação	93.145	2,64	85.954	2,58
Outros serviços	234.922	6,66	271.507	8,14
Total	**3.528.246**	**100,00**	**3.335.840**	**100,00**

Banese Consolidado

	31.12.2022		31.12.2021	
Descrição	Valor	%	Valor	%
Pessoas físicas	3.244.530	81,28	2.866.830	76,82
Pessoas jurídicas	223.188	5,59	332.555	8,91
Indústria	26.954	0,68	46.863	1,26
Comércio	196.234	4,92	285.692	7,65
Rural	196.134	4,91	174.854	4,69
Habitação	93.145	2,33	85.954	2,30
Outros serviços	234.922	5,88	271.507	7,28
Total	**3.991.919**	**100,00**	**3.731.700**	**100,00**

e. Concentração de crédito

Banese Múltiplo

	31.12.2022			31.12.2021		
	Saldo	**%**	**Provisão**	**Saldo**	**%**	**Provisão**
10 maiores devedores	141.990	4,02	9.093	150.840	4,52	20.473
11 a 60 maiores devedores	201.246	5,70	8.900	208.130	6,24	7.531
61 a 160 maiores devedores	111.295	3,15	11.851	119.759	3,59	9.985
Demais clientes	3.073.715	87,12	123.408	2.857.111	85,65	90.637
Total	**3.528.246**	**100,00**	**153.252**	**3.335.840**	**100,00**	**128.626**

Banese Consolidado

	31.12.2022			31.12.2021		
	Saldo	**%**	**Provisão**	**Saldo**	**%**	**Provisão**
10 maiores devedores	141.990	3,56	9.093	150.840	4,04	20.473
11 a 60 maiores devedores	201.246	5,04	8.900	208.130	5,58	7.531
61 a 160 maiores devedores	111.295	2,79	11.851	119.759	3,21	9.985
Demais clientes	3.537.388	88,62	206.122	3.252.971	87,17	142.290
Total	**3.991.919**	**100,00**	**235.966**	**3.731.700**	**100,00**	**180.279**

f. Movimentação da provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2022	**31.12.2021**	**31.12.2022**	**31.12.2021**
Saldo em dezembro do exercício anterior - da provisão de operações de crédito de liquidação duvidosa	**126.856**	**101.192**	**126.856**	**101.192**
(+) Constituição de provisão líquida no período	130.938	67.846	130.938	67.846
(-) Baixas de operações de crédito no período	(106.415)	(42.182)	(106.415)	(42.182)
Saldo final da provisão de operações de crédito de liquidação duvidosa	**151.379**	**126.856**	**151.379**	**126.856**
Saldo em dezembro do exercício anterior - da provisão de outros créditos com característica de concessão	**1.770**	**1.517**	**1.770**	**1.517**
(+) Constituição de provisão líquida no período	5.948	4.064	5.948	4.064
(-) Baixas de operações de crédito no período	(5.845)	(3.811)	(5.845)	(3.811)
Saldo final da provisão de outros créditos com característica de concessão	**1.873**	**1.770**	**1.873**	**1.770**
Saldo em dezembro do exercício anterior - da provisão sobre transações de pagamento	**-**	**-**	**51.653**	**38.030**
(+) Constituição de provisão líquida no período	-	-	97.369	50.090
(-) Baixas de operações de crédito no período	-	-	(66.308)	(36.467)
Saldo final da provisão sobre transações de pagamento	**-**	**-**	**82.714**	**51.653**
Saldo final da provisão de operações de crédito de liquidação duvidosa, outros créditos com característica de concessão e transações de pagamento	**153.252**	**128.626**	**235.966**	**180.279**
Ativo circulante	90.078	64.683	172.792	116.336
Ativo realizável a longo prazo	63.174	63.943	63.174	63.943

g. Montante de operações renegociadas e recuperadas

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2022	**31.12.2021**	**31.12.2022**	**31.12.2021**
Dívidas renegociadas	34.840	40.947	146.906	122.060
Recuperação de créditos	21.835	23.588	39.594	39.960
Total	**56.675**	**64.535**	**186.500**	**162.020**

h. Rendas de operações de crédito

	Banese Múltiplo				Banese Consolidado			
	2022	**2022**	**2021**	**2021**	**2022**	**2022**	**2021**	**2021**
	2º Sem.	**Exercício**	**2º Sem.**	**Exercício**	**2º Sem.**	**Exercício**	**2º Sem.**	**Exercício**
Empréstimos	281.882	543.804	249.246	479.470	275.313	531.798	247.397	476.819
Títulos descontados	103	178	108	108	103	178	108	108
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	9.828	21.835	10.523	23.588	9.828	21.835	10.523	23.588
Financiamentos e empreendimentos imobiliários	27.052	53.102	24.358	45.588	27.052	53.102	24.358	45.588
Financiamentos rurais	9.163	17.580	6.626	12.121	9.163	17.580	6.626	12.121
Outros financiamentos	210	431	186	302	210	431	186	302
Total	**328.238**	**636.930**	**291.047**	**561.177**	**321.669**	**624.924**	**289.198**	**558.526**

9. OUTROS CRÉDITOS

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2022	**31.12.2021**	**31.12.2022**	**31.12.2021**
Rendas a receber	**2.822**	**3.235**	**12.301**	**12.240**
Serviços prestados a receber	2.822	2.319	10.347	9.632
Dividendos e Bonificações a receber	-	914	-	914
Outras rendas a receber	-	2	1.954	1.694
Diversos	**510.322**	**460.313**	**1.033.155**	**895.482**
Devedores por depósitos em garantia (**Nota 9.1**)	158.902	140.954	198.233	176.759
Adiantamentos e antecipações	1.358	1.503	1.517	1.700
Pagamentos a ressarcir	594	2.255	594	2.255
Devedores diversos	17.419	10.776	36.595	13.784
Adiantamentos para pagamentos por nossa conta	28.619	17.733	29.112	18.032
Títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito (**Nota 8a**)	273.982	269.383	273.982	269.383
Títulos e créditos a receber sem característica de concessão de crédito (**1**)	29.448	17.709	29.448	17.709
Valores a receber relativo a transações de pagamento (**Nota 8a**)	-	-	463.674	395.860
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa sem característica de concessão de crédito (2)	**(11.727)**	**(7.039)**	**(11.823)**	**(7.203)**
Total	**501.417**	**456.509**	**1.033.633**	**900.519**
Ativo circulante	324.794	328.476	817.659	709.935
Ativo realizável a longo prazo	176.623	128.033	215.974	190.584

(**1**) Créditos decorrentes de precatórios;
(**2**) Provisão sobre precatório para Banese Múltiplo.

9.1 Devedores por depósito em garantia

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2022	**31.12.2021**	**31.12.2022**	**31.12.2021**
Interposição de recursos previdenciários (**1**)	23.728	21.603	23.728	21.603
Interposição de recursos fiscais - Receita Federal (**2**)	50.902	48.453	87.618	82.653
Interposição de recursos municipais (**3**)	17.070	18.644	17.070	18.644
Interposição de recursos trabalhistas (**4**)	60.549	46.043	63.150	47.602
Interposição de recursos cíveis	6.653	6.211	6.667	6.257
Total	**158.902**	**140.954**	**198.233**	**176.759**

(**1**) Depósitos para interposição de recursos previdenciários os quais pretendem a inclusão de algumas verbas pagas pelo banco à funcionários, autônomos e prestadores de serviços no salário de contribuição.
(**2**) Depósitos para interposição de recursos fiscais decorrentes do alargamento da base de cálculo do Pis e Cofins – Lei nº 9.718/98; Autuação multa isolada e compensações não homologadas;
(**3**) Depósitos para interposição de recursos fiscais municipais, onde alguns municípios pretendem o alargamento da base de cálculo do ISS, incluindo todas as receitas operacionais;
(**4**) Depósitos para interposição de recursos trabalhistas decorrente de ações ajuizadas por empregados, ex-empregados e sindicato com o objetivo de obter indenizações relativas às violações alegadas de direitos trabalhistas como pagamento de horas extras, equiparação salarial e diferenças nos reajustes salariais.

9.2 Créditos Tributários e Impostos e contribuições a compensar

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2022	**31.12.2021**	**31.12.2022**	**31.12.2021**
COFINS - Lei nº 9.718/1998 (1)	**3.213**	**3.213**	**3.213**	**3.213**
CSLL (repetição de indébito ano 1989) (**2**)	8.779	8.779	8.779	8.779
PIS - Decretos nºs 2.445/1988 e 2.449/1988 (**2**)	13.070	13.070	13.070	13.070
Provisão PIS – Decretos / CSLL / COFINS (-) (**3**)	(17.095)	(17.292)	(17.095)	(17.292)
IRRF	-	-	730	382
IRPJ	25.760	7.127	42.246	20.144
CSLL	22.127	5.088	24.659	6.609
Outros impostos	7.851	4.920	7.856	5.384
Total	**63.705**	**24.905**	**83.458**	**40.289**

(**1**) COFINS - crédito decorrente do alargamento da base de cálculo introduzida pela Lei 9.718/1998, art. 3º, parágrafo 1º, declarado inconstitucional pelo STF.
(**2**) CSLL e PIS - Processos judiciais transitados em julgado com sentença favorável ao Banco, aguardando execução de sentença.
(**3**) Provisão constituída para créditos fiscais do PIS – Decretos, CSLL e COFINS referente as parcelas em discussão sobre os cálculos periciais e julgamento de recurso de apelação em andamento.

10. OUTROS VALORES E BENS

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2022	**31.12.2021**	**31.12.2022**	**31.12.2021**
Bens não de uso (**1**)	69.768	74.914	69.768	74.914
Material em estoque	1.163	929	2.262	2.258
Outros bens (**2**)	2.979	2.904	2.979	2.904
Despesas antecipadas	3.513	8.149	6.749	9.029
Provisão para desvalorização	(7.256)	(7.207)	(7.256)	(7.207)
Total	**70.167**	**79.689**	**74.502**	**81.898**
Ativo circulante	1.377	2.558	5.712	4.767
Ativo realizável a longo prazo	68.790	77.131	68.790	77.131

(**1**) Os bens não alienados ou com pendências judiciais são registrados no ativo e a provisão é constituída com base em laudo de avaliação emitido por avaliadores independentes. Para este grupo de contas a provisão no Banese Múltiplo e Consolidado em 31.12.2022 - R$ 4.121 (R$ 4.303 – 31.12.2021).
(**2**) Para os bens dados em comodato é constituída provisão correspondente a 100% do valor contábil residual do bem no Banese Múltiplo e Consolidado em 31.12.2022 - R$ 2.979 (R$ 2.904 – 31.12.2021).

11. INVESTIMENTOS

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2022	**31.12.2021**	**31.12.2022**	**31.12.2021**
Participações de capitais p/incentivos fiscais	91	91	91	91
Outros investimentos p/incentivos fiscais	332	332	332	332
Provisão para perdas investimentos p/incentivos fiscais	(423)	(423)	(423)	(423)
Títulos patrimoniais – Anbima	6	6	6	6
Participação em coligadas e controladas	99.808	116.703	-	-
Outros investimentos	25	25	25	25
Provisão para perdas em outros investimentos	(25)	(25)	(25)	(25)
Total	**99.814**	**116.709**	**6**	**6**

	Partici-pação %	PL em 31.12.2021	Saldo do Investimento 31.12.2021	Dividendo Distribuído Pela MULVI ao Banese de 01.01.2022 a 31.12.2022	Dividendo total Distribuído pela MULVI de 01.01.2022 a 31.12.2022	Resultado de 01.01.2022 a 31.12.2022	PL em 31.12.2022	Equivalência patrimonial 01.01.2022 a 31.12.2022	Saldo do Investimento 31.12.2022
MULVI	71,68%	162.811	116.703	-	-	(23.570)	139.241	(16.895)	99.808

12 IMOBILIZADO DE USO

a) Composição dos saldos

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2022	**31.12.2021**	**31.12.2022**	**31.12.2021**
Edificações e terrenos	6.900	7.223	21.267	21.655
Móveis, máquinas e equipamentos	11.274	11.495	43.361	38.261
Outras imobilizações (**1**)	23.572	26.564	27.314	29.200
Total	**41.746**	**45.282**	**91.942**	**89.116**

(**1**) Representado principalmente por imobilização em curso, equipamentos de comunicação, processamento de dados, segurança, instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros.

b) Demonstração do custo de aquisição

Banese Múltiplo

	Valor líquido 31.12.2021	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciação	Valor líquido 31.12.2022	Taxa anual
Imóveis de uso:							
- Imobilização em curso	6.718	2.548	-	-	-	9.266	-
- Terrenos	5.000	-	-	(32)	-	4.968	-
- Edificações	2.108	115	-	(58)	(270)	1.895	4%
- Instalação e adaptação de dependências	356	-	(70)	-	(121)	165	20%
- Benfeitorias em imóveis de terceiros	418	-	-	-	(212)	206	20%
Móveis e equipamentos em estoque	3.253	1.946	-	(1.601)	-	3.598	-
Móveis e equipamentos de uso	8.241	-	(804)	843	(1.150)	7.130	10%
Sistema de comunicação	73	354	(84)	-	(248)	95	20%
Sistema de processamento de dados	18.173	212	(1.074)	590	(4.323)	13.578	20%
Sistema de segurança	942	-	(9)	20	(108)	845	20%
Total	**45.282**	**5.175**	**(2.041)**	**(238)**	**(6.432)**	**41.746**	

Banese Consolidado

	Valor líquido 31.12.2021	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciação	Valor líquido 31.12.2022	Taxa anual
Imóveis de uso:							
- Imobilização em curso	9.939	2.548	-	(3.221)	-	9.266	-
- Terrenos	13.933	-	-	(32)	-	13.901	-
- Edificações	4.386	115	-	3.260	(433)	7.328	4%
- Instalação e adaptação de dependências	356	-	(70)	-	(121)	165	20%
- Benfeitorias em imóveis de terceiros	576	-	-	-	(304)	272	20%
Móveis e equipamentos em estoque	4.439	14.003	-	(14.120)	-	4.322	-
Móveis e equipamentos de uso	9.736	-	(871)	3.146	(2.475)	9.536	10%
Móveis e equipamentos de uso em comodato	71	-	(10)	17	(16)	62	10%
Equipamentos arrendados	24.047	-	(7)	10.021	(3.934)	30.127	-
Sistema de comunicação	73	354	(84)	-	(248)	95	20%
Sistema de processamento de dados	20.595	212	(1.074)	590	(4.323)	16.000	20%
Sistema de segurança	965	-	(9)	33	(121)	868	20%
Total	**89.116**	**17.232**	**(2.125)**	**(306)**	**(11.975)**	**91.942**	

13. INTANGÍVEL

a. Composição dos saldos

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2022	**31.12.2021**	**31.12.2022**	**31.12.2021**
Outros ativos intangíveis (**1**)	86.279	75.250	117.081	88.975
Amortização acumulada	(62.821)	(59.597)	(67.478)	(63.493)
Total	**23.458**	**15.653**	**49.603**	**25.482**

(**1**) São compostos por softwares adquiridos e/ou desenvolvidos por empresas especializadas. São amortizados pelo prazo estimado de benefício econômico à taxa de 20% a.a.

b. Demonstração do custo de aquisição

Banese Múltiplo

	31.12.2021	Aplicação	Amortização	Valor residual 31.12.2022	Taxa anual
Intangível:					
Custo com implantação e desenvolvimentos de sistema	15.653	11.029	(3.224)	23.458	20%
Total	**15.653**	**11.029**	**(3.224)**	**23.458**	

Banese Consolidado

	31.12.2021	Aplicação	Amortização	Valor residual 31.12.2022	Taxa anual
Intangível:					
Custo com implantação e desenvolvimentos de sistema	25.482	28.106	(3.985)	49.603	20%
Total	**25.482**	**28.106**	**(3.985)**	**49.603**	

14. DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Composição por modalidade

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2022	**31.12.2021**	**31.12.2022**	**31.12.2021**
Depósitos à vista (Nota 14b)	**1.185.161**	**1.158.353**	**1.170.362**	**1.142.761**
Depósitos pessoas físicas	488.232	468.602	488.232	468.602
Depósitos pessoas jurídicas	444.621	392.832	429.822	377.240
Depósitos de governos	220.125	259.016	220.125	259.016
Depósitos vinculados	11.378	16.657	11.378	16.657
Depósitos de instituições do sistema financeiro	12.419	12.367	12.419	12.367
Contas encerradas	8.386	8.879	8.386	8.879
Depósitos de poupança (Nota 14b)	**2.034.501**	**1.937.941**	**2.034.501**	**1.937.941**
Depósitos de poupança livres - Pessoas físicas	1.934.651	1.842.387	1.934.651	1.842.387
Depósitos de poupança livres - Pessoas jurídicas	86.745	82.426	86.745	82.426
Depósitos de poupança de ligadas	511	514	511	514
Contas encerradas	12.594	12.614	12.594	12.614
Depósitos interfinanceiros (Nota 14b)	**146.509**	**152.007**	**146.509**	**152.007**
Depósitos judiciais (Nota 14b)	**1.546.017**	**1.287.274**	**1.546.017**	**1.287.274**
Depósitos a prazo (Nota 14b)	**1.637.113**	**1.568.263**	**1.626.493**	**1.559.724**
Depósitos especiais com remuneração (Nota 14b)	**231**	**484**	**231**	**484**
Depósitos outros (Nota 14b)	**-**	**-**	**2.263**	**2.354**
Captações no mercado aberto	**15.364**	**12.954**	**6.558**	**4.177**
Recursos de aceites e emissão de títulos	**26.078**	**60.733**	**26.078**	**60.733**
Letras financeiras (**Nota 14 a.1**)	5.830	31.211	5.830	31.211
Letras de crédito imobiliário	20.248	29.522	20.248	29.522
Obrigações por repasses do país	**108.678**	**144.550**	**108.678**	**144.550**
BNDES (**Nota 14c**)	6.895	10.822	6.895	10.822
FINAME (**Nota 14c**)	386	797	386	797
BNB (**Nota 14c**)	88.343	99.404	88.343	99.404
FUNGETUR (**Nota 14c**)	13.054	33.527	13.054	33.527
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	**1.821**	**1.577**	**14.869**	**6.695**
Total	**6.701.473**	**6.324.136**	**6.682.559**	**6.298.700**
Passivo circulante	5.138.285	4.775.622	5.120.564	4.758.963
Passivo exigível a longo prazo	1.563.188	1.548.514	1.561.995	1.539.737

a.1) Letras Financeiras

Banese Múltiplo e Consolidado

Papel	Valor de Emissão	Valor Atual em 31.12.2022	Valor Atual em 31.12.2021	Data de Emissão	Data de Vencimento
Letra Financeira	11.000	-	11.621	22.06.2020	22.06.2022
Letra Financeira	19.000	20.249	19.590	11.01.2021	11.01.2023
Total	**30.000**	**20.249**	**31.211**		

b) Composição de depósitos por prazos

Banese Múltiplo

	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	31.12.2022	31.12.2021
Depósitos à vista	1.185.161	-	-	-	1.185.161	1.158.353
Depósitos de poupança	2.034.501	-	-	-	2.034.501	1.937.941
Depósitos interfinanceiros (**1**)	-	51.894	94.615	-	146.509	152.007
Depósitos judiciais	1.546.017	-	-	-	1.546.017	1.287.274
Depósitos a prazo (**1**)	-	50.146	106.835	1.480.132	1.637.113	1.568.263
Depósitos especiais com remuneração	-	231	-	-	231	484
Total	**4.765.679**	**102.271**	**201.450**	**1.480.132**	**6.549.532**	**6.104.322**

(**1**) Considera os vencimentos estabelecidos nas aplicações.

Banese Consolidado

	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	31.12.2022	31.12.2021
Depósitos à vista	1.170.362	-	-	-	1.170.362	1.142.761
Depósitos de poupança	2.034.501	-	-	-	2.034.501	1.937.941
Depósitos interfinanceiros (**1**)	-	51.894	94.615	-	146.509	152.007
Depósitos judiciais	1.546.017	-	-	-	1.546.017	1.287.274
Depósitos a prazo (**1**)	-	39.526	106.835	1.480.132	1.626.493	1.559.724
Depósitos especiais com remuneração	-	231	-	-	231	484
Outros depósitos	-	2.263	-	-	2.263	2.354
Total	**4.750.880**	**93.914**	**201.450**	**1.480.132**	**6.526.376**	**6.082.545**

(**1**) Considera os vencimentos estabelecidos nas aplicações.

c) Composição de obrigações por repasses por prazos

Banese Múltiplo e Consolidado

	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	31.12.2022	31.12.2021
BNDES	444	2.027	4.424	6.895	10.822
FINAME	12	195	179	386	797
BNB	2.248	17.056	69.039	88.343	99.404
FUNGETUR	13.054	-	-	13.054	33.527
Total	**15.758**	**19.278**	**73.642**	**108.678**	**144.550**

As captações em depósitos a prazo são realizadas com clientes da instituição, predominantemente na modalidade de encargos pós-fixados, tendo uma operação na modalidade pré-fixada, correspondente a menos 0,01% da carteira.
A taxa média de captação acumulada até dezembro/2022 para os depósitos pós-fixados corresponde a 94,86% da variação do CDI (95,12% até dezembro/2021) e os pré-fixados a 98,61% da variação do CDI ou 12,20% a.a. (96,66% ou 4,25% a.a. até dezembro/2021).
As captações através de operações compromissadas - carteira própria - no mercado aberto, realizadas com instituições financeiras, têm taxa média de captação de 100,00% da variação do CDI.
Os recursos internos para repasses representam, basicamente, captações de Instituições Oficiais (BNB, BNDES e Ministério do Turismo/FUNGETUR). Essas obrigações têm vencimentos mensais, trimestrais, semestrais ou anuais até dezembro de 2031. Os encargos financeiros para as operações não-rurais pós-fixadas com recursos oriundos do BNB até 31.12.2022 variam de IPCA + 1,4363% a.a. e IPCA + 8,0753% a.a. (31.12.2021 IPCA + 1,2178% a.a. e IPCA + 5,9535% a.a.), já o encargo financeiro anual para as operações rurais de investimento pré-fixadas com recursos oriundos do BNB até 31.12.2022 foi de 7,79 % a.a. (31.12.2021 foi de 5,75 % a.a.). Os encargos financeiros para as operações com recursos oriundos do BNDES (FINAME/Automático/PROGEREN) até 31.12.2022 é uma composição de encargos pós-fixados TLP + 3,95% a TLP + 4,15% a.a. (31.12.2021 – TLP + 3,95% a TLP + 4,15% a.a.). O encargo financeiro anual para as operações pós-fixadas com recursos oriundos do Ministério do Turismo/FUNGETUR até 31.12.2022 foi de SELIC + 5,0% a.a. (31.12.2021 - SELIC + 5,0% a.a.) para todas as finalidades disponíveis para contratação com esta fonte de recurso.

d) Despesas de captação

	Banese Múltiplo				Banese Consolidado			
	2022	2022	2021	2021	2022	2022	2021	2021
	2º Sem.	Exercício	2º Sem.	Exercício	2º Sem.	Exercício	2º Sem.	Exercício
Depósitos judiciais	(60.935)	(109.230)	(25.826)	(36.388)	(60.935)	(109.230)	(25.826)	(36.388)
Depósitos de poupança	(76.191)	(140.774)	(39.535)	(59.943)	(76.191)	(140.774)	(39.535)	(59.943)
Depósitos a prazo	(134.958)	(246.943)	(49.745)	(69.912)	(134.418)	(246.003)	(48.767)	(67.565)
Operações compromissadas - carteira própria e de terceiros	(1.092)	(2.019)	(349)	(500)	(401)	(738)	(274)	(339)
Fundo Garantidor de Créditos – FGC	(3.188)	(6.307)	(2.864)	(5.645)	(3.188)	(6.307)	(2.864)	(5.645)
Letras financeiras subordinadas – LFS	(5.379)	(16.328)	(9.871)	(18.179)	(5.379)	(16.328)	(9.871)	(18.179)
Letras financeiras – LF	(1.321)	(3.009)	(974)	(1.578)	(1.321)	(3.009)	(974)	(1.578)
Letras de crédito imobiliária - LCI	(834)	(1.947)	(868)	(1.270)	(834)	(1.947)	(868)	(1.270)
Depósitos interfinanceiros	(7.897)	(14.867)	(4.576)	(6.468)	(7.897)	(14.867)	(4.576)	(6.468)
Depósitos especiais com remuneração	(9)	(21)	(12)	(19)	(9)	(21)	(12)	(19)
Despesas com captações no mercado	**(291.804)**	**(541.445)**	**(134.620)**	**(199.902)**	**(290.573)**	**(539.224)**	**(133.567)**	**(197.394)**
Despesas de repasses BNDES	(539)	(1.362)	(1.722)	(2.504)	(539)	(1.362)	(1.722)	(2.504)
Despesas de repasses FINAME	(15)	(31)	(20)	(40)	(15)	(31)	(20)	(40)
Despesas de repasses BNB	(2.591)	(6.300)	(5.425)	(9.400)	(2.591)	(6.300)	(5.425)	(9.400)
Despesas de repasses FUNGETUR	(1.800)	(2.957)	-	-	(1.800)	(2.957)	-	-
Despesas com empréstimos e repasses	**(4.945)**	**(10.650)**	**(7.167)**	**(11.944)**	**(4.945)**	**(10.650)**	**(7.167)**	**(11.944)**
Total das despesas de captação	**(296.749)**	**(552.095)**	**(141.787)**	**(211.846)**	**(295.518)**	**(549.874)**	**(140.734)**	**(209.338)**

15. OUTROS PASSIVOS

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	**1.989**	**2.607**	**2.497**	**2.948**
Outros tributos e assemelhados	**1.989**	**2.607**	**2.497**	**2.948**
Sociais e estatutárias - Dividendos e bonificações a pagar	**35.803**	**16.182**	**35.803**	**17.457**
Impostos e contribuições a recolher	**12.680**	**11.043**	**15.942**	**14.510**
Provisão para Impostos e contribuições diferidos (1)	**-**	**4.318**	**-**	**4.318**
Dívidas subordinadas (Nota 15 a)	**140.564**	**126.105**	**140.564**	**126.105**
Recursos em Trânsito de Terceiros	**260**	**298**	**260**	**298**
Diversas	**123.474**	**114.031**	**666.443**	**553.952**
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	34	28	34	28
Provisão para pagamentos - Despesas de pessoal	34.831	52.232	38.981	56.192
Provisão para pagamentos – Fornecedores	27.346	22.568	32.075	25.953
Passivo Atuarial (**Nota 25**) (**2**)	-	2.931	-	2.931
Credores diversos – País (**3**)	32.827	11.263	59.220	26.781
Recursos do FGTS para Amortizações	199	197	199	197
Credores por recursos a liberar	1.920	6.514	1.920	6.514
Obrigações por convênios oficiais	2.692	1.306	2.692	1.306
Outros valores	23.625	16.992	23.625	16.992
Obrigações por transações de pagamentos (**4**)	-	-	507.697	417.058
Total	**314.770**	**274.584**	**861.509**	**719.588**
Passivo circulante	**174.205**	**144.160**	**720.343**	**588.575**
Passivo exigível a longo prazo	**140.565**	**130.424**	**141.166**	**131.013**

(**1**) Impostos e contribuições diferidos sobre resultado positivo de Outros Resultados Abrangentes-ORA do cálculo atuarial.
(**2**) Em 30.06.2021 o Banco passou a reconhecer, em suas demonstrações financeiras, a obrigação de passivo atuarial de acordo com a paridade e proporção contributivas.
(**3**) A Resolução BCB nº 92, excluiu o cosif de Resultados de Exercícios Futuros a partir de Janeiro/2022. O valor de R$9.568 foi transferido para o cosif de credores diversos.
(**4**) Obrigações a lojistas por transações de pagamentos.

a) Dívidas Subordinadas

As captações efetuadas mediante emissão de títulos de dívida subordinada, observadas as condições determinadas pela Resolução CMN nº 4.955/2021, são as seguintes:

Papel	Banese Múltiplo e Consolidado				
	Valor de Emissão	Valor Atual em 31.12.2022	Valor Atual em 31.12.2021	Data de Emissão	Data de Vencimento
Letras Financeiras Subordinadas (**1**)	15.445	16.552	15.993	30.07.2015	31.07.2023
Letras Financeiras Subordinadas (**2**)	98.420	124.012	110.112	16.04.2021	26.04.2029
Total	**113.865**	**140.564**	**126.105**		

(**1**) Remunerado pelo CDI com pagamento de juros semestral.
(**2**) Remunerada pelo IPCA + Taxa Pré com pagamento de juros apenas no vencimento.

16. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a. Contingências ativas

O Banese possui registrado contingências ativas transitadas em julgado pelo Supremo Tribunal Federal, assim como possui, neste momento, processo judicial que gera expectativa de ganhos futuros e estão sob análise de peritos para conclusão dos montantes envolvidos a receber, conforme Nota 9.2.

b. Contingências passivas

O Banese e sua controlada figuram como réus em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

- Os processos trabalhistas em sua maioria referem-se a ações ajuizadas por empregados, ex-empregados e sindicato com o objetivo de obter indenizações relativas às violações alegadas de direitos trabalhistas como pagamento de horas extras, equiparação salarial e diferenças nos reajustes salariais. Em 31 de dezembro de 2022, o montante provisionado a título de contingências trabalhistas é de R$ 48.980 (R$ 45.885 – 31.12.2021) no Banese Múltiplo e R$ 54.913 (R$ 51.092 – 31.12.2021) no Banese Consolidado.
- Os processos cíveis referem-se, principalmente, a pedidos de ressarcimento e indenização por dano moral e patrimonial - R$ 7.355 e correção dos saldos de poupança referente aos planos econômicos - Bresser, Verão e Collor I e II – R$ 3.155 sendo o montante provisionado em 31 de dezembro de 2022 de R$ 10.510 (R$ 9.804 – 31.12.2021) no Banese Múltiplo e R$ 13.996 (R$ 14.820 – 31.12.2021) no Banese Consolidado.
- Os processos fiscais são decorrentes de alguns tributos e contribuições que o Banese vem discutindo na esfera administrativa e judicial, tais como: autuações fiscais previdenciárias as quais pretende a inclusão de algumas verbas pagas pelo banco à funcionários, autônomos e prestadores de serviços no salário de contribuição, compensações não homologadas pela Receita Federal do Brasil, tributos com exigibilidade suspensa como PIS Lei nº 9.718/98 e o ISSQN, onde alguns municípios incluíram, através de Decretos Municipais, todas as receitas operacionais em sua base de cálculo. O montante provisionado em 30 de dezembro de 2022 R$ 89.617 (R$ 93.968 – 31.12.2021) no Banese Múltiplo e R$ 91.374 no Banese Consolidado (R$ 103.881 – 31.12.2021).

O procedimento utilizado pelo Banese para reconhecimento destas obrigações apresenta-se de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 e pela Resolução CVM nº 72/2022. Os processos judiciais são classificados por probabilidade de perda em provável, possível e remota, por meio de avaliação na qual se utilizam parâmetros como as decisões judiciais e o histórico de perdas em ações semelhantes, são provisionados os processos classificados como probabilidade de perda provável e as obrigações tributárias objeto de discussão judicial sobre a constitucionalidade da Lei.
A movimentação da provisão está assim demonstrada:

Banese Múltiplo

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total 31.12.2022	Total 31.12.2021
Saldo inicial - dezembro do exercício anterior	**45.885**	**9.804**	**93.968**	**149.657**	**157.823**
Atualização monetária	4.333	208	4.427	8.968	5.586
Constituição de provisão	7.338	2.519	1.560	11.417	20.818
Reversão de provisão	-	-	(10.338)	(10.338)	(24.529)
Pagamentos	(8.576)	(2.021)	-	(10.597)	(10.041)
Saldo final do período	**48.980**	**10.510**	**89.617**	**149.107**	**149.657**

Banese Consolidado

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total 31.12.2022	Total 31.12.2021
Saldo inicial - dezembro do exercício anterior	**51.092**	**14.820**	**103.881**	**169.793**	**174.118**
Atualização monetária	4.333	208	4.427	8.968	5.586
Constituição de provisão	8.249	5.295	1.683	15.227	26.093
Reversão de provisão	-	-	(18.617)	(18.617)	(24.529)
Pagamentos	(8.761)	(6.327)	-	(15.088)	(11.475)
Saldo final do período	**54.913**	**13.996**	**91.374**	**160.283**	**169.793**

Os processos enquadrados na categoria de perda possível são assim classificados em decorrência de incertezas geradas quanto ao seu desfecho. São ações para cujo objeto ainda não foi estabelecida jurisprudência ou que dependem da verificação e análise dos fatos, ou, ainda, apresentam aspectos específicos que reduzem a probabilidade de perda. As estimativas de perda para os processos assim classificados, de possível mensuração, montam os seguintes valores em 31 de dezembro de 2022: trabalhista - R$ 34.683 (R$ 39.061 – 31.12.2021), cíveis - R$ 31.160 (R$ 23.985 – 31.12.2021) e fiscais R$ 56.468 (R$ 53.828 – 31.12.2021). Nestes grupos encontram-se causas de naturezas diversas, principalmente: indenização por danos morais, além de reclamações de natureza trabalhista, tais como isonomia salarial, reintegração de demitidos, indenização por LER, e processos previdenciários, PIS, COFINS e compensações de tributos não homologados pela Secretaria da Receita Federal.

c. Outros Assuntos

O Banese possui Processo Administrativo Sancionador PE nº 204590 - Processo que tramita no BACEN, para apurar suposta irregularidade praticada pela instituição e Diretores Luciano Cerqueira Passos e Aléssio de Oliveira Rezende, por deixar de implantar e implementar estruturas de controles internos efetivas e consistentes com a natureza, complexidade e risco das operações realizadas pela instituição financeira, especificamente no que se refere a sua atuação como participante do arranjo de pagamentos Pix.

17. RECEITAS DIFERIDAS (1)

	Banese Múltiplo e Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021
Rendas Antecipadas	-	113
Rendas Antecipadas – Icatu (**2**)	-	9.720
Total	**-**	**9.833**

(**1**) A Resolução BCB nº 92, excluiu o cosif de Resultados de Exercícios Futuros a partir de Janeiro/2022. O valor foi transferido para o cosif de credores diversos, conforme Nota 15.
(**2**) Refere-se à receita em decorrência do convênio, celebrado em dezembro de 2017, pelo Banese com a Icatu Capitalização, em caráter de exclusividade, pelo prazo de 20 anos, para distribuição de produtos de capitalização no balcão Banese.

18. PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES

	31.12.2022	31.12.2021
Participação de 71,68% na MULVI Instituição de Pagamentos S.A	(99.808)	(116.703)
Patrimônio Líquido da MULVI Instituição de Pagamentos S.A	139.241	162.811
Total de participação de não controladores	**39.433**	**46.108**

O Banese possui preponderância nas deliberações sociais, poder de eleger ou destituir seus administradores e controle operacional efetivo.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O Capital Social, totalmente integralizado, está representado por 7.642.545 ações ordinárias e 7.642.545 ações preferenciais sem valor nominal, todas em circulação. O acionista majoritário, o Estado de Sergipe, detém 93,63% das ações ordinárias e 86,09% das preferenciais.
As ações preferenciais não terão direito a voto, mas conferirão aos seus titulares os seguintes direitos e vantagens: I - Prioridade no reembolso do Capital Social, sem prêmio, na hipótese de liquidação da Sociedade; II - Receberão dividendos 10% (dez por cento) maiores que os atribuídos às ações ordinárias; III - Inclusão em oferta pública decorrente de eventual alienação do controle da Sociedade. IV - Participação nos aumentos de capital, decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações ordinárias.
As ações são indivisíveis em relação à Sociedade e cada ação ordinária, sem limitação, corresponderá a um voto nas deliberações da Assembleia Geral, salvo na hipótese de adoção do voto múltiplo para a eleição de membro do Conselho de Administração.
Em 09 de setembro de 2022, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social de R$ 426.000.000,00 (quatrocentos e vinte e seis milhões de reais), para R$ 513.000.000,00 (quinhentos e treze milhões de reais), mediante a capitalização de reservas estatutárias e sem a modificação do número de ações, no valor de R$ 87.000.000,00 (oitenta e sete milhões de reais).
A tabela a seguir demonstra o lucro por ação com base nas ações ordinárias e preferenciais em circulação:

	01.01.2022 a 31.12.2022	01.01.2021 a 31.12.2021
Lucro líquido atribuível aos acionistas - R$ Mil	**75.512**	**83.739**
Ações Ordinárias	35.958	33.496
Ações Preferenciais	39.554	50.243
Total de ações	**15.285.090**	**15.285.090**
Ações ordinárias	7.642.545	7.642.545
Ações preferenciais	7.642.545	7.642.545
Lucro líquido atribuível a não controladores - R$ Mil	**(6.675)**	**3.585**
Lucro básico e diluído por ação:		
Lucro líquido por Ação Ordinária do Capital Social (em R$)	4,71	5,22
Lucro líquido por Ação Preferencial do Capital Social (em R$)	5,18	5,74

b. Reservas de Lucros

O Lucro Líquido do Exercício, ajustado nos termos da Lei n° 6.404/76, terá as seguintes destinações:
b.1 Reserva Legal - é constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.
b.2 Reservas Estatutárias - são constituídas do lucro líquido do exercício após as deduções legais e dividendos até atingir o limite de 100% do Capital Social, conforme estabelecido no Estatuto Social. Estão compostas por:

- **Reserva estatutária para margem operacional** - com a finalidade de garantir a manutenção da margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, limitada a até 80% do capital social.
- **Reserva estatutária para equalização de dividendos** - com a finalidade de assegurar recursos para o pagamento de dividendos intermediários, limitada a até 20% do capital social.
- **Reserva especial de lucro** - com a finalidade de assegurar recursos para o pagamento de dividendos adicionais, propostos pela Administração.

	Banese Múltiplo e Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021
Reserva Legal	46.417	42.641
Reserva Estatutária para Margem Operacional	36.139	78.877
Reserva Estatutária para Equalização de Dividendos	-	8.526
Reserva de Lucro	**82.556**	**130.044**

c. Dividendos e juros sobre o capital próprio

c.1 Dividendos - o estatuto social confere direitos a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado do exercício social.

c.2 Juros sobre o capital próprio - conforme estatuto social, poderão ser pagos aos acionistas, Juros sobre o Capital Próprio, mediante proposta da Diretoria Executiva, aprovada pelo Conselho de Administração, "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária.
A Administração do Banese provisionou, durante o exercício JCP no montante de R$ 36.000 (R$ 21.000 – 31.12.2021), o JCP reduziu o impacto tributário no exercício na ordem de R$ 16.200 (R$ 10.500 – 31.12.2021).

c.3 Dividendos obrigatórios - de acordo com o estatuto social do Banco, art. 44, parágrafo único, os juros sobre capital próprio pagos ou creditados aos acionistas, deverão ser imputados ao valor do dividendo mínimo obrigatório.

Os JCP serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios pelo seu valor líquido do imposto de renda de acordo com a Resolução CVM nº 143/2022.

20. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

a. Receitas de Prestações de Serviços

	Banese Múltiplo				Banese Consolidado			
	2022	2022	2021	2021	2022	2022	2021	2021
	2º Sem.	Exercício	2º Sem.	Exercício	2º Sem.	Exercício	2º Sem.	Exercício
Rendas de serviços prestados a correntistas	7.891	16.598	10.169	20.663	53.725	118.995	66.113	122.227
Convênios de arrecadação/pagamento	19.948	36.335	20.930	36.412	19.948	36.335	20.930	36.412
Cobrança	2.179	4.418	2.192	4.268	2.179	4.418	2.192	4.268
Rendas de garantias prestadas	75	119	96	191	75	119	96	191
Total	**30.093**	**57.470**	**33.387**	**61.534**	**75.927**	**159.867**	**89.331**	**163.098**

b. Receitas de Tarifas Bancárias

	Banese Múltiplo				Banese Consolidado			
	2022	2022	2021	2021	2022	2022	2021	2021
	2º Sem.	Exercício	2º Sem.	Exercício	2º Sem.	Exercício	2º Sem.	Exercício
Devoluções de cheques	398	802	367	658	398	802	367	658
Transações com cheques	278	586	313	608	278	586	313	608
Tarifa de saques	1.043	2.108	1.226	2.447	1.043	2.108	1.226	2.447
Tarifas de Manutenção de conta	20.296	39.937	18.699	37.068	20.296	39.937	18.699	37.068
Tarifa de convênio – pagamento de salário	801	1.513	839	1.514	801	1.513	839	1.514
Tarifa de confecção de cartões	122	237	106	154	122	237	106	154
Tarifa com pacote de serviços	8.146	16.327	8.369	17.155	8.146	16.327	8.369	17.155
Outras tarifas bancárias	3.269	6.520	3.728	7.921	3.269	6.520	3.728	7.921
Total	**34.353**	**68.030**	**33.647**	**67.525**	**34.353**	**68.030**	**33.647**	**67.525**

	Banese Múltiplo				Banese Consolidado			
	2022	2022	2021	2021	2022	2022	2021	2021
	2º Sem.	Exercício	2º Sem.	Exercício	2º Sem.	Exercício	2º Sem.	Exercício
Total de receita de prestação de serviços + tarifas bancárias	**64.446**	**125.500**	**67.034**	**129.059**	**110.280**	**227.897**	**122.978**	**230.623**

c. Despesas de Pessoal

	Banese Múltiplo				Banese Consolidado			
	2022	2022	2021	2021	2022	2022	2021	2021
	2º Sem.	Exercício	2º Sem.	30.09	2º Sem.	Exercício	2º Sem.	Exercício
Salários	(54.653)	(110.325)	(55.716)	(105.895)	(67.030)	(134.147)	(66.907)	(127.027)
Encargos sociais	(9.785)	(19.051)	(9.067)	(17.514)	(11.202)	(21.494)	(10.028)	(19.527)
INSS sobre salários	(15.152)	(29.381)	(14.640)	(27.943)	(18.383)	(35.617)	(17.452)	(33.194)
Remuneração dos Administradores	(2.500)	(4.655)	(2.070)	(3.939)	(3.934)	(7.420)	(3.450)	(6.184)
Benefícios	(13.883)	(25.575)	(11.978)	(22.466)	(16.974)	(31.789)	(15.065)	(28.625)
Treinamento	(729)	(1.304)	(343)	(501)	(816)	(1.486)	(520)	(844)
Estagiários	(183)	(354)	(182)	(373)	(272)	(527)	(251)	(524)
Total	**(96.885)**	**(190.645)**	**(93.996)**	**(178.631)**	**(118.611)**	**(232.480)**	**(113.673)**	**(215.925)**

d. Outras Despesas Administrativas

	Banese Múltiplo				Banese Consolidado			
	2022	2022	2021	2021	2022	2022	2021	2021
	2º Sem.	Exerc.	2º Sem.	Exerc.	2º Sem.	Exerc.	2º Sem.	Exerc.
Processamento de dados	(18.207)	(32.128)	(12.205)	(25.381)	(20.698)	(37.609)	(14.742)	(30.986)
Serviços do sistema financeiro	(6.968)	(11.183)	(6.096)	(14.149)	(7.036)	(11.321)	(6.168)	(14.282)
Depreciações e amortizações	(5.660)	(11.325)	(6.578)	(14.007)	(8.770)	(17.108)	(8.924)	(18.494)
Comunicação	(1.410)	(2.656)	(1.338)	(2.460)	(4.623)	(9.754)	(4.267)	(8.112)
Serviços de vigilância e segurança	(4.919)	(9.843)	(4.501)	(9.312)	(5.362)	(10.758)	(4.934)	(10.183)
Serviços técnicos especializados	(24.683)	(41.686)	(13.569)	(23.940)	(35.738)	(64.433)	(25.820)	(48.815)
Aluguéis	(1.568)	(3.069)	(1.474)	(3.340)	(1.762)	(3.436)	(1.652)	(3.678)
Manutenção e conservação de bens	(4.047)	(8.655)	(4.755)	(8.353)	(5.071)	(10.971)	(5.798)	(10.413)
Propaganda e publicidade	(1.898)	(3.152)	(2.980)	(4.884)	(5.191)	(9.320)	(5.866)	(9.530)
Material	(706)	(1.419)	(614)	(1.193)	(1.464)	(2.864)	(1.502)	(3.027)
Serviços de terceiros	(30.656)	(58.063)	(30.346)	(58.162)	(34.555)	(64.984)	(34.007)	(64.463)
Água, energia e gás	(2.321)	(5.570)	(3.410)	(6.121)	(2.567)	(6.156)	(3.756)	(6.749)
Transporte	(3.705)	(9.909)	(5.449)	(10.599)	(3.850)	(10.225)	(5.782)	(11.211)
Seguro	(1.306)	(3.569)	(1.437)	(4.039)	(1.329)	(3.612)	(1.477)	(4.165)
Promoções e relações públicas	(2.333)	(5.693)	(7.753)	(8.414)	(2.453)	(5.955)	(7.824)	(8.645)
Doações	-	-	-	-	(1.545)	(3.221)	(1.565)	(3.368)
Outras	(3.791)	(8.449)	(4.354)	(8.188)	(7.455)	(14.513)	(6.404)	(11.666)
Total	**(114.178)**	**(216.369)**	**(106.859)**	**(202.542)**	**(149.469)**	**(286.240)**	**(140.488)**	**(267.787)**

e. Despesas Tributárias

	Banese Múltiplo				Banese Consolidado			
	2022	2022	2021	2021	2022	2022	2021	2021
	2º Sem.	Exercício	2º Sem.	Exercício	2º Sem.	Exercício	2º Sem.	Exercício
Contribuição ao Cofins	(14.387)	(27.651)	(13.104)	(25.267)	(22.791)	(44.716)	(21.978)	(41.594)
Contribuição ao PIS - Pasep	(2.341)	(4.524)	(2.138)	(4.116)	(4.107)	(8.136)	(4.025)	(7.571)
Imposto sobre serviços de qualquer natureza	(3.259)	(6.357)	(3.390)	(6.524)	(5.997)	(12.071)	(6.331)	(11.917)
Tributos federais	(102)	(535)	(84)	(197)	(102)	(535)	(84)	(197)
Tributos estaduais	(25)	(38)	(14)	(37)	(25)	(38)	(14)	(37)
Tributos municipais	(14)	(207)	(2)	(153)	(133)	(450)	(2)	(377)
Outras	(361)	(1.048)	(348)	(701)	(371)	(1.075)	(517)	(984)
Total	**(20.489)**	**(40.360)**	**(19.080)**	**(36.995)**	**(33.526)**	**(67.021)**	**(32.951)**	**(62.677)**

f. Outras Receitas Operacionais (*)

	Banese Múltiplo				Banese Consolidado			
	2022	2022	2021	2021	2022	2022	2021	2021
	2º Sem.	Exercício	2º Sem.	Exercício	2º Sem.	Exercício	2º Sem.	Exercício
Recuperação de encargos e despesas	391	1.458	706	3.548	391	1.458	706	3.548
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	-	-	-	-	5.665	10.233	4.783	8.302
Reversão de provisões operacionais	27.993	33.456	18.136	27.597	30.534	47.293	18.860	29.024
Atualização monetária	7.534	15.314	3.042	7.452	9.181	18.267	3.902	8.608
Juros, multas e descontos obtidos na operação de cartão	-	-	-	-	58.945	113.376	38.083	94.027
Cessão de crédito – MULVI	17.792	37.349	10.787	11.382	-	-	8.303	8
Descontos financeiros com antecipação de repasse	-	-	-	-	22.455	35.831	13.949	16.487
Ganhos de capital	128	489	1.420	1.524	131	498	1.426	1.530
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros Passivo Atuarial (**1**)	7.593	7.593	-	9.583	7.593	7.593	-	9.583
Lucro na alienação de bens e investimentos	45	121	73	73	45	121	30	73
Outras	669	4.834	7.027	7.453	1.428	6.232	8.158	9.487
Total	**62.145**	**100.614**	**41.191**	**68.612**	**136.368**	**240.902**	**98.200**	**180.677**

(*) Em atendimento à Resolução BCB nº 02/2020, as receitas não operacionais estão incluídas no grupo das receitas operacionais.

(**1**) Juros reconhecidos pela baixa de obrigação atuarial em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 33 (R1).

g. Outras Despesas Operacionais (*)

	Banese Múltiplo				Banese Consolidado			
	2022	2022	2021	2021	2022	2022	2021	2021
	2º Sem.	Exercício	2º Sem.	Exercício	2º Sem.	Exercício	2º Sem.	Exercício
Contribuição ao SFH	(89)	(249)	(211)	(498)	(89)	(249)	(211)	(498)
Operações de crédito - descontos concedidos	(154)	(314)	(357)	(4.473)	(8.578)	(20.314)	(9.527)	(18.589)
Variação Monetária INSS	(357)	(679)	(216)	(256)	(357)	(679)	(216)	(256)
Despesas Financeiras	-	-	-	-	(165)	(287)	(210)	(3.113)
Despesa Convênio TJ (**1**)	(8.947)	(17.099)	(7.658)	(17.209)	(8.947)	(17.099)	(7.658)	(17.209)
Despesa com prêmio de fidelização (**2**)	(235)	(531)	(171)	(411)	(789)	(1.362)	(371)	(835)
Cessão de crédito – MULVI	-	-	(146)	(2.917)	-	-	(146)	(2.917)
Prejuízo na alienação de valores, bens e investimentos	(79)	(813)	(94)	(101)	(87)	(825)	(94)	(108)
Perdas de capital	(1.834)	(4.111)	(4.661)	(6.014)	(3.464)	(6.677)	(5.639)	(7.454)
Juros Passivo Atuarial	(1)	(132)	(647)	(1.270)	(1)	(132)	(647)	(1.270)
Outras despesas operacionais	(4.562)	(13.857)	(4.684)	(7.116)	(11.030)	(26.603)	(10.660)	(15.398)
Total	**(16.258)**	**(37.785)**	**(18.845)**	**(40.265)**	**(33.507)**	**(74.227)**	**(35.379)**	**(67.647)**

(*) Em atendimento à Resolução BCB nº 02, as despesas não operacionais estão incluídas no grupo das despesas operacionais.

(**1**) Referem-se às despesas decorrentes do convênio firmado com o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

(**2**) Referem-se às despesas com fidelização dos clientes oriundos da cessão da carteira de crédito da MULVI.

h. Despesas Provisões

	Banese Múltiplo				Banese Consolidado			
	2022	2022	2021	2021	2022	2022	2021	2021
	2º Sem.	Exercício	2º Sem	Exercício	2º Sem	Exercício	2º Sem	Exercício
Despesas de provisões Passivas – contingências trabalhistas	(6.886)	(11.198)	(4.812)	(15.557)	(7.562)	(12.017)	(5.635)	(16.957)
Despesas de provisões Passivas – contingências cíveis	(1.737)	(2.727)	(1.036)	(2.828)	(3.130)	(5.503)	(3.663)	(6.386)
Despesas de provisões Passivas – contingências fiscais	(2.974)	(5.987)	(6.255)	(9.574)	(2.974)	(6.110)	(6.398)	(9.778)
Despesas de provisões Passiva – Outras	(1)	(1)	-	(13)	(1)	(1)	-	(13)
Despesas de provisões Passiva – Garantia Financeira	(10)	(20)	-	(15)	(10)	(20)	-	(15)
Total	**(11.608)**	**(19.933)**	**(12.103)**	**(27.987)**	**(13.677)**	**(23.651)**	**(15.696)**	**(33.149)**

21. EXIGIBILIDADES DE CAPITAL E LIMITES DE IMOBILIZAÇÃO

A Resolução CMN nº 4.955/2021 dispõe sobre os critérios de apuração dos Requerimentos Mínimos de Patrimônio de Referência de Nível I e de Capital Principal, enquanto a Resolução CMN nº 4.958/2021 institui o Adicional de Capital Principal. Para os cálculos das parcelas de risco, foram observados os procedimentos das Circulares BACEN nºs 3.644/2013, 3.652/2013, 3.679/2013 e 3.696/2014 para risco de crédito; das Circulares BACEN nºs 3.634, 3.635, 3.636, 3.637, 3.638, 3.639, 3.641 e 3.645, de 04/03/2013, para risco de mercado; da Circular BACEN nº 3.640/2013 para risco operacional.

Para a parcela de risco operacional, o Banese utiliza a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada (APAS). Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.957/2021, o Índice de Imobilização apurado em relação ao Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial foi de 14,18%, estando, portanto, em conformidade com o máximo permitido pelo BACEN, que é de 50%.

Patrimônio de Referência utilizado para o cálculo dos índices, bem como os Ativos Ponderados de Risco, em 31.12.2022, estão demonstrados abaixo:

	31.12.2022
Patrimônio de Referência	**648.649**
Patrimônio de referência nível I (Capital Principal + Capital Complementar)	**524.637**
Capital Principal – CP	**524.637**
Capital Social +Participação de Não Controladores	552.433
Reservas De Capital, Reavaliação e de Lucros	82.556
Ganhos Não Realizados de Ajustes de Avaliação Patrimonial Exceto de Hedge de Fluxo de Caixa	-
Sobras ou Lucros Acumulados	-
Contas de Resultado Credoras	-
Contas de Resultado Devedoras	-
Perdas ou Prejuízos Acumulados	-
Depósito Para Suficiência de Capital	-
Outros Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal	-
Total de Deduções de Ajustes Prudenciais	**110.352**
Não Realizadas - Avaliação Patrimonial e TVM	-
Ajustes Prudenciais Exceto Participações Não Consolidadas e Crédito Tributário	**97.512**
Ajuste Prudencial II - Ativos Intangíveis	49.603
Ajuste Prudencial VIII - Demais Créditos Tributários de Prejuízo Fiscal e relacionados à CSLL	8.476
Ajuste Prudencial XIV – Participação de não Controladores em Subsidiárias não Autorizadas Pelo BCB	39.433
Ajuste Prudencial XV - Diferença a Menor - Ajustes da Resolução 4.277/13	-
Ajustes Prudenciais V, VII e X - Créditos Tributários e Investimentos Superiores em Assemelhadas e Instituições Financeiras	**12.840**
Ajuste Prudencial - Créditos Tributários de Diferença Temporária - excedente a 10% do CP III	12.840
Capital Complementar	
Patrimônio de referência nível II	**124.012**
Instrumentos Elegíveis ao Nível II	124.012
Autorizados em conformidade com a Resolução CMN 4.192/13 - Com redutor	124.012
Redutor 0%	124.012
Redutor 20%	-
Redutor 40%	-
Redutor 60%	-
Redutor 80%	-
Redutor 100%	16.552
Ativos Ponderados de Risco:	**4.780.901**
Ativos Ponderados de Risco de Crédito (RWA CPAD)	**4.259.374**
a) Por Fator de Ponderação (FPR):	
FPR de 2%	-
FPR de 20%	16.669
FPR de 35%	125.070
FPR de 50%	394.998
FPR de 75%	1.889.556
FPR de 85%	-
FPR de 100%	1.673.873
FPR de 150%	-
FPR de 250%	134.369
FPR de 300%	-
FPR de 909,09%	-
FPR de 1.250%	24.839
b) Por Tipo:	
Ativos Ponderados de Risco de Mercado (RWA MPAD)	**465**
Prefixadas denominadas em real (RWAJUR1)	364
Cupons de moedas estrangeiras (RWAJUR2)	-
Cupom de índices de preços (RWAJUR3)	2
Cupons de taxas de juros (RWAJUR4)	-
Operações sujeitas à variação do preço de commodities (RWACOM)	31
Operações sujeitas à variação do preço de ações (RWAACS)	31
Ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas à variação cambial (RWACAM)	37
Ativos Ponderados de Risco Operacional (RWAOPAD)	***521.062***
RWA	**4.780.901**
Fator Mínimo Requerido + Adicionais de Capital Principal	**10,50%**
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	**382.472**
Capital Principal Mínimo requerido para o RWA	**215.141**
Mínimo Capital Principal + ACP / RWA	**245.021**
Rban	**77.075**
Fator F	**13,57%**
Sobra FATOR	**3,07%**
Nível I / RWA	**10,97%**
Mínimo Nível I + ACP / RWA	**8,50%**
Folga de Mínimo Nível I / RWA	**2,47%**
Capital Principal / RWA	**10,97%**
Mínimo Capital Principal / RWA	**7,00%**
Folga Capital Principal / RWA	**3,97%**
Margem sobre o PR Considerando o Capital para cobertura do Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária e o ACP	**69.580**

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Banco está sujeito ao regime de tributação do lucro real e procede ao pagamento mensal do imposto de renda e contribuição social pela estimativa com base em balancete de suspensão / redução. A despesa de imposto de renda registrada no Banese Múltiplo em 31 de dezembro de 2022 foi de R$ 1.809 (R$ 24.165 – 31.12.2021) e no Consolidado foi de R$ 9.561 (R$ 26.798 – 31.12.2021), e a de contribuição social no Banese Múltiplo foi de R$ 949 (R$ 23.300 – 31.12.2021) e no consolidado R$ 6.187 (R$ 25.802 – 31.12.2021). No período, foi registrado a recuperação de IRPJ e CSLL referente ao exercício de 2021, decorrente do benefício fiscal com os dispêndios em projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico conforme Lei nº 11.196/05 – Lei do Bem, naquele exercício. A conciliação está demonstrada a seguir:

Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado		Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	Imposto de Renda				Contribuição Social			
	30.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Resultado antes da tributação e participações	**89.809**	**143.644**	**64.628**	**152.364**	**89.809**	**143.644**	**64.628**	**152.364**
Participações estatutárias	(11.539)	(12.440)	(11.539)	(12.440)	(11.539)	(12.440)	(11.539)	(12.440)
Juros sobre Capital Próprio	(36.000)	(21.000)	-	(22.500)	(36.000)	(21.000)	-	(22.500)
Equivalência Patrimonial	16.895	(5.277)	16.895	(5.277)	16.895	(5.277)	16.895	(5.277)
Adições líquidas de caráter permanente	(20.845)	1.676	(29.699)	10.336	(21.647)	810	(24.087)	9.470
Adições líquidas de caráter temporário	3.155	(6.802)	26.372	14.589	3.155	(6.802)	26.372	14.589
Lucro tributável antes das compensações	**41.475**	**99.801**	**66.657**	**137.072**	**40.673**	**98.935**	**72.269**	**136.206**
Compensação prejuízo fiscal e base negativa CSLL	-	-	-	(11.181)	-	-	-	(11.181)
Lucro tributável após compensações	**41.475**	**99.801**	**66.657**	**125.891**	**40.674**	**98.935**	**72.269**	**125.025**
Valores devidos pela alíquota normal	(6.221)	(14.970)	(6.221)	(18.325)	(8.135)	(22.839)	(8.135)	(26.968)
Adicional de imposto de renda (10%)	(4.124)	(9.956)	(4.124)	(12.541)	-	-	-	-
Incentivos fiscais	757	1.338	757	1.674	-	-	-	-
Tributos devidos	**(9.588)**	**(23.588)**	**(9.588)**	**(29.192)**	**(8.135)**	**(22.839)**	**(8.135)**	**(26.968)**
Crédito tributário sobre as diferenças temporárias	2.827	(577)	8.699	4.924	2.262	(461)	5.785	2.326
Crédito tributário prejuízo fiscal / base negativa CSLL	-	-	4.295	(2.530)	-	-	2.606	(1.160)
Despesa efetiva no período	**(6.761)**	**(24.165)**	**3.406**	**(26.798)**	**(5.873)**	**(23.300)**	**256**	**(25.802)**
Recuperação CSLL e IRPJ 2021	4.952	-	6.155	-	4.924	-	5.931	-
Valor registrado efetivamente no resultado	**(1.809)**	**(24.165)**	**9.561**	**(26.798)**	**(949)**	**(23.300)**	**6.187**	**(25.802)**
% da despesa efetiva em relação ao lucro antes do IRPJ e CSLL	(2,01)%	16,82%	(14,79)%	17,59%	(1,06)%	16,22%	(9,57)%	16,93%

A movimentação dos créditos está a seguir demonstrada:

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	Imposto de Renda Diferenças Temporárias	Contribuição Social Diferenças Temporárias	Imposto de Renda Diferenças Temporárias	Contribuição Social Diferenças Temporárias
Saldo em 31.12.2021	**84.334**	**67.467**	**102.827**	**79.180**
(-) Realização de Créditos Passivo Atuarial	(3.165)	(2.532)	(3.165)	(2.532)
(+) Constituição de Créditos – Outras Adições	16.946	13.855	42.281	29.465
(-) Realização de Créditos – Outras Adições	(13.768)	(11.313)	(33.231)	(23.400)
(+) Constituição de Créditos - Prejuízo Fiscal/ Base Negativa CSLL	-	-	4.296	2.606
Saldo em 31.12.2022	**84.347**	**67.477**	**113.008**	**85.319**

O crédito tributário de imposto de renda e contribuição social apresenta a seguinte composição:

	Banese Múltiplo				Banese Consolidado			
	Imposto de Renda		Contribuição Social		Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
1. Adições Temporárias - base de cálculo	**337.388**	**337.332**	**337.388**	**337.332**	**434.848**	**408.912**	**434.848**	**408.912**
- Créditos Tributários adições temporárias	84.347	84.334	67.477	67.467	108.712	102.228	82.713	78.204
- Prejuízo Fiscal/ Base Negativa IRPJ/ CSLL	**-**	**-**	**-**	**-**	**17.184**	**2.392**	**17.373**	**6.507**
- Créditos Tributários de Prejuízo Fiscal/ Base Negativa IRPJ/CSLL	-	-	-	-	4.296	598	2.606	976
Total de Créditos Tributários Ativados	**84.347**	**84.334**	**67.477**	**67.467**	**113.008**	**102.826**	**85.319**	**79.180**
Créditos Tributários Não Ativados	**1.387**	**1.259**	**1.110**	**1.008**	**1.387**	**1.259**	**1.110**	**1.008**

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos são realizados à medida que as diferenças temporárias sobre as quais são calculados sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização se apresenta a seguir, devidamente fundamentado em estudo técnico, no qual há expectativa de geração de resultados positivos futuros, com a consequente geração de obrigações com impostos e contribuições, já considerando o disposto no artigo 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.249/1995.

Os Créditos Tributários não contabilizados correspondem às adições temporárias relativas as provisões constituídas para dar suporte aos créditos provenientes do FCVS.

BANESE.COM.BR

Relatório de Desempenho 2022

Pode Contar Banese

O quadro abaixo demonstra os valores previstos de realização na data de 31 de dezembro de 2022, comparativamente com o valor presente do crédito, calculado com base na taxa de Depósitos Interfinanceiros - DI projetada para os períodos correspondentes.

Banese Múltiplo

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Previsto	Valor Presente	Valor Previsto	Valor Presente	Valor Previsto	Valor Presente
2023	6.120	5.385	4.896	4.308	11.016	9.693
2024	5.884	4.557	4.707	3.646	10.591	8.203
2025	5.822	4.001	4.658	3.201	10.480	7.202
2026	5.822	3.556	4.658	2.845	10.480	6.401
2027	5.822	3.161	4.658	2.529	10.480	5.690
Acima de 5 anos	54.877	21.167	43.900	16.933	98.777	38.100
Total – 31.12.2022	**84.347**	**41.827**	**67.477**	**33.462**	**151.824**	**75.289**
Total – 31.12.2021	**84.334**	**46.111**	**67.467**	**36.889**	**151.801**	**83.000**

Banese Consolidado

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Previsto	Valor Presente	Valor Previsto	Valor Presente	Valor Previsto	Valor Presente
2023	8.497	7.476	6.322	5.563	14.819	13.039
2024	9.661	7.483	6.973	5.401	16.634	12.884
2025	10.590	7.278	7.519	5.167	18.109	12.445
2026	9.301	5.681	7.391	4.515	16.692	10.196
2027	8.199	4.451	6.084	3.303	14.283	7.754
Acima de 5 anos	66.760	26.896	51.030	20.370	117.790	47.266
Total – 31.12.2022	**113.008**	**59.265**	**85.319**	**44.319**	**198.327**	**103.584**
Total – 31.12.2021	**102.826**	**57.827**	**79.180**	**44.414**	**182.006**	**102.241**

O total do valor presente dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2022, para Banese Múltiplo, é de R$ 75.289 (R$ 83.000 – 31.12.2021), e para Banese Consolidado R$ 103.584 (R$ 102.241 – 31.12.2021), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias pela taxa de Depósitos Interfinanceiros - DI projetada para os períodos correspondentes.

A capacidade de realização do crédito tributário da MULVI, no montante de R$ 28.295, está baseada em projeções de resultados positivos futuros, decorrentes da: i) reestruturação organizacional da MULVI; (ii) redução de custos operacionais e aumento das receitas através de parceria com empresa de recuperação de crédito e empresas de tecnologia na área automação de cartões de créditos.

23. GESTÃO DE RISCOS, CONTROLES INTERNOS E AUDITORIA

A Gestão de Riscos do Banese é supervisionada pela Superintendência de Gestão de Riscos, com unidades específicas para gestão dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental e capital, devidamente segregadas das áreas relacionadas aos negócios. Todas as informações pertinentes ao tema estão acessíveis na página da internet do Banese, ri.banese.com.br.

Gestão de Capital

Define-se como Gestão de Capital o processo contínuo de avaliação, monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, necessário para fazer face aos riscos a que a instituição está exposta, assim como o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/2017, o Banco dispõe de estrutura interna responsável por acompanhar de forma integrada os riscos que podem impactar no capital da Instituição.

Risco de Crédito

Entende-se por Risco de Crédito a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, assim como o da depreciação da classificação de risco do tomador do contrato de crédito, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas na renegociação, dos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento das obrigações pela contraparte, pautados nos preceitos da Resolução CMN nº 4.557/2017.

Risco de Mercado

Compreende a possibilidade de perdas financeiras resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, que inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*), pautada nos preceitos da Resolução CMN nº 4.557/2017.

IRRBB - Risco de Variação das Taxas de Juros em Instrumentos Classificados na Carteira Bancária

É o risco definido como atual ou prospectivo do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição para os instrumentos classificados na carteira bancária. O risco de variação das taxas de juros na carteira bancária deverá ser apurado, conforme metodologias descritas a seguir:

I - Valor econômico ou Delta Eve: O ΔEVE ou variação EVE pode ser definido como o impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária. É calculado sob uma perspectiva de liquidação da instituição e denota "quanto vale o banco em decorrência de choques nas taxas de juros";

II - Margem Financeira ou Delta NII: O ΔNII ou variação de NII pode ser definido como o impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos classificados na carteira bancária. É calculado sob uma perspectiva de resultado e denota "quanto o banco vai ganhar ou perder em decorrência de choques nas taxas de juros".

Risco de Liquidez

Compreende a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como a possibilidade de não conseguir negociar uma posição a preço de mercado, por conta de seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado, conforme preceitua a Resolução CMN nº 4.557/2017.

Risco Operacional

A estrutura de gerenciamento do risco operacional do Banese está capacitada a identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos operacionais próprios e do Conglomerado, conforme determina a Resolução CMN nº 4.557/2017. Essa estrutura, aprovada pelo Conselho de Administração, tem como missão cumprir as estratégias e política de risco operacional, refletir sobre o papel e as responsabilidades das unidades, disseminar a cultura da gestão de risco operacional, bem como promover a capacitação do corpo funcional e a comunicação interna e externa.

Risco Social, Ambiental e Climático

O Banco Central, a fim de aprimorar e ampliar as regras do risco socioambiental, estabeleceu normas detalhando e instituindo diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático aplicável às instituições financeiras, bem como determinou a obrigatoriedade de uma política voltada ao RSAC com escopo mais abrangente, pautado nas Resoluções CMN nº 4.943 e 4.945/2021, a qual está publicada no Portal de RI do Banco (ri.banese.com.br), e que tem como principais conceitos:

- Risco Social: definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos ao interesse comum;
- Risco Ambiental: Definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais;
- Risco Climático: Define-se o risco climático, em suas vertentes de risco de transição e de risco físico, como:
  I - Risco climático de transição: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados;
  II - Risco climático físico: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

Risco Cibernético

Decorre da possibilidade de perdas decorrentes de ataques cibernéticos contra a infraestrutura de TI ou sistemas corporativos, afetando a integridade, confidencialidade e disponibilidade.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

A atividade de gerenciamento de riscos tem cunho estratégico em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos e da globalização dos negócios do Banco, motivo pelo qual está constantemente sendo aprimorada em seus processos.

O Banese, visando proporcionar uma alocação de capital mais eficiente, de forma a otimizar o investimento dos acionistas e respeitar uma relação risco/retorno, elabora as suas políticas objetivando estabelecer limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco em níveis considerados aceitáveis pela Instituição.

Gerenciamento de Capital

O monitoramento do Capital no Conglomerado Banese é realizado por meio do acompanhamento dos valores projetados para um determinado horizonte de tempo, a fim de realizar um planejamento de capital efetivo, possibilitando a realização de ações preventivas e planejamento corretivo dos desvios. As projeções são documentadas no Plano de Capital, sendo monitoradas e reportadas mensalmente à Alta Administração, Comitê de Gerenciamento de Riscos, Auditoria Interna e Comitê de Auditoria Estatutário.

O Gerenciamento de Capital possibilita a monitoração dos limites mínimos exigidos pelo regulador, os indicadores apurados e os limites mínimos definidos na Declaração de Apetite a Riscos e Plano de Capital.

No tocante à exigência mínima de capital, estabelecida pelo órgão regulador, que corresponde aos Índices de Basileia, Nível I e de Capital Principal que mensura a relação entre o capital da instituição e o volume exposto aos riscos de suas operações, o Banese encerrou o 4T/2022 com os índices de 13,57%, 10,97% e 10,97%, respectivamente, acima dos limites 10,5%, 8,5% e 7,0% exigidos pelo regulador, demonstrando um índice de solvabilidade capaz de cobrir suas exposições aos riscos, sem comprometer sua margem operacional.

Informações detalhadas sobre a gestão de riscos do Conglomerado Banese podem ser consultadas nos relatórios de gerenciamento de riscos disponíveis no sítio de Banese, disponível em: https://ri.banese.com.br/governanca-corporativa/relatorios-de-gestao-de-riscos-e-capital-regulatorio/.

Risco Operacional

Com base nos preceitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.557/2017 e nos princípios do Acordo de Basileia III, a Política de Risco Operacional representa um conjunto de diretrizes globais estabelecidas pela administração do Banco, que delineia o modelo adotado para proporcionar, além do cumprimento da legislação vigente, a adoção de práticas de identificação de riscos e controles mitigatórios, capazes de manter os processos, produtos e serviços oferecidos pelo Banese seguros e competitivos, minimizando perdas relativas aos riscos operacionais. A referida política encontra-se disponível no Portal de RI do Banco (ri.banese.com.br). Com relação à alocação de capital oriunda da apuração da parcela dos Ativos Ponderados para Risco Operacional, o Banese adota o modelo da Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada – APAS.

Risco de Crédito

Visando mitigar as posições expostas a esse tipo de risco na carteira de crédito, o Banese possui metodologias de avaliação de risco de crédito que ponderam aspectos do risco do cliente e da operação, objetivando a mensuração adequada do risco final da operação. Também visam traçar perfis de comportamento dos clientes, notadamente através de informações pessoais, financeiras e históricas, minimizando o risco de perda para a Instituição. Após os devidos processamentos, as pontuações obtidas através dos modelos de risco de crédito da Instituição são convertidas em notas de risco, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999. Os referidos modelos estão em constante monitoramento, objetivando as adequações pertinentes, sempre que necessárias.

Em referência às regras estabelecidas para a realização de provisões de créditos de liquidação duvidosa, o Banese obedece aos critérios positivados na citada Resolução e utiliza-se da faculdade disposta no parágrafo 1º do art. 4º, a qual permite a contagem em dobro dos prazos elencados no inciso I do mesmo artigo, nas operações cujo o prazo a decorrer seja superior à 36 (trinta e seis) meses.

Além das medidas prudenciais relacionadas, que minimizam o risco de default das operações de crédito, as exposições financeiras do Banese expostas ao risco de crédito são minimizadas devido ao fato de serem realizadas com servidores públicos, com créditos vinculados ou consignados à folha de pagamento, correspondendo a cerca de 77,64% da carteira de crédito pessoa física, representando assim um portfólio de baixo risco.

Destaca-se ainda que cerca de 97,1% do portfólio de Títulos e Valores Mobiliários é aplicado em títulos públicos federais. As posições em caixa ou equivalente de caixa não possuem exposição ao risco de crédito, haja vista se tratar de recursos em espécie ou de aplicação em títulos públicos federais.

O volume de contas a receber está representado pelas operações de crédito apresentadas na tabela abaixo:

	Banese Consolidado	
	31.12.2022	**31.12.2021**
- Operações de crédito	3.254.264	3.066.457
- Outros títulos com característica de concessão de crédito	737.656	665.243
- TVM	1.585.027	1.460.226
- Depósitos interfinanceiros	767.850	1.261.446
- Aplicações no mercado aberto	599.985	253.285

Risco de Liquidez

O Banese mantém níveis de liquidez adequados aos compromissos assumidos pela Instituição, resultado da alta capilaridade da sua rede de agências, como também da sua ampla e diversificada base de depositantes e da qualidade dos seus ativos. O controle do risco de liquidez do Banese está em consonância com suas políticas internas e às exigências da supervisão bancária, em especial à Resolução CMN nº 4.557/2017.

Este controle é realizado por área responsável distinta à gestão direta da tesouraria do Banco, a qual envia relatório diário contendo informações sobre os cenários de normalidade e estressado da nossa liquidez, bem como faz uma análise econômico-financeira com base na liquidez interna e nos indicadores do mercado, demonstrando que a Instituição apresenta uma situação de liquidez capaz de honrar suas obrigações no curto e longo prazo, tanto em cenário de normalidade quanto de estresse.

Risco de Mercado

O Conglomerado Prudencial utiliza um sistema integrado para aferição do risco, determinação das exposições e acompanhamento dos limites determinados em suas políticas/normativos internos. Os limites internos são acompanhados diariamente e preveem travas de exposição global aos riscos em moedas estrangeiras, fundos de investimento multimercados, de ações e de renda fixa. Como forma de acompanhar a exposição do Conglomerado às variações de ativos e passivos sujeitos ao risco de mercado, periodicamente são realizadas análises de sensibilidade, objetivando estimar o comportamento de nossa carteira em condições de estresse de mercado, bem como quebras de premissas. O controle do risco de mercado do Banese encontra-se em consonância com suas políticas internas e às exigências da supervisão bancária, em especial à Resolução CMN nº 4.557/2017.

O Banese realizou análise de sensibilidade por fator de riscos de mercado considerados relevantes. Nessa análise, os fatores Pré, CDI e Cupom de TR representam 92,02% do total de exposições ativas e 81,83% passivas, sendo, portanto, as posições predominantes em função da expressividade das operações de crédito pré-fixadas, bem como da captação em poupança e da aplicação em crédito imobiliário no total das exposições da empresa.

A Carteira *Trading* (livre negociação) consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias detidas com intenção de negociação e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.

A Carteira *Banking* (mantida até o vencimento) se refere às operações não classificadas na carteira de negociação. Consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio da Organização. O quadro, a seguir, demonstra a análise de sensibilidade das exposições financeiras (Carteiras *Trading* e *Banking*) e não reflete o modo como os riscos de mercado dessas exposições são administrados no dia a dia da Organização.

Banese Consolidado – 31.12.2022

Operação	Exposição	Risco de Variação	Cenário Provável (I)	Cenário II	Cenário III
Operações de crédito e demais exposições sujeitas a variações das taxas de juros pré-fixadas em real	2.956.931	Taxas de juros (pré-fixadas)	(157.439)	(193.715)	(246.038)
Operações de crédito imobiliário, captações em poupança e demais exposições sujeitas a variações nas taxas	(3.165.670)	Taxas de cupom de TR	88.889	110.530	142.984
Exposições sujeitas às variações do Cupom de IPCA	(123.944)	Taxas de cupom de inflação IPCA)	17.413	21.317	26.896

Fonte: Sistema Plataforma de Riscos (SPR), dezembro/2022.

Para efeito dos cálculos apresentados acima, considerou-se no Cenário I a situação mais provável, com a projeção de um cenário futuro de redução das taxas de juros, com base em dados do mercado, quais sejam, as curvas de contratos de DI1 com negociação no dia na B3 e nas taxas médias de *swap* DI X PRE para o prazo de um ano (vértice 252 du). Em relação à TR (taxa Referencial), utilizou-se as cotações médias de swap ou as curvas de cupom para esta taxa informada pela B3 para o prazo de um ano (vértice 252 du). Já para o IPCA, utilizou-se a taxa média para o prazo de um ano (vértice 252 du). Para a construção dos Cenários II e III aplicaram-se variações de 25% e 50%, respectivamente, nos fatores de risco levados em conta, estimando-se novas posições estressadas. Os cenários da tabela acima representam o resultado financeiro estimado, considerando a marcação a mercado das exposições feitas em função da análise de sensibilidade apresentada.

Risco Social, Ambiental e Climático

O Banese vem aprimorando os procedimentos de avaliação e gerenciamento dos riscos sociais, ambientais e climáticos em seus processos, produtos, negócios e serviços para assegurar:

- Os registros de perdas efetivas em função de danos sociais, ambientais e climáticos, pelo prazo de cinco anos, incluindo valores, tipo, localização e setor econômico relacionado ao caso;
- A análise prévia dos potenciais impactos e oportunidades sociais, ambientais e climáticas causados pela criação de novas linhas de crédito;
- Que as operações de crédito sejam realizadas de forma consciente objetivando o não endividamento excessivo e uma possível inadimplência, para que haja qualidade na carteira através do crédito consciente;
- Recebimento de garantias reais em favor de operações, que não estão localizadas em áreas de preservação ambiental;
- Oportunidades profissionais aos empregados, inclusive quanto à qualificação técnica, garantia da liberdade de expressão, combate a práticas discriminatórias e ações de combate ao assédio moral;
- O combate ao trabalho infantil, escravo, exploração sexual de crianças e adolescentes;
- A análise dos fornecedores quanto à conduta ética, social e ambiental, repudiando práticas em desconformidade com as imposições legais;
- A inclusão em seus contratos de cláusulas que preveem o cumprimento de práticas socioambientais em conformidade com a legislação vigente;
- Manter o compromisso com o desenvolvimento do Estado através de ações que promovam o desenvolvimento social, ambiental e climático da região;
- O apoio a projetos desenvolvidos por entidades que promovam o desenvolvimento social e cultural do Estado;

- A promoção de ações educativas para incentivar práticas de consumo sustentável no ambiente de trabalho, incentivando o consumo consciente de energia e recursos naturais;
- O desenvolvimento de projetos que favoreçam a destinação adequada de recursos sólidos, objetivando a redução de impactos ao meio ambiente;
- A implementação de equipamentos mais eficientes que promovam a redução de energia;
- A aplicação de conceitos de ecoeficiência nas obras e serviços de engenharia realizadas pelo Banco, atendendo a critérios sociais, ambientais e climáticos;
- O apoio a mecanismos de mercado, políticas públicas e iniciativas que promovam melhorias contínuas para a sociedade e mitiguem desafios sociais e ambientais;
- O incentivo a projetos e investimentos a clientes que promovam o desenvolvimento social, ambiental e climático;
- O incentivo à educação financeira e consumo do crédito consciente perante a sociedade;
- O estímulo dos clientes ao envolvimento com a sustentabilidade e responsabilidade social, ambiental e climático.

Risco Cibernético

A gestão do Risco Cibernético no Banese toma como base os preceitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.893/2021, que regulamenta a institucionalização de uma política de segurança da informação e cibernética, a qual está publicada no Portal de RI do Banco (ri.banese.com.br), além de dispor sobre os requisitos para a contratação de serviços de processamento e armazenamento de dados e de computação em nuvem a serem observados pelas instituições.

O Banco opera em um ambiente sujeito a falhas e incidentes de segurança cibernética, baseados em Tecnologia da Informação (TI), como *malware, phishing*, além de artifícios sofisticados de ataques, com o intuito de acessar, alterar, manipular, corromper ou destruir sistemas de TI, redes de computadores e informações armazenadas ou transmitidas, além do acesso a informações confidenciais ou particulares de clientes por pessoas dentro ou fora do Banco ou a interrupção dos serviços prestados.

Em caso de falhas no ambiente de segurança da Instituição, estaremos expostos, entre outros, ao risco de acesso ao ambiente por terceiros não autorizados, infecção de sistemas por programas maliciosos, disseminação de malware nas redes e visibilidade indevida a informações de clientes e/ou estratégicas para o banco, resultando na indisponibilidade de sistemas críticos, ocasionando perdas financeiras por desvios de recursos financeiros, prejudicando a experiência do usuário por degradação da conexão, além de causar danos de imagem pelo vazamento de dados e gerar multas regulatórias, sanções, indenizações ou até intervenção por um regulador.

24. REMUNERAÇÃO PAGA A EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

Os valores máximos, médios e mínimos da remuneração mensal paga pelo Banco aos seus empregados e administradores são os seguintes em R$ 1,00:

Remuneração Bruta	Empregados (1) R$	Administradores (2) R$
Máxima	28.791,60	41.883,68
Média	7.958,95	38.924,85
Mínima	2.664,93	37.873,00

(**1**) Inclui remuneração de horas extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.

(**2**) Inclui honorários, verba de representação e direitos individuais atribuídos a empregados.

Em 31 de dezembro de 2022, o número de empregados do Banese totalizava 850 (799 – 31.12.2021), registrando-se, no período, um aumento de 6,38% no quadro de pessoal do Banco, decorrente das novas contratações do último concurso público.

O Banco custeia plano de Benefício Sergus Saldado (PBSS) e de Contribuição Definida (CD) e patrocina o plano de assistência à saúde para seus empregados. O valor acumulado até 31 de dezembro de 2022 e 2021 das contribuições está demonstrado a seguir:

	31.12.2022	31.12.2021
Plano de Previdência Complementar	6.661	5.548
Plano de Assistência à Saúde	3.816	2.789

25. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Em atendimento aos requerimentos dispostos na Resolução CVM nº 110/2022 e Resolução CMN nº 4.877/2020, que aprovaram o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, o Banco contabilizou os seus benefícios a empregados reconhecendo as suas obrigações atuariais.

Para fins de atendimento à supracitada Resolução, os valores calculados por atuário externo, na data-base de 31 de dezembro de 2022, conforme relatório técnico de 11 de janeiro de 2023, apresentou superávit atuarial de atribuível da patrocinadora no montante de R$ 9.074.

Em 30.06.2021 o Banco passou a reconhecer, em suas demonstrações financeiras, a obrigação de passivo atuarial de acordo com a paridade e proporção contributivas, na ordem de 39,25% sobre o valor presente da obrigação atuarial não coberta pelo valor justo dos ativos do plano. Tal fato foi resultado de estudos aprofundados realizados pela Administração do Banco que trouxeram, durante o primeiro semestre de 2021, informações adicionais sobre a ótica de segurança jurídica e sobre casos de equacionamentos de déficits, onde ficou claro que a paridade contributiva sobre as contribuições extraordinárias do patrocinador, dos participantes e assistidos em planos de equacionamento de déficits tem sido sempre observada no contexto da Lei Complementar nº 108/2001.

O impacto decorrente da aplicação do compartilhamento de riscos foi reconhecido prospectivamente nas demonstrações financeiras, tendo sido tratado como uma "mudança de estimativa", de acordo com o "CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro", dado que novas informações e práticas sobre o tema para a conclusão do estudo, alinhadas aos dispositivos das Leis Complementares nº 108 e 109/2001, foram obtidas no primeiro semestre de 2021.

Características do plano de previdência dos empregados do Banese

O Banco é patrocinador do Instituto Banese de Seguridade Social - SERGUS, constituído em 13.06.1980, entidade fechada de previdência complementar, dotada de autonomia administrativa, tendo como finalidade instituir planos de benefícios de natureza previdenciária, custeada por contribuições dos participantes ativos, participantes assistidos e de patrocinadoras, abrangendo os seguintes benefícios: suplementação de aposentadoria por invalidez, idade, por tempo de contribuição, suplementação de pensão e abono-anual, pecúlio por morte, aposentadoria, aposentadoria por invalidez e pensão por morte.

A Política Previdenciária executada pelo Instituto Banese de Seguridade Social tem como fundamentação legal o artigo 202 da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, as Leis Complementares de nº 108 e 109, de 29 de maio de 2001 e demais normas legais em vigor emanadas por órgãos reguladores da Previdência Social ligada ao Ministério da Economia, como a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC e o Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, o Estatuto Social da Entidade Gestora e os respectivos regulamentos dos Planos de Benefícios. Os Planos de Benefícios que dão suporte à Política de Previdência Complementar do Banese se fundamentam nos seus respectivos regulamentos, nos quais constam todos os direitos e obrigações dos Participantes e da Patrocinadora, o Plano de Custeio Atuarial, os prazos legais, a forma de pagamento das contribuições mensais e dos benefícios, o tempo de contribuição mínima e outros parâmetros necessários para o dimensionamento atuarial.

Descrição geral das características do plano previdenciário de benefício definido saldado e de contribuição definida

O Banese mantém dois planos previdenciários para os seus empregados e ex-empregados (aposentados e pensionistas), administrado pelo Instituto Banese de Seguridade Social – SERGUS, cujo objetivo é assegurar aos participantes, pensionistas e dependentes benefícios suplementares ou assemelhados aos da Previdência Social. (a) O Plano SERGUS BD, cujo processo de Saldamento Universal foi aprovado em 07.11.2018 pela PREVIC por meio do Parecer nº 656/2018 publicado no DOU em 09.11.2018, em que, a partir do mês dezembro/2018, houve o fechamento do Plano para novas adesões e a suspensão da cobrança das contribuições normais. Com a aprovação desse processo o plano passou a ser denominado Plano de Benefícios SERGUS Saldado – PBSS. O Saldamento do Plano SERGUS BD não criou novos compromissos previdenciários para a Entidade. Pelo contrário, a operação proposta visou à mitigação de determinados riscos que poderiam, de uma forma ou outra, afetar futuramente o equilíbrio econômico e financeiro do plano de benefícios, dos quais destaca-se a premissa de crescimento real dos salários, que não mais afeta os compromissos previdenciários do Plano Saldado, já que os benefícios são definidos em valor constante e atualizados anualmente pela variação do INPC; (b) O Plano SERGUS CD, na modalidade de Contribuição Definida, onde o participante é quem define o valor de sua contribuição, e o benefício é estabelecido de acordo com o total de recursos acumulados na sua conta individual do Plano juntamente com a rentabilidade líquida dos investimentos. Desta forma, ganhos ou perdas patrimoniais são absorvidos pela atualização do valor patrimonial da quota patrimonial, não representando riscos atuariais para o Banese.

Plano de Custeio

O valor das contribuições normais necessários às coberturas dos custos dos planos de benefícios e a constituição de reservas com a finalidade de prover o pagamento dos benefícios dos planos de benefícios, foram calculadas de acordo com a metodologia definida na nota técnica atuarial realizada por empresa especializada, respeitando-se o regime financeiro e o método de financiamento adotado. Sua definição contemplou o fluxo de contribuições de participantes (ativos e assistidos) e patrocinadores. Para o Plano de Benefício Definido Saldado o custeio administrativo foi definido como um percentual sobre o benefício saldado. Para o Plano de Contribuição Definida o custeio previdenciário foi definido como um percentual sobre o salário de contribuição. Todas as informações pertinentes ao tema estão acessíveis na página da internet do SERGUS, https://portalsergus.banese.com.br/

Gerenciamento de riscos

Liquidez: A definição de Risco de Liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas resultantes da falta de recursos líquidos suficientes para fazer frente às obrigações de pagamentos, num horizonte de tempo definido e, também, na impossibilidade de negociar a preços de mercado uma determinada posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade do próprio mercado. O SERGUS estabelece limites operacionais para o Risco de Liquidez consistente com as futuras obrigações da Entidade, para os instrumentos financeiros e demais exposições, cujos cumprimentos dos parâmetros de grandeza são analisados regularmente por comitês e submetidos a instâncias diretivas, visando garantir sua operacionalidade de maneira eficaz pelos gestores.

Operacional: O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A metodologia de gestão do Risco Operacional prevê a realização de análises para identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos operacionais aos quais o SERGUS está exposto. O objetivo do seu gerenciamento é obter controle sobre os riscos, buscando minimizá-los para proteger a Entidade e, consequentemente, salvaguardar o patrimônio e os interesses dos participantes e das patrocinadoras.

Mercado: O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Entidade. Esta definição inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações. O SERGUS está exposto aos riscos de mercado decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de seus instrumentos financeiros.

Crédito: O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; reestruturação de instrumentos financeiros; ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Atuarial: O risco atuarial está relacionado à possibilidade de os fluxos de caixa futuros não serem suficientes para assegurar a cobertura das obrigações atuariais do plano, logo o risco é decorrente da adoção de metodologias inadequadas, ou de premissas atuariais agressivas e pouco aderentes à massa de participantes. As principais premissas utilizadas na avaliação atuarial são: (i) Premissas demográficas, relacionadas aos eventos de vida, morte e invalidez a que os participantes estão expostos; (ii) Premissas econômicas, relacionadas à inflação e à taxa de juros que impactam os recursos garantidores; e (iii) Premissas administrativas, relacionadas ao custo de administração do plano.

Gestão de Investimentos

A Gestão dos investimentos do SERGUS possui como foco principal a preservação de capital, mínima exposição à ativos de risco, diversificação e busca sempre ativos com taxas esperadas de retorno que façam frente à sua meta de rentabilidade. Atualmente, a Entidade possui uma estratégia de risco de suas aplicações financeiras que é mista, ou seja, parte dos recursos, 71,30% encontra-se sob a gestão da carteira própria e 28,70% sob uma gestão terceirizada. No entanto, o SERGUS sempre acompanha, monitora e controla, de maneira contínua, todos os recursos obtidos pela gestão terceirizada de maneira integral.

Nesse sentido, o direcional segue apontado no estudo de ALM (Asset and Liability Management), que possui como principal objetivo obter uma carteira ótima de ativos que forneça: (i) O cumprimento dos objetivos atuariais; (ii) Liquidez adequada à carteira; e (iii) Geração de resultados compatíveis em termos de risco e retorno.

Premissas atuariais

Premissas Biométricas:

Tábua de mortalidade geral de válidos: BREMSsb-2015 (por sexo) suavizada em 10% (dez por cento); tábua de mortalidade de inválidos: AT-83 IAM (por sexo); tábua de entrada em invalidez – TASA 1927; tábua de rotatividade - nula.

Premissas Econômicas:

Taxa de desconto de longo prazo da obrigação atuarial: 6,1867% a.a; taxa de inflação futura 3,00% a.a.; índice de aumento salarial real estimado: não aplicável; taxa de crescimento real dos benefícios: 0% a.a.; fator de determinação do valor real dos salários e dos benefícios da Entidade: 98,66%; índice de reajuste do plano: INPC/IBGE.

Os resultados da avaliação atuarial, conforme CPC 33 (R1) são demonstrados a seguir:

	Banese Múltiplo	
	31.12.2022	31.12.2021
Valor presente das obrigações	891.894	921.122
Valor justo dos ativos do plano	(915.015)	(913.654)
Déficit/Superávit Atuarial	(23.120)	7.468
Passivo atuarial de responsabilidade da patrocinadora	-	2.931

O perfil de vencimento da obrigação atuarial de benefício definido está demonstrado a seguir:

	Banese Múltiplo				
	Até 1 Ano	Entre 1 e 2 Anos	Entre 2 e 5 Anos	Acima de 5 Anos	Total
Plano PBSS	70.922	71.464	213.248	1.716.310	2.071.944

As movimentações do saldo do Passivo atuarial são as seguintes:

	Banese Múltiplo	
	31.12.2022	31.12.2021
Passivo atuarial líquido anterior	7.468	43.549
Despesa do exercício	685	3.235
Perda/(Ganho) atuarial reconhecido imediatamente em Outros Resultados Abrangentes	(31.273)	(39.316)
Passivo atuarial líquido integral	(23.120)	7.468
Passivo atuarial líquido de responsabilidade da patrocinadora	-	2.931

A reconciliação do valor da obrigação atuarial é demonstrada a seguir:

	Banese Múltiplo	
	31.12.2022	31.12.2021
Valor presente da obrigação em 31 de dezembro do exercício anterior	921.122	1.039.666
Custo dos juros	84.532	77.220
Benefícios pagos pelo fundo	(52.085)	(41.697)
Ganhos atuariais sobre a obrigação atuarial	**(61.675)**	**(154.067)**
(Ganhos)/perdas atuariais decorrentes de mudança de premissa econômica	(71.050)	(212.852)
Ganhos atuariais em decorrência da experiência	9.375	58.785
Valor presente da obrigação	**891.894**	**921.122**

A reconciliação do valor justo dos ativos do plano é demonstrada a seguir:

	Banese Múltiplo	
	31.12.2022	31.12.2021
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro do exercício anterior	913.654	996.117
Rendimento esperado do valor justo dos ativos do plano	83.847	73.985
Benefícios pagos pelo fundo	(52.085)	(41.697)
Perdas atuariais sobre o valor justo dos ativos	(30.402)	(114.751)
Valor justo dos ativos do plano	**915.014**	**913.654**

O detalhamento das despesas é demonstrado a seguir:

	Banese Múltiplo	
	31.12.2022	31.12.2021
Juros sobre a obrigação atuarial	83.591	77.220
Rendimento dos ativos do plano	(85.758)	(73.985)
Juros sobre o efeito do teto do ativo	2.167	-
Despesa líquida do período/Juros sobre	**-**	**3.235**

As categorias do valor justo dos ativos do plano estão demonstradas a seguir:

	Banese Múltiplo	
	31.12.2022	31.12.2021
Títulos de renda fixa	90 %	90 %
Títulos de renda variável	6 %	6 %
Imóveis	3 %	3 %
Empréstimos	1 %	1 %

O demonstrativo da análise de sensibilidade por alteração da taxa de juros é demonstrado a seguir:

	Banese Múltiplo		
	Taxa de Juros de 6,1867%a.a	Taxa de Juros de 7,1867%a.a	Taxa de Juros de 5,186%a.a
Valor presente da obrigação em 31.12.2022	891.894	805.353	996.183

O resultado abrangente, registrado no Banese, é demonstrado a seguir:

	31.12.2022	31.12.2021
Lucro Líquido do Período	75.512	83.739
Passivo Atuarial - ORA	(9.596)	24.463
Crédito Tributário sobre Passivo Atuarial	4.318	(11.008)
Total do Resultado Abrangente	70.234	97.194

a) Planos de assistência à saúde e odontológico

O Banco patrocina o Plano de Assistência à Saúde e o Plano Odontológico, obedecendo a relação contributiva de 1 por 1, os quais são destinados aos empregados ativos e dependentes, não assumindo nenhuma responsabilidade após a aposentadoria.

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (BANCO)

a) Transações do Banese Múltiplo com controlador e com as controladas:

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.818/2020, e do Pronunciamento Técnico CPC 05. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As transações do Banese Múltiplo com as controladas estão relacionadas a seguir:

Banese Múltiplo e Consolidado

	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Empresa consolidada				
Depósitos à vista				
MULVI Instituição de Pagamentos SA.	(14.799)	(15.592)	-	-
Controladores	(164.355)	(199.816)	-	-
Pessoal chave da administração	(55)	(104)	-	-
Depósitos a prazo				
MULVI Instituição de Pagamentos SA.	(10.620)	(8.538)	(2.221)	(2.509)
Controladores	(411.747)	(552.125)	(121.073)	(5.785)
Pessoal chave da administração	(1.308)	(1.437)	(131)	(65)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez				
MULVI Instituição de Pagamentos SA.	(8.806)	(8.777)	-	-
Operações de Crédito				
Pessoa Física (**3**)	(3.947)	(2.613)	-	-
MULVI Instituição de Pagamentos SA.	(4.150)	(3.000)	-	-
Outros créditos				
MULVI Instituição de Pagamentos SA.	(81.486)	(70.990)	-	-
Estado de Sergipe	(23.067)	(17.630)	-	-
Investimentos				
MULVI Instituição de Pagamentos SA.	(99.808)	(116.703)	(16.895)	(5.277)
Outras despesas operacionais (1)				
MULVI Instituição de Pagamentos SA.	-	-	(53.274)	(15.562)
Outras receitas operacionais (2)				
MULVI Instituição de Pagamentos SA.	-	-	(36.948)	(7.923)

(**1**) Refere-se a receita de tarifa a qual é cobrada de acordo com o contrato mantido entre as partes.
(**2**) Refere-se a receita de desconto concedido na operação da cessão da carteira de cartão de crédito.
(**3**) Compreendem qualquer administrador: Conselho de Administração; Diretoria Executiva; Conselho Fiscal; Comitê de Auditoria; e parentes.

Os valores envolvendo o Banese e sua empresa controlada foram eliminados nas demonstrações consolidadas.

b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração:

O Banco dispõe de um plano de remuneração fixa e variável aplicável aos membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, observando as disposições da Resolução CMN nº 3.921/2010.

Este plano tem como principais objetivos: (i) alinhar a política de remuneração ao gerenciamento da gestão de risco; (ii) adequar a política de remuneração às melhores práticas de mercado; (iii) compatibilizar a política de remuneração com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição; (iv) ser formulada de modo a não incentivar comportamentos que elevem a exposição da instituição a riscos acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos.

A remuneração variável é calculada da seguinte forma:

I. 49% (quarenta e nove por cento) serão pagos em espécie, a partir do semestre seguinte ao da apuração; e

II. 51% (cinquenta e um por cento) apurado anualmente com base no 1º e 2º semestres, sendo esse valor diferido para pagamento em 03 (três) anos, escalonado em parcelas proporcionais, após deliberação de resultados pela Assembleia Geral Ordinária – AGO do exercício subsequente.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as remunerações do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Comitê de auditoria e da Diretoria Executiva do Banese Múltiplo estão representadas a seguir:

	31.12.2022	31.12.2021
Benefícios de Curto Prazo		
Remuneração	4.469	3.909
Encargos Sociais	1.194	1.069
Benefícios Pós-emprego		
Plano de Previdência Complementar	169	145
Total	**5.832**	**5.123**

O Banese possui benefício de remuneração baseada na cotação de ações para seu pessoal-chave da Administração, em 31 de dezembro de 2022, no montante de R$ 131, entretanto não possui benefícios de longo prazo e de rescisão de contrato de trabalho.

c) Outras Informações sobre partes relacionadas

Conforme Resolução CMN nº 4.693/2018, as instituições financeiras podem realizar operações de crédito com partes relacionadas, desde que observadas, cumulativamente, as condições previstas no art. 6º e os limites previstos no art. 7º.

Considera-se parte relacionada:

- Seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;
- Seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais, assim como seus companheiros, parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
- As pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
- As pessoas jurídicas:
  - a) Com participação qualificada em seu capital;
  - b) Em cujo capital, direta ou indiretamente, haja participação societária qualificada;
  - c) Nas quais haja controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária;
  - d) Que possuírem diretor ou membro de conselho de administração em comum.

27. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Garantias concedidas

O Banese concedeu garantias, por meio de fianças bancárias, cujo montante em 31 de dezembro de 2022 era de R$ 2.500 (R$ 2.500 – 31.12.2021).

b) Créditos cedidos

O Banese possui créditos cedidos com coobrigação (crédito rural), em 31 de dezembro de 2022 no montante de R$ 72 (R$ 76 – 31.12.2021).

c) Fundos de investimento

O Banese, atualmente, não possui nenhum fundo de investimento sendo negociado nas suas agências.

d) Resultado não recorrente

São resultados não recorrentes para o Banese, o resultado que não está ligado às atividades típicas da instituição e que não sejam previstos de ocorrer com periodicidade nos próximos exercícios.

	Banese Múltiplo e Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021
Lucro Líquido	**75.512**	**83.739**
Eventos não recorrentes	**(13.378)**	**(8.600)**
Receita com Juros Passivo Atuarial	-	(9.583)
PEA – Programa de Estímulo à Aposentadoria	-	1.966
PEA – Efeito fiscal	-	(983)
FCVS – Efeito líquido (**7**)	(13.378)	-
Lucro Líquido Recorrente	**62.134**	**75.139**

e) Covid-19

O Banese continua reforçando o estímulo à utilização dos canais digitais e a constante observação aos protocolos sanitários durante o atendimento em suas unidades de negócio como forma de enfrentamento à Covid-19 e manutenção de cuidados com seus clientes e empregados.

28. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

O Conselho de Administração do Banese aprovou a conclusão das presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 16 de fevereiro de 2022, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Helom Oliveira da Silva
Presidente

Aléssio de Oliveira Rezende
Diretor de Finanças, Controles e Relações com Investidores

Luciano Cerqueira Passos
Diretor de Gestão Estratégica e Tecnologia

Ademário Alves de Jesus
Diretor de Crédito e Serviços

Lea Selmara Almeida de Matos
Diretora Administrativa

Érika de Lima Cunha
Contadora - CRC-SE – 8.437/0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Administradores e Acionistas do
Banco do Estado de Sergipe S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco do Estado de Sergipe S.A. ("Banco") identificadas como Banese Múltiplo e Banese Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco do Estado de Sergipe S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

Planos de benefício pós emprego

O Banco possui plano de benefício pós emprego que, conforme mencionado na nota explicativa 25, compreendem benefícios de aposentadoria. Consideramos esse assunto como relevante em nossa auditoria devido à complexidade dos modelos de avaliação de saldos atuariais, que contemplam a utilização de premissas de longo prazo, tais como: tábua de mortalidade geral, taxa de desconto e inflação.

Conforme descrito na nota explicativa 25, em 31 de dezembro de 2022, o saldo atuarial, referente ao plano de benefício pós-emprego do Banco, apresentou um superávit não havendo passivo atuarial de responsabilidade da patrocinadora naquela data.

Abordagem de auditoria:

Analisamos, com o suporte de nossos especialistas atuários, a metodologia e as principais premissas utilizadas pela diretoria na avaliação dos saldos atuariais decorrentes dos planos de benefício pós emprego, atentando para a acurácia matemática do cálculo e analisando a coerência dos resultados face aos parâmetros utilizados e às avaliações anteriores. Também fez parte dos procedimentos de auditoria, entre outros, os testes das bases de dados cadastrais utilizadas nas projeções atuariais e a suficiência das divulgações relacionadas aos planos de benefício pós emprego. Adicionalmente avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pelo Banco na nota explicativa 25 às demonstrações financeiras consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados para avaliação do saldo atuarial do plano de benefício pós-emprego do Banco, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A Administração exerce julgamento para fins da determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de acordo com o determinado pela Resolução 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional. Conforme divulgado na nota explicativa 8, em 31 de dezembro de 2022 os saldos brutos de operações de crédito são de R$ 3.528.246 mil (individual) e de R$ 3.991.919 mil (consolidado), para os quais foram constituídas provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de R$ 153.252 mil (individual) e R$ 235.966 mil (consolidado), respectivamente, sendo que durante o exercício de 2022 foi reconhecido, pelo Banco e sua controlada, despesa, em base líquida, com créditos de liquidação duvidosa no montante de R$ 136.688 mil (individual) e R$ 232.268 (consolidado).

Consideramos essa área como significativa em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) das garantias recebidas para as operações de crédito concedidas, que podem impactar o nível de provisionamento a ser considerado; (iii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iv) julgamento da Administração em relação à atribuição de "ratings" que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; e (v) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito; entre outros.

Abordagem de auditoria

Nossos procedimentos de auditoria, abordaram entre outros, o entendimento do processo estabelecido pela Administração, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a originação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de "rating" por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) análise de garantias recebidas; (v) atualização tempestiva de informações dos tomadores de crédito; (vi) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal; (vii) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias; e (viii) a suficiência das divulgações em notas explicativas.

Também realizamos, com base em uma amostra de operações de crédito, testes relativos a análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento determinado para os itens selecionados, recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos "ratings" atribuídos, confirmação de saldo diretamente com os tomadores de crédito selecionados, recálculo do saldo em aberto na data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis e recálculo do total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Adicionalmente avaliamos a adequação das divulgações efetuadas na nota explicativa 8 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a carteira de operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para apuração e registro contábil das operações de créditos e da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Ambiente de tecnologia

As operações do Banco e sua controlada são extremamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações, a estratégia de auditoria é baseada na eficácia do mesmo. O Banco considera que o sucesso de suas atividades depende da melhoria e do aperfeiçoamento contínuo e integração de seus sistemas.

Abordagem de auditoria

Avaliamos, com o suporte de nossos especialistas em tecnologia, os controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria, dando ênfase aos processos de gestão de mudanças e concessão de acessos. Também realizamos procedimentos quanto à efetividade dos controles automáticos relevantes que suportam os processos considerados significativos para as demonstrações financeiras.

Nossos testes no desenho e operação dos controles gerais de tecnologia, bem como dos controles automatizados considerados relevantes no processo de auditoria, nos forneceram uma base para que pudéssemos manter a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Informações contábeis consolidadas

Essas informações contábeis consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo

Relatório de Desempenho 2022

BANESE.COM.BR

Pode Contar Banese

Banco Central do Brasil, estão sendo apresentadas de maneira adicional, conforme faculdade prevista no Art. nº 77 da Resolução CMN nº 4.966/2021, às demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) que serão apresentadas separadamente pelo Banco do Estado de Sergipe S.A. e sobre as quais emitiremos relatório de auditoria independente.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e sua controlada.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC- SP-034519/O

Renato Nantes
Contador CRC-1RJ115529/O-7

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

O Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD ou Comitê) do Banese foi constituído nos termos da Lei 13.303, de 2016 (Lei das Estatais) e da Resolução CMN nº 3.198, de 2004, sucedida pela Resolução CMN nº 4.910, de 2021. O COAUD é órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, composto por três membros independentes. Tem as suas atribuições definidas na Lei 13.303, de 2016, na Resolução CMN 4.910, de 2021, no Estatuto Social do Banese e no seu Regimento Interno.

O Comitê tem, entre as suas atribuições: (i) o monitoramento e a avaliação da adequação e da efetividade das atividades de auditorias interna e independente; (ii) a supervisão da efetiva independência do auditor independente; (iii) a efetividade e a integridade dos mecanismos de controles interno e de gerenciamento de riscos; (iv) a revisão das demonstrações financeiras e das demais informações divulgadas pelo Banco; (v) a avaliação e o monitoramento das exposições a riscos das empresas do Conglomerado Banese; (vi) o acompanhamento da consistência da política, das práticas e dos procedimentos contábeis; (vii) o monitoramento das condições e dos limites das operações com partes relacionadas; e (viii) o monitoramento da efetividade dos mecanismos de transparência das informações sobre a situação patrimonial, financeira e operacional do Banese.

Atividades Desenvolvidas

No segundo semestre de 2022, o COAUD realizou 18 reuniões ordinárias e 2 extraordinárias, (abrangendo vários temas) além de várias interações com as áreas que realizam atividades inseridas entre as suas atribuições com a participação dos executivos do Banese, e dos responsáveis pela execução das atividades, bem como reuniões periódicas com os auditores independentes - Ernest Young Auditores (EY), visando a uma melhor compreensão sobre a evolução das operações e dos negócios do Banese e dos mecanismos de controle e de gerenciamento de riscos e do capital do Banco. Nessas reuniões o COAUD, além procurar obter informações e de promover discussões sobre os assuntos de seu interesse fez explanações sobre os resultados de seus trabalhos no semestre. O COAUD analisou e opinou sobre os seguintes temas que considera os mais relevantes frente às suas atribuições, além de outros:

- Discussão sobre as principais conclusões na revisão das Demonstrações Financeiras Trimestrais com data-base de 30.9.2022 e anual com data-base de 31.12.2022, em BRGAAP e em IFRS;
- Acompanhamento da execução do Plano Anual da Auditoria Interna (PAINT 2022), avaliação do teor dos relatórios e da consistência dos resultados das auditorias internas, bem como do escopo dos trabalhos realizados, considerando, principalmente, aqueles constantes do planejamento anual;
- Monitoramento do gerenciamento dos riscos a que o Banco e as empresas controladas estão expostos (Resoluções CMN nºs. 4.557, de 2017, e 4.945, de 2.021), bem como da aderência dos indicadores de riscos aos limites de tolerância constantes da Declaração de Apetite por Riscos (RAS) aprovada pelo Conselho de Administração;
- Acompanhamento dos planos de ação para correção e para aperfeiçoamentos em decorrência de apontamentos do Auditor Independente e da Auditoria Interna, bem como de apontamentos ou de recomendações de reguladores, especialmente Bacen, CVM e TCE-SE;
- Acompanhamento das respostas e do tratamento do incidente PIX ocorrido em 2022;
- Acompanhamento da evolução e do tratamento de reclamações de clientes recebidas na ouvidoria do Banese, do Banco Central e de outras organizações e órgãos do setor público e privado;
- Acompanhamento da evolução e do tratamento de denúncias recebidas no Canal de Denúncias do Banese, especialmente aquelas inseridas na alçada de atuação do COAUD nos termos da Resolução CMN nº 4.910 (erro que comprometa a qualidade e a integridade das Demonstrações Financeiras, fraude relevantes de colaboradores do Banese e fraude de qualquer valor perpetrada por administrador);
- Discussão sobre os controles e os registros contábeis e os procedimentos da Administração com vistas à novação e à monetização dos direitos de crédito com o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS);]
- Compreensão das principais questões sobre o gerenciamento de riscos a que o Banese e as demais empresas do Conglomerado Banese estão expostos e acompanhamento da evolução do ambiente de controles internos, com especial atenção para a segurança cibernética, para a continuidade dos negócios e para a prevenção a fraudes em meios de pagamento (Resolução Bacen nº 142, de 2021); e
- Acompanhamento da execução dos planos de ação para o cumprimento das fases do Open Finance.

Por todo o exposto e considerando as informações obtidas em reuniões com as áreas do Banese responsável pelos assuntos contábeis e pelos controles internos o parecer emitido pelos auditores independentes, sem qualquer ressalva, e o resultado de suas próprias análises, o Comitê de Auditoria Estatutário tendo presente suas atribuições e as limitações inerentes ao alcance de sua atuação, concluiu que as Demonstrações Financeiras do Banese referentes a 2022, em BRGAAP e em IFRS, atendem aos requisitos de qualidade e de integridade, razão pela qual recomendou ao Conselho de Administração a sua aprovação.

Aracajú, 15 de fevereiro de 2023.

Corinto Lucca Arruda
Coordenador

Luis Carlos Spaziani
Membro Titular

Marcello Joaquim Pacheco
Membro Titular

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal do Banco do Estado de Sergipe S.A. e, no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários que compreendem: o balanço patrimonial, a demonstração de resultado, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração do valor adicionado, a demonstração do resultado abrangente e as notas explicativas, incluindo a proposta de destinação do resultado, documentos esses relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Com base em nossos exames e esclarecimentos prestados pela Administração no curso do respectivo exercício e nos relatórios dos auditores independentes e do comitê de auditoria, sem ressalvas, concluímos que as citadas demonstrações financeiras estão adequadamente apresentadas em todos os seus aspectos relevantes e em condições de serem submetidas para a aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas.

Aracaju/SE, 16 de fevereiro de 2023.

Carlos Américo A. de Santana
Conselheiro

José Morais Monteiro
Conselheiro

Leonardo Peixoto Estevão
Conselheiro

Leonardo Coelho Guerra
Conselheiro

Manoel Pinto Dantas Neto
Conselheiro

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conforme preconiza a Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, respaldado em seu artigo 27, § 1º, inciso VI, o corpo diretivo do Banco do Estado de Sergipe S.A. declara que reviu, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Helom Oliveira da Silva
Presidente

Ademário Alves de Jesus
Diretor de Crédito e Serviços

Alessio de Oliveira Rezende
Diretor de Finanças, Controles e Relações com Investidores

Léa Selmara Almeida de Matos
Diretora Administrativa

Luciano Cerqueira Passos
Diretor de Gestão Estratégica e Tecnologia

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Conforme preconiza a Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, respaldado em seu artigo 27, § 1º, inciso V, o corpo diretivo do Banco do Estado de Sergipe S.A. declara que reviu, discutiu e concordou com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes emitidos pela Ernst & Young Auditores Independentes referente ao trimestre findo em 31 de dezembro de 2022.

Helom Oliveira da Silva
Presidente

Ademário Alves de Jesus
Diretor de Crédito e Serviços

Alessio de Oliveira Rezende
Diretor de Finanças, Controles e Relações com Investidores

Léa Selmara Almeida de Matos
Diretora Administrativa

Luciano Cerqueira Passos
Diretor de Gestão Estratégica e Tecnologia

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE

Fábio Mitidieri
Governador

Sarah Andreozzi
Secretária de Estado da Fazenda

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Guilherme Maia Rebouças
Presidente

Ana Cristina de Carvalho Prado Dias
Vice-Presidente

Gilberto Magalhães Occhi
Conselheiro

Marcos Venícius Nascimento
Conselheiro

Tiago Curi Isaac
Conselheiro

Luiz Alves dos Santos Filho
Conselheiro representante dos empregados

Helom Oliveira da Silva
Conselheiro nato

Leandro Neves de Oliveira Bando
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Helom Oliveira da Silva
Presidente

Ademário Alves de Jesus
Diretor de Crédito e Serviços

Alessio de Oliveira Rezende
Diretor de Finanças, Controles e Relações com Investidores

Léa Selmara Almeida de Matos
Diretora Administrativa

Luciano Cerqueira Passos
Diretor de Gestão Estratégica e Tecnologia

Érika de Lima Cunha
Contadora - CRC-SE - 8.437/O

HDI Seguros

HDI Seguros S.A.

CNPJ nº 29.980.158/0001-57

www.hdi.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras da **HDI Seguros S.A.** relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **A empresa:** A **HDI** é uma empresa do grupo alemão Talanx e seu acionista direto é a empresa HDI International AG. Atuando no Brasil há mais 40 anos, a **HDI** conta com 56 filiais e escritórios atendendo a todo o mercado nacional. A Companhia tem forte atuação nos seguros de automóveis, residenciais e empresariais, mas busca constantemente atender às necessidades dos consumidores ao mesmo tempo em que diversifica os ramos em que opera. **O Grupo Talanx:** O Grupo Talanx é o terceiro maior grupo segurador na Alemanha e um dos maiores da Europa. O Grupo com sede em Hannover atua em mais de 175 países e conta com aproximadamente 24 mil colaboradores. Apresenta um crescimento robusto e constante tendo atingido as marcas de 53,4 bilhões de Euros em receitas de prêmios e de 1.172 milhões de Euros de lucro líquido em 2022 - resultados preliminares. A agência de classificação Standard & Poor's concedeu ao Grupo de Seguros Primários da Talanx, que considera as empresas de seguros diretos sem levar em conta as operações de resseguro, um rating de força financeira A+/ estável. **Desempenho no exercício:** Além da solidez de seus acionistas, a Companhia atingiu provisões técnicas de R$ 3,3 bilhões e patrimônio líquido de R$ 1,3 bilhão, R$ 198 milhões acima do capital mínimo requerido pelo regulador, oferecendo segurança e tranquilidade aos seus segurados. A Companhia alcançou o montante de R$ 4,3 bilhões de prêmios emitidos, o que representa um aumento de 16,1% em relação ao mesmo período de 2021. Ocupamos a sexta posição no ranking de seguros de automóveis com 7,6% de *market share*, a oitava em seguros residenciais com 4,0% de *market share* e a décima terceira em seguros empresariais com 2,2% de *market share* (com base nos dados de mercado sobre prêmios diretos emitidos até dezembro de 2022, consolidados por grupo segurador). O índice de sinistralidade foi de 73,1%, um ponto percentual acima de 2021, em função dos aumentos nas frequências e nos custos médios em 2021 e 2022, observados na carteira de seguros de automóvel. As medidas corretivas adotadas, tais como a revisão das tarifas e das condições de subscrição, surtiram efeito e a sinistralidade apresentou redução no segundo semestre de 2022. Todas as demais carteiras apresentaram redução na sinistralidade. Os custos de aquisição apresentaram uma redução de 21,5% para 20,3% em relação aos prêmios ganhos. Esta variação é cíclica e ocorre em períodos em que os prêmios médios de seguros são reajustados para compensar o aumento na sinistralidade. O resultado de resseguro teve uma variação negativa de 1,8 ponto percentual tendo em vista o menor volume de recuperações de sinistros, já que a sinistralidade dos seguros patrimoniais teve uma redução expressiva. O resultado financeiro mais que dobrou no exercício. Destaca-se o aumento nas taxas de juros, sendo que o CDI subiu de 4,42% no acumulado de 2021 para 12,38% no acumulado de 2022. Além disso, o administrador de um de nossos fundos de investimento alterou sua classificação gerando uma variação expressiva no valor de sua cota (vide nota 4). As demais rubricas se mantiveram estáveis. A Companhia encerrou o exercício com um prejuízo líquido de R$ 32,6 milhões. **Perspectivas e planos da Administração para 2023:** A Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg) projeta um crescimento dos prêmios de seguro de ramos elementares de 10,5% em 2023. A **HDI** assinou um contrato para a compra da operação de varejo da **Sompo Seguros**. A operação já foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e está em fase de aprovação pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A aquisição trará ganhos de escala e capacidade para oferecer melhores produtos e condições para corretores e clientes. **Declaração sobre capacidade financeira:** A Companhia possui intenção e capacidade financeira de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento, comprovada por projeções econômico-financeiras e estudos atuariais. **Política de distribuição e reinvestimento de lucros:** Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido, ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A **HDI** tem distribuído aos seus acionistas valores superiores a esses dividendos mínimos a título de juros sobre capital próprio, sendo que o restante é acumulado nas reservas de lucros para capitalização da companhia. **Governança corporativa:** Seguindo a política adotada pelo Grupo Talanx, a Companhia dá grande importância à manutenção de adequados controles internos e estrito cumprimento das políticas e dos procedimentos estabelecidos pela administração, das leis e dos regulamentos (*compliance*). Auditores externos independentes auxiliam a administração a atingir esse objetivo, sendo a PricewaterhouseCoopers responsável pela auditoria externa e a KPMG pela auditoria interna. O Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria são compostos por executivos de larga experiência e prestígio nos setores nacional e internacional. A Companhia mantém ainda uma estrutura de controle interno, incluindo funções de *compliance* e gestão de riscos, que se encontram integralmente aderentes aos preceitos estabelecidos pelos normativos do CNSP e SUSEP. **Agradecimentos:** Agradecemos aos 31,5 mil corretores que mantêm operações com a **HDI,** pelo trabalho conjunto e pela confiança renovada com a qual fomos distinguidos; aos segurados; às autoridades da Superintendência de Seguros Privados, pela orientação e atenção dispensadas; e aos nossos funcionários, pela sua dedicação.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2022	2021
CIRCULANTE		**3.486.223**	**3.182.112**
Disponível		**17.232**	**36.144**
Caixa e bancos		17.232	36.144
Aplicações	4	**1.092.755**	**1.047.900**
Créditos das operações com seguros e resseguros	5a	**1.692.440**	**1.335.439**
Prêmios a receber	5b	1.637.267	1.285.967
Operações com seguradoras		6.982	3.573
Operações com resseguradoras	6a	48.191	45.899
Outros créditos operacionais		**8.092**	**5.889**
Ativos de resseguros e retrocessão	6b/17a	**78.385**	**183.761**
Títulos e créditos a receber		**67.404**	**60.618**
Títulos e créditos a receber	7a	43.879	35.219
Créditos tributários e previdenciários	7c	13.900	18.842
Outros créditos		9.625	6.557
Outros valores e bens		**100.950**	**94.818**
Bens à venda	8a	44.984	41.478
Outros valores	8c	55.966	53.340
Despesas antecipadas		**14.033**	**12.410**
Custos de aquisição diferidos	9	**414.932**	**405.133**
Seguros		414.932	405.133
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**1.704.023**	**1.490.596**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**1.318.527**	**1.114.238**
Aplicações	4	**1.060.209**	**836.176**
Créditos das operações com seguros e resseguros	5a	**–**	**4**
Prêmios a receber	5b	–	4
Ativos de resseguros e retrocessão	6b/17a	**40.931**	**78.080**
Títulos e créditos a receber		**177.820**	**160.954**
Créditos tributários e previdenciários	7c	168.300	138.267
Depósitos judiciais e fiscais	20d	9.520	22.687
Outros valores e bens	18	**36.362**	**36.640**
Despesas antecipadas		**393**	**–**
Custos de aquisição diferidos	9	**2.812**	**2.384**
Seguros		2.812	2.384
INVESTIMENTOS	10	**30.778**	**20.593**
Participações societárias		30.778	20.593
IMOBILIZADO	11	**37.889**	**38.672**
Bens móveis		31.737	28.749
Outras imobilizações		6.152	9.923
INTANGÍVEL	12	**316.829**	**317.093**
Ágio		176.478	176.478
Outros intangíveis		140.351	140.615
TOTAL DO ATIVO		**5.190.246**	**4.672.708**

PASSIVO	Nota	2022	2021
CIRCULANTE		**3.460.017**	**3.188.087**
Contas a pagar		**205.536**	**184.859**
Obrigações a pagar	13	44.657	40.549
Impostos e encargos sociais a recolher	14	134.016	116.937
Encargos trabalhistas		19.677	19.952
Impostos e contribuições	15	7.186	4.592
Outras contas a pagar		–	2.829
Débitos de operações com seguros e resseguros		**155.218**	**175.410**
Prêmios a restituir		1.301	664
Operações com seguradoras		422	610
Operações com resseguradoras	6f	33.187	61.730
Corretores de seguros e resseguros		109.271	103.568
Outros débitos operacionais		11.037	8.838
Depósitos de terceiros	16	**3.918**	**4.426**
Depósitos de terceiros		3.918	4.426
Provisões técnicas - seguros	17	**3.085.107**	**2.809.967**
Danos		3.065.467	2.797.563
Pessoas		19.640	12.404
Outros débitos		**10.238**	**13.425**
Débitos diversos	18	10.238	13.425
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**404.008**	**438.476**
Contas a pagar		**71.752**	**71.686**
Tributos diferidos	19	71.752	71.686
Provisões técnicas - seguros	17	**278.322**	**318.778**
Danos		276.072	316.862
Pessoas		2.250	1.916
Outros débitos		**28.418**	**27.536**
Provisões judiciais	20	22.465	22.092
Outras Provisões		5.953	5.444
Débitos diversos		**25.516**	**20.476**
Débitos diversos	18	25.516	20.476
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**1.326.221**	**1.046.145**
Capital social	21a	1.074.624	755.043
Reservas de lucros		288.038	320.627
Ajuste de avaliação patrimonial		(36.441)	(29.525)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**5.190.246**	**4.672.708**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto prejuízo líquido por ação)

	Nota	2022	2021
Prêmios emitidos		4.326.920	3.725.977
Variações das provisões técnicas de prêmios		(332.306)	(114.373)
PRÊMIOS GANHOS	**22**	**3.994.614**	**3.611.604**
Sinistros ocorridos	23a	(2.919.649)	(2.603.714)
Custos de aquisição	23b	(810.777)	(775.112)
Outras receitas e despesas operacionais	23c	(21.956)	(23.883)
Resultado com resseguro		(11.250)	55.239
Receita com resseguro	23d	27.697	149.036
Despesa com resseguro	23e	(38.947)	(93.797)
Despesas administrativas	23f	(518.101)	(467.541)
Despesas com tributos	23g	(72.724)	(56.583)
Resultado financeiro	23i	290.072	115.324
Resultado patrimonial	23j	13.057	5.432
RESULTADO OPERACIONAL		**(56.714)**	**(139.234)**
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(989)	(1.330)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		**(57.703)**	**(140.564)**
Imposto de renda	25	14.919	46.949
Contribuição social	25	10.195	31.736
Participações sobre o lucro		–	(6.918)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**(32.589)**	**(68.797)**
Quantidade de ações	21a	85.205	64.175
Prejuízo líquido por ação - R$		(382,48)	(1.072,02)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais)

	2022	2021
Prejuízo líquido do exercício	**(32.589)**	**(68.797)**
Ajuste de títulos e valores mobiliários	(11.968)	(62.625)
Ajuste de títulos e valores mobiliários em controladas	442	87
Imposto de renda e contribuição social sobre os resultados abrangentes	4.610	25.015
Resultados abrangentes	(6.916)	(37.523)
Total dos resultados abrangentes	**(39.505)**	**(106.320)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

	2022	2021
Atividades operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	(32.589)	(68.797)
Ajustes para:		
Variações das provisões técnicas de prêmios	332.306	114.373
Variação do custo de aquisição diferido	(10.243)	(17.907)
Variação da despesa de resseguro	6.994	15.766
Depreciações e amortizações	43.037	37.645
Ganho ou perda na alienação de imobilizado	989	1.330
Provisão para redução ao valor recuperável	(767)	1.389
Resultado de equivalência patrimonial	(13.057)	(5.432)
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações	(268.888)	150.562
Créditos das operações de seguros e resseguros	(356.230)	(95.619)
Outros créditos operacionais	(2.203)	(90)
Ativos de resseguros e retrocessões - provisões técnicas	135.531	(109.217)
Títulos e créditos a receber	(21.773)	(122.788)
Outros valores e bens	(5.854)	(76.934)
Despesas antecipadas	(2.016)	(847)
Custos de aquisição diferidos	16	45
Contas a pagar	20.478	16.998
Débitos de operações com seguros e resseguros	(20.192)	19.817
Depósito de terceiros	(508)	517
Provisões técnicas - seguros	(97.622)	228.852
Outros débitos	2.735	38.743
Ajuste com títulos e valores mobiliários	(6.916)	(37.523)
Caixa (consumido)/gerado pelas operações	**(296.772)**	**90.883**
Recebimentos de juros sobre o capital próprio	1.259	681
Impostos sobre o lucro pago	–	(4.734)
Caixa líquido (consumido)/gerado nas atividades operacionais	**(295.513)**	**86.830**
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(43.216)	(50.337)
Alienação de imobilizado	236	–
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(42.980)**	**(50.337)**
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	319.581	–
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	–	(51.107)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de financiamento	**319.581**	**(51.107)**
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(18.912)**	**(14.614)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	36.144	50.758
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	17.232	36.144
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(18.912)**	**(14.614)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de retenção de lucros	Ajustes com TVM	Lucros acumulados	TOTAL
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**755.043**	**60.477**	**381.371**	**7.998**	**–**	**1.204.889**
Ajustes de exercícios anteriores (nota 3.16)		–	–	(1.317)	–	–	**(1.317)**
Títulos e valores mobiliários		–	–	–	(37.575)	–	**(37.575)**
Títulos e valores mobiliários em controladas		–	–	–	52	–	**52**
Prejuízo líquido do exercício		–	–	–	–	(68.797)	**(68.797)**
Compensação do prejuízo líquido com reservas de retenção de lucros		–	–	(68.797)	–	68.797	**–**
Juros sobre o capital próprio	21d	–	–	(51.107)	–	–	**(51.107)**
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**755.043**	**60.477**	**260.150**	**(29.525)**	**–**	**1.046.145**
Aumento de capital AGE´s 18/03/2022 e 25/05/2022 - Portarias CGRAJ/SUSEP N.894 de 18/08/2022 e N.959 de 13/09/2022		319.581	–	–	–	–	319.581
Títulos e valores mobiliários		–	–	–	(7.181)	–	**(7.181)**
Títulos e valores mobiliários em controladas		–	–	–	265	–	**265**
Prejuízo líquido do exercício		–	–	–	–	(32.589)	**(32.589)**
Compensação do prejuízo líquido com reservas de retenção de lucros		–	–	(32.589)	–	32.589	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**1.074.624**	**60.477**	**227.561**	**(36.441)**	**–**	**1.326.221**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A HDI Seguros S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todas as modalidades de seguros de danos e de pessoas em todo o território nacional. O endereço da sede da Companhia é Avenida das Nações Unidas, 14.261, 21º a 23º andar, Ala B, Condomínio WT Morumbi - Brooklin Paulista, São Paulo. A Companhia é integrante do grupo segurador alemão Talanx. Sua controladora direta é a HDI International AG e o controlador em última instância é a HDI V.a.G., ambas sediadas em Hannover, Alemanha.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, em consonância com a Circular SUSEP nº 648/21, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aprovadas pela SUSEP. As referidas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios. A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em reunião realizada em 10 de fevereiro de 2023 e foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de fevereiro de 2023. **2.1 Base para mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos nas demonstrações financeiras: • Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo; • Ativos para venda mensurados pelo valor justo menos os custos de venda - valor realizável líquido. **2.2 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando-se a taxa de câmbio da data da transação. Os respectivos ativos e passivos monetários são atualizados pela variação da taxa de câmbio até a data de liquidação ou reporte. As variações cambiais resultantes são reconhecidas no resultado do período em que surgirem. **2.3 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas podem necessitar de revisão se ocorrerem alterações nas circunstâncias em que se basearam ou em consequência de novas informações ou de maior experiência, sendo que os efeitos desta revisão serão reconhecidos prospectivamente. As notas explicativas listadas abaixo fornecem informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e sobre as incertezas relacionadas às estimativas que possuem um risco de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil: • Notas 3.14 e 3.15 - Classificação e mensuração dos contratos de seguro; • Notas 3.2 e 4 - Instrumentos financeiros (aplicações financeiras); • Notas 3.7 e 12 - Ativo intangível; • Notas 3.8, 3.9 e 17 - Provisões técnicas; • Notas 3.13 e 20 - Provisões judiciais; • Nota 3.16 - Arrendamentos; e • Nota 7c a 7f - Créditos tributários e previdenciários.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Representam numerário disponível em caixa, em contas bancárias e investimentos financeiros com vencimento inferior a 90 dias, contados a partir da data de aquisição. Esses ativos apresentam risco insignificante de mudança do valor justo e são monitorados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos no curto prazo e estão representados pela rubrica "caixa e bancos". **3.2 Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros em uma das seguintes categorias: valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento, disponíveis para venda e recebíveis. A classificação entre as categorias é definida com base no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros e nas características de fluxo de caixa destes ativos. ***i) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:*** São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja aquisição tem a principal finalidade de gerar resultados em curto prazo por meio de negociações frequentes. Esses ativos são registrados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. Esses ativos são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento. ***ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento:*** Caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter títulos até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. ***iii) Ativos financeiros disponíveis para venda:*** Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos e não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Esses ativos financeiros são registrados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários. ***iv) Recebíveis:*** Incluem-se nesta categoria os recebíveis não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado e tem sua recuperabilidade testada a cada data de balanço. ***v) Determinação do valor justo:*** Valor justo dos ativos financeiros é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa de mercado na data de balanço. O valor justo das aplicações em fundos de investimentos foi registrado com base nos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Ativos com valores divulgados em domínio público como Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão tiveram seu valor justo de acordo com a divulgação dessas fontes. O valor justo de ativos financeiros não cotados em mercados ativos é calculado através de técnicas e/ou metodologias de valorização apropriadas, tais como: uso de recentes transações de mercado; referência ao valor justo de outro instrumento que seja substancialmente similar; fluxo de caixa descontado; e/ou modelos específicos de precificação utilizados pelo mercado. ***vi) Instrumentos financeiros derivativos:*** A Companhia realiza operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, destinados exclusivamente ao *hedge* econômico de seus investimentos e operações. Os derivativos são classificados na categoria valor justo por meio do resultado (vide nota 3.2.i). Estas operações são registradas e negociadas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado do período e estão classificados na categoria valor justo por meio do resultado. **3.3 Redução ao valor recuperável (ativo financeiro):** Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. A Companhia constitui uma provisão para redução ao valor recuperável sobre: (i) prêmios a receber de seguros diretos, com base em estudo que apura a probabilidade de perda esperada sobre os valores em atraso; (ii) sobre operações com resseguradoras, com base no modelo de Tempo de Recuperação pelo Valor a Recuperar, considerando um período de 10 anos; (iii) ressarcimentos a receber, em que a provisão é constituída sobre a totalidade dos valores a receber de um mesmo devedor em que exista uma parcela vencida acima de 60 dias. **3.4 Ativos e passivos de resseguros:** Os ativos e passivos decorrentes dos contratos de resseguros são apresentados de forma separada, segregando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez que a existência dos referidos contratos não exime a Companhia de honrar suas obrigações perante os segurados. Os ativos de resseguro compreendem os prêmios de resseguros diferidos e os valores a recuperar sobre as indenizações pendentes de liquidação ou pagas aos segurados. Os passivos de resseguro compreendem os prêmios de resseguros a liquidar e as comissões a recuperar sobre os repasses de prêmios conforme os contratos firmados de cessão de riscos. **3.5 Bens à venda (salvados):** Os salvados são avaliados ao valor justo, deduzido das despesas diretamente relacionadas à venda. O valor justo é determinado com base em valores de mercado (Tabela FIPE) ajustados de acordo com os danos apurados em cada veículo e pelo tempo de permanência no estoque. **3.6 Ativo imobilizado:** O ativo imobilizado compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros. É reconhecido ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. Gastos subsequentes são capitalizados somente

continua →★

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA HDI SEGUROS S.A. (Em milhares de reais)

quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos com reparo ou manutenção são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as seguintes vidas úteis estimadas: móveis, máquinas, utensílios e equipamentos - 10 anos; equipamentos de informática, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros - 5 anos. **3.7 Ativo intangível: 3.7.1 Ágio:** O ágio no valor de R$ 215.000, registrado na aquisição da HSBC Seguros de Automóveis e Bens (Brasil) S.A., ocorrida em 30 de novembro de 2005, foi classificado como intangível no ativo não circulante em 1º de abril de 2006, data de sua incorporação. Esse ativo intangível está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura. A amortização do ágio, registrada contabilmente até 2008, foi calculada considerando a proporção decorrida da referida expectativa de rentabilidade futura. A partir de 2009 em função da mudança da pratica contábil o ágio no valor de R$ 176.478 deixou de ser amortizado para efeito contábil e a sua recuperabilidade é testada anualmente no encerramento do ano, ou em períodos menores se houver indicação de *impairment*. **Teste de recuperabilidade:** A Companhia realizou o teste de recuperabilidade do ágio considerando o método do fluxo de caixa descontado dos acionistas: Utilizou-se para o teste o modelo de dois estágios: (1) Como a empresa adquirida foi incorporada, consideramos a HDI Seguros como unidade geradora de caixa; (2) Os fluxos de caixa nominais detalhados foram projetados até 2027. Os prêmios, sinistralidade, comissionamento, despesas administrativas e demais componentes do resultado foram projetados com base no percentual médio histórico ajustado de acordo com as premissas de crescimento; (3) O fluxo de caixa do último ano é projetado para os demais anos considerando uma taxa de crescimento perpétuo de 5%, composta pela taxa potencial de crescimento do PIB mais a inflação projetada de longo prazo. Os fluxos foram trazidos a valor presente utilizando-se a taxa de desconto de 14,38% (14,1% em 2021) apurada com base no modelo de precificação de ativos de capital (CAPM). O teste indicou que o valor de avaliação da HDI Seguros S.A. é superior ao valor contábil de seu patrimônio líquido, motivo pelo qual não houve a necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável. **3.7.2. Outros intangíveis:** São classificados como ativo intangível os *softwares* desenvolvidos internamente, licenças de uso de *softwares* de terceiros que não são imprescindíveis para o funcionamento dos *hardwares* e as respectivas despesas de implantação. O intangível é demonstrado ao custo histórico, reduzido por amortizações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear considerando uma vida útil estimada de 5 anos. **3.8 Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas em conformidade com as determinações da Circular Susep nº 648/21, da Resolução CNSP nº 432/21 e posteriores alterações, e com base em critérios, parâmetros e fórmulas documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA), descritos a seguir: A Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Vigentes e Emitidos (PPNG-RVE) é constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos e já emitidos na data-base de cálculo. A PPNG-RVE é calculada pelo método "*pro rata die*" com base no valor do prêmio comercial, incluindo as operações de cosseguro aceito, bruto das operações de resseguro e líquido das operações de cosseguro cedido. A Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE) representa o complemento da PPNG-RVE, dada a existência de riscos assumidos cuja apólice ainda não foi emitida. É calculada com base em metodologia envolvendo a construção de triângulos de *run-off* que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices, em bases retrospectivas, no período de 25 meses e acrescida das informações já conhecidas relativos a riscos já vigentes, mas ainda não emitidos na data-base. A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída pela estimativa de pagamentos para a liquidação de sinistros pendentes, brutos de resseguros e cosseguro aceito e líquidos da recuperação de cosseguro cedido, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data-base. Os valores provisionados de sinistros são atualizados monetariamente. A Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados (IBNR) é constituída para a cobertura de sinistros já ocorridos que a Companhia ainda não tem ciência. É calculada com base em três metodologias atuariais distintas usualmente praticadas pelo mercado. O Método de Desenvolvimento de Sinistros Avisados (DFM) considera a experiência histórica do período transcorrido entre a data de ocorrência do evento coberto e do respectivo registro na Companhia, utilizando-se triângulos de *run-off* para sinistros ocorridos a partir de janeiro/2000. Em conjunto ao Método de Desenvolvimento de Sinistros Avisados, a Companhia também aplica as metodologias de Sinistralidade Esperada e *Bornhuetter - Ferguson* (BF) a fim de atingir a melhor estimativa final. A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados de despesas relacionadas a sinistros já ocorridos, considerando as Despesas Alocáveis (ALAE) e Despesas Não Alocáveis (ULAE). Para estimativa das Despesas Alocáveis (ALAE) é considerada a experiência histórica de ocorrência de sinistros e de pagamentos das correspondentes ALAE, para a obtenção da estimativa das despesas ainda não pagas referentes a sinistros já incorridos, baseado nas análises de triângulos de *run-off* e no método de desenvolvimento de despesas avisadas e pagas. Para estimativa das Despesas Não Alocáveis (ULAE) é considerada a relação entre os valores pagos das despesas e montante pago com indenizações de sinistros observados via Teste de Consistência. Estima-se o montante de Despesas Não Alocáveis com base na aplicação dos percentuais apurados sobre o saldo total de provisões técnicas de sinistros com defasagem. A Provisão de Sucumbência, contabilizada juntamente à PDR, é constituída pela aplicação do percentual histórico observado de sucumbência paga sobre o valor de reserva de cada sinistro registrado na Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial (PSL - Jud), salvos os casos em que já houver sentença desfavorável à Seguradora/Segurado, onde o valor provisionado será conforme arbitrado pelo juiz. O Ajuste de Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados (IBNER) é realizado de forma agregada para sinistros ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final. Seu cálculo envolve análise conjunta de diversas metodologias usualmente praticadas pelo mercado (Desenvolvimento de Sinistros e *Bornhuetter - Ferguson* (BF) para estimativa do IBNP - Sinistros Incorridos e Não Pagos. Sobre a parcela estimada dos sinistros administrativos, é aplicado o desconto financeiro do fluxo futuro de melhores estimativas dos pagamentos de sinistros já ocorridos com base nas taxas pré-fixadas de Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ETTJ). A atualização da provisão estimada é realizada através do incremento mensal estimado com base na projeção de sinistros para o exercício, de maneira a refletir a evolução da carteira de seguros. A Estimativa de Recebimento de Salvados e Ressarcidos corresponde à expectativa de recuperação futura de salvados e ressarcimentos de sinistros ocorridos e ainda não liquidados. Seu cálculo envolve análise conjunta de diversas metodologias usualmente praticadas pelo mercado (Desenvolvimento de Sinistros e *Bornhuetter - Ferguson* (BF) para estimativa do montante final de recuperações. Sobre a parcela administrativa estimada de salvados, é aplicado o desconto financeiro do fluxo futuro de melhores estimativas de recebimento com base nas taxas pré-fixadas de Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ETTJ) e sua atualização é realizada com base na projeção de sinistros para o exercício, de maneira a refletir a evolução da carteira de seguros. **3.9 Teste de adequação dos passivos (TAP):** Conforme requerido pela Circular SUSEP n° 648/21 e alterações, a Companhia elaborou o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11, vigentes na data-base do teste. Este teste é elaborado semestralmente e considera como valor líquido contábil (*net carrying amount*) os passivos de contratos de seguro brutos de resseguro, deduzidos dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. Os contratos foram agrupados pelos ramos conforme estabelecido pela Circular SUSEP n° 535/16 e alterações. Caso seja identificada qualquer deficiência no teste, a Companhia deverá registrar a perda imediatamente na apuração do resultado do período, constituindo provisões adicionais aos passivos de seguros já registrados na data-base do teste. Para esse teste foi adotada uma metodologia contemplando a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros relacionados aos riscos vigentes na data-base do teste, com valores brutos de resseguro, trazidos a valor presente com base na estrutura a termo de taxas de juros (ETTJ), através dos índices atualizados à data-base do cálculo para as opções Pré-Fixada ou IPCA, conforme determinações constantes na Circular SUSEP nº 648/21. O resultado do TAP foi apurado pela diferença entre a soma do valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa, de sinistros ocorridos já avisados, de sinistros ocorridos mas não avisados e dos sinistros a ocorrer relativos às apólices vigentes na data-base, acrescidos das estimativas das respectivas despesas e recuperações; e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na mesma data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo a sinistros ocorridos, já refletido pela expectativa de despesas alocáveis a sinistros e salvados, foi comparado as provisões técnicas de sinistros ocorridos PSL e IBNR. O valor presente esperado do fluxo relativo a sinistros a ocorrer, relativo a apólices vigentes, acrescido das despesas administrativas e outras despesas e receitas, foi comparado à soma da PPNG-RVE e PPNG-RVNE. A projeção de sinistros a ocorrer considerou a melhor estimativa de sinistralidade para cada agrupamento de ramos, tendo por base a série histórica de períodos trimestrais compreendidos nos últimos 24 meses da análise, resultando na sinistralidade global de 74,34% para a Companhia. O teste de adequação dos passivos realizado para a data-base de 31 de dezembro de 2022 não indicou a necessidade de ajuste nas provisões técnicas. **3.10 Passivos financeiros:** Passivos financeiros compreendem, principalmente, contas a pagar, débitos das operações com seguros e resseguros e depósito de terceiros. **3.11 Benefícios a empregados:** Os benefícios a empregados incluem: (i) benefícios de curto prazo, tais como salários, ordenados e contribuições para a previdência social, licença remunerada por doença, programa de participação nos lucros e resultados, gratificações e benefícios não monetários (seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação e treinamento profissional) são oferecidos aos funcionários e reconhecidos no resultado à medida que são incorridos; (ii) benefícios por desligamento: aviso prévio, indenização adicional conforme convenção coletiva, indenização de 40% sobre o saldo do fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS e permanência no plano de seguro saúde por 30, 60 ou 90 dias de acordo com o tempo de serviço efetivo na Companhia; e (iii) plano de previdência privada a seus funcionários e diretores na modalidade contribuição definida - plano gerador de benefício livre (PGBL). A Companhia não concede qualquer outro tipo de benefício pós-emprego e não tem como política remunerar empregados por meio de plano de remuneração baseado em ações. Quanto aos administradores, vide nota 26b. **3.12 Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, com adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder a R$ 20 por mês. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável (vide nota 25). A alíquota da contribuição social devida sobre o lucro líquido aumentou no período entre agosto e dezembro de 2022 de 15% para 16% (Lei nº 14.446/22) e no período entre julho e dezembro de 2021 de 15% para 20% (Lei nº 14.183/21). A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido sobre prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas e diferenças temporárias quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de levantamento das demonstrações financeiras e serão desreconhecidos quando não houver expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para que o crédito tributário seja utilizado. **3.13 Provisões judiciais:** São constituídas pelo valor estimado dos pagamentos a serem realizados em relação às ações judiciais em curso, cuja probabilidade de perda é considerada provável. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo ou no momento em que os acordos são celebrados. **3.14 Classificação dos contratos de seguro:** Contrato de seguro é aquele em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando indenizá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto e específico que o afetou adversamente. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguro significativo. **3.15 Mensuração dos contratos de seguros:** As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição são registrados quando da emissão das respectivas apólices ou pelo início de vigência do risco para os riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros. As despesas e receitas dos resseguros proporcionais são reconhecidas simultaneamente aos prêmios de seguros correspondentes, enquanto que as relacionadas aos resseguros não proporcionais são reconhecidas de acordo com período de cobertura dos contratos firmados com os resseguradores. **3.16 Arrendamentos:** De acordo com o CPC 06 (R2) - Arrendamentos (IFRS 16), um contrato é ou contém um arrendamento quando se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início dos arrendamentos. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável, e ajustado por remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, a taxa de empréstimo incremental. A Companhia optou pela aplicação da taxa incremental para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a. Composição por categoria

Aplicação/categoria	Nível hierárquico (1)	31/12/2022 Valor do custo atualizado	Ajuste a valor justo	Valor justo	Valor contábil	%	31/12/2021 Valor do custo atualizado	Ajuste a valor justo	Valor justo	Valor contábil	%
Debêntures	1	–	–	–	–	0,0%	2.169	(852)	1.317	1.317	0,1%
Time deposit	2	18.157	–	18.157	18.157	0,8%	–	–	–	–	0,0%
Letras financeiras	2	–	–	–	–	0,0%	1.647	(11)	1.636	1.636	0,1%
Quotas de fundo de investimento	2	760.229	–	760.229	760.229	35,3%	336.859	–	336.859	336.859	17,9%
Fundo de investimento em participações (2)	3	170.998	–	170.998	170.998	7,9%	71.705	–	71.705	71.705	3,8%
Ações	1	4.204	–	4.204	4.204	0,2%	–	–	–	–	0,0%
Derivativos	2	–	–	–	–	0,0%	1.014	–	1.014	1.014	0,1%
Valor justo por meio do resultado		**953.588**	**–**	**953.588**	**953.588**	**44,3%**	**413.394**	**(863)**	**412.531**	**412.531**	**21,9%**
Certificado de cédula de crédito bancário	2	43.490	–	43.490	43.490	2,0%	–	–	–	–	0,0%
Certificados de depósito bancário	2	41.485	–	41.485	41.485	1,9%	99.105	–	99.105	99.105	5,3%
Depósito à prazo com garantias especiais	2	–	–	–	–	0,0%	298.491	–	298.491	298.491	15,8%
Letras financeiras	2	287.610	(20.511)	267.099	267.099	12,4%	276.246	(22.504)	253.742	253.742	13,5%
Letras financeiras do tesouro	1	–	–	–	–	0,0%	4.042	–	4.042	4.042	0,2%
Notas do tesouro nacional	1	484.748	(31.859)	452.889	452.889	21,0%	400.780	(18.032)	382.748	382.748	20,3%
Letras do tesouro nacional	1	317.367	(8.472)	308.895	308.895	14,3%	319.694	(8.379)	311.315	311.315	16,5%
Debêntures	1	2.415	(133)	2.282	2.282	0,1%	2.283	(67)	2.216	2.216	0,1%
Títulos da divida agrária	2	404	(6)	398	398	0,0%	2.272	(31)	2.241	2.241	0,1%
Disponíveis para venda		**1.177.519**	**(60.981)**	**1.116.538**	**1.116.538**	**51,9%**	**1.402.913**	**(49.013)**	**1.353.900**	**1.353.900**	**71,9%**
Notas do tesouro nacional	1	82.838	–	82.838	82.838	3,8%	117.645	(372)	117.273	117.645	6,2%
Mantidos até o vencimento		**82.838**	**–**	**82.838**	**82.838**	**3,8%**	**117.645**	**(372)**	**117.273**	**117.645**	**6,2%**
Total		**2.213.945**	**(60.981)**	**2.152.964**	**2.152.964**	**100%**	**1.933.952**	**(50.248)**	**1.883.704**	**1.884.076**	**100%**
Ativo circulante					**1.092.755**					**1.047.900**	
Ativo não circulante					**1.060.209**					**836.176**	

(1) Nivel hierárquico: Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Nível 2 - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Nível 3: Modelos de precificação nos quais transações de mercado atual ou dados observáveis não estão disponíveis e que exigem alto grau de julgamento e estimativa. Instrumentos nessa categoria foram precificados usando técnicas em que ao menos um insumo, que pudesse ter um efeito significante no preço, não é baseado em observação de dados de mercado. Quando inputs podem ser observados, a partir de dados de mercado sem custos e esforços excessivos, são utilizados. Caso contrário, o Banco determina um nível adequado para o input. Os instrumentos financeiros basicamente incluem participações em fundos de private equity, ações não listadas em bolsa oriundas das nossas atividades de Merchant Banking, alguns títulos de dívida (debêntures) de empresas fechadas e derivativos de energia, os quais a precificação depende de inputs não observáveis. Nenhum ganho ou perda é considerado no reconhecimento inicial de um instrumento financeiro precificado com técnicas que incorporam dados não observáveis. (2) Conforme instruído na resolução CVM 579/2016, por determinação do Administrador, o fundo Pérola Negra Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior teve sua classificação alterada para FIP - Entidade de Investimentos no dia 28/12/2022 conforme fato relevante enviado a CVM em 29/12/2022. A partir dessa reclassificação, as sociedades investidas do fundo passaram a ser avaliadas através de avaliação a valor justo, elaborada por empresa especializada independente. Após a reclassificação, houve uma variação positiva de 158% no valor da cota.

b. Composição das aplicações por vencimento

31/12/2022

Títulos	0 A 3 Meses ou Sem Vencimento Definido	3 - 6 Meses	6 - 9 Meses	9 - 12 Meses	1 - 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total (Saldo Contábil)
Time deposit	18.157	–	–	–	–	–	18.157
Quotas de fundos de investimento	760.229	–	–	–	–	–	760.229
Fundo de investimento em participações	170.998	–	–	–	–	–	170.998
Ações	4.204	–	–	–	–	–	4.204
Valor justo por meio do resultado	**953.588**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**953.588**
Letras do tesouro nacional	–	–	51.605	–	156.061	101.229	308.895
Certificado de depósito bancário	–	–	7.985	33.500	–	–	41.485
Certificado de cédula de crédito bancário	–	–	–	–	–	43.490	43.490
Títulos da divida agrária	107	50	241	–	–	–	398
Debêntures	–	–	–	–	–	2.282	2.282
Letras financeiras	5.022	–	12.729	3.769	225.324	20.255	267.099
Notas do tesouro nacional	–	24.159	–	–	48.627	380.103	452.889
Disponíveis para venda	**5.129**	**24.209**	**72.560**	**37.269**	**430.012**	**547.359**	**1.116.538**
Notas do tesouro nacional	–	–	–	–	82.838	–	82.838
Mantidos até o vencimento	**–**	**–**	**–**	**–**	**82.838**	**–**	**82.838**
Total	**958.717**	**24.209**	**72.560**	**37.269**	**512.850**	**547.359**	**2.152.964**
Ativo circulante							**1.092.755**
Ativo não circulante							**1.060.209**

31/12/2021

Títulos	0 a 3 meses ou sem vencimento definido	3 - 6 meses	6 - 9 meses	9 - 12 meses	1 - 3 anos	Acima de 3 anos	Total (Saldo contábil)
Debêntures	1.317	–	–	–	–	–	1.317
Letras financeiras	1.636	–	–	–	–	–	1.636
Fundo de investimento em participações	71.705	–	–	–	–	–	71.705
Quotas de fundos de investimento	336.869	–	–	–	–	–	336.869
Derivativos	1.014	–	–	–	–	–	1.014
Valor justo por meio do resultado	**412.531**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**412.531**
Letras financeiras do tesouro	–	–	4.042	–	–	–	4.042
Depósito à prazo com garantias especiais	–	–	261.058	37.433	–	–	298.491
Letras do tesouro nacional	–	40.984	85.371	23.926	161.034	–	311.315
Certificado de depósito bancário	47.797	3.118	48.190	–	–	–	99.105
Títulos da divida agrária	371	196	1.015	284	375	–	2.241
Debêntures	–	–	–	–	–	2.216	2.216
Letras financeiras	–	–	–	13.508	76.740	163.494	253.742
Notas do tesouro nacional	–	–	29.386	–	70.101	283.261	382.748
Disponíveis para venda	**48.168**	**44.298**	**429.062**	**75.151**	**308.250**	**448.971**	**1.353.900**
Notas do tesouro nacional	–	–	38.690	–	78.955	–	117.645
Mantidos até o vencimento	**–**	**–**	**38.690**	**–**	**78.955**	**–**	**117.645**
Total	**460.699**	**44.298**	**467.752**	**75.151**	**387.205**	**448.971**	**1.884.076**
Ativo circulante							**1.047.900**
Ativo não circulante							**836.176**

c. Movimentação das aplicações financeiras

	Títulos Públicos	Títulos Privados	Quotas de Fundo de Investimento	*Time deposit*	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**788.984**	**705.870**	**539.784**	**–**	**2.034.638**
Aplicações	895.821	770.740	952.022	–	2.618.583
Resgates	(904.927)	(831.868)	(1.096.169)	–	(2.832.964)
Rendimentos	71.041	42.476	12.927	–	126.444
Variação no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	(32.928)	(29.697)	–	–	(62.625)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**817.991**	**657.521**	**408.564**	**–**	**1.884.076**
Aplicações	791.057	294.199	1.664.596	71.939	2.821.791
Resgates	(826.734)	(646.038)	(1.304.726)	(54.427)	(2.831.925)
Rendimentos	81.548	46.246	162.551	208	290.553
Variação no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	(18.842)	6.632	242	–	(11.968)
Oscilação cambial	–	–	–	437	437
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**845.020**	**358.560**	**931.227**	**18.157**	**2.152.964**

d. Taxa de juros contratada

Título	Categoria	31/12/2022 Taxa de juros contratada (média)	31/12/2022 Valor contábil	31/12/2021 Taxa de juros contratada (média)	31/12/2021 Valor contábil
Certificado de cédula de crédito bancário (PRÉ)	Título de renda fixa privado	14,98%	43.490	–	–
Certificados de depósitos bancários (CDI + %/% CDI)	Título de renda fixa privado	100,00%	41.485	101,23%	99.105
Debêntures (CDI + %/% CDI +)	Título de renda fixa privado	–	–	2,70%	1.317
Debêntures (IPCA+)	Título de renda fixa privado	6,66%	2.282	6,66%	2.216
Depósito à Prazo com Garantias Especiais (DPGE)	Título de renda fixa privado	–	–	5,30%	298.491
Letras do tesouro nacional	Título de renda fixa público	10,38%	308.895	8,16%	311.315
Letras financeiras (CDI + %/% CDI)	Título de renda fixa privado	2,20%	371	108,01%	44.946
Letras financeiras (IPCA+)	Título de renda fixa privado	4,06%	21.056	3,11%	28.254
Letras financeiras (PRÉ)	Título de renda fixa privado	9,10%	245.672	7,84%	182.178
Notas do tesouro nacional (Série B)	Título de renda fixa público	4,27%	440.468	4,22%	500.393
Notas do tesouro nacional (Série F)	Título de renda fixa público	11,89%	95.259	–	–
Letras financeiras do tesouro	Título de renda fixa público	–	–	SELIC	4.042
Time Deposit (PRÉ)	Título de renda fixa privado	4,39%	18.157	–	–
Títulos da dívida agrária	Título de renda fixa público	7,31%	398	6,21%	2.241
Total			**1.217.533**		**1.474.498**

e. Desempenho das aplicações financeiras: A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). O desempenho global das aplicações financeiras atingiu 15,50% em 2022 (6,46% em 2021), representando 125,23% do CDI que foi de 12,38% no mesmo período (147,07% do CDI que foi de 4,40% em 2021).

continua ★

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA HDI SEGUROS S.A. (Em milhares de reais)

5. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

a. Composição

	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios a receber de segurados	1.645.819	1.295.534
Operações com seguradoras	7.777	4.368
Operações com resseguradoras	48.577	46.058
Provisão para redução ao valor recuperável:		
Prêmios a receber de segurados	(8.552)	(9.563)
Operações com seguradoras	(795)	(795)
Operações com resseguradoras	(386)	(159)
Total	**1.692.440**	**1.335.443**
Ativo Circulante	**1.692.440**	**1.335.439**
Ativo Não Circulante	**–**	**4**

b. Prêmios a receber de segurados por vencimento

	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios a vencer	**1.496.673**	**1.192.934**
De 1 a 30 dias	393.465	331.335
De 31 a 60 dias	303.131	243.655
De 61 a 120 dias	402.232	322.079
De 121 a 180 dias	230.843	175.204
De 181 a 365 dias	167.002	120.657
Superior a 365 dias	–	4
Prêmios vencidos	**149.146**	**102.600**
De 1 a 30 dias	143.158	98.074
De 31 a 60 dias	956	729
De 61 a 120 dias	850	655
De 121 a 180 dias	672	275
De 181 a 365 dias	1.099	331
Superior a 365 dias	2.411	2.536
Total	**1.645.819**	**1.295.534**
Provisão para redução ao valor recuperável	(8.552)	(9.563)
Total de prêmios a receber de segurados	**1.637.267**	**1.285.971**
Ativo circulante	**1.637.267**	**1.285.967**
Ativo não circulante	**–**	**4**

A Companhia oferece diversas opções de parcelamento sendo que em 2022 os prêmios foram cobrados numa média em de 6,72 parcelas (6,45 em 2021).

c. Movimentação dos prêmios a receber de segurados

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	**1.285.971**	**1.198.868**
Prêmios de seguros diretos	4.375.139	3.754.305
Prêmios de cosseguros aceitos	19.225	8.989
Prêmios de riscos vigentes e não emitidos	1.448	16.260
IOF sobre prêmios diretos	312.670	273.015
IOF sobre prêmios diretos recebidos	(290.012)	(267.760)
Constituições para redução ao valor recuperável	(4.597)	(6.405)
(–) Reversões para redução ao valor recuperável	5.608	5.015
Recebimentos	(4.068.185)	(3.696.316)
Saldo no final do exercício	**1.637.267**	**1.285.971**

d. Prêmios a receber de segurados por segmento

	31/12/2022			31/12/2021		
	Prêmios a Receber bruto	(–) Redução ao Valor Recuperável	Prêmios a Receber	Prêmios a Receber bruto	(–) Redução ao Valor Recuperável	Prêmios a Receber
Automóvel	1.498.149	(4.763)	**1.493.386**	1.167.544	(6.460)	**1.161.084**
Patrimonial	82.762	(487)	**82.275**	87.782	(551)	**87.231**
Transportes	14.154	(3.083)	**11.071**	10.916	(2.173)	**8.743**
Demais	50.754	(219)	**50.535**	29.292	(379)	**28.913**
	1.645.819	**(8.552)**	**1.637.267**	**1.295.534**	**(9.563)**	**1.285.971**
Ativo circulante			**1.637.267**			**1.285.967**
Ativo não circulante			**–**			**4**

6. OPERAÇÕES COM RESSEGURADORAS

Ativo

a. Operações com resseguradoras

	31/12/2022	31/12/2021
Sinistros liquidados a recuperar (nota 6d)	37.285	43.838
Despesas com sinistros liquidadas a recuperar	1.196	2.197
Créditos a recuperar	10.096	23
Subtotal	**48.577**	**46.058**
Provisão para redução ao valor recuperável	(386)	(159)
Total	**48.191**	**45.899**

b. Ativos de resseguros - provisões técnicas

	31/12/2022	31/12/2021
Sinistros administrativos pendentes	45.341	140.448
Sinistros judiciais pendentes	37.594	75.739
Despesas com sinistro administrativos pendentes	1.426	6.960
Despesas com sinistro judiciais pendentes	3.337	2.330
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	5.864	6.133
Provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados	13.810	11.293
Provisão de prêmios não ganhos	13.885	25.532
Total	**121.257**	**268.435**
Custos de aquisição diferidos	(1.941)	(6.594)
Ativos de resseguros - provisões técnicas	**119.316**	**261.841**
Ativo Circulante	**78.385**	**183.761**
Ativo Não Circulante	**40.931**	**78.080**

c. Movimentação de ativos de resseguros e operações com resseguradoras

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no inicio do exercício	**307.740**	**210.440**
Constituições das provisões técnicas de resseguro	23.367	153.284
Reversões das provisões técnicas de resseguro	(164.459)	(139.598)
Sinistros liquidados a recuperar	22.125	145.587
Sinistros liquidados recuperados	(20.855)	(62.103)
Outros	(411)	130
Saldo no final do exercício	**167.507**	**307.740**

d. Composição por resseguradoras

Resseguradoras	Resultado de recuperação de sinistro (nota 23d) 31/12/2022	31/12/2021	Ativo de sinistros a recuperar (nota 6a) 31/12/2022	31/12/2021
Locais	19.425	114.256	25.214	32.642
Admitidas	3.691	32.151	9.134	10.402
Eventuais	433	121	2.937	794
Total	**23.549**	**146.528**	**37.285**	**43.838**

e. Demonstração do percentual ressegurado

	Prêmios Emitidos		Resseguro Cedido (Nota 23e)		% de retenção		% de prêmio de resseguro cedido	
Ramos	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Automóvel	3.747.485	3.185.162	2.914	4.312	99,9%	99,9%	0,1%	0,1%
Patrimonial	274.977	339.913	16.662	78.405	93,9%	76,9%	6,1%	23,1%
Rural	119.928	58.625	8.116	2.629	93,2%	95,5%	6,8%	4,5%
Transportes	103.065	78.385	5.776	2.495	94,4%	96,8%	5,6%	3,2%
Demais	81.465	63.892	2.770	4.135	96,6%	93,5%	3,4%	6,5%
Total	**4.326.920**	**3.725.977**	**36.238**	**91.976**				

Passivo

f. Operações com resseguradoras

	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios de resseguro a liquidar (nota 6g)	26.562	64.079
Comissões sobre resseguro cedido	(2.956)	(6.474)
Adiantamentos de sinistros *(cash call)*	9.581	4.125
Total	**33.187**	**61.730**

g. Composição por resseguradora

Resseguradoras	Resultado de prêmios de resseguro cedidos (nota 23e) 31/12/2022	31/12/2021	Passivo prêmios de resseguro a liquidar (nota 6f) 31/12/2022	31/12/2021
Locais	29.746	73.867	21.741	50.346
Admitidas	6.285	18.078	3.927	13.601
Eventuais	207	31	894	131
Total	**36.238**	**91.976**	**26.562**	**64.079**

7. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

a. Títulos e créditos a receber

Composição	31/12/2022	31/12/2021
Ressarcimentos a receber	19.769	13.788
Ressarcimentos a receber estimados	12.137	17.877
Créditos a receber	11.973	3.554
Total	**43.879**	**35.219**

b. Ressarcimentos a receber estimados

	31/12/2022			31/12/2021		
Prazo	Expectativa de realização (1)	Desenvolvimento das efetivas realizações (2)	*Aging* (3)	Expectativa de realização (1)	Desenvolvimento das efetivas realizações (2)	*Aging* (3)
1 mês	–	–	2.499	–	–	1.423
2 meses	105	376	1.196	35	247	953
3 meses	258	786	1.143	143	605	622
4 meses	146	395	1.540	300	343	983
5 meses	192	438	1.236	403	449	728
6 meses	220	693	1.132	399	516	480
7 meses	257	996	1.158	513	603	786
8 meses	247	777	523	567	578	530
9 meses	296	960	491	419	694	569
10 meses	281	810	700	539	668	456
11 meses	285	792	542	367	673	276
12 meses	358	986	962	476	841	254
18 meses	1.572	4.025	1.482	2.635	3.135	1.021
24 meses	1.672	2.317	686	2.654	2.556	459
Acima de 24 meses	6.248	8.327	516	8.426	6.370	595
Total automóvel	**12.137**	**22.677**	**15.806**	**17.877**	**18.276**	**10.134**
Demais ramos	**–**	**2.175**	**3.963**	**–**	**2.443**	**3.655**
Total	**12.137**	**24.852**	**19.769**	**17.877**	**20.719**	**13.788**

(1) Refere-se a expectativa de prazo para realização dos ativos de direitos a ressarcimentos estimados reconhecidos no ativo na data-base, onde a realização refere-se ao tempo entre a liquidação do sinistro e a recuperação do ressarcimento. (2) Refere-se ao desenvolvimento das efetivas realizações dos ativos de direitos a ressarcimentos reconhecidos no ativo no ano anterior à data-base, onde a realização refere-se ao tempo entre a liquidação do sinistro e a recuperação do ressarcimento. (3) Refere-se ao detalhamento dos saldos de ressarcimentos a recuperar na data-base, considerando os prazos de permanência na conta.

c. Créditos tributários e previdenciários

Composição	31/12/2022	31/12/2021
Créditos de IRPJ/CSLL s/prejuízos fiscais e bases de cálculos negativas	88.288	73.416
Créditos de IRPJ/CSLL s/diferenças temporárias	27.615	17.307
Créditos de IRPJ/CSLL a compensar	13.044	11.695
Créditos de IRPJ/CSLL s/ajuste a valor de mercado	26.255	21.467
Créditos tributários de PIS e COFINS (1)	26.142	26.076
PIS e COFINS a recuperar	–	5.304
Outros créditos tributários	856	1.844
Total	**182.200**	**157.109**
Ativo circulante	**13.900**	**18.842**
Ativo não circulante	**168.300**	**138.267**

(1) Créditos tributários sobre a provisão de sinistros a liquidar.

d. Diferenças temporárias para fins de imposto de renda e contribuição social

Composição	31/12/2022		31/12/2021	
Origem das diferenças temporárias	Base de cálculo	Crédito Tributário	Base de cálculo	Crédito Tributário
Provisões administrativas	34.236	13.694	13.347	5.339
Provisões operacionais	12.572	5.029	8.875	3.550
Provisões fiscais e encargos sociais	11.733	4.693	9.950	3.980
Provisões para redução ao valor recuperável	10.497	4.199	11.096	4.438
Total	**69.038**	**27.615**	**43.268**	**17.307**

e. Movimentação de créditos tributários sobre as diferenças temporárias

	31/12/2022		31/12/2021	
	Diferenças temporárias	Prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas	Diferenças temporárias	Prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas
Saldo no início do exercício	**17.307**	**73.416**	**15.561**	**–**
Constituições	24.313	88.830	3.022	73.416
Reversões/Realizações	(14.005)	(73.959)	(1.276)	–
Saldo no final do exercício	**27.615**	**88.287**	**17.307**	**73.416**

f. Previsão de realização dos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas: A Companhia estima que o prazo de realização dos créditos tributários sobre as diferenças temporárias se dará da seguinte forma:

	31/12/2022	31/12/2021
Até 2 anos	16.048	6.453
5 a 10 anos	11.567	10.854
Total	**27.615**	**17.307**

A Companhia possui créditos de prejuízos fiscais passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros e a previsão de realização destes créditos está fundamentada por estudo técnico, conforme definido na Circular SUSEP nº 648/21. A Companhia estima que o prazo de realização dos créditos tributários será da seguinte forma: 32,8% em 2023, 32,4% em 2024, 34,7% em 2025.

8. OUTROS VALORES E BENS

a. Bens a venda

Composição	31/12/2022	31/12/2021
Salvados a venda	46.030	42.572
Despesas diretamente relacionadas à venda	(1.046)	(1.094)
Total	**44.984**	**41.478**

b. Movimentação de salvados

	31/12/2022	30/06/2021
Saldo no início do exercício	**41.478**	**45.459**
Adições e mudanças no valor provisionado	359.787	311.777
Baixas por venda	(356.281)	(315.758)
Saldo no final do exercício	**44.984**	**41.478**

c. Outros valores

Composição	31/12/2022	31/12/2021
Salvados não disponíveis para venda estimados	55.734	53.080
Almoxarifado	232	260
Total	**55.966**	**53.340**

***d. Aging* de salvados:**

	31/12/2022			31/12/2021		
Prazo	Expectativa de realização (1)	Desenvolvimento das efetivas realizações (2)	*Aging* (3)	Expectativa de realização (1)	Desenvolvimento das efetivas realizações (2)	*Aging* (3)
1 mês	–	–	23.169	62	–	24.350
2 meses	58	11.873	10.015	2.186	10.861	7.546
3 meses	749	16.536	4.289	3.797	21.382	4.179
4 meses	719	7.838	2.117	3.424	10.916	2.239
5 meses	1.015	4.035	1.859	2.865	6.584	931
6 meses	967	2.991	1.571	3.041	4.768	597
7 meses	847	2.464	1.113	2.739	3.233	288
8 meses	1.542	2.119	933	2.403	2.719	632
9 meses	1.096	1.873	548	1.848	2.003	746
10 meses	1.439	1.070	316	1.953	2.334	688
11 meses	1.225	1.263	68	1.742	1.661	220
12 meses	784	1.279	27	1.225	1.622	152
18 meses	8.506	5.000	–	7.323	10.231	–
24 meses	10.489	3.869	–	4.906	5.209	–
Acima de 24 meses	26.298	10.260	4	13.566	11.778	4
Total automóvel	**55.734**	**72.472**	**46.030**	**53.080**	**95.301**	**42.572**
Despesas com salvados à venda	**–**	**–**	**(1.046)**	**(1.094)**	**–**	**(1.094)**
Total automóvel	**55.734**	**72.472**	**44.984**	**51.986**	**95.301**	**41.478**

(1) Refere-se a expectativa de prazo para realização dos ativos de direitos a salvados estimados reconhecidos no ativo na data-base, onde a realização refere-se ao tempo entre a liquidação do sinistro e a venda do salvado. (2) Refere-se ao desenvolvimento das efetivas realizações dos ativos de direitos a salvados reconhecidos no ativo no ano anterior à data-base, onde a realização refere-se ao tempo entre a liquidação do sinistro e a venda do salvado. (3) Refere-se ao detalhamento dos saldos de salvados à venda na data-base, considerando os prazos de permanência na conta.

9. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

a. Composição

	31/12/2022	31/12/2021
Automóvel	351.020	339.816
Patrimonial	43.360	52.826
Transportes	1.459	1.332
Demais	21.905	13.543
Total	**417.744**	**407.517**
Ativo circulante	**414.932**	**405.133**
Ativo não circulante	**2.812**	**2.384**

Os custos de aquisição são compostos por comissões e vistorias prévias relativos a comercialização de planos de seguros. Os critérios de diferimento estão descritos na nota 3.15 e o prazo médio de apropriação é de 12 meses.

b. Movimentação

	31/12/2022				31/12/2021			
	Comissões s/prêmios	Comissões s/prêmios de RVNE	Outros custos de aquisição	Total	Comissões s/prêmios	Comissões s/prêmios de RVNE	Outros custos de aquisição	Total
Saldo no início do exercício	**386.484**	**8.135**	**12.898**	**407.517**	**370.388**	**4.656**	**14.611**	**389.655**
Constituições	747.517	6.225	1.768	755.510	738.653	6.611	7.532	752.796
Reversões/Baixas/Cancelamentos	(734.831)	(5.990)	(4.462)	(745.283)	(722.557)	(3.132)	(9.245)	(734.934)
Saldo no final do exercício	**399.170**	**8.370**	**10.204**	**417.744**	**386.484**	**8.135**	**12.898**	**407.517**
Ativo circulante				**414.932**				**405.133**
Ativo não circulante				**2.812**				**2.384**

10. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

a. Composição das participações societárias

Composição	Participação %	31/12/2022 Valor contábil	31/12/2021 Valor contábil
Santander Auto S.A.	50,0	30.778	20.593

b. Movimentação das participações societárias

Movimentação	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	**20.593**	**15.677**
Resultado do exercício	13.213	5.432
Juros sobre capital próprio	(1.259)	(681)
Dividendos do exercício	(1.879)	–
Ajustes de títulos e valores mobiliários	110	165
Saldo no final do exercício	**30.778**	**20.593**

11. ATIVO IMOBILIZADO

a. Composição do imobilizado

		31/12/2022			31/12/2021		
Composição	% depreciação a.a.	Custo de aquisição	Valor líquido de depreciações	Valor contábil	Custo de aquisição	Valor líquido de depreciações	Valor contábil
Equipamentos	20	68.755	(49.331)	19.424	64.640	(49.014)	15.626
Móveis, máquinas e utensílios	10	24.282	(13.140)	11.142	27.765	(14.642)	13.123
Veículos	10	1.272	(101)	1.171	–	–	–
Total de bens móveis		**94.309**	**(62.572)**	**31.737**	**92.405**	**(63.656)**	**28.749**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	39.816	(33.664)	6.152	43.611	(33.688)	9.923
Total de outras imobilizações		**39.816**	**(33.664)**	**6.152**	**43.611**	**(33.688)**	**9.923**
Total		**134.125**	**(96.236)**	**37.889**	**136.016**	**(97.344)**	**38.672**

b. Movimentação do imobilizado

Movimentação	Equipamentos	Móveis, máquinas e utensílios	Veículos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**18.539**	**15.334**	**–**	**15.735**	**49.608**
Adições	2.725	479	–	886	4.090
Baixas	(20)	(603)	–	(708)	(1.331)
Depreciações	(5.618)	(2.087)	–	(5.990)	(13.695)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**15.626**	**13.123**	**–**	**9.923**	**38.672**
Adições	9.000	378	1.272	2.133	12.783
Baixas	18	(536)	–	(712)	(1.230)
Depreciações	(5.220)	(1.823)	(101)	(5.192)	(12.336)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**19.424**	**11.142**	**1.171**	**6.152**	**37.889**

continua →★

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA HDI SEGUROS S.A. (Em milhares de reais)

12. INTANGÍVEL

a. Composição do intangível

Composição	% Amortização a.a.	31/12/2022 Custo de aquisição	31/12/2022 Valor líquido de amortização	31/12/2022 Valor contábil	31/12/2021 Custo de aquisição	31/12/2021 Valor líquido de amortização	31/12/2021 Valor contábil
Participação acionárias no país - ágio (1)	–	215.000	(38.522)	176.478	215.000	(38.522)	176.478
Desenvolvimento de sistemas	20	249.458	(109.107)	140.351	219.211	(78.596)	140.615
Total		**464.458**	**(147.629)**	**316.829**	**434.211**	**(117.118)**	**317.093**

b. Movimentação do intangível

Movimentação	Ágio (1)	Outros intangíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**176.478**	**118.317**	**294.795**
Adições	–	46.247	46.247
Amortização	–	(23.949)	(23.949)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**176.478**	**140.615**	**317.093**
Adições	–	30.433	30.433
Baixas	–	4	4
Amortizações	–	(30.701)	(30.701)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**176.478**	**140.351**	**316.829**

(1) Vide nota 3.7.1

13. OBRIGAÇÕES A PAGAR

Composição	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores	22.142	18.818
Honorários e remunerações a pagar	21.544	13.894
Participação nos lucros a pagar	–	7.633
Outros	971	204
Total	**44.657**	**40.549**

14. IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

Composição	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda retido na fonte	4.151	7.065
Imposto sobre serviços	3.495	3.021
IOF sobre prêmio de seguros	113.895	90.257
Contribuições previdenciárias	9.124	9.318
Outros	3.351	7.276
Total	**134.016**	**116.937**

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	31/12/2022	31/12/2021
COFINS	6.181	3.950
PIS	1.005	642
Total	**7.186**	**4.592**

16. DEPÓSITO DE TERCEIROS

Composição por data de recebimento	31/12/2022	31/12/2021
Até 30 dias	3.668	2.934
De 31 a 60 dias	250	873
De 61 a 90 dias	–	246
De 91 a 120 dias	–	243
De 121 a 150 dias	–	82
De 151 a 180 dias	–	48
Total	**3.918**	**4.426**

17. PROVISÕES TÉCNICAS

a. Composição

Composição	31/12/2022 Bruto de resseguro	31/12/2022 Parcela ressegurada	31/12/2022 Líquido de resseguro	31/12/2021 Bruto de resseguro	31/12/2021 Parcela ressegurada	31/12/2021 Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	2.313.859	11.944	2.301.915	1.981.619	18.938	1.962.681
Provisão de sinistros a liquidar	687.527	82.935	604.592	810.370	216.187	594.183
Provisões de sinistros administrativos e judiciais	748.624	82.935	665.689	869.426	216.187	653.239
Estimativa de salvados e ressarcidos	(61.097)	–	(61.097)	(59.056)	–	(59.056)
Provisão de despesas relacionadas	67.293	4.763	62.530	69.491	9.290	60.201
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	141.348	5.864	135.484	121.712	6.133	115.579
Provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados	153.402	13.810	139.592	145.553	11.293	134.260
Total do circulante e não circulante	**3.363.429**	**119.316**	**3.244.113**	**3.128.745**	**261.841**	**2.866.904**
Passivo circulante	**3.085.107**	**78.385**	**3.006.722**	**2.809.967**	**183.761**	**2.626.206**
Passivo não circulante	**278.322**	**40.931**	**237.391**	**318.778**	**78.080**	**240.698**

A provisão de prêmios não ganhos de resseguro está líquida dos custos de aquisição diferidos.

b. Abertura por ramo

Composição	Provisões técnicas brutas de resseguro 31/12/2022	Provisões técnicas brutas de resseguro 31/12/2021	Provisões técnicas líquidas de resseguro 31/12/2022	Provisões técnicas líquidas de resseguro 31/12/2021
Automóvel	2.875.931	2.528.327	2.871.836	2.524.585
Patrimonial	295.216	459.339	201.768	219.744
Rural	88.186	48.205	82.754	45.289
Transportes	44.671	38.870	40.630	33.534
Demais	59.425	54.004	47.125	43.752
Total	**3.363.429**	**3.128.745**	**3.244.113**	**2.866.904**

c. Movimentação

Movimentação	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de despesas relacionadas	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**1.867.116**	**611.755**	**65.073**	**82.318**	**159.258**	**2.785.520**
Constituição de provisões	3.700.073	–	3.097	48.730	25.439	3.777.339
Reversão de provisões	(3.585.570)	–	(2.614)	(4.666)	(39.144)	(3.631.994)
Sinistros avisados	–	2.937.586	–	–	–	2.937.586
Despesas de sinistros	–	–	101.908	–	–	101.908
Indenizações e despesas de sinistros pagos	–	(2.780.282)	(101.389)	–	–	(2.881.671)
Constituição da estimativa de salvados e ressarcidos	–	(11.457)	–	(5.104)	–	(16.561)
Reversão da estimativa de salvados e ressarcidos	–	21.343	–	434	–	21.777
Variação dos salvados não indenizados	–	(6.688)	–	–	–	(6.688)
Atualização monetária e juros	–	38.113	3.416	–	–	41.529
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**1.981.619**	**810.370**	**69.491**	**121.712**	**145.553**	**3.128.745**
Constituição de provisões	4.284.241	–	11.089	25.709	7.849	4.328.888
Reversão de provisões	(3.952.001)	–	(5.456)	(6.890)	–	(3.964.347)
Sinistros avisados	–	3.202.628	–	–	–	3.202.628
Despesas de sinistros	–	–	110.046	–	–	110.046
Indenizações e despesas de sinistros pagos	–	(3.352.043)	(118.392)	–	–	(3.470.435)
Constituição da estimativa de salvados e ressarcidos	–	(6)	–	(9)	–	(15)
Reversão da estimativa de salvados e ressarcidos	–	1.842	–	826	–	2.668
Variação dos salvados não indenizados	–	(3.878)	–	–	–	(3.878)
Atualização monetária e juros	–	28.614	515	–	–	29.129
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**2.313.859**	**687.527**	**67.293**	**141.348**	**153.402**	**3.363.429**
Passivo circulante						**3.085.107**
Passivo não circulante						**278.322**

d. Garantia das provisões técnicas

	31/12/2022	31/12/2021
Provisões técnicas	3.363.429	3.128.745
Ativos de resseguros redutores de:		
Provisão de prêmios não ganhos	(866)	(4.559)
Provisão de sinistros a liquidar	(82.935)	(216.187)
Provisão de despesas relacionadas	(4.763)	(9.290)
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(5.864)	(6.133)
Provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados	(13.810)	(11.293)
Direitos creditórios	(1.335.910)	(1.057.016)
Custos de aquisição diferidos redutores	(241.573)	(237.306)
Depósitos judiciais	(4.041)	(9.697)
Total a ser coberto (a)	**1.673.667**	**1.577.264**
Bens vinculados oferecidos para cobertura (b)	2.039.694	1.730.037
Ativos livres	113.270	154.039
Aplicações financeiras (nota 4a)	**2.152.964**	**1.884.076**
Excedente (b-a)	**366.017**	**306.812**

e. Desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o desenvolvimento das reavaliações estimadas dos sinistros já avisados ao longo dos anos até a sua liquidação em relação à sua estimativa inicial. A tabela de estimativas de sinistros demonstra na primeira linha o valor da estimativa inicial, registrada na provisão de sinistros a liquidar, e nas linhas subsequentes os valores das reavaliações ao longo dos anos. A tabela de pagamentos de sinistros demonstra os montantes liquidados em cada momento desde o registro da estimativa inicial na Companhia. A provisão de IBNER apresentada na tabela é atuarialmente constituída para dar cobertura ao desenvolvimento dos sinistros.

	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Provisão de sinistros a liquidar	840.929	744.184
(–) IBNER	(153.402)	(139.592)
Provisão de sinistros a liquidar (nota 17a)	**687.527**	**604.592**
(+) Estimativa de salvados	61.097	61.097
(–) Correção monetária e juros	(72.622)	(42.419)
(–) Sinistros a liquidar de retrocessão	(2.692)	(2.716)
Provisão de sinistros a liquidar *Large Losses* (1)	(37.065)	(7.805)
Provisão de sinistros a liquidar de anos anteriores a julho de 2017	(39.697)	(30.088)
Passivo apresentado na tabela de desenvolvimento de sinistros	**596.548**	**582.661**

(1) São considerados sinistros *Large Losses* aqueles que possuem baixa frequência e alta severidade, além de possuírem percentual significativo de resseguro

Sinistros avisados brutos de resseguro - Administrativos

Ano de Cadastro	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
No ano de cadastro	1.854.039	1.965.641	2.211.909	2.391.295	2.726.646	3.026.388	**3.026.388**
1 ano depois	1.880.699	2.007.284	2.255.099	2.425.516	2.783.434	–	**2.783.434**
2 anos depois	1.882.377	2.011.491	2.255.189	2.428.302	–	–	**2.428.302**
3 anos depois	1.883.534	2.012.595	2.256.472	–	–	–	**2.256.472**
4 anos depois	1.883.030	2.013.100	–	–	–	–	**2.013.100**
5 anos depois	1.883.354	–	–	–	–	–	**1.883.354**
Estimativa Acumulada na Data-Base	**1.883.354**	**2.013.100**	**2.256.472**	**2.428.302**	**2.783.434**	**3.026.388**	**14.391.050**
Diferenças entre Estimativas Finais e Iniciais	**29.315**	**47.459**	**44.563**	**37.007**	**56.788**	**–**	
Pagamentos Acumulados na Data-Base	**(1.881.451)**	**(2.012.142)**	**(2.254.733)**	**(2.427.301)**	**(2.774.160)**	**(2.570.304)**	**(13.920.091)**
Passivo Representado no Quadro	**1.903**	**958**	**1.739**	**1.001**	**9.274**	**456.084**	**470.959**

Sinistros avisados brutos de resseguro - Judiciais

Ano de Cadastro	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
No ano de cadastro	27.129	31.833	21.942	31.610	31.238	39.250	**39.250**
1 ano depois	42.642	41.335	48.058	51.999	62.103	–	**62.103**
2 anos depois	39.906	47.874	53.440	61.388	–	–	**61.388**
3 anos depois	42.611	50.040	58.524	–	–	–	**58.524**
4 anos depois	43.038	53.562	–	–	–	–	**53.562**
5 anos depois	44.080	–	–	–	–	–	**44.080**
Estimativa Acumulada na Data-Base	**44.080**	**53.562**	**58.524**	**61.388**	**62.103**	**39.250**	**318.907**
Diferenças entre Estimativas Finais e Iniciais	**16.951**	**21.729**	**36.582**	**29.778**	**30.865**	**–**	
Pagamentos Acumulados na Data-Base	**(37.396)**	**(40.525)**	**(40.247)**	**(34.042)**	**(27.768)**	**(13.340)**	**(193.318)**
Passivo Representado no Quadro	**6.684**	**13.037**	**18.277**	**27.346**	**34.335**	**25.910**	**125.589**

Sinistros avisados líquidos de resseguro - Administrativos

Ano de Cadastro	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
No ano de cadastro	1.846.124	1.955.970	2.194.296	2.335.520	2.691.038	3.002.516	**3.002.516**
1 ano depois	1.872.465	1.993.041	2.237.401	2.373.234	2.747.976	–	**2.747.976**
2 anos depois	1.873.450	1.996.186	2.237.496	2.378.480	–	–	**2.378.480**
3 anos depois	1.874.607	1.996.889	2.238.793	–	–	–	**2.238.793**
4 anos depois	1.873.969	1.997.273	–	–	–	–	**1.997.273**
5 anos depois	1.874.247	–	–	–	–	–	**1.874.247**
Estimativa Acumulada na Data-Base	**1.874.247**	**1.997.273**	**2.238.793**	**2.378.480**	**2.747.976**	**3.002.516**	**14.239.285**
Diferenças entre Estimativas Finais e Iniciais	**28.123**	**41.303**	**44.497**	**42.960**	**56.938**	**–**	
Pagamentos Acumulados na Data-Base	**(1.873.910)**	**(1.996.355)**	**(2.238.012)**	**(2.377.482)**	**(2.740.101)**	**(2.554.018)**	**(13.779.878)**
Passivo Representado no Quadro	**337**	**918**	**781**	**998**	**7.875**	**448.498**	**459.407**

Sinistros avisados líquidos de resseguro - Judiciais

Ano de Cadastro	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
No ano de cadastro	26.934	31.816	21.936	31.332	31.027	38.800	**38.800**
1 ano depois	42.443	41.269	47.952	51.309	60.739	–	**60.739**
2 anos depois	39.838	47.741	53.319	60.164	–	–	**60.164**
3 anos depois	42.239	49.837	58.322	–	–	–	**58.322**
4 anos depois	42.386	52.318	–	–	–	–	**52.318**
5 anos depois	43.219	–	–	–	–	–	**43.219**
Estimativa Acumulada na Data Base	**43.219**	**52.318**	**58.322**	**60.164**	**60.739**	**38.800**	**313.562**
Diferenças entre Estimativas Finais e Iniciais	**16.285**	**20.502**	**36.386**	**28.832**	**29.712**	**–**	
Pagamentos Acumulados na Data Base	**(36.599)**	**(39.474)**	**(40.166)**	**(33.647)**	**(27.349)**	**(13.073)**	**(190.308)**
Passivo Representado no Quadro	**6.620**	**12.844**	**18.156**	**26.517**	**33.390**	**25.727**	**123.254**

18. ATIVOS E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS

a. Composição

31/12/2022

Ativos de direito de uso	Custo	Depreciação acumulada	Total
Imóveis	99.797	(65.234)	**34.563**
Veículos	16.321	(14.522)	**1.799**
Total	**116.118**	**(79.756)**	**36.362**

Passivos de arrendamento	Total
Imóveis	**(33.970)**
Veículos	**(1.784)**
Total	**(35.754)**

31/12/2021

Ativos de direito de uso	Custo	Depreciação acumulada	Total
Imóveis	81.847	(48.545)	**33.302**
Veículos	14.876	(11.538)	**3.338**
Total	**96.723**	**(60.083)**	**36.640**

Passivos de arrendamento	Total
Imóveis	**30.580**
Veículos	**3.321**
Total	**33.901**

b. Movimentação

Ativos de direito de uso

	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**59.919**	**1.792**	**61.711**
Depreciação	(17.105)	(2.503)	**(19.608)**
Remensurações e adições	(9.512)	4.049	**(5.463)**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**33.302**	**3.338**	**36.640**
Depreciação	(14.667)	(3.191)	**(17.858)**
Remensurações e adições	15.928	1.652	**17.580**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**34.563**	**1.799**	**36.362**

Passivos de arrendamento

	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**62.182**	**1.724**	**63.906**
Remensurações e adições	(9.512)	4.049	**(5.463)**
Pagamentos	(22.918)	(2.538)	**(25.456)**
Juros apropriados	828	86	**914**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**30.580**	**3.321**	**33.901**
Remensurações e adições	15.928	1.652	**17.580**
Pagamentos	(15.797)	(3.368)	**(19.165)**
Juros apropriados	3.259	179	**3.438**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**33.970**	**1.784**	**35.754**

c. Passivos de arrendamento por vencimento

	31/12/2022 Imóveis	31/12/2022 Veículos	31/12/2022 Total	31/12/2021 Imóveis	31/12/2021 Veículos	31/12/2021 Total
Até 1 ano	8.593	1.645	**10.238**	11.166	2.259	**13.425**
De 1 até 3 anos	14.278	139	**14.417**	11.122	1.062	**12.184**
De 3 até 5 anos	9.454	–	**9.454**	7.376	–	**7.376**
acima de 5 anos	1.645	–	**1.645**	916	–	**916**
Total	**33.970**	**1.784**	**35.754**	**30.580**	**3.321**	**33.901**

19. TRIBUTOS DIFERIDOS

a. Composição

Tributos diferidos sobre:	31/12/2022	31/12/2021
Créditos tributários sobre diferenças temporárias - ativo não circulante	27.615	17.307
Créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases de cálculo negativa	88.287	73.416
Total dos ativos fiscais diferidos (a)	**115.902**	**90.723**
Tributos diferidos sobre a amortização do ágio de 2009 a 2015 (1)	70.591	70.591
Ajustes ao valor justo dos ativos disponíveis para venda	40	–
Tributos diferidos sobre efeitos da aplicação do CPC 06 - (IFRS16)	1.121	1.095
Total dos passivos fiscais diferidos (b)	**71.752**	**71.686**
Total de tributos diferidos líquido (a-b)	**44.150**	**19.037**

(1) Em atendimento ao requerido no CPC 32, a Companhia constituiu provisão de tributos diferidos sobre o montante do ágio amortizado fiscalmente.

20. PROVISÕES JUDICIAIS

a. Fiscais

Referem-se às seguintes discussões administrativas e judiciais: (a) auto de infração no montante de R$ 1.799 em razão da ausência de recolhimento de INSS, supostamente devidas sobre valores pagos a título de PLR; (b) ação judicial em Mandado de Segurança referente a incidência de INSS sobre verbas indenizatórias no montante de R$ 5.059; (c) auto de infração no montante de R$ 72.084 em razão da amortização de ágio nos exercícios de 2006 a 2008 (vide nota 3.7.1) e (d) cobrança de ISS supostamente devido de serviços prestados de Palmas no montante de R$ 2.978. O critério para a classificação da probabilidade, provável, possível e remoto é com base na avaliação de nossos assessores jurídicos. Foi constituída provisão para fazer frente aos processos com probabilidade provável de perda conforme descrito a seguir:

Probabilidade de perda	31/12/2022 Quantidade de processos	31/12/2022 Valor pleiteado	31/12/2022 Valor provisionado	31/12/2021 Quantidade de processos	31/12/2021 Valor pleiteado	31/12/2021 Valor provisionado
Provável	5	6.858	6.858	3	5.974	5.974
Possível	2	75.062	–	1	58.518	–
Total	**7**	**81.920**	**6.858**	**4**	**64.492**	**5.974**
			Valor depositado			**Valor depositado**
Depósitos judiciais			**29**			**27**

b. Trabalhistas

Referem-se a processos de natureza trabalhista que se encontram em diversas fases de tramitação. O critério para a classificação da probabilidade, provável, possível e remoto é com base na avaliação de nossos assessores jurídicos. Foi constituída provisão para fazer frente aos processos com probabilidade provável de perda, conforme descrito a seguir:

Probabilidade de perda	31/12/2022 Quantidade de processos	31/12/2022 Valor pleiteado	31/12/2022 Valor provisionado	31/12/2021 Quantidade de processos	31/12/2021 Valor pleiteado	31/12/2021 Valor provisionado
Provável	37	8.572	12.589	53	9.049	12.483
Possível	1	408	–	1	400	–
Total	**38**	**8.980**	**12.589**	**54**	**9.449**	**12.483**
			Valor depositado			**Valor depositado**
Depósitos judiciais			**4.214**			**3.875**

c. Cíveis

Referem- se a processos movidos por segurados ou terceiros reivindicando o pagamento de sinistros sem cobertura nas respectivas apólices ou por outros motivos não relacionados a sinistros. O critério para a classificação da probabilidade, provável, possível e remoto é com base na avaliação de nossos assessores jurídicos. Foi constituída provisão para fazer frente aos processos com probabilidade provável de perda, conforme descrito a seguir:

Probabilidade de perda	31/12/2022 Quantidade de processos	31/12/2022 Valor pleiteado	31/12/2022 Valor provisionado	31/12/2021 Quantidade de processos	31/12/2021 Valor pleiteado	31/12/2021 Valor provisionado
Provável	112	2.161	3.018	170	3.010	3.635
Possível	1.582	19.891	–	1.333	20.246	–
Total	**1.694**	**22.052**	**3.018**	**1.503**	**23.256**	**3.635**
			Valor depositado			**Valor depositado**
Depósitos judiciais			**489**			**745**

d. Movimentação das provisões judiciais

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**4.720**	**11.402**	**3.963**	**20.085**
Constituições	4.075	1.856	4.460	10.392
Reversões	(2.689)	(834)	(2.400)	(5.923)
Atualização monetária	56	1.427	352	1.835
Baixas por pagamento	(188)	(1.368)	(2.740)	(4.296)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**5.975**	**12.483**	**3.635**	**22.093**
Constituições	785	338	7.187	8.310
Reversões	(27)	(1.026)	(4.277)	(5.330)
Atualização monetária	125	961	1.069	2.155
Baixas por pagamento	–	(167)	(4.596)	(4.763)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**6.858**	**12.589**	**3.018**	**22.465**
Saldos em 31 de dezembro de 2022 de depósitos judiciais e fiscais	**29**	**4.214**	**489**	**4.732**
Saldos em 31 de dezembro de 2021 de depósitos judiciais e fiscais	**27**	**3.875**	**745**	**4.647**

continua→★

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA HDI SEGUROS S.A. (Em milhares de reais)

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O capital social no montante de R$ 1.074.624, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 85.205 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A seguir apresentamos a movimentação no período:

	31/12/2022	
	Quantidade de ações	Capital Social
Posição em 31 de dezembro de 2021	**64.175**	**755.043**
Aumento de capital em aprovação conforme AGE 18/03/2022	9.701	151.470
Aumento de capital em aprovação conforme AGE 25/05/2022	11.329	168.111
Posição em 31 de dezembro de 2022	**85.205**	**1.074.624**

b. Reserva legal

Constituída na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para compensação de prejuízos ou para aumento de capital social.

c. Reserva de retenção de lucros

Refere-se à soma das parcelas não distribuídas do resultado segundo deliberação dos acionistas de forma a manter a companhia capitalizada e atender às exigências de capital.

d. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

22. RAMOS DE ATUAÇÃO

	Prêmio ganho		% de Sinistralidade		% Despesa de comercialização	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Automóvel	3.433.218	3.074.142	75,7	71,3	18,7	19,9
Patrimonial	295.192	356.127	62,2	85,3	31,6	30,8
Transportes	102.494	78.587	57,1	62,1	26,4	26,2
Demais	163.710	102.748	47,6	56,1	30,0	30,8
Total	**3.994.614**	**3.611.604**	**73,1**	**72,1**	**20,3**	**21,5**

23. DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADOS

	31/12/2022	31/12/2021
a. Sinistros ocorridos	**(2.919.649)**	**(2.603.714)**
Indenizações avisadas	(3.201.460)	(2.937.707)
Serviços de assistência	(14.455)	(16.121)
Despesas de sinistro	(115.679)	(102.394)
Recuperação de sinistros	(334)	141
Salvados e ressarcimentos	444.687	439.351
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(18.819)	(44.064)
Variação da provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados	(7.849)	13.704
Variação da estimativa de salvados - PSL	(4.923)	38.706
Variação da estimativa de salvados - IBNR	(817)	4.670
b. Custos de aquisição	**(810.777)**	**(775.112)**
Comissões	(778.821)	(750.476)
Outras despesas de comercialização	(42.332)	(42.648)
Variação dos custos de aquisição diferidos	10.243	17.907
Recuperação de comissões	133	105
c. Outras receitas e despesas operacionais	**(21.956)**	**(23.883)**
Despesas com emissão de apólices	(878)	(1.422)
Despesas técnicas com análise de riscos	(18.036)	(15.404)
Contingências cíveis	(5.840)	(4.014)
Encargos sociais sobre comissões	(1.774)	(1.922)
Processamento de dados do seguro habitacional	–	(980)
Redução ao valor recuperável	767	(1.389)
Outras receitas e despesas	3.805	1.248
d. Receita com resseguro	**27.697**	**149.036**
Recuperações de indenizações de sinistros (nota 6d)	23.549	146.528
Recuperações de despesas com sinistros	4.417	1.848
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(269)	269
Participação nos lucros	–	391
e. Despesa com resseguro	**(38.947)**	**(93.797)**
Prêmios de resseguros cedidos (nota 6e)	(36.238)	(91.976)
Comissão sobre prêmios de resseguros cedidos	4.285	13.945
Variação da despesa de resseguro	(6.994)	(15.766)
Resultado com resseguro	**(11.250)**	**55.239**
f. Despesas administrativas	**(518.101)**	**(467.541)**
Pessoal próprio	(297.222)	(255.250)
Serviços de terceiros	(156.891)	(131.318)
Localização e funcionamento	(81.584)	(70.515)
Publicidade e propaganda	(10.197)	(8.453)
Contribuições e donativos	(811)	(1.009)
Outras despesas administrativas	28.604	(996)
g. Despesas com tributos	**(72.724)**	**(56.583)**
Impostos federais	(1.686)	(1.824)
Pis e Cofins	(64.822)	(49.220)
Outras despesas	(6.216)	(5.539)
h. Receitas financeiras	**370.441**	**195.674**
Rendimento financeiro - Valor justo por meio do resultado	155.407	24.760
Rendimento financeiro - Disponíveis para venda	130.965	88.404
Rendimento financeiro - Mantidos até o vencimento	13.291	13.568
Operações de seguros	67.484	67.976
Outras receitas financeiras	3.294	966
i. Despesas financeiras	**(80.369)**	**(80.350)**
Instrumentos financeiros - Valor justo por meio do resultado	(9.110)	(288)
Operações de seguros	(42.965)	(53.392)
Tarifas bancárias	(24.497)	(24.652)
Outras despesas financeiras	(3.797)	(2.018)
Resultado financeiro	**290.072**	**115.324**
j. Resultado patrimonial	**13.057**	**5.432**
Resultado de equivalencia patrimonial	13.057	5.432

24. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia é patrocinadora de um plano de previdência aos seus funcionários e diretores na modalidade contribuição definida - Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL). As contribuições aportadas ao plano somaram R$ 5.564 (R$ 6.150 em 2021). Além desse benefício, a Companhia também oferece aqueles descritos na nota 3.11. O montante dos benefícios pagos em 2022, incluindo as contribuições ao plano PGBL mencionadas anteriormente, totalizaram R$ 48.454 (R$ 27.039 em 2021).

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O resultado fiscal foi apurado conforme demonstrado a seguir:

	Imposto de renda		Contribuição social	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes dos impostos e participações	**(57.703)**	**(140.564)**	**(57.703)**	**(140.564)**
Juros sobre o capital próprio	–	(51.107)	–	(51.107)
Participações sobre o lucro	–	(6.918)	–	(6.918)
Constituição de provisão de participações sobre o lucro	7.638	(6.918)	–	(6.918)
Reversão da provisão de participações sobre o lucro	(7.638)	–	–	–
Resultado antes da tributação sobre o prejuízo	**(57.703)**	**(198.589)**	**(57.703)**	**(198.589)**
Adições e exclusões temporárias	28.287	4.489	26.988	4.489
Adições e exclusões permanentes	(4.169)	19.478	(12.457)	(4.300)
Prejuízo fiscal do exercício	**(33.584)**	**(174.622)**	**(43.172)**	**(198.400)**
Tributos calculados pelas alíquotas oficiais (nota 3.12) (1)	8.396	43.656	6.476	29.760
Incentivos fiscais	6.523	3.293	3.719	1.976
Encargos sobre o prejuízo do exercício (2)	**14.919**	**46.949**	**10.195**	**31.736**

(1) A Lei nº 14.446/22 aumentou de 15% para 16% a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido no período entre agosto e dezembro de 2022 (em 2021 a Lei nº 14.183/21 aumentou de 15% para 20% entre julho e dezembro de 2021).

(2) A alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social é de 43,53% (55,98% em 2021).

26. PARTES RELACIONADAS

a. As transações com empresas que estão sob o controle societário do Grupo Talanx, são realizadas em condições comutativas a preços, prazos e taxas normais de mercado sendo efetuadas em condições semelhantes às que seriam aplicadas entre partes não relacionadas, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 05. As transações estão demonstradas a seguir:

	31/12/2022					31/12/2021				
	HGSE (2)	HR (3)	HGN (4)	Global (5)	STA (6)	HGSE (2)	HR (3)	HGN (4)	Global (5)	STA (6)
Ativo circulante	**4**	**14.808**	**3.639**	**1.698**	**3.061**	**465**	**24.663**	**5.530**	**628**	**1.227**
Créditos das operações com seguros e resseguros	**–**	**5.097**	**142**	**191**	**–**	**410**	**2.596**	**141**	**191**	**–**
Custo de aquisição diferido de cosseguro aceito	–	–	–	191	–	–	–	–	191	–
Sinistros liquidados a recuperar com resseguradores	–	5.097	142	–	–	410	2.596	141	–	–
Outros créditos operacionais	**–**	**168**	**1**	**1.507**	**3.061**	**52**	**147**	**2**	**437**	**1.227**
Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas	**4**	**9.543**	**3.496**	**–**	**–**	**3**	**21.920**	**5.387**	**–**	**–**
Passivo circulante	**–**	**(2.083)**	**–**	**(90)**	**–**	**–**	**(4.010)**	**–**	**(512)**	**–**
Débitos de operações com seguros e resseguros	**–**	**(2.083)**	**–**	**(90)**	**–**	**–**	**(4.010)**	**–**	**(512)**	**–**
Provisão de sinistros a liquidar cosseguro aceito	–	–	–	–	–	–	–	–	(438)	–
Prêmio de resseguro a liquidar	–	(2.083)	–	(16)	–	–	(4.010)	–	–	–
Outros	–	–	–	(74)	–	–	–	–	(74)	–

	31/12/2022						31/12/2021				
	TAM (1)	HGSE (2)	HR (3)	HGN (4)	Global (5)	STA (6)	HGSE (2)	HR (3)	HGN (4)	Global (5)	STA (6)
Resultado do exercício	**(29)**	**(3)**	**(1.755)**	**(927)**	**15.144**	**9.668**	**(78)**	**7.442**	**2.369**	**6.629**	**12.935**
Prêmios de resseguros cedidos	–	–	(3.515)	–	–	–	–	(6.282)	–	–	–
Variação das provisões técnicas	–	–	(855)	20	(5)	–	25	(1.142)	(35)	17	–
Indenizações de cosseguro aceito	–	–	–	–	(62)	–	–	–	–	466	–
Recuperação de indenização de sinistros ocorridos	–	(3)	2.063	40	–	–	(112)	13.062	1.901	–	–
Recuperação de despesas de sinistros	–	–	217	9	–	–	1	128	(3)	–	–
Recuperação de provisão de sinistros	–	–	71	(1.042)	–	–	–	(98)	506	–	–
Recuperação de custo de aquisição	–	–	450	–	–	–	–	1.541	–	–	–
Recuperação de despesas administrativas	–	–	–	–	15.211	9.668	–	–	–	6.146	12.935
Despesas/receitas financeiras	(29)	–	(186)	46	–	–	9	232	–	–	–

1. Talanx Asset Management GmbH - gestão de investimentos; 2. HDI Global SE - cessão de resseguro; 3. Hannover Rückversicherung AG - cessão de resseguro; 4. HDI Global Network AG - cessão de resseguro; 5. HDI Global Seguros S.A. - compartilhamento de despesas administrativas; 6. Santander Auto S.A. - compartilhamento de despesas administrativas.

b. Administradores - os benefícios pagos aos administradores totalizaram R$ 14.073 (R$ 28.628 em 2021) e estão registrados na rubrica "Despesas com pessoal próprio" no grupo "Despesas administrativas". É garantido aos administradores o pagamento de 12 meses de benefícios em caso de desligamento. Os Administradores não recebem remuneração baseada em ações.

27. GERENCIAMENTO DE RISCO

A Companhia está exposta a riscos classificados entre risco de seguro ou risco de subscrição; risco financeiro, sendo este composto por risco de crédito, liquidez e mercado; e risco operacional, provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos. A estratégia de gestão de riscos da Companhia deriva de sua estratégia de negócios e de sua capacidade de suportar riscos (nível de solvência). De acordo com a natureza e materialidade de cada risco a Companhia exerce seu gerenciamento, e de forma integrada monitora o valor dos seus negócios. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O mercado de seguros tem sido cada vez mais volátil, complexo e competitivo, com isso as práticas de gestão de riscos têm evoluído para uma visão mais alinhada a esse cenário. A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos se utilizado de forma mais abrangente e compreensiva, integrando o Conselho, Executivos e *Stakeholders*, irá auxiliar a Companhia a obter uma vantagem competitiva. A estratégia de gestão de risco deriva da estratégia de negócio e conta com a participação dos diversos níveis organizacionais da Companhia de acordo com a responsabilidade atribuída a cada cargo, com base em políticas e responsabilidades de acordo com a complexidade dos produtos, serviços, processos operacionais e sistemas da Companhia. Participam deste processo desde a alta administração até as diversas áreas de negócios e produtos que atuam como a primeira linha de defesa na identificação, avaliação, mensuração, tratamento e monitoramento desses riscos. Também faz parte da estrutura uma área de gestão de riscos e conformidade que tem a responsabilidade de atuar como a segunda linha de defesa, monitorando a exposição da Companhia a riscos. Conforme o Estatuto Social da Companhia, foram estabelecidos os seguintes comitês: • Comitê de Auditoria: órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração e que funcionará, conforme expressamente permitido pela regulamentação aplicável, também como seu Comitê de Riscos para os fins da Resolução CNSP nº 416/21. Possui como objetivo, dentre outros, avaliar a efetividade e acompanhar o trabalho da auditoria interna e externa, bem como revisar as demonstrações financeiras. As fragilidades identificadas são encaminhadas na forma de recomendações à Diretoria. O Comitê de Auditoria também assessora o Conselho de Administração na supervisão da Estrutura de Gestão de Riscos, como previsto na legislação vigente. • Comitê de Compensação: órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que revisa e propõe a remuneração dos membros da Diretoria Executiva. Adicionalmente, o Conselho da Administração se reúne periodicamente com o Presidente e os Vice-Presidentes para acompanhar a implementação da estratégia e fazer correções táticas necessárias. Essa reunião tem caráter executivo, ou seja, são discutidos os resultados da Companhia e assuntos relevantes para a tomada de decisões, que incluem também a Gestão de Riscos, quando há a necessidade de alinhar medidas entre o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. A Companhia possui Comitês Executivos que auxiliam a Diretoria Executiva na gestão de riscos, sendo eles: • Comitê de Governança e Privacidade: tem como objetivo discutir, avaliar, recomendar e deliberar, de forma colegiada, sobre as atividades relacionadas a compliance, gestão de riscos, controles internos, auditoria interna e privacidade. • Comitê Financeiro e Operacional: tem como objetivo discutir, avaliar, recomendar e deliberar, de forma colegiada, sobre as atividades relacionadas a operação, financeira e atuarial. • Comitê Comercial, Produtos e Relacionamento com Cliente: tem como objetivo discutir, avaliar, recomendar e deliberar, de forma colegiada, sobre as atividades relacionadas ao produtos, área comercial e relacionamento com clientes. • Comitê de *Marketing* e Digital: tem como objetivo discutir, avaliar, recomendar e deliberar, de forma colegiada, sobre as atividades relacionadas ao marketing e canais digitais da Companhia. • Comitê de Tecnologia e Segurança da Informação: tem como objetivo discutir, avaliar, recomendar e deliberar, de forma colegiada, sobre as atividades relacionadas a tecnologia e segurança da informação. • Comitê PMO: tem como objetivo discutir, avaliar, recomendar e deliberar, de forma colegiada, sobre os principais projetos acompanhados pela estrutura de PMO. • Comitê de Pessoas e ESG: tem como objetivo discutir, avaliar, recomendar e deliberar, de forma colegiada, sobre as atividades relacionadas a recursos humanos e temas de ESG. **Gestão de risco de seguro/subscrição:** A Companhia define como risco de seguro o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante. Dentro do risco de seguro, destaca-se também o risco de subscrição que gera uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da Companhia em relação à sua política de subscrição ou a estimativa de suas provisões. O risco de seguro, que inclui o risco de subscrição resulta principalmente de: • Flutuações na frequência e severidade das indenizações de sinistros em relação às expectativas previstas. • Precificação ou subscrição inadequada de riscos. • Políticas de resseguro ou técnicas de transferência de riscos inadequadas. • Provisões técnicas inadequadas. **Estratégia de subscrição:** O elemento-chave da política de subscrição é a avaliação de riscos, que está baseada na definição dos riscos por meio de análise de perfis, histórico das carteiras e outras variáveis. O principal segmento de gestão de riscos de seguros é o de seguros de danos, notadamente o de automóveis. A estratégia de subscrição visa diversificar, de forma padronizada, as operações de seguros para assegurar o balanceamento da carteira e o atendimento às necessidades dos clientes. Baseia-se no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de volatilidade nos resultados e severidade dos sinistros. A Companhia mantém um controle estrito de suas regras de subscrição com intensa utilização de tecnologia para garantir a adequada seleção dos riscos. O monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento da performance de cada produto bem como possibilita avaliar a eventual necessidade de alterações. A Auditoria Atuarial Independente, que é realizada anualmente conforme determinações da Resolução CNSP nº 432/21 e normas complementares, e o teste de adequação dos passivos, possibilitam averiguar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas, considerando as premissas mínimas determinadas pelo órgão regulador - SUSEP. **Estratégia de resseguro:** Como forma de diluir e homogeneizar a responsabilidade na aceitação dos riscos subscritos pela Companhia foi definida a política de resseguro, que é revisada, no mínimo, semestralmente. As diretrizes de resseguro contêm os riscos a ressegurar (limites de retenção e aceitação por ramo e produtos), critério de escolha das resseguradoras e parâmetros de distribuição de resseguros. Os contratos de resseguros firmados consideram condições proporcionais e não proporcionais, de forma a reduzir a exposição aos riscos isolados e aos riscos de natureza catastrófica, além das colocações de riscos facultativos para gerenciamento do risco de severidade. Cabe destacar que as retenções fixadas em contratos de resseguro são iguais ou inferiores aos limites de retenção calculados de acordo com a legislação vigente. **Concentração de riscos:** A tabela a seguir apresenta as importâncias seguradas por região onde a Companhia opera. Particularmente em seguros de automóveis, são contratadas coberturas de resseguro para mitigar o risco de concentração, considerando as localidades com maior penetração e acúmulo de unidades em exposição.

Riscos de danos e pessoas	31/12/2022	31/12/2021
Sul	568.606.353	607.636.403
Sudeste	247.171.223	275.864.006
Centro-Oeste	67.595.971	75.815.527
Nordeste	38.480.593	46.916.437
Norte	12.696.180	16.966.099
Total geral	**934.550.320**	**1.023.198.473**

Prêmios de seguros por região

	Prêmios emitidos		Prêmios resseguros cedidos		Prêmios retidos	
Riscos de danos	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Sul	2.087.393	1.805.971	10.686	48.153	2.076.707	1.757.818
Sudeste	1.446.253	1.226.299	17.440	29.838	1.428.813	1.196.461
Centro-Oeste	370.322	322.639	5.143	6.266	365.179	316.373
Nordeste	298.897	262.887	1.987	5.773	296.910	257.114
Norte	94.456	91.953	530	1.773	93.926	90.180
Total	**4.297.321**	**3.709.749**	**35.786**	**91.803**	**4.261.535**	**3.617.946**
	Prêmios emitidos		Prêmios resseguros cedidos		Prêmios retidos	
Riscos de pessoas	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Sul	18.180	10.294	350	328	17.830	9.966
Sudeste	8.829	5.113	67	(175)	8.762	5.288
Centro-Oeste	1.386	454	20	10	1.366	444
Nordeste	803	235	9	6	794	229
Norte	401	132	6	4	395	128
Total	**29.599**	**16.228**	**452**	**173**	**29.147**	**16.055**
Total geral	**4.326.920**	**3.725.977**	**36.238**	**91.976**	**4.290.682**	**3.634.001**

Sensibilidade do risco de seguro: A Companhia efetua análise de sensibilidade da sinistralidade considerando cenários (otimista e pessimista) com base na sinistralidade histórica. A tabela abaixo apresenta o efeito no resultado líquido de imposto em função da variação de um ponto percentual na sinistralidade, apurado na data-base do balanço:

Bruto de resseguro

Ramos de atuação	Redução de um ponto percentual (efeito líquido de impostos)	Aumento de um ponto percentual (efeito líquido de impostos)
Automóvel	34.332	(34.332)
Patrimonial	2.952	(2.952)
Outros	2.662	(2.662)
Total	**39.946**	**(39.946)**

Líquido de resseguro

Ramos de atuação	Redução de um ponto percentual (efeito líquido de impostos)	Aumento de um ponto percentual (efeito líquido de impostos)
Automóvel	34.306	(34.306)
Patrimonial	2.644	(2.644)
Outros	2.519	(2.519)
Total	**39.469**	**(39.469)**

Especificamente no ramo de automóveis, além do rigor na subscrição, a Companhia utiliza modelos estatísticos para precificação levando em conta diversos fatores: veículo, ano, modelo, região de circulação, bem como as variáveis relacionadas ao perfil de risco dos condutores. **Gestão de risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Companhia saldar seus compromissos, quanto aos sacrifícios ocasionados na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A carteira de investimentos da Companhia segue a política de investimentos aprovada pelo Conselho de Administração, visando atender todas as obrigações regulatórias e a manutenção da liquidez em níveis mínimos necessários para o pagamento das obrigações da Companhia sob qualquer circunstância. A gestão dos ativos e passivos permite apontar com antecedência estratégias de investimentos para otimizar o resultado da carteira bem como manter os recursos necessários para honrar as obrigações da Companhia, inclusive indicando novos aportes de capital, se necessário. A tabela a seguir apresenta todos os ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia classificados segundo o fluxo contratual de caixa não descontado. Os passivos de seguros estão alocados no tempo segundo a melhor expectativa quanto à data de liquidação destas obrigações, levando em consideração o histórico de liquidação de sinistros e o período de expiração do risco dos contratos de seguro.

continua→★

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA HDI SEGUROS S.A. (Em milhares de reais)

Fluxos de caixa contratuais não descontados

31/12/2022	Vencidos	0 - 3 meses Sem vencimento definido	3 - 6 meses	6- 9 meses	9 -12 meses	1 - 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	**–**	**953.588**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**953.588**
Títulos de renda fixa privados	–	18.157	–	–	–	–	–	**18.157**
Quotas de fundos de investimento	–	760.229	–	–	–	–	–	**760.229**
Fundo de investimento em participações	–	170.998	–	–	–	–	–	**170.998**
Ações		4.204	–	–	–	–	–	**4.204**
Ativos financeiros disponíveis para venda	**–**	**5.129**	**24.209**	**72.560**	**37.269**	**430.012**	**547.359**	**1.116.538**
Títulos de renda fixa privados	–	5.022	–	20.714	37.269	225.324	66.027	**354.356**
Títulos de renda fixa públicos	–	107	24.209	51.846	–	204.688	481.332	**762.182**
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**82.838**	**–**	**82.838**
Título de renda fixa público	–	–	–	–	–	82.838	–	82.838
Créditos das operações com seguros e resseguros	**140.594**	**720.748**	**647.975**	**177.217**	**5.906**	**–**	**–**	**1.692.440**
Prêmios a receber de segurados	140.594	696.596	633.075	167.002	–	–	–	**1.637.267**
Valores a receber congêneres	–	6.982	–	–	–	–	–	**6.982**
Valores a receber resseguradoras	–	17.170	14.900	10.215	5.906	–	–	**48.191**
Outros créditos operacionais	**–**	**8.092**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**8.092**
Ativos de resseguro - provisões técnicas	**–**	**27.927**	**24.235**	**16.615**	**9.608**	**29.639**	**11.292**	**119.316**
Outros Valores e Bens	**–**	**100.950**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**100.950**
Depósitos judiciais e fiscais	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**9.520**	**9.520**
Caixa e equivalentes de caixa	**–**	**17.232**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**17.232**
Total dos ativos financeiros	**140.594**	**1.833.666**	**696.419**	**266.392**	**52.783**	**542.489**	**568.171**	**4.100.514**
Provisões técnicas	**–**	**1.099.166**	**953.861**	**653.939**	**378.141**	**201.536**	**76.786**	**3.363.429**
Outros débitos - provisões judiciais	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**22.465**	**22.465**
Passivos financeiros	**–**	**264.755**	**47.991**	**32.901**	**19.025**	**71.752**	**–**	**436.424**
Contas a pagar	–	205.536	–	–	–	71.752	–	**277.288**
Débitos das operações com seguros e resseguros	–	55.301	47.991	32.901	19.025	–	–	**155.218**
Depósitos de terceiros	–	3.918	–	–	–	–	–	**3.918**
Total dos passivos financeiros	**–**	**1.363.921**	**1.001.852**	**686.840**	**397.166**	**273.288**	**99.251**	**3.822.318**

Fluxos de caixa contratuais não descontados

31/12/2021	Vencidos	0 - 3 meses Sem vencimento definido	3 - 6 meses	6 - 9 meses	9 -12 meses	1 - 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	**–**	**412.531**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**412.531**
Títulos de renda fixa privados	–	2.953	–	–	–	–	–	**2.953**
Quotas de fundos de investimento abertos	–	336.859	–	–	–	–	–	**336.859**
Fundo de investimento em participações	–	71.705	–	–	–	–	–	**71.705**
Derivativos		1.014	–	–	–	–	–	**1.014**
Ativos financeiros disponíveis para venda	**–**	**48.168**	**44.298**	**429.062**	**75.151**	**308.250**	**448.971**	**1.353.900**
Títulos de renda fixa privados	–	47.797	3.118	309.248	50.941	76.740	165.710	**653.554**
Títulos de renda fixa públicos	–	371	41.180	119.814	24.210	231.510	283.261	**700.346**
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	**–**	**–**	**–**	**38.690**	**–**	**78.955**	**–**	**117.645**
Título de renda fixa público	–	–	–	38.690	–	78.955	–	117.645
Créditos das operações com seguros e resseguros	**98.854**	**618.646**	**497.283**	**120.657**	**–**	**4**	**–**	**1.335.443**
Prêmios a receber de segurados	93.037	574.990	497.283	120.657	–	4	–	**1.285.971**
Valores a receber congêneres	–	3.573	–	–	–	–	–	**3.573**
Valores a receber resseguradoras	5.817	40.083	–	–	–	–	–	**45.899**
Outros créditos operacionais	**–**	**5.889**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**5.889**
Ativos de resseguro - provisões técnicas	**–**	**70.592**	**53.674**	**37.490**	**22.005**	**47.765**	**30.315**	**261.841**
Outros Valores e Bens	**–**	**94.818**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**94.818**
Depósitos judiciais e fiscais	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**22.687**	**22.687**
Caixa e equivalentes de caixa	**–**	**36.144**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**36.144**
Total dos ativos financeiros	**98.854**	**1.286.788**	**595.255**	**625.899**	**97.156**	**434.974**	**501.973**	**3.640.898**
Provisões técnicas	**–**	**1.047.367**	**817.360**	**589.177**	**356.063**	**165.859**	**152.919**	**3.128.745**
Outros débitos - provisões judiciais	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**24.782**	**24.782**
Passivos financeiros	**–**	**256.297**	**51.607**	**35.787**	**21.005**	**71.686**	**–**	**436.382**
Contas a pagar	–	184.860	–	–	–	71.686	–	**256.546**
Débitos das operações com seguros e resseguros	–	67.384	51.234	35.787	21.005	–	–	**175.410**
Depósitos de terceiros	–	4.053	373	–	–	–	–	**4.426**
Total dos passivos financeiros	**–**	**1.303.664**	**868.967**	**624.964**	**377.068**	**237.545**	**177.701**	**3.589.909**

Risco de mercado

Risco de mercado está associado a perdas potenciais advindas de variações em preços de ativos financeiros, taxas de juros, moedas e índices. A Companhia estabelece através de políticas, os limites, processos e uso de ferramentas que viabilizam a gestão do risco de mercado. Os cálculos de risco de mercado são mensurados com base em cenários de stress e na metodologia de *Value at Risk* (VaR), assim os resultados obtidos permitem o monitoramento dos impactos desse risco e a sua mitigação. O VaR do Portfolio de Investimentos é de R$ 138,4 milhões ou 6,41% (R$ 133,66 milhões ou 7,10% em dezembro de 2021) do total de aplicações para horizonte de tempo de 1 ano e intervalo de confiança de 99%. A resultado do teste de stress, nos cenários dados pela B3, é de R$ 53,9 milhões, ou 2,50% (R$ 38,2 milhões ou 2,02% em dezembro de 2021) do total das aplicações. **Sensibilidade à taxa de juros:** Para análise de sensibilidade verificamos o resultado da carteira com a oscilação da taxa básica do fator de risco em 100 *basis points*, os quais são demonstrados a seguir para posição em 31 de dezembro de 2022:

Posição	Exposição em milhares de R$	Cenário	Efeito Líquido de Impostos
Cupom de IPCA	422.445	elevação de 100 bps	(16.847)
		redução de 100 bps	16.847
Pré-fixado	687.627	elevação de 100 bps	(14.564)
		redução de 100 bps	14.564
Cupom de TR	386	elevação de 100 bps	(2)
		redução de 100 bps	2
Cupom de Dólar	784	elevação de 100 bps	(47)
		redução de 100 bps	47
Selic	130.951	elevação de 100 bps	(4.164)
		redução de 100 bps	4.164

Limitações da análise de sensibilidade: Os quadros demonstrados nessa seção apresentam o efeito de uma mudança importante em algumas premissas, enquanto outras permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares; impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados. As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e os passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. À medida que os mercados de investimentos se movimentam, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Companhia de possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica. **Gestão de risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou emissor de um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. No que se refere a ativos financeiros, a Companhia monitora o cumprimento da política de risco de crédito para garantir que os limites ou determinadas exposições a esse risco não sejam excedidos. Esse monitoramento é realizado sobre os ativos financeiros, de forma individual e coletiva, que compartilham riscos similares e levam em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. Limites de risco de crédito dos ativos financeiros são determinados com base no *rating* de crédito do emissor emitido pelas agências avaliadoras de risco, para garantir que a exposição global ao risco de crédito seja gerenciada e controlada dentro das políticas estabelecidas. A exposição máxima de risco de crédito originado de prêmios a serem recebidos de segurados é substancialmente reduzida (e considerada baixa). A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos. Nos ramos de riscos a decorrer, a cobertura de sinistros pode ser cancelada caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados na data de vencimento. Já nos ramos de risco decorridos a exposição é maior, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. Os ramos de riscos decorridos comercializados são vida em grupo e transportes. No caso do risco de crédito junto as resseguradoras, os requisitos legais determinados pela SUSEP são devidamente respeitados, e a política de resseguro considera os participantes de mercado e resseguradoras com alta qualidade de crédito. A tabela a seguir apresenta os ativos financeiros detidos pela Companhia em 31 de Dezembro de 2022 distribuídos por *rating* de crédito obtidos junto a agências renomadas de *rating (*Fitch Ratings, Standard &Poor's e Moody's, entre outras*)*. Os ativos classificados na categoria sem *rating* compreendem substancialmente fundos de investimentos de condomínios abertos, fundos de investimentos em participações e valores a serem recebidos de segurados que não possuem *ratings* de crédito individuais.

Ativos Financeiros/*Rating* (31/12/2022)	AAA	AA	A	BB	Sem *rating*	Total
A valor justo por meio do resultado	**18.157**	**31.178**	**59.851**	–	**844.402**	**953.588**
Quotas de fundos de investimento	–	31.178	59.851	–	669.200	760.229
Fundo de investimento em participações	–	–	–	–	170.998	170.998
Debêntures	–	–	–	–	–	–
Ações	–	–	–	–	4.204	4.204
Time Deposit	18.157	–	–	–	–	18.157
Disponíveis para venda	**939.623**	**45.179**	**88.246**	**43.490**	–	**1.116.538**
Letras financeiras (LF)	175.159	45.179	46.761	–	–	267.099
Notas do tesouro nacional	452.889	–	–	–	–	452.889
Certificado de cédula de crédito bancário	–	–	–	43.490	–	43.490
Certificados de depósito bancário	–	–	41.485	–	–	41.485
Letras do tesouro nacional	308.895	–	–	–	–	308.895
Debêntures	2.282	–	–	–	–	2.282
Depósito à Prazo com Garantias Especiais	–	–	–	–	–	–
Títulos da dívida agrária	398	–	–	–	–	398
Mantidos até o vencimento	**82.838**	–	–	–	–	**82.838**
Letras financeiras (LF)	–	–	–	–	–	**–**
Notas do tesouro nacional	82.838	–	–	–	–	82.838
Letras do tesouro nacional	–	–	–	–	–	–
Caixa e equivalentes de caixa	–	–	–	–	**17.232**	**17.232**
Prêmios a receber de segurados	–	–	–	–	**1.637.267**	**1.637.267**
Valores a receber junto a congêneres	–	–	–	–	**6.982**	**6.982**
Valores a receber junto a resseguradoras	**–**	**–**	**–**	**–**	**48.191**	**48.191**
Total do circulante e não circulante	**1.040.618**	**76.357**	**148.097**	**43.490**	**2.554.074**	**3.862.636**

Ativos Financeiros/*Rating* (31/12/2021)	AAA	AA	A	BBB	B	C	Sem *rating*	Total
A valor justo por meio do resultado	**15.399**	**29.028**	**65.409**	**–**	**–**	**1.317**	**301.378**	**412.531**
Letras financeiras	378	–	–	–	–	–	1.258	1.636
Quotas de fundos de investimento	15.021	29.028	65.409	–	–	–	227.401	336.859
Fundo de investimento em participações	–	–	–	–	–	–	71.705	71.705
Debêntures	–	–	–	–	–	1.317	–	1.317
Derivativos	–	–	–	–	–	–	1.014	1.014
Disponíveis para venda	**984.212**	**134.720**	**122.848**	**37.379**	**–**	**–**	**74.741**	**1.353.900**
Notas do tesouro nacional	382.749	–	–	–	–	–	–	382.749
Letras financeiras do tesouro	4.042	–	–	–	–	–	–	4.042
Certificados de depósito bancário	50.914		48.190	–	–	–	–	99.104
Letras do tesouro nacional	311.316	–	–	–	–	–	–	311.316
Letras financeiras	193.430	60.312	–	–	–	–	–	253.742
Debêntures	2.216	–	–	–	–	–	–	2.216
Depósito a Prazo com Garantias Especiais	37.304	74.408	74.658	37.379	–	–	74.741	298.490
Títulos da dívida agrária	2.241	–	–	–	–	–	–	2.241
Mantidos até o vencimento	**117.645**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**117.645**
Notas do tesouro nacional	117.645	–	–	–	–	–	–	117.645
Caixa e equivalentes de caixa	–	–	–	–	–	–	**36.144**	**36.144**
Prêmios a receber de segurados	–	–	–	–	–	–	**1.285.971**	**1.285.971**
Valores a receber junto a congêneres	–	–	–	–	–	–	**3.573**	**3.573**
Valores a receber junto a resseguradoras	**–**	**229**	**16.810**	**–**	**30**	**–**	**28.830**	**45.899**
Total do circulante e não circulante	**1.117.256**	**163.977**	**205.067**	**37.379**	**30**	**1.317**	**1.730.637**	**3.255.663**

A tabela a seguir apresenta o total de ativos financeiros agrupados por classe de ativos e divididos entre ativos vencidos e não vencidos. A Companhia não possui ativos deteriorados. Os ativos classificados com prazo de vencimento indeterminado compreende principalmente ações e fundos de investimentos.

31/12/2022		Ativos vencidos					
Ativos financeiros	**Ativos não vencidos**	**0 a 3 meses**	**3 a 6 meses**	**6 a 12 meses**	**Acima de 1 ano**	**Provisão para perda**	**Saldo contábil**
Valor justo por meio do resultado	**953.588**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**953.588**
Títulos de renda fixa privados	4.204	–	–	–	–	–	4.204
Título de renda fixa público	18.157	–	–	–	–	–	18.157
Quotas de fundos de investimento	760.229	–	–	–	–	–	760.229
Fundo de investimento em participações	170.998	–	–	–	–	–	170.998
Ativos financeiros disponíveis para venda	**1.116.538**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**1.116.538**
Títulos de renda fixa privados	43.767	–	–	–	–	–	43.767
Títulos de renda fixa públicos	1.072.771	–	–	–	–	–	1.072.771
Mantidos até o vencimento	**82.838**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**82.838**
Título de renda fixa público	82.838	–	–	–	–	–	82.838
Empréstimos e recebíveis	**1.504.450**	**161.284**	**16.422**	**11.314**	**8.317**	**(9.347)**	**1.692.440**
Prêmios a receber de segurados	1.496.673	144.114	1.522	1.099	2.411	(8.552)	1.637.267
Valores a receber congêneres	7.777	–	–	–	–	(795)	6.982
Valores a receber resseguradoras	–	17.170	14.900	10.215	5.906	–	48.191
Caixa e equivalentes de caixa	**17.232**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**17.232**
Total de ativos financeiros	**3.674.646**	**161.284**	**16.422**	**11.314**	**8.317**	**(9.347)**	**3.862.636**

31/12/2021		Ativos vencidos					
Ativos financeiros	**Ativos não vencidos**	**0 a 3 meses**	**3 a 6 meses**	**6 a 12 meses**	**Acima de 1 ano**	**Provisão para perda**	**Saldo contábil**
Valor justo por meio do resultado	**412.531**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**412.531**
Títulos de renda fixa privados	2.953	–	–	–	–	–	2.953
Quotas de fundos de investimento	336.859	–	–	–	–	–	336.859
Fundo de investimento em participações	71.705	–	–	–	–	–	71.705
Derivativos	1.014	–	–	–	–	–	1.014
Ativos financeiros disponíveis para venda	**1.353.900**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**1.353.900**
Títulos de renda fixa privados	399.812	–	–	–	–	–	399.812
Títulos de renda fixa públicos	954.088	–	–	–	–	–	954.088
Mantidos até o vencimento	**117.645**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**117.645**
Título de renda fixa público	117.645	–	–	–	–	–	117.645
Empréstimos e recebíveis	**1.237.385**	**98.805**	**1.138**	**5.420**	**3.213**	**(10.517)**	**1.335.443**
Prêmios a receber de segurados	1.192.934	98.803	930	331	2.536	(9.563)	1.285.971
Valores a receber congêneres	4.368	–	–	–	–	(795)	3.573
Valores a receber resseguradoras	40.083	2	208	5.089	677	(159)	45.899
Caixa e equivalentes de caixa	**36.144**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**36.144**
Total de ativos financeiros	**3.157.605**	**98.805**	**1.138**	**5.420**	**3.213**	**(10.517)**	**3.255.663**

Gestão de capital

O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo CNSP e SUSEP, além de otimizar os retornos sobre capital para os acionistas.

Patrimônio líquido ajustado e adequação de capital

Nos termos da Resolução CNSP nº 432/21 e alterações, as sociedades supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA), igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR). O CMR é equivalente ao maior valor, entre o capital-base e o capital de risco. A Companhia apura o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado, como demonstrado abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio líquido	1.326.221	1.046.145
Ajustes Contábeis:	**(384.665)**	**(358.140)**
(–) Ativos intangíveis	(246.238)	(246.502)
(–) Despesa antecipadas	(14.426)	(12.410)
(–) Participação em sociedades financeiras	(30.778)	(20.593)
(–) Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(4.935)	(5.219)
(–) Créditos tributários s/prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas	(88.288)	(73.416)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos líquidos de impostos:	**68.731**	**12.423**
(+) Diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento	(1.077)	(204)
(+) Superávit da TAP	69.808	12.627
Capital mínimo requerido (CMR)	**812.656**	**660.970**
Capital de risco de subscrição	703.602	570.505
Capital de risco de crédito	105.318	79.898
Capital de risco operacional	26.620	24.092
Capital de risco de mercado	77.948	71.090
Efeito em função da correlação entre os riscos de crédito, subscrição e mercado	(100.832)	(84.615)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	**1.010.287**	**700.428**
Nível 1	886.609	649.026
Nível 2	69.808	12.627
Nível 3	53.870	38.775
Excedente do Patrimônio líquido ajustado (PLA) em relação ao Capital mínimo requerido (CMR)	**197.631**	**39.458**

Gestão de risco operacional: Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à reputação da instituição. A Companhia entende que o monitoramento e gerenciamento deste risco deve ser executado por todas as áreas, e para isso investe em ferramentas de forma a ter condições de mensurar realisticamente sua exposição ao risco operacional, por exemplo, através de uma base de dados de perdas operacionais conforme disposto na Circular SUSEP nº 648/21 e alterações. Em conjunto com esse processo também utilizamos o resultado da avaliação da nossa estrutura de controles internos.

28. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9): Dentre as normas que podem ser relevantes para a Companhia, encontra-se o Pronunciamento CPC 48 - Instrumentos Financeiros, que inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 será aplicável quando referendado pela SUSEP. **CPC 50 - Contratos de Seguro (IFRS 17):** O Pronunciamento CPC 50 estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguro emitido. Requer também princípios semelhantes para serem aplicados aos contratos de resseguro mantidos e aos contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de maneira que representem fielmente tais contratos. Essas informações fornecem a base para que usuários das demonstrações contábeis avaliem o efeito que os contratos de seguro têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. O CPC 50 será aplicável quando referendado pela SUSEP..

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Wilm Langenbach - Presidente
João Francisco S. Borges da Costa - Vice-Presidente
Nicolas Masjuan
Maximiliano Javier Casas Sanchez
Angel Santodomingo Martell
Fabiana Valério Arana

DIRETORIA

Eduardo Stefanello Dal Ri - CEO
Vagner de Paula Guzella - CFO
Rafael de Gouveia Ramalho - Vice-Presidente Técnico de Automóvel
Igor Di Beo - Vice-Presidente Técnico Demais Ramos
Paulo Ricardo Cesário Costa - Vice-Presidente Comercial
Karen Ferraz de Aguiar Schiavon - Vice-Presidente de Controles Internos

Wilson Roberto Alves
Contador
CRC 1SP135713/O-7

Priscila Scarlat Marques
Atuário Responsável Técnico
MIBA 2054

continua→★

→★ continuação

HDI SEGUROS S.A.

RELATÓRIO RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA E RISCOS

Ao Conselho de Administração da HDI Seguros S.A.

1. RESPONSABILIDADES: O Comitê de Auditoria (Comitê) da HDI Seguros S.A. foi constituído e funciona de acordo com as normas emanadas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), especificamente a Resolução CNSP nº 432/21 e suas alterações. O Regulamento do Comitê de Auditoria foi alterado em 29 de junho de 2022 para inclusão das atribuições de Comitê de Riscos, nos termos da Resolução CNSP nº 416/21, passando a se denominar Comitê de Auditoria e Riscos (Comitê). Compete ao Comitê assessorar o Conselho de Administração das empresas na supervisão (i) da qualidade e integridade das demonstrações financeiras; (ii) do cumprimento das disposições legais e regulatórias; (iii) da qualificação, independência e atuação dos auditores independentes; (iv) do desempenho da auditoria interna; (v) das atividades de gerenciamento de riscos e de controles internos, e (vi) da operacionalização da Estrutura de Gestão de Riscos e sua adequação. É responsabilidade da Administração da empresa a elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com a legislação e regulamentação vigentes no Brasil, a definição e manutenção de controles internos adequados para garantir a qualidade e integridade das demonstrações financeiras, bem como do sistema de controle e gerenciamento de riscos. A Auditoria Interna, diretamente subordinada ao Conselho de Administração, inclui, a verificação da qualidade e aderência dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos existentes e o cumprimento de políticas e normativos definidos, inclusive aqueles com impacto na elaboração das demonstrações contábeis. Os auditores independentes são responsáveis pela auditoria das demonstrações contábeis da Companhia e da sua controlada, devendo opinar se elas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração das empresas, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, e de outras áreas julgadas necessárias pelos membros do Comitê, além das próprias análises e avaliações efetuadas pelo Comitê. **2. ATIVIDADES DO COMITÊ DURANTE O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022:** O Regimento Interno prevê que o Comitê se reúna ordinariamente no mínimo a cada trimestre, conforme calendário anual das reuniões do Conselho de Administração. O Comitê desenvolveu as atividades no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, através de 22 reuniões realizadas ao longo do exercício e compreenderam, resumidamente, (i) reuniões com os principais executivos da Companhia para acompanhamento dos resultados e de suas atividades no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, mais especificamente com os responsáveis pelas áreas contábil, controladoria, impostos, auditoria interna, atuarial, gerenciamento de riscos, *compliance*, controles internos, tecnologia da informação, privacidade e ouvidoria; (ii) revisão dos balancetes e demonstrações financeiras em 30 de junho e 31 de dezembro de 2022 e correspondentes notas explicativas; (iii) reuniões com os auditores independentes para avaliação de seu plano de trabalho para a auditoria das demonstrações financeiras e auditoria atuarial, acompanhamento dos seus trabalhos e correspondentes resultados e relatórios emitidos; e (iv) reuniões trimestrais com o Conselho de Administração e Diretoria para avaliação dos resultados e apresentação das atividades e trabalhos do próprio Comitê. Em complemento às atividades descritas anteriormente, como parte dos trabalhos inerentes às suas atribuições, o Comitê também efetuou leitura das atas dos comitês constituídos no exercício, dentre eles, Comitê Executivo, Comitê Financeiro e Operacional, Comitê de Governança e Privacidade, Comitê de Tecnologia e Segurança da informação, além de estar envolvido no acompanhamento, junto às áreas responsáveis pela implantação dos procedimentos requeridos pela Lei Geral de Proteção de Dados, Prevenção a Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo, resultados da avaliação da aplicação de procedimentos de prevenção de fraudes e apuração de reflexos nas demonstrações financeiras. As definições do Apetite a Riscos foram revisadas pelo Comitê, com acompanhamento dos enquadramentos durante o exercício. A HDI Seguros e sua controlada Santander Auto encontram-se dentro dos limites de apetite a riscos em 31 de dezembro de 2022. Os resultados dos trabalhos foram reportados ao Conselho de Administração nas reuniões trimestrais realizadas ao longo do exercício. Não foram identificados fatos relevantes ou recomendações específicas para serem reportadas ao Conselho de Administração em 31 de dezembro de 2022. **3. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** Considerando os resultados das atividades desenvolvidas, incluindo a revisão das demonstrações financeiras e as correspondentes notas explicativas, bem como o resultado dos trabalhos efetuados pelos auditores independentes contábil e atuarial, referentes ao exame das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 da HDI Seguros S.A., como também da sua controlada Santander Auto S.A., o Comitê de Auditoria e Riscos entende que os sistemas de controles internos e gerenciamento de riscos da Companhia estão estruturados para propiciar o adequado registro e controle das suas operações, a aderência com os normativos internos, legais e regulatórios e recomenda ao Conselho de Administração a aprovação para divulgação das demonstrações financeiras da HDI Seguros S.A. e de sua controlada Santander Auto S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2023

Maria Salete Garcia Pinheiro – Coordenadora
Maximiliano Javier Casas Sanchez
Nicolas Masjuan

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas
HDI Seguros S.A.

Escopo da Auditoria: Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da **HDI Seguros S.A.** (Sociedade) em 31 de dezembro de 2022 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Atuários Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **HDI Seguros S.A** em 31 de dezembro de 2022, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Outros Assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2023

pwc
PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, Edifício B32, 16º
São Paulo - SP - Brasil 04538-132
CNPJ 02.646.397/0001-19
CIBA 105

Dinarte Ferreira Bonetti
MIBA 2147

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
HDI Seguros S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da HDI Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da HDI Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Assuntos
Porque é um PAA
Como o assunto foi conduzido

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração das Provisões Técnicas (Notas 3.8, 3.9 e 17) A Seguradora possui passivos relacionados a contratos de seguros denominados Provisões Técnicas, e mensalmente efetua testes para avaliar a suficiência das mesmas, dentre elas destacamos a Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG), Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR), Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) e Ajuste para Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados (IBNeR). O processo de determinação e mensuração das provisões técnicas requer julgamentos e envolvimento de atuários na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outras, estimativas quanto ao desenvolvimento dos prêmios emitidos, sinistros incorridos e pagos, e taxa de desconto. Devido à relevância das provisões técnicas oriundas dos contratos de seguros e o impacto que eventuais mudanças nas premissas destas provisões poderiam causar nas demonstrações financeiras, consideramos essa uma área de foco em nossa auditoria.	Realizamos o entendimento dos controles internos relevantes relacionados à mensuração e registro contábil das provisões técnicas pela administração. Em conjunto com nossos especialistas na área atuarial, efetuamos, entre outros procedimentos, a avaliação da razoabilidade das metodologias e premissas utilizadas pela administração na mensuração das provisões técnicas e do Teste de Adequação de Passivos (TAP), tais como a seleção de fatores de desenvolvimento de prêmios emitidos e sinistros incorridos e pagos, e taxa de desconto, e comparamos com as premissas utilizadas pelo mercado e/ou com os dados históricos da Seguradora. Nossos procedimentos incluíram também a confirmação de que as metodologias foram implementadas substancialmente, de acordo com as notas técnicas atuariais vigentes, pela Seguradora para as provisões de PPNG, IBNR, PSL e IBNeR. Adicionalmente, realizamos os testes de consistência históricos, bem como o recálculo independente da PPNG, do IBNR e do IBNeR. Quanto às bases de dados utilizadas na mensuração das provisões técnicas, efetuamos teste, em base amostral, da acuracidade das informações dos campos considerados críticos utilizados na mensuração dessas provisões técnicas. Consideramos que as metodologias e premissas utilizadas na determinação dessas provisões técnicas são consistentes com as informações obtidas no curso de nossa auditoria.
Valor recuperável do ágio decorrente de combinação de negócios (Notas 3.7.1 e 12) A Seguradora possui ágio de combinação de negócios, referente a aquisição de controlada, incorporada em anos anteriores. A administração elabora anualmente, para a data-base de 31 de dezembro, teste para avaliar a necessidade ou não de redução do ágio ao seu valor recuperável ou em períodos menores se houver indicação de *impairment*. O valor recuperável do ágio é determinado com base no valor em uso, o qual é calculado considerando a projeção de resultados futuros para um período de 5 anos mais taxa de perpetuidade, bem como taxa de desconto a qual foi apurada por meio de modelo de precificação de ativos de capital. Consideramos essa área como sendo foco de nossa auditoria, devido a relevância do valor do ágio no contexto das demonstrações financeiras e pelo fato de que diferentes premissas utilizadas pela administração na projeção de resultados futuros, escolha de metodologia para a avaliação e estimativas utilizadas para determinação do valor presente dos fluxos de caixa podem alterar significativamente a avaliação do valor recuperável do ágio.	Realizamos o entendimento dos controles internos relevantes relacionados ao teste do valor recuperável do ágio realizado pela administração. Efetuamos, entre outros procedimentos, a análise da metodologia utilizada para a determinação do valor recuperável do ágio, o entendimento e análise da razoabilidade das premissas mais relevantes adotadas pela administração no teste anual do valor recuperável do ágio da combinação de negócio, bem como a coerência geral lógica e aritmética dos cálculos das projeções realizados pela administração. Realizamos reuniões com a administração para obtermos entendimento sobre o processo de elaboração das projeções, bem como realizamos testes quanto a consistência da expectativa de resultados projetados em comparação aos resultados realizados em exercícios anteriores, bem como em relação a análise quanto a ausencia de indicativo de *impairment* para o exercício atual. Analisamos a razoabilidade dos critérios e das principais premissas que embasaram a construção dos cálculos do teste anual do valor recuperável do ágio e analise de indicativo de *impairment*. Consideramos que os critérios e premissas mais relevantes adotados pela administração para análise do valor recuperável do ágio são consistentes com as informações obtidas no curso de nossa auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da controlada em conjunto para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Seguradora. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Seguradora. • Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificados durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2023

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC SP127241/O-0

HDI

HDI Global Seguros S.A.

CNPJ nº 18.096.627/0001-53

www.hdiglobalbrasil.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras da **HDI Global Seguros S.A.** relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **A empresa:** A **HDI Global** é uma empresa do grupo alemão Talanx e seu acionista direto é a empresa HDI Global SE. O Grupo Talanx é o terceiro maior grupo segurador na Alemanha e um dos maiores da Europa. O Grupo, com sede em Hannover, atua em mais de 175 países e conta com aproximadamente 24 mil colaboradores. Apresenta um crescimento robusto e constante tendo atingido as marcas de 53,4 bilhões de euros em receitas de prêmios e de 1.172 milhões de euros de lucro líquido em 2022 - resultados preliminares. A agência de classificação Standard & Poor's concedeu ao Grupo de Seguros Primários da Talanx, que considera as empresas de seguros diretos sem levar em conta as operações de resseguro, um *rating* de força financeira A+/estável. A **HDI Global** traz ao mercado brasileiro as mesmas características que a distinguem no mercado internacional: solidez, adoção de soluções inovadoras, foco incondicional nas necessidades do cliente, gerenciamento de riscos e superior gestão de sinistros. A Companhia atua em todo o território nacional no mercado de seguros corporativos, tanto no segmento de grandes riscos como no de pequenas e médias empresas, oferecendo uma grande variedade de produtos relacionados a seguros de Responsabilidade Civil, Riscos Patrimoniais, Transportes, Riscos de Engenharia e Garantia entre outros. **Desempenho no exercício:** Os prêmios emitidos ultrapassaram a casa de 1 bilhão, com um crescimento de 11,5% em relação a 2021. A **HDI Global** figura entre os dez maiores grupos seguradores em sua área de atuação. A sinistralidade bruta caiu de 47,7% em 2021 para 38,5% em 2022. Houve a ocorrência de um sinistro relevante de incêndio em 2021 da ordem de R$ 218 milhões, referente a programas mundiais totalmente ressegurados, não afetando desta forma o resultado operacional, pois o aumento na rubrica de sinistros ocorridos foi compensado pelo aumento na rubrica de receitas de resseguro. Há que se destacar que a carteira de seguros de transportes apresentou um aumento na sinistralidade de 40 pontos percentuais, em virtude do aumento das frequências. Medidas corretivas tal como o aumento do rigor na subscrição já foram tomadas. O resultado financeiro teve um crescimento relevante, tanto em função do aumento das taxas de juros - o CDI acumulado subiu de 4,42% em 2021 para 12,38% em 2022 - quanto pelo aumento do montante de aplicações em decorrência do fluxo de caixa gerado pelas operações. As demais rubricas não apresentaram variações relevantes entre os períodos analisados. A Companhia encerrou o exercício com um resultado antes dos impostos e participações de **R$ 38,7 milhões.** O retorno anualizado sobre o patrimônio líquido foi de 21,6%. Em resumo, a disciplina no *underwriting*, o atendimento comercial e de sinistros personalizados e o controle das despesas administrativas foram essenciais para o sucesso da operação. **Perspectivas e planos da Administração para 2023:** A Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg) projeta um crescimento dos prêmios de seguro de ramos elementares de 10,5% em 2023. **Política de distribuição e reinvestimento de lucros:** Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido, ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. **Agradecimentos:** Agradecemos aos acionistas, segurados, corretores, resseguradores e demais parceiros de negócios, como também à Superintendência de Seguros Privados, pela confiança e apoio dedicados à Companhia. Aos nossos profissionais e colaboradores manifestamos o nosso reconhecimento pela dedicação e pela qualidade dos serviços prestados.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2022	2021
CIRCULANTE		**1.393.546**	**1.147.031**
Disponível		**31.727**	**7.391**
Caixa e bancos		31.727	7.391
Aplicações	**4**	**228.840**	**81.198**
Créditos das operações com seguros e resseguros	**5**	**336.806**	**318.349**
Prêmios a receber	5b	263.470	228.917
Operações com seguradoras		14.115	39.736
Operações com resseguradoras	6a	59.221	49.696
Outros créditos operacionais		**3.026**	**1.972**
Ativos de resseguros e retrocessão	**6b**	**750.877**	**703.221**
Títulos e créditos a receber		**7.880**	**6.944**
Títulos e créditos a receber		554	1.120
Créditos tributários e previdenciários	7a	7.282	5.712
Outros créditos		44	112
Outros valores e bens		**–**	**43**
Outros valores		–	43
Despesas antecipadas		**289**	**51**
Custos de aquisição diferidos	**8**	**34.101**	**27.862**
Seguros		34.101	27.862
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**198.116**	**194.512**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**192.440**	**189.614**
Aplicações	**4**	**162.475**	**159.246**
Créditos das operações com seguros e resseguros	**5**	**10.583**	**7.489**
Prêmios a receber	5b	10.583	7.489
Ativos de resseguros e retrocessão	**6b**	**2.849**	**8.016**
Títulos e créditos a receber		**6.012**	**5.427**
Créditos tributários e previdenciários	7a	4.272	3.932
Depósitos judiciais e fiscais		1.740	1.495
Outros valores e bens	**17**	**5.285**	**4.597**
Custos de aquisição diferidos	**8**	**5.236**	**4.839**
Seguros		5.236	4.839
IMOBILIZADO	**9**	**262**	**637**
Bens móveis		215	330
Outras imobilizações		47	307
INTANGÍVEL	**10**	**5.414**	**4.261**
Outros intangíveis		5.414	4.261
TOTAL DO ATIVO		**1.591.662**	**1.341.543**

PASSIVO	Nota	2022	2021
CIRCULANTE		**1.396.324**	**1.179.751**
Contas a pagar		**31.255**	**27.608**
Obrigações a pagar	11	10.342	7.904
Impostos e encargos sociais a recolher	12	12.115	9.237
Encargos trabalhistas		2.171	1.696
Impostos e contribuições	13	1.251	473
Outras contas a pagar		5.376	8.298
Débitos de operações com seguros e resseguros		**447.910**	**306.019**
Prêmios a restituir		114	1.732
Operações com seguradoras		29.301	32.325
Operações com resseguradoras	6f	385.605	243.131
Corretores de seguros e resseguros		32.814	28.755
Outros débitos operacionais		76	76
Depósitos de terceiros	**14**	**20.581**	**4.481**
Depósitos de terceiros		20.581	4.481
Provisões técnicas - seguros	**15**	**895.331**	**840.989**
Danos		895.245	840.944
Pessoas		86	45
Outros débitos		**1.247**	**654**
Débitos diversos	17	1.247	654
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**58.655**	**42.904**
Contas a pagar		**12**	**12**
Tributos diferidos		12	12
Débitos das operações com seguros e resseguros		**3.056**	**2.627**
Seguradoras		634	951
Corretores de seguros e resseguros		2.422	1.676
Provisões técnicas - seguros	**15**	**51.271**	**36.224**
Danos		51.271	36.224
Outros débitos		**71**	**129**
Provisões judiciais	16	71	129
Débitos diversos		**4.245**	**3.912**
Débitos diversos	17	4.245	3.912
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**136.683**	**118.888**
Capital social	18a	72.947	62.947
Aumento de capital (em aprovação)		–	10.000
Reservas de lucros		64.131	46.440
Ajuste de avaliação patrimonial		(395)	(499)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**1.591.662**	**1.341.543**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de retenção de lucros	Ajustes com TVM	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**62.947**	**–**	**1.883**	**24.850**	**(748)**	**–**	**88.932**
Ajustes de exercícios anteriores (nota 3.15)		–	–	–	–	–	(68)	**(68)**
Títulos e valores mobiliários		–	–	–	–	249	–	**249**
Aumento de capital - AGE de 14/09/2021		–	10.000	–	–	–	–	**10.000**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	25.935	**25.935**
Distribuição do resultado:								
Reserva legal		–	–	1.297	–	–	(1.297)	**–**
Reserva de retenção de lucros		–	–		18.410	–	(18.410)	**–**
Juros sobre o capital próprio		–	–	–	–	–	(4.414)	**(4.414)**
Dividendos		–	–	–	–	–	(1.746)	**(1.746)**
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**62.947**	**10.000**	**3.180**	**43.260**	**(499)**	**–**	**118.888**
Títulos e valores mobiliários		–	–	–	–	104	–	**104**
Aumento de capital - AGE de 14/09/2021 - Portaria CGRAJ/SUSEP nº 584 de 7/01/2022	18a	10.000	(10.000)	–	–	–	–	**–**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	25.726	**25.726**
Proposta para distribuição do resultado:								
Reserva legal		–	–	1.286	–	–	(1.286)	**–**
Reserva de retenção de lucros		–	–	–	16.405	–	(16.405)	**–**
Juros sobre o capital próprio		–	–	–	–	–	(8.035)	**(8.035)**
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**72.947**	**–**	**4.466**	**59.665**	**(395)**	**–**	**136.683**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2022	2021
Prêmios emitidos		1.060.405	950.857
Variações das provisões técnicas de prêmios		(42.473)	(30.223)
PRÊMIOS GANHOS	**19**	**1.017.932**	**920.634**
Sinistros ocorridos	**20a**	(391.824)	(439.566)
Custos de aquisição	**20b**	(80.917)	(85.513)
Outras receitas e despesas operacionais	**20c**	(680)	(77)
Resultado com resseguro		(472.560)	(306.642)
Receita com resseguro	**20d**	280.674	342.431
Despesa com resseguro	**20e**	(753.234)	(649.073)
Despesas administrativas	**20f**	(52.263)	(38.446)
Despesas com tributos	**20g**	(19.572)	(17.544)
Resultado financeiro	**20h/i**	38.592	9.449
RESULTADO OPERACIONAL		**38.708**	**42.295**
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		**38.708**	**42.295**
Imposto de renda	**22**	(7.736)	(9.453)
Contribuição social	**22**	(4.660)	(6.440)
Participações sobre o lucro		(586)	(467)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**25.726**	**25.935**
Quantidade de ações		**101.247.289**	**101.247.289**
Lucro líquido por ação - R$		**0,25**	**0,26**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	**25.726**	**25.935**
Ajustes de títulos e valores mobiliários	173	415
Imposto de renda e contribuição social sobre os resultados abrangentes	(69)	(166)
Resultados abrangentes	104	249
Total dos resultados abrangentes	**25.830**	**26.184**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

	2022	2021
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	25.726	25.935
Ajustes para:		
Variações das provisões técnicas de prêmios	42.473	30.223
Variação do custo de aquisição diferido	(6.625)	(2.881)
Variação da despesa de resseguro	(27.507)	(34.154)
Depreciações e amortizações	604	575
Provisão para redução ao valor recuperável	137	(469)
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações	(150.871)	(24.346)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(21.688)	14.255
Outros créditos operacionais	(1.054)	(1.762)
Ativos de resseguros e retrocessões - provisões técnicas	(14.982)	70.250
Títulos e créditos a receber	(1.521)	(2.204)
Outros valores e bens	(645)	(4.597)
Despesas antecipadas	(238)	145
Custos de aquisição diferidos	(11)	(5)
Contas a pagar	17.031	20.829
Débitos de operações com seguros e resseguros	142.320	(100.415)
Depósito de terceiros	16.100	(3.073)
Provisões técnicas - seguros	26.916	(51.798)
Outros débitos	868	4.574
Ajuste com títulos e valores mobiliários	104	249
Caixa gerado/(consumido) pelas operações	**47.737**	**(58.669)**
Impostos sobre o lucro pago	(11.638)	(16.954)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	**35.499**	**(75.623)**
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(1.382)	(1.898)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(1.382)**	**(1.898)**
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	–	10.000
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(9.781)	(4.414)
Caixa líquido (consumido)/gerado nas atividades de financiamento	**(9.781)**	**5.586**
Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	**24.336**	**(71.935)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7.391	79.326
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	31.727	7.391
Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	**24.336**	**(71.935)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é integrante do Grupo segurador alemão Talanx, sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Paulo. O endereço da sede da Companhia é Avenida das Nações Unidas, 14.261, 21º, Conjunto A, ala B, Condomínio WT Morumbi - Brooklin Paulista, São Paulo. Tem por objeto social a exploração de todas as modalidades de seguros de danos e de pessoas em todo território nacional. A Companhia controladora direta da HDI Global Seguros S.A. é HDI Global SE, e o controlador em última instância é a HDI V.a.G. ambas sediadas em Hannover, Alemanha.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, em consonância com a Circular SUSEP nº 648/21 e alterações, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aprovadas pela SUSEP. As referidas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios. A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em reunião realizada em 10 de fevereiro de 2023 e foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de fevereiro de 2023. **2.1 Base para mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos nas demonstrações financeiras: • Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo; e • Ativos para venda mensurados pelo valor justo menos os custos de venda - valor realizável líquido. **2.2 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais. As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor apurada naquela data. As oscilações cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado. **2.3 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas podem necessitar de revisão se ocorrerem alterações nas circunstâncias em que se basearam ou em consequência de novas informações ou de maior experiência, sendo que os efeitos desta revisão serão reconhecidos prospectivamente. As notas explicativas listadas abaixo fornecem informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e sobre as incertezas relacionadas às estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil: • Notas 3.13 e 3.14 - Classificação e mensuração dos contratos de seguro; • Notas 3.2 e 4 - Instrumentos financeiros (aplicações financeiras); • Notas 3.6 e 10 - Ativo intangível; • Notas 3.7 e 15 - Provisões técnicas; • Notas 3.12 e 16 - Provisões judiciais; • Nota 3.15 - Arrendamentos; e • Nota 7 - Créditos tributários e previdenciários.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Representam numerário disponível em caixa, em contas bancárias e investimentos financeiros com vencimento inferior a 90 dias, contados a partir da data de aquisição. Esses ativos apresentam risco insignificante de mudança do valor justo e são monitorados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos no curto prazo e estão representados pela rubrica "Caixa e bancos". **3.2 Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros em uma das seguintes categorias: valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento, disponíveis para venda e recebíveis. A classificação entre as categorias é definida com base no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros e nas características de fluxo de caixa destes ativos. ***i. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:*** São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja aquisição tem a principal finalidade de gerar resultados em curto prazo por meio de negociações frequentes. Esses ativos são registrados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. Esses ativos são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento. ***ii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento:*** Caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter títulos até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. ***iii. Ativos financeiros disponíveis para venda:*** Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos e não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Esses ativos financeiros são registrados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários. ***iv. Recebíveis:*** Incluem-se nesta categoria os recebíveis não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado e tem sua recuperabilidade testada a cada data de balanço. ***v. Determinação do valor justo:*** Valor justo dos ativos financeiros é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa de mercado na data de balanço. O valor justo das aplicações em fundos de investimentos foi registrado com base nos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). O valor justo dos investimentos mantidos até o vencimento é apurado apenas para fins de divulgação. **3.3 Redução ao valor recuperável (ativo financeiro):** Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber de seguros diretos, com base em estudo que apura a probabilidade de perda esperada e aplica sobre os valores de prêmios a receber em atraso e reconhece uma redução ao valor recuperável com resseguradoras com base no modelo de Tempo de Recuperação pelo Valor a Recuperar, considerando todo o histórico da Companhia. **3.4 Ativos e passivos de resseguros:** Os ativos e passivos decorrentes dos contratos de resseguros são apresentados de forma separada, segregando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez que a existência dos referidos contratos não exime a Companhia de honrar suas obrigações perante os segurados. Os ativos de resseguro compreendem os prêmios de resseguros diferidos e os valores a recuperar sobre as indenizações pendentes de liquidação ou pagas aos segurados. Os passivos de resseguro compreendem os prêmios de resseguros a liquidar e as comissões a recuperar sobre os repasses de prêmios conforme os contratos firmados de cessão de riscos. **3.5 Ativo imobilizado:** O ativo imobilizado compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos, e benfeitorias em imóveis de terceiros. É reconhecido ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos com reparo ou manutenção são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as seguintes vidas úteis estimadas: móveis, máquinas, utensílios e equipamentos - 10 anos; equipamentos de informática, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros - 5 anos. **3.6 Ativo Intangível:** São classificados como ativo intangível os *softwares* desenvolvidos internamente, licenças de uso de *softwares* de terceiros que não são imprescindíveis para o funcionamento dos *hardwares* e as respectivas despesas de implantação. O intangível é demonstrado ao custo histórico, reduzido por amortizações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear considerando uma vida útil estimada de 5 anos. **3.7 Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas em conformidade com as determinações da Circular SUSEP nº 648/21 e alterações, da Resolução CNSP nº 432/21 e posteriores alterações, e com base em critérios, parâmetros e fórmulas documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA), descritos a seguir: A Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Vigentes e Emitidos (PPNG-RVE) é constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos e já emitidos na data-base de cálculo. A PPNG-RVE é calculada pelo método *"pro rata die"* com base no valor do prêmio comercial, incluindo as operações de cosseguro aceito, bruto das operações de resseguro e líquido das operações de cosseguro cedido. A Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE), representa o complemento da PPNG-RVE dada a existência de riscos assumidos cujas apólices ainda não foram emitidas. É calculada com base em metodologia envolvendo a construção de triângulos de *run-off* que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices, em bases retrospectivas, no período de 25 meses e acrescida as informações já conhecidas de riscos vigentes, mas ainda não emitidos na data-base. A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída pela estimativa de pagamentos para a liquidação de sinistros pendentes, brutos de resseguros e cosseguro aceito e líquidos de recuperação de cosseguro cedido, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data-base. Os valores provisionados de sinistros são atualizados monetariamente. A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) é constituída com base em metodologia atuarial para a cobertura de

continua →★

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA HDI GLOBAL SEGUROS S.A. (Em milhares de reais)

sinistros já ocorridos que a Companhia ainda não tem ciência, considerando a experiência histórica do período transcorrido entre a data de ocorrência do evento coberto e do respectivo aviso à seguradora, utilizando-se triângulos de *run-off* para o período de 24 trimestres, podendo ainda ser aplicado um fator de agravo caso a estimativa seja inferior à necessidade de provisionamento do grupo analisado, em função de ainda existir pouco histórico de dados para fins de IBNR. O ajuste de Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados (IBNER), é realizado de forma agregada para sinistros ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final. Seu cálculo envolve análise conjunta de diversas metodologias usualmente praticadas pelo mercado (Desenvolvimento de Sinistros e Bornhuetter - Ferguson (BF) para estimativa do IBNP - Sinistros Incorridos e Não Pagos. Sobre a parcela estimada dos sinistros administrativos, é aplicado o desconto financeiro do fluxo futuro de melhores estimativas dos pagamentos de sinistros já ocorridos com base nas taxas pré-fixadas de Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ETTJ). A atualização da provisão estimada é realizada através do incremento mensal estimado com base na projeção de sinistros para o exercício, de maneira a refletir a evolução da carteira de seguros. A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistro s já incorridos, considerando as despesas alocáveis (ALAE) e não alocáveis (ULAE). Para o cálculo da PDR Provisão de ULAE, foi adotado o critério de aplicação de percentuais esperados de despesas, obtido a partir do estudo do histórico de despesas observadas da companhia por grupo de ramo, sobre o saldo das Provisões de IBNR, IBNER e PSL do mês anterior. Para estimativa das Despesas Alocáveis (ALAE) e de Sucumbência, é considerada a experiência histórica de ocorrência de sinistros e de pagamentos das correspondentes despesas alocadas ou de sucumbência, para a obtenção da estimativa das despesas ainda não pagas referentes a sinistros já incorridos, baseado nas análises de triângulos de *run-off*, no método de desenvolvimento de despesas avisadas e pagas e metodologia de Bornhuetter - Ferguson (BF). **3.8 Teste de adequação dos passivos (TAP):** Conforme requerido pela Circular SUSEP n° 648/21 e alterações, a Companhia elaborou o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11, vigentes na data-base do teste. Este teste é elaborado semestralmente e considera como valor líquido contábil (*net carrying amount*) os passivos de contratos de seguro brutos de resseguro, deduzidos dos custos de aquisição diferidos e de outros ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. Os contratos foram agrupados pelos ramos conforme estabelecido pela Circular SUSEP n° 535/2016. Caso seja identificada qualquer deficiência no teste, a Companhia deverá registrar a perda imediatamente na apuração do resultado do período, constituindo provisões adicionais aos passivos de seguros já registrados na data-base do teste. Para esse teste foi adotada uma metodologia contemplando a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros relacionados aos riscos vigentes na data-base do teste, com valores brutos de resseguro, trazidos a valor presente com base na estrutura a termo de taxas de juros (ETTJ), através dos índices atualizados à data-base do cálculo para as opções Pré-Fixada ou IPCA, conforme determinações constantes na Circular SUSEP nº 648/21 e posteriores alterações. O resultado do TAP foi apurado pela diferença entre a soma do valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa, de sinistros ocorridos já avisados, de sinistros ocorridos mas não avisados, e dos sinistros a ocorrer relativos às apólices vigentes na data-base, acrescidos das estimativas das respectivas despesas e recuperações; e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na mesma data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo a sinistros ocorridos, já refletido pela expectativa de despesas alocáveis a sinistros e salvados, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos PSL, IBNR e PDR. O valor presente esperado do fluxo relativo a sinistros a ocorrer, relativo a apólices vigentes, acrescido das despesas administrativas e outras despesas e receitas foi comparado à soma da PPNG-RVE e PPNG-RVNE, liquidas dos custos de comercialização diferidos de riscos vigentes emitidos e não emitidos. A projeção de sinistros a ocorrer considerou a melhor estimativa de sinistralidade para cada agrupamento de ramos, tendo por base a série histórica de períodos trimestrais compreendidos nos últimos 24 meses da análise, resultando na sinistralidade global de 65,30% para a Seguradora. O teste de adequação dos passivos realizado para a data base de 31 de dezembro de 2022 não indicou a necessidade de ajuste nas Provisões Técnicas. **3.9 Passivos financeiros:** Passivos financeiros compreendem principalmente contas a pagar, débitos das operações com seguros e resseguros e depósito de terceiros. **3.10 Benefícios a empregados:** Os benefícios a empregados incluem: (i) benefícios de curto prazo, tais como salários, ordenados e contribuições para a previdência social, licença remunerada por doença, programa de participação nos lucros e resultados, gratificações e benefícios não monetários (seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação e treinamento profissional) são oferecidos aos funcionários e reconhecidos no resultado à medida que são incorridos; (ii) benefícios por desligamento: aviso prévio, indenização adicional conforme convenção coletiva, indenização de 40% sobre o saldo do fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS e permanência no plano de seguro saúde por 30, 60 ou 90 dias de acordo com o tempo de serviço efetivo na Companhia; (iii) plano de previdência privada a seus funcionários e diretores na modalidade contribuição definida - plano gerador de benefício livre (PGBL). A Companhia não concede qualquer outro tipo de benefício pós-emprego e não tem como política remunerar empregados por meio de plano de remuneração baseado em ações. Quanto aos administradores, vide nota 23b. **3.11 Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, com adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder a R$ 20 por mês. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável (vide nota 25). A alíquota da contribuição social devida sobre o lucro líquido aumentou no período entre agosto e dezembro de 2022 de 15% para 16% (Lei nº 14.446/22) e no período entre julho e dezembro de 2021 de 15% para 20% (Lei nº 14.183/21). A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido sobre prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas e diferenças temporárias quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de levantamento das demonstrações financeiras e serão desreconhecidos quando não houver expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para que o crédito tributário seja utilizado. **3.12 Provisões judiciais:** São constituídas pelo valor estimado dos pagamentos a serem realizados em relação às ações judiciais em curso, cuja probabilidade de perda é considerada provável. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo. **3.13 Classificação dos contratos de seguro:** Contrato de seguro é aquele em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando indenizá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto e específico que o afetou adversamente. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguro significativo. **3.14 Mensuração dos contratos de seguros:** As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição são registrados quando da emissão das respectivas apólices ou pelo início de vigência do risco para os riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros. As despesas e receitas dos resseguros proporcionais são reconhecidas simultaneamente aos prêmios de seguros correspondentes, enquanto as relacionadas aos resseguros não proporcionais são reconhecidas de acordo com período de cobertura dos contratos firmados com os resseguradores. **3.15 Arrendamentos:** De acordo com o CPC 06 (R2) - Arrendamentos (IFRS 16), um contrato é ou contém um arrendamento quando se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início dos arrendamentos. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável, e ajustado por remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, a taxa de empréstimo incremental. A Companhia optou pela aplicação da taxa incremental para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a. Composição por categoria

Aplicação/classificação	Nível hierárquico	31/12/2022 Valor do custo atualizado	Ajuste a valor justo	Valor justo	Valor contábil	%	31/12/2021 Valor do custo atualizado	Ajuste a valor justo	Valor justo	Valor contábil	%
Quotas de fundos de investimento abertos	2	99.935	–	99.935	99.935	25,5%	56.517	–	56.517	56.517	23,5%
Time Deposit	2	83.566	–	83.566	83.566	21,4%	22.322	–	22.322	22.322	0,0%
Valor justo por meio do resultado		**183.501**	**–**	**183.501**	**183.501**	**46,9%**	**78.839**	**–**	**78.839**	**78.839**	**32,8%**
Letras financeiras do tesouro	1	106.063	(151)	105.912	105.912	27,1%	162.437	(832)	161.605	161.605	67,2%
Letras do tesouro nacional	1	78.934	(274)	78.660	78.660	20,1%	–	–	–	–	0,0%
Notas do tesouro nacional	1	23.476	(234)	23.242	23.242	5,9%	–	–	–	–	0,0%
Disponível para venda		**208.473**	**(659)**	**207.814**	**207.814**	**53,1%**	**162.437**	**(832)**	**161.605**	**161.605**	**67,2%**
Total		**391.974**	**(659)**	**391.315**	**391.315**	**100,0%**	**241.276**	**(832)**	**240.444**	**240.444**	**100,0%**
Ativo circulante					**228.840**					**81.198**	
Ativo não circulante					**162.475**					**159.246**	

Hierarquia do valor justo: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2 - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

b. Composição das aplicações por vencimento

Títulos	31/12/2022 0 a 3 meses ou sem vencimento definido	3 a 6 meses	6 a 9 meses	1 - 3 anos	Acima de 3 anos	Total (Saldo contábil)	31/12/2021 0 a 3 meses ou sem vencimento definido	6 a 9 meses	1 - 3 anos	Acima de 3 anos	Total (Saldo contábil)
Quotas de fundos de investimento abertos	99.935	–	–	–	–	**99.935**	56.517	–	–	–	**56.517**
Time Deposit	83.566	–	–	–	–	**83.566**	22.322	–	–	–	**22.322**
Valor justo por meio do resultado	**183.501**	**–**	**–**	**–**	**–**	**183.501**	**78.839**	**–**	–	**–**	**78.839**
Letras financeiras do tesouro	–	–	5.743	24.730	75.439	**105.912**	–	2.359	348	158.898	**161.605**
Letras do tesouro nacional	–	14.522	19.235	44.903	–	**78.660**	–	–	–	–	**–**
Notas do tesouro nacional	–	5.839	–	11.103	6.300	**23.242**	–	–	–	–	**–**
Disponível pra venda	**–**	**20.361**	**24.978**	**80.736**	**81.739**	**207.814**	**–**	**2.359**	**348**	**158.898**	**161.605**
Total	**183.501**	**20.361**	**24.978**	**80.736**	**81.739**	**391.315**	**78.839**	**2.359**	**348**	**158.898**	**240.444**
Ativo circulante						**228.840**					**81.198**
Ativo não circulante						**162.475**					**159.246**

c. Movimentação das aplicações financeiras

	31/12/2022 Títulos Públicos	Títulos Privado	Quotas de Fundo de Investimento	*Time Deposit*	Total	31/12/2021 Títulos Públicos	Quotas de Fundo de Investimento	*Time Deposit*	Total
Saldo no início do exercício	**161.605**	**–**	**56.517**	**22.322**	**240.444**	**172.440**	**43.658**	**–**	**216.098**
Aplicações	123.844	5.111	587.011	1.819.783	**2.535.749**	33.099	596.292	555.632	**1.185.023**
Resgates	(99.441)	(5.167)	(559.286)	(1.751.213)	**(2.415.107)**	(52.828)	(587.883)	(534.668)	**(1.175.379)**
Rendimentos	21.633	56	15.693	214	**37.596**	8.479	4.450	1	**12.930**
Oscilação cambial	–	–	–	7.540	**(7.540)**	–	–	1.357	**1.357**
Variação no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	173	–	–	–	**173**	415	–	–	**415**
Saldo no final do exercício	207.814	–	99.935	83.566	**391.315**	**161.605**	**56.517**	**22.322**	**240.444**

d. Taxa de juros contratada

Taxa de Juros Contratada

Título	Classe	31/12/2022 Taxa de Juros Contratada (média)	Valor Contábil	31/12/2021 Taxa de Juros Contratada (média)	Valor Contábil
Letras do tesouro nacional	Título de renda fixa público	13,07%	78.660	–	–
Notas do tesouro nacional (Série B)	Título de renda fixa público	5,67%	19.363	–	–
Notas do tesouro nacional (Série F)	Título de renda fixa público	12,04%	3.879	–	–
Letras financeiras do tesouro	Título de renda fixa público	Selic	105.912	Selic	161.605
Time Deposit	Título de renda fixa privado	1,88% + Oscilação cambial	83.566	0,01%	22.322
			291.380		

e. Desempenho das aplicações financeiras: A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). O desempenho global das aplicações financeiras atingiu 12,81% em 2022 (4,54% em 2021), representando 103,49% do CDI que foi de 12,38% no mesmo período (103,20% do CDI que foi de 4,42% em 2021).

5. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

a. Composição	31/12/2022	31/12/2021
Composição de créditos sobre operações de seguros:		
Prêmios a receber de segurados	274.310	236.861
Operações com seguradoras	15.686	40.851
Operações com resseguradoras	59.944	50.535
Provisão para redução ao valor recuperável:		
Prêmios a receber de segurados	(257)	(455)
Operações com seguradoras	(1.571)	(1.115)
Operações com resseguradoras	(723)	(839)
Total	**347.389**	**325.838**
Ativo Circulante	**336.806**	**318.349**
Ativo Não Circulante	**10.583**	**7.489**

b. Prêmios a receber de segurados por vencimento	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios a vencer	**263.083**	**225.595**
De 1 a 30 dias	163.239	150.344
De 31 a 60 dias	35.317	22.925
De 61 a 120 dias	39.069	26.250
De 121 a 180 dias	10.998	13.855
De 181 a 365 dias	3.877	4.732
Superior a 365 dias	10.583	7.489
Prêmios vencidos	**11.227**	**11.266**
De 1 a 30 dias	7.349	8.513
De 31 a 60 dias	924	906
De 61 a 120 dias	921	596
De 121 a 180 dias	408	229
De 181 a 365 dias	576	261
Superior a 365 dias	1.049	761
Total	**274.310**	**236.861**
Provisão para redução ao valor recuperável	(257)	(455)
Prêmios a receber de segurados	**274.053**	**236.406**
Ativo Circulante	**263.470**	**228.917**
Ativo Não Circulante	**10.583**	**7.489**

A Companhia oferece diversas opções de parcelamento sendo que em 2022 os prêmios foram cobrados numa média ponderada em 2,39 parcelas (2,67 em 2021).

c. Movimentação dos prêmios a receber de segurados

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo de prêmios a receber no início do exercício	**236.406**	**230.394**
Prêmios de seguros diretos	1.112.433	901.872
Prêmios de cosseguros aceitos	75.871	69.386
Prêmios de riscos vigentes e não emitidos	(10.008)	46.428
IOF sobre prêmios diretos	76.652	61.030
IOF sobre prêmios diretos recebidos	(73.612)	(60.055)
Constituições para redução ao valor recuperável	(797)	(1.170)
Reversões para redução ao valor recuperável	995	1.322
Oscilação cambial	(376)	(63)
Recebimentos	(1.143.511)	(1.012.738)
Saldo de prêmios a receber no final do exercício	**274.053**	**236.406**

d. Prêmios a receber de segurados por segmento

	31/12/2022 Prêmios a Receber	(–) Redução ao Valor Recupe-rável	Prêmios a Receber Líquido	31/12/2021 Prêmios a Receber	(–) Redução ao Valor Recupe-rável	Prêmios a Receber Líquido
Patrimonial	161.066	(33)	**161.033**	148.384	(110)	**148.274**
Responsabilidades	54.006	(210)	**53.796**	39.208	(175)	**39.033**
Transportes	24.141	(14)	**24.127**	15.838	(10)	**15.828**
Demais	35.097	–	**35.097**	33.431	(160)	**33.271**
Total	**274.310**	**(257)**	**274.053**	**236.861**	**(455)**	**236.406**
Ativo Circulante			**263.470**			**228.917**
Ativo não Circulante			**10.583**			**7.489**

6. OPERAÇÕES COM RESSEGURADORAS

a. Operações com resseguradoras	31/12/2022	31/12/2021
Sinistros liquidados a recuperar	36.212	43.718
Despesas com sinistros liquidadas a recuperar	8.209	6.817
Outros créditos	15.523	–
Sub-total	**59.944**	**50.535**
Provisão para redução ao valor recuperável	(723)	(839)
Total	**59.221**	**49.696**

b. Ativos de resseguros - provisões técnicas	31/12/2022	31/12/2021
Sinistros administrativos pendentes	357.615	358.908
Sinistros judiciais pendentes	2.704	2.378
Despesas com sinistros administrativos pendentes	14.981	12.544
Despesas com sinistros judiciais pendentes	145	224
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	48.118	42.183
Provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados	47.074	36.867
Provisão de prêmios não ganhos	333.324	298.109
Total	**803.961**	**751.213**
Custos de aquisição diferidos	(50.235)	(39.976)
Ativos de resseguros - provisões técnicas	**753.726**	**711.237**
Ativo Circulante	**750.877**	**703.221**
Ativo Não Circulante	**2.849**	**8.016**

c. Movimentação de ativos de resseguros e operações com resseguradoras

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	**760.933**	**835.833**
Constituição de provisões	552.398	157.585
Reversão de provisões	(498.328)	(216.379)
Sinistros a recuperar	271.255	540.841
Sinistros recuperados	(271.237)	(546.382)
Custos de aquisições a recuperar	24.670	25.351
Custos de aquisições recuperados	(22.027)	(23.413)
Outros	(4.717)	(12.503)
Saldo no final do exercício	**812.947**	**760.933**

d. Composição por resseguradoras

Resseguradores	Resultado de recuperação de indenização de sinistros 31/12/2022	31/12/2021	Ativos de indenização de sinistros a recuperar 31/12/2022	31/12/2021
Locais	191.349	301.024	15.036	27.826
Admitidas	59.173	24.547	9.542	13.461
Eventuais	9.525	799	11.634	2.432
Total	**260.047**	**326.370**	**36.212**	**43.718**

e. Demonstração do percentual ressegurado

Ramos	Prêmios Emitidos 31/12/2022	31/12/2021	Resseguro Cedido 31/12/2022	31/12/2021	% de Retenção 31/12/2022	31/12/2021	% de Resseguro 31/12/2022	31/12/2021
Patrimonial	706.755	581.030	676.177	539.475	4,3	7,2	95,7	92,8
Responsabilidades	137.051	151.436	103.085	117.116	24,8	22,7	75,2	77,3
Transportes	193.876	194.144	80.334	89.567	58,6	53,9	41,4	46,1
Demais	22.723	24.294	20.337	21.623	10,5	11,0	89,5	89,0
Total	**1.060.405**	**950.904**	**879.933**	**767.781**	**17,0**	**19,3**	**83,0**	**80,7**

Passivo

f. Operações com resseguradoras

Composição	31/12/2022	31/12/2021
Premios de resseguro a liquidar	422.352	245.269
Comissões sobre resseguro cedido	(48.914)	(19.185)
Adiantamentos de sinistros (*cash call*)	12.167	17.047
Total	**385.605**	**243.131**

g. Composição por resseguradoras

Resseguradores	Prêmios de resseguro Cedidos 31/12/2022	31/12/2021	Prêmios de resseguro a Liquidar 31/12/2022	31/12/2021
Locais	564.197	516.042	291.955	140.923
Admitidas	204.339	234.427	89.389	90.601
Eventuais	111.397	20.785	41.008	13.746
Total	**879.933**	**771.254**	**422.352**	**245.269**

7. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

a. Composição	31/12/2022	31/12/2021
Créditos de IRPJ/CSLL - s/ diferenças temporárias	1.367	1.076
Créditos de IRPJ/CSLL - a compensar	7.282	5.712
Total	**8.649**	**6.788**
Créditos tributários de PIS e COFINS (1)	2.905	2.856
Total	**11.554**	**9.644**
Ativo circulante	**7.282**	**5.712**
Ativo não circulante	**4.272**	**3.932**

(1) Créditos tributários sobre a provisão de sinistros a liquidar.

b. Diferenças temporárias para fins de imposto de renda e contribuição social

Composição

Origem das diferenças temporárias	31/12/2022 Base de cálculo	Créditos tributários	31/12/2021 Base de cálculo	Créditos tributários
Provisões administrativas	3.296	1.319	983	393
Provisões cíveis	110	44	110	44
Provisões para redução ao valor recuperável	11	4	1.597	639
Total	**3.417**	**1.367**	**2.690**	**1.076**

c. Movimentação de créditos tributários sobre as diferenças temporais

	31/12/2022 Diferenças Temporais	Prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas	31/12/2021 Diferenças Temporais	Prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas
Saldo no início do exercício	**1.076**	**–**	**858**	**1.494**
Constituições	3.841	–	334	53
Reversões/ Realizações	(3.550)	–	(116)	(689)
Saldo no final do exercício	**1.367**	**–**	**1.076**	**858**

d. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

A companhia estima que realizará os créditos tributários em até dois anos.

8. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

a. Composição

	31/12/2022	31/12/2021
Patrimonial	21.243	15.046
Responsabilidades	7.276	7.443
Riscos Financeiros	9.803	9.078
Demais	1.013	1.132
Pessoas	2	2
Total	**39.337**	**32.701**
Ativo circulante	**34.101**	**27.862**
Ativo não circulante	**5.236**	**4.839**

Os custos de aquisição são compostos pelas comissões devidas sobre a comercialização de planos de seguros. Os critérios de diferimento estão descritos na nota 3.14 e o prazo médio de apropriação é de 12 meses.

continua →★

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA HDI GLOBAL SEGUROS S.A. (Em milhares de reais)

b. Movimentação

	31/12/2022				31/12/2021			
	Comissões s/prêmios	Comissões s/prêmios de RVNE	Outros custos de aquisição	Total	Comissões s/prêmios	Comissões s/prêmios de RVNE	Outros custos de aquisição	Total
Saldo no início do exercício	**25.278**	**7.073**	**350**	**32.701**	**23.999**	**5.369**	**447**	**29.815**
Constituições	57.229	17.626	126	**74.981**	83.298	12.345	332	**95.975**
Reversões/Baixas/ Cancelamentos	(52.577)	(15.456)	(312)	**(68.345)**	(82.019)	(10.641)	(429)	**(93.089)**
Saldo no final do exercício	**29.930**	**9.243**	**164**	**39.337**	**25.278**	**7.073**	**350**	**32.701**
Ativo circulante				**34.101**				**27.862**
Ativo não circulante				**5.236**				**4.839**

9. ATIVO IMOBILIZADO

a. Composição do imobilizado

		31/12/2022			31/12/2021		
	% Depreciação a.a.	Custo de aquisição	Valor Líquido de Depreciação	Valor Contábil	Custo de aquisição	Valor Líquido de Depreciação	Valor Contábil
Equipamentos	20%	320	(320)	**–**	320	(286)	**34**
Móveis, máquinas e utensílios	10%	421	(206)	**215**	419	(163)	**256**
Veículos	20%	329	(329)	**–**	329	(289)	**40**
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	20%	1.473	(1.426)	**47**	1.473	(1.166)	**307**
Total		**2.543**	**(2.281)**	**262**	**2.541**	**(1.904)**	**637**

b. Movimentação do imobilizado

	Equipamentos	Móveis, Máquinas e Utensílios	Veículos	Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**73**	**284**	**105**	**567**	**1.029**
Adições	–	13	–	–	**13**
Depreciação	(39)	(41)	(65)	(260)	**(405)**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**34**	**256**	**40**	**307**	**637**
Adições	–	–	–	–	**–**
Depreciação	(34)	(41)	(40)	(260)	**(376)**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**–**	**215**	**–**	**47**	**262**

10. ATIVO INTANGÍVEL

a. Composição do intangível

		31/12/2022			31/12/2021		
Composição	% Amortização a.a.	Custo de aquisição	Amortização Acumulada	Valor Contábil	Custo de aquisição	Amortização Acumulada	Valor Contábil
Outros intangíveis - *Softwares*	20%	6.011	(597)	5.414	4.631	(370)	4.261
Total		**6.011**	**(597)**	**5.414**	**4.631**	**(370)**	**4.261**

b. Movimentação do intangível

	Outros intangíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**2.546**	**2.546**
Adições	1.885	1.885
Amortizações	(170)	(170)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**4.261**	**4.261**
Adições	1.381	1.381
Amortizações	(228)	(228)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**5.414**	**5.414**

11. OBRIGAÇÕES A PAGAR

Composição	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores	6.896	1.113
Dividendos	–	1.746
Honorários, remunerações e gratificações a pagar	3.412	3.492
Outras obrigações a pagar	34	1.553
Total	**10.342**	**7.904**

12. IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

Composição	31/12/2022	31/12/2021
IOF sobre prêmios de seguros	9.077	6.988
Contribuições previdenciárias	1.378	701
Outros	1.660	1.548
Total	**12.115**	**9.237**

13. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Composição	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ a recolher	736	–
CSLL a recolher	381	–
COFINS	116	407
PIS	18	66
Total	**1.251**	**473**

14. DEPÓSITO DE TERCEIROS

Composição por data de recebimento

	31/12/2022	31/12/2021
De 1 a 30 dias	20.391	4.431
De 31 a 60 dias	8	26
De 61 a 90 dias	3	16
De 91 a 120 dias	159	8
De 121 a 150 dias	2	–
De 151 a 180 dias	18	–
Total	**20.581**	**4.481**

15. PROVISÕES TÉCNICAS

a. Composição

	31/12/2022			31/12/2021		
	Bruto de resseguro	Parcela resseguradа	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Parcela resseguradа	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	380.318	283.089	97.229	340.230	258.133	82.097
Provisão de sinistros a liquidar	423.050	360.319	62.731	423.134	361.286	61.848
Provisão de despesas relacionadas	21.970	15.126	6.844	17.639	12.768	4.871
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	64.748	48.118	16.630	54.868	42.183	12.685
Provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados	56.516	47.074	9.442	41.342	36.867	4.475
Total do circulante e não circulante	**946.602**	**753.726**	**192.876**	**877.213**	**711.237**	**165.976**
Passivo circulante	**895.331**	**750.877**	**144.454**	**840.989**	**703.221**	**137.768**
Passivo não circulante	**51.271**	**2.849**	**48.422**	**36.224**	**8.016**	**28.208**

A provisão de prêmios não ganhos de resseguro está líquida dos custos de aquisição diferidos.

b. Abertura por ramo

	Provisões técnicas brutas de resseguro		Provisões técnicas líquidas de resseguro	
Composição	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Patrimonial	651.081	595.516	71.197	61.470
Responsabilidades	157.957	151.308	64.562	54.103
Transportes	93.322	90.861	37.297	31.899
Demais	44.242	39.528	19.820	18.504
Total	**946.602**	**877.213**	**192.876**	**165.976**

c. Movimentação

	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de despesas relacionadas	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	Provisão de sinistros Ocorridos e não Suficientemente Avisados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**307.076**	**527.990**	**12.366**	**51.356**	**–**	**898.788**
Constituição de provisões	(1.273.631)	–	7.592	10.939	41.464	**(1.213.636)**
Reversão de provisões	1.306.785	–	(3.301)	(7.427)	(122)	**1.295.935**
Indenizações de sinistros avisados	–	374.018	–	–	–	**374.018**
Despesas de sinistros	–	–	18.462	–	–	**18.462**
Indenizações e despesas de sinistros pagos	–	(480.510)	(17.679)	–	–	**(498.189)**
Atualização monetária, juros e oscilação cambial	–	1.636	199	–	–	**1.835**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**340.230**	**423.134**	**17.639**	**54.868**	**41.342**	**877.213**
Constituição de provisões	1.459.032	–	7.252	15.565	16.005	**1.497.854**
Reversão de provisões	(1.418.944)	–	(2.818)	(5.685)	(831)	**(1.428.278)**
Indenizações de sinistros avisados	–	347.671	–	–	–	**347.671**
Despesas de sinistros	–	–	20.724	–	–	**20.724**
Indenizações e despesas de sinistros pagos	–	(349.094)	(20.831)	–	–	**(369.925)**
Atualização monetária, juros e oscilação cambial	–	1.339	4	–	–	**1.343**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**380.318**	**423.050**	**21.970**	**64.748**	**56.516**	**946.602**
Passivo circulante						**895.331**
Passivo não circulante						**51.271**

d. Garantia das provisões técnicas

	31/12/2022	31/12/2021
Provisões técnicas	**946.602**	**877.213**
Ativos de resseguros redutores de:		
Provisão de prêmios não ganhos	(75.765)	(103.312)
Provisão de sinistros a liquidar	(407.393)	(398.153)
Provisão de despesas relacionadas	(15.126)	(12.768)
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(48.118)	(42.183)
Direitos creditórios	(178.090)	(169.186)
Custos de aquisição diferidos redutores	(15.769)	(12.970)
Depósitos judiciais	(1.566)	(765)
Total a ser coberto (a)	**204.775**	**137.876**
Bens vinculados oferecidos para cobertura (b)	389.306	238.254
Ativos livres	2.009	2.190
Aplicações financeiras (nota 4a)	**391.315**	**240.444**
Excedente (b-a)	**184.531**	**100.378**

e. Desenvolvimento de sinistros: O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o desenvolvimento das reavaliações estimadas dos sinistros já avisados ao longo dos anos até a sua liquidação em relação à sua estimativa inicial. A tabela de estimativas de sinistros demonstra na primeira linha o valor da estimativa inicial, registrada na provisão de sinistros a liquidar, e nas linhas subsequentes os valores das reavaliações ao longo dos anos. A tabela de pagamentos de sinistros demonstra os montantes liquidados em cada momento desde o registro da estimativa inicial na Companhia.

	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Provisão de sinistros a liquidar	479.566	72.173
IBNER (1)	(56.516)	(9.442)
Provisão de Sinistros a Liquidar (nota 12a)	**423.050**	**62.731**
Atualização monetária e juros	(3.335)	(3.150)
Outras estimativas (2)	3	7
Provisão de sinistros a liquidar *large losses* (3)	(111.807)	(6)
Provisão de sinistros a liquidar de anos anteriores a 2017	(3.422)	(2.623)
Passivo apresentado na tabela de desenvolvimento de sinistros	**304.489**	**56.959**

(1) A provisão de IBNER apresentada na tabela é atuarialmente constituída para dar cobertura ao desenvolvimento de sinistros.
(2) O montante de outras estimativas na tabela acima refere-se aos valores relativos à retrocessão e oscilação cambial.
(3) Foram desconsiderados dos dados sinistros considerados *large losses* que possuem baixa frequência e alta severidade, além de serem integralmente ressegurados.

Sinistros avisados brutos de resseguro - Administrativos

Ano de cadastro	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
No ano de cadastro	105.433	135.680	183.096	268.795	226.824	271.152	**271.152**
1 ano depois	113.781	141.962	192.140	264.559	242.755	–	**242.755**
2 anos depois	113.142	140.132	179.525	258.439	–	–	**258.439**
3 anos depois	116.674	142.085	180.031	–	–	–	**180.031**
4 anos depois	117.667	140.699	–	–	–	–	**140.699**
5 anos depois	118.453	–	–	–	–	–	**118.453**
Estimativa acumulada na data base	**118.453**	**140.699**	**180.031**	**258.439**	**242.755**	**271.152**	**1.211.529**
Diferenças entre estimativas finais e iniciais	**13.020**	**5.019**	**(3.065)**	**(10.356)**	**15.931**	**–**	**–**
Pagamentos acumulados na data-base	**(109.329)**	**(130.737)**	**(160.580)**	**(233.924)**	**(175.297)**	**(105.538)**	**(915.405)**
Passivo representado no quadro	**9.124**	**9.962**	**19.451**	**24.515**	**67.458**	**165.614**	**296.124**

Sinistros avisados brutos de resseguro - Judiciais

Ano de cadastro	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
No ano de cadastro	650	356	425	384	455	616	**616**
1 ano depois	1.948	1.604	1.028	1.060	1.447	–	**1.447**
2 anos depois	1.972	1.831	1.389	1.765	–	–	**1.765**
3 anos depois	2.197	2.631	1.844	–	–	–	**1.844**
4 anos depois	2.064	3.193	–	–	–	–	**3.193**
5 anos depois	2.916	–	–	–	–	–	**2.916**
Estimativa acumulada na data-base	**2.916**	**3.193**	**1.844**	**1.765**	**1.447**	**616**	**11.781**
Diferenças entre estimativas finais e iniciais	**2.266**	**2.837**	**1.419**	**1.381**	**992**	**–**	**–**
Pagamentos acumulados na data-base	**(767)**	**(1.591)**	**(843)**	**(86)**	**(129)**	**–**	**(3.416)**
Passivo representado no quadro	**2.149**	**1.602**	**1.001**	**1.679**	**1.318**	**616**	**8.365**

Sinistros avisados líquidos de resseguro - Administrativos

Ano de cadastro	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
No ano de cadastro	32.063	49.060	55.227	79.845	83.814	95.868	**95.868**
1 ano depois	30.773	46.591	53.911	79.653	82.042	–	**82.042**
2 anos depois	30.854	47.384	52.830	76.751	–	–	**76.751**
3 anos depois	32.449	47.568	53.352	–	–	–	**53.352**
4 anos depois	32.382	52.217	–	–	–	–	**52.217**
5 anos depois	32.298	–	–	–	–	–	**32.298**
Estimativa acumulada na data-base	**32.298**	**52.217**	**53.352**	**76.751**	**82.042**	**95.868**	**392.528**
Diferenças entre estimativas finais e iniciais	**235**	**3.157**	**(1.875)**	**(3.094)**	**(1.772)**	**–**	**–**
Pagamentos acumulados na data-base	**(31.502)**	**(49.971)**	**(51.133)**	**(70.526)**	**(75.541)**	**(62.963)**	**(341.636)**
Passivo representado no quadro	**796**	**2.246**	**2.219**	**6.225**	**6.501**	**32.905**	**50.892**

Sinistros avisados líquidos de resseguro - Judiciais

Ano de cadastro	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
No ano de cadastro	589	159	178	384	352	312	**312**
1 ano depois	1.887	1.514	461	929	1.180	–	**1.180**
2 anos depois	1.814	1.734	618	1.248	–	–	**1.248**
3 anos depois	2.022	2.349	1.127	–	–	–	**1.127**
4 anos depois	1.874	2.512	–	–	–	–	**2.512**
5 anos depois	2.587	–	–	–	–	–	**2.587**
Estimativa acumulada na data-base	**2.587**	**2.512**	**1.127**	**1.248**	**1.180**	**312**	**8.966**
Diferenças entre estimativas finais e iniciais	**1.998**	**2.353**	**949**	**864**	**828**	**–**	**–**
Pagamentos acumulados na data-base	**(761)**	**(1.149)**	**(775)**	**(86)**	**(128)**	**–**	**(2.899)**
Passivo representado no quadro	**1.826**	**1.363**	**352**	**1.162**	**1.052**	**312**	**6.067**

16. PROVISÕES JUDICIAIS

a. Cíveis: Referem-se processos movidos por segurados ou terceiros reivindicando o pagamento de sinistros sem cobertura nas respectivas apólices ou por outros motivos não relacionados a sinistros. O critério para a classificação da probabilidade, provável, possível e remoto é com base na avaliação de nossos assessores jurídicos. Foi constituída provisão para fazer frente aos processos com probabilidade provável de perda, conforme descrito a seguir:

	31/12/2022			31/12/2021		
Probabilidade de perda	Quantidade de processos	Valor pleiteado	Valor provisionado	Quantidade de processos	Valor pleiteado	Valor provisionado
Provável	2	71	71	3	129	129
Possível	3	494	–	3	494	–
Total	**5**	**565**	**71**	**6**	**623**	**129**

17. ATIVOS E PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

a. Composição

31/12/2022

	Ativos de direito de uso			Passivos de arrendamento	
	Custo	Depreciação acumulada	Total		Total
Imóveis	7.804	(2.891)	**4.913**	Imóveis	5.113
Veículos	881	(509)	**372**	Veículos	379
Total	**8.685**	**(3.400)**	**5.285**	**Total**	**5.492**

31/12/2021

	Ativos de direito de uso			Passivos de arrendamento	
	Custo	Depreciação acumulada	Total		Total
Imóveis	6.241	(1.802)	**4.439**	Imóveis	**4.401**
Veículos	610	(452)	**158**	Veículos	**165**
Total	**6.851**	**(2.254)**	**4.597**	**Total**	**4.566**

b. Movimento

Ativos de direito de uso

	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**3.881**	**338**	**4.219**
Remensurações e adições	1.376	(29)	**1.347**
Depreciação	(818)	(151)	**(969)**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**4.439**	**158**	**4.597**
Remensurações e adições	1.456	288	**1.744**
Depreciação	(982)	(74)	**(1.056)**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**4.913**	**372**	**5.285**

Passivos de arrendamento

	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**4.029**	**361**	**4.390**
Remensurações e adições	1.376	(29)	**1.347**
Pagamentos	(1.070)	(178)	**(1.248)**
Juros apropriados	66	11	**77**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**4.401**	**165**	**4.566**
Remensurações e adições	1.456	288	**1.744**
Pagamentos	(1.142)	(89)	**(1.231)**
Juros apropriados	398	15	**413**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**5.113**	**379**	**5.492**

c. Passivos de arrendamento por vencimento

	31/12/2022			31/12/2021		
	Imóveis	Veículos	Total	Imóveis	Veículos	Total
Até 1 ano	1.015	232	**1.247**	622	32	**654**
acima de 1 até 3 anos	2.250	147	**2.397**	1.649	122	**1.771**
acima de 3 até 5 anos	1.848	–	**1.848**	1.512	11	**1.523**
acima de 5 anos	–	–	**–**	618	–	**618**
Total	**5.113**	**379**	**5.492**	**4.401**	**165**	**4.566**

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social: O capital social no montante de R$ 72.947, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 101.247.289 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

	Quantidade de ações	Capital Social
Posição em 31 de dezembro de 2021	**90.788.260**	**62.947**
Aumento de capital - AGE de 14/09/2021 - Portaria CGRAJ/SUSEP nº 584 de 07/01/2022	10.459.029	10.000
Posição em 31 de dezembro de 2022	**101.247.289**	**72.947**

b. Reserva legal: Constituída na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para compensação de prejuízos ou para aumento de capital social. **c. Reserva de retenção de lucros:** Refere-se à soma das parcelas não distribuídas do resultado segundo deliberação dos acionistas de forma a manter a companhia capitalizada e atender as exigências de capital. **d. Dividendos e juros sobre o capital próprio:** Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. Foram creditados como destinação aos acionistas, juros sobre capital próprio, no montante bruto de impostos de R$ 8.035 (R$ 4.414 em 2021), calculados mediante a aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo sobre o patrimônio líquido e limitados a 50% do lucro do período antes da provisão para o imposto de renda ou saldo de lucros acumulados e reserva de lucros.

19. RAMOS DE ATUAÇÃO

	Prêmios ganhos		% de Sinistralidade		% Comercialização	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Patrimonial	675.051	581.778	36	59	6	7
Transportes	192.501	189.820	62	26	13	13
Responsabilidades	132.320	134.924	25	3	10	11
Demais	18.060	14.112	–	10	23	33
Total	**1.017.932**	**920.634**	**38**	**48**	**8**	**9**

20. DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADOS

	31/12/2022	31/12/2021
a. Sinistros ocorridos	**(391.824)**	**(439.566)**
Indenizações avisadas	(409.005)	(442.450)
Despesas com sinistro	(26.168)	(23.416)
Recuperação de sinistros	47.169	27.753
Salvados e ressarcimentos	6.060	2.059
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(9.880)	(3.512)
b. Custos de aquisição	**(80.917)**	**(85.513)**
Comissões	(95.373)	(86.803)
Outros custos de aquisição	(3.609)	(9.846)
Variação dos custos de aquisição diferidos	6.625	2.881
Recuperação de comissões	11.440	8.255
c. Outras receitas e despesas operacionais	**(680)**	**(77)**
Contingências cíveis	45	(26)
Encargos sociais sobre comissões	(214)	(322)
Redução ao valor recuperável	(136)	469
Outras receitas e despesas	(375)	(198)

continua →★

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA HDI GLOBAL SEGUROS S.A. (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado com resseguro	**(472.560)**	**(306.642)**
d. Receitas com resseguro	**280.674**	**342.431**
Recuperações de indenizações de sinistros	260.046	326.370
Recuperações de despesas com sinistros	14.893	13.811
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	5.735	2.250
e. Despesas com resseguro	**(753.234)**	**(649.073)**
Prêmios de resseguros cedidos	(879.933)	(771.254)
Comissão sobre prêmios de resseguros cedidos	102.296	89.315
Variação da despesa de resseguro	37.928	34.911
Variação da recuperação da despesa de comercialização diferida	(10.421)	(757)
Salvados e ressarcimentos cedidos	(3.104)	(1.288)
f. Despesas administrativas	**(52.263)**	**(38.446)**
Pessoal próprio	(27.156)	(23.806)
Serviços de terceiros	(6.912)	(5.832)
Localização e funcionamento	(3.312)	(2.243)
Custos compartilhados	(14.508)	(6.152)
Outras despesas administrativas	(375)	(413)
g. Despesas com tributos	**(19.572)**	**(17.544)**
Impostos federais	(4.387)	(3.712)
Pis e Cofins	(13.270)	(11.985)
Outras despesas	(1.915)	(1.847)
h. Receitas financeiras	**158.134**	**104.915**
Instrumentos financeiros - Valor justo por meio do resultado	15.693	5.736
Ativos financeiros disponíveis para venda	21.903	7.194
Operações de seguros	114.793	91.892
Outras receitas financeiras	5.746	93
i. Despesas financeiras	**(119.543)**	**(95.466)**
Operações de seguros	(106.309)	(94.245)
Outras despesas financeiras	(13.234)	(1.221)
Resultado financeiro	**38.592**	**9.449**

21. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia é patrocinadora de um plano de previdência aos seus funcionários e diretores na modalidade contribuição definida - Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL). As contribuições aportadas ao plano somaram R$ 1.220 (R$ 558 em 2021). Além desse benefício, a Companhia também oferece aqueles descritos na nota 3.9. O montante dos benefícios pagos em 2022, incluindo as contribuições ao plano PGBL mencionadas anteriormente, totalizaram R$ 3.644 (R$ 1.602 em 2021).

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O resultado fiscal foi apurado conforme demonstrado a seguir:

	Imposto de renda		Contribuição social	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes dos impostos e participações	**38.708**	**42.295**	**38.708**	**42.295**
Juros sobre capital próprio	(8.035)	(4.414)	(8.035)	(4.414)
Participações sobre o lucro	586	(466)	586	(466)
Adições temporárias	9.649	4	9.649	4
Exclusões temporárias	(8.874)	(437)	(8.874)	(437)
Adições permanentes	1.032	1.525	331	397
Resultado fiscal antes da compensação de prejuízos	**33.067**	**38.507**	**32.366**	**37.379**
Compensação de prejuízos fiscais	–	(6.043)	–	(6.181)
Resultado fiscal do exercício	**33.067**	**32.464**	**32.366**	**31.198**
Tributos calculados pelas alíquotas oficiais (nota 3.11) (1)	(7.950)	(9.603)	(4.826)	(6.375)
Tributos diferidos sobre adições/exclusões temporárias	194	(108)	166	(65)
FUMCAD	–	49	–	–
Lei do Idoso	–	49	–	–
PAT - Programa de alimentação do trabalhador	20	160	–	–
Resultado fiscal do exercício (2)	**(7.736)**	**(9.453)**	**(4.660)**	**(6.440)**

(1) A Lei nº 14.446/22 aumentou de 15% para 16% a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido no período entre agosto e dezembro de 2022 (em 2021 a lei nº 14.183/21 aumentou de 15% para 20% entre julho e dezembro de 2021).
(2) A alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social é de 32,65% (37,58% em 2021).

23. PARTES RELACIONADAS

a. As transações com empresas que estão sob o controle societário do Grupo Talanx, são realizadas em condições comutativas a preços, prazos e taxas normais de mercado sendo efetuadas em condições semelhantes às que seriam aplicadas entre partes não relacionadas, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 05. As transações estão demonstradas a seguir:

	31/12/2022				31/12/2021			
	HGSE (2)	HR (3)	HGN (4)	HDI (5)	HGSE (2)	HR (3)	HGN (4)	HDI (5)
Ativo circulante	**157**	**13.216**	**47.789**	**191**	**941**	**5.250**	**57.390**	**512**
Sinistros liquidados de cosseguro a recuperar	33	224	2.063	–	–	–	–	438
Sinistros liquidados a recuperar com ressegurador	–	–	–	–	134	1.206	1.607	–
Provisões técnicas de resseguro	19	12.806	44.932	–	727	3.909	55.434	–
Outros	105	186	794	191	80	135	349	74
Passivo circulante	**–**	**(4.835)**	**(17.212)**	**(1.724)**	**(876)**	**(5.166)**	**(17.477)**	**(628)**
Provisões técnicas de cosseguro	–	–	–	–	–	–	–	(191)
Prêmio de resseguro a liquidar	–	(5.054)	(18.495)	(143)	(1.170)	(5.349)	(17.976)	–
Outros	–	219	1.283	(1.581)	294	183	499	(437)

	31/12/2022					31/12/2021				
	TAM (1)	HGSE (2)	HR (3)	HGN (4)	HDI (5)	TAM (1)	HGSE (2)	HR (3)	HGN (4)	HDI (5)
Resultado do exercício	**(82)**	**(312)**	**(2.110)**	**(8.225)**	**(15.278)**	**(152)**	**(608)**	**(4.568)**	**(5.133)**	**(6.629)**
Prêmios de resseguros cedidos (nota 6g)	–	(32)	(12.563)	(12.338)	–	–	(1.008)	(4.521)	(22.489)	–
Variação das provisões técnicas	–	(423)	(7)	(1.881)	–	–	388	(1.177)	6.033	(17)
Recuperação de indenização de cosseguro cedido	–	–	–	–	(62)	–	–	–	–	(466)
Recuperação de indenização de resseguro (nota 6d)	–	15	9.431	(329)	–	–	(86)	518	5.110	–
Recuperação de provisão de sinistros ocorridos e não avisados de resseguro	–	–	45	1.301	–	–	–	89	748	–
Recuperação de despesas de sinistro de resseguro	–	57	174	1.020	(5)	–	12	85	1.612	–
Recuperação de custo de aquisição	–	4	715	3.935	–	–	81	438	3.725	–
Despesas administrativas	–	–	–	–	(15.211)	–	–	–	–	(6.146)
Despesas/Receitas Financeiras	(82)	67	95	67	–	(152)	5	–	128	–

(1) *Talanx Asset Management GmbH* - gestão de investimentos do Grupo Talanx; (2) HDI Global SE - cessão de resseguro; (3) *Hannover Rückversicherung AG* - cessão de resseguro; (4) HDI Global Network AG - cessão de resseguro; (5) HDI Seguros S.A. - cessão de cosseguro e compartilhamento de custos administrativo.

b. Administradores - os benefícios pagos aos Administradores totalizaram R$ 1.960 em dezembro de 2022 (R$ 2.276 em dezembro de 2021) e estão registrados na rubrica "Despesas com pessoal próprio" no grupo "Despesas administrativas". É garantido aos administradores o pagamento de 12 meses de benefícios em caso de desligamento. Os Administradores não recebem remuneração baseada em ações.

24. GERENCIAMENTO DE RISCO

A Companhia está exposta a riscos classificados entre risco de seguro ou risco de subscrição; risco financeiro, sendo este composto por risco de crédito, liquidez e mercado; e risco operacional, provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos. A estratégia de gestão de riscos da Companhia deriva de sua estratégia de negócios e de sua capacidade de suportar riscos (nível de solvência). De acordo com cada natureza e materialidade de cada risco a Companhia exerce seu gerenciamento, e de forma integrada monitora o valor dos seus negócios. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação dos diversos níveis organizacionais da Companhia de acordo com a responsabilidade atribuída a cada cargo que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos que atuam como a primeira linha de defesa na identificação, avaliação, mensuração, tratamento e monitoramento desses riscos. Essa estrutura está baseada em políticas e responsabilidades que estão de acordo com a complexidade dos produtos, serviços, processos operacionais e sistemas da Companhia. Também faz parte da estrutura uma área de gestão de riscos que tem a responsabilidade de atuar como a segunda linha de defesa, monitorando a exposição da Companhia a riscos. Conforme o Estatuto Social da Companhia, foi estabelecido o Comitê de Auditoria, órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração e que funcionará, conforme expressamente permitido pela regulamentação aplicável, também como seu Comitê de Riscos para os fins da Resolução CNSP nº 416/21. Possui como objetivo, dentre outros, avaliar a efetividade e acompanhar o trabalho da auditoria interna e externa, bem como revisar as demonstrações financeiras. As fragilidades identificadas são encaminhadas na forma de recomendações à Diretoria. O Comitê de Auditoria também assessora o Conselho de Administração na supervisão da Estrutura de Gestão de Riscos, como previsto na legislação vigente. Adicionalmente, o Conselho da Administração se reúne periodicamente com o Presidente e a Diretoria Executiva para acompanhar a implementação da estratégia e fazer correções táticas necessárias. Essa reunião tem caráter executivo, ou seja, são discutidos os resultados da Companhia e assuntos relevantes para a tomada de decisões, que incluem também a Gestão de Riscos, quando há a necessidade de alinhar medidas entre o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. A Companhia possui Comitês Executivos que auxiliam a Diretoria Executiva na gestão de riscos, sendo eles: • Comitê de Governança e Privacidade: tem como objetivo discutir, avaliar, recomendar e deliberar, de forma colegiada, sobre as atividades relacionadas a compliance, gestão de riscos, controles internos, auditoria interna e privacidade. • Comitê Financeiro e Operacional (Backoffice): tem como objetivo discutir, avaliar, recomendar e deliberar, de forma colegiada, sobre as atividades relacionadas a operação e financeira. **Gestão de risco de seguro/subscrição:** A Companhia define como risco de seguro o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante. Dentro do risco de seguro, destaca-se também o risco de subscrição que é oriundo de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da Companhia em relação a sua política de subscrição ou a estimativa de suas provisões. O risco de seguro, que inclui o risco de subscrição resulta principalmente de: • Flutuações na frequência e severidade das indenizações de sinistro em relação às expectativas previstas; • Precificação ou subscrição inadequada de riscos; • Políticas de resseguro ou técnicas de transferência de riscos inadequadas; • Provisões técnicas inadequadas. **Estratégia de subscrição:** O elemento-chave da política de subscrição é a avaliação de riscos, que está baseada na definição dos riscos por meio de análise de perfis, histórico das carteiras e outras variáveis. O principal segmento de gestão de riscos de seguros é o de seguros de danos. A estratégia de subscrição visa diversificar, de forma padronizada, as operações de seguros para assegurar o balanceamento da carteira e o atendimento às necessidades dos clientes. Baseia-se no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de volatilidade nos resultados e severidade dos sinistros. A Companhia mantém eficiente controle de suas regras de subscrição com utilização de tecnologia para adequada seleção dos riscos. O monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento da performance de cada produto bem como possibilita avaliar a eventual necessidade de alterações. A Auditoria Atuarial Independente, que é realizada anualmente conforme determinações da Resolução CNSP nº 381/15 e alterações, e o teste de adequação dos passivos, possibilitam averiguar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas, considerando as premissas mínimas determinadas pelo órgão regulador - SUSEP. **Estratégia de resseguro:** Como forma de diluir e homogeneizar a responsabilidade na aceitação dos riscos subscritos pela Companhia foi definida a política de resseguro, que é revisada anualmente. As diretrizes de resseguro contêm os riscos a ressegurar (limites de retenção e aceitação por ramo e produtos), critério de escolha dos resseguradores e parâmetros de distribuição de resseguros. Os contratos de resseguros firmados consideram condições proporcionais e não proporcionais, de forma a reduzir e proteger a exposição dos riscos isolados e dos riscos de natureza catastrófica, além das colocações de riscos facultativos para gerenciamento do risco de severidade. Cabe destacar que as retenções fixadas em contratos de resseguro são iguais ou inferiores aos limites de retenção calculados de acordo com a legislação vigente. **Concentração de riscos:** As potenciais exposições são monitoradas analisando determinadas concentrações em algumas áreas geográficas, utilizando uma série de premissas sobre as características potenciais da ameaça. São contratadas coberturas de resseguro para mitigar o risco de concentração, considerando as localidades com maior penetração e acúmulo de unidades em exposição.

A tabela a seguir apresenta as importâncias seguradas por região onde a Companhia opera:

	31/12/2022	31/12/2021
Riscos de danos e pessoas		
Sudeste	127.033.376	125.604.218
Sul	50.725.894	44.941.375
Nordeste	15.255.044	18.272.127
Centro-Oeste	4.234.419	5.249.282
Norte	1.784.822	1.931.481
Total geral	**199.033.555**	**195.998.484**

Prêmios de seguros por região	Prêmios emitidos		Prêmios de resseguros cedidos		Prêmios retidos	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Riscos de danos						
Sudeste	720.975	731.455	700.661	641.314	563.444	90.141
Sul	177.626	100.859	92.186	65.526	67.455	35.333
Nordeste	75.090	53.636	50.901	37.857	(192.283)	15.779
Centro-Oeste	60.326	47.758	18.714	15.542	(215.391)	32.216
Norte	26.241	17.027	17.334	10.881	(43.058)	6.146
Riscos de pessoas						
Sudeste	137	108	127	121	672	(13)
Sul	10	10	10	10	(2)	–
Norte	–	4	–	3	–	1
Total geral	**1.060.405**	**950.857**	**879.933**	**771.254**	**180.837**	**179.603**

Sensibilidade do risco de seguro: A Companhia efetua análise de sensibilidade da sinistralidade considerando cenários (otimista e pessimista) com base na sinistralidade histórica. A tabela abaixo apresenta o efeito no resultado líquido de imposto em função da variação de um ponto percentual na sinistralidade, apurado na data-base do balanço:

Bruto de resseguro:	Redução de um ponto percentual (efeito líquido de impostos)	Aumento de um ponto percentual (efeito líquido de impostos)
Patrimonial	6.751	(6.751)
Transportes	1.925	(1.925)
Responsabilidades	1.498	(1.498)
Demais	5	(5)
Total	**10.179**	**(10.179)**

Liquido de resseguro:	Redução de um ponto percentual (efeito líquido de impostos)	Aumento de um ponto percentual (efeito líquido de impostos)
Patrimonial	330	(330)
Transportes	1.142	(1.142)
Responsabilidades	323	(323)
Demais	3	(3)
Total	**1.798**	**(1.798)**

Gestão de risco de liquidez: O Risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Companhia saldar seus compromissos no curto prazo, quanto aos sacrifícios ocasionados na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A gestão dos ativos e passivos permite apontar com antecedência estratégias de investimentos para otimizar o resultado da carteira bem como manter os recursos necessários para honrar as obrigações da Companhia, inclusive indicando novos aportes de capital, se necessário. A tabela a seguir apresenta todos os ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia classificados segundo o fluxo contratual de caixa não descontado. Os passivos de seguros estão alocados no tempo segundo a melhor expectativa quanto à data de liquidação destas obrigações, levando em consideração o histórico de liquidação de sinistros e o período de expiração do risco dos contratos de seguro.

Fluxos de caixa contratuais não descontados

31/12/2022	Vencidos	0 - 3 meses Sem vencimento definido	3 - 6 meses	6- 9 meses	9 -12 meses	1 - 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	**–**	**183.501**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**183.501**
Time Deposit	–	83.566	–	–	–	–	–	**83.566**
Quotas de fundos de investimento abertos	–	99.935	–	–	–	–	–	**99.935**
Ativos financeiros disponíveis pra venda.	**–**	**–**	**5.839**	**20.265**	**19.235**	**80.736**	**81.739**	**207.814**
Letras financeiras do tesouro	–	–	–	5.743	–	24.730	75.439	**105.912**
Letras do tesouro nacional	–	–	–	14.522	19.235	44.903	–	**78.660**
Notas do tesouro nacional	–	–	5.839	–	–	11.103	6.300	**23.242**
Créditos das operações com seguros e resseguros	**10.970**	**241.249**	**60.000**	**17.270**	**7.317**	**10.583**	**–**	**347.389**
Prêmios a receber de segurados	10.970	198.556	50.067	3.877	–	10.583	–	**274.053**
Valores a receber congêneres	–	14.115	–	–	–	–	–	**14.115**
Valores a receber resseguradoras	–	28.578	9.933	13.393	7.317	–	–	**59.221**
Ativos de resseguro - provisões técnicas.	**–**	**362.345**	**125.949**	**169.811**	**92.772**	**2.083**	**766**	**753.726**
Outros valores e bens	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
Caixa e equivalentes de caixa	**–**	**31.727**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**31.727**
Total dos ativos financeiros	**10.970**	**818.822**	**191.788**	**207.346**	**119.324**	**93.402**	**82.505**	**1.524.157**
Provisões técnicas	**–**	**432.052**	**150.179**	**202.480**	**110.620**	**37.480**	**13.791**	**946.602**
Passivos financeiros	**–**	**267.981**	**75.130**	**101.295**	**55.340**	**2.234**	**822**	**502.802**
Contas a pagar	–	31.255	–	–	–	–	–	**31.255**
Débitos das operações com seguros e resseguros	–	216.145	75.130	101.295	55.340	2.234	822	**450.966**
Depósitos de terceiros	–	20.581	–	–	–	–	–	**20.581**
Total dos passivos financeiros	**–**	**700.033**	**225.309**	**303.775**	**165.960**	**39.714**	**14.613**	**1.449.404**

31/12/2021 Fluxos de caixa contratuais não descontados	Vencidos	0 - 3 meses Sem vencimento definido	3 - 6 meses	6- 9 meses	9 -12 meses	1 - 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	**–**	**78.839**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**78.839**
Time Deposit	–	22.322	–	–	–	–	–	**22.322**
Quotas de fundos de investimento abertos	–	56.517	–	–	–	–	–	**56.517**
Ativos financeiro disponíveis para venda.	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**2.359**	**158.898**	**161.257**
Letras financeiras do tesouro	–	–	–	–	–	2.359	158.898	**161.257**
Créditos das operações com seguros e resseguros	**52.579**	**219.119**	**41.628**	**4.732**	**291**	**7.489**	**–**	**325.838**
Prêmios a receber de segurados	10.811	173.269	40.105	4.732	–	7.489	–	**236.406**
Valores a receber de congêneres	–	39.736	–	–	–	–	–	**39.736**
Valores a receber de resseguradoras	41.768	6.114	1.523	–	291	–	–	**49.696**
Ativos de resseguro - provisões técnicas.	**–**	**266.372**	**170.478**	**149.168**	**117.204**	**6.801**	**1.215**	**711.237**
Outros valores e bens	**–**	**43**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**43**
Caixa	**–**	**7.391**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**7.391**
Total dos ativos financeiros	**52.579**	**571.764**	**212.106**	**153.900**	**117.495**	**16.649**	**160.113**	**1.284.605**
Provisões técnicas	**–**	**320.451**	**200.087**	**178.202**	**142.249**	**30.407**	**5.817**	**877.213**
Passivos financeiros	**–**	**152.773**	**73.272**	**64.652**	**47.411**	**2.229**	**398**	**340.735**
Contas a pagar	–	27.608	–	–	–	–	–	**27.608**
Débitos das operações com seguros e resseguros	–	120.684	73.272	64.652	47.411	2.229	398	**308.646**
Depósitos de terceiros	–	4.481	–	–	–	–	–	**4.481**
Total dos passivos financeiros	**–**	**473.224**	**273.359**	**242.854**	**189.660**	**32.636**	**6.215**	**1.217.948**

Risco de mercado: Risco de mercado está associado a perdas potenciais advindas de variações em preços de ativos financeiros, taxas de juros, moedas e índices. A Companhia estabelece através de políticas, os limites, processos e uso de ferramentas que viabilizam a gestão do risco de mercado. Os cálculos de risco de mercado são mensurados com base em cenários de stress e na metodologia de *Value at Risk* (VaR), assim os resultados obtidos permitem o monitoramento dos impactos desse risco e a sua mitigação. O VaR do Portfolio de Investimentos (em dezembro/2022) é de R$ 4,5 milhões ou 1,14% do total de aplicações para horizonte de tempo de 1 ano e intervalo de confiança de 99%. O resultado do teste de stress, no pior cenário dado pela B3, é de R$ 3,3 milhões, ou 0,84% do total das aplicações. **Sensibilidade à taxa de juros:** Para análise de sensibilidade verificamos o resultado da carteira com a oscilação da taxa básica do fator de risco em 100 basis points, os quais são demonstrados a seguir para posição em 31 de dezembro 2022:

Posição	Exposição R$	Cenário	Efeito
		elevação de 1 bps	-775
PRÉ	82.546	redução de 1 bps	775
		elevação de 1 bps	-268
Cupom de IPCA	19.380	redução de 1 bps	268
		elevação de 1 bps	-5.264
Selic	172.788	redução de 1 bps	5.264

Limitações da análise de sensibilidade: Os quadros demonstrados nessa seção apresentam o efeito de uma mudança importante em algumas premissas, enquanto outras permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares; impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados. As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e os passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. À medida que os mercados de investimentos se movimentam, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Companhia de possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica. **Gestão de risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou emissor de um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. No que se refere a ativos financeiros, a Companhia monitora o cumprimento da política de risco de crédito para garantir que os limites ou determinadas exposições a esse risco não sejam excedidos. Esse monitoramento é realizado sobre os ativos financeiros, de forma individual e coletiva, que compartilham riscos similares e leva em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. Limites de risco de crédito dos ativos financeiros são determinados com base no *rating* de crédito do emissor e/ou emissão emitido pelas agencias avaliadoras de risco, para garantir que a exposição global ao risco de crédito seja gerenciada e controlada dentro das políticas estabelecidas. A exposição máxima de risco de crédito originado de prêmios a serem recebidos de segurados é considerada como baixa. A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos, onde nos ramos de risco decorridos a exposição é maior, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. O ramo de risco decorrido comercializado é de transporte. No caso do risco de crédito junto as resseguradoras, os requisitos legais determinados pela SUSEP são devidamente respeitados, e a política de resseguro considera os participantes de mercado e resseguradoras com alta qualidade de crédito. A tabela a seguir apresenta os ativos financeiros detidos pela Companhia em 31 de Dezembro de 2022 distribuidos por de crédito obtidos junto a agências renomadas de *rating* (Fitch Ratings, Standard &Poor's e Moody's, entre outras). Os ativos classificados na categoria sem *rating* compreendem substancialmente fundos de investimentos de condomínio abertos e valores a serem recebidos de segurados que não possuem ratings de crédito individuais.

continua →★

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA HDI GLOBAL SEGUROS S.A. (Em milhares de reais)

							31/12/2022
Ativos Financeiros / *Rating*	**AAA**	**A+**	**A**	**A-**	**B++**	**Sem *rating***	**Total**
A valor justo por meio do resultado	**83.566**	**6.391**	**12.604**	**–**	**–**	**80.940**	**183.501**
Time Deposit	83.566	–	–	–	–	–	**83.566**
Quotas de fundos de investimentos abertos	–	6.391	12.604	–	–	80.940	**99.935**
Disponíveis pra venda	**207.815**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**207.815**
Letras financeiras do tesouro	105.913	–	–	–	–	–	**105.913**
Letras do tesouro nacional	78.660	–	–	–	–	–	**78.660**
Notas do tesouro nacional	23.242	–	–	–	–	–	**23.242**
Caixa e equivalentes de caixa	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**31.727**	**31.727**
Prêmios a receber de segurados	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**263.470**	**263.470**
Valores a receber junto a congêneres	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**14.115**	**14.115**
Valores a receber junto a resseguradoras	**–**	**22.939**	**5.685**	**22.570**	**1.759**	**6.268**	**59.221**

A tabela a seguir apresenta o total de ativos financeiros agrupados por classe de ativos e divididos entre ativos vencidos e não vencidos. A Companhia não possui ativos deteriorados (*impaired*). Os ativos classificados com prazo de vencimento indeterminado compreende principalmente fundos de investimentos.

							31/12/2022
						Ativos vencidos	
Ativos financeiros	**Ativos não vencidos**	**0 a 3 meses**	**3 a 6 meses**	**6 a 12 meses**	**Acima de 1 ano**	**Provisão para perda**	**Saldo contábil**
Valor justo por meio do resultado	**183.501**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**183.501**
Time Deposit	83.566	–	–	–	–	–	**83.566**
Quotas de fundos de investimentos abertos	99.935	–	–	–	–	–	**99.935**
Disponíveis pra venda	**207.814**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**207.814**
Títulos de renda fixa públicos	207.814						**207.814**
Empréstimos e recebíveis	**337.990**	**11.227**	**–**	**–**	**–**	**(1.828)**	**347.389**
Prêmios a receber de segurados	263.083	11.227	–	–	–	(257)	**274.053**
Valores a receber congêneres	15.686	–	–	–	–	(1.571)	**14.115**
Valores a receber resseguradoras	59.221	–	–	–	–	–	**59.221**
Outros valores e bens	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
Caixa e equivalentes de caixa	**31.727**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**31.727**
Total de ativos financeiros	**553.218**	**11.227**	**–**	**–**	**–**	**(1.828)**	**562.617**

							31/12/2021
						Ativos vencidos	
Ativos financeiros	**Ativos não vencidos**	**0 a 3 meses**	**3 a 6 meses**	**6 a 12 meses**	**Acima de 1 ano**	**Provisão para perda**	**Saldo contábil**
Valor justo por meio do resultado	**78.839**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**78.839**
Time Deposit	22.322	–	–	–	–	–	22.322
Quotas de fundos de investimentos abertos	56.517	–	–	–	–	–	56.517
Disponíveis pra venda	**161.605**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**161.605**
Letras financeiras do tesouro	161.605						161.605
Empréstimos e recebíveis	**274.373**	**11.270**	**944**	**17.673**	**23.987**	**(2.409)**	**325.838**
Prêmios a receber de segurados	225.595	11.266	–	–	–	(455)	236.406
Valores a receber congêneres	40.851	–	–	–	–	(1.115)	39.736
Valores a receber resseguradoras	7.927	4	944	17.673	23.987	(839)	49.696
Outros valores e bens	**43**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**43**
Caixa e equivalentes de caixa	**7.391**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**7.391**
Total de ativos financeiros	**360.646**	**11.270**	**944**	**17.673**	**23.987**	**(2.409)**	**412.111**

Gestão de capital: O principal objetivo da Companhia em relação a gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo CNSP e SUSEP, além de otimizar os retornos sobre capital para os acionistas. **Patrimônio líquido ajustado e adequação de capital:** Nos termos da Resolução CNSP nº 432/21 e alterações, as sociedades supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA), igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR). O CMR é equivalente ao maior valor, entre o capital-base e o capital de risco. A Companhia apura o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado, como demonstrado abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio líquido	**136.683**	**118.888**
Ajustes Contábeis		
(–) Ativos intangíveis	(5.414)	(4.261)
(–) Despesa antecipadas	(289)	(51)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos líquidos de impostos:		
(+) Superávit da TAP	10.986	21.958
Capital mínimo requerido (CMR)	**103.060**	**90.076**
Capital de risco de subscrição	82.165	69.251
Capital de risco de crédito	22.783	20.092
Capital de risco operacional	6.855	7.644
Capital de risco de mercado	2.077	4.180
Efeito em função da correlação entre os riscos de crédito, subscrição e mercado	(10.820)	(11.091)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	**141.966**	**136.534**
Nível 1	129.613	113.500
Nível 2	10.986	21.958
Nível 3	1.367	1.076
Ajuste do excesso de patrimônio liquido ajustado (PLA) de nível 2 e nível 3	–	–
Excedente do patrimônio liquido requerido PLA em relação ao Capital mínimo requerido (CMR)	**38.906**	**46.458**

Gestão de risco operacional: Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à reputação da instituição. A Companhia entende que o monitoramento e gerenciamento deste risco devem ser executados por todas as áreas, e para isso a Companhia está buscando aprimorar suas ferramentas de forma a ter condições de mensurar realisticamente sua exposição ao risco operacional, por exemplo, através de uma base de dados de perdas operacionais conforme disposto na Circular SUSEP nº 648/21 e alterações. Em conjunto com esse processo também utilizamos o resultado da avaliação da nossa estrutura de controles internos.

25. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9)

Dentre as normas que podem ser relevantes para a Companhia, encontra-se o Pronunciamento CPC 48 - Instrumentos Financeiros, que inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 será aplicável quando referendado pela SUSEP. **CPC 50 - Contratos de Seguro (IFRS 17):** O Pronunciamento CPC 50 estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguro emitidos. Requer também princípios semelhantes para serem aplicados aos contratos de resseguro mantidos e aos contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de maneira que representem fielmente tais contratos. Essas informações fornecem a base para que usuários das demonstrações contábeis avaliem o efeito que os contratos de seguro têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. O CPC 50 será aplicável quando referendado pela SUSEP.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

David Hullin - Presidente
João Francisco Silveira Borges da Costa - Vice-Presidente
Emanuel David Baltis
Eduardo Stefanello Dal Ri

DIRETORIA

Guillermo Eduardo León - Diretor Presidente
Wilson Roberto Alves - Diretor Administrativo Financeiro
Karen Ferraz de Aguiar Schiavon - Diretora de Controles Internos

Wilson Roberto Alves
Contador
CRC 1SP135713/O-7

Priscila Scarlat Marques
Atuário Responsável Técnico
MIBA 2054

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

RESPONSABILIDADES: O Comitê de Auditoria (Comitê) da HDI Global Seguros S.A. (Companhia) foi constituído pela AGE de 10/12/2018, ocasião em que o Conselho de Administração (CA) aprovou o seu Regulamento e elegeu os seus três membros, e funciona de acordo com as normas emanadas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), especificamente a Resolução CNSP nº 432/21. Em junho de 2022 foi aprovada nova versão do Regulamento do Comitê de Auditoria, com a inclusão das atribuições de Comitê de Riscos, nos termos da Resolução CNSP nº 416/21. As atividades do Comitê de Auditoria foram desenvolvidas conforme definido nesse Regulamento. Compete ao Comitê assessorar o CA, principalmente, na supervisão (i) da qualidade e integridade das demonstrações financeiras; (ii) do cumprimento das disposições legais e regulatórias; (iii) da qualificação, independência e atuação dos auditores independentes; (iv) do desempenho da auditoria interna; (v) das atividades de gerenciamento de riscos e dos controles internos; e (vi) da efetividade da Estrutura da Gestão de Riscos (EGR). É responsabilidade da Administração da Companhia a elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com a legislação e regulamentação vigentes no Brasil, a definição e manutenção de controles internos adequados para garantir a qualidade e integridade das informações financeiras, bem como do sistema de controle e gerenciamento de riscos. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração da Companhia, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelas áreas de contabilidade, gerenciamento de riscos, controles internos e compliance, e de outras áreas julgadas necessárias pelos membros do Comitê, além das próprias análises e avaliações efetuadas pelo Comitê. **ATIVIDADES DO COMITÊ NO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2022:** As principais atividades e trabalhos desenvolvidos pelo Comitê no exercício social de 2022 estão estabelecidas nos termos do Regulamento do Comitê e compreenderam, resumidamente, (i) reuniões com executivos da Companhia para acompanhamento dos resultados e atividades no exercício, mais especificamente com o Presidente e os responsáveis pelas áreas de contabilidade, controladoria e impostos, auditoria interna, gerenciamento de riscos, compliance e controles internos; (ii) revisão dos balancetes mensais e das demonstrações financeiras em 30 de junho e 31 de dezembro de 2022 e correspondentes notas explicativas; (iii) reuniões com os auditores independentes para avaliação do seu plano de trabalho para as auditorias dessas demonstrações financeiras, acompanhamento dos seus trabalhos e correspondentes resultados, e revisão de seus relatórios; (iv) reunião com o auditor atuarial; e (v) reuniões com o CA e Diretoria, para avaliação dos resultados da Companhia. Os resultados dos trabalhos e atividades do Comitê foram reportados ao CA, não tendo sido identificados fatos relevantes ou recomendações específicas para serem reportadas. **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** Com base nos resultados dos trabalhos e atividades desenvolvidas, considerando o escopo de suas atribuições, assim como o relatório dos auditores independentes, o Comitê de Auditoria, entende que os sistemas de controles internos e gerenciamento de riscos da HDI Global Seguros S.A. estão estruturados para propiciar o adequado registro e controle das operações da Companhia, a aderência com os normativos internos, legais e regulatórios, e recomendou ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2023

David Hullin **Emanuel David Baltis** **Manuel Luiz da Silva Araújo**

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas HDI Global Seguros S.A. **Escopo da Auditoria:** Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da **HDI Global Seguros S.A.** (Sociedade) em 31 de dezembro de 2022 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Atuários Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **HDI Global Seguros S.A.** em 31 de dezembro de 2022, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Outros Assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2023

pwc
PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, Edifício B32, 16º
São Paulo - SP - Brasil 04538-132
CNPJ 02.646.397/0001-19
CIBA 105

Dinarte Ferreira Bonetti
MIBA 2147

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **HDI Global Seguros S.A. - Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da HDI Global Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da HDI Global Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA - Mensuração das Provisões Técnicas (Notas 3.7, 3.8 e 15): A Seguradora possui passivos relacionados a contratos de seguros, em sua maioria referentes a ramos elementares e grandes riscos, denominados Provisões Técnicas, e mensalmente efetua testes para avaliar a suficiência das mesmas, dentre elas destacamos a Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG), Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR) e a Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL). O processo de determinação e mensuração das provisões técnicas requer julgamentos e envolvimento de atuários na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outras, estimativas quanto ao desenvolvimento dos prêmios emitidos, sinistros incorridos e pagos e taxa de desconto. Devido à relevância das provisões técnicas oriundas dos contratos de seguros e o impacto que eventuais mudanças nas premissas destas provisões poderiam causar nas demonstrações financeiras, consideramos essa uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Realizamos o entendimento dos controles internos relevantes relacionados à mensuração e registro contábil das provisões técnicas pela administração. Em conjunto com nossos especialistas na área atuarial, efetuamos, entre outros procedimentos, a avaliação da razoabilidade das metodologias e premissas utilizadas pela administração na mensuração das provisões técnicas e do Teste de Adequação de Passivos (TAP), tais como a seleção de fatores de desenvolvimento de prêmios emitidos e sinistros incorridos e pagos, e taxa de desconto, e comparamos com as premissas utilizadas pelo mercado e/ou com os dados históricos da Seguradora. Nossos procedimentos incluíram também a confirmação de que as metodologias foram implementadas substancialmente, de acordo com as notas técnicas atuariais vigentes, pela Seguradora para as provisões de PPNG, IBNR e PSL. Adicionalmente, realizamos os testes de consistência históricos, bem como o recálculo independente da PPNG, do IBNR. Quanto às bases de dados utilizadas na mensuração das provisões técnicas, efetuamos teste, em base amostral, da acuracidade das informações dos campos considerados críticos utilizados na mensuração dessas provisões técnicas. Consideramos que as metodologias e premissas utilizadas na determinação dessas provisões técnicas são consistentes com as informações obtidas no curso de nossa auditoria. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificados durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2023

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC SP127241/O-0

Santander Auto

Santander Auto S.A.

CNPJ nº 30.617.319/0001-21

portal.santanderauto.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras da **Santander Auto S.A.** relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **A empresa:** Através da parceria entre HDI Seguros S.A. e o Banco Santander Brasil criou-se a **Santander Auto S.A.** com intuito de comercializar seguros de automóveis de forma 100% digital. **O Grupo:** A Companhia é integrante dos grupos HDI e Santander. Suas controladoras diretas são HDI Seguros S.A. e SANCAP Investimentos e Participações S.A. **Desempenho no exercício:** A Companhia encerrou o exercício com um volume de prêmios emitidos de R$ 171 milhões com um aumento de 37,1% em relação a 2021. Os sinistros ocorridos e os custos de comercialização permaneceram estáveis, em torno de 28% e 22% dos prêmios ganhos respectivamente. As rubricas de outras receitas e despesas operacionais e despesas administrativas tiveram redução dos percentuais em relação aos prêmios ganhos em virtude dos ganhos de escala. O resultado financeiro teve um crescimento relevante, tanto em função do aumento das taxas de juros - o CDI acumulado subiu de 4,42% em 2021 para 12,38% em 2022 - quanto pelo aumento do montante de aplicações em decorrência do fluxo de caixa gerado pelas operações. A Companhia encerrou o exercício com um lucro antes dos impostos e participações de **R$ 44,3 milhões** o que representa um aumento de 140,3% em relação a 2021. **Perspectivas e planos da Administração para 2023:** A Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg) projeta um crescimento dos prêmios de seguro de automóveis de 8,0% em 2023. **Política de distribuição e reinvestimento de lucros:** Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido, ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2022	2021
CIRCULANTE		**98.832**	**60.976**
Disponível		**1.288**	**1.175**
Caixa e bancos		1.288	1.175
Aplicações	4	**65.423**	**36.095**
Créditos das operações com seguros e resseguros	5	**9.149**	**6.017**
Prêmios a receber		9.149	6.017
Outros créditos operacionais		**–**	**544**
Ativos de resseguros e retrocessão	6	**1**	**1**
Títulos e créditos a receber		**75**	**58**
Créditos tributários e previdenciários	7	67	–
Outros créditos		8	58
Outros valores e bens	8	**695**	**478**
Bens à venda		695	478
Despesas antecipadas		**139**	**323**
Custos de aquisição diferidos	9	**22.062**	**16.285**
Seguros		22.062	16.285
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**109.146**	**81.614**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**105.069**	**78.916**
Aplicações	4	**101.954**	**74.634**
Títulos e créditos a receber		**1.404**	**3.567**
Créditos tributários e previdenciários	7	1.404	3.567
Custos de aquisição diferidos	9	**1.711**	**715**
Seguros		1.711	715
IMOBILIZADO	10	**15**	**7**
Bens móveis		15	6
Outras imobilizações		–	1
INTANGÍVEL	11	**4.062**	**2.691**
Outros intangíveis		4.062	2.691
TOTAL DO ATIVO		**207.978**	**142.590**

PASSIVO	Nota	2022	2021
CIRCULANTE		**137.785**	**97.814**
Contas a pagar		**17.796**	**9.411**
Obrigações a pagar	12	10.943	6.344
Impostos e encargos sociais a recolher	13	3.600	1.977
Encargos trabalhistas		104	97
Impostos e contribuições	14	2.209	617
Outras contas a pagar	21	940	376
Débitos de operações com seguros e resseguros		**2.087**	**1.909**
Prêmios a restituir		65	57
Corretores de seguros e resseguros		2.022	1.852
Depósitos de terceiros	15	**849**	**835**
Depósitos de terceiros		849	835
Provisões técnicas - seguros	16	**117.053**	**85.659**
Danos		117.053	85.659
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**8.637**	**3.590**
Provisões técnicas - seguros	16	**8.548**	**3.529**
Danos		8.548	3.529
Outros débitos		**89**	**61**
Provisões judiciais		89	61
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17	**61.556**	**41.186**
Capital social		41.000	41.000
Reservas de lucros		20.569	419
Ajuste de avaliação patrimonial		(13)	(233)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**207.978**	**142.590**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2022	2021
Prêmios emitidos		171.222	124.901
Variações das provisões técnicas de prêmios		(30.806)	(22.544)
PRÊMIOS GANHOS	**18**	**140.416**	**102.357**
Sinistros ocorridos	**19a**	(38.879)	(30.799)
Custos de aquisição	**19b**	(30.916)	(22.561)
Outras receitas e despesas operacionais	**19c**	(5.263)	(6.158)
Resultado com resseguro		(226)	(208)
Despesa com resseguro	**19d**	(226)	(208)
Despesas administrativas	**19e**	(29.949)	(23.875)
Despesas com tributos	**19f**	(6.505)	(4.245)
Resultado financeiro	**19g/h**	15.585	3.898
RESULTADO OPERACIONAL		**44.263**	**18.409**
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		**44.263**	**18.409**
Imposto de renda	**20**	(11.362)	(4.642)
Contribuição social	**20**	(6.453)	(2.876)
Participações sobre o lucro		(22)	2
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**26.426**	**10.893**
Quantidade de ações	**16**	**44.903.896**	**44.903.896**
Lucro líquido por ação - R$		**0,59**	**0,24**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	**26.426**	**10.893**
Variação no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	367	173
Imposto de renda e contribuição social sobre os resultados abrangentes	(147)	(69)
Resultados abrangentes	220	104
Total dos resultados abrangentes	**26.646**	**10.997**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais)

	2022	2021
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	26.426	10.893
Ajustes para:		
Variações das provisões técnicas de prêmios	30.806	22.544
Variação do custo de aquisição diferido	(6.773)	(4.926)
Variação da despesa de resseguro	–	207
Depreciações e amortizações	505	288
Provisão para redução ao valor recuperável	(70)	414
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações	(56.648)	(34.204)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(3.062)	(4.757)
Outros créditos operacionais	544	(518)
Títulos e créditos a receber	2.146	1.733
Outros valores e bens	(217)	(283)
Despesas antecipadas	184	(17)
Contas a pagar	19.810	10.180
Débitos de operações com seguros e resseguros	178	560
Depósito de terceiros	14	661
Provisões técnicas - seguros	5.607	5.845
Outros débitos	28	56
Ajuste com títulos e valores mobiliários	220	104
Caixa gerado pelas operações	**19.698**	**8.780**
Impostos sobre o lucro pago	(15.183)	(5.409)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**4.515**	**3.371**
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(1.884)	(1.730)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(1.884)**	**(1.730)**
Atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(2.518)	(1.362)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	**(2.518)**	**(1.362)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**113**	**279**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.175	896
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.288	1.175
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**113**	**279**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais)

			Reservas de lucros				
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Ajustes com TVM	(Prejuízo)/Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		41.000	–	–	(337)	(9.112)	31.551
Títulos e valores mobiliários		–	–	–	104	–	104
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	10.893	10.893
Distribuição do resultado:							
Reserva legal		–	89	–	–	(89)	–
Reserva de retenção de lucros		–	–	330	–	(330)	–
Juros sobre o capital próprio		–	–	–	–	(1.362)	(1.362)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**41.000**	**89**	**330**	**(233)**	**–**	**41.186**
Títulos e valores mobiliários		–	–	–	220	–	220
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	26.426	26.426
Proposta para distribuição do resultado:							
Reserva legal		–	1.321	–	–	(1.321)	–
Reserva de retenção de lucros		–	–	18.829	–	(18.829)	–
Juros sobre o capital próprio/dividendos	17d	–	–	–	–	(6.276)	(6.276)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**41.000**	**1.410**	**19.159**	**(13)**	**–**	**61.556**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Santander Auto S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Paulo, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todas as modalidades de seguros de danos em todo o território nacional. O endereço da sede da Companhia é Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041/2235, 19º andar, Parte - Vila Olímpia, São Paulo. O capital da Companhia é detido em bases iguais pelas empresas HDI Seguros S.A. e Sancap Investimentos e Participações S.A. Os controladores em última instância são a HDI V.a.G. com sede em Hannover - Alemanha e Banco Santander S.A. com sede em Madri - Espanha.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, em consonância com a Circular SUSEP nº 648/21, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aprovadas pela SUSEP. As referidas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios. A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em reunião realizada em 10 de fevereiro de 2023 e foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de fevereiro de 2023. **2.1 Base para mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos nas demonstrações financeiras: • Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo; • Ativos para venda mensurados pelo valor justo menos os custos de venda - valor realizável líquido. **2.2 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais. **2.3 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas podem necessitar de revisão se ocorrerem alterações nas circunstâncias em que se basearam ou em consequência de novas informações ou de maior experiência, sendo que os efeitos desta revisão serão reconhecidos prospectivamente. As notas explicativas listadas abaixo fornecem informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e sobre as incertezas relacionadas às estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil: • Notas 3.11 e 3.12 - Classificação e mensuração dos contratos de seguro; • Notas 3.2 e 4 - Instrumentos financeiros (aplicações financeiras); • Notas 3.6 e 16 - Provisões técnicas; • Nota 7 - Créditos tributários e previdenciários; • Nota 10 - Imobilizado; • Nota 11 - Intangível.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Representam numerário disponível em caixa, em contas bancárias e investimentos financeiros com vencimento inferior a 90 dias, contados a partir da data de aquisição. Esses ativos apresentam risco insignificante de mudança do valor justo e são monitorados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos no curto prazo e estão representados pela rubrica “caixa e bancos”. **3.2 Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros em uma das seguintes categorias: valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento, disponíveis para venda e recebíveis. A classificação entre as categorias é definida com base no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros e nas características de fluxo de caixa destes ativos. ***i. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:*** São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja aquisição tem a principal finalidade de gerar resultados em curto prazo por meio de negociações frequentes. Esses ativos são registrados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. Esses ativos são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento. ***ii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento:*** Caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter títulos até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. ***iii. Ativos financeiros disponíveis para venda:*** Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos e não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Esses ativos financeiros são registrados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários. ***iv. Recebíveis:*** Incluem-se nesta categoria os recebíveis não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado e tem sua recuperabilidade testada a cada data de balanço. ***v. Determinação do valor justo:*** Valor justo dos ativos financeiros é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa de mercado na data de balanço. O valor justo das aplicações em fundos de investimentos foi registrado com base nos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Ativos com valores divulgados em domínio público como Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão tiveram seu valor justo de acordo com a divulgação dessas fontes. O valor justo de ativos financeiros não cotados em mercados ativos é calculado através de técnicas e/ou metodologias de valorização apropriadas, tais como: uso de recentes transações de mercado; referência ao valor justo de outro instrumento que seja substancialmente similar; fluxo de caixa descontado; e/ou modelos específicos de precificação utilizados pelo mercado. **3.3 Redução ao valor recuperável (ativo financeiro):** Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. A Companhia constitui uma provisão para redução ao valor recuperável com base em estudo dos percentuais médios de perda efetiva sobre os valores a receber em atraso para apurar a probabilidade de perda esperada. Os valores provisionados são baixados quando não há mais expectativa para a recuperação do ativo. **3.4 Ativos e passivos de resseguros:** Os ativos e passivos decorrentes dos contratos de resseguros são apresentados de forma separada, segregando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez que a existência dos referidos contratos não exime a Companhia de honrar suas obrigações perante os segurados. Os ativos de resseguro compreendem os prêmios de resseguros diferidos de contratos não-proporcionais e os valores a recuperar sobre as indenizações pendentes de liquidação ou pagas aos segurados. Os passivos de resseguro compreendem os prêmios de resseguros a liquidar e as comissões a recuperar sobre os repasses de prêmios conforme os contratos firmados de cessão de riscos. **3.5 Ativo imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos de informática, móveis e máquinas e utensílios que são utilizados na condução dos negócios. São mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de Redução ao Valor Recuperável (*Impairment*) quando aplicável. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos com reparo ou manutenção são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as seguintes vidas úteis estimadas: móveis, máquinas, utensílios e equipamentos - 10 anos; equipamentos de informática - 5 anos. **3.6 Ativo intangível:** São classificados como ativo intangível os softwares desenvolvidos internamente, licenças de uso de softwares de terceiros que não são imprescindíveis para o funcionamento dos hardwares e as respectivas despesas de implantação. O intangível é demonstrado ao custo histórico, reduzido por amortizações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear considerando uma vida útil estimada de 5 anos. **3.7 Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas em conformidade com as determinações da Circular Susep nº 648/21, da Resolução CNSP nº 432/21 e posteriores alterações, e com base em critérios, parâmetros e fórmulas documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA), descritos a seguir: A Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Vigentes e Emitidos (PPNG-RVE) é constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos e já emitidos na data-base de cálculo.

A PPNG é calculada pelo método “pro rata die” com base no valor do prêmio comercial, incluindo as operações de cosseguro aceito, bruto das operações de resseguro e líquido das operações de cosseguro cedido. A Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Emitidos (PPNG-RVNE), representa o complemento da PPNG-RVE dada a existência de riscos assumidos cuja apólice ainda não foi emitida. É calculada com base em metodologia envolvendo a construção de triângulos de *run-off* que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices, em bases retrospectivas, no período de até 25 meses e acrescida das informações já conhecidas relativos a riscos vigentes, mas ainda não emitidos da data-base. A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída pela estimativa de pagamentos para a liquidação de sinistros pendentes, brutos de resseguros e cosseguro aceito e líquidos da recuperação de cosseguro cedido, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. Os valores provisionados de sinistros são atualizados monetariamente. A Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados (IBNR) é constituída para a cobertura de sinistros já ocorridos que a Companhia ainda não tem ciência. É calculada com base em duas metodologias distintas em função de ainda haver pouco volume de dados históricos de sinistros. Utiliza-se a metodologia atuarial de desenvolvimento de sinistros via triângulos de *run-off,* e a metodologia de aplicação de percentuais de benchmark, definidos em estudo atuarial sobre prêmios emitidos ou sinistros incorridos destinados à cobertura de sinistros já ocorridos que a Companhia ainda não tem ciência. O valor final a ser constituído será aquele a ser escolhido entre uma das metodologias aplicadas, que melhor refletir a experiência da companhia, observando os princípios atuariais, as boas práticas e os testes de aderência. A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros já ocorridos, considerando as despesas alocáveis (ALAE) e não alocáveis (ULAE).

Para apuração PDR é adotada a metodologia de aplicação de percentuais de despesa baseados no histórico da Companhia, sobre o saldo das provisões de IBNR e PSL do mês anterior. O Ajuste de Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados (IBNER), é realizado de forma agregada para sinistros ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final. Seu cálculo envolve análise conjunta de diversas metodologias usualmente praticadas pelo mercado (Desenvolvimento de Sinistros e Bornhuetter - Ferguson (BF) para estimativa do IBNP - Sinistros Incorridos e Não Pagos. Sobre a parcela estimada dos sinistros administrativos, é aplicado o desconto financeiro do fluxo futuro de melhores estimativas dos pagamentos de sinistros já ocorridos com base nas taxas pré-fixadas de Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ETTJ). A atualização da provisão estimada é realizada através do incremento mensal estimado com base na projeção de sinistros para o exercício, de maneira a refletir a evolução da carteira de seguros. **3.8 Teste de Adequação dos Passivos (TAP):** Conforme requerido pela Circular SUSEP nº 648/21 e alterações, a Companhia elaborou o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11, vigentes na data-base do teste. Este teste é elaborado semestralmente e considera como valor líquido contábil *(net carrying amount)* os passivos de contratos de seguro brutos de resseguro, deduzidos do custo de aquisição diferido e de outros ativos intangíveis. Os contratos foram agrupados pelos ramos conforme estabelecido pela Circular SUSEP n° 535/16 e alterações. Caso seja identificada qualquer deficiência no teste, a Companhia deverá registrar a perda imediatamente na apuração do resultado do período, constituindo provisões adicionais aos passivos de seguros já registrados na data-base do teste. Para esse teste foi adotada uma metodologia contemplando a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros relacionados aos riscos vigentes na data-base do teste, com valores brutos de resseguro, trazidos a valor presente com base na estrutura a termo de taxas de juros (ETTJ), através dos índices atualizados à data-base do cálculo para as opções Pré-Fixada ou IPCA. O resultado do TAP foi apurado pela diferença entre a soma do valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa, de sinistros ocorridos já avisados, de sinistros ocorridos mas não avisados, e dos sinistros a ocorrer relativos às apólices vigentes na data-base, acrescidos das estimativas das respectivas despesas e recuperações; e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na mesma data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo a sinistros ocorridos, já refletido pela expectativa de despesas alocáveis a sinistros e salvados, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos PSL e IBNR. O valor presente esperado do fluxo relativo a sinistros a ocorrer, relativo a apólices vigentes, acrescido das despesas administrativas e outras despesas e receitas foi comparado a soma da PPNG e PPNG-RVNE. A projeção de sinistros a ocorrer considerou a melhor estimativa de sinistralidade para cada agrupamento de ramos, tendo por base a série histórica de períodos trimestrais compreendidos em 28 meses de início da operação, resultando na sinistralidade global de 45,59% para a Seguradora.

O teste de adequação dos passivos realizado para a data-base de 31 de Dezembro de 2022 não indicou a necessidade de ajuste nas Provisões Técnicas. **3.9 Passivos financeiros:** Passivos financeiros compreendem, principalmente, contas a pagar, débitos das operações com seguros e resseguros e depósito de terceiros. **3.10 Benefícios a empregados:** Os benefícios a empregados incluem: (i) benefícios de curto prazo, tais como salários, ordenados e contribuições para a previdência social, licença remunerada por doença, programa de participação nos lucros e resultados, gratificações e benefícios não monetários (seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação e treinamento profissional) são oferecidos aos funcionários e reconhecidos no resultado à medida que são incorridos; (ii) benefícios por desligamento: aviso prévio, indenização adicional conforme convenção coletiva, indenização de 40% sobre o saldo do fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS e permanência no plano de seguro saúde por 30, 60 ou 90 dias de acordo com o tempo de serviço efetivo na Companhia; e (iii) plano de previdência privada a seus funcionários e diretores na modalidade contribuição definida - plano gerador de benefício livre (PGBL). A Companhia não concede qualquer outro tipo de benefício pós-emprego e não tem como política remunerar empregados por meio de plano de remuneração baseado em ações. **3.11 Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, com adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder a R$ 20 por mês. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável (vide nota 25). A alíquota da contribuição social devida sobre o lucro líquido aumentou no período entre agosto e dezembro de 2022 de 15% para 16% (Lei nº 14.446/22) e no período entre julho e dezembro de 2021 de 15% para 20% (Lei nº 14.183/21). A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido sobre prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas e diferenças temporárias quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de levantamento das demonstrações financeiras e serão desreconhecidos quando não houver expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para que o crédito tributário seja utilizado. **3.12 Classificação dos contratos de seguro:** Contrato de seguro é aquele em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando indenizá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto e específico que o afetou adversamente. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguro significativo. **3.13 Mensuração dos contratos de seguros:** As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição são registrados quando da emissão das respectivas apólices ou pelo início de vigência do risco para os riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, e apropriados,

continua →★

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA SANTANDER AUTO S.A. (Em milhares de reais)

em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros.

As despesas e receitas dos resseguros proporcionais são reconhecidas simultaneamente aos prêmios de seguros correspondentes, enquanto as relacionadas aos resseguros não proporcionais são reconhecidas de acordo com período de cobertura dos contratos firmados com os resseguradores.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a. Composição por categoria:

Aplicação/Classificação	Nível hierárquico (1)	Valor do custo atualizado	Ajuste a valor justo	Valor justo	Valor contábil	%
31/12/2022						
Quotas de fundos de investimentos abertos	2	10.894	–	10.894	10.894	6,51
Valor justo por meio do resultado		**10.894**	**–**	**10.894**	**10.894**	**6,51**
Letras financeiras do tesouro	1	156.505	(22)	156.483	156.483	**93,49**
Disponível para venda		**156.505**	**(22)**	**156.483**	**156.483**	**93,49**
Total		**167.399**	**(22)**	**167.377**	**167.377**	**100,00**
Ativo circulante					**65.423**	
Ativo não circulante					**101.954**	
31/12/2021						
Quotas de fundos de investimentos abertos	2	10.262	–	10.262	10.262	9,27
Valor justo por meio do resultado		**10.262**	**–**	**10.262**	**10.262**	**9,27**
Letras financeiras do tesouro	1	100.856	(389)	100.467	100.467	**90,73**
Disponível para venda		**100.856**	**(389)**	**100.467**	**100.467**	**90,73**
Total		**111.118**	**(389)**	**110.729**	**110.729**	**100,00**
Ativo circulante					**36.095**	
Ativo não circulante					**74.634**	

(1) Nível hierárquico: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2 - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

b. Composição das aplicações por vencimento:

Aplicação/Classificação	0 - 3 meses ou sem vencimento definido	6 - 9 meses	1 - 3 anos	Acima de 3 anos	Total (valor contábil)
31/12/2022					
Quotas de fundos de investimentos abertos	10.894	–	–	–	10.894
Valor justo por meio do resultado	**10.894**	**–**	**–**	**–**	**10.894**
Letras financeiras do tesouro	5.680	48.849	61.067	40.887	156.483
Disponível para venda	**5.680**	**48.849**	**61.067**	**40.887**	**156.483**
Total	**16.574**	**48.849**	**61.067**	**40.887**	**167.377**
Ativo circulante					**65.423**
Ativo não circulante					**101.954**
31/12/2021					
Quotas de fundos de investimentos abertos	10.262	–	–	–	10.262
Valor justo por meio do resultado	**10.262**	**–**	**–**	**–**	**10.262**
Letras financeiras do tesouro	25.833	–	–	74.634	100.467
Disponível para venda	**25.833**	**–**	**–**	**74.634**	**100.467**
Total	**36.095**	**–**	**–**	**74.634**	**110.729**
Ativo circulante					**36.095**
Ativo não circulante					**74.634**

c. Movimentação das aplicações financeiras:

31/12/2022	Títulos Públicos	Quotas de Fundo de Investimento	Total
Saldo no início do exercício	**100.467**	**10.262**	**110.729**
Aplicações	75.153	97.250	172.403
Resgates	(33.495)	(98.418)	(131.913)
Rendimentos	13.991	1.800	15.791
Variação no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	367	–	367
Saldo no final do exercício	**156.483**	**10.894**	**167.377**

d. Taxa de juros contratada

Título	Classe	Taxa de Juros Contratada (média)	Valor Contábil
31/12/2022			
Letras financeiras do tesouro	Título público	Selic	156.483
Total			**156.483**
31/12/2021			
Letras financeiras do tesouro	Título público	Selic	100.467
Total			**100.467**

e. Desempenho das aplicações financeiras: A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). O desempenho global das aplicações financeiras atingiu 12,40% no acumulado de 2022 (4,37% em 2021), representando 100,2% do CDI que foi de 12,38% no mesmo período (99,4% do CDI que foi de 4,42% em 2021).

5. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

a. Composição

	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios a receber	9.814	6.796
Provisão para redução ao valor recuperável	(665)	(779)
Total	**9.149**	**6.017**
Ativo circulante	**9.149**	**6.017**

b. A receber de segurados por vencimento

	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios a vencer	**9.216**	**6.355**
De 1 a 30 dias	2.958	2.260
De 31 a 60 dias	1.961	1.230
De 61 a 120 dias	2.827	1.935
De 121 a 180 dias	1.184	845
De 181 a 365 dias	286	85
Prêmios vencidos	**598**	**441**
De 1 a 30 dias	409	370
De 31 a 60 dias	38	21
De 61 a 120 dias	41	21
De 121 a 180 dias	48	10
De 181 a 365 dias	34	11
Superior a 365 dias	28	8
Total	**9.814**	**6.796**
Provisão para redução ao valor recuperável	(665)	(779)
Prêmios a receber de segurados	**9.149**	**6.017**
Ativo circulante	**9.149**	**6.017**

A Companhia oferece diversas opções de parcelamento sendo que, em 2022 os prêmios foram cobrados numa média ponderada de 1,89 parcelas (1,87 em 2021).

c. Movimentação dos prêmios a receber de segurados

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	**6.017**	**1.674**
Prêmios de seguros diretos	173.762	126.305
Prêmios de riscos vigentes não emitidos	(4)	621
IOF sobre prêmios	215	306
Recebimentos	(170.955)	(122.226)
Provisão para redução ao valor recuperável	114	(663)
Constituições	(619)	(1.044)
(–) Reversões	733	381
Saldo no final do exercício	**9.149**	**6.017**

6. OPERAÇÕES COM RESSEGURADORAS

Ativo

a. Ativos de Resseguro - Provisões técnicas

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão de prêmios não ganhos	1	1
Total	**1**	**1**
Ativo Circulante	**1**	**1**

b. Movimentação de ativos de resseguros e operações com resseguradoras

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	**1**	**208**
Constituições das provisões técnicas de resseguro	207	–
Reversões das provisões técnicas de resseguro	(207)	(207)
Saldo no final do exercício	**1**	**1**

c. Demonstração do percentual ressegurado

Ramos	31/12/2022 Prêmios emitidos	Prêmios retidos	% de retenção	31/12/2021 Prêmios emitidos	Prêmios retidos	% de retenção
Automóvel	171.222	170.996	99,9	124.901	124.901	100
Total	**171.222**	**170.996**	**99,9**	**124.901**	**124.901**	**100**

7. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

a. Composição:

	31/12/2022	31/12/2021
Créditos de IRPJ/CSLL s/prejuízos fiscais bases de cálculo negativas	–	2.538
Créditos de IRPJ/CSLL s/diferenças temporárias	907	600
Créditos de IRPJ/CSLL s/ajuste a valor mercado	9	155
Crédito tributário de PIS e COFINS (1)	488	274
Contribuição social a compensar	67	–
Total	**1.471**	**3.567**
Ativo circulante	**67**	**–**
Ativo não circulante	**1.404**	**3.567**

(1) Créditos tributários sobre a provisão de sinistros a liquidar.

b. Diferenças temporárias para fins de imposto de renda e contribuição social

Origem das diferenças temporárias	31/12/2022 Base de cálculo	Créditos tributários	31/12/2021 Base de cálculo	Créditos tributários
Provisões administrativas	1.464	586	619	248
Provisões operacionais	88	35	102	41
Provisões para redução ao valor recuperável	665	266	779	311
Provisões fiscais, trabalhistas e encargos sociais	50	20	–	–
	2.267	**907**	**1.500**	**600**

c. Movimentação de créditos tributários sobre as diferenças temporárias

	31/12/2022 Base de cálculo	Créditos tributários	31/12/2021 Base de cálculo	Créditos tributários
Saldo no início do exercício	**1.500**	**600**	**233**	**93**
Constituições	6.329	2.532	1.270	508
Reversões/Realizações	(5.562)	(2.225)	(3)	(1)
Saldo no final do exercício	**2.267**	**907**	**1.500**	**600**

d. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias: A Companhia estima que o prazo de realização dos créditos tributários será da seguinte forma: 98% entre 2023 e 2024 e 2% entre 2028 a 2033.

8. OUTROS VALORES E BENS

a. Bens a venda

Composição	31/12/2022	31/12/2021
Salvados a venda	739	524
Despesas diretamente relacionadas à venda	(44)	(46)
Total	**695**	**478**

b. *Aging* de salvados de automóvel:

	31/12/2022	31/12/2021
Até 3 meses	595	399
De 4 a 6 meses	50	79
De 7 a 12 meses	79	46
Acima de 1 ano	14	–
Total	**739**	**524**
Despesas diretamente relacionadas à venda	**(44)**	**(46)**
Total	**695**	**478**

Refere-se ao tempo de permanência no ativo de posse desde a sua constituição no ativo, dos saldos de salvados disponíveis para a venda.

c. Movimentação de salvados

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	**478**	**195**
Adições	9.459	5.024
Baixas por venda	(9.242)	(4.741)
Saldo no final do exercício	**695**	**478**

9. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

a. Composição:

	31/12/2022	31/12/2021
Automóvel	23.773	17.000
Total	**23.773**	**17.000**
Ativo circulante	**22.062**	**16.285**
Ativo não circulante	**1.711**	**715**

Os custos de aquisição são compostos por comissões relativos a comercialização de planos de seguros. Os critérios de diferimento estão descritos na nota 3.12 e o prazo médio de apropriação é de 12 meses.

b. Movimentação:

	31/12/2022 Comissões sobre prêmios	Comissões sobre prêmios de RVNE	Total	31/12/2021 Comissões sobre prêmios	Comissões sobre prêmios de RVNE	Total
Saldo no início do exercício	**16.787**	**213**	**17.000**	**11.991**	**83**	**12.074**
Constituições	41.071	52	41.123	30.497	147	30.644
Reversões	(34.297)	(53)	(34.350)	(25.701)	(17)	(25.718)
Saldo no final do exercício	**23.561**	**212**	**23.773**	**16.787**	**213**	**17.000**
Ativo circulante			**22.062**			**16.285**
Ativo não circulante			**1.711**			**715**

10. ATIVO IMOBILIZADO

a. Composição do imobilizado:

	% Depreciação a.a.	31/12/2022 Custo de aquisição	Valor Líquido de Depreciação	Valor Contábil	31/12/2021 Custo de aquisição	Valor Líquido de Depreciação	Valor Contábil
Equipamentos	20%	23	(8)	**15**	11	(5)	**6**
Móveis, máquinas e utensílios	10%	–	–	**–**	1	–	**1**
Total		**23**	**(8)**	**15**	**12**	**(5)**	**7**

b. Movimentação do imobilizado

	Equipamentos	Móveis, Máquinas e Utensílios	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**8**	**–**	8
Adições	–	1	1
Depreciações	(2)	–	(2)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**6**	**1**	**7**
Adições	12	–	12
Depreciações	(3)	–	(3)
Transferências	–	(1)	(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**15**	**–**	**15**

11. INTANGÍVEL

a. Composição do Intangível

	% Depreciação a.a.	31/12/2022 Custo de aquisição	Valor líquido de amortização	Valor contábil	31/12/2021 Custo de aquisição	Valor líquido de amortização	Valor contábil
Outros intangíveis - *softwares*	20%	4.898	(836)	4.062	3.025	(334)	2.691
Total		**4.898**	**(836)**	**4.062**	**3.025**	**(334)**	**2.691**

b. Movimentação do Intangível:

	Outros intangíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**1.248**	**1.248**
Adições	1.729	1.729
Amortizações	(286)	(286)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**2.691**	**2.691**
Adições	1.872	1.872
Transferências	1	1
Amortizações	(502)	(502)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**4.062**	**4.062**

12. OBRIGAÇÕES A PAGAR

Composição:	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores	1.879	3.714
Honorários, remunerações e gratificações a pagar	5.306	2.629
Dividendos a pagar	3.758	1
Total	**10.943**	**6.344**

13. IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

Composição:	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda retido na fonte	148	107
Imposto sobre serviços	74	46
IOF sobre prêmios de seguros	964	637
Contribuições previdenciárias	1.248	626
Outros	1.165	561
Total	**3.600**	**1.977**

14. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Composição:	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda a pagar	725	256
Contribuição social a pagar	888	2
PIS a pagar	83	50
COFINS a pagar	513	309
Total	**2.209**	**617**

15. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Composição por data de recebimento	31/12/2022	31/12/2021
Até 30 dias	782	822
De 31 a 60 dias	15	3
De 61 a 90 dias	8	8
De 91 a 120 dias	20	–
De 121 a 150 dias	4	2
De 151 a 180 dias	4	–
De 181 a 365 dias	13	–
Superior a 365 Dias	3	–
Total	**849**	**835**

16. PROVISÕES TÉCNICAS

As provisões técnicas referem-se a exclusivamente aos ramos de automóvel.

a. Composição:

	31/12/2022 Bruto de resseguro	Parcela ressegurada (1)	Líquido de resseguro	31/12/2021 Bruto de resseguro	Parcela ressegurada (1)	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	108.057	1	108.056	77.250	1	77.249
Provisão de sinistros a liquidar	11.238	–	11.238	6.417	–	6.417
Provisões de sinistros administrativos e judiciais	12.517	–	12.517	7.611	–	7.611
Estimativa de salvados e ressarcidos	(1.279)	–	(1.279)	(1.194)	–	(1.194)
Provisão de despesas relacionadas	749	–	749	627	–	627
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	3.565	–	3.565	3.507	–	3.507
Provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados	1.992	–	1.992	1.387	–	1.387
Total	**125.601**	**1**	**125.600**	**89.188**	**1**	**89.187**
Passivo circulante/ativo circulante	**117.053**	**1**	**117.052**	**85.659**	**1**	**85.658**
Passivo não circulante	**8.548**	**–**	**8.548**	**3.529**	**–**	**3.529**

(1) A provisão de prêmios não ganhos de resseguro está líquida dos custos de aquisição diferidos.

b. Movimentação:

	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de despesas relacionadas	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	Provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**54.706**	**2.905**	**350**	**2.838**	**–**	**60.799**
Constituição de provisões	139.204	–	398	1.419	1.387	142.408
Reversão de provisões	(116.660)	–	(144)	(750)	–	(117.554)
Despesas de sinistros	–	–	(693)	–	–	(693)
Sinistros avisados	–	33.321	–	–	–	33.321
Indenizações e despesas de sinistros pagos	–	(29.155)	715	–	–	(28.440)
Variação dos salvados não indenizados	–	(671)	–	–	–	(671)
Atualização monetária e juros	–	17	1	–	–	18
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**77.250**	**6.417**	**627**	**3.507**	**1.387**	**89.188**
Constituição de provisões	186.944	–	328	220	803	188.295
Reversão de provisões	(156.137)	–	(238)	(162)	(198)	(156.735)
Sinistros avisados	–	41.835	–	–	–	41.835
Despesas de sinistros	–	–	(1.126)	–	–	(1.126)
Indenizações e despesas de sinistros pagos	–	(36.979)	1.157	–	–	(35.822)
Variação dos salvados não indenizados	–	(85)	–	–	–	(85)
Atualização monetária e juros	–	50	1	–	–	51
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**108.057**	**11.238**	**749**	**3.565**	**1.992**	**125.601**

c. Garantia das provisões técnicas

	31/12/2022	31/12/2021
Provisões técnicas	125.601	89.188
Direitos creditórios	(7.622)	(4.951)
Custos de aquisição diferidos redutores	(21.779)	(15.561)
Depósitos judiciais	–	–
Total a ser coberto (a)	**96.200**	**68.676**
Bens vinculados oferecidos para cobertura (b)	161.122	104.597
Ativos livres	6.255	6.132
Aplicações financeiras (nota 4a)	**167.377**	**110.729**
Excedente (b-a)	**64.922**	**35.921**

d. Desenvolvimento de sinistros: O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o desenvolvimento das reavaliações estimadas dos sinistros já avisados ao longo dos anos até a sua liquidação em relação à sua estimativa inicial. A tabela de estimativas de sinistros demonstra na primeira linha o valor da estimativa inicial, registrada na provisão de sinistros a liquidar, e nas linhas subsequentes os valores das reavaliações ao longo dos anos. A tabela de pagamentos de sinistros demonstra os montantes liquidados em cada momento desde o registro da estimativa inicial na Companhia. A provisão de IBNER apresentada na tabela é atuarialmente constituída para dar cobertura ao desenvolvimento dos sinistros. A tabela de estimativas de sinistros líquidos de resseguro apresentará os mesmos valores da tabela dos sinistros brutos de resseguro, uma vez que não tivemos sinistros que atingissem a prioridade de resseguro.

	Bruto de resseguro
Provisão de sinistros a liquidar	13.230
(–) IBNER	(1.992)
Provisão de sinistros a liquidar (nota 16a)	**11.238**
(+) Estimativa de salvados	1.279
(–) Correção Monetária e Juros	(31)
(–) Outras estimativas (1)	(2)
(–) Provisão de sinistros a liquidar de anos anteriores a 2022	(1.497)
Passivo apresentado na tabela de desenvolvimento de sinistros	**10.987**

Sinistros pagos brutos de resseguro - Administrativos

Período de cadastro	07/2022	08/2022	09/2022	10/2022	11/2022	12/2022	Total
No mês de cadastro	2.918	3.264	4.122	4.283	4.646	4.661	**4.661**
1 mês depois	3.180	3.326	4.470	4.383	4.579	–	**4.579**
2 meses depois	2.951	3.037	4.147	3.965	–	–	**3.965**
3 meses depois	2.992	3.053	4.069	–	–	–	**4.069**
4 meses depois	2.914	2.974	–	–	–	–	**2.974**
5 meses depois	2.838	–	–	–	–	–	**2.838**
Estimativa acumulada na data-base	**2.838**	**2.974**	**4.069**	**3.965**	**4.579**	**4.661**	**23.086**
Diferenças entre estimativas finais e iniciais	**(80)**	**(290)**	**(53)**	**(318)**	**(67)**	**–**	**–**
Pagamentos acumulados na data-base	**(2.619)**	**(2.504)**	**(2.742)**	**(2.781)**	**(1.396)**	**(153)**	**(12.195)**
Passivo representado no quadro	**219**	**470**	**1.327**	**1.184**	**3.183**	**4.508**	**10.891**

continua →★

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA SANTANDER AUTO S.A. (Em milhares de reais)

Sinistros pagos brutos de resseguro - Judiciais

Período de cadastro	07/2022	08/2022	09/2022	10/2022	11/2022	12/2022	Total
No mês de cadastro	41	–	2	–	–	–	–
1 mês depois	41	3	2	–	–	–	–
2 meses depois	43	8	2	–	–	–	–
3 meses depois	51	8	2	–	–	–	2
4 meses depois	51	8	–	–	–	–	8
5 meses depois	92	–	–	–	–	–	92
Estimativa Acumulada na Data-Base	**92**	**8**	**2**	–	–	–	**102**
Diferenças entre Estimativas Finais e Iniciais	**51**	**8**	–	–	–	–	**102**
Sinistros pagos brutos de resseguro - Judiciais							
Pagamentos Acumulados na Data-Base	–	(6)	–	–	–	–	**(6)**
Passivo representado no quadro	92	2	2	–	–	–	**96**

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social: O capital social no montante de R$ 41.000, totalmente subscrito e integralizado representado por 44.903.896 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Não houve movimentação no exercício. **b. Reserva legal:** Constituída na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para compensação de prejuízos ou para aumento de capital social. **c. Reserva de retenção de lucros:** Refere-se à soma das parcelas não distribuídas do resultado segundo deliberação dos acionistas de forma a manter a companhia capitalizada e atender às exigências de capital. **d. Dividendos e juros sobre o capital próprio:** O estatuto da companhia determina o pagamento aos acionistas de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme a Lei das Sociedades Anônimas. Em 2022, a companhia pagou juros sobre capital próprio no montante de R$ 2.518, bruto de imposto de renda, imputados ao valor dos dividendos obrigatórios. A administração propôs o pagamento de R$ 3.758 como dividendos complementando o mínimo obrigatório, a ser referendado em Assembleia Geral Ordinária.

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	26.426	10.893
Dedução dos prejuízos acumulados	–	(9.112)
Constituição da reserva legal	(1.321)	(89)
Lucro líquido ajustado (a)	**25.105**	**1.692**
Juros sobre capital próprio	2.518	1.362
Dividendos propostos	3.758	–
Distribuição dos resultados (b)	**6.276**	**1.362**
Percentual de distribuição (b / a)	**25%**	**80%**

18. RAMOS DE ATUAÇÃO

	Prêmios ganhos		% de Sinistralidade		% Custos de aquisição	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Automóvel	140.416	102.357	28%	30%	22%	22%
Total	**140.416**	**102.357**	**28%**	**30%**	**22%**	**22%**

19. DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADOS

	31/12/2022	31/12/2021
a. Sinistros ocorridos	**(38.879)**	**(30.799)**
Indenizações avisadas	(41.835)	(33.321)
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(58)	(668)
Serviços de assistência	(34)	817
Despesas de sinistro	(1.184)	(948)
Variação da provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados	(605)	(1.387)
Salvados e ressarcimentos	4.837	4.708
b. Custos de aquisição	**(30.916)**	**(22.561)**
Comissões	(37.668)	(27.483)
Outras despesas de comercialização	(21)	(4)
Variação dos custos de aquisição diferidos	6.773	4.926
c. Outras receitas e despesas operacionais	**(5.263)**	**(6.159)**
Despesas técnicas com análise de riscos	(2.596)	(4.169)
Centrais de atendimento	(1.448)	(1.455)
Redução ao valor recuperável	70	(414)
Outras receitas e despesas operacionais	(1.289)	(121)
d. Despesa com resseguro	**(226)**	**(208)**
Prêmios de resseguros cedidos	(226)	–
Variação das provisões técnicas	–	(208)
Resultado com resseguro	**(226)**	**(208)**
e. Despesas administrativas	**(29.949)**	**(23.875)**
Pessoal próprio	(8.432)	(5.975)
Serviços de terceiros	(7.656)	(4.850)
Localização e funcionamento	(823)	(453)
Publicidade e propaganda	(693)	(362)
Contribuições e donativos	(113)	(39)
Custos compartilhados (nota 21)	(12.248)	(12.110)
Outras despesas administrativas	16	(86)
f. Despesas com tributos	**(6.505)**	**(4.245)**
Impostos federais	(48)	(79)
Pis e Cofins	(5.498)	(3.624)
Outras despesas	(959)	(542)
g. Receitas financeiras	**16.094**	**4.370**
Rendimento financeiro - Valor justo por meio do resultado	1.800	617
Rendimento financeiro - Disponíveis para venda	13.991	3.589
Operações de seguros	303	164
h. Despesas financeiras	**(509)**	**(472)**
Operação de seguro	(202)	(140)
Tarifas bancárias	(199)	(156)
Outras despesas financeiras	(108)	(176)
Resultado financeiro	**15.585**	**3.898**

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O resultado fiscal foi apurado conforme demonstrado a seguir:

	Imposto de renda		Contribuição social	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes dos impostos e participações	**44.262**	**18.409**	**44.262**	**18.409**
Participações sobre o lucro	(22)	2	(22)	2
Juros sobre Capital Próprio	(2.518)	(1.362)	(2.518)	(1.362)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	**41.722**	**17.049**	**41.722**	**17.049**
Adições temporárias	6.281	1.270	6.281	1.270
Exclusões temporárias	(5.556)	(3)	(5.556)	(3)
Adições permanentes	3.822	1.982	322	257
Resultado fiscal do exercício	**46.270**	**20.298**	**42.769**	**18.573**
Tributos calculados pelas alíquotas oficiais (nota 3.10) (1)	(11.543)	(5.051)	(6.579)	(3.066)
Tributos diferidos sobre adições/ exclusões temporárias	181	317	126	190
Incentivos fiscais	1	92	–	–
PAT - Programa de alimentação do trabalhador	1	11	–	–
Empresa Cidadã	–	42	–	–
FUMCAD	–	20	–	–
Lei do Idoso	–	19	–	–
Encargos sobre o resultado do exercício	**(11.362)**	**(4.642)**	**(6.453)**	**(2.876)**

(1) A Lei nº 14.446/22 aumentou de 15% para 16% a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido no período entre agosto e dezembro de 2022 (em 2021 a Lei nº 14.183/21 aumentou de 15% para 20% entre julho e dezembro de 2021). (2) A alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social é de 40,25% em 2022 (40,84% em 2021).

21. PARTES RELACIONADAS

a. As transações com empresas que estão sob o controle societário do Grupo Talanx, são realizadas em condições comutativas a preços, prazos e taxas normais de mercado sendo efetuadas em condições semelhantes às que seriam aplicadas entre partes não relacionadas, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 05. As transações estão demonstradas a seguir:

	31/12/2022			31/12/2021		
	HDI Seguros S.A. (1)	Banco Santander S.A. (2)	Santander Corretora de Seguros Ltda. (3)	HDI Seguros S.A. (1)	Banco Santander S.A. (2)	Santander Corretora de Seguros Ltda. (3)
Ativo circulante						
Disponível	**–**	**964**	**–**	**–**	**655**	**–**
Caixa e bancos	–	964	–	–	655	–
Créditos de operações com seguros e resseguros	**–**	**–**	**23.555**	**–**	**–**	**16.787**
Custo de aquisição diferido	–	–	23.555	–	–	16.787
Passivo circulante						
Contas a pagar	**(3.061)**	**–**	**–**	**(1.227)**	**–**	**–**
Outras contas a pagar	(3.061)	–	–	(1.227)	–	–
Débitos de operações com seguros e resseguros	**–**	**–**	**(4.054)**	**–**	**–**	**(1.205)**
Corretores de seguros e resseguros	–	–	(4.054)	–	–	(1.205)

	31/12/2022		31/12/2021		
	HDI Seguros S.A. (1)	Santander Corretora de Seguros Ltda. (3)	HDI Seguros S.A. (1)	Banco Santander S.A. (2)	Santander Corretora de Seguros Ltda. (3)
Resultado do exercício	**(9.668)**	**(31.924)**	**(12.935)**	**(42)**	**(16.320)**
Custos de aquisição	–	(38.195)	–	–	(27.793)
Variação das provisões técnicas	–	6.271	–	–	11.473
Despesas administrativas	(9.668)	–	(12.935)	–	–
Resultado financeiro	–	–	–	(42)	–

(1) HDI Seguros S.A. - compartilhamento de despesas administrativas; (2) Banco Santander S.A. - tarifas bancárias; (3) Santander Corretora de Seguros Ltda. - despesas de comercialização.

22. GERENCIAMENTO DE RISCO

A Companhia está exposta a riscos classificados entre risco de seguro ou risco de subscrição; risco financeiro, sendo este composto por risco de crédito, liquidez e mercado; e risco operacional, provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos. A estratégia de gestão de riscos da Companhia deriva de sua estratégia de negócios e de sua capacidade de suportar riscos (nível de solvência). De acordo com a natureza e materialidade de cada risco a Companhia exerce seu gerenciamento, e de forma integrada monitora o valor dos seus negócios. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O mercado de seguros tem sido cada vez mais volátil, complexo e competitivo e, com isso, as práticas de gestão de riscos têm evoluído para uma visão mais alinhada a esse cenário. A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos, se utilizado de forma mais abrangente e compreensiva, integrando o Conselho, Executivos e Stakeholders, irá auxiliar a Companhia a obter uma vantagem competitiva. A estratégia de gestão de risco deriva da estratégia de negócio e conta com a participação dos diversos níveis organizacionais da Companhia de acordo com a responsabilidade atribuída a cada cargo, com base em políticas e responsabilidades de acordo com a complexidade dos produtos, serviços, processos operacionais e sistemas da Companhia. Participam deste processo desde a alta administração até as diversas áreas de negócios e produtos que atuam como a primeira linha de defesa na identificação, avaliação, mensuração, tratamento e monitoramento desses riscos. Também faz parte da estrutura uma área de gestão de riscos e conformidade que tem a responsabilidade de atuar como a segunda linha de defesa, monitorando a exposição da Companhia a riscos. Conforme o Estatuto Social da Companhia, foi estabelecido o Comitê de Auditoria, órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração e que funcionará, conforme expressamente permitido pela regulamentação aplicável, também como seu Comitê de Riscos para os fins da Resolução CNSP nº 416/21. Possui como objetivo, dentre outros, avaliar a efetividade e acompanhar o trabalho da auditoria interna e externa, bem como revisar as demonstrações financeiras. As fragilidades identificadas são encaminhadas na forma de recomendações à Diretoria. O Comitê de Auditoria também assessora o Conselho de Administração na supervisão da Estrutura de Gestão de Riscos, como previsto na legislação vigente. Adicionalmente, o Conselho da Administração se reúne periodicamente com o Presidente e Diretoria Executiva para acompanhar a implementação da estratégia e fazer correções táticas necessárias. Essa reunião tem caráter executivo, ou seja, são discutidos os resultados da Companhia e assuntos relevantes para a tomada de decisões, que incluem também a Gestão de Riscos, quando há a necessidade de alinhar medidas entre o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. A Companhia possui Comitês Executivos que auxiliam a Diretoria Executiva na gestão de riscos, sendo eles: • Comitê de Resultados: tem como objetivo apresentar o resultado financeiro da Companhia e discutir, avaliar, recomendar e deliberar, de forma colegiada, sobre as atividades relacionadas a operação. • Comitê de Governança e Privacidade: tem como objetivo discutir, avaliar, recomendar e deliberar, de forma colegiada, sobre as atividades relacionadas a compliance, gestão de riscos, controles internos, auditoria interna e privacidade. • Comitê Atuarial: em como objetivo apresentar, discutir, avaliar, recomendar e deliberar, de forma colegiada, sobre as atividades atuariais da Companhia. **Gestão de risco de seguro/subscrição:** A Companhia define como risco de seguro o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante. Dentro do risco de seguro, destaca-se também o risco de subscrição que é oriundo de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da Companhia em relação à sua política de subscrição ou a estimativa de suas provisões. O risco de seguro, que inclui o risco de subscrição resulta principalmente de: • Flutuações na frequência e severidade das indenizações de sinistros em relação às expectativas previstas. • Precificação ou subscrição inadequada de riscos. • Políticas de resseguro ou técnicas de transferência de riscos inadequadas. • Provisões técnicas inadequadas. **Estratégia de subscrição:** O elemento-chave da política de subscrição é a avaliação de riscos, que está baseada na definição dos riscos por meio de análise de perfis, histórico das carteiras e outras variáveis. A estratégia de subscrição visa diversificar, de forma padronizada, as operações de seguros para assegurar o balanceamento da carteira e o atendimento às necessidades dos clientes. Baseia-se no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de volatilidade nos resultados e severidade dos sinistros. A Companhia mantém um controle estrito de suas regras de subscrição com intensa utilização de tecnologia para garantir a adequada seleção dos riscos. O monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento da performance de cada produto bem como possibilita avaliar a eventual necessidade de alterações. A Auditoria Atuarial Independente, que é realizada anualmente conforme determinações da Resolução CNSP nº 432/21 e alterações, e o teste de adequação dos passivos, possibilitam averiguar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas, considerando as premissas mínimas determinadas pelo órgão regulador - SUSEP. **Estratégia de resseguro:** Como forma de diluir e homogeneizar a responsabilidade na aceitação dos riscos subscritos pela Companhia foi definida a política de resseguro, que é revisada, no mínimo, semestralmente. As diretrizes de resseguro contêm os riscos a ressegurar (limites de retenção e aceitação por ramo e produtos), critério de escolha das resseguradoras e parâmetros de distribuição de resseguros. Os contratos de resseguros firmados consideram condições não proporcionais, de forma a reduzir a exposição aos riscos isolados e aos riscos de natureza catastrófica, além das colocações de riscos facultativos para gerenciamento do risco de severidade. Cabe destacar que as retenções fixadas em contratos de resseguro são iguais ou inferiores aos limites de retenção calculados de acordo com a legislação vigente. **Concentração de riscos:** A tabela a seguir apresenta as importâncias seguradas por região onde a Companhia opera. Particularmente em seguros de automóveis, são contratadas coberturas de resseguro para mitigar o risco de concentração, considerando as localidades com maior penetração e acúmulo de unidades em exposição.

Importância segurada por região

Riscos de danos	31/12/2022	31/12/2021
Sul	7.540.955	5.421.329
Sudeste	16.064.133	12.098.690
Centro-Oeste	2.665.637	1.455.864
Nordeste	4.297.331	2.622.784
Norte	1.448.401	870.318
Total geral	**32.016.457**	**22.468.985**

Prêmios de seguros por região

	Prêmios emitidos		Prêmios de resseguros cedidos		Prêmios retidos	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Riscos de danos						
Sul	90.322	70.193	153	4	90.169	43.037
Sudeste	36.428	25.958	23	(4)	36.405	21.243
Centro-Oeste	14.850	8.404	15	(1)	14.835	6.945
Nordeste	22.088	15.424	25	2	22.063	9.138
Norte	7.534	4.922	10	(1)	7.524	3.524
Total geral	**171.222**	**124.901**	**226**	**–**	**170.996**	**83.887**

Sensibilidade do risco de seguro: A Companhia efetua análise de sensibilidade da sinistralidade considerando cenários (otimista e pessimista) com base na sinistralidade histórica. A tabela abaixo apresenta o efeito no resultado líquido de imposto em função da variação de um ponto percentual na sinistralidade, apurado na data-base do balanço:

Ramos de atuação	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Automóvel	1.404	1.402
Total	**1.404**	**1.402**

Além do rigor na subscrição, a Companhia utiliza modelos estatísticos para precificação levando em conta diversos fatores: veículo, ano, modelo, região de circulação, bem como as variáveis relacionadas ao perfil de risco dos condutores. **Gestão de risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade da Companhia saldar seus compromissos, quanto aos sacrifícios ocasionados na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A carteira de investimentos segue a política de investimentos aprovada pelo Conselho de Administração, visando atender todas as obrigações regulatórias e a manutenção da liquidez em níveis mínimos necessários para o pagamento das obrigações da Companhia sob qualquer circunstância. A gestão dos ativos e passivos permite apontar com antecedência estratégias de investimentos para otimizar o resultado da carteira bem como manter os recursos necessários para honrar as obrigações da Companhia, inclusive indicando novos aportes de capital, se necessário. Os investimentos da Companhia estão compostos por ativos de liquidez imediata concentrados em títulos emitidos pelo tesouro nacional e fundos de investimentos que aplicam em títulos públicos brasileiros. A tabela a seguir apresenta todos os ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia classificados segundo o fluxo contratual de caixa não descontado. Os passivos de seguros estão alocados no tempo segundo a melhor expectativa quanto à data de liquidação destas obrigações, levando em consideração o histórico de liquidação de sinistros e o exercício de expiração do risco dos contratos de seguro.

Fluxos de caixa contratuais não descontados em 31/12/2022	Vencidos	0 - 3 meses ou sem vencimento definido	3 - 6 meses	6- 9 meses	9 -12 meses	1 - 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	**–**	**10.894**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**10.894**
Quotas de fundos de investimento abertos	–	10.894	–	–	–	–	–	**10.894**
Ativos financeiros disponíveis para venda	**–**	**5.680**	**–**	**48.849**	**–**	**61.067**	**40.887**	**156.483**
Letras financeiras do tesouro	–	5.680	–	48.849	–	61.067	40.887	**156.483**
Créditos das operações com seguros e resseguros	**(67)**	**4.919**	**2.827**	**1.184**	**286**	**–**	**–**	**9.149**
Prêmios a receber de segurados	(67)	4.919	2.827	1.184	286	–	–	**9.149**
Ativos de resseguro - provisões técnicas	**–**	**1**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**1**
Caixa e equivalentes de caixa	**–**	**1.288**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**1.288**
Total dos ativos financeiros	**(67)**	**22.782**	**2.827**	**50.033**	**286**	**61.067**	**40.887**	**177.815**
Provisões técnicas	**–**	**37.627**	**36.877**	**26.803**	**15.746**	**7.500**	**1.048**	**125.601**
Outros débitos - provisões judiciais	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**89**	**89**
Passivos financeiros	**–**	**20.688**	**28**	**12**	**1**	**3**	**–**	**20.732**
Contas a pagar	–	17.796	–	–	–	–	–	**17.796**
Débitos das operações com seguros e resseguros	–	2.087	–	–	–	–	–	**2.087**
Depósitos de terceiros	–	805	28	12	1	3	–	**849**
Total dos passivos financeiros	**–**	**58.315**	**36.905**	**26.815**	**15.747**	**7.503**	**1.137**	**146.422**

Fluxos de caixa contratuais não descontados em 31/12/2021	Vencidos	0 - 3 meses ou sem vencimento definido	3 - 6 meses	6- 9 meses	9 -12 meses	1 - 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	**–**	**10.262**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**10.262**
Quotas de fundos de investimento abertos	–	10.262	–	–	–	–	–	**10.262**
Ativos financeiros disponíveis para venda	**–**	**25.833**	**–**	**–**	**–**	**–**	**74.634**	**100.467**
Letras financeiras do tesouro	–	25.833	–	–	–	–	74.634	**100.467**
Créditos das operações com seguros e resseguros	**(338)**	**3.490**	**1.935**	**845**	**85**	**–**	**–**	**6.017**
Prêmios a receber de segurados	(338)	3.490	1.935	845	85	–	–	**6.017**
Outros créditos operacionais	**–**	**544**	**–**					**544**
Ativos de resseguro - provisões técnicas	**–**	**1**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**1**
Caixa e equivalentes de caixa	**–**	**1.175**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**1.175**
Total dos ativos financeiros	**(338)**	**41.305**	**1.935**	**845**	**85**	**–**	**74.634**	**118.466**
Provisões técnicas	**–**	**34.198**	**25.439**	**16.828**	**9.194**	**1.920**	**1.609**	**89.188**
Outros débitos - provisões judiciais	**–**		**–**	**–**	**–**	**–**	**61**	**61**
Passivos financeiros	**–**	**12.153**	**2**	**–**	**–**	**–**	**–**	**12.155**
Contas a pagar	–	9.411	–	–	–	–	–	**9.411**
Débitos das operações com seguros e resseguros	–	1.909	–	–	–	–	–	**1.909**
Depósitos de terceiros	–	833	2	–	–	–	–	**835**
Total dos passivos financeiros	**–**	**46.351**	**25.441**	**16.828**	**9.194**	**1.920**	**1.670**	**101.404**

Risco de mercado: Risco de mercado está associado a perdas potenciais advindas de variações em preços de ativos financeiros, taxas de juros, moedas e índices. A Companhia estabelece através de políticas, os limites, processos e uso de ferramentas que viabilizam a gestão do risco de mercado. Os cálculos de risco de mercado são mensurados com base em cenários de stress e na metodologia de *Value at Risk* (VaR), assim os resultados obtidos permitem o monitoramento dos impactos desse risco e a sua mitigação. O VaR do Portfolio de Investimentos (em dezembro/2022) é de R$ 0,09 milhões ou 0,05% do total de aplicações para horizonte de tempo de 1 ano e intervalo de confiança de 99%. O resultado do teste de stress, no pior cenário dado pela B3, é de R$ 0,78 milhões, ou 0,46% do total das aplicações. **Gestão de risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou emissor de um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. No que se refere a ativos financeiros, o risco de crédito já se encontra originalmente mitigado devido à carteira de investimentos da Companhia ser composta por ativos e lastro de ativos emitidos exclusivamente pelo tesouro nacional. Dessa forma, a perda só ocorrerá pelo não pagamento de juros e principal mediante a declaração de moratória pelo governo nacional. Esse monitoramento é realizado sobre os ativos financeiros, de forma individual e coletiva, que compartilham riscos similares e levam em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. A tabela a seguir apresenta os ativos financeiros detidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2022 distribuídos por *rating* de crédito obtidos junto a agências renomadas de *rating (*Fitch Ratings, Standard & Poor's e Moody's, entre outras*)*. Os ativos classificados na categoria sem *rating* compreendem substancialmente fundos de investimentos abertos e valores a serem recebidos de segurados que não possuem *ratings* de crédito individuais.-

Ativos Financeiros/*Rating*	31/12/2021 AAA	Sem *rating*	Total
A valor justo por meio do resultado	**–**	**10.894**	**10.894**
Quotas de fundos de investimentos abertos	–	10.894	10.894
Disponíveis para venda	**156.483**	**–**	**156.483**
Letras financeiras do tesouro	156.483	–	156.483
Caixa e equivalentes de caixa	–	**1.288**	**1.288**
Prêmios a receber de segurados	–	**9.149**	**9.149**
Total do circulante e não circulante	**156.483**	**21.331**	**177.814**

Ativos Financeiros/*Rating*	31/12/2021 AAA	Sem *rating*	Total
A valor justo por meio do resultado	**–**	**10.262**	**10.262**
Quotas de fundos de investimentos abertos	–	10.262	10.262
Disponíveis para venda	**100.467**	**–**	**100.467**
Letras financeiras do tesouro	100.467	–	100.467
Caixa e equivalentes de caixa	–	**1.175**	**1.175**
Prêmios a receber de segurados	–	**6.017**	**6.017**
Total do circulante e não circulante	**100.467**	**17.454**	**117.921**

A tabela a seguir apresenta o total de ativos financeiros agrupados por classe de ativos e divididos entre ativos vencidos e não vencidos. A Companhia não possui ativos deteriorados.

continua ★

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA SANTANDER AUTO S.A. (Em milhares de reais)

31/12/2022

	Ativos não vencidos	Ativos vencidos 0 - 3 meses	3-6 meses	6-12 meses	Acima de 1 ano	Provisão para perda	Total
Ativos financeiros							
Valor justo por meio do resultado	**10.894**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**10.894**
Quotas de fundos de investimento abertos	10.894	–	–	–	–	–	10.894
Ativos financeiros disponíveis para venda	**156.483**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**156.483**
Títulos de renda fixa públicos	156.483	–	–	–	–	–	156.483
Empréstimos e recebíveis	**9.216**	**447**	**89**	**34**	**28**	**(665)**	**9.149**
Prêmios a receber de segurados	9.216	447	89	34	28	(665)	9.149
Caixa e equivalentes de caixa	**1.288**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**1.288**

31/12/2021

	Ativos não vencidos	Ativos vencidos 0 - 3 meses	3-6 meses	6-12 meses	Acima de 1 ano	Provisão para perda	Total
Ativos financeiros							
Valor justo por meio do resultado	**10.262**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**10.262**
Quotas de fundos de investimento abertos	10.262	–	–	–	–	–	10.262
Ativos financeiros disponíveis para venda	**100.467**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**100.467**
Títulos de renda fixa públicos	100.467	–	–	–	–	–	100.467
Empréstimos e recebíveis	**6.355**	**391**	**31**	**11**	**8**	**(779)**	**6.017**
Prêmios a receber de segurados	6.355	391	31	11	8	(779)	6.017
Caixa e equivalentes de caixa	**1.175**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**1.175**

Gestão de capital

O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo CNSP e SUSEP, além de otimizar os retornos sobre capital para os acionistas. **Patrimônio líquido ajustado e adequação de capital:** Nos termos da Resolução CNSP nº 432/21 e alterações, as sociedades supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR). O CMR é equivalente ao maior valor, entre o capital-base e o capital de risco. A Companhia apura o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado, como demonstrado abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio líquido	61.556	41.186
Ajustes Contábeis:	**(4.201)**	**(5.552)**
(–) Despesas antecipadas	(139)	(323)
(–) Ativos Intangíveis	(4.062)	(2.691)
(–) Créditos tributários de s/prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas	–	(2.538)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos líquidos de impostos:		
(+) Superávit da TAP	13.413	5.150
Capital mínimo requerido (CMR)	**30.191**	**23.213**
Capital de risco de subscrição	28.203	21.315
Capital de risco de crédito	1.270	1.137
Capital de risco operacional	1.127	1.112
Capital de risco de mercado	766	719
Efeito em função da correlação entre os riscos de crédito, subscrição e mercado	(1.175)	(1.070)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	**70.768**	**40.784**
Nível 1	**56.439**	**34.879**
Nível 2	**13.413**	**5.150**
Nível 3	**916**	**755**
Ajuste do excesso de Patrimônio líquido ajustado de nível 2 e nível 3	–	–
Excedente do patrimônio líquido ajustado (PLA) em relação ao capital mínimo requerido (CMR)	**40.577**	**17.571**

Gestão de risco operacional: Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à reputação da instituição. A Companhia entende que o monitoramento e gerenciamento deste risco devem ser executados por todas as áreas, e para isso investe em ferramentas de forma a ter condições de mensurar realisticamente sua exposição ao risco operacional, por exemplo, através de uma base de dados de perdas operacionais. Em conjunto com esse processo também utilizamos o resultado da avaliação da nossa estrutura de controles internos.

23. COMITÊ DE AUDITORIA

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/15, a Santander Auto aderiu ao Comitê de Auditoria instituído por sua controladora HDI Seguros S.A.. O objetivo principal do Comitê é fornecer suporte independente à Administração, quanto à sua avaliação do ambiente de controles internos voltados à transparência e integridade das demonstrações financeiras, e ao cumprimento de leis e regulamentos. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 da HDI Seguros S.A.

24. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9): Dentre as normas que podem ser relevantes para a Companhia, encontra-se o Pronunciamento CPC 48 - Instrumentos Financeiros, que inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 será aplicável quando referendado pela SUSEP. **CPC 50 - Contratos de Seguro (IFRS 17):** O Pronunciamento CPC 50 estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguro emitido. Requer também princípios semelhantes para serem aplicados aos contratos de resseguro mantidos e aos contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de maneira que representem fielmente tais contratos. Essas informações fornecem a base para que usuários das demonstrações contábeis avaliem o efeito que os contratos de seguro têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. O CPC 50 será aplicável quando referendado pela SUSEP.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eduardo Stefanello Dal Ri - Presidente
André de Carvalho Novaes - Vice-Presidente
Murilo Setti Riedel
Vagner de Paula Guzella

DIRETORIA

Denis Ferro Junior
Diretor Presidente
Gustavo da Rocha Rodrigues
Diretor Administrativo Financeiro
Rafael de Gouveia Ramalho
Diretor Técnico
Karen Ferraz de Aguiar Schiavon
Diretora de Controles Internos

Wilson Roberto Alves
Contador
CRC 1SP135713/O-7

Priscila Scarlat Marques
Atuário Responsável Técnico
MIBA 2054

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas, **Santander Auto S.A. - Escopo da Auditoria:** Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da **Santander Auto S.A.** (Sociedade) em 31 de dezembro de 2022 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Atuários Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **Santander Auto S.A.** em 31 de dezembro de 2022, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Outros Assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2023

pwc
PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, Edifício B32, 16º
São Paulo - SP - Brasil 04538-132
CNPJ 02.646.397/0001-19
CIBA 105

Dinarte Ferreira Bonetti
MIBA 2147

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **Santander Auto S.A. - Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Santander Auto S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santander Auto S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA - Mensuração das Provisões Técnicas (Notas 3.6, 3.7 e 16): A Seguradora possui passivos relacionados a contratos de seguros denominados Provisões Técnicas, e mensalmente efetua testes para avaliar a suficiência das mesmas, dentre elas destacamos a Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR) e a Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL). O processo de determinação e mensuração das provisões técnicas requer julgamentos e envolvimento de atuários na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outras, estimativas quanto ao desenvolvimento dos prêmios emitidos, sinistros incorridos e pagos, e taxa de desconto. Devido à relevância das provisões técnicas oriundas dos contratos de seguros e o impacto que eventuais mudanças nas premissas destas provisões poderiam causar nas demonstrações financeiras, consideramos essa uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Realizamos o entendimento dos controles internos relevantes relacionados à mensuração e registro contábil das provisões técnicas pela administração. Em conjunto com nossos especialistas na área atuarial, efetuamos, entre outros procedimentos, a avaliação da razoabilidade das metodologias e premissas utilizadas pela administração na mensuração das provisões técnicas e do Teste de Adequação de Passivos (TAP), tais como a seleção de fatores de desenvolvimento de prêmios emitidos e sinistros incorridos e pagos, e taxa de desconto, e comparamos com as premissas utilizadas pelo mercado e/ou com os dados históricos da Seguradora. Nossos procedimentos incluíram também a confirmação de que as metodologias foram implementadas substancialmente, de acordo com as notas técnicas atuariais vigentes, pela Seguradora para as provisões de IBNR e PSL. Adicionalmente, realizamos testes de consistência históricos, bem como o recálculo independente do IBNR. Quanto às bases de dados utilizadas na mensuração das provisões técnicas, efetuamos teste, em base amostral, da acuracidade das informações dos campos considerados críticos utilizados na mensuração dessas provisões técnicas. Consideramos que as metodologias e premissas utilizadas na determinação dessas provisões técnicas são consistentes com as informações obtidas no curso de nossa auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificados durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2023

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC SP127241/O-0